



Anais Eletrônicos do 1º Seminário Turismo e Geografia

Prof. MsC. Antonio Carlos Campos

Profª MsC. Cristiane Alcântara de Jesus Santos

(Organizadores)

Departamento de Geografia

Núcleo de Turismo

Universidade Federal de Sergipe

01 a 03 de dezembro de 2010

Copyright © 2010 - Seminário Turismo e Geografia é uma publicação do Departamento de Geografia e do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

ISSN 2179-2992

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal de Sergipe

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe

CEP: 49.100-00

Telefone: (79) 2105-6742

E-mail: dge@ufs.br

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Núcleo de Turismo

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe

Telefone: (79) 2105-6332

E-mail: ntu@ufs.br

2

Apoio:

Reitoria da Universidade Federal de Sergipe

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Laboratório de Planejamento e Organização de Eventos do Curso de Turismo

Diretório Acadêmico Livre de Geografia

Governo do Estado de Sergipe / SEDETEC

Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR)

Instituto socioambiental Árvore

Revista Nordestina de Ecoturismo

Clube Turismo

Receptiva Turismo

Perfil Produções em Eventos

Sollo Restaurante

Prevdomto

Toner & Cia

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Pró- Reitor de Pós Graduação e Pesquisa

Claudio Andrade Macedo

Pró-Reitor de graduação

Francisco Sandro Holanda

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Ruy Belém de Araújo

Coordenador do Curso de Turismo

Luís Henrique de Souza

Chefe do Departamento de Geografia

Hélio Mário de Araújo

3

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof^a. MsC. Cristiane Alcântara de Jesus Santos (NTU/UFS)

Prof. MsC. Antonio Carlos Campos (DGE/UFS)

Coordenação Geral

Prof. Msc. Christian Marie Boudou (NTU/UFS)

Prof^a. MsC. Fabiana Maia (NTU/UFS)

Prof. Dr. Hélio Mário de Araujo (DGE/UFS)

Prof. MsC. Genésio José dos Santos (DGE/UFS)

Joab Almeida Silva (NPGeo/ UFS)

Estagiários e Estudantes do NTU/UFS e DGE/UFS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª. MsC. Acássia Cristina Souza (DGE/UFS)
Prof. MsC. Antonio Carlos Campos (DGE/UFS)
Prof. Msc. Christian Marie Boudou (NTU/UFS)
Profª MsC. Cristiane Alcântara de Jesus Santos (NTU/UFS)
Prof. MsC. Denio Azevedo (NTU/UFS)
Profª. MsC. Fabiana Maia (NTU/UFS)
Prof. MsC. Genésio José dos Santos (DGE/UFS)
Prof. Dr. Hélio Mário de Araujo (DGE/UFS)
Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade (DEE/UFS)
Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar (IFS)
Profª Msc. Lillian Maria de Mesquita Alexandre (IFS)
Prof. MsC. Luís Henrique de Souza (NTU-UFS)
Prof. Msc. Matheus Pereira Mattos Felizola (DAC/NTU)
Profª. MsC. Rosana Eduardo da Silva Leal (NTU/UFS)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Seminário Turismo e Geografia (1. : 2010, : São Cristóvão, SE)
Anais [recurso eletrônico] : I Seminário Turismo e Geografia,
S471a São Cristóvão, SE, 01-03 de dezembro, 2010 / Antonio Carlos
Campos, Cristiane Alcântara de Jesus Santos (Organizadores). –
São Cristóvão: Departamento de Geografia; Núcleo de Turismo,
UFS, 2010.
1 CD-ROM ; 4 ¾ pol.

ISSN 2179-2992

1. Turismo. 2. Geografia humana. I. Campos, Antonio Carlos. II.
Santos, Cristiane Alcântara de Jesus. III. Título.

CDU 338.48:911.3

SUMÁRIO

Apresentação	10
Programação	12
Ementa dos Mini-Cursos	15
Artigos Completos por Eixos Temáticos	20

Espaços públicos e privados de turismo e ócio.....21

PARQUE AUGUSTO FRANCO – ARACAJU/SE: AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Débora de Carvalho Muniz Barreto; Karine Santos Sales; Marcelo de Carvalho Santos; Marília Vieira da Cruz e Nicholas Andrade Lobão 22

PERCEPÇÕES DO USO TURÍSTICO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE O PARQUE DA SEMENTEIRA

Daniela Lisboa Lapa, Suelayne Oliveira Andrade, Tiago Oliveira Andrade e Antônio Carlos Campos.....35

ANÁLISE PRELIMINAR DOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER DA PRAIA DE ATALAIA EM ARACAJU/SE: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

Diego de Sousa Mendes; Luciana Carolline P. Garcia; Tamires Santos Oliveira e Silvan Menezes dos Santos ..48 5

INVESTIGANDO ESPAÇOS DE LAZER E SEU USO: AS “TRIBOS” DA ORLA DE ATALAIA EM ARACAJU- SE

Paula Aragão; Luciana Carolline Pina Garcia; Aliomar de Carvalho Santos e Cristiano Mezzaroba.....63

BAIRRO INDUSTRIAL- ARACAJU/SE: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE E PARA O TURISMO

Gisélia de Souza Cardoso e Maria Margareth Dultra Santos78

LAZER E TURISMO NAS BARRACAS DA PRAIA DO FUTURO: ESPAÇO PÚBLICO OU PRIVADO?

Débora Ferreira Freire e Luzia Neide M. T. Coriolano88

Turismo e organização do espaço urbano 99

O AEROPORTO SANTA MARIA E O TRANSPORTE AÉREO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO.

Luara Lázaro Gomes dos Santos; Marcela Oliveira de Santana; Patrícia Lima de Oliveira e Stéphanie Silveira dos Santos 100

A (RE) ORDENAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DO RECIFE A PARTIR DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA

Renato Sérgio Santos e Antonio Carlos Castrogiovanni 116

A LÓGICA DOS NOVOS ATORES E O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS NA BARRA DOS COQUEIROS

Luiz André Maia Guimarães Gesteira e Antonio Carlos Campos 131

O CORPO, A MENTE E A ALMA DO PELOURINHO: PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

<i>Heloisa Araújo de Araújo</i>	147
---------------------------------------	-----

Turismo e Impactos sócio-ambientais162

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DO TURISMO NO BRASIL

<i>Cristiane Fernandes de Oliveira</i>	163
--	-----

TERRITÓRIO USADO EM ÁREAS PROTEGIDAS E ATRATIVOS TURÍSTICOS: EXPLORAÇÃO OU CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?

<i>Maria do Socorro Ferreira da Silva e Rosemeri Melo e Souza</i>	173
---	-----

PESCADORES, CABANEIROS E FEIRANTES: NOVAS PERCEPÇÕES SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA BAÍA DE CAMAMU.

<i>Djaneide Silva Argolo</i>	189
------------------------------------	-----

TURISMO, PORTO-SUL E ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS DO POVOADO LOCAL DA PONTA DA TULHA-BAHIA

<i>Natanel Reis Bomfim; Ivan Rêgo Aragão; Beijanine da Cunha Abadia e Elyne Colares Almeida</i>	203
---	-----

A FLORESTA NACIONAL DO IBURA – FLONA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES COMO UM NOVO PRODUTO ECOTURÍSTICO EM SERGIPE, NORDESTE DO BRASIL

<i>Jorginaldo Calazans dos Santos; Artemis Barreto de Carvalho e Rafael Silva Oliveira</i>	216
--	-----

DO GLOBAL AO LOCAL: IMPACTOS AMBIENTAIS E TURISMO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

<i>Priscila Pereira Santos; José Wellington Carvalho Vilar; Jaime José da Silveira BarrosNetoa e Frederico Chaves Sampaio Júnior</i>	229
--	-----

ECOTURISMO E SUA POTENCIALIDADE NO MUNICÍPIO DE LAGARTO – SE

<i>Carla Santos; Fabiana Silva e Lillian Mª de Mesquita Alexandre</i>	239
---	-----

6

Dinâmica, ocupação e impactos em ambientes costeiros.....250

DIFERENÇAS NO TURISMO E NA IDENTIDADE ENTRE OS POVOADOS DE TAIPU DE FORA E TAIPU DE DENTRO/ APA DE MARAÚ-BAHIA

<i>Beijanine Abadia, Ivan Aragão e Khalla Tupinambá</i>	251
---	-----

O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO NO LITORAL DE SERGIPE

<i>Letícia Bianca Barros de Moraes</i>	265
--	-----

Turismo e patrimônio278

IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS DO GEOTURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA

<i>Dante Severo Giudice e Rosemeri Melo e Souza</i>	279
---	-----

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ EM SÃO CRISTÓVÃO

<i>Ivan Rêgo Aragão e Lillian Maria de Mesquita Alexandre</i>	290
---	-----

TURISMO E MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA: UM ESTUDO DE CASO DO REISADO EM SERGIPE

<i>Leylane Meneses Martins</i>	304
--------------------------------------	-----

O FILÉ: PATRIMÔNIO IMATERIAL DO PONTAL DA BARRA-AL

<i>Lidjane Santos Barreto e Silvana Pirillo Ramos</i>	317
---	-----

Turismo em áreas rurais329

REFLEXÕES A RESPEITO DO TURISMO PRATICADO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Christian Jean-Marie Boudou, Micheline Cordeiro Goes, Weslei Santos Almeida e Patrícia Batista Santos330

O NORDESTE BRASILEIRO E SEUS FATORES DE ATRATIVIDADE – O CASO ESPECIAL DO TURISMO EM GARANHUNS, PE.

Caio Victor Albuquerque Santana, Cristian Jean-Marie Boudou e Handresha da Rocha Santos339

A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES RURAIS NO ESTADO DE SERGIPE

Klázia Kate Santana Souza Salomão e Ariolino Moura de Oliveira Neto352

BOA LUZ E TIMBÓ: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS RURAIS PARA O ESTADO DE SERGIPE

Camile Silva Santos; Cristiane Alcântara de Jesus Santos; Maria José Rosendo da Costa; Patricia Scarlat dos Santos Gonçalves e Roseane dos Santos367.

Turismo, cultura e sociedade.....377

PROPOSTA DE UMA DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DO TURISMO

Christian Jean-Marie Boudou378

SUSTENTABILIDADE DE ROTEIROS TURÍSTICOS ALTERNATIVOS: O CASO DO CAMINHO LAGUNAR – AL

Silvana Pirillo Ramos e Angela Meire dos Santos391

O TURISMO NO MERCADO DE ARTESANATO EM ARACAJU/SE

Cristiane Santos de Oliveira, João Luiz Santana Brazil, Roseane Santos Mesquita e Jaime José da Silveira Barros Neto406

PAISAGEM CULTURAL EM DIA DE TURISTA

Antonio Carlos Castrogiovanni e Juliane Magagnin Da Soller421

SONHO OU ILUSÃO: RELAÇÃO ENTRE TURISMO E IMAGINÁRIO COLETIVO

Leila Juliana Macedo da Fonseca e435

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO NO MUNDO CAPITALISTA: ALGUMAS REFLEXÕES.

Lillian Mª de Mesquita Alexandre451

A PRODUÇÃO DO TURISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DO PACOTE TURÍSTICO FORDISTA À SEGMENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PÓS-FORDISTA.

Luís Henrique de Souza465

A GASTRONOMIA COMO ATRATIVO E PRODUTO PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA NO SEGMENTO DO TURISMO CULTURAL: MERCADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU/SE

Geane Almeida Conceição; Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro e Cristiane Alcântara de Jesus Santos482

TURISMO E IMAGINÁRIO NA PÁGINA VIRTUAL DA EMSETUR

Denio Santos Azevedo500

A DOÇARIA COMO FATOR DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA, INCLUSÃO SOCIAL E REFORÇO IDENTITÁRIO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

Rosana Eduardo da Silva Leal; Adriana Costa Moura e Sidjan de Sousa Peixoto Costa514

Teoria e planejamento do turismo524

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA PESQUISA, DO ENSINO E DO ESTUDO	
Ana Maria Matos Araújo	525
OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS – CONCEITUAIS DO ECOTURISMO	
Givaldo dos Santos Bezerra e Hélio Mário de Araújo.....	536
CARACTERÍSTICAS E QUALIDADES DO TURISMO DE SOL E PRAIA, ACRÉSCIMO DA ECONOMIA E A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA	
André dos Passos Conceição	555
GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ARACAJU	
Joab Almeida Silva	565
ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE TURISMO (APLTUR) NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	
Fabiana Britto de Azevedo Maia e Klázia Kate Santana Souza Salomão	581
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO: O CASO DO LAJEDO DO BRAVO - MUNICÍPIO DE BOA VISTA	
Ilana Barreto Kiyotani e Pércles Alves Batista	591
TERRITORIALIDADE, POLITICA E TURISMO: ESTUDO DE CASO DO PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO-PB	
Jaime José da Silveira Barros Neto e Lillian Maria de Mesquita Alexandre	604
MARKETING X SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A LEI DO ESCALONAMENTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	
Daniel Wagner Araújo Lucena; Giuseppe Correia Paulino, Joelma Abrantes Guedes e Lyvia Camila Fernandes Madruga	618
PIRAMBU - SERGIPE: UM BREVE DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	
Renata Aline e Cristiane Alcântara de Jesus Santos	633
TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOBRE A BAIXADA CUIABANA	
Ana Paula Bistaffa de Monlevade; Angelo Henrique Ramos de Monlevade e Daniel Fernando Queiroz Martins.....	645
NEM TUDO QUE REFLETE NO TURISMO BRILHA COMO OURO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PRODETUR EM SERGIPE	
Genisson Melo dos Santos, Marcio dos Santos Braz e Antonio Carlos Campos	660
Lazer e hospitalidade.....	675
O PAPEL DOS RECURSOS HUMANOS NO AMBIENTE HOTELEIRO	
Caio Bruno da Silva Aguiar; Renata Mayra Silva Simões e Stéphanie Carla Oliveira Santos	676
A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA HOSPITALIDADE NO PRODUTO TURÍSTICO: UMA BREVE ANÁLISE DOS POSTOS DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS ADMINISTRADOS PELA EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO (EMSETUR)	
Eliane Avelina de Azevedo e Cristiane Alcântara de Jesus Santos	691
EVENTOS COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE ARACAJU	
Nickolas Pereira Santana Souza e Deiziane Souto Dinizio	705
HOTELARIA HOSPITALAR: UMA NOVA REALIDADE NOS HOSPITAIS	
Nadja Maria Aragão Arruda e Adalberto dos Santos Junior	715

**GESTÃO DE PESSOAS: EVOLUÇÃO, ESTRATÉGIAS E NOVAS POSTURAS – O CASO DA
PERFIL PRODUÇÕES CERIMONIAIS & EVENTOS**

Patrícia Euzébio Ribeiro Silva e James Stewart de Araujo729

VÔO LIVRE EM SERGIPE: UMA PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO DIFERENCIADO

Genston Araujo Silva; Sueli da Silva Fontes e Yamille Nery Nascimento745

**DIREITO DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE EVENTOS NA HOTELARIA: O CASO DO
HOTEL RADISSON ARACAJU - SERGIPE**

Laíse Santos Izaias760

Educação ambiental e as múltiplas abordagens.....773

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO
NA COMUNIDADE DA BARRA DE MAMANGUAPE, MUNICÍPIO DE RIO TINTO – PB**

*Giuseppe Correia Paulino, Joelma Abrantes Guedes, Daniel Wagner Araújo Lucena e Lyvia Camila Fernandes
Madruga774*

**AS TRILHAS INTERPRETATIVAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ATIVIDADES DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

*Daniele Santana de Melo; Débora Reis Evangelista Oliveira; Cherley José da Silva e Camilla Gentil Santana
.....789*

**TRILHAS INTERPRETATIVAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO
TRILHAS ECOLÓGICAS EM PIRAMBU-SE**

Camilla Gentil Santana800

**MÉTODO IAPI: UMA POSSIBILIDADE PARA A PROMOÇÃO DAS INTERRELAÇÕES ENTRE O
TURISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Mônica Andrade Modesto e Daniele Santana de Melo812

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

*Aléa Dayane Dantas de Santana; Daniele Santana de Melo; Juliana Barreto Silva Araújo e Renata Maria de
Almeida Sampaio824*

**EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAIS NO ÂMBITO DA APA DO MORRO DO URUBU: A
IMPORTÂNCIA DA REQUALIFICAÇÃO ESPACIAL PARA A PERFORMANCE AMBIENTALMENTE
RESPONSÁVEL.**

*Cleber dos Santos Costa; Emanuela Maiara Pereira dos Anjos; Isabelle Sayane Santana da Silva e Rafaelle
Camilla dos Santos Pinheiro836*

ANÁLISE DO POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE ESTADUAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

Camilla Gentil Santana; Cherley José da Silva e Maria Inéz Oliveira Araújo851

**ECOTURISMO: POSSIBILIDADES NA BARRAGEM DIONÍZIO DE ARAÚJO MACHADO-
LAGARTO/SE**

Daniele Santana de Melo; Denio Santos Azevedo e Renata Maria de Almeida Sampaio862

APRESENTAÇÃO

O 1º Seminário Turismo e Geografia é um evento idealizado pelos cursos de Turismo e Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que visa reunir acadêmicos e profissionais para discutir acerca do turismo e a sua relação com a ciência geográfica.

Este evento foi pensando com a perspectiva de atingir os seguintes objetivos:

- Despertar um novo foco de discussão sobre o turismo e geografia no estado de Sergipe;
- Facilitar a troca de informações com pesquisadores e estudantes de Turismo, Geografia e áreas afins, visando o aprimoramento profissional;
- Divulgar as pesquisas e atividades de extensão da Universidade Federal de Sergipe e das instituições participantes do evento, com a finalidade de gerar redes temáticas de estudos; e,
- Apresentar novos campos de atuação para o profissional de turismo.

10

Neste sentido, o 1º Seminário Turismo e Geografia visa promover intercâmbio e a disseminação de conhecimentos a respeito do turismo e suas interfaces com a ciência geográfica, gerando um debate a respeito de teorias, métodos e técnicas, de acordo com as vivências e experiências profissionais.

A idéia central deste Primeiro Seminário é destacar as relevantes contribuições das diversas ciências, disciplinas e áreas de conhecimento nos campos de estudo do Turismo e da Geografia, a partir dos temas que envolvem os 10 (dez) eixos norteadores, a saber: a) Espaços públicos e privados de turismo e ócio; b) Turismo e organização do espaço urbano; c) Turismo e Impactos sócio-ambientais; d) Dinâmica, ocupação e impactos em ambientes costeiros; e) Turismo e patrimônio; f) Turismo em áreas rurais; g) Turismo, cultura e sociedade; h) Teoria e planejamento do turismo; i) Lazer e hospitalidade; e, j) Educação ambiental e as múltiplas abordagens. Esta diversidade de abordagens também é retratada pelas temáticas dos mini-cursos, conferências e mesas-redondas e pelas abordagens dos seus conferencistas e palestrantes, cuja formação, pesquisas e atuação profissional,

além do Turismo envolvem a Geografia, Sociologia, Filosofia, Economia, Pedagogia, História, Administração Pública, entre outros. Esta diversidade na formação enriquece o evento, proporcionando um rico debate a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

A estrutura do 1º Seminário Turismo e Geografia apresenta além das conferências, mesa-redonda e mini-cursos, dois modelos de apresentação de trabalhos: os Grupos de Trabalhos (GT's) e Pôsteres. Os GT's foram destinados aos pesquisadores já graduados, cujos trabalhos são apresentados oralmente com uso de equipamento multimídia e os Pôsteres para os alunos de graduação, que têm seus trabalhos expostos durante o evento e são avaliados por membros da Comissão Científica.

Também serão lançados livros de pesquisadores locais do Turismo e da Geografia, além de duas visitas técnicas que contemplam diferentes elementos turísticos do estado de Sergipe.

O projeto do 1º Seminário Turismo e Geografia se concretizou a partir do apoio de diversos colaboradores, dos quais podemos destacar: a Reitoria da Universidade Federal de Sergipe; a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); o corpo docente dos cursos de Turismo e Geografia; os professores que integram a Comissão Científica que avaliaram os 75 artigos recebidos; o Laboratório de Planejamento e Organização de Eventos do Curso de Turismo; Diretório Acadêmico Livre de Geografia; Governo do Estado de Sergipe através da Secretaria SEDETEC e da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR); e aos membros da Comissão Organizadora que pensaram este evento.

Por fim, agradecemos a credibilidade de todos os participantes que, em conjunto, nos ajudam a construir a primeira edição deste evento.

Sejam bem-vindos ao 1ª Seminário Turismo e Geografia.

Prof. Antônio Carlos Campos

Profª. Cristiane Alcântara de Jesus Santos

Coordenadores do Seminário

São Cristóvão 01 de dezembro de 2010

PROGRAMAÇÃO

Dia/ hora	DIA 01/12 (QUARTA-FEIRA)	DIA 02/12 (QUINTA-FEIRA)	DIA 03/12 (SEXTA-FEIRA)
MANHÃ Das 08:00 às 12:00 horas	CREDENCIAMENTO CONFERÊNCIA DE ABERTURA	MESA-REDONDA ESPECÍFICA APRESENTAÇÃO DE BANNER	APRESENTAÇÃO ORAL DE TRABALHOS
TARDE Das 14:00 às 18:00 horas	PALESTRA COQUETEL	MINI-CURSOS	CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO COQUETEL

12

01/12/2010 – QUARTA-FEIRA

MANHÃ

08:00 horas – CREDENCIAMENTO

LOCAL: AUDITÓRIO DA DIDÁTICA V – CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO-UFS

09:00 horas – ABERTURA SOLENE

10:00 horas – CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Tema: Turismo —Abordagens conceituais e metodológicas

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP)

LOCAL: AUDITÓRIO DA DIDÁTICA V – CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO-UFS

12:00 as 14:00 – Pausa para Almoço

TARDE

LOCAL: AUDITÓRIO DA REITORIA – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

14:00 horas – PALESTRA

Tema: O turismo como Política de Produção Espacial

Profª. Drª. Luzia Neide Coriolano – UECE

16:30 horas – LANÇAMENTO DE LIVROS

17:00 horas – COQUETEL – Área externa do Auditório da Reitoria-UFS

02/12/2010 – QUINTA-FEIRA

MANHÃ

LOCAL: AUDITÓRIO DA REITORIA – CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO

08:00 horas – MESA REDONDA

Tema: Turismo, Patrimônio e Território

Prof. Dr. Rogério Proença Leite – Departamento de Ciências Sociais/UFS

Profª. Drª. Silvana Pirillo Ramos – UFAL – Campus de Penedo

Eloísa Galdino – Secretária de Estado da Cultura

Mediador: Prof. Antonio C. Campos – DGE – UFS

09h45 – PAUSA PARA LANCHE (COFFE-BREAK)

10:00 horas – APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM PAINEL (BANNERS):
Alunos de Graduação

LOCAL: HALL DA REITORIA – CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO

12:00 as 14:00 horas – Pausa para Almoço

TARDE

14:00 as 18:00 horas – MINI-CURSOS (Salas a confirmar – Campus São Cristóvão)

03/12/2010 – SEXTA-FEIRA

MANHÃ

LOCAL: Salas de aulas a confirmar (Campus de São Cristóvão)

08:00 as 12:00 horas – APRESENTAÇÃO ORAL DE TRABALHOS: Pós-graduando e profissional

12:00 as 14:00 horas – Pausa para Almoço

TARDE:

14:30 horas – CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Tema da Conferência: A Patrimonialização do Patrimônio

Conferencista: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ariza da Cruz – USP

17:00 horas – CERIMONIA DE ENCERRAMENTO DO EVENTO

17:30 horas – ENTREGA DE CERTIFICADOS

COQUETEL DE ENCERRAMENTO

04/12/2010—SÁBADO

8:00 às 12:00 Visitas Guiadas

- Praça São Francisco (São Cristóvão) - Patrimônio da Humanidade
- Trilhas urbanas: Praças de Aracaju

EMENTAS DOS MINI-CURSOS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA COMPETITIVIDADE NO TURISMO

Ministrante: Prof^a. Doutoranda Fabiana Britto de Azevedo Maia (NTU/UFS)

Conteúdo: Planejamento Estratégico em Turismo. Competitividade de Destinos Turísticos. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores de Turismo no Brasil. Análise dos Destinos Turísticos de Sergipe.

TURISMO, DESLOCAMENTO E FRONTEIRAS – A (RE)INVENÇÃO DA REGIÃO NORDESTE

Ministrante: Prof. Doutorando Denio Santos Azevedo (NTU/UFS)

Conteúdo: Conceitos de Turismo, Fronteira e Região nas ciências sociais; O Turismo enquanto fenômeno social que gera o deslocamento de pessoas; Construção discursiva e imagética do Nordeste; Análise das representações da região Nordeste a partir das páginas iniciais dos *sites* elaborados pelas Secretarias Estaduais de Turismo.

CONSTRUÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS

16

Ministrante: Prof^a Msc. Lillian Maria de Mesquita Alexandre (IFS)

Conteúdo: Conceitos, diferenças e característica de pacote, roteiro e programação. Estudo de roteiro: identificação e seleção. Como montar um roteiro turístico.

A GESTÃO DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS DO PONTO DE VISTA DA OFERTA E DA DEMANDA

Ministrante: Prof. Msc. Luís Henrique de Souza (NTU/UFS)

Conteúdo: Áreas Naturais Protegidas (ANP's): evolução e conceitos. A vocação das ANP's para o turismo. Adequação oferta x demanda como forma de gestão do turismo em ANP'S.

MARKETING TURÍSTICO E SUAS POSSIBILIDADES EM SERGIPE

Ministrante: Prof. Doutorando. Matheus Pereira Mattos Felizola (DAC/UFS)

Conteúdo: Mercado consumidor de turismo;

Inter-relações no processo de compra do produto turístico. Fatores motivadores de compra. Processo de compra. Ações de marketing no processo de compra.

Segmentação do mercado turístico. Analisar a segmentação como fator de maximização de benefícios e estabelecer a segmentação para um produto turístico.

Processo de segmentação de mercado. Segmentação demográfica. Segmentação geográfica. Segmentação psicográfica. Segmentação comportamental. Benefícios na segmentação do mercado turístico. Sucesso na segmentação do mercado turístico.

O composto mercadológico do turismo. Descrever o composto mercadológico do produto turístico e a aplicação das técnicas mercadológicas no produto turístico.

Características do produto turístico. Ciclo de vida do produto turístico. Política e estratégia de preço do produto turístico. Importância dos canais de distribuição do produto turístico. Sistema de distribuição do produto turístico. O processo promocional do produto turístico. As relações públicas como fator de promoção.

TRANSFORMAR IDÉIAS EM EVENTOS DE SUCESSO

Ministrante: Prof^a. Esp. Ticiane Tojal Rodrigues Santos (FaSe)

17

Conteúdo: Técnicas grupais. Impasses para se organizar eventos. Elaboração de projetos e eventos. Fluxogramas e formulários necessários na organização do evento.

A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA COMO FERRAMENTA PARA O ESTUDO DO TURISMO EM GEOGRAFIA.

Ministrante: Prof. Doutorando. Christian Jean-Marie Boudou (NTU/UFS)

Conteúdo: Introdução às representações gráficas aplicadas ao estudo do turismo. A utilização de modelos no estudo do turismo. Tipos de modelos. Introdução ao estudo da coremática. Ferramentas de representação gráfica de espaços turísticos.

OS PORTOS E OS CRUZEIROS: NECESSIDADES, IMPACTOS E REPERCUSSÕES

Ministrante: Prof^a. Msc. Fernanda Meneses de Miranda Castro (NTU/UFS)

Conteúdo: Cruzeiros Marítimos: cenário mundial e impactos associados. Turismo e uso do espaço. Ordenamento do Espaço Turístico. Receptivos de Cruzeiros Marítimos. A relação entre os portos e os navios de cruzeiro: repercussões.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Ministrante: Prof^a Msc. Acássia Cristina Souza (DGE/UFS)

Conteúdo: Marcos epistêmico e documental referentes ao meio ambiente e a educação ambiental. Ética e educação ambiental. Educação ambiental e a abordagem interdisciplinar.

A CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA EM TURISMO: METODOLOGIA, FONTES E POSSIBILIDADES DE TEMAS PARA SERGIPE

Ministrante: Prof Msc. Mário Rezende (UFS)

Conteúdo: Projeto de pesquisa, revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, pesquisa na web, metodologia da pesquisa nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, o trato com as fontes, metodologia, possibilidade de temas a serem pesquisados, a pesquisa ação, a monografia enquanto instrumento de intervenção social no campo do turismo.

18

TURISMO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

Ministrante: Msc. Max Alberto Nascimento Santos (FAO/ONU)

Conteúdo: Relação Sociedade-Natureza. Ordenamento Territorial Costeiro. Impactos Ambientais. Zona Costeira Brasileira e Sergipana (ocupação histórica e usos múltiplos). Turismo e Impactos Sócio-ambientais na Zona Costeira.

CARTOGRAFIA APLICADA AO TURISMO

Ministrantes: Prof. Dr. Hélio Mário de Araujo (DGE/UFS)

Prof^a Dr^a Gicélia Mendes (DGE/UFS)

Conteúdo: - Cartografia: considerações gerais

- . Mapas, cartas, cartogramas e croquis
- . Montagem de bases cartográficas

- . Uso do potencial do SIG
 - . Representação de dados
 - A Cartografia como Instrumento para o Planejamento Turístico
- A Cartografia para o planejador da atividade turística
- . a cartografia para o diagnóstico
 - . a cartografia para o prognóstico
- A Cartografia para o turista

CAPACIDADE DE CARGA EM AMBIENTES ECOTURÍSTICOS

Ministrante: Prof.^a MSc. Luciana Rodrigues de Moraes e Silva (UNIT)

Conteúdo: Turismo x Meio Ambiente. Turismo & Desenvolvimento Sustentável. Atividade Turística em Unidades de Conservação. Educação Ambiental em Parques Nacionais. Educação Ambiental e Turismo.

Artigos Completos

EIXOS TEMÁTICOS

*Espaços públicos e privados de
turismo e ócio* ²¹

PARQUE AUGUSTO FRANCO – ARACAJU/SE: AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS¹

Débora de Carvalho Muniz Barreto²

Karine Santos Sales³

Marcelo de Carvalho Santos⁴

Marília Vieira da Cruz⁵

Nicholas Andrade Lobão⁶

Resumo

O presente artigo aborda dados relacionados à utilização e ao perfil dos freqüentadores do espaço público, nesse caso, o Parque Augusto Franco, localizado na cidade de Aracaju. Tem como objetivo avaliar o uso e apropriação desse espaço, analisando a freqüência dos visitantes e os fatores que impulsionam seu deslocamento, levando-se em consideração a transformação desse lugar em um atrativo turístico. Partindo-se desse pressuposto, o parque Augusto Franco é analisado como um espaço complexo e sua ligação com as práticas de lazer e atividades físicas proporcionam um desenvolvimento humano que contribui significativamente com o índice de qualidade de vida da capital. A fim de atingir os objetivos propostos foi realizado um levantamento bibliográfico, visitas técnicas ao parque em momentos distintos com aplicação de questionários visando a análise dos usos do parque não somente do turismo, mas também da população local.

22

Palavras-chave: Lazer. Atrativo Turístico. Turismo.

Abstract

The following article approaches data related to the use and the profile of the visitors of public space, in this case, the Augusto Franco's park, located in the Aracaju city. Aims to evaluate the use and appropriation of this space by analyzing the frequency of visitors and the factors that driving its displacement, considering the transformation of this place in tourist attractive. From this point, the Augusto Franco's park is analyzed as a complex space and its connection with the practices of leisure and physical activities provide human development which contributes significantly to the

¹ Artigo elaborado sob a orientação da prof^a. Msc. Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.

² Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.
deborabarretoliceu@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.
karinesalesturismo@hotmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.: marcelopcarvalho24@hotmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.: mariliveruz@gmail.com

⁶ Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Nicholas.lobao@hotmail.com

index of the city's quality of life. With the intention of reach those objectives was done a bibliographic survey, technical visits to the park with differents moments of questionnaires application seeking the analyze of the uses of the park, not only of the tourists, but also of the local population.

Keywords: Leisure. Touristic Attractive. Tourism.

Introdução

Os parques urbanos vêm se firmando com o passar do tempo como uma opção de distração e lazer para as sociedades que enfrentam os problemas das grandes cidades, tais como: falta de opções de entretenimento ou pouca acessibilidade das classes sociais menos favorecidas nos espaços de lazer, aumento do custo de vida, *stress* no trabalho, escassez de tempo livre para entretenimento, dentre outros. Nesse contexto, surgem diversas formas de usos e apropriação desses espaços pelos mais variados grupos sociais.

A oferta de atividades lúdicas ou educativas praticadas em um ambiente natural faz com que os parques exerçam um forte poder de atratividade tanto sobre a comunidade quanto para os visitantes que se sentem instigados a conhecer os hábitos e costumes de uma sociedade a partir da vivência dessas práticas, impulsionando a atividade turística.

Dessa forma, os parques passam a ser apropriados e usados de diferentes maneiras, de acordo com os variados hábitos e costumes dos que os freqüentam, uma vez que se trata de espaços públicos e, conseqüentemente, abertos aos diversos níveis de uma sociedade.

O objeto de estudo desta pesquisa é o Parque Augusto Franco, mais conhecido como Parque da Sementeira, localizado na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Neste artigo abordaremos os aspectos histórico, social, ambiental e a apropriação desse espaço voltada para as práticas de lazer e para o uso turístico. Além disso, buscaremos verificar as dinamicidades desse espaço e também as diferentes formas de apropriações existentes, levando-se em consideração suas potencialidades e descobrir de que maneira elas são inseridas tanto para a população local como também como um produto turístico.

Partindo desse contexto, propomos alternativas de inclusão do local na atividade turística da cidade assim como elaboração de eventos culturais com diferentes temas em diversas épocas do ano e eventos desportivos, onde a comunidade possa atuar diretamente em todas as etapas do processo, inserção do parque nos roteiros de Aracaju comercializados pelas agências de receptivo, dentre outros.

A fim de atingir os objetivos propostos, foram aplicados 40 questionários junto aos usuários do Parque Augusto Franco, utilizamos também métodos de observação para avaliarmos a apropriação e a dinamicidade do espaço. Os questionários foram aplicados tanto durante a semana, quanto nos finais de semana, a fim de percebermos as modificações do público nesses períodos. As perguntas são direcionadas ao perfil dos usuários e a relação dos mesmos com o parque destacando a sua importância para a qualidade de vida. Para nos auxiliar nas considerações históricas e geográficas, foi realizada uma entrevista com o historiador Luiz Antônio Barreto. Assim, foi possível destacar traços da história do parque que coincide com a criação dos parques urbanos no Brasil e no mundo.

Os Parques Urbanos e sua Relação com o Turismo

Os parques urbanos começaram a ser criados na Inglaterra no final do século XVII, mas apenas no século XVIII ganharam relevância no meio urbano da Europa. A partir de 1850 começaram a fazer parte do meio urbanístico, inicialmente na França. No Brasil, a vinda da família real foi o principal fator que estimulou a criação de parques, havendo influência de estilos europeus e americanos, principalmente nos parques urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outras.

A princípio, a criação desses espaços tinha uma função meramente estilística e estética para a burguesia, ou seja, tinham como objetivo dar beleza às cidades. A partir do século XX, os parques ganharam uma função e importância social, com o intuito de criar espaços para manter a qualidade de vida das populações, oferecendo lazer, bem estar, recreação para a satisfação dos seus frequentadores. Proporcionando também um momento de descanso e a oportunidade de estar em contato com um meio ambiente natural, pois as áreas urbanas eram carentes de qualidade ambiental.

Os parques urbanos brasileiros formaram-se de acordo com o crescimento das cidades e o desenvolvimento socioeconômico, acompanhando as transformações e as formas de expressão da sociedade. Assim, percebia-se uma carência por áreas recreativas para o benefício à saúde, lazer e melhor convívio social desses habitantes. Macedo; Sakata (2002, p. 208) afirmam que “o real papel do parque é ser um espaço livre, público, estruturado por vegetação e dedicado ao lazer de massa urbana”.

Estes autores ainda afirmam que “os parques do passado e os do presente são unidos por uma característica comum: sua importância como símbolos de nossa capacidade de criar, implantar e manter figuras urbanas tão valiosas e tão frágeis sob a ação do tempo” (MACEDO; SAKATA, 2002, p.208)

Assim, a partir desses usos pelas populações, oferecendo atividades lúdicas, abriu-se espaço para o turismo, fazendo uso dos parques como atrativo, utilizando-se dos recursos naturais, arquitetônicos e paisagísticos existentes. Macedo; Sakata (2002, p.208) afirmam que “o parque estaria para a cidade como uma espécie de ‘enfeite natural’, adaptando-se às mudanças econômicas inclusive às utilizações destes pelos setores turísticos os quais podem trabalhar esse contato com o meio natural como uma forma de introduzir a preservação e educação ambiental”.

25

Desta forma, as mudanças sociais na cidade de Aracaju, induziam a necessidade de criação de novos espaços públicos de lazer. Silva Filho (2003) apud Macedo; Sakata (2002) discute a mudança dos usos dados aos parques urbanos brasileiros, entre os séculos XIX e XX: de ambientes elitizados, onde o ajardinamento recriava uma natureza organizada, voltados aos passeios da classe dominante, a espaços democráticos, onde todos podem correr, brincar e divertir-se, onde os recursos naturais são preservados, onde as cidades brasileiras, cada vez mais densas, respiram aliviadas.

Assim sendo, ocorre a transformação de determinados locais em parques públicos que proporcionavam maior contato da população com áreas verdes aumentando as opções de entretenimento das famílias aracajuanas assim como em todo o mundo.

Parque da Sementeira e as suas diversas maneiras de apropriação

De acordo com o historiador Luiz Antônio Barreto⁷, em 1980 foi criada uma sementeira de cocos, apropriada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como fonte de pesquisa. Pouco depois, durante a gestão do perfeito Heráclito Rollemberg (1979-1982), a sementeira de cocos foi transformada em parque pela Prefeitura de Aracaju, e parte do terreno ficou com a EMBRAPA e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Paraíba (CODEVASF). A partir daquele momento, o espaço estava aberto ao lazer público, mantendo o verde natural em meio ao colorido dos concretos urbanos. O parque Governador Augusto Franco recebeu esse nome em homenagem ao Governador Augusto Prado Franco, um dos líderes governantes de Sergipe, mas ficou conhecido mesmo pela comunidade autóctone como parque da Sementeira.

No que diz respeito aos aspectos geográficos, o Parque da Sementeira tem sua localização na zona nobre da cidade, na Av. Dep. Sílvio Teixeira, S/N no bairro Jardins à 4km do centro da cidade. Possui uma área de 396.019 m² e Bosque Ecológico. A área verde trás uma subjetividade de tranqüilidade e proporciona um clima ameno. O Parque da Sementeira possui mais de 112 espécies de árvores, entre exóticas, da Mata Atlântica e frutíferas. Além disso, a área serve de refúgio para algumas aves em extinção como pica-pau, arara pequenina, João-de-barro, canário, gavião, coruja, rolinha-do-pará, entre outros.

Nesse cenário, a variedade de elementos atrai diversos públicos que se apropriam de formas particulares de acordo com as suas características e motivações, construindo a dinamicidade do local.

Para compor o perfil dos entrevistados, agruparam-se os dados a respeito do gênero, grau de escolaridade, faixa etária, profissão e procedência dos usuários dos parques. Quanto à avaliação do uso, foi analisada a freqüência dos visitantes, pelo o uso do espaço do parque, como também os elementos atrativos para os usuários, qual a satisfação dos usuários e quais as críticas que os usuários fizeram ao parque no que diz respeito à segurança.

Quanto ao gênero, verificou-se que a maioria dos freqüentadores do parque é do sexo feminino, representando em média de 60%, já a faixa etária de maior fluxo,

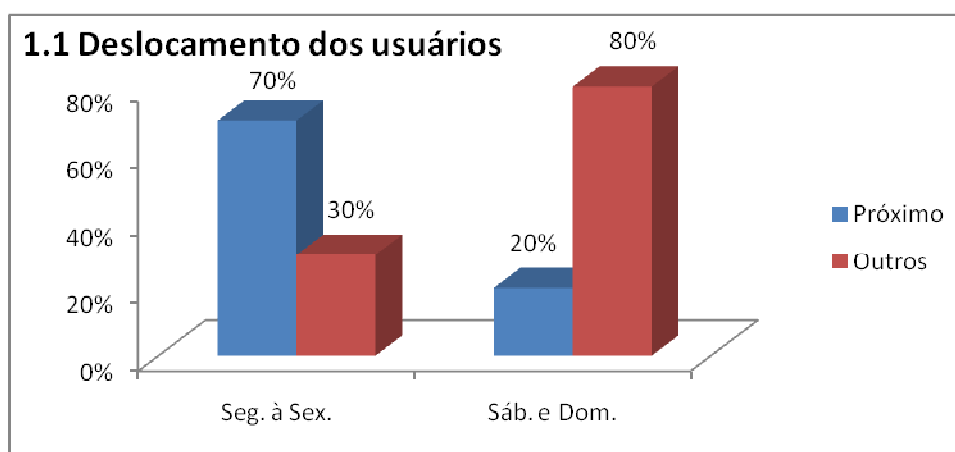
⁷ Entrevista realizada em 22 de Setembro de 2010.

varia entre 18 e 24 anos, verificamos também que boa parte dos usuários é em sua maioria jovem. Tal índice deve estar relacionado diretamente com a infra-estrutura existente no parque, como campo de futebol, pista para caminhada e espaços exclusivos para as práticas de atividades físicas.

A escolaridade dos freqüentadores apresentou resultados diferenciados de acordo com os dias da semana, variando da seguinte forma: ensino médio completo ao graduando 57%, tendo uma queda percentual do índice, nos finais de semana, atingindo uma média de 32,6%. Constatamos que o público dos finais de semana apresentou um nível de escolaridade inferior, básica ou de ensino médio incompleto com 68,9 %.

Observou-se em relação à profissão que o público que freqüenta o parque no período entre terça-feira e sexta - feira tem suas profissões relacionadas a áreas administrativas ou a áreas técnicas, podendo ser advogados, médicos, bancários e gerentes em geral. Enquanto que nos finais de semana 55% eram estudantes, desempregados, 20% aposentados e 25% afirmaram ter outras profissões.

No que dizem respeito a origem dos usuários, 70% são residentes das proximidades do parque e 30 % de outras localidades da cidade, sendo que a presença de turistas foi inexistente. Observamos que na terça e sexta-feira, o público, em sua maioria, é residente de áreas próximas ao parque, sendo que no sábado e domingo, ocorre uma disparidade no que diz respeito ao uso desse espaço, ocorrendo uma inversão de apropriação do mesmo, por um público bem mais diversificado, totalizando uma média de 80% de visitantes vindos de bairros distintos da capital. Como mostra o gráfico a seguir.



FONTE: Pesquisa de campo, setembro/2010.

Através dos conceitos de parques urbanos encontrados, conclui-se que Parque urbano é espaço público e se insere como mais uma opção de descanso e diversão. Espaço público é lugar do acontecer múltiplo, da coexistência, da convivência humana. Porém, estes sentidos do espaço público são, cada vez mais, substituídos pelos nexos mercantis, isto é, o espaço público é privatizado, na medida em que os usuários erguem “barreiras simbólicas, por vezes invisíveis” (SERPA, 2007, p. 36). Daí pode-se afirmar que o espaço público de lazer vem sendo agregado como um produto a ser comercializado pela especulação imobiliária. No caso do parque Augusto Franco, a localização contribui para a valorização dos imóveis adjacentes, beneficiando principalmente uma classe de alto poder aquisitivo.

Percebermos que as empresas imobiliárias fazem especulação do parque, vendendo como um produto agregado aos imóveis, disponibilizando uma área verde com o contato com a natureza, agregando valor aos produtos localizados nas proximidades dessa área, como extensão do imóvel comprado, sendo assim, mercadoria-imobiliária (FOTO 1).



FOTO 1- Lugar de moradia X Lugar de lazer
Foto de Marcelo de Carvalho

Nota-se então, que o parque da Sementeira seria a extensão da residência para os moradores privilegiados que residem próximo a essa área.

O parque urbano, de acordo com Serpa (2007, p. 24),

vêm alimentar e ‘coroar’ um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, ou ainda, a

localização desses obedece ao princípio de priorizar áreas com algum interesse turístico, como o aeroporto internacional, o centro de convenções e os *shopping centers*.

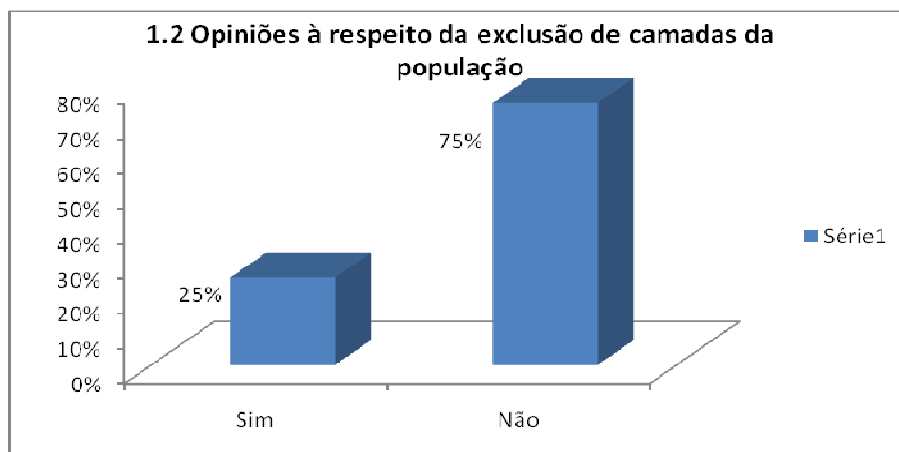
Boa parte dos entrevistados afirmou que utilizam o parque com a finalidade para praticas de atividades físicas, relaxar e também como uma forma de entretenimento com a família e com os amigos. Podemos assim perceber que uso desse o espaço é dinâmico, complexo e intrínseco para cada indivíduo, pois um mesmo espaço ganha diferentes formas de apropriação e conotações distintas, e entre elas torna-se um lugar, criando um elo afetivo entre alguns aracajuanos e este espaço.

De acordo com Kliass (1993) os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados a recreação. São exatamente esses dois elementos que influenciam a visitação ao parque da sementeira, tanto para práticas de atividades de lazer como também para práticas de atividades físicas. De acordo com a nossa pesquisa, 98% dos entrevistados afirmaram que são atraídos pelo verde do parque, sendo a área verde uns dos fatores motivacionais de seu deslocamento.

29

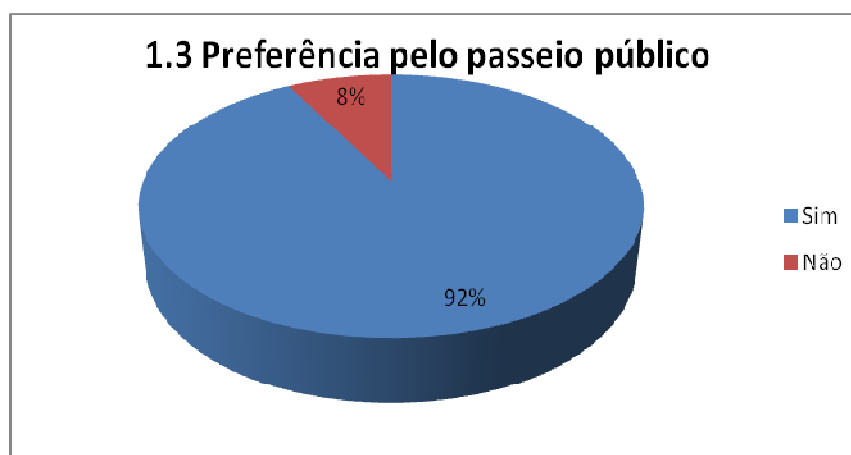
Ao analisamos as funções cumpridas pelo o parque que tiveram como opções: lazer ao ar livre, estética, social e ecológica, as funções lazer ao ar livre e ecológico foram destacadas pela maioria dos entrevistados. Essas funções impactam em benefícios para a população. Dente elas, a saúde física e mental, assim como o lazer e relaxamento são visíveis a todos os que freqüentam.

Ao questionar se o parque exclui alguma camada da população, 25% responderam que sim contra 75% que acham que o parque dispõe de facilidade de acesso a todas as camadas da população (GRÁFIO 1.2).



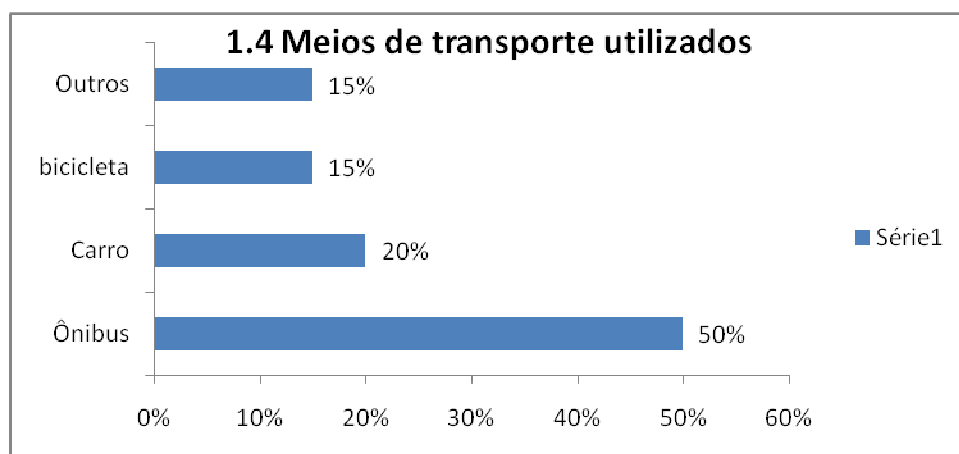
FONTE: Trabalho de campo, setembro/2010.

Sobre as outras opções de parques públicos localizados na cidade de Aracaju, 29% freqüentam o Parque da cidade, 41% não utilizam nenhuma outra opção e 30% somente usa passeio público. Porém 92% das pessoas que responderam as entrevistas têm preferência pelo o passeio público contra 8% que opinaram pela visitação de locais privados. Isso se dá exatamente pelo o fato que a utilização do parque público requer baixos custos ou quase nenhum. (GRÁFICO 1.3). Por isso é preciso que haja na população a conscientização de conservar esse espaço e também uma boa manutenção pela EMSURB (Empresa Municipal de Serviços Urbanos) para poder atender as necessidades da população, contribuído, assim, para que a cidade de Aracaju seja realmente digna da titulação da capital com melhor qualidade de vida do Brasil.



FONTE: Trabalho de Campo, setembro/2010.

O tempo mínimo de permanência no parque para que sejam satisfeitas as suas necessidades é de três horas para 40%, enquanto que 30% necessitam de apenas uma hora de permanência no local e 20% alegam que duas horas sejam suficientes para que suas necessidades sejam satisfeitas. Na maioria dos casos abordados as visitas acontecem entre as 15h00 e às 18h00. Sendo que os meios de transportes mais utilizados para o seu deslocamento foram: 50% ônibus, seguidos de carros 20%, bicicletas 15% e outros 15% (GRÁFICO 1.4).



FONTE: Trabalho de Campo, setembro/2010.

31

Sobre a qualidade de serviços, 50% julgaram-na boa, outros 25% consideram-na muito boa, 20% acham a qualidade dos serviços razoável e 5% ruim. A segurança foi julgada por 65% boa, 20% muito boa e 15% razoável. Apesar dos dados demonstrarem a satisfação dos usuários com o parque, quando foi levantada a questão de qual seria a maior carência do parque do Augusto Franco, 78% dos entrevistados responderam que é necessário aumentar a segurança do local. Porém, ao consultarmos os responsáveis pela segurança do parque, afirmaram que até o dado momento ainda não havia registro de violência no local.

Os usuários, em geral, estão satisfeitos com a infra-estrutura, sugerindo poucas melhorias, exceto os jovens que solicitaram a contratação de instrutores de educação física. Observamos também, que uma das reclamações comum entre os usuários é a circulação de cães no parque.

Independentemente da acessibilidade e do perfil dos usuários que freqüentam o local, percebemos que o padrão dos serviços oferecidos atende às necessidades

do público que o freqüentam atualmente, contribuindo com o grau de satisfação dos mesmos.

Potencialidades do Parque da Sementeira

Sabe-se que os parques exercem um forte poder de atratividade sobre diversos públicos, por se tratarem de espaços abertos, com opções diversificadas de entretenimento e proporcionar liberdade de escolha das atividades de recreação e lazer a serem desenvolvidas tanto para a comunidade local quanto para visitantes.

Ao analisar as potencialidades turísticas do Parque da Sementeira, percebemos uma diversidade de características que permitem sua inserção nos roteiros turísticos da cidade de Aracaju. Seu espaço aberto e arborizado, com sua extensa área verde possui uma infra-estrutura que proporciona comodidade para seus visitantes que, ao chegar, encontram variados espaços de recreação e lazer, tais como: Parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol, pista para caminhada, espaço exclusivo para prática de exercícios físicos, lagos, quiosques para piqueniques e churrasqueiras.

32

O local abriga a sede da EMSURB e Guarda Municipal da Cidade e oferece também toda uma infra-estrutura de apoio com sanitários adaptados para deficientes físicos, chuveiros e bebedouros. Essa estrutura é utilizada para desenvolver algumas ações com a iniciativa da EMSURB que contempla projetos da Prefeitura de Aracaju, a exemplo do Projeto Domingo no Parque como uma alternativa de promover e estimular a população para melhor qualidade de vida, promovendo cultura e lazer, além de aproximar as famílias, integrar amigos e diversificar o final de semana. Tem como uma de suas funções ampliar também a sensibilidade musical, contribuindo para uma mudança significativa nos hábitos e padrões da população.

Outro projeto é a Atividade Física no Parque. As atividades físicas desenvolvidas no parque da Sementeira têm como objetivo aumentar o número de freqüentadores e agregar valores positivos na vida dos aracajuanos. O Parque disponibiliza professores preparados para realizar aulas gratuitas ao ar livre de Yoga. Essa atividade física tem sido considerada importante componente de um estilo de vida saudável, devido particularmente a sua associação com diversos

benefícios para a saúde física e mental. Vários autores, entre eles Granz (1982); Kliass (1993), advogam a favor da importância dos parques para a saúde física e mental, com a busca de um bem estar psicológico da população por meio da musicalidade e da organização visual da paisagem. Nas áreas dos parques, as pessoas poderiam por meio das caminhadas e outras habilidades esportivas melhorar suas habilidades sinestésicas corporais, e desenvolver os sentidos de direção, tamanhos, etc.

O parque também vem desenvolvendo o projeto de educação ambiental “Amigos do Planeta Terra” que visa discutir temas ligados ao meio ambiente. A iniciativa promove visitas de grupos de estudantes de escolas públicas e particulares ao parque. Percebemos que ele assume papel de canal educativo que antes era somente designado a escola, contribuindo assim para uma boa formação humana e ambiental. Dentro desse projeto acreditamos que o turismo poderia ser um veículo de comunicação no sentido de sensibilizar as pessoas, sendo ele um meio propagador da conscientização ambiental, no que diz respeito à poluição e degradação.

Além dos projetos mencionados anteriormente, destacam-se: *Horto Florestal*:³³ Local onde são produzidas todas as plantas que embelezam os jardins da cidade de Aracaju; *Farmácia Viva*: Projeto da PMA direcionado à produção de remédios naturais com base em estudos científicos; *Oficina de Papel*: Projeto da ENSURB para a confecção de produtos a partir do papel reciclado e *Escolinha da ENSURB*: Local onde são realizados os cursos de Multiplicadores em Educação Ambiental.

Outra prática que vem sendo desenvolvida é a interação do Parque da Sementeira no Projeto “Natal Luz” com o intuito de atrair maior fluxo de turistas no período natalino. Em 2009, a estimativa do fluxo de turistas superou a do ano de 2008 com mais de mil visitantes por dia.

Percebemos que o objetivo desses projetos implementados no parque tem como intuito diversificar as opções de lazer, atrair a população local e os turistas para o Parque da Sementeira. Com isso conclui-se que o principal beneficiado é a população. Partindo do princípio de que uma cidade boa o suficiente para os próprios habitantes, realmente é excepcional ao turismo (YÁZIGI, 1996).

Considerações Finais

Tendo como base a definição da OMT (2001, p. 38) no que diz respeito ao turista, “movimento de pessoas a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que esta não realize atividades econômicas.” Diante da nossa análise dos questionários, identificamos que a presença de turistas foi inexistente. Isso implica afirmar que falta um posicionamento estratégico e operacional de políticas administrativas para desenvolver as potencialidades existentes no parque para que ele se torne um produto turístico e passe a ser fomentado com intuito de maximizar o uso do espaço através da atividade turística.

O Parque Augusto Franco apresenta elementos com potencialidades para atração turística, e também para a prática de lazer com a família. Em Aracaju ele poderia ser inserido como um produto turístico tanto a nível regional, como também nacional e internacional. Mas, torna-se de fundamental importância a inserção desse atrativo nos roteiros da cidade e atuação de profissionais da área de turismo junto à comunidade para atender e planejar o seu desenvolvimento, denotando sua importância não só para qualidade de vida, mas também no que diz respeito aos aspectos intrínsecos a fauna, a flora, a cultura e a conscientização ambiental.

34

Referências

- GRANZ, G. **The Politics of Park Desing: A History of Urban Parks in America**. The MIT Press. Cambridge, Massachurtts: London, England. 1982. 344p.
- KLIASS, Rosa G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- MACEDO, S.S.& SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.
- OMT- Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao Turismo**. Tradução de Dolores M. R. Córner. São Paulo: Roca, 200.
- Parque da Sementeira. Disponível em: http://www.aracaju.se.gov.br/servicos_urbanos. Acesso em: 28/09/2010
- Parque da Sementeira. Disponível em: <http://www.turismosergipe1.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 28/09/2010.
- SOUZA, A et. al. **A Qualidade de Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Zarah. 1984.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, L. R. L.; MEUNIER, I. M. J.; FREITAS, A. M. M. **Riqueza de densidade de árvores, arvoretas e palmeiras em parques urbanos de Recife, Pernambuco, Brasil**. *Rev. SBAU*, Piracicaba, v. 2, n.4, dez. 2007, p.34 – 49.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo, Hucitec, 1996.

PERCEPÇÕES DO USO TURÍSTICO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE O PARQUE DA SEMENTEIRA

Daniela Lisboa Lapa⁸

Suelayne Oliveira Andrade⁹

Tiago Oliveira Andrade¹⁰

Antônio Carlos Campos¹¹

RESUMO

O presente artigo trata das percepções do uso turístico do Parque da Sementeira sob o viés da geografia urbana, tendo como objetivo a compreensão do uso do espaço não apenas como forma de lazer, mas enquanto parte da dinâmica social urbana. A metodologia, além do apanhado bibliográfico, contou com a observação *in loco* para a descoberta das nuances do lugar em estudo. Destaca-se a localização do Parque, no bairro Jardins, considerado espaço nobre de Aracaju, e sua importância tanto para a comunidade circunvizinha, como para a população da capital sergipana. Os resultados, entretanto, revelam que apesar da importância do parque, o mesmo não apresenta bom estado de conservação e é subutilizado em seu potencial turístico, visto que não ocorre uma constância de atividades educativas e/ou lúdicas que atraíam maior número de visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Parque da Sementeira; Turismo; Espaço Urbano.

35

ABSTRACT

The following article talks about the perceptions on the Sementeira Park's touristic function under the look of urban geography, having as the main goal the comprehension of the space being used not as a form of entertainment only, but also as a part of the urban social dynamics. The methodology, besides the bibliographic compilation, counted on *in loco* observation for the discovery of the studied place's nuances. The park's location, in the Jardins neighborhood, is stressed, as it's considered a more elite area in Aracaju, as is its importance to both the surrounding communities and the Sergipe capital's population. The results, however, reveal that in spite of the park's importance, it does not present very good state of integrity and is underused in its touristic potentials, as there's not constant educational and/or ludic activities that attract a bigger number of visitors.

KEYWORDS: Sementeira Park; Tourism; Urban Space

8Tecnóloga em Gestão do Turismo pelo IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e pós-graduanda em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela FSLF – Faculdade São Luís de França. danielalapa@gmail.com

9Graduada em História pela UFS – Universidade Federal de Sergipe e graduanda em Turismo pela mesma instituição. suelayne@yahoo.com.br

10Graduando em Geografia pela UFS – Universidade Federal de Sergipe. tiagosnta@gmail.com

11Mestre, professor da Universidade Federal de Sergipe e orientador do trabalho, antonio68@gmail.com

Introdução

O presente trabalho objetiva a análise do Parque Augusto Franco, popularmente conhecido como Parque da Sementeira, a partir do viés da geografia urbana e do seu papel turístico-educativo. A ênfase da pesquisa está na mensuração dos aspectos sociais, ou seja, no aspecto urbano em que o parque encontra-se inserido, visualizando sua importância na inclusão de um roteiro turístico como espaço de lazer e ao mesmo tempo de experiências e atividades pedagógicas e sustentáveis.

A metodologia utilizada foi pesquisa de campo com observação *in loco* de aspectos do parque, antecedida de pesquisa bibliográfica de dados e fotos referentes ao mesmo. Buscamos também levantar seu potencial como lugar turístico de Aracaju. A escolha do parque se deu pela sua importância na cidade como contraste ao conjunto arquitetônico do bairro em que se insere, possibilitando à população um contato maior com a natureza e servindo como área de lazer ao aracajuano.

Neste artigo, entende-se por parque urbano não apenas como um simples atrativo turístico da cidade, mas sim como um espaço de uso e lazer da população local e um ambiente onde o visitante deve ser recebido com projetos educativos e ações específicas. Sendo estas ações planejadas para proporcionar o lazer e para uma maior interação do homem com a natureza. A partir de um olhar específico, o espaço do Parque da Sementeira tem se transformado numa “nova” apropriação sociocultural que nos remete a outras perspectivas de uso.

O turismo, por sua vez, é entendido não somente como o deslocamento temporário de pessoas entre novas paisagens, mas sim como o deslocamento do olhar, de novas percepções e sensações, promovendo, inclusive, a possibilidade de a população local enxergar a mesma paisagem de diferentes maneiras. Partindo desse pressuposto, a atividade turística, passa a ser considerada acessível a todo e qualquer cidadão, seja morador da localidade ou visitante, ampliando, com isso, as fronteiras do conceito de turismo e visitante, e de como estes se apropriam do que conseguem ver e sentir da/na paisagem. Ressaltamos, porém, que o uso do parque aqui proposto requer um amplo planejamento, de modo que atenda as necessidades humanas, sociais e ambientais da contemporaneidade, transformando o lazer e o

turismo em instrumentos de conscientização e educação ambiental, tendo o parque urbano como ponto de partida para um novo olhar sobre a cidade.

Uso turístico de parques urbanos: breves reflexões

As ações de planejamento na cidade além de beneficiar a população também contribuem para que a atividade turística se desenvolva e colabore com a economia local. Desta forma, se consolida a importância dos parques urbanos. De acordo com Bardet (1999, p.10): “a cidade não é um agrupamento de ruas e casas, essas apenas são carapaças, as conchas, de uma sociedade de pessoas”. Portanto, ela requer muito mais que espaços de acomodação. A cidade precisa de espaços de convivência, dentre os quais, destacam-se os parques públicos a serem utilizados para o lazer de seus cidadãos e que também pode cumprir um papel de atrair turistas, contribuindo ainda para a valorização da paisagem, melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida.

A implantação e manutenção de parques urbanos se justificam em razão da deficiência de espaços livres para a construção de equipamentos públicos de educação e saúde. Embora, em sua maioria, não façam parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os parques permitem o exercício do repensar as práticas humanas em espaços extremamente urbanizados, revelando o paradoxo entre a sensação de estar no parque e de logo depois enfrentar o trânsito e os arranha-céus que o cercam. Macedo e Sakata (2003, p.208) reforçam essa função social exercida pelos parques, ao afirmarem que os mesmos representam “um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana”.

A imagem a seguir revela a vegetação do Parque da Sementeira, incrustado no conjunto arquitetônico de Aracaju, com destaque para a importância do Parque enquanto área verde e alternativa de lazer para os moradores não apenas das áreas próximas, mas de toda a cidade e turistas (Foto 01).



Foto 01 – Lago artificial com conjunto arquitetônico ao fundo.

Fonte: Acervo de Daniela Lapa

38

Analisando as definições de Macedo e Sakata (2003), que diz que o parque urbano é um produto da cidade da era industrial. Encontramos as mais puras visões utilitaristas e mercadológicas dos recursos naturais na sociedade capitalista que, muitas vezes, entende o parque urbano como um “enfeite”, não contemplando sua real importância. Nas ruas, árvores, em geral de uma mesma espécie, servem como decoração por determinado tempo. Ao passo que começam a “atrapalhar” o trânsito, a fiação ou a limpeza, perdem então seu espaço e acabam por serem derrubadas. De igual maneira, não sendo percebida a importância do parque urbano, o mesmo torna-se sufocado e sua área acaba por ser diminuída, ou ainda os investimentos tornam-se paulatinamente escassos, até o abandono total.

Em sentido contrário, o viés preservacionista, próprio dos parques urbanos planejados, colabora com o uso racional dos recursos naturais, permitindo que seus visitantes, além de atividades de lazer e descanso, possam também participar da efetiva educação ambiental, através do contato direto com a natureza. Em um ciclo de conservação do meio ambiente, é fundamental frisar que a qualidade do espaço

no qual a pessoa vive, trabalha e se diverte, contribui consideravelmente na própria qualidade de vida dos indivíduos. Segundo Dumazedier:

(...) lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se integrar de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2000, p. 34)

Diante desta constatação, é importante compreender o lazer como algo intrínseco ao homem moderno que pode também aproveitá-lo como espaço de formação social e não apenas mera descontração. No ambiente urbano, os espaços livres de construções assumem tanto o papel de oferecer iluminação e ar aos elevados edifícios e à concentração de residências, como dar oportunidade ao cidadão satisfazer suas necessidades de ocupação do tempo livre (física, psicológica e social), além de propiciar que áreas relevantes, com características únicas, possam ser preservadas e conservadas.

O turismo, por sua vez, potencializa as atividades de formação humana e ambiental, possibilitando sensibilizar um maior número de pessoas, promovendo uma espécie de mudança de condutas de apropriação que vai desde a apropriação simbólica até constituir atitudes e comportamentos mais respeitáveis com a natureza. Desse modo, o turismo deixa de ser um fim nele mesmo e passa a ser um meio, saindo da superficialidade da contemplação, para a imersão na realidade local e para o real usufruto de todo e qualquer cidadão. É importante esclarecer que como afirma Nucci, que “o governo tem a obrigação de fornecer meios para que toda a população possa ter a oportunidade de escolher livremente como, quando e onde se divertir” (NUCCI, 200, p.89).

Nucci esclarece ainda que a rua antigamente exercia um papel de ponto de encontro tanto para adultos que conversavam nas calçadas, como para as crianças que brincavam livremente. Na atualidade, poucos são os bairros ou espaços em que essa prática persiste. Nem mesmo em muitos condomínios fechados percebe-se essa interação social. O que se nota cada vez mais é a paulatina exclusão do rol de possibilidades de lazer. Fato que justifica a criação de novos espaços e a manutenção dos parques existentes nas cidades.

Percepções sobre o Parque Augusto Franco

O Parque Augusto Franco mais conhecido como Parque da Sementeira, foi criado em 1980 e localiza-se no bairro Jardins, tendo como limites a Avenida Beira Mar ao leste, ao norte a avenida Dep. Sílvio Teixeira, a oeste a Avenida Santos Santana e por fim ao sul a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba – CODEVASF. Ao todo o parque possui cerca de 363.442 m², segundo dados da Prefeitura de Aracaju, obtidos através do mapa municipal oficial, cuja base cartográfica digital foi executada no período de fevereiro a dezembro de 2004, conforme foto aérea a segui (Foto 02).



40

Foto 02 – Vista aérea do Parque Augusto Franco - Aracaju.
Fonte: <http://maps.google.com/maps> (Adaptações dos autores).

Em sua infra-estrutura, o Parque da Sementeira possui sanitários adaptados para pessoas com dificuldades de locomoção, bebedouros, iluminação. As placas de identificação são alocadas tanto nos espaços de freqüentação do público, como na identificação dos maciços e mudas plantadas, possibilitando uma boa orientação e informações valiosas para a população que o visita. O parque é cercado por grades em todos os lados, deixando bem explicito seus limites, porém sua visitação é pública e livre para pedestres em todos os dias da semana. O acesso de veículos é limitado, entretanto, existe amplo estacionamento externo.

Os visitantes do parque possuem perfil extremamente heterogêneo. Encontram-se desde pessoas de classe média/ alta que realizam caminhadas ou

exercícios no início da manhã e ao final da tarde, como também pessoas que utilizam o parque para descanso no horário do almoço; no caso dos trabalhadores da construção civil das proximidades. Outros públicos de classe social média/ baixa freqüentam o parque aos fins de semana em busca de lazer familiar. Entretanto, essa análise é generalizada, com base em observações *in loco*, em virtude da grande variabilidade do perfil do público que freqüenta o parque cotidianamente ou ocasionalmente.

O parque tem a recreação como uma das principais funções. Apresentando atrativos como: parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol, espaço com aparelhos para exercícios físicos, pista para caminhada e passeios de bicicleta, além de quiosques para prática de piqueniques. Desta forma, o Parque da Sementeira vem sendo bastante utilizado pela população aracajuana como uma opção de lazer. A depender do dia da semana, essa função varia, visto que o parque também é aproveitado para prática esportiva, ponto de encontro, atividades administrativas e culturais, esta última, observada na foto a seguir (Foto03).



Foto 03 – Exercício de Alongamento Coletivo. Fonte: www.canalvivabem.com.br

Além das atividades de lazer cotidianas, o parque serve como palco de eventos sócio-religiosos e culturais da cidade e comemorações de diversos tipos, Enquanto parte dos festejos natalinos, o parque é utilizado para a montagem de um gigantesco presépio de natal (foto 04), onde ocorrem apresentações teatrais.



Foto 04 – Fachada do presépio natalino. Fonte: Carllos Costa

O viés comercial do parque é eminentemente simples. Nos momentos em que o espaço é utilizado para realização de eventos, vendedores ambulantes de alimentos, principalmente, aproveitam o grande movimento de pessoas para geração de renda. Projetos como “Domingo no Parque” levam a Orquestra Sinfônica de Sergipe (ORSSE) para apresentações gratuitas ao público em geral. Atividades como estas são comuns, visto que várias instituições aproveitam a área do parque para a realização de eventos de grande e médio porte. Tais eventos são importantes para “a socialização, formação e aperfeiçoamento para o exercício da cidadania” (NETO *apud* PINSKY; FUNARI, 2009, p. 63), já que eles acabam contribuindo para uma identificação da comunidade com o patrimônio local. Assim esses eventos colaboram com a promoção da cultura e favorecem a revitalização do espaço para o consumo da cultura, atraindo o interesse de outros indivíduos e mesmo investimentos para o local.

Em sua função administrativa, o parque abriga a sede da Empresa Municipal de Serviços Urbanos – EMSURB – e o Comando Geral da Guarda Municipal. Destaca-se um dos setores da EMSURB, o horto florestal, onde são produzidas

todas as plantas que compõem os canteiros e jardins da cidade (foto 05). A empresa municipal também é responsável pela Farmácia Viva, um projeto direcionado à produção de remédios naturais com base em estudos científicos. É na Sementeira que também está localizada a oficina de papel (foto 06), um projeto da EMSURB para a confecção de produtos a partir do papel reciclado. Esses projetos desenvolvidos dentro do Parque da Sementeira favorecem atividades socioeducativas que fomenta a visitação pedagógica de escolas da região e contribuem para a formação do cidadão sob o aspecto da sustentabilidade e da educação ambiental.



Foto 05 – Funcionário na produção de mudas.
Fonte: Acervo de Daniela Lapa



Foto 06 – Oficina de papel – espaço de reciclagem. Fonte: Acervo de Daniela Lapa

Destarte, o parque cumpre importante função social de preservação do meio ambiente. Além dos lagos, o parque dispõe de ampla área verde. São mais de 93 espécies de árvores da mata atlântica, que servem de refúgio para algumas aves raras como a *Arara pequenina*, *João-de-barro*, *Canário*, *Gavião*, *Coruja*, *Rolinha-do pará* entre outras. Assim, o parque concentra um ambiente de ar puro, circundado de grandes avenidas e construções, mantendo, porém, sua característica de espaço de tranquilidade e silêncio. Com esse aspecto natural, contraria a lógica urbana e, em meio a um conglomerado arquitetônico, cria um ambiente que mesmo próximo do cotidiano humano torna-se reserva que distancia da realidade vizinha trazendo o homem moderno a aproximar-se da natureza (Foto 07).



Foto 07 – Plantio de Mudas. Fonte: www.skyscrapercity.com

Por situar-se dentro da área urbana, o parque da Sementeira possui potencial turístico singular, oferecendo um espaço para atividades esportivas, de lazer em contato com a natureza e apresentando projetos que envolvem temas como meio-ambiente e sustentabilidade, além dos eventos culturais que atraem pessoas não pertencentes à comunidade aracajuana, o parque é um favorável cartão de visitas para a cidade, mesmo esta tendo um potencial e um claro trabalho de marketing para divulgação do turismo de praia e sol.

44

Entre os demais atrativos do Parque, destaca-se a recente inaugurada Casa de Ciência e Tecnologia de Aracaju – CCTECA. Uma área onde estão dispostos equipamentos e experimentos científicos e tecnológicos à disposição do público em geral.

O Parque da Sementeira está situado entre amplas avenidas e imponentes construções que fazem parte do Bairro Jardins. Considerado área nobre, o bairro abriga um dos dois *shoppings centers* da cidade, este possui ruas amplas e planas, praças, canteiros e canais abertos. Por conta da proximidade com o shopping Jardins, a vocação comercial do bairro vem aflorando aos poucos. Entretanto, ele permanece predominantemente residencial. Visto que as quadras são bem definidas e já foram capitalizadas e apropriadas pelos grandes promotores imobiliários urbanos como futura área de ocupação elitizada através de condomínios fechados

projetados. Apesar do movimento intenso, as ruas são limpas, relativamente seguras e atrativas. O deslocamento é facilitado tanto pelas ruas largas e interligadas com importantes avenidas da cidade e pela grande frota de ônibus que percorre o bairro.

Dentre os processos espaciais característicos da cidade, o bairro apresenta um destaque relevante para o processo de centralização espacial. Predominantemente residencial, o bairro centraliza uma função comercial nas proximidades do Shopping Jardins. Com um número crescente de lojas de departamento, restaurantes, escolas e, mais recentemente, hospital e clínicas, fato que possibilita a geração de novos fluxos de pessoas que habitam em outras localidades da capital e se deslocam diariamente para o bairro, a fim de exercerem suas funções e utilizar os serviços dispostos nas áreas circunvizinhas.

Por todo o bairro, percebe-se a existência de grandes lotes de terra cercados em vias de transformação urbana. Os lotes pertencem a construtoras que aproveitam o avanço da urbanização para realizarem especulação imobiliária em seus terrenos. Campos Filho define especulação imobiliária, em termos gerais, como sendo “[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos[...]” (2001, p. 48). ⁴⁵

Sendo assim, na área a oeste do parque, o volume de construções, a valorização do bairro, os investimentos dos setores públicos em abertura de novas ruas e avenidas, cobertura de canais e arborização, aliado ao planejamento estratégico das empresas, especialmente do setor de serviços, faz com que mesmo em um bairro nobre, ainda persistam “elementos funcionais da cidade”, que cada vez mais é apropriada por quem pode pagar pelas amenidades da natureza.

Para Lefebvre (1971), a apropriação dos espaços da cidade é um processo importante contra a alienação que se dá na esfera do que se convencionou chamar de vida cotidiana. A vida cotidiana corresponde ao nível da realidade social que constitui o centro real da práxis. Como é o caso das múltiplas apropriações e possibilidades ensejadas pelo Parque da Sementeira.

Neste contexto, a apropriação é resultado de um processo complexo que Korosec (1986), define através das seguintes considerações:

- Apropriação não é meramente domínio legal (não imprescindível) senão é o

próprio domínio das significações dos objetos.

- A apropriação se constitui num saber fazer histórico mediado socialmente. Portanto implica um processo de socialização das potencialidades dos lugares e dos indivíduos.
- Toda apropriação é um processo, um fenômeno temporal. Portanto tem-se que considerar as transformações da sociedade e dos sujeitos no tempo, não só como consumidores de objetos, mas, sobretudo, de espaços.

Dessa maneira, a apropriação do parque seja pelos moradores ou pelos turistas passa a se constituir num processo dinâmico necessário a conexão da cidade e dos cidadãos a partir de novas formas de interação dos indivíduos (vivência) com seu meio externo no sentido de valorizar/ usar os lugares da cidade e estes passarem a ser considerados como pertencentes a esta sociedade, cercada de contradições.

Considerações Finais

Assim, avaliamos o Parque da Sementeira possui grande importância para a sociedade aracajuana, se observado o volume e a heterogeneidade dos seus frequentadores. A sua presença contrasta com o ritmo frenético próprio do centro e subcentros urbanos da cidade e possibilita uma elevação da qualidade de vida da população.

O parque urbano constitui um ponto de resistência ao modelo de ocupação urbana com larga especulação imobiliária que cada vez mais sufoca as áreas livres. Se considerada sua importância a partir dos investimentos em lazer e na manutenção dos recursos e conscientização da natureza, ele cumpre o papel de reconectar o homem urbano com o ambiente. E é aqui em que o turismo atua, através de um adequado planejamento e uso racional, ele passa a ser responsável pelo desenvolvimento da localidade, interligando o ambiente natural com geração de renda, incentivo a atividades socioculturais e principalmente, a manutenção da identidade dos lugares.

É importante destacar ainda a dinâmica dos espaços que se sobrepõe e se materializam no urbano. Essa constatação se deu a partir da observação de várias funções exercidas pelo Parque da Sementeira no seio social em que está inserido. Uma vez que o parque pode se configurar tanto como lugar de passagem, quanto

localização das amenidades apropriadas de diferentes formas pelos cidadãos. De certa forma, Concordamos com Henri Lefebvre quando explica que “a natureza não se substitui senão que se transforma” (1971, p. 165). Neste sentido, a apropriação é sempre o objetivo, o sentido, a finalidade da vida social. Em outras palavras, sem apropriação muitos processos e aspectos da vida urbana não poderiam ser explicados ou mesmo (re) produzidos.

Referências

- ARACAJU. **Parque da Sementeira**. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/servicos_urbanos>. Acesso em 04 de junho de 2008.
- BARDET, G. **O Urbanismo**. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- D'ANTONA, Á. de O. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2009. p.81-94.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- KOROSEC-SERFATY, P. (Ed) (1986a) **L'appropriation de l'espace**. IAPC-3. Strasbourg-Louvain la Neuve, CIACO
- LEFEBVRE, H.(1971) **De lo rural a lo urbano**. Barcelona, Península
- NETO, F. P. de M. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2009. p.53-68.
- NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental & adensamento urbano: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

ANÁLISE PRELIMINAR DOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER DA PRAIA DE ATALAIA EM ARACAJU/SE: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E TURISMO¹²

Diego de Sousa Mendes¹³

Luciana Caroline P. Garcia¹⁴

Tamires Santos Oliveira¹⁵

Silvan Menezes dos Santos¹⁶

Resumo:

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento que busca analisar a infra-estrutura de esporte e de lazer da nova orla da praia de Atalaia em Aracaju/SE. O estudo pretende identificar a implantação, manutenção e uso da infra-estrutura dos equipamentos de esporte e lazer no referido espaço, considerando as demandas e necessidades da população, bem como a orientação de políticas públicas de esporte e lazer em Aracaju. Trata-se de um estudo qualitativo de abordagem Descritiva. Os dados foram coletados a partir de observações com registro em diário de campo e tratados a partir de Análise de Conteúdo.

Palavras-Chaves: Equipamentos de Lazer, Políticas Públicas, Espaço Público

48

Resumen

Este trabajo analiza la infraestructura del deporte y de ocio de que el nuevo borde de la playa de Atalaia Aracaju/ SE. El estudio tiene como objetivo identificar el despliegue, mantenimiento y uso de equipamientos de infraestructura para el deporte y el ocio vigilante Litoral, teniendo en cuenta las demandas y necesidades de la población, así como la orientación de las políticas públicas para el deporte y el ocio en Aracaju.

Palabras claves: Equipo de Ocio, Política Pública; Espacio Público.

¹² Contribuíram para esse trabalho: Cristiano Mezzaroba Prof. Ms. DEF/UFS, Sergio Dorenski Prof. Msc. DEF/UFS, Paula Aragão Licenciada em Educação Física DEF/UFS, Aliomar de Carvalho Santos Licenciado em Educação Física pelo DEF/UFS.

¹³ Prof. Ms. DEF/UFS - diegomendes20@hotmail.com

¹⁴ Licenciada em Educação Física pela UNIT – carol_pina_3@hotmail.com

¹⁵ Acadêmica DEF/UFS – Bolsista Rede Cedes/M.E - tamiresgalega89@hotmail.com

¹⁶ Acadêmico DEF/UFS – Bolsista Rede Cedes/M.E - bam_menezes@hotmail.com

A Orla de Atalaia e seus equipamentos de esporte e lazer como problemática de pesquisa: notas iniciais

A nova Orla da Praia de Atalaia em Aracaju/SE se constitui em um cartão postal da cidade. Reformulada com diversos equipamentos para as práticas esportivas e de lazer, configura-se como um local “ideal” no tocante as opções de lazer para os aracajuanos e turistas que visitam a cidade.

Este espaço é considerado atualmente uma das mais belas e equipadas orlas do país, sendo totalmente preparada para o turismo, lazer e entretenimento. Com 6 km de extensão, tem iluminação para uso noturno, espaços culturais e um complexo de bares e restaurantes. Possui equipamentos de ginástica, banheiros, ciclovia com mais de 5 mil metros de extensão, parques infantis, caramanchões, passarelas de acesso ao mar, espaço tenístico com 12 (doze) quadras, espaço de vôlei de praia, campo de futebol de areia, parede de escaladas, complexo de esportes radicais com rampas de skate, estacionamentos com capacidade de 1.359 automóveis, além de um Centro de Arte e Cultura de Sergipe com 1.610 m², que abriga 48 boxes. O espaço dispõe ainda de bancas de revistas, refletores de luz, telefones públicos, placas de informações, fontes luminosas, delegacia para turista, lagos, rede hoteleira, monumentos históricos, pista de MotoCross e Kartódromo¹⁷, entre outras.

Apesar da Orla de Atalaia constituir-se como um espaço eminentemente público, diferentes equipamentos de esporte e lazer encontram-se marcados pela lógica da privatização, a exemplo das quadras de tênis, do Kartódromo, o oceanário, a pista de MotoCross e outros, que são administrados por entidades privadas. Diante de tal fato, parte da população local encontra dificuldade de acesso à bens e práticas situadas na Orla, devido à cerceamentos econômicos ou pela ausência de políticas públicas atentas às necessidades sociais de transporte, segurança pública, manutenção dos equipamentos etc.

Neste sentido, julgamos ser necessário a realização de um estudo que investigue as condições estruturais de acesso da população, bem como a implantação de políticas públicas na Orla de Atalaia. Desta constatação inicial surgiu o “Projeto Orla”, uma proposta de estudo em andamento sobre a infra-estrutura, ocupação, acessibilidade e políticas públicas de Esporte e Lazer da Orla de Atalaia,

¹⁷ Informações extraídas do site: <http://www.orladeatalaia.com.br>

em Aracaju, visando identificar pontos que possam sugerir melhoria da qualidade do serviço oferecido à sociedade, especialmente pelo setor público.

O projeto foi elaborado para ser desenvolvido a partir de três eixos centrais: 1. O levantamento e a análise dos equipamentos de Esporte e Lazer situados na Orla de Atalaia (suas condições estruturais e ocupação); 2. Identificação e Análise dos grupos (“tribos”) frequentadores da orla (formas de apropriação dos equipamentos, demandas e significados atribuídos a esses por grupos específicos); 3. A gestão e políticas públicas da/para Orla de Atalaia (relação entre esfera pública e privada, políticas públicas para esporte e lazer).

O presente artigo, entretanto, pretende apresentar ao leitor os dados e análises iniciais contidos no primeiro eixo do projeto, quer seja, do levantamento e da análise dos equipamentos de Esporte e Lazer da Orla de Atalaia, bem como suas condições estruturais e forma de ocupação pelo público.

Procedimentos Metodológicos

No tocante aos aspectos metodológicos, este estudo parte da perspectiva Descritiva de pesquisa, numa abordagem Qualitativa. Tem por característica a descrição interpretativa dos sujeitos e das situações envolvidas com o máximo de abrangência e detalhamento sobre os fatos e fenômenos investigados. Seu foco essencial está em conhecer os traços característicos do objeto, as pessoas envolvidas, o espaço, os valores, os problemas etc. (TRIVIÑOS, 1987).

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta do espaço da Orla de Atalaia e seus equipamentos de Esporte e Lazer durante um período de dois meses, Maio e Junho de 2010. Devido a extensão do campo de pesquisa, a Orla foi dividida estratégica/didaticamente em 3 setores de 2 Km, aproximadamente, e os pesquisadores divididos em 3 subgrupos, cada qual responsável pela observação de um setor. As observações foram feitas de maneira assistemática, de acordo com a disponibilidade de horário dos pesquisadores, sendo garantido, no entanto, em cada setor, observações repetidas em turnos distintos (diurno e noturno), bem como em dias da semana e fins de semana, considerando que supostamente os horários de maior fluxo na Orla de Atalaia são pela noite e aos fins de semana.

O registro das observações dos equipamentos da orla de Atalaia está sendo realizado a partir do uso de diário de campo, bem como de registro de imagens com máquina fotográfica digital. Já para o tratamento dos dados, todos os elementos dos diários de campo (construído por cada pesquisador/observador) foram digitalizados utilizando os *softwares Microsoft Word e Microsoft Excel*, versão 2007, e submetidos à *análise de conteúdo*, a partir da perspectiva de Bardin (1977).

Os espaços e os equipamentos de esporte e lazer situados na problemática da urbanidade

A realização de estudos de mapeamento e análise de espaços e equipamentos de esporte e lazer articulados às perspectivas de desenvolvimento de políticas públicas, embora seja uma tendência crescente na realidade brasileira, ainda necessita de ampliações. A composição de pesquisas com tais características é o ponto de partida para consolidação de um diálogo aberto e rigoroso entre o poder público e as demandas sociais contemporâneas referentes ao esporte e lazer.

Conforme aponta Pinto *et al.* (2008), a partir dos anos de 1980 a produção acadêmica sobre o lazer nos cursos brasileiros de Educação Física foi vastamente ampliada, “sendo criados inúmeros Grupos de Estudos, criados Bacharelados em Lazer no nível de graduação, realizados vários cursos de especialização lato sensu, incluídas linhas de pesquisa em Lazer em Cursos de Mestrado e , atualmente, criado o Mestrado – stritu sensu – em Lazer na UFMG” (p.50). Esse fato trouxe desdobramentos também para a produção acadêmica vinculada aos estudos de infra-estrutura de esporte e lazer. Os estudos que se situam nessa linha começam a surgir no cenário nacional com maior frequência nos últimos anos da década de 1990 e ao longo dos anos iniciais do sec. XXI.

Antes de entrarmos na discussão específica sobre os espaços e equipamentos de esporte lazer, buscamos deixar claro que trabalhamos nesse estudo com um entendimento de lazer situado no escopo mais amplo das transformações sociais em curso no mundo do trabalho, centrando-se nas determinações que atravessam a esfera política, especialmente, aquelas relativas à desintegração dos direitos sociais, em que o lazer pode se prestar à

educação/formação para a cidadania. Para tal, tomamos como referência o conceito de *lazerania* empreendido por Mascarenhas (2004. p. 74-75), que se refere à:

Possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social e popular de uma sociedade cujo direito ao lazer tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico.

Dito isso, julgamos procedente compreender a problemática dos espaços e equipamentos de lazer na contemporaneidade, a partir de um olhar sobre o processo de urbanização. Para Henri Lefebvre (1969), filósofo e sociólogo francês, em sua obra “O direito à cidade”, a industrialização é um ponto marcante para a apresentação da problemática urbana. O autor aponta que a cidade precede o processo de industrialização, mas esse marca definitivamente a configuração e a lógica urbana.

A organização social das cidades se transforma com a industrialização e o capitalismo, tornando-se lugar de produção e acumulação de bens materiais, bem como de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. Os centros urbanos passam a ser ocupados em grande escala por massas migratórias que abandonam o campo em busca das promessas da vida moderna nas cidades. Os centros das cidades se configuram como espaços comerciais e de oferta de bens e serviços, agregando ao seu redor a burguesia, bem como comerciantes emergentes. É também no centro das cidades que se localizam os espaços de cultura e arte. Isoladas dos centros comerciais, os trabalhadores e recém chegados se aglomeram nas periferias das cidades, consolidando os bolsões de pobreza e criticidade urbana. As indústrias inicialmente se instalam também nas periferias das cidades e não necessariamente junto aos bairros do operariado.

As cidades, após o processo de industrialização, para Lefebvre (1968), mantêm dialeticamente *valor de uso* (marca característica do que ele chama de “obra”) e *valor de troca* (marca característica do “produto”). O *valor de troca*, aos poucos, contamina a lógica das cidades e de seus espaços, transformando-os em lugar de consumo. Os parques, os centros de cultura e arte, tudo passa a ser pensando em função do consumismo. Surge, então, o que Lefebvre(1968) denomina de áreas ou núcleos, demarcações específicas nos centros urbanos que sobrevivem

apenas pelas qualidades estéticas ou possibilidade de lazer: monumentos, espaços para festas, diversão etc.

O núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. (LEFEBVRE, 1968, p 17)

A racionalidade, típica da época, representada pela organização centralizadora do poder na figura do Estado se vê diante da necessidade de tentar (re)organizar as cidades em prol da higienização social (leia-se divisão de classes) e reordenação dos centros urbanos. Segundo Pellegrini (1999, p. 26), “as classes dirigentes ou dominantes criam estratégias para remanejar a cidade, que são essencialmente estratégias de classe”. A autora cita como exemplo o caso da reforma urbanística de Paris, no século XIX, em que foram construídos os famosos *boulevards*, amplas avenidas e espaços vazios que varreram as massas populares das regiões de circulação urbana burguesa. Surge na mesma época em Paris, os *habitats*, moradias populares que atendiam a um conceito funcional e abstrato e que geraram uma periferia desorganizada e dependente da cidade.

Essa lógica de urbanismo dos séculos iniciais do período moderno fez incorporar a noção dos *habitats* às cidades. Os espaços urbanos foram sendo preenchidos pela especulação imobiliária, enquanto os espaços para encontros, para festas e agremiações populares foram sendo subsumidos ou condicionados à segundo plano.

A cidade contemporânea guarda em grande parte traços de sua edificação moderna, seja no que se refere à sua arquitetura, ou mesmo quanto à racionalidade que a subjaz. Deste modo, o aumento demográfico populacional presente nas cidades modernas não foi acompanhado do desenvolvimento de infra-estrutura adequada, gerando abismos sociais, divisões territoriais entre os centros concentradores de benefícios e a escassez de recursos nas periferias, além descompassos no que se refere à existência, concentração e possibilidade de acesso à espaços e equipamentos de lazer¹⁸ (MARCELLINO, 2007).

¹⁸ Nesse estudo, consideramos os conceitos de espaço e equipamento de lazer distintamente. Segundo Santini (1993), os *equipamentos* se referem aos objetos que organizam um determinado espaço em função de determinada atividade, enquanto o *espaço* é entendido como o suporte territorial/geográfico para os equipamentos. Assim, “conclui-se que é possível se exercer atividades

O processo de valorização da cidade enquanto produto diluiu seu *valor de uso*, especialmente no que se refere às perspectivas de encontros humanos, supervalorizando suas potencialidades econômicas, constituindo-a em mais uma mercadoria. Nessa condição, a especulação imobiliária passou a investir numa expansão vertical das cidades, supervalorizando as áreas centrais, que normalmente possuem pouco espaço para construção civil e estimulando o crescimento horizontal. De um lado o poder público é colocado cada vez mais à parte da construção de equipamentos públicos de lazer, dando espaço aos empreendimentos privados, de outro, o aumento da malha urbana dificulta a extensão de recursos às regiões mais afastadas.

Como consequências gerais, temos o isolamento entre os habitantes e desses com a cidade, gerando uma crescente ética individualista. Para Zygmunt Bauman, o indivíduo é o pior inimigo da cidadania e, portanto, das decisões que afetam diretamente a vida da cidade.

O 'cidadão' é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade - enquanto o indivíduo tende a ser morno cético ou prudente em relação à 'causa comum', ao 'bem comum', à 'boa sociedade' ou à sociedade justa'. (BAUMAN, 2001, p.44)

54

Nesse contexto, o cidadão cada vez mais é privado de acesso à bens de lazer, ou, então, se vê expostos à “opções” que impõe restrições à parte da população por questões econômicas, como nos casos dos *shoppings*. Marcellino (2007, p. 18) nos lembra que os equipamentos urbanos de lazer, muitas vezes são assumidos pela iniciativa privada apenas como empreendimentos para atrair o consumidor. “As possibilidades oferecidas em termos de lucro são os critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer”.

No entanto, compactuamos com Padilha (2003) que os equipamentos de esporte e lazer não podem ser vistos apenas da perspectiva do mercado, devendo ser considerados em suas múltiplas possibilidades de significados, permitindo um lazer público e irrestrito à população. Desta maneira, as políticas voltadas ao lazer é preciso considerar a integração de uma rede de equipamentos específicos e não específicos, conforme sugere Requixa (1980).

de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço” (MARCELLINO, 2007, p. 15-16).

Como equipamentos não específicos entende os que, na origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. [...] Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios. (REQUIXA, 1980 apud MARCELLINO, 2007, p. 16)

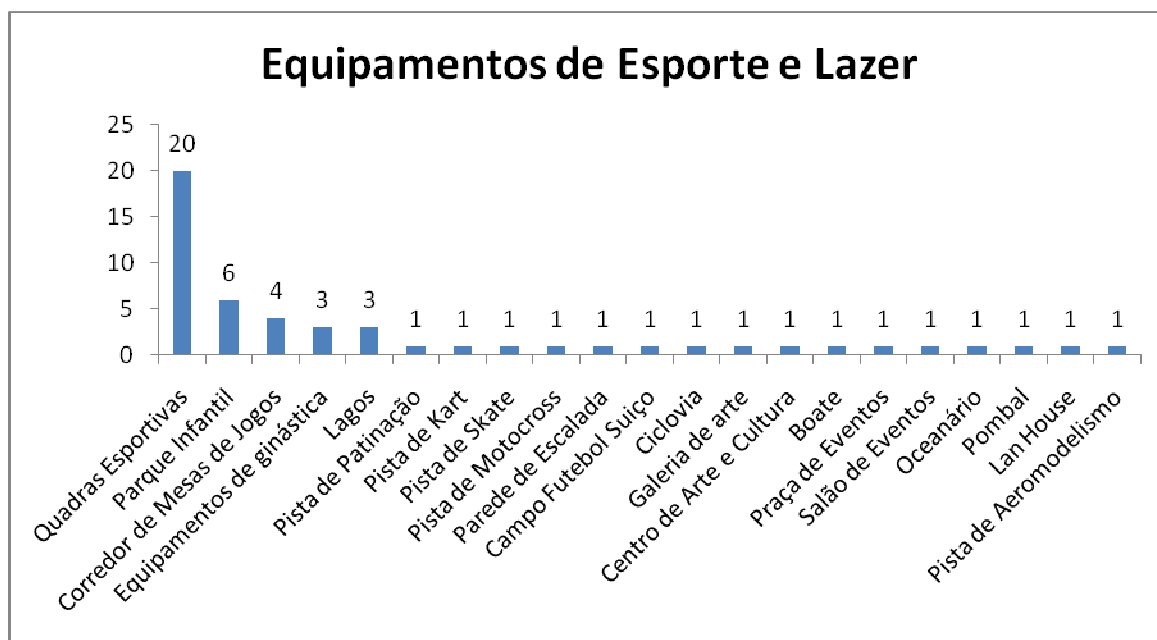
Outrossim, pensamos que para as cidades hodiernas deve haver uma política de estado, inter-setorial (considerando a educação, saúde, esporte etc), para o âmbito do lazer, que considere, entre outras coisas a construção e manutenção de equipamentos de esporte e lazer às possibilidades de gestão participativa e popular, políticas de acessibilidade e auto-sustentabilidade, de organização urbana, de redução do tempo de trabalho etc.

Os equipamentos de esporte e lazer na Orla de Atalaia: levantamento preliminar

Em relação aos dados, nossa pesquisa possibilitou levantar até o presente momento um total de 52 equipamentos específicos de esporte e lazer, de 21 tipos diferentes, ao longo dos 6 km de extensão da Orla de Atalaia, conforme o gráfico abaixo.

55

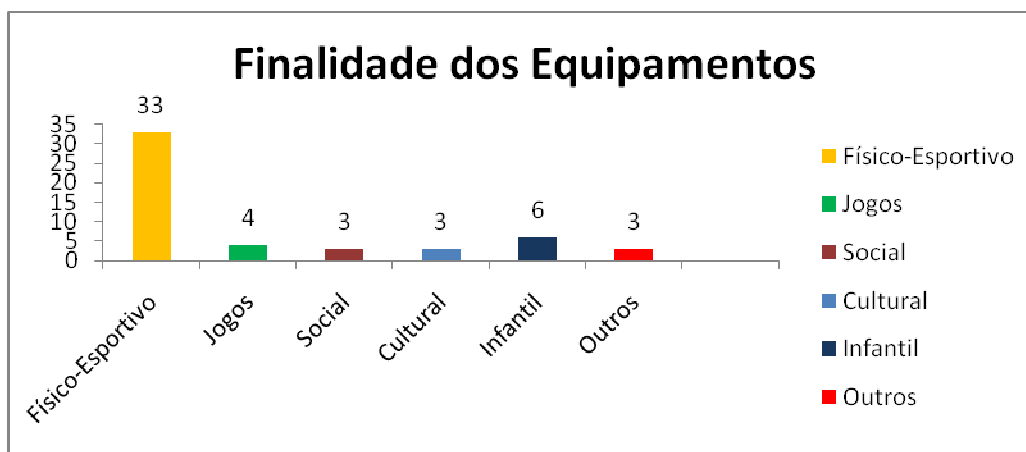
Gráfico 1 – Equipamentos de Esporte e Lazer da Orla



Esse equipamentos foram organizados em 6 categorias, de acordo com as funções as quais são destinados, sendo elas: Cultural; Físico-Esportivo; Infantil; Jogos; Social; Outros.

A pesquisa revela que a maior parte dos equipamentos da Orla de Atalaia se destinam às atividades Físico-Esportivas. Cerca de 63,5% dos equipamentos de toda Orla são destinados a essas atividades, destacando o caráter hegemônico que as atividades físico-esportivas possuem no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. Logo em seguida temos os equipamentos voltados a categoria Infantil, com aproximadamente 11,5% de frequência. As demais categorias possuem menos de 10% de frequência cada.

Gráfico 2 – Finalidade dos Equipamentos da Orla



Com relação aos equipamentos voltados as atividades Físico-Esportivas, constatamos que as quadras de Tênis, por serem administradas pela Federação, estão em melhores condições estruturais que as demais quadras, considerando que esse órgão administrativo cobra uma taxa para o uso dessas. No entanto, de modo geral, todas as quadras do espaço encontram-se em bom estado de conservação.

Já alguns equipamentos de práticas esportivas contemporâneas carregam a marca do que Mascarenhas denomina como Merco lazer, ou seja, são práticas mercadológicas, que, mais que se preocupar com a função lúdica, visa, antes, ser consumida. Alguns dos equipamentos de esportes diferenciados assumem essas características, como a pista de Kart e Motocross. Nesses equipamentos as condições físicas e de manutenção dos equipamentos são boas, contudo, nesses equipamentos que as condições de acesso não estão voltadas a acessibilidade da

população, ao menos enquanto praticantes. Resta apenas a contemplação do espetáculo, ou, no caso do Kartódromo, a utilização mediante pagamento.

Por fim, entre os equipamentos de lazer encontram-se três que não são voltados ao esporte normativo, tais como a ciclovia, que corta toda extensão da Orla, os complexos com equipamentos de Ginástica e os lagos com pistas para caminhada. Em relação às condições estruturais, constatamos que a ciclovia não tem marcação adequada e em determinadas partes se confunde com o espaço de trânsito das pessoas, colocando em questão a segurança dos transeuntes, sejam ciclistas ou não. Os equipamentos de Ginástica se encontram dois deles na região sul da Orla e o maior na região central. Esses equipamentos estão bem conservados quanto a estrutura física, mas não possuem qualquer tipo de orientação quanto ao uso.

Com relação aos equipamentos da categoria Infantil, foram levantados 06 parques, sendo 5 deles de pequeno porte e um de grande porte, denominado Mundo da Criança. Os parques pequenos têm acesso livre e podem ser considerados em boas condições físicas. Já o Mundo da criança, embora contenha brinquedos de caráter gratuito, parte de seus atrativos são pagos e geridos sob a marca da ⁵⁷ privatização. Observamos também que são poucos os espaços destinados à Infância na Orla. Para Marcelino (2008), “a carência de espaços, aliada a outros fatores, vem contribuindo para a substituição quase maciça da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança” (p.136).

Outra marca da Orla, são os equipamentos destinados aos jogos de Mesa, tais como dama e xadrez, jogos de cartas, dominó etc. Em toda extensão do espaço são encontrados 03 desses equipamentos. Embora sejam equipamentos de médio porte, consideramos que a quantidade desses é pequena se comparada a categoria Físico-Esportivo. Quase todos são pouco utilizados, especialmente para as funções as quais foram designadas, as pinturas se encontram mal conservadas e a iluminação para utilização noturna encontra-se precária. Dai ser comum nas observações registros desses equipamentos sendo estes utilizados para prática ilícitas como consumo de drogas ou mesmo como abrigo para pessoas de baixa renda.

Outro ponto analisado é que os equipamentos voltados à sociabilidade (tais como espaço de show, boate e salão de eventos), além de serem numericamente inferiores, estão todos marcados pelo acesso pago. Os equipamentos culturais também são poucos, evidenciando uma desproporcionalidade de investimento nesse âmbito do lazer na Orla.

Além dos equipamentos de esporte e lazer, a Orla de Atalaia possui uma vasta infra-estrutura que dá suporte a esses equipamentos, tais como lixeiras, placas de sinalização, banheiros públicos, adereços de ornamentação e embelezamento tais como fontes luminosas e monumentos históricos. Segundo nossa análise, toda extensão da Orla é repleta de bancos e lixeiras. Esses materiais são encontrados em maior número do que os demais elementos considerados no estudo. É possível aferir que são bem distribuídos espacialmente e em quantidade suficiente, no entanto, foi constatado que muitos lixeiros estão em más condições ou destruídos, seja por atos de depreciação do patrimônio público por parte do público ou mesmo pelo desgaste natural ocasionado pelas condições climáticas.

Ainda com relação à infra-estrutura, pudemos constatar a quantidade insuficiente de banheiros públicos, apenas 3, em 6 km de extensão. Cada um desses banheiros contém divisões para público masculino, feminino e deficiente físico. As observações revelaram que dois desses banheiros não ficavam abertos ao público em boa parte do dia, sendo mais frequente sua abertura aos fins de semanas e a noite – momentos de maior movimento. Apenas um dos banheiros ficava aberto das 8:00 às 20:00 horas todos os dias, fechando somente no horário das 12 às 14 horas.

Por fim, é preciso reforçar ao leitor que os dados aqui apresentados são parciais e estão em fase de tratamento, sendo exposto até o presente momento um conjunto de indicações iniciais que foram observadas. Além das observações e descrições de todos os equipamentos da Orla será aplicado um questionário com os frequentadores para identificar as opiniões populares a respeito da infra-estrutura do local e de suas potencialidades e limites enquanto espaço público de lazer.

Considerações Preliminares

O presente trabalho tem possibilitado compreender melhor as possibilidades de lazer dos aracajuanos no que se refere as condições estruturais da Orla de Atalaia. De modo geral, pudemos constatar que a Orla é mais esvaziada durante os dias da semana e no período diurno. Durante a manhã funcionários fazem a limpeza e manutenção de todo o espaço e os equipamentos privatizados se encontram fechados. Já pela noite e principalmente no final de semana percebemos a presença marcante de crianças e jovens nas quadras jogando futsal, crianças brincando nos parquinhos e pessoas fazendo caminhada, correndo ou andando de bicicleta.

Pudemos observar, ainda, a presença de viaturas policiais passando por toda extensão, o que nos sugere que a Orla conta com um sistema de segurança, no entanto, nos faltam nesse momento dados mais precisos para avaliar a eficiência desse sistema. Em relação ao transporte público, verificamos que os pontos de ônibus na maioria das vezes estavam vazios durante o dia e que não há ônibus suficiente em toda extensão da Orla. Os itens de suporte como telefones públicos, os lixeiros, bancos, mapas, placas de informações na sua maioria estão conservados, embora haja também muitos telefones e lixeiras destruídos pela própria população ou pelas condições climáticas.

59

Constatamos que a Orla é ocupada por pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, com diferentes interesses no que se refere às práticas de lazer. É possível notar que em quase toda extensão da Orla os equipamentos privatizados são frequentes, especialmente no que se referem aqueles voltados à gastronomia e às práticas físico-esportivas. Embora, em relação a esses últimos também há diferentes possibilidades abertas ao público.

Os dados preliminares do estudo apontam ainda que há escassez de políticas públicas voltadas à acessibilidade dos cidadão, visto a falta de planejamento de transporte público adequado ou mesmo de políticas de acesso da população aos bens que se encontram privatizados na Orla, caso do Kartódromo, MotoCross, Oceanário, etc. Deste modo, pensamos ser urgente a implantações de políticas públicas não só de manutenção física do espaço da Orla e de seus equipamentos, bem como de incentivo à participação e gestão popular, de acesso irrestrito aos

bens e práticas desse local, além do incentivo de utilização desse espaço nos horários de menor fluxo através de parcerias com as redes públicas de educação e outras.

Referências

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, M.A.B.; GUTIERREZ, G.L. **Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas**, FEF Unicamp. Revista Conexões, v. 2, n.1, 2004.

_____. **O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização**. Revista Conexões, v.3, n. 1, 2005.

AMARAL, S.C.F. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**, 2003. Tese (doutorado, E.F.) Universidade Estadual de Campinas, SP. 2003 208.p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, M. C. A. A relação governo e sociedade na gestão de política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco- 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, vol. 11, n. 3, 2005.

BRUHNS, H. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: da Unicamp, 1997.

BACAL, S. S.- **Lazer- Teoria e Pesquisa**. Coleção “Brasil dos trabalhadores”-VI. Edições Loyola, 1988.

CRUZ NETO, Otávio. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

FERREIRA, A. R.- **A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia: aproximações históricas**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. 129 p.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. revista. São Paulo: Moraes, 1980.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor A. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**. Porto Alegre, vol. 9, n.1, p.23-44, jan/abr, 2003.

GOMES, M. A. S. **As praças de Ribeirão Preto: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**, Dissertação (Mestrado) Univ. Federal de Uberlândia. 2005.

GUTIERREZ, G.L. **Lazer e pobreza: aspectos de uma falsa questão**. Conexões, Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP Campinas, v1, n 1, 1998.

HACK, C. **Lazer e mídia em culturas juvenis: uma abordagem da vida cotidiana**, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física), PPGEF/UFSC. Florianópolis, 2005.

HACK, C.; RIBEIRO, S. D.; RIBAS DE OLIVEIRA, M. R.; PIRES, G. De L.. **Lazer, Comunidade e Universidade: registros de uma ocupação pacífica**. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, nov/2003, **Anais...** Santo André: SESC/SP 2003.

LOMBARDI, M. I. **Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano**, 2005 Dissertação (mestrado em E.F.) Campinas, SP 88.p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas. Papirus, 1983.

MARCELLINO, N. C. (org). **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana**. Curitiba, OPUS; 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano-políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba-SP**. Curitiba, OPUS, 2007.

MASCARENHAS, F. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, maio/agosto de 2004.

MEZZADRI, F. M. (org.) **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP; Fontoura, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MONTEIRO, S.V. **Modernidade, formas de subjetivação e amizade: potencialidades das experiências de lazer e aventura na natureza**, 2003. Tese (doutorado em EF) Faculdade de Educação Física, Unicamp. Campinas, SP, 2003.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA, L.; MASCARÓ, J. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer**, 2007. Ambiente Construído, Porto Alegre, RS 2007

PEIXOTO, E. **Levantamento do estado da arte nos estudos de lazer: (Brasil) Séculos XX e XXI- alguns apontamentos**. Educ., Soc.Campinas, vol. 8 n. 99, p. 561-586, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PELLEGRIN, A.D. **Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer**, 1999. Dissertação (mestrado e, E.F.) Unicamp. Campinas, SP. 1999. 185 p.

PINTO, L. M. S. M. *et al.* O lazer. In: PINTO, L. M. S. M. *et al.* (Org). **Brincar, Jogar, Viver: intersetorialidade com o PELC** – Volume I, n 1, Novembro de 2008.

POLATO, T.H.P. **Por um lazer potencialmente transformador: um estudo sobre as apropriações conceituais do lazer**, 2004 Dissertação (mestrado em E.F.) Campinas, SP. 2004. 139.p.

RECHIA, S. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Vol. 27, n2 2006.

RECHIA, S. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Vol. 28, n3 2007.

SANTINI, R. C. G. **Dimensões do Lazer e da Recreação. Questões espaciais, sociais e psicológicas.** Ed. Angelotti. São Paulo, 1993.

SERDOURA, F. M.; SILVA, F. N. **Espaço público. Lugar de vida urbana,** .Universidade do Minho, Campus de Gualtar. Braga, Portugal. 2006

SILVA, E. (org). **Espacialização, território e vivência dos moradores nas praças de Três Lagoas-MS,** disponível em www.enapet.ufsc.br/anais> acesso em 22 de out. de 2008.

TRIVINÕS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sórias: a pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WERNECK, C. L. G. MELO, V. A. **Os estudos sobre lazer no Brasil.** Revista Movimento, Porto Alegre, 2004.

INVESTIGANDO ESPAÇOS DE LAZER E SEU USO: AS “TRIBOS” DA ORLA DE ATALAIA EM ARACAJU- SE

Paula Aragão¹⁹

Luciana Caroline Pina Garcia²⁰

Aliomar de Carvalho Santos²¹

Cristiano Mezzaroba²²

RESUMO

Esta pesquisa integra o Projeto Orla, que estuda os espaços públicos de lazer da Orla de Atalaia, Aracaju/SE, a qual reúne um número diversificado de espaços destinados às práticas corporais de esporte e lazer, fato que atrai pessoas de diferentes gostos e estilos. Considerando a localização e estrutura, buscou-se identificar os interesses dos grupos em relação ao espaço e seus equipamentos. Na pesquisa de caráter Qualitativo/descritivo foram utilizados como instrumentos de coleta, a Entrevista Semi-estruturada e o Diário de Campo. Os resultados demonstram que a acessibilidade e a qualidade das estruturas são fatores primordiais de interesse às tribos.

Palavras-chave: Tribos; Espaços Públicos; Lazer

63

ABSTRACT

This research is part of Project Orla that studies public spaces for leisure on the Atalaia seafront in the city of Aracaju/SE, which brings together a diverse number of spaces intended for bodily practices of sport and leisure, attracting people of different tastes and styles. Considering the location and structure, we sought to identify the interests of groups in relation to the space and the equipment. In qualitative/descriptive research were used as data collection instruments, the Semi-structured interview and the Field Journal. The results show that the accessibility and the quality of structures are major factors of interest to the tribes.

Key-words: Tribes, public spaces, leisure.

Introdução

¹⁹ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora do Labomídia/ Grupo de Estudos Observatório da Mídia Esportiva e Professora da Rede Municipal da Cidade de Graccho Cardoso-SE, aragao_paula@hotmail.com.

²⁰ Graduada em Educação Física pela Universidade Tiradentes, Pesquisadora do Labomídia/ Grupo de Estudos Observatório da Mídia Esportiva e Professora Substituta da Rede Estadual de Sergipe, carol_pina_3@hotmail.com.

²¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe e Pesquisador do Labomídia/ Grupo de Estudos Observatório da Mídia Esportiva, mazilock@hotmail.com.

²² Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador do Labomídia/ Grupo de Estudos Observatório da Mídia Esportiva Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

Esta pesquisa integra um projeto maior acerca dos espaços públicos de lazer da Orla de Atalaia, Aracaju/SE, denominado Projeto Orla²³ o qual foi construído no grupo Observatório da Mídia Esportiva da Universidade Federal de Sergipe²⁴.

A Nova Orla de Atalaia²⁵ reúne em toda sua extensão um número diversificado de espaços destinados às práticas corporais de lazer, a exemplo da caminhada, da corrida e da patinação. Enquadram-se também algumas práticas esportivas como basquetebol, voleibol, futebol, tênis, *skate*, hóquei, entre outras, constituindo-se assim, um ponto de encontro do que se pode chamar de diversidade de grupos sociais, aqui denominados tribos²⁶.

A palavra “tribo” se aplica a um grupo social com relativa ocupação espacial e que pode apresentar culturas próprias, isento de organização política ou qualquer forma da autoridade (FERREIRA, 2001). Observando cada espaço de lazer ocupado na orla: quadras, pistas, parques, praças, entre outros, percebe-se a existência de características peculiares aos grupos frequentadores desses espaços, tanto no tocante às vestimentas, acessórios e linguagem, quanto aos estilos, uso de gírias, expressões e comportamentos.

Assim, considerando a acessibilidade, localização e estrutura do espaço, o tempo de permanência, os horários e os dias de maior aglomeração é possível delinear alguns aspectos culturais, econômicos e sociais (englobando normas, valores e *status*) que caracterizam estes grupos. Diante disso, buscamos identificar quais os seus interesses em relação aos espaços públicos de lazer da Orla de Atalaia.

Neste sentido, é válido ressaltar que outras indagações nos ajudaram na construção do objetivo proposto: encontrar os fatores relevantes quanto aos interesses em frequentá-los; observar os sujeitos que constituem estes grupos,

²³ O Projeto foi elaborado pensando em três eixos centrais: 1. Os Espaços Públicos de Lazer; 2. As Competições Esportivas que ocorrem na Orla; 3. As “tribos” que frequentam a Orla.

²⁴ O Grupo de Estudo congrega os pilares da Universidade no tocante ao ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve estudos no campo da Educação Física, Esporte e Mídia e principalmente, a relação mídia-educação, tem sido foco de nossos debates e possibilidades.

²⁵ O espaço público Orla de Atalaia foi construído em duas etapas: 1ª etapa, Projeto Capital entregue em agosto de 1994; 2ª etapa Nova Orla de Atalaia – 2º trecho, entregue em março de 2005 (<http://www.orladeatalaia.com.br/nossaorla.htm>). Eventualmente, no decorrer do trabalho o nome “orla” fará referência a este espaço público.

²⁶ Para a pesquisa seguiremos a ideia de que tribos é uma denominação utilizada para os grupos que frequentam a Orla de Atalaia e por ocuparem espaços distintos e em horários diversificados.

identificando aspectos como os bairros onde moram, o que os caracterizam em termos de indumentária, linguagem e o porquê da prática corporal escolhida.

Mediante uma observação preliminar²⁷ verifica-se que cada espaço possui suas próprias características como os escritos (frases, nomes, desenhos) encontrados nas pistas de skate. Eles esboçam uma linguagem, uma expressão. Diante dessa constatação procuramos entender o sentido dessa linguagem transmitida pelos atores/autores e como ela está relacionada à organização e convivência do grupo. Outro interesse provém do fato de as pessoas se deslocarem dos seus bairros em busca do espaço orla. O que as move nesta direção? E quanto à possível existência de outros espaços de lazer em seus bairros de origem, como pode ser justificado este deslocamento? E por que será que justamente a orla é eleita o ponto de encontro de vários grupos?

O número cada vez maior de freqüentadores nos espaços da Orla de Atalaia atrai olhares²⁸, inclusive o nosso. Este estudo vem proporcionar uma aproximação a novos contextos, instigando novas perspectivas em relação às chamadas “tribos”.

Partindo desse pressuposto, é possível dizer que a análise da pesquisa leva a um entendimento de que diferentes realidades que passam despercebidas no cotidiano (friamente banalizado) de nossa sociedade escondem as razões que obrigam alguns grupos não desfrutarem de todos os atrativos que a orla dispõe; além disso, este estudo possibilita uma compreensão de fatores que provocam o deslocamento dos sujeitos residentes em localidades distantes, em direção aos espaços que podem ser utilizados sem cobrança.

É, portanto, função da pesquisa trazer à tona aspectos que auxiliem no desvelamento da relação entre os grupos e os espaços estudados, enquanto uma integração de recíproca mudança, pois cada grupo parece moldar o seu espaço de acordo com seus gostos, opiniões e *status* social.

²⁷ O Diário de Campo; as entrevistas com os sujeitos e as observações com recursos audiovisuais foram nossos aliados na captura das informações.

²⁸ Verifica-se que a Orla é considerada um espaço destinado ao turismo, às práticas esportivas e a empreendimentos artístico-culturais, seja no campo privado ou público e, portanto, atrai não somente a atenção daqueles que frequentam os seus espaços em busca de algum tipo de refúgio do cotidiano, mas também de pessoas que usufruem dos espaços com vistas em objetivos econômicos e políticos, portanto, os olhares dos observadores se voltam em torno de cada acontecimento com a intenção entender melhor as relações que circundam os espaços de lazer na grande orla.

Tribo: marca cultural e meio de socialização

Toda cultura²⁹ é marcada pelo tempo e espaço presentes. As formas de vida apresentadas no decorrer das evoluções civilizatórias tornam frequentes o aparecimento de grupos de pessoas que se adequam às modificações decorrentes da modernidade que se impõe. As mudanças exprimem outras exigências para a realidade atual, novas adaptações também em termos sócio-culturais. Crianças, jovens e adultos possuem modos específicos de se ajustarem ao meio e uma delas é mediada pelos grupos sociais dos quais participam, isso pode moldar o convívio, gostos, comportamentos e os demais modos de socialização.

A existência de grupos sociais que possuem as características de tribo, é a marca de que há uma diferenciação e formas de socialização.

Para Costa; Pires (2006), cada grupo social dispõe de aspectos pessoais que se identificam por meio dos usos e costumes, dentre eles o destaque é do modo de vestir-se apresentado, e esclarece que as roupas desempenham um papel fundamental no que diz respeito à identificação e reconhecimento no grupo. Neste caso, a roupa transmite um significado por meio de uma linguagem que assegura a cada indivíduo o pertencimento a um determinado grupo social:

Esta linguagem se faz presente em várias circunstâncias, como na rua, no trabalho, na escola, na festa, as pessoas comunicam sua idade, seu sexo, seu nível social, sua personalidade, origem, gostos, enfim, uma série de informações que podem ser identificadas pela moda/indumentária (COSTA; PIRES, 2006, s/p).

Percebe-se, portanto, que cada circunstância acima definida é reproduzida no modo de vestir dos indivíduos. Ele transfere um sentido de divisão de grupos, seja por sexo, etnia, nível social, prática esportiva e outros. Assim, a indumentária poderá configurar também, desafios de formas de poder, no sentido de *status* social; uma forma de estabelecimento de dominação/ocupação em torno dos locais frequentados; além de modelos culturais que correspondem às exigências ditadas pela sociedade.

²⁹ De acordo com Chauí (2006, p. 250-251) o termo cultura é plural, pois os sistemas de proibição e permissão (leis), as instituições sociais, religiosas, políticas, os valores, as crenças, os comportamentos variam de formação social para formação social e podem variar numa mesma sociedade no decorrer do tempo.

O crescente surgimento de diferentes grupos sociais e, principalmente, aqueles nomeados “tribos” reflete na necessidade que as pessoas têm de não estarem sós, isto é, uma necessidade de criar vínculos a partir dos próprios modos de ser e viver.

Segundo Hack; Pires (2005), os agrupamentos sociais constituem formas de socialização nas quais, principalmente a juventude encontra espaço e vai formando sua identidade a partir das situações vivenciadas, considerando suas experiências, percepções e atuações no grupo.

As representações simbólicas³⁰ e situações sociais provocam importante influência na sociedade hodierna refletindo nas ações, costumes e comportamentos das tribos.

Os estudos de Hac; Pires (2005 acerca das culturas juvenis apontam a criação de novos modos de vida como uma necessidade das novas gerações, as quais não podem ser entendidas puramente pelos conceitos geracionais e classistas³¹, mas como organizações capazes de engendrar seus próprios anseios no cotidiano, consolidar sua representatividade social no tempo e no espaço presentes, ações que podem ser ou não contrárias às normas vigentes.

67

É válido ressaltar que as inferências da sociedade não estão restritas à juventude, elas englobam de certa forma indivíduos de todas as idades, sexo e etnias. Por isso, as tribos ou agrupamentos sociais destacados na presente pesquisa também podem criar e recriar seu próprio contexto, desenvolver suas potencialidades e subverter as normas impostas pelo sistema no tocante aos modos de vida, gostos, usos e costumes, enfim, ao seu universo cultural de acordo com interesses que não priorizem aspectos econômicos e consumistas e sim, circunstâncias que acarretem no “avanço individual ou coletivo do processo de desenvolvimento do homem” (PIRES, 2002, p. 130).

³⁰ O que de modo imperceptível age sobre os indivíduos, os quais consciente ou inconscientemente se fazem cúmplices de sua existência e de seu poder provenientes de estruturas sociais que transmitem ideais de uma cultura dominante (BOURDIEU, 2007).

³¹ Para os autores o conceito geracional de juventude provém de definições funcionalistas do processo de socialização o qual deve ocorrer continuamente através da conservação ou sedimentação das relações entre as gerações. Já a conceituação classista é determinada através da representação social do jovem (sexo, etnia e principalmente classe social).

Compreensão acerca do lazer

As pessoas encontram-se normalmente em busca de preencher os horários de não trabalho, destinando-os a algum tipo de diversão ou distração, o que hoje denominamos de “lazer”. É certo que os homens desde a Grécia Antiga consideravam suma importância aos cidadãos (homens livres) uma vida de contemplação da natureza, de reflexão, enfim, a necessidade do ócio (DUMAZEDIER, 1974).

No entanto, este autor não considera que os termos contenham o mesmo significado, lazer e ócio são entendidos normalmente como sinônimos, mas as suas significações exprimem épocas bastante distintas da história da humanidade. Entende-se que sempre existiu o tempo do não trabalho, no entanto, ociosidade denota o estilo de vida dos fidalgos gregos, paga pelo trabalho dos escravos. Por outro lado, isso não exprime a existência do lazer, visto que este segundo termo detém características específicas da civilização moderna ou pós-industrial.

A ociosidade dos nobres estava sempre ligada aos mais altos valores da civilização, mesmo quando na realidade ela era marcada pela mediocridade ou pela baixaza. Entretanto, o conceito de lazer não convém para designar as atividades destas castas ociosas. O lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho (DUMAZEDIER, 1974, p. 28).

68

O tempo livre que as “tribos” observadas preenchem com jogos de recreação, passeios, atividades físicas e de relaxamento, teria sob o prisma sociológico, duas vertentes, isto é, uma visão maniqueísta que mostra uma oportunidade do desenvolvimento humano, progresso da cultura intelectual. Por outro ângulo, o lazer é considerado mais uma criação forçada da sociedade capitalista, marcado pelas características da cultura consumista de massa (DUMAZEDIER, 1974).

Desse modo, as práticas de lazer na Orla de Atalaia podem representar um meio de produção cultural, de livre expressão das pessoas que vão à busca de aproximar-se de si mesmas, nos espaços nos quais se encontram com seus afins; a formação dos grupos sociais também pode dar continuidade à manipulação criada pelo emprego que exige oito horas diárias e para o único dia de repouso promove campeonatos aos peladeiros de final de semana; e um último aspecto, representado pela movimentação de capital nos espaços onde necessariamente é exigido

investimento em troca da utilização, característica responsável pelo aspecto que torna o lazer uma mercadoria não material, além do seu caráter estimulante e prazeroso.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A construção deste estudo configurou-se como uma pesquisa Qualitativa/ Descritiva a partir da realidade observada, pois esta além de proporcionar o conhecimento sobre o objeto de estudo oferece também a possibilidade de correlacionar o fenômeno e as possíveis variáveis (MINAYO, 2007; TRIVIÑOS, 2006).

Para Triviños (2006) as formas de vida precisam, além de tudo, serem interpretadas, não basta descrevê-las, e em uma pesquisa é preciso conduzi-las a um entendimento mais amplo. Sendo assim, para melhor interpretação e análise das relações entre as tribos e os espaços de lazer da orla, foi construído um vídeo-texto, pois se trata de formas de vida, de linguagens e diferenças sócio-culturais. Desse modo, os grupos se tornam protagonistas da vida real e fonte de análise dos olhares atentos dos observadores. De acordo com Ribeiro *et al* (2003), essa construção possibilita o rememorar dos fatos através dos meios tecnológicos, não como deslumbramento, mas como aproximação das “pessoas vivas” com as imagens da realidade e contribui para o entendimento acerca das questões de ocupação desses espaços.

69

Destacamos, portanto, a câmara fotográfica e a filmadora como recursos técnicos para registrar a partir de uma sequência de imagens, os espaços muitas vezes marcados pelas gravuras, desenhos e símbolos, como parte da identidade do grupo. Eles também trouxeram informações a respeito dos sujeitos, o que possibilitou o desenvolvimento da entrevista semi-estruturada utilizada como instrumento de coleta de dados. O Diário de Campo (DC) foi outro recurso utilizado para as observações ocorridas concomitantemente à construção da pesquisa.

Contudo, foi mediante a captação das imagens na Orla de Atalaia – ponto de observação – que identificamos os sujeitos como aqueles que freqüentam a orla, que mantêm uma constância e desfrutam do seu espaço para alguma prática corporal esportiva ou de lazer. Estrategicamente as aproximações se deram a partir

de visitas regulares ao cenário observado, o qual foi fotografado e filmado em horários distintos na intenção de demonstrar suas características em: estrutura, que consiste em monumentos, pistas, quadras, lagoas, bares, hotéis; extensão, equivalente a seis mil metros de extensão; e atrativos, shows, campeonatos, exposições.

As filmagens direcionadas aos grupos em forma de entrevistas e roteiro de imagens simples, através dos quais puderam ser identificados aspectos que puderam ser melhor comprovados mediante recursos audiovisuais. O desenvolvimento do DC, no qual foram anotados dados com datas e horários de visita, merece destaque visto a sua constancia na busca pelas informações imagéticas. Assim, os locais de filmagens foram representados pelas pistas de skate, de patinação, de caminhada, de ciclismo, de kart; pelas quadras poliesportivas, de basquete, de vôlei; pelos lagos, fontes luminosas e monumentos entre outros.

Aproximação das análises iniciais³²

70

Para iniciarmos a análise da pesquisa, apresentamos os sujeitos que contribuíram para o desenvolvimento das observações e do nosso quadro de filmagens, fotografias e entrevistas: os jogadores de futsal de final de semana (FS), os “habilidosos” skatistas (SK) e os patinadores (PA), os ciclistas (BC) “sonhadores” (como futuros profissionais da Bike Cross), os dirigentes do kart (KA), os quase desconhecidos jogadores de hóquei (HO) e os administradores do SESC (AS). Além das indagações norteadoras desta pesquisa, outros aspectos relevantes foram surgindo ao longo da aproximação do campo de estudos mediante os recursos utilizados. A partir de então, surgiram algumas temáticas que contribuíram para as análises das entrevistas, fruto do próprio campo investigativo.

Acessibilidade e Qualidade das Estruturas da Orla: Uma questão Pública ou Privada?

³² Análises em etapa inicial de desenvolvimento.

A acessibilidade dos espaços de lazer da Orla de Atalaia e a qualidade das estruturas são os fatores primordiais de atração das tribos à localidade, apesar de alguns empecilhos para vencer a distância do local de origem dos frequentadores (pois, alguns frequentadores são das circunvizinhanças de Aracaju).

Percebemos que até mesmo quem é de Aracaju enfrenta dificuldades para usufruir do espaço, porém é ainda mais desgastante para os moradores das localidades circunvizinhas. O trecho a seguir demonstra que a qualidade do espaço vence o desafio de chegar até lá.

Tudo de Aracaju. Fora o Ruan que é da Barra (cidade Barra dos Coqueiros). É o nosso goleiro, [...] ele tem que atravessar, mas o resto mora. Um mora no Cirurgia (bairro), outro mora perto do Médici (bairro), Luzia (bairros) [...]Vem de moto, carro, carona. Tem gente que vem de ônibus, tem gente que vem de todo tipo (de transporte)...de bicicleta... (HO).

Devido a localidade ser mais fácil pra todos, [...], assim, a maioria reside não tem a quadra pra o esporte, né? E também a facilidade pra o espaço devido o horário que a gente tá vindo (FS).

Encontramos aqui, nesses depoimentos, pontos importantes para reflexão acerca das contradições no tocante ao espaço público – destinado ao lazer – e a ⁷¹ relação econômica/turística que se manifesta; Ora por que os agentes públicos não desenvolvem políticas de re-estruturação das quadras esportivas, dos parques e espaços de lazer nos bairros? Por que a Orla foi “recheada” das melhorias estruturais de lazer e tornando-se um cartão postal do Estado?

Obviamente que a dimensão econômica sobressai. As grandes corporações hoteleiras, bem como os bares e restaurantes estão localizados na Orla e, portanto, no mundo da estética da mercadoria (HAUG, 1997) e da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) e preferível esconder os problemas nos próprios bairros, ou seja, deixar a “sujeira debaixo do tapete”.

Além disso, deparamos com outra contradição no tocante aos espaços públicos. Algumas instituições como o Serviço Especial do Comércio (SESC), A Federação Sergipana de Tênis (FST) e o Kartódromo de Sergipe são responsáveis pela manutenção de algumas áreas e em contrapartida arrebatam o seu “pedaço no bolo” estipulando taxas para uso da população.

[...] É uma taxa simbólica pra manutenção [...] o gasto é muito grande (no campo socyte) gramado, segurança, aí você tem uma taxa que não chega nem longe, que não tem nem como recuperar [...] comecei a olhar (a tabela de preços) [...] e tava, olhe, de 20 ou 25 reais para associados quando era à noite, R\$ 20,00 de dia. Aí para quem não era comerciante cobrava R\$ 40,00, mesmo assim, 1 hora e meia o cara junta aí um grupo e faz uma cota (AS).

O kart hoje 20 minutos você paga 15 a 20 reais, aí você recebe capacete com macacão, luva, você vem, participa [...], qualquer pessoa pode ter acesso, é um kart que tem proteção, não tem perigo nenhum de você bater e se machucar (KA).

Portanto, a acessibilidade não é tão gratuita, visto que, algumas modalidades e espaços esportivos cobram taxas de acesso o garantindo o acesso seletivo das pessoas em contrapartida do “equivalente geral” que por ter acesso livre e gratuito para todas as pessoas possibilita o encontro entre todos inclusive aqueles que fazem uso dos espaços restritos, estabelecendo assim uma relação mercadológica garantindo o acesso a todos e a poucos.

Da vontade de brincar à elitização “fetichizada” do esporte

O lazer enquanto um aparato mercadológico³³, consegue atrair algumas instituições empresariais em busca do prazer dos poucos usuários, a exemplo dos corredores de kart. 72

No kartódromo, ocorrem campeonatos anuais, amistosos e treinos constantes, contudo, somente a paixão pela prática não proporciona a satisfação de utilizar o espaço. Em entrevista ao corredor e presidente da Associação Sergipana de Kart, identificamos algumas nuances que nos faz pensar até que ponto o espaço público de lazer é de fato público em prol do lazer de todos os tipos de pessoas que frequentam a Orla. Hoje tem pessoas que tem poucas condições e tão no kart. O investimento pra tá numa corrida você gasta de 300 a 400 reais por mês, não é muito em relação ao que você se distrai (KA).

Que sentido podemos atribuir ao termo “condições” neste caso? A que condições está se referindo? Seria de um pai de família que tem que sustentar mulher e filhos, ganhando mensalmente a mesma quantia que alguém que pode investir na utilização do kartódromo para curtir o seu tempo de lazer? Pode-se perceber que é grande a movimentação financeira exigida dos usuários para

³³ Ver Dumazedier, *Sociologia Empírica do Lazer* (1974).

manutenção e conservação da estrutura, tanto no cotidiano e em eventos especiais como campeonatos, que vem atraindo a cobertura jornalística (ano de 2008, etapa final transmitida ao vivo):

[...] Nós temos algumas empresas que estão investindo no kart, mas na maioria são empresas dos próprios empresários, os pilotos aqui a maioria são empresários. Então, cada um banca seu kart, põe o nome da sua empresa [...] A nossa idéia é no próximo ano [...] vendermos as etapas (do campeonato), por exemplo, são dez etapas, a gente faria o seguinte, “1ª etapa- Etapa Coca-cola de Kart”, então, a coca-cola viria pagaria um valor, esse valor seria subsidiado para a associação, né? E seria distribuído em forma de recursos para os pilotos [...] Nós fizemos o convite, foi estabelecida uma cota, valores. A minha empresa comprou uma cota, por exemplo, foi R\$ 1000, aí duas ou três empresas de outras pessoas aqui também compraram uma cota. Ela (a empresa televisiva) não veio de graça não (KA).

Percebemos, então, no tocante ao Kart, que vai mais além da vontade de brincar com aqueles carrinhos velozes. É preciso disponibilizar uma boa quantia em dinheiro para acessá-los, bem como a ótica que perpassa os “bastidores” é a ótica do capital, da circulação do dinheiro e principalmente, do lucro.

Este não é um problema apenas do Kart, mas também identificamos outra área destinada ao lazer com taxa de manutenção cobrada por uso. Assim, outro destaque é a aproximação das pessoas mediante o vínculo empregatício. Em uma das situações de visita ao ponto de observação foi descoberta a “tribo do futebol”, constituída por pessoas que fazem parte de uma mesma empresa.

Podemos reportar este recorte ao lazer como criação forçada da sociedade capitalista, na qual ele é entendido como atividade que mascara a manipulação da empresa sobre o horário de trabalho dos seus empregados³⁴. Os trabalhadores são induzidos a conduzir o tempo de lazer de acordo com o que lhes proporciona a empresa, que nada mais é do que um modo de manipulá-los. Lembrando que não é à toa o incentivo à prática, que é uma “paixão nacional”, por assim dizer.

Assim, os jogadores de final de semana dedicam seu único tempo livre a mais uma forma de supervisão da empresa nos amistosos e torneios de futsal, criados aos finais de semana.

[...]o ideal seria pra gente o futebol, mas devido a quantidade de gente não é suficiente para o futebol, aí escolhemos (o futsal) [...]. É uma peladinha,

³⁴ Ver Dumazedier, *Sociologia Empírica do Lazer* (1974).

bem dizendo, só que é disputa, né? Uma loja contra a outra, entendeu? (FS).

Dois incentivos complementam a vontade dos jogadores, vestimenta e premiação. Porém, segundo relatos o prêmio já não existe, mas eles continuam jogando com o uniforme da empresa.

O uniforme, assim, o uniforme é dado pela empresa, que a empresa cede pra gente. A gente pega e vem jogar aqui, né? Como aqui mesmo tinha nas lojas, cada loja tinha um diferente desse aqui (uniforme), era campo antes, era uma loja disputando com a outra como se tivesse um campeonato. Tinha um presente para o time que ganhasse, [...] Só que parou (FS).

Do relacionamento entre as pessoas às práticas esportivas não convencionais

Dentre os motivos que impelem os grupos a se agradarem das práticas de lazer que a Orla oferece, encontramos também razões para algumas pessoas se encontrarem e se descobrirem em gostos estilos, demonstrando o aspecto do lazer que exprime criação, expressão e satisfação de um grupo, ou de um membro do grupo, considerando neste aspecto o sentimento de pertença em relação a alguma tribo como demonstração da função de socialização desses grupos apontada por Hack; Pires (2005).

74

[...] quando eles começaram a fazer a pista eu vinha passear na orla e também eu via a galera andando, me interessei pelo skate, achei uma prática legal e pedi um skate a meu pai e minha mãe. Acharam meio estranho [...], mas me deram e to andando até hoje.[...]. A pista sem dúvida é mais fácil pra mim, mais prático, que na verdade foi aqui que comecei a andar de skate, [...] Então, já tem, vamos dizer, um afeto maior [...] Conheci todos a partir do momento que comecei a andar de skate (SK).

Existe uma grande diversidade que marca o grupo, mas que em pequenos aspectos chama atenção e se torna algo que o identifica. Ao verificar os relatos da skatista destacamos outro aspecto relevante para a formação das tribos, suas peculiaridades. Costa; Pires (2006) enfatizam em seus estudos a importância da identidade de uma tribo, das principais características que consolidam sua existência, principalmente quando se trata da indumentária, mas não podemos negar as individualidades.

Destacamos as seguintes afirmativas acerca dos skatistas.

Assim, você pode reparar que talvez não, as pessoas que estão assim de fora quando olha podem perceber todo mundo igual, mas quem frequenta aqui, anda de skate mesmo, que tem primo parente, enfim, percebe que não é bem assim. Cada um tem um estilo de roupa diferente, cada um tem uma maneira de andar de skate diferente né? Um anda com mais impacto, outro anda com manobras mais técnicas e assim vai [...] algumas pessoas preferem andar com uma calça mais larga, porque tem mais facilidade de movimento, outras pessoas já preferem mais justas, porque a calça pode enrolar, pode embolar na roda, pode atrapalhar na hora que tiver mandando a manobra. Então, isso é de cada pessoa mesmo (SK).

Eu acredito que toda forma de arte, porque os grafites e até mesmo as pichações não deixam de ser uma forma, e todas essas formas de arte tem um significado diferente para cada pessoa.[...]. Mas eu acho que combina um pouco assim, com o skate em si, o jeito despojado, as letras mesmo podem significar alguma coisa pra mim, mas pra você não é a mesma coisa, não pode significar nada [...]. Sim, sim. Eu acho que é um ponto que a gente pode tirar, a gente aí, o estilo mesmo, eu acho que dá pra você encaixar o skate dentro dessa forma de arte. Desse tipo de arte (SK).

Neste contexto, observamos que existem modalidades esportivas até então, despercebidas pela comunidade aracajuana, é o caso do Hóquei. Além da dificuldade de aceitação da modalidade, os praticantes têm que driblar todas as dificuldades para consolidar esta prática esportiva. Os jogadores de hóquei, relatam toda a dificuldade de comprar um equipamento muito dispendioso e expressam o

75

Aqui se você for ver só o preço dos patins é um absurdo! É quem pergunta isso (custo para entrar no time), falo logo, olha não é barato não. A gente não compra equipamento todo novo, porque já compra usado mesmo, mas procura saber se tá num estado bom e tal! (HO).

Nada fora o prazer do próprio esporte! (HO).

Financeiramente, nada! Mas em questão pessoal... Satisfação! (HO).

Os depoimentos acima apontam a evidente ausência de uma política pública de incentivo a práticas esportivas e de lazer pouco difundidas, pois até mesmo onde o time treina, quadra destinada para o handebol, na qual durante as visitas pudemos constatar que nunca encontramos um time de handebol jogando.

Algumas Considerações finais

A Orla de Atalaia, frequentada por um numero grande de pessoas que buscam lá o lazer, a diversão e o entretenimento, com gostos e estilos diferentes e comuns, torna-se para nós pesquisadores um verdadeiro “Ponto de Observação”.

A busca por um momento de lazer, a relação de proximidade com o espaço e com os companheiros de mesmo grupo tornam as “tribos” iguais, porém a relação entre as tribos é muito conflitante, não existindo relações de proximidades entre elas, mesmo as tribos dos eskatistas, patinadores e ciclistas que muitas vezes ocupam o mesmo equipamento, cada uma vivendo em seu mundo e ocupando o mesmo espaço.

A cobrança pelo acesso aos espaços garante o acesso de poucos e a qualidade do ambiente, porém a estes também é garantido o acesso aos demais equipamentos tidos como público o que não os tornam parte do todo.

Percebe-se assim que os espaços da Orla de Atalaia estão sendo ocupado por grupos que tem uma relação de amor com esporte praticado, o que garante uma relação de proximidade entre as “tribos” mesmo quando se encontram em mundos tão distantes.

76

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

[COSTA, Antonio Galdino; PIRES, Giovani De Lorenzi. Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolos de comunicação e formação de identidades corporais provisórias em jovens de ensino médio.](#) Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte, 3, **Anais eletrônicos...** Santa Maria: 20 a 23/Set/2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

[HACK, Cássia; PIRES, Giovani De Lorenzi. Lazer e mídia no cotidiano juvenil.](#) Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 17, **Anais eletrônicos...** Campo Grande, 9 a 12/Nov/2005.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: UNESP, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, Giovani De Lorenzi. **Educação Física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória**. Ijuí: Unijuí, 2002.

_____. Cultura Esportiva e Mídia: abordagem crítico-emancipatória no ensino de graduação em Educação Física. In: Org. BETTI, Mauro. **Educação Física e Mídia, novos olhares, outras práticas**. São Paulo: Huicitec, 2003.

RIBEIRO, S. et al. **MCSL – Lazer, Comunidade e Universidade: registro de uma ocupação pacífica**. Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Santo André-SP, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

BAIRRO INDUSTRIAL- ARACAJU/SE: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE E PARA O TURISMO³⁵

Gisélia de Souza Cardoso³⁶

Maria Margareth Dultra Santos³⁷

Resumo

O presente artigo apresenta a importância histórica do bairro Industrial, desde as primeiras ocupações até o desenvolvimento da economia influenciada pela construção de indústrias na localidade. Com tal crescimento, houve a necessidade da criação de espaços de lazer, tais como: cinemas, quadrilhódromo para festivais juninos e folclóricos e, posteriormente, atrativos como o Parque da Cidade e a Orlinha do Bairro Industrial, sendo estes dois últimos, o foco da pesquisa. O objetivo principal é analisar estes espaços públicos e mostrar a suas importâncias para a comunidade, visitantes e para o turismo. Para atingir esses objetivos foram adotados procedimentos metodológicos pautados na pesquisa bibliográfica, visitas técnicas e realização de entrevistas.

Palavras-chave: Lazer. Comunidade. Turismo.

Abstract

This article presents the historical importance of the industrial district, from the first settlements to the development of the economy affected by the construction industries in the locality. With such growth, there was a need for the creation of leisure spaces such as cinemas, “quadrilhódromo” for festivals and folklore June and then attractive as the City Park and Orlinha Industrial Quarter, the latter two are the focus of our research. The main objective is to analyze these public spaces and show their importance to the community, visitors and for tourism. To achieve these goals were adopted methodological procedures guided by the literature search, site visits and interviews.

Key words: Leisure. Community. Tourism

78

³⁵ Artigo elaborado sob a orientação da prof^a Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Professora Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.

³⁶ Acadêmica do 6º período do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: giseliacardosoturismo@yahoo.com.br

³⁷ Acadêmica do 6º período do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: magaldultra@hotmail.com

Introdução

O Bairro Industrial apresenta uma grande importância na história da capital sergipana. Com uma área de 17.092 km², limita-se ao norte com o bairro Porto Dantas, ao sul com o centro, a leste com o rio Sergipe e a oeste com o Bairro Santo Antônio.

Antes de possuir tal nome, o bairro recebeu outras denominações que caracterizaram as épocas mais importantes para a região: Maçaranduba, fazendo alusão à paisagem natural; Chica Chaves, uma mulata muito querida pelas pessoas que viviam na região, mas quase não se tem registro da vida desta senhora; e, por fim, devido à atividade econômica que foi dominante por algumas décadas e que trouxe significativas mudanças na vida das pessoas e na feição do bairro, Bairro Industrial (GRAÇA, 2005)

A ocupação urbana na região deu-se no início do séc. XIX com a presença marcante de casebres da colônia de pescadores devido à pesca estuariana existente no local (GRAÇA, 2005). Posteriormente, o bairro foi se transformando numa área de lazer, a partir do surgimento das casas de veraneio das famílias mais abastadas do estado. Com o primeiro ciclo industrial, no final do século XIX e início do século XX, a implantação das primeiras fábricas têxteis deu origem às habitações proletárias com um contingente populacional voltado para a invasão.

79

Próximas a estas habitações, outras invasões surgiram de forma desordenada com a presença de homens pobres vindos do campo e por negros libertos, motivados por melhores condições de emprego e renda. Porém, acabou provocando uma pressão sobre as áreas já existentes e obrigou a saída da elite para outras áreas mais valorizadas de Aracaju.

Entre as décadas de 30 e 60, do século passado, enquanto a cidade possuía um crescimento populacional significativo, o bairro sofria uma estagnação demográfica. Um dos principais fatores era que boa parte dos terrenos pertenciam aos proprietários das indústrias que não os vendia nem ocupavam tais propriedades. Além da poluição do ar e da água, tráfego intenso, muito ruído e vibrações de correntes da presença das fábricas que reduziram o valor da área para a atividade residencial da classe média e alta (GRAÇA, 2005).

Entre 1959 e 1960, o bairro passou por uma pequena expansão populacional, ocasionado pelo reconhecimento da invasão “Brasília” pelo governador Leandro Maciel (1955 – 1959). Nos anos 70, foram inaugurados outros dois conjuntos habitacionais: o Residencial Santos Dumont, direcionado a bancários, professores, comerciantes e outras categorias de profissionais; e o Residencial Duque de Caxias, destinado à população menos privilegiada (GRAÇA, 2005).

Na década de 80, surgiram o conjunto João Paulo II e outros loteamentos para abrigar famílias que estavam instaladas na favela do Bonfim e nas invasões da Prainha e da Avenida Maranhão. Graça (2005) ressalta que atualmente o bairro não possui mais áreas onde possa crescer horizontalmente. Portanto, é visível o crescimento vertical do bairro com o surgimento de edifícios de moradores populares.

O passado econômico do bairro girava em torno das fábricas, a primeira atividade econômica – a industrial - até meados do século XX. Tabernas e uma importante feira, a Feirinha do Tecido, se localizavam ao redor das fábricas.

De acordo com Graça (2005, p. 63-64),

80

O porto de Sergipe que até a década de 1990 ficava na área do atual terminal de ônibus do mercado favoreceu a instalação de atividades industriais no local. Tal proximidade colocava o rio Sergipe como um aliado para a entrada das matérias-primas e o escoamento da produção. Mas, o fortalecimento dos transportes rodoviários, a falta de investimentos do Estado em projetos de infra-estrutura, a transferência do porto para o município de Barra dos Coqueiros, a ocupação do espaço físico com construções residenciais, foram alguns dos fatores que dificultaram o surgimento de novas indústrias, o desenvolvimento e a expansão das já existentes.

Atualmente há a predominância de indústrias de gêneros têxteis e alimentar. Dentre as de gênero alimentar, podemos destacar a Moinho de Sergipe S/A, cujo produto principal é a farinha de trigo e derivados; e a Serigy, com produção de leite de coco, coco ralado e suco de frutas. As maiores empregadoras da região são as indústrias têxteis, a mais influente é a Sergipe Industrial. Na construção civil se destaca a Construtora Celi e no ramo dos transportes coletivos, a Viação Halley, fazendo o transporte urbano entre os vários bairros de Aracaju.

Graça (2005) ainda cita a pesca como fonte de renda significativa. Todavia, apesar de ter sido uma atividade de grande importância no bairro, a poluição do rio Sergipe reduziu consideravelmente a quantidade de pescados coletados na área.

No que tange as atividades de lazer, o bairro já apresentou 2 cinemas: o Cinema Parque e o Confiança, pertencentes às fábricas e que exibiam películas para os funcionários em datas festivas. O Quadrilhódromo da Rua São João, inaugurado nos anos 80 para os festejos juninos, apresentação de músicos e grupos de teatro, festivais de folclore, entre outros eventos.

O bairro Industrial ainda conta com outros atrativos turísticos como a Orlinha, situada às margens do rio Sergipe e o Parque da Cidade, localizado no Morro do Urubu que atraem pessoas da comunidade, visitantes de outros bairros e turistas.

A partir dessa contextualização, o objetivo deste artigo é analisar estes espaços públicos, observando sua importância para a população local, visitantes e, conseqüentemente, para o turismo.

Espaço público de lazer: O Parque da Cidade

81

O Parque José Rollemberg Leite, mais conhecido como Parque da Cidade, está situado no Morro do Urubu, na Avenida Corinto Leite, bairro Industrial. O projeto do parque foi desenvolvido e construído durante a gestão do prefeito João Alves Filho (1975-1979) e contava com ruas asfaltadas, lagos artificial, quadras, edificações de apoio, etc. Fortes chuvas caíram no ano de 1979, danificando o espaço e adiando a sua inauguração e, passado alguns anos, a área ficou completamente abandonada e atraindo marginais e usuários de drogas.

O espaço foi reestruturado e entregue à população em 25 de maio de 1985, com o retorno de João Alves ao quadro político do estado, porém como governador. O local tornou-se um dos principais pontos turísticos da época, sendo administrado inicialmente pela secretaria de estado da agricultura e a programação artístico-cultural ficou sob a responsabilidade da Fundação Estadual da Cultura.

A inauguração contou com centenas de pessoas e, segundo o governo, o parque foi construído para a população sergipana e, em especial, para as crianças carentes. Segundo a reportagem do Jornal de Sergipe (1985) citado por Débora Plácido (2005), o local encontrava-se aparelhado para proporcionar aos visitantes

todas as facilidades para a prática de esportes e entretenimentos, e as áreas consideradas mais atrativas era o lago artificial, com 11.000 m², equipado com cascata, palco flutuante, ancoradouro, pedalinhos e lanchonete na margem, além do restaurante panorâmico.

O local disponibilizava de serviço de charrete, trenzinho e possuía 3 campos de futebol em areia, 5 campos de futebol gramado, 4 quadras polivalentes, 2 quadras de tênis, pista de *bicicross*, *MotoCross*, patinação e aparelhos de ginástica e todos os locais eram equipados com banheiros e vestiários.

Posteriormente a sua inauguração, o parque passou por pequenas reformas e atualmente possui em seu programa, área verde, onde as pessoas caminham e fazem piqueniques, lago artificial, clube do chorinho, campos de futebol, mini-zoológico e uma hípica ocupada hoje pela polícia militar. Dispondo também de uma área para o desenvolvimento do programa de equinoterapia para tratamento de crianças portadoras de necessidades especiais e conta também com 30 ha de Mata Atlântica preservada.

A partir dos questionários aplicados foi possível analisar o perfil da comunidade e dos turistas que freqüentam o Parque. Foram aplicados 20 questionários aos freqüentadores do parque com o intuito de saber a opinião dos indivíduos da sociedade aracajuana e dos turistas sobre a importância do Parque como espaço público de lazer e atrativo turístico. Ademais, também foram realizadas visitas técnicas que possibilitaram visualizar a sua estrutura e as suas necessidades de melhoria, bem como o embasamento em pesquisas bibliográficas que possibilitaram conhecer a formação histórica, desenvolvimento, organização do bairro e de seus espaços públicos. Com relação aos freqüentadores do parque, 71,4% eram moradores de outros bairros de Aracaju, 14,3% eram do próprio bairro industrial e 14,3% eram turistas que estavam visitando a cidade. Estes freqüentadores do parque afirmaram que as principais atividades desenvolvidas neste espaço público são: contato com a natureza, lazer, contato com os animais, tranquilidade e turismo, sendo o contato com a natureza e o lazer as atividades apreciadas com unanimidade. Muitos ressaltaram também a importância dos animais e afirmaram que o parque é o único local da cidade que possui um zoológico, sendo este um dos diferenciais do parque.

É certo afirmar que os parques no Brasil até certo tempo eram vistos como espaços públicos destinados basicamente a recreação da população local. Atualmente, os parques urbanos têm assumido um papel mais amplo e complexo, uma vez que têm ampliado os seus usos, assim como, os contextos sociais e ambientais. Por isso, é de suma importância perceber a imagem que os visitantes têm do Parque da Cidade, conforme pode ser observado no quadro abaixo (QUADRO 1).

QUADRO 1
PARQUE DA CIDADE
ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS SOB A ÓTICA DOS VISITANTES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Preservação e contato com a natureza;	Falta de manutenção
Presença do zoológico	Ausência de sinalização para o acesso ao parque e no interior do mesmo para indicação dos atrativos
Teleférico	Carência de divulgação
Contato com a natureza	Deficiência nos serviços de Alimentos e Bebidas
Tranquilidade	Falta de banheiros e bebedouros em pontos estratégicos no percurso dos atrativos;
	Segurança precária
	Falta de espaços adequados para os animais e o pouco cuidado com os mesmos

83

FONTE: Trabalho Campo, 2009.

De fato, o Parque da Cidade é um espaço público de usos coletivos que merece uma maior atenção por parte dos gestores públicos, uma vez que, conforme exposto no quadro, alguns aspectos precisam ser melhorados para poder atender às necessidades da população local e também dos turistas. É certo que, a respeito da responsabilidade pelo cuidado do parque, 20% dos entrevistados afirmaram que o governo era o principal responsável, os demais ficaram divididos entre apenas a prefeitura e uma parceria entre ambos. Porém, todos concordaram que a

comunidade deve ser ativamente responsável pela conservação e preservação do parque, já que não adianta a iniciativa de preservação/conservação dos governantes se todos não ajudarem a mantê-lo.

Quando questionados sobre o parque ser considerado um atrativo turístico, foi constatado que, por unanimidade, todos concordaram que sim. Ressaltando a presença da Mata atlântica, o contato com a natureza e os animais, além de ser um espaço familiar e um potencial que precisa ser trabalhado.

Por fim, os freqüentadores do parque foram questionados se concordariam em desmatar alguma parte da reserva para construção de um novo atrativo. 23,8% concordaram que sim desde que o projeto fosse bem planejado, gerasse emprego e que a área desmatada fosse pequena, sendo citado como atrativo a construção de um balneário. Enquanto que 61,9% não concordaram com esse tipo ação, uma vez que prezam pela preservação da área. Vale ressaltar que outros afirmaram que o parque já possui espaços desmatados, como por exemplo, campos de futebol, porém mostrando a possibilidade destes espaços serem reutilizados para construção de novos atrativos e 14,3% dos visitantes afirmaram que os atrativos existentes são suficientes.

84

Através dos estudos feitos sobre o Parque José Rollemberg Leite foi possível perceber que este já passou por um período de dificuldade, porém se manteve até os dias de hoje com o seu papel mais complexo que é de suma importância para os seus visitantes. Através das análises dos questionários tornou-se evidente que este parque proporciona um valor amplo e complexo na sua forma de utilização, diversificando não só a questão da recreação, uma vez que esta também permite uma maior socialização e contato dos visitantes com a natureza.

Orlinha do Bairro Industrial

As Orlas nas cidades costeiras são consideradas de grande valor pela sua potencialidade em atrair visitantes que estarão em convívio direto com os residentes e poderá compartilhar de uma experiência de lazer através de seu uso para passeios, encontro de pessoas, prática de esportes, saborear a culinária local, participação em eventos que identifiquem a cultura local. Enfim, ela representa um espaço variado de entretenimento para freqüentadores e residentes.

A orlinha do bairro Industrial é um dos atrativos da capital aracajuana inaugurada em dezembro de 2003. Fica localizada na Avenida General Calazans, às margens do rio Sergipe, zona norte da capital. Além de ser um atrativo turístico, também é um espaço de lazer para a comunidade, pois é equipada com restaurantes, parque infantil, quadra esportiva, mirante, centro de artesanato, lanchonete, ciclovía, píer, banca de revistas e estacionamentos.

A partir dos questionários aplicados foi possível enumerar os pontos que ressaltam a importância da localidade e seus benefícios para a comunidade ressaltando os aspectos positivos e negativos como pode ser visto no quadro abaixo (QUADRO 2):

QUADRO 2
ORLA DO BAIRRO INDUSTRIAL
PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Oportunidade de lazer;	Falta de segurança;
Tranquilidade;	Melhoria do parque infantil;
Ambiente familiar;	Abandono da administração pública
Espaço para prática de esportes;	Trânsito intenso na avenida
Atração turística;	Marginalização
Comercialização de artesanato;	Falta de segurança
Comercialização de artesanato	Ausência de manutenção
Oportunidade para geração de renda;	
Valorização do bairro e das residências próximas;	
Aumento do fluxo turístico;	

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

De acordo com a pesquisa pode-se observar que a Orlinha é um local que favorece a comunidade em muitos pontos, valorizando o bairro e as residências próximas, sendo um espaço de múltiplas finalidades, mas que apesar de tantos benefícios é necessário melhorias principalmente na segurança do local e na sua manutenção.

Porém, é importante ressaltar que através dos questionários aplicados também foram destacados alguns pontos que poderiam ser melhorados, conforme apresentamos abaixo:

- ✓ Implantação de grades de proteção entre a orla e o rio;
- ✓ Melhorias na infra-estrutura do Centro de Artesanato e na iluminação pública;
- ✓ Ampliar a divulgação da localidade;
- ✓ Maior apoio das políticas públicas;
- ✓ Implantação de mais postos de segurança e ampliar o número de policiais na área;
- ✓ Execução da 2ª parte do projeto de revitalização da parte final da orla;
- ✓ Organização de pequenos eventos culturais;
- ✓ Construção de um memorial da história do bairro.
- ✓ Implantação de banheiros públicos, de mais equipamentos de Alimentos e Bebidas e redutores de velocidade na avenida.

86

Segundo a análise dos questionários é possível perceber que a implantação da Orlinha foi estratégica, trazendo mais um atrativo de entretenimento para o Bairro Industrial. Porém, muito precisa ser melhorado, pois de acordo com os entrevistados, existe um abandono por parte do poder público, fato este que leva o local a ser inseguro, pouco divulgado e aproveitado não alcançando o objetivo desejado que é desenvolver o entretenimento e o fluxo turístico agradável para os que dela usufruem.

De acordo com os moradores, a Orlinha é um espaço de lazer que apesar de apresentar alguns aspectos negativos, tem uma representatividade para a comunidade, pois mesmo que em menor proporção veio a gerar renda para alguns pequenos proprietários de restaurantes e profissionais liberais que lá estão instalados, como também possibilitou diversão para diferentes públicos, com gasto financeiro reduzido comparado com outros atrativos turísticos da capital aracajuana.

Quando questionados sobre a segurança do local, todos reclamaram pela falta de uma segurança de qualidade. Durante a pesquisa, não foi vista a presença

de policiais ou de rondas na área. Foi constatado que a comunidade usufrui a orla e por isso, reivindicam a implantação de mais equipamentos que possam atrair mais visitantes.

Considerações Finais

A partir das leituras de diferentes textos e informações analisadas foi possível perceber que o bairro Industrial tem uma grande importância histórica desde que começaram a ocorrer as primeiras ocupações, como também um desenvolvimento econômico significativo, pois ao começar a ser habitado o bairro foi aumentando seu poder econômico, implantando indústrias de diferentes segmentos na localidade, o que gerou a primeira atividade econômica local e que possui importância significativa até os dias de hoje. Porém, este não foi apenas um dos destaques que se observou no bairro, uma vez que foi observado que surgiram espaços de lazer e entre eles o Parque da Cidade e a Orlinha que vieram não só proporcionar atividades lúdicas como também contribuir para a economia e desenvolvimento local.

Unindo a relação histórica das localidades mencionadas e a pesquisa de campo realizada foi possível observar o potencial turístico dos atrativos visitados. Eles oferecem uma estrutura que atendem de forma positiva à comunidade e aos bairros vizinhos. Porém, necessitam de melhorias na infra-estrutura, maior apoio dos governantes, conscientização da comunidade sobre a importância das localidades e uma maior divulgação das mesmas para que assim elas possam atingir o *trade* turístico e uma possível inclusão no roteiro turístico do estado.

87

Referências

GRAÇA, T. C. C. da. **De maçaranduba a industrial: história e memória de um lugar**. Aracaju: Fundação espaço Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – FUNCAJU, 2005.

PLÁCIDO, Débora da Rocha. Parque da Cidade: Potencial Paisagístico Preservado. In: FALCÓN, M. L. de O.; FRANÇA, V. L. A.(orgs.). **Aracaju: 150 Anos de Vida Urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

O POVO. Disponível em: [HTTP://blog.povo.com.br/nasondas/com.a.palavra-fausto-nilo/](http://blog.povo.com.br/nasondas/com.a.palavra-fausto-nilo/). Acesso: 28 de outubro de 2010.

LAZER E TURISMO NAS BARRACAS DA PRAIA DO FUTURO: ESPAÇO PÚBLICO OU PRIVADO?

Débora Ferreira Freire³⁸

Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano³⁹

RESUMO

O turismo destaca-se como atividade econômica de grande relevância para o Ceará. É uma forma de lazer que implica produção e consumo do espaço geográfico. Inserido no modo de produção capitalista caracteriza-se pela mercantilização do espaço. A Praia do Futuro, localizada na cidade de Fortaleza, é analisada como espaço público onde são materializadas práticas de lazer e turismo. Este estudo busca compreender o processo de ocupação da Praia do Futuro, considerada relevante ponto turístico da capital e espaço público apropriado pelo lazer e turismo. Analisa a relevância dos espaços públicos na cidade de Fortaleza. Investiga o processo de privatização do espaço público da Praia do Futuro e as suas consequências socioespaciais dessa ação. Está respaldado na revisão da literatura, pesquisas institucionais e de campo com aplicação de questionários, observações empíricas, para análise da realidade, objetivando compreender o caráter contraditório e em constante transformação da dinâmica socioespacial da praia. Os resultados preliminares mostram que as barracas são equipamentos que dão apoio à materialização do lazer e do turismo em Fortaleza-CE, porém devem estar estruturadas de forma ordenada e que obedeça a legislação vigente e sem causar danos ao meio ambiente.

88

PALAVRAS-CHAVE: Barracas, Espaço público e Praia do Futuro.

ABSTRACT

The tourism stands out as an economic activity of great importance for Ceará. It is a form of leisure implies that production and consumption of geographical space. Inserted into the capitalist mode of production characterized by the consumption of space. Praia do Futuro, in the city of Fortaleza, is analyzed as a public space where they are embodied practices of leisure and tourism. This study seeks to understand the process of occupation of Praia do Futuro, the relevant landmark of the capital and appropriate public space for leisure and tourism. Analyze the public space of importance in Fortaleza. Investigates the process of privatization of public space from Praia do Futuro and their sociospatial consequences of that action. Is supported in the literature review, institutional research and field application of questionnaires, observations, to analyze reality, to understand the contradictory nature and ever-changing dynamics of socio beach. Preliminary results show that the tents are devices that support the embodiment of leisure and tourism in Fortaleza, but must be

³⁸ Graduanda do Curso Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, pesquisadora do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo- NETTUR/ UECE, bolsista PIBIC-CNPq/ UECE. E-mail: deboranettur@gmail.com

³⁹ Profa. Dra. Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Geografia- MAG e Coordenadora do Núcleo de Estudos do Território e do Turismo- NETTUR. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

structured in an orderly manner and complying with the law and without harming the environment.

KEYS WORDS: Sunshade, public space and Praia do Futuro.

Introdução

O turismo destaca-se como atividade econômica de grande relevância para o Ceará. É uma forma de lazer que implica um consumo estando inserido no modo de produção capitalista que tem como característica transformar todas as coisas em mercadoria, assim como o lazer.

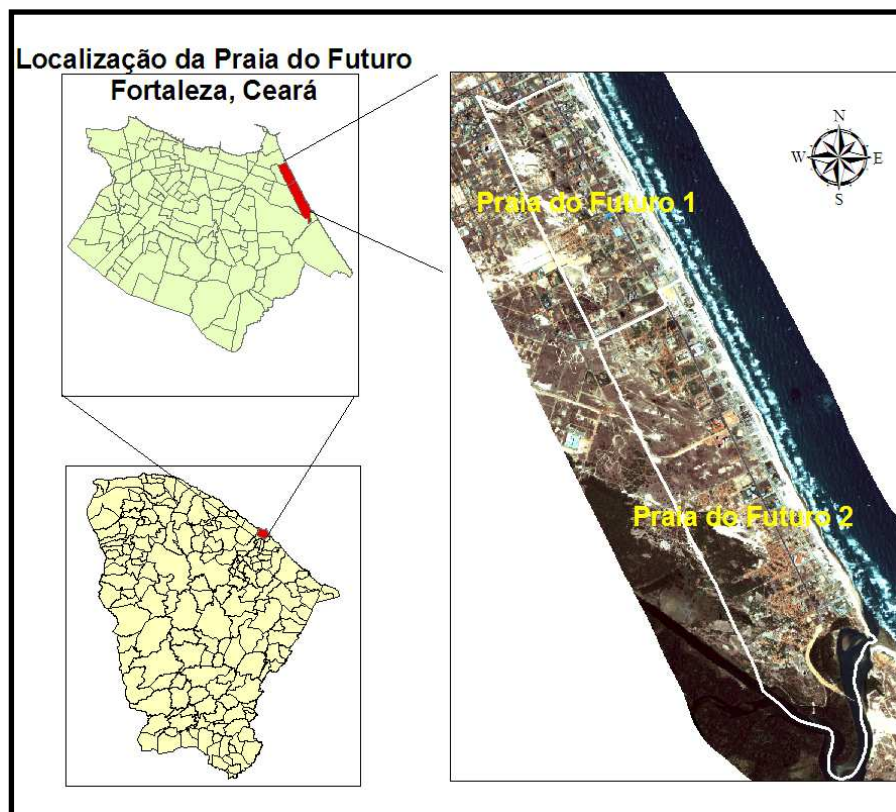
Fortaleza localiza-se na região nordeste do Brasil, destino turístico em que o segmento do turismo de sol e praia é destaque. Esses elementos que simbolizam tranquilidade, descanso são itens buscados por aqueles que por meio da viagem buscam fuga do cotidiano. Uma vez que “o turismo é uma abstração, que se torna concreta quando os viajantes entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos.” (CORIOLANO, 2007.p. 19).

O litoral do Ceará constitui uma das áreas prioritárias para o turismo. E as praias são vistas não apenas como lugar onde ocorre a materialização do lazer, consumo e do turismo, mas um lugar de trabalho, tanto para aqueles que estão submetidos ao setor formal e informal da economia, como os barraqueiros e os vendedores ambulantes.

No litoral leste de Fortaleza a Praia do Futuro com seis quilômetros de extensão, é a faixa de praia mais utilizada para o lazer e o turismo. Sendo um dos principais cartões postais da cidade. A praia contém barracas que possuem infra-estruturas bem diferenciadas, desde aquelas marcadas pelo requinte e sofisticação e dispõem de equipamentos como piscinas e toboáguas, até as mais simples. A praia sendo essencialmente um espaço público com a construção de barracas realiza uma privatização do espaço, que para permanência no local exigem o consumo.

A praia do Futuro é limitada pela a faixa de praia, a rua Trajano de Medeiros, a rua Ismael Pordeus e o estuário do rio Cocó, na praia do Caça e Pesca. É o lugar onde o lazer pode ser consumido, através da permanência nas barracas e o consumo dos serviços por elas oferecidos.

Figura 1. Localização da Praia do Futuro- Fortaleza-CE



Fonte: Freire, 2010

90



Foto 1. Barracas na Praia do Futuro- Fortaleza-CE

Fonte: Jornal O POVO 25/10/2010

Há heterogeneidade de atores sociais com suas atividades, como pode ser observado na fotografia acima. Existem os frequentadores da faixa de praia, os barraqueiros, turistas, vendedores ambulantes. “(...) A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território...” (SOUZA, 2009. p. 84). Que dão origem a diversos tipos de territorialidades que são oriundas dos diferentes atores sociais.

As barracas da Praia do Futuro através de obstáculos simbólicos e físicos como cercas de vegetação, de arame, de náilon, muro de pedra, de alvenaria, de cimento, além de tapumes, cordas e tendas que impedem o livre acesso da população ao mar. Esse livre acesso é um direito dos cidadãos. “(...) no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial, isto é, a idéia de cidadania possui em sua base um componente espacial. (GOMES, 2006.p. 130)

Os impactos causados pela instalação das barracas são de ordem socioespacial. Uma vez que elas causam uma segregação na população que deixa de usufruir de um espaço público, mas que só pode ser utilizado por aqueles que podem consumir nas barracas. É relevante analisar os processos que fazem com que a praia, que é um espaço público, esteja sendo privatizado através da edificação e funcionamento de estabelecimentos comerciais que tem como objetivo a obtenção de lucros. Quando os interesses públicos e privados entram em conflito em preciso a intervenção estatal para garantir que os direitos públicos sejam preservados. Como pode ser observado na citação abaixo:

(...) a carta Magna brasileira, no seu artigo 153,” assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade privada”. Logo, é necessário ter-se presente a compatibilização da garantia constitucional da propriedade privada do solo urbano, com a necessidade de intervenção nessa mesma propriedade, para vencer a resistência dos interesses particulares à satisfação dos interesses coletivos dos habitantes da urbe. (CETREDE, 1981. p. 5)

Histórico da Ocupação da Praia do Futuro

A ocupação da Praia do Futuro localizada no litoral leste de Fortaleza-CE teve em meados de 1955 em decorrência da construção do Porto do Mucuripe e o início da urbanização da Beira-Mar. Para que essas atividades fossem realizadas muitas famílias foram desapropriadas pela Prefeitura e buscaram outros espaços para residir. Assim, “grande parte destas famílias mudou-se para as terras próximas à

lagoa do Coração, de propriedade da família Diogo, na atual praia do Futuro e outra parte estabeleceu-se ao redor do porto, nos atuais bairros do Serviluz e Farol.” (ABREU JÚNIOR, 2005.p. 99)

Entre as décadas de 1970 e início de 1980, as barracas eram palhoças com madeira e palha de carnaúba, rústicas como ainda existem poucas. Serviam de apoio aos banhistas e ofereciam somente sombra e água. Localizavam-se na atual Av. Zezé Diogo, não tão próximas ao mar.

Em 1981 a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) iniciava obras de urbanização da Praia do Futuro e tentava disciplinar funcionamento das barracas, padronizando e cadastrando-as. No ano de 1983 em investida da Capitania dos Portos e Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) ficam impedidas de funcionamento as barracas da faixa do Rio Cocó, no Caça e Pesca até Paracuru, só podiam atuar vendedores ambulantes. No ano seguinte essa determinação deixou de existir.

Em 2005 o Ministério Público Federal (MPF) e União entram com ação pedindo retirada das 154 barracas, alegando tratar-se de área de praia. Em que os 154 ocupantes exploram os espaços para fins comerciais ou de moradia na área de praia que pertence a União.

92

A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) era ré e em 2006, tornou-se co-autora na ação. Nesse mesmo ano, a Justiça Federal determina retirada de obstáculos ao acesso à praia e a interdição de barracas não autorizadas. A liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região.

E em outubro de 2010, Justiça Federal determina retirada das barracas, atendendo ação do Ministério Público Federal (MPF). De acordo com o processo as barracas irregulares terão de ser desocupadas, demolidas e removidas, sob despesas custeadas pelos proprietários. Uma vez que todos os 154 ocupantes exploram os espaços para fins comerciais ou de moradia na área da praia que pertence à União, não podendo ser ocupada. Os barraqueiros entram com recurso contra a retirada das barracas e aguardam decisão judicial.

As fotografias a seguir mostram duas barracas em diferentes períodos históricos. A primeira diz respeito a uma estrutura rústica da década de 1970. Enquanto que a fotografia seguinte expõe uma barraca de praia que possui uma infra-estrutura diferenciada já no ano de 2010.



Foto 2. Barraca da Praia do Futuro da Década de 1970

FONTE: JORNAL O POVO 05/05/76, BARRACA SAVORIL.



Foto 3. Barraca na Praia do Futuro em 2010.

Fonte: Freire, 2010.

As Barracas da Praia do Futuro: Espaço público ou privado?

Para que possa ser discutida a questão das barracas da Praia do Futuro como sendo um espaço público ou privado. É necessário que analisemos inicialmente o conceito de espaço público, conforme está exposto na citação abaixo:

(...) o espaço público volta-se a uma pluralidade de usos, mas fundamentalmente este espaço da cidade é aquele do encontro de pessoas – direta ou indiretamente – é aquele da visibilidade de ações. Não se trata de opor o público e o privado, na realidade o espaço público tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes. Em muitos trabalhos, os espaços públicos se referem àquele dos equipamentos coletivos, mas estes espaços têm um sentido outro enquanto possibilidades de apropriação múltiplas, funcionando como lugar de encontros- desencontros – são também o lugar da comunicação, do diálogo, de morar, de brincar, de namorar, de se expor, de conversar, de reivindicar, por isso refere-se a usuários e não a usuários de equipamentos coletivos, uma diferença fundamental. (CARLOS, 2001. p. 65-66)

Os espaços públicos são lugares de encontro onde a sociabilidade pode ser exercida. E as pessoas podem transitar livremente sem que sejam impedidas independente de raça, cor ou sexo.

As cidades possuem ícones que as representam e estão presente no ⁹⁴ imaginário das pessoas. Os espaços públicos têm uma relevância uma vez que eles podem ser representar a cidade. Em Fortaleza podemos citar o exemplo da Praça do Ferreira, localizada no centro da cidade, que é um espaço onde ocorrem os principais eventos culturais e políticos que fazem parte do cotidiano das pessoas. Já as praias simbolizam, a partir do trabalho da mídia, calor, descanso, lazer, diversão.

E a Praia do Futuro como um espaço público onde são materializadas as práticas de lazer e turismo. Em decorrência da ocupação das barracas nessa praia o caráter de espaço público é questionado. Para elucidar essa questão é necessário recorrer as leis que regulam o uso e ocupação desse território. De acordo com a lei 7.661 de 16 de maio de 1988:

As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

A ação promovida contra as barracas da Praia do Futuro afirma que os barraqueiros estão ocupando de forma irregular o terreno de marinha que pertence a

União. De acordo com o artigo primeiro do decreto-lei no 3.438, de 17 de julho de 1941 os terrenos de marinha:

São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar médio de 1831:

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Porém a Lei 9636/98 admite a ocupação, com pagamentos de taxas de ocupação, para todos aqueles que construíram antes de 2006, na faixa dos terrenos de marinha (33 metros da preamar média de 1831). E pela Lei nº 11.481, de 2007 à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Abaixo o artigo 9º que proíbe também a ocupação na área de uso comum do povo (areia da praia):

Art. 9º É vedada a inscrição de ocupações que:

I - ocorreram após 27 de abril de 2006; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

II - estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a **integridade das áreas de uso comum do povo**, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

95

Após a realização dessa revisão das leis que regulam o uso e a ocupação dessa faixa do território. Vemos que o território que corresponde a Praia do Futuro é um espaço público, porém em decorrência da ocupação pelas barracas de praia o espaço torna-se privado ao restringir o acesso das pessoas mesmo que esse processo ocorra de forma simbólica, uma vez que a permanência nas barracas implica o consumo ou material com a presença de cercas ou outros obstáculos que impeçam o livre acesso à praia.

Metodologia

Utilizou-se o método dialético, na busca das contradições e conflitos. Objetivando ter a compreensão do processo de privatização do espaço público da Praia do Futuro e as suas consequências socioespaciais dessa ação. Pois, “conceber o mundo numa visão dialética é conceber que tudo flui. Tudo é em movimento, nada dura para sempre” (SUERTEGARAY, 1999.p.11).

Foram realizados os seguintes passos para a realização do trabalho: inicialmente a revisão bibliográfica, pesquisa hemerográfica, institucional; posteriormente ocorreu a pesquisa de campo, interpretação e tratamento de dados.

Com o objetivo de analisar e compreender a realidade estudada. Utilizou-se a dialética que “considera cada objeto com características próprias, o seu devir, e as contradições.” (GADOTTI, 2003.p.22). Buscando uma visão da totalidade para a partir dessa visão avaliar a dimensão de cada elemento que o compõe.

Considerações Finais

Ainda não se tem uma decisão definitiva sobre a da remoção ou permanência das barracas da Praia do Futuro. Várias perspectivas que envolvem essa questão. 96

Entre aqueles que defendem a permanência das barracas utilizam argumentos como a quantidade de empregos gerados pelas barracas, a importância desses equipamentos para o turismo, dentre outros aspectos.

Conforme dados da Associação dos Empresários da Praia do Futuro –AEPF (2010) quatro mil pessoas trabalham na baixa estação e cinco mil na alta. Entre freqüentadores, a quinta-feira do caranguejo soma quarenta mil pessoas, mesmo número do sábado.

Enquanto que no domingo são sessenta mil, assim, uma média de cento e vinte mil pessoas freqüenta a Praia do Futuro por semana, sendo que, em algumas festas, o número dobra. Na Festa de Iemanjá, são 250 mil pessoas; e no Réveillon, que está se consolidando nos últimos três anos, são aproximadamente 20 mil visitantes.

Esses números mostram como o turismo é “(...) é dinamizador de fluxos migratórios que fazem a inserção do global com o local e do local com o global.”

(CARLEIAL, 2002. p.101). E esses fluxos são realizados por pessoas em busca de lazer e turismo.

A Praia do Futuro é um dos cartões postais de Fortaleza, a cidade que é conhecida como a “Terra da Luz”. Para que as atividades turísticas sejam executadas além dos atrativos naturais os serviços turísticos e uma infra-estrutura de apoio.

(...) As atrações que a natureza oferece, sem a necessidade de atuação do homem – como o sol, as praias, as montanhas, etc – representam a oferta turística, no seu sentido estrito. Para complementá-la, se faz necessária a formação de uma infra-estrutura de bens e serviços turísticos, em termos de meio transporte, de hospedagem, de restaurantes, do comércio e de outros equipamentos, tornando a atividade turística viável, como produto completo e variado. (ARAÚJO. 2009. p.198)

A natureza apresenta-se como um atrativo turístico, porém apenas ela não é suficiente para fazer de um lugar um destino turístico. Juntamente com os atrativos naturais é preciso os serviços turísticos como hotéis, pousadas e restaurantes. As barracas da Praia do Futuro oferecem os serviços para aqueles que estão em busca do lazer e do turismo.

A remoção das barracas de praia pode ocasionar na diminuição do fluxo de turistas e fortalezenses que freqüentam essa praia. Assim como aconteceu em Salvador-BA depois da retirada das barracas de praia da orla. Provocando prejuízos para aqueles que trabalham nessas barracas e para a execução das atividades turísticas.

Uma opção para permitir a permanência das barracas é o ordenamento e uma padronização delas, para que não privatizem o espaço público da praia, através de empecilhos para que os cidadãos possam ter acesso ao mar. “Fisicamente, o espaço público é (...) qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculo à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa.” (GOMES, 2006.p. 162)

As barracas são equipamentos que dão apoio a materialização do lazer e do turismo em Fortaleza-CE. Porém elas devem estar estruturadas de forma que obedeça a legislação vigente e não cause danos ao meio ambiente.

Referências

- ABREU JÚNIOR, P. I. de. **Praia do Futuro formas de apropriação do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza: PRODEMA/UFC, 2005.
- ARAÚJO, A. M. M. Turismo e comércio: possibilidades e limites. In **Turismo Gestão da Cadeia Produtiva**, módulo II, v.12. Fortaleza: FDR/ Universidade Aberta do Nordeste. 2009.
- CARLEIAL, A. N. (org.) **Transições migratórias**\ Adelita Neto Carleial (org.), Ana Maria Matos Araújo et al. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.
- CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. In. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 62-74.
- CETREDE, Centro de Desenvolvimento Econômico Regional. Curso de Desenvolvimento Regional. **Uso e Ocupação do Solo na Área de Porto, Dunas e Praia do Futuro de Fortaleza**: Instrumentos de Controle. Fortaleza. 1981.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo e a Relação Sociedade- Natureza**: realidades, conflitos e resistências/ Luzia Neide M. T. Coriolano/ Fábio Perdigão Vasconcelos.- Fortaleza: EdUECE ,2007.
- GOMES, P. C. da. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade/ Paulo Cesar da Costa Gomes.- 2ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. – 14ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Correa, Roberto Lobato(Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 12ª. Ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.
- SUERTEGARAY, D.M. A. **Nota sobre Epistemologia da Geografia**. In. Cadernos Geográficos/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências.-n.1 (maio 1999).- Florianópolis: Impressa Universitária, 1999.

Turismo e organização do espaço
urbano ⁹⁹

O AEROPORTO SANTA MARIA E O TRANSPORTE AÉREO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO⁴⁰.

Luara Lázaro Gomes dos Santos⁴¹

Marcela Oliveira de Santana⁴²

Patrícia Lima de Oliveira⁴³

Stéphanie Silveira dos Santos⁴⁴

RESUMO: Um aeroporto, via de regra, é o principal portão de entrada de um destino, sendo responsável pela primeira impressão suscitada no imaginário do viajante. Todavia, o Aeroporto Santa Maria, em Aracaju, Sergipe, enquadra-se como uma exceção. O mesmo configura-se como um aeroporto secundário, ou seja, não se apresenta como a fundamental via de acesso ao Estado, sendo o modal rodoviário o mais utilizado. Deste modo, este trabalho teve por objetivo central apresentar um diagnóstico sobre o terminal aeroportuário da cidade de Aracaju, o Aeroporto Santa Maria, apontando suas deficiências e propondo ações exequíveis para minimizar as lacunas existentes na sua operacionalização. Como objetivo específico pretendeu-se apresentar novos usos para os espaços do aeroporto, além de propor ações para a ampliação da oferta de vôos oferecidos pelo destino Aracaju. Para tanto, utilizou-se pesquisas bibliográficas, entrevista semi-estruturada com membros do órgão responsável pelo aeroporto de Aracaju e, como método auxiliar, a análise FOFA. A pesquisa concluiu que se faz imprescindível a integração entre os agentes promotores da atividade turística, tendo em vista que a excelência na prestação deste serviço culminará em resultados positivos para toda a cadeia turística do destino.

100

PALAVRAS-CHAVE: Transporte aéreo; Turismo; Aeroporto Santa Maria

ABSTRACT: An airport usually is the main gateway to a destination, accounting for the first impression given in the imagination of the traveler. However, the Santa Maria Airport, in Aracaju, Sergipe, is framed as an exception. The same appears as a secondary airport that is not presented as a key access route to the state and the railroads the most used. Thus, this study aimed to provide a diagnostic center on the airport terminal in the city of Aracaju, Santa Maria Airport, pointing out their shortcomings and proposing feasible actions to minimize the gaps in its implementation. As specific objectives aimed to introduce new uses for the spaces of the airport, and propose actions to increase the number of flights offered by fate Aracaju. To this end, we used literature searches, semi-structured interviews with members of the agency responsible for airport and Aracaju, as a method, the SWOT analysis. The research concluded that the integration is indispensable between the promoters of tourism, in order that excellence in providing this service will culminate in positive results for the whole chain of tourism destination.

KEY WORDS: Air Transport; Tourism; Santa Maria Airport

⁴⁰ Orientado pela Profª MsC. Fernanda Meneses de Miranda Castro, NTU/UFS

⁴¹ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe. lua.lazaro@hotmail.com

⁴² Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe. marcella.oliveira12@hotmail.com

⁴³ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe. patricialima_90@hotmail.com

⁴⁴ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe. stephaniesteka@hotmail.com

1. Introdução

O transporte é um elemento fundamental para a atividade turística. Ao programar uma viagem surge no imaginário do turista a nítida relação entre a qualidade nos serviços e a atratividade do destino, criando-se nos mesmos, expectativas acerca da hospitalidade. Desse modo, a ligação entre transportes e turismo apresenta-se de forma intrínseca. Partindo da premissa de que o meio de transporte conecta o mercado ao produto turístico, formando assim o chamado tripé do turismo que enquadra os três componentes fundamentais da atividade: demanda, deslocamento e oferta. Entretanto, o transporte turístico é um subproduto da atividade do transporte, de tal modo, o turismo não é um produtor e sim um usuário do sistema de transportes.

Dentre os modais do transporte, o aéreo é notadamente o mais relevante para o deslocamento turístico na maioria dos países, diante da sua importância em termos de chegada de turistas estrangeiros, evidenciando a proeminência da indústria do turismo atualmente. Destarte, vale ressaltar que tais turistas geram divisas ao país, em contrapartida ao turismo doméstico, que unicamente movimenta a economia nacional; evidenciando assim o papel vital do transporte aéreo como multiplicador e fomentador desta atividade.

Segundo Ashford (1996), um aeroporto é uma área com a infra-estrutura e os serviços necessários para o atendimento de aterragens e decolagens de aviões, entretanto, atualmente e principalmente em decorrência da globalização, novos usos foram incorporados à eles, que tornaram-se também centros de negócios e entretenimento.

Essa pesquisa está concentrada no Estado de Sergipe, mais especificamente, na sua capital Aracaju e no Aeroporto Santa Maria.

Sergipe é o menor estado do país e excepcionalmente, o seu aeroporto atualmente oferece serviços e infra-estrutura proporcionais à sua dimensão. O aeroporto Santa Maria tem uma grande carência de horário de vôos que estão concentrados basicamente em dois turnos: madrugada e final de tarde. Em consequência desta oferta, o terminal apresenta horários ociosos que limitam o *mix* de serviços. Ademais, os preços das passagens aéreas para Aracaju não são tão competitivos como os que são praticados nas capitais vizinhas – Salvador e Maceió,

o que acaba inibindo a demanda para este destino.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar um diagnóstico sobre o transporte aéreo oferecido pelo Aeroporto Santa Maria, em Aracaju. Como objetivos específicos pretendeu-se detectar e apontar possíveis soluções para as deficiências do Aeroporto de Aracaju e propor algumas ações para a ampliação da oferta dos serviços de transportes aéreos na cidade.

Para alcançar estes objetivos foi feita uma revisão de literatura sobre a origem do transporte aéreo em Sergipe, mostrando o quadro atual em que se encontra o setor. Além disso, foi feita uma breve discussão sobre a dinâmica dos aeroportos, fazendo um vislumbre sobre o transporte aéreo em Aracaju e, finalmente, o diagnóstico do Aeroporto Santa Maria. Também foi realizada uma entrevista semi-estruturada com representante da INFRAERO-SE e, como metodologia auxiliar de pesquisa, foi feita uma análise FOFA do transporte aéreo no Estado.

A partir dos resultados da pesquisa pode-se concluir que sem a atuação conjunta entre os atores principais do transporte aéreo e os agentes promotores do turismo doméstico, receptivo e emissivo, a indústria do transporte aéreo dificilmente poderá atuar de forma verdadeira e decisiva como multiplicadora e catalisadora para o desenvolvimento do turismo. Para isso, novas e modernas filosofias e políticas para o transporte devem contemplar, de forma direta e explícita, os benefícios que a indústria do turismo pode fazer pelo país. Sem efetiva modernização na política do transporte aéreo, principalmente brasileiro, a sua função de principal facilitador para o turismo, em qualquer vertente e mercado, estará comprometida.

102

2. Surgimento do Transporte Aéreo em Sergipe

Discorrer acerca da história dos transportes configura-se como uma tarefa complexa, levando em conta que a mesma se encontra intimamente ligada à história da humanidade, devido à eterna necessidade do homem de locomover-se. Com o passar do tempo, a raça humana passou a almejar percorrer distâncias maiores, todavia, sua estrutura física apresentava limitações tornando necessária a busca de soluções tecnológicas para a continuidade da jornada, surgindo a partir de então os precursores dos modais hoje conhecidos, entre eles o aéreo, objeto maior deste estudo.

No Brasil, o transporte aéreo vem crescendo gradativamente e novas empresas estão surgindo e revolucionando o setor. A concorrência aumenta e os benefícios podem ser notados pelos consumidores que passam a viajar mais de avião. O próprio tamanho do país exige a conquista de grandes distâncias para o deslocamento de pessoas e para a distribuição de cargas, sendo o transporte aéreo um dos mais eficientes para estes usos visto que é o mais rápido e seguro para efetuar esses deslocamentos.

De acordo com dados disponíveis no site da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC⁴⁵), órgão brasileiro responsável pela regulação e fiscalização das linhas aéreas, hoje existem várias empresas aéreas, nacionais e internacionais, atuando no país, através do transporte aéreo regular, táxi aéreo e serviços aéreos especializados, conforme a classificação da Agência.

Em Sergipe, segundo Vieira (2003), os registros de aviação datam de 1922, quando o primeiro avião pousou nas águas do Rio Sergipe, posteriormente passando a fazer viagens regulares utilizando-se a ponte do Imperador como local de embarque, sendo a Panair do Brasil e a Condor as únicas companhias que operavam em Aracaju. Na década de 30 foram introduzidos novos aviões que pousavam em pistas ao invés de rios, em meio a esse cenário foi fundado o aeroclube. O governo de Sergipe cedeu uma grande área próxima ao antigo matadouro da capital para a construção da primeira pista de pouso do estado. Nos anos 50, este aeroporto, chamado Campo do Anipum, já começava a dar sinais de saturação, pois o mesmo não estava preparado para receber as aeronaves de maior porte que já estavam sendo usadas em alguns locais do país e que, certamente, não tardariam a chegar a Aracaju. Esse foi o motivo que decretou a mudança definitiva dos vôos comerciais para um novo aeroporto. 103

Em 1952, o Ministério da Aeronáutica, reconhecendo as limitações operacionais do aeroporto, tratou de encontrar uma solução que não deixasse Sergipe sem um novo terminal aeroportuário. O primeiro passo veio com a desapropriação de uma grande faixa de terra situada na praia de Atalaia, no litoral sul de Aracaju e a anexação a essa nova área de um antigo terreno do Estado. Assim, em março de 1955, o ministro da aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes

⁴⁵ Disponível em: <http://www.anac.gov.br>. Acessado em 17set2010

determinou a construção da estação de passageiros, as pistas de pouso e decolagem e de taxiamento, além do pátio das aeronaves do novo Aeroporto Santa Maria. A inauguração oficial aconteceu no dia 19 de janeiro de 1958, trazendo o presidente Juscelino Kubitschek à Aracaju, marcando o início do funcionamento do aeroporto. Três anos depois, em 1961, foi dado início à primeira ampliação da pista de pouso e do terminal de passageiros, sendo inaugurado em 1962. Naquela época, Aracaju contava com um dos mais modernos aeroportos do Nordeste. O edifício do terminal passou dos 800 m² para 1.200 m² e ganhou novas áreas para embarque e desembarque. O saguão foi ampliado, criando novas salas para a DAC (Departamento de Aviação Civil) e a FAB (Força Aérea Brasileira).

Em fevereiro de 1975, o Aeroporto de Aracaju foi incorporado à administração da INFRAERO, sendo aplicados novos investimentos, como a criação do novo terminal de cargas, a implantação da SCI (Seção Contra Incêndio) e aumento da pista em 200 m.

Em novembro de 1993, a INFRAERO inaugurou a ampliação da pista em 500 m, passando para os atuais 2.200 m. Pouco mais de três anos após a reforma da pista, inicia-se a construção de um novo complexo aeroportuário. Com a obra, ¹⁰⁴ inaugurada em setembro de 1998, o terminal de passageiros passa a ter 8.000 m², com capacidade para atender a aproximadamente um milhão de passageiros por ano. Foi construída uma área para estacionamento com capacidade para 300 vagas, climatização das salas de embarque e desembarque, elevadores, escadas rolantes, sistema de TV e vigilância e sistemas informativos de vôos, garantindo o mais alto conforto e segurança para os passageiros.

Segundo dados da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR⁴⁶), atualmente o aeroporto de Aracaju encontra-se em crescimento na sua movimentação de passageiros, chegando a aproximadamente, 728.000 em 2009, representando um crescimento de 8,75%, se comparado com 2008. Todavia, ao contrário do que acontece na maior parte do mundo, o transporte aéreo em Sergipe não se apresenta como o principal portão de entrada de viajantes. No Estado, o transporte rodoviário é mais proeminente que o aéreo, representando 55,5% das chegadas de turistas em contrapartida ao outro que representa apenas 35,5%.

⁴⁶ Disponível em www.turismosergipe.net. Acessado em 20set2009

3. Aeroportos: Usos e Finalidades

Como já fora colocado, a função primordial do aeroporto é de viabilizar deslocamentos, entretanto, tem aparecido uma forte tendência em transformar este terminal em um centro de negócios e entretenimento.

No Brasil, os aeroportos são administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO). Segundo Di Roná (2002), a INFRAERO detém, uma média de 98% da movimentação de passageiros em vôos regulares no país, caracterizando o mercado como um monopólio estatal.

Com os novos usos incorporados aos aeroportos, a INFRAERO decidiu seguir a tendência mundial e modernizá-los, incorporando novos serviços aos mesmos. O pensamento é lógico: como os aeroportos devem localizar-se em áreas distantes dos centros das cidades por motivos de segurança e os procedimentos de *check in*, *check out* e conexões são complexos, o usuário acaba permanecendo muito tempo dentro dos aeroportos. Assim, os aeroportos acabaram tornando-se mais do que um local de pouso e decolagem, e sim, um centro de negócios, o que no Brasil é chamado de *aeroshopping*.

105

Os terminais aeroportuários passaram a dispor dessa funcionalidade de modo que durante as conexões ali realizadas, com o oferecimento de úteis, bons e até mesmo exclusivos serviços, uma infra-estrutura de destaque quando comparado a outros, e com reais diferenciais, estes despertem naquele turista em trânsito o desejo de retorno não só ao aeroporto, mas também a cidade que abriga o mesmo, criando-se a partir dele uma imagem positiva da cidade onde o mesmo está instalado.

Com isso, os aeroportos passaram a inserir cinemas, salões de beleza, livrarias, jornaleiros, lojas de presentes, farmácias, hotéis, lojas com artesanato local, lojas de artigos esportivos, restaurantes, lojas de roupas, lanchonetes, salas VIP's, salas de conferências, internet *wi-fi*, entre outros serviços semelhantes aos prestados nos grandes centros de entretenimento, negócios e lazer, de forma a melhorar o atendimento ao cliente dentro do aeroporto, satisfazendo as necessidades e anseios dos mesmos.

Os terminais de transportes são o cartão de visitas de uma cidade,

apresentando-se como o portão de entrada e saída dos viajantes, isto é, os mesmos são responsáveis pela primeira e pela última impressão de um destino, por parte dos passageiros, dessa forma, um aeroporto, para o turismo, acaba configurando-se como mais do que um lugar de trânsito de viajantes, este também pode ser trabalhado como um próprio atrativo turístico. Tendo isso em vista, faz-se necessária, algumas modificações na infra-estrutura e nos serviços prestados nestes locais, objetivando o aumento do tráfego de viajantes e, conseqüentemente, do número de turistas para o destino turístico.

Segundo a INFRAERO⁴⁷, atualmente, 17 aeroportos possuem infra-estrutura, sinalização e ambientação completas de aeroshopping. São eles: Guarulhos e Campinas (em São Paulo), Brasília, Palmas, Porto Alegre, Belém, Londrina, Joinville, Navegantes, Porto Velho, Salvador, Manaus, Campina Grande, Maceió, Recife, Petrolina e Uberlândia. Nos demais aeroportos, a INFRAERO disponibiliza espaços comerciais com opções de serviços e alimentação.

A INFRAERO tem um projeto semelhante para o Aeroporto de Aracaju. Planeja iniciar a construção do novo prédio em 2015, trazendo para a capital sergipana este conceito, garantindo o conforto presente nos demais terminais aeroportuários existentes no país, objetivando melhor atendimento aos passageiros e maior atratividade para os turistas. Segundo a empresa administradora, a decisão de construir um novo prédio advém da inviabilidade de reforma do atual terminal aeroportuário, tendo em vista, que o funcionamento do mesmo não pode ser interrompido. 106

4. Metodologia

Para a realização desta pesquisa inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Posteriormente, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada com o atual superintendente da INFRAERO em Sergipe que será descrita no item a seguir. Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semi estruturadas são utilizadas nas pesquisas quando o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Ainda de acordo com as autoras, o entrevistador deve ficar atento para

⁴⁷ Disponível em <http://www.infraero.gov.br>. Acessado em 17set2010

dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista. Na entrevista buscou-se conhecer o funcionamento e serviços ofertados no terminal aeroportuário de Sergipe.

A pesquisa prosseguiu com a formulação da análise SWOT (FOFA, em português) como método auxiliar, sendo esta, de acordo com Corrêa (2007), uma ferramenta utilizada para análise do ambiente interno e externo do objeto estudado, auxiliando na definição de estratégias para melhoria na prestação do serviço. Nela identificam-se as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças as quais a organização está sujeita, sendo os dois primeiros pontos referentes aos fatores internos e os seguintes aos fatores externos.

4.1 Diagnóstico do Aeroporto de Aracaju

O Aeroporto de Aracaju está situado na Avenida Senador Júlio Leite s/nº, a 12 km do Centro, numa área de mais de 4 milhões de metros quadrados. Diariamente, cerca de 6 mil pessoas circulam pelo terminal. Uma média de 900 funcionários trabalham no complexo aeroportuário para atender cerca de 55 mil passageiros mensalmente. O aeroporto possui, além de vôos regulares por dia, operações diárias de helicópteros, transportando funcionários para as plataformas de petróleo, localizadas no litoral de Sergipe.

Fazem parte dos serviços prestados no mesmo, órgãos públicos como: Seção da Aviação Civil (SAC); Receita Estadual; Vigilância Sanitária (ANVISA); Receita Federal e Polícia Federal; e concessionários: caixas eletrônicos, locadoras de veículos, estacionamentos, táxi especial, posto de atendimento bancário, agências de viagens, agências de turismo, sala vip, proteção de bagagens, restaurantes, sorveteria, lanchonetes, lojas de artesanatos e livrarias. Para aprofundar os estudos sobre a história da aviação, o aeroporto possui um espaço cultural, um memorial da aviação civil e um centro de pesquisa com textos, documentos e reproduções em grandes formatos⁴⁸.

⁴⁸ Disponível em <http://www.cdlestancia.com.br/noticia.php?id=831>. Acessado em: 08 de outubro de 2010

O Aeroporto de Aracaju já se apresentou como de categoria internacional, resultado de uma das ações do PRODETUR – NE, todavia a mudança para doméstico deu-se pela falta de demanda por parte do público proveniente do exterior. A escassa demanda internacional que desembarca na capital sergipana vem através de vôos domésticos provenientes de Salvador e Recife. De acordo com o atual superintendente da INFRAERO-SE, o terminal aeroportuário somente poderá se tornar internacional quando a população da cidade superar 1,5 milhão de habitantes, tendo em vista o histórico de alguns aeroportos brasileiros. Porém há exceções, exemplo delas é Natal que conseguiu mudar a categoria de seu aeroporto devido à promoção de seus diversos atrativos, gerando uma demanda crescente de turistas do mundo inteiro.

Na época da realização da pesquisa (2009), o aeroporto contava com 15 vôos regulares diários, através da inclusão da TRIP no cenário sergipano, fazendo a rota Aracaju – Salvador - Fernando de Noronha. Além disso, aconteceu a mudança da malha viária da TAM, com a adição dos vôos Aracaju – Recife e Aracaju – Manaus, além de algumas mudanças estruturais que foram realizadas, exemplo: modernização dos móveis do saguão; alterações administrativas; terceirização do serviço de estacionamento; e contratação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A contratação deste Estudo visa à ampliação da pista, do pátio e a construção de um novo prédio e terminal de passageiros, além de melhorias no acesso.

Em 2009 o aeroporto apresentava vôos diretos apenas para Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, além de 4 vôos Aracaju – Brasília, sendo 3 deles pela manhã e pela tarde (TAM, GOL e OCEANAIR) e um pela noite (TRIP). Como também 2 vôos charteres atendendo a CVC, totalizando 8 vôos ao mês, todos pela madrugada, durante todo o ano, advindos do Sul e Sudeste do país.

No dia 19 de janeiro de 2009, o Aeroporto completou 51 anos de operacionalidade. De acordo com dados da EMSETUR, em outubro deste mesmo ano o Aeroporto de Aracaju bateu o recorde, de toda sua história de funcionamento, com mais de 75 mil pousos e aterrissagens; o que demonstra o crescimento exponencial de sua demanda.

Diante da entrevista realizada na INFRAERO-SE se pode perceber que há uma necessidade latente de intervenções para melhorar a competitividade do

Aeroporto da capital sergipana. Entretanto, há a necessidade da mobilização conjunta da cadeia produtiva para que haja efetivamente o sucesso da prestação desses serviços.

Para elucidar a análise foi elaborado um quadro resumo (Quadro 1) do diagnóstico encontrado no aeroporto e em seguida serão apresentadas algumas sugestões de intervenção para o Aeroporto Santa Maria, em Aracaju.

QUADRO 1: ANÁLISE FOFA DO AEROPORTO SANTA MARIA

FORÇA	FRAQUEZA
<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade do principal produto turístico da cidade, a Orla de Atalaia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de climatização no saguão; • Ausência de pontes de embarque; • Ociosidade dos serviços nos horários adversos aos de vôos; • Altos valores das passagens aéreas; • Pouco espaço no pátio das aeronaves; • Concentração de horários de vôos.
OPORTUNIDADE	AMEAÇA
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de serviços úteis para a comunidade da redondeza, mantendo o movimento dos estabelecimentos comerciais; • A localização privilegiada, entre dois grandes pólos turísticos no Nordeste, Bahia e Pernambuco. 	<ul style="list-style-type: none"> • A concorrência do Aeroporto de Salvador decorrente da melhor e mais acessível prestação de serviços.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

A partir da pesquisa de campo e com o auxílio da pesquisa bibliográfica pode-se perceber que as principais oportunidades para o aeroporto são a criação de serviços úteis para a comunidade adjacente, mantendo o movimento dos estabelecimentos comerciais. É um exemplo, o Aeroporto de Porto Alegre que possui três salas de cinema, utilizadas tanto pelos autóctones, quanto pelos turistas.

Outro ponto que poderia oportunizar um melhor aproveitamento do terminal aeroportuário Santa Maria é a localização privilegiada deste, entre dois grandes pólos turísticos no Nordeste, Bahia e Pernambuco, onde poderiam ser criadas rotas circulares que englobassem todos os Estados nordestinos. Trabalhando com tarifas a baixo custo, essas rotas contribuiriam para que a demanda, principalmente regional, priorizasse estes destinos, de forma a consolidar e criar uma maior notoriedade para a região, gerando maior rentabilidade a mesma.

A principal ameaça detectada foi a concorrência do Aeroporto de Salvador em função de melhor e mais acessível prestação de serviços. Como fraqueza, percebeu-se a falta de climatização no saguão, ausência de pontes de embarque e ociosidade dos serviços nos horários adversos aos de vôos e, finalmente, como força a proximidade do principal produto turístico da cidade, a Orla de Atalaia, torna-se uma facilidade para o turista de lazer, mas beneficia principalmente o turista de negócios e eventos (responsável por mais de 50% da movimentação deste terminal aeroportuário), tendo em vista que na Orla estão os principais hotéis da cidade.

4.2 Análise dos Dados Coletados no Aeroporto Santa Maria

110

O diagnóstico utilizado nesta pesquisa foi um instrumento para a análise dos dados coletados, onde para cada problema detectado há uma sugestão de proposta de intervenção, baseada em pesquisas bibliográficas e em modelos que já foram aplicados em outros aeroportos e que apresentaram resultados positivos.

1. Ociosidade nos horários onde não há vôos, a exemplo do turno da manhã, início da tarde e noite que resulta, praticamente, na inatividade do aeroporto, pois há o fechamento de grande parte de seus estabelecimentos comerciais, decorrente da falta de movimento, ou seja, ausência de demanda. Como proposta sugere-se a inserção de novos vôos, desta forma haveria demanda para utilizar os serviços oferecidos no aeroporto; ou ainda colocar como condição na licitação a obrigatoriedade dos horários de funcionamento pré-determinado;

2. Concentração de vôos em determinados horários (madrugada e fim de tarde). Segundo o superintendente da INFRAERO-SE, isso acontece porque são os aeroportos centrais que determinam os pontos de conexão

(HUB's) como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília que ditam os horários dos vôos, desta forma o transporte se adequa ao horário da maioria de seus clientes que estão nos pólos já citados. A concentração de vôos em certos horários é um problema mais complexo e não depende apenas de atitudes vindas do aeroporto e da INFRAERO - SE, o trabalho envolve vários membros dessa cadeia produtiva, a exemplo da iniciativa privada, associações, dentre outros.

A inserção de novos vôos em horários programados seria a solução para mais de um dos problemas aqui expostos, para isso recomenda-se a realização de pesquisas para verificar se há uma demanda real e fixa para esses vôos. Para tornar real essa demanda de desembarques é preciso o trabalho das políticas públicas, com uma forte divulgação do Estado que mostraria seu diferencial dentre os demais do Nordeste, além de resgatar ou formar a identidade de seus nativos, que está esquecida. Talvez seja esse o principal fator empecilho para o não despontamento do Estado de Sergipe como um grande destino: a falta de valorização dos seus próprios residentes, pois estes desconhecem a força e diversidade da sua cultura, ou seja, seria necessário um marketing bem trabalhado.

111

3. **Os altos valores das passagens** decorrente da falta de concorrência para as grandes companhias aéreas (TAM e GOL). O que poderia diminuir os valores das passagens aéreas e ao mesmo tempo resolver o problema de concentração de vôos e ociosidade de serviços seria um incentivo fiscal do governo, com o corte de algumas taxas e impostos, estabelecendo uma parceria entre o Governo do Estado e as companhias aéreas.

Para a implantação de novos vôos, a troca seria de desconto nas taxas de uso do aeroporto por uma diminuição nos valores das passagens; o que resolveria os outros problemas citados anteriormente. Com taxas menores maior seria a captação dos vôos e com valores mais acessíveis a população e com vôos em novos horários, manter o movimento no aeroporto não seria mais um problema.

Em relação às fontes de recursos da INFRAERO, as taxas podem ser de dois tipos: aquelas cobradas dos usuários do transporte aéreo – tarifa de embarque de passageiros, tarifas de pouso e permanência das aeronaves nos aeroportos, tarifas

de armazenagem e capatazia de carga aérea e tarifa de utilização dos auxílios à navegação aérea; e aquelas obtidas com atividades comerciais – arrendamento de instalações ou equipamentos, aluguel de espaços físicos nos aeroportos, concessões de serviços privados e etc. O desconto aconteceria em algumas dessas taxas.

4 Pouco espaço no pátio das aeronaves, o que dificulta a expansão do aeroporto. No presente momento, no pátio cabem apenas 4 aeronaves, dificultando o aumento na oferta de vôos, nos horários de maior fluxo, fim de tarde e madrugada.

Para tanto é necessário ampliar o pátio das aeronaves, de forma que, a INFRAERO-SE não necessite mais negar pedidos às empresas aéreas de novos vôos por falta de espaço no pátio do aeroporto, como ocorrido com a TAM e a GOL, no ano da realização desta pesquisa.

5 Falta de climatização no saguão do aeroporto e **falta de pontes de embarque**, o que expõe seus passageiros as adversidades do clima no embarque e desembarque das aeronaves. Todos os aeroportos são subordinados a INFRAERO-BSB, significando que todos os dividendos destes aeroportos são direcionados a esta sede. Desta forma quase não existe competição entre os complexos aeroportuários, o que serviria para aumentar as arrecadações e o fluxo de turistas nas regiões de influência. As divisas são estratificadas proporcionalmente ao tamanho e importância de cada complexo, no entanto os aeroportos mais rentáveis acabam por financiar aqueles menos lucrativos para mantê-los em funcionamento.

Uma maior autonomia dos aeroportos em relação a INFRAERO-BSB aumentaria a concorrência entre eles, pois estes, de acordo com seus faturamentos poderiam determinar, até certo ponto, os valores das taxas a serem cobradas para o uso de seus serviços. Sendo assim, os aeroportos de pequeno porte ganhariam mais diante da frágil característica de precibilidade dos seus serviços.

No caso de Sergipe, que possui apenas um aeroporto, a concorrência aconteceria com os terminais aeroportuários dos Estados vizinhos, fato este que já vem acontecendo, mas de forma negativa para o Estado. Diante dos problemas encontrados neste aeroporto, muitos têm optado por realizar uma viagem rodoviária de Aracaju para Salvador e a partir do Aeroporto de Salvador chegar ao seu destino final. A principal causa para este desvio é o encarecimento das passagens partindo

de Aracaju, que por sua vez acontecem pela falta de concorrência entre as companhias aéreas.

Já que o aeroporto o principal portão de entrada de turistas estrangeiros, que é o público que mais gasta em qualquer destino, um aeroporto deve promover diretamente, a cidade em que está localizado e, mais ainda, a região socioeconômica e turística que polariza. Todas estas promoções deveriam ser trabalhadas pela própria administração do aeroporto junto às organizações públicas e privadas promotoras de turismo. Além disso, mantendo-se exclusivamente dentro do círculo de atores do transporte aéreo, a administração de um aeroporto muito poderia multiplicar o potencial de captação de tráfego se atuasse em parceria com as empresas brasileiras e estrangeiras operantes no setor.

Segundo Palhares, Santo Jr, (2001), anúncios diversos, estudos e pesquisas de mercado, análise da demanda reprimida e a literal promoção de meios de comunicação, todos desenvolvidos em conjunto, são estratégias comumente utilizadas por aeroportos nos EUA, Europa e Ásia-Oceania para aumentar a captação de tráfego, tanto doméstico, como, principalmente, internacional (o tráfego internacional é muito mais rentável não apenas para o aeroporto em si, mas para as empresas aéreas; além disso, proporciona uma maior geração de impactos econômicos positivos “em cascata” na região de influência do aeroporto).

Através do incremento no volume de passageiros nestes aeroportos, suas áreas de influência podem concretizar múltiplas oportunidades para a geração de empregos, e assim aumentarem os salários médios da região, as receitas e lucros das empresas nela localizadas, e o aumento no recolhimento de impostos. Cabe ressaltar aqui, a extraordinária cadeia produtiva de impactos socioeconômicos gerada por um maior ingresso de passageiros a um aeroporto.

Considerações Finais

Diante das ideias expostas no presente trabalho, confirma-se a importância do transporte aéreo não somente para a realização de viagens com fins turísticos mas também para necessidades diversas. Os aeroportos, meios usados para utilização desse serviço, são mais do que um simples espaço transitório, são áreas de convivência que precisam oferecer agradabilidade nas pequenas ou longas

estadas através da boa prestação de serviços.

Dados da INFRAERO⁴⁹ apontam o Aeroporto Santa Maria como o 7º do nordeste em movimento de passageiros, entre os meses de janeiro e agosto, nos anos de 2009 e 2010. Neste mesmo período em 2009, a movimentação foi de 455.281 passageiros, enquanto que em 2010 alcançou a faixa de 601.167 *paxs*, o que confirma o crescimento constante em que se encontra o terminal aeroportuário. No entanto, o mesmo está chegando ao ponto de saturação, ao apresentar uma oferta de serviços inferior à quantidade demandada, tendo em vista, que devido a concentração de vôos na madrugada e no fim de tarde, esse período não apresenta mais condições de inserção de novos vôos.

Para alterar essa conjuntura, se faz imprescindível a integração entre os agentes promotores da atividade turística - iniciativa privada, órgãos públicos e população – para que o aeroporto Santa Maria possa ser uma ferramenta eficiente de inserção do Estado de Sergipe no mercado turístico, trazendo resultados mais condizentes com suas potencialidades, tendo em vista que a excelência na prestação deste serviço culminará em resultados positivos para toda a cadeia turística do destino.

114

Referências Bibliográficas

ASHFORD, N.; STANTON, H.P.; MARTIN E MOORE, C.A. **Airport Operations** [S.l.]: McGraw-Hill Professional, 1996. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aeroporto>. Acessado em 18out2010

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas nas Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** . Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acessado em: 16out2010

CORREA, K. **Planejamento Estratégico**. Disponível em <http://www.planejamentoegestao.com.br> Acessado em 15out2010.

DI RONÁ, R. **Transportes no Turismo**. São Paulo: Manole, 2002

PALHARES, G. L. **Transportes Turísticos**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2002

PALHARES, G. L., ESPÍRITO SANTO JR., R. A., O Turismo e o Transporte Aéreo como Multiplicadores Socioeconômicos. In: Setti, J. R. A., Lima Jr., L. F. (ed.), **Panorama Nacional da Pesquisa em Transportes**. Anais do XV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET), vol 2, pp. 225-

⁴⁹ Disponível em: <http://www.infraero.gov.br>. Acessado em 17set2010

232: Campinas, 2001.

VIEIRA, J.C.L. Campo do Aninpu. Revista Sergipe na Rota. Sergipe: INFRAERO, v.1. ed. especial, p. 65 – 75, set. 2003.

<http://www.cdlestancia.com.br/noticia.php?id=831>. Acessado em: 08 de outubro de 2010

<http://www.anac.gov.br>. Acessado em 17set2010

<http://www.infraero.gov.br>. Acessado em 17set2010.

<http://www.turismosergipe.net/> Acessado em 20set2009.

A (RE) ORDENAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DO RECIFE A PARTIR DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA

Renato Sérgio Santos⁵⁰

Antonio Carlos Castrogiovanni⁵¹

Resumo: Este artigo consiste em uma análise, a partir da fenomenologia hermenêutica em seus três momentos: compreensão; interpretação; e nova compreensão. Uma vez que esta busca entender o fenômeno da revitalização do Bairro do Recife. Este que buscou (re) inserir um bairro visto como um Não-Lugar pelos sujeitos do Grande Recife, no cotidiano destes. O primeiro passo foi reinventar o Lugar como sendo este, um local de eventos composto por uma área de equipamentos que atraíram vários sujeitos ao bairro. Este plano foi o marco inicial para a reinserção daquele Espaço antes segregado, na rotina dos sujeitos do Grande Recife, e dá a atual ocupação que se tem hoje naquele local. É a partir da leitura do fenômeno ocorrido que este trabalho busca revelar as várias mudanças ocorridas na ordenação do espaço estudado, apontando-se assim, o que entendemos por acertos e falhas na execução do plano.

Palavras-chave: Ordenação Espacial; Turismo Urbano; Paisagem; Lugar; Bairro do Recife-PE.

Abstract: This article is an analysis from the hermeneutic phenomenology in its three stages: understanding, interpretation, and new understanding. Since that seeks to understand the phenomenon of revitalization of the Neighborhood of Recife. This sought to (re) insert a district seen as a Non-Place by the subjects of the Great Reef in these every day. The first step was to reinvent the place as this, a venue consisting of an equipment area that attracted many to the subject neighborhood. This plan was the starting point for the rehabilitation of that space before segregated in the routine of the subjects of the Great Reef, and gives the current position that we got there. It is from the reading of the phenomenon occurred that this work seeks to reveal the various changes in the ordering of the area studied, pointing to the case, what we mean by successes and failures in implementing the plan.

Keywords: Spatial organization; Urban tourism; Landscape; Place; Recife neighborhood.

1. Introdução

⁵⁰ Mestre em Geografia pela Pós-Graduação da UFRGS. Email: Renatosertos@hotmail.com

⁵¹ Co-autor: Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Email: Castroge@ig.com.br

Desde o final do século XX é crescente a preocupação de algumas cidades com o seu patrimônio cultural e arquitetônico, sendo freqüente a elaboração e execução de planos de revitalizações de centros históricos. Essa busca de resgate do passado vem aliada de várias intenções, em alguns casos como no Bairro do Recife, estas estabelecem novos sistemas sobre o Espaço Geográfico. Sistemas esses que foram/vão alterando a dinâmica do lugar, e criando novas espacialidades, territorialidades, paisagens, novos lugares, etc. É na busca do entendimento destes novos sistemas que se estabelecem sobre o espaço que vamos nos municiando de informações a fim de entendermos o fenômeno da revitalização no Bairro do Recife através da Geografia e outras fontes do saber. A proposta inicial deste trabalho com o apoio teórico da Geografia é analisar o Espaço Geográfico do Bairro do Recife restaurado através do plano de revitalização. Para o Turismo é importante conhecermos e avaliarmos este plano, pelo fato do mesmo resgatar paisagens, revitalizar áreas tidas como deprimidas, promovendo um novo movimento de visitas para contemplar a riqueza patrimonial.

Sendo natural do Recife e turismólogo de formação, tivemos oportunidade de lermos o bairro do Recife através das lentes do Turismo. Hoje, sendo mestre em Geografia, temos a oportunidade de enxergarmos o bairro através de uma nova ótica, que tem nos fornecido ferramentas para analisarmos o nosso objeto de estudo, de maneira a buscarmos com mais segurança as respostas para algumas dúvidas. A partir do que foi exposto tivemos duas inquietudes que moveram esta pesquisa:

- 1) O plano de revitalização trouxe uma nova ordenação espacial para o Bairro do Recife Antigo ou não?
- 2) O turismo está sendo contemplado com esse plano ou não?

Para que pudéssemos dar conta do nosso problema de pesquisa e respondêssemos as nossas inquietudes, tivemos como objetivo geral estudar o processo de revitalização turística do Bairro do Recife e suas conseqüências na ordenação espacial do Bairro.

Os objetivos específicos que contribuíram para que alcançássemos o objetivo geral foram:

- 1) Analisar o projeto de revitalização do bairro do Recife

- 2) Avaliar as transformações ocorridas na ordenação do Espaço Geográfico do Bairro do Recife, a partir da implantação do projeto de revitalização.
- 3) Verificar a incorporação das mudanças ocorridas no bairro do Recife, pelos sujeitos envolvidos com o bairro, e pelos sujeitos moradores da Grande Recife.
- 4) Investigar a implantação e incorporação da atividade turística no Bairro do Recife.

Nesta caminhada utilizamos a pesquisa qualitativa direcionada, uma vez que a mesma não busca enumerar ou mediar eventos, geralmente não empregando instrumental estatístico para análise dos dados. Através de dados descritivos mediante o contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo, a pesquisa qualitativa busca o entendimento dos fenômenos, a partir da ótica do participante da situação estudada para posteriormente analisar sua interpretação dos fenômenos estudados. Sendo assim o olhar fenomenológico foi a lupa teórico-metodológica através da qual lemos o mundo no percurso de nossa investigação científica. Entendemos a fenomenologia como um método de análise caracterizado por enfatizar o mundo cotidiano, do modo como esse é vivenciado e percebido pelos sujeitos em situações naturais. Tal método visa a partir de relatos descritivos da vida social, penetrar-lhe os significados e os contextos mais profundos, levando a uma compreensão do fenômeno relatado. Como método interpretativo que nos ajudou a percorrer nossa caminhada metodológica, buscou-se o método fenomenológico-Hermenêutico que se baseia a partir do desentranhamento do fenômeno, tentando descobri-lo, desvendá-lo para além da aparência, utilizando os fatos vivenciados na experiência, seus significados. Para Beck (1994, p.125): “a reflexão hermenêutica consiste na dialética da interpretação dos significados dos dados de pesquisa como num movimento dinâmico para compreensões mais profundas”.

Desta forma o movimento que ocorre no momento da investigação fenomenológica hermenêutica é:

Quadro 1- Movimento da investigação fenomenológica hermenêutica

1.	Reunião de dados do vivido, fixados em sucessivos registros/relatos.
2.	Análise/constituição de uma interpretação desses relatos do vivido.
3.	Nova compreensão do fenômeno, que se concretiza, em uma nova proposta, repetindo-se o círculo.

Para obtermos resultados satisfatórios em nossas pesquisas utilizamos uma aproximação das bases fenomenológicas. Desta forma utilizamos alguns procedimentos que serão detalhados a seguir.

O nosso movimento foi baseado no que nos trouxe a fenomenologia hermenêutica (ver quadro 1), no primeiro momento, nós nos apropriamos do objeto através do nosso olhar empírico, e através do estudo do projeto realizado no bairro. No segundo momento analisamos o projeto e a área de estudo que o projeto foi aplicado, através dos nossos objetivos. Com isso no terceiro momento, seguindo ainda os caminhos da fenomenologia hermenêutica, tivemos uma nova compreensão do plano que foi pontuado para o bairro do Recife, e apontamos assim possíveis caminhos.

119

2. O fenômeno da revitalização do bairro do Recife a partir dos sujeitos entrevistados

Foi a partir do segundo movimento (Interpretação) do Circulo Hermenêutico da fenomenologia hermenêutica, que fizemos nossas leituras.

Buscou-se interpretar o Projeto de Revitalização Turística do Bairro do Recife através do olhar dos sujeitos entrevistados. Para isso, foi utilizada a pesquisa qualitativa, uma vez que como a fenomenologia, busca em seus procedimentos a compreensão dos fenômenos de forma racional e intuitiva. Utilizou-se para a análise e interpretação das entrevistas o quadro de análise de entrevistas proposto por Panosso Netto (2004) onde o resultado das interpretações (essência) das entrevistas realizadas deu origem a um novo quadro síntese (elaborado por este autor). Este quadro síntese foi construído a partir das interpretações (essência) das respostas dadas pelos sujeitos entrevistados que respondiam os nossos objetivos

específicos (pegou-se o resultado das interpretações (essência) e montou-se uma síntese respondendo estes objetivos específicos).

Nossa pesquisa foi realizada no Bairro do Recife do dia 01 de junho de 2009 até o dia 30 de junho de 2009 onde se entrevistou 30 sujeitos. Nesta pesquisa, os sujeitos entrevistados foram divididos por grupos e trazidos para o nosso trabalho. As análises das essências das entrevistas dos entrevistados, das fontes secundárias, a utilização das categorias de análises: Espaço Geográfico; Paisagem; Lugar; Turismo; Sustentabilidade; e o SISTUR proposto por Beni (2003), nos levaram a chegar a algumas considerações momentâneas que veremos a partir do capítulo seguinte.

3. Possíveis caminhos para a (re) construção do lugar turístico/Pólo Bom Jesus

Este capítulo tem o objetivo de apontar alternativas para buscarmos possíveis caminhos para a reconstrução do Pólo Bom Jesus a partir das constatações vistas até este momento. A atividade turística necessita sobre tudo de planejamento, uma vez que esta envolve vários sujeitos, tanto para usufruí-la com para servi-la. É ¹²⁰ preciso organização, uma vez que diversos atores também estão inclusos; e desarmonias na operação turística levam a desequilíbrios e a falências e na atividade turística como vimos no caso do Pólo bom Jesus. Traremos então as falhas apontadas anteriormente para uma discussão mais aprofundada e para um encaminhamento de soluções para estas, através das considerações das medidas de análise ambiental propostas por Beni (2003), as dimensões de sustentabilidade propostas por Sarchs (2002) e considerações do SISTUR também proposto por Beni (2003), uma vez que julgamos que se no processo de planejamento e execução do projeto estes fatos tivessem sido observados não teríamos tido o declínio do Pólo estudado. Vejamos a seguir o nosso quadro de falhas de acordo com as nossas análises apontadas no capítulo anterior. Em seguida seguem possíveis alternativas para reverterem-se ou não cometerem-se novas falhas. Observemos:

Tabela 2: Falhas do projeto.

FALHAS COMETIDAS	MEDIDAS AMBIENTAIS	DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE	CONJUNTO DO SISTUR	SUBCONJUNTO DO SISTUR
1- Mudança de um projeto habitacional para um projeto turístico.	Capacidade de carga	Política e a social.	Relações Ambientais	Social, Cultural e Econômico.
2- Foram excluídos antigos sujeitos donos de bares do projeto.	Capacitação profissional	Cultural, Social e a Econômica.	Relações Ambientais	Cultural, Social e o Econômico.
3-Segregação social através da prática de preços altos.	Capacitação profissional	Social e a Econômica	Relações Ambientais Relações Operacionais	Social e Econômico. Demanda
4-Projeto vinculado a uma gestão que financiava eventos para atração de sujeitos aos estabelecimentos.	Capacitação Profissional.	Econômica e a política.	Relações Ambientais Relações Operacionais	Econômico Demanda

Fonte: Autor.

1. Mudança de um projeto habitacional para um projeto turístico.

121

De acordo com a primeira falha identificada podemos salientar que mesmo o projeto habitacional não fazendo parte do novo projeto, o projeto de revitalização já é inserido no bairro causando divergências e discussões, o mesmo é executado sem ser discutido com os sujeitos que ali habitavam. Neste caso não temos como reverter a situação uma vez que o projeto já foi instalado e grande parte dos sujeitos moradores já saíram do bairro. O que podemos propor como um possível caminho é que na instalação de um projeto turístico próximo a áreas habitacionais, sejam observados primeiramente o conjunto das relações ambiental e seus subsistemas, neste caso específico, devem ser observados primeiramente o subsistema cultural. Uma vez que devemos identificar se os sujeitos que formam esta área em potencial para o projeto estão dispostos ou não a receberem a atividade turística em sua localidade. Para que seja identificada a receptividade do projeto por estes sujeitos, devem ser criadas instancias para discussões. Devem ser discutidas as mudanças culturais que ocorrerão no cotidiano daquela comunidade. Desta maneira poderão ser minimizados os déficits da mesma, uma vez que sabemos que os impactos por menores que sejam sempre ocorrerão.

Posteriormente devemos observar o subsistema social, onde devemos identificar o envolvimento daquela comunidade com a atividade, se estão dispostos a conviverem, a participarem, a investirem, o quão esta comunidade pode contribuir ou não durante a implantação e execução do projeto. É preciso que identifiquemos este envolvimento para que possamos inserir esta comunidade no planejamento do subsistema econômico, onde acreditamos que todos os sujeitos devem ser contemplados de acordo com seu envolvimento. Julgamos que a renda deve ser distribuída entre os que tiveram sua rotina de vida modificada, seria uma forma justa de amenizar os transtornos.

Observamos também que no caso de um destino habitacional, e esse foi o ocorrido no Bairro do Recife inicialmente, devemos observar como medida ambiental a capacidade daquela localidade em receber um numero excessivo de pessoas, causando um desconforto na comunidade que passam a perder o direito a seu bairro. Devemos pensar formas de equilibrar o uso do espaço turístico entre sujeitos da comunidade e sujeitos turistas ou sujeitos freqüentadores.

No caso de uma negativa da comunidade receptora em um desses pontos citados, devemos repensar o projeto e propor as mudanças necessárias, ou procurar ¹²² outra região para a implantação do projeto. Uma vez que estes pontos estando em harmonia, teremos não só uma sustentabilidade Política, e sim todas as sustentabilidades. Devemos aprender com esse caso do Bairro do Recife, em não impormos através do poder, projetos para uma comunidade. Não podemos provocar a expulsão de sujeitos de seus lares, provocados por projetos insustentáveis e mal planejados. O papel do ente público é garantir os direitos dos sujeitos cidadãos.

2. Foram excluídos antigos sujeitos donos de bares do projeto.

Observando a segunda falha cometida, acreditamos que não há como reverter à situação, uma vez que toda uma tradição existente no bairro por meio de alguns equipamentos que existiam antes da instalação do projeto de revitalização do Bairro do Recife foi quebrada. Por mais que tentemos propor a volta de alguns equipamentos, entendemos que o momento do bairro é outro e talvez não lhe coubesse mais o retorno dos antigos equipamentos. Quando ocorrem as primeiras ações de planejamento do bairro, não se foi pensado na inserção nem em como

ficariam estes tradicionais sujeitos donos de equipamentos no bairro. Simplesmente estes ficaram de fora do projeto, tendo os seus equipamentos sido comprados por outros sujeitos empreendedores que tinham um alto valor a oferecer. Observamos que não foram considerados alguns fatores dentro do projeto como por exemplo: Dentro do SISTUR ficaram de fora as análises do conjunto ambiental e seus subsistemas como o cultural, onde deveriam ser observados que já existia uma tradição em alguns equipamentos e não foram feitos nenhum esforço para se abrir um diálogo entre a Prefeitura e os sujeitos empreendedores, mais uma vez o projeto desconsidera as tradições culturais dos sujeitos que vivenciavam o bairro. Esta não observação vai de encontro com a Sustentabilidade Cultural do projeto por quebra da antiga tradição. Dentro dos projetos é preciso que sejam verificadas e consideradas as tradições de alguns equipamentos dentro da área do projeto, buscando-se inserir de uma forma equilibrada este dentro do projeto. Identificamos que o subsistema social ele também é afetado uma vez que ocorreu a quebra de uma antiga estrutura social, sendo assim os sujeitos da sociedade são afetados. O subsistema econômico também foi afetado, através da não inserção dos sujeitos proprietários no projeto, estes deixaram de serem beneficiados economicamente, e tiveram de repassarem seus estabelecimentos a outros que lucraram em seus lugares. Devemos considerar todos os sujeitos que já fazem parte do local onde será instalado o projeto, inseri-los e discutirmos as melhores ações com harmonia, para que todos sejam beneficiados. É preciso criar programas para capacitar os sujeitos proprietários de equipamentos, para que estes tenham condições de serem inseridos em projetos destinados para a localidade, é necessário que estes sejam capacitados profissionalmente para uma melhor execução do projeto. Desta maneira, ocorrendo o equilíbrio dos itens trazidos, ocorrerá não só a sustentabilidade econômica do projeto como também contemplaremos as sustentabilidades, social e econômica do mesmo.

123

3. Segregação social através da pratica de preços altos.

Analisando-se a terceira falha trazida em nosso quadro, podemos identificar que dentre as falhas, esta foi a que mais impactou o quadro. A prática de preços altos, economicamente selecionou os sujeitos que freqüentariam o bairro que neste caso foram os sujeitos turistas, os sujeitos da classe social (A), e os sujeitos que

estavam dispostos a pagarem os preços cobrados para estarem ali. Existiam equipamentos que colocavam as mesas nas calçadas e cobravam por estas, sendo esta outra forma de escolher a clientela e segregar aqueles que não podiam pagar. Os sujeitos segregados como numa forma de também querem ter direito a um bairro revitalizado, começam a ocupar outras ruas não contempladas pelo projeto, ocasionando assim uma utilização precoce e desordenada nestas ruas. Estas ocupações escancararam as diferenças sociais e ocasionou um problema social dentro do bairro. Dentro das medidas ambientais trazidas por Beni (2003) e adaptadas para a realidade do nosso estudo, podemos inserir que houve falta de capacitação profissional dos sujeitos proprietários dos equipamentos. Estes sujeitos percebendo o aumento da demanda não procuraram investir na ampliação do seu estabelecimento e cobravam taxas para as mesas e preços cada vez mais altos. Estas atitudes afugentam os sujeitos freqüentadores do bairro e criam uma no va imagem, desta vez negativa do bairro, de este ser uma bairro de sujeitos comerciantes aproveitadores. Ir para a Rua do bom Jesus representava “gastar muito”. Esta falta de capacitação profissional mexe com os conjuntos das relações ambientais através dos seus subconjuntos econômicos, e o social, que vão interferir no conjunto das relações operacionais através da diminuição da demanda. Estes impactos levaram o projeto a não ter sustentabilidade social, por segregar os sujeitos economicamente, e conseqüentemente econômicos, por oferecerem produtos onde seus preços estavam muito a cima do poder aquisitivo da maioria da sua demanda reprimida.

124

Analisando-se a falha cometida podemos inferir que a situação pode ser revertida, uma vez que um novo plano para o Pólo Bom Jesus pode ser colocado em prática. Sabemos que vários bares já fecharam, mas um novo plano que envolva discussões entre donos de bares e a população do Grande Recife pode direcionar um projeto de inclusão de forma equilibrada e de sustentabilidade social e econômica. É preciso capacitar os sujeitos empreendedores e criar instâncias de discussão com estes sobre ações de equilíbrio entre a oferta, a demanda e o preço. Acreditamos que um desequilíbrio nesta relação sinaliza falhas na gestão do equipamento e podem rapidamente serem revistos se o sujeito gestor do equipamento estiver capacitado para propor novas alternativas. Porém, estes devem

sempre observar as dimensões de sustentabilidade e o SISTUR, para manterem o equilíbrio do seu equipamento e por sua vez o equilíbrio do projeto.

4. Projeto vinculado a uma gestão que financiava eventos para atração de sujeitos aos estabelecimentos.

Observando a quarta falha trazida no quadro, constatamos que primeiramente houve falta de capacitação profissional dos sujeitos empresários locais, uma vez que estes entraram num projeto vinculado a subsídios dados por uma gestão e que poderiam não ser mantidos por uma nova, como foi o caso ocorrido. A falha trazida através das mudanças de prioridades para o bairro muda significativamente o fluxo de sujeitos no bairro por falta de atratividades. A falta de eventos pagos pela prefeitura, a não existência de ações da associação dos donos de bares e restaurantes no sentido de se reorganizarem na criação de uma agenda própria de eventos, aliados aos preços altos cobrados pelos equipamentos, desencadeiam o fechamento de 38 equipamentos no Pólo Bom Jesus. Entendemos que, se um equipamento esta vinculado a subsídios para funcionar, este não tem sustentabilidade econômica, e se um projeto não deixa claro isso para seus parceiros, este não tem sustentabilidade política, pois a qualquer momento pode haver uma mudança partidária que não concorda com o modelo do projeto e resolve mudá-lo. Observando as mudanças ocorridas através do SISTUR vemos que foram afetados os conjuntos das relações ambientais e das relações operacionais. O conjunto das relações ambientais é impactado através do seu subconjunto econômico, por estar vinculado a subsídios. E o conjunto das relações operacionais por terem uma queda na demanda.

125

Através da análise da falha, podemos inferir que vários equipamentos já fecharam, porém aos bares ainda abertos resta a tentativa de se fortalecerem através da associação existente e tentarem propor novas alternativas para trazerem sujeitos ao bairro. Varias ações podem ser realizadas através de parceiras com empresas que desejam visibilidade com: festivais culturais, festivais de dança, feirinhas culturais, feiras de livros, e vários outros eventos que podem atrair sujeitos ao bairro e a seus equipamentos. Sobre tudo são preciso ações empreendedoras destes sujeitos e capacitação para gerirem novas ações organizadas para o bairro e consequentemente seus equipamentos.

Durante as nossas pesquisas pudemos verificar o descontentamento de vários sujeitos para com a situação do Bairro do Recife. Desta maneira esperamos através de nossas análises deixarmos contribuições no sentido de tentarmos mudar a atual situação do mesmo.

Considerações Momentâneas

Ao longo desse trabalho, fizemos uma leitura através das nossas pesquisas, e percebemos um bairro que ao longo de sua história é funcionalizado, (re) funcionalizado, e (dês) (re) funcionalizado. Este movimento que vai (re) configurando o bairro é promovido pelos usos e valores que os sujeitos da sociedade os dão. Esses usos são cristalizados através das rugosidades que compõe as paisagens do Bairro do Recife, tornando o seu patrimônio arquitetônico tão rico e diversificado em estilos. Pudemos observar dentro da nossa caminhada, que esse patrimônio arquitetônico esteve por muitos anos invisível para os sujeitos da População do Grande Recife. Destes, poucos o freqüentava, e quando os faziam era para procurar a boemia e as orgias que o bairro os oferecia.

Observamos que a revitalização teve como intenção inicial, integrar o Espaço Geográfico/Bairro do Recife ao território do Grande Recife. Para isso foi criado um plano onde os sujeitos quebrassem aquela velha imagem de bairro marginalizado para um bairro de eventos e comemorações. Esse plano buscou criar uma área de interação entre a cultura local, os sujeitos do Grande Recife e os sujeitos turistas. Pudemos inferir que varias ações foram realizadas pela Prefeitura do Recife no sentido de atrair sujeitos para investirem no bairro como parceiros privados para o projeto. Uma dessas primeiras ações foi a intervenção feita em 5 (cinco) prédios na Rua do Bom Jesus, onde esses foram restaurados através de uma parceria entre as Tintas Ypiranga, a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura do Recife. Estas ações realmente tiveram o efeito esperado, uma vez que o Pólo Bom Jesus chegou a ter 55 equipamentos voltados para a atividade turística. Percebemos que os sujeitos empreendedores viram ali uma ótima oportunidade para investimentos, uma vez que a Prefeitura além de toda infra-estrutura deu isenções fiscais e subsidiou vários eventos no Pólo para atração de sujeitos ao bairro.

A partir do estudo da implantação do projeto pudemos analisar que ocorreram várias modificações na ordenação espacial do Bairro do Recife, uma vez que novos

usos e novos valores foram dados ao mesmo. Observamos que ocorreram mudanças nas paisagens, novas matrizes foram geradas através desses novos usos, estes que geraram uma nova marca para o Bairro, que por sua vez (re) geraram novas matrizes. A nova representação de um bairro restaurado e com novos valores puderam ser mostradas através de figuras ilustrativas daquele momento. Estas representações estavam expressas na paisagem, e mostram que a estratégia da Prefeitura em criar um novo Lugar/Bairro do Recife foi alcançada uma vez que diversos sujeitos foram ao novo Lugar para conhecê-lo. Pudemos observar nesta pesquisa o movimento ocorrido para que o Bairro do Recife tivesse efetivamente uma relação de Lugar por parte dos sujeitos da População do Grande Recife. Inicialmente existia uma relação de Não-lugar entre estes sujeitos para com o bairro, uma vez que este representava um local marginalizado e de prostituição, onde os sujeitos pais de família não poderiam passar próximo para não serem discriminados. Quando os sujeitos passam a conhecer o bairro, estes começam a mudar a representação antiga para uma nova, essa relação se modifica e passa a ser de Entre-lugar. Neste momento o bairro passa a ser visto como um local de entretenimento e lazer. A efetivação do Lugar/Bairro do Recife ocorre com a apropriação dos sujeitos para com o bairro quando estes passam a incorporá-lo em suas rotinas. O mesmo começou a representar um local de festejos e comemorações como; o carnaval, São João, Natal, *Reveillon*, e comemorações de vitórias políticas, futebolísticas e outras. Em fim, observamos que o bairro é incorporado ao dia-a-dia dos sujeitos do Grande Recife, e que as ações propostas inicialmente no sentido de modificar a imagem do bairro foram alcançadas. Efetivamente este hoje foi incorporado ao espaço da cidade do Recife, ocorrendo assim uma nova ordenação espacial no mesmo.

Foram trazidas em nossa pesquisa algumas falhas onde julgamos que essas somadas, podem ter levado o projeto a não ter se sustentado. Observamos que na primeira falha trazida, o projeto inicial casou alguns problemas internos entre as secretarias de Planejamento e a Secretaria de Turismo, onde ambas pensavam o bairro de maneiras diferentes, uma propunha um bairro habitacional, e a outra torná-lo um grande centro de eventos. Como o controle do bairro ficou com a Secretaria de Turismo as ações que foram tomadas para torná-lo um grande centro de eventos vão de encontro com alguns moradores que já haviam se instalado e que compraram uma proposta de bairro habitacional. Identificada a primeira falha,

podemos fazer uma análise onde propormos algumas medidas que poderão em projetos futuros servirem de observações para que novas falhas não venham a serem repetidas.

Na segunda falha trazida pudemos analisar que o projeto desrespeitou principalmente a dimensão da sustentabilidade cultural. Onde não foram resgatados velhos equipamentos do bairro, sendo construída uma história dentro de um bairro que já tinha a sua. Observamos que ações poderiam ter sido realizadas no sentido de inserir esses antigos equipamentos no novo projeto através de uma requalificação dos sujeitos proprietários.

A terceira falha mexe com a sustentabilidade social, uma vez que identificamos que o projeto foi direcionado aos sujeitos turistas, aos sujeitos da classe social (A), e aos sujeitos que se dispunham a pagar os preços cobrados no Pólo Bom Jesus. Verificamos que grande parcela dos sujeitos do Grande Recife não foram contemplados nesse Pólo e tiveram que ocupar outras ruas do bairro. Vimos que um projeto segregador não tem sustentabilidade, pois se não há uma apropriação efetiva de todos os sujeitos não há um mixe de usos e a decadência é inevitável. O projeto previa um espaço de entretenimento para os sujeitos promovendo atrações da cultura popular local, um espaço de interação entre diversos sujeitos, mas na prática vimos que não foi assim.

128

A quarta falha trazida e analisada nos mostra que um projeto não pode ser vinculado a subsídios de uma gestão, os equipamentos devem criar seus próprios diferenciais de atratividade. Observamos que uma associação forte poderia ter revertido a situação do Pólo Bom Jesus, porém uma associação forte necessita de sujeitos empreendedores dispostos a unirem-se para que todos obtenham êxitos e não foi o que ocorreu. Mudou-se a gestão e vários equipamentos fecharam por esperarem a volta dos subsídios.

A partir de nossas análises, pudemos observar que a mudança da gestão do Prefeito Roberto Magalhães (1996 a 2000) para a gestão do Prefeito João Paulo em 2001 (2001 a 2008), marca uma nova fase do projeto no Bairro do Recife. Vimos que prioridades foram modificadas e que várias ações que a antiga gestão praticava, passam a não serem mais repetidas. Observamos que outras preocupações com o bairro foram enfatizadas como; preparar a infra-estrutura do bairro para receber os sujeitos empreendedores e os sujeitos turistas, e a existência de uma agenda de eventos para o bairro. Porém, em sua maior parte, essa agenda contempla grandes

eventos, estes com um espaço de tempo de interrupção relativamente grande para manter um fluxo de sujeitos freqüentando o bairro. Ficou evidente em nossa pesquisa que os sujeitos vão muito mais ao bairro quando existem eventos. Sabemos que não é papel da Prefeitura subsidiar eventos, porém acreditamos que uma agenda constante de pequenos eventos serve para atrair e fidelizar vários sujeitos. Analisamos que esses tipos de eventos foram cortados no Pólo Bom Jesus, porém no Pátio de São Pedro que é um Pólo da Prefeitura em outro bairro da cidade, essa agenda de eventos subsidiados existe. Caracterizando-se assim, uma contradição no discurso da atual gestão.

Pudemos verificar nessa pesquisa que do projeto inicial só o Pólo Bom Jesus foi colocado em prática, efetivamente todas as ações do plano previsto para todo o bairro não avançaram para os Pólos Moeda/Alfândega e o Pólo Pilar. Desses o Pólo Moeda/Alfândega foi revitalizado na gestão do Prefeito João Paulo em 2007/2008 e o Pólo Pilar começa a ser revitalizado em 2009 na gestão do Prefeito João da Costa. Verificamos que essas revitalizações ocorridas fazem parte de um novo projeto chamado de complexo Recife/Olinda, não fazendo parte do projeto que estudamos. Esse novo plano pretende criar uma utilização do bairro através de várias atividades econômicas como a atividade turística e o Porto Digital que é voltado para a área da informação e atualmente detém a maioria dos subsídios e isenções fiscais. Sobre tudo, esperamos em outro momento evoluirmos na análise dos três Pólos para tentarmos entender a complexidade do funcionamento de um bairro que foi (re) funcionalizado para contemplar inicialmente a atividade turística e hoje contempla várias atividades econômicas. Nós enquanto planejadores sabemos que o planejamento é sobre tudo um trabalho científico, e por esta razão, todas as nossas ações são movidas através de observações de trabalhos anteriores para que não venhamos cometer as mesmas falhas já constatadas. É desta forma que analisamos as ações realizadas no Bairro do Recife. Em um primeiro momento ocorreu um período de trabalhos intensos na preparação do Lugar/Bairro do Recife para receber as atividades e os sujeitos. Em um segundo momento ocorreram as execuções dos planos que através de suas falhas servem de parâmetro para a evolução de uma nova postura adotada por uma gestão partidária diferente, por sua vez esta já nos serve de parâmetros para evoluirmos na busca de um Bairro do Recife muito próximo do ideal para todos os sujeitos.

Referências

- BECK, Cheryl T. ***Phenomenology: Its use in nursing research***. Disponível em: <<http://elsa.dmu.ac.uk/~elsa/gass/ns/00000047/000000.html>> Acesso em: 28/set/2008.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo, Senac, 2003.
- _____. Como Certificar o Turismo Sustentável? **Turismo em Análise**, São Paulo, V.14, n.2, p.5-16, novembro 2003a.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998..
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **A Geografia do Espaço Turístico, como construção complexa da Comunicação**. Porto Alegre, 2004. [Tese de Doutorado – Faculdade de Comunicação Social da PUCRS].
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J. & BARROS, A (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2008.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização. Rio de Janeiro, A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan./jun. 2002.
- MARTINS, J; BICUDO, A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Centauro, 1989.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- SANDERS, Patricia. ***Phenomenology: A new way of viewing organizational research***. Academy of Management Review. Vol.7, no. 3, 1982.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1978.
- _____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1989
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2003 (2001).
- SOCOLOWSKI, **Introdução à fenomenologia**. Edições Loyola. 2004.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo, Atlas, 1987.

A LÓGICA DOS NOVOS ATORES E O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS NA BARRA DOS COQUEIROS

Luiz André Maia Guimarães Gesteira⁵²

Antonio Carlos Campos⁵³

RESUMO

A ação do Estado como agente modelador do espaço modifica de diversas formas e visa os mais variados objetivos na dinâmica territorial de um lugar, afetando assim toda a população, a economia local e o ambiente. Uma das formas mais perceptíveis de Intervenção Estatal é a edificação de grandes equipamentos urbanos, construídos muitas vezes com o pretexto de beneficiar a população. Entretanto, por mais que possa trazer uma série de ganhos à sociedade, traz com ela não raramente uma infinidade de efeitos colaterais ligados a falta de planejamento ou ao mau planejamento, já que ao incentivar a inserção de novos atores sócio-econômicos em determinado lugar, promove uma série de metamorfoses no espaço, a partir de profundas mudanças no processo de apropriação e uso do solo, interferindo no valor que é conferido a este, e conseqüentemente na própria desorganização das identidades e tradições locais. O presente trabalho analisa como esses novos atores socioeconômicos promovem uma metamorfose do município de Barra dos Coqueiros, em especial a partir da edificação da Ponte Construtor João Alves. Para isso usamos uma metodologia analítica baseada no estudo de caso e visitas a campo, as quais foram essenciais para entendermos que as diferentes escalas do poder público, bem como as inserções da iniciativa privada no processo de apropriação territorial que vem se desenhando, como mais um espaço onde tudo se volta para o espetáculo da mercadoria.

131

Palavras-chaves: Intervenção Estatal. Agentes – Atores. Apropriação Territorial.

ABSTRACT

The action of the State as a shaper of space changes in various ways and aims at different objectives in the dynamics of a territorial place, thus affecting the whole population, the local economy and the environment. One of the most noticeable of state intervention and the building of large urban facilities often built on the pretext of benefiting the population. However much you can bring a lot of gains to society, brings with it not infrequently a myriad of side effects linked to poor planning or bad planning, as by encouraging the inclusion of new socio-economic actors in a given place, promotes a series of transformations in space, from profound changes in the process of ownership and land use, affecting the value that is conferred upon this and, consequently, disruption of their own identities and traditions. This study examines how these new players promoting socioeconomic metamorphosis of a city of the Barra dos Coqueiros, especially from the construction of the Bridge Constructor Joao Alves. For this we use an analytical methodology based on case

⁵² Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e aluno do Curso de Bacharelado em Geografia da UFS - andre_maia_geoufs@yahoo.com.br

⁵³ Prof. Adjunto do DGE/UFS - Orientador do Trabalho de conclusão do Curso Bacharelado em Geografia

study and visits in loco, which were essential to understand that different scales of government, as well as the insertions of private enterprise in the process of territorial appropriation that has been drawing as a further space where everything is back to show the goods.

Keywords: State Intervention. Agents - Actors. Territorial Appropriation.

1. Introdução

O município de Barra dos Coqueiros vem passando na última década por uma série de transformações em sua infra-estrutura e em suas perspectivas econômicas, a partir de acontecimentos que se sucedem e, muitas vezes se complementam, influenciados em geral por uma mesma causa; a construção de um novo e grandioso equipamento urbano – a Ponte Construtor João Alves - que modifica as relações econômicas dentro do próprio território do município, assim como transforma as relações deste com as cidades que o cercam. Por outro lado, a edificação desse grande equipamento, que é a causa maior de todas as alterações presenciadas em nosso recorte territorial, é também, condicionante e produto de todo um cenário político e econômico que levou a realização não só da supracitada obra, como também a fomentar uma série de outros empreendimentos, sejam eles realizados pelo poder público ou pela iniciativa privada no território do município.

132

Estudar o fenômeno que se desenha em Barra dos Coqueiros está sendo motivado não apenas para entender como ocorreu e ocorre toda uma recente disputa pela aquisição de partes de um território antes aparentemente sem grandes atrativos, - apesar de todas as suas amenidades naturais - mas esta pesquisa se dá prioritariamente para identificar como a lógica dos novos atores socioeconômicos inseridos na realidade local, colabora com todo um re-ordenamento territorial, que a princípio promove uma considerável metamorfose na infra-estrutura do município, e cria as possibilidades para que o lugar seja continuamente moldado e descaracterizado pela iniciativa privada - com o aval e os incentivos do poder público -, sem que sua população tenha conhecimento ou poder de decisão sobre essas mudanças, ou mesmo sem que as ocupações originais sejam respeitadas. Tudo isso visando uma homogeneização do espaço imposta pelo capital privado, em nome da criação de novos lugares e não-lugares.

2. Um espaço a serviço do capital: os novos atores sociais

Quando o Estado através de suas Políticas Públicas de atração de novos investimentos passa a incentivar a ocupação e usufruto de determinado espaço por grandes grupos financeiros, esses não só ocupam e usufruem do espaço que “adquirem”, como passam a ter a possibilidade de controlar e intervir na produção desse espaço de acordo com suas necessidades. Nesse contexto, Carlos nos explica que “o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, se dá a partir da necessidade de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver, para isso ‘o indivíduo’ ocupa um determinado lugar no espaço, só que o ato em si, não é só de ocupar uma parcela do espaço, e sim envolver a produção do lugar” (CARLOS, 1994, p.45). É importante analisar que quando a autora fala em “indivíduo”, esse pode se caracterizar como um indivíduo único ou um grupo de indivíduos que ao ocupar determinada área do espaço, podem produzi-la para melhor lhes servir, como também pode estar se referindo a uma empresa ou grupo de investimento que pode adquirir uma parcela do espaço, e reproduzir-se de acordo com os seus interesses. No entanto em geral quando se trata desse segundo caso, os interesses de empresas ou grupos não se restringem a área que ocupam, acabam exercendo influência sobre todo um espaço vital as estratégias de mercado. 133

Já que estes grupos almejam a obtenção de um lucro que explique seus investimentos e sua permanência no lugar, esta não se constitui como uma ocupação visando a subsistência, ou níveis modestos de lucro, para esses novos “atores”⁵⁴ representados principalmente por empresas do ramo habitacional e grandes redes hoteleiras, as taxas de lucros tem de justificar os investimentos, que por sua vez não são nada modestos, e por mais que esses investimentos não beneficiem a população ou promovam qualquer tipo de melhoria social para o lugar, o Estado é quem deve se responsabilizar e garantir que a permanência desses grupos no território lhes seja plenamente viável.

A obtenção de lucro para o setor turístico-mobiliário, ao contrário do que acontece com os latifundiários, por exemplo, não depende do que eles produzem no território o qual controlam, esse lucro está intimamente ligado a atração de pessoas

⁵⁴ Utilizamos o neologismo de atores de acordo com o que expressa David Harvey em seu livro *Justiça social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1990. Explicando os certos cenários que são criados no confronto de idéias de desenvolvimento e apropriação urbana pelos distintos grupos sociais e instituições.

que possam consumir o espaço que é produzido pelo capital imobiliário ou turístico. Todavia, para que essa atração seja realmente garantida, torna-se necessário que não só o espaço que controlam diretamente seja atraente, mas também que todo o entorno seja compatível com suas perspectivas. E para isso esses grupos contam com o apoio do Estado – para garantir-lhes a infra-estrutura e os incentivos necessários.

Porém mais do que a infra-estrutura viária, elétrica e de abastecimento de água, após a construção e consolidação continua exercendo certa influência sobre o espaço que os cerca e sobre a sua população, que mesmo sem usufruir diretamente do espaço auto-segregado criado por esses novos atores, contraditoriamente, passa a encarar sua presença no território de forma positiva.

3. Mudanças no processo de apropriação e uso do solo: valor de uso X valor de troca.

Toda série de acontecimentos que se desencadeiam nessa primeira década do século XXI, passam a fazer da Barra dos Coqueiros, município pouco populoso e com o menor Produto Interno Bruto (PIB) da grande Aracaju como foco de atenção de investidores de todo o Estado, e até mesmo de além das fronteiras de Sergipe e do Brasil,

134

Essa nova configuração territorial, que na prática ainda não parece ser tão efetiva, muda o papel da cidade no cenário local, transformando a forma como a terra é encarada pelos mais diversos atores sociais, e como ela passa gradativamente a perder seu valor histórico de uso e a adquirir um gradativo valor de troca, graças a ação desses novos atores, legitimados pelo Estado, e que muitas vezes são ignorados pela população - não que a mesma não perceba sua presença e as mudanças que promovem, ignora no entanto, os efeitos colaterais da ação desses novos agentes socioeconômicos em seu cotidiano.

A ação desses novos atores sociais se inicia muitas vezes antes de sua efetiva instalação e de início de suas operações, através de todo o processo de especulação que promovem, unicamente com a notícia de sua chegada. Especulação essa que já desencadeia o início do processo de mudanças na forma de apropriação e uso do solo, já que as áreas próximas as que provavelmente

passarão a ser ocupadas por esses novos empreendimentos imobiliários ou turísticos, sofrem um rápido processo de valorização, que gradativamente vai distanciando os indivíduos com menor poder aquisitivo das áreas de interesse do capital, seja através do simples processo de compra e venda de terras, e até mesmo pela intervenção do Estado que desapropria e realoca famílias com o pretexto de tirá-las de uma possível situação de irregularidade.

Com a apropriação das áreas de maior presença de amenidades naturais ou artificiais cada vez mais segregadas e destinadas a indivíduos ou grupos externos a população local, a antiga continuidade de áreas ainda não urbanizadas vai aos poucos dando lugar a um novo eixo comercial e a uma crescente quantidade de empreendimentos imobiliários e turísticos, além de suntuosas ‘casas de veraneio’ - segundas residências. O público que passa a ambicionar a apropriação do território barrense muda, e com ele o preço da terra dispara para a lógica do mercado.

Para melhor analisar as mudanças na dinâmica imobiliária do município recorreremos a (SANTOS, 2008 p.128) quando cita que “É possível constatar em observação direta nas ruas do município, que existe um grande número de residências colocadas à venda. De acordo com entrevista concedida por um corretor imobiliário que tem seu escritório há aproximadamente seis anos na Barra dos Coqueiros, “esse grande número de casas para vender se deu por conta da valorização dos imóveis na Ilha, dessa forma, a população de poder aquisitivo menor vende seus imóveis e migra para outros municípios do litoral norte ou para áreas de invasão em Aracaju ou Nossa Senhora do Socorro”. Ainda de acordo com Santos, “a variação no preço dos imóveis no município chegou até 400%, em um espaço de tempo que vai do período anterior a Construção da Ponte até o ano de 2008” (Idem, 2008, p.128)

As mudanças no processo de uso do solo ocorrem tanto nas áreas já urbanizadas do município, quanto nas áreas que só alcançaram um real processo de urbanização mais recente. Com isso percebemos que as mudanças estão inseridas em um processo de re-organização da dinâmica territorial, que passa a privilegiar a especulação imobiliária deixando de lado o uso do solo para fins agrícolas, como o cultivo do tradicional coco-da-baía, que por décadas foi o principal gênero agrícola produzido em solo barrense e que assegura a toponímia do lugar, mas que nos dias atuais não conta com lucratividade o suficiente para fazer frente ao mercado

imobiliário que vai gradativamente ocupando o solo outrora usado no cultivo dessa e de outras culturas.

Então é essa crescente valorização das terras aliada a baixa lucratividade das atividades agrárias exercidas no município, que fazem com que o solo que por anos teve sua utilidade voltada basicamente para a produção agrícola passe a ter sua forma de uso completamente modificada, o que como já fora citado anteriormente, implica na criação de uma dinâmica territorial completamente nova para o município.

Neste sentido, Carlos explica que “o solo enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através de sua localização, papel e inter-relação com o espaço global produzido” (CARLOS, 1994, p.53). Entende-se, portanto que no caso da Barra dos Coqueiros ocorrem significativas mudanças na noção de localização do município a partir da Construção da Ponte Construtor João Alves; a partir dessa mudança altera-se também o papel do município na configuração sócio-econômica da região metropolitana e, por fim a partir dessas primeiras mudanças, modifica-se a sua relação com o espaço global.

Todos esses fatores contribuem para continuar se perpetuando a mudança no valor da terra, que vai gradativamente perdendo seu valor de uso, ou seja, o valor com base em sua utilidade prática e sentido comunitário e identitário, e adquirindo um valor de troca concebido de acordo com o que se pode extrair de lucro daquele espaço. Nesse ponto, (LOPES e ANDRADE, 2009, p.5) nos dão grande contribuição quando explicam que

o valor de uso da cidade deve ser atribuído aos seus habitantes em seu cotidiano, enquanto o valor de troca é atribuído àqueles que buscam apenas a reprodução do capital, ficando a cargo do planejador o papel de dar sustentabilidade ao crescimento urbano e econômico da cidade. Muitas vezes isto ocorre por meio da revalorização do uso do solo urbano atribuindo-lhe novos usos e valores ditados por questões socioculturais.

No entanto quando se fala em valor de troca ou valor de uso do solo, atrelado a estes, a questão do preço sobrecarrega valores inconcebíveis ou mesmo não contabilizados, mas que o mercado utiliza para territorializar ou desterritorializar a mais-valia a qualquer custo.

Na literatura geográfica e na sociologia encontramos certas divergências entre alguns autores. No entendimento de José de Souza Martins “A terra não é produto do trabalho, logo não tem valor, nem pode ter a sua apropriação legitimada

por um processo igual ao da produção capitalista” (MARTINS, 1980, p.179). Já Marx, “desenvolve a idéia de que o valor é determinado pelo trabalho, mas não exclui o fato de a terra ser mercadoria, como consequência do desenvolvimento do regime de produção capitalista” (MARX, 1974, p. 34). Por fim, a Carlos expõe seu próprio entendimento a cerca do assunto ao dizer que “parcelas do espaço apropriadas individualmente em função da propriedade privada da terra sempre possuem valor” (CARLOS, 1994, p.51).

Assim, corroboramos com esse último entendimento, principalmente pelo fato de a possibilidade de compra, venda e valorização da terra existir justamente quando essa é entendida enquanto propriedade privada, seja ela terra urbana ou rural, sendo esses processos mediados pelo mercado, também com base nos valores de uso e de troca do solo. Como é o caso do município de Barra dos Coqueiros, em que o valor de troca adquire cada vez mais importância em relação ao valor de uso do solo, em especial, nas áreas fortemente assediadas pelo capital especulativo imobiliário

4. De Coqueiros a Resorts: os novos atores e os desdobramentos de suas ações no município de Barra dos Coqueiros

137

A ação dos novos atores sociais – gestores do espaço - representados pelos promotores do mercado turístico-imobiliário em Barra dos Coqueiros vai muito além da apropriação e ocupação de parcelas do solo do lugar, uma vez que o poder público municipal passa a depender cada vez mais da ação desses grupos, que empregam uma parcela considerável da população local, e tem o poder de atrair novos investimentos públicos e privados. Com isso o poder de barganha desse novo capital faz com que uma série de concessões lhes seja concedido, como por exemplo, a apropriação de áreas públicas e a privatização ilegal de áreas repletas de amenidades turísticas como fez o *Starfish Resort Ilha de Santa Luzia*, ao construir parte de sua infra-estrutura em uma área de faixa de areia na praia da Costa, privatizando assim uma área pública em uma região de imenso potencial turístico. Fator esse que se agrava ainda mais com o avanço do nível do mar sobre essa faixa de areia, o que obrigou os gestores do empreendimento a construir um muro de

contenção entre o resort e a área de avanço das ondas, impossibilitando o trânsito de pessoas no local, exceto é claro aquelas hospedadas no próprio Resort.

Se ficarmos apenas nas irregularidades ambientais promovidas por esses novos atores sociais em Barra dos Coqueiros, poderemos citar ainda algumas outras, como a construção de empreendimentos imobiliários em áreas de restinga por exemplo. Mas vamos nos focar aqui em como as ações desses gestores do espaço influenciam a organização sócio-territorial e econômica da área estudada, e qual a lógica de atuação e os perfis de alguns dos empreendimentos já construídos ou em vias de construção no município.

Guardadas as devidas peculiaridades inerentes a própria dinâmica territorial e sócio-econômica de cada lugar, a lógica e o parâmetro de atuação desses novos atores sociais, - representados nesse caso por grupos de turismo internacional, e por empresas imobiliárias locais que se inserir na realidade local, após o projeto de construção da ponte que liga a Barra dos Coqueiros a Aracaju - não difere em muito da regra geral do mercado da especulação turístico-imobiliária, que prepara os territórios que são de seu interesse para serem ao máximo atraentes para quem deseja adquirir uma residência permanente ou apenas uma estadia temporária nas áreas sob sua influência.

Indiferentes aos valores sócio-culturais do lugar, esses novos atores sociais limitam suas ações ao lucro que podem obter a partir das belezas naturais oferecidas pelo município, interferindo em sua dinâmica territorial sem levar em conta o quanto essas transformações podem ser nocivas à população local, e em oposição a propaganda muitas vezes realizada pelo poder público para explicar as concessões a eles oferecidas, não promovem a geração de divisas, que em geral é o mais forte argumento do mercado turístico, ao se instalar em qualquer área. Nesse contexto quando se analisa a relação dos hóspedes do Starfish Resort com a população de Barra dos Coqueiros, Santos avalia que

Outro problema que pode ser observado é que esse isolamento do hóspede o distancia da realidade municipal, impedindo-o de consumir os poucos atrativos oferecidos pelo município. Desta forma, se não houver um entendimento entre o poder público local e os gestores do empreendimento, não será possível a geração de divisas proporcionadas pelo turismo para o desenvolvimento do município, tão defendidas como uma das justificativas para a construção da ponte (SANTOS, 2008, p.126).

Obviamente a falta de identidade dos gestores desses empreendimentos turísticos com a realidade local dificulta uma aproximação maior com a população, a qual serve apenas em alguns casos, como mão de obra barata que pode ser usada nas mais diversas funções.

5. O Perfil dos Empreendimentos Turísticos e Imobiliários em Barra dos Coqueiros

Ao analisar o perfil dos empreendimentos recém instalados ou em vias de instalação em solo barrense, podemos diferenciar aqueles que são voltados primordialmente para o turismo, daqueles voltados exclusivamente ao mercado imobiliário, não só pela finalidade a que se destinam, como também pelo fato de se destacarem entre os empreendimentos turísticos, grandes grupos hoteleiros de bandeira internacional, que ao se instalarem na Barra dos Coqueiros trazem para o município um conceito de empreendimento jamais visto em terras sergipanas, com toda uma série de atrações, que evidentemente também não são voltadas para o perfil de público local.

Dentre este tipo de empreendimento, destacamos o já citado o Starfish Resort Ilha de Santa Luzia, localizado na Praia da Costa (Foto 1), o qual propagandeia o fato de ser o primeiro e por enquanto único *All Inclusive* (empreendimento no qual todas as refeições, petiscos e uma série de bebidas estão à disposição dos hóspedes sem custo adicional) no Estado de Sergipe, e que também faz questão de anunciar em seu site de divulgação, que é privilegiado por 6 km de praias paradisíacas, localizando-se a apenas 25 minutos do Aeroporto Internacional Santa Maria em Aracaju, fato esse que evidentemente não poderia ser anunciado se não contássemos com a Ponte Aracaju - Barra que reduziu vertiginosamente o tempo de deslocamento entre o supracitado aeroporto e o resort.



Foto 1: Starfish Resort Ilha de Santa Luzia – Diferentes Panoramas

Fonte: www.starfishilhadesantaluzia.resorthotelturismo.com.br, 2010

140

Um empreendimento dessas proporções sem sombra de dúvidas necessita também de grandes investimentos, e o Resort que na verdade é uma reestruturação do antigo Hotel da Ilha, contou com investimentos totais de R\$ 35 milhões, dos quais R\$ 6 milhões investidos pelo Governo do Estado e R\$ 8 milhões em empréstimo do Banco do Banco do Nordeste, o que só comprova o quanto o Poder Público colabora e investe na estruturação dos grandes empreendimentos turísticos, mesmo que muitas vezes, esses investimentos não sejam traduzidos em desenvolvimento econômico e melhorias sociais para a população local.

Outro empreendimento de grande importância no cenário local é o *Brisa de Atalaia* da INVI, (Figura 1) que deve se constituir no maior e mais surpreendente empreendimento turístico a se instalar no estado de Sergipe. O projeto desse grande complexo conta com mais de 1,3 milhões de metros quadrados, divididos entre unidades residências do mais alto padrão, um luxuoso Hotel Resort, além de uma série de atrativos, como um moderno centro de compras e de serviços e um campo

de golfe. Este novo Resort tende a transformar por completo a configuração territorial do município, já que ao se apropriar do solo re-configura sua finalidade de uso, re-qualifica o valor e a identidade da terra, e passa a empregar parte considerável da população local, entre os quais, a população que antes utilizava dessa mesma terra para tirar sua própria subsistência, mas que se vêem obrigados – até mesmo por uma tendenciosa política de abandono e falta de incentivos do poder público que investe milhões na instalação desses novos empreendimentos, mas que é incapaz de investir diretamente na população local, através de incentivos a agricultura e ao comércio – a deixar suas antigas atividades e se sujeitarem a ocupar os novos postos de trabalho que surgem no novo e crescente mercado turístico-imobiliário barrense.

Além dos turistas, os empreendimentos trazem todo um processo de venda ou melhor, aluguel dos recursos ambientais, aliados a um cenário de especulação imobiliária, que assim como no caso dos empreendimentos unicamente imobiliários, geram um impactante aumento no preço da terra urbana e rural.

Figura 1: Projeto do Complexo Turístico Brisa de Atalaia



Fonte: <http://www.brisadeatalaia.com.br>, 2010

A maior parte dos empreendimentos voltados exclusivamente para o mercado imobiliário não segue o mesmo padrão dos empreendimentos turísticos no que diz

respeito a desterritorialização da população local, uma vez que as formas de ocupação ao mesmo tempo que elitiza grandes áreas se caracteriza pela fragmentação e diferenciação social dos mais diversos tipos de condomínios fechados. Apesar de alguns se localizarem em áreas valorizadas e com maior concentração de amenidades naturais e contar com a presença de suntuosas casas de veraneio, que servem de segunda residência em especial para uma população de classe média e alta oriunda em geral do próprio estado de Sergipe, onde se destacam: Praia do Porto, Loteamento Jatobá e o loteamento Costa Azul, todos localizados no litoral centro-norte do município, foram construídos nos últimos quatro anos uma série de empreendimentos mais simples e voltados para um público de menor poder aquisitivo. Em geral estes se caracterizam como condomínios de prédios de quatro ou cinco andares com alguns atrativos básicos em seu interior, como salão de festas e área de lazer, contando com apartamentos de 50m² em média.

Esse tipo de imóvel reforça outro perfil do município de Barra dos Coqueiros, que devido à proximidade de Aracaju, é usado em alguns casos como cidade dormitório, já que boa parte de sua população trabalha ou estuda na capital. 142 Justamente por privilegiar esse aspecto residencial para indivíduos que desejam morar em uma área bem localizada e a poucos minutos de Aracaju, esses empreendimentos estão dispostos em geral nas proximidades da cabeceira da ponte, em oposição aos empreendimentos turísticos e casas de veraneio, que privilegiam sua localização em regiões com maior presença de amenidades turísticas, ou seja, nas proximidades das praias locais. Isso nos leva a observar o típico zoneamento social e espacial segregacionista no qual as áreas mais distantes de aglomerações populacionais e com maior potencial turístico são apropriadas por uma população de renda mais elevada, seja através dos empreendimentos turísticos ou de forma perene com suas segundas residências e, as áreas com maior circulação de pessoas, veículos e com maior densidade populacional sejam destinadas a uma população com menor potencial econômico (Foto 2).

Todas as mudanças são ainda melhor compreendidas quando analisamos as varias vertentes e configurações dessas transformações, que vão desde modificações na própria infra-estrutura local, através da construção e/ou ampliação de toda a infra-estrutura rodoviária de Barra dos Coqueiros – ou pelo menos das

áreas de interesse turístico e imobiliário – até o deslocamento de todo o seu eixo comercial, antes localizado no extremo sudoeste do município às margens do Rio Sergipe, para a região de cabeceira da ponte, que agora passa a concentrar praticamente todo o trânsito de veículos e de pessoas no município (Foto 3).



Foto 2: Residencial Vilas da Barra

Autor/ Fonte: <http://www.1.bp.blogspot.com>, 2009

Esse novo cenário então muda não só as áreas apropriadas, mas todo o território que as cerca, e que passa por profundas mudanças em função dessas transformações, o que promove uma verdadeira metamorfose do lugar, criada a princípio pelo Poder Público e reforçada pela ação da iniciativa privada.



Foto 3: Novo Eixo Comercial de Barra dos Coqueiros

Autor: SANTOS, Max A. Nascimento, 2008

Considerações finais

As principais e fundamentais mudanças ocorridas no uso e valorização do solo no município da Barra dos Coqueiros ocorreram a princípio pela ação do Estado, que ao investir na infra-estrutura do município, promove não só as melhorias necessárias e essenciais para que os promotores do mercado turístico-imobiliário possam visualizar o território como propício e lucrativo às suas atividades. A partir dessa contextualização, as demais mudanças re-configuram por completo a dinâmica territorial local, sendo justamente esses novos atores sócio-econômicos, os principais beneficiados com todo o processo que se inicia no final da década de 1990 e perdura até os dias atuais, e continuará se territorializando ao longo do tempo de acordo com as condições que se apresentarem ao seu desenvolvimento.

O crescimento urbano e o grau de atratividade turística do município permitem a promoção indubitavelmente alguns benefícios para o lugar, todavia promovem entre outras coisas, o aumento do custo de vida, a perda da identidade cultural por parte da população local, além do crescimento da violência e das doenças sociais, além da intensificação da especulação imobiliária. Se o poder público não estiver preparado para prevenir e combater todos esses efeitos colaterais dessa urbanização acelerada no município de Barra dos Coqueiros as conseqüências desse processo podem ser realmente bastante prejudiciais para o lugar e para sua população.

É importante também ressaltar que o presente estudo não tem a pretensão de resolver ou apontar as soluções ou caminhos a serem seguidos pelos gestores municipais, mas sim compreender, a luz da dinâmica urbana, que os processos de transformações ocorridas no município são de importância fundamental para todos os municípios do litoral norte sergipano, já que – salvo as devidas especificidades– a dinâmica e a lógica de instalação dos novos atores - agentes pode servir de parâmetro para tantos outros lugares. Além do que, as metamorfoses criadas e presenciadas no município de Barra dos Coqueiros a partir do projeto de construção da ponte construtor João Alves refletem indubitavelmente toda a dinâmica turística, imobiliária e de transporte da região metropolitana de Aracaju. 145

É claro que ainda há muito a acontecer e a ser estudado, em especial, um fenômeno tão recente e efervescente, como o nosso recorte territorial. No entanto, se não houver uma série de entendimentos entre as diferentes escalas do poder público, bem como a alteração de posturas mais firmes destes para com a iniciativa privada visando proporcionar um verdadeiro desenvolvimento sócio-econômico que beneficie a população local e que rompa com a continuidade nos padrões como todo esse processo de apropriação territorial e mudanças no uso e valorização do solo vêm se desenhando, teremos em breve a Barra dos Coqueiros como mais um espaço onde tudo se volta para o espetáculo, porque é ele próprio - o espaço – a mercadoria.

Referências

- CARLOS, A. F. A.** *A Cidade*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1994
- CARLOS, A. F. A. & CRUZ, R. de C. A. da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 25-37
- CAVALCANTI, M. M. O fetiche do consumo como agente de reprodução do não-lugar. **Revista Eletrônica de Turismo**, UFPB, Dez, 2004.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: Prática Social de Apropriação e de Dominação de Territórios. In.: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, M. L. CLACSO, **América Latina: cidade, campo e turismo**. Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006
- CORRÊA, R. L.** *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1993
- LEFEBVRE, H.** *O Direito a Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOPES, E. A. e ANDRADE, A. R. de. O papel do planejador nas cidades: uma reflexão sobre o valor de uso e o valor de troca do solo urbano In.: **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de America latina**. Uruguay, 2009.
- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- RIBEIRO, S. Cardoso, SOUZA, A. B. de e BESERRA, T. M. A. C. Características Socioambientais no Município de Barra dos Coqueiros/Se, Caderno de Cultura e Ciência - **I Simpósio de Geografia Física do Nordeste** - URCA, Laboratório de Análise Geo-ambiental/ Departamento de Geociência – Crato, 2007.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999
- SANTOS, M. A. N. **A Ponte Sobre o Rio Sergipe: Metamorfoses Paisagísticas, Territoriais e Sócio-Geográficas no Município de Barra dos Coqueiros/SE: São Cristóvão**: NPGeo/UFS, 2008.
- SANTOS, M.** *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVA, A. C. da. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- VILLAÇA, F. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação**, São Paulo: Global 1986.

O CORPO, A MENTE E A ALMA DO PELOURINHO: PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Heloisa Araújo de Araújo⁵⁵

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar o espaço do Pelourinho, como lugar de memória, durante o processo de requalificação, na história de vida dos atuais moradores. O Pelourinho passa de mero lugar indesejável, reduto da degradação, do abandono, a um lugar desejado, a partir de 1992, onde se deu início ao processo de requalificação do Centro Histórico de Salvador, agora sob a forma de um embelezamento das fachadas e como imagens a serem consumidas. Assim, a política de requalificação aposta no desenvolvimento de um novo lugar, com novos valores e sociabilidades: cria-se uma representação e percepção do lugar, assinalada pelo “espírito de lugar”. O Programa de requalificação até a 7ª etapa mostrou-se um desafio ao poder público, tendo em vista os insucessos nas relocações e indenizações dos seus moradores. Os pequenos comerciantes, capoeiristas, sapateiros, prostitutas e músicos, dentre outros, são substituídos em favor dessa nova imagem por empresários, donos de joalherias... Desta forma, as famílias, cerca de 95%, que ali viviam, foram tragicamente expulsas de suas casas, ocupando hoje ruas, favelas e lugares marginais, longe do olhar do turista. Assim, os contextos espaciais da competição capitalista são facilmente acionados como complexos produtos, promovidos ou vendidos como mercadorias turísticas. Desta forma, fica visível a falta de uma política de planejamento participativo para a requalificação do Centro Histórico de Salvador e a necessidade de estratégias para uma política eficaz e coerente, em que a memória e identidade de seus moradores sejam respeitadas, para que o Centro Histórico de Salvador passe a ser um lugar cheio de memória e também de vida.

Palavras-Chave: Pelourinho; Processo de requalificação; Memória.

ABSTRACT

This research aims to analyze the area of Pillory, as a place of memory, during the process of upgrading, in the history of life of the current residents. THE Pillory is mere place undesirable, stronghold of degradation, abandonment, a place wished, from 1992, which initiated the process of upgrading the Historical Center of Salvador, now in the form of an embellishment of facades and images to be consumed. Thus, the policy of upgrading affixed to the development of a New place, with new values and sociabilidades: create-a representation and perception of the place, marked by "spirit of place". The Program of reclassification until the 7th phase showed-is a challenge to public power, in view of the failures in relocações and indenizações the inhabitants thereof. The small traders, capoeiristas, sapateiros, prostitutes and musicians, among others, are replaced in favor of this new image by entrepreneurs, owners of joalherias... In this way, families, about 95%, living, that there were tragically expelled from their homes, occupying today streets, slums and marginal

⁵⁵ - Mestre em Geografia - Universidade Federal da Bahia - UFBA. heloisaaraujo@terra.com.br

posts, far from the eyes of the tourist. Thus, the contexts of competing capitalist space are easily used as complex products, promoted or sold as tourist goods. In this way, it is visible to the lack of a policy of participatory planning for the upgrading of CHS and the need for strategies for an effective policy and coherent, in which the memory and identity of its their inhabitants are respected, that the Historical Center of Salvador to become a place full of memory and also of life.

Key - Words: Pillory; Program of Reclassification; Memory

1. Programa de Requalificação do CHS: planejamento e as diversas fases de implantação

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grandes janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serraduras, entalhes, esfoladuras.
(CALVINO, 1998, p. 56).

Salvador, importante cidade brasileira, primeira capital do Brasil, tem uma trajetória de muita história. De um lado, uma cidade que encanta o mundo com sua beleza, mistério e riqueza arquitetônica; de outro, a cidade que segrega pela grande desigualdade social, que esconde um mundo de miséria.

148

Uma boa parte da história da cidade do Salvador, capital do estado da Bahia, pode ser sentida ainda hoje ao se caminhar no Pelourinho, por suas ladeiras e ruas, ao se reviver um pouco da sua história.

Em 1992, iniciou-se uma grande restauração que tornou o Pelourinho uma área fortemente atrativa para turistas. Faz-se, ainda hoje, a requalificação física do Centro Histórico de Salvador, ela que foi originalmente dividida em 10 etapas. Hoje, está-se na 7ª etapa.

Esta pesquisa busca analisar o espaço do Pelourinho, como lugar de memória, durante o processo de requalificação, na história de vida dos atuais moradores.

Os estudos dos processos de requalificação urbana têm ocupado um importante lugar na dinâmica da compreensão das cidades, dada a frequência e abrangência que eles têm acontecido. Nas últimas décadas, este processo tem-se

caracterizado por incorporarem a “cultura” como conteúdo diferenciador. A valorização da tradição e da cultura local tem sido muito mais evidenciada. Mas, o modelo difundido no mundo é o mesmo para realidades diferentes.

O entendimento do patrimônio cultural como lugar, passa necessariamente pelo exercício da cidadania, pelas práticas cotidianas, pelos símbolos que dão forma à identidade ao lugar. De acordo com Nora, em seu artigo “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”, publicado no Brasil em 1993, compreende-se o patrimônio cultural “como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer individual ou coletiva”. (NORA, 1993, p.10).

Para Prost (1997, p. 9), “uma construção social”, onde o elemento determinante, que define o conceito de patrimônio, é a sua capacidade de representar, simbolicamente, uma identidade, o que implica o exame da relação memória / história e memória / preservação.

Os moradores são o componente basilar para a valorização de seu patrimônio cultural. O conhecimento e a apropriação dos valores e tradições irão contribuir para a conscientização sobre a importância de sua proteção, ou seja, são fatores indispensáveis no processo de preservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Em 1991, o IPAC idealiza o documento definindo os objetivos do “Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador” que “tem a intenção de compreender o CHS como parte especial da cidade - testemunho do início de sua história -” propondo cuidado especial aos casarões e aos serviços“ e, sobretudo, a atenção com o habitante do Centro Histórico de Salvador, com seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural”. (IPAC, 1995).

O CHS tem “uma área de 76 hectares e está localizado geograficamente na parte central da cidade de Salvador”. Já em seu “extremo Oeste, termina na escarpa, o paredão natural da chamada ‘falha de Salvador’, que com altura média de 64 metros, levanta-se como anfiteatro a margear a Baía de Todos os Santos”. (MIRANDA & SANTOS, 2002, p. 28)

Em 1992, toda a área foi inserida num grande projeto de reestruturação, intitulado “Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador” do Governo do Estado, com os principais objetivos de:

- Dotar o Centro Histórico do Salvador, através da ativação do ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção dos bens e valores culturais de forma contínua e eficaz;
- Promover a recuperação e a restauração física da área do Centro Histórico do Salvador, redefinindo sua função em relação à cidade e à região metropolitana;
- “Criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área”. (IPAC, 1995, p.18).

O “Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador” teve como metodologias de intervenção as seguintes tipologias: restauração, recuperação funcional e estrutural, reconstrução, construção, conservação e urbanização. Com relação aos moradores, foram cadastrados e tiveram, só nos discursos, as seguintes opções: indenização, relocação definitiva e relocação provisória. Tal intervenção estabelece uma nova configuração e um novo papel para a área, como centro cultural da cidade.

150

Em sua dissertação, intitulada “O Lugar da História na Cidade Contemporânea: Revitalização do Bairro Recife X Recuperação do Pelourinho”, Vieira (2000) revela:

No início de 1992, o Termo de Referência e mais o projeto para intervenção em dois quarteirões, foram apresentados ao governo da Bahia. Passados apenas dois dias, o Governo do Estado aprovou todos os projetos relativos a quatro quarteirões, mais do que o que havia sido apresentado, que comporiam a primeira etapa da recuperação. Tal aprovação aconteceu sem nenhuma dificuldade de qualquer natureza ou discussão prévia. (VIEIRA, 2000, p.175).

As etapas da requalificação do Centro Histórico do Salvador já concluídas ou em andamento são apresentadas a seguir:

1ª Etapa – A primeira etapa das obras de recuperação do CHS foi concluída em março de 1993, onde foram recuperados 89 imóveis e quatro quarteirões. Essa etapa teve como principal foco as entidades culturais, os serviços de infra-estrutura

básica e comercial. Nessa etapa, 399 famílias receberam opção pela relocação dos imóveis. Foram indenizados também 79 pequenos negócios.

2ª Etapa – Nesta etapa foram recuperados 47 imóveis de dois quarteirões. As ações realizadas foram centradas nas escolas, nas lojas e nos albergues e pousadas. Foram indenizados 176 moradores, 16 famílias foram relocadas e 19 micro-empresas tiveram compensações para mudar. As obras foram concluídas em novembro de 1993.

3ª Etapa – Concluída em março de 1994, foram recuperados 58 imóveis de três quarteirões. Essa etapa teve como ocupação o comércio. Saíram da área 374 famílias e 58 pequenos negócios receberam indenização. Não houve, nessa etapa, opção de relocação.

4ª Etapa – Foram recuperados 149 imóveis de sete quarteirões. Teve como ocupação principal a instalação de grandes joalherias, recuperação de igrejas e o estacionamento de um edifício-garagem. Estima-se que foram relocadas cerca de 1.018 famílias.

5ª Etapa – Intervenção em dois quarteirões na área da Praça da Sé e restauração de 48 imóveis. 151

6ª Etapa – Diversos quarteirões localizados nas ruas do Passo, do Carmo e Largo do Pelourinho, além da fachada do antigo Cinema Excelsior e a Praça da Sé.

7ª Etapa – Está em andamento, com previsão de intervenções em oito quarteirões, 130 imóveis e sete imóveis tombados. (CONDER, 2007).

A localização das obras até a 7ª etapa, pode ser visualizada na figura 1.

2. Moradores do centro histórico de Salvador: lutas, conquistas e sonhos

A cidade de hoje pode ser vista com seu insondável mistério de uma realidade global, que parece tão próxima, mas, ao mesmo tempo, mostra-se tão distante... Assim, o Pelourinho é considerado a principal área de expansão urbana da cidade no século XVIII, observada através da construção de suntuosos casarões e igrejas. Mas, a partir da primeira metade do século XX, sofre, junto com a degradação dos imóveis, a miséria, o preconceito, o estigma e a indiferença.

A saída dos moradores era necessária “mediante alegações de que a população moradora era incompatível para o desenvolvimento do turismo e a preservação dos imóveis”. Segundo o órgão, a preservação não poderia ser feita pelos antigos moradores à medida que se tratavam de pessoas “sem condições econômico-culturais de conservá-lo”. (ZANIRATO, 2004, p. 8).

O relato de Maria Adriana Almeida de Castro, ex-diretora do IPAC na época, valida os discursos como o da estigmatização dos moradores do Pelourinho, pois considera que as intervenções e as modificações foram positivas, quando afirma:

153

O Pelourinho em si é uma obra de arte. Com a revitalização essa arte ficou mais visível, mais concreta. Com a sua revitalização a partir de 1992, deixou de ser reduto de marginais e prostitutas e passou a ser freqüentada pela sociedade local e turistas atraídos pela efervescência cultural. (CASTRO, 2004, p. 3)

De fato, a requalificação do CHS voltou-se para um tipo de turismo e negou aos moradores o direito ao usufruto da cidade, uma vez que as ações não se voltaram para a inclusão dos habitantes. “A ação do IPAC, ao considerar os moradores do local pouco cultos, para apresentarem qualquer contribuição efetiva, impossibilitou-o de compreender que o patrimônio cultural é muito mais do que edificações”. (ZANIRATO, 2004, p. 9)

Muita polêmica já foi gerada com este Programa, em especial, no tocante à segregação social. Neste sentido, Brito (*apud* MARTINS, 2004, p.1) questiona com relação ao Decreto número 8.218/02, autorizando a desapropriação dos imóveis da 7ª etapa: “É a primeira vez que ouço dizer que desapropriações são feitas com pessoas dentro dos imóveis”. Com relação ao Decreto-Lei de Desapropriação

3.365/41, o ato de desapropriar imóveis para destiná-los a uma outra pessoa viola as regras deste decreto.

Grande parte da população do Pelourinho, 95%, já o deixou. Os legítimos moradores só estarão, no futuro, nas fotos de postais. De acordo com Uriarte (*apud* CASTRO, 2004, p. 3), a “recuperação do Pelourinho foi a intervenção autoritária, elitista, centralizada e segregadora”.

Todos esses questionamentos a respeito da relocação dos moradores do CHS acontecem, pois não houve uma preocupação em reduzir as diferenças sociais. Focou-se, simplesmente, a expulsão desses moradores de classes sociais menos favorecidas, para que ocorresse uma valorização desta área, elegendo o turismo como sua principal vertente econômica.

A preservação do patrimônio é o elo entre o passado e o presente e permite conhecer a cultura, despertando o sentimento de identidade. A memória, por sua vez, assegura a reprodução social, age na construção cultural e na formação da imagem individual e coletiva. Le Goff (1996), ao discutir o papel das cidades, contempla, de forma clara, este conceito em seu estudo:

154

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva... A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 476-477).

Arantes (1987) considera a preservação do patrimônio cultural como um processo social, uma prática de construção que sustenta a valorização da cultura e das identidades locais e que deu lugar a uma ideologia de esconder a pobreza. Desta forma, “os bens culturais, incluem flexibilidades de sentido, características cuja compreensão é fundamental para entender o modo como tais bens participam da política de identidade e dos jogos de mercado”. (ARANTES, 2002, p. 90)

A preservação do patrimônio nas grandes cidades, hoje, como afirma Meneguette (2004, p.3), ainda remete a uma identidade criada, ensinada ou forjada, objetivando atender aos imperativos do turismo, do consumo e da imagem corporativa de bancos e grandes empresas.

Essa situação atualiza a alienação no mundo moderno, ao mesmo tempo em que baliza a superação desse fenômeno por meio da luta em torno do direito à cidade. A 7ª etapa da requalificação é marcada pela polêmica retirada, até a 6ª etapa, dos seus moradores. Quando se pensa em direito à cidade, reivindica-se acesso à moradia, à educação, à saúde, ao lazer... direito este que mais parece um sonho, vivido e sentido pelos moradores do Pelourinho durante o processo de requalificação, no qual lutam pelo direito de morar.

As primeiras etapas retiraram as pessoas das áreas residenciais e transformaram-nas apenas em comércio. Muitos desses moradores foram transferidos pelo Governo do Estado para bairros distantes, como Valéria, Sussuarana e Coutos, mas, os que ficaram, se uniram para permanecer no local.

A saída dos moradores tradicionais do Centro Histórico também foi identificada pelos relatores e assessores das Relatorias Nacional e Especial da ONU, durante duas semanas, nos meses de maio e junho de 2004, com enfoque especial para o Direito à Moradia Adequada. (SAULE JÚNIOR & CARDOSO, 2005).

O capitalismo tem imprimido, historicamente, uma dinâmica da produção que se vem constituindo num processo desigual e contraditório. Para Santos (2000), a compreensão dialética do processo de globalização articula o global e o local. A modernização de espaços da cidade imediatamente conduz a uma nova estruturação das imagens urbanas, onde os contextos espaciais da competição capitalista são facilmente acionados como complexos produtos, promovidos ou entendidos como mercadorias turísticas.

Comprova-se o fato, através da expulsão dos moradores do CHS por não se enquadrarem nas novas exigências que se impuseram ao local, uma vez que eram considerados “a vergonha da cidade”. O lugar, assim, perde a sua alma, diria o geógrafo Tuan (1983).

O processo de requalificação do Pelourinho acaba excluindo a população pobre moradora de áreas a serem revitalizadas. O resultado deste processo é a produção de uma cidade desigual, com a expulsão da população de baixa renda das áreas revitalizadas em prol de interesses econômicos das elites. Nessa visão, a cultura torna-se apenas uma mercadoria, financiada pelo capital privado e internacional.

Desta forma, o termo requalificação associa-se ao eufemismo de "limpeza social", pois os moradores são relocados ou indenizados, como foi no caso do programa do CHS, onde as políticas públicas só incluíam os moradores do local nos seus discursos políticos. A idéia era a retirada da população local e, com o aumento do policiamento, inibir a prostituição, a droga, a pobreza que incomoda, a fim de valorizar a área e atrair o turismo, enfim torná-los invisíveis...

Nesta visão, Carlos (2004, p.112), enfatiza que um dos "subprodutos da revitalização é a assepsia dos lugares, pois o degradado é sempre o que aparece, na paisagem, como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza".

As formas urbanas guardadas na memória articulam espaço e tempo, construídas a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Nesse sentido, a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade.

Santos (1997a) ressalta que o espaço pode ser compreendido como o conjunto de formas representativas de relações, ou mesmo uma estrutura representada por relações sociais, que se manifestariam por meio de processos e

156

O espaço geográfico, hoje, como ensinou Milton Santos (2000), é concebido como um conjunto de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações que se refletem no espaço. Santos aponta que "o espaço é formado pelo conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". (SANTOS, 1997b, p. 51).

O processo de requalificação deve adicionar e valorizar as atividades econômicas e culturais, que fazem à vida dos homens no lugar, do seu cotidiano. Carlos ressalta que "o habitante se reconhece nos espaços habitados por seu corpo, percebidos por meio de seus sentidos, em uma organização do tempo determinado pela vida cotidiana,... constroem uma identidade com os espaços da realização da vida". (CARLOS, 2001, p. 55)

A Presidente da AMACH, Jacilda Mello, denuncia os problemas enfrentados pela desapropriação, com indenizações irrisórias, levando ex-moradores, que

ganhavam a vida em pequenas atividades ligadas ao turismo, a passar fome nas periferias.

Por meio da associação, os habitantes do Pelourinho conseguiram entrar com ação civil pública no Ministério Público do Estado, para debater as consequências ao patrimônio sócio-cultural e humanístico, em decorrência da expropriação de imóveis e remanejamento dos moradores do CHS–Bahia. Foi então ordenada a paralisação das obras que se encontravam na sexta etapa.

A coordenadora da AMACH, conhecida como “Pró Cida”, relata ainda a importância da associação dos moradores para a discussão de seus direitos, e também de seus deveres, perante as conquistas. Hoje eles participam das reuniões sobre todas as decisões que envolvem a 7ª etapa, entre elas da CAO, Comissão de Acompanhamento as Obras, que faz parte do Programa de Moradia e tem como principais atribuições: acompanhar o andamento da obra, através do cronograma e da execução dos serviços de acordo com o projeto; repassar informações sobre o andamento da obra aos demais moradores; elaborar Relatório de visitas às obras; elaborar Relatório Final do Acompanhamento para ser divulgado aos demais adquirentes; informar a Entidade Organizadora / Construtora sobre qualquer irregularidade, para que seja verificada. ¹⁵⁷

Os moradores ao relatarem suas experiências, projetam também seus desejos e esperanças. Esperanças depositadas hoje na AMACH com a conquista da permanência dos moradores no C.H.S.: “Com a associação de moradores já podemos dar alguns passos... Incentivamos muito nossos filhos a estudar, só assim eles não passarão por tantas dificuldades. A falta de estudo e a falta de oportunidades é que fez os moradores do Pelourinho serem expulsos”, Sr. Pereira, 45 anos⁵⁶; “A expulsão da maior parte dos moradores do Pelourinho foi muito triste. Tinha muita droga, muita prostituição, mas tinha muita família simples, trabalhadora. Foi muito sofrido, e ainda é, ver que esses moradores hoje passarem fome nos subúrbios”, Sr. Ivaldo, 61 anos⁵⁷; “Penso que poderia ser tudo diferente... Tinham invasores, mas a maioria vivia aqui muitos anos... Pagava aluguel, água, luz. Por

⁵⁶ Entrevista concedida em maio de 2007.

⁵⁷ Entrevista concedida em maio de 2007.

que esses moradores não foram preparados para trabalhar vendendo para esses turistas?”, Sra. Aparecida, 38 anos⁵⁸;

Não existe para mim preservação, conservação, com exclusão... E é o que está acontecendo aqui... estão excluindo o povo, estão excluindo quem fez o Pelourinho, estão excluindo também quem fez essas ruas, praticamente. Marginais existem, prostitutas existem, mas se eu estiver pecando eles também fizeram isto aqui... (Pró Cida⁵⁹).

3. Considerações Finais

A abordagem da cidade, a partir da problemática do patrimônio cultural, implica o exame da relação memória e história. Considerando a cidade como lugar de memória, deve-se levar em conta que apenas os documentos do passado não são suficientes para o completo entendimento do que ela seja. A identidade permite o reconhecimento, fornece a coesão social e articula uma percepção relativamente coerente sobre o mundo.

O que se assistiu, no caso da recuperação do CHS, foi uma contradição, sobretudo com relação aos seus moradores, onde a atuação do poder público municipal e estadual mostra que o Direito à Moradia tem sido violada repetida vezes, sob vários aspectos. O que isso pode significar para esses moradores que vivenciaram, ou vivenciam, esse momento de tensão, onde suas vidas estão sendo decididas? 158

As intervenções deveriam gerar a defesa da preservação da história e da memória desses espaços urbanos e promover ações que possam tornar mais democráticos os usos da cidade. O planejar, por si só, não possui autonomia de criar realidades próprias para os moradores do CHS, onde prevalece a pobreza, o analfabetismo, a droga, a prostituição, a violência... e onde dormem seus sonhos.

A relação dos moradores com o lugar em que vivem ajuda a compreender o espaço como construção histórica, a partir das suas intervenções, seus interesses, as práticas e valores.

⁵⁸ Entrevista concedida em maio de 2007.

⁵⁹ Entrevista concedida em maio de 2007.

Assim é que, muito além da função de habitar, a casa parece tomar uma pluralidade de sentidos para seus moradores, que dela falam como se traçassem um mapa marcado pela afetividade, pela emoção, pela memória e que, em suas narrativas, evocam, de diferentes modos, a profundidade das relações estabelecidas com a moradia.

A preservação de uma Cidade Histórica, mediante o reconhecimento de um tombamento mundial, guarda inúmeras particularidades e gera conflitos. A partir da intensificação da atividade turística, cresce a necessidade interna de uma afirmação identitária, que é alcançada num constante reconhecimento da diferença. A concepção do imaginário turístico deve abranger a perspectiva de identidade do lugar. Identidade, conforme aquilo que faz um lugar diferente, único, fruto da interação entre indivíduos e natureza ali existentes. Assim destaca-se a importância dos imaginários locais na requalificação do CHS.

A discussão sobre a requalificação do patrimônio passa, essencialmente, pelo debate sobre o planejamento urbano, as formas de uso dos monumentos históricos e do apoio às manifestações culturais. Nesse processo é importante a participação da comunidade ou dos órgãos de classe, pois a (re)construção dos espaços não se faz por decreto ou por decisões de técnicos. As pessoas, residentes do lugar, devem participar, pois o conhecem e precisam ser mobilizadas a fortalecerem o sentimento de identidade.

159

Serpa (2007), em sua reflexão sobre o papel dos planejadores urbanos, enfatiza a necessidade de os mesmos vivenciarem e experienciarem o cotidiano dos cidadãos para quem planejam. É enfático ao dizer, “uma nova linguagem, baseada, sobretudo, na intersubjetividade das experiências urbanas e que pode revelar pontos comuns entre profissionais e leigos. Trata-se finalmente de respeitar e de desconstruir os preconceitos”. (SERPA, 2007, p. 123).

Decifrar as cidades é talvez uma forma de fazer frente aos novos desafios que são lançados a elas. Mas, a cidade precisa seduzir a todos, moradores, turistas e órgãos públicos, através dos seus dirigentes.

Repensar as práticas de requalificação, nas quais os desejos e os sonhos dos moradores são conhecidos, elevaria o homem à condição de sujeito nesse processo. Os moradores são o componente basilar para a valorização de seu

patrimônio cultural. O conhecimento e a apropriação dos valores e tradições irão contribuir para a conscientização sobre a importância de sua proteção, ou seja, são fatores indispensáveis no processo de preservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Referências:

ARANTES, Antonio. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: _____. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

CASTRO, J. De morador a mendigo do Pelô. **A Tarde**. Salvador, 29 jan. 2004.

CONDER (Bahia). **Dinâmica urbana para oportunidade de investimentos no Centro Histórico de Salvador**. Salvador, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMONIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador**. Salvador, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MARTINS, M. **Revitalização do Pelourinho gera polêmica na Bahia**. Agência Nordeste de Notícias. Salvador, 31 ago. 2004. Disponível em <http://www.agne.com.br/private/2301_04/2301040847.html>. Acesso em: 20 mai 2007.

MENEGUELLE, C. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. **Patrimônio**: Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>>. Acesso em: 14 dez 2006.

MIRANDA, L. B.; SANTOS, M. A. D. C. dos. **Pelourinho**: desenvolvimento socioeconômico. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

NORA, P. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993.

PESAVENTO, S. J. **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PROST, A. **Histoire, vérités, méthodes**. Paris: Le Débat, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997a.

_____. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SAULE JÚNIOR, N.; CARDOSO, P. de M. **O direito à moradia no Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel. 1983.

VIEIRA, N. M. **O Lugar da história na cidade contemporânea**: revitalização do Bairro Recife X recuperação do Pelourinho. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

ZANIRATO, S. H. **A restauração do Largo do Pelourinho**: edificação tão bonita de se ver, histórias não tão bonitas de se contar. *Dimensões*, Revista de História da UFES, Vitória, n.16, 2004.

Turismo e Impactos sócio-ambientais

162

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DO TURISMO NO BRASIL

Cristiane Fernandes de Oliveira⁶⁰

Resumo:

Este artigo procura problematizar a idéia de desenvolvimento do turismo como a alternativa ideal para a resolução dos problemas econômicos, estimulando o repensar das práticas políticas e de planejamento urbano, territorial e de turismo. O objetivo do trabalho é promover a discussão acerca do paradigma de desenvolvimento turístico que vem sendo promovido no período contemporâneo de globalização da economia. Discutem-se deste modo, os impactos negativos e positivos deste modelo de desenvolvimento do turismo na sociedade e em especial, nas comunidades receptoras, bem como a promoção da homogeneização de estilos de vida e, por sua vez, a perda da identidade e originalidade cultural, bem como a diminuição da capacidade de suporte das localidades envolvidas. Isto requer um olhar crítico, em relação aos processos de aculturação, perda de identidades e alteração dos tempos de produção já que a qualificação local, no que diz respeito ao turismo, está assentada principalmente em diferenças, ou seja, a perda da originalidade implica em perda de atratividade.

Palavras-chave: Turismo, desenvolvimento, impacto socioambiental.

Abstract:

The article discuss the idea of the tourism development as an ideal alternative to collaborate with the economical problems solution, stimulating the rethinking of the political practices and the urban, territorial and tourism planning. The main concern is to promote the discussion about the tourism development paradigm which has been developed in the contemporary period of economical globalization. From this point of view, we discuss the positive and negative impacts on this tourism development model on the society, particularly on the receptor communities, the promotion of the lifestyles homogenization and consequently, the cultural originality loss besides the lowering of the support capacity of the involved locals. This requires a critical view, regarding to the aculturalization processes, loss of identities and change of the production timings, once the local work qualification in relation to the tourism area, is mainly settled on the differences or, in other words, the loss of the originality results in the loss of attractivity.

Keywords: tourism, development, social-environmental impact.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas inúmeras cidades brasileiras têm se transformado, do ponto de vista urbanístico, a fim de se adequar às novas demandas do setor

⁶⁰ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora adjunta no Departamento de Geografia-UFS/Campus de Itabaiana, endereço eletrônico: cfolive@hotmail.com

turístico. Buscam por meio da modernização do aparato urbanístico obter êxito na dinamização econômica local possibilitando sua inserção no mercado turístico emergente.

Contudo, apesar do turismo ter sido considerado uma solução alternativa viável de desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1980, quando os empecilhos de cunho ambiental suscitavam críticas mais aguçadas ao desenvolvimento industrial potencialmente poluidor, ainda há questões pendentes no que concerne aos impactos socioambientais advindas do desenvolvimento turístico.

Neste contexto, algumas reflexões acerca dos pontos positivos e negativos do desenvolvimento do turismo são expostas neste trabalho.

Inseridas nestas reflexões estão questões relacionadas à transformação produtiva nas cidades receptoras, a modificação dos padrões urbanos e culturais, a alteração dos fluxos de deslocamento e do preço da terra, bem como do aumento das pressões junto aos remanescentes de ambientes naturais ainda existentes.

Ainda, ao se discutir a temática do turismo em relação à produção do espaço dois movimentos devem ser considerados simultâneos ou mesmo complementares nas novas transformações urbanas e sociais das últimas décadas: a

homogeneização das paisagens urbanas metropolitanas e de seus estilos de vida e a criação de espaços “ideais” de lazer, construídos para atender um novo mercado de consumo – a exemplo das inúmeras mega estruturas hoteleiras e *resorts* que vem sendo criados em vários pontos do país. É possível afirmar que a indústria do turismo, por meio da expansão do consumo do lazer programado, tem dinamizado fortemente o setor de turismo no Brasil, especialmente a partir da última década.

É interessante notar que ao mesmo tempo em que as grandes cidades se tornam “monótonas” com a homogeneização das formas e padrões urbanísticos, criam-se novas “ilhas” para fim de desenvolvimento do ócio. Estas novas localidades são constituídas para proporcionar lazer sem deixar de permitir a continuidade do processo produtivo e, portanto, devem possibilitar o acesso aos fluxos de informação/comunicação por meio de sua integração às redes (acesso 24 horas à internet, comunicação por satélite, etc.).

Assim são concebidas e implantadas as novas instalações turísticas, ou seja, ao mesmo tempo em que são reproduzidas imagens simbólicas que representam o

ócio, como paisagens paradisíacas tropicais, requiere-se o conforto e eficiência produtiva das cidades modernas.

A imposição da adequação das localidades receptoras a esse modelo como condição ao desenvolvimento do turismo tem induzido ao desaparecimento das peculiaridades que as valorizam do ponto de vista de suas culturas, tradições, organizações sociais, etc. e tem aberto caminho ao aumento das pressões para a ocupação e transformação dos últimos remanescentes de ambientes naturais, sob a bandeira do desenvolvimento “limpo”.

O tópico a seguir procura, portanto, discorrer, de modo questionador, acerca da idéia do desenvolvimento da atividade turística como respostas ao desenvolvimento econômico-social local e acerca dos possíveis impactos dos investimentos em transformações urbanísticas na vida das comunidades receptoras. Ainda, procuram-se discutir sucintamente alguns impactos socioambientais impostos pelo desenvolvimento do denominado ecoturismo.

Turismo e desenvolvimento: alguns questionamentos

165

A idéia de que o turismo tem poder de alavancar o desenvolvimento econômico e social, mobilizando e dinamizando economias locais e regionais está atrelada ao desenvolvimento da capacidade de deslocamento populacional entre diferentes áreas, gerando novos fluxos produtivos. É possível afirmar que estes novos fluxos se intensificaram mundialmente com a revolução urbano-industrial, com a expansão do acesso às redes de comunicação e informação e desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos e eficientes, marcadamente a partir de meados do século XX.

Neste sentido, lugares que antes se encontravam desconectados do contexto produtivo urbano-industrial, passaram a ser integrados, tanto do ponto de vista real como virtual, a partir de investimentos em expansão do acesso, ou seja, investimentos em expansão de rodovias, construção de aeroportos e portos, bem como por meio de investimentos em comunicação (telefonia celular) e em informação (ampliação das redes de internet, cobertura de informações sobre os locais – *Google Earth*, etc.), possibilitando novas relações sociais e econômicas.

Esse estreitamento de relações tem sido analisado sob diversos pontos de vista por inúmeros autores que tratam das questões urbanas e sociais contemporâneas, entre eles Castells (1999) procurou discorrer sobre o desenvolvimento de uma sociedade informacional, que se transforma em relação aos seus ritmos produtivos, alterando suas temporalidades e homogeneizando suas formas. Por sua vez, Carlos (2001: p.175), chama a atenção para a “mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo” que se manifesta por meio do espaço “simulacro”, criado para ser consumido, ou seja, para se inserir como mercadoria em um mundo globalizado.

As transformações não ocorrem somente do ponto de vista da criação de novos espaços a serem consumidos, mas também em relação às temporalidades envolvidas.

No que concerne às temporalidades envolvidas Santos (1999) já previa que com o avanço da globalização os tempos rápidos seriam referências aos tempos lentos.

Os novos espaços de turismo, portanto, precisam estar inseridos ou permitir os fluxos rápidos, de informação ou de deslocamento. Esses espaços são projetados para se integrar às redes e para tanto, contam com apoio de ações governamentais para implantar ou permitir a implantação desta infra-estrutura. São exemplos disso vários empreendimentos viários que ligam grandes cidades, que mantêm fluxos turísticos importantes, aos grandes empreendimentos imobiliários e hoteleiros no Brasil, como a Linha Verde que liga Salvador ao estado de Sergipe, que atende grandes grupos hoteleiros na Costa do Sauípe e Praia do Forte, ou como a rodovia Mogi-Bertioga em SP (recentemente remodelada), que atende o grande fluxo sazonal turístico entre São Paulo e todo o litoral Norte do mesmo estado, dinamizando o setor hoteleiro e imobiliário na região, entre outros.

A intensa transformação da natureza e o simultâneo processo de urbanização nas últimas décadas têm contribuído para a transformação da “natureza” em objeto de desejo por meio de símbolos que representam a possibilidade de consumo desta natureza por meio da aproximação proporcionada pelo turismo.

Algumas destas formas de desenvolvimento turístico, baseado na exploração da paisagem natural, concretizam-se tanto com a produção de impactos positivos como de negativos, mantendo-se sobre um frágil equilíbrio.

A atividade de turismo pode promover e dinamizar a economia local, gerando novos postos de trabalho, proporcionando renda e capacitação técnica e, neste sentido, pode ser considerado positivo para as comunidades receptoras. Contudo, a atividade de turismo também tem promovido o incremento da atividade imobiliária, atraindo novos empreendimentos imobiliários e de negócios, principalmente no ramo hoteleiro, podendo gerar impactos positivos, como os já citados, mas também negativos, quando alteram profundamente a dinâmica econômica e social local.

O caso da praia do Forte- BA, onde está assentado o projeto “Tamar” é ilustrativo. O pequeno vilarejo que concentrava a atividade pesqueira local se transformou na vitrine do projeto ambiental de reprodução de tartarugas marinhas, transformando-se em um dos pontos mais visitados e badalados do litoral baiano. O setor hoteleiro atualmente substituiu a pequena economia pesqueira, gerando novos postos de trabalho e atraindo bem feitorias urbanas, como saneamento básico, asfalto, linhas de ônibus, etc. Em contrapartida, os pescadores foram afastados de seus locais de origem pelo aumento do valor dos impostos urbanos. O ritmo e a aparência rústica do vilarejo foram transformados para servir aos visitantes e os melhores postos de trabalho continuam sendo ocupados por mão de obra mais bem qualificada, que em geral tem origem nas capitais da região Sudeste do país ou mesmo em outros países. Deste modo, a rede urbana aí instituída pela necessidade de atender os fluxos da modernidade não são reais para os moradores nativos. Como afirma Santos (2007) em “O espaço do cidadão” o acesso aos recursos urbanos presentes em determinada região contribuiria para a desigualdade na valoração das pessoas. Nas palavras do autor estas distorções devem ser corrigidas, já que “para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos” (Santos: 2007: p.140).

Ainda, segundo Santos (2007) as forças de mercado e decisões de governo, por meio dos investimentos públicos em equipamentos coletivos, induzem os fluxos e o assentamento de pessoas e, portanto, são estas forças que possuem o poder de acirrar ou diminuir desigualdades sociais. A lógica da valorização da terra urbana e

as pressões imobiliárias inserem-se neste contexto, sendo que a renovação urbana para fim de desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo é parte deste mecanismo de expansão das cidades ao mesmo tempo em que há a expulsão das populações economicamente mais pobres das áreas centrais mais valorizadas.

Inúmeras outras localidades, em especial no litoral brasileiro, podem ser citadas como exemplos de fragilidade quanto ao desenvolvimento das políticas públicas de turismo, na qual não raramente os impactos negativos recaem sobre as comunidades nativas, enquanto que os impactos positivos podem ser observados sobre as comunidades de visitantes ou sobre os novos moradores, que passam a se beneficiar das transformações urbanas e econômicas geradas pelo turismo.

No que diz respeito às políticas públicas para o desenvolvimento da atividade de turismo no Brasil, pode se afirmar que a Agenda 21, elaborada em 1992, contribuiu não somente para a busca da sustentabilidade ambiental, mas também induziu a criação da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional da Educação. Esta Lei em seu artigo 13º procura incentivar o ecoturismo no Brasil como instrumento de educação.

Segundo observado por Costa (2005) não há consenso sobre o significado do termo “ecoturismo”, mas é possível caracterizar as atividades que levam a esta prática. Neste sentido, conforme a autora, o ecoturismo seria caracterizado por atividades que não implicam em impactos negativos ao meio ambiente e possuem como motivação principal a observação e o aprendizado com a natureza e com as culturas tradicionais, destacando-se, portanto, o caráter educativo.

Sem questionar o importante papel do meio natural como veículo de conscientização, de identificação e de aprendizado, é necessário considerar também alguns outros aspectos da relação entre o turista e o meio visitado (receptor), compreendido como o meio natural e social.

Paulatinamente, além dos atrativos urbanos que mobilizam ainda hoje grandes fluxos populacionais à busca de novos estímulos sazonalmente, de novos negócios ou de compras, também os atrativos naturais começam a ser mais intensamente explorados.

O desenvolvimento do turismo voltado à aproximação do homem em relação à natureza se expressa de várias formas: pelo turismo de aventura, ou seja, aquelas

formas de turismo voltadas ao desenvolvimento de atividades esportivas em ambientes naturais, pelo turismo rural e pelo denominado ecoturismo, que envolve atividades de visitação às áreas naturais, que podem ser parques, reservas ou mesmo áreas que envolvam remanescentes de áreas naturais sem proteção legal definida.

Um dos aspectos que devem ser levados em consideração diz respeito à capacidade de suporte do meio em relação às demandas por visitação.

Na última década houve crescimento do turismo em áreas naturais conservadas sob a forma denominada “ecoturismo”. Contudo, para citar algumas das áreas que mais recebem ecoturistas no Brasil, como o parque nacional do Caparaó ou o Jalapão, ainda carecem de estrutura de recepção adequada para atender os visitantes.

Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo sobre as demandas turísticas em áreas naturais conservadas é levantada a ausência ou fragilidade da estrutura de saneamento básico, sendo necessária a implantação de banheiros, bebedouros, locais para coleta de lixo, bem como a necessidade de capacitação dos funcionários e guias locais. A ausência ou fragilidade destas infra-estruturas e de valorização do trabalho em turismo implica em potenciais impactos negativos, como: geração de problemas sanitários, contaminação ambiental, desrespeito à capacidade de suporte ambiental ou ainda, em médio e longo prazo é possível o desencadeamento de um processo de desvalorização deste patrimônio ambiental e turístico.

169

A ausência de guias capacitados aliado ao elevado número de visitantes, que nem sempre respeita a capacidade de suporte do meio receptor, também possibilita o desenvolvimento de outros tipos de impactos negativos, como a circulação de visitantes em áreas mais frágeis, prejudicando o equilíbrio da fauna e flora e a geração de trilhas secundárias induzindo o desenvolvimento de processos erosivos.

Estes problemas, apesar de serem comumente verificados nas unidades de conservação receptoras, são passíveis de serem solucionados, desde que haja investimentos públicos em estrutura (no caso de saneamento) e em capacitação de pessoal, bem como em campanhas educativas de uso destas unidades de conservação.

Entretanto, há outros problemas derivados do aumento das demandas por visitação que nem sempre são facilmente solucionados. Dentre estes problemas, pode ser destacada a alteração das temporalidades das comunidades receptoras, tendo em vista a ânsia por adequação às novas exigências trazidas pelas demandas turísticas. Também nem sempre as atividades culturais tradicionais ou mesmo aquelas consideradas folclóricas são valorizadas ou respeitadas, ensejando conflitos e perda de valores da cultura nativa.

É importante que se compreenda que estes valores intrínsecos às comunidades receptoras são sua “assinatura”, seu verdadeiro atrativo, assim, sua transformação bem como a perda do caráter histórico-cultural promove sua desvalorização e sua desmobilização social.

A destruição destes valores tem permitido o surgimento de outra localidade, muitas vezes criada de acordo com novos valores impostos pela sociedade de consumo. Estas novas localidades são constituídas, neste sentido, pela mistificação da idéia de aproximação da natureza e ocupam os espaços deixados pelo distanciamento das populações receptoras. Distanciamento este em termos de sua história e em termos espaciais, já que, como supracitado, as populações nativas 170

É possível perceber que a homogeneização dos lugares por meio da imposição dos padrões de consumo globalizados, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico do setor hoteleiro e turístico e oportuniza a inserção desta localidade no mercado turístico global, fragiliza e exclui os valores tradicionais da cultura local que paradoxalmente apontariam seu valor diferencial em um mundo que se padroniza.

Considerações finais

A diminuição progressiva das fronteiras entre tempo o livre e o de descanso, derivada dos novos modos de produção e reprodução urbano-industrial, pode resultar nas palavras de Castrogiovani (2001: p.7) em “novos tempos sociais em que surgirão outros modelos de vida, nos quais o turismo assumirá posições de maior destaque”.

Entretanto, estas novas temporalidades impostas por estes novos modos de vida têm sido responsáveis pela homogeneização dos lugares, das culturas, impondo ao setor turístico um novo paradigma: o da reprodução da imagem do lugar perfeito, onde a natureza é uma mercadoria a ser consumida.

O crescimento do número de resorts, de parques temáticos e de um modelo de turismo que procura construir uma natureza perfeita voltada para o consumo de uma parcela da sociedade, só pode ser compreendido em um contexto de globalização com a padronização das formas urbanas e massificação das alternativas de lazer e cultura.

A valorização dos lugares e das tradições culturais e históricas das comunidades receptoras faz-se necessária e esta valorização pode ser possibilitada pela intervenção do Estado, por meio de ações educativas e de investimentos em equipamentos públicos coletivos, desde que estes últimos possam ser realmente apropriados pela coletividade e não somente por uma pequena parcela da sociedade.

O turismo pode ser encarado como uma alternativa viável de desenvolvimento desde que haja consciência sobre a necessidade de enfrentamento das várias questões supracitadas.

171

As diferenças traduzem e integram a beleza brasileira em contextos culturais, paisagísticos e históricos. Estas diferenças enriquecem a multiplicidade de escolhas e novos aprendizados que podem ser vivenciados por meio do turismo. Para isto, exige-se além do amparo do Estado, uma postura aberta do turista a esta vivência e a compreensão crítica do contexto hodierno em que também se reproduz a padronização dos lugares.

É em um contexto de contradições que esbarram em questões acerca da valorização urbana, de conflitos de classes e culturais e de proteção ambiental, entre outras, que devem ser desenvolvidas as reflexões sobre o desenvolvimento das atividades de turismo no Brasil. Este, portanto, é o enfoque deste trabalho, na qual procurando-se refletir sobre as possibilidades e entraves da atividade turística em temporalidades constituídas a partir do processo de globalização.

Referências

- CARLOS, A.F.A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A.F.A. et al (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (org). Apresentação. In: **Turismo Urbano**, São Paulo: Contexto, 2001.
- COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2ª Edição, 2005.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

TERRITÓRIO USADO EM ÁREAS PROTEGIDAS E ATRATIVOS TURÍSTICOS: EXPLORAÇÃO OU CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?

Maria do Socorro Ferreira da Silva⁶¹

Rosemeri Melo e Souza⁶²

RESUMO: O uso de territórios com paisagens naturais para implantação de atrativos turísticos não é recente, marcando a criação e implementação legal das Unidades de Conservação (UCs), os Parques Nacionais. O Brasil segue essa tendência, onde territórios de várias UCs, detentores de beleza cênica, são usados como atrativo turístico. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, responsável pela criação, gestão e implementação de UCs, divide-as no grupo de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Esse ensaio tem como recorte empírico a APA do Morro do Urubu, em Aracaju/SE, que dispõe de paisagens naturais usadas como atrativo turístico. Como objetivo analisar a instalação de atrativos turísticos na APA, e a conservação sócio-ambiental desse remanescente florestal. A pesquisa foi realizada mediante: análise bibliográfica e documental; entrevista semi-estruturada: responsável pela administração, e coordenador técnico da APA (SEMARH); técnico responsável pelo gerenciamento do Parque da Cidade (EMDAGRO); comandante do Pelotão Ambiental; pesquisa de campo para identificação dos atrativos turísticos, análise dos impactos sócio-ambientais no espaço interno e no entorno. Além dos benefícios ambientais oferecidos gratuitamente, é usada para visitação pública, em função dos atrativos turísticos: Zoológico, Mirante da Santa, Teleférico, e das áreas para lazer e recreação. A apropriação do território para a demanda das atividades turísticas contribui para a dilapidação dos recursos naturais e para a exclusão social daqueles que mantêm laços afetivos com a APA. Assim, tal atividade concorre com os propósitos maiores da conservação sócio-ambiental, recriando lugares e excluindo as comunidades locais do cotidiano. Contudo, para a conservação dos serviços ambientais da APA é necessário criar instrumentos de gestão ambiental, visando o ordenamento territorial; realização de campanhas educativas para visitantes e comunidade local; repasse dos lucros das empresas terceirizadas que usam o território da APA; e cobrança de taxas de entrada para visitantes.

173

Palavras-chave: Unidade de Conservação, atrativo turístico, remanescente florestal, comunidade local.

ABSTRACT: The use of areas with natural landscape for deployment of tourist attractions is not new, marking the creation and legal implementation of the Conservation Unit (CUs), the National Parks. Brazil is following this trend, where territories of several CUs, holders of scenic beauty, are used as tourist attraction. The

⁶¹ Mestre em Geografia pela UFMS. Doutoranda NPGeo/UFS, Bolsista FAPITEC e pesquisadora GEOPLAN/UFS/CNPq. ms.ferreira.s@hotmail.com

⁶² Prof^a Dr^a Associada da UFS dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/NPGeo/UFS e do Curso de Mestrado e Doutorado do PRODEMA, Coordenadora do GEOPLAN/UFS/CNPq e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. rome@ufs.br

National System of Conservation Units, responsible for the creation, implementation and management of CUs, divide them into groups of Integral Protection and Sustainable Use. This essay is empirical cut to APA from Buzzard Hill, Aracaju/SE, which features natural landscapes used as a tourist attraction. To analyze the installation of tourist attractions in the APA, and socio-environmental conservation of remaining forest. The survey was conducted through: literature review and documentary, semi-structured interview: responsible for administration and technical coordinator of the APA (SEMARH); technician responsible for managing the City Park (EMDAGRO) Environmental platoon commander, field research to identification of tourist attractions, analysis of socio-environmental impacts in the inner space and surrounding areas. Besides the environmental benefits offered free, is used for public viewing, according to tourist attractions: Zoo, Santa's Lookout, Cable Car, and areas for leisure and recreation. The appropriation of land for the demand of tourism activities contributes to the depletion of natural resources and social exclusion of those who maintain emotional ties with APA. Thus, such activity competes with the larger purposes of socio-environmental conservation, recreating places and excluding local communities everyday. However, for the conservation of environmental services of the APA is necessary to create instruments for environmental management, aiming at the territorial, educational campaigns for visitors and local community, transfer of profits from third party companies that use the territory of the APA, and fees entrance for visitors.

Keywords: Conservation Unit, tourist attraction, a forest remnant, the local community.

1. Introdução

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define os princípios para a criação, gestão e implementação de UC, divide-as em grupo de Proteção Integral ou uso indireto, onde se inserem as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refugio da Vida Silvestre; e o de Uso Sustentável ou uso direto, que fazem parte: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000). Várias dessas categorias permitem a realização de atividades educativas, recreativas e de turismo ecológico.

Em Sergipe das 16 UCs existentes apenas duas estão localizadas em área urbana, ambas em Aracaju, o Parque Ecológico de Tramanday (Decreto Municipal nº 11.213/11/1996), UC de Proteção Integral, com apenas 3,6 hectares, considerada a menor UC do Estado, abrigando ecossistema de manguezal; e a APA do Morro do Urubu, (Decreto Estadual nº 13.713 de 14/06/1993), objeto empírico dessa pesquisa,

UC de Uso Sustentável, com 213,87 hectares, localizadas na zona norte de Aracaju, que resguarda o último remanescente florestal de mata atlântica.

Desde 2008, a APA do Morro do Urubu, vem sendo administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). No perímetro da unidade encontra-se o Parque da Cidade, onde está inserido o Zoológico, administrado pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Esse território vem sendo usado para diversas finalidades, tais como: atrativos turísticos, de lazer e recreação. Por esse viés, partimos da perspectiva que não existe território sem uso, o que permite tecer uma análise mediante a categoria de análise geográfica destacada por Santos e Silveira (2001), o território usado.

O Parque da Cidade conta com alguns atrativos turísticos que vêm sendo bastante procurados tanto pela comunidade de Aracaju, como de outras localidades. Os principais atrativos turísticos são o Zoológico o Mirante da Santa, o Teleférico, além de várias áreas destinadas para lazer e recreação. É importante re(pensar) na prática da atividade turística que podem comprometer a conservação da APA, pois além de está localizada em ambiente urbano, suas características físicas apresentam vulnerabilidade. Assim, uma atividade mal planejada poderá contribuir para a exclusão social e a dilapidação de seus recursos naturais.

175

Apesar de avanços na gestão da APA, como a criação do conselho gestor, e oficinas educativas realizadas pela SEMARH em parcerias com outras instituições, são primordiais que os instrumentos de gestão ambiental sejam criados e implementados, como: o plano de gestão e de manejo, o zoneamento-ecológico-econômico, assim como a efetivação de parcerias com outras instituições e/ou empresas privadas, além de campanhas de educação ambiental para os envolvidos. Outras opções que podem auxiliar na manutenção do parque seria o repasse de parcela dos lucros pelas empresas que usam o espaço territorial da APA, e a cobrança de taxa de entrada dos visitantes que usam os serviços ambientais e os atrativos turísticos de maneira direta.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da realização de levantamento bibliográfico acerca da temática abordada, e documental (Leis e Decretos); entrevista semi-estruturada com atores sociais privilegiados que lidam com a administração, gerenciamento e fiscalização da APA, a saber: responsável pela

administração e gerenciamento vinculados a SEMARH, gestora das UCs Estaduais, e coordenador técnico da UC; técnico da EMDAGRO, que executa os serviços operacionais; comandante do Pelotão Ambiental da Polícia Militar de Sergipe. As entrevistas possibilitaram a compreensão da apropriação e uso do território pelos atores sociais envolvidos na unidade, aguçando a análise dos interesses diversos por esse território. Já a pesquisa de campo, ocorreu tanto na área interna como no entorno da unidade, possibilitando a análise dos impactos sócio-ambientais e o uso das paisagens como atrativos turísticos nesse remanescente florestal.

2. O uso do território das áreas detentoras de paisagens naturais como atrativo turístico

Para compreender as diversas formas de usos do território em UCs faz-se necessário recorrer às análises de Santos e Silveira, que consideram o território usado. Neste sentido, Santos *et al.* (2002) destacam diferença entre território enquanto recurso, e como abrigo. No primeiro, os atores hegemônicos têm o território usado como recurso, sobretudo para garantir a realização de seus interesses particulares [controlando e/ou usando os recursos naturais, por exemplo] e no segundo, os atores hegemonzados, utilizam o território como abrigo, tentando se adaptarem constantemente ao meio geográfico local, assim como recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

176

Por esse viés, os recursos naturais inseridos territórios de Áreas Protegidas são usados direta ou indiretamente pelas comunidades locais e pelos turistas, corroborando com conceito de Venturi (2008) que o define como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, passível de uso direto ou indireto pelo de forma que atenda suas necessidades físicas, culturais, em determinado tempo e espaço. Portanto, só podem ser compreendidos a partir da relação homem-natureza, mas por um lado, ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, e por outro, sua apropriação ocorre mediante os valores sociais que lhes são atribuídos.

Entretanto, foi a partir do século XIX que se iniciou de fato um processo contínuo de preservação de determinadas áreas, com a criação legal da primeira

Área Protegida no contexto mundial, o Parque Nacional de Yellowstone⁶³ em 1872, nos Estados Unidos, com o objetivo de preservar a beleza cênica e seus recursos naturais para outras gerações. Outrossim, suas bases de criação respaldaram-se, também, no potencial de lazer para a população urbana, porém num enfoque que iria tornar-se símbolo para o manejo de UCs criadas posteriormente em várias partes do mundo (BRITO, 2000 *apud* MORAES, 2004).

Para Little (2002) a vertente do ambientalismo representa uma clara dimensão territorial onde o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” foi consagrado. Assim, o modelo norte-americano expandiu-se para o Canadá que criou seu primeiro parque em 1885; Nova Zelândia, em 1894; África do Sul e a Austrália em 1898; México em 1894; Argentina, em 1903; Chile em 1926; Equador em 1934; Brasil e Venezuela, em 1937 (BENSUSAN, 2006). Mas na contemporaneidade vem sendo eticamente questionado, pois exclui as comunidades locais e tradicionais.

No Brasil, apesar da primeira Área de Proteção ter sido institucionalizada em 1937, o Parque Nacional Itatiaia no Rio de Janeiro (BENSUSAN, 2006), conforme Silva & Souza (2010), há registros históricos indicando que a coroa portuguesa e o governo Imperial já realizaram iniciativas de proteção, de gestão e controle dos recursos naturais, com o objetivo de garantir o controle sobre o manejo, principalmente, da madeira e da água que já estavam comprometidos. Durante o Império, D. Pedro II, o imperador ordenou que as fazendas devastadas para o plantio do café fossem desapropriadas e replantadas.

Todavia, há indícios que as primeiras Áreas Protegidas tenham sido criadas em 1861, as Florestas da Tijuca e das Paineiras, objetivando resguardar os recursos hídricos daquela região (DRUMMOND, 1997). Em 1961, através de Decreto passou a ser chamada de Parque Nacional de Rio de Janeiro, e em 1967, em virtude de confusões acerca da nomenclatura foi novamente alterada, denominando-se Parque Nacional da Tijuca (BRASIL, 2004).

⁶³ A paisagem natural dispõe de montanhas que ultrapassam três mil metros de altura, rios caudalosos, cachoeiras, vulcões, pântanos, e zonas termais, além dos gêiseres, a mais famosa atração (COSTA, 2002).

As Áreas Protegidas contemplam cada vez mais as necessidades do turismo, sobretudo numa perspectiva do contato cada vez mais direto com a natureza. Além dos Parques Nacionais, na contemporaneidade o território de outras categorias dos SNUC vem sendo utilizado para o desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, a categoria de análise geográfica, o território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2001), permite elencar que não existe território sem uso, seja direto ou indiretamente.

Todavia, o turismo é uma atividade econômica que vem crescendo em Áreas Protegidas, portanto, numa visão mercadológica da natureza. Os dados (BRASIL, 2006) apontam para um crescimento mundial entre 10% e 30% ao ano. Por outro lado, gera impactos sócio-ambientais, o que aponta para a necessidade de planejamento territorial, tanto em áreas urbanas como rurais, uma vez que há apropriação e exploração dos recursos naturais inseridos nesses territórios.

Para Yázigi (2002) a atividade turística tem vendido o espaço imaginário, ou seja, espaços reconstruídos simbolicamente pela publicidade, ocultando as reais situações do lugar, como o vandalismo e a miséria, gerando a alienação do turista e a exclusão da população local, uma vez que a mesma não consegue adentrar e/ou participar do processo, pois passa a não se identificar mais com o lugar. Para o autor a paisagem, antes de tudo, interessa aos seus próprios habitantes. Neste contexto, tanto a violência como a pobreza de um determinado local afastam os turistas, e mesmo que tenham sido criados espaços fechados, dificilmente conseguirão manter a visita dos turistas. 178

A atividade resulta na intensificação no processo de degradação ambiental em virtude da sobrecarga do uso dos recursos naturais, além do aumento de construção de domicílios e geração e disposição dos resíduos sólidos, e instalação de outros estabelecimentos a depender das características físicas do lugar. Neste cenário, há outra preocupação inerente a manutenção das UCs, inclusive no Brasil, onde muitas unidades são resquícios de vegetação, e geralmente o turista não traz consigo a sensibilização e conscientização ambiental, e nem tão pouco afetividades com o lugar, resultando em relações desarmônicas entre comunidade local e os recursos naturais. Desse modo, as relações de poder estabelecidas nesses territórios, a partir da lógica do turismo, têm engendrado inúmeras contradições sobre as formas distintas de apropriação da natureza.

Por conseguinte, as UCs urbanas apresentam maior vulnerabilidade, pois os impactos decorrentes do processo de urbanização resultam em dimensões reduzidas das unidades, pressão humana, introdução de espécies exóticas, contaminação dos mananciais, e raramente estão incluídas como prioritárias nas políticas públicas para a conservação da natureza (CUNHA e MENEZES, 2005 *apud* VILANOVA, 2008) o que dificulta a gestão e gerenciamento das UCs. Os gestores e gerenciadores geralmente enfrentam problemas de ordem econômica, além do reduzido número de funcionários que lidam com a manutenção desses territórios.

Além das características elencadas e dos vários problemas que implicam na perda da biosociodiversidade, Hildebrand *et al.* (2002 *apud* VILANOVA, 2008) abordam que os parques urbanos fazem parte da administração e das políticas públicas, e que os orçamentos são sempre limitados diante de vários outros serviços e necessidades a serem realizadas no contexto urbano. Essas características corroboram com as idéias de Ortiz *et al.*, (2001 *apud* VILANOVA, 2008), quando destacam que a mensuração da disposição dos visitantes em pagar pelo uso das áreas verdes [que dispõe de atrativos turísticos], pode ajudar na manutenção desses espaços, permitindo melhor controle sobre o mesmo.

179

2.1 Apropriação e uso dos recursos naturais como atrativos turísticos: um olhar a partir das unidades de conservação

No Brasil são vários os exemplos de territórios de UCs apropriados e usados para a atividade turística imbricando relações contraditórias, que repercutem sobre a vida de comunidades locais e tradicionais, excluídas e/ou expropriadas do território, perdendo o direito de usar o território seja como abrigo e/ou como recurso, além dos diversos impactos ambientais provocados. Nestes aspectos, considera-se que o uso das paisagens cênicas para atrativos turísticos não contemplam a conservação ambiental das UCs, distorcendo as finalidades pelas quais são destinadas.

Os Parques Nacionais representam as mais variadas formas de apropriação e uso das paisagens como atrativos turísticos, engendrando contradições inerentes ao processo. São inúmeros os exemplos de UCs dessa natureza, tais como: o Iguaçu (1939), o da Tijuca (1961), dos Lençóis Maranhenses (1981) são ambientes com

estruturas físicas frágeis localizados no cerne de pressões no espaço interno e externo, com diversos impactos sócio-ambientais oriundos das atividades turísticas, urbanas e rurais. São territórios recriados para atender as demandas do turismo internacional e nacional, e ao mesmo tempo exclui e expropria territorialmente, socialmente e economicamente comunidades tradicionais e locais as quais não terão condições financeiras para usufruir dos atrativos turísticos implantados.

Ainda, muitos promotores do turismo vendem uma imagem reconstruída do lugar, por exemplo, a situação de miséria, de violência urbana onde está localizado Parque Nacional da Tijuca, que representa uma das paisagens mais propícias para análise da segregação sócio-espacial, pois tem como vizinhos de um lado a Favela da Rocinha, considerada a maior do Brasil, e do outro a do Vidigal.

As paisagens da categoria APA vêm sendo bastante procuradas para implantação de atrativos turísticos, uma vez que são permitidos vários usos ao território. Entretanto, a apropriação desigual contribui para o aumento da dilapidação dos recursos naturais em face de instalação de atrativos turísticos e/ou instalação de infra-estrutura para receber o turista.

As áreas litorâneas são cenários que atraem os promotores do turismo, sendo inúmeros os exemplos de UCs criadas para tal finalidade, sobretudo com o discurso de turismo ecológico que na verdade gera mais impactos sócio-ambientais do que para conservar ambientes.

Entre os exemplos das áreas litorâneas, destacamos: APA Coroa Vermelha, abrangendo partes dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e a APA Caraíva/Trancoso no litoral de Porto Seguro, ambas criadas em 1993; a APA de Santo Antônio, em Santa Cruz Cabralia (PORTO SEGURO, 2010). A APA de Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, localiza-se em Analândia (São Paulo), aflorante do Aquifero Guarani, foi criada em 1983 para proteger as cuevas basálticas, fragmentos de mata atlântica e de cerrado, compondo um cenário de belas paisagens (cachoeiras, represa, morros esculpidos, cuevas, cavernas) usadas como atrativo turístico, que movimenta a economia da região (PERINOTO, 2007), mas que evidencia vários impactos sócio-ambientais tanto pela atividade turística como por outras atividades agropecuárias, sobretudo no Morro do Cuscuzeiro e do Camelo (ASSONI, 2007; CARMO, 2009).

Contudo, a atividade turística envolve um conjunto de práticas e de visões territoriais recriando lugares. Neste sentido, Luchiari (1998 *apud* COSTA, OLIVEIRA & RAMOS, 2002) aborda a nova organização sócio-espacial calcada na junção entre velhos e novos espaços, gera novas paisagens, consome outras, e traz ao cenário novos sujeitos sociais, eliminando e/ou marginalizando outros, redesenhando as formas de apropriação do espaço urbano [ou rural], substituindo antigos usos, e elegendo novas paisagens a serem valorizadas pelo prazer.

A criação de UCs para atender as demandas do turismo implica no (re) ordenamento territorial para tal atividade, que resultará na exaustão dos recursos naturais, salvo em áreas de estrito controle, de difícil acessibilidade.

As paisagens usadas como atrativos turísticos e para implantação de infraestrutura de suporte em Sergipe, embora ainda não seja um pólo nacional para essa atividade, apresenta características com potencialidades paisagísticas inerentes ao processo, sobretudo por ainda dispor de um litoral pouco ocupado. O Estado conta com 16 UCs, sendo dez de Uso Sustentável, cinco pertencendo à categoria APA. Entre elas a APA do Morro do Urubu (criadas em 1993) localizada no ambiente urbano de Aracaju, na zona norte, no Bairro Industrial, limitando-se ao norte com o Rio do Sal, ao leste com o Rio Sergipe e ao sul e ao oeste com áreas urbanas.

181

Em Aracaju como a maioria das cidades brasileiras o processo de expansão urbana desconsiderou-se as limitações e as potencialidades das paisagens naturais, suprimindo as áreas de cobertura vegetal nativa. Assim, a APA do Morro do Urubu, criada para ampliar a área do Parque da Cidade (criado em 1979) foi à única mancha de Mata Atlântica que restou a essa capital.

Embora resguarde potencial biodiverso, com florestas mesófila decídua e semidecídua e uma variedade de animais, além da importância dos serviços ambientais oferecidos gratuitamente a comunidade local, a gestão e o gerenciamento iniciou-se somente em 2008 através da SEMARH, criada em 2007.

No interior da APA localiza-se o Parque José Rollenberg Leite, conhecido como Parque da Cidade, abrangendo uma área de 90 hectares, o qual desses nove hectares abriga o Zoológico. Em 2000, parcela do Parque da Cidade, 68 hectares, foi aprovada para integrar a Reserva da Biosfera de Mata Atlântica.

O Parque da Cidade tem grande importância para a proteção da biodiversidade, pois abriga várias espécies de vegetação, onde já foram catalogadas 138 espécies, 110 gêneros e 57 famílias, além de várias outras ainda não catalogadas. O parque abriga várias espécies que estão na lista de extinção do país, incluindo o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e o ingá (*Inga edulis*).

A EMDAGRO, responsável pela administração e gerenciamento do Parque da Cidade, vem produzindo mudas de vegetação nativa usadas para a substituição de plantas exóticas, inclusive já foram plantados vários exemplares de pau-brasil pelo parque. O Zoológico abriga mais 400 animais, distribuídas em aves, felinos, répteis e primatas como exemplo, o macaco prego (*Cebus apella*) que se encontra na lista de extinção, totalizando mais de 200 espécies de animais nativos e exóticos. Assim, esse território contribui tanto pela conservação *in situ*⁶⁴ como *ex situ*⁶⁵.

2.2. O uso da paisagem como atrativos turísticos e a conservação dos serviços ambientais

A EMDAGRO é responsável pela administração e gerenciamento da área do Parque da Cidade, contando com nove funcionários públicos (bióloga, veterinário, técnicos), 23 funcionários terceirizados e três estagiários (estudantes de Turismo, Biologia e Medicina Veterinária) que realizam as atividades diárias no parque.

Neste ambiente, sobretudo no Zoológico são desenvolvidas várias atividades sócio-educativas, como a visita-orientada-agendada, onde a bióloga, com auxílio dos estagiários, desenvolve atividades de Educação Ambiental. É comum receberem escolas (Figura 01) de vários Municípios do Estado, onde além de terem aula prática, conhecendo os benefícios da conservação ambiental, propicia-se aos alunos atividades recreativas e de lazer em contato com a natureza (Figura 02).

⁶⁴ Proteção de ambientes naturais em seu próprio local de origem

⁶⁵ Exemplares da fauna são mantidos fora de seu habitat natural, no zoológico, o qual é administrado pelo Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)

FIGURA 01: AULAS PRÁTICAS (2010)



FIGURA 02: ATIVIDADE DE RECREAÇÃO (2010)



A Associação de Equoterapia de Sergipe também desenvolve atividades nesse reduto florestal, através do centro de Equoterapia, nas proximidades do Zoológico, destinadas para crianças portadoras de necessidades especiais. A APA também abriga o Batalhão de Cavalaria da Polícia Militar de Sergipe, a qual dispõe de um Centro Hípico, próximo ao Mirante da Santa, destinado para prática de esporte dos militares e adestramento dos animais. A presença do Batalhão contribui para aumentar a segurança no parque.

183

O parque é procurado pela comunidade local de terça a domingo, pois o mesmo oferece várias áreas para recreação e lazer, tais como: quatro campos de futebol, sendo dois de *society* e dois de campo; uma quadra de *voley* de areia e uma rampa de *skate*. Além das atividades de recreação, o parque também dispõe de uma pista de 2.200 metros propiciando aos visitantes a possibilidade de desenvolver atividades físicas e esportivas.

O Parque da Cidade⁶⁶ é a área mais visitada da APA, pois além das belas paisagens naturais, existem alguns atrativos turísticos, como: o Zoológico, o teleférico (Figura 03), o Mirante da Santa (Figura 04); além da realização de diversas atividades sócio-educativas. Após a reforma, concluída em julho de 2008, a procura da área para atividades de lazer e/ou recreação aumentou consideravelmente, o que vem configurando-o como forte atrativo turístico, com possibilidades de entrar para o

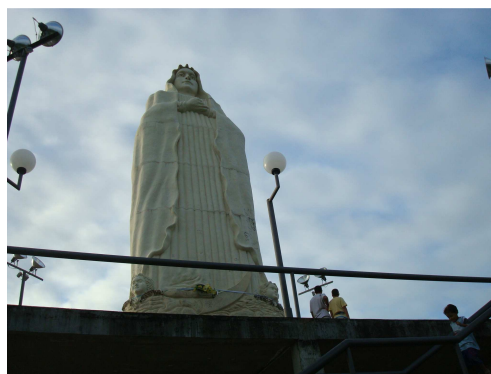
⁶⁶ Horário de funcionamento: Parque da Cidade de terça-feira a domingo (06:00 as 17:00 horas), e Zoológico (09:00 as 17:00 horas) não havendo cobrança pela entrada.

roteiro turístico do Estado de Sergipe. Entre os meses de julho a dezembro de 2009 o parque recebeu 116.164 visitantes.

FIGURA 03: VISTA DE ARACAJU A PARTIR DO TELEFÉRICO



FIGURA 04: MIRANTE DA SANTA



O teleférico é de responsabilidade de uma empresa particular, que possui cessão de uso, pagando determinado valor ao Estado. É o único atrativo turístico que o visitante paga uma taxa⁶⁷ para usá-lo. O passeio possibilita apreciação de belas paisagens naturais e antrópicas, e uma vista panorâmica da grande Aracaju, possibilitando avistar a Ponte Aracaju – Barra e o Oceano Atlântico.

184

O Mirante da Santa, localizado ao lado do teleférico, também é um dos principais atrativos, pois permite a visualização de belas paisagens do espaço interno da APA e da grande Aracaju.

Antes da reforma 90% dos visitantes eram da comunidade de entorno. Mas, o parque passou a receber visitantes de vários Municípios do Estado, e já foram percebidos turistas de outros Estados, como da Bahia, de Brasília, de São Paulo e do Paraná, porém com pouca representabilidade.

Os visitantes do parque usufruem dos serviços ambientais gratuitamente oferecidos, procurando tal espaço com interesses diversos, como: educativos, lazer, recreação e esportes, e ainda para o desenvolvimento do comércio informal, através da venda de gêneros alimentícios nos dias com maior número de visitantes.

⁶⁷ Crianças até sete anos não paga; crianças de 8 a 14 anos sem carteira de estudante para cinco reais; acima de 15 anos com carteira de estudante paga cinco reais; demais visitantes pagam dez reais; pessoas que estão na terceira idade, também pagam cinco reais. O funcionamento do teleférico ocorre entre os dias de quarta-feira a domingo.

Há evidências que o Parque da Cidade seja incluído na rota turística do Estado, entretanto alguns questionamentos são dignos de nota, tais como: a atividade turística atenderá os princípios da conservação ambiental, sobretudo em um ambiente que já evidencia sinais de vulnerabilidades? Como ficará a comunidade local, uma vez que o Parque da Cidade representa sua única opção de lazer e recreação? As empresas promotoras da atividade turística repassarão parcela dos seus lucros para ajudar na manutenção da APA? Qual o destino das favelas instaladas no Morro em seu entorno? E a segurança dos turistas? A cobrança de taxas reverteu algum aspecto de exclusão da comunidade local?

Esses e outros questionamentos aguçam o (re)pensar da instalação de atrativos turísticos, bem como o estímulo para a atividade turísticas. A APA se localiza na parte periférica da cidade, num ambiente que ainda gera o medo das pessoas. A instalação de atrativos turísticos, poderá resultar na expropriação e exclusão sócio-econômica da comunidade local, que tem um estilo de vida diferente do possível turista que venha a adentrar nesse território.

3. Considerações finais

185

Apesar de possuir algumas áreas verdes, Aracaju conta apenas com duas UCs urbanas, entre elas a APA do Morro do Urubu, seu último remanescente de mata atlântica, circundado de pressões antrópicas que compromete a sua biodiversidade. As vulnerabilidades ambientais comprometem suas reais potencialidades, são resultados da falta de planejamento, pois durante muitos anos a APA ficou praticamente sem administração, sendo retomada apenas em 2008 pela SEMARH. Apesar dos avanços, como a criação do conselho gestor em 2010, faz-se necessário a criação e implementação de instrumentos de gestão ambiental, como o plano de gestão e de manejo, e o zoneamento-ecológico-econômico, capazes de disciplinar o uso do território e o manejo dos recursos naturais.

Apesar da APA do Morro do Urubu ser permeada de problemas sócio-ambientais, possui paisagens naturais usadas para a instalação de atrativos turísticos, como o Parque da Cidade, onde está localizado o Zoológico, o Mirante da

Santa e o Teleférico, além de várias áreas de recreação e lazer que colocam os visitantes em contato direto com a natureza, além das atividades educativas.

A promoção de atrativos turísticos no interior de APAs constitui um entrave para a conservação ambiental, pois a apropriação desigual do território resulta em usos incompatíveis com os princípios da conservação, além de excluir a comunidade local que mantém laços de maior proximidade em relação a tais usos turísticos.

As comunidades locais geralmente são excluídas do processo, tanto no sentido de moradia como de usar o lugar para lazer e/ou recreação, restando-lhes apenas a luta pelo direito de permanecer no lugar. A tendência é que esses espaços se tornem alvos de especulação imobiliária, motivada pela infra-estrutura implantada pelo Estado para alavancar o turismo e a construção de moradias das classes mais favorecidas, tanto no espaço urbano como rural.

Por esse viés, tornar a APA do Morro num ponto turístico da cidade implicará na reorientação do espaço sob ótica da capacidade de carga e demanda do turismo, o que refletirá na exaustão dos recursos naturais, em virtude de ser uma área urbana de fácil acessibilidade, que convive com as mais variadas pressões.

186

Além dos problemas mencionados, a gestão e o gerenciamento desse território, esbarram na limitação de recursos financeiros e humanos. Nessa perspectiva, já que as empresas terceirizadas e os visitantes do parque se usam o território e seus serviços ambientais, nada mais do que justo que paguem por tal uso para ajudar na manutenção ambiental, através do pagamento de parcelas dos lucros, no caso das empresas, e de taxa de entrada, no caso dos visitantes.

Esses valores auxiliariam de forma significativa para a manutenção do Parque da Cidade e de forma geral da APA. Neste sentido, uma simples simulação pode comprovar tal assertiva, onde tomando como base os seis meses (de julho a dezembro de 2009) que o parque recebeu 116.164 visitantes, se cada um pagasse um real de entrada resultaria em quase R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a serem revertidos para a manutenção da APA.

Esse número poderá ser muito mais elevado, mediante o repasse de parcelas de lucros pelas empresas. Afinal, o próprio SNUC define que as empresas que usam o espaço territorial de UC devem repassar no mínimo 0,5% dos lucros. Outrossim, já existem vários parques no contexto mundial e nacional que adotam o pagamento de

taxas de entrada. Todavia, para tal adesão é preciso realizar uma pesquisa sobre a disposição dos visitantes em pagar pelo uso da área verde, investigando o perfil do visitante através do direcionamento de questões sobre: a distância da APA para sua residência, renda dos visitantes, valor que o visitante está disposto a pagar pela entrada, nível de escolaridade, a frequência que visitam a UC, a segurança da área, quais os principais atrativos, entre outras.

4. Referências

ASSONI, C. **Impactos ambientais negativos causados por atividades turísticas no Morro do Cuscuzeiro**. (Monografia. Curso de Turismo – UNICEP). São Carlos, UNICEP, 2007.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BRASIL, IBAMA. **Unidade: Parque Nacional da Tijuca**. IBAMA, Brasília-DF, 2004.

BRASIL. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm> Acesso em 20 de maio de 2010.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Brasília/DF, 2000.

CARMO, J. P. A. Analândia/SP: desenvolvimento da indústria do turismo e implicações ambientais. In: **Caminho da Geografia**. Revista *on line*. Vol. 10, Nº 32 Dez/2009 p. 113 – 126. ISSN 1678-6343. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2010.

COSTA, H. S. M.; OLIVEIRA, A. M. & RAMOS, M. V. População, Turismo e Urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG, 2002. Realizado de 4 a 8 de novembro de 2002.

DRUMMOND, G. M.; ANTONINI, Y. A contribuição da Fundação Biodiversitas para implementação do artigo 7º da Convenção sobre Diversidade Biológica. In: BENSUSAN, N.; BARROS, A. C.; BULHÕES, A.; e ARANTES, A. (Orgs.) **Biodiversidade: para comer, vestir u passar no cabelo? Para mudar o mundo!** São Paulo: Peirópolis, 2006. p. 31 – 48.

In: **Interações**. Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v11n1/a05v11n1.pdf>> Acesso em 03 de outubro de 2010.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade.** Brasília, 2002. Disponível em <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>> Acesso em 20 de agosto de 2010.

MORAES, M. B. R. **Área de Proteção Ambiental como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004. 146 p.

PERINOTO, A. R. C. Geoturismo nas cuestas basálticas da Alta Bacia do Rio Corumbataí (Município de Analândia/SP). In: **Global Tourism**. vl. 3. N.2. 2007. ISSN: 1808-558X.

PORTO SEGURO. **Capítulo 4.** Disponível em <ftp://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/ps/historico/hist_conservacao.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2010.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS, M. S. *et al*, **O papel ativo da Geografia: um manifesto.** Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis/SC, 2000. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-270.htm> Acesso em 10/09/2009.

SERGIPE. **Decreto nº 13.713 de 14 de junho de 1993. Institui a criação da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu.** Aracaju/SE, 1993.

SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. Unidades de Conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais. In: **Terr@Plural**. v. 3, n.2, jul./dez. Ponta Grossa/PR, 2009. p. 241-259

VENTURI, L. A. B. **Ensaio Geográficos.** São Paulo: Humanitas, 2008. 200 p.

188

VILANOVA, S. R. F. Composição florística e valoração econômica de uma Unidade de Conservação urbana, Cuiabá-MT. (Dissertação de Mestrado do curso de Engenharia Florestal/UFMT). Cuiabá/MT, 2008.

YÁZIGI, E. A. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. A.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 133-155.

PESCADORES, CABANEIROS E FEIRANTES: NOVAS PERCEPÇÕES SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA BAÍA DE CAMAMU.

Djaneide Silva Argolo⁶⁸

Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar a influência da exploração da atividade turística na Baía de Camamu – Bahia, e o processo de ressignificação socioespacial, através dos impactos sociais, culturais e ambientais, negativos e/ou positivos, sob o olhar dos pescadores, cabaneiros e feirantes. As modificações advindas da inserção da atividade turística foram tratadas através de uma abordagem metodológica qualitativa/interpretativa utilizando-se uma amostragem não probabilística intencional, junto aos atores sociais. Os resultados apontam que a inserção da atividade turística na Baía de Camamu tem promovido alterações socioculturais, econômicas e ambientais, que permitiriam a criação de estratégias, para minimizar os impactos prejudiciais à Baía de Camamu ao tempo que promoveriam a inserção da comunidade em projetos de planejamento para a atividade turística.

Palavras-chave: Baía de Camamu. Atividade turística. Exploração. Percepção. Ressignificação socioespacial.

Abstract: This article aimed to evaluate the influence of the exploitation of tourist activity in Baía de Camamu – Bahia, and the process of sociospatial redefinition, through the negative social, cultural and environmental, negative and/or positive, under the gaze of fishermen, cottagers and peddlers. The changes arising from the integration of tourism were addressed through a qualitative approach / interpretation using a non-probability sampling intentional, next to the research participants. The results indicate that the inclusion of tourism in the bay has promoted changes sociocultural, economic and environmental, which would allow the creation of strategies suggested here, to minimize detrimental impacts to the bay to time that allow the inclusion of community planning projects that drive the actions of tourism.

Key-words: Baía de Camamu. Tourist activity. Exploitation. Perception. Sociospatial redefinition.

Introdução

Entendendo-se o turismo como uma atividade produtiva mundial que interfere na organização desigual dos territórios, absorvido pelos modos de produção e culturas, portanto, requerendo controle governamental e da própria sociedade e

⁶⁸ Professora e Coordenadora de curso de pós-graduação em História do Brasil – Unime. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – Curso de História. DFCH. E-mail: djaneideargolo@hotmail.com

exigindo a aplicação de políticas públicas e privadas, oficiais e alternativas, sua compreensão requer estudos interdisciplinares, uma vez que as ações engendradas em função da exploração da atividade turística trazem seus resultados socializados (DENCKER, 2004; BOMFIM, 2000; YÁZIGI, 1998; FILHO, 2000).

A afirmativa acima é corroborada pelas inferências de Coriolano (2005 apud CHADEFAUD, 1987) quando afirma que o espaço turístico é considerado um produto social que envolve aspectos que alicerçam as culturas dos grupos humanos, acentuando por sua vez, a demanda de investigação dos variados vieses da atividade turística, uma vez que esta é hoje compreendida como alternativa de desenvolvimento.

Para um melhor entendimento das idéias acima, busca-se a definição de turismo de Moesch (2000: 9) que afirma ser o "turismo uma relação complexa de inter relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de construtibilidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio/cultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade consumido por milhões de pessoas: em síntese o produto turístico". Percebe-se também, vários aspectos das imbricações socioculturais, uma vez que das relações desenvolvidas durante a promoção da atividade turística, decorrem (re) construções e (re) significações sócio-espaciais.

190

Nesta perspectiva, este artigo buscou avaliar em que medida a forma de exploração da atividade turística influenciou na ressignificação sócio-espacial, através dos impactos sociais, culturais e ambientais, para a comunidade local da Baía de Camamu. Logo, questiona-se como a forma de exploração da atividade turística influenciou na ressignificação sócio-espacial e econômica da Baía de Camamu? Para tal, foram elaborados objetivos específicos tais que: levantar e analisar informações acerca Baía de Camamu, antes e depois da inserção da atividade turística; no sentido de informar aos gestores públicos sobre os resultados obtidos prevendo sugestões que veiculem uma gestão participativa da comunidade.

Para atender a questão levantada acima, bem como os objetivos específicos, trabalhou-se metodologicamente, informações junto aos pescadores, cabaneiros e feirantes, sobre a Baía de Camamu - Bahia e de sua comunidade, antes e depois da inserção da atividade turística, assim, de acordo com os resultados foram elaboradas sugestões sobre os impactos sociais, culturais e ambientais, a fim de

contribuir com os gestores públicos para a criação de estratégias que possibilitem um planejamento sustentável do turismo local, com gestão participativa.

Considerando que o espaço turístico é consumido pelos atores sociais que aí exercem suas práticas, resgata-se aqui, o conceito de (Santos, 1986:119) onde “o espaço é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Essa concepção do autor nos leva a perceber que o espaço geográfico que inclui aquele da atividade turística, não é apenas um reflexo, mas um produto da materialização das coisas produzidas pelos homens no seu lugar de vida e de trabalho. Entendendo aqui que o “espaço não pode ser um reflexo do modo de produção atual, mas um reflexo dos modos de produção passados” (Santos, 1986:145). Essas idéias, associadas às nossas, com relação à Baía de Camamu, implica em inferência de algo percebido e sentido pelos homens em função tanto de seus sistemas de pensamento quanto de suas necessidades.

Nesse contexto, esse espaço turístico da Baía de Camamu é analisado segundo múltiplos fatores que envolvem tanto o meio natural, quanto as necessidades e aspirações dos atores sociais que aí vivem, observando-se que esse espaço é o resultado de um produto histórico, destacando-se o fluxo dinâmico e contraditório das relações sociais e comportamentais.

191

Esta avaliação foi buscada através da percepção socioespacial dos sujeitos envolvidos na pesquisa remetendo ao significado do espaço turístico da comunidade local, que corresponde ao espaço percebido através do sentido que (Husserl, 1986:47) emprega para o termo percepção quando diz que “perceber é fenômeno que depende da capacidade do sujeito para decompor um objeto em sua qualidade simples - a sensação - e de recompor o objeto como um todo, organizando-o e interpretando - a percepção”.

A percepção sempre existiu como relação entre sujeito e objeto, porém busca-se aqui, as diferentes formas de apreensão dos valores socioespaciais por parte dos indivíduos, a depender das relações sociais que são travadas, uma vez que o lugar só tem sentido quando este possui um espírito, uma personalidade e o reflexo de toda esta personalidade.

Logo, este trabalho se organizou com base na valorização da percepção e das atitudes do espaço vivido e da comunidade, atrelado ao contexto socioambiental, pois, segundo (Bomfim, 2009: 40-41), “o espaço vivido exprime a relação existencial (subjativa) do individuo, de suas práticas de suas representações

e de seus imaginários ambientais, onde os laços afetivos são tecidos progressivamente entre os homens e os lugares”.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa, o espaço escolhido foi a Baía de Camamu, que é uma região de importância econômica através da atividade turística, se configurando como uma área com notáveis recursos e atrativos turísticos e culturais, além de importante representação histórica. Aliado a esta perspectiva, verifica-se, a existência de poucos trabalhos e estudos sobre este espaço, e que estes trazem poucos elementos teóricos e metodológicos que suportem a prática da atividade turística e a pluralidade cultural e, na maioria das vezes, negligenciam a valorização dos atores sociais locais, fato este que legitima a presente iniciativa, uma vez que pelo caráter da atividade turística e pelo histórico da região, esta atividade deverá alcançar um lugar de destaque na estrutura econômica regional.

Para a investigação empírica utilizou-se entrevistas semiestruturadas junto aos informantes em potencial, acima citados, uma vez que este procedimento permite ao pesquisador selecionar pessoas da comunidade a ser investigada que sejam boas fontes de informações, observando critérios que se façam necessários, caracterizando assim, uma linha de pesquisa centrada no conteúdo com uma metodologia de tradição hermenêutico/interpretativa (Karsent - Savoie-Zajc, 2000; Alves-Mazotti, 2001; Demo, 1995). E também observação não participada, aliada à coleta de dados bibliográficos.

Acentuando que essa metodologia recorre ao instrumento que recolhe o sentido do discurso e o interpreta de acordo com o que lhe é passado e conhecido, permitindo discernir os significados dos depoimentos (Bleicher, 1992) e (Ricoeur, 1990). Sendo assim, lembramos que foram escolhidos através da amostragem probabilística não intencional, representantes de algumas categorias econômicas, como pescadores, cabaneiros e feirantes, por se encontrarem desenvolvendo suas atividades profissionais no cenário investigado (Brandão, 1998).

Neste sentido foram desenvolvidas análises dos dados coletados apresentando resultados e discussões da realidade empírica confrontados com as idéias de autores citados ao longo deste trabalho ou que tenham contribuições necessárias neste momento.

Resultados e Discussão

No decorrer das pesquisas para este artigo, observou-se que os resultados apontaram para uma primeira imagem que antecede a atividade turística, segundo os pescadores, cabaneiros e feirantes. Assim, até os últimos vinte anos do século passado, o espaço da Baía de Camamu era caracterizado pela atividade econômica ligada a exploração do cacau, seguido da produção do pescado que era comercializado no mercado interno. Por outro lado, além dado espaço econômico, ela também era um espaço de lazer exclusivamente dos moradores locais. Por essas razões, infere-se que essa comunidade se definia pelo aporte econômico advindo do cacau, incidindo diretamente no fortalecimento do comércio local, refletindo, por sua vez, na sua prosperidade. Resumindo, depreende-se um grupo social amalgamado pelo aspecto da solidariedade, sem grandes conflitos econômicos, sociais e existenciais.

Com relação a caracterização da Baía de Camamu após a inserção da atividade do turismo, sob o olhar dos pescadores, cabaneiros e feirantes, observa-se que a região é definida como um espaço mais populoso verificando-se que nesta fase de implementação e desenvolvimento do turismo percebe-se um aumento na oferta de empregos, tanto fixos quanto temporários.

193

Assim, eles definem um espaço que se encontra sob um processo de reorganização, onde se encontra um aporte maior de pessoas, tanto em circulação pela Baía de Camamu durante o período do ano denominado alta estação, quanto em relação às pessoas que aí se fixaram como residentes.

Perguntados sobre os impactos ambientais em função do turismo, todos afirmam que houve impactos ambientais negativos, pois, houve depreciação dos manguezais e das matas, bem como escassez do pescado a exemplo dos peixes, mariscos e crustáceos.

Essa análise permite inferir que um conjunto de elementos contribuiu para a depreciação ambiental. Além dos impactos negativos do turismo outros fatores como a pesca com rede de malhas pequenas, a utilização de bombas para a pesca de peixes, configurando a ocorrência comum da pesca predatória e a exploração dos minérios existentes na Baía são responsáveis pela referida depreciação. Vale ressaltar que as empresas que exploram minerais na Baía de Camamu, como Norberto Odebrecht, El Paso, Star Oil e outras atuam neste espaço há muito tempo

e propiciam em contrapartida para a comunidade local algumas ações em termos de promoção de cursos (carcinocultura, artesanato, etc.) manutenção de escolas e preservação em algumas áreas, como é o caso da Michelin da Bahia, que cultiva e explora seringais para produção de pneus e vem mantendo um museu natural, em uma área de dezesseis mil hectares onde existem várias representações de recursos hídricos, além da rica fauna e flora.

Observou-se também que cem por cento (100%) dos entrevistados abordaram a questão da escassez dos frutos do mar, em função da depreciação ambiental e citam que os locais mais depreciados são aqueles que recebem maior número de visitantes na alta estação, tornando-se por esta razão foco de desgaste natural originado pela ocorrência de edificações urbanas, uma vez que para este locais afluem em grande número, tanto turistas quanto pessoas de outras localidades que passam a fixar residência para explorar a atividade turística ou para ser apenas morador do espaço.

Neste sentido inferiu-se que ocorre um desconforto para o habitante local que vê seu espaço tomado, seus hábitos modificados, porque passa a disputar serviços que contemplavam um determinado número de pessoas, e que na maioria das vezes não são otimizados em função das necessidades criadas pela exploração do turismo.

194

Outra situação recorrente refere-se ao deslocamento do habitante local, que opta por se desfazer de propriedades costeiras, em função dos preços alterados pela exploração da atividade turística, passando a morar em áreas cada vez mais distantes. Ou mesmo, até saindo do lugar e se estabelecendo em outras regiões, por sentir que o seu lugar não é mais o mesmo: Afirmar estas, que para (Tuan, 1998) são derivadas da realidade que circunda estes habitantes locais na percepção das alterações no ambiente que lhes inspiram respeito ou prometem sustento e satisfação dos seus objetivos., lembrando que encontra-se explicitada a questão da afetividade com o espaço vivido em relação às experiências que afetam não só o espaço geográfico, mas também a vida dos sujeitos.

Foram desenvolvidas análises dos dados coletados apresentando resultados e discussões da realidade empírica confrontados com as idéias de autores citados ao longo deste trabalho ou que tenham contribuições necessárias neste momento.

Os resultados apontam que o lugar turístico é também um lugar de vivência, onde os laços topofílicos são reforçados a partir da experiência dos sujeitos com o

seu espaço de vida. Logo, fazendo uma relação entre espaço natural e espaço vivido e apropriado pela atividade turística, acreditamos que a depreciação ambiental falada por eles, tem sua raiz na intensa movimentação de pessoas, principalmente na alta estação, devido aos diversos atrativos naturais e culturais, contribuindo assim em vários impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais (Castro, 2002).

Assim, muitas vezes a comunidade local é excluída e assiste a transformação do seu patrimônio nas mãos do turista e visitante que se apropria do seu espaço de vida. Com relação à apropriação e transformação desse espaço em espaço turístico, (Certeau, 1994), afirma que o espaço controlado perde seu conteúdo, na medida em que cria um *voyeur*, ou seja, o turista é um mero espectador. Em resumo, o turismo na visão de (Ferrara, 2002: 21) “faz do espaço um objeto quando o enfrenta na visibilidade comercial do pacote, dos roteiros, das passagens, bilhetes e roteiros”.

Para os atores sociais integrantes desta pesquisa, a Baía de Camamu, é apresentada como seu lugar, cujo conceito prevê experiência, sentimentos, valores e significações que no entender de (Merleau-Ponty, 1999) a ação de escutar e promover a valorização desta percepção dota de compreensão os gestos, as preferências e singularidades as relações que aí são travadas. E com relação às atividades desenvolvidas pelos habitantes locais no entorno da Baía com relação à utilização dos seus recursos, tem o seu entendimento se encontra atrelado à constatação de que estas atividades são decorrentes de suas necessidades básicas, como pescar peixes e mariscos, coletar cocos e mangas, explorar piaçava, dendê, que, no entanto, não incidem na depreciação ambiental.

Assim, nesse contexto evidencia-se a relação dos impactos socioculturais com a questão da identidade cultural local, percebendo-se como as transformações na localidade vêm deslocando as referências identitárias, acentuando que estas têm passado por transformações que vêm esvaziando os aspectos tradicionais e incorporando elementos contemporâneos (HALL, 2001). Argumentando sobre deslocamentos nas identidades culturais, esse autor aborda a questão na medida em que as culturas tornam-se mais expostas a influências externas através de infiltração cultural que ocorre nas diversas comunidades, afirmando ser difícil conservar a identidade cultural intacta, exemplificando.

Neste caso, buscamos a idéia de Canclini (2006), sobre o processo de hibridação cultural, quando ocorre a perda de elementos característicos de uma

identidade, ao tempo em que outros elementos são absorvidos nas relações sociais desenvolvidas entre integrantes de comunidade emissoras e receptoras. Observando-se que a função da cultura seria de controlar e ordenar comportamentos, (GEERTZ, 1989) explica que a cultura não podendo ser interpretada como complexo de padrões concretos de comportamentos, há que se pensar em relações sociais que se organizam com imbricamento de usos, costumes, regras, planos e instruções que são vividos e absorvidos no cotidiano das sociedades.

Observa-se aqui que, o aspecto cultural está engendrado no processo turístico. As pessoas quando se deslocam levam consigo uma “bagagem” cultural própria, singular e subjetiva. Nessa mobilidade os contatos culturais são constantes e dos mais diversos, sendo a essência o fenômeno turístico. Buscando um conceito de cultura, pode-se afirmar que ela é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Sendo dinâmica, no seu processo de produção pelo homem, se vale das mais variadas formas de expressão humana, se organizando no cotidiano e nas práticas sociais (TRIGO, 2000; THOMPSON, 1991).

Laraia (2004, p. 96) destaca o caráter dinâmico da cultura e chama atenção para os dois tipos de mudanças culturais, “uma que é interna, resultante do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro” O autor acrescenta que é muito difícil imaginar um sistema cultural que seja afetado apenas pelas transformações internas ao grupo, por isso, os trabalhos dos antropólogos dão uma atenção distinta às influências externas ao grupo social. Logo, quando esta cultura importada passa a predominar, a cultura local perde o seu valor, causando verdadeiros conflitos entre a população local que não consegue se adequar aos novos costumes.

Esta relação tem provocado, também, uma acentuada exclusão social da população, bem como afluência de outros modos de vida, reforçada por outras atividades ocupacionais, como também desemprego, uma vez que existem serviços que demandam uma mão de obra qualificada.

Segundo os estudos de Becker (1998) e Coriolano (2006) quando tratam do turismo nas áreas costeiras, afirmam que essas agrupam atrativos típicos de lugares turísticos litorâneos em função das potencialidades naturais. Nessa afirmação insere-se a Baía de Camamu, que teve o turismo como atividade econômica que veio depois da cacauicultura, trazendo impactos mais negativos que positivos, como:

aumento do contingente populacional na Baía e nos municípios do seu entorno, grande número de construções de pousadas, hotéis e casas de habitação no veraneio, desmatamento, encarecimento dos preços tanto de alimentos quanto de terras e casas, que levam a uma reflexão sobre o planejamento sustentável no turismo.

Na avaliação deste quadro de carências e alterações, percebe-se que se projeta um processo de ressignificação nos vários aspectos da vida da comunidade da Baía de Camamu, levantando-se, para o seu entendimento, várias questões que devem ser trabalhadas na interface do turismo, uma vez que para (YÁZIGI,1998) a falta de planejamento na exploração da atividade turística amplia a ocorrências de impactos negativos que poderiam ser minimizados com a adoção de políticas adequadas pelas entidades oficiais e privadas, ajustando , portanto questões socioculturais e ambientais.

Considerando que no âmbito do turismo a natureza tem o significado de capital, cuja reserva de valores (água, metais, biodiversidade) é utilizada tanto através de tecnologias avançadas, tanto pela venda da própria natureza como mercadoria da atividade turística, principalmente nas zonas costeiras, o valor destas áreas é visto através da articulação terra-mar, pelos recursos bióticos e pela rica biodiversidade. Verificando-se a necessidade de se pensar em políticas de planejamento para evitar que a atividade do turismo continue se desenvolvendo de forma desordenada.

Atentando-se para o fato de que é de fundamental importância que a política governamental esteja vinculada à gestão da atividade do turismo, contando com a participação de representações locais e regionais, como de iniciativa privada e da sociedade civil acentua-se a necessidade da utilização do planejamento estratégico que, apoiando-se na participação social, venha elaborar políticas que contemplem equidade e sustentabilidade, modelo este que possibilita superar ao longo do tempo problemas como a exclusão social e a pobreza nas áreas periféricas.

Para Dias (2003), a elaboração de políticas de planejamento deve levar em consideração que as necessidades dos segmentos atrelados à atividade do turismo devem ser priorizadas, uma vez que todos eles devem se encontrar integrados para a socialização dos resultados cujos efeitos implicam em conseqüências tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades diretamente envolvidas no processo de articulação da atividade do turismo.

Os impactos sofridos pelos ecossistemas litorâneos são classificados por Dias (2003) em três tipos, que se encontram caracterizados neste trabalho, como descrito a seguir: ocupação desordenada que se verifica quando o turismo se apropria do solo ocorrendo grande crescimento urbano; uso intenso dos recursos naturais ocasionando depreciação destes que consistem na base estrutural da atividade do turismo; e contaminação dos espaços através dos resíduos não recicláveis, tanto por suas características físicas (plásticos, latas e derivados) quanto por intensidade de lançamentos a exemplo de esgotos.

Esses aspectos negativos citados, advindos através da exploração da atividade do turismo, referem-se às questões de grande urbanização nas áreas receptoras, aumento dos resíduos que modificam a paisagem e o meio ambiente, o aumento de pessoas nas zonas rurais provocando a fuga da fauna silvestre e influenciando em sua capacidade de reprodução e proliferação da infra-estrutura e construções.

Portanto, entendendo que os lugares turísticos são apropriados de forma estratégica a partir da lógica do capital, com uma função mercadológica, passam a ser um lugar do espetáculo para os visitantes e o lugar das resistências para os integrantes da comunidade, pois a seleção dos lugares e pessoas desencadeia uma série de tensões, cuja teia está imbricada nas dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais.

198

Considerações finais

Considerando que a dimensão que temos de um espaço varia conforme o nosso grau de percepção e afetividade, neste contexto verifica-se que a Baía de Camamu, para seus habitantes locais é o espaço do cotidiano e da experiência direta que se encontra repleto de mitos, símbolos e sentimentos de acordo com a realidade de cada um.

Ressaltando-se que os resultados sobre a percepção da Baía de Camamu e sua Comunidade pelos pescadores, cabaneiros e feirantes, antes da inserção da atividade turística, indicam que utilizavam o mar como base para as suas atividades ocupacionais e afirmaram que se sentiam donos do seu espaço, onde se observava que não havia um processo de poluição responsável pela depreciação do meio ambiente através da constatação da falta do pescado e de elementos da flora da

referida Baía. E que após a inserção do turismo esta situação foi modificada, notando-se a inversão do que havia anteriormente com relação aos recursos, empregos, meio ambiente, enfim sua vivência.

Após avaliação dos resultados da pesquisa realizada, considera-se adequado informar aos representantes do poder público da Zona Turística da Costa do Dendê sobre as sugestões e recomendações decorrentes da percepção dos atores sociais desta pesquisa. Assim, é possível que seus gestores verifiquem a necessidade de adoção de critérios de um planejamento participativo capaz de direcionar ações para certa sustentabilidade da atividade turística, prevendo mecanismos que resultem em impactos positivos para a comunidade local.

Partindo-se do princípio de que a possibilidade de inexistirem impactos no modelo relacional turista e meio ambiente é nula, há que se construírem formas de minimizar os impactos negativos, através de projetos que contemplem sustentabilidade dos recursos naturais. A adoção de planejamento para a atividade turística deve ter aplicabilidade como processo racional e participativo, no sentido de se evitar medidas que não correspondam às exigências das realidades locais, objetivando a integração dos vários interesses que permeiam a atividade do turismo, uma vez que existem novas formas de organização do turismo que são adaptadas aos interesses das comunidades locais com negócios turísticos voltados à geração de trabalho com melhor distribuição dos resultados do trabalho social, fazendo valer os valores comunitários.

199

Que sejam firmadas parcerias com empresas públicas e privadas para a exploração da atividade turística, desde quando sejam apresentados de projetos e programas que prevejam ações para a preservação do meio ambiente conservando a biodiversidade local.

Neste universo de necessidades recomendam-se aos representantes do poder público, medidas que possam contribuir para melhorar a infra-estrutura nestes espaços, através de projetos com planejamento adequado, que atendam as necessidades primárias dos turistas e que valorizem o espaço organizado para a exploração da atividade do turismo, de modo a promover um turismo sustentável, com a participação da comunidade receptora no sentido de que esta seja valorizada e inserida no processo de desenvolvimento desta atividade econômica.

Logo, frente à disputa do habitante local com o turista, especialmente, na alta estação, se faz necessária ampliação de atendimentos na área da saúde,

saneamento básico, existência de salva vidas, sinalização na área costeira e nos acessos a vários espaços, regularização do abastecimento de água, organização do sistema de energia elétrica e segurança.

No âmbito social, cultural, ambiental e econômico as parcerias podem alavancar um turismo que atenda de maneira mais significativa a relação entre turista e comunidade local. Para tal, após a análise dos resultados desta pesquisa, indica-se particularmente para Baía de Camamu, algumas ações:

1) criação de cooperativas a fim de ampliar atividades artesanais, visto que a flora oferece espécimes de palmeiras nativas e em abundância, que poderão oferecer matéria prima, como também o aproveitamento dos frutos produzidos na região para transformação em polpa, geléias e doces.

2) capacitação de mão de obra local, através de parceria público/privado, via convênios que possam ser desenvolvidos entre as prefeituras e BAHIA TURSA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, Ministério do Turismo do Brasil, SENAC, SEBRAE e a UESC;

3) Uso da legislação municipal para proteger o patrimônio cultural (histórico e natural);

4) Criação de um Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente;

5) Manutenção da cultura local, através de programas de educação patrimonial, que permita o resgate das tradições e valores culturais;

6) Elaboração de calendário cultural oficial dos municípios.

Visto que a ressignificação do espaço da Baía de Camamu é uma imagem construída pelos pescadores, cabaneiros e feirantes - categorias ocupacionais que emergem como as predominantes nessa zona turística, aquela da Costa do Dendê – entende-se que ela se dá a partir das experiências vividas por esses atores sociais no seu espaço de vida, que é percebido e concebido numa estrutura social e espacial. Essa estrutura, tecida pelas novas funcionalidades territoriais são intensificadas pela substituição de formas de relações de produção tradicionais, por aquelas que venham, mesmo de maneira subjetiva, atender as necessidades da comunidade receptora, nesse caso referindo-se a atividade turística. Nesse, sentido, recomenda-se que o lugar turístico, aqui também se reorganize para adoção de práticas que tragam socialização nos resultados da atividade econômica que se apresenta.

Sob este ângulo o planejamento participativo para buscar um turismo de base local, pode recuperar o poder da sociedade, levando o cidadão a participar dessas estratégias de ação para a organização sustentável da atividade turística, preservando a identidade ambiental e sociocultural da comunidade local, posto que, o turismo sustentável envolve compreensão dos impactos, geração de empregos locais, melhoria da vida das comunidades envolvidas, desde que os métodos da gestão estratégica se aproximem de processos de sustentabilidade social, econômico, ambiental e cultural.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira. 2001.

BECKER, K. B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura** 3 ed. São Paulo: Hucitec. 1998.

BLEICHER, J. . **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, Publicado originalmente como: Contemporary hermeneutics as methods philosophy and critiques. Routledge e Kegan Paul. London. 1992.

201

BOMFIM, N. R. **Noção social do território**: Em busca de um conceito didático em Geografia..A territorialidade. Ilhéus: Editus. 2000.

BOMFIM, N. R. Uma perspectiva educacional da relação entre cultura e ambiente. In: 2006 ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UNICSUL, PP.18-26 2ed. São Paulo. Anais... São Paulo: UNICSUL. 2006.

BRANDÃO, M. A. **Recôncavo da Bahia – Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado. 1998.

CANCLINI, G. N. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana R. Lessa & Heloísa P. Cintrão. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas. 2000.

CERTEAU, M. **Artes de fazer**: a invenção do cotidiano. 16 ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Editora Vozes. 1994.

CORIOLOANO, L. N. M. T; SILVA, S. C. B. M; CONCEIÇÃO, H. R. da. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Editora UECÉ. 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas. 1995.

DENCKER, A. de F. **Métodos e técnicas da pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura. 2004

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas. 2003

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas. 2003

FERRARA, L. D'A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec.2002

FILHO F. D. A. .Impactos ambientais e gestão ambiental: comentários para debate. **Ciência Geográfica**, v.1,n15 (pp.11-24) Bauru.2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução de Lucarini J. 3ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução de .Thomaz T. Silva & Guacira L. Louro.3 ed. Rio de Janeiro: DF&A. 2001.

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70. 1986.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 17 ed.2004..

MERLEAU-PONTY. M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes.1999.

MOESCH, M. A produção do saber turístico. p.9 2ed.São Paulo.Contexto. 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann. 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Madrid: OMT. 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introducción al turismo**. Madrid: OMT.1998.

RICOEUR, P.**Interpretações e ideologias**.Tradução Hilton Japiassu. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1990.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, p.43 1996.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec.1986.

SAVOIE-ZAJC L.; KARSENT, T. **Introduction à la recherché en education**. Quebec -. 2ed.Editions du CRP. 2001.

THOMPSON, E. P **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. Campinas:Ed. Papirus.2000.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente.Trad. Livia de Oliveira.5ed.São Paulo.Difel. 1999.

YÁZIGI, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. (Org.).**Turismo, espaço, paisagem e cultura** 3 ed. São Paulo: Hucitec.1998.

TURISMO, PORTO-SUL E ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS DO POVOADO LOCAL DA PONTA DA TULHA-BAHIA

Natanel Reis Bomfim⁶⁹
Ivan Rêgo Aragão⁷⁰
Beijanine da Cunha Abadia⁷¹
Elyne Colares Almeida⁷²

RESUMO

Esse artigo busca, através da reflexão teórico-prática, perceber os aspectos sociais e ambientais do povoado local da Ponta da Tulha, distrito de Aritaguá, Costa do Cacau, litoral norte de Ilhéus-Bahia, relacionado à construção do Porto-Sul. Bem como, analisar as diferenças e semelhanças nos discursos da sociedade civil, ONG's e órgãos do governo, interessados ou contrários à implementação do complexo intermodal. Para tanto, a pesquisa foi do tipo exploratória que constituiu na coleta de dados bibliográficos e documentais, também de campo através da observação *in loco*, utilização de questionário e entrevista informal com os moradores. Ao final do estudo, foi possível confrontar as informações oficiais com a percepção dos moradores diante do processo de implantação do Porto Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de base comunitária; planejamento sustentável; Porto-Sul; Ponta da Tulha.

ABSTRACT

This article aims, through the reflexion practical-theoretical, perceive the social and environmental aspects of the local people of Ponta da Tulha, district Aritaguá, Cocoa Coast, north coast of Ilhéus-Bahia, related to construction of the Porto Sul. As well as, to evaluate the differences and similarities in the speeches of the civil society, NGOs and government organs, interested or contrary to the implementation of complex intermodal. For both, the research was exploratory, which consisted of the collection of bibliographic and documentary, also through on-site observation, use of questionnaire and informal interviews with residents. At the end of the study, it was possible to confront the official information with the perception of residents before the implementation process of the Porto Sul.

KEYWORDS: Community-based tourism; sustainable planning; Porto Sul; Ponta da Tulha.

Introdução

⁶⁹ Doutor em Educação Geográfica pela Universidade do Quebec em Montreal – Canadá; Professor Adjunto de Cartografia e Planejamento Sustentável do Turismo, pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações Sócio culturais, natanaelreis@uol.com.br.

⁷⁰ Mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES. ivan_culturaeturismo@hotmail.com

⁷¹ Mestranda em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Professora do Curso de Turismo da Estácio/Faculdade de Sergipe. beijanine@yahoo.com.br.

⁷² Mestranda em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. elynesol@hotmail.com.

Historicamente, o Brasil é um país que tem como maior densidade populacional a região litorânea em detrimento do interior. Em grande parte dessas áreas se concentram os centros urbanos, detentores da produção de bens, tais como indústrias, refinarias, portos, dentre outros. Na última década intensificou-se no litoral brasileiro, a construção de complexos turísticos e condomínios de segunda residência, tornando a área marítima lugar de descanso e enriquecimento cultural.

Em contrapartida, nos quase 11.000 km de área litorânea,⁷³ é possível perceber que também faz parte da paisagem, inúmeros povoados de pequeno porte. Lugares muitas vezes, que conservam o modo de vida simples, baseado no hábito, crença e valores da comunidade local, relacionado à atividade de praia, como a pesca e extração de produtos no ecossistema de manguezal. Nesse contexto, esses locais possuem potencial para se trabalhar o turismo de “sol e praia” pelo expressivo patrimônio natural que possuem.

Mas o que se percebe é que, mesmo tendo uma paisagem própria para se desenvolver a atividade turística, essas comunidades em sua grande maioria, carecem de políticas públicas voltadas para a população local, tais como transportes, água encanada, rede de esgoto e saneamento básico, visto que, ficam a mercê de ações que privilegiam o interesse de poucos, sacrificando sobremaneira o bem-estar social coletivo. Como consequência desse fato e buscando alternativas de sobrevivência, vêem-se os jovens se afastarem das atividades que dão sentido e identificam a comunidade.

Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de perceber os aspectos sociais e ambientais do povoado da Ponta da Tulha. Como também, analisar as diferenças e semelhanças nos discursos dos atores sociais interessados ou contrários a implementação do Porto-Sul. A saber: morador, poder público, sociedade civil e entidade de organização não governamental.

O estudo teve o aporte dos conceitos de segmentação, sustentabilidade, planejamento e políticas públicas. Refletindo sobre os impactos sócioambientais que irão encadear no modo de vida, crenças, valores, hábitos e costumes em relação à identidade dos diversos grupos sociais, após a construção do Porto Sul. Dessa forma se buscou dialogar com os autores, no campo teórico, acerca dos temas

⁷³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

acima citados, procurando alinhar teoria e prática para entender os discursos dos quatro atores sociais elegidos na pesquisa, visto que, a localidade foi escolhida para receber o complexo intermodal ⁷⁴ Porto-Sul.

Um projeto arrojado de infraestrutura portuária que possivelmente trará alguns benefícios para o povoado em questão, mas que se não for planejado para médio e longo prazo, com políticas que incluam um diálogo horizontal, onde a comunidade tenha voz, é quase certo que a região sofra com mais desgaste e exploração turística, econômica, ambiental, dentre outras.

A partir dessas reflexões surgem algumas questões: o complexo Porto-Sul é a solução para o desenvolvimento da região da Ponta da Tulha? A população do povoado foi ouvida sobre a implantação do complexo intermodal? A comunidade concorda com a construção desse complexo? Para isso foi desenvolvida uma pesquisa do tipo exploratória e de campo. Inicialmente foram feitas leituras em documentos governamentais, como projetos de lei e relatórios, e também em textos acadêmicos tais como, dissertações e artigos sobre o povoado da Ponta da Tulha e Costa do Cacau. Em seguida, foram feitas visitas *in loco* nos dias 21 e 24 de agosto de 2010, para a observação direta, coleta dos dados através de entrevista informal e aplicação de questionários com os moradores. 205

Os questionários aplicados foram semi-estruturados, com perguntas fechadas e semi-abertas. A análise das respostas dos questionários foi através de métodos quantitativo e qualitativo. Para tentar apreender a realidade local do objeto de estudo, a metodologia utilizada procurou adotar um pensamento crítico e ao mesmo tempo imparcial, confrontando todos os atores sociais que são a favor ou contra a construção do Porto Sul. Pondo em evidência os discursos publicados tanto nos documentos oficiais, em *web sites*, como também, na pesquisa de campo. Por entender que somente a pesquisa quantitativa não iria dar conta da compreensão do processo da realidade do povoado da Ponta da Tulha, o grupo adotou um pensamento crítico com base na pesquisa qualitativa e quantitativa.

Turismo de “sol e praia” na Ponta da Tulha e o Porto Sul

⁷⁴ Termo referente aos vários modais de transportes interligados. Especificamente neste caso, marítimo, ferroviário e aéreo.

A maior parte da população brasileira se encontra vivendo a menos de 100 Km do litoral. Além das maiores capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, se encontram também nessa faixa de terra, inúmeros povoados e comunidades que vivem dos recursos que o mar oferece. Este fato, por si só, colabora para o país desenvolver as atividades turísticas relacionadas à região da zona costeira, com destaque para a segmentação turística denominada de “sol e praia”. Somado a isso, tem-se um território nacional com uma grande extensão litorânea e um clima tropical com altas temperaturas anuais, favorecendo sobremaneira, essa forma de turismo. Nesse contexto, é notório o desenvolvimento do turismo na região marítima, o chamado turismo de “sol e praia”.

O litoral se caracteriza por apresentar grande diversidade de objetos geográficos, tais como, complexo campo de dunas móveis e fixas, lagoas inter-dunares, lagunas, mangues, constituindo-se forte atrativo. Essa diversidade de paisagem associada a outros fatores políticos e econômicos vêm atraindo grande número de investimentos e empreendimentos, sobretudo turísticos, que se apropriam da natureza, especulam a terra e instalam equipamentos (SOUZA NETO ET AL, 2008, p. 6).

206

Segundo Silva (2004), no início do século XX, obras urbanas melhoraram o aspecto e o ambiente das cidades litorâneas e a estada à beira-mar tornou-se muito popular. Nesta fase, as praias distantes das grandes cidades que permaneciam isoladas, passaram a ser mais acessíveis. A partir da década de 1960, com as grandes obras viárias e a popularização do automóvel a realidade foi sendo modificada e novas cidades foram incorporadas aos roteiros turísticos. Está “fuga” das grandes cidades caracterizou estas praias com o turismo de fim de semana. Este movimento foi o responsável pelo surgimento das segundas residências por volta da década de 1970.

Com o passar do tempo o crescimento desorganizado destas cidades e das segundas residências começaram a mostrar os seus aspectos negativos. Esta realidade vem modificando a cada dia o litoral, degradando o ambiente costeiro e como consequência, modifica as condições de vida da população local. Um exemplo é a forma de sobrevivência dos moradores do litoral de Ilhéus, que antes praticavam exclusivamente o extrativismo de mariscos e pesca e com o surgimento da

urbanização foram sendo absorvidos por outras atividades de serviços, como pedreiros, serventes, caseiros e empregados domésticos das residências secundárias.

A paisagem destas praias está sendo modificada em função dos interesses econômicos imediatistas e aos poucos estão se tornando paisagens turísticas, cenários construídos. À medida que vão ocorrendo mudanças no cenário natural, ocorrem conseqüentes mudanças no cenário sócio-cultural. Nesse sentido, segundo Silva (2004, p. 27):

As paisagens são testemunhos visuais de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente e que, quando identificados e apropriados pelo viajante, despertam um renovado interesse no local visitado e contribuem para estabelecer uma valorização qualitativa [...].

O turismo de “sol e praia” é uma das atividades turísticas que privilegia as elevadas temperaturas e os períodos de verão em países tropicais do hemisfério sul. Seguindo uma tendência mundial, no Brasil, o Ministério do Turismo tem trabalhado com a segmentação da atividade como forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Para Vaz (2001, p. 80), a segmentação turística nada mais é do que “[...] a divisão do público em agrupamentos homogêneos, com uma ou mais referências mercadologicamente relevantes”. No entanto, de um modo geral, segundo o MTur (2008), o turismo de ‘sol e praia’ é muitas vezes sazonal e massivo no litoral, o que explica as usuais deficiências de infraestrutura urbana e de serviços, contribuindo para perda de qualidade ambiental e o enfraquecimento de destinos turísticos significativos para a geração de renda e emprego.

A Ponta da Tulha é uma região que faz parte do roteiro turístico definido pelo PRT ⁷⁵ denominado Costa do Cacau, na região sul da Bahia, distrito de Aritaguá, litoral norte de Ilhéus (figura 1). Inserido na região e localizado na praia, encontra-se o povoado com o mesmo nome. De acordo com Amorim e Martins (2003, p. 19), “a área pesquisada [...] é integrante do município de Ilhéus e localizado no setor norte deste município, paralelo à rodovia BA-001, que liga o município de Ilhéus ao município de Itacaré”. Segundo os dados do IBGE (2000) apud Sena e Queiroz (2006), a Ponta da Tulha tinha uma população de 1000 habitantes, com

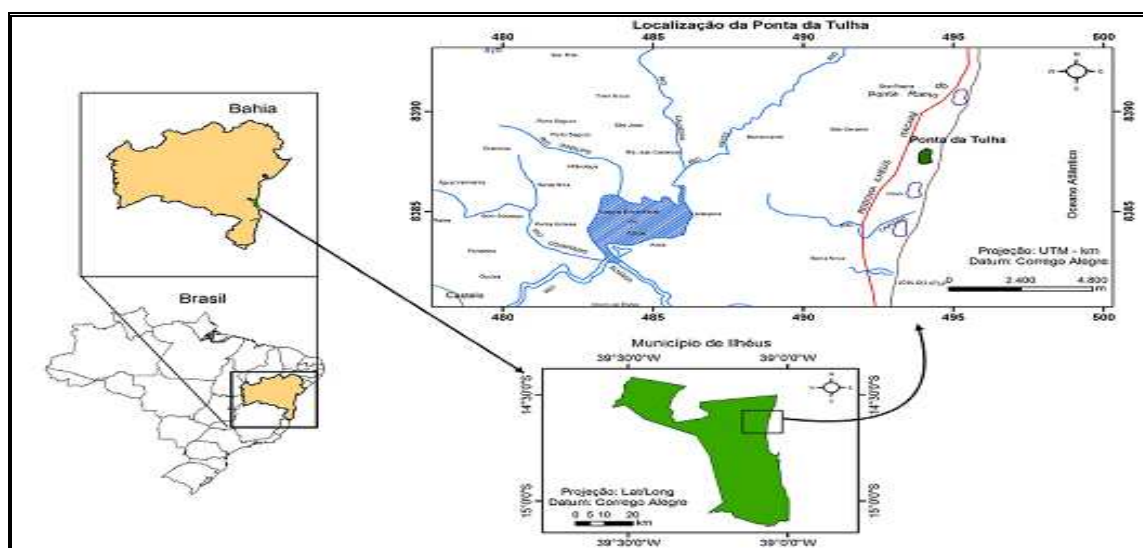
⁷⁵ Programa Regional do Turismo.

aproximadamente 500 habitações, onde 200 destas eram de moradores locais. Atualmente, em entrevista informal, foi citado por um dos pesquisados que o povoado tem aproximadamente 500 moradores.

Ainda segundo Amorim e Martins (2003), a localidade da Ponta da Tulha é uma antiga colônia de pescadores que existe aproximadamente há 80 anos.

Com o passar do tempo após a construção da ponte do São Miguel, apesar do difícil acesso, a Ponta da Tulha começou a receber turistas e muitas pessoas foram morar lá, porque a localidade apresentava características paradisíacas. Ponta da Tulha tornou-se ponto turístico atraindo turistas de diversas partes do Estado da Bahia e também de outros Estados [...] (AMORIM E MARTINS, 2003, p. 20).

FIGURA 1 – MAPA DA PONTA DA TULHA – ILHÉUS (BA)



FONTE: CEDIC APUD SENA, 2007

Atualmente, de acordo com o Plano de Ordenamento Costeiro,⁷⁶ a Ponta da Tulha tem o seguinte perfil quanto ao desenvolvimento turístico:

- Está inserida na Zona Turística da Costa do Cacau em desenvolvimento;
- Região em processo contínuo de implantação de equipamentos hoteleiros;
- Ilhéus como portal turístico e a BA-001 como via costeira turística do Estado;
- Perspectivas de construção do novo aeroporto, consolidando Ilhéus como portal turístico;

⁷⁶ Ver o documento denominado “Alternativas Locacionais para Implantação do Complexo Porto Sul na Região De Ilhéus, Bahia”.

- Região homogênea, com mix de áreas urbanas e áreas naturais do Litoral Norte.

O Complexo Intermodal Porto Sul está previsto para ser construído na região da Ponta da Tulha, tendo como principal função o escoamento através da ferrovia de integração oeste-leste, de minérios e produtos agrícolas da região Nordeste e Norte do Brasil o seu projeto é polêmico.

Alguns especialistas e ONG's vêm com descrédito a implantação do complexo modal. Em depoimento a ONG "Ação Ilhéus", o professor do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da UESC, Rui Babosa da Rocha a construção do Porto Sul é um "projeto obscuro". Para ele, "[...] o projeto despreza áreas protegidas criadas pelo mesmo Estado da Bahia, investimentos públicos e privados em turismo estimulados durante mais de uma década e opta por um porto privado em detrimento do porto público existente em Ilhéus".⁷⁷ Essa ONG aponta uma série de fatores negativos sobre a implementação do complexo intermodal Porto Sul. Por exemplo: "do ponto de vista econômico, inviabilizará a continuidade do desenvolvimento do turismo na região, por ser agressivo ao seu principal atrativo: a natureza. Também será prejudicial à pesca porque afetará o meio ambiente marinho e a navegação na costa de Ilhéus. Do ponto de vista social:

209

[...] uma obra deste porte gera crescimento desordenado, devido à atração de mão-de-obra pouco qualificada de outras regiões, que permanece no local após o término das obras. Assim, é uma séria ameaça às comunidades e empresas da área do entorno do projeto. Resultados de obras similares mostram que os indicadores de saúde, segurança, educação e poluição são prejudicados devido ao crescimento desordenado. Além disso, apresenta séria ameaça à oferta de água para os municípios da região (AÇÃO ILHÉUS 2010, p. 3).

No que diz respeito ao impacto ambiental, para a mesma, a construção do complexo modal Porto Sul afetará sobremaneira a Mata Atlântica, "um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo". Vale lembrar que a Mata Atlântica é uma reserva de mata tombada como Biosfera da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Nesse contexto, o Porto Sul, [...] "representa um desastre ecológico, pois metade da área afetada é

⁷⁷ Disponível em: <<http://acaoilheus.org/artigos>>. Acesso em: 03.09.10.

atualmente ocupada por regiões de floresta em avançado estado de regeneração. Além disso, poderá acarretar danos ao meio ambiente marinho”.

Estes são alguns dos fatores que nos leva à seguintes questões: A construção do Porto sul será viável? A sua implementação será sustentável para uma parte dos setores e sua população, no tocante a natureza, cultura, economia, sociedade e turismo? Trará desenvolvimento para a maioria dos os atores sociais envolvidos direta e indiretamente? No projeto conceitual está previsto para o complexo possuir além do porto, um terminal ferroviário, centro de pesca e aeroporto. Planejado para ser implementado entre Ilhéus, Itacaré e Serra Grande, abrangendo, portanto, a localidade selecionada para estudo (Ponta da Tulha).

Dentro de uma perspectiva de melhoria de vida com a implantação do Porto Sul, versa sobre um processo dialético, onde a população quase sempre é subestimada e brigada a se “enquadrar”, aceitando as decisões dos empresários por falta de alternativa, o que pode acarretar na perda da identidade local. Dessa forma a necessidade de planejamento com olhar na comunidade é extremamente necessário. Nos estudos de Bomfim (2009 p.131), é dito que “todo planejamento é uma ferramenta de poder significativo. Quando se escolhe uma das alternativas de diversos cenários futuros, a decisão é sobre aquela que mais interessa ao planejador ou grupo social ao qual pertence”. Nesse sentido, seguem as reflexões à respeito da problemática. ²¹⁰

Resultado e análise do trabalho de campo

Dentro da amostra de cinquenta e cinco questionários aplicados, se contemplou algumas questões, possibilitando mapear o perfil socioeconômico e cultural da população autóctone. Por se tratar de um recorte do trabalho em grupo que teve maior abrangência, esse presente artigo trata de analisar somente 10 questões. Perguntas feitas *in loco* e que foram direcionadas para a construção do complexo modal Porto Sul e o Turismo.

Em conversa informal, se percebeu durante a pesquisa de campo, que os entrevistados relataram que a gestão municipal não investia em infraestrutura, devido aos moradores em sua maioria, serem procedentes de outras localidades. O

resultado dos questionários aplicados mostra que essa justificativa não condiz com a realidade, visto que a maior parte dos moradores da ponta da Tulha são nascidos no próprio município de Ilhéus (58%), contra 13% de Itabuna e 29% de outras localidades, contrapondo com a idéia de ser uma área de segunda residência, com moradores provindos de outras regiões brasileiras, sem afinidade com a cultura e o cotidiano local.

Na pergunta direcionada sobre a importância do turismo para a localidade, quase metade da amostra pesquisada (45%) diz achar o turismo uma atividade importante para o local. Para 42%, o turismo é muito importante, 7% acha a atividade sem importância e 6% pouco importante.

A importância da atividade turística na localidade foi indagada aos entrevistados, que concluíram concordar que o turismo vem a ser uma atividade importante, questionado o motivo da resposta afirmativa, a maior parte dos entrevistados respondeu que o turismo gera emprego e renda para a localidade

Quando perguntados sobre o motivo pelo qual as pessoas vão até a Ponta da Tulha, a maior parte dos entrevistados respondeu que a praia é o maior fator de atração dos visitantes, possivelmente por não saberem o significado de segunda residência (mesmo sendo explicado durante a pergunta), onde se insere também o motivador interesse pelo sol e praia, família e descanso. ²¹¹

Sobre o nível de hospitalidade na Ponta da Tulha, 42% dos moradores do povoado percebe como sendo regular. Para 36% a hospitalidade local tem um bom nível e os 22% restantes percebem como sendo “ruim” ou “ótima”. Conclui-se que apesar da comunidade há anos carecer com a falta de políticas públicas voltada para melhorar a qualidade de vida da população local, a mesma tem uma boa satisfação em receber o visitante.

Questionados sobre a praia, se somados os níveis “bom” e “ótimo” (91%) das respostas, fica evidente que a praia é a maior oferta turística para a localidade. Nesse sentido, a comunidade tem consciência do patrimônio natural e se identifica com o mesmo.

O resultado do trabalho de campo mostrou que, a grande maioria da população local da Ponta da Tulha (82%), tem conhecimento sobre a construção do Porto Sul. Em contrapartida, quando perguntada à amostra sobre a participação da

comunidade em alguma reunião ou audiência por órgãos estadual e/ou municipal relacionada à implantação do Porto Sul, esse índice baixa para 53%. O que se pode observa durante os resultados da pesquisa, que existem números díspares em relação à massificação da informação sobre o complexo portuário, e, a participação da comunidade.

Para a amostra pesquisada *in loco*, quando questionada sobre a influência na implantação do Porto Sul dentro do contexto da atividade turística, um pouco mais da metade (51%), acredita que haverá mudanças no turismo com a construção do complexo intermodal, contra 44% que não vêem mudanças com a chegada do Porto Sul para o turismo.

Questionados se já houve alguma intervenção de algum particular ou poder municipal ou governamental que trouxe melhorias para a atividade turística no local, a grande maioria da amostra que respondeu aos questionários, responderam que não (85%), contra 9% que afirma já ter havido. Esse fato vem a corroborar que o local precisa desenvolver alternativas para a melhoria da população local. Visto que, através do resultado da pesquisa, fica perceptível a falta de investimento no povoado pelos órgãos oficiais.

212

No tocante a melhoria na vida pessoal, o resultado do trabalho de campo, mostrou que houve um equilíbrio. Para 49% a construção do Porto Sul, não modificará sua vida economica particular, em contrapartida 47% da amostra que preencheu o questionário, acredita que sim.

Perguntado a amostra dos moradores sobre qual sugestão teria para tornar a Ponta da Tulha um lugar mais atraente, a quase totalidade, respondeu que sim (98%). A grande maioria das respostas foi relacionada ao saneamento básico e a infraestrutura de lazer, tais como a construção de praças e parques. Nesse sentido, percebe-se o descaso do poder público, visto que essas são práticas de responsabilidade do mesmo.

Considerações finais

Diferentemente das organizações não governamentais que prevêem uma série de problemas na construção e funcionamento do Porto Sul. A comunidade local da Ponta da Tulha, por carecer de um planejamento e de ações voltadas para a

melhoria da qualidade de vida, vê na construção do referido complexo intermodal, uma saída para a solução dos problemas que se arrastam por anos.

Sabe-se que através das informações apresentadas, uma construção da magnitude do Porto Sul poderá trazer impactos para o povoado da Ponta da Tulha e o seu entorno, tanto no âmbito social e ambiental. Nesse sentido, é preciso trabalhar junto a população, um planejamento que inclua práticas de desenvolvimento estrutural para o povoado, fortalecendo assim, a identidade e respeito ao meio ambiente.

Ademais, o adensamento urbano que surgirá a partir da atividade intermodal, deverá ser acompanhado de um plano diretor específico para a área, pois muitas pessoas buscarão durante a construção do complexo, oportunidades de serviços informais, o que com a conclusão das obras, ficarão sem opção de trabalho, o que pode ocasionar problemas de toda ordem, como: insegurança, mendicância e favelamento.

Vislumbrando um planejamento participativo, com a comunidade inserida nas decisões desde o início das obras, poderá gerar comprometimento com a gestão e a continuidade dos serviços que deverão ser inseridos na área, fomentando um melhor desempenho cidadão, pois com a participação efetiva, o “lócus” torna-se respeitado pelo vivente que dele faz parte, garantindo assim possibilidades de crescimento econômico e um desenvolvimento de forma sustentável, de forma equitativa para os moradores.

213

A Ponta da Tulha está dentro de uma região de Mata Atlântica, região que é Patrimônio Ambiental da Humanidade chancelada pela Unesco. É preciso nesse sentido, pensar em estratégias de ação que viabilizem o desenvolvimento humano da comunidade, mas que, procure pensar na conservação do destacado patrimônio ambiental da região.

O turismo de base comunitária poderia ser uma solução para melhorar a comunidade em vários aspectos: econômico, ao eleger programas que incluam a produção e venda de produtos locais feitos pela população do lugar; Cultural, auxiliando no resgate de manifestações que não são mais praticadas ou estão esquecidas frente a possíveis influências externas. Social, ao desenvolver um turismo participativo, que inclua a comunidade. O turismo de forma organizada pode

permitir uma continuidade da população mais jovem no local, desde que seja capacitada para tal, fixando-o na comunidade, não necessitando sair em busca de atividade remunerada, pois na localidade este encontrará oportunidades de inserção,

Desenvolvendo o planejamento com base na sustentabilidade local e buscando dar voz aos atores sociais da comunidade, a partir da iniciativa interna, pode ser o caminho para acabar com o servilismo e a dependência do poder e política externa.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Jorge Otávio Carqueija; MARTINS, Orlando Nunes. **Crescimento socioeconômico do distrito de Ponta da Tulha Ilhéus/BA, associado à pavimentação asfáltica da BA-001**. Monografia apresentada ao Dep. de Ciências Agrárias e Ambientais da UESC, Ilhéus, 2003.

AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, M. A. (org.). **Política e Planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: editus, 2009.

BOMFIM, Natanael Reis. Patrimônio, turismo e planejamento: formatação de produtos. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da: (Org.). **Turismo Cultural. Estratégias, Sustentabilidade e Tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

214

BOMFIM, Natanael Reis; ARGÔLO, Djaneide Silva. Análise discursiva da relação entre atividade turística, apropriação do território e patrimônio: contribuições para o planejamento sustentável do turismo na Bahia-Brasil. In: **Revista Pasos**, vol. 7, nº 2, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri. (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PLANO DE ORDENAMENTO COSTEIRO (texto enviado pelo prof. Natanael). **Alternativas Locacionais para Implantação do Complexo Porto Sul na Região De Ilhéus, Bahia - Instalações Portuárias e Pólo Industrial e de Serviços**. s/d.

SENA, Maria de Fátima Alves de; QUEIROZ, Odaléia T. M. M. **Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA**. Caderno virtual de turismo. V. 6, n. 4, 2006.

SENA, Maria de Fátima Alves de; **Percepção dos impactos socioculturais e ambientais do turismo de segunda residência: O caso da Ponta da Tulha, Distrito**

Aritaguá, Município de Ilhéus, BA. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. UESC, 2007.

SILVA, Maria da Glória L. **Cidades Turísticas**. São Paulo, 2004.

SOUZA NETO, Gerardo Facundo de; et al. A modernização do litoral cearense e as comunidades pesqueiras: o caso de Tatajuba, Camocim-CE. In: **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**, Fortaleza, 2008.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico: receptivo e emissivo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 2. ed. São Paulo: Global universitária, 1999.

A FLORESTA NACIONAL DO IBURA – FLONA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES COMO UM NOVO PRODUTO ECOTURÍSTICO EM SERGIPE, NORDESTE DO BRASIL

Jorginaldo Calazans dos Santos⁷⁸

Artemis Barreto de Carvalho⁷⁹

Rafael Silva Oliveira⁸⁰

RESUMO

O presente estudo intitulado: “A Floresta Nacional do Ibura – FLONA e suas possíveis contribuições como um novo produto ecoturístico em Sergipe, Nordeste do Brasil”, tem por objetivo analisar as potencialidades paisagísticas presentes na FLONA. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os diversos fatores que, de alguma forma, interferem no aspecto a ser analisado e a ser estudado. Assim, ao final dos estudos, pudemos constatar que as principais forças para implantação do ecoturismo na Floresta Nacional do Ibura é a rica biodiversidade daquele complexo ecossistema, o apelo histórico e cultural das ruínas existentes, a abundância de recursos hídricos, a receptividade da população do Povoado Estiva, a facilidade de acesso rodoviário e hidroviário, e, fortalecendo esses fatores, o próprio contexto histórico do Ibura.

PALAVRAS-CHAVE: Floresta Nacional do Ibura – FLONA; Unidades de Conservação; Ecoturismo; Sustentabilidade.

216

ABSTRACT

This study entitled "The National Forest Ibura - National Forest and its possible contribution as a new ecotourism product in Sergipe, Northeast Brazil," aims to examine the potential landscape present in the National Forest. To this end, we carried out a literature on the various factors that somehow interfere with the aspect to be analyzed and be studied. Thus, the end of the studies, we found that the main forces for deployment in ecotourism in the National Forest Ibura is the rich biodiversity that complex ecosystem, the appeal of historic and cultural ruins in the abundance of water resources, the receptivity of the population of Village stowage, ease of access by road and waterways, and strengthening these factors, the actual historical context of Ibura.

KEYWORDS: Ibura National Forest - FLONA, Protected Areas, Ecotourism, Sustainability.

⁷⁸ Tecnólogo em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IF-SE, Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Sergipe – FASE, Docente da área de Turismo do IF-SE. E-mail: jorgenaldoc@hotmail.com

⁷⁹ Bacharel em Turismo e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Tiradentes – UNIT/SE. Docente da área de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Sergipe – IFS. E-mail: artemis@infonet.com.br

⁸⁰ Bacharel em Turismo pela Faculdade de Sergipe – FASE e Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Sergipe – Fase. E-mail: rafaelsilvatur@hotmail.com

1. Introdução

Com o despertar para o terceiro milênio a problemática ambiental ganha lugar primordial no palco das preocupações e discussões das mais variadas ciências e diversos setores da economia, os quais se debruçam em torno de uma resposta que prime pela vertente sustentabilidade.

Porém, a sustentabilidade passa a existir com a formalização no mundo contemporâneo de um interesse coletivo pela preservação de áreas naturais, como é o caso das Unidades de Conservação (UCs). Segundo Reinaldo Dias (2003), as UCs são espaços ambientais que apresentam importantes características naturais, como: reservas biológicas, parques, florestas e estações ecológicas; são instituídas pelo poder público, com efetiva participação de empresas privadas, e têm como principal objetivo diminuir os efeitos da destruição dos ecossistemas.

Através deste princípio de minimização dos efeitos predatórios à natureza, o Ecoturismo se apresenta como uma força somatória no embate aos problemas ambientais, tendo-se em vista que apresenta três fatores principais: a conservação, a conscientização ambiental, e o desenvolvimento integrado do ambiente por ele utilizado.⁸¹

217

A crise ambiental apresentou a implicação de ter afetado, mas não destituído, muitos dos valores do projeto central da modernidade, que se constitui na valorização do artificial em detrimento do natural, no qual a natureza, que antes era objeto de apropriação e exploração, passa a ser positivamente valorada frente ao panorama de escassez de recursos naturais.

Poder-se-ia argumentar que a conservação da natureza e a proteção ao meio ambiente deveriam acontecer independentes das considerações econômicas, visto que são essenciais à manutenção da vida humana. Entretanto, para subsidiar essas expectativas de respeito e valorização ambiental, criaram-se as Unidades de Conservação (UCs) com a incumbência de proteger a biodiversidade e estabelecer territórios especialmente protegidos. Segundo Kinker(2002, p. 54): “entende-se que é a forma mais eficiente de combate ao alarmante processo de extinção em massa de espécies vitais para o planeta e empobrecimento esse irreversível”.

⁸¹ Nesse momento caberia uma discussão mais aprofundada sobre a Educação Ambiental, devido a limitação do estudo preferiu-se focar no produto FLONA IBURA, levantando a possibilidade de se tornar um novo produto (eco) turístico.

Junto às Unidades de Conservação novos valores são apresentados, como é o caso do Ecoturismo. É razoável partir do pressuposto de que o ecoturismo corresponde a um fenômeno social eminente, decorrente da eclosão da crise ambiental, através do qual a relação entre o ambiente artificial e o ambiente natural assume novos e intrincados contornos em termos da valoração simbólica. Em outras palavras, uma das variáveis que tornou possível e viável o fenômeno ecoturístico foi a nova polarização dos valores sociais conferidos ao espaço urbano ao espaço natural. O espaço natural se tornou o novo objeto de desejo do viajante, imbuído da necessidade de contato e alteridade com as origens, a pureza, a ordem, o ritmo e a estética ambiental (Layrargues, 2002).

A repugnante, inóspita e assustadora natureza, que antes era qualificada como “mato” ou “selva”, virou “floresta”, saindo do caráter “selvagem”, para se tornar atraente e acolhedora, através de uma construção social que passou a valorizá-la e a transformá-la em verdadeiros “santuários ecológicos”. Assim se apresenta a – FLONA Ibura, a qual saiu das premissas de apenas umas das mais áreas naturais existentes no estado de Sergipe e hoje se constitui como uma unidade de uso sustentável.

218

Sendo esta a única floresta nacional existente no estado de Sergipe, dotada de biodiversidade – Floresta Atlântica, espécies endêmicas e recursos hídricos expressivos, componentes significativos para a configuração de um novo produto ecoturístico para o Estado. Tendo-se em vista os pontos assinalados acima sobre a questão das Unidades de Conservação, o ecoturismo aparece como uma alternativa para melhorar as condições de vida da população local e estimular o exercício de outras atividades econômicas para geração de emprego e renda. Esses aspectos serão destacados, fortemente no estudo que nos propomos desenvolver.

Ao perceber com outros olhos os novos paradigmas elucidados pelo ecoturismo, segmento da atividade turística mais apropriado para ser desenvolvido em áreas naturais protegidas; tendo-se em vista que é guiado pelos princípios da conservação e da sustentabilidade, é essencial que as políticas públicas sejam adequadas, de incentivo e que permitam que os recursos adquiridos sejam aplicados nas áreas visitadas. Sob essa mesma ótica está o princípio da promoção do contato direto de pessoas com o ambiente natural, o que favorece muito uma nova percepção ambiental.

Em síntese, o ecoturismo traz consigo uma busca pelo equilíbrio do meio ambiente e o desenvolvimento necessário de áreas de conservação, e reconhece a necessidade do envolvimento intersetorial, para que sua promoção e o seu manejo tornem-se benefícios reais para todos os setores envolvidos.

Diante disso, as questões que sustentam este projeto são as seguintes:

- *De que forma a Floresta Nacional do Ibura – FLONA pode se constituir em um atrativo ecoturístico para o Estado de Sergipe, Nordeste do Brasil?*
- *De que maneira esta sugestão de novo produto ecoturístico pode primar pela sustentabilidade que é desenvolvida na floresta e quais são os reflexos para a política turística e ambiental do Estado de Sergipe?*

O principal objetivo da pesquisa é: analisar as potencialidades paisagísticas presentes na Floresta Nacional do Ibura – FLONA, na perspectiva de propor um produto ecoturístico. Pretende-se, ainda, avaliar as políticas ambientais que norteiam as Unidades de Conservação – UCs, localizadas no município de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, Nordeste do Brasil.

219

2. FLONA e suas relações de Território

Certamente, o turismo não somente é feito de ritos como ele pressupõe, todavia tem se tornado cada vez mais algo equivalente a um imaginário do espaço. No campo da geografia, podemos considerar que, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, por exemplo, pela representação, o ator o territorializa” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Em assim sendo, mobilidade e território de acordo com abordagens mais tradicionais são tratadas de forma dissociada e, por vezes, antagônica. Considerando a melhor das hipóteses, o papel da mobilidade era concebido enquanto um elemento na estruturação de um território nacional, isso porque favorecia a integração entre as diversas partes do território. Entretanto, a possibilidade da dinâmica social, inerente a mobilidade, ser em si, responsável pela construção de uma nova forma territorial, isso não era considerado.

Entende-se que o território móvel e flexível seja mais adequado para a análise das práticas turísticas pela sua flexibilidade, e que pode ser ativado e desativado periodicamente, como pretendemos demonstrar através do estudo das possibilidades de práticas ecoturísticas sustentáveis da FLONA Ibura.

O conceito tradicional de território não abarcava a possibilidade da descontinuidade, da superposição e da existência periódica dos territórios. Nesse sentido, a existência das redes, com seus elementos materiais e sua dinâmica social, juntamente, com a mobilidade inerente a essas eram considerados como atributos dentro de um dado território, geralmente, o território nacional. Desse modo, tais elementos não eram responsáveis pela estruturação de territórios próprios, como desenvolvido na elaboração teórica de Souza (1995) e Haesbaert (2002; 2004), formando o que se chama de territórios da mobilidade.

De acordo com Santos (1999), a fluidez contemporânea baseada nas redes técnicas e a exigência de mais fluidez são algumas das principais características do mundo atual. Entretanto, além de técnicas materiais, as redes são sociais e políticas; constituídas pelas pessoas, mensagens, valores e assim por diante.

Nesse sentido, Haesbaert (2004) advoga que a crescente mobilidade das pessoas, seja como “novos nômades”, “vagabundos”, viajantes, turistas, imigrantes, etc.; passou a forjar no período contemporâneo toda uma cultura de viagens, cuja associação se dá, geralmente, com a idéia da desterritorialização, como se mobilidade e território fossem entidades opostas.

Assim sendo, para fundamentar a turistificação do espaço que será “objeto” deste estudo é de fundamental importância considerá-lo como um território, cuja mobilidade é o principal elemento caracterizador. Pois, tal espaço a ser estudado, a FLONA Ibura, nos termos de um produto ecoturístico pode ser enquadrado no que Souza (1995), chama de território flexível.

Nessa fase apresentam-se os aspectos conceituais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do ecoturismo desenvolvidos pelo estudo.

2.1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC constitui o conjunto de Unidades de Conservação do Brasil nas esferas federais, estaduais e municipais. Sua aprovação e adoção foram passos fundamentais para que as áreas tivessem proteção real embasada por lei. Durante quase dez anos tramitando no Congresso Nacional, em 19 de julho de 2000 foi aprovado, com várias emendas e modificações.

O Sistema foi instituído mediante o Projeto de Lei nº 2.892, de 1992 – que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal – instituiu-se a lei nº 9.985, e por meio dela surgiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Costa, 2002, p. 27).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, em seu artigo 2º, define Unidades de Conservação como:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com característica naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Costa, 2002, p. 27).

221

Antes da criação do SNUC, diversas categorias de manejo das unidades existiam e, devido às variações terminológicas adotadas em municípios, estados e pelo governo federal, as legislações não eram claras e eficazes na matéria, e por vezes não possuíam referencial jurídico em comum.

Sendo assim, é fácil perceber que, além dos objetivos constantes no texto legal, talvez um dos mais importantes objetivos do SNUC seja o de impôr os critérios que devem regular as categorias de manejo, deixando claros os objetivos e a denominação a serem utilizadas (idem, p.28).

As Unidades de Conservação que integram o SNUC se dividem em dois grupos: de *proteção integral*, com a conservação da biodiversidade como principal objetivo; e *áreas de uso sustentável*, que permitem várias formas de utilização dos recursos naturais, com a proteção da biodiversidade como um objetivo secundário (MMA-SNUC, 2000). Elas correspondem aos termos Unidades de Conservação de uso indireto (proteção integral) e de uso direto (uso sustentável) utilizados anteriormente ao SNUC.

2.1.1. As Unidades de Conservação – UC's na Perspectiva Histórica

Antes mesmo da criação do conceito de Unidades de Conservação (UCs), o interesse pela preservação de áreas naturais pôde ser facilmente percebido. Foi em fins do século XIX, nos Estados Unidos, que surgiu a primeira área natural protegida: o Parque de Yellowstone. A iniciativa de lutar pela preservação das belezas naturais daquela área é creditada a exploradores do rio Yellowstone que conseguiram, em 1º de março de 1872, a aprovação do Congresso americano em ata de criação do “Yellowstone National Park”, oficialmente a primeira Unidade de Conservação do mundo (Costa, 2002, p. 11).

Segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma área natural protegida, hoje conhecida como Unidade de Conservação, de acordo Costa, é uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes.

De todo modo, as áreas naturais protegidas se apresentam emolduradas em sistemas que possuem características variadas nos diversos países do globo, termos semelhantes são utilizados para categorias com objetivos e terminologias diferentes, assim como para categorias com objetivos similares.

222

A história das Unidades de Conservação brasileiras teve início em fins do século XIX. Ainda durante o Império, em 1876, o político e engenheiro André Rebouças foi o pioneiro no surgimento de uma ética conservacionista no Brasil. Inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, defendeu eloqüente e vigorosamente a necessidade de criar parques nacionais no Brasil. Fez a proposta de criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR) e da Ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia (TO).

Foi quase 70 anos após o projeto inicial de André Rebouças, que surgiu o Parque Nacional de Itatiaia (RJ) - criado com o objetivo de: “além das suas finalidades de caráter científico... atender às de ordem turística...” – embasado no Código Florestal de 1934, que estabeleceu os primeiros conceitos para Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras.

Depois da criação do primeiro parque nacional brasileiro, foram criados o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos,

no Rio de Janeiro, em 1939. E, após um intervalo de 20 anos sem a criação de novos Parques Nacionais no país, em 1959 foram criados mais 3 (três) Parques Nacionais. No ano de 1961 também foram criados diversos parques (idem, p. 19).

Segundo o mesmo autor, em 15 de setembro de 1965 foi oficializado, no Novo Código Florestal (Lei nº 4.771) a separação das áreas de preservação em áreas que permitiam a exploração dos recursos naturais - Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, e as que proibiam qualquer forma de exploração dos recursos naturais - Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas.

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF - organismo ligado ao Ministério da Agricultura, e que foi por muito tempo, o mentor das Unidades de Conservação Federal do país. No final da década de 1970 a Legislação Ambiental Brasileira é enriquecida pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979; o Regulamento dos Parques Nacionais em 1981; pela Lei nº 6.902, criando as Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas. Em 1984, o Decreto nº 89.336 estabelecia como Áreas de Preservação Permanente as Reservas Ecológicas, e criava as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (idem, p. 223 20).

Mas foi com a Constituição do Brasil, promulgada em 1988, que declara no seu artigo 225, capítulo VI o Meio Ambiente como essencial para a manutenção da qualidade de vida dos povos:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Costa, 2002, p. 20).

As Unidades de Conservação podem ser criadas em nível municipal, estadual e federal, por meio de decreto ou lei; entretanto, sua extinção somente se dá por meio de lei. Ainda que sua criação ocorra oficialmente mediante diploma legal, a existência da UC apenas se dá após a adoção de medidas concretas, ou seja, que efetivem sua criação, tais como: demarcação do terreno; instalação de infraestrutura; colocação de recursos humanos, entre outros. As UCs podem ser vinculadas a diferentes órgãos administrativos, de acordo com sua natureza, seu objetivo e seu estatuto. Porém, a maior parte das UCs encontra-se sob

administração direta ou indireta do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Costa, 2002, p. 21 – 22).

Num processo de criação e gestão de Unidades de Conservação, é certo que nem tudo são facilidades, todas as categorias existentes possuem algum tipo de restrição de uso, o que torna sua implantação difícil. “Grandes impactos podem ser evitados – ou ao menos minorados – com base em ações simples, como a promoção de atividades de educação ambiental e o esclarecimento sobre a utilização das áreas em questão” (idem, p. 22).

2.1.2. Flona: Potencialidades e Possibilidades para o Ecoturismo

A Floresta Nacional é definida como uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Costa, 2002, p. 35).

Hoje existem setenta e três florestas nacionais, estabelecidas para silvicultura, corte seletivo sustentável, proteção de bacias hidrográficas, pesquisa e 224 recreação. A maioria, em número (39) está localizada no Norte do país e em área (99%) está na Amazônia.

A visitação pública nas UCs é permitida condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade, pelo órgão responsável por sua administração.

O Estado de Sergipe compreende uma rica diversidade de ecossistemas, são eles: a caatinga, o cerrado, a mata atlântica, as praias, os manguezais e a restinga. No entanto, toda essa biodiversidade existente desde os tempos da colonização territorial sofre, com a perda de seu patrimônio natural.

Diversas são as atividades que, sem manejo algum, tornam cada vez mais a degradação e a destruição evidentes, gerando toda pressão sobre a biodiversidade. Nesta conjuntura, as unidades de conservação (UCs) são mecanismos adequados à preservação dos recursos ambientais (Cabral & Souza, 2005).

É nessa vertente que se deve contabilizar, também, a interação das comunidades locais com a FLONA, característica a ser valorizada na gestão da

unidade, uma vez que tal área possui potencial para o desenvolvimento local sustentável, por meio de atividades geradoras de renda.

Segundo Lester Brown (2005), uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras.

O Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, ambos do Brasil, definem sociedades sustentáveis como:

[...] aquelas que discutem, a partir da sua realidade local, formas de relacionarem as dimensões social, ambiental, econômica, política, cultural e ética, construindo no dia a dia ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida daquele local e do planeta como um todo. Entende-se que cada comunidade (de um bairro, vila, município, estado, região, país) deve construir seus próprios passos em direção à sustentabilidade, não havendo fórmulas prontas para tal e não sendo possível sua realização de maneira isolada e pontual. (MMA; MEC, 2005).

Percebe-se que a sustentabilidade é a “teoria”, e o ecoturismo consolida-se numa das alternativas práticas, visto que as definições de ambos são interdependentes, propiciando a transformação de comunidades locais em sociedades sustentáveis. No entanto, o turismo mal planejado, sem a preocupação com a conservação local e sem a inclusão da comunidade, torna-se um fator para diversos problemas socioeconômicos e ambientais (Silva, Pinto, Gomes, 2008, p.18).

225

Nesse sentido, devem ser destacados os principais interessados na gestão da FLONA, em especial a comunidade do povoado Estiva, diretamente ligada à FLONA Ibura, estando distante somente a 2 km². Ela é o elo que nos une para obtenção de uma possível relação entre a comunidade, a área em estudo e o poder público municipal. A FLONA Ibura foi, durante a década de 30, um ícone de lazer, cultura e educação para os sergipanos.

Vale ressaltar que ao desenvolver práticas de ecoturismo na região, as possibilidades de estabelecimento de parcerias para a estruturação e implantação, assim como a elaboração do instrumento de gestão e planejamento, caberia a uma aliança entre o poder público local e a iniciativa privada. Em adição, é potencial a participação das instituições de ensino, pesquisa e extensão.

É com base nessas premissas que as práticas de desenvolvimento ecoturístico para a FLONA Ibura pode se tornar uma opção bem quista, que

primando pelo desenvolvimento local sustentável surge com o potencial de gerar renda, assomado a perspectiva de educação e lazer.

3 Considerações Finais

O desenvolvimento de toda a pesquisa foi baseado na busca pela inserção da floresta num roteiro ecoturístico ou em um produto a ser viabilizado, pelas características e por sua condição de mostrar ao visitante uma área de grande valor natural e cultural. Também pela viabilidade de inclusão da comunidade em todo processo, suscitando um novo olhar para essa área que somente é vista por estudantes e pesquisadores, quando ficou provado que ela tem potencial para visitação e contemplação de outros mais.

Dessa forma, faz-se necessário um trabalho de sensibilização, tanto dos moradores que cercam a fronteira da floresta, bem como dos turistas que irão visitar a localidade, além da parceria e investimentos do poder público e privado na perspectiva de valorizar os aspectos estruturais e de infra-estrutura dos espaços que fazem parte da floresta. Notamos, também, que a FLONA Ibura poderia ser uma ótima experiência palpável de educação ambiental tanto de alunos de escolas como grupos de áreas afins e empresas que queiram buscar informações quanto ao trabalho lá implantado para possível experiência com a sensibilização dos funcionários.

226

Ao concluir esse trabalho é gratificante ver a esperança dos moradores da comunidade Estiva em buscar, no futuro, mudanças no que diz respeito ao relacionamento entre eles e a FLONA Ibura. Além de constatar que as principais forças para implantação do ecoturismo na Floresta Nacional do Ibura é a rica biodiversidade daquele complexo ecossistema, o apelo histórico cultural das ruínas existentes, a abundância de recursos hídricos, a receptividade da população do Povoado Estiva, a facilidade de acesso rodoviário e hidroviário, e, fortalecendo estes fatores, o próprio contexto histórico do Ibura. Na FLONA podemos encontrar um patrimônio natural e cultural riquíssimo.

Referências

ALMEIDA, F. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.

ANDRADE, José Roberto de Lima. **Uma Contribuição à Análise Econômica da Demanda por Turismo**. 2002 134p. Tese de Doutorado- Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. **ABC do Turismo**. Viçosa-MG: aprenda Fácil, 2002.

BRANDON, Katrina, RYLANDS, Anthony B. **Unidades de conservação brasileiras**. Disponível em: < http://assets.wwf.org.br/downloads/conservation_units.pdf >. Acesso em: 21 jul. 2008.

COIMBRA, José Ávila de Aguiar. **O Outro Lado do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Millennium, 2002.

COSTA. L.E.O. **BREVES**: “A árvore que morreu...” “A Devastação”. Jornal do Dia. Ano I. Agosto, 2005.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DENCKER. Ada de Freitas. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. SP: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo- Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**—Atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007). São Paulo: Atlas, 2003. 227

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. SP: Atlas, 2003.

EMBRATUR: Instituto Brasileiro de Turismo – **Anuários Estatísticos Embratur**, Brasília, Diversos Anos.

FERREIRA. Jurandyr Pires. **Enciclopédias dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1959. Exemplar do: Instituto Histórico de Aracaju.

FERRETI, E.R. **Turismo e Meio Ambiente- uma abordagem Integrada**. São Paulo: Roca/ ABBTUR, 2002.

GOELDNER, Charles R., RITCHIE, J.R. Brent, MCINTOSH, Robert W. **TURISMO: Princípios, Práticas e Filosofias**. SP: Bookman, 2002.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo, Ed. Contexto, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. ONU/PNUD, 2000. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br>.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. 2002. **A Função Social do Ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/3001/boltec301e.htm>> Acesso em: 08 de maio 2008.

LEFF, Enrique; FERREIRA, Leila; ZHOURI, Andréa; TAVOLARO, Sérgio; REBELO, George; PEZZUTI, Juarez; FOLLEDO, Manuel. **Ambiente & Sociedade**, Campinas/SP: UNICAMP/NEPAM, Ano III nº 67-1º e 2º semestres, 2000.

LEROY, Jean-Pierre & ACSELRAD, Henri. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Sustentável e democrático: FASE, 2.ed. 2003.

MACEDO, Sílvio Soares Paisagem, turismo e litoral. In: YAZIGI, Eduardo (Org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

OMT, **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais**. Brasília: Organização Mundial de Turismo/ ministério de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1993. Turismo e Ambiente.

PLANO NACIONAL DO TURISMO – **Diretrizes, estratégias e Programa**, 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo- MTUR, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3ed. São Paulo Hucitec, 1999.

228

SILVA, C. E.; PINTO, J. B.; GOMES, L. J. **Ecoturismo na Floresta Nacional do Ibura como potencial fomento de sociedades sustentáveis**. Revista Nordeste de Ecoturismo. Aracaju, 2008.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: MMA/SBF, 2004.

SOUZA, Bruno, LANDIM, Myrna Friederichs. **Unidades de conservação no estado de Sergipe: análise do quadro atual**. Disponível em: < <http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1662.pdf> >. Acesso em: 28 jul. 2008.

SOUZA, M. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. et ali. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA Marcelo Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VIEIRA, Lício Valério Lima. **Turismo como Alternativa de desenvolvimento em Poço Redondo - SE**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe - UFS, 2000. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente.

DO GLOBAL AO LOCAL: IMPACTOS AMBIENTAIS E TURISMO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

Priscila Pereira Santos⁸²

José Wellington Carvalho Vilar²

Jaime José da Silveira Barros Neto³

Frederico Chaves Sampaio Júnior⁴

RESUMO

O espaço litorâneo brasileiro sofre diversas mudanças desde a colonização ao aumento da degradação ambiental ocasionada pelo desenvolvimento da atividade turística, advinda das casas de veraneio, do acúmulo de lixo, entre outros. Nesse panorama, o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar os impactos socioambientais e sua relação com turismo no litoral brasileiro relacionando-os a realidade do município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. Pode-se obter como resultado a conclusão que, o turismo produzido na localidade analisada necessita de planejamento dos mais diversos setores que influenciam no setor turístico, para que a população compreenda o turismo não apenas como uma alternativa econômica, mas como um processo de desenvolvimento social, cultural e ambiental. Sensibilizando a comunidade a conservar o meio ambiente e a valorizar seu patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Impactos socioambientais; Turismo Sol e Praia; Planejamento Turístico. 229

RESUMEN

El espacio litorâneo brasileño sufre varias cambios desde da colonización al aumento de la degradación ambiental ocasionada por el desarrollo de la actividad turística, por la construcción de casas de veraneo, la acumulación de basura, entre otros. Esta Panorama, el presente estudio tiene como objetivo evaluar los impactos socioambientales y su relación con el turismo en el litoral brasileño relacionándolos a la realidad del municipio de Barra dos Coqueiros, en Sergipe. Se puede han como resultado la concluyó que, el turismo producido en la localidad analizada necesita de planificación de los mais diversos sectores que influncian la gestión turística, para que la población comprenda el turismo no solamente como una alternativa económica, mas como un proceso de desarrollo social, cultural y ambiental.

Palabras-Clave: Impactos socioambientales; Turismo Sol y Playa; Planificación Turístico.

⁸² 1. Discente do Curso de Tecnologia em Turismo (Instituto Federal de Sergipe) IFS, p.p.s2902@gmail.com; 2. Professor Doutor Orientador (Doutor pela Universidade de Granada, Espanha, 2000) IFS, wvilar@yahoo.com.br; 3. Professor Mestre (Universidade Federal de Campina Grande, 2009) IFS, jaimesbn@gmail.com; 4. Professor Mestrando (Universidade Federal de Sergipe) IFS, hispania@ig.com.br.

Introdução

Durante quatro bilhões de anos o equilíbrio ecológico do planeta esteve preservado e protegido pelas espécies que até então o habitava. Entretanto, há menos de 100 mil anos esta realidade mudou, com o surgimento do homem iniciou-se o processo de degradação dos recursos ambientais.

Qualquer que seja a atividade humana trata-se de uma ação que ocasionará uma ou diversas reações que pode ser no meio social, cultural, econômico ou ecológico. O meio ambiente sofre inúmeros impactos ocasionados pela ação humana.

Os impactos ambientais são reações que podem ter caráter positivo ou negativo. Todavia, a tendência é associá-lo a fatores negativos uma vez que, esses fatores nos chamam atenção e podem ser irreversíveis como é o caso de vários ecossistemas, entre eles, destacamos o litoral.

No Brasil, a deterioração dos recursos naturais pode ser percebida a partir da chegada dos portugueses na costa brasileira. Antes da ocupação lusitana, o Brasil era habitado por indígenas que sobreviviam utilizando os recursos de forma sustentável.

230

Desde a sua ocupação até hoje o litoral é um dos destinos preferidos dos brasileiros e dos turistas, o segmento turístico sol e praia é o mais procurado já que oferece opções gratuitas de lazer. Acontece que, atualmente, muitas praias encontram-se impróprias para banho, deixando claro que a sociedade ainda não absorveu a importância do meio ambiente para sua sobrevivência e que a atividade turística mal orientada pode trazer fortes impactos negativos.

Assim, este estudo tem como objetivo avaliar os impactos ambientais e sua relação com o turismo no litoral Brasileiro relacionando aos impactos apresentados no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Caracterização do local de pesquisa

2.1.1 Litoral Brasileiro

O litoral brasileiro contém cerca de 8.500 km, abrangendo diferentes ecossistemas e abrigando 70% da população brasileira. A costa brasileira é dividida da seguinte maneira:

- *Entre o Cabo Orange na Foz do Rio Oiapoque e o Arroio Chuí*, são caracterizados por sistemas lagunares margeados por manguezais e marismas, costões e fundos rochosos, recifes de coral, bancos de algas calcáreas, plataformas arenosas, recifes de arenito paralelos a linha de praia e falésias, dunas e cordões arenosos.

- *A Região Norte* é dominada pela Corrente Norte do Brasil e pela pluma estuarina do Rio Amazonas, sendo caracterizada por sistemas estuarinos do Maranhão para o mar adjacente, originando fundos ricos em matéria orgânica e habitat propício para peixes de fundo e camarões.

- *Região Golfão Marajoara* que é determinada pelo Delta do Amazonas e se estende da costa do Amapá a Costa do Pará, é caracterizada por concentrar mais da metade dos manguezais brasileiros e ser dotada de milhares de ilhas. A baixa densidade demográfica desta região restringe a ocupação da linha da costa que sofre apenas um impacto localizado da exploração pesqueira e do impacto urbano e industrial nas áreas metropolitanas.

231

- *A Região Nordeste* é caracterizada pela abundância de recifes de coral e de algas calcáreas, e na costa predominam praias arenosas interrompidas por falésias, arrecifes de arenito e pequenos sistemas estuarino-lagunares margeados por manguezais. O maior impacto ambiental é causado pela ocupação urbana, pelo turismo, sobrepesca, obras portuárias, mineração e ocupação de áreas de manguezais para a carcinocultura.

- *Região Costeira Central* é caracterizada pelo evento natural da ressurgência das águas mais profundas e a temperatura na parte próxima à costa pode baixar até 16°C. Este evento torna esta região extremamente produtiva, sendo área de concentração de indústrias pesqueiras.

- *Plataforma Continental* estende-se desde 10 km próximos a Salvador, até cerca de 190 km ao sul da Bahia, é caracterizada por praias arenosas, estuários e baías margeadas por manguezais. Nesta região a pesca artesanal e o turismo são as atividades econômicas mais importantes.

○ *Região Sul* localiza-se entre o litoral norte do Rio de Janeiro e o litoral do Rio Grande do Sul, é caracterizado pela influência da Corrente do Brasil com a Corrente das Malvinas, com predominância de assoalho marinho arenoso, focos areno-lodosos e algumas formações rochosas.

2.2.2 Barra dos Coqueiros

Segundo dados do IBGE, a cidade de Barra dos Coqueiros fica à margem esquerda do rio Sergipe, bem defronte à cidade de Aracaju, da qual dista menos de um quilômetro. Altitude sobre o nível marítimo: 5 metros. O clima do Município é úmido e quente. A temperatura média oscila entre 30 e 20° C. O período chuvoso estende-se de abril a junho. Localiza-se na zona fisiográfica do litoral do Estado de Sergipe.

O Município estende-se em direção SE-NO, ao longo do litoral atlântico. Vários rios descrevem-lhe a fronteira com os Municípios vizinhos: o Sergipe (navegável), com o de Aracaju, a leste; o Pomonga e o canal do mesmo nome, na direção SE-NO, com o de Santo Amaro das Brotas; e o Japaratuba, ao norte, com o do mesmo nome. A superfície municipal é de 86 km². Tendo população estimada em 2006, em cerca de 22 mil habitantes. As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: agricultura, pesca e o turismo.

2.2. Procedimentos

A fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada de maneira qualitativa, através de pesquisa documental, em bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, da Universidade Federal de Sergipe, pesquisa *online*, através de sites especializados, como: IBGE, Ministério do Turismo, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe.

Foi caracterizado o problema da degradação ambiental no litoral brasileiro e do litoral do município de Barra dos Coqueiros.

Foram realizadas visitas *in loco* no município de Barra dos Coqueiros, com o intuito de avaliar, através de observação do pesquisador e entrevistas, informais, realizadas com moradores, turistas e donos de bares e restaurantes, os impactos ambientais e sua relação com o turismo.

3. Resultados

3.1 Degradação Ambiental no Litoral Brasileiro

Qualquer degradação (deterioração, estrago, impacto) do meio ambiente é uma perda da qualidade de vida do homem em decorrência de mudanças ambientais, pois as condições ambientais são imprescindíveis para a vida, tanto no sentido biológico como no social, econômico e psicológico.

Os problemas relacionados ao meio ambiente são muito antigos, mas a percepção das reais conseqüências da utilização indevida dos recursos naturais e dos efeitos globais dessas agressões são fatos bem recentes.

A história do Brasil mostra que a sua ocupação iniciou-se no litoral de maneira degradativa e o desenvolvimento da população ocorreu de maneira aleatória e impactante. Desde a colonização, o homem costumava lançar seus detritos no oceano.

A Revolução Industrial modificou toda a estrutura ambiental já que, antes da revolução o lançamento de dejetos era superado pela autolimpeza e purificação que os oceanos tem. A produção industrial não só aumentou o número de detritos como também passou a despejar uma grande quantidade de elementos que não são decompostos pela natureza – biodegradáveis – como, por exemplo: os plásticos, a maioria dos detergentes e os pesticidas, que ao se acumularem nos oceanos diminuem a capacidade de retenção de oxigênio das águas e, conseqüentemente prejudicando a vida aquática.

Um dos maiores vilões do oceano é o petróleo, uma vez que pode poluir de maneira irreversível. O petróleo é uma substância oleosa constituída basicamente por uma combinação de carbono e hidrogênio. Com o intenso tráfego de navios petroleiros, esse tipo de poluição alcança níveis elevadíssimos. Além dos vazamentos causados por acidentes que milhares de toneladas de óleo são despejados na água, os navios soltam no mar rotineiramente, por ocasião da lavagem de seus reservatórios. Esses resíduos de petróleo lançados ao mar com água da lavagem representam cerca de 0,4 a 0,5 da carga total.

Grande parte dos oceanos e mares, principalmente nas regiões costeiras, onde se concentra a maior parte da fauna marinha, encontra-se muito poluída. Os

oceanos até pouco tempo eram considerados gigantescas reservas de alimentos, atualmente, nada mais são que inúmeros depósitos de lixo.

O acúmulo de lixo também é um dos fatores que funcionam como mensurador dos impactos ambientais, visto que é capaz de transformar rapidamente uma praia agradável, em um enorme lixão. Quando se trata de lixo não orgânico a situação é ainda pior, pois plásticos e alguns materiais são cumulativos. Outro aspecto é o odor resultante de alguns materiais, o que torna o local bastante desagradável.

A sujeira deixada contribui para o desequilíbrio ecológico causando modificações na vida dos microorganismos e da microfauna da areia, atraindo a presença de animais nocivos, aves, insetos, tais como: ratos e urubus, além de outros transmissores de doenças. A presença das chuvas intensas no período do verão, em algumas regiões, justamente no período de freqüência de banhistas torna a situação ainda pior, uma vez que transporta lixo para as águas, criando condições para o aparecimento de doenças de transmissão hídrica.

Apesar dos agentes poluidores anteriormente mencionados, a pior agressão à biomassa litorânea tem sido a ocupação humana no litoral. O crescimento das cidades na faixa costeira foi uma das marcas do processo de ocupação do território no Brasil, e até hoje a maior parte da população concentra-se nesse espaço.

234

Os grandes e pequenos aglomerados que se instalaram na zona costeira, quase sempre comprometem a diversidade da vida e o equilíbrio do ambiente. Em muitos pontos da costa, as cidades litorâneas se desenvolveram sem nenhum planejamento, e a rede de água e esgoto não foi suficientemente organizada para apresentar um modelo satisfatório de qualidade de vida.

Nas áreas onde a atividade turística é dominante surge à casa de veraneio ou de fim de semana. Na época de maior afluxo de população, a infraestrutura local não atende as necessidades impostas pelo aumento repentino do número de habitantes que chega a dobrar ou até mesmo triplicar. Então, nessas áreas, problemas como a saturação de coleta de lixo e de esgoto e a escassez de água potável criam cenários preocupantes para saúde pública.

Uma das situações mais graves envolve a sobrevivência dos manguezais, formações de vegetais que erguem nas áreas de encontro entre as águas dos rios e do mar, um ambiente muito rico para reprodução de inúmeras espécies. Os solos

extremamente permeáveis, constituídos por uma profunda camada de lama, permitem o desenvolvimento de plantas de médio porte, criando um bioma único, cujos ecossistemas têm equilíbrio muito frágil.

A elevação do custo de moradia nas regiões de melhores condições costeiras obriga milhares de pessoas de baixa renda a procurar abrigo em regiões de ecossistemas frágeis como os manguezais.

3.2 Degradação Ambiental no Litoral do município de Barra dos Coqueiros

O município da Barra dos Coqueiros está passando por intenso processo de crescimento e transformação no âmbito social, econômico e ecológico. Essas modificações tem como mola propulsora a construção da ponte que interliga Aracaju ao município citado.

Os impactos gerados apresentam características benéficas e maléficas nos diversos ecossistemas existentes na localidade, entretanto, a degradação ambiental no espaço litorâneo é compreendida de modo substancial - pela velocidade que está ocorrendo - tanto pelos frequentadores assíduos quanto pelos munícipes, já que interfere na qualidade de vida de todos.

235

O acúmulo de lixo exacerbado ao longo da costa, a quantidade de espécies marinhas mortas - principalmente peixes e eventualmente tartarugas – e as excretas humanas e animais, como: cavalos e cachorros, além de incomodar no aspecto visual, o lixão que está se “construindo” nessas praias transmite sérias doenças.

A especulação imobiliária, a ocupação irregular e como consequência a urbanização horizontal litorânea crescem em ritmo acelerado favorecendo as diferentes classes sociais, destacando-se o trecho da praia da costa até a atalaia nova, todavia a rede de água e esgoto ainda não está completamente estruturada em muitas residências, e com o aumento do número de visitantes principalmente no período de férias pode transformar o ambiente em um esgoto único.

Apesar dessas degradações, o impacto mais “assustador” surge no âmbito social ao observar que para muitos banhistas, é função do poder público resolver os problemas ambientais descomprometendo-se de qualquer responsabilidade.

3.3 Impactos ambientais e turismo de sol/praia no município de Barra dos Coqueiros

A atividade turística consome o espaço, quer seja no litoral ou em áreas urbanas, e como toda atividade humana transforma o meio ambiente. Essa atividade é considerada uma indústria e assim como os demais setores da economia moderna depende da apropriação e da exploração da natureza e das sociedades locais. Sendo que, os espaços litorâneos são os mais ocupados pelo turismo.

Dentro da paisagem litorânea, destaca-se a praia e o mar. A praia é um espaço natural que possui vocação e requisitos altamente valiosos para o lazer. Não é preciso criar o espaço litorâneo, pois se pode no máximo organizá-lo melhor ou desorganizá-lo.

No Brasil, o Nordeste se destaca por sua extensa faixa litorânea, 3.300 quilômetros de extensão, sendo um dos principais pólos turísticos para o turismo receptivo. Comercializado como “paraíso tropical”, a paisagem oferece aos olhos dos turistas um local para recompor as energias, onde é possível sonhar, amar, explorar, trocar experiências, enfim, ter prazer.

236

A Barra dos Coqueiros apresenta singular potencial turístico, no segmento rural ainda pouco explorado e sol e praia muito valorizado.

Das quatro praias existentes no município, podem-se destacar as três mais frequentadas: praia de Jatobá, praia da Costa e Atalaia Nova.

A interpretação do turismo como atividade econômica de salutar rentabilidade atrai os munícipes para o mercado autônomo e os empreendedores começam a investir nesta indústria, principalmente na praia da costa - atualmente. Sob essa situação as pessoas de classe baixa que construíram suas casas na praia, transformam essas residências em comércio, são os bares que atendem aos turistas mesmo sem estrutura básica como rede de água e esgoto.

O descompasso existente entre as políticas públicas e o crescimento do turismo neste município, degrada o social já que a população se encontra despreparada para oferecer serviços baseados na compreensão do turismo como processo de desenvolvimento não só econômico, como social e ambiental, além de ter sua cultura não valorizada neste processo, e o ambiental por causar danos

irreparáveis ao bioma litorâneo, pois, as agressões são severas e atitudes isoladas como o recolhimento do lixo pela prefeitura local é medida meramente paliativa nesse processo.

Um turismo que não respeita o equilíbrio ecológico e que, além disso, não se importa com os hábitos da comunidade local, apenas está pautado, por regras mercadológicas. Desse modo, comercializam-se imagens que não condizem com a realidade local, o produto turístico é vendido apenas para atender as necessidades dos turistas, a natureza nesse processo é vista como qualquer outra mercadoria.

4. Conclusão

A relação do homem com a natureza, com seus semelhantes e o meio ambiente são frias e quase sempre “interesseiras”, evidenciando o sentimento profundamente egoísta. Os atuais modelos de desenvolvimento não encaram o meio ambiente como principal fornecedor de recursos naturais. Os recursos são vistos de acordo com as suas disponibilidades e preço.

Sendo assim, para a compreensão dos impactos ambientais no litoral é necessário conhecimento da história local e dos respectivos atores sociais. E para garantir a sustentabilidade dos recursos litorâneos e a viabilidade dos segmentos ecológicos, econômicos e socioculturais no litoral, tornam-se necessárias ações de planejamento e gestão para a integração desses setores. Entretanto, a diminuição dos impactos não depende só ou exclusivamente do poder público, já que os seres humanos não são o todo, e sim pequena partícula da natureza. Várias são as alternativas propostas para a conscientização dos indivíduos como: educação ambiental, ecoturismo, políticas ambientais, entre outros, porém só a partir da visão holística que a espécie humana está se autodestruindo pela ganância é que poderemos mudar o rumo dessa história.

Antes de pensar o turismo como alternativa econômica, os responsáveis pelo planejamento deste setor no município da Barra dos Coqueiros, necessitam visualizar o desenvolvimento social deste segmento, envolvendo outros setores relacionados, preparando a população para conservar seus ambientes naturais e sua forte cultura. Os resultados almejados neste procedimento é uma comunidade

sensibilizada no âmbito social, cultural e ambiental. O turismo será consequentemente maduro, organizado e sustentável.

5. Referências

FONTELES, José Osmar. **Turismo e Impactos Socioambientais**. Série Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2004. p. 27-37

LEMOS, Amália Inês G. de (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 3.ed. São Paulo: Global, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. ed. São Paulo: Anna Blume, 2007.

RIGOLIN, Tércio; MARINA, Lúcia. **Geografia**. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 171.

TAMDJIAN, James Onning; MENDES, Ivan Lazzari. **Geografia Geral e do Brasil: estudos para a compreensão do espaço**. ed. São Paulo: FTD, 2005.

TERRA, Lygia; COELHO, Marcos. **Geografia Geral e do Brasil: espaço natural e socioeconômico**. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 88.

VESENTINI, José William. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. 26ªed. São Paulo: Ática, 1996.p.314-320. 238

- *Online*

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico do município da Barra dos Coqueiros. Disponível em <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 de março de 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Planejamento e Gestão do Turismo. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/planejamento_gestao/>. Acesso em: 30 de março de 2010.

SERGIPE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em <<http://www.semarnh.se.gov.br/srh//>>. Acesso em: 30 de março de 2010.

ECOTURISMO E SUA POTENCIALIDADE NO MUNICÍPIO DE LAGARTO – SE

Carla Santos⁸³

Fabiana Silva²

Lillian M^a de Mesquita Alexandre³

Resumo

Atualmente a atividade turística cresce tanto economicamente como socialmente. Entretanto, com a expansão do turismo foi necessário buscar alternativas para proteger o patrimônio representado pelos recursos existentes nas áreas protegidas. O referido artigo teve como objetivo geral levantar o potencial ecoturístico do município de Lagarto-SE. E de modo específico tem-se ainda os seguintes objetivos: identificar o potencial do ecoturismo em Lagarto; analisar os aspectos positivos e negativos ao desenvolvimento do ecoturismo e analisar a educação ambiental como ferramenta de implantação do ecoturismo. A metodologia aplicada buscou o resgate teórico e a observação em campo para refletir acerca da potencialidade do ecoturismo e seus reflexos no município. Tendo como idéia central a conservação e preservação do meio ambiente das comunidades locais, a partir da atividade ecoturística, visando o usufruto do patrimônio cultural e natural das gerações presentes e futuras.

Palavras - chave: Ecoturismo; Desenvolvimento Local; Potencialidades Turísticas.

Abstract

239

Currently the tourist activity grows in such a way economically as socially. However, with the expansion of the tourism it was necessary to search alternative to protect the patrimony represented for the existing resources in the protecting areas. The related article had as objective generality to raise the ecoturístico potential of the Lizard-IF city. E in specific way still has the following objectives: to identify the potential of the ecoturismo in Lizard; to analyze the positive and negative aspects to the development of the ecoturismo and to analyze the ambient education as tool of implantation of the ecoturismo. The applied methodology searched the theoretical rescue and the comment in field to reflect concerning the potentiality of the ecoturismo and its consequences in the city. Having as central idea the conservation and preservation of the environment of the local communities, from the ecoturística activity, aiming at the fruition of the cultural and natural patrimony of the future generations gifts and.

Keywords: Ecoturismo; Local development; Tourist potentialities

⁸³ Graduação tecnológica em Gestão de Turismo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS – SE. carlasantos_kdb@hotmail.com

² Graduação tecnológica em Gestão de Turismo. IFS – SE. abianasilva.gt@gmail.com

³ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFS, MBA em Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing/UCB e Graduação em Turismo/Unit. Professora do IFS – SE. lillian_mesquita@hotmail.com

1. Introdução

O turismo no Brasil está em considerável crescimento. No *ranking* dos países turísticos ele ocupa o 13º lugar. Em dados obtidos do Ministério do Turismo o Ministro do Turismo, Luiz Barreto avalia a situação:

O Brasil permanece na 13ª posição em um ano de crise mundial é positivo. Os dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) reforçam a imagem internacional que temos hoje. O mundo vê nosso país como um dos mais promissores, pelo bom desempenho da nossa economia, pelos investimentos que acontecem para a Copa e as Olimpíadas, e pelo grande potencial de desenvolvimento que tem o turismo, tanto doméstico quanto internacional". (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010)

A previsão é que o PIB brasileiro esteja em alta nos próximos dez anos devido ao desenvolvimento do turismo no país. O Brasil pode se tornar um dos grandes emergentes do turismo global e conseqüentemente gerar muitos empregos diretos e indiretos. O ecoturismo é um dos segmentos do turismo que está em grande crescimento por ser uma atividade voltada para áreas naturais e desenvolvimento social. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010)

Segundo dados do Ministério do Turismo, ecoturismo é definido da seguinte maneira:

240

O ecoturismo proporciona experiências enriquecedoras, destacando-se por contribuir para a conservação dos ecossistemas, ao tempo em que estabelece situações de renda para todos os interessados. Para ser aplicado, o ecoturismo amplia as oportunidades de trabalho, gera receitas, impostos, inclusão social e promove a proteção do patrimônio natural. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008)

Como o ecoturismo é uma atividade que pode gerar renda e desenvolvimento social, para a execução do presente artigo foi escolhido o Município de Lagarto-SE para realizar uma pesquisa sobre o potencial ecoturístico do mesmo.

O Município de Lagarto, em Sergipe, é possuidor de atrativos naturais e culturais ainda pouco vislumbrados para a prática do turismo, e a implementação do ecoturismo, uma das atividades de potencial para o município, poderia impulsionar o desenvolvimento local e a melhoria das condições dos residentes.

O referido artigo teve como objetivo geral levantar o potencial ecoturístico do município de Lagarto-SE. E de modo específico tem-se ainda os seguintes objetivos: identificar o potencial do ecoturismo em Lagarto; analisar os aspectos positivos e

negativos ao desenvolvimento da atividade e analisar a educação ambiental como ferramenta de implantação do ecoturismo.

Para subsidiar a pesquisa, foram realizadas visitas de campo a fim de obter informações acerca do desenvolvimento do turismo e ecoturismo no município. Por meio de uma pesquisa descritiva aplicada através de questionários com perguntas abertas, fechadas e escala otimizada, foram coletadas informações sucintas e também vagas descrevendo os pontos positivos e negativos relacionados ao turismo. Sendo que a ferramenta mais utilizada foi a observação direta. (DENCKER, 1998)

2. Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local tem sido assunto de relevância em todo Brasil e é uma temática que vem suscitando discussões, reflexões e novas práticas e posturas no processo de desenvolvimento mundial. A partir de suas potencialidades e identidades, os territórios locais desempenham um novo papel impulsionado pela globalização que se nutre de suas características particulares.

241

Para refletir sobre crescimento econômico e desenvolvimento local, é de fundamental importância entender que a sustentabilidade da atividade ecoturística depende das seguintes dimensões: a cultural, a social, a natural, e a econômica. Estas dimensões devem ser implantadas na localidade onde o ecoturismo será desenvolvido, no entanto, no turismo local atualmente as condições fundamentais de apropriação do território não estão sendo garantidas. Na tentativa de diminuir estes fatores negativos da atividade, é proposto um planejamento estratégico adequado a fim de oferecer uma atividade sustentável para a comunidade receptora e para o ecossistema local.

Nos grandes debates sobre desenvolvimento sustentável, o turismo é uma das atividades com maior potencial de sustentabilidade, apesar da prática ter mostrado o contrario. Na tentativa de minimizar os impactos contra a natureza e a cultura é necessário considerar o seguinte:

O desenvolvimento sustentável da atividade virá se os elementos ambientais forem considerados em seus três aspectos, através do

conhecimento e respeito pelo meio natural, através da participação ativa das populações nativas, tanto no planejamento como na implantação da atividade, e também através da abertura da possibilidade de um maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos a partir de suas viagens. (LIMA, L. C.; CORIOLANO, L.N. M. T, ed. 2003)

Há indícios de que essa sustentabilidade não ficará somente nos planos. O desenvolvimento turístico está adotando pouco a pouco os aspectos ambientais, a legislação ambiental está bastante favorável à conservação e os conceitos e técnicas de educação ambiental estão evoluindo muito. Estes ideais se tratam de um processo e não podem ser perdidos de vista, pois, são formados por etapas e pequenas conquistas individuais.

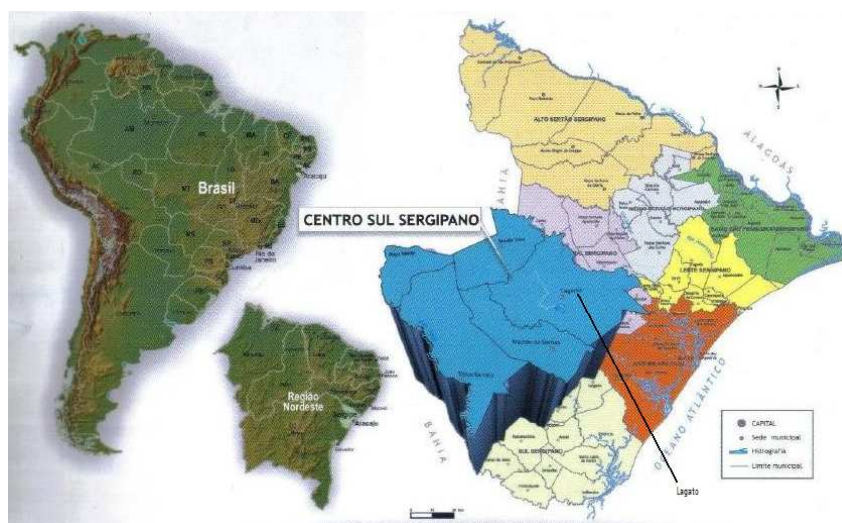
A integração das comunidades no planejamento e decisões acerca do turismo para região é extremamente importante. O conservacionismo e a valorização da cultura regional são fatores relevantes nas atividades turísticas, e devem ser priorizadas pelas políticas públicas e acompanhadas de perto pelos atores sociais organizados. Portanto, compreende-se que o desenvolvimento local é uma condição imprescindível para a conservação do meio e para a melhoria das condições sociais, pois, não é apenas o simples crescimento econômico que garante a satisfação da comunidade, mas o seu envolvimento no processo.

O turismo, de forma geral, deve ser uma atividade rentável tanto para os empresários como para os residentes que produzem seus produtos artesanais com a finalidade de obter uma renda extra para a família. Além dos benefícios econômicos, as comunidades são agraciadas com obras que favorecem o turismo e principalmente sua qualidade de vida, mas somente se estas ações forem realizadas de forma adequada sem prejudicar o espaço explorado.

3. Caracterização do Município de Lagarto.

Lagarto foi elevado à categoria de cidade no dia 20 de Abril de 1880. (FONSECA, 2002) Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, Lagarto (Fig. 01) localiza-se a uma latitude 10,9° sul e a uma longitude 37,7° oeste. No ano de 2007 (IBGE, 2010) a população estimada no município de Lagarto foi de cerca de 88.980 habitantes. Este possui uma área total de aproximadamente 969, 226 km² e a maior parte da população reside na zona rural.

Figura 01: Estado de Sergipe, região Centro Sul Sergipano.



Fonte: Governo de Sergipe, 2008

Os municípios limítrofes de Lagarto são Boquim e Riachão do Dantas ao sul, Macambira, Campo do Brito e São Domingos ao norte, Itaporanga D'Ajuda e Salgado a leste e Simão Dias a oeste. Lagarto é banhado por duas bacias hidrográficas, a do Rio Vaza Barris e Rio Piauí, havendo ainda diversos rios cortando suas terras, destacando-se os rios Piauí, Jacaré, Vaza Barris, Piauitinga e Caiçá. O mapa acima representa o Brasil, com destaque a Sergipe e, por sua vez, destaca o município de Lagarto, facilitando a compreensão dos dados supracitados.⁸⁴

4. Resultado da Pesquisa

Para obter maiores conclusões a cerca do turismo praticado no município de Lagarto, foram realizadas visitas de campo onde foi possível aplicar questionários e entrevistar aos visitantes encontrados nos atrativos e também na rodoviária, local aonde pode ser observado o fluxo de entrada e saída de visitantes e turistas. Foram realizadas cinco visitas relacionadas ao potencial ecoturístico, com o intuito de saber, basicamente: se os gestores e comunidade têm interesse em desenvolver o turismo no município. Estabeleceu-se a data de dezoito de setembro de dois mil e

⁸⁴ www.lagarto.com.br

nove para o início do processo, o horário escolhido para realizar as pesquisas em campo foi das 09 h as 17 h. Devido à dimensão do espaço em pesquisa foi realizada uma amostragem com 50 entrevistados, o universo escolhido foi o Saboeiro, Pedra da Arara, Barragem Dionísio Machado e Rodoviária. A última visita foi realizada no dia oito de Maio de dois mil e dez, período em que ocorre o Lagarto Folia.

Entre os entrevistados, encontravam-se pessoas com diversas ocupações profissionais, a exemplo de estudantes, professores, autônomos, comerciários, aposentados e industriários. A procedência dos entrevistados predominantemente é do próprio município, em seguida vem a predominância de Aracaju, capital do Estado a 75 Km, com acesso facilitado pela BR 101 e Rodovia Lourival Batista que está sendo revitalizada. Sendo que estes entrevistados são naturais de Lagarto e residem atualmente em Aracaju. Além destes, foram encontrados visitantes de outras cidades e Estados, a exemplo de Rio Real, Coronel João Sá e Itabaiana.

Durante as entrevistas, questionamos os munícipes, os turistas e os gestores sobre aspectos que indicam o desenvolvimento do turismo na localidade, em resposta o Assessor da Secretária de Turismo afirmou:

“No momento não há nenhum projeto voltado para o turismo, mas no mês de novembro vai acontecer uma feira na Praça Filomeno Hora, onde os artesãos do município poderão expor suas obras”.

Ele falou ainda que o município não tem infra-estrutura adequada para receber turistas, e que é de essencial importância a criação de projetos que vislumbrem o turismo e também que tenham pessoas capacitadas para facilitar o desenvolvimento da atividade.

Quando foi levantada a questão sobre o potencial turístico do município, os residentes questionaram se realmente existia ou tinha possibilidade de existir o turismo em Lagarto.

Abaixo estão algumas das declarações feitas pelos entrevistados em relação ao turismo e sobre a infra-estrutura da cidade para receber os turistas. Para resgatar os nomes das pessoas entrevistadas iremos utilizar os seguintes termos: residente A, B, e C, turista A e B, e comerciante A.

“Aqui em Lagarto não existe turismo”. Declara residente A.

Esta afirmação não foi declarada somente por um morador, até mesmo alguns dos gestores acreditam que o turismo não existe na cidade e a possibilidade de existir é remota. No entanto, Lagarto, diante de todos os fatores já apresentados nesta pesquisa, tem grande possibilidade de desenvolver um turismo embasado nos preceitos do turismo sustentável e o ecoturismo é um dos segmentos do turismo mais viáveis para o município.

Outro fator preocupante é a falta de informação quanto ao que venha ser o turismo, para que este problema seja solucionado será necessário usar meios de comunicação como a emissora de rádio local, realizar oficinas para capacitar os residentes interessados na atividade como um meio de renda, entre outras ações que viabilizem a implantação da atividade.

Esta preocupação foi reforçada pelo residente C quando afirmou:

“Não vejo turista aqui em Lagarto, nem sei o que é turismo, mas acho que aqui não tem!”

Estes entrevistados reclamaram principalmente sobre a infra-estrutura da cidade:

245

“Falta infra-estrutura e segurança. Dentro da cidade, o trânsito é desorganizado”. Fala o turista A.

“Aqui não tem áreas de lazer, a que tinha foi desativada”. Isto foi relacionado ao Balneário Bica. Fala do residente B.

“A prefeitura poderia realizar mais apresentações dos grupos folclóricos e divulgar o artesanato da cidade que poucos conhecem”. Fala do comerciante A.

“Seria bom colocar uma usina de reciclagem de lixo e também melhorar o saneamento básico”. Fala da turista B.

O assessor da secretária de turismo afirmou:

“O município tem potencial turístico, mas não possui uma infra-estrutura adequada para o turismo, falta fazer um planejamento voltado para essa área”.

Como falamos anteriormente, alguns setores da infra-estrutura local não são suficientes, e isto reflete na incapacidade atual do município em receber turistas.

Mas devemos ressaltar que medidas quanto à saúde e segurança na cidade estão sendo providenciadas.

No entanto, para trabalhar com o turismo é preciso ter mais infra-estrutura voltada para a atividade, como uma maior capacidade de suporte nos equipamentos turísticos; evidenciar a adoção da educação ambiental, como salientou uma das turistas reivindicando uma usina de reciclagem; apresentar a população aos atrativos culturais e naturais existentes, já que nem todos conhecem; e promover, desta forma, um maior fluxo de renda para o município.

Com relação aos níveis de conservação do meio ambiente urbano, pode-se afirmar que a qualidade de conservação é regular e que nos atrativos de maior frequência e visibilidade, é possível perceber o lixo deixado pelos visitantes sem nenhum tipo de preocupação, como também o impacto causado pelo mesmo. Além desta característica, existem construções irregulares que degradam o meio ambiente de diversas formas, ou seja, através do desmatamento e da descaracterização do local.

Por fim, foram levantadas sugestões dos entrevistados para melhorias no município de Lagarto. Entre as principais estão: à segurança, infra-estrutura, administração pública, sinalização, apresentações culturais, divulgação do artesanato, a reforma do Balneário Bica, saúde, melhor conservação do patrimônio natural e a construção de um Shopping. Ou seja, os residentes e visitantes querem mais opções de lazer e infra-estrutura.

Durante toda a pesquisa percebemos a falta de informação tanto dos residentes como de alguns dos gestores em relação ao turismo. Lagarto é um município de potencial significativo em Sergipe devido a sua cultura e atrativos naturais. Cabe aos gestores de iniciativas públicas e privadas fazer investimentos que vislumbrem a atividade do turismo. Este artigo buscou levantar o potencial do ecoturismo no município e foi mostrado que realmente Lagarto tem capacidade de desenvolvê-lo, mas, é preciso que essas iniciativas aconteçam tanto por parte dos gestores como da comunidade. A realização de um planejamento estratégico a curto e médio prazo viabilizaria de maneira eficaz e proativa o desenvolvimento do turismo no município de Lagarto.

5. Considerações Finais

Os atrativos naturais de Lagarto proporcionam áreas de lazer muito arborizadas e convidativas para realizar atividades como: caminhadas, escaladas, rapel, pescas recreativas e canoagem, mas para que essas atividades aconteçam é necessário que haja alguma iniciativa da gestão pública e da comunidade, que desde o planejamento à execução é um dos pilares da prática ecoturística.

A partir do desenvolvimento do ecoturismo, o município poderá ser transformado, contribuindo com a proteção do meio ambiente e a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural. Uma gestão eficaz e comprometida com seu município, que tenha o desejo de desenvolver o turismo, pode elaborar um planejamento estratégico com o propósito de evitar potencializar aspectos negativos como a especulação imobiliária inadequada e a perda da identidade local.

Ainda se faz necessário proporcionar melhorias na infra-estrutura, serviços públicos, saneamento básico, hospitais, segurança, transportes e ampliação de estabelecimentos comerciais com demanda por produtos como comidas típicas, souvenir e desenvolvimento da indústria do lazer. O aumento de construções como hotéis, pousadas, restaurantes, recuperação do patrimônio histórico e cultural, recuperação de áreas degradadas e florestas nativas, são exemplos positivos do eficiente planejamento e da atuação dos gestores na atividade turística.

247

Para obter sucesso e executar a atividade ecoturística não existe um modelo pronto de planejamento, pois cada comunidade turística apresenta uma necessidade diferente. Cada região tem sua própria cultura e potenciais atrativos, e os planejamentos voltados para o turismo são elaborados de acordo as pesquisas realizadas em campo, priorizando os pontos fortes e fracos do local em estudo. E para fortalecer a atividade seria viável estabelecer uma política de turismo adaptada aos problemas existentes na região. Método que poderia ser aplicado em Lagarto em virtude de suas necessidades.

Em Lagarto não existem profissionais capacitados e programas que capacitem à comunidade, pois não há iniciativas por parte da gestão pública para desenvolver a atividade na região, esta é uma realidade na maioria das regiões de todo país, ou não tem profissionais para exercer a atividade ou os gestores públicos desconhecem o potencial turístico de seus municípios.

Outro ponto que merece destaque é a valorização dos aspectos culturais. Projetos turísticos são realizados somente visando resultados imediatos e favoráveis economicamente, aonde a participação comunitária não é inserida no processo de desenvolvimento do turismo, desapropriando sua identidade e seus aspectos sociais.

Através da análise dos tópicos acerca do ecoturismo acredita-se ser possível desenvolver a atividade em Lagarto devido ao seu grande potencial. Essa prática pode ser um caminho para o desenvolvimento local do município. No entanto, para transformar isto em realidade, será necessário realizar algumas ações que viabilizem o processo de desenvolvimento do turismo e consequentemente do ecoturismo, como tornar constante o trabalho de educação ambiental, adotar uma participação ativa da gestão pública em todo o processo para intermediar as decisões da comunidade e dos investimentos da iniciativa privada, porque no final, todos serão beneficiados, e realizar obras que facilitem a acessibilidade aos atrativos e ofereçam mais qualidade e satisfação tanto aos turistas quanto aos residentes.

Referências

248

ALMEIDA, C. P. C.; DACOSTA, L.P. **Meio ambiente, esporte, lazer e turismo**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10 ed. Atual. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

DENCKER, M. F. A.; **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 2 ed. Editora: Futura, 1998.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

EMBRATUR. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais e conservados**. São Paulo, 2002.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, A. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 25 de Set. 2009.

GOVERNO DE SERGIPE. **Plano de desenvolvimento do território Centro Sul Sergipano**. 2008.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2003.

LIMA, L. C.; CORIOLANO, L.N. M. T (orgs). **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

LINDBERG, K.; Hawkins, D. E (orgs). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. Prefacio de David Western. Tradução de Leila Cristina de M. Darin; Revisão técnica de Oliver Hilled. 4 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MARINHO, A (org). BRUHNS, H. T (org). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

Ministério do Turismo. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 07 de Jun. 2010.

MOLINA, S. E. **Turismo e Ecologia**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Prefeitura Municipal de Lagarto. Disponível em: <<http://www.lagarto.com.br>>. Acesso em: 25 de Set. 2009.

THEOBALD, W. F (org). **Turismo global**. Tradução Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

WWF – BRASIL. Sociedade e Ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica. Vitae civilis e WWF- Brasil, São Paulo: Peirópolis, 2003.

249

*Dinâmica, ocupação e impactos em
ambientes costeiros*

250

DIFERENÇAS NO TURISMO E NA IDENTIDADE ENTRE OS POVOADOS DE TAIPU DE FORA E TAIPU DE DENTRO / APA DE MARAÚ-BAHIA

Beijanine Abadia ⁸⁵

Ivan Aragão ⁸⁶

Khalla Tupinambá ⁸⁷

RESUMO

Esse presente trabalho tem como objeto de estudo duas localidades próximas geograficamente, mas díspares em suas realidades: Taipu de Fora e de Dentro - Bahia. O seu objetivo maior foi realizar um estudo comparativo sobre a ocupação do espaço pelo turismo e seus reflexos na incidência identitária local nos dois povoados acima citados. Primeiramente foi realizado um levantamento dos dados em pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma observação *in loco*, por meio da pesquisa exploratória qualitativa, com entrevistas abertas e semi-estruturadas. Ainda em campo, e após a visita, buscou-se relacionar com o estudo, os conceitos de "alma do lugar", memória e sentimento de pertença, patrimônio imaterial. A análise dos resultados foi com base nos relatos coletados durante a pesquisa exploratória, bem como com a observação direta, buscando as semelhanças e diferenças sobre a relação entre turismo, espaço e identidade. Dessa forma, a relevância deste estudo se dá ao estimular a reflexão acerca das contradições proporcionadas pela atividade turística

251

PALAVRAS-CHAVE: turistificação, identidade local, Taipu de Fora, Taipu de Dentro

ABSTRACT

This present work aims to study two locations geographically close, but dissimilar in their realities: Taipu de Fora and Dentro – Bahia. Its main objective was to conduct a comparative study about space occupation by tourism and its effects in incidence of local identity in the two villages mentioned above. First was a survey of bibliographic data. We performed an on-site observation by means of exploratory qualitative research with open and semi-structured interviews. Still in the field, and after the visit, sought to relate to the study, the concepts of "soul of the place", memory and feeling of belonging, intangible heritage. The analysis of the results was based on reports collected during the exploratory research, as well as with the direct observation, looking for similarities and differences on the relationship between tourism, space

⁸⁵ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda do Programa de Pós-graduação de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora de Turismo da Estácio/Faculdade de Sergipe. E-mail : beijanine@yahoo.com.br.

⁸⁶ Bacharel em Turismo pela Estácio/Faculdade de Sergipe. Mestrando do Programa de Pós-graduação de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ivan_culturaeturismo@hotmail.com.

⁸⁷ Bacharel em Turismo-Universidade Federal do Pará. Mestranda do Programa de Pós-graduação de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: khallatr@hotmail.com.

and identity. Thus, the relevance of this study is given to stimulate thinking about the contradictions offered by the tourist activity.

KEYWORDS: touristification, local identity, Taipu de Fora, Taipu de Dentro

Introdução

Os estudos têm constatado que o turismo é uma atividade multidisciplinar e que, focado na análise sociocultural, a sua complexidade fica mais evidente. No decorrer das décadas de 60 e 70 do século passado, os especialistas pensavam sobre o turismo como um fenômeno e, defendia que o mesmo, possuía um grande efeito como atividade econômica, geradora de “emprego e renda” para a localidade. Nesse enfoque, o turismo era visto como “a salvação da lavoura”, porém com isso, os atores sociais envolvidos com a atividade, tinham o único objetivo: de atingir o maior número de consumidores possível visando o lucro, sem ter em vista a capacidade de carga local, conseqüentemente isso acarretou uma série de impactos sócio-culturais e ambientais. Passado 50 anos, a atividade passou a primar pelo desenvolvimento sustentável, buscando um menor desgaste do meio ambiente, seus recursos naturais, bem como o fortalecimento da identidade e cultura local.

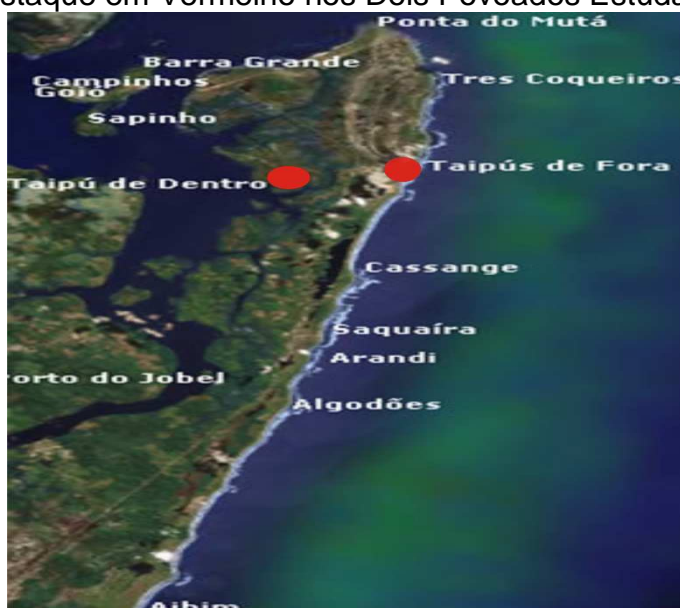
Sob esta perspectiva, a sustentabilidade turística passou a ter como premissas a valorização e preservação do patrimônio ambiental e cultural, dando prioridade para inclusão da população local no processo do planejamento e gestão da atividade. Neste sentido, foi dada cada vez mais relevância ao turismo no que tange ao olhar e experiência do morador. O turista continua sendo fundamental para que o sistema exista, mas pensar na comunidade que recebe o visitante é também essencial para um funcionamento equânime da atividade. Atualmente, se vê cada vez mais a academia e alguns estudiosos⁸⁸ pensando o turismo muito mais numa concepção antropológica, versando sobre o respeito a singularidades locais, principalmente em povoados com modo de vida simples e comunidades com culturas tradicionais.

Esse trabalho tem como objeto de estudo duas localidades próximas geograficamente, mas díspares em suas realidades. Taipu de Fora e de Dentro se localizam na zona turística da Costa do Dendê-Bahia, mais especificamente na Área de Proteção Ambiental (APA) da Península de Maraú (figura 1), circunscrita nos

⁸⁸ Banducci Júnior (2001); Barreto (2001).

limites da Baía de Camamu, criada pela Lei nº 15 de 9 de setembro de 1997. Segundo o IBAMA (1997), a relevância das APA's, consiste em disciplinar o processo de ocupação das terras, de modo assegurar o bem estar das populações humanas que nelas vivem, além de resguardar e incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos locais. Contudo entre os residentes entrevistados no povoado não houve nenhum relato mencionando atividades sócio-ambientais que sensibilizassem a população local para a questão de se encontrarem em uma Unidade de Conservação Ambiental, bem como não foi observada nenhuma sinalização ambiental governamental que demarcasse espacialmente essa questão, salvo as placas de divulgação dos equipamentos de hospedagem.

FIGURA 1 - IMAGEM DE SATÉLITE DA PENÍNSULA DE MARAÚ
(Destaque em Vermelho nos Dois Povoados Estudados)



Fonte: www.peninsulademarau.com
(adaptado pelos autores)

A primeira localidade situada de frente para o mar e muito mais voltada para “os de fora”,⁸⁹ onde é notória uma realidade turistificada com equipamentos de entretenimento e lazer, meios de hospedagem e restauração alimentar direcionados especificamente para atender as necessidades do visitante. A segunda, se localizada a 8 km de Taipu de Fora, de frente para a Baía de Camamu, onde a realidade “dos de dentro” está baseada nos saberes das pessoas locais, um lugar

⁸⁹ Nas categorias desse estudo foram definidos “os de fora” como sendo o visitante e “os de dentro”, ligados a pessoas do lugar.

sem infra-estrutura turística, mas que conserva os hábitos e costumes da comunidade, realidades que são contrárias, mas que não se chocam, visto que o turismo também promove esse movimento dialético.

Dessa forma, a relevância deste estudo se dá ao estimular a reflexão acerca das contradições proporcionadas pela atividade turística, pois em Taipu de Fora a comunidade é incipiente, enquanto agente ocupador do espaço, deixando o local sem características identitárias singulares. Todavia, são os comunitários de Taipu de Dentro os fornecedores da mão-de-obra local, em um movimento pendular, onde a população se desloca diuturnamente para trabalhar em empregos indiretos e diretos gerados pela cadeia produtiva do turismo⁹⁰ de Taipu de fora.

Sendo assim, nota-se que em Taipu de Fora há um ambiente turistificado, mas não há comunidade local, em contrapartida, em Taipu de Dentro há uma comunidade com patrimônio cultural e histórico bem definido. Entretanto, no segundo povoado, embora o turismo não seja uma das principais atividades econômicas ele faz parte do cotidiano local de forma indireta, ou seja, ainda que as denominações das localidades sejam quase idênticas, as realidades de ocupação do espaço, identitária e patrimonial são extremamente distintas em virtude do nível diferenciado de ação dentro da atividade turística.

254

Esse trabalho teve como objetivo realizar um estudo comparativo sobre a ocupação do espaço pelo turismo e seus reflexos na incidência identitária local em Taipu de Dentro e de Fora. Primeiramente foi realizado um levantamento dos dados secundários em livros, artigos, internet e documentos oficiais e no campo teórico sobre os conceitos de segmento do turismo de “sol e praia”, territorialização (o turismo ditando o ordenamento do território em torno do patrimônio natural), “não-lugar”, ausência da identidade local e de envolvimento da atividade turística com o patrimônio imaterial. Ainda em campo, e após a visita, buscou-se relacionar com o estudo, os conceitos de “alma do lugar”, memória e sentimento de pertença, patrimônio imaterial (festa de São Pedro, manzuá, narrativas locais, gastronomia típica).

Foi realizada uma observação *in loco*, por meio da pesquisa exploratória qualitativa nos povoados de Taipu de Fora e de Dentro, sendo aplicadas entrevistas abertas e semi-estruturadas. Em Taipu de Fora as entrevistas foram procedidas

⁹⁰ Expressão referente aos setores que estão diretamente envolvidos com o turismo: hotelaria, restauração, transporte, entretenimento e lazer.

como o acessor da secretária de turismo, aos proprietários dos estabelecimentos turísticos locais (pousadas, restaurantes, bares, loja de *souvenirs*, equipamentos de mergulho e transportes turísticos - *off Road*), bem como com os prestadores de serviços (garçom, atendente de loja, entre outros). Em Taipu de Dentro também foram procedidas entrevistas abertas e semi-estruturadas com três moradores significativos do povoado. A análise dos resultados foi com base nos relatos coletados durante a pesquisa exploratória, bem como com a observação direta, buscando as semelhanças e diferenças sobre a relação entre turismo, espaço e identidade.

Taipu de Fora: lugar com turismo ou turismo sem lugar?

O povoado Taipu de Fora foi iniciado há aproximadamente 20 anos, por ocasião da construção das primeiras casas de veraneio (segundas residências) e pousadas, quando cresceu a demanda para o povoado de Barra Grande, distante a 15 km ao norte. Trata-se de uma enseada com aproximadamente 6 km, com beleza cênica formada por coqueirais e mar calmo, possuindo recifes de coral em parte da sua costa. Segundo informações locais, ao contrário de outras áreas de praias modificadas pela função turística, a ocupação da área da praia de Taipu de Fora não se processou com a expropriação de moradores e/ou pescadores, pois se tratava de uma área composta por fazendas produtoras de coco, não existindo casas ou moradias ao longo da zona costeira.

255

A paisagem de Taipu de Fora é basicamente formada em função dos interesses econômicos e aos poucos está se tornando paisagem turistificada, com cenários construídos voltados para as necessidades exógenas, com ausência identitária. A principal característica do lugar é a identidade que o homem cria com ele. No turismo, a construção de paisagens ou simulacros é a recriação dos lugares, ou segundo Santos, os lugares de passagem. Ainda, segundo o autor, é no espaço que as relações sócias se interagem, acontecem de forma positiva, ou seja, o lugar é o “espaço do acontecer solidário”, onde as solidariedades acabam formando os valores das sociedades tais como a cultura, economia, finanças, dentre outros e de que forma eles devem ser usados (Santos, 2005, p.253). Portanto a recriação dos lugares provoca a perda da identificação com o lugar e o sentimento de pertencimento fica ameaçado.

Segundo Carlos (2002), a indústria do turismo transforma tudo que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório onde o espaço se transforma em local de “espetáculo”, concomitantemente a realidade em Taipu de Fora com a formação da idéia de “não lugar”:

Assim o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem lugares através da não identidade, mas não pára por aí, pois também se produz comportamentos e modos de apropriação desses lugares. (CARLOS, 2002, p.29)

Taipu de Fora trata de um território de uso exclusivamente turístico. Segundo Coriolano (2005. p. 130) os territórios turísticos são produtos da relação de força e poder que se estabelecem de forma contraditória e articulada, criando regiões e lugares diferenciados [...] dentre esses espaços, os mais procurados continuam sendo os litorais, para o desenvolvimento do turismo sol e praia, sendo a natureza um dos maiores atrativos dos fluxos turísticos e os componentes naturais, como o relevo, o clima, a vegetação e as águas (mar, rios e lagoas).

Nessa localidade, a população não participa do processo como integrante e/ou usuária, apenas como fornecedora de mão-de-obra ou observante, pois não existe espaço para interação, visto que, como se observou, se trata de uma área onde os consumidores são das classes A e B de alto poder aquisitivo, confirmado pelos valores cobrados nos serviços hoteleiros e de restaurantes, além das estruturas das segundas residências construídas no local. De acordo com Silva (2004) as segundas residências surgem por volta da década de 1970. Com o passar do tempo, o crescimento desorganizado destas localidades litorâneas começaram a mostrar os seus aspectos negativos.

Esta realidade modifica a cada dia a faixa litorânea no que tange a degradação do ambiente costeiro e como consequência, interfere e modifica também as condições de vida da população local. Um exemplo é o modo de sobrevivência dos moradores de Taipu de Dentro, que antes praticavam exclusivamente o extrativismo de mariscos e pesca e com o surgimento da urbanização turística, foram sendo absorvidos em Taipu de Fora por outras atividades como garçons, atendentes em lojas, caseiros, e empregados domésticos das residências secundárias.

Os lugares são ocupados pelo turismo, constituindo territórios turistificados. De acordo com Cruz (2000) a turistificação se dá a partir da implantação da infraestrutura, dos equipamentos e dos serviços de turismo, da demanda de turistas e da participação da comunidade, formando espaços destinados a função turística. Quanto ao processo de turistificação, Cruz (2003), considera que são três os agentes: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Nesse processo, diversos lugares foram e ainda são inventados como lugares turísticos em função da prática espontânea de certos turistas, ou seja, sem a mediação direta do mercado. Nesses casos, são esses visitantes pioneiros que estão na base da transformação de determinado local em lugar turístico.

De acordo com a autora anteriormente citada, nos territórios receptores de turistas multiplicam-se as infra-estruturas relativas à hospedagem, que podem ser desde pousadas rústicas até hotéis de padrão internacional, ou ainda loteamentos e condomínios de segunda residência [...] nesse raciocínio não se pode duvidar da capacidade que tem o turismo de mudar os lugares para que ele possa acontecer. (CRUZ, 2003, p. 25). No povoado de Taipu de Fora, o que se observa é a grande incidência de loteamentos e casas de bom padrão, atendendo um público de alto poder aquisitivo, o que pode ser confirmado observando as chamadas publicitárias a

257

A questão ambiental é um elo de preocupação, por se tratar de uma área de proteção ambiental, onde o consumo turístico interfere sobremaneira, pois o desmatamento, a ocupação das áreas de praias, dunas e restingas para a construção de vias de acesso e de moradias, além das estruturas hoteleiras, acabam interferindo no ambiente. A grande atração é a formação coralígena, localizada junto à praia, que atrai considerável número de turistas, mas a frequência de mergulhadores pode comprometer a formação desse ecossistema de extrema fragilidade. Nos locais de aluguel de equipamentos de mergulho, existem placas de sensibilização para a necessidade de preservação e os cuidados para com o ecossistema, mas não é estipulado um número máximo de mergulhadores, e segundo informação local, por vezes são vistos turistas e os próprios pescadores pisando nos corais.

A infra-estrutura local carece de investimentos públicos, pois a localidade não recebe água tratada, sendo fornecida a partir de poços artesianos e não possui serviço de esgoto, com o uso de fossas sépticas. A energia é fornecida pela Coelba-

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, mas não atende a demanda nos períodos de alta estação, com queda constante no fornecimento de energia. O serviço de comunicação é precário, o uso de telefonia móvel somente no sistema rural, com antena satélite. Para o serviço de telefone fixo, o custo de instalação inviabiliza a implantação, segundo informações com proprietário local. No que tange aos serviços de transporte, se observou a precariedade tanto dos transportes públicos e horários, quanto às vias de acesso sem pavimentação e iluminação. A associação de moradores não se encontra em atividade há algum tempo, e é representada por empresários e moradores que se fixaram no local, provindas de diversas regiões do Brasil, principalmente do centro-sul.

Taipu de Dentro: a vida simples como patrimônio

Dentre os povoados existentes na península de Maraú - Bahia, Taipu de Dentro constituiu-se como um dos mais antigos, conforme o senhor Roseval Brito, 70 anos, um dos residentes mais velhos da região “meu avô me contava que nossa família se mudou pra cá na época que o avô dele ainda era vivo” (informação verbal)⁹¹. Conforme observado no Inventário Turístico de Maraú (2008), Taipu de Dentro possui uma rede de infra-estrutura local simplificada, contando apenas com um posto de saúde, rede de comunicação pública, energia elétrica, uma escola de ensino fundamental, coleta de lixo regular, cinco estabelecimentos que disponibilizam atendimento de bar e restaurante e um estabelecimento que funciona como mercado e panificadora de médio porte. Contudo o fato do povoado ter uma rede de infra-estrutura simplória, não se configurou em um empecilho, para o grupo de pesquisa perceber, à medida que foi adentrando na comunidade, o “ar acolhedor” intrínseco na paisagem, bem como na população local.

Esse acolhimento ficou perceptível, ao realizarmos uma pausa para o almoço no bar e restaurante do senhor Elinaldo, com uma culinária simples, mas que guarda o sabor da gastronomia local, pois os peixes e mariscos são preparados por pessoas da região, localizado estrategicamente em frente à Baía de Camamu, que transparecia um “ar de beira rio”, com baquinhos e mesas de madeira, tendo ao fundo a brisa das árvores frutíferas locais. Foi nesse contexto, que nossa equipe

⁹¹ Roseval Brito. Entrevista concedida aos alunos da disciplina de Patrimônio, Políticas Patrimoniais e Turísticas do Mestrado de Cultura e Turismo, em Taipu de Dentro, set.2010.

percebeu que esse “ar de vilarejo” transmite para os visitantes, a sensação de deixar toda agitação frenética da cidade pra traz, como se aquele clima brejeiro convidasse há ficar um pouco mais.

Nesse ritmo se observou que a população local mantém uma relação intensa de laços sociais com o lugar, como se cada espaço guardasse em si uma memória e vivência, que demarca o “ar de vilarejo” de todo pequeno povoado. Como observou Polack (1992, p. 5):

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Em Taipu de Dentro, a paisagem local é constituída por uma arquitetura simples, com vias de acesso de terra batida, casas próximas e sem muros, em que todos os caminhos se iniciam na praça da igreja matriz e terminam nos barzinhos localizados em frente à Baía de Camamú. Dessa forma, ao entrevistarmos a população local na praça da igreja matriz, se pode observar a intercessão das relações sociais mais relevantes do lugar demarcadas pela reunião e 259
confraternização de diversos grupos sociais, diferentes entre si, (pescadores aposentados, casais de namorados, jovens após sair da escola, entre outros), contudo tendo em comum às mesmas representações simbólicas do lugar, as quais os qualificam como comunidade, “na estrutura comunitária, todos acreditam nos mesmos mitos e praticam os mesmos cultos [...], porém existem conflitos e paixões, mas esses conflitos se desenrolam num universo comum” (DURHAM, 2004, p. 223).

É neste cenário descrito em Taipu de Dentro com seu “ar de vilarejo”, norteado por pessoas com fortes laços sociais, traduzidos nas paisagens locais, que se pode abordar Yázigi (2001) ao disserta sobre a “alma do lugar”, este termo é empregado, a fim de reconhecer o ambiente como uma arrumação que produz o singular, contudo não é possível compreendê-lo sem levar em consideração que possui uma personalidade, ou seja, o lugar não é um sujeito. Assim para entendê-lo, se faz necessário a reflexão de sua vida cotidiana, bem como do olhar do turista sobre ele, logo sua essência pode ser alcançada quando “um cidadão vive seu lugar ou quando um viajante se detém nele para considerar aquilo que gostaria de ‘levar consigo’” (JUNG apud YÁZIGI, 2001, p.41).

Desse modo, se pode afirmar que a comunidade de Taipu de Dentro possui uma potencialidade latente para turismo cultural, visto que nela não existem atrativos de “sol e praia” significativos como em Taipu de Fora, todavia o seu maior atrativo é a configuração do espaço norteado pelo sentimento de pertença e identidade local. Para Souza (2003),

[...] a identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e, está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes.⁹²

Neste sentido Yázigi (2002) em seu artigo “Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil”, afirma estar no patrimônio ambiental com “ar de cidade interiorana”, o maior atrativo turístico local a ser preservado. Uma nova vertente tem pensado na atividade turística como promotora dos saberes locais, firmados na cultura popular e na singularidade dos residentes. Resgatando e valorizando o meio ambiente e a cultura das pessoas inseridas em uma região.

Diferenças entre Taipu de Fora e de Dentro

260

Um dos aspectos mais interessantes no paradoxo entre Taipu de Dentro e de Fora, consiste no fato que no primeiro ocorre a atividade turística, mas não há vestígios da comunidade local, em contrapartida no segundo há a população local, todavia a atividade turística é incipiente ou quase que inexistente. Essa peculiaridade torna este estudo de caso extremamente relevante para levantar reflexões sobre turismo e sustentabilidade.

Assim, embora Taipu de Fora tenha sido constituída em torno da especulação turística, gerando um espaço denominado por Carlos (2002) como um “não lugar”, em virtude da turistificação do ambiente, a localidade movimenta e economia da região, pois gera emprego e renda para a população de Taipu de Dentro, mas não permite a interação da comunidade com os visitantes, sendo uma localidade sem sentimento de pertença com a região, que vão desde os produtos artesanais (na maioria, trazidos ou feitos em outras localidades), ou mesmo nas

⁹² Disponível em: <www.sbec.org.br/evt2003/trab19.doc>.

manifestações culturais, não existindo alguma manifestação cultural que faça referência à localidade.

Para outros autores, a própria perspectiva de Taipu de Fora como espaço turístico pode ser refutada, pois de acordo com Dias (2003), segundo as perspectivas sustentáveis, o espaço turístico deve ser considerado como um todo, que integra atributos culturais e ambientais, ou seja, ecossistemas, manifestações culturais, pessoas, serviços, equipamentos e diversos tipos de relações que se estabelecem para manter o fluxo turístico.

Confirmando essa visão sobre o tema, Avila (2009, p. 31) reflete que o turismo “[...] não pode deixar de buscar a sustentabilidade, já que seu sucesso depende fundamentalmente das qualidades ambiental, cultural e humana”. Neste sentido, se pode considerar que o destino dos investimentos não deve concentrar-se exclusivamente na construção de infra-estrutura e equipamentos para o turismo, e sim, canalizá-los para manter a sinergia entre turismo, população local, patrimônio ambiental e cultural, num processo em que todos os agentes participantes sejam incluídos no processo, ou seja, o *trade* turístico, a população autóctone e os visitantes.

Desse modo, se observa que a incidência da atividade turística está presente em Taipu de Fora, em contrapartida em Taipu de Dentro, há quase uma inexistência do turismo em virtude do desenvolvimento da atividade com um total descomprometimento com o planejamento. E sobre esse tema Dias (2003, p. 37), afirma que “o turismo é um consumidor intensivo de território e, portanto, deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida ou fortalecida”. Sem planejar a atividade a médio e longo prazo, a mesma acaba se configurando em uma atividade desordenada.

À exemplo da mão-de-obra para atender os turistas em Taipu de Fora, que de um modo geral emprega a população de Taipu de Dentro, mas estes não são “vistos” pelos turistas durante o atendimento. Estes têm sua atenção direcionada para o patrimônio ambiental de Taipu de Fora, através do mergulho para contemplar os corais e desfrutar de seu extenso litoral de praias a sombra de barracas e restaurantes de luxo.

Neste sentido Ferrara (2002), afirma que esse tipo de turismo favorece a metonímia, na pose fotográfica, com visibilidade demonstrativa aparentemente

autêntica, em que a parte vale pelo todo, sendo suficiente para despertar sonhos e lembranças, logo o deslocamento tornou-se um espaço virtual colocando o turismo como um dos equacionamentos mais dinâmicos de uma cultura mundificada. Sendo assim, tendo em vista o relato de três comunitários representativos em Taipu de Dentro como o senhor Rosevando Brito (um dos residentes mais antigos do local), Josafá (o artesão da comunidade), e ainda de Elinaldo (proprietário do bar e restaurante mais freqüentado na comunidade), pode-se pressupor, que a comunidade gostaria que a atividade turística participasse do cotidiano local, com a intenção de ter sua identidade e cultura reconhecida pelos turistas. Dentro deste contexto, Meneses (2002, p. 999) questiona: “Como pode o turismo introduzir ao universo, a noção de complementaridade?”, ou seja, se pressupõem que a comunidade de Taipu de Dentro tem no turismo um meio para transmitir a inteligibilidade de sua alteridade e características identitárias.

Considerações finais

De modo geral, as entrevistas realizadas verificaram que o potencial turístico dessas localidades deve ser mais bem aproveitado, visando que o incentivo ao turismo deve ser uma alternativa de desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural. Neste sentido, ficou perceptível que o uso dos espaços nos dois povoados estudados são dicotômicos. Se em Taipu de Fora existe uma adequação do local voltada para a demanda turística, em Taipu de Dentro, o que se verificou foi uma realidade voltada para o cotidiano dos nativos. Através dos hábitos e costumes que dão identidade e mantêm o sentimento de pertença da população local.

Assim considera-se que Taipu de Fora e Taipu de Dentro coexistem em uma relação de interdependência do ponto de vista sócio-econômico, pois Taipu de Fora precisa da população de Taipu de Dentro para atuar enquanto mão-de-obra barata e viável, em decorrência da proximidade geográfica. Concomitantemente, a população de Taipu de Dentro tem em Taipu de Fora um das principais atividades econômicas de complemento da renda familiar.

Entretanto paralelamente a esta relação de interdependência entre ambas localidades, há uma disparidade cultural entre ambas, já que a ausência de uma cultura local de modo mais latente em Taipu de Fora deixa a localidade passível de

uma cultura hegemônica voltada para norte cultural exógeno, com a finalidade de atender os turistas dentro dos padrões internacionais.

Em Taipu de Dentro, os moradores reconhecem os benefícios que podem ser gerados pela atividade turística, bem como, o pouco interesse das autoridades no processo de criação de mecanismos de fomento ao turismo local. Entretanto, o certo isolamento do povoado de Taipu de Dentro em decorrência de ter suas vias de acesso em condições precárias, se consubstancia uma barreira que resguarda o patrimônio cultural da comunidade em relação ao turismo desordenado que vem sendo praticado em Taipu de Fora.

Contudo, se pode concluir que a atividade turística operada nessa parte da Península de Maraú sem uma perspectiva de sustentabilidade, em que a configuração do espaço foi constituída para atender as necessidades de turistas de nível A e B, oriundos em grande parte do exterior, os quais não têm contato com as singularidades culturais desta região da Costa do Dendê. Nesta acepção eles levam consigo apenas as perspectivas ambientais do patrimônio local (os corais e praias), ficando alienados para o patrimônio cultural, e de, algumas características identitárias da Bahia.

263

Referências

AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, M. A. (org.). **Política e Planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: editus, 2009.

BAHIA, **Lei Municipal Nº 15 de 09 de setembro de 1997**. Cria a Área de Proteção Ambiental de Maraú e dá outras providências, 1997.

_____, **Inventário Turístico de Maraú**. (Material cedido pela Secretaria de Turismo de Maraú), 2008.

BANDUCCI Júnior, Álvaro; BARRETO, Margarita. (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BONFIM, Natanael Reis. **Patrimônio e Turismo e Planejamento: formatação de produtos**. In: Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências. (organizadores) Camargo, Patrícia; Cruz, Gustavo. Ilhéus: Editus, 2009.

CARLOS, Ana Alessandri C. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide M T. **Turismo e Geografia: Abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DURHAM, Eunice R. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

FARIA, Dóris S. de. **Sensibilidade ecológica no turismo**. Brasília: UnB, 2001

FERRARA, Lucrécia. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Orgs.). **Turismo: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O Turismo e sua Influência na Ocupação do Espaço Litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr A. (Org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os "Usos Culturais" da Cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

POLACK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Revista dos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, nº 10, 1992.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Territorio y movimientos sociales**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos> Acesso em: 04 out.2010

SILVA, Maria da Glória L. **Cidades Turísticas**. São Paulo, 2004.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Atração global, estratégias locais e turismo. In: CORIOLANO, Luiza Neide M. Teixeira. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 19

SOUZA, M. V. de. **Globalização e revalorização da identidade cultural**. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2003/trab19.doc>>. Acesso em: 27 de nov. de 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo)

_____. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO NO LITORAL DE SERGIPE

Letícia Bianca Barros de Moraes⁹³

RESUMO

Pode-se estudar e analisar o litoral através de diversas perspectivas, porém para estudos mais aprofundados, inclusive com objetivos de planejamento, é fundamental o enfoque nas abordagens sistêmicas e integradas, onde se destacam três subsistemas: o físico-natural, o sócio-econômico e o jurídico-administrativo. O objetivo deste artigo é discutir os principais programas de gestão integrados da zona costeira com ênfase no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e os impactos no litoral de Sergipe. A metodologia da pesquisa compreende as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica, b) caracterização e análise dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste; c) identificação dos principais impactos do PRODETUR-SE no litoral sergipano. A estratégia turística adotada pelo PRODETUR-SE está voltada para a construção de um novo posicionamento de Sergipe nos roteiros turísticos nordestinos relacionados ao litoral e à sua potencialidade como mercadoria turística.

Palavras- Chave: gestão integrada, litoral, PRODETUR-NE, Sergipe.

RÉSUMÉ

Le littoral peut être étudié au travers de différentes perspectives, cependant pour les études plus approfondies ayant pour but la planification, le point central dans les abordages systématiques et intégrés est fondamental: il en ressort trois sous-systèmes: le physique naturel, le socio-économique et le juridique administratif. Le but de cet article est de discuter de principaux programmes de gestion intégrés de la zone côtière, principalement du programme de développement du tourisme dans le Nordeste (PRODETUR-SE) et les impacts sur le littoral de Sergipe. La méthodologie de la recherche comprend les étapes suivantes: a) recherche bibliographique, b) caractéristiques et analyse des investissements du programme de développement du tourisme dans le Nordeste; c) identification des principaux impacts de PRODETUR-SE le littoral de Sergipe. La stratégie touristique adoptée par PRODETUR-SE est en faveur de la construction d'un nouveau positionnement de Sergipe dans les parcours touristiques du Nordeste en ce qui concerne le littoral et son grand potentiel en tant que marchandise touristique.

Mots clé: gestion intégrée, littorale, PRODETUR-SE, Sergipe.

⁹³ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT

lemoraes@hotmail.com

Artigo orientado pelo Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar - IFS

Pode-se estudar e classificar o litoral através de diversas perspectivas, porém para estudos mais aprofundados, inclusive com objetivos de planejamento, é fundamental o enfoque nas abordagens sistêmicas, onde se destacam três subsistemas: o físico-natural, o sócio-econômico e o jurídico-administrativo. O subsistema físico-natural (ou ambiental) tem de ser analisado a partir de suas funções ambientais e ameaças de alguns ecossistemas; o subsistema sócio-econômico considera os diferentes usos do espaço e as atividades produtivas desenvolvidas; e o subsistema jurídico-administrativo está preocupado com as unidades político-administrativas, o modelo e a estrutura jurídica para gestão de zonas costeiras. São esses elementos que irão interagir com a lógica e os modelos de planejamento que se pretende adotar em cada espaço litorâneo, principalmente nos modelos de gestão integrada. (BARRAGÁN MUÑOZ, 1997).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) conceitua o ordenamento integrado do litoral como um processo adaptado na gestão de recursos para o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras. Já a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vai além, propondo ainda a 266
gestão de conflitos e sinergias existentes entre a zona costeira em suas diferentes atividades.

Países da América Latina, a exemplo do Chile, Brasil, Equador e Colômbia, têm realizado nos últimos anos tentativas para ordenar o espaço costeiro. Estes países vêem a gestão de áreas costeiras como uma expressão do planejamento integrado e do manejo dos recursos naturais. Estas áreas em comparação com os ambientes terrestres do interior estão dotadas de mais recursos renováveis. (CARRANZA, 2005). Trata-se na verdade de um espaço multifuncional, e por isso as iniciativas de planejamento territorial se revestem de uma complexidade enorme.

O objetivo deste artigo é discutir os principais programas de gestão integrados da zona costeira com ênfase no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR- NE) e os impactos no litoral de Sergipe. A metodologia da pesquisa consistiu em três etapas de trabalho. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa documental com leitura e fichamento de artigos científicos e técnicos de guias metodológicos sobre planejamento e gestão integrada do litoral. A segunda etapa foi orientada pela descrição e análise dos investimentos do Programa de

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. E, na última fase identificaram-se os principais impactos do PRODETUR-SE no litoral sergipano.

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O capítulo 17, da Agenda 21 oferece a base internacional sobre a qual devem apoiar-se as atividades voltadas para a proteção e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho e costeiro, bem como seus recursos. Isso exige novas abordagens de gerenciamento e desenvolvimento marinho e costeiro nos planos nacional, sub-regional, regional e mundial. (MMA, 2008).

As áreas de programas que estão contidas no capítulo 17, da Agenda 21 são as seguintes: a) gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras, inclusive zonas econômicas exclusivas; b) proteção do meio ambiente marinho; c) uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos de alto mar; d) uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos sob jurisdição nacional; e) análise das incertezas críticas para o manejo do meio ambiente marinho e a mudança do clima; f) fortalecimento da cooperação e da coordenação no plano internacional, inclusive regional; e g) desenvolvimento sustentável das pequenas ilhas. ²⁶⁷

Com relação ao gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras que estão contidas no capítulo 17, o documento aponta que os Estados costeiros comprometem-se a praticar um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho sob suas jurisdições nacionais. Para tal, é necessário:

- (a) Estabelecer um processo integrado de definição de políticas e tomada de decisões, com a inclusão de todos os setores envolvidos, com o objetivo de promover compatibilidade e equilíbrio entre as diversas utilizações;
- (b) Identificar as utilizações de zonas costeiras praticadas atualmente, as projetadas, e as interações entre elas;
- (c) Concentrar-se em questões bem definidas referentes ao gerenciamento costeiro;
- (d) Adotar medidas preventivas e de precaução na elaboração e implementação dos projetos, inclusive com avaliação prévia e observação sistemática dos impactos decorrentes dos grandes projetos;

(e) Promover o desenvolvimento e a aplicação de métodos, tais como a contabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente nacionais, que reflitam quaisquer alterações de valor decorrentes de utilizações de zonas costeiras e marinhas, inclusive poluição, erosão marinha, perda de recursos naturais e destruição de habitats.

(f) Dar acesso, na medida do possível, a indivíduos, grupos e organizações interessados, às informações pertinentes, bem como oportunidades de consulta e participação no planejamento e na tomada de decisões nos níveis apropriados. (MMA, 2008).

O guia de manejo integrado das zonas costeiras elaborado pela UNESCO (2001) descreve o processo do gerenciamento costeiro, baseando-se em experiências de países europeus que aplicaram o Gerenciamento Integrado das Zonas Costeiras (GIZC). O guia é uma cooperação de comitês nacionais dos principais programas científicos da UNESCO. Em linhas gerais, o método do guia está dividido em três fases. Na primeira fase é feita uma identificação preliminar das etapas do processo de gestão. Na segunda fase realiza-se uma análise destinada a facilitar a compilação de dados e a organização da informação. E na última fase destina-se à aplicação do plano de gestão e à legitimação do gerenciamento proposto, ou seja, é a implementação do plano.

268

O desenvolvimento do processo de gerenciamento integrado da zona costeira proposto no guia está apoiado em estudos de casos da costa europeia, principalmente a costa francesa. Com a aplicação do esquema de gestão em 39 locais costeiros, o trabalho identificou os principais impactos positivos do GIZC, destacando: uma atividade turística mais duradoura, a melhoria da paisagem e da qualidade de vida da população local.

Segundo a UNESCO (2001), o gerenciamento integrado da zona costeira é um processo dinâmico que une governo e sociedade, ciência e administradores, interesses públicos e privados tendo em vista a preparação e a execução de um plano de proteção e de desenvolvimento dos sistemas e dos recursos costeiros. Este processo busca maximizar as escolhas em longo prazo e privilegiar os recursos favorecendo os recursos e o seu uso racional.

A proposta de gerir o litoral de forma integrada é esclarecida por Barragán Muñoz (1997). Os estudos do pesquisador estabelecem ainda mais uma etapa da avaliação que pode realizar-se graças à evolução do comportamento de uma série de variáveis. As expressões quantitativas ou qualitativas de tais variáveis mostram

uma idéia aproximada sobre o sucesso ou o fracasso da iniciativa do planejamento proposto. É importante ressaltar também a necessidade de retro-alimentação no modelo sugerido. Muitos órgãos e administrações públicas implantaram sistemas de controles¹ sobre a eficácia dos diversos projetos ou iniciativas de planejamento e desenvolvimento.

Corroborando com Barragán Munõz (1997), Vasconcelos (2005) argumenta que a gestão integrada da zona costeira se apresenta atualmente como o único mecanismo capaz de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental na região litorânea. Os resultados desse modelo de gestão podem nos aproximar do tão almejado desenvolvimento sustentável.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) foi assimilado pela Política Nacional de Turismo e incluso entre os programas de infra-estruturas básica e turística, juntamente com o PRODETUR-AMAZÔNIA LEGAL/CENTRO OESTE e PRODETUR-SUL. A escolha dessas regiões demonstra que o PRODETUR foi criado no sentido de consolidar a posição do turismo como instrumento de desenvolvimento regional e integrado, com a intenção de se fazer da atividade um mecanismo de atenuação dos desníveis econômicos inter-regionais.

269

O PRODETUR- NE constitui-se em um marco para a atividade turística do Nordeste. Destaca-se que o programa faz uma aposta clara no litoral como espaço turístico, utilizando-se do modelo de sol e praia. O volume de recursos viabilizados pelo PRODETUR alavancou uma política de constituição dos pólos de desenvolvimento de turismo no litoral do Nordeste brasileiro, no total de doze pólos concentrados nos nove Estados nordestinos: maranhão (Pólo São Luís), Piauí (Costa do Delta), Ceará (Pólo Ceará Costa do Sol), Rio Grande do Norte (Pólo Costa das Dunas), Paraíba (Costa das Piscinas), Pernambuco (Costa dos Arrecifes), Alagoas (Costa Dourada), Bahia (Pólos Salvador e Entorno, Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Chapada Diamantina) e Sergipe (Pólo Costa dos Coqueirais). A Bahia é o único Estado que possui um Pólo de caráter não litorâneo, a Chapada Diamantina.

Na primeira fase do programa- PRODETUR-NE I (1996/2000) a finalidade foi promover o desenvolvimento sócio-econômico da região Nordeste através da dinamização da atividade turística (subsistema sócio-econômico). Para alcançar este

objetivo, o programa tinha como estratégia melhorar as condições de infra-estrutura de apoio em áreas definidas de expansão turística através do financiamento de obras múltiplas de saneamento, transportes, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e desenvolvimento institucional. A atuação do programa na estruturação e modernização da acessibilidade aos diversos destinos turísticos, bem como na infra-estrutura de serviços básicos aumentou a atração de investimentos privados dos setores turístico e afins. (BNB, 2005).

O PRODETUR-NE II teve como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população residente dos pólos turísticos, a partir de investimentos e ações para gerar renda turística assegurando aos governos municipais o recebimento de parte da renda para administrarem racionalmente os investimentos e fluxos turísticos em benefício da população residente. Nessa fase do programa foram privilegiados três componentes prioritários para os investimentos: fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do setor privado.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste em Sergipe ²⁷⁰ (PRODETUR-SE) tem investido nas áreas de infra-estrutura e serviços, conservação e valorização dos atrativos naturais, valorização do patrimônio e manifestações culturais, além da capacitação dos recursos humanos e promoção da participação comunitária. A estratégia para o desenvolvimento do turismo no Estado de Sergipe está voltada para a visão interdependente e integrada das ações nos diversos setores da economia. (VIEIRA, 2010).

As áreas prioritárias para a implementação da estratégia são: a zona costeira, os estuários e o entorno dos rios. A estratégia divide-se em três etapas: a primeira chamada de Pólo Turístico de Aracaju - São Cristóvão, com investimentos de US\$ de 60.981.00, a segunda etapa correspondente ao Pólo Turístico do Litoral Sul com um montante de investimento de US\$ 22.000.00 e a terceira etapa denominada Pólo do Litoral Norte com investimentos da ordem de US\$ 20.000.000 (BNB, 2003).

As obras executadas na vigência do PRODETUR-SE I estão relacionadas à infra-estrutura básica que são essenciais para o incremento do turismo de sol e praia, dentre elas destacam-se na capital sergipana os seguintes resultados: a

ampliação e modernização do aeroporto Santa Maria, a melhoria no saneamento, a ampliação da rede de esgotamento sanitário, a melhoria do sistema de abastecimento de água, a revitalização urbanística do centro histórico, a recuperação do centro e a restauração arquitetônica dos mercados Antonio Franco e Thales Ferraz.

Com relação aos investimentos, ressalta-se que grande parte dos recursos do PRODETUR-SE foi aplicada em municípios localizados na faixa litorânea do Estado os quais contemplam o Pólo Costa dos Coqueirais, como Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d' Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy. Além dos investimentos realizados pelo PRODETUR I, o Governo do Estado de Sergipe investiu na área do referido Pólo um montante de aproximadamente U\$ 53 milhões. O PRODETUR-SE I teve seu foco em Aracaju, com a maior parte dos investimentos direcionados para o componente de saneamento (40%), já o PRODETUR II tem como meta principal ampliar o sistema de engenharia e transporte com foco no litoral Sul.

Cabe ressaltar ainda, como resultados dos investimentos do PRODETUR/SE I: no litoral Sul de Sergipe: a pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE-100, fato que influenciou no aumento da acessibilidade à área como destino turístico, induzindo assim a intensificação do uso do solo litorâneo por meio de uma ocupação imobiliária voltada principalmente para a segunda residência e veraneio; a urbanização da orla da Caueira, no município de Itaporanga d' Ajuda e na praia do Abaís no município de Estância.

Todavia, Santos (2009) argumenta que os investimentos do PRODETUR-SE I direcionados à infra-estrutura turística na localidade de Estância e Indiaroba, constatada pelas rodovias de acesso interestadual e para o Estado da Bahia, a Linha Verde que dá acesso à Salvador não demandou redes de esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo e segurança. Segundo Santos (2010), os investimentos e o próprio desenvolvimento do turismo na região não trouxeram resultados significativos em relação à melhoria das condições de vida da população local, uma vez que os recursos do PRODETUR objetivavam promover a redução da pobreza e desigualdade social.

O Tribunal de Contas da União do Estado de Sergipe (TCU-SE, apud Santos, 2010) admite que dentro daquilo que se propunha o programa teria impacto mais direto na melhoria de vida da população, no entanto, as expectativas não lograram o êxito desejado, já que se limitava a alcançar metas físicas, sem analisar seus efeitos socioeconômicos.

O PRODETUR-SE II tem como objetivo dar continuidade às ações e aos programas que visam à melhoria da qualidade de vida da população fixa das áreas beneficiadas pela primeira etapa desse programa, bem como garantir as condições de sustentabilidade e consolidação das atividades turísticas locais. Sendo assim, foi inserido em Sergipe o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS (2001-2005), que objetivava a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional nas decisões.

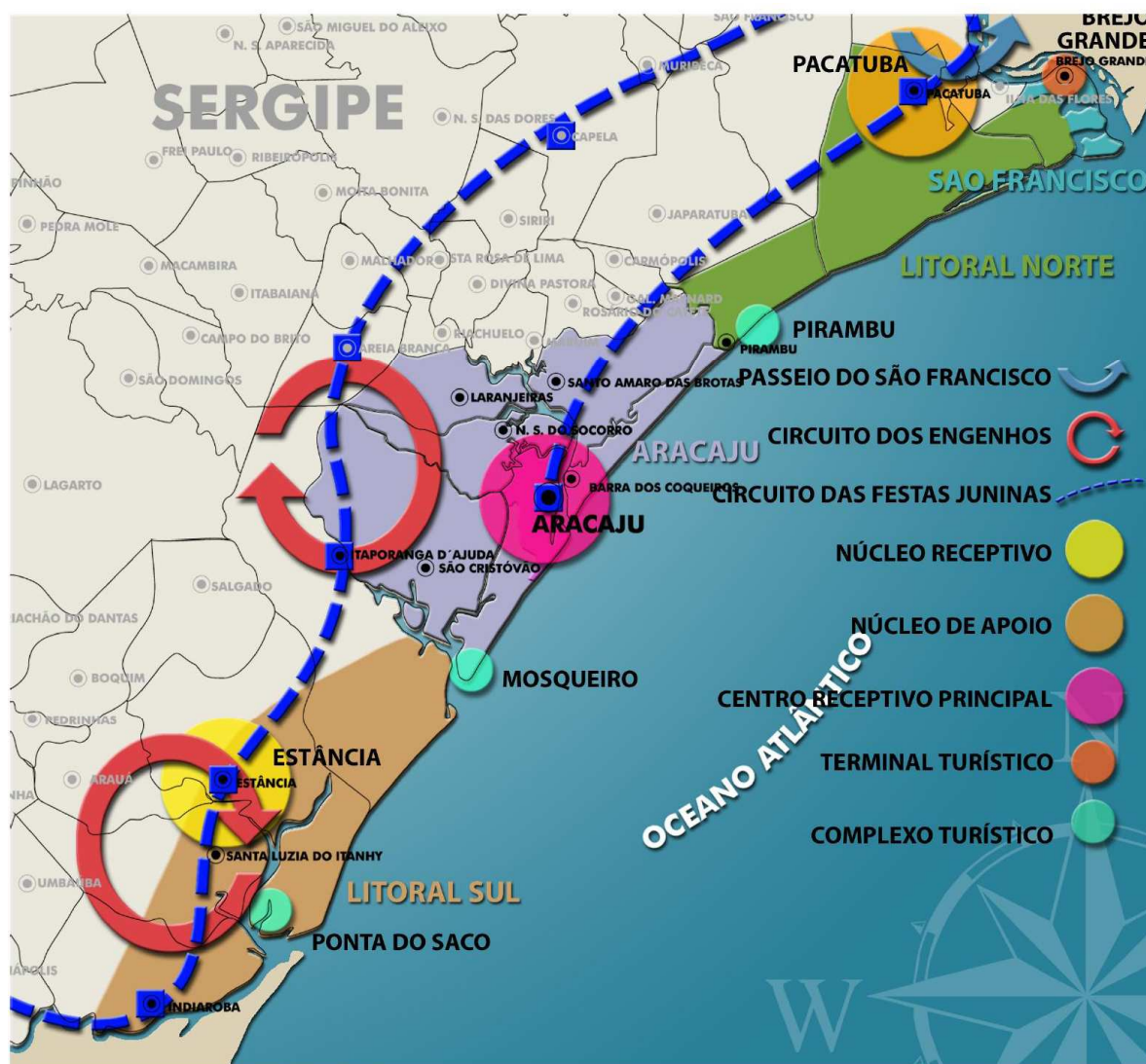
Considerando a posição estratégica e o potencial que a atividade turística representa para a economia sergipana, bem como a crescente procura de novos destinos no litoral sergipano por turistas, o Governo do Estado contemplou a área da 272
Costa dos Coqueirais com diversificadas infra-estrutura com vistas ao desenvolvimento ordenado do turismo. Tal perspectiva visa incentivar as atividades turísticas e, ao mesmo tempo, salvaguardar importantes ecossistemas representativos de vários biomas. O PDTIS contempla a definição e a priorização das ações e investimentos necessários à consolidação do turismo na região, completando e complementando os investimentos realizados pelo PRODETUR/ NE-I. (PDTIS, 2002).

A implantação do Pólo Costa dos Coqueirais tem por objetivo a extensão do turismo para outras localidades, além da capital, Aracaju. A estratégia turística adotada para Sergipe tem como base a estruturação de Aracaju como centro receptivo principal do Estado. O Pólo Costa dos Coqueirais insere-se nessa estratégia planejando de forma integrada os municípios da costa litorânea para o desenvolvimento ordenado do turismo.

Como demonstra a figura 1, a área de abrangência do Pólo Costa dos Coqueirais é composta por 17 municípios, entretanto o PDTIS considerou a primeira

fase do planejamento do PRODETUR II e selecionou 7 (sete) municípios (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhhy e São Cristóvão) que receberam recursos da primeira fase do programa e o município de Nossa Senhora do Socorro, por razões de complementaridade e necessidade de ações na área. (PDTIS, 2002).

Figura 1 – ESTRATÉGIA TURÍSTICA DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS – SERGIPE



Fonte: PDTIS, 2002.

Os resultados do PRODETUR-SE II são a estruturação dos atrativos turísticos do Litoral Sul, tais como a implantação de um circuito de navegação fluvial; o aproveitamento das estruturas de engenhos desativados para atividades turísticas, com ênfase para hospedagem e visitação, através de parcerias com a iniciativa privada; a implantação de sistemas de água e esgoto em povoados de especial interesse turístico e a implantação de sinalização turística.

De acordo com Almeida (2010), o Programa tem como meta desenvolver os seguintes roteiros em Sergipe: Sol e Praia (Aracaju e Litoral Sul), Negócios e eventos (Aracaju), Ecoturismo (Rota do Sertão Cultural) e Roteiro Cidades Históricas (São Cristóvão e Laranjeiras).

Para viabilizar o desenvolvimento desses roteiros turísticos o PRODETUR-SE está dividido em 5 (cinco) eixos estratégicos de investimentos:

1. Infra-estrutura e serviços básicos (R\$ 12.157.609,97)

- Implantação e melhoria da infra-estrutura do Povoado Crasto (R\$ 743.737,30);
- Implantação de Rodovia interligando Santa Luzia ao Povoado Crasto (R\$ 4.420.366,17);
- Implantação de Rodovia interligando o Povoado Covento-Pontal à Indiaroba (R\$ 6.993.506,50);

2. Estratégia do produto turístico (R\$ 4.398.150,00)

- Sinalização Turística da Rota Aracaju – Xingó (R\$ 106.700,00);
- Reforma e ampliação do terminal turístico de Pirambu (R\$ 600.000,00);
- Sinalização Indicativa e Turística Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico (R\$ 2.740.000,00);
- Sinalização turística Pólo Costa dos Coqueirais e da Orla de Atalaia (R\$ 221.450,00);
- Reforma do Cacique Chá (R\$ 400.000,00);
- Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju (R\$ 330.000,00).
- Sinalização Turística de Aracaju – parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

3. Estratégia de comercialização (R\$ 5.909.062,00)

- Elaboração e Execução do Plano de Marketing (R\$ 5.909.062,00)

4. Gestão ambiental (R\$ 155.433,00)

- Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos Turísticos (R\$ 155.433,00)

5. Fortalecimento institucional (R\$ 1.752.961,74)

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turismo Integrado Sustentável (PDTIS) Pólo Velho Chico (R\$ 350.000,00);
- Revisão e Atualização do PDTIS Pólo Costa dos Coqueirais (R\$ 204.886,00);
- Elaboração do Projeto de Fortalecimento dos Órgãos Gestores de Turismo (R\$ 154.458,22);
- Fortalecimento Institucional da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) Sergipe (R\$ 513.000,00);
- Fortalecimento Institucional da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) (R\$ 420.905,52);
- Fortalecimento Institucional da Companhia de Policiamento Turístico do Estado de Sergipe (CPTur) (R\$ 109.711,70).

275

Os resultados do PRODETUR II beneficiarão o turismo de sol e praia no litoral sergipano através da consolidação das obras de infra-estrutura viária e fluvial. A ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza Barris interligando Mosqueiro (Aracaju) à Caueira (Itaporanga D'Ajuda) facilita o acesso ao litoral Sul e a outros destinos do litoral baiano. E em breve, a ponte Gilberto Amado que comunicará o povoado de Porto do Cavalo (Estância) a Terra Caída (Indiaroba) sobre o Rio Piauí vai encurtar a distância entre Aracaju e Salvador em 70 km. Desta forma, haverá uma integração dos produtos turísticos do Litoral Sul de Sergipe aos destinos turísticos baianos, conectados pela Rodovia SE-100 à Linha Verde. Essas obras facilitarão também o acesso às praias de Coqueirinho, Abaís, Dunas, e Saco aumentando assim, a atratividade local e a oferta de produtos complementares ao turismo de sol e praia no litoral sergipano.

No âmbito dos investimentos privados que se beneficiaram dos recursos do PRODETUR-NE, Dantas (2010) realiza uma análise comparativa do setor hoteleiro entre as capitais nordestinas e supõe que o turismo de sol e praia de Aracaju ainda continua dependente de Salvador e de investimentos estatais. A constatação parte

de que existem duas variáveis de investimentos privados no setor hoteleiro, a primeira está concentrada nas cidades de Salvador (BA) com 292 estabelecimentos hoteleiros e em Fortaleza (CE) com 229 estabelecimentos. Num segundo grupo destacam-se Natal, com 159 estabelecimentos hoteleiros, Aracaju (SE) com 64, São Luís (MA) com 43, Maceió (AL) com 28 e Teresina (PI) com 28 estabelecimentos hoteleiros.

A primeira variável relacionada a Salvador e Fortaleza, reflete nuances apontadas pelos investimentos públicos relacionada a Salvador e Fortaleza, reflete nuances apontadas pelos investimentos públicos nos estados nordestinos. A segunda variável, a de Natal, reverte tal indicativa ao suplantam Aracaju, cujo Estado é o quarto em volume de investimentos públicos, no total de estabelecimentos hoteleiros. Na competição instituída entre as cidades litorâneas nordestinas, no sentido de atrair investimentos com produto turístico paia, supõe-se que a cidade de Aracaju não consegue deslançar, e continua eclipsada pela metrópole de Salvador e às investidas de seus governantes. (DANTAS, 2010, p. 79).

A avaliação de Dantas (2010) poderá ser contestada à medida que os eixos de integração entre a capital baiana e a sergipana tornarem-se uma via rápida de acesso às principais praias sergipanas, atraindo assim novos empreendimentos turísticos e hoteleiros no litoral de Sergipe, conforme se espera com os resultados do PRODETUR II.

276

Como resultado obtido nesta pesquisa conclui-se que a estratégia turística adotada pelo PRODETUR-SE está voltada para a construção de um novo posicionamento de Sergipe nos roteiros turísticos nordestinos relacionados ao litoral e à sua potencialidade como mercadoria turística. Nesta perspectiva, o incremento do turismo em Sergipe deverá alavancar a posição de Aracaju, nos roteiros turísticos como centro receptor e distribuir do fluxo de turistas. Com base nas análises realizadas verificou-se que a capital sergipana não se caracteriza como um destino de “passagem”⁹⁴.

Portanto, é de fundamental importância que os atores envolvidos no processo de planejamento e desenvolvimento integrado do turismo, sejam eles da iniciativa pública e privada, despertem o interesse das operadoras de turismo receptivo para que num futuro próximo as praias do litoral sergipano sejam ofertadas em roteiros

⁹⁴ Localidades que apresentam dificuldades para gerar uma demanda própria razoável funcionando como beneficiárias de localidades às quais estão ligadas por proximidade geográfica. (VAZ, 1999).

turísticos integrados a destinos litorâneos de destaque, e não como destino secundário.

Referencias

ALMEIDA, J.. **O papel do PRODETUR NACIONAL e suas implicações no Estado de Sergipe**. Aracaju, 28 de set. de 2010. I Ciclo de Palestras e Debates em Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Sergipe.

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales. Guía práctica para la planificación y gestión integrada**. Barcelona: Oikos-Tau, 1997.

BNB. **Marco lógico do Prodetur/NE II**. Fortaleza: BNB, 2003.

_____. **A atividade turística no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2005. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2008.

MMA (Brasil). **Agenda 21**. Brasília, 2008. Disponível em < <http://www.mma.gov.br>> Acesso em 10 mar. 2008.

CARRANZA, C. C. *et al.* Planificación y gestión integrada de la zona marina costera del Callao. **Revista del Instituto de Investigación FIGMMG**. Lima, vol. 8, n. 16, p.38-43 Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Instituto de Investigación de la Facultad de Geología, Minas, Metalurgia y Ciencias Geográficas), 2005.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: Por uma geografia do litoral**. 2ª Ed. Fortaleza: UFC, 2010.

277

PDTIS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais. Sergipe, 2002. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_sergipe.asp>. Acesso em 20 mar. 2008.

SANTOS, M. N. L. Poder territorial do turismo e os investimentos no Pólo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil. (Doutorado em Geografia), São Cristóvão, NPGeo-UFS 2009.

UNESCO. **Instrumentos y Personas para una Gestión Integrada de Zonas Costeras**. Guia Metodológica. Volumén II. COI, Manuales y Guías nº42, 2001

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada da zona costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza: Premius, 2005.

VAZ, G. N. **Marketing turístico: receptivo e emissor: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos**. São Paulo: Pioneira, 1999.

VIEIRA, L. V. L. Conflitos ambientais e territorialidades no litoral Norte de Sergipe. (Doutorado em Geografia), São Cristóvão, NPGeo-UFS, 2010.

Turismo e patrimônio ²⁷⁸

IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS DO GEOTURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA

Dante Severo Giudice⁹⁵

Rosemeri Melo e Souza⁹⁶

Resumo

Os geólogos estiveram normalmente voltados aos estudos tradicionais referentes a caracterização composicional e estrutural das litologias, e a localização e estudo de jazidas. No entanto a geologia começa a atuar em outras vertentes, tais como o turismo, já conhecida como *Geoturismo*, que nasceu da idéia de se visitar os atrativos geológicos diretamente onde eles se encontram. A Chapada Diamantina situada na parte central do Estado da Bahia detém grande potencial turístico devido a sua geodiversidade, representados pelos “geótopos” ou “geossítios”, sendo necessária apenas uma sistematização de roteiros que efetivamente propiciem ao visitante conhecer e interpretar as feições existentes. Para realização deste artigo realizamos trabalhos de campo, levantamento bibliográfico, e análise dos resultados. Podemos constatar que se faz necessário uma melhor reestruturação no modo que vem sendo feito o geoturismo na região, visando a conscientização para a preservação, caso contrário, muito vai se perder dos atrativos.

Palavras-chaves: Geologia. Turismo. Geoturismo. Chapada Diamantina.

Abstract

Normally the professional geologists have been dedicated all of your time to its traditional researchs related with lithologics and structural studies of rocks, their location on maps and to mining deposits as weel. But those days are going to change because other aspect was now about to be discover, the geotourism, which is in true the idea in just visit the geological points like interesting outcrops, mountains and so on, where they can be found in nature. The Chapada Diamantina is located on the center portion of the Bahia state and it has a great tourism potential to lure people from everywhere, because its great geodiversity, which means its geological sites or outcrops. For this propose it is need only an choose of a systhematic places which shown by itself to the visitors a special desire in to know and to understand such place. To carry out this article we do field work, literature review and analysis of results. We can see that it is necessary restructuring in a better way that has been done geotourism in the region, aimed at raising awareness for the preservation, otherwise will lose a lot of attractions.

Keywords: Geology. Tourism. Geoturism. Diamantina Plateau.

279

⁹⁵ Prof^o Assistente do curso de Geografia do IFCH/UCSAL, Doutorando do NPGeo/UFS, Membro do Geoplan/UFS.

⁹⁶ Prof^a Associada 2 do DGE/UFS, Phd pela Universidade de Brisbane (Austrália), Líder do Geoplan/UFS.

Introdução

A Chapada Diamantina localiza-se na parte central do estado da Bahia, abrange trinta e três municípios. Apresenta características singulares no que se refere a aspectos naturais. Trata-se de um santuário ecológico dos mais surpreendentes, de vida selvagem dificilmente encontrada em qualquer outra região brasileira, e por isso de grande importância para o geoturismo.

Conforme Hose (1997), o geoturismo é “a atividade de prover subsídios que possibilitem aos turistas adquirir o conhecimento necessário para compreender a geologia e geomorfologia de um local além da apreciação de sua beleza cênica” (HOSE, 1997, p. 77).

Nesta região estão situadas as maiores elevações da Bahia (atingindo 1.800 metros de altitude) o que se transforma em mais um atrativo já que a escalada delas (Pico das Almas, por exemplo) é um dos roteiros mais procurados. Assim do alto da serra do Sincorá, a paisagem é deslumbrante, além guardar surpresas que levará o visitante a descobrir rios de pedras coloridas, cascatas, cachoeiras e escorregadeiras naturais, que a ação da atividade geológica produziu, e também se transformaram em grandes atrativos turísticos da região.

280

Assim, o artigo tem como objetivo principal o levantamento e análise dos impactos ambientais causados pela ação do geoturismo na região em estudo.

Considerações Gerais sobre Turismo

O turismo é uma das vertentes mais expressivas das sociedades ditas pós-industriais. O desenvolvimento do turismo está ligado tanto às políticas públicas, seja de forma espontânea ou através de planejamento, quanto ao setor privado, ou a uma ação conjunta dos dois. A atividade turística é considerada hoje uma indústria pouco poluidora, mas, na verdade, representa na atualidade uma das mais significativas formas de reprodução de capital e de captação de recursos no comércio internacional. Desta forma, o turismo vem crescendo e se tornando um fenômeno internacional, onde se procura aventura, o autêntico e o inusitado de cada lugar, mas paradoxalmente se quer o conforto e a segurança de casa, bem como o ‘status’ que a viagem oferece ao indivíduo. Na procura de sua própria epistemologia, o turismo é, segundo Rodrigues:

Um fenômeno que por sua natureza complexa, reconhecida por todos os seus estudiosos, é um importante tema que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo, em que o enfoque geográfico é de fundamental importância, uma vez que, por tradição, lida com a dualidade sociedade x natureza. Se esta característica basilar da Geografia foi sempre considerada como um elemento complicador, tido como responsável pela sua dificuldade de firmar-se como ciência no período moderno, cremos que no momento atual, à luz de novos paradigmas e com a emergência da questão ambiental, a situação vem-se revertendo. Nunca o discurso geográfico foi tão valorizado, a ponto de ser apropriado por outras disciplinas. Este discurso tem sido, entretanto, superficial, permeado pela retórica, necessitando de aprofundamento para assumir a qualidade de texto. (RODRIGUES, 2006, p.22).

Na geologia turística atualmente vem-se desenvolvendo o aspecto ambiental, plenamente associado à Geografia Física, denominado turismo ecológico. Conforme Rodrigues (op. cit.):

Estes referenciais teóricos da contemporaneidade correspondem ao paradigma emergente das ciências sociais, procurando-se romper com a dicotomia sujeito-objeto na pesquisa científica. Este enfoque é fundamental nos estudos do chamado turismo ecológico, em particular levando-se em consideração os paradigmas de ecologia profunda, que exigem o abandono da perspectiva antropocêntrica para um enfoque biocêntrico, em que o homem é considerado uma das espécies da natureza. Preservar a natureza, então, significa preservar o próprio homem. (RODRIGUES, 2006, p.30).

281

Entretanto esta modalidade de turismo é tida como alternativa e teoricamente é capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural (englobando o geológico) e cultural. Por outro lado, esse uso racional sob o rótulo de turismo ecológico, pode legitimar velhas práticas do turismo tradicional predatório, já que muitas vezes o turista não está educado para tal, e as limitações existentes, não lhes são impostas, para não afugentá-los.

Segundo Becker (2004,p.103), a política nacional de turismo no Brasil é inconsistente, desarticulada e ambígua quanto aos seus propósitos, contemplando hoje no país o ecoturismo como um dos principais programas de turismo.

Por outro lado, segundo a Embratur/MMA (1994):

A indústria do turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação, surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica, para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza. (EMBRATUR/MMA, 1994, p.17).

Atualmente, após a exploração turística do mundo como um todo, são os grandes geossistemas, com a sua geodiversidade, e até então preservados, do 'mundo tropical' ou subdesenvolvido, em particular dos continentes africano e latino-americano, os também denominados espaços de reserva de valor, que são agora chamados a entrar em cena, e serem apropriados pelo turismo internacional. Para Rodrigues (op. cit.), o turismo

[...] nessas regiões expressa-se como verdadeiro processo civilizatório, podendo ser comparado às conquistas expansionistas das metrópoles nos territórios coloniais, na fase do capitalismo concorrencial, seja na exploração dos minérios, seja na monocultura de produtos tropicais de exportação. (RODRIGUES, 2006, p.7).

282

Desta forma, os países de economia periférica, em particular do mundo tropical, com grandes e diversificados recursos turísticos naturais e culturais, têm sido objeto da intervenção por meio de megaprojetos de empresas de capitais transnacionais que dominam hegemonicamente o mercado mundial. Estes projetos têm efetivamente captado divisas, porém a um alto custo para as populações locais e para o meio natural.

Assim sendo, mesmo nos locais mais inacessíveis, o turismo se instala com voracidade e alta tecnologia, causando total descaracterização no lugar, que passa a assumir nexos sofisticadamente urbanos, como na Chapada Diamantina, a 450 km de Salvador.

Os Atrativos Turísticos e a Geologia

Seguramente geologia e turismo têm muitos pontos em comum, e o turismo geológico representa uma das possibilidades para o geólogo de fazer o grande público conhecer e apreciar o território com outros olhares. Como afirma Desio (1987),

[...] são muito poucos os turistas que como os geólogos têm capacidade de apreciar mais intimamente as belezas da natureza. Os geólogos interpretam também as maravilhosas estruturas internas e os efeitos dos potentes choques e majestosos escorregamentos de grandes massas de rocha que foram pouco a pouco esculpindo a crosta terrestre. O geólogo sente também a perfeita harmonia que associa as formas externas e as internas, produzida como uma seqüência de causa e efeito. (DESIO, 1987, p.9).

Faz-se necessário aqui introduzir dois conceitos importantes quando se trabalha com geoturismo, um é o de patrimônio geológico, importante componente do patrimônio natural, pode ser definido como um georrecurso não renovável que pelo seu valor cultural, estético, econômico, funcional, científico, educativo, deva ser preservado para as gerações vindouras. O outro é o de geossítio – sítio geológico ou sítio de interesse geológico – que pode ser qualquer território onde se consegue definir um interesse geológico-geomorfológico para conservação. 283

Desta perspectiva surge o termo geoturismo que pode ser definido como o turismo com base nos atrativos geológicos, atrativos estes que delineiam a paisagem, tais como cascatas, grutas, dentre outros, que têm uma história a contar, a história da Terra, cuja explicação vem da geologia. Entender como tiveram origem as paisagens, pode vir a ser um argumento muito interessante, e a compreensão da Terra pode ser um motivo válido para se empreender uma fascinante excursão – a descoberta e o entendimento das belezas geológicas visitadas diretamente onde se encontram.

O geoturismo na Chapada Diamantina

No Brasil, e principalmente na Chapada Diamantina, pode-se praticar o geoturismo, tendo em vista que existe um dos mais belos e variados patrimônios geológicos do mundo.

Assim sendo, a região da Chapada Diamantina há muito tempo vem despertando atenção pelos seus atrativos naturais, decorrentes das ações físicas, através da ação dos rios, dos ventos, num processo de trabalhamento que veio produzir paisagens de rara beleza cênica, onde se destacam córregos e rios cristalinos (como o Serrano), áreas alagadas (como Marimbus), belas cachoeiras (como a da Sibéria), serras esculpidas (como a região do Pai Inácio e Morro do Camelo), grutas (como a Gruta Azul) que associado ao clima ameno, devido a altitude, se tornaram, por conseguinte, de grande valor para a exploração turística.

O turismo na Chapada Diamantina é bastante explorado, na forma de lazer e recreação, sobretudo no triângulo Lençóis – Mucugê – Andaraí, localizado na zona limítrofe do Parque Nacional da Chapada Diamantina, aonde o ecoturismo vem se tornando a principal prática. As formas de relevo da Chapada Diamantina (Figura 1), responsáveis pelos aspectos paisagísticos que atraem a atividade turística estão condicionadas tanto pela sua estrutura sedimentar como pela tectônica superimposta.

284

Figura 1 - MORRO DO PAI INÁCIO – ANTICLINAL COMPOSTO DE ARENITOS FLÚVIO-DELTÁICOS E EÓLICOS (FM. TOMBADOR), SOBRE ARGILITOS E SILTITOS (GRUPO PARAGUAÇU).



Fonte: www.vicfoto.br

Na borda oeste, de Botuporã até Rio de Contas, dobramentos mais apertados, associados a faixas de cisalhamento, de grande extensão, favoreceu a formação de serras alongadas, de direção NNW, com vales suspensos, estreitos, intercalados (PEDREIRA, p.188). Aí está o Pico dos Barbados, de 2033 m, ponto culminante da Bahia e do Nordeste. Na borda leste, de Lençóis a Morro do Chapéu, o dobramento mais aberto, com sinclinais e anticlinais de larga amplitude, favoreceram a formação de platôs e morros tabulares (mesas), com altitudes de cerca de 1000 m, tais como o conhecido Morro de Pai Inácio, em Palmeiras e o próprio Morro do Chapéu, que dá o nome à cidade, intercalados a vales abertos, como o vale do Paty, em Lençóis. Amplos platôs calcários são encontrados ao norte da Chapada, na região de Irecê.

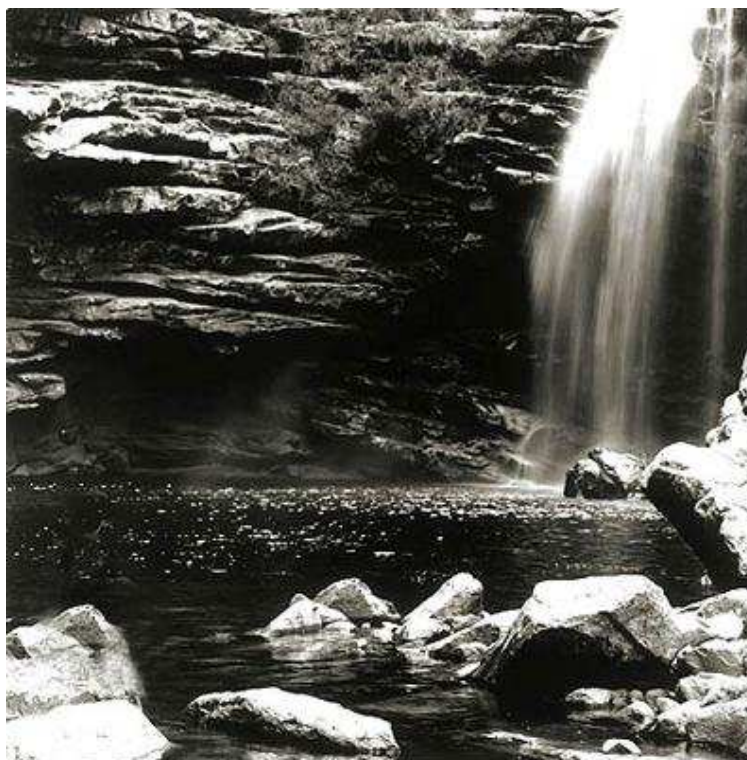
285

Desta forma, a Chapada Diamantina se enquadra na forma do turismo paisagístico, com os atrativos supracitados, onde se destaca a cachoeira do Sossego (Figura 2), situada no município de Lençóis. Este tipo de turismo se faz na forma do turismo contemplativo, científico, de aventura ou ecoturismo, e cultural (BORDEST, 1999, p.34).

Várias são as possibilidades de roteiros (trilhas), sendo que muitas delas já estão delimitadas e são utilizadas. No entanto, a maioria delas não visa aspectos geológicos em si, mas sim as estruturas deles decorrentes. Sugerimos um roteiro

que parte da localidade de Capão, município de Palmeiras, até a Cachoeira da Fumaça (Glass), que tem uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros, de acesso com grau de dificuldade médio, devido a parte inicial, onde se tem de vencer a escarpa ocidental da Serra do Sincorá. O restante é feito na parte plana, os gerais, até atingir o topo da cachoeira que cai de uma altura de 420 metros, através de um abismo originado numa fenda geológica, e edificada em arenitos fluviais e eólicos, fraturados (LIMA; NOLASCO, 1997, p. 66).

FIGURA 2 - CACHOEIRA DO SOSSEGO – FORMAÇÃO TOMBADOR (ARENITOS E CONGLOMERADOS), COM FALHA, ONDE ESTÁ ENCAIXADO O RIO DO MESMO NOME.



Fonte: www.vicfoto.br.

Assim sendo, é evidente a correlação entre a geologia e o turismo na Chapada Diamantina, uma vez que as atrações estão vinculadas as estruturas geológicas, abrigadas, em sua grande maioria nas unidades de conservação, que se constituem em espaços protegidos, e que por lei preservam os recursos naturais e ecológicos da região.

Evidentemente que associado a toda beleza cênica produzida pela ação da geologia, está a questão da fragilidade destes geossítios existentes na Chapada Diamantina, que a natureza levou eras para construir e que não são 'renováveis'. Por isso, se faz necessária muita precaução na utilização destes atrativos, já que os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à implantação de infraestrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer, como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. No que se refere à implantação de infraestrutura, muitos são os casos em que ela é feita de forma ambientalmente inadequada. Dentre eles podemos citar a edificação de meios de hospedagem em áreas não urbanizadas, bem como outras infraestruturas a eles associadas que podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem. Assim, o planejamento físico-territorial é o único instrumento capaz de evitar ou de minimizar possíveis impactos dessas estruturas sobre esses ambientes. No que se refere à circulação de pessoas, os impactos mais comuns, decorrentes do turismo, sobre ambientes naturais, são aqueles associados à produção de dejetos e de lixo e, em grande parte dos casos, à incapacidade das municipalidades de lidar com a presença de uma dada população flutuante sobre seus territórios. Há também os impactos ambientais decorrentes do pisoteio de grupos de turistas sobre trilhas em áreas de mata, em decorrência de caminhadas. Estes impactos, apesar de não quantificáveis, podem trazer consequências danosas.

287

O patrimônio natural da região da Chapada Diamantina é muito grande. A implantação de áreas de proteção e criação de parques, por si só, não leva à preservação desse patrimônio, seja pela falta de fiscalização, por razões diversas que não vamos aqui discutir, seja pela falta de uma maior conscientização da população, visitante ou local, de que este patrimônio é de todos e a todos são responsáveis pela sua preservação. Esta é uma questão educacional de base, quando se incute a noção de cidadania e de coletivo.

É evidente que falta também a profissionalização do turismo nessa região, afinal, nem nossos vizinhos menos desenvolvidos, oferecem visitação de graça aos seus patrimônios naturais. Não se trata de privatizar a 'natureza' como afirmam alguns, mas regular e sistematizar o seu uso. Isso, além de trazer emprego e gerar

recursos, cria uma infraestrutura básica que protege o atrativo da ação de turistas vândalos que adoram levar um 'souvenir' de grutas e cavernas, ou registrar seus nomes nas rochas para a 'posteridade'.

Tendo em vista que nem todos os atrativos são passíveis de serem 'fechados', nos locais abertos deve-se sistematizar a fiscalização e incrementar um processo de conscientização junto ao visitante.

Enfim, as agressões aos ambientes naturais podem soar como um exagero para alguns, no entanto para ambientalistas atentos, as transformações a eles impostas pelo homem, podem representar verdadeiros desastres ecológicos.

Considerações Finais

O turismo e conseqüentemente o geoturismo têm, como objetivo principal, propiciar aos turistas que suas expectativas sejam alcançadas, de modo mais abrangente possível. No entanto deve se ter em mente que a salvaguarda das características gerais e específicas da população local é fundamental para que seja possível atingir a sustentabilidade. O geoturismo está intimamente vinculado ao meio ambiente, e desta forma ao patrimônio ambiental (incluído o geológico), uma peça chave, uma vez que a política de preservação do meio ambiente almeja o controle do crescimento, sem que os atrativos percam a sua feição original. Assim sendo, o geoturismo sustentável procura contemplar exatamente esse equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

No nosso caso particular, consideramos que:

- Se faz necessário para a consolidação do geoturismo na Chapada Diamantina, a existência de treinamento dos guias locais, com o objetivo de capacitá-los para, ao receberem os visitantes, falarem sobre a geologia local, que é o fator que rege a principal fonte de renda deles.
- E que seja elaborado um trabalho sócio-educativo, através de folder, cartilhas, etc, com o intuito de difundir a geologia e integrá-la com a comunidade em geral, divulgando os conhecimentos geológicos numa linguagem simples e de maneira clara, sem o "geologuês" usual.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, R. L. **Chapada Diamantina**: história, riquezas e encantos. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/EGBA, 2006. 155 p.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 168p.
- BORDEST, S. M. L. (Org.) **Matutando turismo**. Cuiabá: Edufmt, 1999. 203p.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. M. e. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005. 174 p.
- CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003. 125 p.
- DESIO, A. **Sulle vie delle sete dei ghiacci e dell'oro**. Novara: Instituto Geografico de Agostini, 1987. 155p.
- EMBRATUR/MMA. **As diretrizes para uma política nacional de ecoturismo da Embratur**. Brasília: EMBRATUR/MMA, 1994.
- HOSE, T. A. Geotourism. Selling the Earth to Europe. In: MARINOS, P. G.; KOUKIS, G. C. TSIAMBAOS, G. C.; STOURNAS, G. C. (eds) **Engineering Geology and the Environment**. Rotterdam, Netherlands: Balkema, 1997.
- JUCÁ, F. A.; FUNCH, L.; ROCHA, W. (Orgs). **Biodiversidade e conservação na Chapada Diamantina**. Brasília: Ministério do Meio ambiente, 2005. 435p.
- LEMOS, A. I. G. de (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. 302 p.
- LIMA. C. C. U. de; NOLASCO, M.C. **Lençóis, uma ponte entre a geologia e o homem**. Feira de Santana: UEFS, 1997.
- PEDREIRA, J. A. **Serra do Sincorá, Chapada Diamantina**: beleza paisagística e paleoplácetes de diamante. Salvador: CPRM/Sigep, 2004. p. 187-194.
- RODRIGUES, A. A. B. (Org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. 272 p.
- YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. 238 p.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ EM SÃO CRISTÓVÃO

Ivan Rêgo Aragão⁹⁷

Lillian Maria de Mesquita Alexandre⁹⁸

Resumo:

São Cristóvão em Sergipe, através da Praça São Francisco, acaba de receber da Unesco, o selo de Patrimônio Cultural da Humanidade e com esse fato inédito, a cidade, com característica colonial e possuidora de bens culturais na categoria do tangível e intangível, passa a entrar na rota do turismo internacional. Após as merecidas comemorações, é fundamental pensar em estratégias que envolvam a população local na valoração do seu patrimônio. Visto que só assim, esse tão honroso título seja sustentado para futuras gerações. Uma dessas ações pode estar ligada a educação patrimonial visando à construção da consciência cidadã em São Cristóvão. Esse tipo de educação poderá ser um viés interessante na tomada de consciência dos moradores sobre importância e valor cultural do que o centro antigo possui. E nesse sentido, esse artigo se propõe a refletir sobre a educação patrimonial como ação de construção da cidadania no resgate, conhecimento, reconhecimento e respeito ao patrimônio cultural sãocristovense. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura sobre os conceitos de Educação, Patrimônio educação patrimonial dentre outros que se fizerem necessário. Diferentemente das cidades históricas mineiras que estão longe dos grandes centros, ou mesmo da capital Belo Horizonte, na pesquisa de campo ficou constatado que existe uma “comodidade compactuada” entre o poder público e a população em não desenvolver o turismo na cidade. Os moradores têm consciência do valor da cidade, mas não se investe na propagação desse Bem.

290

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; São Cristóvão; Educação Patrimonial.

Abstract:

They are Cristóvão in Sergipe, through the San Francisco Square, finishes to receive from UNESCO, the stamp of Cultural Patrimony of the Humanity and with this unknown fact, the city, with colonial and possessing characteristic of cultural goods in the tangible category of and the intangible one, starts to enter in the route of the international tourism. After the deserved commemorations, are basic to think about strategies that involve the local population in the valuation of its patrimony. Since only thus, this so honroso heading is supported for future generations. One of these actions can be on the patrimonial education aiming at to the construction of the conscience citizen in Is Cristóvão. This type of education could be an interesting bias in the taking of conscience of the inhabitants on importance and cultural value of what the old center possesss. E in this direction, this article if considers to reflect on the patrimonial education as action of construction of the citizenship in the rescue,

⁹⁷ Mestrando em Cultura e Turismo - Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC – Ilhéus/BA; Bacharel em Turismo – Estácio/ Faculdade de Sergipe. E-mail: ivan_culturaeturismo@hotmail.com.

⁹⁸ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe; Bacharel em Turismo Universidade Tiradentes – Aracaju. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. E-mail: lillian_mesquita@hotmail.com.

knowledge, recognition and respect to the são cristovense cultural patrimony. For in such a way, the used methodology was the bibliographical research, with literature revision on the concepts of Education, Patrimony patrimonial education amongst that if to make necessary. Differently of the mining historical cities that are far from the great centers, or same of the Belo Horizonte capital, in the field research he was evidenced that a “comfort partied” between the public power and the population in not developing the tourism in the city exists. The inhabitants have conscience of the value of the city, but he does not invest in the propagation of this Good.

Key words: Cultural patrimony; São Cristóvão; Patrimonial education.

1. Introdução

São Cristóvão em Sergipe, através da Praça São Francisco, acaba de receber da Unesco, o selo de Patrimônio Cultural da Humanidade e com esse fato inédito, a cidade, com característica colonial e possuidora de bens culturais na categoria do tangível e intangível, passa a entrar na rota do turismo internacional.

Nesse sentido algumas questões surgem de imediato: Será que a cidade e a população local estão preparadas para receber o visitante? Os são cristovenses tomaram consciência da importância de receber uma chancela dada por um dos principais organismos internacional ligados à cultura e ao patrimônio? A Praça São Francisco e o conjunto arquitetônico que a cerca, foi elevada a uma categoria que foge aos limites da cidade. Ela se tornou um lugar de memória da humanidade, com uma carga simbólica relevante para cultura internacional.

Após as merecidas comemorações, é fundamental pensar em estratégias que envolvam a população local na valoração do seu patrimônio. Visto que só assim, esse tão honroso título seja sustentado para futuras gerações. Uma dessas ações pode estar ligada a educação patrimonial visando à construção da consciência cidadã em São Cristóvão. Esse tipo de educação poderá ser um viés interessante na tomada de consciência dos moradores sobre importância e valor cultural do que o centro antigo possui. E nesse sentido, esse artigo se propõe a refletir sobre a educação patrimonial como ação de construção da cidadania no resgate, conhecimento, reconhecimento e respeito ao patrimônio cultural são cristovense.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura sobre os conceitos de Educação, Patrimônio e Educação Patrimonial

dentre outros que se fizerem necessário para concluir a base conceitual da pesquisa.

2. O papel da Educação e da Educação patrimonial na formação cidadã.

A educação é um processo de humanização. Ou seja, é processo pelo qual se possibilita que os seres humanos se insiram na sociedade humana, historicamente construída e em construção. Portanto, a educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade, mas também projeta a sociedade que se quer. (GARRIDO, 2002, p. 97)

Assim, a qualificação através da educação possibilita, em um primeiro momento, que cada profissional transforme um simples atendimento em uma recordação inesquecível para o cliente e tenha consciência da responsabilidade e da importância do seu papel no conjunto. É a educação ainda que possa promover a compreensão e o respeito pelo patrimônio histórico-cultural, bem como as atitudes e ações adequadas à preservação do meio ambiente. (PIMENTA, 2004, p. 11).

Paulo Freire empreendeu suas idéias para uma educação do povo onde a construção do conhecimento se daria numa perspectiva transformadora observando o papel da escola no processo de democratização fundamental da sociedade. Para o povo participar é necessário, o que lhes permite conhecer o caminho para uma relação que dialoga de forma ampla:

Colaborar com ele [o povo] na indispensável organização reflexiva do seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição de meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica (...). Identificada com as condições da nossa realidade. Realmente instrumental, por que integra ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. (FREIRE, 1982, P. 106)

Como dizia Saviani (1985), a educação é “uma exigência do e para o processo de trabalho”. Sendo um processo de trabalho, a educação produz e reproduz conhecimento a fim de garantir a própria existência humana. A educação, então, produz conhecimento para produzir bens materiais e espirituais.

A educação, enquanto forma de sustentação dos sistemas sociais existentes, reflete em sua essência a estrutura e os valores vigentes nas sociedades que

transcendem o presente mediante a incorporação de experiências do passado e da projeção do futuro. Nesse contexto, atuam múltiplos atores – os grupos sociais, elites, atores políticos, organizações não-governamentais, atores do campo da ciência e tecnologia, economia, comunicação, mídia, comunidades religiosas – cuja presença ilustra a pluralidade ao mesmo tempo em que evidencia a imprevisibilidade do resultado final da interação de tantas idéias e conceitos que se introduzem no processo.(DENCKER, 2002, p.26)

Ela, enquanto espelha e reproduz a sociedade, é um mecanismo de socialização e manutenção da estrutura social, por isso deve ser utilizada de forma a levar a uma determinada comunidade, condições de sustentação desses perante as relações sociais existentes e neste caso, dos residentes com os turistas e neste caso, em São Cristóvão/Se.

A educação patrimonial é primordialmente, um trabalho de resgate e busca da auto estima da população frente a sua cultura. Uma iniciativa que fortalece o sentido de pertença e de identidade das pessoas. Esta é um tipo de estratégia planejada em longo prazo, onde é necessário o envolvimento dos principais atores da comunidade local, a saber: moradores, professores, comunidade acadêmica, associações de bairros, dentre outros. E quanto maior o envolvimento dos agentes sociais dentro do lugar onde é desenvolvida essa forma de educação, tanto maior será a abrangência e a duração da mesma. Acredita-se que sendo uma ação contínua, se chega a um momento onde a educação patrimonial fará parte do cotidiano dos moradores.

De acordo com o Ministério do Turismo (2005, p. 22), a educação patrimonial “é um processo permanente e sistemático focado no patrimônio cultural, com vistas ao conhecimento, à apropriação e valorização de sua herança cultural”. Essa temática é corroborada por Castro (2006, p. 55), quando a autora também diz que esse tipo de educação está relacionado a um processo permanente e sistêmico, e instrumento para afirmação da cidadania.⁹⁹ E que significa, “valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida”. Segundo Queiroz (2004, p.34), ela pode ser:

[...] um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a

⁹⁹ Ver site Revista Museu.

si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação.¹⁰⁰

A educação patrimonial pode ocorrer de três maneiras: quando é criado um espaço para desenvolver as atividades, aonde as pessoas vão até o local; nas ruas, no cotidiano como algo que faz parte do dia-a-dia do morador ou ainda, em campanha nas escolas do ensino fundamental e médio criando uma base sustentável com as futuras gerações sobre a importância do patrimônio cultural que o cerca. Dessa forma, a ela auxiliará a criança e o jovem a conhecer, valorizar e como consequência preservar os bens culturais do seu entorno.

Dito isso, percebe-se que muito mais do que sensibilizar as pessoas, a educação patrimonial é um movimento de resgate na auto estima e cidadania do morador, pois oferece as ferramentas para os indivíduos se sentirem pertencendo a todo um conjunto de bens culturais incorporados a cidade. Quer sejam bens tangíveis ou intangíveis, esse sentido de representatividade da população pelo seu patrimônio fica evidente através da educação patrimonial. A mesma também facilita uma aproximação e dialogo entre o bem cultural e a população local, onde ele se encontra, desmitificando a idéia de patrimônio cultural como uma realidade divergente da paisagem cotidiana do morador. Segundo Elizabeth Salgado, que por 20 anos esteve à frente das ações pedagógicas do Museu da Inconfidência em Ouro Preto:

294

A disseminação das ações educativas de identificação e valorização do patrimônio cultural requer um estudo sobre os fazeres e saberes da coletividade, de modo a representar seus anseios, necessidades, sonhos e realizações efetivos. Patrimônio cultural é uma expressão cunhada para promover a proteção dos bens materiais e imateriais que identificam um grupo, uma comunidade, uma região, pela sua importância na produção de um conhecimento coletivo.¹⁰¹

Frente à globalização¹⁰² que tende a uniformizar as culturas e as identidades, é relevante campanhas de valorização da cultura local em detrimento do global. A educação patrimonial pode ser um movimento de resistência a essa padronização, através valorização da singularidade e peculiaridade dos “fazeres local”, dos aspectos simbólicos da comunidade. Calcados no passado, através do centro antigo

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Palestra proferida na PUC Minas no dia 12 de setembro de 2007.

¹⁰² O processo de globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

da cidade, sua singularidade urbana e o seu patrimônio arquitetônico e da cultura imaterial dinâmica, feita na cotidianidade e/ou em datas comemorativas.

Assim, é preciso que a educação patrimonial transforme de forma consciente a população de uma localidade como São Cristóvão em que a riqueza patrimonial existente a identifica como uma celeiro cultural, rico em toda a sua extensão e que faz com que o patrimônio seja sua maior riqueza.

Para isso, a idéia de patrimônio reporta aos antigos romanos, onde segundo Chaui (2001, p. 13) a palavra estava diretamente ligada a figura do Pai, Patriarca, Patrício, possuidor do *patrimoniun*. “*Pater* é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (pai é o dono do *patrimoniun*)” [...] (CHAUÍ, 2001, p. 15). Essa noção é espalhada por Funari e Pelegrini (2006, p. 14), quando o termo patrimônio originário do latim também remete à herança das famílias e “aos pontos de vista e interesses aristocráticos” de Roma. Durante a história, essa palavra passou a ter vários significados, indo inclusive da esfera particular (na sua origem) de herança familiar, para o setor público (patrimônio de uma coletividade).

Mas o sentido de patrimônio deve ir além do caráter material, segundo Bomfim (2009, p. 128), ele deve ser constituído também “pelo conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas da vida cotidiana que fazem referencia à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira”.

Assim, a educação patrimonial é uma ação que envolve a população local, possibilitando trazer a tona o valor cultural único. Muitas vezes, por estar muito próxima e fazendo parte do cotidiano, à comunidade vê, mas não o enxerga em uma dimensão mais afetiva e identitária. Ou pode acontecer, de existir uma visão distorcida do que é patrimônio e acabar acarretando em preconceitos.

3. A cidade de São Cristóvão/SE como espaço para educação patrimonial

A cidade de São Cristóvão está localizada na região nordeste do Brasil no Estado de Sergipe, e está distante 26 km da capital Aracaju. Possui uma vegetação típica de transição litorânea com a mata atlântica. Sobre essa tipologia, Santos

(2007, p. 34) comenta que “São Cristóvão apresenta uma cobertura vegetal composta por capoeira, raros fragmentos de mata atlântica. Acrescenta-se a essa formação restingas, manguezais e vegetação higrófila”.

Santos (2007, p. 45), também informa que a região do estuário do rio Vazabarris da qual São Cristóvão faz parte, é formada por “um dos mais ricos ecossistemas do planeta, os manguezais”. As áreas costeiras do Brasil sempre foram ocupadas com a urbanização, indústria e turismo, com isso, a vegetação de restinga foi aos poucos sendo degradada e os animais nativos, comercializados. A região influenciada pela ação humana é caracterizada pela alternância de pastagens e coqueirais, formação de lagoas e cordões arenosos.

Ainda de acordo com Santos (2007, p. 45), “a forma de relevo dominante é a colina com cristais e topos arredondados, embora também apareçam os inteflúvios tubulares”. O subsolo sedimentar que caracteriza “a quase homogeneidade das rochas”.

A cidade de São Cristóvão tem clima tropical semi-úmido de verão, com temperaturas anuais que variam entre 23 a 31°C, e regime de chuvas denominado marítimo, com baixo índice pluviométrico de setembro a fevereiro e mais chuvas, de março a agosto.

296

Os rios da região constituem a bacia do rio Sergipe. O rio Paramopama cruza a malha urbana da parte baixa da cidade. Segundo Santos (2007, p. 46), “em seu terço final [...] se transforma em estreito córrego, assoreado pela ausência de vegetação ciliar e totalmente poluído pelo lançamento *in natura* dos efluentes domésticos”.

A cidade pertence ao pólo “Costa dos Coqueirais” do programa PRODETUR/NE em Sergipe e está inserida no Roteiro das Cidades Históricas (antigo Caminho dos Jesuítas), da EMSETUR.

Esse roteiro engloba cidades que vão do norte, passando pelo litoral central, indo até o sul de Sergipe. Os municípios inclusos passaram pelo processo de ocupação das Ordens Religiosas no período da colonização do território. O roteiro apesar de encontrar dificuldades para ser comercializado pelo receptivo sergipano auxilia no processo de captação de recursos junto ao Governo Federal e na construção de um simbolismo na região.

A cidade de São Cristóvão tem um rico patrimônio do período colonial em estilo Barroco. Para alguns estudiosos, o Barroco além de ser um estilo artístico que influenciou a arquitetura, escultura, pintura, literatura e música, foi também um momento histórico de transformações políticas e religiosas.

A cidade guarda, ainda hoje, em sua arquitetura, a marca do período histórico em que foi sede do Governo, herança dos períodos do Brasil Colônia e Império. São Cristóvão é vista por Sampaio (2004, p. 50), como:

[...] uma cidade pacata, organizada, considerada dormitório e tem em seu conjunto patrimonial a referencia barroca com igrejas belíssimas, casarões do período colonial e conventos, e ainda hoje conserva as suas romarias, as suas devoções, as suas festas religiosas e populares.

Sobre os monumentos religiosos Vieira (2007, p. 20), enfatiza que “as igrejas possuem estilos arquitetônicos que apresentam aos turistas uma atratividade de vivenciar e perceber em seus monumentos os detalhes construídos”. Vieira ainda diz que junto com os museus, as igrejas são relevantes símbolos que estimulam a atividade turística no município.

A cidade tem uma realidade favorável para o turismo cultural, o seu acervo de caráter predominantemente histórico, vão desde espaços e construções seculares, até grupos folclóricos de manifestações e danças populares. Na arquitetura, destaca-se o conjunto colonial da Praça São Francisco e o da Praça Senhor dos Passos (antigo Largo do Carmo). Ainda existem espalhados pelo centro histórico da cidade, algumas igrejas e casarios.

Com a revolução industrial, São Cristóvão inaugura uma ferrovia para o escoamento de produtos e isto implicou em vários deslocamentos na estrutura e configuração urbana, bem como, nos hábitos e costumes da população. Nesse período, a cidade se adaptou à linha férrea e nas palavras de Galvão Júnior (2007, p. 67), “uma via que cortava a cidade e, assim, gerava separações e, ao mesmo tempo, conexões”.

Surgem novos padrões estéticos na arquitetura e a cidade se consolida em dois planos: a cidade alta - tradicional e histórica, e a baixa - do comércio e da ferrovia. Configuração que se mantém até os dias atuais, acrescidas de rodovias, sistema de comunicação e interesse turístico.

Sobre a Praça São Francisco, Telles (2007, p.56) ressalta a importância do espaço valorizado pelo seu tamanho e amplitude, pelo conjunto arquitetônico que ela abriga e o valor sociocultural para a cidade. Neste lugar, localiza-se um cruzeiro, segundo ele, “comum nos conjuntos franciscanos, constituído por uma cruz assente em pedestal formado por sucessão de superfícies curvas, tudo de calcário”. O autor finaliza seu texto comentando que a Praça São Francisco tem “valor em nível mundial”. Foi no passado espaço de destaque para o núcleo urbano de São Cristóvão e do nordeste do Brasil.

A religiosidade está presente na cidade através das missas e procissões do calendário litúrgico anual. Os ritos sacros iniciam no dia de Santos Reis (06 de janeiro), com missa e manifestações folclóricas ligadas a esta data, como o Reisado. A festa do “Senhor dos Passos” na quaresma atrai pessoas de todo o Estado, são dois dias de festa onde o ponto alto é a Procissão do Encontro, que leva a imagem de Jesus e de Nossa Senhora das Dores pelas ruas do centro histórico, finalizando com uma missa. Para Aglaé D’Ávila Fontes (2007, p.76), esta é a principal festa religiosa da cidade. Por todo o circuito do trajeto é comum vislumbrar manifestações de devoção e veneração, com pessoas pagando alguma promessa ou ajoelhadas sobre o calçamento. 298

Além da influência ibérica, a cultura popular de São Cristóvão, também recebeu referências culturais dos africanos e indígenas. São visíveis os aspectos dessas três raças no folclore do Reisado, São Gonçalo, Samba de Coco, Caceteira, Batalhão de São João, Taieiras e Bacamarteiros. Os instrumentos musicais como o cavaquinho, sanfona, pandeiro e bombos, dentre outros, definem os sons dessas danças e folgedos, acompanhados pelo batuque, marchas e cantos.

Outra tradição inserida na cidade diz respeito à gastronomia. São as queijadas, uma herança dos portugueses vindos para Sergipe. Conforme Givalda dos Santos da Casa da Queijada, “originalmente feita com queijo, às queijadinhas foram trazidas pelos portugueses que aqui vieram para São Cristóvão e adaptou a receita com o côco, material abundante no litoral do Brasil”.

Anualmente, na Festa do Senhor dos Passos é fácil encontrar vendedoras deste doce entre a rua que começa em frente à Igreja Matriz da Nossa Senhora da

Vitória, e termina no antigo Largo do Carmo, principal rua onde sai à imagem de Cristo indo para a referida Matriz.

O local também é conhecido pelas bolachinhas de goma, sequilhos e licores. Junto com as queijadas, outra iguaria tradicional na cidade são os chamados “briceletes”. Tradicionais biscoitos feitos pela Congregação das Irmãs Missionárias Lar Imaculada Conceição, trazendo em auto-relevo o símbolo da Irmandade dos Carmelitas.

Também é destaque, o artesanato produzido em palha, como chapéus, bolsas, esteiras, cestas, dentre outros objetos, e os produtos confeccionados em tecidos com a renda de bilro, “ponto de cruz” e as “colchas de tacos”.

As grandes festas populares do calendário anual estão presentes em São Cristóvão. O carnaval é comemorado através das bandas e blocos de frevos, acompanhados pelos bonecos gigantes representando personagens da cultura, das artes populares e da educação do município, sempre levando foliões por onde passam.

Os festejos juninos têm grande força no nordeste. Concordando com essa temática, D'Ávila (2007, p. 48), diz que “o ciclo junino apresenta-se no Nordeste como um dos mais ricos da nossa identidade cultural”. De influência portuguesa, as comemorações desse período louvam aos três santos católicos, Santo Antônio, São João e São Pedro, mas em sua origem a festa tinha uma conotação pagã de louvor a terra e a colheita. Trazida pelos colonizadores, ela é marcada por missas, comidas, quadrilhas, histórias, danças.

Nesse período em São Cristóvão, acontecem missas, novenas, trezenas e procissões. Mas também, sem a conotação religiosa, são realizados arraiais, com trios de forró “pé de serra” e quadrilhas e bandas de forró eletrônico.

O município faz parte do Programa Monumenta, um projeto do Ministério da Cultura, com o apoio técnico da UNESCO e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse programa tem como objetivo principal, restaurar de forma sustentável, vários prédios e espaços públicos, tais como, o Convento e Igreja de Santa Cruz, Lar Imaculada Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Sobrado da Antiga Ouvidoria, Museu Histórico do Estado de Sergipe; A Praça da Bandeira e fachada da Capela dos Capuchinhos, Praça São Francisco, Praça

Senhor dos Passos (antigo Largo do Carmo), Ladeira de Epaminondas (Beco da Poesia), Ladeira do Porto da Banca, Ladeira do Açougue, Beco do Amparo, Largo do Rosário.

Este programa também abarcou as obras em espaços particulares, como a reforma da Casa da Queijada e mais sete propostas em imóveis privados. Ele também ofereceu financiamento para proprietários de imóveis localizados dentro da área do Programa. De acordo com o IPHAN (2007, p. 29), o Monumenta,

[...] atua em São Cristóvão com o objetivo de garantir que as intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população, seja pela capacitação de mão-de-obra específica, visando incentivar a economia por meio do incremento do turismo cultural, geração de empregos e apoio à educação patrimonial.

O fato de a cidade ter a sua imagem relacionada ao contexto histórico-cultural auxilia na possibilidade do turismo fomentar a economia local. Por estar à margem de um “ambiente flúvio-marítimo estuário”, São Cristóvão favorece outros tipos de segmentação turística. A proximidade da capital é outro fator positivo, principalmente no tocante a acessibilidade.

300

Sobre o lugar, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2007, p. 23) destaca que, “São Cristóvão, com suas igrejas, conventos e casarões seculares, permanece como documentário vivo do passado sergipano, uma página da história brasileira a ser preservada”.

A cidade é um “museu a céu aberto”, os seus monumentos são marcos de acontecimentos do passado que refletem no presente, fornecendo subsídios para quais ações tomar em prol do espaço urbano, da população residente, identificando as pessoas com a sua cultura e história. As edificações, o acervo de arte sacra, de objetos históricos, de religiosidade popular, evidenciam o modo de ser, viver e pertencer dos seus moradores.

4. Considerações Finais

A atividade turística pode ajudar a comunidade na construção de uma identidade, já que por ser um aglutinador destes valores esquecidos, enaltecendo também o que um local tem de melhor como herança, seja ela natural ou cultural.

Com um rico acervo de arte colonial e barroca, é fundamental para o município que o poder público entre em acordo com a iniciativa privada, procurando estimular o crescimento do turismo de forma planejada, coerente, buscando também condições básicas para quem nele vive. Essas melhorias refletirão na hospitalidade, visto que pessoas conscientes do seu valor, da relevância cultural e turística da sua cidade receberão bem quem vem conhecer a localidade.

São Cristóvão tem em sua população, indivíduos conscientes do valor histórico e cultural, que é necessário um trabalho de reeducação cultural ou patrimonial, resgatando a auto-estima nas pessoas para que as mesmas possam reivindicar ações na melhoria da qualidade de vida, onde estão inclusos aí uma atividade turística dinâmica e participativa, inserindo os moradores nesse processo. Fortalecendo a identidade local e trazendo meios de subsistência, visto que esse é um dos principais sentidos do porque da atividade turística existir.

Outro fator interessante que foi conclusivo no estudo, é que o que motiva a população local a visitar ou freqüentar algum monumento da cidade, difere da vontade explicitada pelo turista. Os olhares e a vivência definem esta diferença.

São Cristóvão é um importante produto turístico de quem visita o Estado, e como tal precisa ser mais bem trabalhado e planejado. Percebe-se que a matéria prima do turismo é o espaço. E quão rico é o espaço dessa cidade, com o seu Centro Histórico que foi palco de acontecimentos que consolidaram a sociedade e a cultura do início da formação de Sergipe.

Um local que, como a grande maioria das cidades históricas, transita entre o sagrado e o profano a partir das suas tradicionais festas advindas da devoção aos santos e formação de Irmandades Religiosas. Lugares que absorveram o simbolismo das manifestações da cultura e religiosidade popular, e a herança das comemorações de caráter indígena, ibérico e africano. Tendo como “cenário” uma urbanização secular e os seus espaços construídos, como casarios, igrejas, largos, chafarizes, ruas, becos, entre outros.

Seria positivo para a cidade investir em políticas públicas e projetos de melhoria da qualidade do turismo. Na criação de sinalização turística, placas de interpretação do patrimônio, serviços de hospedagem, restauração alimentar, dentre

outros, auxiliando no desenvolvimento do turismo na região e agregando valor para quem visita o local.

Referencial Bibliográfico

BOMFIM, Natanael Reis. **Patrimônio, turismo e planejamento: formatação de produtos**. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da. **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, C. y. **A Importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural**. Revista Virtual Partes, 2006. Disponível em: <www.partes.com.br/turismo/turismocultural.asp>. Acesso em: 09 de jun. de 2007.

CHAUI, Marilena. A nação como semióforo. In: CHAUI, Marilena. **Brasil - mito fundador e sociedade autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 13.2d. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

FONTES, A. D. São Cristóvão: aspectos culturais. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

GALVÃO JUNIOR, J. L. Análise da evolução morfológica do espaço urbano. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

NUNES, M. T. A Cidade de São Cristóvão na Formação da História Sergipana: da Colônia a nossos dias. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

QUEIROZ, Moema Nascimento. **A educação patrimonial como instrumento de cidadania**. Revista Museu, 2004. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id>. Acesso em: 07 de ago. de 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Saberes da Docência)

_____, Selma Garrido. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação)

SAMPAIO, M. H. **Testemunho do barroco em Sergipe**: estudos sobre o patrimônio histórico e o desenvolvimento do turismo na cidade de São Cristóvão no período de 2000-2004. Monografia de licenciatura em História. Departamento de História, CECH, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

SANTOS, E. B. dos. A paisagem e o homem. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

SAVIANI, Denerval. **Tendências e correntes da educação brasileira**. In: Filosofia da educação Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

TELLES, A. S. São Cristóvão: urbanismo e arquitetura. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: 106

IPHAN, Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.

VIEIRA, A. de S. **Turismo sustentável e patrimônio histórico-cultural**: museus e igrejas enquanto atrativos do município de São Cristóvão/SE. Monografia de conclusão de curso – Turismo, Faculdade de Sergipe, Aracaju, 2007.

TURISMO E MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA: UM ESTUDO DE CASO DO REISADO EM SERGIPE

Leylane Meneses Martins¹⁰³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a história e a tradição da manifestação popular Reisado, demonstrando a importância deste para o desenvolvimento do Turismo Cultural. Em um primeiro momento, ocorrerá uma explanação teórica dos termos Turismo, Cultura, Folclore, Identidade, Patrimônio e Reisado e em seguida busca detalhar a história e a vivência da manifestação Reisado, destacando 02 no Estado de Sergipe: Reisado Sagrado Coração de Jesus no município de Laranjeiras e o Reisado de Sabal localizado no povoado Marimbondo, no município de Pirambu. E assim afirmar que as manifestações populares são atrativos turísticos do segmento Turismo Cultural. As considerações finais buscam afirmar que as manifestações do folclore sergipano são grandes propulsoras para o Turismo Cultural.

Palavras-Chaves: Turismo. Reisado. Cultura Popular.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the history and tradition of the Epiphany popular event, demonstrating the importance of this for the development of Cultural Tourism. At first, there will be a theoretical explanation of the terms of Tourism, Culture, Folklore, Identity, Heritage and the Epiphany, and then seeks to detail the history and the living manifestation of Epiphany, 02 highlighting the state of Sergipe: Epiphany Sacred Heart of Jesus in the city of Orange and Reisado Sabal located in the village Wasp in the municipality of Pirambu. And so say the demonstrations are popular tourist attractions of cultural tourism segment. The final consideration seek to affirm that the manifestations of folklore Sergipe are great driving for Cultural Tourism.

Keywords: Tourism. Epiphany. Popular Culture.

1. Introdução

O turismo é um fenômeno social de deslocamento que por si só é eficiente para causar a divulgação de informações sobre uma determinada localidade englobando seus valores naturais, sociais e culturais. A atividade turística tem importante papel socializador, uma vez que ocasiona o encontro entre pessoas de diferentes culturas; diminui as distâncias étnicas, permitindo maior conhecimento dos outros e de seus costumes.

¹⁰³ Turismóloga pela Faculdade de Sergipe – FaSe. Pós graduanda no Curso *Lato Sensu* de Especialização em Gestão Estratégica de RH: Evolução e Tendências na Faculdade de Sergipe – FaSe. Atua na área hoteleira há 5 anos. E-mail: leylaneturismo@yahoo.com.br

Estudar a relação Turismo e Cultura é perceber a interação social do visitante com a comunidade receptora, já que o termo cultura abrange o conjunto de hábitos, tradições, idéias e criações que o visitante pode perceber em seu contato com novas realidades e convivências.

Este artigo tem como objetivo analisar a história e a tradição do Reisado demonstrando a importância deste para o desenvolvimento do Turismo Cultural¹⁰⁴ no Estado de Sergipe, pois percebe-se que um dos objetivos para a saída de pessoas do seu local de origem é a busca por culturas diferentes das suas. Visa ainda perceber o quanto elas são fundamentais para a atratividade de uma localidade turística.

O Brasil, país de uma cultura plural e miscigenada, tem na sua língua, no seu folclore e no seu próprio povo, uma identidade¹⁰⁵ peculiar se destacando pela sua variedade cultural, que ligada ao Turismo apresenta uma diversidade contemplada pelos viajantes que procuram conhecer costumes e hábitos diferentes dos seus.

O Nordeste é a região brasileira que mais possui manifestações da cultura popular, com estados onde a atividade folclórica é opção de lazer, a exemplo tem-se o estado de Sergipe, com grande número de manifestações folclóricas e populares de caráter próprio do interior, nascidas em pequenos povoados, nas camadas populares, onde a tradição existe até os dias de hoje. E o Reisado é a manifestação folclórica popular em destaque neste artigo.

O Brasil, por sua diversidade regional, apresenta uma grande variedade de Reisados, podendo ser apenas cantorias ou um enredo com dramatizações que retrate temas específicos como amor, guerra, religião, história local etc, apresentado em tom humorístico, proporcionando um clima de brincadeira.

Grande parte dos 75 municípios que compõem Sergipe tem o Reisado como um dos grupos folclóricos. Um grupo que se destaca, por ser o mais antigo do estado em atividade, vem do povoado de Marimbondo localizado a 15 km do

¹⁰⁴ Segundo Barreto (1997, p. 21) "Turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem".

¹⁰⁵ A palavra identidade significa: característica própria da região ou localidade. Hall define identidade como "tradição" que é a identidade original, permanente de cada cultura. Ver HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Lorero. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

município de Pirambu, sendo chamado de Reisado de Marimbondo ou Reisado de Sabal.

Outro grupo está no município de Laranjeiras, o Reisado Sagrado Coração de Jesus, composto por idosas. Este é o antigo Reisado de Dona Lalinha¹⁰⁶ que faleceu em 1997, mas que brilha em cada apresentação até os dias de hoje, onde as senhoras (terceira idade) com muita disposição mantêm acesa a tradição, sem contar que Laranjeiras guarda em sua História um dos mais ricos folclores do Brasil.

2. Reisado: Dois Séculos de História e Tradição

O Brasil é, sem dúvida, a maior reserva folclórica do mundo. É fundamental conhecer as etnias formadoras do seu povo, as suas raízes e a sua deslumbrante mistura. A cultura brasileira é resultado da união de muitas culturas, com a africana, européia, asiática e americana. A absorção e adaptação de todas elas enriqueceram e diferenciaram a cultura nacional. Entre os aspectos culturais herdados, destacam-se: a língua, o artesanato, as lendas, a arquitetura, a religiosidade, a música, a dança, a culinária e principalmente o folclore.

306

A palavra folclore é entendida como as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular. É uma das mais importantes manifestações da cultura popular brasileira. O conceito de cultura popular deixa clara a afirmação anterior. Cultura popular é:

[...] a parte da cultura produzida pelo povo para o próprio povo. [...] A cultura popular é produzida espontaneamente e em qualquer lugar sem a influência dos meios de comunicação de massa. Nas ruas, nas praças, no trabalho, no lazer, em casa, na roça, no clube, na escola, na igreja, etc Ela é o produto da criatividade do povo (SANTOS, 2000, p. 70).

É o resultado da sinergia de uma população, comunidade, localidade. Nasceu da adaptação do homem ao ambiente onde vive, compreendendo inúmeras áreas de conhecimento: artes, linguagem, idéias, hábitos, tradições, usos e costumes, artesanato, folclore, etc. E assim complementa Barreto (1997, p. 49), “A cultura popular é um documento. Um completo original e permanente documento, que

¹⁰⁶ Apelido de Eulália Maria das Virgens. Faleceu em janeiro de 1997. O nome do grupo provinha do nome pelo qual era conhecida a dona do grupo (Reisado de Dona Lalinha)

funciona como armadura coletiva, a proteger os feitos e as ações populares no contexto das sociedades”.

A região Nordeste, em particular tem sido um grande museu a céu aberto, expondo nos ambientes das ruas e das praças, nos mercados e nas feiras, no Natal, no São João ou no Carnaval, o seu povo vestindo a sua alma de festa, de alegria e de arte e assim mostrando entre cantos, danças, gestos e melodia, a sua supervivência. Percebe-se, então que na região Nordeste, através do folclore pode-se perceber o conjunto de heranças, deixadas pelo índio, pelo branco, negro e pelos mestiços. “Logo, [o folclore] é uma ferramenta auxiliar da interpretação dos fatos, que em certas circunstâncias mais se equivale a uma chave, que revela ao presente todas as surpresas do passado acumulado” (BARRETO, 1997, p. 55).

Sergipe é um dos estados do Brasil com o maior número de manifestações folclóricas e populares. O Reisado é um exemplo da expressão da cultura sergipana, sendo um auto ou folguedo difundido em todo o Estado ou pelo menos na maioria dos seus 75 municípios como em Aracaju, Arauá, Boquim, Campo do Brito, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabi, Itabaiana, Itaporanga d’Ajuda, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Neópolis, Pacatuba, Pirambu, Riachuelo, Tobias Barreto, entre outros.

307

O Reisado é um auto ou folguedo popular ligado ao ciclo natalino e seguindo o pensamento de Marques (1985, p. 16), tem sua origem na “Espanha e em Portugal, sendo introduzido no Brasil no século XIX com a denominação de Reiseiros”. Esta denominação refere-se a grupos de pessoas que no período natalino saiam pela cidade anunciando o nascimento de Jesus e que comemoravam o Dia de Reis (6 de janeiro).

De acordo com o Dicionário do Folclore Brasileiro (CASCUDO, 1979), a palavra reisado significa a “denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera e dia de Reis (6 de janeiro)”. O Reisado é um auto ou folguedo de origem ibérica (Portugal e Espanha) que comemora o nascimento de Cristo e o dia de Reis, este é representado simbolicamente pelos três reis magos: Gaspar, Baltazar e Belchior, representantes das três etnias: a branca, a amarela e a negra. Foi introduzido no Brasil no século XIX com os colonizadores tendo a denominação de Reiseiros ou Janeireiros.

Hoje o Reisado é dançado em quase todo o Brasil, existindo muitas variações dependendo das regiões principalmente na sua denominação: em São Paulo e Rio de Janeiro é chamado de Folia de Reis, no Espírito Santo é chamado de Reis de Bois, no Paraná é chamado de Boi-de-mamão e nos demais estados é conhecido apenas como Reisado.

Em Portugal diz-se Reisada ou Reiseiros, no Norte, Famalição, Maia, Mondin-de-Basto, Ponte-de-Lima e Vila-de-Conde, que tanto pode ser o cortejo de pedintes, cantando versos religiosos ou humorísticos, como os autos sacros, com motivos sagrados da história de Cristo (CASCUDO, 1979).

A formação do Reisado são dois cordões que disputam à simpatia da platéia e são liderados pelas duas personagens centrais: Dona Deusa (rainha) e o Caboclo (Mateus), se destacando também a figura do boi chamado de Janeiro, cuja aparição representa o ápice da dança. O boi, um animal sagrado que convive com o homem nordestino sol a sol sendo sacrificado para a sobrevivência do seu Senhor, quando entra na dança, trás consigo todo um momento de fascínio e magia. A presença do boi faz com que a manifestação se prolongue, começando em dezembro e terminando em fevereiro, quando se faz o enterro do boi, pois a característica básica do Reisado é a farsa do boi, onde ele aparece, dança, brinca, é morto e depois ressuscitado. Segundo Barreto, “o boi é na emblemática medieval o símbolo da paciência, ele é o povo, ele é o símbolo da submissão”¹⁰⁷.

Toda manifestação folclórica tem o objetivo de passar uma mensagem para a platéia de modo explícito ou implícito. No Reisado a mensagem é o confronto entre os dois cordões: azul e encarnado.

O azul, a cor do céu e do ar do partido cristão, que sugere a calma, a doçura, a contemplação, a tristeza e as diversas modalidades desses estados e de suas derivações e o encarnado, ou vermelho, que é a cor do fogo e do sangue, ambos referindo-se a um arquétipo comum: a combustão (a união do carbono com o oxigênio do ar), que por sua vez sugere a excitação, a força e o poder, a atividade, o ardor e a alegria que encerra (BARRETO, 1997, p. 55).

Complementando os significados das cores dos cordões, Alencar (1985, p. 15) diz que:

¹⁰⁷ Entrevista concedida pelo pesquisador e folclorista Luiz Antonio Barreto no dia 8 de março de 2006.

Basicamente as cores do Reisado foram sempre azul e vermelho, azul em homenagem a Maria, vermelho em homenagem a Jesus e seu sangue derramado. Hoje o Reisado veste-se ao gosto do chefe do grupo e de acordo com as posses. E geralmente usa vermelho e verde.

Então as cores têm um poder especial diante das platéias devido aos seus significados, fornecendo ao povo duas opções partidárias.

Para cada cordão ou partido, uma cor, e com ela a agitação do Mateus¹⁰⁸, representação simbólica, que estimula o confronto e que esconde na máscara e nos risos, sua verdadeira identidade. Segundo Barreto “o palhaço é o ninguém, é o que não tem nem cara, não é a pessoa, é a ‘persona’”¹⁰⁹. Ele mascarado se torna uma figura sem partido, estimulando a divisão do povo entre os dois partidos (cordões) do folguedo, onde seus gestos livres e descontraídos e seus ditos engraçados com a plateia asseguram-lhe segurança para comandar a brincadeira.

A função da Dona do Baile é aparentar neutralidade não estando do lado de nenhum partido, tendo seu destino alternado, remediando o confronto, mas que no final o azul sempre vence o encarnado. “O Reisado arma e desenvolve um jogo que não se completa, porque a Dona do Baile, a Dona Deusa, limita a apresentação”³⁰⁹ (BARRETO, 1997, p. 51). Porque na verdade esta é mais uma representação da disputa entre mouros e cristãos na Batalha de *Leplanto* no período medieval, onde os cristãos (azul) vencem os mouros (vermelho).

Em Sergipe, podem-se destacar dois grupos muito importantes para a história cultural do Estado, o Reisado Sagrado Coração de Jesus no município de Laranjeiras e o Reisado de Marimbondo ou Reisado de Sabal localizado no povoado Marimbondo, no município de Pirambu. São dois grupos que, apesar de hoje as pessoas já não quererem vestido de chita, fita colorida e laquê no cabelo, preferindo os modelos ditados pela moda e influenciadas pela comunicação de massa, estão resistindo e mostrando a sua autenticidade que com o decorrer do tempo incorporou novas características, mas não perdeu a sua essência. São dois grupos muito diferentes entre si, mas que se assemelham nesta questão de mostrar e preservar a sua autenticidade.

¹⁰⁸ Conhecido também por Caboclo ou Palhaço e que, em algumas cidades do interior se veste de vaqueiro nordestino.

¹⁰⁹ Entrevista concedida pelo pesquisador e folclorista Luiz Antonio Barreto no dia 8 de março de 2006.

Distando 20 km de Aracaju, no Leste de Sergipe, encontra-se Laranjeiras, uma cidade onde ainda se pode ver a força da arquitetura colonial através das suas ruas e principalmente das suas igrejas e que concentra até hoje o maior número de manifestações folclóricas do Estado. Foi em Laranjeiras que nasceu o Reisado de Dona Lalinha, foi o primeiro formado unicamente por crianças que durante sua vida, sempre teve destaque. “O grupo é acompanhado apenas por um cavaquinho, tocado por Dona Lalinha e um tambor tocado por um rapaz, além da marcação feita no apito pela deusa Ana, neta de Dona Lalinha” (MARQUES, 1985, p. 117).

Dona Lalinha era um exemplo de vida, batalhadora, ela tinha o domínio, até o que ela criava, ela incorporava ao reisado dela. Com o seu falecimento, a sua neta, Ana, assumiu, mas não conseguiu prosseguir, passando para Dona Nena, que está até hoje. Hoje o Reisado de Dona Lalinha tem o nome de Reisado Sagrado Coração de Jesus, formado somente por idosas, mostrando a força de vontade de manter viva a tradição, mas que infelizmente nunca mais foi o mesmo depois de perder o brilho e a alegria de sua verdadeira líder: Dona Lalinha. E assim diz Barreto¹¹⁰:

O líder do grupo, ele sabe cantar, ainda que a voz dele não seja a melhor, mas ele sabe cantar todas as músicas, sabe a melodia de todas as músicas, ele sabe o papel que cada um deve ter na dança ou no folguedo ou no auto. Então, ele é um maestro que domina tudo, é tanto que quando o líder morre, praticamente morre o grupo. E foi isso que aconteceu, desde que ela [Dona Lalinha] morreu. Ela tinha o domínio. Esse é na minha opinião o primeiro grande motivo para que os grupos se extingam, se dispersem.

310

O Reisado Sagrado Coração de Jesus é um grupo que não segue as características de um Reisado tradicional, mas não perde sua essência, sempre buscando preservar a sua identidade cultural. A busca de uma identidade cultural é à união de uma diferença e uma semelhança, procurando identificar as semelhanças. Mas, quando um grupo identifica suas semelhanças, isso já significa que são diferentes de outros, desse modo “[...] à construção da identidade tem esse aspecto, contraditório, de necessitar estabelecer as diferenças em relação aos outros membros de outras comunidades” (DIAS, 2000, *apud* DIAS 2003, p. 112).

É um grupo onde até o Mateus é uma mulher; só os tocadores que são três homens. Elas só cantam, não tem o boi por falta de voluntários para dançar, não fazem um enredo dramático. A função do grupo é não deixar morrer o Reisado deixado por Dona Lalinha. Mas as insatisfações são muitas, analisando as opiniões

¹¹⁰ Idem ao 7.

do grupo, foi possível perceber a busca pela valorização em relação à própria comunidade Laranjeirense, pois a população não tem interesse em assistir a apresentação do grupo. Não esquecendo também da falta de apoio dos órgãos públicos na questão financeira, pois a carência de indumentárias é muito visível servindo de queixa para estes órgãos.

Apesar de todos os pontos negativos, é um grupo que adora o que faz, canta e dança por prazer e que enquanto estiverem vivas não deixarão à tradição morrer. É muito emocionante para as brincantes quando estão sendo notadas. E muito satisfatório para quem as assiste, pois apesar de não seguir um enredo, elas encantam com suas vozes e os seus sorrisos.

Também no Leste de Sergipe, mas na parte litorânea, está localizado a 75km de Aracaju, o município de Pirambu e o seu principal grupo folclórico vem do povoado Marimbondo cujo nome é o mesmo por ter se originado neste lugar: Reisado de Marimbondo, que também é conhecido por Reisado de Sabal. Sabal é o nome popular do lavrador Antônio dos Santos e este grupo foi fundado pela sua família há mais de 150 anos. Hoje com 56 anos, ele canta e dança desde criança. E o interessante é que todos os componentes são da sua família.

311

Esse grupo é formado por uma família inteira; a matriarca é uma senhorinha que canta junto com a banda, já seu filho, o mestre, começa o show apresentando a turma: primeiro a mãe, depois a esposa, seguida das filhas e das netas. Daí Sabau com um pedacinho de pau, vai tocando e falando os nomes de cada um da família. No final são umas 20 pessoas, fazendo um furdunço-cultural (ALMEIDHA, 2005).

Toda vez que estão em cena, para o grupo não é apenas uma apresentação e sim mais uma oportunidade para poder mostrar e contar a história cultural desta família. É um dos grupos mais representativos de Sergipe, pois de acordo com a história do Reisado, o grupo tem mais originalidade, ou seja, o grupo faz todas as encenações dramáticas, as vestimentas são padronizadas com muitas fitas no chapéu, tem a presença de todos os personagens principalmente o boi Janeiro e com os mais variados cânticos onde sempre se inicia com o “Bendito” para Deus abençoar e dar licença para a brincadeira e terminam com o cântico “Retirada” agradecendo com o mesmo ritmo alegre da entrada. Embora seja do ciclo natalino, o grupo se apresenta durante todo o ano e é requisitado para muitos eventos culturais representando a cultura popular do Estado.

Ao relatar sobre os dois grupos folclóricos dá para perceber como existem muitas diferenças entre ambos, são grupos que tem muito tempo de história, mas um sempre acaba se destacando, como é o caso do grupo Reisado de Marimbondo, por ter o apoio estadual e municipal e da comunidade onde está localizado, sendo perceptível a sua valorização e respeito pela tradição.

2.1. As Manifestações Folclóricas enquanto Atrativo Turístico

A atividade turística em Sergipe ainda é muito recente, mas que tem tudo para dar certo, pois exceto a capital Aracaju, existem diversos municípios com um potencial turístico altíssimo que precisam de equipamentos, serviços turísticos e principalmente do apoio público para entrarem nos roteiros turísticos sergipanos. Aracaju é uma exceção porque está com um progresso bem desenvolvido para receber o turista, com a “Orla mais bonita do Brasil”, a cidade está encantando a todos, mas que muitos vêm para Turismo de Negócios. Mas deve-se mudar este conceito de receber mais turistas a negócios, pois Sergipe como um todo tem a possibilidade de receber turistas com os mais variados tipos como, por exemplo, o Turismo Sol e Praia e principalmente o Turismo Cultural. Isso depende muito de um bom planejamento de turismo para saber como trabalhar para atrair estes tipos de demandas.

312

Em relação ao Turismo Cultural, as instituições que pensam e praticam o Turismo em Sergipe, precisam perceber o quanto é rico o seu patrimônio cultural, tanto material (igrejas, ruas, casarios, artesanato) quanto imaterial como à literatura de cordel, os costumes, as brincadeiras infantis, as músicas, as danças, as crenças, representadas pela população sergipana e que na maioria das vezes são apresentadas pelas manifestações folclóricas. Para melhor entendimento,

O patrimônio cultural inclui não só os monumentos e manifestações do passado como também o que se chama patrimônio vivo. [...] Os elementos que constituem o patrimônio cultural são testemunhas da forma com que a sociedade ou a cultura se relaciona com seu ambiente (CASASOLA, 2003, p. 32).

A massificação da cultura está deixando pouco espaço para as manifestações populares, a influência dos meios de comunicação de massa, está deixando Sergipe cada vez mais distante da sua cultura popular, exatamente pelo fato de que esta

cultura do povo não rende lucros financeiros. Para constatar este fato, é só observar o descaso do poder público por parte principalmente do Estado em conservar a memória dos grupos, em que muitos foram extintos e que pouco há incentivo para a preservação dos que restaram, sobrevivendo graças à ajuda da comunidade e da devoção de seus mestres que passam para seus descendentes a tradição da brincadeira e Laranjeiras é o município que concentra até hoje o maior número de manifestações folclóricas do estado, mas que infelizmente vem diminuindo devido principalmente a este agravante. E partindo desta realidade, que esses brincantes, atores sociais que produzem esses folguedos, passam por grandes dificuldades para se manterem e que dependem hoje para se apresentar aos lugares da Prefeitura, mas que esta tem dificuldades financeiras em manter estes grupos, uma saída possível é por em prática a atividade turística. Uma das opções das talvez muitas possíveis é fazer com que o turista procure cada vez mais conhecer costumes diferentes dos seus, que na sua viagem ele se interesse em saber da história do lugar, da história das manifestações e que ele tenha o objetivo de levar para casa aspectos culturais que só poderiam ser encontrados no lugar que ele visitou.

O Turismo tem a função de contribuir para o renascimento de manifestações folclóricas, que, embora possam apresentar mudanças, não deixam de reforçar sua cultura e sua identidade, valorizando-a, pois o folclore, apesar de remeter as origens, ao mesmo tempo adquire traços da modernidade que o tornam um elemento dinâmico da cultura popular. Seguindo esta afirmação, Dias (2003, p. 109) afirma que:

O resgate de muitas tradições tem no turismo importante auxiliar, pois fornece o estímulo necessário a sua continuidade, redefinida, transformada, mas dentro de continuidade histórica controlada e encenada por aqueles aos quais pertence.

A Atividade turística, além de revalorizar a cultura popular expressa no patrimônio cultural imaterial, ela também pode tratar as manifestações populares como produto de consumo, transformando-as em objetos de comercialização, “[...] onde a cultura se torna uma mercadoria para transações financeiras” (COOPER et al., 2001, p. 211, apud, DIAS, 2003, p. 146). Outro aspecto que causa preocupação é a presença do turista, em relação, principalmente as apresentações das manifestações folclóricas, tendo estas que se adequarem em função do turista, perdendo a sua originalidade, pois:

Em sua manifestação original, a manifestação folclórica ocorria ritualmente em função da comunidade e preenchia as necessidades desta; no contexto atual em que a manifestação sofre transformação, a atuação ocorre em função do outro para quem o espetáculo é montado (DIAS, 2003, p. 110).

De qualquer forma, é importante salientar que os possíveis impactos negativos causados pela Indústria do Turismo só serão amenizados com o planejamento participativo dos próprios autores que integram as manifestações folclóricas estabelecendo os limites daquilo que pode ser alterado, reinterpretado ou agrupado. Sem essa participação social ativa, o folclore torna-se uma mera encenação somente para o turista vê, levando a desvalorização e descaracterização da atividade folclórica e assim perdendo a sua essência.

3. Considerações Finais

O Reisado é um folguedo difundido em todo o Brasil, mas escrever sobre o Reisado do Estado de Sergipe é descobrir como é influente a cultura de seus colonizadores e que até hoje existe espalhados em quase todos os 75 municípios do Estado.

314

Dando ênfase à somente dois Reisados, chega-se à conclusão de que não importa seguir as características de um Reisado tradicional e sim a história cultural de cada grupo onde eles buscam manter a tradição e que apesar das mudanças com o passar do tempo, buscam preservar a sua autenticidade cultural, tendo uma grande satisfação pelo que fazem.

As manifestações folclóricas como o Reisado, a Taieira, Cacumbi, São Gonçalo entre outras e a arquitetura colonial e histórica de Laranjeiras são elementos que motivam o desenvolvimento da atividade turística, apesar de que hoje, ocorre o fenômeno inverso: é o turismo que motiva a reativação das manifestações folclóricas que ganham um novo significado, tendo a oportunidade de reforçar a identidade da comunidade local perante os outros (turistas) (DIAS, 2003), mas para que isso aconteça é necessário um espaço de reconhecimento das manifestações folclóricas, como um museu, onde o turista pudesse encontrar um resumo com a História dos grupos, imagens, indumentárias e sobre a história da cidade, pudesse comprar um cd ou dvd de algum dos grupos folclóricos, cartões postais, um espaço de valorização da cultura sergipana, onde os grupos pudessem

se apresentar, e assim se tornar importantes colaboradores para o desenvolvimento do Turismo Cultural. O dinheiro recebido seria investido na manutenção dos grupos, repassado aos próprios brincantes, para que eles pudessem ter seu reconhecimento. Além da valorização do atrativo, que são as manifestações, é necessário se preocupar na infra e super estrutura de equipamentos e serviços turísticos no município como, por exemplo, pousadas e restaurantes com comidas típicas, para assim receber o turista e que este possa voltar e também propagar a existência do Turismo Cultural no município de Laranjeiras no estado de Sergipe.

A Indústria do Turismo tem a característica de revalorizar o aspecto da cultura popular, como também tem o poder de fazer desaparecer ou mudar a sua originalidade, tendo em vista que o Turismo também gera impactos negativos, principalmente quando se dá a interação social do visitante com a comunidade anfitriã, introduzindo novos hábitos a comunidade local, onde expressões culturais podem perder seu significado, havendo mudanças em função da presença do turista.

De um modo geral, as manifestações da cultura popular são muito importantes para a atividade turística e principalmente para o segmento Turismo Cultural, pois um dos seus objetivos é conhecer costumes, crenças, danças, comidas enfim, conhecer o diferente, o exótico, a cultura do outro. Neste sentido, as manifestações do folclore sergipano são grandes propulsoras para o Turismo Cultural, constituindo assim um dos patrimônios culturais do Estado. 315

Referências

- ALENCAR, A. F. **Indumentária Folclórica**. Folheto Didático nº 01. Aracaju: Governo do Estado-FUNDESC, 1985.
- ALMEIDHA, L. **Reisado de Marimbondo**: Tradição de 220 anos passada de pai e mãe para filhos e filhas. Aracaju: 2005. Disponível em: <www.ledinaldoalmeidha.com.br/colunas>. Acesso em: 12 abr. 2006.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BARRETO, L. A. **Um Novo Entendimento do Folclore** e Outras abordagens culturais. 2. ed. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1997.
- BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1997.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARVALHO NETO, P. de. Danças Populares de Aracaju. **Revista do IHGS**, Aracaju, v-14, n.19, p.98-101, 1948.

CASASOLA, L. **Turismo e Ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

CASCUDO, L. da C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

DÉDA, J. de C. **Brefáias e burundangas do folclore sergipano**. 2.ed. Maceió: Edições Catavento, 2001.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

FELÍCITAS. **Danças do Brasil/ Reisado**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint Ltda., s.d. Disponível em: <www.terrabrasileira.net/folclore/regiões/6ritos/reisado.html>. Acesso em: 8 mar. 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Míniaurélio Século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Lorero. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARQUES, N. do N. **Manifestações Folclóricas “Danças e Folguedos”**. Sergipe: Governo do Estado-FUNDESC, 1985.

Pirambu – Roteiro das Praias – Grupos Folclóricos. **Sergipe Trade Tour**, Aracaju, 2005.

ROCHA, J. M. T. **Folguedos e Danças em Sergipe** (Sistematização e Classificação). Aracaju, 2003.

SANTOS, Z. dos (coord.). **Laranjeiras**: Sua história, sua cultura, sua gente. Prefeitura Municipal de Laranjeiras, SEMEC. Laranjeiras: SEMEC, 2000.

316

O FILÉ: PATRIMÔNIO IMATERIAL DO PONTAL DA BARRA-AL

Lidjane Santos Barreto¹¹¹

Silvana Pirillo Ramos¹¹²

RESUMO

O Pontal da Barra é um bairro localizado no extremo sul da cidade de Maceió entre o oceano atlântico e a lagoa Mundaú, com cerca de 2.331 habitantes (Prefeitura Municipal de Maceió, 2003). A comunidade possui como características culturais: o artesanato local, os folgedos e a pesca na lagoa Mundaú. Embora apresente outros atrativos turísticos, o bairro tem sua representatividade no turismo do Estado de Alagoas centralizada na produção artesanal da renda Filé. A pesquisa utiliza uma abordagem descritiva demonstrando as características da comunidade, do artesanato e da atividade turística, propondo-se a: descrever os aspectos socioeconômicos da comunidade; caracterizar o artesanato local (Filé); descrever como a atividade turística é realizada no bairro; investigar as consequências decorrentes do uso do artesanato como produto turístico; averiguar que tipo de desenvolvimento ou crescimento o turismo tem ocasionado na comunidade e analisar a relação existente entre turismo e artesanato com suas implicações em uma possível promoção do desenvolvimento sustentável. A pesquisa possui natureza qualitativa e utilizou como métodos de coleta de dados, observações *in loco*, captura de imagens fotográficas, livros e artigos impressos e digitais e entrevistas realizadas a partir de roteiros semiestruturados com 12 lideranças envolvidas na comunidade.

317

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Artesanato. Comunidade turística do Pontal da Barra –AL.

RESUMEN

El *Pontal da Barra* es un barrio localizado en la ciudad más austral de Maceió entre el Océano Atlántico y la laguna de Mundaú, con cerca de 2.331 habitantes (Municipalidad de Maceió, 2003). La comunidad tiene características culturales, la artesanía local, las fiestas y la pesca en la laguna Mundaú. A pesar de que tiene otros atractivos turísticos, el barrio tiene su representación en el turismo del Estado de Alagoas centrado en la producción artesanal de solomillo de ingresos. La investigación utiliza un enfoque descriptivo para demostrar las características de la comunidad, de las artesanías y de la actividad turística, proponiendo describir los aspectos socioeconómicos de la comunidad, con la artesanía local (filete) describen cómo el turismo y el lugar en el distrito, la investigación las consecuencias derivadas del uso de la artesanía como producto turístico, para preguntar qué tipo de

¹¹¹ Professora Adjunta do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas, Camus Arapiraca – Unidade Avançada de Penedo. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. silvanapirillo@uol.com.br

¹¹² Aluna Concluinte do Curso de Graduação em Turismo da UFAL, Campus Arapiraca – Unidade Avançada de Penedo. lidjanebarreto@hotmail.com

desarrollo o el crecimiento del turismo ha provocado la comunidad y analizar la relación entre el turismo y la artesanía con sus implicaciones para una posible promoción del desarrollo sostenible. La encuesta tiene un carácter cualitativo y se utilizan como métodos de búsqueda de datos, las observaciones *in situ*, captura de imágenes fotográficas, libros e impresos y digitales y de entrevistas con 12 líderes de las secuencias de comandos semiestructurada que participan en la comunidad.

Palabras clave: Patrimonio Inmaterial. Manualidades. Turísticos de La comunidad Pontal da Barra-AL.

Introdução

O Pontal da Barra é uma Zona de Preservação Rigorosa¹¹³ (ZPR) e uma Zona de Preservação Paisagística¹¹⁴ (ZPP) instituída pelo governo do estado em 1988. E uma Zona Especial de Preservação Cultural Urbana e Zona de Interesse Ambiental e Paisagística homologada segundo o plano diretor de Maceió em 2005. O cuidado em preservar o bairro revelar sua importância como patrimônio cultural do estado de Alagoas, tanto em características culturais como em suas belezas naturais.

Propõe-se analisar se o turismo e o artesanato visam um desenvolvimento sustentável no bairro de Pontal da Barra – Alagoas, averiguando se estes são parceiros num desenvolvimento sustentável, uma vez que a comunidade local desconhece as reais implicações que a atividade turística pode lhe ocasionar.

Não se sabe a partir de que momento o artesanato do Pontal da Barra passou a ser usado como produto turístico, dados da história de Maceió revelam que em 1965 foi inaugurado o Restaurante Maré, considerado o 1º restaurante turístico do bairro, no ano de 1977 iniciou-se os passeios turísticos na Lagoa com escunas e canoas motorizadas, sendo fundada após dez anos a Associação dos Artesãos do Pontal da Barra (AAPB) em 1987 .

Atualmente a oferta de artesanato para comercialização no bairro ocorre essencialmente por causa do Turismo, e, esta relação tem revelado outras

¹¹³ É Zona de Preservação Rigorosa: é o espaço urbano contendo qualquer edificação ou conjunto de edificações, instituídas como patrimônio cultural edificado de Maceió, sujeitos, como tal, a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas, de modo a impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, alterando-lhe a feição original ou a ambiência. (Secretaria municipal de planejamento/ SEPLAN).

¹¹⁴ Preservação Paisagística- ZPP: é destinada a manter a paisagem do ecossistema mantendo a harmonia do núcleo urbano.

indagações pertinentes à análise em estudo. Observa-se que o artesanato local (Filé) depende da atividade turística para manter-se revitalizado. Tal fato conduz a um questionamento qual seria a perspectiva do artesanato no Pontal da Barra, sem o Turismo?

Trata-se de uma relação paradoxal. Esta dependência do artesanato pode ser maléfica para o mesmo que corre o risco de perder características culturais que ainda lhe são agregadas para se tornar puramente comercial, ou pode ser benéfica se utilizada como um instrumento de preservação e valorização do patrimônio.

Artesanato e Patrimônio

O artesanato é para Cascudo (2001, p. 26) “todo objeto utilitário com características folclóricas, não importando o material utilizado”, acreditando ser um processo mais complexo Rocha (1965?) define o artesanato como: “o regime de trabalho doméstico que reúne os diferentes processos manuais de criação de objetos usuais e artísticos, ou suscetíveis de sê-lo, com emprego de materiais disponível”. Desta forma entende-se que o artesanato está intimamente ligado ao ato de criação humana que é dotado de características culturais e folclóricas atribuídas ao objeto pelo artesão, sendo indissociável do artesanato a sua utilidade no cotidiano.

319

Os objetos artesanais são frutos exclusivos de mãos humanas e já eram conhecidos pelos homens pré-históricos que aprenderam a usar o raciocínio e perceberam que as mãos poderiam ser preciosos auxiliares para garantir a sua sobrevivência. Começaram então a usá-las em benefício próprio e a produzir trabalhos e artes. (ROCHA 1965?).

Sabendo disso, a origem do artesanato esta relacionada à capacidade de criar do homem que sempre transformou o espaço ao seu redor.

O artesanato pode ser caracterizado de acordo com a forma de confecção, o grupo que o produz, com ele é feito e sua finalidade. Podendo este possuir vários significados.

Para Cascudo (2001, p. 25) a Arte popular (folclórica) é caracterizada pelas mudanças de determinado grupo, quando passa de um estágio rudimentar de cultura para outro mais avançado. Ela tem pontos de contatos com a arte primitiva e ingênua, sofre influência dos aspectos políticos, geográficos e culturais, pois mesmo

sendo composto de subjetividade este pode ser explorado comercialmente, pois para este autor o objeto “(...) torna-se uma fonte de renda apreciável contribuindo para o desenvolvimento econômico das regiões de produção.”. (CASCUDO 2001 p. 25).

O artesanato pode ser feito em grande escala sem que perca sua originalidade, pois mesmo com o auxílio de um molde para atribuir-lhe um padrão este pode ser único e original como explica Martins (2002, p. 35):

Embora padronizada, cada peça feita a mão é única, não se confunde com nenhuma outra, nem da mesma espécie, ainda que tenha sido elaborada no mesmo dia e pela mesma pessoa. (...) o estilo do artesão empresta originalidade a seus objetos, como que a marca pessoal enquanto o padrão é a marca do grupo (...). (MARTINS 1982, HOROSDIKI 2002, p. 3).

Neste caso um grupo que confecciona cestarias pode obter uma padronização no tamanho do cesto sem que perca a originalidade do trançado que é feito manualmente, mas na confecção de peças em gesso como lembra Rocha (1965?) a peça perde toda a originalidade, pois este afirma que: “[...] o trabalho feito moldado, como os objetos confeccionados com gesso, são reproduzidos em formas absolutamente iguais, pura cópia, sem nenhuma originalidade.”. Desta forma, podem-se obter percepções diferentes quanto ao uso de formas e moldes, pois o artesanato não é, e nem pode ser, confundido com um objeto industrializado, porque este não possui características identitárias próprias, por isso é importante verificar todo o processo de confecção do objeto artesanal, já que em alguns casos o produto final pode não atender ao conceito de artesanato.

320

Segundo Lima (2004, p. 2) “[...] este artesanato de tradição traz em si a expressão de sua própria origem, que traz condensada em si a marca de cultura, um objeto capaz de traduzir uma identidade, sua e daquele que produziu, seja um individuo ou uma coletividade”.

O artesanato de tradição é a materialização de uma técnica assimilada e transmitida de uma geração para outra, esta transição não é estática ela sofre interferência do meio e estas mudanças refletem no produto confeccionado.

Assim como a identidade do indivíduo ou da comunidade que é formada ao longo do tempo inconscientemente, pois para Hall (2006, p. 38) “Ela permanece sempre incompleta, esta sempre em “processo”, sempre “sendo formada””.

Com isso, as características identitárias mostram aspectos que fazem parte do modo de vida de um grupo e de como esse grupo se observam na sociedade. Pois para Hall (2006, p. 39):

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é *preenchida* a partir do nosso *exterior*, pelas formas através dos quais imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL 2006, p. 39).

Desta forma, o sujeito pode assumir identidades distintas nos diversos momentos de sua vida o contato com turistas e visitantes pode acelerar este processo que é naturalmente mutável.

A memória é um elemento intrínseco de cada indivíduo ou grupo que constitui pressupostos importantes de identificação e construção da identidade, pois como citam Freire Pereira:

A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional. Portanto toda memória é, por definição, *coletiva*, como sugeriu Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao *tempo que muda*, às rupturas que são o destino de toda vida humana [...]. (ROUSSO 2000, APUD FREIRE E PEREIRA 2005, p. 125).

Dessa forma, a memória e a identidade se relacionam no processo de construção e reconstrução social, pois as mudanças sociais são decorrentes deste processo.

Atualmente a rapidez das mudanças sociais tem despertado o desejo de proteção das técnicas e da história da sociedade, a vontade de manter viva a memória cultural levou ao homem a praticas de preservação do patrimônio que se estabeleceu no Brasil na década de 1930.

O patrimônio cultural possui elementos que pode influenciar na identidade de um grupo, pois é através da memória que possuímos do passado que reconhecemos no presente fazendo-nos consciente da nossa continuidade como

peças através do tempo confirma Silva (2007?, p. 2). Pois segundo a autora: “Os objectos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado”.

O art. 216 da Constituição Federal de 1988 define como patrimônio brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos.

O artesanato é um patrimônio imaterial, por que representa a materialização de uma técnica, ou seja, um conhecimento imaterial ou intangível, sendo a aplicação deste, um objeto material. O ofício das baianas de acarajé¹¹⁵ é um patrimônio cultural imaterial. Pois este título é atribuído ao modo de preparar o acarajé.

A concepção de preservar o patrimônio imaterial foi levantada por Mario de Andrade e amigos em 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN Atual IPHAN), em 1937 foram criados conceitos preservacionistas para o patrimônio imaterial brasileiro.

O Instituto do patrimônio histórico artístico e nacional possui segundo o artigo dois da constituição de 1988 a finalidade de proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Utilizando-se para tal, de políticas públicas criadas pelo Ministério da Cultura. É importante ressaltar que os governos municipais e estaduais possuem a autoridade de decretar a preservação de qualquer bem seja ele material ou imaterial que represente aspectos culturais e históricos para uma comunidade ou região.

No Brasil os nativos confeccionavam artefatos antes mesmo da colonização portuguesa, pois como constata Cascudo (2001, p. 26) que estes eram: “hábeis na confecção de armas para caçar, utensílios caseiros, instrumentos musicais vasilhames de barro cozido outros objetos”.

Alagoas possui artesanatos confeccionados a partir do: barro, madeira, palhas (fibras), couro, fios e tecidos em todas as regiões do estado. A maior parte

¹¹⁵ Acarajé: Iguaria da cozinha afro-baiana. (Câmara Cascudo; Dicionário do Folclore Brasileiro/ 2010.)

dos artefatos produzidos possui características culturais ligadas ao objeto, pois sua origem esta quase sempre relacionada com a origem do lugar se tornando em alguns lugares um símbolo da região.

Tecendo Rendas no Pontal da Barra

O Filé possui maior incidência no bairro do Pontal da Barra em Maceió e em Marechal Deodoro, mas também pode ser encontrado nos municípios banhados pelas lagoas Mundaú e Manguaba que é o caso de: Fernão Velho, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco.

De origem desconhecida, o filé é uma renda feita sobre uma malha ou rede quadriculada que é esticada num tear onde as filezeiras bordam a rede com uma agulha grossa usando linhas de cores variadas.

O Pontal da Barra localiza-se a 5 km do centro de Maceió situa-se numa faixa de terra entre a Lagoa Mundaú e o Oceano Atlântico. É um dos bairros mais antigos de Maceió nasceu essencialmente de uma vila de pescadores. Surgiu nos meados de 1726 com a remanescência de holandeses que se deslocaram de Marechal Deodoro. Mas sua existência é datada antes mesmo de Maceió ser a capital do estado de Alagoas. 323

O Pontal da Barra possui 2.331 habitantes¹¹⁶ sendo 49% homens e 51% mulheres deste total 65,9% estão numa faixa etária entre 10 e 49 anos. As principais atividades econômicas do bairro são: a pesca, o comércio, o turismo e a indústria.

O filé é o principal atrativo turístico do bairro, ele é responsável por quase todo o fluxo de turistas no lugar. A representatividade do artesanato se da pela quantidade de moradores que confeccionam o filé, contudo é importante ressaltar que também é comercializado uma grande diversidade em artesanatos de fios e tecidos de outras regiões, os principais são: bilro, boa noite, renascença, labirinto, singeleza, rendendê, crochê entre outras.

¹¹⁶ Dados da prefeitura municipal de Maceió (2003). Inventário Piloto de ofertas e oportunidades turísticas de municípios alagoanos na região das Lagoas-SEBRAE (2004/2005).

A confecção do filé no Pontal da Barra não é uma prática exclusivamente feminina, existem homens que também fazem e comercializam o filé, porém em número menor.

O artesanato em renda do Pontal da Barra é essencialmente o Filé, técnica que assimilou múltiplas características européias, sendo basicamente disseminadas no Brasil pelos portugueses.

No Pontal da Barra o trabalho de bordado era feito em cima da rede de pesca de Tucum¹¹⁷, presa em tábuas, foi na rede fibrosa que se trançava os pontos do Filé. Atualmente o Filé é confeccionado em redes em tecido de vários os tipos as mais usadas são a linha Cléa nº3 para fazer a rede e Ann e nº1 para bordar os pontos. O redendê e a renascença também são confeccionados no bairro, mas além de possuírem pouca expressividade esses artesanatos são confeccionados por moradoras oriundas de outras regiões que vieram morar no Pontal da Barra.

Segundo a presidente da Associação Ligia Lins: *o bairro do Pontal aconteceu de uma seca que aconteceu a 310 anos atrás , e diz o documento do tombamento do Pontal da Barra que desde 1726 o Pontal já existia, existia 50 casa com 80 habitantes casa de palha de coqueiro que não tinha taipa tijolo naquela época aqui , dentre eles tinha três escravos dos 80 habitantes.(...) E o Filé ninguém sabe a data certa que o Filé nasceu o que a gente sabe ou não, o que a gente imagina, é que a esposa de um pescador cansada de ficar em casa só cuidando de casa e de marido e tendo um filho atrás do outro resolveu fazer uma coisa diferente. Então pegou a rede de pesca do marido e deve ter começado a tecer em cima. E com o tempo os portugueses aportavam aqui em nossa praia e as mulheres falavam que esse bordado era o Filo que tem em Portugal. Depois de alguns anos apareceram os franceses. Aí as mulheres francesas que vieram no navio disseram que o nome do bordado era Filet. E o que a gente imagina é que com o tempo a gente percebeu que não éramos nem franceses nem portugueses então a gente tinha que achar um nome. E hoje, hoje a gente diz assim: qual é o melhor pedaço de carne para comer? O filé. E a melhor renda de Alagoas? O Filé.*

324

Quanto à confecção deste artesanato Dantas (2002, p.25) descreve: “[...] o trabalho começa em uma malha quadriculada, idêntica a uma rede de pescar. Esticada em um tear é usado uma agulha grossa, a malha é preenchida com linha branca ou de cor, formando desenhos quase sempre em barras e motivos florais”.

O Filé depois de confeccionado é coberto por um líquido pastoso feito à base de goma de mandioca ou amido de milho e água para ficar rígido. Não é todo tipo de

¹¹⁷ Tucum: Bot. Palmácea de folhas fibrosas e nozes cujas sementes fornecem óleo alimentício. (Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2001).

peça que recebe a goma, pois está só é utilizada quando se almeja uma renda mais inflexível é o caso de peças como: caminho de mesa, porta copos entre outras.

O Filé pode ser caracterizado como uma renda ou um bordado, pois se tem o bordado como a ornamentação dum tecido já existente, como o filé é composto por uma rede que pode ser confeccionada ou não pelo artesão a renda assume as duas denominações. Esta quando confeccionada pode ser caracterizada como uma renda, caso contrário denominar-se de bordado.

No Pontal da Barra existem artesãos que comprem a rede e outros que a confeccionam, estes por sua vez, comercializam-na para seus amigos e vizinhos que não sabem fazer.

O Filé possui inúmeros pontos sendo comum a criação de novos desenhos que são feitos pelos artesãos que dão asas a imaginação enquanto bordam a rede.

A partir do depoimento de vários artesãos e com o auxílio do Sr. Guilherme dos Santos que borda há vinte e seis anos, elaborou-se uma catalogação dos 42 pontos mais conhecidos do filé, que revelam a diversidade, a criatividade e principalmente a transformação que sofreu nos últimos anos. Geralmente os pontos possuem características que se assemelham a animais, insetos e objetos do cotidiano do artesão.

325



Figura 1 Aranhão Borboleta

Fonte Lidjane S. Barreto



Figura 2 Olho de Pombo com Jasmim

Fonte Lidjane S. Barreto

O Filé confeccionado no Pontal da Barra-AL é um artesanato que preserva as características culturais da comunidade ele faz parte da memória da comunidade que cresceu fazendo e vendo seus parentes fazerem, essas lembranças é refletida

nos discursos dos artesãos: *“eu aprendi com minha mãe, porque minha mãe já aprendeu com a mãe dela e de geração pra geração”*.

O artesanato local é comercializado há décadas como produto turístico atividade que sustenta a confecção do Filé e valorizado o artesão que visualiza no comércio uma maneira de complementar a renda familiar através de uma técnica que realizar no seu cotidiano. Dessa forma, observa-se que a atividade turística contribui para o Pontal da Barra possuir a referência do Filé no estado de Alagoas. Fato que tem ocasionado a revitalização do artesanato em função dos visitantes.

O Turismo realizado no Pontal da Barra tem uma propensão ao segmento de massa, pois o bairro é vendido por agências receptivas de Maceió que levam os turistas para comprar o artesanato e realizar passeios na lagoa Mundaú. Os atores da comunidade envolvidos diretamente na atividade turística são: os artesãos, proprietários de algumas embarcações, e empresários locais. Estes em geral são pessoas que detêm outras fontes de renda para sobreviver não dependendo exclusivamente do Turismo local.

Esta característica fortalece a comunidade que não se torna refém do Turismo, porém a voracidade do mercado capitalista pode desencadear ruptura na relação do artesão com o artesanato, pois este passa a ver o produto como mais fonte de renda e não como um objeto que representa a cultural local, além de confeccionar peças com baixa qualidade ocasionada pela rapidez da confecção exigida pelo mercado.

326

Considerações finais

A promoção do bairro pela atividade turística é importante, pois como exposto, esta relação existe há décadas e tem contribuído para o desenvolvimento do artesanato local. Porém não é prudente afirmar que essa relação gere o desenvolvimento para a região, pois o bairro não possui um crescimento ordenado o que pode ser observado pela carência básica de infraestrutura para os próprios moradores. Atividade turística ocorre sem um planejamento estratégico. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é uma realidade distante da comunidade, pois como explica Jacobi (2004 p. 180): “[...] a sustentabilidade implica uma necessária

inter-relação entre: justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte”.

O Pontal da Barra apresenta um grande potencial turístico que é pouco explorado pela atividade. O que torna necessário um planejamento voltado para a execução desta atividade, obtendo como pressuposto indispensável o bem estar da própria comunidade, para isso é importante que a comunidade esteja informada e preparada para propor e executar as ações que valorizem seu modo de vida o que pode gerar a efetiva sustentabilidade do artesanato como elemento da cultura local.

Referências

BENI, Mario Carlos. **Política de Planejamento de Turismo no Brasil** São Paulo; Aleph, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11ª edição São Paulo, Editora Global, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. **Rendas e rendeiras no São Francisco: estudos e documentação sobre a renda de bilro de Poço Redondo - SE**. Paulo Afonso-BA, Editora Fonte Viva, 2006.

DANTAS, Carmen L PEDROSA, Tânia de [Pesq. e Org.] **Arte popular de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 2002.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Tucum. 3. Ed. – Curitiba: positivo, 2004.

FUNARTE, **Instituto Nacional do Folclore. Artesanato Brasileiro: rendas**. 2ª Ed. Rio de janeiro; FUNARTE, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Tradução: Tomaz Tadeu da Silva 1ª Ed. Rio de Janeiro DP&A, 2006.

HORODYSKI, Graziela Scalise. **Aspectos metodológicos para identificação de artesanato na região dos Campos Gerais do Paraná: uma contribuição ao planejamento turístico**. Minas Gerais. ANPETUR Agosto de 2008.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade Revista Ambiente e Sociedade** Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 10 de Setembro de 2010.

LIMA, Ricardo. **Artesanato: cinco pontos para discussão. Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br>> Link arte e artesanato.

MURTA, Stela M. ALBANO, Celina- Organizadoras. **Interpretar o patrimônio; um exercício do olhar**, Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

____ FREIRE, Doia PEREIRA, Ligia L. **História oral e Turismo Cultural**.

Plano Diretor do município de Maceió 2005 disponível em: <<http://WWW.sites.unb.br>> Acesso em: maio de 2010

PORTUGUEZ, Anderson Pereira, Organizador. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**, São Paulo. Roca, 2004.

ROCHA, José Maria. **Tenório Arte\Artesanato de Alagoas, Comissão Alagoana de folclore**. 1965?. Maceió Alagoas.

RUCCI, Fábio SANT'ANA, Rosangela. **Desenvolvimento turístico sustentável: o artesanato local como alternativa na cidade de Pinhal, SP**. Revista de Cultura e Turismo – CULTUR; Ano 03 nº 01-Jan/2009. Disponível em: [http://<www.uesc.br/revista/culturaeturismo>](http://www.uesc.br/revista/culturaeturismo). Acesso 02 junho 2010.

SEBRAE – AL. **Inventário Piloto de Ofertas e Oportunidades Turísticas de Municípios Alagoanos – Região das Lagoas**. Programa SEBRAE de Turismo, Maceió, 2004.

SILVA, Elsa Peralta. **Patrimônio e Identidade: Os desafios do turismo Cultural**. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

Turismo em áreas rurais

REFLEXÕES A RESPEITO DO TURISMO PRATICADO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Christian Jean-Marie Boudou¹

Micheline Cordeiro Goes²

Weslei Santos Almeida³

Patrícia Batista Santos⁴

RESUMO

O turismo vem crescendo e se expandido mundialmente e se destacando no *ranking* das principais atividades econômicas do mundo. O fenômeno turístico, atualmente, está presente em inúmeros espaços geográficos, no qual, destacaremos as atuações dessa atividade econômica no espaço rural. Portanto, este artigo foi elaborado com o objetivo de discutir os tipos de turismo praticados no espaço rural e sua importância para o desenvolvimento do meio rural. Para o desenvolvimento desse artigo foram realizados levantamentos de bibliografias e de documentos elaborados pelo Ministério do Turismo, que deram as bases para as discussões desenvolvidas ao longo do trabalho. Estruturalmente o trabalho está dividido em duas partes: A primeira demonstra a confusão terminológica que existe entre os vários tipos de turismo praticados no espaço rural (TER), e a segunda aborda o turismo enquanto agente que resgata e valoriza a cultura, a paisagem rural, além de complementar a renda do habitante rural.

330

Palavras-Chave: Desenvolvimento, espaço, turismo rural.

RESUMEN

El turismo sigue creciendo y se expandiendo a nivel mundial y la excelencia en el ranking de las principales actividades económicas del mundo. El fenómeno del turismo en la actualidad está presente en muchas áreas geográficas, en el que se destacarán las actuaciones de esta actividad económica en las zonas rurales. Por lo tanto, este artículo fue preparado con el objetivo de discutir los tipos de turismo se practican en las zonas rurales y su importancia para el desarrollo de estas zonas. Para el desarrollo de este trabajo se llevaron a cabo encuestas bibliográficas de los documentos preparados por el Ministerio de Turismo, que dio la base para que las discusiones se desarrollaran a lo largo de la investigación. Estructuralmente, la obra se divide en dos partes: La primera muestra la confusión terminológica que existe entre los distintos tipos de turismo que se practica en las zonas rurales (B), y la segunda se refiere al turismo como un agente que rescata y realza la cultura, el paisaje, además para completar los ingresos de los habitantes rurales.

Palabras claves: Desarrollo, espacio, turismo rural.

Introdução

O presente artigo caracteriza algumas modalidades de turismo praticado no espaço rural como o Turismo de Aventura, Turismo de Natureza, Turismo Cultural e Turismo Rural.

O Turismo de Natureza tem o objetivo de proporcionar o contato direto com a natureza. O turismo de Aventura proporciona atividades de risco controlado em áreas naturais que servem como cenário para a prática das atividades físicas como canoagem, pára-quedismo, balonismo e etc.

O turismo Rural é o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços. Turismo Cultural valoriza os bens materiais e imateriais que constituem a história de uma sociedade. É através destes conceitos que o trabalho discute as práticas de Turismo no Espaço Rural enquanto atividade que atua como complementação da renda dos produtores rurais além de atuar na preservação da cultura e da paisagem local.

O trabalho também discute a segmentação do turismo praticado no espaço rural que, para fins de estudo, gera confusão terminológica entre os vários tipos de turismo que existem no espaço rural Brasileiro. A maior confusão de dá com o termo Turismo Rural que costuma ser utilizado em qualquer empreendimento praticado em um espaço considerado rural, mesmo que não preserve ou possua o modo de vida rural como atrativo. Por isso, é bastante importante o estabelecimento destes conceitos e diferenciação dos tipos de turismo para a elaboração de políticas públicas adequadas, uma vez que, o turismo pode ser importante vetor de desenvolvimento.

331

Algumas modalidades de turismo praticado no espaço rural

O turismo rural, turismo de natureza, turismo de aventura, turismo cultural são reflexos da atual tendência de segmentação do Turismo que, para alguns autores, serve para melhor administrar e planejar os serviços oferecidos. Segmentar pode ser entendido como o ato de direcionar o serviço ou o produto a um público específico, isto é, indica ao turista as atividades que serão realizadas, por exemplo, turismo de

aventura indica atividades como escaladas em paredões abruptos, descer em corredeiras de rio, percorrer trilhas, ente outras.

Turismo rural (TR)

Definir o termo Turismo Rural, para fins de estudo, é uma tarefa bastante complexa. Este conceito tem sido largamente utilizado, no Brasil, quando o turismo é praticado no espaço rural. Ao mesmo tempo o turismo praticado em espaços rurais assume diferentes definições como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, ou seja, a denominação dependerá das atividades a serem realizadas.

A primeira dificuldade está em conceituar rural e delimitar as áreas que são consideradas rurais ou urbanas. Pois, podemos considerar que devido à revolução tecnológica vivenciada nos tempo presente a cidade tem invadido o campo e o modo de vida rural tem se tornado cada vez mais urbano. Além do que, os critérios para conceituar urbano e rural variam de país para país.

De acordo com Tulik (2004), três critérios para definir o rural e urbano podem ser citados, tomando como base as experiências de vários países. São eles:

332

- O critério oposição entre rural e urbano: considera as atividades e funções urbanas e as rurais, existindo uma oposição com limites bem rígidos e um espaço intermediário onde os dois se misturam.
- Tamanho e características demográficas: considera o tamanho e a população, inclusive o volume total, a densidade demográfica, a PEA (população economicamente Ativa), e a atividade dos residentes dos residentes.
- Delimitação do Perímetro Urbano: Caracteriza-se por ser um critério político-administrativo.

Para o Brasil, de acordo com informações extraídas do IBGE, o critério para classificação de rural e urbano se baseada no Decreto-Lei 311 de 1938, onde ficou estabelecido que as cidades (sedes de municípios) e as vilas (sedes de distritos) são urbanas, e o restante do território é rural. E ficam a cargo das prefeituras definirem,

os perímetros urbanos e rurais. Deste modo não há qualquer restrição, podendo haver municípios inteiramente urbanos.

É exatamente por conta da dificuldade de diferenciar rural e todos os diferentes tipos de turismos praticados em espaços rurais é que o termo Turismo Rural se torna bastante obscuro, além das dificuldades práticas, pois todo e qualquer empreendimento que possua algumas características rurais já se apropria do termo turismo rural contradizendo a própria definição da MTur (Ministério do Turismo). A MTur entende que Turismo Rural é: **“Conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”**. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.7, grifo do autor).

Para que o empreendimento seja classificado como turismo rural. Algumas características podem ser citadas conforme Machado (2005, p. 36): “otimização das estruturas já existentes nas propriedades; condição de ser um negócio familiar; atendimento personalizado por parte dos proprietários, oferta de serviços e produtos vinculados á rotina do empreendimento”. E o mesmo autor expõe que o “segmento da atividade turística que se desenvolve em propriedades produtivas, aliando as práticas de agropecuárias e valorizando o contato direto do turista com a cultura do local, é chamado Turismo Rural” (*idem*, 2005, p.35).

O fato é que o espaço rural, cada vez mais, está sendo explorado pelas atividades turísticas e a terminologia **turismo rural** é utilizada indiscriminadamente pelos grandes empreendimentos que tem o intuito de cativar clientes, pois segundo Dias et al.(2002, p.107), o espaço rural está “se convertendo cada vez mais em um espaço voltado para o lazer e o descanso, há um importante incremento de fluxo de viajantes que se destinam ao campo [...]”. É com essa inversão de pólo de atração de turistas, antes predominantemente litorâneo, que os grandes empreendedores criam parques temáticos, zôo parques, ou parques aquáticos e rotulam de turismo rural, mesmos estes fugindo a definição da MTur, bem como, de alguns autores como Tulik que afirma:

“Se a idéia é de complementar a renda do pequeno produtor rural, gerar emprego, evitar o êxodo rural e promover o desenvolvimento local, o

Turismo Rural deve ser conceituado como uma atividade que considere os atributos essenciais do que é, de fato, rural” (TULIK, 2003, p.87).

A partir das definições dos autores e do Ministério do turismo pode-se afirmar que o Turismo Rural é talvez o segmento do turismo mais produtivo para o meio rural, pois, preserva tudo o que é próprio do conteúdo rural. Fazendo do modo de vida rural o seu produto turístico. Portanto, para que um empreendimento seja classificado como um projeto de Turismo Rural ele precisa ser atividade complementar as atividades agropecuárias e não podem de modo algum substituí-las.

Turismo de Natureza (TN)

O Turismo de Natureza, seguindo as proposições de alguns autores, tem o objetivo de proporcionar o contato direto com a natureza. Machado (2005, p.29) entende que:

“A prática turística que decorre da visitação pura e simples do espaço natural é chamada Turismo de Natureza. Nessa modalidade, não há comprometimento maior por parte do agente ou do turista, apenas o desejo do contato direto com o ambiente e um cuidado relativo na manutenção do espaço utilizado.”

334

Essa relação de neutralidade diante do ambiente ou espaço que se está visitando é uma característica muito típica do turista, pois entende-se a partir da citação de Machado que há, somente, uma relação de consumo de espaço e de paisagens. Dentro desta perspectiva, Dias faz algumas considerações:

“[...] o desenvolvimento espetacular do turismo em todo mundo tem exercido forte pressão sobre o meio ambiente, pela característica consumista do turista, que busca beneficiar-se dos serviços turísticos da melhor maneira possível [...], sem se levar em conta estes valores ecológicos em sua maior parte não são renováveis e dependendo da forma como se dá o consumo, se caminha para sua destruição” (DIAS, 2002, p.93).

São inegáveis os impactos provocados pelas atividades turísticas no ambiente, principalmente, quando são realizadas as infraestrutura necessárias para

receber o turista como construção de estradas, hotéis, entre outras, pois acabam em muitos casos descaracterizando o ambiente “natural” e incorporando características urbanas, isto é, artificializadas, não tendo como foco principal a preservação do meio.

A definição ou a conceituação de Turismo de Natureza ainda se encontra em discussão e as proposições de alguns autores confundem-se, como é o caso de Pérez de las Heras citada por Tulik. Péres considera que o Turismo Rural incluso no Turismo de Natureza, pois ela concebe que o TR é o conjunto das atividades realizadas em contato com a natureza e a vida no campo. No entanto, esta definição vai depender do conceito de natureza de cada teórico. Se a definição de natureza for concebida como: **natureza intocada que não sofre a interferência direta ou foi pouco transformada pelo homem**, poderíamos afirmar que o TR definido pela MTu não se enquadraria no TN, pois é um espaço totalmente transformado pela ação humana onde a produção agropecuária e as relações sociais são intensas.

Por fim, esta segmentação, igualmente ao TR, é conceitualmente indefinida, como também, pode ser considerada uma alternativa para a complementação da renda do pequeno proprietário que não estará somente atrelado à produção agropecuária, possibilitando, segundo os autores, uma alternativa de sobrevivência e impedindo o êxodo rural; entretanto esta atividade deve ser exercida de modo planejado para que os recursos explorados não se esgotem.

Turismo de aventura

O Turismo de Aventura proporciona atividades de risco controlado em áreas naturais que servem como cenário para a prática das atividades físicas.

- Na água: Canoagem, rafting.
- Ar: pára-quedismo e balonismo
- Terra: Rapel, caminhadas

Turismo Cultural

O Turismo Cultural valoriza os bens materiais e imateriais que constituem a história de uma sociedade. A valorização da cultura local para o qual este termo pretende chamar a atenção deve fundamenta o ato de fazer turismo independente

da modalidade. Pois o turista busca o exótico, tanto nas paisagens como no modo de vida, ele deseja a quebra da rotina, os costumes e práticas diferentes do cotidiano em que vive. Portanto, torna-se desnecessário dizer que existe uma prática turística considerada cultural quando na verdade ao se deslocar o homem entra em contato com outras pessoas, outras histórias de vida sendo assim toda prática do turismo em qualquer espaço tem um viés cultural.

Quando o Turismo praticado em espaços rurais não se torna uma alternativa de complementação da renda familiar, valorizando suas práticas agropecuárias e sua cultura, ele pode levar a perda da identidade do rural, e assim, perder também as características que são os atrativos para o turista, geralmente urbano, que procura o oposto do meio em que vive. Como o turismo oferece mais renda, muitas vezes, os proprietários rurais, acabam deixando as suas atividades econômicas como a agricultura e a criação de animais; atividades estas que são importantes tanto para o meio urbano como para o rural.

Mais ainda, à medida que, o meio rural busca infraestrutura para melhor atender os turistas, o espaço rural é transformado e, muitas vezes, acaba se urbanizando. Geralmente o turismo é associado à geração de empregos, é nessa perspectiva que o governo oferece incentivos fiscais diferentes a qualquer empreendimento sem a devida contrapartida por parte dos empreendedores.

Ainda existem os danos ambientais, pois determinadas paisagens precisam de um cuidado especial para não danificar o ecossistema local é a chamada capacidade de carga de um espaço. Pois, até as trilhas que o homem faz para se deslocar no espaço podem representar danos ao meio natural por isso a importância do planejamento para que os turistas de hoje e os de amanhã possam desfrutar da prática turística oferecida por aquele local. Assim também estaremos garantindo um turismo durável.

Importância do turismo no Espaço Rural

É necessário conhecer e valorizar as práticas de Turismo no Espaço Rural, pois, enquanto pluriatividade - atividade não agrícola no espaço rural - pode ser um importante meio para complementar a renda da população rural. Além do mais, o Turismo praticado em Espaços Rurais se preocupa em valorizar o modo de vida

rural logo servirá para valorizar os e bens materiais imateriais do meio rural. Pois, conforme a MTur, meio rural pode ser bem aproveitado para o turismo. Não só as propriedades, como também os atrativos e produtos existentes no campo (bebidas, alimentos artesanatos, músicas, danças etc.).

As formas de Turismo no Espaço Rural (TER) mencionadas neste artigo e as não mencionadas se desenvolvidas de maneira adequada podem servir para ajudar a criar uma consciência de preservação e manutenção do patrimônio cultural e natural dos habitantes rurais. Portanto, o turismo pode proporcionar uma elevação da auto-estima de um grupo, dinamizar a economia local e ainda cumprir sua finalidade que é proporcionar lazer e descanso as pessoas que o procuram.

Considerações Finais

As diversas práticas de turismo praticadas no espaço rural como o Turismo de Aventura, o Turismo Cultural, o Turismo de Natureza e o Turismo Rural devem ser conhecidas e valorizadas. Pois, enquanto atividade econômica complementa a renda dos habitantes rurais e assim oferece aos mesmos as condições para uma sobrevivência digna no espaço em que vive. Para garantir essa sobrevivência digna através do turismo é necessário que o estado fiscalize e planeje o turismo de forma a garantir que os lucros serão revertidos para o desenvolvimento da comunidade local. Lucros esses que devem ser extraídos com respeito ao meio ambiente até para garantir a durabilidade dos atrativos turísticos para o turista.

Se o turismo for devidamente gerenciado pelo estado, em parceria com os empreendedores privados e todos os interessados em seus rendimentos poderão ser evitados ou minimizados os riscos: urbanização do espaço rural; a não utilização da mão-de-obra local pelos estabelecimentos turísticos, pois desta forma não garantirá nem emprego nem renda para a comunidade local; degradação da paisagem natural. Com planejamento é possível resgatar e exaltar a cultura e a paisagem rural através do Turismo, pois a cultura e a paisagem são os atrativos que buscam o turista.

Portanto, o turismo é uma prática que merece destaque e atenção por parte das políticas favorecendo e apoiando o seu desenvolvimento. Afinal proporciona condições para a manutenção e fixação do homem no meio rural. Oferecendo a

população uma alternativa além dos produtos primários em que é baseada sua economia

Referencias

ALMEIDA, Joaquim Anécio. RIEDI, Mário. **Turismo Rural Ecologia Lazer e Desenvolvimento**. Bauru, SP. EDUSC, 2000.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo**. Campinas: Alínea, 2002.

FILHO, Américo P. **Ecologia Cultura e Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993-(Coleção Turismo).

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo**: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2005-(Coleção ABC do Turismo) Programa de Turismo Rural para a agricultura Familiar.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>. Acessado em: 15/10/2010 às 13 h: 44 min.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. 2 ed. São Paulo. Aleph, 2004.

Sites consultados:

www.turismo.gov.br

www.abtr.com.br

www.ibge.gov.br

www.boaluz.com.br/zooparque.html

http://www.turismosergipe1.hpg.ig.com.br/turismo_onde_ir.htm

O NORDESTE BRASILEIRO E SEUS FATORES DE ATRATIVIDADE – O CASO ESPECIAL DO TURISMO EM GARANHUNS, PE.

Caio Victor Albuquerque Santana¹

Cristian Jean-Marie Boudou²

Handresha da Rocha Santos³

Resumo

Este artigo tem como objetivo verificar a situação do turismo no Município de Garanhuns, Pernambuco. Buscou-se identificar em primeira instância a organização do turismo no Nordeste brasileiro, seus principais fatores de atratividade, de que forma o turismo se encontra no Município de Garanhuns e como o Festival de Inverno de Garanhuns influencia na potencialidade turística da cidade. Este trabalho se apresenta como esforço de diagnosticar o turismo de eventos na cidade, e procurar saber o perfil do turista que frequenta o evento para que os atores públicos e do poder financeiro possam direcionar seus investimentos para melhor aproveitamento dos recursos que o turista proporciona para o município. Para essa pesquisa foram usados dados da Secretaria de Turismo de Garanhuns e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

Palavras Chave: Turismo, Atratividade, Nordeste, Garanhuns.

339

Abstract

This article has as objective verify the situation of tourism at City of Garanhuns, Pernambuco. We tried to identify in first case the situation of tourism in Brazilian's northeast and their mains factors of attractive and that way the tourism is in City of Garanhuns, and that way the Winter Festival influence in touristic situation of city. This work presents as effort diagnosticate the events tourism in the city, and search for know the tourist profile that visit the event, for that public actors and financial power can orientate yours investments to optimize use of resources that the tourist provides to the city. To this research were used data of Office of Tourism of Garanhuns and the Foundation of Historical and Artistic Heritage of Pernambuco.

Keywords: Tourism, Attractiveness, Northeast, Garanhuns.

Introdução

Com uma área territorial de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, do tamanho de França, Itália, Reino Unido e Alemanha combinados, população de 51 milhões de habitantes (2005) ou 28% da população brasileira e um Produto Interno Bruto de USD. 93 bilhões(2004) maior que países como Chile. O nordeste brasileiro projeta-se como a terra das oportunidades para quem deseja investir e crescer. (Wikipédia, 2010).

É nessa região de natureza exuberante, condições climáticas diversificadas, onde o sol brilha o ano inteiro, de localização estratégica, próxima aos grandes mercados mundiais, setores como agribusiness, turismo, software, confecções,

indústrias de transformação entre outros apresentam-se como novas potencialidades de bons negócios. Parte do nordeste corresponde à área do semi-árido uma região com alto nível de incidência de sol, clima seco e vegetação com predominância de xerófitas, o semi-árido é visto hoje como ambiente extremamente favorável a atividades econômicas como fruticultura, piscicultura, caprino cultura, apicultura, ecoturismo e diversas outras. Com o objetivo de melhorar seus indicadores sociais e a qualidade de vida da população, além de gerar emprego e renda, o governo oferece incentivo diferenciado para empreendimentos que se instalam na área.

A custa de incentivos fiscais, através de estudos e projetos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi possível encaminhar recursos para reanimar a industrialização regional e sobretudo, reciclar as velhas e obsoletas usinas de açúcar e álcool da Zona da Mat. O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) vem contando também com a parceria do Banco do Nordeste para seus programas de açudagem, irrigação, perfuração de poços e incentivo a iniciativas produtivas do Nordeste interior. De repente, percebe-se a premência inadiável de melhor dosar iniciativas de diferentes portes, atendendo, ao mesmo tempo, às necessidades das áreas de “sequeiro” (92% do espaço regional), reavaliar as potencialidades efetivas das faixas de ribeira (2 a 3% do espaço total); visitar as serrinhas úmidas e diferentes tipos de brejos (AB’ SABER, 2003, p. 100).

340

Com mão de obra abundante, bom nível de especialização, infra-estrutura instalada e incentivos fiscais, a região preparou-se para receber novos empreendimentos atraindo grandes empresas e proporcionando o suporte necessário ao seu pleno desenvolvimento. Um dos motivos para tanta ascensão é a força do Banco do Nordeste de modo contínuo e sustentável por meio de linhas de financiamento com taxas adequadas para o investimento de longo prazo, desenhadas para atender a empreendimentos de todas as partes nos mais diversos setores.

O nordeste dessa forma tornou-se uma economia em permanente extensão, nos últimos anos passou de produtor de bens tradicionais a fabricante de produtos de base tecnológica, como aços especiais, automóveis, equipamentos para irrigação, software e produtos petroquímicos. Dos investimentos feitos no fortalecimento de atividades como a de grãos e de frutas, uma moderna agroindústria despontou conquistando mercados e levando os produtos nordestinos para a mesa de americanos, europeus e asiáticos, o reflexo dessa economia em

permanente extensão está ainda nas grandes cidades nordestinas algumas com população superior a 2,0 milhões de habitantes.

Além de ter uma posição geográfica privilegiada com a proximidade dos mercados europeus e americano, a aliada a uma moderna infra-estrutura portuária, o nordeste conta com programas de apoio às atividades produtivas, incentivos fiscais e mão de obra com alta capacidade de treinamento.

O nordeste brasileiro conta com alta produtividade, através do fortalecimento do agronegócio onde a cada safra se produz frutas e grãos de alta qualidade para o mundo. Em áreas onde o clima não é favorável, foi implantada uma agricultura mecanizada e de altas tecnologias que garantiu alta produtividade, isso só foi possível com o apoio técnico e financeiro do Banco do Nordeste.

No Nordeste, sobretudo no médio e submédio São Francisco e nos vales do Jaguaribe, do Açu, e do Apodi – Mossoró, vem tendo um grande crescimento a agricultura irrigada. Era uma agricultura feita, tradicionalmente, pelo processo de “vazante” e, em seguida, com rodas d’água, com moto-bombas e, finalmente com motores elétricos, tendo se expandido no vale do São Francisco, desde Sobradinho até Paulo Afonso dedicando-se a produtos destinados ao mercado urbano do Nordeste e do Sudeste e também à exportação. Ela visa sobretudo à produção de frutos tropicais como a uva, o melão, a melancia, o tomate, a cultura da cebola e do alho e à formação de pastagens e a cultura da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2005, p. 253)

341

O Turismo na Rota dos Grandes Investimentos

O nordeste do Brasil tornou-se destino de milhões de turistas e rota de grandes investimentos internacionais. Os mais importantes hotéis e resorts do mundo descobriram essa região, atraídos pela beleza de sua paisagem, por seu imenso litoral e pelas obras estruturantes realizadas pelo programa de desenvolvimento do turismo no nordeste. As boas oportunidades de negócios estão em todos os setores da economia nordestina, mas a cada dia, novas vocações surgem com inúmeras vantagens comparativas e competitivas. Os turistas são sempre atraídos pela cultura, paisagens, praias, monumentos museus e história de um determinado local, mas para que ocorra uma expansão turística é necessário que os governantes cuidem e preservem a localidade além de fornecer uma infra-estrutura adequada para recepcionar os visitantes.

O governo pode criar políticas, leis e incentivos ao turismo, melhorar a segurança do local, promover a preservação da natureza e da cultura locais, providenciar melhoria ou construção de amplo sistema de transporte para o fluxo de turistas, contribuir para um sistema de promoção e divulgação dos locais, fornecer infra-estrutura básica como redes de água e esgotos. A iniciativa privada pode providenciar os alojamentos e a comunidade local pode aprender a hospitalidade (DIAS, 2002, p. 76)

O desenvolvimento do turismo não ocorre somente através da participação governamental, mas também com a colaboração da iniciativa privada, e da comunidade local. A iniciativa privada investe geralmente em setores que adensam mão de obra movimentando o vínculo empregatício local. Sendo assim as localidades podem almejar desenvolvimento social e econômico adequado para gerar demanda.

O Desenvolvimento do Turismo

Uma nova onda de promoção de eventos se funde a atividade turística, através de ações interligadas à economia do município sede, para as cidades que possuem uma ociosidade no setor hoteleiro, o turismo de eventos vem ao encontro da necessidade de se aumentar a taxa ocupacional dos hotéis. Na verdade, durante o período de realização de eventos, não só a rede hoteleira se beneficia, mas todo o comércio local. A cidade então pode encontrar na promoção de eventos uma grande oportunidade de aquecer sua economia e se desenvolver. Para tanto o envolvimento dos empresários, da população e do poder público se faz necessário, e um planejamento baseado em levantamentos periódicos deve ser feito para obter o máximo de benefícios.

342

Segundo Brito e Fontes (2002) o turismo de eventos é um segmento do turismo que cuida de vários tipos de eventos que se realizam dentro de um universo amplo e diversificado, refletindo o esforço mercadológico das diversas áreas da saúde, cultural, econômica, jurídica, artística, esportiva e comercial. O evento proporciona ao grupo a troca de informações, a atualização, a tecnologia, o debate de novas proposições, o lançamento de um produto contribuindo para a geração e o fortalecimento das relações sociais, industriais, culturais e comerciais, ao mesmo tempo em que são gerados fluxos de deslocamento e visitação.

Para, Zanella (2006, p. 15) “Os eventos tem importância significativa na área turismo e é uma das atividades que mais cresce neste segmento.” Segundo o escritor acima citado a realização de eventos é de suma importância para o

desenvolvimento do turismo. Uma vez que se trata de uma atividade que pode agradar aos mais variados públicos, desde que seja bem planejado.

A atividade turística, atualmente pode ser considerada um dos pontos mais importantes para a sustentabilidade sócio-econômica de uma cidade ou região. Seu crescimento tem sido extraordinário em todas as partes do mundo, possibilitando a expansão do trabalho, gerando empregos e melhorando a distribuição da renda local. Sendo assim é possível afirmar que a promoção de eventos vem sendo o setor que mais retorno econômico e social o oferece à cidade que sedia um evento.

Seguindo essa tendência, o poder público e empresários do setor privado de cidades, através da criação de órgãos municipais com claros objetivos de dar suporte ao crescimento desse setor tão promissor, além de diversos investimentos que abrangem vários setores econômicos. A promoção de eventos hoje não só alimenta culturalmente uma determinada cidade, como também supre as necessidades de verdadeiros pólos turísticos, que possuem um amplo potencial, com boa infra-estrutura de serviços e equipamentos e que, no entanto, não possuem nenhuma tradição na prática do turismo.

Desta forma, os investimentos no turismo de eventos parecem ser a melhor opção para impulsionar o desenvolvimento do setor. Este investimento, entretanto, deve ser feito em bases sustentáveis considerando as características de cada lugar.

343

A oferta turística pode ser descrita como tudo que for oferecido ao turista. Dessa forma, podemos classificar os elementos da oferta como os naturais, os artificiais e os humanos, sendo este último relacionado com hospitalidade e serviços, que são fatores fundamentais no desenvolvimento turístico de uma região (DIAS e AGUIAR, 2002. p. 69).

Ao se projetar uma programação que envolva um grande número de visitantes, tende-se a dinamizar economicamente o município sede através da sua relação com toda a cadeia de atividades ligadas ao turismo e movimentam hotéis, meios de transportes, restaurantes e o comércio em geral. Assim, favorece-se todo o desenvolvimento do ciclo econômico do município, própria da atividade turística. O evento é na verdade uma maneira de aperfeiçoar o uso das estruturas turísticas.

Sendo oposto do turismo de massa, o turismo gerado pela realização de eventos tem sido denominado por estudiosos como uma solução para o grande

problema da sazonalidade que atinge os hotéis no período da baixa temporada. Eventos bem produzidos garantem a chegada de turistas de várias regiões do país e até do mundo que na sua maioria irá consumir todos os tipos de serviços oferecidos.

Turismo de Massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos de viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viagem. Faz-se lembrar, entretanto, que essa quantidade de pessoas que viaja está muito longe de corresponder ao total da população mundial e muito longe, portanto, de corresponder à massa da população do planeta (CRUZ, 2003. p. 6.).

Fica clara a importância sócio-econômica de um evento para um determinado município. Exemplos da realização de eventos de sucesso em diversas cidades no país é a festa do Peão de Boiadeiros de Barretos que ilustra bem essa proposta, já que movimenta a cidade como um todo, aumentando os números da economia local, e no nordeste temos a cidade de Garanhuns em Pernambuco com o Festival de Inverno.

Garanhuns e o Festival de Inverno

Garanhuns fica localizada no Planalto da Borborema, em pleno agreste meridional, a 230 km de Recife, capital do Estado. Sendo esse estado conhecido pela suas belas praias e calor que atrai muitos turistas, Garanhuns passa a ser um ponto de encontro para quem quer algo diferente, já que a temperatura na cidade varia de 9°C no inverno a 25°C no verão, fazendo assim com que a cidade, que está a 896m acima do nível do mar, chegando até 1030 metros de altitude no seu ponto mais alto, apresente um clima ameno e típico de "inverno" em todo ano, tendo por isso recebido os apelidos de "Suíça Pernambucana" e "Cidades das Flores".

Garanhuns foi construída e desenvolvida em cima de sete colinas (Monte Sinai, Triunfo, Columinho, Ipiranga, Antas, Magano e Quilombo) que permitem a cidade além de um clima ameno, uma paisagem típica de regiões montanhosas. E para completar os recursos naturais, Garanhuns ainda está localizada sobre uma reserva hidromineral, onde existem varias fontes de água mineral, sendo algumas dessas fontes exploradas turisticamente, como no caso de hotéis fazenda, em que as atrações do hotel além de serem as normais do dito Turismo rural, são voltadas para a exploração da fonte de água mineral, com piscinas, bicas e fontes.

Garanhuns exerce um papel regional de relevante importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, e podem-se destacar as atividades agropecuárias; o setor educacional e da saúde, já que é responsável por centralizar o atendimento privado desses dois setores com os principais colégios, faculdades e hospitais da região. Existe também o grande fluxo do capital através das atividades de comércio e serviços provenientes principalmente do turismo. A região vem sofrendo ações governamentais para o desenvolvimento do seu espaço, como exemplo temos o incentivo para aumentar o turismo e a duplicação de uma importante Rodovia, a BR-232, que mudará a configuração espacial e a diminuição do tempo de circulação entre os municípios facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias.

Entre os monumentos que se destacam na arquitetura local, está o Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcanti, erguido no século XIX. Construída nos moldes da arquitetura inglesa, essa imponente estação ferroviária foi transformada em centro cultural em 1979 e hoje abriga um teatro, a Sala da História da Imprensa, o Museu de Arte Didática, a Sala de Memória Iconográfica, a Casa do Artesão e a Galeria de Artes Plásticas de Garanhuns. Já o Mosteiro de São Bento impressiona por sua aparência similar aos antigos mosteiros beneditinos, tendo em torno muitas árvores e plantas. Construído em 1940, o mosteiro tem como principais atrativos os vitrais, o painel retratando o apocalipse e uma fábrica de hóstias, além de produtos artesanais fabricados no local, como: chocolate, licores, pinturas e sírios.

O Cristo do Magno, a 1.030 metros de altitude, é outro ponto turístico que merece destaque. Construído em 1954, numa pedra sobre um mirante em forma de fortaleza, o Cristo oferece uma das mais belas vistas da cidade de Garanhuns. Outro mirante que também deve ser visitado é o Monumento do Ipiranga, conhecido como "pirulito". Erguido em comemoração à Independência do Brasil, o local onde a escultura está instalada é o preferido dos fotógrafos profissionais para a confecção de cartões postais.

FIG. 1 CRISTO MAGNO, GARANHUNS.



Fonte: <http://bit.ly/dCbCaU>

O Parque Ruber Van Der Linder é destino certo para quem deseja estar em contato direto com a natureza ou fazer piqueniques. Essa reserva ecológica possui a peculiaridade de estar instalada em pleno núcleo urbano e nela existem muitas plantas e flores raras, além de lagos, fontes, grutas, animais e até restaurante. Logo na entrada, existem várias colunas em alvenaria, imitando uma construção romana, um lago artificial, um coreto e o busto do construtor do parque. Já o Parque Euclides Dourado, dotado de uma pequena floresta de eucaliptos, encontra-se atualmente em 346 reforma para a implantação de ciclovia, playground, área para piquenique, lago para pedalinhos e equipamentos de ginástica, além de replantio de 2.100 mudas de eucalipto.

FIG. 2. PARQUE EUCLIDES DOURADO, GARANHUNS.



Fonte: <http://www.garanhuns.pe.gov.br/>

Um dos mais famosos cartões postais do município é a fonte luminosa, localizada na Praça Souto Filho, com belos e floridos canteiros e o grande Relógio das Flores. Localizado na Praça Tavares Correia, é o único do Norte e Nordeste do Brasil que funciona à cristal de quartzo, com componentes de alta tecnologia e atrasa apenas 1 minuto por ano. Os números do relógio, que foi construído em 1979, são todos feitos de flores.

Outro atrativo turístico é o Castelo de João Capão, que tem uma história curiosa. Localizado à margem da BR-423, é fruto do trabalho de um homem humilde, eletricitista e encanador, que tinha o sonho de um dia morar num castelo medieval. Há cerca de 15 anos, João construiu seu castelo com recurso próprios e, durante os eventos da cidade, como o Festival de Inverno, ele o transforma em restaurante

FIG. 3 RELÓGIO DAS FLORES, GARANHUNS.



Fonte: <http://www.garanhuns.pe.gov.br/>

FIG. 4. CASTELO DE JOÃO CAPÃO, GARANHUNS.



Fonte: <http://www.garanhuns.pe.gov.br/>

A Igreja do Timbó, a mais antiga da cidade, construída entre 1650 e 1700, em tijolo artesanal, tem sua origem relacionada a uma imagem de Nossa Senhora de Nazareth trazida por um escravo negro foragido da Bahia. Segundo registros históricos, o escravo se juntou a outros negros fugitivos e ergueram a capela.

Apesar de todos esses outros atrativos turísticos, o Festival de Inverno é o responsável pelo maior número de turistas da cidade, levando a cidade de Garanhuns, que tem uma população aproximada de 120 mil pessoas, a ter nos seus 10 dias de festas mais de 400 mil pessoas por suas ruas segundo a Secretaria de Turismo da Cidade.

Criado há 20 anos, o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) foi o evento que deu início ao chamado Circuito do Frio, com a realização, na época mais fria do ano em Pernambuco, de shows ao ar livre nas praças e parques da cidade. Depois de Garanhuns, as outras cidades foram criando seus próprios festivais: Festa da Renascença (Pesqueira) e Festa do Estudante (Triunfo).

Dos turistas

Segundo a pesquisa da empresa *Contextto Pesquisas* sobre o Festival de Inverno 2010, o número de homens e mulheres são praticamente iguais, com a maioria apresentando idades entre 18 e 44 anos, sendo que percentualmente

aparece a faixa de 35 a 44 anos com o maior número de turistas, sendo que 60% são casados, e com 32% dos turistas vindo da capital Pernambucana.

A pesquisa ainda apresentou como resultado o número de 58% dos turistas com o ensino superior completo, sendo que 33% tem renda entre 3 e 5 salários mínimos. 50% dos entrevistados ficam em casa de parentes e amigos, e 45% ficam em hotéis ou pousadas. Os outros 5% dividem-se entre acampamento e casa alugada.

Dos entrevistados, aproximadamente 72% já tinham ido a algumas das edições anteriores do Festival de Inverno. Quando perguntados sobre qual o principal motivo para vir a Garanhuns durante o Festival do Inverno 52% dos entrevistados responderam que o principal atrativo era o clima frio, sendo que as atrações musicais ficaram em segundo lugar, com 38% das respostas dos entrevistados.

Quando perguntados do que não gostaram no Festival de Inverno, 24% criticaram a sujeira das ruas da cidade como o principal problema, seguido pelos preços caros de produtos e serviços.

Traçando um perfil do turista que vai ao Festival de Inverno, é homem ou mulher, principalmente entre 18 e 44 anos, de classe média e que vai à Garanhuns principalmente para aproveitar o clima ameno/frio da cidade.

349

Economia

Segundo informações da Secretaria de Turismo de Garanhuns, diversos hotéis conseguiram atingir lotação total durante os 10 dias do evento, como é o caso dos hotéis Tavares Correia, Garanhuns Pallace, Rodrigues, Figueiredo e Azevedo 1 e 2. Nos demais estabelecimentos a taxa de ocupação foi de 75% durante a semana e de 100% nos finais de semana. Além disso, o serviço de cadastramento de residências realizado pela Prefeitura também foi positivo. Das 315 casas cadastradas pela Secretaria de Turismo, cerca de 200 foram ocupadas, gerando renda para os seus proprietários. O comércio informal movimentou mais de 600 comerciantes. Já o comércio formal de Garanhuns, durante o FIG teve um acréscimo em quase 17% no seu volume de vendas.

O Governo de Pernambuco, por meio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), investiu um montante de R\$ 8 milhões, estimando que 13,5 milhões de reais foram movimentados durante os 10 dias do Festival. Somente em artesanato, estima-se que o faturamento deste ano em R\$ 26.466,00., perfazendo assim a média de 1.260,00 reais dos 21 artesãos cadastrados.

Outro setor que não pode se queixar das vendas é o de produtos alimentícios, que teve faturamento quase 6% maior do que no ano passado, alavancado principalmente pela venda de chocolate quente e chocolates da loja artesanal da cidade, a Chocolate Sete Colinas. Para certos turistas, mais do que a música e o frio, o principal fator atrativo da cidade é o chocolate quente, fazendo assim com que se torne inadmissível ir a Garanhuns e não aproveitar a bebida, ainda mais no frio natural da cidade. E não tem mesmo como dissociar o chocolate do Festival de Inverno. A fábrica nasceu junto com o evento, em 1991. Hoje, há duas lojas na cidade.

Conclusão

350

O nordeste brasileiro oferece diversos atrativos para o turismo, principalmente belas e quentes praias, o que faz assim, que Garanhuns com seu clima ameno, e frio durante o inverno, atraia turistas principalmente do próprio nordeste que querem aproveitar um pouco o frio e fugir do calor de sempre.

O Festival de Inverno vira um incentivo a mais para os turistas, sendo responsável assim por um grande número de turistas e de movimentação financeira na cidade. Um evento como FIG tem como finalidade proporcionar que a cidade e empresários do turismo utilizem toda a capacidade que de equipamentos turísticos ali presentes, como hotéis, restaurantes, praças e monumentos históricos que se não fossem por esse evento, provavelmente não teriam um movimento de turistas e conseqüentemente financeiro perto do nível atual.

A Prefeitura e o Governo do Estado, cientes da contribuição financeira e para o desenvolvimento da cidade e da micro-região de Garanhuns, fica assim evidente o interesse em continuar desenvolvendo em seu município o turismo de eventos, fazendo com que os atores públicos apoiem praticamente todos os eventos que a

cidade possa realizar e não somente o FIG. O processo de captação de eventos deve ser contínuo e trará melhores resultados se houver atuação com diversas parcerias.

Referências

AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, Manuel C. de; **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7º Ed. Rev e aumentado. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

BRITTO, J; FONTES, N. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002

CRUZ, Rita de C. A. da; **Introdução à geografia do Turismo** – 2º Ed. São Paulo. Roca, 2003.

DIAS, Reinaldo e AGUIAR, Marina R.; **Fundamentos do Turismo. Conceitos, normas e definições**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2002.

DIAS, Reinaldo.; **Introdução ao Turismo**. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2005.

IGNARRA, Luiz R.; **Fundamentos do Turismo**. 2º ed. Ver e ampl... São Paulo, SP. Pioneira Thomson Learning, 2003.

VESENTINE, William J.; **Geografia Série Brasil**. São Paulo. Editora Atica, 2004.

TRIGO, Luiz G. G., (Organizador). Turismo. **Como Aprender, como Ensinar**. São Paulo, SP. Editora SENAC São Paulo, 2002.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de Organização de Eventos**. São Paulo, Atlas. 2006.

http://www.jorgecalcado.com.br/blogagenda/pesquisa_turismo_festival_de_inverno_2010.pdf - acessado em 6 de Outubro de 2010.

<http://www.garanhuns.pe.gov.br/> - Acessado em 6 de Outubro de 2010.

<http://www.fundarpe.pe.gov.br/> - Acessado em 6 de Outubro de 2010.

<http://PT.wikipedia-org/.../economia-da-regiao-nordeste-do-brasil> - Acessado em 29 de setembro de 2010.

A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES RURAIS NO ESTADO DE SERGIPE

*Klázia Kate Santana Souza Salomão¹¹⁸

*Ariolino Moura de Oliveira Neto¹¹⁹

Resumo: O presente estudo teve como principal objetivo analisar a potencialidade que o Estado de Sergipe tem para desenvolver um novo segmento turístico, o Turismo Rural. Para essa pesquisa foram destacadas as propriedades rurais que no passado funcionaram como engenhos e contribuíram para construção da história sergipana. Para a realização deste levantamento foram priorizadas as cidades de Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim e Divina Pastora. Os dados foram coletados através de visitas in loco, documentação fotográfica, questionários e entrevistas semi-estruturadas com os principais atores locais. Os municípios pesquisados apontaram 13 propriedades rurais com forte potencial para inserção dessa atividade, pois além de possuírem recursos naturais em abundância, demonstrou opções diversificadas para adaptar sua infraestrutura a atividade turística no meio rural. A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que uma das melhores estratégias para a inserção deste segmento no Estado é através da roteirização turística, visando interligar as cidades pesquisadas tendo como base o modelo de Arranjos Produtivos Locais, onde é possível enfatizar o envolvimento do setor público, privado e principalmente da comunidade receptora no desenvolvimento dessa atividade.

352

Palavra chave: Turismo Rural, Arranjo Produtivo Local, Comunidade, Engenhos

Abstract: This study aimed to analyze the potential that the Sergipe's State has to develop a new segment of tourism, the rural tourism. For this research were detached rural properties that once functioned as mill houses and helped build the Sergipe's history. To accomplish this survey were prioritized the cities of Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim and Divina Pastora. The data were collected through visits, photographic documentation, questionnaires and semi-structured interviews with key local actors. The cities surveyed showed 13 farms for potential inclusion of this activity, because besides having abundant natural resources, they demonstrated diversified options to adapt its infrastructure to tourism in rural areas. From the results, we concluded that one of the best strategies for entering this segment in the state is through the routing tour, aiming to link the cities surveyed based on the local clusters model, where it is possible to emphasize the

Acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail:

klaziakate@yahoo.com.br

*Acadêmico do curso de Zootecnia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail:

linomouraneto@hotmail.com

*Trabalho orientado por Fabiana Maia. Professora do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: fabamaia@yahoo.com

*Pesquisa orientada por Débora Eleonora Pereira da Silva. Professora do curso de Administração da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: dsilva.ufs@gmail.com

involvement of public sector, the private one and especially the host community in the development of this activity.

Keywords: Rural tourism, Local Productive Arrangement, Community

1. Introdução/ Revisão

O turismo é uma das atividades que mais tem se destacado nos últimos tempos, por contribuir consideravelmente com o crescimento da economia mundial, mas também por proporcionar desenvolvimento para as diversas regiões que aproveitam o potencial existente. Além disso, promove a valorização da cultura local, e consequentemente desenvolve a economia local. Entretanto, tendo em vista o seu crescimento nas últimas décadas, a atividade turística não pode ser vista apenas como um gerador de divisas, ao contrário ela deve ser entendida como um fenômeno social de grande importância para as comunidades receptoras.

Por possuir uma grande diversidade cultural nas suas diferentes regiões, o Brasil destaca-se no setor turístico como um destino ainda em desenvolvimento, mas com um grande poder de competitividade a frente de destinos já consolidados. A diversidade cultural, os atrativos naturais, a gastronomia, tudo isso faz do Brasil um país privilegiado para a prática do turismo.

353

O fato de ser uma atividade que está sempre em busca de inovações, vários segmentos turísticos surge a cada dia, cada qual buscando com suas características satisfazer todas as necessidades, desejos e curiosidades dos seus consumidores (turistas). Dentre as muitas modalidades de turismo existentes se encontra o Turismo Rural, que apesar de ser uma atividade relativamente nova no país, demonstra um forte crescimento a cada ano. De fato, não só o visitante passou a se interessar mais pelos costumes e a cultura rural, ou seja, a arte do saber- fazer, mas também os produtores rurais viram nessa atividade uma oportunidade a mais para aumentar a sua renda e valorizar seus costumes locais.

Em termos gerais, o turismo rural é uma atividade de lazer que o homem urbano procura junto às propriedades rurais produtivas, buscando resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local. Já para o homem do campo significa um meio para aumentar sua renda mensal, de forma harmônica, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida. (MOLLETA, 1999, p. 09).

A rotina estressante da cidade grande despertou no homem a necessidade de reencontrar suas raízes, manter um contato mais pessoal, enquanto que para a comunidade local essa atividade trás muito mais benefícios, como demonstra o programa “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural” do Ministério do Turismo que afirma:

A prática do turismo rural, no Brasil e em outros países, pode proporcionar alguns benefícios, como: a interiorização do turismo; melhoria das condições de vida das famílias rurais; diminuição do êxodo rural; diversificação da oferta turística; conservação dos recursos naturais, e muitos outros. (MTUR, 2004, p. 09).

Para Molleta (1999), “o turismo rural está relacionado com os acontecimentos e conhecimentos do dia-a-dia da vida no meio rural e as atividades envolvidas na produção agropecuária, considerando-se estes seus principais atrativos”.

É interessante salientar também a importância da caracterização das fazendas que tem potencial para se trabalhar com o turismo rural, pois como afirma ³⁵⁴ o mesmo autor, em propriedades antigas, a riqueza cultural é enorme e pode ser identificada de formas diferentes. No entanto ressalta-se que, embora o fator histórico seja um atrativo a mais no turismo rural, não se elimina a possibilidade de empreendimentos novos ingressarem na atividade, pois para ele, mesmo que o turista almeje o contato com o mundo rural, ele não deixa de possuir necessidades e expectativas já há muito criadas e condicionadas pelo seu modo de vida urbano.

Visando desenvolver uma atividade turística de forma integrada entre os setores público, privado e a comunidade, a presente pesquisa aponta o modelo de desenvolvimento organizado na perspectiva de Arranjos Produtivos Locais como o mais adequado para estimular a pratica dessa atividade no Estado de Sergipe, pois conceitualmente:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. SEBRAE (2007 *apud* ZECHNER et al., 2008 p. 37).

Ainda de acordo com Zechner et. al. (2008), “é importante destacar, que a simples proximidade geográfica entre empresas não caracteriza um APL. Para que este arranjo possa existir faz-se necessário que seja compartilhada uma cultura, na qual se tenham objetivos e valores que se entrelacem”.

O surgimento de um APL dá-se, geralmente, de maneira espontânea, sem a interferência de uma política governamental específica, que crie ou forneça infra-estrutura para tal surgimento; ou seja, o Estado pode incentivar, proteger, ou até mesmo fomentar um Arranjo Produtivo, mas não pode criá-lo. (BORDINI E RUSCHMANN, 2008, p. 02).

No Estado de Sergipe, o turismo tem se desenvolvido de forma a priorizar três segmentos turísticos, o turismo de Sol e Praia, Negócios e Eventos e Ecoturismo. Entretanto, os roteiros trabalhados pelo Estado não contemplam na prática todos os segmentos priorizados, deixando para o visitante que chega a cidade poucas opções de entretenimento. A proposta deste estudo é sugerir que Sergipe desenvolva um novo segmento turístico baseado num sistema organizacional de Arranjo Produtivo Local, tendo como prioridade tornar o Turismo Rural uma alternativa de geração de emprego e renda, e vislumbrar a inserção das comunidades locais no desenvolvimento da atividade, contribuindo assim para a valorização da história e cultura sergipana.

355

2. Metodologia

Na primeira etapa do estudo foi realizada uma pesquisa exploratória, a fim de levantar informações para a definição mais apropriada das variáveis de pesquisa em relação aos objetivos da investigação. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura específica da área que fundamentou os demais procedimentos. Após a conclusão da revisão teórica, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, junto a consumidores e gestores dos setores de turismo, para então dar início à etapa descritiva da pesquisa em questão.

Para compor um segmento estruturado de maneira que o visitante conheça não só as atividades referentes ao campo, mas também conheça a história daquela localidade, foram priorizadas para este estudo as fazendas que no passado funcionaram como Engenhos, pois essas, em sua maioria mantêm preservada sua história até os dias atuais. O trabalho baseou-se em algumas comunidades citadas

pela autora Kátia Loureiro em seu trabalho intitulado *Arquitetura Sergipana do Açúcar* publicado no ano de 1999. O livro aborda além dos fatos históricos dos engenhos, as principais características referentes à sua arquitetura.

Os municípios escolhidos para compor o roteiro rural, foram selecionados não somente por estarem próximos a capital, mas por terem participado de forma significativa na construção da história sergipana. Dentre os municípios escolhidos encontram-se Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga, Laranjeiras, Maruim e Divina Pastora. Anteriormente as cidades de São Cristóvão, Riachuelo e Santa Rosa de Lima, haviam sido selecionadas para compor este roteiro, no entanto, de acordo com Loureiro (1999) não constava nenhum relato da existência de Engenhos na cidade de Santa Rosa de Lima, das duas propriedades que existiam na cidade de Riachuelo, nenhuma conseguiu resistir ao tempo. Ao passo que para o município de São Cristóvão o impasse foi ainda maior, pois devido à proximidade das propriedades com o município de Itaporanga, a comunidade local assumiu os engenhos como parte de seu território.

O número total de fazendas pesquisadas chegou a 24, sendo que dentre estas, seis delas encontravam-se em elevado estado de deterioração, em cinco delas não foi possível conseguir contato para marcar a visita e uma não constava como engenho, mas esta além de interesse demonstrou características bastante peculiares para poder compor o roteiro, como a produção artesanal de cachaça por exemplo. Desse modo o número total de propriedades rurais visitadas chegou a treze.

Além de realizar um levantamento fotográfico da maioria das fazendas visitadas, foi apresentado também um questionário que teve como objetivo, conhecer as principais características das fazendas e também saber quais as perspectivas do proprietário com relação à prática do turismo na sua propriedade. O questionário dividiu-se em 13 tópicos e abordou desde infra-estrutura, atrativos naturais, meios de acesso, até qual o grau de interesse do proprietário em trabalhar com a atividade turística.

3. Resultados e discussão

A presente pesquisa teve seu foco voltado para a avaliação do potencial turístico das propriedades rurais que constam nos municípios selecionados para este estudo, visando claro, enfatizar as propriedades que no passado funcionaram como Engenhos. Tentando seguir uma ordem coerente com um provável roteiro turístico, as visitas *in loco* foram realizadas partindo do município de Santa Luzia do Itanhy, passando pelas cidades de Estância, Itaporanga, Laranjeiras e Maruim até chegar à cidade de Divina Pastora. Durante a execução deste trabalho buscou-se em todas as fases da visita, tais como entrevistas e documentação fotográfica, fazer a relação entre o potencial da propriedade estudada com a real possibilidade de se praticar o turismo rural naquela localidade. Para tanto foram avaliados também o grau de desenvolvimento das cidades visando seus pontos fortes e fracos relacionados à prática turística, conforme segue:

Quadro 01 – Avaliação Geral dos Municípios Pesquisados

Municípios	Distância da capital	Propriedades visitadas	Pontos fortes	Pontos fracos
Santa Luzia do Itanhy	76 km	Engenho São Félix Fazenda Priapu da Feira Engenho Antas Engenho Castelo	Valor histórico da cidade (1º povoamento de Sergipe). Atrativos Naturais (praia e restinga de mata atlântica).	Ausência de infra-estrutura e equipamentos turísticos (predominância da área rural).
Estância	68 km	Engenho Kassunguê	Desenvolvimento da cidade. Boa infra-estrutura básica e turística. Atrativos naturais.	Pouca exploração da forte cultura local.
Itaporanga	29 km	Engenho Colégio Engenho Itaperoá Engenho Belém Engenho Dira	Boa infra-estrutura básica.	Infra-Estrutura turística pouco desenvolvida.
Laranjeiras	18 km	Engenho Pinheiro	Maior proximidade da capital. Valor histórico e cultural.	Equipamentos turísticos precários.
Maruim	30 km	Engenho Pedras	Valor cultural	Ausência de equipamentos turísticos
Divina Pastora	39 km	Engenho São Joaquim	Artesanato (renda irlandesa como patrimônio imaterial).	Ausência de equipamentos turísticos

Para uma melhor explanação dos dados apresentados acima, seguirá abaixo uma breve discussão a cerca das cidades e seus equipamentos, pois além das características singulares que cada uma apresenta o fato de possuírem um vasto número de patrimônios históricos a exemplo dos antigos engenhos, proporcionam também um importante destaque para a atividade turística na região.

3.1. Santa Luzia do Itanhi

Distante aproximadamente 76 km da capital Aracaju, o município localiza-se no sul do Estado de Sergipe e possui uma área equivalente a 330 km². A cidade dispõe de uma porção de mata atlântica em bom estado de conservação, estando localizada entre a sede do município e o povoado Crasto. Apesar de uma boa oferta de atrativos naturais, o município perde sua força devido à falta de infraestrutura turística. Dentre as propriedades rurais visitadas encontram-se: Engenho São Félix; Fazenda Priapu da Feira; Engenho Antas; Engenho Castelo.

Engenho São Félix

O engenho São Félix pertence ao Sr. Gilberto Vieira Leite Neto, e de acordo com a história é o segundo engenho mais antigo no Estado. Datado de 1632, a propriedade foi tombada em 06 de janeiro de 1984. Atualmente a principal fonte de renda da propriedade é a criação de gado. O acesso ao engenho é possível em qualquer clima, já que o mesmo se encontra muito próximo a cidade e tem a boa condição da estrada como sua aliada. Tendo passado por uma recente reforma, a infra-estrutura do sobrado impressiona quanto à arquitetura, ao longo dos seus 250 hectares, é possível encontrar pequenos córregos com possibilidade para banho, nascentes, restinga de mata atlântica, além das estruturas históricas que lá se encontram como a chaminé da antiga usina, algumas casas de trabalhadores e principalmente os objetos antigos que estão no interior da casa.

Fazenda Priapu da Feira

A segunda fazenda a ser visitada foi a Priapu da Feira, que como dito anteriormente não se trata de um engenho, mas possui uma característica muito peculiar, pois é a única fazenda no Estado que produz cachaça envelhecida em barril de carvalho. A fazenda pertence ao Sr. Sérgio, e possui também como principal fonte de renda a pecuária, apesar de trabalhar um pouco com agricultura com as plantações de coco. O acesso a essa fazenda é considerado fácil devido à

sinalização existente, porém torna-se um pouco complicado nos dias de chuva, já que a estrada que se utiliza é de chão. O fato da produção da cachaça ser feita de forma totalmente artesanal, é um dos pontos-chaves para visitas.

Engenho Antas

A terceira fazenda a ser visitada, foi o Engenho Antas de propriedade do Grupo Alves Sobrinho. O Engenho data do ano de 1825, e teve participação importante na economia da época. Para chegar ao engenho o acesso utilizado é muito precário, pois além da estrada de chão não há nenhuma sinalização, a sua infra-estrutura conta com uma casa ampla, porém em estado de grande desgaste, contam também com a antiga chaminé, partes da usina e algumas casas de trabalhadores.

Engenho Castelo

A quarta e última propriedade pesquisada no município foi o Engenho Castelo, mantido preservado pelo proprietário, o Sr. Raimundo Juliano Souto Santos. A principal atividade econômica também se constitui da pecuária de corte. O acesso é possível em qualquer clima, devido a sua localização na entrada da cidade. Espalhados entre os seus 1500 hectares destacam-se rios, nascentes, açudes, uma pequena cachoeira, mata ciliar, dentre outros. Como atrativos históricos, existem a casa grande, totalmente preservada, seus móveis e objetos de época em perfeito estado de conservação.

359

3.2. Estância

O município de Estância está a 68 km de distância de Aracaju e destaca-se por seus atrativos naturais e culturais. Dentre o seu acervo cultural, é possível visitar o Memorial de Estância, o Centro de Artesanato e a Casa da Cultura, sendo esta a mais procurada pelos visitantes, pois disponibiliza apresentações periódicas de dança, teatro e música, além do espaço para os artistas locais. A cidade dispõe também de praias como Abaís e Saco, onde o visitante pode desfrutar dos serviços oferecidos. Quanto aos equipamentos que compõem a oferta turística, existe a disponibilidade de meios de hospedagem, alimentação e entretenimento, além de uma boa infraestrutura de apoio. Neste município foi registrada apenas uma propriedade: o Engenho Kassunguê.

Engenho Kassunguê

O Engenho Kassunguê, pertence ao Sr. Fernando Moraes Silva. A fazenda, além de manter em sua estrutura a casa grande e a igreja, destaca-se por outras atividades, como a instalação do Haras, por exemplo, já que a estrutura citada anteriormente não está em bom estado de conservação.

3.3. Itaporanga D'Ajuda

Apesar da cidade não possuir uma infraestrutura turística muito desenvolvida, o município conta com alguns itens importantes ao seu favor como, por exemplo, um calendário de eventos diversificado. Além disso, proporciona aos visitantes o acesso a praia da Caueira, bem como opções para lazer e entretenimento locais, como o Centro Cultural e o Balneário. Dentre as propriedades rurais visitadas encontram-se: Engenho Colégio; Engenho Itaperoá; Engenho Belém; Engenho Dira.

Engenho Colégio

O Engenho Colégio é considerado historicamente como o primeiro engenho do Estado de Sergipe, tendo em vista que sua construção foi para abrigar os primeiros padres jesuítas que aqui chegaram em 1575. Atualmente o engenho é de propriedade do Sr. César Mandarino e também é tombado pelo patrimônio histórico. Na propriedade destacam-se o sobrado e a igreja, as casas dos trabalhadores e uma segunda casa, sendo esta mais moderna.

360

Engenho Itaperoá

Outro engenho registrado na cidade é o Engenho Itaperoá, também de propriedade do Sr. Raimundo Juliano Souto Santos, da construção original, quase nada restou a não ser pela chaminé da antiga usina, no entanto a propriedade destaca-se tanto pela facilidade no acesso, quanto pela variedade de atividades agropecuárias existentes, que vão desde a pecuária de corte, criação de ovinos e búfalos.

Engenho Belém

Em seguida, surgiu o Engenho Belém, que pertence ao senhor Felisberto de Oliveira Freire. Espalhados em seus 650 hectares, é possível encontrar riachos, nascentes de água mineral, mata atlântica nativa, além de ser banhado pelo rio

Vaza Barris. Como acervo histórico, destaca-se a casa, que apesar de não manter por completo sua estrutura original devido a varias reformas que passou, mantém em seu interior móvel e objetos que contam a trajetória da família, encontra-se também uma capela particular, a chaminé e o cemitério da família Freire.

Engenho Dira

Após o Engenho Belém, se encontra o Engenho Dira, que é de propriedade do Sr. José Augusto Vieira – Agropecuária Maratá LTDA. O acesso a fazenda pode ser feito por dois caminhos, sendo que um deles se mostra difícil em períodos chuvosos. A principal fonte de renda da propriedade encontra-se na criação de bovinos e ovinos para engorda, ressaltando a diversificação da atividade com a piscicultura. Em toda sua extensão existem diversos açudes, minantes, matas, e uma natureza exuberante. Sua história se mantém preservada tanto na casa grande quanto na igreja muito bem conservadas.

3.4. Laranjeiras

A 18 km da capital, a cidade de Laranjeiras ganha destaque na atividade turística devido ao seu valor histórico e cultural, onde disponibiliza para o público, um extenso calendário de eventos que possibilita presenciar acontecimentos importantes como o Encontro Cultural, apresentações anuais dos grupos folclóricos, além das manifestações de cunho religioso que constituem na sua tradição. Apesar de ser uma das cidades mais visitadas pelos turistas, Laranjeiras possui uma infraestrutura pouco desenvolvida. Neste município foi registrada apenas uma propriedade com as características procuradas, sendo este o Engenho Pinheiro.

Engenho Pinheiro

O Engenho Pinheiro, pertence à família Franco. Da construção que remonta a tradição dos engenhos nada resta, a não ser pela pequena capela, pois sua estrutura perfeitamente conservada é mais moderna, isso se deve ao fato da Usina Pinheiro ser a única em atividade no Estado.

3.5. Maruim

O município de Maruim fica a 30 km de Aracaju, e é um dos menos desenvolvidos turisticamente, pois existe uma deficiência de equipamentos para os próprios moradores, que por consequência não atenderia de imediato as necessidades dos visitantes. O registro foi feito na seguinte propriedade Engenho Pedras.

Engenho Pedras

O Engenho Pedras também de propriedade da família Franco. Atualmente a estrutura do sobrado se encontra em elevado grau de deterioração, e da estrutura original quase nada existe, a não ser pelas casas dos trabalhadores ao redor do sobrado.

3.6. Divina Pastora

A cidade está a 39 km de Aracaju e destaca-se devido a Peregrinação de Nossa Senhora Divina Pastora, tal acontecimento chega a atrair mais 90 mil pessoas por ano, sendo estas advindas do próprio Estado de Sergipe, e algumas advindas de outros Estados brasileiros. A cidade apesar de manter uma boa apresentação para os visitantes, como a limpeza e organização, foi a que mais demonstrou deficiência quanto à ausência de equipamentos tanto para acomodação como para alimentação. Entretanto, a cidade é detentora da produção da Renda Irlandesa, considerada hoje como Patrimônio Imaterial. Ao fim desta pesquisa registramos a propriedade Engenho São Joaquim. 362

Engenho São Joaquim

O Engenho São Joaquim, hoje pertencente aos herdeiros do Sr. Raul Rollembergue. O acesso até a fazenda é complicado, pois existem vários desníveis na estrada. Sua infra-estrutura apresenta um conjunto muito bonito de duas amplas casas, estábulos bem cuidados, a residência dos trabalhadores em perfeito estado de conservação, além da preservação histórica em todo interior da casa.

De modo geral, as cidades visitadas apresentaram uma necessidade de estruturar sua oferta turística para atender as necessidades da demanda, caso desejem inserir a atividade turística nas suas regiões, pois apesar de algumas demonstrarem estarem de certo modo preparadas, a exemplo de Estância, a grande

maioria apresentou diversos pontos que precisam ser trabalhados. Ao passo que as propriedades rurais que foram catalogadas em prol da pesquisa, possuem em sua maioria aspectos muito parecidos, principalmente em se tratando de infra-estrutura e atividades econômicas, no entanto, o próprio desenrolar da história mostra que cada uma possui particularidades que as tornam únicas e com forte potencial de atratividade. Necessitando apenas a definição de suas atividades frente à prática do turismo rural.

Vários Estados aderiram à prática do turismo rural visando seu desenvolvimento no sistema de Arranjos Produtivos Locais, enfatizando a participação da comunidade local nas atividades. Dentre eles podemos citar os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, que compõem as atividades de seus roteiros rurais de forma integrada e diversificada no intuito de ofertar aos visitantes um maior conjunto de atrativos.

Conceitualmente, um Arranjo Produtivo Local (APL) é entendido como “um tipo de organização privada de atividades econômicas, caracterizadas pela colaboração de distintos agentes privados” (SETUR *apud* RUSCHMANN E BORDINI, 2008). Ou seja, os Arranjos Produtivos Locais são formados essencialmente pela iniciativa privada, sendo que estas devem pertencer à mesma cadeia produtiva, neste caso o turismo. 363

Em se tratando de suas características de um modo geral, os APLs podem variar sua abrangência de maneira considerável num destino turístico, podendo localizar-se num município, num conjunto de municípios, em uma região. É necessário ressaltar também, que quando planejado e inserido adequadamente, os APLs se tornam um importante instrumento para auxiliar no desenvolvimento de uma localidade, visando principalmente à inserção das comunidades locais nesse processo.

De acordo com Elesbão (2001) partindo do exemplo da cidade de São Martinho em Santa Catarina, as propriedades rurais que trabalham com a atividade turística, têm em média 60.50 hectares, variando de 13 hectares a menor, até 130 hectares a maior. Este fato mostra que nesse quesito, o Estado de Sergipe está enquadrado adequadamente para o setor.

Outro fator relevante, diz respeito à infra-estrutura das propriedades, como foram expostas e também presenciadas algumas das propriedades não possui condições de trabalhar o turismo rural oferecendo hospedagem, mas para Zimmermann (1996) hospedar não significa, necessariamente, pernoitar, pois o cliente pode, por exemplo, querer passar o dia, conhecer, alimentar-se e seguir viagem. Pois como afirma Oliveira (2002) a capacidade de atratividade de um roteiro rural, contemplando algumas fazendas (algumas até com atividade de suporte, oferecendo apenas alimentação, visitas a determinada cultura, venda de artesanato, etc.), é muito maior do que apenas uma fazenda tentando satisfazer todas as necessidades do turista.

Considerações finais

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a potencialidade que o Estado de Sergipe tem para se trabalhar com o Turismo Rural, no intuito não só de diversificar a oferta turística atual, como também consolidar a participação das comunidades locais, no processo de desenvolvimento da atividade. Conforme o resultado exposto fica claro que o Estado de Sergipe possui grande potencial para explorar outros segmentos turísticos, pois além de belas praias, existe história, tradições e costumes locais que ganhariam evidência com a interiorização da atividade turística, além de possibilitar ao visitante maiores opções de entretenimento.

364

No cenário atual, a atividade turística quando estruturada visando desenvolver a região alinhando suas ações nas perspectivas da sustentabilidade de modo a satisfazer residentes e visitantes, transforma-se num importante instrumento no processo de envolvimento da comunidade com qualquer segmento turístico, principalmente o rural, pois este se destaca por estimular a conservação dos modos de vida tradicionais do homem do campo.

A possibilidade de se trabalhar o segmento rural no Estado de Sergipe nas premissas de um arranjo produtivo local, possibilita nas comunidades receptoras agregar valor a sua cultura, seus costumes, ao seu cotidiano. Assim como os pequenos produtores, que enxergam o surgimento dessa atividade como uma oportunidade de valorizar seu empreendimento e aumentar a sua renda.

Outro fator relevante que foi identificado a partir dos resultados obtidos com a pesquisa está relacionado à necessidade de adequar a infra-estrutura local para a inserção do novo segmento. Mas para que a atividade turística possa se desenvolver de forma a minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, é preciso que haja um planejamento coerente com as reais necessidades e anseios tanto da comunidade local quanto dos visitantes. Ações como melhoria de infra-estrutura básica e turística, dos equipamentos turísticos, das vias de acesso aos engenhos, dentre outros, devem ser pensadas como um todo, visando principalmente à inserção da comunidade na construção de todo o processo.

A proposta de estruturação desses engenhos para a prática do turismo possibilitará para o Estado de Sergipe uma maior diversidade na sua oferta turística, tendo em vista principalmente o desenvolvimento local dos municípios contemplados. Mas para que isso ocorra, é importante ressaltar que, para que qualquer atividade turística possa se desenvolver de forma sustentável, se faz necessária a participação conjunta da comunidade e dos setores público e privado, pois não há como se pensar em desenvolvimento local sem que estes três setores trabalhem de forma integrada.

365

Referências

- ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 138p.
- BRASIL, Mtur. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Secretaria de Políticas de Turismo. Pictograma Oficial do Turismo Rural no Brasil – Manual de Sinalização Turística. Brasília: 2004. 43p.
- BORDINI, C. V.; RUSCHMANN, D. V. D. M. Diagnóstico para arranjos produtivos locais do turismo (APLTur) Um modelo referencial. **V Seminário ANPTUR**, Belo Horizonte, MG, 2008.
- DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005. 178p.
- ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal**. Santa Maria: UFSM, 2001. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.
- LOUREIRO, K. A. S. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: FUNCAJU, UNIT, 1999. 107p.
- MOLLETA, V. F. **Turismo Rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999.
- OLIVEIRA, C. G. de S. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasília: SESCOOP, 2002. 104p.

SEBRAE. Arranjos produtivos locais. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>> Acesso em: 30 de maio de 2007.

ZECHNER, T. C.; ALVES, F. K; SAMPAIO, C. A. C. O papel do turismo no arranjo socioprodutivo de base comunitária da micro-bacia do rio Sagrado. **Dynamis revista tecno-científica** /ISSN – 1982-4866. Vol. 1, Nº 14, p. 34-42. Jan – mar. 2008. Disponível em. <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/646/571>. Acesso em. 22 de julho 2009.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis. Ed. do Autor, 1996. 78p.

BOA LUZ E TIMBÓ: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS RURAIS PARA O ESTADO DE SERGIPE

Camile Silva Santos¹²⁰

Cristiane Alcântara de Jesus Santos¹²¹

Maria José Rosendo da Costa¹²²

Patricia Scarlat dos Santos Gonçalves¹²³

Roseane dos Santos¹²⁴

Resumo

O turismo é uma atividade distribuidora de renda, que apresenta uma possível sustentabilidade social, política, cultural, ambiental. De modo geral, há muita divergência quanto ao modo de definir o meio rural, e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma variada em que esta realidade se apresenta no espaço e tempo até as influências de caráter político. O turismo rural vem crescendo gradativamente nas diferentes regiões do Brasil, pois é uma atividade voltada para conhecer e vivenciar a cultura de determinada região, que envolve a demanda com o modo vida rural, além de ser um complemento na atividade agrícola e ambiental. É certo que a prática turística tem gerado grandes transformações na zona rural, além de agregar valor ao meio ambiente. Esse artigo visa identificar as características da atividade rural nessas empresas. Além disso, perceber se a crescente urbanização do espaço rural se reafirma enquanto o fundamento dessa reprodução. A fim de atingir esses objetivos foram realizados alguns procedimentos como o levantamento bibliográfico, entrevistas e visitas técnicas aos empreendimentos que apresentam potencialidades para o desenvolvimento da atividade rural no estado de Sergipe: Zoo Parque Boa Luz e o Parque Aquático timbó. A partir da utilização dessas técnicas podemos identificar a precariedade no setor turístico rural e buscamos apresentar alternativas que viabilizem a implantação do segmento de turismo rural no estado de Sergipe.

Palavras-chaves: Turismo rural. Meio rural. Atividade rural.

Abstract

Tourism is an activity distribution of income, which presents a possible social, political, cultural, environmental. In general, there is much disagreement on how to define the rural areas, and this is due to a number of factors ranging from the varied forms in which this situation presents itself in space and time to the influences of a political character. Rural tourism has been growing gradually in different regions of

¹²⁰ Acadêmica do 2º Período do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: camile.ss@hotmail.com

¹²¹ Doutoranda em Geografia. Professora Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

¹²² Acadêmica do 2º Período do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mariaquerino@hotmail.com

¹²³ Acadêmica do 2º Período do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: scarlat-jac@hotmail.com

¹²⁴ Acadêmica do 2º Período do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: roseane_ale@hotmail.com

Brazil, it is an activity aimed to know and experience the culture of a region that involves the demand to the way rural life, besides being a complement to farming and the environment. Admittedly, the tourist practice has generated major changes in rural areas, besides adding value to the environment. This article aims to identify the characteristics of rural activity in these companies. Also, notice the increasing urbanization of rural areas is reaffirmed as the basis of that representation. In order to achieve these goals have been accomplished some procedures such as literature review, interviews and visits to the enterprises that have the potential for the development of rural activities in the state of Sergipe: Good Park Zoo and Water Park Light Timbó. From the use of these techniques can identify the precariousness of rural tourism industry and seek to provide alternatives that allow the deployment segment of rural tourism in the state of Sergipe.

Keywords: Rural tourism. Rural areas. Rural activity.

Introdução

O turismo é uma atividade de grande importância econômica, social, política, cultural, ambiental que influencia diretamente a expansão e desenvolvimento de muitas cidades na atualidade. É uma atividade distribuidora de renda que apresenta uma possível sustentabilidade socioambiental e cultural.

Segundo o MTUR (2008, p.15) “as atividades turísticas no meio rural são conhecidas nos EUA e na Europa desde da década de 1950”. Porém, no Brasil só veio a ganhar *status* de atividade econômica a partir de 1980. Desde então, esse seguimento vem crescendo gradativamente nas diferentes regiões do país.

Segundo Dias (2002) podemos perceber que o turismo compreende um fenômeno universal que conecta todas as partes do sistema global. Sendo que no Brasil, assim como em outros países periféricos, o turismo é uma atividade de grande eficiência, tanto no discurso político e empresarial, como no setor sociocultural aparece como possibilidade de desenvolvimento do país.

A atividade turística se caracteriza por apresentar diversos segmentos, dentre eles podemos destacar o turismo rural que gera grandes transformações na zona rural. É uma atividade que agrega valores ao meio ambiente, a preservação da paisagem rural para a própria vida e surge como uma alternativa econômica nesse meio. Porém, nem sempre o desenvolvimento dessa atividade gera o melhor bem estar dos habitantes locais.

O turismo rural se caracteriza por seu componente cultural e que se trata de uma atividade voltada para conhecer e vivenciar a relação do homem com a natureza de ambientes “urbanizado”, com casa de fazenda, sítios, vilas, dentre outros. É uma atividade que envolve a demanda com o modo de vida rural, além de ser um complemento na atividade agrícola, dentro de uma estratégia de diversificação e melhoria para o meio rural.

Desta forma, podemos perceber que o desenvolvimento do turismo rural no Brasil e no nordeste apresenta características modernas, porém, com lógica antiga. De fato, em muitos casos, a prática do turismo no meio rural tem transformado as características rurais e acaba rompendo tradições e cultura, em que é imposto um mundo moderno/global, onde toda essa atividade acaba sendo buscada por uma sociedade induzida a fugir daquilo que as acompanha em sua rotina. De acordo com Santos; Campos (2009), embora numerosas pesquisas no Brasil se refiram ao turismo rural, em sua maioria, concentram seus olhares nas variáveis de potencialidades geográficas existentes, fazendo com que não haja relação entre a complexidade da atividade turística e a essência que envolve a paisagem.

A demanda desse segmento encontrou nessa atividade um refúgio, ou seja, ³⁶⁹ uma alternativa para sair dos problemas e pressões da rotina urbana. As empresas desse segmento surgem com a finalidade de suprirem essa necessidade apresentada pela demanda que acabam por reproduzir e criar locais que apresentem uma vivência diferenciada do seu cotidiano.

No estado de Sergipe, podemos identificar como potencialidades da atividade rural duas empresas prestadoras de serviços desse segmento, Zoo Parque Boa Luz, que se encontra localizado no município de Laranjeiras e o Parque Aquático Timbó, que está localizado no município de Salgado.

Desse modo, visamos compreender e identificar as características da atividade rural na Boa luz e no Parque Aquático Timbó, e a partir daí defini-los ou não como atrativos rurais do estado de Sergipe. Assim, podemos perceber os benefícios e os impactos causados pela reprodução desses espaços gerados pelo desenvolvimento da atividade turística rural nestas localidades. Além disso, perceber se a crescente urbanização do espaço rural se reafirma enquanto o fundamento dessa reprodução.

No decorrer deste artigo, iremos analisar também a percepção da administração, segundo o desenvolvimento e classificações das atividades turísticas nessas localidades.

O turismo no espaço rural

O turismo rural não significa só a atividade turística ser desenvolvida e desempenhada no espaço rural, vai muito mais além que isso, uma vez que compreende também um contexto cultural, social, econômico e histórico, pois deve envolver o turista com o modo de vida rural, ou seja, a demanda tem que vivenciar e experimentar práticas que mostrem e que estejam ligadas ao meio rural.

Contudo, há muita divergência quanto ao modo de definir o meio rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma variada em que esta realidade se apresenta no espaço e tempo até as influências de caráter político.

Há diversas definições para a atividade turística rural. Segundo Machado (2005, p.37),

Atividade turística rural busca a valorização do patrimônio cultural e natural, conservando raízes e divulgando costumes, trabalhando com a perspectiva de mudanças do homem no campo e servindo como novo seguimento a ser agregado à atividade econômica principal da atividade.

370

De acordo com Tulik (2003, p.11) o turismo rural, “está ligado ao conteúdo rural, ou seja, se refere somente às atividades ligadas ao meio e modo de vida rural, no que podemos excluir outras formas de turismo no espaço rural como, por exemplo, o ecoturismo, o turismo de aventura, entre outros”. A autora ainda afirma que,

Uma das principais dificuldades que envolve o estudo do turismo é o fato de algumas questões que repercutem nessa atividade serem discutidas e resolvidas em outras áreas do conhecimento e, muitas vezes, o especialista em turismo desconhece a natureza e os obtidos para poder aplicá-los na busca pelo saber em seu campo de atuação (TULIK, 2003, p.9).

De fato, como afirmam Santos; Campos (2009), muitos autores têm trabalhado essa definição de diferentes maneiras e, sobretudo, baseando-se nas escalas territoriais do espaço que está sendo analisado. É certo que estas abordagens se constroem de forma desigual e fragmentada, de acordo com dois

pontos de vista distintos: de um lado, o panorama agrário, que lida a atividade como uma possibilidade de contribuir para dinamizar a venda dos produtos e as condições de vida, trabalho e produção nas áreas rurais; de outro lado, a visão turística, que aparece como expressão singular através das novas formas de usos desses espaços. Ademais, há uma confusão conceitual quando se trata dos diversos segmentos do turismo em áreas rurais.

É importante ressaltar que o Brasil é um dos países com o maior potencial turístico do mundo. O território nacional tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, fazendo divisa com 10 países e possuindo grande riqueza natural, representada por imensa costa marítima, rios, lagos, montanhas, fauna e flora que indicam a vocação para o turismo, em todas as suas formas (EMBRATUR,1994). Em nosso país, o turismo no espaço rural adotou vários conceitos, podendo ser o turismo de interior, o agroturismo, o turismo alternativo, endógeno, turismo verde, ecoturismo, turismo de rotas agrícolas, roteiros ou circuitos no meio rural, pesque-pague, entre outros. Desta forma, pode ser entendido turismo no espaço rural, como toda maneira turística de se visitar e conhecer o ambiente rural, podendo assim, resgatar e valorizar a cultura regional.

371

Em tese, concluímos que a atividade turística rural se caracteriza por acontecer em um ambiente autêntico e natural, por utilizar-se de estruturas já existentes nas propriedades. Ressaltamos que geralmente se condiciona a um negócio familiar, conta com o envolvimento dos proprietários no atendimento, além de oferecer atividades e serviços relacionados ao modo de vida rural.

Diversidade do Turismo Rural

O turismo rural é um segmento do turismo que disponibiliza e oferece um leque de oportunidades para o desenvolvimento de diversas ramificações. Dentre elas podemos destacar:

- *Hotéis-fazendas* - propriedades instaladas no espaço rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias e que podem ser caracterizados pela sua estratégia de ação quanto ao grande investimento financeiro inicial para a adaptação ou construção de suas instalações voltadas para o turismo rural

com pernoite. Além disso, nota-se a presença de pessoal qualificado, conscientes de seu papel de prestadores de serviço.

- *Fazendas Hotéis* - propriedades rurais que mantêm as atividades relacionadas com o campo em seu cotidiano, mas que utilizam como estratégia de adaptação parcial de sua estrutura para receber o turista e oferecer acomodações, sem perder suas características naturais, permitindo ao turista vivenciar e conviver, mesmo que só parcialmente, do ambiente da “roça”.
- *Agroturismo* que pode ser visto como uma atividade de turismo no espaço rural que visa a valorização do ambiente e do produto rural regional. Neste caso, o turista vai à propriedade para passar algumas horas, participar de pelo menos uma refeição, das atividades típicas e busca conhecer produtos específicos da região visitada, como a cachaça, o queijo, o vinho, etc.
- *Turismo Rural de Evento* que pode ser caracterizado como toda a atividade temporária ou momentânea dentro do espaço rural, como rodeios e festas folclóricas. Nesta categoria a propriedade rural abre seu espaço para promoção de eventos não só para os conhecidos como era o hábito, mas para turistas, que irão lá participar da atividade, gerando lucro para a propriedade.
- *Ecoturismo* é uma alternativa que agrega valores ao serviço prestado, pois o turismo é oferecido como base cultural e ecologicamente sustentável, preservando, exclusivamente, os recursos naturais.

Enfim, podemos perceber que a base do turismo no espaço rural no Brasil é a procura pela preservação e conservação do ambiente rural, desenvolvendo as comunidades locais e valorizando a cultura, permitindo um contato direto do visitante com a história local, seja através da arquitetura, das atividades, dos objetos, de fotografias, entre outros.

O Desenvolvimento do turismo rural em Sergipe

A fim de atender o objetivo proposto para esta pesquisa, realizamos visitas ao Parque Aquático Timbó e fizemos uma entrevista com o proprietário Jorge que nos relatou sobre a atratividade dessa localidade, sobretudo, que não está ligada somente ao turismo rural, mas também ao turismo ecológico e de aventura. Neste empreendimento são desenvolvidas algumas práticas ligadas ao meio rural, como por exemplo, passeio a cavalo, pesque e pague e a produção do doce de leite.

Observamos também que apesar desta empresa é familiar, foi realizado um planejamento para a instalação do Parque Aquático nesta região, sendo que a construção e a adaptação foram realizadas aos poucos de acordo com a procura e necessidade do negócio. Esse investimento se utiliza de um procedimento de compostagem¹²⁵ e emprega os moradores locais, ou seja, gerando preservação, empregos e distribuição de renda para a comunidade local, embora não se utilize de profissionais especializados na área de turismo. Percebemos também que há uma preocupação com a conscientização dos visitantes acerca da importância da preservação e manutenção do meio ambiente.

Para analisar o segundo objeto de estudo, realizamos visitas ao Zoo Parque Boa Luz e constatamos que este empreendimento oferece a demanda diversas práticas ligadas ao meio rural, levando um pouco da vivência do modo de vida do campo, como: pesque e pague, Haras Boa Luz, passeios de charrete, rodeio, Hotel Fazenda e Chalés, gastronomia típica, dentre outros.

Observamos que esta localidade gerou e gera grandes impactos para a região, tanto no âmbito social, econômico, cultural e ambiental, uma vez que propiciou um desenvolvimento para a região, a partir da geração de empregos, preservação do meio ambiente e a aplicação de boas práticas ambientais, como a política de coleta seletiva. Porém, as atividades desenvolvidas no Zoo Parque não retratam de fato a vivência de um modo de vida rural.

De acordo com as visitas e entrevistas realizadas percebemos que não existe de fato turismo rural em Sergipe, pois o turismo que é desenvolvido é mascarado e adaptado as preferências e exigências da demanda que não abrem mão de certos

¹²⁵ É o conjunto de técnicas aplicadas para controlar a decomposição de materiais orgânicos, com a finalidade de obter, no menor tempo possível, um material estável, rico em húmus e nutrientes minerais.

serviços que acabam limitando a atividade turística, ou seja, não existe a procura efetiva da atividade rural na qual o turista envolva-se diretamente com o modo e meio de vida rural.

Fazendo uma comparação entre essas duas empresas, podemos identificar os seguintes aspectos:

- O Timbó apresenta acessibilidade para todas as pessoas, pois o seu preço é mais baixo. Já a Boa luz, além de apresentar um custo mais alto, oferece produtos e serviços mais luxuosos.
- Não existe uma valorização da cultura rural, uma vez que essas empresas só preservam algumas práticas e visam o lucro que essa atividade pode beneficiar;
- Na há uma valorização do profissional da área do turismo, pois se utilizam de profissionais sem especialização, de forma que as empresas os moldam conforme suas necessidades e exigências.
- A manipulação do espaço é outro fator negativo bem marcante nessas empresas, que constroem e manipulam os espaços para oferecer serviços luxuosos e refinados para a demanda que não abre mão de tudo isso e acaba prejudicando a integridade do espaço rural e a sua cultura acaba perdendo certo prestígio.

Desta forma, podemos perceber que estes empreendimentos sergipanos não têm buscado de fato oferecer uma experiência diferenciada associada ao modo de vida rural, já que buscam algo novo, porém adequando as necessidades da demanda real e potencial. Isto faz com que o turismo rural em Sergipe perca a sua essência e este segmento não desponta como uma nova alternativa para o turismo sergipano.

Considerações finais

Levando-se em consideração a definição e estruturação da atividade turística rural, pode-se concluir que o estado de Sergipe não possui atrativos rurais. De fato, somente apresenta potencialidades que desenvolvem em parte essa atividade.

É importante ressaltar que devido à falta de motivação do turista pela área turística rural de Sergipe, as empresas Boa Luz e Timbó são obrigadas a oferecerem produtos e serviços alternativos à vivência rural com o objetivo de satisfazer o cliente, o que acaba descaracterizando a atividade rural nestes empreendimentos.

Além disso, a instalação e execução das atividades dessas empresas têm gerado diversos impactos negativos na comunidade, ao meio ambiente e na cultura. Dentre estes impactos podemos: a) a desvalorização cultural rural; b) a compostagem realizada pelo Parque Aquático Timbó (que gera uma degradação ao solo); c) “criação ” e manipulação de ambientes e espaços rurais - artificialização, entre outros.

Desse modo, para que o estado de Sergipe possa desenvolver a atividade turística rural é preciso que realizem e desenvolvam atividades ligadas de fato ao modo rural, levando a demanda a vivenciar e experimentar este associado a oferta de atividades agropecuárias desenvolvidas no espaço rural com intuito de lazer ou aprendizado, além de incluir a oferta de produtos naturais de origem local ou regional. Ademais, podem ser levados em consideração a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local utilizando-se de recursos artísticos, históricos, costumes e tradições do meio rural.

375

Referências

DIAS, Reinaldo; AGUIAS Marina Rodrigues. **Fundamentos do Turismo**. Campinas, SP: Alínea, 2002.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Manual do turismo rural**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo** - Um produto viável: A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005.

MTUR. **Turismo rural**: Orientações Básicas. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 2008.

ROQUE, Andréia Maria; VIVAN, Antonio Marcos. **O Turismo no espaço rural**: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. Revista de Administração da UFLA [online]. Lavras – MG, disponível em <<http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20rural/turismo%20no%20espa%E7o%20rural%20estrategia%20brasileira.pdf>> Acesso em: 22 de junho de 2010.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos. **Planejamento do Turismo em Áreas Rurais**. In: Anais do VI Seminário da ANPTUR. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do turismo).

Turismo, cultura e sociedade ³⁷⁷_____

PROPOSTA DE UMA DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DO TURISMO

Christian Jean-Marie Boudou¹²⁶

Resumo

O turismo é hoje abordado por inúmeras disciplinas, ciências e não-ciências, cada qual com suas especificidades e maneiras de definir e abordar o fenômeno. A geografia se apresenta para os estudiosos do turismo como reveladora de uma abordagem que contribui para a compreensão do fenômeno, assim como para sua descrição. Durante muito tempo a geografia se serviu de definições de turismo e turistas advindas de outras disciplinas, cujos objetivos não eram os mesmos da ciência geográfica. Torna-se necessário explicitar as competências do geógrafo, assim como à maneira que este cientista pode contribuir ao entendimento do funcionamento do turismo. Propomos uma abordagem do tipo sistêmica, onde o indivíduo, enquanto turista, encontra-se no centro do sistema interagindo com outros atores. São analisadas criticamente neste trabalho as definições oficiais, que servem de base para a maioria dos trabalhos sobre o turismo.

Palavras-chave: Geografia e turismo. Abordagem geográfica. Tipos de mobilidade.

Abstract

Tourism is now addressed by many disciplines, science and non-sciences, each with its peculiarities and ways of defining and addressing the phenomenon. The geography is presented to scholars of tourism as indicative of an approach that contributes to understanding the phenomenon and for its description. For a long time to be served in settings geography of tourism and tourists coming from other disciplines, whose goal was not the same geographical science. It is necessary to clarify the competencies the geographer and the way that science can contribute to understanding the operation of tourism. We propose a type of systemic approach, where the individual as a tourist, is at the heart of the system interacting with other actors. Critically analyzed in this work are the official definitions, which serve as the basis for most of the work on tourism.

378

Keywords: Geography and tourism. Geographical approach. Types of mobility

Introdução

O turismo, como fenômeno sócio-econômico, é abordado (estudado) por diversos ramos do conhecimento. Acreditamos que a gama de abordagens existente seja devido às múltiplas dimensões que o turismo apresenta: espacial, temporal, simbólica, social, psicológica, econômica, administrativa, entre outras.

¹²⁶ Doutorando pela Université de Nice (França). Professor do Nucleo de Turismo e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: geoboudou@yahoo.com.br

A geografia, como ciência, pode contribuir para a compreensão do fenômeno, bastando *à priori* justificar o porque do turismo se constituir um campo de estudo para a disciplina e delimitar como devemos abordá-lo enquanto geógrafos. É na definição própria da disciplina que encontramos as justificativas e diretrizes para o estudo do turismo enquanto fenômeno social, temporal e espacial.

Os geógrafos, ao estudar o turismo, encontram inúmeras dificuldades na pesquisa. Acreditamos que a principal dentre elas advém da escolha da definição de turismo e de turista para que o fenômeno seja abordado. Muitos pesquisadores utilizam as definições oficiais, que foram criadas principalmente com finalidades estatísticas, às quais vários obstáculos são postos à verdadeira compreensão do turismo. Demonstraremos neste presente artigo os limites de algumas definições oficiais e como essas mesmas dificultam a pesquisa do fenômeno estudado.

Por se tratar de um fenômeno complexo, onde as estatísticas são majoritariamente inexatas (aproximativas), a definição do turismo se torna complexa e difícil de ser delineada. Tentaremos aqui propor uma definição geográfica do turismo, sendo esta sistêmica, onde o estudo das práticas seria uma chave para a compreensão do fenômeno.

379

Questionando as Abordagens Atuais

Outra grande dificuldade encontrada pelos pesquisadores ao se estudar o turismo está no fato de se abordar um fenômeno social repleto de imagens negativas. Inúmeros são os discursos (acadêmicos ou não) onde o turismo é acusado de todos os males. É comum encontrarmos severas críticas, onde o turismo seria o responsável (acusado) pela destruição do meio-ambiente ou onde este teria sido extremamente prejudicial à uma determinada população. O turista, como agente direto e responsável por vários males, torna-se mal visto e inúmeros pesquisadores se negam como tal: o turista é sempre o outro, nunca nós mesmos!

Na história do turismo este fato é bem ilustrado quando vemos que os adeptos a esta desaprovação (em relação ao turista) se negue como tal, se autodenominando viajante. Para estes, o turista não sabe viajar, é alienado e destruidor, sendo o viajante aquele ser inteligente, que sabe se comportar nos destinos visitados, assim como sabe o que ver e o que fazer. Os estudos do

antropólogo Jean Didier Urbain (1993, 1994 e 1998) mostram bem como nossa sociedade possui um olhar negativo em relação ao turista, onde ninguém deseja ser classificado como tal.

Partimos do princípio que toda e qualquer atividade humana sobre o espaço provoca impactos, tanto positivos como negativos (sem contar que considerar um impacto como sendo negativo pode ser subjetivo, relativo). Assim sendo, é preciso que os geógrafos não se limitem às análises dos impactos negativos do turismo. É preciso trabalhar de forma científica, ou seja, analisando tanto os impactos negativos como os positivos.

Como havíamos dito anteriormente, outra dificuldade encontrada pelos geógrafos reside na dificuldade de se identificar, dentre as inúmeras formas de mobilidade, qual advém verdadeiramente do turismo. É fato que o turismo pode ser definido como uma forma de mobilidade, pois o deslocamento do turista é condição *sine qua non* para sua definição, porém, nem toda forma de mobilidade pode ser denominada de turismo. Na realidade, nem toda viagem é turística, assim como nem todo deslocamento para diversão pode ser classificada como sendo turístico. Torna-se necessário, por exemplo, diferenciarmos o turismo do lazer, onde a mobilidade pode servir à diferenciação das duas práticas. As definições oficiais por vezes dificultam ainda mais os estudos do turismo, na medida em que várias mobilidades que não são “turísticas” são consideradas como sendo turismo e, segundo nossa análise, não podem ser consideradas como tal.

380

Para fazer frente à esta dificuldade propomos uma análise detalhada de algumas definições oficiais, para em seguida propor uma *definição geográfica do turismo*.

Análise de Algumas Definições Oficiais

As primeiras estatísticas referentes ao turismo internacional mostram que no ano de 1939, 12 milhões de turistas foram contabilizados como fazendo turismo internacional. Em 1950 este número subiu para 25 milhões. A «explosão» do turismo após 1950 é um fato marcante da história contemporânea. Em apenas quarenta anos, de 1960 à 2000, o número de turistas internacionais foi multiplicado por dez: eram 70 milhões em 1960, 165 milhões em 1970 e mais de 700 milhões no ano

2000. Em 2005, mais de 800 milhões de pessoas foram contabilizadas fazendo turismo internacional.

Devido à essa ordem de grandeza, onde o número de turistas internacionais aumenta consideravelmente a cada ano, vários organismos oficiais foram criados nos diversos países para contabilizar e caracterizar o fenômeno. Várias definições de turismo e de turista foram forjadas e adotadas por diferentes órgãos e diferentes países, o que levou à termos hoje uma certa discrepância nessas definições, fato que causaria uma falsa caracterização do fenômeno.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), o maior órgão intergovernamental a tratar de turismo, foi pioneira no estabelecimento de um conjunto de definições para uso geral¹²⁷. Com base nas suas definições e diretrizes, inúmeros outros órgãos puderam contabilizar o turismo. Na atualidade, a maioria dos estudos envolvendo o turismo tomam como referência as definições e estatísticas da OMT.

Constatamos que boa parte dos estudos realizados com base nos dados da OMT não permite uma verdadeira análise do fenômeno, pois as estatísticas abrangem vários tipos de mobilidade que não podem ser classificadas como sendo turísticas. Neste caso, ao analisarmos o turismo em um dado espaço, a importância do turismo pode ser bem maior ou bem menor que aquela realidade apresentada pela OMT.

381

Os dois principais critérios adotados pela OMT para se definir o turismo (o tempo e a motivação) são muito abrangentes e acabam por englobar práticas que não advém do turismo. Veremos que o tempo delimitado para ser considerado como turista é muito largo, assim como as motivações podem às vezes não terem nenhuma relação com o turismo.

Algumas Definições da OMT

A Organização Mundial de Turismo aconselha que todos os países elaborem suas estatísticas baseando-se nos mesmos princípios, porém ela assume que a realidade é outra pois “existem países com muitas fontes de dados turísticos, cada

¹²⁷ OMT – *Turismo internacional*, 2003.

um com seu conceito sobre o turismo e sua definição e existem aqueles nos quais não foi desenvolvido nenhum sistema oficial de estatísticas turísticas¹²⁸”.

Segundo a OMT (1994), “ o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outras”. Como vemos, o critério adotado leva em consideração o tempo (inferior a um ano) e as motivações (lazer, negócios ou outros). Tentaremos a seguir analisar cada um desses critérios para verificar se são verdadeiramente pertinentes e úteis para se compreender o fenômeno turístico.

Foram propostos também definições para turista, viajante e visitante. A OMT (1995) distinguiu os conceitos de **viajante**: qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades em seu país de residência habitual¹²⁹ e de **visitante**: toda pessoa que viaja para um lugar diferente de seu ambiente habitual por menos de 12 meses consecutivos e cujo objetivo principal de viagem não é trabalhar remuneradamente no lugar visitado¹³⁰.

A definição de turista da OMT (1995) é encontrada na sua definição de tipo de visitantes. Para efeito das estatísticas de turismo e de conformidade com os tipos de turista, os visitantes podem ser classificados como: **visitantes internacionais** (... toda pessoa que viaja por um período não superior a 12 meses, para um país diferente daquele em que reside, fora do seu entorno habitual e cujo motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no país visitado. Os visitantes internacionais podem ser **turistas** (visitante que permanece uma noite pelo menos em um meio de alojamento coletivo ou privado no país visitado) ou **excursionistas** (visitante que não pernoita num alojamento coletivo ou privado). Para a definição de **visitantes internos**, utilizou-se da mesma definição de visitantes internacionais, porém, neste caso, o visitante se desloca dentro do próprio país.

Quanto à classificação do motivo principal da visita dos turistas, a OMT propõe seis grupos para o turismo receptor, emissor e interno, são eles:

- a) lazer, recreação e férias;
- b) visitas à parentes e amigos;

¹²⁸ Op cit 2001

¹²⁹ OMT, op cit 2001, p. 40.

¹³⁰ OMT, op cit 2003, p.19.

- c) negócios e motivos profissionais;
- d) tratamentos de saúde;
- e) religião/peregrinações;
- f) outros motivos.

O Tempo como Critério de Definição

Como vimos, a Organização Mundial do Turismo distingue entre os viajantes a categoria dos visitantes, que podem ser turistas ou excursionistas, dependendo do tempo da estadia. A OMT delimita o tempo mínimo (mais de uma noite) e máximo (menos de 12 meses) para ser considerado como turista com o propósito de contabilizar o fenômeno. Reconhecemos que essas estatísticas são indispensáveis aos pesquisadores e planejadores, porém acreditamos que os dados obtidos através desta lógica não nos permite de abordar de maneira precisa a natureza do fenômeno observado.

O primeiro critério utilizado para distinguir o turismo das outras formas de mobilidade (o tempo de estadia) leva à três categorias que consideramos muito grosseiras : excursionistas, turistas e outros (mais de um ano). Criticamos os limites dados para definirmos um turista, pois eles são muito largos se levarmos em consideração que o visto de turismo mais longo é de 90 dias e que, na nossa sociedade a duração máxima das férias são de aproximadamente 30 dias. Ao levarmos em conta estas considerações, questionamos porque a OMT definiu como limite máximo um tempo que nunca teremos disponível para fazermos turismo (12 meses).

383

Ao colocar um limite máximo muito extenso, a OMT não consegue distinguir outras formas de mobilidade que não advêm do turismo, como os intercâmbios estudantis, por exemplo, que normalmente não ultrapassam um ano.

Análise da Motivação como Segundo Critério de Definição de Turista

A motivação, junto com a delimitação do tempo, é outro critério utilizado para diferenciar o turismo das outras formas de mobilidade. Também achamos necessário analisarmos esse critério por acreditarmos que ele leva à contabilização de inúmeras

outras práticas sociais que não advém do turismo. Podemos afirmar que, grosso modo, todos os motivos de mobilidade podem se enquadrar na categoria de turismo.

Ao analisarmos a definição de visitante da OMT (que pode ser um turista), onde esta organização afirma que o “... motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no país visitado”, acreditamos ser esta uma definição vaga e contraditória. Não entendemos o fato de encontrarmos como uma das motivações do turista os *negócios e motivos profissionais*, sendo que não se pode exercer uma atividade remunerada para ser considerado turista. Ora, em uma viagem a negócios exercemos sim uma atividade remunerada, pois viajamos não para diversão e sim para trabalho, que necessariamente deve ser remunerado.

Será que podemos classificar como sendo turísticas atividades que, como as viagens de negócios, não são exercidas por livre escolha da pessoa, mesmo que ela utilize equipamentos que também são destinados aos turistas (como hotéis, resorts, avião...)? Um empregado que viaja para um *resort* pela sua empresa, para uma formação ou capacitação, não tem a possibilidade de recusar sua viagem, nem de escolher o destino, muito menos o que vai fazer no tempo que permanecer no local visitado. Seu deslocamento é pago pela empresa e sua viagem é por causa de seu trabalho. Mesmo havendo certos momentos nos quais eles sejam liberados para fazerem o que desejam, é difícil neste caso falar-se de turismo.

384

O fato de encontrarmos religião e peregrinações como sendo uma motivação da categoria turismo também pode ser questionado. Sabemos que as peregrinações constituem uma prática religiosa muito comum na Idade Média, e que se tornaram uma das características mais marcantes deste período histórico. “No caso das peregrinações cristãs, elas remontam aos primeiros séculos da Igreja e, originalmente, tinham como ponto de chegada, destinos considerados sagrados, como a Terra Santa, por exemplo, onde se encontra o Santo Sepulcro, local que, segundo a fé cristã, Cristo fora sepultado, ressuscitando posteriormente” (MCGONIGLE, 1988, p.148).

A peregrinação religiosa é uma prática antiga, que move multidões consideráveis, talvez por isto se assemelhe com o turismo. Mas será que podemos considerá-la como turismo? Em primeiro lugar, devemos admitir que num mesmo local de peregrinação seja possível encontrarmos peregrinos crentes e turistas que

não acordam sentido religioso nenhum à sua presença neste local. Em segundo lugar, afirmar que a peregrinação é um tipo de turismo levaria a crer (ou a afirmar) que o turismo sempre existiu. Poderíamos afirmar, neste caso, que as Cruzadas rumo à Jerusalém eram uma forma de turismo?

Partimos do princípio que o turismo é um fenômeno historicamente datado e localizado, que surgiu na sociedade ocidental durante a Revolução Industrial, na Inglaterra. Segundo Mirian Rejowski et al. (2002, p.42), "...em meados do século XVIII, as transformações provocadas pela Revolução Industrial começaram a contribuir para o estabelecimento do turismo tal como é conhecido na atualidade". Admitindo-se que as peregrinações datam de antes da Revolução Industrial, não concordamos em afirmar que as peregrinações seriam um tipo de turismo. Segundo Sacareau; Stock (2003), amalgamar turismo e peregrinação seriam tirar a realidade social do turismo do contexto de sua emergência, a Revolução Industrial, e impedir de analisar a historicidade dos fenômenos e suas filiações.

Outro problema encontrado nas motivações do turismo seria a existência da categoria "lazer, recreação e férias". Na realidade, embora esses termos sejam próximos, eles não são equivalentes. Classificar "férias" como um motivo de viagem seria errado se considerarmos que férias, por definição, seria um período de descanso a quem têm direito os trabalhadores, período este propício a uma viagem turística, mas não necessariamente. Neste caso, férias constituiriam um período de tempo e não uma motivação.

385

As Estatísticas Ligadas ao Turismo e a Realidade do Fenômeno

Outro questionamento que fazemos refere-se aos dados estatísticos apresentados pela Organização Mundial de Turismo e pelos outros organismos que seguem as diretrizes desta organização. Na realidade acreditamos que esses dados não mostram com precisão os números referentes ao turismo, demonstrando às vezes apenas a "ponta do iceberg". Os critérios utilizados pelos organismos oficiais são baseados em apenas alguns atos mensuráveis que deveriam caracterizar o turismo, como por exemplo, o ato de transpor uma fronteira. O simples fato de sairmos de um país não deveria necessariamente caracterizar o turismo.

Para o levantamento de dados referentes ao turismo interno no Brasil, alguns órgãos oficiais se utilizam de contagens realizadas nas estradas brasileiras ou de dados fornecidos pelo setor comercial, como por exemplo, o número de hóspedes nos hotéis em uma determinada temporada, número de passageiros transportados por uma companhia aérea num determinado local e num determinado período, entre outros. Ora, o turismo não se reduz apenas ao setor comercial (hospedagem, transporte), sem contar que estes não destinados apenas aos turistas.

Ao se estudar uma determinada estação turística, para mostrarmos a importância do turismo no local, necessitamos de alguns dados, como o número de turistas por exemplo. Neste caso, como contabilizamos os turistas que não se hospedam nos hotéis ou pousadas e permanecem em habitações alugadas, de parentes ou residências secundárias? Em muitos casos, os dados referentes aos turistas que se hospedaram nos meios de hospedagens comerciais não servem para mostrar a realidade do fenômeno estudado.

Concordamos que os dados estatísticos são imprescindíveis ao estudo e ao planejamento do turismo, porém é preciso ter cautela ao fazermos um estudo científico se baseando em dados imprecisos e que podem mostrar outra realidade que a verdadeira do fenômeno em questão.

386

Sobre a Dificuldade dos Geógrafos ao Estudar o Turismo

Ao verificarmos a extensa produção acadêmica dos geógrafos referente ao estudo do turismo, constatamos que existe uma grande diferenciação das abordagens, na mesma ciência. É fato que vários geógrafos definem à sua maneira o turismo, outros se utilizam das definições oficiais (mesmo reconhecendo seus limites), isso conduz à uma produção ampla e às vezes contestáveis. Afirmamos que o determinismo ambiental, tão caro à geografia (embora necessário à sua evolução), ainda existe nos tempos atuais, na produção de muitos geógrafos estudiosos do turismo.

Hoje é cada vez maior o número de qualificativos acrescidos da palavra turismo, fato que não nos permite aprofundarmos no seu conhecimento e que só tende à dificultar o estudo do fenômeno. Alguns desses qualificativos retomam as grandes categorias do espaço, e o turismo torna-se então litorâneo ou de montanha,

urbano ou rural. Ao se apoiar nas evidências do espaço como forma de diferenciar o turismo, está talvez criando uma tipologia que não permite diferenciar o turismo e, se afastando assim da verdadeira compreensão do fenômeno. Será que realmente o turismo em meio rural é muito diferente do turismo em meio urbano? Seria o meio natural o que os diferenciariam?

O principal problema que encontramos nos estudos baseados nas características do meio natural é que na maioria das vezes estes justificam a existência do turismo devido às belezas naturais do meio, ou seja, de suas «potencialidades» ou «atrativos» naturais. Encontramos comumente discursos pregando certa «vocação» dos lugares em função das qualidades ambientais dos mesmos. Justificar o turismo pelas qualidades do meio não seria um retorno ao determinismo geográfico?

Para contestar esta abordagem basta constataremos que, embora o litoral ou a montanha constitua elementos naturais hoje privilegiados pelos turistas, nem todos os espaços litorâneos são turísticos. Se uma praia tropical de águas claras teria uma vocação em ser um espaço turístico, porque então nem todas as praias com estas características não são?

387

Alain Corbin, em seu livro *Le territoire du vide*, nos mostra ao estudar o litoral europeu no período de 1750 à 1840, como um espaço pode ser inventado. Este historiador relata como as cidades litorâneas, durante séculos, ignoraram a praia, que não possuía nenhuma função importante na sociedade européia anterior ao século XVII. É óbvio que a praia já existia enquanto realidade física, mas, até por volta de 1750, este espaço era uma realidade repleta de representações negativas. Por isso Corbin denominou esta área, até este período como sendo um *território do vazio*. É somente após 1750 que a sociedade projeta um novo olhar sobre este espaço, primeiro revelando suas propriedades medicinais e, segundo, como sendo um espaço para lazer e turismo. Ao criar um “novo olhar” sobre o litoral, a sociedade cria novas relações com este espaço. Ao inventar novas relações, novos olhares e novos usos do espaço, a sociedade está inventando um espaço e não o descobrindo.

Acreditamos que o que determina a gênese e o desenvolvimento do turismo em um espaço não sejam suas propriedades físicas, mas as novas relações (novo

olhar) que a sociedade cria (ou inventa) sobre este espaço. Neste sentido, preferimos falar em “invenção” de um espaço turístico do que falar em “descobrimento” de um espaço turístico. Uma praia não é descoberta por turistas, ela sempre existiu, o que os turistas fazem é levar a este espaço novas práticas, novas relações com este meio. Um espaço litorâneo não possui vocação para as práticas balneárias, mas a sociedade, num determinado momento, buscará este espaço para exercer as novas práticas que surgiram neste período.

As Práticas Turísticas como Critério para a Definição do Turismo

Como vimos anteriormente, muitas definições e abordagens do turismo são insuficientes para definir de maneira precisa o turismo. Propomos que ao invés de nos atermos às motivações para se definir o turismo, que nós aprofundássemos nas práticas dos turistas, assim como na maneira particular que estes se relacionam com o tempo e com o espaço.

Devemos, em primeiro lugar, considerar o turista como elemento central de nossa análise. Não podemos apenas considerá-lo como um fluxo ou um consumidor. Acreditamos ser o turista o elemento central dos estudos turísticos, pois não existe turismo sem turista e apenas sua presença permite de definirmos um espaço turístico.

388

Podemos considerar como turista todo indivíduo que tem práticas turísticas. Embora pareça redundante, esta consideração pode ajudar na diferenciação de outras práticas que são consideradas como sendo turísticas e que na realidade não são. Uma prática turística consiste essencialmente numa prática que implica uma mobilidade, porém é preciso distingui-la de outras formas de mobilidade.

Na realidade existem vários tipos de mobilidade, como o turismo, o lazer, negócios, migrações, entre outras. Acreditamos que dois critérios podem distinguir o turismo das outras formas de mobilidade, são eles a *escolha* e o fato de situar-se *fora do cotidiano*. Desse modo, os deslocamentos para negócios não seriam considerados como turísticos, pois não existe escolha do indivíduo em se deslocar. Quanto ao lazer, este também se distingue do turismo por ser uma prática realizada no espaço do cotidiano.

As práticas turísticas seriam assim definidas como sendo práticas de recreação (ou de lazer) escolhidas e efetuadas num espaço situado fora do cotidiano do indivíduo. Neste sentido é necessário o deslocamento do indivíduo do seu lugar de residência à um outro lugar situado fora do seu cotidiano (lugares normalmente criados para e pelos turistas). Este deslocamento deve ser compreendido como uma mudança de lugar, ou seja, uma mudança de habitação. Ser turista significaria mudar temporariamente de habitação.

A recreação (ou o lazer) pode ser efetuada seja em lugares do cotidiano, seja nos lugares situados fora do cotidiano. Este fato nos permite distinguir o turismo do lazer, onde essas atividades são escolhidas livremente e se inscrevem num tempo fora do tempo de trabalho dos indivíduos. Essas atividades se diferem no fato de serem praticadas em espaços diferentes.

Neste sentido, podemos ter práticas de lazer em nossas residências, como a jardinagem ou a filatelia, assim como em lugares que necessitam um deslocamento, como nos clubes, parques, praias, entre outros.

O turismo se distingue do lazer pelo fato da recreação turística exigir um deslocamento, ou seja, uma ruptura temporária com o local de vida habitual. Como

389

Conclusão

Tentamos até o presente abordar o turismo pelo que fazem os turistas, ou seja, se deslocarem para recreação. Acreditamos ser esta uma abordagem que se aproxima mais da realidade estudada, pois as definições oficiais podem às vezes não mostrar as verdadeiras características do turismo.

Sabemos, porém, que o turismo não se restringe apenas às práticas turísticas. Outros elementos estão envolvidos, como os espaços turísticos, os turistas que o praticam, o setor comercial necessário à realização do deslocamento e da estadia dos turistas, entre outros. É um conjunto de elementos na sociedade que reúne também os valores do mesmo num dado momento.

O turismo constitui hoje um fenômeno que caracteriza a sociedade atual, onde estão envolvidos vários atores, desde os próprios turistas, à população local, as empresas, até os poderes públicos em níveis locais, nacionais e internacionais. Esses atores agem sobre o espaço em função de seus objetivos pessoais, econômicos ou políticos. Como o objetivo de cada um desses atores normalmente é diferente (por vezes antagônicos), é comum termos conflitos nos espaços turísticos, o que dificulta profundamente o desenvolvimento desta atividade.

Uma boa maneira de abordar o turismo seria estudá-lo enquanto sistema, onde o turismo seria definido, como propõem Knafo; Stock (2003), como sendo “um sistema de atores, de práticas e de espaços que participam da recreação” dos indivíduos pelo deslocamento temporário fora dos locais de vida do cotidiano.

Referências

KNAFOU, R. e STOCK, M., “**Tourisme**” in Lévy J. & Lussaut M.; **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**; Paris, Ed. Belin, 2003, pp.323-325.

MCGONIGLE, T. D. **A History of the Christian Tradition**. New Jersey, Paulist Press: 1988.

Organização Mundial do Turismo: **Introdução ao turismo**. São Paulo: Ed. Roca, 2001, 371p. 390

Organização Mundial do Turismo: **Turismo internacional: uma perspectiva global**; São Paulo: Ed. Bookman, 2003, 253p.

REJOWSKY, M. (org.) – **Turismo no percurso do tempo**; São Paulo-SP, Editora Aleph, 2002, 157p.

URBAIN, J.D. **Secrets de voyage: menteurs, imposteurs et autres voyageurs invisibles**. Paris: Editions Payot, 1998, 465p.

URBAIN, J.D. **L'idiote du voyage: histoire de touristes**. Paris: Editions Plon, 1991.

URBAIN, J.D. **Sur la plage: mœurs et coutumes balnéaires**. Paris: Editions Payot, 1994.

SUSTENTABILIDADE DE ROTEIROS TURÍSTICOS ALTERNATIVOS: O CASO DO CAMINHO LAGUNAR – AL

Silvana Pirillo Ramos¹³¹
Angela Meire dos Santos¹³²

RESUMO

Estudo de Caso do “Caminho Lagunar”, roteiro turístico criado pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago em Alagoas (AACS-AL), com o objetivo de promover o turismo alternativo, sustentável e integrado com a comunidade local. O roteiro abrange os municípios de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel, as lagoas Mundaú e Manguaba, tendo um percurso de 84 km, realizado por turistas considerados peregrinos, que caminham em um período de 04 dias, com, além de atrativos naturais, apresentação de manifestações culturais e artísticas, exposição de artesanatos, preparo de comidas típicas e hospedagem nas comunidades locais. Uma pesquisa participante com observação direta e análise do discurso do sujeito coletivo, realizada por meio de levantamentos de dados bibliográficos e três visitas técnicas entre os anos de 2009 e 2010, nos quatro municípios do roteiro com coleta fotográfica, diário de campo, aplicação de questionário aos peregrinos, realização de entrevistas semi estruturadas aos moradores locais apontados como líderes locais e com gestora do caminho, para fins analíticos sobre a sustentabilidade do roteiro e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais no qual ele se insere. O Caminho Lagunar é um roteiro novo com proposta de inovação ao segmento de sol e praia implantado em Alagoas realizado em municípios de baixo IDH, com tendências sustentáveis propícias a sua implantação. Trata-se de uma análise do processo de planejamento e desenvolvimento do roteiro, a mobilização e o envolvimento das comunidades receptoras, do poder público e do terceiro setor, identificando a necessidade de se construir subsídios e desenvolver metodologias para a estruturação de roteiros turísticos.

Palavras Chave: Roteiros Turísticos. Turismo Sustentável. Planejamento Turístico. Caminho Lagunar.

RESUMEN

Estudio de caso de la Laguna de Ruta "ruta turística creada por la Asociación de Amigos del Camino de Santiago en Alagoas (AACS LA), con el objetivo de promover el turismo alternativo, sostenible e integrado con la comunidad local. El plan de trabajo abarca los condados de Santa Luzia do Norte, Seco Coco, Marechal Deodoro y Barra de São Miguel, las lagunas y Manguaba Mundaú, tomando una ruta de 84 km, realizado por los turistas consideran peregrinos, que caminan en un plazo de 04 días, con, además de atractivos naturales, la presentación de eventos culturales y artísticos, exposición de artesanías, preparación de alimentos y

¹³¹ Professora Adjunta do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca – Unidade Avançada de Penedo. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. silvanapirillo@uol.com.br

¹³² Aluna Concluinte do Curso de Graduação em Turismo da UFAL, Campus Arapiraca – Unidade Avançada de Penedo. angela.gen2@hotmail.com

alojamiento típico de las comunidades locales. Una encuesta de los participantes con la observación directa y el análisis del discurso del sujeto colectivo, llevado a cabo a través de encuestas de los datos bibliográficos y tres visitas técnicas entre los años 2009 y 2010 en cuatro condados en el guión con colección de fotografías, diario de campo, el cuestionario de los peregrinos, entrevistas semi-estructuradas a los residentes locales identificados como líderes locales y gestionar la forma, para fines de análisis sobre la sostenibilidad de la hoja de ruta y el desarrollo socioeconómico de las comunidades locales en los que opera. El Camino de la Laguna es una hoja de ruta con la innovación propuesta de nuevo al segmento de sol y playa desplegados en Alagoas, celebrada en municipios con bajo IDH, con las tendencias y sostenible y su aplicación. Este es un análisis del proceso de planificación y desarrollo de la hoja de ruta, la movilización y la participación de las comunidades de acogida, el gobierno y tercer sector, la identificación de la necesidad de subsidios para construir y desarrollar metodologías para la estructuración de visitas.

Palabras claves: Rutas Turísticas. Turismo Sostenible. Planificación del Turismo. Caminho Lagunar.

Introdução

Será possível concretizar como produto turístico um roteiro que integre diferentes municípios, potencialize os atrativos turísticos de determinada região, que ³⁹² envolva a comunidade em seu processo de idealização, execução e gestão, que se destine a um público diferenciado e que seja pensado a partir da demanda de um grupo de turistas com motivações alternativas, desejo de integração homem natureza e preservação ambiental?

O Caminho Lagunar foi criado pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago em Alagoas (AACS-AL), entidade sem fins lucrativos existente no Estado há sete anos e que tem seus interesses centrados na promoção do turismo alternativo, sustentável e integrado com a comunidade receptiva, ou seja, promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais inseridas no caminho, por meio de sua valorização, promovendo sua autoestima a fim de que as mesmas consigam autonomia para gerir a atividade turística, buscando através de capacitações a prestação de serviços de qualidade, cursos que contemplem o desempenho das boas práticas de alimentos e bebidas, melhorias na promoção do artesanato local, dos serviços de hospedagem e das apresentações culturais, além

do incentivo permanente para que possam de forma organizada assegurar e preservar o meio ambiente.

O roteiro turístico abrange os municípios alagoanos de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel contemplando também as lagoas¹³³ Mundaú e Manguaba, tendo um percurso total de 84 km percorridos em 04 dias, por turistas que se auto denominam peregrino. O público alvo são indivíduos que já fizeram o Caminho de Santiago de Compostela na Espanha, ou que apreciam longas caminhadas com motivações espiritualistas de busca de si mesmo, solidariedade, amor ao próximo, valorização da natureza, sendo que, justamente por essas peculiaridades considera-se o Caminho Lagunar um roteiro¹³⁴ alternativo.

Inserido na região das Lagoas e Mares do Sul, o Caminho é parte das ações do Programa dos Arranjos Produtivos Locais de Turismo, recebendo apoio em sua estruturação e desenvolvimento do SEBRAE-AL.

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas e de empreendedores localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (PETROCHI, 2005). O Arranjo Produtivo Local (APL) pressupõe uma identificação coletiva de diferentes municípios envolvendo características culturais, econômicas, ambientais e sociais que significa a base para a união e cooperação dos atores envolvidos, formado uma rede complexa de relações sociais com a parceria e o compromisso social.

O APL das Lagoas e Mares do Sul, assim denominada por abranger as lagoas Mundaú, Manguaba, Lagoa do Roteiro e do Niquim, iniciou seu processo de formação em 2004, somente como APL das Lagoas, constituído pelos municípios de Maceió (Pontal da Barra), Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Pilar e Barra de São Miguel, sendo posteriormente ampliado com a inserção dos

¹³³ Lago de barragem, formado de águas salgadas, e proveniente do trabalho de acumulação das águas do mar". Aurélio (2004, p. 1175).

¹³⁴ "Descrição pormenorizada de uma viagem ou seu itinerário. Ainda, indicação de uma sequência de atrativos existentes em uma localidade e merecedores de serem visitados". Bahl (2004a, p. 42)

municípios de Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto no qual a consolidação de roteiros turísticos está entre suas principais ações.

Segundo Gastal e Cisne (2009), o tema roteiro turístico ainda é tratado com limitações de senso comum e possui pouco conhecimento científico com discussões teórico-conceituais capazes de abarcar sua complexidade. De modo geral, os roteiros turísticos em suas concepções teóricas são resumidos a um itinerário de viagens/locais a serem visitados pelos turistas ou visitantes de uma localidade. As poucas informações que se têm em torno do tema, remetem-se a conteúdos mercadológicos e operacionais onde são abordadas conceituações, tipologias e procedimentos de construção e comercialização, sem adentrar-se na importância da roteirização como fator de desenvolvimento socioambiental, assim como os impactos positivos e negativos de sua implantação, e as motivações e perfil dos indivíduos que aderem essa prática, dificultando uma reflexão holística sobre o assunto.

Para compreender o processo de estruturação e gestão do roteiro Caminho Lagunar, optou-se pela pesquisa participante, com observação direta e desenvolvimento de todas as atividades em conjunto com os peregrinos. O caminho foi percorrido e vivenciado em três edições diferentes, a partir de aplicação de questionários e roteiros de questões semi estruturados junto às comunidades envolvidas e peregrinos, assim como transcrição de entrevistas, catalogação de fotos e diário de campo.

O Caminho Lagunar

Ao percorrer os 84 km do roteiro Caminho Lagunar, os peregrinos, durante quatro dias, desfrutaram dos atrativos naturais e culturais destacando-se as lagoas Mundaú e Manguaba; o patrimônio histórico dos municípios de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel; e as práticas do “saber fazer” de cada comunidade e de sua cultura.

Dentre os atrativos culturais é possível ressaltar a culinária local; as comunidades de pescadores e remanescentes quilombolas; as manifestações artísticas e culturais; as exposições do artesanato da região e os monumentos históricos como igrejas e capelas. Patrimônios de valor agregado que permitem as

comunidades locais, por meio da apreciação dos turistas, lançar outro olhar para elementos de sua vivência cotidiana, valorizando e re significando a cultura.

Por atrativos naturais têm-se lagunas, riachos, canais, ilhas, praias, vegetações de mata atlântica, manguezais, área de coqueirais e de proteção ambiental (reservas ecológicas); possuindo como atrativo artificial um balneário formado por um complexo de piscinas e duchas naturais com infraestrutura de bar e restaurante em Marechal Deodoro.

Em Santa Luzia Norte, destino inicial do caminho, os peregrinos podem visualizar o primeiro monumento histórico do roteiro com a visita a Igreja de Santa Luzia, construção de estilo barroco onde ocorre a benção¹³⁵ dos visitantes. A cidade é uma das povoações mais antigas de Alagoas e abriga um bairro chamado Quilombo, ocupado por remanescentes quilombolas. Neste bairro os turistas tomam o café da manhã preparado artesanalmente pelas boleiras da Associação dos Quilombolas e desfrutam das manifestações culturais e artísticas como a banda filarmônica, o coco-de-roda e as baianas. O artesanato local é exposto com produtos confeccionados com conchas e materiais reciclados, tendo como principal matéria-prima a folha da taboa.

395

No município de Coqueiro Seco os atrativos são a banda filarmônica, a Igreja de Nossa Senhora dos Homens, padroeira da cidade, revestida de azulejo português construída no século XVII; e o povoado Cadoz, localizado na parcela sul da orla lagunar, habitado por pescadores e pequenos agricultores destacando-se a pesca de massunim e moluscos. Esse povoado possui uma relíquia do século XVIII, construída em plena Mata Atlântica: a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, restaurada, em 2005, pelo Instituto Arnon de Mello.

Marechal Deodoro é a principal localidade do caminho por atingir em sua extensão territorial a maior parte do roteiro. No município os peregrinos realizam uma parada obrigatória no Balneário do Broma, estância hidromineral em meio às reservas naturais de mata atlântica com piscinas de água corrente, áreas de lazer, restaurante típico e banhos de bica. No município, os turistas visitam o povoado Riacho Velho, que se estende na margem do canal do Porto Pequeno, uma

¹³⁵ Embora, o caminho não tenha, necessariamente, motivações de caráter religioso a benção na Igreja Católica é um fator que marca seu início e que todos, independentemente de crença, acatam e valorizam.

paisagem considerada muito bela, habitada por moradores remanescente quilombolas, um antigo ponto de referência dos negros fujões da região dos canais da laguna Manguaba vindos de engenhos da Vila de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, entre os séculos XVII e XIX. No povoado existe o artesanato feito em renda do filé, um grupo de meninas que dançam o pastoril e uma pequena capela que nos dias de festa movimenta o lugar.

Ainda no município de Marechal Deodoro os peregrinos visitam o povoado Massagueira de Cima e Massagueira de Baixo que são ligadas pelo Canal de Fora e AL 101 Sul. No povoado, é possível visualizar a sua margem bares e restaurantes que ofertam a culinária da região e a beleza do canal. Massagueira é considerado um pólo gastronômico devido o aglomerado de bares e restaurantes, complementando-se as rústicas barracas de vendas de cocadas e suspiros feitos pela Associação das Cocadeiras pertencente à comunidade local.

O Povoado Barra Nova, antigo povoado da Ilha de Santa Rita, surgiu a partir de uma capela, pescadores que habitam a área ocupam a laguna Mundaú extraíndo o alimento para o sustento familiar e abastecem os bares e restaurantes locais. Para os peregrinos o povoado oferece o banho de mar na prainha ou o banho no canal por ser a localidade onde ocorre o encontro das duas lagunas, Mundaú e Manguaba, e destas com as águas do mar através da Boca da Barra (caminho das águas).

Na Praia do Francês, um dos principais destinos turísticos do estado de Alagoas formado por dunas, coqueirais, vegetação de restinga os peregrinos visitam a ONG Salsa de Praia, formada por filhos de pescadores que lutam na preservação das tartarugas marinhas e assistem as apresentações desses meninos, que realizam um projeto de educação ambiental.

Os peregrinos percorrerem ainda a cidade de Barra de São Miguel, entrada de um porto natural e foz do Rio São Miguel, um dos primeiros pontos explorados por Américo Vespúcio em 1501. No município encontram-se inseridas a Reserva Ecológica Lagoa do Roteiro e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O principal monumento histórico é a Igreja de Santana, construída no começo do século XX pela população local, tendo como atrativos naturais o Rio Niquim, o Riacho Branco e a laguna Niquim que se destacam ao lado de manguezais e das praias de águas cristalinas.

A caminhada se encerra na cidade de Marechal Deodoro por meio de apresentação cultural, entrega dos certificados de caminhante e benção final na igreja matriz Nossa Senhora do Rosário de onde os peregrinos retornam a Maceió.

O Caminho Lagunar é um produto turístico muito peculiar, seu custo resume-se ao suficiente para oferecer os serviços de apoio, hospedagem e alimentação, ou seja, a associação não visa lucros. O público que se autodenomina turista, peregrino, ou turista peregrino, tem o interesse de conhecer as belezas naturais, mas também as comunidades, seus hábitos e costumes, valoriza o patrimônio material e imaterial e considera o ato de caminhar em conjunto, a solidariedade e amizade entre as pessoas o elemento principal do caminho.

Planejamento e desenvolvimento do caminho

Em Alagoas, a presidente da AACCS-AL e idealizadora do Projeto Caminho Lagunar por três anos consecutivos é a Sra. Vera Lúcia Castro, carioca, residente no Estado há mais de vinte anos, professora de Meteorologia aposentada pela Universidade Federal de Alagoas-AL. Castro e um grupo de associados conceberam o projeto do caminho por considerarem a região das Lagoas dotada de rara beleza e verificarem que muitos turistas durante sua visita à Maceió, desconheciam o potencial turístico das regiões próximas. Além das motivações relacionadas aos aspectos físicos da região havia também as espiritualistas:

Na verdade a motivação do trabalho social, integração com a comunidade está ligada ao fato dos membros terem feito o Caminho de Santiago e segundo eles vivenciado a prática de serem recebidos em Albergues, a prática do acolhimento e da solidariedade que ocorre na peregrinação. Dessa forma a intenção seria se integrar com as comunidades e auxiliar no processo de desenvolvimento¹³⁶.

O Estado de Alagoas é muito carente, trata-se ainda de um local dominado pelos senhores da cana de açúcar. Segundo Lyra (2007) apenas 18 famílias de usineiros dominam 65% do PIB de Alagoas e 40% da população de Maceió vive em aglomerados subnormais. Dados do Tribunal Regional Eleitoral apontam que 47% dos eleitores com mais de 16 anos são analfabetos. É importante, ainda, observar que nenhum dos municípios trabalhados pelo projeto possui o Índice de

¹³⁶ Entrevista concedida por Vera Lúcia Castro em maio de 2009.

Desenvolvimento Humano maior que 0,64, sendo que sua população carece de recursos básicos para a própria sobrevivência.

Motivada, também, pela carência da população do município e pela crença na oportunidade de contribuir com a melhora das condições de vida, em dezembro de 2006, Castro e alguns associados deram início a primeira etapa para construção do Caminho Lagunar por meio do contato direto com sete diferentes comunidades da região, a fim de identificar as lideranças locais e agendar a primeira reunião com os representantes comunitários para apresentar o projeto, ocorrendo em 2007, reuniões com representantes de cada segmento (alimentos e bebidas, hospedagem, artesanato, eventos e os considerados pelos grupos como líderes comunitários), que expuseram suas dificuldades e contaram sobre suas experiências com o turismo, em maioria negativas, permitindo a compreensão da responsabilidade e do compromisso que significava desenvolver o projeto do Caminho Lagunar com aquela população.

Para a definição precisa do roteiro, os associados fizeram o percurso pelos quatro municípios do Caminho questionando os moradores locais sobre trilhas que não se distanciassem muito das lagoas Mundaú e Manguaba (por ser um Caminho Lagunar) e que apresentassem atrativos diversos. Solicitou-se, nessa etapa inicial da estruturação, o apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Alagoas, por meio de um trabalho técnico, mas a demanda não foi atendida e esse processo de mapeamento e definição do roteiro acabou por definir-se como absolutamente amador.

A maior dificuldade inicial da AACCS-AL foi com a seleção os meios de hospedagem, uma vez que, durante o caminho são realizados quatro pernoites e apenas uma localidade possui pousadas. Na tentativa de solucionar o problema pensou-se em um projeto “cama e café”, assim, após algumas adequações de espaço, os moradores hospedariam os turistas em suas próprias residências proporcionando maior contato entre ambos e um acréscimo na renda familiar.

Com o apoio do Sebrae-AL, no papel da gestão do PAPL das Lagoas e Mares do Sul (Programa Arranjos Produtivos Locais), que acompanhou os associados e apoiou a proposta, conseguiu-se que alguns moradores aderissem à idéia, mas a

maioria relutava pelo fato de considerar suas residências muito simples, sem o conforto necessário para um turista, que consideravam ter um alto valor aquisitivo.

Sem apoio técnico e nem tempo para trabalhar com a sensibilização da comunidade, a AACCS resolveu adiar a proposta e optou por hospedar os peregrinos em igrejas, escolas, associações de bairro e algumas casas de segunda residência da região.

A construção do roteiro esbarrou, também, na escassez de restaurantes, sendo que grande parte das localidades desfrutava apenas de alguns bares. Na tentativa de capacitar os gestores desses pequenos empreendimentos, os associados, durante vários finais de semana, visitaram os estabelecimentos de caráter familiar com o objetivo de degustar as comidas, sugerir cuidados básicos no manuseio dos alimentos, criação de um cardápio padronizado com comidas típicas da região e atendimentos ao cliente. O SENAC participou desse processo com treinamento de apenas um dia, que não conseguiu sanar nem mesmo os principais problemas. A abordagem centralizava-se nas boas práticas de alimentação como segurança alimentar, higienização, manipulação e reaproveitamento dos alimentos e atendimento ao cliente.

399

Nas reuniões com artesãos locais, foram apontadas as dificuldades, principalmente na colocação do preço no produto artesanal. Os associados forneceram sugestões de atendimento, criação e adequação de novos produtos e taxação de preços baseadas em suas experiências pessoais. Além de possuir um artesanato muito diverso a região é rica em manifestações culturais que são identificadas, e os grupos se propuseram a fazer apresentações para os peregrinos em diferentes momentos da caminhada, tornando-se, assim, atrativo bastante significativo.

Com a criação do roteiro e a realização das reuniões junto às comunidades foi possível identificar algumas ações necessárias para estruturação e consolidação do caminho, como: limpeza das trilhas; sinalização do roteiro; definição da quantidade de pessoas por caminhada; inserção de serviços de apoio durante a caminhada (carro de apoio e bombeiros). Os custos também precisariam ser calculados e, como Associação não tem fins lucrativos, seria apenas o suficiente para viabilizar o caminho com os serviços básicos necessários.

Embora o Caminho Lagunar se destine para um público específico, a divulgação do caminho foi considerada um elemento fundamental, sendo feita sua inclusão no site da AACCS-AL, criação e confecção de panfletos, folders, cartilha, credenciais e kits para os peregrinos.

Em todo esse processo de estruturação do roteiro o apoio dos gestores municipais resumiu-se a limpeza urbana. A Secretaria Estadual de Turismo fez uma contribuição financeira aplicada no fardamento da banda filarmônica formada por meninos de Marechal Deodoro e Barra Nova, além de ofertar, durante a realização de uma das edições do Caminho Lagunar, um ônibus para o deslocamento dos peregrinos.

Como a AACCS-AL tem também como objetivo trabalhar com informação, educação ambiental e patrimonial tanto do peregrino com da população local, o apoio da poder público foi muito demandado. A associação tentou, por meio da Secretaria de Turismo do Estado, o financiamento para confecção de um guia contendo um breve histórico dos atrativos naturais e culturais do caminho como igrejas e monumentos históricos, porém, o desejo não foi concretizado.

A única empresa grande porte atuante na área, a Braskem, contribuiu com o financiamento de cartilhas, que tem por objetivo trabalhar a educação ambiental nas escolas primárias dos municípios inseridos no caminho. São seis a sete páginas ilustrativas contendo informações sobre a preservação da natureza, poluição e a problemática da destinação do lixo na área.

Em maio de 2008, a AACCS-AL realizou uma “caminhada teste” composta por 27 pessoas, apenas associados de Alagoas, Recife e alguns amigos da associação vindos de Natal. No mesmo mês houve ainda a primeira divulgação do Caminho Lagunar num evento em Curitiba, no qual, estavam presentes 140 pessoas correspondentes a 12 associações. No encontro, Castro apresentou um vídeo mostrando os objetivos do projeto e algumas imagens do roteiro e dos moradores locais, relatando que o caminho ainda seria inaugurado em Setembro. O projeto, tratando-se de um trabalho inédito com caráter integrador, conseguiu cativar o público presente, tornando-se uma boa divulgação do caminho que obteve, em sua inauguração, a participação de 70 pessoas advindas de quatorze estados do Brasil,

e até representantes da Alemanha. Para este caminho os associados produziram um DVD, instrumento para divulgação, registro e lembrança da primeira caminhada.

Em sua segunda edição, em novembro de 2008, o Caminho teve a participação de 25 pessoas, chegando a 30 no final de semana. Para não haver um distanciamento realizou-se, em abril de 2009, a terceira edição com a presença de 23 pessoas, em sua maioria associados, sequencialmente em setembro ocorreu a quarta caminhada com a comemoração de um ano do Caminho Lagunar, estavam presentes 47 pessoas (50 no final de semana) de 08 Estados brasileiros (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Brasília, Paraíba, e Alagoas), além de 05 pessoas advindas da França.

Atualmente, os caminhos coordenados pela AACCS-AL são todos programados, as inscrições são realizadas no site da associação, contendo informações relevantes como preços, dicas de viagem, depoimentos de turistas que já realizaram o roteiro, programação das atividades e imagens fotográficas de outras caminhadas. Com as inscrições realizadas, os associados têm controle sobre o número de participantes e a capacidade de pessoas por casa para o pernoite, podendo programar e acomodar todos da forma mais adequada.

401

A locomoção dos peregrinos, saída e retorno a Maceió, é realizada por meio de um ônibus fretado. Assim que saem de Maceió os peregrinos recebem algumas informações referentes ao caminho e são sensibilizados sobre a importância do projeto para a comunidade local. São distribuídos, também, kits com o nome dos presentes contendo a programação, credencial, camisa do Caminho Lagunar e sacola onde o turista pode colocar os produtos artesanais comprados ao longo do roteiro.

Durante os quatro dias de caminhada os peregrinos são acompanhados pelos bombeiros, que dão suporte durante todo o período por meio de um carro de apoio que faz o deslocamento dos colchonetes e lençóis de cada turista, assim como dos produtos comprados pelos mesmos.

Relações turistas peregrinos e comunidades locais

O Caminho Lagunar é realizado por pessoas que gostam de caminhar e torna essa prática uma atividade freqüente ou diária. Muitos foram convidados por amigos

e conhecidos da AACCS-AL ou são membros dessa mesma associação em outros Estados brasileiros, existindo ainda convidados de outros países.

Os peregrinos estão em busca do maior contato com a natureza, a cultura local, conhecer o Estado de Alagoas, testar o estado físico na pretensão de realizar o Caminho de Santiago em Compostela na Espanha, e principalmente a busca do conhecimento interior por ser um roteiro turístico que possibilita, através da introspecção, o autoconhecimento permitindo a cada indivíduo fazer uma experiência única e pessoal.

As trilhas a serem percorridas durante os quatro dias de caminhada são intensas, a cada dia se faz um percurso diferenciado onde o menor possui 8 km de extensão e as paradas para descanso não permitem grande contato com as comunidades locais devido sua duração. Muitos peregrinos preferem caminhar em conjunto alternando-se constantemente a fim de fazer uma reflexão pessoal ou motivados a conhecer um pouco mais os colegas de caminhada e mesmo as trilhas sendo auto guiadas, têm aqueles que preferem andar em grupos para não se perderem no roteiro porque tem percursos em que dificilmente se encontram pessoas transitando.

402

Apesar do Caminho visar a interação peregrino/comunidade, 28% dos peregrinos entrevistados dispensam realizar o pernoite na casa dos moradores locais por acreditarem que estes ficariam envergonhados com relação à falta de estrutura tendo em vista que para a realização dessa prática seria necessário proporcionar conforto o que demandaria planejamento e infraestrutura. Os outros acreditam ser de suma importância hospedar-se na casa das comunidades locais a fim de ajudar economicamente na renda familiar e conhecer de perto a realidade local, além da troca de experiências.

Os benefícios dessa inter relação também são colocados como positivo no quesito alimentação, quando entrevistados, os peregrinos enfatizam a importância de inserir a comunidade no preparo do alimento gerando a oportunidade de conhecerem as práticas da gastronomia local. Observa-se, também a necessidade de proporcionarem cursos e treinamentos para as comunidades locais sobre cuidados com a higiene do ambiente e manipulação dos alimentos.

A falta de um trabalho com “cama e café” e com o desenvolvimento do preparo das refeições limita bastante o contato do peregrino com a comunidade, prejudicando o cumprimento da proposta inicial da atividade. Atualmente o contato peregrino/comunidade só ocorre nas atividades planejadas pela AACCS-AL por meio dos atrativos inseridos na programação do caminho como a apresentação das crianças da ONG Salsa de Praia no Francês e as crianças da comunidade do povoado Riacho Velho.

Apesar das limitações apontadas, observa-se que os peregrinos que fazem o Caminho Lagunar possuem uma postura diferenciada do que se poderia definir como turista de massa e revelam uma tendência de turismo alternativo, fundamental para um Estado como o de Alagoas, que se concentra no segmento “sol e praia”. A tendência daqueles que fazem o roteiro turístico é trilhar sobre o viés da sustentabilidade, procurando usufruir da atividade turística no meio natural em busca do maior contato com as comunidades locais.

Os municípios que fazem parte do roteiro turístico Caminho Lagunar se caracterizam em comunidades que sofrem privação dos direitos básicos do cidadão que necessita de alimentação, saúde, moradia, educação, lazer e segurança onde a 403
falta de geração de emprego e renda é uma agravante somados a precariedade da educação básica, lazer e segurança, acarretando no aumento do índice de criminalidade, drogas e gravidez na adolescência. Sem ocupação e desprovidos de cursos de profissionalização os jovens acabam desmotivados apresentam baixa autoestima e pouca perspectiva de futuro.

Apesar de todas as dificuldades, os moradores relatam que viver em suas respectivas localidades é prazeroso devido à tranquilidade, a amizade, a história de vida construída e as belezas naturais existentes. Porém, apesar da apreciação das belezas naturais e do reconhecimento de seu valor não há preocupações com a preservação ambiental o que se revela pela poluição das lagunas e pelo acúmulo de lixo encontrado no caminho.

As comunidades locais se caracterizam ainda como receptivas e mesmo não tendo a estrutura física para acolher os peregrinos em suas casas se encontram abertas para ofertar o pernoite e a gastronomia local a seus visitantes.

Considerações finais: para onde caminhar?

O Caminho Lagunar é um roteiro turístico ausente de planejamento estratégico que auxilie o seu processo de desenvolvimento e de parcerias que fomentem a obtenção dos objetivos propostos por seus idealizadores para estruturação do roteiro e inserção das comunidades locais nos benefícios decorrentes da implantação turística. O planejamento e a gestão têm sido realizados de forma absolutamente amadora, por tentativas de “ensaio e erro”, sem apoio do poder público e com apenas algum acompanhamento do PAPL - SEBRAE. Mesmo assim o roteiro se consolidou como um produto, que cresce a cada caminhada e que tem conseguido um envolvimento bastante significativo com as comunidades, o que revela tratar-se de um produto turístico viável.

A proposta do projeto é tornar o Caminho Lagunar autossustentável, possibilitar as próprias comunidades envolvidas o planejamento e gerenciamento de todo o processo de desenvolvimento turístico, sem necessidade de intervenção da AACCS-AL. Para esse propósito ainda são muitos os entraves, dentre eles o desconhecimento da comunidade com relação aos impactos do turismo, ao valor de seu patrimônio histórico e de seus saberes e fazeres. A carência, a dominação e o descaso a que a população desses municípios é cotidianamente submetida geram uma baixa autoestima, que dificulta o desenvolvimento da autonomia, elemento central para o empreendedorismo.

A experiência do Caminho Lagunar é um alerta sobre a necessidade do profissional de planejamento turístico se atentar para novos produtos que emergem no cenário e construir subsídios para uma outra realidade na profissão. Afinal se o desejo é de um turismo sustentável, que envolva a comunidade em seu processo de gestão, é preciso criar metodologias que possam efetivar a construção dessa prática da forma mais adequada possível.

Referências

- BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexoto, 2004a.
- _____, M. **Legados étnicos e ofertas turísticas**. Curitiba: Juruá, 2004b.
- CREATO, Oficina de Roteiros. **Manual Técnico de Desenvolvimento e Operação de Produtos e Roteiros Turísticos**. 10. ed. Belo Horizonte. 2005.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Laguna. 3. Ed. – Curitiba: positivo, 2004.
- GASTAL, S. e CISNE, R. N. **A produção acadêmica sobre Roteiro Turístico: um debate pela superação**. In Anais do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo, set/2009.
- LIRA, F. J. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Maceió:Edufal, 2007.
- PETROCHI, M. **Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos APLS do Estado de Alagoas**. SEBRAE, AL, 2005.
- SEBRAE – AL. **Inventário Piloto de Ofertas e Oportunidades Turísticas de Municípios Alagoanos – Região das Lagoas**. Programa SEBRAE de Turismo, Maceió, 2004.
- SEPLAN/ SEBRAE AL. **Plano de Ação – APL Turismo Lagoas. Programa de mobilização para o desenvolvimento de Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas**. Maceió, 2004.
- TAVARES, A. de M. **City-tour**. São Paulo: Aleph, 2002

O TURISMO NO MERCADO DE ARTESANATO EM ARACAJU/SE

Cristiane Santos de Oliveira¹

João Luiz Santana Brazil¹

Roseane Santos Mesquita¹

Jaime José da Silveira Barros Neto²

RESUMO

O turismo é um fenômeno social independente de outro fenômeno social. Nessa visão, há um trabalho de manifestações que se relacionam entre si visando à promoção de seus componentes na busca por um desenvolvimento social e econômico da atividade turística e das comunidades receptoras. Dentro deste fenômeno necessita-se sempre de investigações por meio de pesquisa que nos proporcionem analisar a real situação de uma localidade que visa implantar e programar o turismo de maneira sustentável. Portanto, a pesquisa realizada, tem como objetivo principal analisar a demanda turística do mercado de Artesanato de Aracaju-Se, especificando assim as características econômicas e sociais do turista que frequenta a localidade, identificando a motivação do mesmo quanto à visitação do espaço. Para a realização desta pesquisa fez-se necessário a aplicação do questionário conforme estudos acadêmicos referentes aos fundamentos do turismo. Esta pesquisa será de extrema importância para a mudança na oferta de bens e serviços do espaço, objetivando a operacionalização de uma dinâmica sócio – econômica e cultural frente ao Turismo no Estado de Sergipe.

406

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Perfil turístico; Demanda Turística; Turismo Cultural

ABSTRACT

Tourism is a social phenomenon independent of other social phenomenon. In this view, there is a work of demonstrations that relate to each other aiming to promote its components in a quest for social and economic development of tourism and host communities. Within this phenomenon needs to always research through research that give us analyze the real situation of a city program that aims to deploy and tourism in a sustainable manner. Therefore, the research, aims at analyzing the market demand for tourism Crafts Aracaju himself thereby specifying the social and economic characteristics of tourists who frequent the location, identifying the same motivation as the visitation of space. For this research it was necessary to administer the questionnaire as academic studies related to the fundamentals of tourism. This research will be of extreme importance to the change in the supply of goods and services space, aiming at operation of a dynamic socio - economic and cultural front of the tourism in the state of Sergipe.

KEYWORDS: Tourism, tourist profile; Tourist Demand; Cultural Tourism

Introdução

Enxergando o turismo como um sistema, podemos afirmar que o turismo é a atividade que está integrada por um conjunto de partes ou subsistemas que se relacionam entre si com o objetivo comum onde está composta por:

- Superestrutura: organização do setor público e privado, leis, regulamentos, planos e programas;
- Demanda: turistas residentes no país ou no exterior;
- Infraestrutura: aeroportos, rodovias, esgotos, telefones públicos, redes de água potável;
- Atrativos: naturais e culturais;
- Equipamentos e instalações: hotéis, motéis, campings, restaurantes, cafés, agências de viagem, represas, quadras poliesportivas, entre outros.
- Comunidades receptoras: residentes locais ligados diretos ou indiretamente ao turismo.

De acordo com este pensar, a atividade do turismo rompe barreiras, analisando o indivíduo enquanto produtor e/ou consumidor desta atividade. Encaminha a mesma para a ideologia de um todo onde para cada parte, canto ou horizonte, merece um estudo detalhado. Traduz, assim, o turismo enquanto uma somatória de fatores, os quais podemos somar ou subtraí-los de modo a aperfeiçoar tempo e recursos, objetivando a solução de problemáticas sócio – econômicas, culturais e sociais.

Dentro desta questão, o turista é um dos elementos deste sistema, que atua como um grande alvo da atividade, onde de acordo com o seu perfil, seu desejo e/ou necessidade pode preestabelecer características aos bens e serviços produzidos. O turista impõe, por muitas vezes, uma dinâmica ao que se produz dentro de uma cidade ou estado, convertendo ou induzindo a formação de produtos para atender a si próprio, ou até mesmo fazendo com que aquele local, importe produtos e serviços visando o seu bem estar.

Dentro deste sistema, o turista, o público alvo de nossa pesquisa sobre demanda turística, é uma parte dentro de um todo, ou melhor, um agente indutor dentro do grande fenômeno social que é o turismo, como assim estamos

trabalhando. Enquanto indutor, engloba ações de melhoria que devem ocorrer para a transformação positiva das comunidades onde estão realizando sua atividade turística.

Convertendo os olhares para os bens e serviços, estes traduzem uma produção e identidade local, pois a comunidade receptora que os produz em emprega nestes, sua singularidade demonstrando assim sua face produtora e inovadora nos mais diversos campos (cultura, educação, lazer e meio ambiente).

Os bens e serviços, um subsistema dentro do grande sistema turístico, agrega a qualquer local uma identidade expressando suas tradições e costumes bem como sua riqueza cultural. Olhando econômica e socialmente, os bens e serviços podem induzir e expressar um modelo de gestão, o empreendedorismo e o cooperativismo, cuja vertente de trabalho é valorizar o saber fazer dos indivíduos visando ações solidárias e sustentáveis. Sendo assim este trabalho pretende analisar a demanda turística do Mercado de Artesanato Antônio Franco, avaliando o perfil sócio-econômico do turista do local no mês de novembro do corrente ano.

O objetivo principal do artigo é estudar o turismo presente no mercado de Artesanato Antônio Franco na cidade de Aracaju/SE. Tendo como objetivos específicos: (i) analisar o aspecto histórico do mercado de Artesanato, visando identificar as potencialidades produtivas; (ii) caracterizar o perfil sócio-econômico dos turistas, objetivando embasar a construção de programas e projetos turísticos para o Estado; (iii) identificar a motivação do turista que visita o mercado analisando assim, em decorrência da infraestrutura ofertada para o mesmo, a preservação e conservação do ponto turístico do Estado; (iv) explicar as formas e o tipo de turista que frequenta o local de acordo com a sua origem geográfica, implicando assim na análise de produtos que devem ser ofertados aos mesmos.

408

2. Referencial teórico

2.1 turismo

A palavra turismo surgiu no século XIX, mas atividade existe desde as antigas civilizações. É possível relacionar o turismo com conceitos vinculados ao saber geográfico (como natureza, paisagem, lugar e território). No mundo existem vários

tipos de turismo, procurados por milhares de pessoas a cada ano, entre eles está o turismo cultural, o de compras, o turismo ecológico, entre outros. Assim:

A palavra “turismo” surgiu no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história. Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo. (FOURASTIÉ, 1979 apud RUSCHMANN, 2001, p. 13).

Dessa forma, o turismo é, hoje, a terceira maior fonte de renda do mundo, portanto suas atividades são monitoradas de modo que não se tornem em mais uma ameaça ao meio ambiente, ainda que, seja difícil sua identificação como tal, devido ao seu caráter social voltado para o lazer. (MIDAGLIA, 1996, p. 43).

Quanto ao crescimento do turismo internacional, nos países em desenvolvimento, a OMT - Organização Mundial do Turismo - prevê um crescimento favorável, motivado, principalmente, pelo interesse de produtos turísticos novos ou renovados, tais como o turismo rural, o turismo de aventura, o ecológico e o turismo brando (sanfer tourismus). Esses tipos de turismo levam a um contato mais estreito com o meio ambiente natural e humano, e hábitos e costumes dos povos das localidades visitadas. (RUSCHMANN, 2001, p. 167)

409

Junto com o turismo que se firmou com a Revolução Industrial, um quadro de degradação ambiental foi percebido a partir do crescimento econômico desordenado na qual a Revolução propiciava. (DIAS, 2003, p.29)

Com isso:

A industrialização trouxe vários problemas ambientais, como a alta concentração populacional, devido à urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não renováveis; contaminação do ar, do solo, das águas; e desflorestamento, entre outros. (DIAS, 2003, p. 29)

Segundo Pires (1996), o turismo pode ser entendido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial. Para Pires, (1996 *apud* Rubio,1986) o espaço turístico pode ser conceituado como assento da oferta turística, um espaço concreto e objetivo, tendo o seu valor recreativo variando em função de certas circunstâncias, entre elas os atrativos paisagísticos.

A ideologia básica do turismo se justifica na necessidade da busca de novos ambientes para reposição da energia física e mental. Ora, para tal propósito a natureza, em especial as unidades naturais específicas do litoral, tornou-se o “recurso turístico” mais explorado pelo capitalismo, a partir da segunda metade deste século. A natureza tornou-se mercadoria e é vendida como

capaz de devolver ao homem a paz e a tranquilidade roubada no dia das cidades. (ALMEIDA, 1999, p. 184)

Como forma de padronização e unificação, entre os países integrantes da Organização Mundial do Turismo/OMT, adota o conceito de turismo transcrito por Sancho (2001, p.38): “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” (OMT, 1994)

O turismo é considerado como uma indústria que depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais provocando assim uma degradação ambiental e sociocultural, e por outro lado, pensando como um fenômeno social econômico, que trará melhores condições de vida, através das muitas atividades que propicia. Desta forma:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão, amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. (CARLOS, 1996, p. 26)

410

2.2. Turismo cultural

Quanto aos estudos específicos sobre a relação turismo e cultura, pode-se afirmar que foram iniciadas a partir dos anos 60, pelos antropólogos. Nesta década e na seguinte, o turismo passou a ser apontado como alternativa para o desenvolvimento mundial, inclusive no Brasil, embora de forma incipiente. No entanto, o modo como a atividade turística foi implementada em muitos lugares, revelou-se danosa ao patrimônio cultural ou ineficaz como estratégia de promoção, quer pela falta de recursos humanos especializados, pela visitação descontrolada, pelo desrespeito em relação à identidade cultural local, pela imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades, quer pelo despreparo do próprio turista para a experiência turística cultural. (BRASIL, 2006).

Esse contexto sinalizou para a necessidade de se implementar ações conjuntas, planejadas e geridas entre as áreas de turismo e de cultura, e de se contemplar o respeito à identidade cultural e à memória das comunidades na

atividade turística. O patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado. (BRASIL, 2006).

Diante da abrangência dos termos turismo e cultura, o MTUR – Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cultura e o IPHAN, e com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo, estabeleceu um recorte nesse universo e dimensionou o segmento na seguinte definição (BRASIL, 2006):

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006).

A definição de Turismo Cultural está relacionada à motivação do turista, especificamente a de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a vivenciá-los e preservar a sua integridade. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visita. (BRASIL, 2006).

411

2.3 Demanda turística

A teoria da demanda turística tem por finalidade explicar o comportamento do consumidor, tendo em vista suas decisões de compra de bens e serviços que estão à sua disposição no mercado turístico.

Sendo a viagem um movimento entre dois pontos (emissor e receptor), verifica-se que a demanda turística é demandada por esse movimento, e depende tanto das características relativas a esses dois pontos quanto do custo desse movimento (BENI, 1997). Assim, é importante ressaltar que:

As pesquisas denominadas “pesquisas de demanda”, permitem conhecer as necessidades do turista e elaborar produtos adequados a cada perfil consumidor. No caso deste segmento, é também importante saber quais

atividades têm a preferência do turista e como elas podem ser organizadas como parte da programação de uma viagem. (BRASIL, 2006)

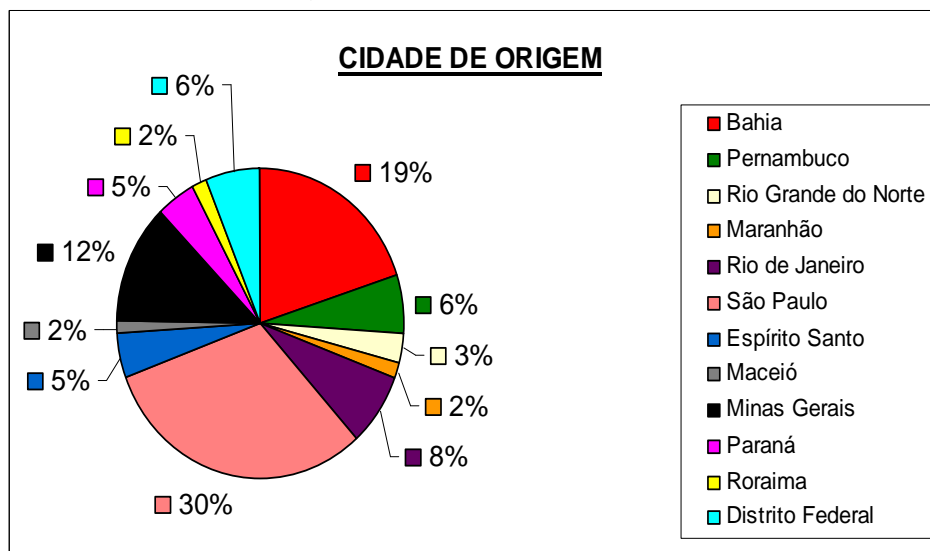
A heterogeneidade é, portanto, a característica principal da demanda turística. Acrescentam-se as motivações de viagens que estão longe de ser sempre idênticas. A estratificação estrutural da demanda não segue um modelo sistemático, baseado, por exemplo, em variáveis de ordem socioeconômica, geográfica, de comportamento ou outra. Todos esses fatores, no entanto, servem para a segmentação do mercado turístico, pois do contrário nada prova que representem os indicadores reais da demanda turística, capazes de orientar uma política de turismo apropriada para cada destinação. Para isso, uma análise aprofundada das motivações é necessária a fim de melhor conhecer o fenômeno do Turismo e para constituir a oferta da melhor forma. (BENI, 1997)

3. Metodologia da pesquisa

O trabalho foi realizado baseando-se no método de abordagem dedutivo, tomando por referência as teorias formuladas ao turismo generalizado, atendendo a um caso específico, Mercado de Artesanato de Aracaju. Para tanto, os dados foram coletados de fontes primárias através da pesquisa de campo com aplicação de questionários aos turistas que se encontravam no local. O levantamento dos dados foi tomado a partir de uma amostra de 80 turistas. Sobre a demanda turística, algumas variáveis foram analisadas: sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, cidade de origem, modo e organização da viagem, meios de transporte e hospedagem utilizados, motivo e influência da viagem, entre outros. Após a coleta dos dados pelo procedimento discriminado, foram realizadas as análises sobre os resultados obtidos através do método estatístico descritivo, este envolve o cálculo da média, para que posteriormente, fossem utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa.

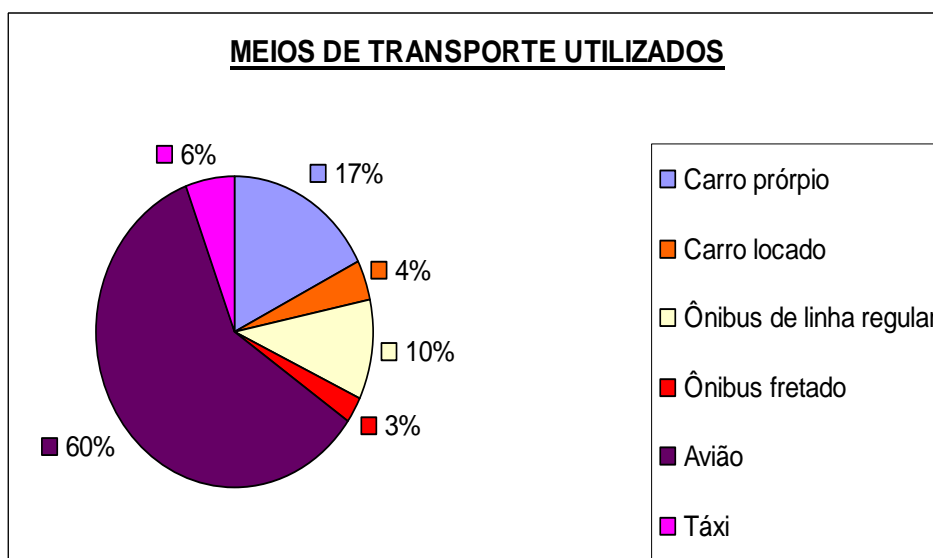
4. Desenvolvimento

Figura 1. **CIDADE DE ORIGEM**



De acordo com o gráfico, dos 80 entrevistados na Pesquisa Demanda Turística do Mercado de Artesanato de Aracaju, 30% vieram de São Paulo, 19% da Bahia, 12% de Minas Gerais, 8% do Rio de Janeiro, 6% de Maceió, tendo Pernambuco a mesma porcentagem, 5% do Espírito Santo, e de igual modo o Paraná, 3% do Rio Grande do Norte, e do Distrito Federal, Roraima e Maranhão ⁴¹³ tivemos um percentual similar de 2%.

Figura 2. **MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS**



Em relação aos meios de transporte utilizados na viagem, 60% viajaram de avião, 17% com carro próprio, 10% com ônibus de linha regular, 6% utilizaram táxi, 4% carro locado e 3% ônibus fretado.

Figura 3. **COM QUEM VIAJA**

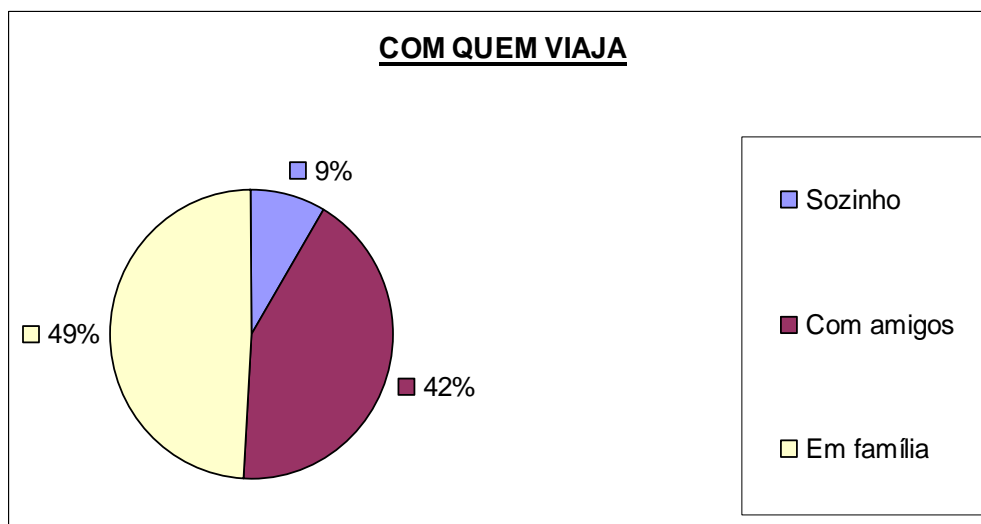
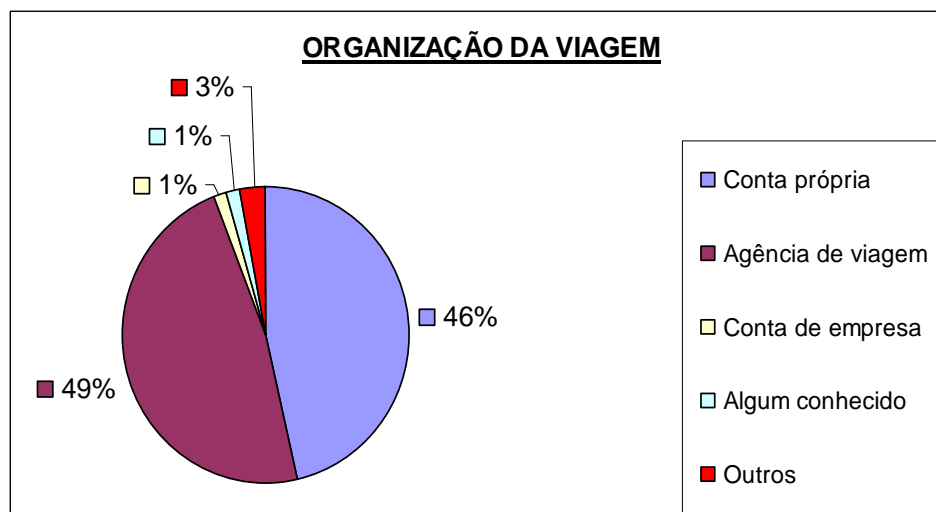
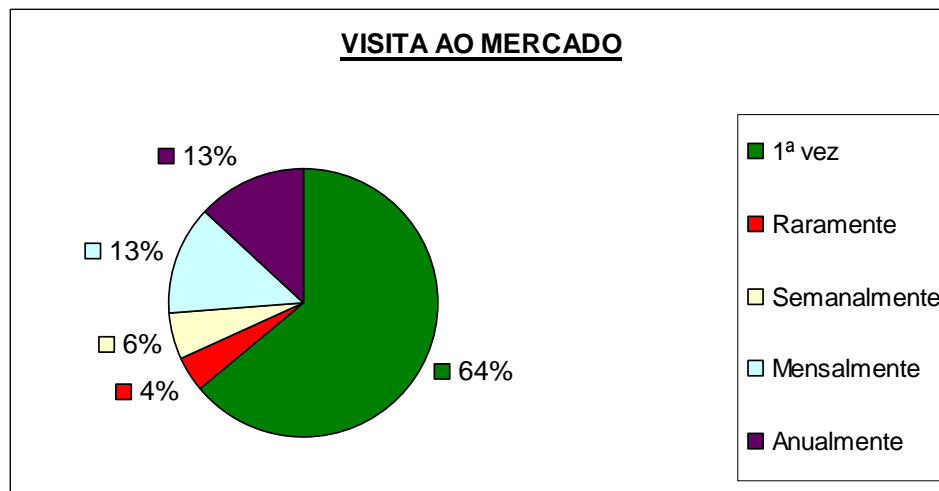


Figura 4. **ORGANIZAÇÃO DA VIAGEM**



Quanto ao acompanhamento na viagem, 49% dos visitantes vieram em família, 42% com amigos e 9% sozinhos. Ao serem questionados em relação à organização da viagem, 49% responderam que a viagem foi organizada por agências, 46% organizaram a viagem por conta própria e 5% responderam que utilizaram outros tipos de organização.

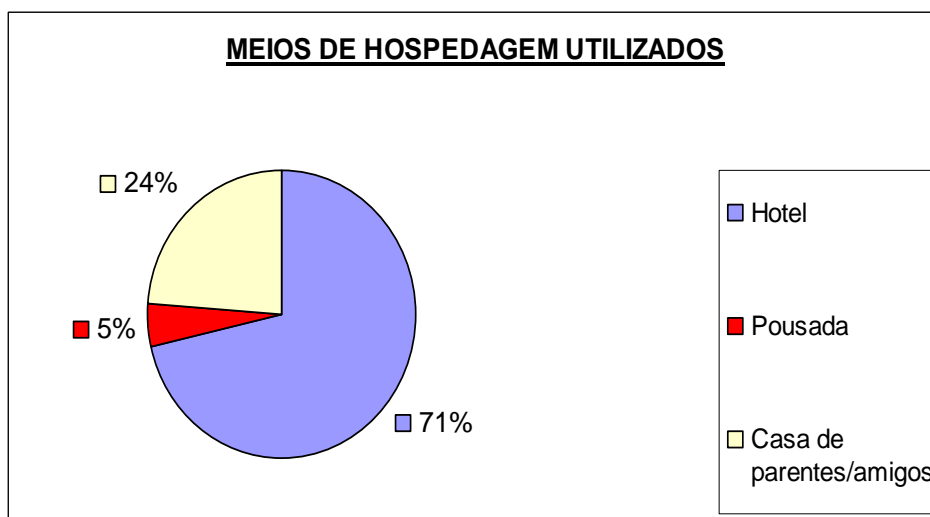
Figura 5. **VISITA AO MERCADO**



Ao serem questionados a respeito da visitação ao Mercado de Artesanato de Aracaju, local onde foi realizada a Pesquisa Demanda Turística, 64% dos turistas responderam que era a primeira vez que iam ao local, 26%, igualmente divididos, disseram que tinham uma freqüência mensal ou anual ao local, 6% visitavam semanalmente e 4% iam raramente ao Mercado.

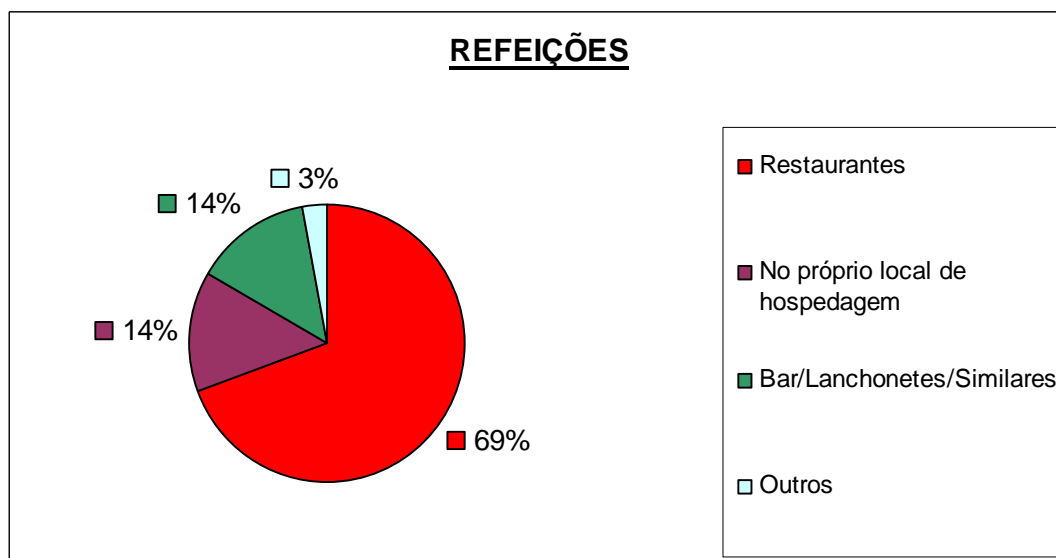
415

Figura 6. **MEIOS DE HOSPEDAGEM UTILIZADOS**



Quanto à hospedagem, 71% dos entrevistados responderam que utilizavam hotéis, 24% ficaram em casa de parentes e amigos e 5% em pousadas.

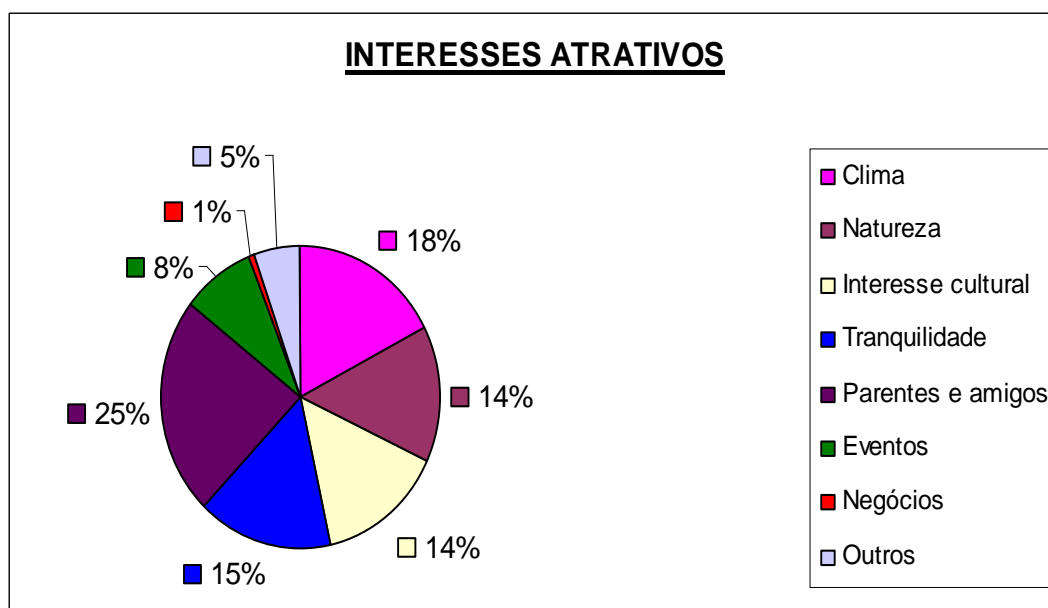
Figura 7. **REFEIÇÕES**



Sobre o local onde os visitantes faziam suas refeições, 69% responderam restaurantes, 14% fizeram suas refeições em bares/lanchonetes/similares, outros 14% realizaram suas refeições no próprio local de hospedagem, e os 3% restantes responderam outros locais.

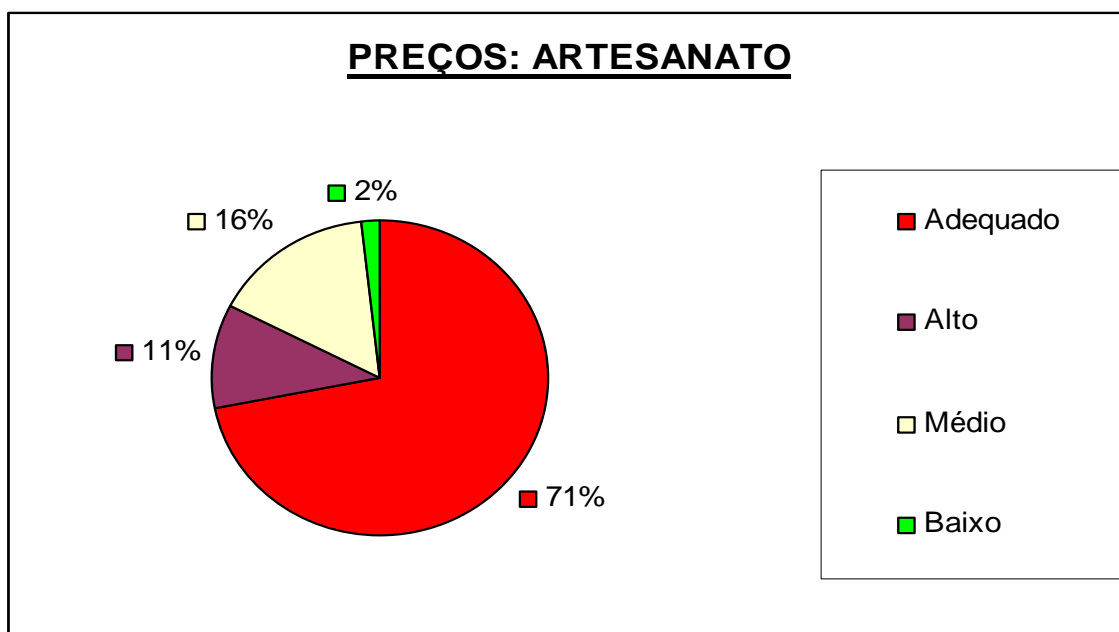
416

Figura 8. **INTERESSES ATRATIVOS**



Em pergunta aos interesses que os trouxeram à cidade, 25% dos visitantes responderam que vieram pelos parentes e amigos, 18% foram atraídos pelo clima da cidade, 15% pela tranquilidade, 28% vieram por interesses culturais e pela natureza, 8% vieram para participar de eventos, 1% vieram a negócios e 5% responderam outros interesses.

Figura 9. **PREÇOS: ARTESANATO**



417

Perguntamos a classificação de preços do Artesanato e 71% dos entrevistados responderam adequados, 16% médios, 11% classificaram como altos e 2% baixos.

Figura 10. **OPINIÃO DA CIDADE ANTES DA CHEGADA**

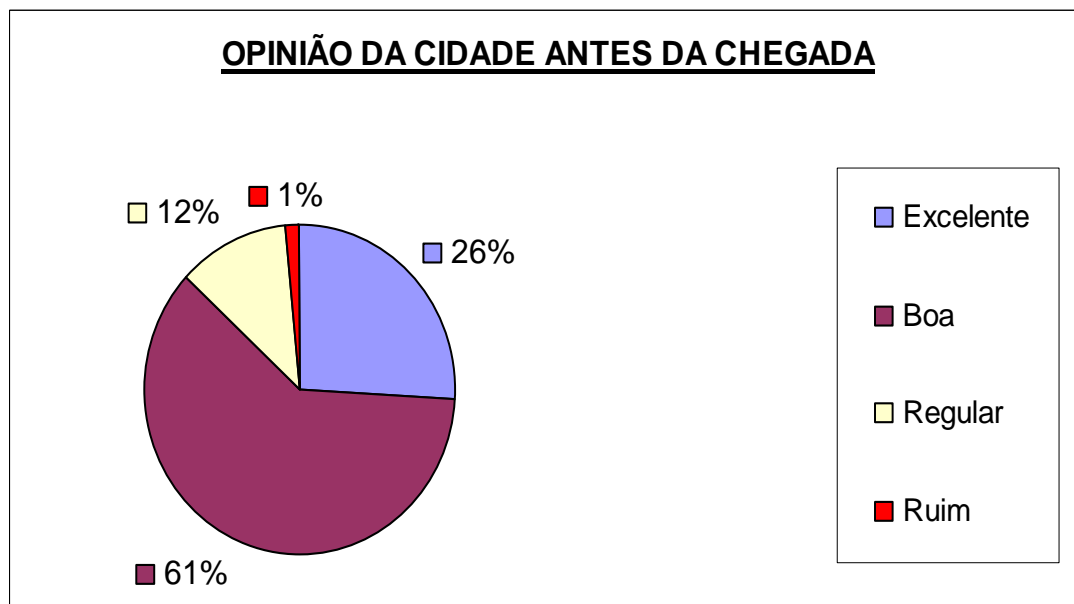
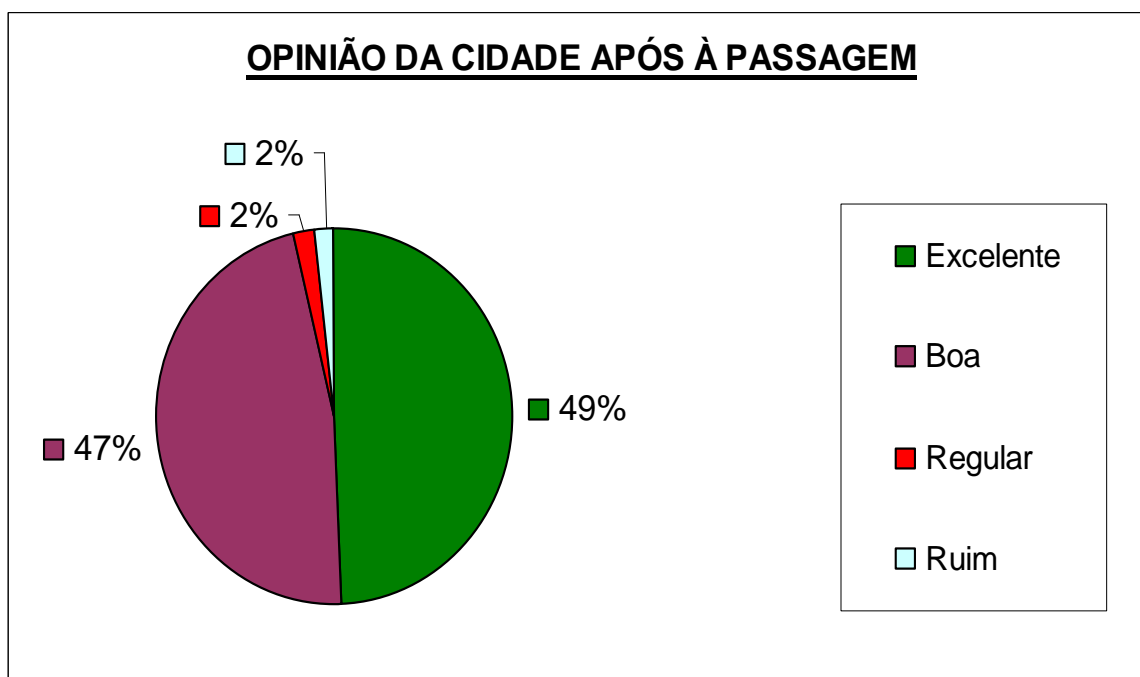


Figura 11. **OPINIÃO DA CIDADE APÓS A PASSAGEM**

418



Perguntamos aos entrevistados qual a opinião sobre a cidade de Aracaju, antes e depois da passagem deles pela mesma. Antes da chegada, 61% responderam que encontrariam uma boa cidade, 26% responderam uma excelente cidade, 12% responderam regular e 1% encontraria uma cidade ruim. Após a passagem, 49% acharam a cidade excelente, 47% acharam boa e 4%, divididos uniformemente, entre regular e ruim.

Para montarmos um perfil básico dos nossos entrevistados, levamos em conta os quesitos sexo, idade e estado civil. Quanto ao sexo, 54% eram mulheres e 46% homens. Em relação à idade, 37% tinham mais de 50 anos, 36% de 41 a 50 anos, 20% de 31 a 40 anos, 6% de 21 a 30 anos e 1% de 10 a 15 anos. Ao perguntarmos sobre o estado civil dos visitantes, constatamos que 64% eram casados, 30% solteiros e 6% viúvos e separados, com percentual dividido de igual forma.

Conclusão

Foi de fácil percepção a agradabilidade dos turistas quanto aos atrativos naturais da cidade, mais especificamente o que há no ponto turístico: o Mercado de Artesanato de Aracaju. Partindo desta, pontuamos a sua infraestrutura colonial, que facilita o trânsito das pessoas para realização de suas compras. Além deste, o desfrutar da tranquilidade do local, sempre comparado com a agitação de outras cidades do Nordeste.

Pensando que 48% dos entrevistados questionaram a quantidade de atrativos turísticos, pois, a cidade pré-agrupa beleza natural, porém é necessário fomentar os atrativos para que a cidade construa um maior desenvolvimento junto à comunidade receptora, bem como aos turistas. Ainda assim, um dado relevante foi a divulgação sobre a cidade de Aracaju, pois 50% dos visitantes disseram que nunca ouviram propaganda sobre a cidade. Neste sentido, identificamos a comunicação com um ponto que deve ser avaliado e reprogramado junto aos programas e projetos de desenvolvimento turístico do estado.

Outro fator relevante são os produtos locais ofertados e a importação de produtos a serem vendidos no local. Ao nos depararmos com a importação destes produtos, devem surgir ações de prevenção para não perdermos a identidade

cultural do local e não desviarmos olhares e atenção que devem ser prioritariamente investidos nos bens e serviços locais proporcionando assim desenvolvimento local.

Faz-se necessário o estabelecimento de estudos e pesquisas, visando a implantação de ações, projetos e programas que articulem parceiros locais na construção do plano de desenvolvimento turístico do estado, onde estivesse incutido, como primeira etapa, a preservação do meio ambiente, sequenciada de políticas públicas estruturantes para o bem-estar da comunidade receptora, e, conseqüentemente, a do turista.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. G. de. Turismo e os novos territórios no litoral Cearense. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 2ª Edição

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, Senac , 1997, p. 212

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Coordenação - Geral de Segmentação. **Turismo Cultural** – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 420

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

MIDAGLIA, C. L. V.. Turismo e Meio Ambiente no Litoral Paulista: Dinâmica da Balneabilidade das Praias. In: LEMOS, A. I. G. de. (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOLINA, S. **Turismo Metodologia e Planejamento**. São Paulo. Edusc, 2005

OMT. **Tendencias del Turismo**. Series Mundiales: Mundo, Madrid, 1994.

PIRES, P. dos S. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como Recurso Turístico. In: YAZIGE, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo: OMT**. São Paulo: Roca, 2001.

YÁZIGI, E. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável** – A proteção do meio ambiente. São Paulo, Papirus, 2001.

PAISAGEM CULTURAL EM DIA DE TURISTA

Antonio Carlos Castrogiovanni¹³⁷

Juliane Magagnin Da Soller¹³⁸

Resumo

Este artigo apresenta um ensaio na perspectiva da Geografia Cultural, tendo como categoria de análise a paisagem. A volta da Geografia Cultural, a partir da década de 1970, direciona seu olhar para a cultura enquanto reflexo e condição da dinâmica espacial, buscando assim uma compreensão do mundo. Através da paisagem cultural, os sujeitos podem perceber como as sociedades se relacionam com seus espaços, revisitando as práticas e os campos de revelação das atitudes e dos simbolismos dos homens entre si e desses para com o meio. Na interação paisagem e sujeito, se transformam um ao outro. Nesse contexto, introduzimos um olhar pelo Turismo. Os turistas não são meros observadores, fazem parte dos fluxos de onde se inserem, assim reorganizam paisagens e são por essas reorganizados. Propomos a percorrer esse diálogo entre as ciências da Geografia e do Turismo, visando subsidiar uma viagem pelas culturas do espaço geográfico, compondo uma bagagem que nos permita desvendar o breve olhar do turista, repensando as possibilidades do ensino de geografia para enriquecer a leitura das paisagens o mais próximo de sua realidade objetiva e subjetiva.

Palavras-chaves: Geografia Cultural, Paisagem, Turismo.

Abstract

This article presents an essay on the Cultural Geography perspective considering landscape as the analysis category. The return of the Cultural Geography, since the 1970's, focuses culture as a reflex and spacial dynamic condition, towards a comprehension of the world. Through cultural landscape, subjects are able to perceive how societies interact with spaces themselves, revisiting practices and fields of behavior demonstration and of the symbolisms of men among each other including their own symbolisms with the environment. Such fusion between landscape and subject make each of them transform one another. Along with this context, a look through tourism is introduced. Tourists are no longer observers, they take part into the environment they emerge from, whereas they recreate landscapes and are also recreated by the same landscapes. The proposal is to reinforce such dialogue between both sciences of Geography and Tourism, aiming to produce a journey through the cultures of the geographic space, providing perceptions that would allow us to reveal a tourist glimpse, at the same time as to rethink possibilities

421

¹³⁷ Doutor em Comunicação Social na área de práticas sociais em Comunicação, Geografia e Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Mestre em Educação pela UFRGS e Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor adjunto da UFRGS, professor titular da PUCRS e professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. E-mail: castroge@ig.com.br

¹³⁸ Mestranda em Geografia pela UFRGS; Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: julicasoller@hotmail.com

of the teaching of geography in order to enrich the reading of landscapes the closest to its objective and subjective reality.

Key-words: Cultural Geography, Landscape, Tourism.

A materialidade pode ser a mesma, mas são diferentes representações. Contudo, todos estes, e ainda outros, estão preocupados com o destino das paisagens contemporâneas (LUCHIARI, 2001, p. 19).

A fim de se preparar para qualquer viagem, é interessante estudar o lugar para onde estamos indo. Livros, revistas, pinturas, músicas, filmes e conversas com quem já esteve no lugar, ajudam a descobrir traços da cultura local e revelar fragmentos de sua paisagem. Na viagem, um bom companheiro é um guia turístico, esses livretos que apresentam a história e a geografia em linhas gerais com mapas ilustrativos e dão dicas de lugares turísticos, passeios, atividades, hospedagem e alimentação.

Nesse texto começamos a escrever nosso guia turístico da Geografia Cultural e da paisagem cultural, e a pensar algumas dicas do diálogo destas categorias e o turismo, na busca de que quando façamos nossa viagem pelas culturas do espaço geográfico, tenhamos uma bagagem que nos permita desvendar as paisagens, o mais próximo de sua realidade objetiva e subjetiva.

422

1) geografia cultura: guia turístico – primeiras informações

A Geografia Cultura ressurgiu fortalecida a partir da década de 70 para a produção de uma análise cultural do espaço, que vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica, e assim torna-se necessária para a compreensão do mundo (CORRÊA, 1999, p. 51). Renova-se no seio da geografia ocidental, ocasionada por mudanças assentadas nas culturas, tanto no Ocidente – com a ameaça à padronização da vida, com o resgate da *sabedoria oriental* nos EUA e com rearticulação dos regionalismos na Europa -, quanto no Oriente – com a renovação do nacionalismo na Europa Oriental e com a reafirmação da fé no Oriente Médio. Trata-se de um momento que traz à tona a reflexão da cultura e de suas implicações na construção do espaço de cada sociedade, das relações entre o que eu faço, como eu vejo e como eu comungo (ações e representações sociais) no espaço geográfico por onde transito e integro junto ao coletivo. Segundo Claval, está volta cultural está em que: “A diversidade de

culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada em seu conteúdo material. Ela está ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades” (CLAVAL, 1999, p. 62).

Nessa volta cultural há o resgate das bases epistemológicas desenvolvidas por Sauer na Geografia Cultural dos EUA, iniciada em 1925, compartilhada em parte com os geógrafos europeus, que dava ênfase à dimensão material da cultura e a quatro temas culturais: áreas culturais, paisagem e ecologia cultural, e a história da cultura no espaço. Mas as dimensões e as abordagens são ampliadas, acarretando a reconstrução da disciplina em uma perspectiva que compreende as categorias econômicas, políticas e sociais não como categorias universais, mas resultantes de uma construção social e de natureza cultural, pesquisando a subjetividade e a intersubjetividade dessa construção. Também amplia suas temáticas extrapolando a descrição do gênero de vida e introduz novas abordagens com as representações sociais, com o estudo das cidades, da ética, das religiões, da identidade, de interpretação de textos (literatura, música, pintura e cinema), do papel das mulheres, (CORRÊA, 1999, p. 53; CLAVAL 1999, p. 61), e tendo por base filiações fenomenológicas e existenciais. Essa variedade nas abordagens e nas propostas são agora elaboradas em pesquisas que dialogam com teorias das ciências sociais e das humanidades, enriquecendo a tecitura da complexidade geográfica por sua heterotopia epistemológica que resulta em pluralidade intelectual (AMORIM FILHO 2007, p. 15).

Essa pluralidade de abordagens que se abre na Geografia Cultural tem um caminho norteador na crença de que os estudos que se localizam na fronteira dos temas geográficos tradicionais não podem ser negados pela geografia ou reduzidos em seus estudos às metodologias dos neopositivistas ou meomarxistas, como o fenômeno do Turismo, que mais adiante traremos para esse diálogo.

Esse caminho norteador também é importante uma vez que com a pluralidade, há uma multiplicidade de sub-disciplinas¹³⁹ geográficas, fragmentações que não podem se perder de sua totalidade e que devem buscar a

¹³⁹ Sub-disciplinas são disciplinas temáticas do campo da geografia como a Geografia do Turismo, Geografia das Religiões, Psicogeografia etc

complementaridade e a colaboração para o alcance dos objetivos comuns à geografia.

A Geografia Cultural é uma nova forma de pensar o espaço, a partir das especificidades dos grupos e dos lugares, de todo fato social de como os sujeitos¹⁴⁰ e as sociedades se fazem e se desfazem em um movimento permanente, restabelecendo as condições de materialidade, historicidade e geograficidade. A geograficidade é uma denominação que encontramos em Claval (1999), significando as raízes e os símbolos de cada sujeito em um espaço particular, nos quais seus limites variam conforme a época e os valores (p. 66). Claval (2004) ainda nos fala que a Geografia Cultural contemporânea é a Geografia do estudo do olhar dos outros, em contraposição à geografia que era proposta na França do início do século XX, que primava apenas pelo olhar do geógrafo como sendo o olhar mais preparado para apreender a realidade de forma direta, uma aptidão para ler as paisagens e os mapas, em uma posição de superioridade para selecionar o que lhe parecia mais confiável (p. 8).

O conceito de cultura também é redefinido na volta cultural, sendo compreendida, como um sistema de cognições, percepções, ações e ⁴²⁴ representações que resultam de disposições inatas e do conjunto das interações às quais cada um é e foi submetido – dentre a família, escola, comunidade etc -, sendo que o que é inato é menos importante do que o que é apreendido.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. (CLAVAL, 2007, p. 63).

A cultura está em constante mudança, pois nós, enquanto sujeitos produtores e produtos da sociedade, estamos sempre em transformação. A cultura não é realizável através dos sujeitos, mas sim pelas ações dos sujeitos, sendo constantemente reproduzida em nossas (nós – sujeitos) ações e em nossas interações, muitas das quais não são reflexivas, apenas são rotineiras da vida

¹⁴⁰ Sujeito= entendido na concepção Morania (Cabeça Bem-Feita, 2000)

cotidiana. “Assim cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas” (COSGROVE, 1998, p. 102). Adicionaríamos a essa colocação de Cosgrove, em uma reflexão a partir de sua própria leitura, determinada por e determinante da consciência e *da inconsciência*. Essa cultura que nos interessa é a desse conjunto de práticas, conhecimento e crenças, de que somos conscientes ou não, que está em contínua alteração no âmago das sociedades, através das quais os sujeitos constroem suas relações com o meio. Assim, a ênfase da geografia cultural é no indivíduo.

A nova Geografia Cultural compartilha de pressupostos da Geografia Humanística ou Humanista, e é nela que buscaremos exemplificar a ênfase no indivíduo, como Lowenthal exemplifica em Melo:

“Uma importante característica da geografia humanista enfatizada por Lowenthal, é a concepção antropocêntrica, pois “a melhor visão do mundo concebida pela mente humana é [...] um quadro centralizado no homem” (1976, p. 113). O homem seria a medida de todas as coisas, uma vez que toda explicação só seria satisfatória se fundada nas explicações e valores humanos. Neste sentido, o caráter da cultura seria individual, baseado na percepção ou subjetividade, o que a torna concebida além dos aspectos materiais. Na perspectiva de Lowenthal (1976, p. 141), “a superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais de costume e fantasias.” (MELO 2001, p. 34)

425

Para Amorim Filho & Abreu (2002), uma das principais razões de desenvolvermos nossos estudos na busca de compreender como as pessoas apreendem os fenômenos que as cercam, é que de acordo como essas apreendem, suas ações, opiniões e decisões são estruturadas, interagindo com o espaço e transformando a natureza (p. 234 - 235).

2) paisagem cultural: o olhar pelo guia turístico

A paisagem cultural é uma das categorias mais importante da Geografia Cultural, é o conceito mais antigo dessa corrente geográfica, e desde a década de 1970 ampliou suas abordagens na tentativa de revelar o significado da paisagem a partir da prática social (MELO 2001, p. 46). A paisagem, assim, ressurgue como possibilidade de perceber como as sociedades se relacionam com os espaços, revisitando as práticas culturais e os campos de revelação das atitudes e dos simbolismos dos homens entre si e desses para com o meio. As paisagens são

dinâmicas e históricas. Pela observação, que é sempre subjetiva e seletiva, e por isso terá diferentes leituras em os diferentes olhares, percebem-se as expressões e os testemunhos sociais de distintos tempos, apresentando um documento-chave para compreender a sociedade e sua cultura.

A paisagem cultural se imbuí de teorias que consideram sua simbologia. Até a volta cultural, as abordagens existentes não permitiam o exame dos aspectos subjetivos da paisagem, pois não poderiam ser classificados ou mensurados nos rigores do contexto científico positivista. Como Cosgrove (1998) analisa, foi banido da Geografia as paixões que são motivadoras da ação humana, que influenciam nosso comportamento e que a geografia humana por muito tempo ignorou,

“recusando-nos a explorar como tais paixões encontram expressões no mundo que criamos e transformamos. Consequentemente nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas.” (COSGROVE, 1998, p. 96 - 97).

426

Esses sentimentos que nos movem, falam mais de nós do que nosso corpo. Os simbolismos que estão emaranhados nas paisagens, contam mais da cultura da sociedade do que as formas concretas de suas edificações. A paisagem contém esse todo subjetivo e objetivo, e que não é fácil de ser revelado. As dificuldades nessa revelação, em nossas reflexões podem encontrar muitos caminhos, traremos dois à encruzilhada. O primeiro está que são muitas nuances, muitos detalhes que precisam ser desvendados na paisagem, sem que para isso possa o detalhe ser apartado de seu conjunto, pois se a separação houver perdermos muitas das expressões. Segundo porque ao estudar a paisagem, interagimos com esta, ao interagirmos a modificamos, transformando a paisagem observada em uma nova paisagem. Esse movimento de interação-modificação pode ser representando em um espiral contínuo, uma auto-eco-re-organização em uma referência a complexidade desenvolvida por Morin (2002), sendo que nesse contato, nós (observador) também somos modificados.

As sociedades deixam suas marcas na paisagem, e ao marcarem a paisagem - esse conjunto de objetos que coexistem e traduzem objetivos e sentimentos

culturais de uma sociedade – a transformam, já gerando uma nova paisagem. Assim, na paisagem há esse acúmulo de estruturas e representações, e por suas afirmações não são apenas estáticas e formais, seu simbolismo necessita ser ativamente reproduzido para continuar a ter significado. (COSGROVE, 1998, p.115).

Esse conceito de acúmulo se assemelha com a paisagem de Santos (2008) considerando que é uma escrita sobre a outra, sendo um conjunto de objetos com idades diferentes, somando uma herança de vários momentos; ela é produzida de acordo com a circulação, distribuição e consumo, fato este que torna a paisagem urbana mais heterogênea, posto que a cidade abarca diversos tipos e hierarquias de produção. Para Santos (2008) tudo aquilo que vemos, que nossa visão alcança, é paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, uma “porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2008, p. 103), um objeto resultante das relações que acontecem entre a sociedade e o ambiente.

No entanto, a Geografia Cultural se propõe a ir além, a analisar o conteúdo, não apenas a forma do objeto. A paisagem não é apenas o visível, esta tem cheiro, tem sons (mesmo em seu silêncio), tem paladar. A paisagem não é apenas o objeto concreto, tem sentimento, tem movimento, tem memória. A paisagem é congelada na visão - a foto no cartão-postal do turista - e assim no primeiro momento em que a observamos é apenas forma, marca, mas no segundo momento - as histórias contadas no verso do cartão-postal pelo turista - quando já há a interação, é conteúdo, ou melhor, é matriz. 427

Na perspectiva apresentada por Berque (1998) temos a paisagem-marca e paisagem-matriz, onde

“é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno.” (BERQUE, 1998, p. 85)

Ainda nos explica:

“A paisagem é plurimodal como é plurimodal o sujeito para qual a paisagem existe; a paisagem e o sujeito são co-integradores em um conjunto unitário, que se auto-produz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque

há sempre interferências com o exterior) pelo jogo, jamais de soma zero, desse diversos modos. [...] esse jogo impregnado de sentido é a cultura” (BERQUE, 1998, p. 86).

Esse jogo é sempre aderido pelo turista, se podemos pensar nele como o sujeito, por isso que se diz, na sábia cultura popular, “que sempre se volta diferente de uma viagem!”

Para Castrogiovanni, os turistas “(...) durante a sua permanência no Lugar, produzem ações colonizadoras sobre os Sujeitos, (inter)agindo na Cultura, nos valores, nas Formas, sobre e com os objetos existentes” (CASTROGIOVANNI, 2004, p. 100).

Outros olhares da paisagem que nos interessam apreender para enriquecer nossa bagagem de turista encontram-se em Cosgrove (1998), que se lança nas paisagens na costura da cultura com a política hegemônica, elencando a cultura dominante nas paisagens residuais, emergentes e excluídas. Segundo este autor o estudo da cultura está ligada ao estudo do poder, uma vez que o grupo dominante procurará impor suas próprias suposições como verdadeiras e válidas na cultura para todas as pessoas, com isso “o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura” (COSGROVE, 1998, p. 105). Desta forma teremos a paisagem da cultura dominante e as paisagens alternativas, sendo as paisagens alternativas produzidas por grupos não-dominantes, portanto com menor visibilidade. Assim, Melo (2001) traz que para Cosgrove a “paisagem não surge da mente dos indivíduos ou grupos humanos, deslocados de um contexto histórico de relações humanas” (p. 38). A paisagem se valoriza na relação com a sociedade e dessa com a natureza em seu contexto socioespacial. O turismo se vale desse valor que é dado à paisagem para também gerar seu próprio valor. A cultura dominante também domina o gosto e as escolhas nas atividades turísticas, gerando paisagens dominantes no turismo, selecionando seus lugares prediletos: as paisagens mais belas, que mais levam a natureza com muito conforto, mais tranquilizantes, mais divertidas, e que por consequência desses atributos, ganha um preço mais alto, tanto para os turistas – acessível para um número reduzido da sociedade (elite), quanto para a natureza-sociedade que hospeda – travando conflitos de culturas e promovendo mudanças estrangeiras na paisagem.

Está lógica da seletividade da paisagem de que o turismo se serve, que reproduz a estrutura cultural de estratificação da sociedade, também é revelada por Luchiari (2001) em seu olhar associado ao valor natural, explicando-nos que o ambientalismo em seu movimento conservacionista da contemporaneidade protegeu ecossistemas e tornou a natureza mais uma vez como externalidade do homem. Ao ser externa a nós, a natureza é reinventada enquanto paisagem valorizada e, reproduz em si, os valores da sociedade, selecionando paisagens que são consideradas mais valiosas que outras e assim são mercantilizadas e apropriadas pelas elites, restringindo e excluindo as práticas das populações tradicionais. Nesse contexto, a paisagem da natureza conservada e organizada, imaginário comum de lugar belo, representa a elite social e revela a seletividade dos lugares. “Ao ser objeto dessa lógica estruturante da sociedade, a paisagem é portadora de sentido. Assim, veremos que o domínio ideológico que estrutura o espaço total está representado também na organização social das paisagens”. (LUCHIARI, 2001, p. 11).

3) paisagem e turismo – dicas de passeios

429

O cartão postal do turista é a paisagem, mas cada cartão postal com a mesma foto terá simbolismos e histórias diferentes, conforme a paisagem for representada pelo turista. A paisagem é o registro do tempo e do espaço movimentado. Paisagem é um recorte do espaço, é o espaço congelado no momento do piscar de olhos e é espaço em movimento que se transforma ao abrir dos olhos. O espaço nunca está congelado, nunca para. A paisagem para e se movimenta. Ao parar pode ser representada em pinturas, textos, fotos; ao se movimentar dá significados, simbolismos aos seus registros. A paisagem traz em si natureza e sociedade, objetividade e simbolismo.

Acreditamos que a paisagem deva estar sempre relacionada com o lugar, não com o espaço, uma vez que a Geografia Cultural trabalha com pesquisa qualitativa e essa qualidade não consegue abranger um lugar comparativo muito grande. E é relacionada ao lugar também porque o “domesticamos”, deixamos o lugar com a nossa cara, ou com a cara da cultura dominante. A cultura ao se transformar, transforma o lugar, transforma, mexe, valora a paisagem do lugar. A paisagem é tudo aquilo que controlamos – é a natureza domesticada, valorizada e transformada

no espaço geográfico pelo social. Por isso paisagem com adjetivos - bonita e feia -, por isso paga-se tão caro para se hospedar, ou mesmo para morar, em um condomínio ajardinado na beira do mar ou na montanha. Por isso é a paisagem, ou um fragmento dela na foto do folder turístico, que é cada vez mais vendida e comprada pelo turista e pelo morador local.

O Turismo se associa a esse valor natural da paisagem e nessa organização socioespacial também é estruturado. Apresenta nessa dinâmica sua dupla face – há lugares em que é considerado o “último suspiro” da população local, pois seus sujeitos, com o trabalho gerado pelo turismo, podem manter-se em seu lugar e valorizar sua cultura, quando a especulação imobiliária da paisagem se instala. Há lugares em que também destrói comunidades e suas paisagens, quando se sobrepõe ao espaço social local, valorizando apenas a cultura dominante e expulsando as culturas tradicionais. Nessa sua segunda face, o lugar perde sua alma (YÁZIGI, 2001).

O que ver, o que aprender, o que interagir em uma paisagem sem alma? Essa pergunta é endereçada aos turistas. Sendo turista aquele visitante temporário que permanece pelo menos vinte e quatro horas no local visitado (país, cidade), cuja finalidade de viagem pode ser classificada em lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião, esporte), negócios, família, missões e conferências. São os turistas que selecionam seus lugares de turismo, se deslocam, pagam seus roteiros. Mas fazem suas escolhas baseados em quais informações, em quais sentimentos, em quais representações sociais das paisagens nas fotos?

430

Podemos simplesmente dizer que tudo é influência da cultura dominante. Que tudo é manipulado pela mídia, mas isso seria simplificar ao extremo nossa sociedade. Sem nos esquecermos do poder que tais instituições exercem, pois como Santos (2008) nos lembra, “nossas ações são cada vez mais cegas, porque são obedientes a um projeto alheio” (p. 81). Queremos pensar na educação como recurso para que nossas ações sejam cada vez mais significadas em nossos projetos e não no projeto “globalizado”. Como a educação pode nos fortalecer em nossas decisões para que essas sejam mais conscientes e mais sinceras com nossos anseios? Como a educação pode nos proporcionar uma melhor compreensão da paisagem que estamos visitando para que nossa interação com essa e com sua sociedade seja justa? Como a educação pode nos ajudar a

desvendar a paisagem, a lermos suas representações sociais o mais próximo de sua realidade, mesmo no tempo breve do turista?

O ensino de Geografia pode nos fornecer as pistas de como a educação nos ajuda em nossas escolhas e em nossa investigação da paisagem, pontos essenciais para um Turismo consciente. Turismo pode ser compreendido como:

"campo de práticas histórico-sociais, que pressupõe o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer" (MOESCH, 2000, p. 134-135).

Afasta dos símbolos do cotidiano para aproximar dos simbólicos do lugar a ser visitado. Assim como as paisagens assumem papel de pano de fundo para as atividades humanas diárias, e estas se adaptam permanentemente à rotina dos sujeitos, para o turista tem o papel do inovador, do diferente, carregado de informações para um sentido momentâneo. O Turismo também faz parte do mundo de símbolos, de sonhos e de representações, pois é, acima de tudo, um conjunto de pré-concepções e concepções de valores e imagens de valor cultural, construído antes mesmo da viagem realizada. Conforme Garcia & Oliveira Neto (2006) indicam "Isso se dá pelo fato do homem ser um ser simbólico. A relação do homem com o mundo, com o trabalho, com o lazer é sempre revestida de significações e valorizações e com o turismo não podia ser diferente." (p. 8).

431

Diante disso, um dos perigos no Turismo é o turista assumir a paisagem por sua fetichização. A paisagem repleta de simbolismos contidos em seus objetos que não se relevam a um olhar menos cuidadoso. O sujeito turista formado por representações quer encontrar como verdadeiras na paisagem visitada, através de um olhar sonhador no imaginário. "Por isso os símbolos contidos nos objetos de uma paisagem são perigosos, pois não se revelam totalmente a um olhar pouco reflexivo, podendo escapar à apreensão e tornar mais eficaz a fetichização da paisagem" (LUCHIARI, 2001, p. 13).

O conceito de paisagem é um elemento importante para a Geografia e essencial para o turista, por se tratar do que se observa e representa tanto em relevo e vegetação - sua forma pura -, como nas relações da sociedade em diferentes

momentos e suas representações – seu conteúdo misto. Precisamos construir no ensino de Geografia o saber ler momentaneamente a paisagem, que pressupõe essa concepção de que os espaços têm uma forma (paisagem) que expressa seu conteúdo (o movimento social), de que a paisagem revela as relações de produção da sociedade, seu imaginário social, suas crenças, seus valores, seus sentimentos. Os turistas não são meros observadores, fazem parte dos fluxos de onde se inserem, portanto reconstroem paisagens. Partindo do suposto que todo imaginário social é também imaginário geográfico, não há como dissociá-los, porque embora fruto de um atributo humano, a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais. (YÁZIGI, 2002, p. 127).

Gostaríamos ainda de pincelar a importância de trabalharmos com a escala na compreensão das representas sociais. Sendo que “a representação social não substitui o objeto, mas seleciona determinados detalhes do objeto e se fazem a partir de uma concepção ou escala de valores que o emissor da representação tem do objeto representado” (KOZEL, 2007, p. 120), a representação social é uma realidade concreta em si. Nesse contexto, quanto mais nossa representação estiver centrada na escala local - lugar que conheço, onde vivo, meu cotidiano –, mais próxima também estará da realidade objetiva, assim “nossa experiência vivida desta realidade se acumula e se renova continuamente” (AMORIN FILHO & ABREU, 2002, p. 5 - 6) e assim podemos assistir, participar e interiorizar suas formas e significados. Para o turista a escala é global, este sujeito-turista não acompanhou no seu cotidiano as mudanças da paisagem em que visita e que busca desvelar, suas representações ficam ainda mais distantes da realidade vivida e mais relacionados com seu arcabouço cultural, resultante de suas leituras, de suas experiências, quem, sabe de seus estudos de Geografia, ou apenas das informações de outros. Essas representações são menos precisas, pois não são parte do mundo vivido e da experiência cotidiana de quem a representa e que “dependem de informações, imagens e representações selecionadas e veiculadas por terceiros, com seus próprios valores, intenções, preferências, vieses e limitações” AMORIN FILHO & ABREU (2002, p. 6).

Se o ensino escolar de Geografia for inadequado, não der conta dessas categorias, os turistas – alunos de Geografia que foram - acabarão, como se nota atualmente, ficando dependentes das linguagens trazidas pelos meios de

comunicação e assim correm um sério risco, pois as imagens estereotipadas comumente, podem compor a fonte principal na formação das representações geográficas da sociedade. Conforme Claval (1999) nos traz de Berque 1990, “a construção dos indivíduos e das coletividades se efetua em ambientes que ele deve compreender e interpretar” (CLAVAL, 1999, p. 69). O Turismo ao acontecer tende a aproximar sujeitos de diferentes culturas, oportunizando novos olhares, constituindo ambientes, construindo relações, sujeitos e coletividades, que precisam saber entender a lógica do Turismo e da paisagem visitada.

Bibliografia:

AMORIM F. O. B. A pluralidade da geografia e a necessidade das abordagens culturais. In KOZEL, S.; COSTA SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER, 2007.

AMORIM F. O. B.; ABREU, J. F. Imagem, representação e geopolítica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

AMORIM F. O. B.; ABREU, J. F. **O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na geografia**. Publicação especial n.5, Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1987.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana**. Campinas, SP: Papirus, 2008

CASTROGIOVANNI, A. C. **A geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação**. Tese de Doutorado, 2004.

_____. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. Do Olhar do Geógrafo a Geografia Como Estudo do Olhar dos Outros. **Conferência Proferida no IV Simpósio Nacional Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ . Outubro de 2004. (texto inédito).

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A produção da imagem dos lugares turísticos. In: **Turismo de inclusão e desenvolvimento local**. Fortaleza: Premius, 2003.

CORREA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

GARCIA, D. S.; OLIVEIRA NETO, A. F. **Cidade imaginárias: a imagem da cidade e seus elementos**. In Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 05, número 10, 2006.

KOZEL, S. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In KOZEL, S.; COSTA SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER, 2007.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, E. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, E. (Org.). **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Mem Martins, 2002.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 434

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 4 ed., 2008.

_____, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Ed Nobel, 1987.

SERPA, Â. Culturas Transversais: um novo referencial teórico-metodológico para a geografia humanista e cultural? In KOZEL, S; COSTA SILVA, J; GIL FILHO, S. F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER, 2007.

YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

YAZIGI, E. **A alma no lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SONHO OU ILUSÃO: RELAÇÃO ENTRE TURISMO E IMAGINÁRIO COLETIVO

Leila Juliana Macedo da Fonseca¹⁴¹

RESUMO

Areia branca, mar azul, poucas pessoas, e você à sombra... Esse é um cenário que muitos sonham e outros se iludem em vivenciá-lo um dia. Sonho ou Ilusão: Relação entre Turismo e Imaginário Coletivo é o tema abordado por esse estudo. O objetivo primordial foi analisar a relação entre o turismo e o imaginário coletivo, com a finalidade de discutir temas inovadores na academia do turismo e que comprovassem a necessidade do estudo interdisciplinar para a atividade. Essa pesquisa caracterizou-se por ser bibliográfica do tipo descritiva, sendo necessário recorrer a diversas bibliografias do turismo para tornar o estudo mais consistente e aprofundado. Os autores mais utilizados nesse estudo foram: Gastal, Sá e Urry.

Palavras-Chave: Sonho, Ilusão, Turismo, Imaginário Coletivo

ABSTRACT

White sands, blue sea, few persons, and you in the shadow... This is a scenery whom many people dreams and others delude in surviving it one day. Dream or Illusion: Relation between tourism and imaginary collective is the subject of this study. The primordial goal was to analyze the relation between tourism and imaginary collective, with the purpose of discussing innovatory subjects in the academy of tourism and what were proving the necessity of the interdisciplinary for the activity. This research was characterized for being bibliographical of the descriptive type, being necessary to appeal diverse bibliographies the tourism to make the most solid and deepened study. The authors most used in this study were, Gastal, Sá, Trigo and Urry.

Key-Words: Dream, Illusion, tourism, imaginary collective.

435

Introdução

Acendam as luzes, silêncio, concentrem-se... O espetacular mundo do Turismo¹⁴² vai começar. Fantasiar, imaginar, desejar para, enfim, realizar. O turismo é transformado, muitas vezes, em sonho de consumo – o desejo da viagem - a ser

¹⁴¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade de Sergipe – FaSe e pós-graduanda em Docência no Ensino Superior pela FaSe. Colaboradora da Noar Linhas Aéreas e Sócia Proprietária da Realize Eventos. leila@realize-se.com

¹⁴² Considera-se como o espetacular mundo do turismo a teoria complexa do turismo, devido a sua interdisciplinaridade e a sua característica essencialmente humana.

realizado. Mas, o que encanta tanto as pessoas? Por que realizar o sonho de ser um turista?

O turismo é uma das atividades econômicas que mais envolvem o imaginário das pessoas. Visitar lugares por status, por sonho de infância ou simplesmente por curiosidade são apenas alguns fatores que motivam o turista. Então, o que é turismo? Que atividade é essa tão desejada pelas pessoas?

O turismo caracteriza-se por ser uma atividade econômica, essencialmente humana, sinônimo de deslocamento, envolve o imaginário coletivo (idéia pré-estabelecida que o ser humano possui sobre determinada região turística) e, ainda, por beneficiar uma série de outros setores da economia. Seja em países desenvolvidos ou em países em subdesenvolvimento, ele gera emprego e renda para as diversas classes sociais.

O sonho no turismo vem revestido de diversos sentimentos e sensações. Considera-se como sonho o mais profundo desejo de obter algo, o sonho da viagem nasce, em muitos, desde a infância. O sonho do turismo é, diversas vezes, transformado ou até modificado ao longo do tempo.

A ilusão também está presente na vida das pessoas. No turismo, percebe-se esse fenômeno através das falsas propagandas, ou até mesmo das expectativas exacerbadas. As pessoas imaginam um lugar tão perfeito que acabam se iludindo com a realidade do local.

De acordo com Freire (2000, p. 15 e 16),

Viajamos para fugir de tudo. E para ter saudade de casa. Viajamos para descansar. E para voltar mais cansados do que fomos. Viajamos para nos livrar das obrigações de todo dia. E para ter a obrigação de visitar dois museus e três monumentos todo dia. Viajamos para experimentar coisas diferentes e para ter dor de barriga. Para comprar o que não precisamos e pagar com o que não temos. Para entrar na igreja e andar de metrô. Para não entender os outdoors, para desobedecer alto-falantes e para nos equivocar com os cardápios. Para gentilmente pedir a desconhecidos que tirem fotos que depois vamos obrigar os conhecidos a ver. Para investigar se os McDonald's que lá gorjeiam não gorjeiam como cá. Para fazer extensos tratados sociológicos sobre povos estranhos já no primeiro dia de estada. Para na volta ter quilos de história para contar e toneladas de quilo para perder.

Provavelmente, todos concordarão com alguma afirmativa acima. O que comprova a importância do imaginário coletivo para o estudo e o planejamento da atividade turística.

Dessa forma, com a finalidade de abordar temas diferentes dos já consagrados na academia do turismo e de demonstrar a importância da interdisciplinaridade, estudou-se o seguinte tema: Sonho ou Ilusão: relação entre turismo e imaginário coletivo.

De acordo com o tema proposto, encontrou-se a problemática: Há como pensar o turismo sem envolver o imaginário coletivo, no contexto da subjetividade humana?

Acredita-se que o turismo é dependente do imaginário coletivo. O ser humano sonha com o local turístico antes mesmo de conhecê-lo, esse sonho desperta, no imaginário, o desejo de conhecer e concretizar o que tanto se idealizou. Vale ressaltar que, no contexto da subjetividade humana, todo indivíduo é composto por um sistema complexo que envolve sentimentos, percepções, pensamentos, o que torna um ser diferente do outro. No turismo, isso se faz de maneira que o olhar de um turista seja diferente do outro, por isso essa atividade é surpreendentemente instável. Dessa forma, o imaginário coletivo está relacionado ao turismo, porém sabe-se que nem todos desejam ou idealizam o mesmo sonho ou têm a mesma percepção do lugar.

437

Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a importância do imaginário coletivo para o turismo. Explicitam-se os objetivos específicos: 1. Verificar a importância da imaginação humana e da imagem para o turismo; 2. Observar a importância do marketing turístico para a criação do imaginário no turismo; 3. Identificar a relação existente entre turismo e imaginário coletivo.

O estudo caracterizou-se por uma pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva. Nesse estudo, utilizou-se diversos autores, como Gastal (2001/2003/2005), Sá (2002), Trigo (2000) e Urry (1999). Buscou-se essa pesquisa como meio de comprovar o caráter multidisciplinar do turismo e de ampliar as pesquisas existentes no meio acadêmico.

Turismo e imaginário coletivo: uma relação interdependente

Turismo: a imaginação de um espetáculo

A imaginação é inseparável da mente humana. E, na viagem de turismo, a imaginação se faz presente desde a escolha do destino, até o retorno ao local de origem. Imagina-se, fantasia-se, deseja-se que tudo na viagem seja perfeito e encantador.

O turismo, diante de um mundo repleto de tensões, de tristeza e de desordem, transforma-se em um paradigma, um modelo de paz, de alegria e de organização. Urry (1996, p. 30) *apud* Coriolano (1999, p. 120) afirma que “o consumismo contemporâneo envolve a busca do prazer imaginário, então o turismo constitui com certeza um paradigma”.

Dessa forma, a maioria dos turistas quer vivenciar uma sociedade de espetáculo, uma vida diferente da que está habituado. Muitas pessoas se motivam para viajar justamente pela fuga da rotina, pela busca do novo e do desconhecido. Esse espetáculo não se refere somente a lugares de luxo. O que dizer do turismo de favelas? Hoje, é um segmento turístico que interessa a muitos. Na verdade, as pessoas buscam aquilo que é diferente do que vivem.

438

Sabe-se que o turismo pode ser praticado em locais com atrativos naturais ou atrativos produzidos, assim o turismo de favela procura mostrar ao turista o mundo ‘suburbano’ da periferia das mais variadas localidades do mundo. Niemeyer (2009) afirma que “turistas estrangeiros e domésticos buscam pacotes em agências para conhecer de perto a realidade do local, o estilo de vida dos moradores e a cultura local, além de admirar a paisagem”. Ressalta-se que independente do tipo de turismo, a maioria das pessoas quer vivenciar realidades diferentes da sua, por isso a relação humana é uma característica básica da atividade turística.

De acordo com Coriolano (s/d) *In* Rodrigues (1999, p. 121):

O turismo é uma atividade essencialmente humana e se a preparação da viagem envolve o sistema psicológico, o imaginário. A viagem em si cria relações e fenômenos ligados à estada das pessoas nos lugares visitados, relações resultantes de encontros entre visitantes e visitados, ou residentes e turistas.

É verdade que, por ser uma atividade puramente humana, o turismo é muito subjetivo. Há diversos tipos de pessoas e cada uma com o seu sonho a ser realizado. Yázigi (s/d) *In* Milone; Lage (2000, p. 265) concordam com Coriolano (1999) e afirmam que “cotidiano e turismo mesclam-se no mesmo lugar. Como em

maior ou menor grau ambos se povoam de espetáculo e fantasias que se exteriorizam na organização do território [...]”. Ainda, sobre esse assunto, Urry (1999, p. 28) afirma que “o turismo resulta de uma divisão básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário”. Comprova-se que o turismo vale-se, essencialmente, das relações humanas. Assim, a cultura da população autóctone com a do turista se encontra e se encanta uma com a outra.

Marketing: a imagem motivacional do turismo

Nesse ponto, o *marketing* se faz presente através do estudo da motivação. Por que viajar? Qual o lugar para se conhecer? Serra ou praia? Uma série de elementos permeiam o pensamento, ou melhor, a imaginação do ser humano antes mesmo da escolha do destino.

Sá (2002, p. 11) afirma, de acordo com o *marketing* turístico, o consumidor “durante o seu processo de decisão de compra, irá avaliar o produto a partir de informações que adquiriu nos variados processos de conhecimento e irá decidir, tomando por base suas necessidades, seus desejos e suas possibilidades”.

439

Na era da informação, o turista é aquele que busca conhecer o local antes mesmo de visitá-lo, que procura agregar valores extras à sua viagem e que zela, sobretudo, pela qualidade nos serviços. Gastal (2005, p. 69, 70) afirma que diante do mundo moderno, os produtos “precisam agregar imaginários, porque os novos clientes necessitam dos dois: do objeto e do imaginário, sendo que o imaginário [...] pode ter valor de mercado muito superior do objeto em si”.

Assim, muitos destinos turísticos estão trabalhando as suas campanhas de *marketing* através de frases ou imagens que agreguem valor à localidade. A exemplo disso se tem Sergipe que é o menor estado do Brasil e está com a campanha, produzida pela EMSETUR, Secretaria de Estado do Turismo¹⁴³ e Governo de Sergipe, que busca agregar valor sentimental.

¹⁴³ A Secretaria de Estado do Turismo foi extinta no fim do mês de junho de 2009, sendo o turismo incorporado a SEDETC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia, hoje, com o nome Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo.

FIGURA 1: “SERGIPE: UM NOVO DESTINO, UMA NOVA EMOÇÃO”



Fonte: EMSETUR – MATERIAL PUBLICITARIO, 2009.

A marca agrega valores tanto em relação a uma novidade, todos buscam o novo, quanto ao sentimento de emoção. Além do mais, essa marca está sendo utilizada em diversas imagens do Estado que ressaltam beleza, cultura e tradição. Gastal (2005, p. 70) complementa afirmando que se consome não só o produto, “mas também imaginários, idealizações e sentimentos guardados cuidadosamente no coração de cada um, como algo muito precioso”.

440

Dessa forma, faz-se mais que necessário o estudo das imagens no turismo. Sá (2002, p. 11), afirma que “a imagem é uma característica do produto turístico determinante no processo de decisão de compra do consumidor”. É certo que todas as pessoas, antes mesmo de conhecerem a localidade, já possuem uma imagem formada.

Infere-se assim, que há dois tipos de imagem. Uma antes da viagem, e outra, depois. Normalmente, a imagem prévia é justamente essas produzidas por campanhas de *marketing*, enquanto que a posterior será o que o turista passará a possuir após a visitação. Sá (2002, p. 14) diz que existe um:

[...] saber que se dá antes de entrar em contato com o objeto (lugar, produto, empresas, personalidades, etc.), seguida pelo contato real,

gerando uma nova imagem, mais complexa, fruto de impressões, sensações e experiências vividas.

Assim, o grande desafio do turismo é superar as imagens prévias, o local deve ser melhor do que o esperado. De acordo com Urry (1999, p. 29, 30):

[...] a satisfação nasce da expectativa, da procura do prazer, que se situa na imaginação. A motivação básica das pessoas, em relação ao consumo, não é, portanto, simplesmente materialista. Elas procuram, sim, vivenciar 'na realidade' os dramas agradáveis que já vivenciaram em sua imaginação. No entanto, como a 'realidade' jamais poderá propiciar os prazeres aperfeiçoados com que o indivíduo se depara nos devaneios, cada compra produz à desilusão e ao anseio por produtos sempre mais novos. Existe uma dialética da novidade e da insaciabilidade no âmago do consumismo contemporâneo.

A imagem, realmente, possui a característica da dinamicidade. A imagem sempre se altera devido ao tempo e ao próprio local. E isso é de fundamental importância para o turismo, pois as pessoas sempre buscam algo novo e diferente, elas não desejam vivenciar a mesma coisa sempre.

É necessário ressaltar que a imagem necessita ser relacionada com a realidade. Sá (2002, p. 14) afirma que “por se tratar de uma representação, a imagem deve buscar ser esclarecedora e deve tentar refletir a realidade da melhor forma possível, a fim de evitar frustrações no consumidor”.

Assim, as políticas de *marketing* governamentais ou privadas devem representar a máxima realidade do local. Se for muito distante do real, o turista jamais retornará ao lugar e não recomendará o destino a ninguém. Com o tempo, essa localidade tenderá ao fracasso.

O *marketing* deverá buscar suscitar nos consumidores, através de uma série de elementos, a imaginação e o desejo de descobrir esse destino. Um dos principais pontos que devem ser levados em consideração, como já foi dito, é a imagem da localidade, como o lugar é visto pelos outros? Qual a percepção humana sobre determinado destino?

É preciso que o destino turístico possua estabilidade econômica, social e ambiental. A insegurança é um dos principais problemas de destinos como o Rio de Janeiro, conhecida como 'cidade maravilhosa'. Trigo (2000, p. 31) afirma que “as pessoas são sensíveis a determinados problemas em viagens, especialmente aos

que afetam sua segurança”. Pode-se comprovar esse fato através da pirâmide das necessidades proposta por Maslow¹⁴⁴, na qual a base é composta por elementos da fisiologia, como a respiração, comida, água, sexo, entre outros; em seguida encontra-se o item segurança; depois amor e relacionamento; estima; e, enfim, realização pessoal. Dessa forma, fica claro que logo após necessidades básicas do ser humano a atenção se volta para a segurança.

Fica claro que é muito difícil trabalhar com o *marketing* turístico. Entretanto, deve-se pensar em alguns fatores, como a necessidade de haver no local infraestrutura básica e turística: segurança, saneamento básico, sistema público e privado de saúde, rede hoteleira e gastronômica, entre outros. Esses elementos são fundamentais para o sucesso de uma destinação e fatores primordiais para a implantação de uma política de *marketing*.

Com esses elementos, o *marketing* deve trabalhar com as imagens e com o desenvolvimento do imaginário coletivo. A busca pelo local perfeito sempre irá existir e o *marketing* trabalhará de maneira que tanto os visitantes quanto a população sejam satisfeitos. Sá (2002, p. 15), afirma que “a imagem pode ser elaborada ou projetada, de forma intencional, por meio do *marketing*”.

442

A imagem pode, dessa forma, ser elaborada pelo *marketing*, porém as pessoas irão associá-las segundo a mente de cada um - percepção. Não existe imagem única de um mesmo lugar. Cada pessoa possui o seu ponto de vista. O que para um pode ser maravilhoso, para outro pode ser terrível.

Entretanto, não deve ser responsabilidade única do *marketing* a criação da imagem e do imaginário. Gastal (2003, p. 58) afirma que o:

Imaginário então, é algo muito sério para ser entregue exclusivamente ao pessoal do *marketing*. O imaginário deve ser incorporado ao produto muito antes, já na sua fase de planejamento: os planejadores, hoje, devem conhecer muito bem o que vai no coração das pessoas, seus desejos e anseios, e materializá-los em produtos, sejam urbanos, ecológicos ou rurais.

Observa-se que o *marketing* possui função essencial para a atividade turística, todavia necessita trabalhar em conjunto com outros setores para o seu efetivo sucesso. Sabe-se que assim funciona o turismo, são elementos

¹⁴⁴ Abraham Maslow, psicólogo americano, considerado o pai do humanismo na psicologia.

interdependentes que se completam e se unem com o objetivo único de transformar simples destinos em 'cases de sucesso'¹⁴⁵.

Além do mais, a criação do imaginário coletivo faz parte de um processo iniciado desde o início dos tempos, assim o papel desse imaginário no turismo é produzir o desejo de visitar e conhecer determinado local. Dessa forma, percebe-se que esse imaginário é processo de construção permanente e todos necessitam trabalhar em conjunto para a criação do imaginário positivo.

Turismo: a visualização do paraíso

É necessário, então, analisar a formação da imagem de acordo com o imaginário coletivo, ressaltando a sua importância para o turismo. Segundo Urry (1999, p. 96), “o olhar do turista é estruturado por noções culturalmente específicas daquilo que é extraordinário e, portanto, digno de ser visto”. Percebe-se que a imagem visualizada pelo turista é chamada de “o olhar do turista”.

É importante esclarecer, dessa forma, o processo de formação das imagens. As imagens são introduzidas na mente humana desde o nascimento. No turismo, 443 muitas imagens são associadas, ou melhor, percebidas, desde o primeiro olhar. Sá (2002, p. 23) afirma que:

A imagem de um lugar é formada por um processo cognitivo, que envolve a assimilação de informações verdadeiras ou não, difundidas pelos setores envolvidos com atividades turísticas, bem como de conceitos fornecidos pela produção cultural e pelos meios de comunicação, com filmes, canções ou reportagens.

Sendo assim, as imagens de uma localidade no imaginário das pessoas são formadas através de instituições sociais e dos meios de comunicação, como a escola, a família, a igreja, a mídia, entre outros. Essas imagens são criadas ao longo de toda a vida e muitas vezes são passadas de geração em geração.

E mais, ressalta Cobra (2005, p. 244), que para construir uma imagem turística “é preciso uma série de ações ao longo do tempo que ajude a construir uma forte lembrança na mente dos consumidores”. E, complementa, afirmando que “a imagem de um serviço precisa estar sempre associada a momentos prazerosos e se possível, inesquecíveis”.

¹⁴⁵ Cases de sucesso são histórias de sucesso de determinado empreendimento seja ele turístico ou não.

Entretanto, é necessário observar que há os dois lados da formação da imagem. Ela pode ser formada tanto de maneira positiva quanto de maneira negativa. O grande problema é quando os difusores de informações retratam uma ‘verdade’ diferente da real, ou destacam pontos menos importantes para o turismo.

Sá (2002, p. 20) afirma que:

No produto turístico Brasil, a opinião geral é de que a sua imagem é negativa e que, devido a isso, o número de turistas que chega ao País é insatisfatório. Acredita-se também que a maior causa disso está na imprensa estrangeira, que se limita a divulgar somente os aspectos negativos da nossa sociedade.

É evidente que todas as nações do mundo possuem disparidades econômicas e sociais, é necessário soluções para tais problemas. Porém, sabe-se que há muito que se ressaltar de belezas existentes na nação brasileira.

Dessa forma, faz-se necessário transformar a imagem negativa do País em positiva. Sobre o mesmo assunto, Sá (2001, p. 22) afirma que o problema no Brasil “na realidade encontra-se nas inúmeras falhas do sistema nacional do turismo, dentre elas a ausência de promoção, a qual poderia gerar uma mudança significativa na imagem do País”.

Entretanto, observa-se que a estudiosa do assunto se refere ao tema antes da criação do Ministério do Turismo – responsável pelo planejamento estratégico do turismo no Brasil e da EMBRATUR - órgão responsável pela promoção internacional do Brasil. Esse fato, como relatado no 1º capítulo dessa pesquisa, ocorreu em 2003.

Assim, com a criação de um órgão específico para o turismo percebeu-se que esse setor já possuía certo grau de importância para o país. Em 2004, com esse novo direcionamento de funções, foi lançado o Plano Aquarela com o objetivo de traçar ações de marketing para o turismo internacional. Lança-se, então, a marca ‘Brasil Sensacional’ exposta a seguir (BRASIL, 2009):

FIGURA 2: MARCA BRASIL SENSACIONAL



Fonte: BRASIL, 2009

A importância da marca para um destino turístico é indiscutível, como já foi tratada nesse mesmo capítulo. Portanto, os problemas relacionados a falta de políticas públicas e de prioridade do turismo nessas gestões está sendo modificada ao longo dos anos. Entretanto, esse é um trabalho que deve ser integrado com outros setores econômicos e deve ser contínuo, o turismo é uma atividade que se faz a longo prazo e não de imediato.

Diante do exposto, fica claro que já está havendo uma mudança de consciência sobre a importância do turismo para o Brasil e que o planejamento é a melhor solução para o bom desenvolvimento da atividade no país. Além do mais, é necessário ressaltar que o turismo pode ser um grande propulsor econômico, porém precisa dos sustentáculos – políticas públicas de turismo, gestão integrada, planos de marketing nacional e internacional, entre outros - para que isso ocorra.

Sonho de turismo ou turismo de sonho?

O turismo se faz presente no sonho de milhões de pessoas. Conhecer certos lugares torna-se até o sonho de toda uma vida. Abdica-se de certos confortos em busca da contemplação do turismo.

Sabe-se que se vive na era da informação e na do consumismo, as pessoas transformaram o desejo em necessidade. Compra-se porque 'quer' e não porque 'precisa'. Assim, Gastal (2003, p. 56) afirma que:

Se consumimos por desejo e por necessidade, significa que consumimos não só produtos, mas também imaginários, idealizações guardadas cuidadosamente junto ao coração de cada um de nós, com as nossas coisas mais preciosas. Cada um leva o seu sonho no coração, cada um vê o que está em seu coração. Então, é também ao nosso imaginário, tão caro a nós mesmos, que os produtos podem e devem atender, levando àquelas necessidades que estão em nosso coração.

Assim, é necessário agregar imaginários ao produto, vender tanto o atrativo quanto o valor agregado. Além do mais, é preciso saber o que pede o coração do turista, sabe-se que não é uma tarefa fácil, pelo caráter subjetivo do ser humano. Pimenta (2006) concorda afirmando que a complexidade e a subjetividade do turismo faz com que essa seja uma atividade que exige certa delicadeza, ou seja, demasiada atenção ao seu planejamento e execução. Entretanto, através de certas variantes como o tipo de turismo e o perfil do turista, haverá a possibilidade de verificar o desejo individual. Sobre o coração de cada pessoa, Gastal (2003, p. 56), ainda afirma que:

Hoje: o que pede o coração das pessoas? O imaginário pós-moderno pode pedir serenidade e paz – num equivalente a idéias de Paraíso – em contraponto ao mundo tumultuado em que vivemos. Ou, ao contrário, talvez queiramos para nossos momentos de lazer e de férias estímulos culturais, sociais, intelectuais, agitação.

446

Na verdade, fazer turismo é viver de coração, do sentimento e da vontade de agradar sempre. Os técnicos, os profissionais ou os gestores de turismo necessitam amar o que fazem, pois essa faz parte de uma das atividades essencialmente humanas. Não é tarefa fácil trabalhar com o turismo, compreender o que cada um deseja, sonha ou idealiza, entretanto para o destino turístico se consolidar no mercado é necessário fazer parte do mundo encantado.

As pessoas que fazem parte desse setor econômico necessitam realizar os mais profundos desejos e sonhos de cada turista. Se um turista frequenta um hotel de luxo, ele irá prezar a excelência na qualidade dos serviços, já um turista de aventura preferirá a simplicidade de uma pousada. Assim, esses gestores precisam ter *feeling*¹⁴⁶ para observar e tentar agradar cada diferente turista.

¹⁴⁶ A palavra inglesa *feeling* significa sentimento. Compreende-se, assim, que o feeling refere-se a seguir intuições e escutar o coração.

Gouirand (1994), Avena (2001) *apud* Pimenta (2006, p. 22) afirmam que para promover um eficiente acolhimento é necessário atender três expectativas básicas do cliente:


a) ser reconhecido como um ser humano, único, bem-vindo, respeitado em sua individualidade; b) ter hospitalidade de quem o recebe, fazendo-o sentir-se parte desse novo ambiente, compartilhando o que se espera ser agradável; c) ser cuidado por orientações, informações, amabilidade, calor humano, atenção etc.

O turista necessita ser bem acolhido desde a compra do destino até o retorno a sua residência habitual. A viagem é um pacote de sensações e emoções, ela será maravilhosa se uma série de elementos forem positivos, por isso é preciso trabalhar sempre com a excelência da qualidade de todos os serviços turísticos.

Dessa forma, os destinos turísticos exploram fantasias na comercialização dos produtos com o objetivo de que o desejo do turista seja realizado. Na verdade, o turismo de sonhos é aquele que tanto os turistas quanto os representantes turísticos desejam superar as expectativas e gerar emprego e renda para a comunidade e o trade, respectivamente.

Gastal (2003, p. 57) afirma que:

Iludem-se empresários e técnicos que não atendem para esta importante contingência: o turismo trabalha não apenas com produtos concretos, mas com imaginários, no plural. E imaginários são dinâmicos. Há imaginários tradicionais aliados às viagens: a idéia de ir para um Paraíso, de buscar cultura, de adquirir status. A estes, a cada nova temporada, há novos imaginários sendo agregados. Trabalhar no turismo significa alimentar, reforçar e renovar imaginários, para além da proposta de marketing.

O turismo é uma atividade que necessita do imaginário coletivo. Muitos destinos já possuem sua marca agregada a um imaginário. Por exemplo, a se ver o símbolo  (AMAZONAWS, 2009), as pessoas já associam a Nova Iorque. Essa é uma imagem que já faz parte do inconsciente coletivo de cada pessoa.

Percebe-se, através do referido estudo, que o turismo é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região, porém ele não é fácil de ser implantado e exige uma série de estudos. Assim, essa atividade jamais poderá se dissociar do imaginário, pois o turista deseja viajar por variados motivos, como por segurança, desenvolvimento da região, sonho e imaginário sobre o local.

Segundo Ribeiro (s/d) *apud* Gastal (2001, p. 145), o turismo é:

Uma atividade complexa, ligada a fatores como a contemplação e ao imaginário coletivo, valorizados por mecanismos de mídia impressa e eletrônica, que apresenta informações sobre os destinos turísticos e, a partir delas, o turista, agente deste processo, desenvolve suas motivações de destino.

Portanto, o turismo é dependente do imaginário coletivo. O ser humano sonha com o local turístico antes mesmo de conhecê-lo, despertando, assim, no imaginário o desejo de conhecer e concretizar o que tanto se idealizou. Vale ressaltar que no contexto da subjetividade humana, todo indivíduo é composto por um sistema complexo que envolve sentimentos, percepções, pensamentos, tornando um ser diferente do outro. No turismo, isso se faz de maneira que o olhar de um turista seja diferente do outro, sendo surpreendentemente instável. Dessa forma, o imaginário coletivo está relacionado ao turismo, porém sabe-se que nem todos desejam ou idealizam o mesmo sonho ou tem a mesma percepção do lugar.

Considerações finais

Fantasiou-se, desejou-se, realizou-se. No turismo, é necessário mais do que os materiais bibliográficos, é preciso ouvir o coração, até porque para entender os desejos do turista é necessário seguir intuições e ir além de estudos. Compreende-se que o tema proposto não possui muitas bibliografias a respeito, entretanto pelo extremo desejo de tornar a pesquisa viável recorreu-se a diversificados autores.

Constatou-se, de acordo com o tema investigado – Sonho ou Ilusão: relação entre turismo e imaginário coletivo – que o turismo é uma das atividades que mais envolve e necessita do imaginário coletivo, pois é uma atividade essencialmente humana e, hoje, as pessoas desejam mais do que a visita de um destino turístico, elas querem agregar valores humanos, como sentimentos e impressões, a essa viagem.

O problema de pesquisa – Há como pensar o turismo sem envolver o imaginário coletivo no contexto da subjetividade humana? – foi identificado que não há como pensar o turismo sem envolver o imaginário, por mais que o ser humano seja subjetivo, há princípios e ideais que são coletivos e formados ao longo dos anos.

Portanto, a atividade que tanto encanta as pessoas é o turismo. Assim, realizar o sonho de ser um turista é, simplesmente, buscar o desconhecido, o novo ou o diferente do habitual, além de encontrar as imagens, as idéias e os pensamentos que permeiam o imaginário humano. Compreende-se, assim, que o ser humano deseja e almeja alguma vez na vida ser um turista.

Através de todo o estudo, fica claro que o turismo, como sua arte de atrair, passa a ser um espetáculo a ser descoberto no imaginário de cada ser humano. Esse imaginário envolve a fantasia de cada protagonista da atividade, seja ele turista gestor ou profissional da área. Assim, por ser uma atividade essencialmente humana, é impossível estudar o turismo sem envolver o imaginário coletivo por sua característica essencialmente humana.

Referências

AMAZONAWS. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/hypertextopia/public/uploads/3244/i-love-new-york.gif> Acesso em: 25 ago. 2009.

BRASIL, Agência. Disponível em: <http://www.rollinggrains.com/archives/brasil%20sensacional.gif>. Acesso em: 17 nov. 2009. 449

COBRA, Marcos. **Marketing de turismo**. São Paulo: Cobra, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr Balastrari (org.). **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo. **Material publicitário**. Aracaju, 2009.

FREIRE, Ricardo. **Viaje na viagem**: auto-ajuda para turistas. 4 ed. São Paulo: Mandarin, 2000.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

_____. **Turismo**: 9 proposta para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GASTAL, Susana e CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (orgs.) **Turismo na pós-modernidade**: (des) inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NIEMEYER, Felipe. **Favela da Rocinha (RJ) cria fórum de turismo**. 2009. Disponível em:

http://www.panrotas.com.br/canais/redacao/plantao/portal_reader_noticia.asp?cod_not=47779&rss=1> Acesso em: 15 jun. 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de pessoas em turismo**: sustentabilidade, qualidade e comunicação. 2 ed. Campinas: Alínea, 2006.

SÁ, Rosana Bignami Viana de. **A imagem do Brasil no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 2000.

URRY, John. **O olhar do turista**: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. Subsídios sobre o papel da fantasia no planejamento do turismo. *In*: MILONE, Paulo César; LAGE, Beatriz Helena Gelas. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO NO MUNDO CAPITALISTA: ALGUMAS REFLEXÕES.

Lillian M^a de Mesquita Alexandre ¹⁴⁷

RESUMO

O artigo proposto teve como objetivo analisar a dificuldade da busca por um Desenvolvimento Sustentável na sociedade capitalista. Pretendeu-se com isso, traçar um histórico do desenvolvimento sustentável, destacar quais são os seus pilares básicos, identificar as principais características da sociedade capitalista e destacar qual a principal dificuldade da busca por um desenvolvimento mais equilibrado e que leve em consideração o meio ambiente e aos aspectos sociais, no momento da inserção do turismo enquanto atividade que fomenta esse desenvolvimento. Alguns destes que foram abordados nesta investigação dependeram de uma ampla análise bibliográfica relacionada à temática, bem como da respectiva avaliação dos dados encontrados. Por tanto, uma série de problemas ambientais tem sido desencadeada pela ação antrópica e a sociedade moderna precisa buscar meios mais equilibrados para o seu crescimento econômico, desse modo é necessária uma mudança de hábitos através da propagação da conscientização e educação ambiental.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável. Capitalismo. Turismo Sustentável. Meio Ambiente.

451

ABSTRACT

This study aimed to analyze the difficulty of the search for Sustainable Development in capitalist society. It was intended, with Therefore, tracing the history of sustainable development, highlighting their pillars, identify the main features of society capitalist and emphasize the main difficulty of the search for more balanced development, taking into consideration the environment and social aspects at the time of insertion of tourism as activity that fosters this development. Some of these topics were addressed in this study depended on extensive analysis literature related to themes, as well as their assessment of the data found. Therefore, various environmental problems were triggered by human action that makes modern society seek ways to more balanced economic growth, which generates change in habits by spreading awareness and environmental education.

Keywords: Sustainable Development. Capitalism. Sustainable Tourism. Environment.

¹⁴⁷ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe; Bacharel em Turismo Universidade Tiradentes – Aracaju. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. E-mail: lillian_mesquita@hotmail.com.

1. Introdução

O presente trabalho teve por objetivo traçar uma breve discussão sobre o desenvolvimento sustentável, o capitalismo e o turismo enquanto interfaces possíveis. Este tema tem sido amplamente discutido pelas Ciências Sociais e nas mais variadas organizações sociais da atualidade, em virtude do estágio alcançado pelos impactos causados pela ação antrópica à natureza e da emergência e necessidade de refletir a maneira como se processa o desenvolvimento econômico, que interfere na qualidade de vida da sociedade e provoca impactos irreversíveis à natureza, tendo como motivador, muitas vezes, a atividade turística.

Dessa maneira, pretendeu-se destacar alguns elementos essenciais à compreensão do tema: histórico do desenvolvimento sustentável, Agenda 21 e sua importância como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, características da sociedade capitalista e sua (in) sustentabilidade e a atividade turística enquanto indutor desse processo.

Sendo assim, a sociedade capitalista moderna apresenta como principal característica a busca incessante pelo “lucro” e o “consumo exacerbado”. Estes elementos fazem com que cada vez mais os ecossistemas naturais sejam destruídos e, por conseguinte, a prática da atividade turística acarreta uma mudança de postura quanto a ele. Porém, a atual sociedade necessita buscar meios de preservar a natureza, pois a mesma já sofre as consequências da ação antrópica: aquecimento global, poluição atmosférica e aquática, crescimento do número de tsunamis, furacões, ciclones, desertificação, enchentes e secas cada vez mais prolongadas. 452

Desse modo, é preciso destacar a maneira como a ação humana tem causado impactos ao longo de seu processo histórico e buscar meios de reverter-lo, para que as gerações futuras tenham acesso à biodiversidade atual e a atividade turística possa ser veículo de desenvolvimento sustentável.

2. E por falar em desenvolvimento....

Falar sobre desenvolvimento é remeter a vários significados que se direcionam para o ser, o crescer, o processo de descobrir, a mudança. É mudar de estágio, é alcançar uma maturação, pois o termo desenvolvimento é utilizado em várias concepções, residindo aí a dificuldade em defini-lo (VARGAS, 1999).

Graças a seu caráter fluido e aos seus objetivos humanistas, Becker (1999, p. 18) descreve o tema desenvolvimento como “uma assimilação da conotação positiva de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, pois ‘desenvolver-se’ seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor”.

Mas perceber que o desenvolvimento não é um processo natural, que só precisa ser deixado livre para evoluir, é conseguir crescer no entendimento do conceito. É poder perceber que a noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal, onde devem ser rompidos e ultrapassados os esquemas não só econômicos, mas também civilizacionais e culturais, que pretendem fixar o seu sentido e as suas normas. Nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre. (BECKER, 1999; CAIDEN; CARAVANTES, 1988). Benevides (1996, p. 164) menciona que:

[...] existem vários envolvidos com o processo por meio do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto-sustentadamente a sua capacidade produtiva – expressa na sua ampla dotação dos fatores de produção – no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis, pode ser uma saída, mas ao mesmo tempo, não se pode excluir a interrelação que ele tem com a questão ambiental.

453

Segundo Sachs (1986, p. 10), “[...] o ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento. Deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão”. Para alcançar tal estágio, faz-se necessário perceber que o desenvolvimento é uma finalidade, mas deve deixar de ser uma finalidade míope ou uma finalidade-*terminus* (grifo nosso). A finalidade do desenvolvimento está sujeita a outras finalidades. Viver verdadeiramente e melhor. Viver com compreensão, solidariedade e compaixão. Viver sem ser explorado, insultado e desprezado. A percepção dada por Caiden e Caravantes (1988, p. 30) para desenvolvimento com outro olhar sobre o assunto:

O desenvolvimento nunca será, nem pode ser definido de maneira a agradar a todos. Refere-se, ele, falando em termos gerais, ao desejável progresso social e econômico. E as pessoas sempre terão opiniões diferentes sobre aquilo que é desejável. É certo que desenvolvimento tem que significar a melhoria das condições de vida, para qual são essenciais o crescimento econômico e a industrialização. Se não se der, porém, atenção à qualidade do crescimento e à mudança social, não se poderá falar em desenvolvimento [...].

2.1 O Turismo e Importância para o Desenvolvimento Local Sustentável

A atividade turística é um fator importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois o movimento constante de novas pessoas aumenta o consumo, incrementa as necessidades de maior produção de bens, serviços, empregos e, conseqüentemente, a geração de maiores lucros, o que leva ao aumento de riquezas pela produção da terra, pela utilização dos equipamentos de hospedagem e transporte, e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos de alimentação e de prestação dos mais variados serviços.

A importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas pré-condições naturais e econômicas (existência do atrativo turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor), das características do município e, em função de suas alternativas, do papel reservado a esse setor em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

A percepção de que o turismo é uma ferramenta poderosa para gerar empregos e renda, deve ser entendido por todos os setores que lidam com essa atividade, de forma que venham a utilizar a localidade conscientemente a fim de promover sua auto-sustentabilidade gerando, dessa forma, um bom relacionamento entre comunidade, governo e meio ambiente.

454

O processo de globalização, segundo Rodrigues (1997), unifica os mercados, definindo subespaços hierarquizados ou não, que vão dos centros às periferias, determinando relações de dominação e de subordinação – “verticalidades”. Cavaco (1996, p. 98) afirma que, em síntese:

[...] o crescimento econômico, identificado com o aumento global de produção e de riqueza, importa o *desenvolvimento*, que é simultaneamente econômico, social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida, das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

A mudança no entendimento sobre o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza, mostra o quanto é importante o encadeamento destes até chegarmos ao fomento do turismo nas localidades. A interpretação dada por Beni (2001, p. 65), nos remete a uma visão de que:

O desenvolvimento do turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

O turismo deve ter o seu desenvolvimento racionalmente pré-determinado, para que as necessidades e potencialidades sejam gerenciadas e se transformem em estratégias que conduzam à inserção do patrimônio natural, histórico e cultural no circuito econômico, evidentemente através do uso não predatório dos mesmos. Conforme Cara (1996, p. 86), percebe-se que, do ponto de vista territorial:

[...] el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primera magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese territorio organizado y con sentido que impacta. Es una actividad creadora de imágenes y representaciones que impregnan no solo a los agentes y la sociedad de que forman parte los usuarios (es decir el mercado), sino también a las sociedades receptoras.

455

Neste momento, torna-se imprescindível que haja o planejamento dessa atividade, uma vez que é preciso o conhecimento prévio do meio físico, suas aptidões e limitações naturais, dos fenômenos culturais e sociais, dos aspectos econômicos da região e a análise da inserção do turismo nesse contexto.

No turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimar, regular ou restringir sua evolução.

O desenvolvimento econômico do turismo pode ser viável e constitui o objetivo da maioria dos planos em nível local, regional e nacional, porém seus impactos sociais e ambientais são praticamente inevitáveis. Por isso, torna-se necessário empreender planos de desenvolvimento do turismo que estabeleçam a

capacidade de carga das destinações, considerando o equilíbrio entre os efeitos econômicos, sociais e culturais e dos recursos naturais da atividade.

O desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa, não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre idéias e princípios de bem-estar e da felicidade das pessoas. Os problemas sociais dos países não poderão ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento, o que faz com que o turismo possa contribuir para criá-la (RUSCHMANN, 1997, p. 164).

Essa visão, mais responsável e consciente com a própria natureza da atividade turística, incorpora na relação homem x natureza e turismo x turista uma sintonia necessária para o aproveitamento dessa atividade, tornando o visitante atual um parceiro para o desenvolvimento turístico da localidade. Por isso é que as diversas comunidades buscam explorar o turismo como forma de melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, o que transcende ao mero desfrute de bons serviços pelo visitante ou mesmo na simples economicidade dos efeitos da maior presença de consumidores no destino.

456

3. O desenvolvimento e o turismo sustentável

Reportar-se ao termo sustentabilidade é buscar, em outras palavras, que o desenvolvimento deva ser capaz de prosseguir de forma praticamente permanente, como um processo de aumento de produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental (GOMES, 1995). Becker (1999, p. 20-21) descreve que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como:

[...] portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc.

O Desenvolvimento Sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (DIAS, 2004, p. 120).

Desse modo, esse conceito surge da necessidade e contradição de que as nações se encontram para promover o desenvolvimento e crescimento, mas explorando de maneira racional os recursos naturais. Pois é preciso reaprender a utilizar estes recursos para haver um maior equilíbrio no Meio Ambiente, pois o mesmo seria direito de todos, segundo a Constituição Federal, como afirma Pelicioni (2005, p. 593):

A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a incluir um capítulo sobre Meio Ambiente. Caracterizou em seu capítulo 6º a educação como direito social de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania. Ela determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à ótima qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

457

É sabido que as preocupações do homem com o meio ambiente foram exacerbadas após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou uma notória preocupação com a escassez de recursos aliada a fenômenos climáticos como o de 1952 em Londres, denominado “*smog*”, e catástrofes de contaminação como o “Mal de Mina mata” em 1953 no Japão. Tais acontecimentos fizeram com que, na década de sessenta, surgisse um verdadeiro movimento denominado ambientalismo, inspirado na obra da bióloga americana Rachel Carson, denominada *Silent Spring*.

A partir daí desenvolveu-se um verdadeiro arcabouço legislativo ambiental em nível mundial que induziu, inclusive, o ordenamento interno de diversos países. Com o moderno acesso às informações tecnológicas, verificaram-se que os impactos ambientais advindos da utilização dos recursos naturais, não poderiam ficar restritos à responsabilidade de alguns países. A descoberta de que a utilização dos recursos naturais eram finitos fez com que fossem definidos os limites da segurança para que o bem-estar não fosse comprometido.

Desta forma, ao longo das últimas décadas, aliada ao modelo político, aumentou-se a intervenção do Estado, não só pela busca do equilíbrio do mercado, mas visando a induzir determinadas condutas em prol da sustentabilidade ambiental. Ao contrário do que se poderia imaginar, a busca pela eficácia econômica parece ter confluído para a criação de mecanismos de intervenção que beneficiam o meio ambiente. Para Becker (1999, p. 23), a concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como:

[...] a solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta sociais pelo controle dos recursos naturais passe em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política. Ignora-se (ou tenta-se ignorar) o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procurando criar condições para poupá-los sem, no entanto, considerar as *condições sócio-políticas* que regem o poder de controle e uso destes recursos.

A noção da sustentabilidade da exploração do turismo nos leva a incorporar ao conceito de usuários, todos os que contemporânea ou futuramente estabelecem ou possam vir a estabelecer relação de proveito com a atividade, explorando-a economicamente, gerindo-a ou usufruindo-a na condição de visitante. A permanência da atividade de forma proveitosa para todos, passa a ser o valor mais perseguido. 458

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere ao atrativo turístico. Ruschmann (1997, p. 44) aponta que:

Os conceitos de desenvolvimento e turismo sustentáveis estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente. Isso porque o desenvolvimento do turismo, em particular depende da preservação e da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política ambiental e turística adequada.

O desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às

necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais, sejam tidos através dos tempos.

O turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade visada, oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências e manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã como visitante dependem.

A discussão iniciada sobre desenvolvimento suscita a questão do homem e natureza sobre o ponto de vista do meio ambiente e este, sofrendo a interferência do turismo em seu contexto, percebe que há uma interrelação entre esse desenvolvimento “sus”tentável e a prática do capitalismo exacerbado, aonde é levada a exploração dos recursos a qualquer custo, o que justifica a promoção de um desenvolvimento, que, antes de ser sustentável, é econômico.

Quando Gonçalves (1996, p. 25) menciona que “[...] a natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”. Ele traz à análise uma visão tradicional da natureza *versus* homem-sujeito, que parece ignorar todos os significados ligados à palavra sujeito, ao ser ativo, ser dono.

459

Como se verificou ao longo do estudo, o turismo tem uma forte relação entre o homem e a natureza que formam o meio ambiente. E a percepção que o homem tem de natureza vem se modificando com o passar do tempo, pois com o pensamento capitalista, o que prevalece é o lucro e a exploração e não a sustentabilidade nas relações.

3.1 Os elos desenvolvimentistas e o capitalismo

A percepção que o homem tem da natureza vem se modificando com o passar do tempo. Iniciou-se em meados do século XVIII, onde as pessoas consideravam a natureza, em seu estado primitivo, totalmente desagradável. O bom e o belo eram os campos cultivados; a terra não arada não tinha valor e indicava homens incultos. Contudo, entre o final desse século e o começo do século XIX, a relação homem/meio-ambiente natural mudou de forma radical. As áreas naturais

não cultivadas, ainda em estado preservado, passaram a tornar-se fonte de inspiração.

Contribuíram para essa mudança de atitude vários fatores: as cidades apresentavam, já no começo da revolução industrial, um acelerado crescimento urbano e populacional, e a poluição gerada pelas fábricas começava a alterar a qualidade do ar. A natureza passou, então, a ser idealizada como lugar de reflexão, isolamento e contemplação. À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas em contato com a natureza, no gosto pelas flores silvestres, na observação de pássaros e no sonho com finais de semana no campo.

Há inúmeras evidências da mudança de paradigma na sociedade global em relação ao meio ambiente. As atenções e preocupações se voltaram para um novo modelo de crescimento (desenvolvimento), para uma forma sustentável de utilização dos recursos naturais e para o desenvolvimento de tecnologias que nos levem nessa direção. O recente movimento ambientalista mundial chamou a atenção para a necessidade da mudança dessas crenças e valores, orientando para o crescimento com restrições, para a proteção da integridade dos ecossistemas em nome da sobrevivência do planeta e para uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

460

O processo de desenvolvimento do capitalismo foi lento, tendo como aliado para a desestruturação do modo de produção feudal, a ação da burguesia que queria, a todo custo constituir uma nova classe social. Foi na cidade que os comerciantes, com sua riqueza acumulada, reuniam-se, artesãos se concentravam e assim ocorria a ruptura da economia feudal. Com o fortalecimento da burguesia comercial, as cidades obtiveram a sua autonomia e passaram a ser destino dos servos que fugiam dos feudos.

Houve uma maior diferenciação entre o comércio feudal e o de transição para o capitalismo, pois antes se praticava o escambo, o qual se realizava para satisfazer as necessidades dos indivíduos de possuir mercadorias que não podiam produzir. Convém lembrar a importância da industrialização, que é um processo amplo, o qual marca a chamada Idade Contemporânea, caracterizando-se pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas. O processo de urbanização

está intimamente relacionado ao da industrialização, pois são as cidades que darão base territorial para que ele se concretize, já que nelas se concentram capital e força de trabalho.

A industrialização do modo capitalista de produção se dá, principalmente, a partir do fortalecimento da atividade comercial, da sua transformação em classe social (a burguesia) e do enfraquecimento do sistema feudal. Esses acontecimentos irão propiciar a primeira etapa do desenvolvimento capitalista denominada de capitalismo comercial, fase que permitiu a acumulação primitiva.

Porém, o novo modo de produção ainda não havia se desenvolvido plenamente, já que o trabalho assalariado não havia se estabelecido de forma predominante, fato esse que irá ocorrer a partir do desenvolvimento da manufatura artesã, que passa a utilizar-se de mão-de-obra assalariada de forma cada vez mais intensa.

A Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, propiciou um grande aumento da produtividade e, conseqüentemente, do lucro, baseado no progresso técnico, mas também na exploração intensa da mão-de-obra assalariada através de longas jornadas de trabalho e baixíssimos salários.

461

A partir da revolução industrial, a urbanização toma ritmos muito acentuados, ou seja, há uma diminuição cada vez mais concreta da população do campo, ao contrário do que ocorre com a população das cidades. O desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos modos de urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades e na sua estrutura interna.

Convém lembrar que o capitalismo existente nos países periféricos subordina-se amplamente ao capitalismo mundial. É o que ocorre, por exemplo, com a multinacionalização das empresas no mundo. Essa fase caracteriza-se por uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Desse modo, não ocorre mais a troca de produtos industriais por primários, mas o trabalhador dos países em desenvolvimento cria produtos com valor de nível internacional. A diferença é que sua força de trabalho tem menor valor decorrente do padrão de vida e do seu local de origem.

Em virtude dessas desigualdades econômicas serão produzidas urbanizações diferentes e também desiguais, E a cidade vai ser o espaço em que vão se

desenvolver estas manifestações. A cidade, dessa forma, não é um fenômeno criado pelo capitalismo, pois precede este sistema econômico, mas reúne as condições para que o mesmo se desenvolva.

Sendo assim, a sociedade capitalista tem, como princípio, a busca incessante pelo lucro, caracterizando-se pelo incentivo à propriedade privada e por uma economia que gira em torno da “Lei da Oferta e da Procura”. Uma sociedade em que ocorre um desenvolvimento social, onde parte dela tem acesso à qualidade de vida e outra parte vive à margem vivenciando vários problemas sociais. No entanto, fica clara a contradição existente entre a política de desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente. Pois este modelo visa ao aumento da riqueza e da produção em detrimento à conservação dos recursos naturais.

Desse modo, como afirma Zamberlam (2001, p. 12), “há que se alertar que dentro dessa nova realidade, o próprio sistema econômico capitalista nos induz a acreditar que procedimentos tecnológicos ecologizados por si só levam à construção de uma nova sociedade”.

Por isso, o modelo atual de sociedade busca saídas para a situação da (in) sustentabilidade econômica, social e ambiental em que se encontra, mas é difícil alcançar a partir da sua lógica. Não acreditar numa política de sustentabilidade é aceitável, pois não há como se utilizar dos recursos naturais sem, de alguma forma, provocar alterações. Mas é também preciso parar e repensar a melhor forma de utilizar os recursos naturais provocando a menor agressão possível. 462

Considerações finais

Diante dos argumentos citados, verifica-se uma situação de degradação ambiental em escala planetária. Neste sentido, é preciso repensar uma nova forma de administrar o crescimento econômico e refletir as práticas do turismo em relação a essa nova mudança de paradigma, aonde a busca dos países é em relação ao desenvolvimento sustentável. Assim, as sociedades modernas têm um grande desafio: continuar seu processo de desenvolvimento preservando os recursos naturais.

Por fim, o desenvolvimento sustentável é um desafio mundial e requer estratégias complementares entre o norte e o sul, onde um supra as deficiências e

necessidades do outro. Faz-se necessária também uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas competem às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.

E essas interfaces devem estar presentes na prática do desenvolvimento do turismo sustentável, limitando-se o uso dos recursos naturais, minimizando os impactos gerados e promovendo, de fato, ações que visem à geração de desenvolvimento, sem esgotamento dos recursos naturais.

Referências

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade?. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsiderações do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CARA, R. B.. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIAS, G. F.. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 120p.

DREW, D.. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Tradução de João dos Santos; revisão de Suely Bastos. São Paulo: DIFEL, 1986.

HALL, M. C. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

GONÇALVES B. D. **Desenvolvimento Sustentável**: O desafio da presente geração. Disponível em: <<http://www.espaçacadêmico.com.br>> Acesso em: 21 out 2007.

PHILIPI JUNIOR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. In: PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental**: Evolução e Conceitos. Barueri, SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental 2).

RUSCHMANN, D. V. de M.. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

VIEIRA, L. V. L. V. **Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo.** (Dissertação de mestrado). São Cristóvão: UFS/NESA/PRODEMA, 2000.

ZAMBERLAM, J.; Froncheti, A. **Agricultura Ecológica:** Preservação do pequeno agricultor e do Meio Ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

A PRODUÇÃO DO TURISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DO PACOTE TURÍSTICO FORDISTA À SEGMENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PÓS-FORDISTA.

Luís Henrique de Souza¹⁴⁸

Resumo

Neste artigo analisam-se as transformações operadas no turismo com o advento do pós-modernismo. O objetivo é delinear as principais mudanças ocorridas no turismo desde a decadência do binômio *keynesianismo*/Estado bem-feitor até a emancipação da economia de mercado e da globalização. O turismo responderia a estes novos tempos através da emergência de novos perfis da demanda turística, aumento da competitividade e uma oferta a assimilar o conceito de qualidade em suas operações. Dessa forma, ampliam-se linhas de produtos e serviços com vista a satisfazer consumidores cada vez mais exigentes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e observacional, buscando na teoria as bases para a concepção da produção do turismo na sociedade pós-moderna. O estudo conclui que a tecnologia e a globalização representam influências decisivas à caracterização da produção do turismo contemporâneo, sendo esta produção também marcada por um processo de exclusão típico do sistema hegemônico capitalista.

Palavras-Chave: capitalismo; tecnologia; globalização; turismo pós-fordista

Abstract

This article analyzes the changes that occurred in tourism with the advent of postmodernism. The objective is to outline the main changes in tourism since the decline of Keynesianism / Welfare State binomial, until the emancipation of the market economy and globalization. Tourism would answer to these new times through the emergence of new types of tourist demand, growing competition and supplies assimilating the concept of quality in their operations. Thus, product lines and services are expanded in order to satisfy consumers with highest requirements degrees. The methodology used was literature research and observations, looking at the theory, the basis of the tourism production design in postmodern society. The study concludes that technology and globalization has strong influences over the characterization of tourism production at the contemporaneity society, and this production is also marked by a process of exclusion, typical from the hegemonic capitalist system.

Keywords: capitalism; technology; globalization; postfordism tourism.

1. Introdução

Desde 1950, quando as viagens internacionais tornaram-se acessíveis a um público massificado, o turismo experimentou mudanças que acompanharam as

¹⁴⁸ Mestre em Turismo pela Universidade de Aveiro. Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe. luís_rce@yahoo.com.br

tendências políticas e sócio-econômicas ao nível global. Os anos de 1970 assinalam um novo marco no capitalismo mundial. Batizada de pós-fordismo, pós industrialismo ou pós-modernismo¹⁴⁹, esta nova caracterização da sociedade capitalista seria uma resultante direta da erosão do modelo fordista vigente, das novas tendências de mercado, das inovações tecnológicas e dos novos modelos de organização social e institucional que revolucionariam as últimas décadas do século XX.

À partida, já nos anos de 1960, o fordismo sinaliza menores expectativas de acumulação de capital. Os lucros do sistema produtivo em massa reduziam-se. A sintonia capital *versus* trabalho, melhor percebida pela consonância entre o “econômico” e o “social” e patrocinada pela união da indústria e do *welfare state*, apresenta os primeiros conflitos e expõe as contradições entre a lógica econômica e os estatutos sociais legitimadores do *welfare state*. (MURTEIRA, 1995). A severa recessão impulsionada pela crise do petróleo no início dos anos de 1970¹⁵⁰, a galopante inflação, a subjacente vaga de desemprego e fatores relacionados ao fim do acordo de Breton Woods¹⁵¹ afetariam de forma irreversível a economia norte-americana, considerado o centro do capitalismo mundial. (AMIN, 1994; HARVEY, 1989). O crescimento da concorrência e dos mercados internacionais, frutos da recuperação econômica dos países da Europa Ocidental e da Ásia, também se

466

¹⁴⁹ Alguns autores costumam fazer uma distinção entre os termos pós-fordismo e pós-modernismo com relação ao conjunto das transformações sócio-econômicas experimentadas pela humanidade pós anos de 1970. Assim, o termo pós-fordismo volta-se ao âmbito da economia, ao novo modelo capitalista de produção emergente no período; enquanto o termo pós-modernismo enquadra-se à esfera das manifestações culturais, da arquitetura urbana, no modo de vida urbano. (HARVEY, 1989)

¹⁵⁰ Segundo Harvey (1989), o período entre 1965 e 1973 exibiu a incapacidade do capitalismo em manobrar a característica de “rigidez” do modelo Fordista. O investimento em larga escala no regime de produção em massa exigia uma estabilidade no mercado consumidor. Contudo, a fórmula keynesianismo + Estado bem-feitor deixa de funcionar e os lucros não respondem às expectativas dos capitalistas. A economia se fragilizava com o aumento nos índices de inflação e desemprego. No Oriente, vivia-se a guerra entre israelenses e árabes e, numa forma de retaliar a venda de armas dos EUA a Israel, os países árabes aumentam significativamente os preços do petróleo, tornando o suprimento do petróleo uma arma política e desencadeava-se uma depressão econômica nos EUA, importador maioritário de petróleo. A crise viria a influenciar o mundo capitalista ocidental pondo em causa a já fragilizada economia fordista.

¹⁵¹ Em 1944 realiza-se a Conferência Internacional de Breton Woods promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com intuito de estabelecer um sistema de cooperação econômica entre países através da assistência financeira para países em crise, criação do FMI (Fundo Monetário Internacional), estímulo ao crescimento econômico, etc.

burocrática, mercado de massas para produção em larga escala e padronizada, Estado centralizador (AMIN, 1994).

O capitalismo, outrora aliado às políticas de intervenção do Estado, consideradas o motor do crescimento do pós-guerra, passa a enxergar a máquina estatal como uma impedância ao reequacionamento e reestruturação deste novo modo de produção. Apontava-se para a necessidade de respostas rápidas às mudanças impressas pelo advento da nova ordem econômica afetada pela internacionalização, concorrência, escassez de recursos e pela revolução tecnológica no âmbito da micro-eletrônica, informática e nas telecomunicações.

A década de 70 também refletia a inaptidão do Estado em responder às necessidades das populações, ocasionando a revolta de cidadãos contra a má qualidade dos serviços prestados por empresas estatais em setores como bancário, telecomunicações, fornecimento de água e energia elétrica, transportes, etc. (COSTA, 1996). O capitalismo necessitava reagir à crise que se encetava no mundo ocidental. Logo surge um processo de mudanças no capitalismo concomitante a um processo de reestruturação do comunismo capitaneado pela *perestroika* de Gorbachev. (CAPRA, 2002). Com estes cenários, abrem-se os caminhos para o advento da intervenção do “mercado” na economia, que culminaria com o desenvolvimento do neo-liberalismo¹⁵² em fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, reinventando o capitalismo a partir dos Estados Unidos (governo do Presidente Ronald Reagan) e Inglaterra (governo da Primeira-Ministra Margareth Thatcher).

No lastro da política econômica neo-liberal sucederam-se implicações que consolidariam marcas indelévels ao pós-fordismo. No âmbito do redesenho do papel do Estado na sociedade, uma onda de privatizações “desestatizou” a Inglaterra no início dos anos 80 conduzindo ao controle privado empresas dos setores de fornecimento de gás, energia elétrica, água, estradas de ferro, bancos, produção de aço, etc. (COSTA, 1996).

A flexibilidade marcava os novos horizontes pós-fordistas em detrimento à rigidez da produção em massa. As relações no âmbito da força laboral seriam alteradas, provocando uma série de insatisfações no seio da massa trabalhadora

¹⁵² No neoliberalismo, a importância do Estado na economia é substituída pela intervenção dos mercados e dos indivíduos. “Os indivíduos e sua inerente proximidade aos mercados possuem as melhores condições de perceber as oportunidades de investimento e de preço e, portanto, podem proporcionar mais eficiência e efectividade aos mercados.” (COSTA, 1996, p.120).

derivadas da anulação gradativa dos contratos e benefícios sociais entre o capital e o trabalho; o processo de produção também seria flexibilizado, assente em máquinas flexíveis ou sistemas flexíveis de força de trabalho; a estrutura hierárquica das organizações também seria alterada, atendendo aos apelos dos programas de qualidade total empresarial com estruturas desenhadas em modelos de “processos” em oposição a clássica estrutura departamental; a crescente desregulamentação e a liberalização do mercado financeiro. As novas tecnologias em micro-eletrônica, biotecnologia e novos materiais têm forte ressonância nestas novas perspectivas. (JESSOP, 1994). A internacionalização promovia a procura por produtos cada vez mais diferenciados e competitivos em preço e qualidade, abrindo-se os caminhos para uma nova economia global.

A geografia industrial modifica-se, compilando um conjunto fabril flexível, espalhando-se em direção aos países em desenvolvimento onde encontrariam incentivos fiscais, baixos custos de produção, concentrando-se na mão-de-obra barata e demais *inputs* de baixo custo no processo produtivo. Os capitalistas convenciam-se de que a manutenção do sistema dependia da capacidade flexível dos sistemas de engenharia, da catálise nos processos de inovação de produtos, na investigação em novas tecnologias, na qualidade de produtos capazes de atender

468

maiores proporções de segmentação. (JESSOP, 1994).

Projetavam-se maiores dinamizações na economia através da expansão do setor de serviços e do fortalecimento do sistema bancário, financeiro e de informática. Eclodiam-se as neo-profissões favorecendo o surgimento de uma elite mundial de especialistas no ramo financeiro, empresários e profissionais de alta tecnologia (CAPRA, 2002). Com os postos de trabalho reduzidos pela recessão e pela doravante substituição do homem pela máquina, aqueles que não se especializavam nas novas tendências engrossariam as fileiras do desemprego, do sub-emprego ou do emprego informal.

A combinação da inovação tecnológica, capitaneada pelos progressos em informática e das telecomunicações, da expansão mundial das grandes empresas, da constituição de redes e parcerias internacionais como nova forma de organização da atividade humana nos negócios e da união de países em blocos de livre comércio fomentariam um conjunto de transformações econômicas e sócio-políticas no próprio seio do pós-fordismo que se popularizou pelo fenômeno da globalização.

Dessa forma, o capitalismo como sistema hegemônico mundial, opera, em fins do século XX, um re-ciclo rejuvenescedor. De acordo com Manuel Castell, escritor e professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, este neo-capitalismo “*caracteriza-se por três traços fundamentais: suas principais actividades económicas são globais, suas principais fontes de produtividade e competitividade são a inovação, a geração de conhecimento e processamento de informações; e ele se estrutura principalmente em torno de redes de fluxos financeiros.*” Castell, 2000 (apud. Capra, 2002, p148).

O pensamento de Castell pode ser expandido, apresentando-se o Quadro 01 onde se enumeram os principais alicerces estruturantes do neo-capitalismo ao nível macro-econômico.

Quadro 01: bases do neo capitalismo pós-fordista.

<i>Flexível:</i> O sistema fordista de produção de massas foi substituído por produtos voltados para um mercado volátil, de nichos, altamente especializado, e uma produção segundo as necessidades do mercado, configurando novas relações no âmbito da dualidade capital versus trabalho em que predomina a informalidade e flexibilidade dos vínculos de mão-de-obra .
<i>Informação:</i> A emergência dos sistemas da nova economia baseia-se no processamento da informação, na velocidade de acesso aos dados, na geração do saber e na manipulação dos símbolos comerciais, signos e imagens. O poder assenta-se no domínio da informação.
<i>Global:</i> O desenvolvimento da economia mundial é conduzido por fluxos de riqueza e de informação, entre uma rede de mercados globais, de cidades mundiais, da emergência de marcas globais, verdadeiros ícones da cultura pós modernista. Este processo é porém acompanhado por outro, que se caracteriza pela diversidade e pela distinção dos locais.

Fonte: Ferreira (2003)

As consequências da teia global constituída recairiam sobre as zonas desprovidas de interesse pelo capital mundial promovendo-se uma desigualdade e uma crescente polarização social. A industrialização em direção aos países em desenvolvimento promovia o fluxo de capital no sentido das tradicionais potências capitalistas, herdando aos primeiros a exploração trabalhista e um significativo passivo ambiental. O capital transnacional aumentou a pobreza e a desigualdade

pela exclusão social das populações e territórios que não representam interesses diretos ao *click* do *mouse* das redes e dos investidores mundiais, alastrando a miséria aos guetos urbanos em regiões do globo localizadas na África, Ásia e América Latina. (CAPRA, 2002). Em termos quantitativos, o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, revela que a “diferença de renda *per capita* entre o Norte e o Sul do Globo triplicou de 5.700 dólares em 1960 para 15.000 dólares em 1993.” (CAPRA, 2002, p.155).

As dinâmicas operadas pelo re-ciclo do capitalismo, apresentadas de forma bastante preliminar acima,¹⁵³ iriam imprimir modificações ao turismo, ocasionando novos desafios à gestão em áreas destino e a emergência de novos perfis de consumidor em turismo. O modelo do turismo de massas, característico da sociedade fordista, encontraria, em seu curso, um novo paradigma a refletir o advento da pós-modernidade. Importa salientar, entretanto, que a emergência destes novos padrões em turismo não provocariam, ao menos até os dias atuais, o fim do turismo de massas. O turismo pós moderno apresenta novas áreas destinos produzidas, de início, pela diversificação da demanda e segmentação dos produtos turísticos. Por outro lado, verifica-se a permanência das áreas destinos já consagradas e, tipicamente de massas, que operam rejuvenescimentos em seus produtos turísticos mantendo-se à vitrine ao lado dos destinos emergentes.

470

Ratificando esta saliente diversificação, aponta-se que, em 1950, as 15 áreas destinos *top* mundial eram responsáveis pela fatia de 87% das chegadas internacionais. Vinte anos mais tarde, esse número desceria aos 75% e, em 2000, estas mesmas destinações representam 62% de participação nesta dimensão. (KLANCNIK, 2005). O turismo apresenta-se em crescimento contínuo quanto ao número de chegadas internacionais ao nível global e, portanto, a redução da preferência aos destinos *top* revela a evidência dos novos rumos do turismo contemporâneo.

Pelo exposto, delinear o turismo à luz da pós-modernidade permite encontrar, através dos argumentos a seguir delineados, uma maior compreensão quanto a sua produção na contemporaneidade.

2. A produção do turismo pós-moderno

¹⁵³ Com efeito de um maior aprofundamento sobre esta temática, ver Harvey (1989), Lipietz (1992) e Amin (1994).

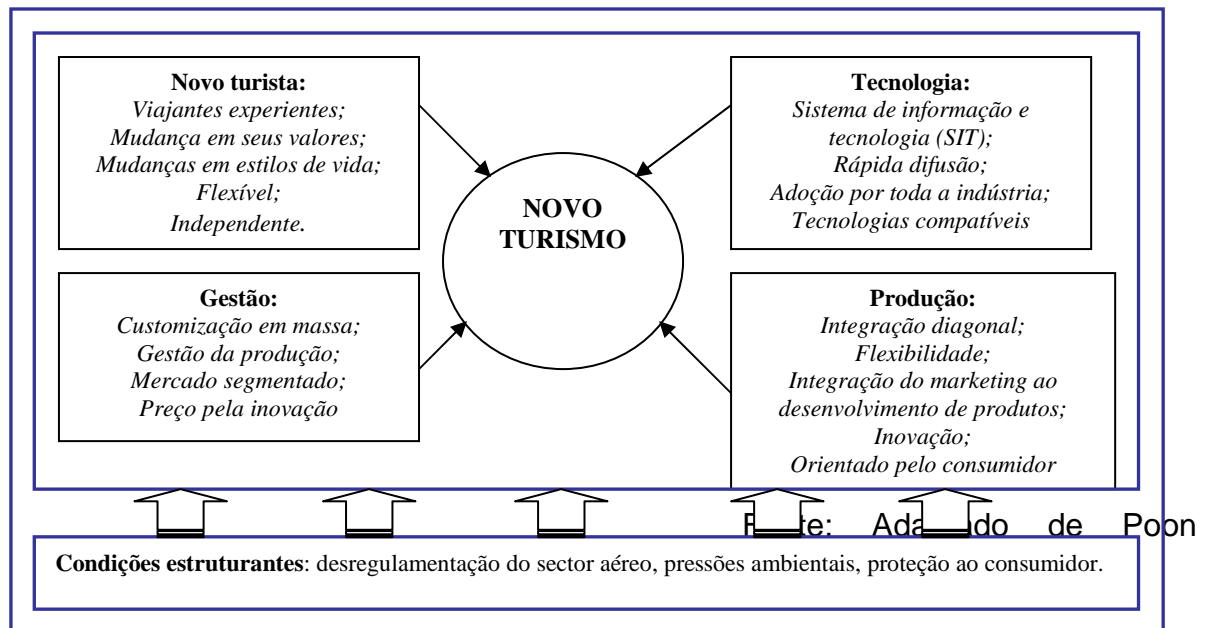
A pós-modernidade operou um processo de desconstrução no turismo em diferentes valências, formatando-se novos desafios à atividade. As transformações trouxeram à ribalta um turismo marcado pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicações, pela segmentação, revoluções nos transportes, notadamente na aviação, reestruturações na indústria do turismo e na cadeia de distribuição, pelas práticas ambientalmente responsáveis, pela ênfase na qualidade e gestão em bases competitivas e inovadoras e pela ascensão de um novo tipo de consumidor em turismo.

O mercado do turismo adota a flexibilidade de serviços e estruturas de produção para atender a consumidores também flexíveis e de comportamento por vezes imprevisíveis. A produção em massa e larga escala do pacote turístico é substituída pela solução customizada, a exigir das organizações turísticas e às áreas destinos uma produção centrada na economia de oportunidade, em que se ofertam uma variedade de serviços “sob-medida” para compatibilizar as necessidades e demandas dos novos perfis de consumidores em turismo.

Desse modo, o turismo reflete muitas das mutações impressas pelo pós-modernismo à sociedade contemporânea. Analisando-se a literatura da especialidade (POON, 1993; COOPER *et al*, 2001; McINTOSCH *et al*, 2002, 471
MOLINA, 2003), sobre as principais forças a exercerem influência preponderante ao turismo pós-moderno, observam-se reflexões similares, alterando-se apenas a abordagem pelo desenho de modelos e enquadramentos.

Nesta perspectiva, Poon (1993), apresenta fatores que influenciam a produção do turismo pós-moderno, descrevendo cinco forças: consumidores, tecnologia, gestão, práticas de produção e condições estruturantes. A autora defende que as duas primeiras forças são norteadoras fundamentais do atual turismo; enquanto que a terceira e quarta, gestão e práticas de produção, estão na origem do desenvolvimento de novos serviços; ao passo que a última força catalisa todo o sistema. As forças de Poon enquadram-se no modelo na Figura 01.

Figura 01: principais forças do turismo pós-moderno.



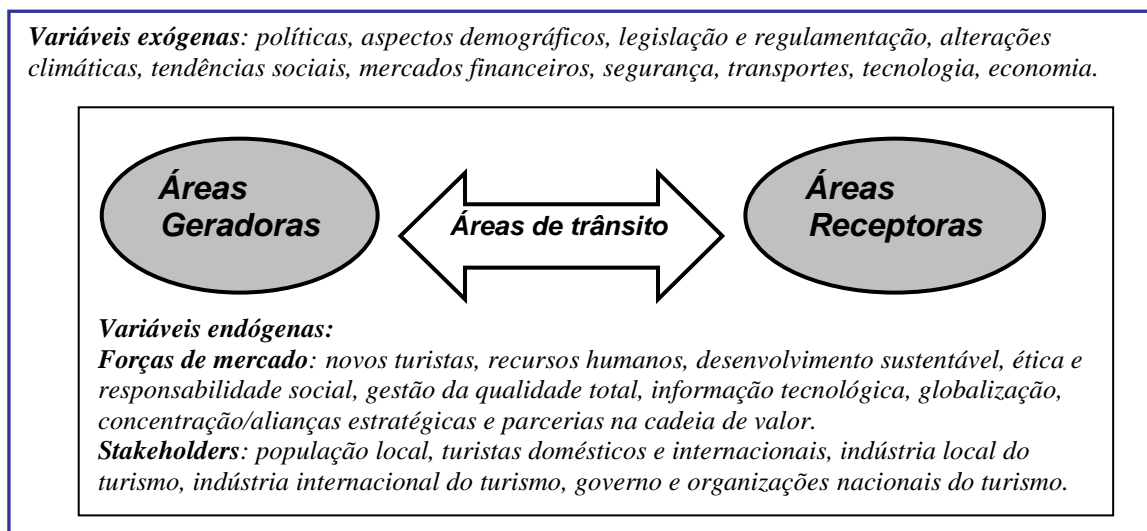
Fonte: adaptado de Poon (1993).

De modo semelhante, Cooper *et al* (2001) classificam as correntes desconstrutivas do velho turismo em variáveis *exógenas* e variáveis *endógenas*. Por variáveis *exógenas*, os autores explicam a influência de forças as quais o sistema do turismo não exerce controle. Exemplifica esta tipologia de influência através das atuais tendências sócio-demográficas, as políticas mundiais de desenvolvimento, evoluções nos transportes, e outras tendências relacionadas ao terrorismo, alterações climáticas, epidemias, *etc.*

Dessa forma, tanto as regiões emissoras de turistas como as áreas destinos são influenciadas pelas variáveis *endógenas*, ou forças de mercado, constituídas pelos *novos turistas*, *por recursos humanos*, *desenvolvimento sustentável*, *ética e responsabilidade social*, *gestão da qualidade total*, *informação tecnológica*, *globalização*, *concentração/alianças estratégicas e parcerias na cadeia de valor*. Subjacentes a estas forças encontram-se os *inputs* e recursos à produção do turismo, representados pelos recursos naturais e ambientais, recursos sócio-culturais, recursos econômicos e capital, conhecimento e *know-how*, tecnologia, educação e formação. O uso destes recursos deve satisfazer os *stakeholders* do turismo, os quais Cooper *et al* (2001) destacam a população local, turistas domésticos e internacionais, indústria local do turismo, indústria internacional do turismo, governo e organizações nacionais do turismo.

Em volta deste sistema, gravitam as variáveis exógenas responsáveis pelas vulnerabilidades e sensibilidades da atividade turística. As principais variáveis exógenas e endógenas referidas por Cooper *et al* (2001) encontram-se ilustradas na Figura 02.

Figura 02: variáveis endógenas e exógenas do turismo pós-moderno



Fonte: adaptado de Cooper *et al* (2001).

Outra abordagem da literatura sobre estas temáticas é referida em McIntosh *et al* (2002), com a especificação de forças globais a impulsionarem a nova produção do turismo. Para além dos fatores associados à influências econômicas, tecnológicas, demográficas e da globalização, estes autores também enfatizam outras condições eminentemente de relevo político e social. Estes fatores são resultantes das forças globais emergentes assinaladas também em Poon (1993) e Cooper *et al* (2001). O Quadro 02 apresenta um resumo das forças globais a imprimirem horizontes e realidades à produção do turismo pós moderno.

Quadro 02: forças globais com implicações no turismo pós-moderno.

<i>Econômicos</i>	<i>Taxas de crescimento econômico global contínuas, de moderada a boas: Aumento da harmonização de moedas.</i>
<i>Tecnológicos</i>	<i>Desenvolvimento de tecnologias de informação;</i>

	<i>Avanços nas tecnologias de transportes.</i>
<i>Políticos</i>	<i>Remoção de barreiras para viagens internacionais; Desregulamentação nos transportes e outros setores.</i>
<i>Demográficos</i>	<i>Envelhecimento da população; Imigração sul-norte; Erosão da família ocidental tradicional.</i>
<i>Globalização</i>	<i>Poder cada vez maior das forças internacionais econômicas e de mercado e consequente redução no controle de corporações não-globais.</i>
<i>Consciência sócio-ambiental</i>	<i>Aumento da consciência pública sobre questões sócio-culturais e ambientais; Maior cobertura da imprensa sobre os problemas ambientais.</i>
<i>Marketing</i>	<i>Uso de tecnologia da informação para identificar e comunicar-se com segmentos e nichos de mercado.</i>

Fonte: McIntosh *et al* (2002)

474

Dentre todos os aspectos por ora ressaltados, será dado um enfoque neste artigo sobre questões associadas ao novo perfil de consumo em turismo, as novas tecnologias, a gestão e o desenvolvimento sustentável em turismo.

Segundo Poon (1993), as **mudanças no perfil de consumo do turista** estão na origem das principais forças norteadoras na produção do turismo pós-moderno. Este novo turista destaca-se pelo poder de conhecimento que o mesmo detém, pela procura por destinações e serviços com qualidade, por motivações assentes em desempenhar um papel participativo em sua viagem. É sofisticado, mostra-se mais consciente e uma maior respeito ao meio ambiente e à cultura da população anfitriã. De acordo com Cooper *et al* (2001) as áreas destinos desenvolvem o *info-tainment* e o *edu-tainment* como diferenciais para as atrações turísticas.

Tal como verificado em Poon (1993), a viagem é uma experiência de descobertas, o novo turista aspira ao novo, a algo que promova a expansão de sua experiência. A postura passiva de banhos de sol migra para motivações educacionais e de aprendizagem, em que o turista faz de sua viagem uma experiência de vivência com o meio ambiente natural, histórico-cultural e com a comunidade local da área destino.

Isso significa que as férias anuais em família, geralmente passadas em uma praia, podem ser gradualmente substituídas por viagens de múltiplos interesses e uma série de interesses de experiência de viagens inovadoras e criativas (como turismo baseado em atividades, aventura, aprendizagem e natureza) Cooper et al (2001, p.488).

Com um maior educação, este turista assume valores claramente voltados à preocupações tocantes ao estado de conservação do meio ambiente, ao impacto de sua passagem pela comunidade anfitriã, sendo particularmente atento ao posicionamento que a área destino e os serviços turísticos se colocam perante as questões de ordem ambiental. Há uma emergente associação entre qualidade e meio ambiente os quais o novo turista está cada vez mais consciente. Sob estes aspectos, a oferta turística busca moldar-se a estas exigências dos novos turistas, enveredando-se em programas de qualidade e certificações ambientais.

475

Os novos turistas contam com cada vez mais com o apoio da Internet para a programação de seus roteiros turísticos. De qualquer ponto reservam voos, hotéis, alugam carros, seleccionam programas, imprimem mapas de cidades e rodovias, tornando-se independentes, espontâneos e livres para as actividades de sua legítima apetência. Estes turistas tornam-se mais experientes e especializados, alcançando qualquer lugar do planeta por si próprio (SOUZA, 2006)

Diante do exposto, a indústria do turismo e as destinações necessitam reenquadrar-se visando à busca de soluções inovadoras e competitivas que vão ao encontro do perfil deste turista pós-moderno. Neste cenário, a **tecnologia** assume posição indispensável à governabilidade do turismo em tempos atuais. Tal como apresentaram Cooper et al (2001), a tecnologia ajuda no desenho de produtos adequados às exigências dos novos padrões de consumo em turismo. O produto turístico deve satisfazer a uma variedade de preferências e ser vendido a preços competitivos, possibilitando ampliar o atendimento a uma gama maior de consumidores.

A indústria do turismo procura desenvolver um marketing relacional com seus clientes, apostando em programas de *Customer Relation Management* (CRM) e de fidelidade. Os sistemas de informação atuais possibilitam a manutenção de bases de dados, *Data Base Marketing* (DBM) sobre perfil do consumidor e canais de distribuição com relevante papel na elaboração de estratégias de marketing e desenho de produtos e serviços cada vez mais personalizados. A tecnologia também permite fornecer respostas *on-line* aos clientes sobre disponibilidades e identifica o preço adequado ao cliente no momento específico, consumando uma oferta ideal de serviços para as necessidades da demanda.

A tecnologia e os novos perfis de consumidor interagem no sentido de estimular novas práticas de produção em turismo. Os produtos são vocacionados para o consumidor e se caracterizam pela flexibilidade com uma variada disponibilidade de itens. Segundo Poon (1993), as cadeias de integração horizontal e vertical, tradicionais ao modelo do turismo fordista, irão ceder espaço à integração diagonal, processo pelo qual os serviços das empresas se deslocam para novas e diferentes atividades, com tremendo ganho de sistema, sinergias e economia de oportunidade a ser alcançado com a integração. Em termos práticos, a empresa turística em integração diagonal atravessa as fronteiras da indústria do turismo e agrega diferencial a seus serviços pela oferta de serviços de outros ramos de atividade econômica, a exemplo de seguros, financiamentos, cartões de crédito, etc.

476

A tecnologia possibilitou à indústria do turismo a difusão dos sistemas mundiais de reservas de hotéis, assentos em aeronaves, aluguel de automóveis, bilhetes para espetáculos, etc. e encontram-se disponíveis à utilização pela cadeia de distribuição em turismo. O *Global Distribution System* (GDS) e o *Central Reservations System* (CRS) baseiam-se na convergência de soluções para atender às necessidades de velocidade e custos do mundo globalizado. O *market share* em GDS ao nível global encontra-se distribuído em maiores percentagens pelos sistemas SABRE, GALILEU INTERNATIONAL, WORLDSPAN e AMADEUS (COOPER *et al*, 2001).

Tecnologia no novo turismo volta-se, portanto, à gestão da capacidade da oferta, à dinamização da cadeia de distribuição, a qual se organiza para o fornecimento de respostas *on line*, à integração, à comunicação e entrega de valor, numa clara sintonia entre produção e clientes. (Poon, 1993).

Entretanto, o determinismo econômico funciona como uma restrição à difusão destas tendências tecnológicas. A tecnologia tem custos e, no quadro atual, apenas as grandes empresas do turismo internacional podem fazer uso da magnitude de seus benefícios. Operadores tradicionais como a *Travel Union International* (TUI) e a *Thomas Cook* estão sob controle da comunidade financeira, (GO e KLOOSTER, 2005), com fôlego monetário para os investimentos necessários. Esta tendência revela uma “concentração” do capital nas mãos de poucas e majoritárias empresas e tal fato tem sido uma característica marcante no turismo pós-moderno. (Cooper *et al*, 2001).

Diante do exposto, observam-se aqui duas preocupações as quais possuem relevância nesta abordagem teórica: **primeiro**, num cenário dominado por gigantes do capital, que mercado podem ainda ocupar as “Pequenas e Médias Empresas” (PMEs) locais e regionais de turismo? A gestão de áreas destinos sustentáveis não é compatível com fugas de capitais majoritárias nas dinâmicas operadas em seu tecido econômico. O efeito multiplicador deve ser maximizado no âmbito da economia de compilação onde se estabelecem as PMEs. De fato, ninguém melhor do que a comunidade local para conhecer o(s) atrativo(s) turísticos da destinação e, diante do perfil dos novos turistas, tem-se uma vantagem competitiva para as PMEs. A baixa capacidade de investimento é onde reside a maior fraqueza destas empresas; **segundo**, os gigantes da indústria do turismo não possuem relações com áreas destinos e, portanto, “*alguns estudiosos sentem que assim eles são menos sensíveis ao impacto de suas operações no meio ambiente, economia e comunidades anfitriãs.*” (Cooper *et al*, 2001, p.490). As PMEs são normalmente utilizadas pela indústria do turismo na prestação de serviços de apoio ao turismo, onde se questiona os benefícios destas parcerias à economia local.

O mercado para as PMEs, segundo Cooper *et al* (2001), em face a esta concentração de gigantes da indústria do turismo precisa se posicionar mediante as seguintes sugestões: (a) diferenciação de produtos e fazê-los competitivos em preço; (b) um alto nível de serviços personalizados; (c) um alto nível de conhecimento sobre o produto turístico; (d) maior sinergia com a área destino.

Para o alcance dos pressupostos citados por Cooper *et al* (2001), as empresas, quer no âmbito da indústria internacional quer no âmbito das áreas destinos necessitam identificar e utilizar modernos métodos de gestão. Os **novos modelos em gestão do turismo** exploram o marketing de clientes, aproximando os

produtos ao marketing. “*Produtos e serviços são cuidadosamente dissecados e refinados para encontrarem as necessidades dos novos consumidores.*” (Poon, 1993, p.86). Dentre as ferramentas de gestão do turismo pós-moderno destaca-se a estratégia de marketing conhecida por segmentação.

Em fins da década de 70, Cohen propõe que “*diferentes tipos de pessoas podem desejar diferentes modos de experiências turísticas*”. Cohen, 1979 (apud Uriely, 1997, p.983) onde esta afirmação caracteriza apropriadamente a conceitualização do turista pós-moderno em contraste ao perfil homogeneizado da experiência turística fordista: “*O turismo pós-moderno é caracterizado pela multiplicidade de motivações turísticas, experiências e ambientes.*” (IBIDEM). Dessa forma, num mercado turístico formado por diferentes tipos de consumidores, torna-se cada vez mais importante conhecer os nichos, os comportamentos dos consumidores e as peculiaridades dos mercados, procurando alcançar produtos e serviços cada vez mais customizados. A segmentação consiste na ação de identificar e classificar grupos distintos de consumidores, agrupando-os segundo características de comportamento, desejos e necessidades. (BULL, 1996).

De acordo com Kastenholtz (2002, p.81) a “*seleção de um conjunto de 478* *variáveis relevantes como base de segmentação é útil para estruturar o mercado*” e, nesse aspecto, diversos autores procuram enquadrar as variáveis de segmentação em grupos. Assim, a autora destaca as classificações de Kotler, Plummer e Dickson. O primeiro reúne estas variáveis em dois grupos, nomeadamente, **características do consumidor**, (e.g. geográfica, demográfica e psicográfica) e **respostas do consumidor** às ofertas de marketing, conduzindo a uma segmentação comportamental; o segundo, sugere uma distinção entre uma base de segmentação orientada a pessoas e outra a produtos; o terceiro, defende uma **segmentação integrada pessoa-situação** a qual devem ser consideradas as mudanças preferenciais e comportamentais dos turistas, bem como o papel do turismo. (KASTENHOLTZ, 2002).

No conjunto das variáveis de segmentação relacionadas às características do consumidor, a **segmentação geográfica** é de fácil aplicação e uma das formas mais populares. (KASTENHOLTZ, 2002). Enquadram-se nesta tipologia, a diferenciação entre turistas estrangeiros e domésticos e a condição geográfica da destinação turística, e.g. turismo de praia, de montanha, de campo, de neve, etc (ANSARAH,

1999). No âmbito da **segmentação demográfica** exploram-se variáveis como idade, sexo, tamanho da família, rendimentos e nível educacional. (KASTENHOLZ, 2002). A segmentação psicográfica relaciona-se aos estilos de vida dos consumidores e aos traços de personalidades que influenciam no tipo de viagem a ser estabelecida. (BULL, 1996). Aplica-se a este caso a tradicional tipologia definida por Plog na qual distribuiu os turistas em Alocêntricos, Psicocêntricos e Mesocêntricos.

A segmentação como uma estratégia de **gestão de mercados turísticos e áreas destinos** juntamente com os **novos perfis de turistas** e as **tecnologias** a serviço do turismo compõem o cenário marcante no turismo pós-moderno.

Conforme outrora mencionado, a sustentabilidade em turismo representa outra característica a dominar as políticas, discussões sobre a produção do turismo atual. A expressão sustentabilidade entrou para o vocabulário comum do turismo subjacente ao emergente conceito de desenvolvimento sustentável em fins dos anos de 1980. Os debates sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade imprimiram novas perspectivas ao turismo pós-moderno, promovendo-se um redesenho ao planejamento, gestão e estratégias em marketing da atividade. No entanto, este novo conceito acompanhou as próprias incertezas, imprecisões e questões do que vem a ser necessariamente a sustentabilidade: *“quem define o que é sustentabilidade? Como ela pode ser alcançada? A quem se destina sua representação e significado?”* (MOWFORTH & MUNT, 1998, p.25). Fundamentalmente, a questão a ser respondida é *“o quanto e de que maneira o turismo pode contribuir à sustentabilidade”*. (WALL, 1997, p34). O turismo hoje projeta-se sob estas questões procurando reenquadrar-se à luz da dimensão conceitual, das fronteiras, limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável.

479

Conclusão

Os temas abordados neste artigo assinalam o percurso do turismo entre o modelo rígido fordista do turismo de massas, assente no “pacote” turístico até a emergência das viagens flexíveis e customizadas. Evoluem-se uma multiplicidade de preferências, de motivações do consumidor turístico e um público viajante mais exigente e atento aos padrões de qualidade dos serviços e destinações turísticas. Este novo perfil da procura, somados a outros fatores interdependentes, canalizaria mudanças sensíveis à oferta turística que se manifestam ao nível da produção de serviços turísticos em torno da integração de componentes internos e externos à

cadeia de distribuição turística; na qualidade; na flexibilidade das operações; na inovação e no marketing como elemento de estratégia. São transformações que alinham o turismo às tendências dominantes à sociedade pós-fordista do final do século XX. Na esteira destes cenários, emerge também o conceito de sustentabilidade e suas consequências em torno da concepção de uma nova forma de pensar o turismo. O que se conclui é que à medida que o turismo reflete as dinâmicas da pós-modernidade, observam-se esforços no sentido de uma produção do turismo de forma planejada, inovadora, competitiva globalmente, pelo uso da informação, pelo crescimento das parcerias, a busca pela alta qualidade nos serviços e por novas estratégias em marketing. A coordenação integrada destes elementos figura como vetores potencializadores de novos produtos turísticos que se estruturam com vista a maximizar a experiência turística concomitante à conservação dos recursos naturais, culturais e sociais das áreas destinos. Observa-se, também, que como sistema hegemônico, o capitalismo também em seu formato neo-liberal permanece com o seu viés de exclusão, o que torna um empecilho ainda maior para produção empreendedora local do turismo.

Referências bibliográficas

- AMIN, A. Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition. In AMIN, A.(Org) *Post-Fordism*. Oxford: Basic Blackwell, 1996, p.1-40.
- ANSARAH, M. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.
- BULL, A. **The Economics of Travel and Tourism**. Longman: Essex, 1996.
- CAPRA F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, S; SHEPHERD, R.. **Turismo: princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- COSTA, C. **Towards the Improvement of the Efficiency and Effectiveness of Tourism Planning and Development at the Regional Level: Planning, Organisations and Networks. The Case of Portugal**, University of Surrey, England, Tese de Doutorado, 1996.
- FERREIRA, A. M. **O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro**. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro, 2003.
- GO, F; KLOOSTER, E. Managing globalization. In. Costa, C.; Buhalis, D. (Orgs) **Tourism management dynamics: trends, management and tools..** Burlington: Elsevier, 2005, p. 137-44
- HARVEY, D.. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Basic Blackwell, 1989.

JESSOP, B. Post-Fordism and the state. In Amin, A. (Org). **Post-Fordism..** Oxford: Basic Blackwell, 1994, p.251-279

KASTENHOLZ, E. **The Role and Marketing Implications of Destination Images on Tourist Behavior: The case of Northern Portugal.** Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro, 2002.

KLANCNIK, R.. Media and communications. In. Costa, C. & Buhalis, D. (Orgs) **Tourism management dynamics: trends, megatrends and tools.** Burlington: Elsevier, 2005, p. 58-67

MCINTOSH, R; RITCHIE, B; GOELDNER, C. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

MOLINA., S. **O pós-turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

MOWFORTH, M. AND HUNT, I. **Tourism and sustainability: new tourism in the third world.** London: Routledge, 1998.

MURTEIRA, M. **Economia mundial: a emergência de uma nova ordem global.** Lisboa: Difusão Cultural, 1995.

POON, A. **Tourism, technology and competitive strategies.** Wallingford: C.A.B International, 1993.

SOUZA, L.H. **A Gestão do turismo nas Áreas Naturais Protegidas do Centro de Portugal.** Universidade de Aveiro, Portugal, Dissertação de Mestrado, 2006.

URIELY, N. Theories of Modernism and postmodernism tourism. **Annals of Tourism Research** v.24, n.4, p. 982-985, 1997.

A GASTRONOMIA COMO ATRATIVO E PRODUTO PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA NO SEGMENTO DO TURISMO CULTURAL: MERCADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU/SE

Geane Almeida Conceição¹⁵⁴
Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro¹⁵⁵
Cristiane Alcântara de Jesus Santos¹⁵⁶

Resumo

Atualmente, a demanda turística encontra-se mais exigente em termos de qualidade e diversidade da oferta de bens e serviços nos destinos turísticos. Diante dessa realidade, a diversificação, qualificação e ampliação da oferta turística tornam-se imprescindíveis para a sobrevivência e consolidação dos destinos. O patrimônio cultural, pelo seu caráter único, apresenta-se como elemento que diversifica a oferta turística. Através do elo entre o patrimônio material e imaterial, o turismo cultural proporciona ao visitante uma experiência mais próxima do local visitado. Dentre os patrimônios que podem ser utilizados para o desenvolvimento do turismo cultural, os mercados municipais aliados a gastronomia são de grande importância para a atividade turística. Em Aracaju, os Mercados Centrais, com sua estrutura física, manifestações culturais e gastronômicas, retrata a identidade do sergipano. Tais características fazem dos Mercados Municipais um dos atrativos culturais da capital aracajuana. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo é analisar como os espaços dos mercados podem se configurar como um lugar, em que os turistas possam desfrutar de novas experiências. A fim de atingir os objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, em que foram consultados artigos científicos e livros que versam sobre a temática em questão; e pesquisa de campo, a partir de visitas técnicas e observações *in loco* nos mercados, a fim de obter dados atualizados e reais sobre o objeto de pesquisa. Assim, os Mercados Centrais, pelos seus muitos aspectos materiais e imateriais, onde se incluem as manifestações gastronômicas, são lugares compostos de vida e de dinâmica que pode propiciar ao turista uma experiência gastronômica inesquecível. Com base na oferta potencial e real dos mercados torna-se de grande importância que estes sejam trabalhados de forma racional, proporcionando o desenvolvimento social e econômico dos agentes envolvidos e o bem-estar da população aracajuana e de seus visitantes.

Palavras-Chaves: Turismo cultural. Oferta turística. Mercados Municipais de Aracaju.

Abstract

¹⁵⁴ Acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: geane.almeida16@gmail.com

¹⁵⁵ Acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: pinhorafaely@gmail.com

¹⁵⁶ Doutoranda em Geografia Humana – Universidad de Barcelona. Professora assistente do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

Currently, tourism demand is more demanding in terms of quality and diversity of goods and services in tourist destinations. Given that reality, diversification, qualification and expansion of tourism become indispensable to the survival and consolidation of destination. Cultural heritage, its unique character, is presented as an element that is diversifying the tourism offer. Through the link between the tangible and intangible heritage, cultural tourism offers the visitor an experience closer to the place visited. Among the assets that can be used to develop cultural tourism, municipal markets coupled with food are really important for tourism. In Aracaju, the Central Markets, with your physical space, cultural events and gastronomy, portrays the identity of Sergipe. These characteristics make the Municipal Markets one of the most important cultural attractions of the capital Aracaju. Based on this assumption, the goal is to analyze how the spaces of markets can be configured as a place where tourists can enjoy new experiences. To achieve the proposed objectives were accomplished following methodology: literature, who were consulted in scientific articles and books that deal with the issue in question; and field research, from technical visits and observations in locus in the markets in order to obtain real and updated data on the object of research. This way, the Central Markets, for their many tangible and intangible aspects, which include culinary demonstrations, are places with life and dynamics that may provide the visitor an unforgettable gastronomic experience. Based on actual and potential supply markets becomes very important that working on a rational way, providing the social and economic development of the agents involved and well-be of the population and the city visitors.

Keywords: Cultural Tourism. Tourism Offer. Municipal Markets of Aracaju.

Introdução

Atualmente, a compreensão do patrimônio cultural não está relacionada somente aos bens aristocráticos, religiosos, estatais ou industriais, uma vez que inclui também os bens intangíveis. De acordo com Barreto (2000), a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla e não inclui somente os bens tangíveis, mas também os intangíveis, as manifestações artísticas, o modo de fazer humano, sejam as representações da cultura das classes mais ricas ou as que representam a cultura dos menos favorecidos.

A inserção da cultura intangível, imaterial ou oral como um bem patrimonial se deu a partir da conferência geral da UNESCO no ano de 1989. Neste evento, a UNESCO define como cultura intangível,

O conjunto de criações que advém de uma comunidade cultural fundamentada na tradição, expressada por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as formas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, literatura, música, dança, os

jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes¹⁵⁷.

Posteriormente, a UNESCO adotou uma nova conceituação do patrimônio cultural intangível como,

as práticas e representações, juntamente com os conhecimentos, técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares necessários que as comunidades e os indivíduos reconheçam como patrimônio cultural imaterial próprio, e que sejam compatíveis com os princípios universais de direitos humanos, equidade, sustentabilidade e respeito mútuo entre as comunidades culturais. Este patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades em resposta ao seu entorno e suas condições históricas de existência, e inspira um sentimento de continuidade e identidade, promovendo assim a diversidade cultural e a criatividade humana¹⁵⁸.

A partir deste conceito podemos destacar dois pontos de fundamental importância: o primeiro se refere à existência de valores e costumes que são compartilhados em uma determinada sociedade; e o segundo ponto está relacionado com a possibilidade de difundir estes valores e costumes e de “deixar conhecer-se”, promovendo assim a diversidade cultural através do reconhecimento recíproco.

A cultura imaterial compõe o espaço através de temporalidades que, em muitos casos, fazem referência ao passado de uma forma presente. Assim, através da preservação da cultura imaterial, as sociedades mantêm seus costumes e hábitos para as novas gerações e possibilitam que outras sociedades a conheçam.

Como uma alternativa de alcançar o desenvolvimento local, vários destinos estão se especializando no turismo cultural, uma vez que a atual demanda do mercado turístico manifesta uma tendência crescente de buscar novos produtos que atendam a tríade ócio – prazer - enriquecimento cultural. Como afirma Santos (2010, p. 2),

As transformações na produção dos espaços turísticos, bem como na forma de consumo pelos turistas fizeram com que muitos gestores repensassem acerca da necessidade da diversificação da oferta turística, buscando aliar paisagens, histórias e cultura. Dessa forma, o patrimônio histórico e cultural de muitas cidades aparece como estratégia viável capaz de articular

¹⁵⁷ UNESCO, Recomendación sobre la salvaguardia de la cultura tradicional y popular. Conferencia General en su 25ª sesión. Paris, 15 de noviembre de 1989.

¹⁵⁸ UNESCO. El primer anteproyecto de convención internacional para la salvaguardia del patrimonio inmaterial. CLT-2002/Conf. 203/3. Año de las naciones unidas del patrimonio cultural. París, 26 de julio de 2002.

segmentos distintos na tentativa de consolidação de um destino, a partir da elaboração de produtos complementares.

A possibilidade de desenvolver novos produtos turísticos se converte em um complexo desafio, já que as ações não devem se basear somente no princípio de “inovar por inovar” sem levar em consideração as novas tendências do turismo que estão baseadas na segmentação e fragmentação. De fato, o desenvolvimento de novos produtos deve ter como objetivo atender a pluralidade da demanda.

Partindo desse pressuposto, este artigo tem como eixo central a combinação de recursos gastronômicos regionais, o legado cultural e os recursos paisagísticos de um dos atrativos mais importantes da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, os mercados centrais. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar como os espaços dos mercados podem se configurar como um lugar, em que os turistas possam desfrutar de novas experiências.

A fim de atingir os objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, em que foram consultados artigos científicos e livros que versam sobre a temática em questão; e pesquisa de campo, onde foram realizadas visitas aos mercados, a fim de obter dados atualizados e reais sobre o objeto de pesquisa através de observações *in loco*. 485

Patrimônio Histórico Cultural

A preocupação com o patrimônio resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas a partir do surgimento dos Estados nacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O patrimônio expressa a identidade de um povo e, como consequência, este é dotado de diversidade por características humanas e ambientais a ele impregnadas. Cada nação possui dentro de seu território uma diversidade humana e ambiental expressa em seu patrimônio material e imaterial. O patrimônio, por sua diversidade e peculiaridades, é único e excepcional e, por isso, desperta o interesse à visitação e, como bem comum de uma coletividade, deve ser preservado.

Porém, vale ressaltar que há uma dificuldade de saber o que preservar e como preservar. Além disso, nota-se o enfoque dado à preservação de patrimônio

material, sem levar em consideração o imaterial. De fato, no Brasil, o patrimônio cultural material é alvo de preocupações quanto a sua preservação e catalogação desde a década de 30, e, somente recebeu uma expressa referência na Constituição de 1988, que lhe definiu os elementos integrantes e estipulou mecanismos de sua proteção, conforme pode ser observado no seu artigo 216,

Artigo. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as forma de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

O artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, além de ampliar o conceito de Patrimônio Cultural, impulsionou, mesmo que tardiamente, a criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, um novo instrumento de preservação implantado pelo decreto nº 3.551/2000¹⁵⁹.

486

Embora somente o registro em livros não garanta a sobrevivência dos bens culturais imateriais, pois este depende das transmissões através da sociabilidade para continuar existindo, o registro garante, via o decreto nº 3.551/2000¹⁶⁰, a preservação desse patrimônio.

¹⁵⁹ Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

¹⁶⁰ Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção. [...]

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Assim, dentre os objetivos adotados pelo “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, as políticas de registro eram mais visadas que as de preservação, aspecto causado pela urgência em registrar o patrimônio cultural imaterial. Assim, a partir da “valorização desse patrimônio” surgiram políticas que visavam a sua exaltação enquanto um bem comum nacional e a sua preservação foi à consequência dessa valorização.

A cidade, em toda a sua complexidade, é um documento que retrata a vida e a identidade das pessoas que a constitui. Desse modo, as políticas de preservação dos bens culturais materiais e/ou imateriais devem levar em consideração todos os aspectos sociais, econômicos e ambientais que dela fazem parte, a fim de não produzir “bolhas” resultantes de vários projetos de restauração do patrimônio cultural material (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

De fato, essa preocupação com a preservação do patrimônio vem crescendo em função da grande valorização mercadológica dos bens culturais. Atualmente, baseado em políticas de preservação do patrimônio cultural, as políticas de revitalização, para atrair os turistas, transformam paisagens históricas e manifestações culturais em meras alegorias para o turista ver, “bolhas” ou “simulacros”, “espetáculos”, minimizando seu valor simbólico em detrimento do consumo e do capital (AUGÉ, 1994; CRUZ, 2001).

Gastronomia como um Patrimônio Imaterial e Atrativo Turístico

A alimentação, mais que um ato biológico de fornecer substâncias essenciais ao corpo, e o alimento, mais que um objeto nutritivo do ato de se alimentar, é para cada sociedade significados e simbologias pertencentes as suas identidades (SCHLUTER, 2003). Tomando por base um alimento similar, diferentes culturas preparam sua alimentação de formas diversas, pois a preparação se adéqua aos códigos sociais, valores culturais, geografia e heranças genéticas de cada grupo social.

Assim, a gastronomia pode ser considerada como uma forma espontânea de expressão da estrutura de determinada sociedade ou grupo de indivíduos. É comum as sociedades utilizarem, para prepararem seus pratos, elementos produzidos na área onde se residem e que valorizam a afetividade e o valor simbólico.

A alimentação de um indivíduo possibilita diferenciar a que grupo e/ou sociedade ele pertence, assim como, a sua classe social. Desta forma, a alimentação pode atuar como um fator de diferenciação de determinada cultura, pois ao comer é incorporado não somente as características físicas dos alimentos, mas, sobretudo, seus valores simbólicos e imaginários. Dessa maneira, a comida não é boa apenas para comer, mas, sem dúvida, para pensar (SCHLUTER, 2003).

Embora exista uma carência de pesquisas que disponibilizem informações baseadas na experiência do turista em relação ao patrimônio, os grandes fluxos de turistas que se deslocam para destinos com grande valor histórico e cultural demonstram a importância do patrimônio para o turismo internacional. Exemplo disso são as catedrais, aldeias, castelos e gastronomia na Europa e a cultura e arquitetura presentes em Machu Picchu, lugares que recebem grandes fluxos de turistas e são conhecidos mundialmente pelo seu patrimônio (SCHLUTER, 2003).

Além do valor monumental, arquitetônico e artístico verificados nos lugares, os aspectos imateriais da cultura são muito importantes para a experiência turística. Tais aspectos tradicionais da cultura (as festas, a música, as danças e a gastronomia) ao incluir significados simbólicos que remetem à identidade de grupos culturais diferentes, fazem também parte do consumo turístico, seja isoladamente ou como complemento de outras atrações de maior importância. 488

As principais motivações dos viajantes encontram-se na busca pelo prazer da viagem e da alimentação. Assim, a gastronomia assume um papel de grande importância como um produto para o turismo cultural. Essa importância se dá através da busca pelas raízes culinárias e a forma de entender a cultura local do destino visitado por meio de sua gastronomia.

Além disso, a gastronomia e o turismo são inseparáveis, pois não podemos pensar em turismo sem o ato de se alimentar, mesmo sendo em curta ou longa duração da viagem ou, até mesmo a motivação para tal, haverá sempre a necessidade de alimentar-se e dessa forma experimentar a gastronomia do local visitado.

A cozinha tradicional passa a ser reconhecida cada vez mais como um valioso componente do patrimônio intangível dos povos. Estando o prato pronto, sua

preparação e o significado para cada sociedade, estabelecem os aspectos que não se podem vê, mas que dão um caráter diferenciado (SCHLUTER, 2003).

Alguns locais com vocação para o turismo cultural podem incrementar seu produto turístico através da gastronomia e outros aspectos imateriais de sua cultura, como é o caso a cidade de São Cristóvão em Sergipe, quarta cidade mais antiga do Brasil, que possui um patrimônio reconhecido mundialmente pelo seu acervo arquitetônico e cultural. Esta cidade pode agregar um valor maior aos atrativos através da gastronomia, a exemplo da queijadinha que se configura como uma herança portuguesa que teve sua receita adaptada às características e ingredientes locais e são produzidas de forma artesanal.

O interesse dos turistas pela gastronomia pode ser usado pela atividade para estruturar seus bens e serviços beneficiando as comunidades locais, podendo ajudar a resgatar e/ou manter tradições antigas que estão a ponto de desaparecer. Como consequência desse interesse, a necessidade de valorizar o patrimônio gastronômico regional torna-se um dos pilares que fundamentam o desenvolvimento do turismo cultural.

De fato, através de sua dimensão social e cultural, a gastronomia foi possível ser incorporada as políticas de patrimônio cultural. A partir do uso turístico do patrimônio é possível fazer com que a gastronomia obtenha cada vez maior importância na promoção de um destino e para atrair um novo fluxo turístico.

Como patrimônio local, a gastronomia está sendo incorporada aos novos produtos turísticos destinados a determinados nichos de mercado, possibilitando a inserção de agentes da própria comunidade local na elaboração desses produtos, testemunhando o desenvolvimento sustentável da atividade.

É sempre bom pensar que nem todos os turistas são movidos exclusivamente pela cultura, alguns são em parte, entretanto, outros consideram como um elemento ligado a outra motivação principal. No entanto, podemos afirmar que na cidade de Aracaju, a gastronomia ainda não se configura como a principal agente motivador de um deslocamento turístico. Em geral, se busca a criação de rotas temáticas e culturais, em que se possam integrar em um único produto os elementos que na maioria das vezes isoladamente não despertam interesse ou que apresentam certa dificuldade de promoção e comercialização, podendo assim oferecer um produto

final, que no todo, agrega valor, aumentando seus benefícios econômicos e sociais (SCHLUTER, 2003).

É certo que podemos afirmar que a demanda de turismo baseado nos produtos patrimoniais está crescendo a cada ano. Conseqüentemente, outros serviços que sempre foram comercializados de forma complementar ou inseridos nos tradicionais pacotes turísticos, a exemplo dos museus, o folclore, a gastronomia, música, entre outros, atualmente adquirem uma nova forma e se consolidam como principais elementos de atração turística.

Em todo o mundo, como já foi dito anteriormente, os grandes fluxos de turistas se motivam cada vez mais a conhecer o patrimônio cultural dos destinos visitados. Dentre estes patrimônios encontram-se inseridos os grandes mercados mundiais tais como: o Mercado Municipal Paulistano, Mercado Municipal de Curitiba, Mercado Modelo, em Salvador e o *La Boqueria*, em Barcelona. Tais equipamentos urbanos tornam-se atrativos para a atividade turística, uma vez que agregam, em sua maioria, em um único espaço, manifestações materiais e imateriais da identidade local. Entre estas manifestações as que mais se destacam são a 490 gastronomia, arquitetura, agentes sociais (comerciantes e usuários), artesanato e os eventos culturais realizados no local.

Em Aracaju, os mercados centrais apresentam-se em dois planos de atratividade turística. Um primeiro plano material, representado por sua estrutura física. Em segundo plano, são encontradas verdadeiras manifestações culturais do povo sergipano, tais como a gastronomia, modos de fazer e o artesanato. Assim, o imaterial dá vida ao material, formando um conjunto que retrata a identidade do sergipano. Tais características fazem dos mercados municipais um dos maiores atrativos culturais da capital aracajuana.

Breve Apresentação dos Mercados Centrais de Aracaju

Aracaju, cidade projetada em meados do século XIX, possui um Centro Histórico representado por um conjunto arquitetônico de grande relevância para a identidade dos sergipanos. Esse conjunto urbano, constituído por equipamentos para usos de lazer, comércio e moradia foi, ao longo do tempo, construído e

modificado, seja por processos que buscavam a sua revitalização e/ou atos de vandalismo.

Assim, dentre os equipamentos existentes no Centro Histórico, os Mercados Centrais de Aracaju é um conjunto composto por três mercados comerciais. Atualmente, estes mercados se configuram como um dos cartões postais da capital e também um atrativo turístico e cultural da mesma. Esse conjunto é formado pelo Mercado Antônio Franco, Mercado Auxiliar Thales Ferraz e Mercado Municipal Governador Albano Franco.

Estes mercados apresentam arquiteturas e construção de épocas distintas, além de possuir funções, usos e dinâmicas diferentes. O Mercado Antônio Franco, inaugurado no ano de 1926, possui estilo eclético, característicos da arquitetura existente em Aracaju na época. O prédio é formado por quatro faces que abriga um conjunto de lojas e no pátio interno localiza-se a torre do relógio. O Thales Ferraz, de 1949, foi construído para auxiliar o Antônio Franco, ele apresenta um estilo neocolonial, constituído por um grande pátio interno, arcadas e um alpendre (LIMA, 2010).

O Albano Franco, com construção concluída em 1998, possui uma estrutura baseada no modernismo, diferenciando-se dos demais. Em sua construção foram aproveitados os galpões abandonados do antigo Moinho Sergipe e o Armazém do Trigo.

A importância dos Mercados Centrais não se resume somente ao seu uso comercial, mas também a sua relevância para a identidade dos sergipanos. É a partir desse valor para a identidade sergipana e manifestação da mesma, que esses são considerados um ponto de visitação para os que residem e visitam Aracaju.

O Centro Histórico de Aracaju seguiu uma tendência mundial de esvaziamento e desvalorização dos centros históricos urbanos de grandes cidades que geram problemas de ordem ambiental e social. Até o final da década de 1990, a área dos mercados centrais, que na época era composta apenas pelos dois mercados Antônio Franco e Thales Ferraz, abrigava um grande número de pessoas, camelôs e comerciantes, que se espalhavam pelo entorno dos mercados, de forma desorganizada.

Naquela época, a comercialização de produtos era realizada nas ruas e calçadas do entorno, deixando os prédios dos mercados sem o devido uso. Essa ocupação desordenada dificultava o trânsito e a circulação de pedestres.

No âmbito social, Lima (2004) afirma que o processo de ‘empobrecimento’ sofrido pela área central de Aracaju teve no Mercado uma das facetas mais reveladoras. A presença de atores sociais marginalizados, como prostitutas, meninos ‘trombadinhas’ e ‘cheira-colas’, mendigos, entre outros, somados ao crescimento desenfreado do comércio informal, principalmente ao ocupar ruas e logradouros próximos, transformando-os indistintamente numa feira complexa e super adensada, tiveram influência decisiva no re-ordenamento sócio-espacial do Mercado Municipal.

Nesse estado de degradação ambiental e urbana foi implantado, na década de 1990, um projeto de revitalização dos mercados. Sobre esse processo Conceição et. al. (2010, p.166) afirmam que,

Os princípios de revitalização dos centros urbanos surgiram como respostas às ações de renovação urbana, que predominaram durante as décadas de 30 e 70 com o urbanismo moderno, cujo este defendia a destruição das áreas e dos edifícios habitados pela população marginalizada, sendo que posteriormente estes prédios reconstruídos para novos usos comerciais e de serviços.

492

Assim, o objetivo deste projeto era resgatar a paisagem urbana, a fim de recuperar as características arquitetônicas tradicionais da área para possibilitar a inserção da capital no processo de abertura ao mercado do turismo, bem como organizar o comércio existente, dando uma nova configuração a esse espaço urbano.

A partir daí, começaram as ações para a revitalização do Mercado Modelo Antônio Franco e do Auxiliar Thales Ferraz e posteriormente à revitalização foi construído o Mercado Albano Franco. A construção de um novo mercado foi uma estratégia de redistribuição e reorganização espacial do comércio. Assim, nos antigos mercados ficaram concentrados apenas os produtos locais, como artesanatos e comidas típicas e o novo foi utilizado para a comercialização de produtos básicos e alimentícios.

De acordo com Santos (2010), estas intervenções influenciaram no novo perfil paisagístico do centro histórico. Porém, é importante ressaltar que não conseguiram impor uma “nova” identidade, uma vez que não eliminaram seus usos anteriores, seja no que se refere à comercialização informal, atividade que sempre atuou como um ponto identitário para a área, ou nos territórios de prostituição que já estão consolidados neste espaço central.

Mercados Centrais de Aracaju e Suas Manifestações Gastronômicas

A gastronomia sergipana evoluiu a partir do intercâmbio de culturas alimentares africanas e indígenas e, devido a esse fator, está marcada por alimentos e condimentos característicos.

A partir do intercâmbio de especiarias entre os portugueses, africanos e indígenas foram introduzidos os condimentos como o cominho, a pimenta negra, a pimenta (conhecida na África como “piripiri”) e o sal que são utilizados com frequência na gastronomia sergipana.

A influência dos indígenas é muito percebida devido ao forte consumo de raízes na gastronomia local, como por exemplo, a mandioca, batata doce e inhame. Sem dúvida, a mais importante dos três tipos citados é a mandioca, que se converteu em um produto básico na alimentação não somente dos sergipanos, mas de todos os nordestinos, uma vez que a partir desta raiz se extrai a farinha.

Paul Claval no seu livro sobre a geografia cultural disserta acerca da importância da mandioca como base da alimentação humana,

Ninguém afirmaria que a raiz de mandioca se converteria em uma das maiores bases da alimentação humana. A fécula extraída é tóxica devido ao ácido que contém. Este é eliminado através de diversas manipulações [...]. A distância entre o produto bruto, perigoso, e o recurso alimentar essencial que se converteu é tão surpreendente que os mitos indianos se ampliam sobre a maneira como os deuses ensinaram aos homens o segredo do tratamento (CLAVAL, 2001, p. 256).

É importante ressaltar também a forte presença do milho na gastronomia sergipana. Os pratos elaborados a base do milho apresentam características peculiares e são comercializados em feiras públicas ou em restaurantes. Elaboram-se mingaus, biscoitos doces ou salgados, sobremesas, cuscuz e a canjica. O consumo da canjica está também relacionado com as festas Juninas, evento tradicional no Nordeste do Brasil.

Ademais destes exemplos já citados, não podemos esquecer o papel exercido pelos mariscos na gastronomia do estado de Sergipe. O estado é cortado por seis bacias hidrográficas e também é banhado pelo Oceano Atlântico, o que permite que Sergipe ofereça diversos pratos gastronômicos elaborados com distintos tipos de mariscos.

O conjunto arquitetônico formado pelos três mercados centrais representa uma síntese dos elementos presentes na gastronomia sergipana, onde são comercializados: mariscos, pescados, frutas, raízes, grãos, ervas, especiarias, frutas típicas e outros. Além das matérias-primas da gastronomia sergipana, são comercializados em lojas, bancas, restaurantes e lanchonetes que costumam 494
oferecer pratos prontos, quitutes e compotas caseiras.

A representação gastronômica dos mercados é fruto das manifestações existentes no local. Tal conjunto comercial e cultural revela a identidade do povo sergipano, servindo como meio de interpretação da diversidade cultural e gastronomia sergipana através dos seus restaurantes, lanchonetes e quiosques, aliados ao artesanato, literatura de cordel e aos usuários que o concede vida, fazendo deste um local dinâmico pelos usos que lhe são atribuídos.

Cada um dos mercados possui aspectos próprios que os diferenciam uns dos outros, aspectos estes referentes à época de construção, suas funções, arquitetura e os serviços e bens prestados. O Mercado Antônio Franco apresenta uma arquitetura diferenciada dos outros dois mercados. Este possui um térreo, onde se encontra as lojas de artesanato e artigos diversos, um terraço, onde estão localizados três restaurantes e um posto policial estrategicamente localizado. De sua parte superior é possível ter uma visão panorâmica do rio Sergipe e da cidade da Barra dos Coqueiros. Dentre os serviços e bens comercializados no Antônio Franco,

os restaurantes, bem como as lojas de artesanato e comidas típicas são os que mais se destacam (FOTO 1).



Foto 1: Vista aérea do Mercado Municipal Antônio Franco.

Foto: Sérgio Andrade.

Fonte: <http://img295.imageshack.us/img295/5917/aa55io8.jpg>

O Mercado Thales Ferraz, ou Mercado Auxiliar (denominação dada por sua função de auxiliar do mercado Antônio Franco), está localizado entre o Antônio Franco e a Praça de Eventos - praça que recebe um dos mais importantes eventos do estado, o Forró-Caju (FOTO 2).

495



Foto 2: Imagem área do Mercado Auxiliar Thales Ferraz.

Foto de Victor Balde.

Fonte: <http://img48.imageshack.us/img48/1601/03ru9.jpg>

Este mercado destaca-se pela comercialização de produtos naturais, ervas, condimentos, artesanato, derivados do leite, ingredientes para a elaboração de produtos típicos e quitutes da gastronomia sergipana a base de mandioca. Este mercado também abriga pequenos restaurantes e lanchonetes e conta com um posto de informações turísticas da EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), localizado em seu interior, posto que tem como função auxiliar os visitantes, além de viabilizar uma melhor interpretação do local através da disponibilização de materiais impressos, tais como mapas e mini-guias.

Já o Mercado Municipal Governador Albano Franco, o maior entre os três, foi construído com a finalidade de ser o centro de abastecimento da capital (FOTO 3). De uso da população aracajuana, nele são comercializados: verduras, legumes, hortaliças, frutas das mais diversas, grãos, carnes, pescados e uma infinidade de alimentos e pequenas lanchonetes e restaurantes. Na parte superior localizam-se as lojas de confecção, artigos importados, calçados e brinquedos. Um dos grandes atrativos do Mercado Albano Franco é a variedade de mercadorias comercializadas no local. A diversidade de frutas, condimentos, farinhas, raízes e outros elementos que representam a gastronomia sergipana são de grande importância para quem quer conhecer parte da cultura sergipana, e também deve ser alvo dos gestores e profissionais de turismo para diversificar, de forma criativa, a oferta turística da cidade de Aracaju.



Foto 3: Imagem interna do Mercado Municipal Albano Franco.

Foto: Geane Almeida

Assim, os mercados centrais, como um grande atrativo turístico cultural de Aracaju, pelos seus muitos aspectos materiais e imateriais e manifestações gastronômicas, são lugares compostos de vida e de dinâmica que podem valorizar a experiência do turista. Com base na oferta potencial e real dos mercados é de grande importância que estes sejam trabalhados de forma racional, proporcionando o desenvolvimento social e econômico dos agentes envolvidos e o bem-estar da população aracajuana e de seus visitantes.

Considerações Finais

Através das pesquisas realizadas pode-se perceber que os Mercados Centrais de Aracaju são equipamentos urbanos utilizados tanto pelos residentes sergipanos como pelos turistas. Os primeiros utilizam desses espaços para abastecimento, comércio, lazer e compras. Os segundos utilizam como um espaço de lazer dentro da prática turística. É importante ressaltar que o uso desses equipamentos pela atividade turística se dá através das agências de receptivo que realizam passeios e *city tours* pela cidade.

É importante observar como se dá o uso turístico dos mercados e, a partir dessa observação, fazer as seguintes perguntas: será que o potencial turístico dos mercados é explorado de forma racional? Será que os comerciantes do local são beneficiados financeiramente pelo fluxo de turistas existente? Será que os turistas estão realmente conhecendo a cultura local?

497

Apesar de possuir uma grande quantidade e variedade de atrativos turísticos, o estado de Sergipe apresenta várias dificuldades para o desenvolvimento do turismo, dentre elas destacamos a diversidade e quantidade de roteiros e rotas turísticas comercializados. Tais dificuldades podem acarretar na insatisfação e/ou minimização da experiência dos turistas que visitam o território sergipano.

Não distante da realidade do estado, a capital Aracaju também enfrenta as mesmas dificuldades. Assim, faz-se necessário a busca por segmentos que complementem e inovem a oferta já existente na capital. O Centro Histórico, desde a sua revitalização, com seus conjuntos arquitetônicos e manifestações culturais, apresenta-se como uma saída para a diversificação e ampliação da oferta turística da capital.

Por isso, torna-se de fundamental importância que o estado de Sergipe, que ainda não se configura como um destino turístico consolidado desenvolva outros produtos para se diversificar e oferecer novas propostas com o objetivo de competir com os demais destinos turísticos.

Desta forma, acreditamos que, a elaboração de roteiros gastronômicos que incluam os Mercados Centrais possa integrar a gastronomia com outros produtos turísticos, a fim de construir um produto final que gere benefícios culturais, econômicos e sociais.

Diante dessas necessidades, os Mercados Centrais, pela sua importância para a identidade sergipana, não podem ser utilizados somente como mais um atrativo de *city tours* aracajuanos. É importante que os gestores e profissionais do turismo, através de equipes multidisciplinares, trabalhem o potencial do atrativo com criatividade e de maneira racional, pois no mercado turístico atual nota-se a necessidade de se trabalhar a partir do olhar do turista pós-moderno, que é um turista cada vez mais exigente, demanda esta que cresce a cada dia.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não - Lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.

BRASIL. Constituição Federal. Artigo 216. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm. Acesso em 4 de Setembro de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 4 de Setembro de 2010.

CLAVAL, P. **Geografía Cultural**. 2. Ed. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

CONCEIÇÃO, G. A., BRITO, G. M., SANTOS, M. G. R., PINHEIRO, R. C. S., PAIXÃO, S. M. P. **Centro Histórico de Aracaju**: urbanismo, identidade, usos, políticas urbanas e turismo. In: Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Niterói: UFF, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S. C. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LIMA, N. **História do mercado central mostra evolução urbana**. Disponível em: http://www.faxaju.com.br/viz_conteudo.asp?codigo=267201017484116973. Acesso em 24 de setembro de 2010.

LIMA, S. **Paisagens da História**: formação e ressurgimento do Mercado Central na imagem simbólica de Aracaju. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe., 2004. (Monografia de Conclusão de Curso – História Licenciatura).

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Impactos Territoriais do Turismo em Aracaju**. In: Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Niterói: UFF, 2010.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Educação patrimonial e turismo cultural: das comunidades locais aos turistas**. In: Anais do Fórum da AMFORTH. São Paulo: SENAC, 2010.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

TURISMO E IMAGINÁRIO NA PÁGINA VIRTUAL DA EMSETUR

Denio Santos Azevedo¹⁶¹

RESUMO

Este estudo procura analisar as construções da imagem turística do estado de Sergipe a partir da atividade exercida por intermediários culturais na elaboração da página virtual da Empresa Sergipana de Turismo – Emsetur na divulgação do destino. Para tal foram elencadas as imagens que identificam os atrativos turísticos que são tidos como representativos do espaço e que diferenciam o destino turístico Sergipe de outros destinos. Para tal foi feita uma pesquisa bibliográfica, um levantamento de imagens no *site* da Emsetur e a análise destas a luz da iconografia, além de entrevistas com profissionais do setor de marketing e publicidade e propaganda que desempenham funções na instituição aqui pesquisada. Ciente de que este estado foi (re)inventado e representado de diferentes formas, em contextos distintos, atendendo a variados interesses, percebe-se que o espaço que um dia foi vinculado a Bahia, aos poucos vai sendo ressignificado e incorporado novas imagens que passam a identificá-lo como sendo “a nova descoberta do Brasil”.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Imaginário; Sergipe; Intermediários Culturais; web; Emsetur.

ABSTRACT

500

This study seeks to analyze the buildings of the image touristic Sergipe state from the activity performed by cultural intermediaries in the preparation of the page virtual Company Sergipana Emsetur Tourism – the dissemination of destination. For such have been listed the images which identify the attractive tourist are taken as representative of the space and which differentiate tourist destination Sergipe other destinations. For this was made a bibliographical research, a survey of images on the website of Emsetur and analysis of the light of iconography, and interviews with professionals in the sector of marketing and advertising and advertising roles in the institution here studied. Aware that this state was (re)invented and represented in different ways, in different contexts, given the different interests, perceives-that the space of a day was entailed Bahia, to few is representation and incorporated new images that are to identify-it as "the new discovery of Brazil".

KEY-WORDS: Tourism; Imaginary; Sergipe; Cultural Intermediaries; Web; Emsetur

No início do século XXI as informações sobre um fenômeno social, amplo, complexo e extremamente contraditório denominado Turismo no mundo davam a este uma relevância superior a outros períodos da história. Diversos dados

¹⁶¹ Graduado em História (UFS); Mestre em Sociologia (NPPCS/UFS); Doutorando em Sociologia (NPPCS/UFS); Professor do Núcleo de Turismo (UFS); Pesquisador do Grupo de Pesquisas História Popular do Nordeste (UFS/CNPq). E-mail: denio_azevedo@yahoo.com.br

fornecidos pelas instituições que pensam e organizam a atividade turística, demonstram que há um constante crescimento no número de turistas nas últimas décadas. Os motivos para tal são os mais variados: maior expectativa de vida das populações, globalização, encurtamento das distâncias, melhorias no setor e maior acesso aos transportes, férias remuneradas e redução nos custos dos pacotes turísticos. Destaca-se ainda os avanços no setor da informação e comunicação, ampliação das vias de acesso, aperfeiçoamento nos meios de hospedagem, a busca pela qualidade nos setores de alimentos e bebidas, as mudanças significativas no cotidiano e na mentalidade das populações, dentre outros.

Isso fica evidente no cotidiano quando se pode perceber alguns dados divulgados por setores econômicos, que percebem a atividade turística como uma indústria, o quanto, aos poucos, esta vem superando a indústria automobilística e disputando com a petrolífera e bélica um lugar de destaque na economia mundial. Com isso percebe-se uma concorrência interciudades, onde as mesmas competem para se tornar um destino turístico disputado, visitado pelos turistas de massa ou por turistas segmentados, para aperfeiçoarem a melhoria dos números (rendimentos, visitantes, investimentos) e consequentemente gerarem um suposto desenvolvimento econômico. 501

No aspecto político, as políticas públicas na área de turismo, a existências de acordos bilaterais ou multilaterais entre países que facilitam o acesso ao interior das fronteiras e as parcerias público-privadas são exemplos das possibilidades de pesquisa e da grandiosidade deste objeto. A importância do fenômeno turístico também é evidenciada quando catástrofes naturais (erupções de vulcões, terremotos, maremotos), atentados terroristas, conflitos armados, áreas de riscos infecto-contagiosos, paralisações no setor de transportes ou crises econômicas dominam os temas da imprensa e influenciam o deslocamento de pessoas motivadas pelo fenômeno turístico.

Nessa relação pode-se levantar um questionamento principal: por que as pessoas viajam? E os motivos apresentados são os mais variados: realização de um sonho, tradição de família, descanso, eventos, lazer, negócios, contatos com diferentes, mudanças no cotidiano, encontros com amigos, natureza, conhecimento, estudo, dentre outros. Independente dos fatores, grande parte desses turistas é influenciada pelos anúncios veiculados nos diversos meios de comunicação.

Imagens e narrativas são exemplos de atributos associados aos destinos. Vendem-se sonhos, desejos, possibilidades, saúde, formação intelectual, conhecimento e oferecem contatos aos possíveis consumidores. Em poucas palavras procurou-se demonstrar que o turismo não é só economia, mas possui uma vertente política, lida com questões culturais, históricas, geográficas e caminha pelo mundo das idéias, das individualidades, das representações sociais, das identidades e das coletividades dentre outros roteiros.

Tais motivações, acontecimentos recentes, inovações, mudanças, roteiros e contextos levaram os estudiosos do Turismo a perceber a multiplicidade de questões que norteava o seu objeto de pesquisa. Analisaram que estavam em uma área multidisciplinar, transdisciplinar ou interdisciplinar. Tratava-se de um tema transversal e com necessidade de revisão das pesquisas com o intuito de aperfeiçoar as teorias e os olhares lançados sobre tal temática. Além disso, perceberam que o terreno era extremamente árido. Com isso o turismo passa a ser pesquisado por historiadores, geógrafos, administradores, economistas, antropólogos, psicólogos, cientistas políticos, sociólogos e turismólogos. Apesar de tantas possibilidades Giddens (2005) afirma que “o turismo não parece ser de interesse particular para os sociólogos”, já que as publicações na área poderiam ter um maior fôlego¹⁶². Ao mesmo tempo em que afirma que os olhares lançados sobre o turismo poderá “nos dizer muito sobre o mundo social”.

Motivado por observações como estas é que Featherstone (1995) defendeu que a investigação de práticas de lazer e turismo deve ser socialmente localizada.

¹⁶² “De acordo com Cohen (2002, p. 51) o primeiro artigo científico com conteúdo social sobre o assunto foi do italiano L. Bódio em 1899. No entanto, as maiores contribuições ocorreram na Alemanha com a criação do Centro de Pesquisas Turísticas da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim. O primeiro texto sociológico que trata especificamente do turismo seria o de Leopold Von Wise em 1930. Para Montejano (1999, p. 69) os primeiros trabalhos sobre a sociologia do turismo remontam a 1935, com Robert Glucksmann. Nas décadas de 1940 e 1950 os trabalhos são raros motivados pela guerra mundial e retornam com fôlego em 1960 com H.J. Knebel. Mas, o estudo do turismo como uma especialidade da sociologia emergiu com mais força somente nos anos 70 com Cohen (1972), MacCannell (1973), Young (1973), dentre outros. No Brasil, foi publicado em 1995 o primeiro livro de Sociologia do Turismo de M. Paiva” (DIAS, 2003, p. 20-23). Destacamos ainda: De La Torre (1994) em “El Turismo: fenómeno social”; Haulot (2000) em “Turismo social”; Krippendorf (1989) em Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens”; Lanquar (1990) em “Sociologie Du tourisme ET des voyages”; Mazón (2001). Sociología Del turismo”; Pearce (1989) em “Tourist development”; Trigo (1998) em “A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo”; Urry (1996) em “O olhar do turista”; Fortuna e Ferreira (1996) em “O turismo, o turista e a (pós) modernidade”; Barreto (2000) em “As ciências sociais aplicadas ao turismo”; Serrano; Bruhns & Luchiar (2000) Em “Olhares contemporâneos sobre o turismo”; Dumazedier (1999) em “Sociologia empírica do lazer”; Rodrigues (1997) em “Turismo, modernidade, globalização”.

Os primeiros estudos sobre turismo nas ciências sociais privilegiaram a sua vertente econômica, basicamente na relação oferta e demanda e/ou produção e consumo (HALL, WILLIAMS, LEW, 2004). E aqui entram os debates sobre as contribuições do turismo para a criação de empregos, para o desenvolvimento econômico, para o planejamento urbano, os custos para a efetiva implementação da atividade turística e sua manutenção e renovação, gestão em turismo, reorganização dos territórios, condições de ordenamento dos espaços, dentre outros.

Daí os debates começam a se expandir, saem do privilégio em pesquisar apenas o turista como consumidor e começam a perceber a sua interação com a comunidade receptora, mudanças no comportamento das pessoas e as possibilidades em agregar conhecimento àqueles que o praticam. Observam ainda, os impactos positivos e negativos nos destinos, os atrativos, a relação com o meio ambiente, a análise comparativa entre as práticas culturais, a comunicação turística, a hospitalidade, os meios de difusão de novas práticas sociais, redução, aceitação e ampliação das diferenças, representações sociais e territoriais, construções identitárias e imaginário das cidades, recorte temático que nos interessa neste pequeno escrito. Percebe-se então um fenômeno social passível de ser estudado.

503

Especificamente com relação aos destinos turísticos, estes são reestruturados e organizados como centros de consumo, onde bens de consumo e imagens midiáticas desempenham um papel principal na vida cotidiana. Por um lado, a maior parte das cidades exibe uma paisagem turística urbana caracterizada pelos símbolos homogeneizados e pela presença da cadeia multinacional de hotéis (*Quality, Radisson, Mercure*), marcas globais de serviços no setor de alimentos e bebidas (*Mcdonalds, Pizza Hut, Starbucks* e outras franquias); por outro destacam o que é “típico”, “específico”, “autêntico” do lugar. Há uma busca em construir o característico, em demonstrar em que se é diferente, destacar produtos regionais, fabricar identidades, criar imaginários para consumo do “outro”, o turista. Os destinos são tematizados, identificados, diferenciados, (re) imaginados para atrair turistas.

Tais construções imagéticas passam a ser feitas por agentes sociais, que planejam a atividade turística, como atrativos turísticos dos destinos. Tais imaginários urbanos (CANCLINI, 1997) são fabricados com o auxílio dos meios de comunicação e divulgados nestes. Isso interferiu no cotidiano das comunidades e as cidades começaram a ser (re) descobertas com fins turísticos. Inicia aqui uma

tamanho concorrência intercidades pela maior fatia do mercado turístico. Tais disputas podem ser percebidas através do *marketing* de destinos quando os lugares são representados com o intuito de comercialização de uma imagem atrativa e vencedora na competição pela retenção de recursos. (AZEVEDO, 2010). Consequentemente, as preocupações discursivas ou práticas com o meio ambiente, a memória, a história, o patrimônio, a autenticidade, a hospitalidade e as especificidades do local começam a se destacar nas agendas dos representantes políticos e nos interesses dos representantes do setor privado. Todos estes são percebidos pelos planejadores urbanos, publicitários, membros do *trade* turístico e governantes entrevistados até o momento como elementos simbólicos, componentes ou construtores de imaginários locais. Com isso, os países, estados, regiões e cidades passam a ser elencados, classificados e comercializados, tornando-se objetos de consumo disputados no mercado.

Atrelado a tais preocupações surge a necessidade de investimento em infraestrutura turística, criação de cenários culturais e lúdicos, rituais, eventos que objetivam (re) construir as imagens e as narrativas das cidades turísticas. Passa a existir uma diferença significativa entre a cidade que existe e a que se deseja, a cidade viva e a projetada para fins turísticos. Percebe-se que estes se tornam zonas de significados amplos e ambíguos. As imagens que identificam e representam os lugares passam por transformações e são (re) inventadas continuamente. Investem em *marketing*, em publicidade e propaganda, em tecnologias da informação e comunicação para maquiar a “cara” dos espaços. Querem até modificar a forma como os residentes se relacionam com a localidade e com os turistas.

Após estas primeiras observações pretende-se fazer uma análise sociológica da dimensão turística de Sergipe e das formas como este destino turístico é representado pelas imagens veiculadas nos *site* da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Cabe refletir, a luz da iconografia (Porto Alegre, 2006), sobre as narrativas, discursos tecidos ou constituídos nas imagens e a partir das imagens, e sua relação com o processo de construção deste imaginário na contemporaneidade. Acredita-se que a soma das imagens das cidades turísticas e dos seus principais atrativos, que compõem a seleção feita no *site* aqui pesquisado, resulta em novos imaginários para Sergipe e os sergipanos, ou seja, em (re) invenções da imagem

turística do estado. Destaca-se que qualquer análise sobre Sergipe e os sergipanos “é sempre uma análise das múltiplas possibilidades de interpretação” (AZEVEDO e ANDRADE, 2010).

Tais imagens das cidades turísticas podem ser percebidas em um conjunto amplo e com variadas possibilidades de leitura e interpretações nos materiais de divulgação (revistas especializadas, cartões postais, guias turísticos, vídeos comerciais, livros de viagens) utilizados como ferramentas do *marketing* de destino. Em tempos em que a tecnologia oferece facilidades de acesso, produção e distribuição de informações, com o advento da rede mundial de computadores, o uso dos *sites* como espaços de comunicação e informação e as mais distintas ferramentas disponíveis, boa parte desses materiais encontra-se reunido em *sites* e portais. Por isso, interessa-nos nesta pesquisa, aquele que aparece como principal espaço virtual institucional de divulgação do turismo sergipano e as imagens nele veiculadas sobre as cidades turísticas em Sergipe e os seus principais atrativos.

A partir de tais considerações percebe-se que um lugar pode ser associado a mais do que uma imagem, uma vez que pode difundir uma pluralidade de imagens, reais ou imaginárias, instantâneas ou duradouras, de consenso ou de conflito, individuais ou coletivas. Os *sites* e portais turísticos são, na verdade, uma das múltiplas formas, e ao mesmo tempo variadas formas em uma só, de apresentar os destinos segundo as diferentes narrativas desse lugar. É óbvio que elas não dizem propriamente o que é a cidade, mas antes apresentam uma cidade ou várias cidades, idealizadas. E quem elabora, organiza e divulga as imagens e narrativas das cidades turísticas?

Neste trabalho, os agentes do setor turístico que desempenham funções na construção do portal da EMSETUR, que por via do trabalho simbólico exercem na produção e difusão das imagens e narrativas sobre as cidades turísticas, produzindo esse espaço que poderá ser vivenciado ou ficará no imaginário dos seus consumidores serão entendidos aqui como “intermediários culturais”. (BOVONE, 1997; HALL; P. du GAY; 1997; BOURDIEU, 2003; FERREIRA, 2009a e 2009b). Estes agentes desempenham um papel fundamental na articulação da produção com o consumo, através da tentativa de associação de bens e serviços a significados culturais específicos e através da orientação destes valores para potenciais consumidores. Promovendo os lugares, os intermediários culturais

acabam tornando os bens e os atrativos com elevado conteúdo de informação, com destacado valor simbólico e representativo, portanto tendo um papel fundamental na fabricação do imaginário das cidades, dos estados, regiões e países.

O trabalho simbólico de tais intermediários não é feito isoladamente, mas em articulação com representantes políticos, promotores culturais, paisagistas, arquitetos, urbanistas, dentre outros. É feito, ainda, por meio de repertórios em que recuperam e transformam outras fontes de imaginação dos destinos, desde as crendices populares, os imaginários urbanos, as construções da literatura, e os saberes científicos. As identidades fabricadas pelos agentes sociais que estão a frente das promoções das cidades turísticas constitui uma parte fundamental na escolha dos destinos, (re)inventa regiões e torna-se elemento constitutivo na construção de sentidos e significados sobre as cidades turísticas e para tal envolve narrativas, signos e imagens que simbolizam tais destinos. (HALL, 1997).

Este trabalho de (re) fabricação simbólica, normalmente se quer dinâmico, pois depende da reação dos turistas, dos moradores da localidade e dos vários interlocutores. Vale destacar ainda, que as imagens são construídas pelos intermediários culturais, com base em repertórios determinados e mediante 506
processos específicos, que mediatizam a relação entre a cidade física e vivida e os diversos tipos de percepção que ela suscita entre os que com ela se relacionam, sejam residentes ou turistas. Tanto na sua forma, como nos seus conteúdos, essas imagens, narrativas e representações, não podem ser sociologicamente entendidas senão a luz desses intermediários, processos e repertórios.

Nesta pesquisa os intermediários culturais são profissionais dos setores de *Marketing*, da Diretoria de Operações e Gerências de Feiras, Eventos e Promoções da Emsetur, ou seja, publicitários, jornalistas, fotógrafos, turismólogos, administradores, responsáveis pela elaboração de todo o planejamento de execução da comunicação e promoção do destino Sergipe. Os entrevistados acreditam que a sua principal função é agregar valores a paisagem do destino. De acordo com estes, as imagens do destino turístico mudam de acordo com interesse do mercado turístico, buscando valorizar o produto a partir de suas qualidades intrínsecas.

A Emsetur e o imaginário Sergipe

A Empresa Sergipana de Turismo foi criada no início da década de 70, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de turismo no Estado de Sergipe. É uma Empresa no formato de Sociedade Anônima (S/A), onde a maioria das ações é do Governo do Estado de Sergipe, fazendo parte assim, da administração indireta da instituição, que hoje está vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Turismo – SEDETEC.

Uma das missões da Emsetur é a divulgação do produto Sergipe, tanto em nível nacional quanto regional. O *site* pesquisado, foi criado no ano de 2009 após uma reformulação do já existente e “tem um caráter institucional e comunicador das políticas públicas que são desenvolvidas no Estado”. Para a elaboração do *site* foi feito um levantamento dos atrativos, criado um banco de imagens (comprando fotografias de diversos profissionais), contratando empresas responsáveis para elaboração de vídeos. “As imagens são estrategicamente selecionadas. Primeiro elas são pensadas aqui dentro, depois apresentadas ao *trade* turístico e só assim divulgadas para os turistas em feiras de turismo, eventos do setor e no *site* da Emsetur”¹⁶³. São selecionadas imagens que representam cada roteiro, (...) “imagens que digam exatamente o que o visitante encontrará em casa passeio”, segundo Humildes. A manutenção das informações e notícias é feita pela própria empresa através do setor responsável – ASCOM – Assessoria de Comunicação. 507

Na página virtual a empresa se preocupa em mostrar as especificidades do destino turístico Sergipe a partir das imagens que lhes representa. Seu objetivo é buscar “evidenciar aspectos que diferenciam o destino de outros, principalmente Bahia e Alagoas, os destinos mais próximos, e que podem representar o estado de Sergipe a partir dos seus principais atrativos”¹⁶⁴. De acordo com tais intermediários culturais, fazer este trabalho não é fácil, em um estado que existe uma “carência de ícones trabalhados e estabelecidos (...) e uma população que nos afirma que Sergipe não possui identidade e que os sergipanos não conhecem Sergipe. (...) O que temos são belezas naturais, atrativos culturais, eventos e um povo acolhedor”. Acreditam que as imagens servem não só para os turistas, mas para “apresentar Sergipe aos sergipanos. (...) Eles [os sergipanos] precisam conhecer o seu estado,

¹⁶³ Entrevista realizada no dia 09 de novembro de 2009 com Juliana dos Humildes, representante da Emsetur.

¹⁶⁴ Entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2009 com Diego da Costa, Diretor de Operações da Emsetur.

para gostar ainda mais, falar bem e divulgar os atrativos para os visitantes. (...) os sergipanos precisam saber que nós não temos só a orla de Atalaia”. Na visão destes profissionais, Sergipe então passaria a ser “uma agradável surpresa” ou “um novo destino, uma nova emoção”, temas trabalhados pela Emsetur na divulgação do turismo em Sergipe, não só para os turistas, mas para os moradores do estado. Na visão destes a sergipanidade é um atrativo turístico, um produto a ser consumido.¹⁶⁵

Em www.turismosergipe.net existe um lugar mais sergipano do que Sergipe. A partir das narrativas e discursos tecidos ou constituídos nas imagens e a partir das imagens percebemos a construção de um imaginário urbano pautado em algumas “marcas” características da localidade. Dentre as inúmeras imagens pode-se citar: a essência da tropicalidade (suas praias do litoral sul e litoral norte de “águas mornas e areias firmes”, rios, mangues, vegetação variada, clima tropical). As pessoas estão sempre felizes, receptivas e hospitaleiras, grupos folclóricos nas ruas, forró o dia inteiro, muito caju, caranguejo, castanha, queijo coalho, licores, sucos de mangaba e produtos feitos a base de milho, coco e macaxeira, além do amendoim cozido “a verdadeira paixão dos sergipanos” seriam marcas características dos sergipanos.

Aracaju é a capital brasileira da qualidade de vida. Em Canindé do São Francisco está o “quinto maior cânion navegável do mundo”. São Cristóvão é a “quarta cidade mais antiga do Brasil”. Laranjeiras é o “berço da cultura popular” e um verdadeiro “museu a céu aberto”. Sergipe é o “país do forró” e tem o “forró mais quente do Brasil”. Destaque central na maioria das imagens que apresentam os atrativos turísticos do destino Sergipe é a orla de Atalaia a “mais bonita do Brasil”. São discursos criados para promover representantes políticos e os destinos aqui destacados que servem como uma forma de conhecimento por parte dos turistas e

¹⁶⁵ Em Sergipe, diferente de outros estados brasileiros, não houve uma mobilização de intelectuais em instituições com o intuito de demarcar símbolos identitários ou construir discursivamente uma sergipanidade. Ao longo dos anos, encontramos preocupações isoladas de diversos autores em várias áreas do saber em discutir a identidade sergipana. Alguns destes exemplos estariam no “Álbum de Sergipe” de Clodomir Silva (1920), Prado Sampaio em “A literatura em Sergipe” (1908) e “Sergipe Artístico, Literário e Científico” (1928); “Fragmentos da História de Sergipe” (1972), Sebrão Sobrinho; “A Formação do Povo Sergipano (ensaios de História)” José Silvério Leite Fontes (2004); Feltre Bezerra, (1984); Itamar Freitas (2000). Vários destes autores citam a construção de uma identidade sergipana em oposição aos baianos. Destacam a delimitação do território, a constituição de um código de leis, a herança cultural de índios, negros e europeus, o elogio a pares, um passado glorioso de expulsão de invasores estrangeiros e resistência, características do sergipano como bravura, honestidade, receptividade, alegria, a memória, a história, o patrimônio, o papel das instituições e dos intelectuais na construção desta identidade sergipana.

(re) conhecimento por parte dos sergipanos. Segundo Diego da Costa são “exemplos como estes que dão aos moradores um orgulho em ser sergipano”.

Em Sergipe, as marcas da colonização, principalmente os resquícios jesuítcos nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras são destacados. Os grandes eventos organizados pelos setores públicos do estado. No ciclo junino em Aracaju com o Forró Caju e o “Arraiá do Povo”. No interior do estado os destaques são dados a cidade de Estância (representados pelo barco de fogo, pisa-pólvora e fogos de artifício, Capela (com a característica Festa do Mastro e grupo de bacamarteiros), Areia Branca (com o “São João de Paz e Amor”) e Canindé do São Francisco (com os arraiais espalhados por toda a cidade). Nos meses de janeiro e fevereiro e fevereiro é destacado o projeto “Verão Sergipe”, nas fotografias uma multidão, em espaços devidamente organizados e atrações musicais nacionais (Titãs, Nando Reis, Paralamas e Daniela Mercury). Vale a pena ressaltar que apenas a banda sergipana Naurêa aparece como um atrativo musical neste evento.

O patrimônio cultural imaterial representar uma verdadeira “essência de sergipanidade”. Os grupos folclóricos: Reisado, Chegança, São Gonçalo, Cacumbi, Lambe-sujo e Caboclinhos, Samba de Parelha, Cavalhada, Parafusos, o Samba de Coco representados por fotografias, na sua grande maioria sem legendas, seriam “exemplos vivos da alegria e da história cultural de Sergipe”. O artesanato marcado por uma variedade de formas e matérias-prima (palha, cerâmica, madeira, dentre outros) “atestam uma tradição que tem sobrevivido com originalidade ao tempo”. Os artesãos sergipanos são valorizados e citados na página da Emsetur, dentre eles: “Véio, Beto Pezão, Nem, Pedro das Pedras”. A renda irlandesa de Divina Pastora, a renda de bilro de Poço Redondo, as bonecas de pano de Nossa senhora das Dores, a cerâmica de Santana do São Francisco e o projeto “Tudo Encaixa” de Cumbe, que utiliza material reciclado, principalmente papel e papelão, são símbolos característicos dos sergipanos.

No *site* da Emsetur os acordes da sanfona e o batido do triângulo e da zabumba representam os sons do destino e a visitaão virtual é toda marcada pela mesma sonoridade. No cenário musical, os sons das cidades, são marcados pela orquestra sinfônica, orquestra sanfônica, seresteiros, aboiadores, bandas de pífano e violeiros repentistas e apreciados nas ruas, praças, praias, teatro e casas de espetáculo.. Espaços dedicados ainda para os espaços de memória (museus em

Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras e Canindé do São Francisco), bibliotecas, centros de cultura e galerias de arte em Aracaju.

No *link* multimídia ainda é possível encontrar um conjunto de vídeos sobre os atrativos turísticos do estado que formam os imaginários urbanos para os intermediários culturais da Emsetur. Sergipe aparece como um novo destino que precisa ser descoberto por turistas de todo o mundo, destaca-se que as legendas normalmente aparecem em língua estrangeira (inglês ou espanhol). Palavras e frases como “paraíso”, misto de sossego e animação”, o encontro entre “o moderno e a tradição”, um conjunto de sabores e sensações”, preparados “para receber bem”, “qualidade de vida”, “excelente trânsito”, “fácil acesso” fazem pano de fundo para um conjunto de imagens que destacam as especificidades do ser sergipano e destino turístico Sergipe.

Considerações Finais

Com isso, acredita-se que as imagens que promovem os lugares podem ser investigadas como artefatos culturais e sujeitas a explorações que revelem os sistemas de produção e significação que lhes dão origem a partir dos quais derivam o seu significado. Por trás de uma divulgação turística existe uma disputa por espaço e um conjunto de ações, motivações e valores de agentes sociais locais na construção de destinos turísticos.

A maneira como as pessoas compreendem e se empenham na construção destes imaginários urbanos dependerá de um contexto, de relações de poder, de um lugar e do tempo específico nesta construção. A imagem de uma cidade turística nunca é um objeto inerte e imutável. Os diferentes interessados (empreendedores, turistas, residentes, gestores) apropriam-se desta e contestam, criticam, indagam, acrescentam informações “esquecidas”, lugares não contemplados. Esses atos, somados aos aqui já elencados fazem parte da maneira de como essas identidades são criadas e disputadas por agentes, grupos, cidades ou estados.

Tais construções criam mitos locais, inventam tradições, elabora uma idéia de patrimônio, autenticidade, originalidade, pregam uma harmonia com a natureza, fabricam identidades. Tal promoção contribui para a produção cultural e o consumo

de paisagens, espaços, lugares, não-lugares, para pessoas diferentes em tempos diferentes.

Tal produção do imaginário urbano de Sergipe no *site* da Emsetur apresenta de forma evidente as múltiplas possibilidades da atividade turística no estado. Ao mesmo tempo, percebe-se uma necessidade de um recorte ou uma definição sobre a segmentação turística ou o perfil do turista que se almeja no destino. Apresenta-se o todo (atrativos naturais, culturais, eventos, dentre outros) como proposta de consumo, sendo que na verdade poucas são as cidades que oferecem uma infraestrutura turística para receber o turista no local. A carência em políticas públicas é gritante na prática, mas no imaginário construído a Sergipe turística é muito melhor que a Sergipe real.

Percebe-se que esta é apenas uma das múltiplas possibilidades em representar Sergipe e os sergipanos. Os variados olhares que os residentes lançam sobre as cidades cotidianamente e a percepção que os turistas elaboram após a visita ao destino são alguns exemplos das mais diferentes formas de imaginários urbanos.

Os intermediários culturais aqui destacados, percebendo o seu papel na elaboração desta imagem de Sergipe turístico, acabam destacando aquilo que consideram de maior relevância e que mais identifica o destino turístico para atrair turistas e ter espaço na disputa intercidades. Estes têm consciência de que Sergipe é (re) inventado, (re)construído, (re)imaginado de acordo com os interesses, as relações de poder e a concretização dos objetivos propostos. Este imaginário urbano não é criado a partir de um vazio, mas de acontecimentos e invenções do cotidiano onde, por exemplo, fatos isolados são transformados em realidades comuns para todo o estado. Os Sergipes e os sergipanos são resumidos a elementos estáticos, homogêneos e consumíveis nas imagens e narrativas da página virtual da Emsetur.

511

Referências:

AZEVEDO, Denio Santos; ANDRADE, Polyana Bittencourt. **Turismo e Fronteiras:** representações do Nordeste a partir da web. Curitiba/PR: Intercom, 2009. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2085-1.pdf>>. Acesso em: 18/10/2010.

_____. Marcas Sergipanas em Tela. **Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão/Se: UFS, 2010.

AZEVEDO, Denio Santos. **Turismo Criativo e Imagem das Cidades Criativas**. Caxias do Sul/RS, 2010. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2337-1.pdf>>. Acesso em: 08/10/2010.

BARRETTO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa T.; LUCHIARI, M. Tereza. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.

BEZERRA, Felt. **Etnias Sergipanas**. Aracaju: Governo do estado de Sergipe, 1984

BIGNAMI, Rosana. **A Imagem do Brasil no Turismo: Construção, Desafios e Vantagem Competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002

BOVONE, L. Os novos intermediários culturais. Considerações sobre a cultura pós-moderna. In: FORTUNA, Carlos (ed.), **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras, Celta, 1997. p. 105-120.

CANCLINI, Nestor García. **Imaginários Urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1997.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 512

FERREIRA, Claudino. Intermediários culturais e cidade, *in* Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009 a.

_____. Intermediários culturais e culturas urbanas: novos e velhos protagonistas da formação dos ambientes culturais urbanos, *in* Sérgio Ivan Braga (org.), **Culturas Populares em Meio Urbano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009b.

_____. Processos culturais e políticos de formatação de um mega-evento: Do movimento das exposições internacionais à Expo' 98 de Lisboa. *in*: FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (orgs.). **Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal**. Porto: Afrontamento, 2002.

FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto histórico e Geográfico de Sergipe. Rio de Janeiro, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ).

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do povo sergipano** (ensaios de História). Aracaju: Governo de Sergipe/Secretaria de Estado da Cultura/Gráfica e Editora Liceu, 2004.

FORTUNA, Carlos e FERREIRA, Claudino. **O turismo, o turista e a (pós)modernidade**. Coimbra/Portugal. Oficina do CES, nº 80. Outubro de 1986.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HALL, C. Michael; WILLIAMS, Allan M.; LEW, Alan A. Turismo: conceitos, instituições e temas. **Compêndio de Turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 23-41.
- HALL, S.; P. du GAY. **Questions of Cultural Identity**. London: Sage, 1997.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.
- _____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFNG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.
- HAULOT, Arthur. **Turismo social**. México: Trillas, 2000. (Trillas Turismo).
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LANQUAR, Robert. **Sociologie du tourisme et des voyages**. Paris: PUF, 1990.
- LEITE, Joaquim do Prado Sampaio. **A literatura sergipana**. Maruim: Imprensa Econômica, 1908.
- _____. **Sergipe artístico, literário e científico**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928.
- MAZÓN, Tomás. **Sociología del turismo**. Madri: Centro de Estudios Ramón Areces, 2001.
- PEARCE, D.G. **Tourist development**. Harlow, Reino Unido: Longman Scientific & Technical, 1989.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2006.
- RODRIGUES, Adyr Balastri (org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SEBRÃO SOBRINHO. **Fragmentos da história de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1972.
- SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini & LUCHIARI, Mª Tereza D. P. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. (Col. "Turismo").
- SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Oficinas do Estado de São Paulo, 1920.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 1989. (Turismo).
- URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1996.
- WAINBERG, J. A. **Turismo e Comunicação**: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, 2002.
- YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**: Turismo, Planejamento e Cotidiano. São Paulo: Contexto, 2002.

A DOÇARIA COMO FATOR DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA, INCLUSÃO SOCIAL E REFORÇO IDENTITÁRIO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

Rosana Eduardo da Silva Leal¹⁶⁶

Adriana Costa Moura¹⁶⁷

Sidjan de Sousa Peixoto Costa¹⁶⁸

RESUMO

A gramática alimentar de grupos e sociedades pode representar um importante fator de aprendizagem sociocultural no turismo. Isso acontece, porque além de suprir as necessidades físicas e nutricionais, a alimentação transforma-se em um poderoso meio de degustar, saborear e experimentar o lugar visitado, tornando-se um modo prazeroso de contato com os sabores e saberes locais. Um exemplo disso é o que se refere à produção de doces. “O doce é um testemunho permanente da história e das transformações tecnológicas, dos diferentes momentos sociais, econômicos e culturais” (LODY, 2008, p.270), podendo representar um genuíno fator de hospitalidade. É nesta perspectiva que segue o presente artigo, que tem por finalidade discutir o projeto de pesquisa intitulado “A Produção de Doces no Município de São Cristóvão-SE como Fator de Atratividade Turística”. O estudo pretende investigar a vocação doceira da localidade através da identificação dos espaços, produtos e redes de comercialização existentes, propondo alternativas de inserção dessa tradição no turismo local. Para tanto, seguirá uma abordagem sócio-antropológica que buscará perceber as dimensões materiais e simbólicas evidenciados nos elementos sociais, culturais e econômicos de tal contexto. A metodologia estará embasada em abordagens qualitativa e quantitativa, servindo-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo que acompanharão os distintos momentos da investigação. Os resultados desse estudo pretendem contribuir para projetos de intervenção no âmbito turístico, cultural e patrimonial capazes de promover a geração de renda, a inclusão social e o reforço identitário local.

514

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; cultura; doces.

RESUMEN

La gramática alimentar de grupos y sociedades pueden ser un factor importante del aprendizaje socio-cultural en el turismo. Esto se debe a que además de suministrar las necesidades físicas y nutricionales, la comida se convierte en un medio poderoso para el gusto, sabor y la experiencia del lugar visitado, por lo que es una manera entretenida de conectar con los gustos y la sabiduría local. Un ejemplo es el caso de

¹⁶⁶ Doutoranda em Antropologia - UFPE, Mestre em Comunicação - UFPE e docente do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rosanaeduardo@yahoo.com.br

¹⁶⁷ Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: adriana_costa73@hotmail.com

¹⁶⁸ Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sspcosta@hotmail.com

la producción de dulces. "Dulce es un testimonio permanente de la historia y el cambio tecnológico, las diferentes etapas sociales, económicos y culturales" (Lody, 2008, p.270) y puede representar un factor de hospitalidad genuina. Es en este contexto que sigue a este artículo, que tiene como objetivo discutir el proyecto de investigación titulado "La producción de dulces en la ciudad de São Cristóvão-SE como factor de atracción turística". El estudio tiene como objetivo investigar la producción de dulces de la localidad, mediante la identificación de los espacios, productos y redes de comercialización, para proponer alternativas de inclusión de esta tradición en el turismo local. Para ello, siga un enfoque socio-antropológico que tratará de comprender las dimensiones de los elementos materiales y simbólicos evidenciados en la vida social, cultural y económico de este contexto. La metodología se basa en los enfoques cualitativos y cuantitativos, apoyándose en investigación bibliográfica, documental y de campo para acompañar a las distintas etapas de la investigación. Los resultados de este estudio se pretenden contribuir para los proyectos de intervención en el turismo, en la cultura e en el patrimonio para que se pueda promover la generación de ingresos, la inclusión social y el fortalecimiento la identidad cultural local.

PALABRAS-CLAVE: Turismo; cultura; dulces

Introdução

Comer é muito mais que saciar a fome. Trata-se de um ato cultural que reflete a relação do homem com outro, com a natureza e com o sagrado, estando, portanto, carregado de significados, símbolos e traços identitários. "Comer é existir enquanto indivíduo, enquanto história, enquanto cultura, dando sentido de pertencimento a uma comunidade, a um povo" (LODY, 2008, p. 33).

Na comensalidade humana, os padrões culturais produzem sistemas alimentares diversos, capazes de influenciar a seleção do que deve ou não ser comestível; os modos de transformação do alimento em comida; a maneira de servir, bem como onde e com quem devem ser feitas as refeições. São eles que orientam os horários, as tecnologias empregadas, as condutas e relações sociais que envolvem a comida, formando assim as culturas alimentares¹⁶⁹.

Além de suprir as necessidades físicas e nutricionais, a gramática alimentar tornou-se um poderoso meio de degustar, saborear e experimentar o lugar visitado, transformando-se um modo prazeroso de contato com os sabores e saberes locais.

¹⁶⁹ Conforme Hernández & Arnáiz (2005, p.37), as culturas alimentares representam "(...) o conjunto de representações, de crenças, conhecimentos e de práticas herdadas e/ou aprendidas que estão associadas à alimentação e que são compartilhadas por indivíduos de uma cultura dada ou de um grupo social determinado".

Sua importância se dá pela capacidade que tem em traduzir uma ampla variedade de elementos materiais e simbólicos que envolvem a produção, manipulação e consumo dos alimentos.

Tal realidade tem estimulado muitas localidades a utilizar-se de sua culinária tradicional para oferecer especificidades locais, possibilitando experiências turísticas marcantes (AZAMBUJA, 2001). Seguindo esta ótica, vários roteiros turísticos têm sido criados para possibilitar o acesso dos visitantes às culturais alimentares, propiciando a criação de serviços e produtos capazes de promover a inclusão social, o reforço identitário e a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

O interesse turístico por tais repertórios também tem possibilitado o resgate de antigas receitas – muitas vezes fadadas ao esquecimento – na medida em que há o interesse dos visitantes não apenas pelo alimento, mas também pelos modos de fazê-lo. Um exemplo disso é o que se refere à produção de doces, que no Brasil promoveu uma farta diversidade de iguarias e hábitos alimentares, que tem sido paulatinamente trabalhado turisticamente. Isso se deve ao fato que, “o doce é um testemunho permanente da história e das transformações tecnológicas, dos diferentes momentos sociais, econômicos e culturais” (LODY, 2008, p.270),⁵¹⁶ tornando-se um genuíno fator de hospitalidade.

Sendo assim, o presente artigo tem por finalidade analisar a relação entre o turismo e a produção de doces, tendo como pano de fundo a proposta de pesquisa desenvolvida no município de São Cristóvão, em Sergipe, cuja vocação doceira pode ser percebida pela variedade de compotas, biscoitos, bolos e licores que são fabricados artesanalmente nos lares, cooperativas e pequenas fábricas caseiras. Para tanto, discutirá primeiramente o papel do açúcar na constituição da culinária brasileira. E posteriormente apresentará o referido projeto vinculado ao Grupo de Pesquisa Gestão de Turismo e Hospitalidade da Universidade Federal de Sergipe.

1. Açúcar: moldador da culinária brasileira

É sabido que a cana-de-açúcar desempenhou importante papel na constituição histórica e sócio-cultural do país. Seu cultivo produziu uma verdadeira

Civilização do Açúcar¹⁷⁰, que estendeu seus tentáculos nas paisagens, na economia e no patrimônio material e imaterial do Brasil, fazendo-se presente “(...) nos mais variados aspectos: na organização familiar, na arquitetura, na alimentação, na religião e na cultura” (ANDRADE, 2007, p. 33).

Com pitadas ameríndias, portuguesas e africanas, o açúcar logo se solidificou na culinária brasileira misturando-se aos alimentos nativos e transformando-se em uma das especiarias mais utilizadas na *terra brasilis*. A especiaria gerou uma singular “cultura do doce”, como denominou Freyre, resultante da inventividade e criatividade de distintos grupos sociais.

Na sociedade brasileira os doces transformaram-se em importantes veículos de sociabilidade e hospitalidade, reforçando laços, promovendo encontros e aproximando pessoas, estando, portanto, carregadas de funções sociais, afetivas e sentimentais. “Até hoje, no Brasil, oferecer um doce, partilhar um bolo, um doce em calda, receita especial de família, é um importante elo que celebra encontros, festas, fortalecimentos de relações” (LODY, 2008, p. 206).

A cultura do doce passou a fazer parte do repertório lingüístico do país, tornando-se parte do imaginário e da memória gustativa de seus habitantes. Frases como “meu docinho de coco”, “meu manjar dos deuses” tornaram-se freqüentes na linguagem cotidiana, representando formas carinhosas de dialogar com o outro. Esse modo açucarado bem brasileiro de ser pode ser notado ainda em palavras como quindim, pão-de-ló, cocada, pudim, cajuzinho e tantas outras denominações de doces que continuam sendo usados para demonstrar afeto nas relações sociais.

Essa culinária do açúcar remete também a memória, as cores e o gosto da infância, representando “sabores da felicidade perdida, doces sabores do tempo passado” (MAYOL, 1996, p. 255). É o que se pode notar na defesa de Fernando Sabino em sua prosa intitulada “Um pouco de doçura”, inspirada no doce de coco presenteado por Dona Amélia, mãe de Chico Buarque e exímia doceira, quando diz: “um pouco de doçura não faz mal a ninguém. Todo brasileiro deveria ter o direito não

¹⁷⁰ “Trocando em miúdos: a Civilização do Açúcar é um complexo social com base na cana, mas seguramente expandido por todos os lados e por todos os ângulos – uma civilização que se quis horizontal, gorda, barroca, ancha de adereços, a extrapolar o mandala paradigmático da casa-grande, da senzala, do engenho propriamente dito, da capela...A lavoura da cana gestou uma sociedade rica em alinhamentos entrelaçados e enroscados numa teia híbrida e plural” (QUINTAS, 2007, p.50).

apenas de saciar a sua fome, mas também de merecer como sobremesa o seu doce predileto desde menino” (1998, p.09).

No Brasil, o Nordeste talvez tenha sido o território mais influenciado pelo cultivo da cana-de-açúcar, que moldou a identidade e o jeito de ser de seu povo. Na geografia do doce coube também ao solo nordestino a sua primazia. O uso do açúcar na culinária da região produziu o que Câmara Cascudo chamou de “indústrias de sobremesa”, notadamente encontradas no cotidiano dos lares, ruas, feiras e mercados da região.

O Nordeste do Brasil, pelo prestígio quatro vezes secular da sua sub-região açucareira não só no conjunto regional, como no país inteiro, se apresenta como área brasileira por excelência do açúcar. Não só do açúcar: também a área por excelência do bolo aristocrático, do doce fino, da sobremesa fidalga tanto – contraditoriamente – quanto do doce e do bolo de rua, do doce e do bolo de tabuleiro, da rapadura de feira rústica que o pobre gosta de saborear com farinha, juntando a sobremesa a alimento de substância (FREYRE, 2007 [1939], p. 25).

Porém, o que se percebe é que a doçaria do Nordeste canavieiro dialoga pouco com o turismo local, mesmo representando um dos traços marcantes da região. Uma das poucas iniciativas neste âmbito é o Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar criado pelo SEBRAE-PE, que congrega os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Trata-se de uma iniciativa que visa promover roteiros que perpassam cidades, reservas ecológicas, sítios históricos, canaviais, engenhos e senzalas, bem como espaços de degustação de rapadura e cachaça. Mas que ainda não é suficiente, pois contempla apenas algumas unidades federativas. Fato que só confirma a necessidade de novas propostas e projetos que estimulem a valorização turística neste âmbito.

518

2.A vocação doceira de São Cristóvão-SE: uma proposta de pesquisa

É neste “universo doce” que situa São Cristóvão, primeira capital do estado de Sergipe e quarta cidade mais antiga do Brasil, que se destaca pelo diversificado acervo patrimonial constituído por igrejas, conventos, sobrados e coleções de arte sacra. Em agosto de 2010, além dos bens tombados, o município passou a integrar a lista de cidades com patrimônios mundiais, quando a Praça de São Francisco – um singular conjunto arquitetônico situado no centro histórico do município – recebeu o

título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Fato que aumentou ainda mais a visitação turística no local.

Mas é só circular por entre as ruas e praças históricas para perceber que, a cidade desponta também como um importante núcleo de fabricação artesanal de doces em calda, compotas de frutas, bolos, biscoitos e licores – produzidos em residências, cooperativas e pequenas fábricas. O projeto intitulado “A Produção de Doces no Município de São Cristóvão como Fator de Atratividade Turística” parte do pressuposto de que tal cultura pode representar um importante fator de hospitalidade local.

A proposta de pesquisa surgiu da necessidade de desenvolver estudos sistemáticos sobre a cultura do doce em Sergipe, tendo como objeto de estudo o respectivo município, sobretudo pela sua tradicional vocação doceira no estado. A relevância da iniciativa se dá em face de que mesmo diante da importância política, histórica e cultural, São Cristóvão ainda não se consolidou no turismo sergipano e brasileiro, havendo a necessidade de estudos que contribuam para reverter tal realidade. A finalidade da iniciativa é estimular a promoção das iguarias como elementos de referência identitária e de atratividade turística, capazes de transformar-se em importante veículo de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A pesquisa seguirá uma abordagem sócio-antropológica, buscando perceber os elementos socioculturais e econômicos de tal produção, privilegiando estudos sobre alimentação, turismo e doces. A intenção é sugerir meios de inserção da produção de doces na dinâmica turística local, buscando propor ações para aproximá-la do mercado turístico sergipano. Para tanto, buscará:

- Mapear os espaços, os produtores e locais de comercialização;
- Inventariar o repertório de iguarias produzidas;
- Identificar a importância sociocultural e econômica dos doces para seus produtores;
- Analisar de que forma o poder público municipal e estadual tem trabalhado a produção de doces do município como fator de atratividade turística local;

- Pesquisar o perfil da demanda turística que consome os produtos comercializados.

Na primeira etapa da pesquisa serão coletados dados que contribuirão para a compreensão micro-social dessa cultura do doce no município. Nesta fase, a pesquisa qualitativa será utilizada para entender as interfaces materiais e simbólicas do repertório culinário no cotidiano local, bem como na vida de seus produtores e na relação com o poder público. A segunda etapa, que seguirá uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscará analisar como se dá o contato da visitação turística com as iguarias, tendo como objetivo identificar o perfil e as características dos turistas consumidores.

Para tanto, o estudo constará da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que estarão presentes em distintos momentos da investigação. A primeira servirá para identificar conteúdos teóricos e empíricos que possam contribuir para análise dos dados coletados. A pesquisa documental servirá para resgatar histórias de vida, indivíduos, grupos, práticas, comportamentos, experiências e acontecimentos vinculados ao tema. E a pesquisa de campo será utilizada para compreender a estrutura sociocultural e econômica que perpassa a cultura do doce no município, a partir da observação direta, de entrevistas, da aplicação de questionários e do registro áudio-visual.

DOCES PRODUZIDOS EM SÃO CRISTÓVÃO-SE

Figura 1: OUEIJADA



Figura 2 – DOCE DE GOIABA



Figura 3 – COCADA



Figura 4 – DOCE DE JENIPAPO



Figura 5 – COCADA DE FORNO



Figura 6 – GOIABADA CASCÃO



Figura 7 – BISCOITOS



Figura 8 – DOCE DE QUEIJO



Figura 9 – BRICELETS



Fonte: www.infonet.com.br

Autor: Sílvio Oliveira

3. Resultados esperados

Para o curso de Turismo, a iniciativa servirá como fonte de trabalhos disciplinares e interdisciplinares, bem como para ações de extensão universitária. Para os discentes envolvidos, a proposta será utilizada como mecanismo de aproximação entre teoria e prática, na medida em que possibilitará o estímulo à pesquisa e o contato com a realidade empírica, servindo ainda como objeto de estudo para produção de artigos, projetos e desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso.

Para o município, a pesquisa pretende contribuir para dar subsídios a projetos de intervenção no âmbito turístico, cultural e patrimonial, bem como em políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal. Os dados coletados poderão gerar uma diversificada produção científica (ensaios, artigos, livros, exposições e relatórios técnicos) que servirão para diversos setores da sociedade interessados na realidade pesquisada. A intenção é desenvolver propostas de inserção da produção de doces na dinâmica turística local, servindo como mecanismo de geração de renda e inclusão social dos grupos, cooperativas e fábricas envolvidas.

Considerações finais

522

Concordamos com Freyre de que os doces são sociologicamente significativos e culturalmente interessantes para se pensar e compreender uma sociedade. Pois, podem servir como testemunho de transformações históricas, sociais, culturais e tecnológicas vividas por grupos e comunidades. Sendo por isso, de fundamental importância nas localidades que tenham a vocação de produzir tais iguarias. Mas, para que a culinária tradicional possa ser valorizada e reconhecida turisticamente, conforme ressalta Schlüter (2003), é preciso que a comunidade local tenha conhecimento de sua produção cultural. Pois, quando isso acontece, tal repertório deixa de ser apenas *souvenir* “destinado aos turistas” para transformar-se em parte da identidade cultural dos destinos, como ocorre com os doces caseiros de Paraty/RJ; as cocadas baianas e os bolos aristocráticos pernambucanos.

Referências

ANDRADE, M.C.. “Apresentação: a civilização açucareira”. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: SEBRAE, Fundação Gilberto Freyre, 2007, pp.29-35.

AZAMBUJA, M.. "A gastronomia como produto turístico". In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. et al. **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 69-75.

CASCUDO, L.C. **Sociologia do Açúcar**. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica LTDA, 1971.

CAVALCANTI, M.L.M. "Açúcar no Tacho" In: QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: SEBRAE, Fundação Gilberto Freyre, 2007, pp.149-159.

FREYRE, G. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Global, 2007 [1939].

HERNÁNDEZ, J.C.; ARNÁIZ, M.G. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005.

LODY, R. **Brasil Bom de Boca: temas da antropologia da alimentação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

_____. "Doce Comida". In: REGO, Antonio José de Souza. **Dicionário do doceiro brasileiro**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2010, pp.09-29.

MAYOL, P. "O prato do Dia". In: GIARD, Luce. "Cozinhar". In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. Morar e Cozinhar. 6ª Ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 1996, pp.234-267.

QUINTAS, F. "Cultura, Patrimônio e Civilização". In: QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: SEBRAE, Fundação Gilberto Freyre, 2007, pp.37-64.

SABINO, F. **No fim dá certo, crônicas e histórias**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SCHLUTER. R.G. **Gastronomia e Turismo**. Aleph: São Paulo, 2003.

Teoria e planejamento do turismo ⁵²⁴_____

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA PESQUISA, DO ENSINO E DO ESTUDO

Ana Maria Matos Araújo¹⁷¹

RESUMO

Esta reflexão sobre as potencialidades turísticas tem por objetivo contribuir para uma delimitação teórica e instrumentalização do ensino e estudo do assunto. As primeiras discussões foram frutos do debate em sala de aula e das ponderações das informações coletadas por pesquisa direta, envolvendo diferentes profissionais de nível superior que estão cursando Especialização em Turismo e Meio Ambiente. O artigo está referendado por uma breve revisão da literatura pesquisada para levantar as definições e os conceitos básicos para o ensino-aprendizagem. Constataram-se imprecisões conceituais, embora estivessem claramente presentes as relações entre o espaço geográfico e o estudo das potencialidades turísticas. Percebeu-se, inclusive, uma ligação estreita entre potencialidade, oferta e demanda turística. Feitas essas ponderações, conclui-se com uma proposta conceitual de nível hipotético.

Palavras-chave: Potencialidades turísticas. Turismo. Educação. Ensino.

Resumen:

525

La reflexión sobre las potencialidades turísticas tiene el objetivo de contribuir para una delimitación teórica e instrumentalización de la enseñanza y estudio de asunto. Las primeras discusiones fueron frutos del debate en sala de clase y de las ponderaciones de las informaciones colectadas por pesquisa directa, participan diferentes profesionales de nivel superior que cursaban Especialización en Turismo y Medio Ambiente en la Universidad Estadual de Ceará-UECE. El artículo está refrendado por una breve revisión de la literatura pesquisada para obtener las definiciones y los conceptos básicos para la enseñanza-aprendizaje. Fue constatado imprecisiones conceptuales, aunque estuvieran claramente presentes las relaciones entre el espacio geográfico y el estudio de las potencialidades turísticas. Se percibió, incluso, una ligación estrecha entre potencialidad, oferta y demanda turística. Hechas esas ponderaciones, se concluyó con una propuesta conceptual de nivel hipotético.

Palabras-clave: Potencialidades turísticas, turismo, enseñanza, educación

¹⁷¹ Economista (UFC), Doutora em Geografia (UFS/NPGEO), professora e pesquisadora da UFS-Itabaiana, Sergipe, Brasil, ammaluz@yahoo.com.br

1. Introdução

À primeira vista, o tema potencialidades turísticas apresenta-se muito impreciso na literatura e exige dos que se acercam dele um conhecimento multidisciplinar. Neste ensaio, examinam-se inicialmente como os pesquisadores a definem (ou não) e tecem-se considerações iniciais a respeito das frustrações dos estudiosos por as potencialidades dos lugares, dos territórios e das regiões turísticas não estarem dispostas na literatura ou em algum manual de turismo.

Dois eixos de aproveitamento dessas potencialidades podem ser observados: quando a apropriação é na perspectiva do capital mundial, e quando é na perspectiva dos moradores locais, sendo que esses diferentes interesses reverterão em valores diferenciados às potencialidades. A práxis social do lugar poderá considerar as potencialidades turísticas como o caminho para o desenvolvimento local sustentável. E o capital mundial sempre a terá como espaço de acumulação ampliada.

Levantar potencialidades turísticas passa necessariamente pelo conhecimento preliminar e o estudo do tipo de demanda real ou potencial que se dirige para o lugar, o território ou a região, que sinalizaria para o tipo de usos do potencial existente. E, admite-se que as potencialidades têm como centro de valor os espaços produzidos por relações sociais e de poder. Isso significa que mesmo com riqueza natural, cultural e socioeconômica, os espaços de potencialidades turísticas somente entram no mercado mediante reconhecimento de valor (financeiro) pelo capital, mas também dependem das relações sociais e de poder existentes internamente ao espaço que, em última instância, sofrem influência externa do mundo globalizado.

Particularmente, o estudo e o ensino de potencialidades turísticas estão a depender da pesquisa, pois cada lugar tem suas especificidades próprias, além da diversidade de enfoques e abordagens que se pode ter a partir do mercado turístico, da demanda e da oferta turística. Cabe ao professor capacitar o aluno para apreender essa complexidade, mais por pesquisa direta e menos pela relação ensino-aprendizagem.

Essas relações, entretanto, não estão claramente disponíveis, sendo necessária uma construção, um esforço analítico e de síntese, que se finaliza com uma proposta conceitual da categoria “potencialidades turísticas”.

2. O que se sabe, o que se ensina

Numa breve revisão da literatura cearense sobre turismo praticamente não se encontrou uma obra específica sobre potencialidades turísticas. Essa lacuna pode revelar que o tema não mereceu detalhamento à parte, pois depende de outros assuntos, do mercado turístico, por exemplo. Pelo menos essa é nossa hipótese inicial que se faz para introduzir a discussão do assunto.

Categorizam-se as potencialidades em diversos grupos. Alguns autores são mais detalhistas, outros generalistas, mas a definição do que é “potencialidade” fica omissa, como se fosse um conceito óbvio e restrito ao próprio termo. Mas o que é potencialidade turística? Seria o que está latente, uma reserva, uma potência a ser transformada em oferta turística? Parece que é assim que se compreende e que se ensina sobre potencialidades. Isto fica implícito na maioria dos debates onde o tema potencialidades aparece. É principalmente quando se explica ou se define a categoria “turistificação” que esse sentido de potencialidade emerge. Veja-se, por exemplo, o que afirma Benevides:

Entende-se assim por turistificação o processo pelo qual essas potencialidades se circunscrevem a um processo de planejamento que tem por objetivo convertê-las, material ou simbolicamente, em recursos e produtos substancialmente destinados ao consumo turístico (2003, p.47).

Para o autor, as potencialidades sofrem um processo de transformação mediante o planejamento para se tornarem um produto turístico. Mas elas (as potencialidades) não foram previamente definidas, apenas categorizadas em: produtivas, arquitetônicas, paisagísticas, naturais e culturais.

O intrigante da questão é que existe um consenso quase unânime de que a potencialidade é inerente aos espaços, como uma qualidade do lugar, território, ou região. Apesar disso, nem sempre fica clara qual a distinção entre oferta, atrativo e potencialidades turísticas, tratando-as como se fossem únicas porque estão juntas. A seguinte frase de Martins é um bom exemplo dessa constatação: remete-se o

turismo para o espaço geográfico, embora sem explicitar a qual das três categorias geográficas citadas anteriormente está se referindo:

O que interessa ao fenômeno do turismo são os aspectos mais peculiares de cada lugar, é o caráter mais autêntico de sua gente, e seu cotidiano mais original, representado por toda sua gama simbólica, ainda que possa parecer estranho aos à [sic] estética da globalização [...] (Martins, 2003, p.74).

Percebe-se uma distinção entre atrativos e potencialidades turísticas. Considera-se que um determinado lugar, ou aspecto desse lugar somente é avaliado como atrativo quando “descoberto” pelo turista e, quando não, ele seria apenas um potencial a ser explorado. Somente atrai aquilo que é visto e usufruído, mesmo através do *marketing* turístico (virtual ou não). Mas essa diferença básica não é suficiente para que alguns dos mais renomados pesquisadores nacionais tenham clareza do assunto, ou se detenham em separar esses detalhes. Em Coriolano, por exemplo, entende-se por potencialidades aquilo que é favorável ao desenvolvimento da atividade turística, que também é o atrativo do lugar:

528

O turismo, assim como outra atividade econômica, não se desenvolve uniformemente nos territórios. Algumas áreas se apresentam mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades turísticas que outras, por possuírem fortes atrativos, contudo quando os atrativos naturais não estão presentes, podem ser construídos atrativos artificiais (Coriolano, 2003, p.103).

Outro aspecto dessa questão teórica pode ser visto no confronto entre potencialidades com os limitantes, ou problemas, entraves ao desenvolvimento do turismo no espaço. Uma relação fácil de se perceber na pesquisa direta, mas nem sempre presente na literatura. Uma das dimensões do lugar, a paisagem, por exemplo, pode ser extremamente rica e um potencial a ser explorado que tornará o lugar atrativo aos turistas, entretanto aspectos culturais desse mesmo lugar podem vir no sentido inverso e tornarem-se impeditivos a determinado tipo de turismo.

Essa reflexão emergiu da discussão do texto de ETGES (1998) sobre turismo rural no Paraná cujas famílias rurais, oriundas de imigrantes europeus, tinham comportamentos tradicionais e um forte apego ao trabalho, onde o tempo livre e de

repouso era desvalorizado, e que assim poderia ser um forte impeditivo a que essas famílias se abrissem para o desenvolvimento do turismo rural. O rico potencial de suas paisagens, de sua cultura em termos gastronômicos, de produção e de técnicas se contrapunha a esse aspecto da cultura que parecia conflitar-se com a aceitação do turista, daqueles que usufruem o tempo livre do ócio e do repouso, estranhos ao lugar.

Assim não basta ao pesquisador ou ao professor a compreensão e exame dos aspectos potenciais, mas simultaneamente avaliar aquilo que pode gerar conflitos e reduzir esse potencial.

Sob o enfoque desses aspectos iniciais, pode-se compreender “potencialidades turísticas” como um conjunto de características próprias dos lugares, territórios e regiões que, estão disponíveis e podem transformar-se em produto turístico e, posteriormente, em atrativo à demanda turística. Porém, antes de avaliado como potencial, o espaço deve passar pelo contraponto dos obstáculos que limitam o acesso do turista a ele.

3. Quais e onde se localizam as potencialidades turísticas cearenses?

O que é reconhecidamente considerado como potencialidades turísticas são os recursos naturais. De acordo com Coriolano (1998) o turismo e a natureza têm uma íntima associação, pois os atrativos naturais são a motivação do turismo. Nesse caso, pode-se afirmar também que as potencialidades determinam a localização do empreendimento turístico. Mas, aos aspectos naturais somam-se fatores de ordem econômica, sociais e culturais, que também podem ser vistos de forma potencial para o desenvolvimento do turismo.

Essa noção de potencial muda conforme o espaço e o tempo. A região do litoral oeste cearense, por exemplo, é dotada de aspectos naturais particulares, que compõem um cenário próprio formado de praias, dunas móveis, falésias, manguezais, coqueirais e carnaubais, tendo em seu tabuleiro pré-litorâneo alguns aspectos potenciais de serras (“residuais” cristalinas), açudes e lagoas. Mas o litoral leste não é muito diferente, pois os lugares possuem falésias, com areias coloridas, fontes naturais, enseadas, dunas e coqueirais, mirantes panorâmicos, lagoas, ancoradouros e manguezais. Descrevendo desse modo, é como se todos os 573 km

de costa do território cearense fossem potencialmente próprios ao turismo. Na Chapada da Ibiapaba e do Araripe ressaltam-se aspectos de florestas úmidas, circundadas por áreas de caatingas, ou seja, mais uma vez todo o território regional é tido como potencial. Assim, generaliza-se demais o que se considera como potencial, e as especificidades que se deseja conhecer deixam de emergir nesse tipo de descrição.

Por outro lado, sabe-se que muitos desses lugares são inóspitos à vida mesmo das pessoas nativas; logo, não são potencialmente turísticos, pois “o lugar só pode ser bom para o turista se for bom também para o residente” (CORIOLANO, 1998, p.55). Assim, muitos deles teriam um potencial natural desconsiderado como tal face às precárias condições de infra-estrutura, de habitação e dificuldades de acesso, portanto, de turismo.

Mas, se o potencial turístico no Ceará é limitado pelas próprias condições socioeconômicas, ele poderá evoluir no tempo, conforme sejam as transformações do lugar. Realmente, a última regionalização turística do Ceará, de 1998, divide o território em seis regiões, mas considera como parte da oferta apenas 17 núcleos regionais e 64 núcleos receptores do turismo. Em 1979, o número de regiões e de lugares turísticos era ainda menor, de cinco regiões contemplava-se apenas 36 territórios turísticos; o potencial era reconhecido somente na região litorânea e nas serras úmidas, além de alguns centros isolados. Hoje, os sertões são reconhecidos como potencial, tal como as paisagens litorâneas e as serras, embora se distingam localidades que possuem somente vocação para o turismo, enquanto outras possuem potencial para várias atividades.

As fontes secundárias de pesquisa, tais como estudos, trabalhos, projetos e planos, guias turísticos, folhetos e brochuras do turismo, de diversas instituições públicas e privadas, limitam-se a esses tipos de generalizações. E o próprio turista fica decepcionado com esse nível de informação. O trabalho de campo, ao contrário, ao fazer o contato com o local permite que se validem que se confirmem essas informações *à priori*, incluindo ou desautorizando aspectos potenciais, resgatando as especificidades dos lugares em termos paisagísticos e históricos e culturais. Por exemplo, ao se preparar uma pesquisa nos Distritos de Sapupara e de Ladeira Grande, localizados no Município de Maranguape, oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, tinha-se por orientação alguns pontos tidos como “potencial”: a fábrica de

aguardente Dandiz, atualmente Sapupara, a fazenda da família Capistrano de Abreu, artesãos de bordados, cordelistas¹⁷² e clubes de Vaquejadas. Mas, na validação, encontrou-se a fábrica em situação de abandono, corroída pelo tempo, invadida por insetos, vegetação e ferrugem, de difícil recomposição e necessitando de consideráveis investimentos. A mansão da família Abreu é localizada em áreas de clima ameno e de paisagens verdes, aconchegantes em meio ao sertão de caatingas, mas apresentando uma identidade tão própria dessa família que poderá fazer o turista sentir-se “de fora” diante delas. Os artesãos e os cordelistas já não residiam no lugar e as atividades não estavam mais sendo desenvolvidas ali. Os clubes de vaquejadas estavam voltados para diversão de dança e de música, mas sem nenhuma especificidade do lugar, que não fosse a própria localização.

Assim, vê-se que as potencialidades tanto mudam no espaço quanto no tempo, além de sugerir que diferentes concepções e abordagens podem ter sido consideradas nos dois momentos da pesquisa: quando foram elaborados um relatório e um plano e depois, ao se certificar daquilo que havia sido considerado como potencial.

4. Para quem e como aproveitar?

531

Faz parte da discussão mais geral saberem-se os destinos que se dão a esse potencial. A que grupo da demanda turística se atende, para quem ou para que se preste esse potencial. Há uma preocupação inclusive de como esse potencial será transformado em produto turístico. A qual o tipo de organização capitalista ele se aplicava: ao grande empresário, ao grande grupo capitalista mundial ou ao pequeno empreendedor? O que retornaria para a população local possuidora deste potencial? Essa linha de discussão faz parte de uma concepção mais ampla que discute o turismo em sua relação com o meio ambiente dentro da visão de desenvolvimento sustentável, que assim se preocupa com os usos e destinos ambientais atuais e futuros e com o retorno social do produto gerado pelo capitalismo.

Parte dessa discussão surgiu dos textos debatidos em seminário, mas a pesquisa direta realizada no Município de Maranguape-Ce, em agosto de 2003, revelou mais fortemente a relação potencial-mercado. O potencial identificado

¹⁷² Cordel é um tipo de cancionista popular em que se escreve o poema e o recita na forma de canção, sobre aspectos pitorescos, históricos e políticos do lugar.

carecia de antemão que se conhecesse a demanda para aquela tipologia, que justificasse os investimentos que seriam feitos para a turistificação do lugar.

Essa relação potencial, oferta e demanda, é estabelecida por vários estudiosos do turismo. Coriolano (1998), por exemplo, ao estudar comunidades litorâneas cearenses, considera que se faz turismo por diversos motivos, e que são essas necessidades que determinarão as modalidades ou formas de se produzir o turismo, e que existiria para cada uma dessas formas um potencial a explorar. Isto é, a oferta se adequaria à demanda turística, e o potencial adaptando-se à oferta. Seria algo como se o potencial estivesse na base, no princípio, mas já contemplasse o seu destino final, o mercado.

Também Coriolano (op. cit.) apontava dois destinos para o potencial. Ele poderia ser transformado em oportunidade de negócio visando o desenvolvimento local ou se destinaria somente à ampliação do capital globalizado. Naquela ocasião, a pesquisadora acreditava que bastavam as comunidades se prepararem competitivamente para participarem do mercado turístico globalizado:

À medida que as comunidades litorâneas forem aparelhadas com vias de acesso e de comunicação, com hotéis e restaurantes, qualificarem sua mão-de-obra, instrumentalizarem-se dentro de uma racionalidade crítica, poderão ter mais oportunidade de participação (Coriolano, 1998, p.42).

532

Hoje se sabe que a concorrência oligopolista em serviços, em particular no turismo, é acirrada e que poucos e grandes grupos deixam participar do mercado apenas aqueles que interessam ao capital mundial explorar para ampliar sua acumulação, o que se dá, sobretudo, na forma de franquia (CHESNAIS, 1996).

É possível inclusive que os investimentos capitalistas mundializados venham ocupar espaços sem nenhum atrativo ou com atrativos exóticos, mas transformando-os em espaços artificiais, em não-lugares, pois se repetem em características, e seguem um padrão internacional de turismo. Nesse caso, a população local tira um mínimo de benefício da atividade: somente alguns empregos menos especializados, com alta rotatividade de mão-de-obra e sazonalidade das ocupações. Nesse tipo de empreendimento, a cultura, o folclore, o artesanato, as comidas típicas não são valorizadas e suas atividades não se inserem na cadeia produtiva do turismo, salvo

como algumas “lembranças” (*souvenirs*) vendidas em pontos estratégicos desse circuito turístico, juntas a diversas peças de outros lugares. São grandes espaços produzidos pelo e para o turismo com ausência de fatores favoráveis *a priori* (potencial), que se constituem grandes redutos de espaços ditos naturais ou grandes centros turísticos produzidos. É o exemplo, do Beach Park, em Aquiraz-Ce.

Ao contrário, os espaços deixados para o pequeno empreendimento podem e devem explorar os lugares, o espaço vivido e concreto, dos sujeitos históricos e social, de referência de experiências vividas, portanto, plenos de significados, imagens e representações.

Alguns pequenos empreendedores aproveitam-se desses espaços ainda não valorizados pelo capital, embora se constituam reserva desse valor (financeiro) a ser apropriado em momento oportuno, atendendo ao interesse de ampliação da acumulação capitalista (RODRIGUES, 1997). É justamente neles que o pequeno negócio, a atividade comunitária, vai explorar o potencial na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

Para Geiger (1986, p.60-61), o turismo vai ocupando todos os espaços geográficos do planeta. Ele estabelece relações entre populações de origem comum, geograficamente dispersas pela migração. Assim, estados emissores de população, de emigração, têm uma demanda em potencial a ser aproveitada por esses pequenos investidores turísticos.

533

Na perspectiva de Kanafou (1986, p.70), são os turistas que descobrem os potenciais turísticos. São eles que determinam os territórios turísticos. Coloca-se que no caso cearense existem dois exemplos claros dessa teorização: Canoa Quebrada, em Aracati-Ce, e Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara-Ce, onde os turistas, além de terem “descoberto” esses potenciais, os transformaram em atrativos, territórios turísticos, inserindo-se na comunidade local e modificando-lhe inclusive a cultura...

Conclusões preliminares

Muitas discussões sobre potencialidades turísticas ainda precisam ser aprofundadas, antes que se chegue a uma conclusão sobre o assunto. Entretanto, esse passo inicial foi decisivo para revelar o quanto ele ainda está por ser formulado,

não só em termos das descobertas desse potencial, mas do seu conhecimento científico, da sua formulação teórica para fins de pesquisa, de estudo e ensino.

Viu-se que existem muitas perspectivas por onde tratar o assunto. E, como os demais campos do conhecimento científico, esse é um que requer a multidisciplinaridade, envolvendo simultaneamente aspectos da geografia, da economia e do turismo, etc.

A complexidade com que aparece o fenômeno turístico na atualidade perpassa pelo que se pode identificar, caracterizar e definir como “potencialidade turística”. Os arranjos produtivos, os impactos ambientais, sociais e culturais, além dos econômicos, merecem ser cogitados antes mesmo de se considerar os potenciais existentes nos espaços turísticos. Existem múltiplas especificidades nesses espaços, que apresentam as potencialidades sob diversos aspectos. Assim como, algumas das características locais podem emergir como impeditivos, como empecilhos a serem retirados antes do aproveitamento do potencial.

Estudar ou ensinar potencialidade não é tratar de um único aspecto da atividade turística. Requer que se saiba muito sobre o mercado, mas que também se conheça previamente as especificidades locais em contexto globalizado. Assim, mais do que qualquer outra disciplina, o estudo e o ensino de potencialidades turísticas de um lugar, território e região requerem muita pesquisa documental e de campo.

Uma versão mais trabalhada do conceito da categoria “potencialidades turísticas” pode ser assim resumida: Potencialidades turísticas são delimitadas a partir das características próprias dos lugares, territórios e regiões que, “descobertas” pelos turistas, estão disponíveis e podem transformar-se em produto turístico e, posteriormente, em atrativo à demanda. Entretanto, as especificidades dos espaços locais perdem valor quando os obstáculos existentes inviabilizam o acesso do turista a esses locais. O potencial cogitado pelo grande capital leva em consideração se o espaço onde será localizado o empreendimento pertence ao circuito do espaço valorizado pelo capital, ou seja, que já concentra investimentos e infra-estrutura, mesmo sem existir um fluxo turístico. O pequeno empreendedor aproveita os espaços de reserva do capital e as demandas que estão em surgimento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. Adyr A. B. Rodrigues (Org.), p. 184-190. São Paulo Hucitec, 1996.

BENEVIDES, Ireleno Porto. O Turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In Luzia Neide M. T. Coriolano (org). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003;

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xanan, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003;

_____. **Do Local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Turismo);

_____. A Intervenção do estado do Ceará na atividade turística. In. **Da Cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Luiz Cruz Lima (Org.). V.2. p. 356 a 381. Fortaleza: UECE, 1998.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para comunidades rurais. In Luiz Cruz Lima (org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, VOL. 2, 1998.

KANAFU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. Adyr A. B. Rodrigues (Org.), p. 62-74. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. As Novas territorialidades no uso turístico no Ceará. In. **Da Cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Luiz Cruz Lima (Org.). V.2. p. 276 a 297. Fortaleza: UECE, 1998.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In. Amélia Luiza Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos, e Odette Carvalho de Lima Seabra (org.) **O Espaço no fim do século: uma raridade**. São Paulo: CONTEXTO, 1999.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Homem e identidade-o patrimônio humano no desenvolvimento local do turismo. In Luzia Neide M. T. Coriolano (org). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003;

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 4.a. ed, São Paulo: HUCITEC, 1999.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Elementos para uma análise sociogeográfico del turismo. In. Adyr A. B. Rodrigues (Org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**, p. 39-54. São Paulo: HUCITEC, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastri (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996. (Geografia: Teoria e realidade 32).

_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente**. Campinas, SP: PAPIRUS, 1997. (Coleção Turismo).

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS – CONCEITUAIS DO ECOTURISMO

Givaldo dos Santos Bezerra¹⁷³

Hélio Mário de Araújo¹⁷⁴

RESUMO

Na década de 1980, ganha evidência a expressão Ecoturismo, utilizado em termos práticos, como atividade turística realizada em ambientes naturais cujo diferencial era a valorização das comunidades locais. O Ecoturismo nasce dentro de um contexto complexo, sendo considerado para alguns autores um segmento da atividade turística, para outros uma modalidade, outros entendem como uma nova forma de gestão para a atividade turística. Esta contradição é resultado entre pensamento científico e as práticas ecoturísticas desenvolvidas no mercado econômico que, normalmente não leva em consideração a definição científica. Contudo, há convergência em vários pontos como: a necessidade de efetiva participação dos autores envolvidos no processo concretizado pelo planejamento coletivo; as decisões não podem ser definidas considerando a comunidade apenas como objeto, recebendo modelos prontos com soluções predefinidas de pessoas externas ao processo. Percebe-se que o Ecoturismo não se coaduna com a prática de imposição ou aos “Modelos Prontos de administração” que são decididos nos gabinetes a revelia da comunidade receptora. Dentro desse contexto e entendimento, é que houve o interesse em estudar a temática em pauta, com o objetivo de aprofundar a discussão teórica acerca dos conceitos e definições do Ecoturismo, e compreendê-lo no seu sentido lógico científico. A metodologia utilizada neste processo de entendimento deu-se através da realização de ampla pesquisa bibliográfica versando basicamente sobre os temas: Ecoturismo, Meio Ambiente, Comunidade, Desenvolvimento Sustentável, Capitalismo, Turismo, Tempo Livre, Tempo de Lazer e Revolução Industrial. Posteriormente fez-se a análise comparativa dos temas visando correlacionar as diferentes definições e conceituações sobre Ecoturismo e assim construir o entendimento sobre o tema ora apresentado.

536

Palavras-Chave: Ecoturismo, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Abstract – In the 1980, the term ecotourism gains evidence used in practice, such as tourism held in natural environments where the differential was the recovery of local communities. Ecotourism is born within a complex context, some authors being considered for a segment of tourism, for others a sport, others perceive as a new form of management for tourism. This contradiction is the result of scientific thought and practice ecotourism in developed market economy, which normally does not take into account the scientific definition. However, there is convergence in various aspects such as the need for effective participation of the authors involved in the

¹⁷³ Graduado em Gestão de Turismo pelo IFES-SE e graduando pela UFS, gbezerra_se@hotmail.com

¹⁷⁴ Dr. em Geografia pela UFS, professor Associado do Departamento de Geografia -FS, heliomarioaraujo@yahoo.com.br

process achieved by collective planning, decisions can not be defined considering the community only as object, getting ready templates with predefined solutions to people outside the process. It is perceived that ecotourism is not consistent with the practice or the imposition of "Ready Models of management" that are decided in absentia in the offices of the host community. Within this context and understanding, is that there was interest in studying the issue in question, in order to deepen the theoretical discussion about the concepts and definitions of Ecotourism, and understand it in its logical scientific sense. The methodology used in this process of understanding was made through the completion of extensive literature dealing primarily on the themes: Ecotourism, Environment, Community, Sustainable Development, Capitalism, Tourism, Leisure, Leisure Time and Industrial Revolution. Later he became a comparative analysis of themes in order to correlate the different definitions and conceptualizations of ecotourism and thus build an understanding on the issue presented here.

Key-words: Ecoturismo, Environment and Sustainable Development

1 – Introdução

Na década de 1980, põe-se em evidência a expressão **Ecoturismo** utilizado em termos práticos, como atividade turística realizada em ambientes naturais cujo diferencial era a valorização das comunidades locais. Com o aumento das práticas intituladas de Ecoturismo registra-se nas décadas seguintes uma discussão que ganha importância nos debates da comunidade acadêmica, governo e ONG's. Tais debates ocorreram na perspectiva da elaboração de uma definição concreta para o termo Ecoturismo com seus princípios e características. Mas, entretanto, mesmo com a prática do Ecoturismo em ambientes naturais e em comunidades percebe-se ainda a inexistência de clareza quanto a definição científica deste termo.

Entende-se assim, que o Ecoturismo surge com uma complexidade. Para alguns autores é considerado um segmento da atividade turística, para outros uma modalidade, já outros entendem como uma nova forma de gestão para a atividade turística. Essas diferenciações de conceitos e definições do termo Ecoturismo resultam da contradição entre pensamento científico e as práticas ecoturísticas desenvolvidas no mercado econômico que normalmente não leva em consideração se a atividade desenvolvida condiz com a definição científica.

Mesmo com várias definições e formas diferenciadas de entendimento no campo científico constata-se a existência de pontos em comum, entre os mais

variados especialistas na medida em que defendem ser imprescindível no Ecoturismo o envolvimento comunitário, a valorização cultural e o meio ambiente.

Em termos teóricos Ecoturismo traz a idéia da efetiva participação dos autores e dos envolvidos no processo concretizado pelo planejamento coletivo. As decisões não podem ser definidas considerando a comunidade apenas como objeto, recebendo modelos prontos com soluções predefinidas de pessoas externas ao processo. De modo contrário, percebe-se que o Ecoturismo não se coaduna com a prática de imposição ou aos “Modelos Prontos de administração” que são decididos nos gabinetes a revelia da comunidade receptora.

Nessa direção, todos têm igual importância no processo de planejamento ecoturístico: a comunidade, a iniciativa privada, ONG's e o poder público que deve gerenciar o processo dirimindo conflitos e despertado uma consciência coletiva voltada para utilização e valorização das comunidades, da cultura e do meio ambiente, pois agindo assim, presume-se que há respeito às raízes e tradições locais.

Dentro desse contexto e entendimento, é que houve o interesse em estudar a temática em pauta, na perspectiva de aprofundar a discussão teórica acerca dos conceitos e definições do Ecoturismo, e bem assim compreende-lo no seu sentido lógico científico.

538

O processo de construção desse entendimento deu-se inicialmente através da realização de ampla pesquisa bibliográfica versando basicamente sobre os temas: Ecoturismo, Meio Ambiente, Comunidade, Desenvolvimento Sustentável, Capitalismo, Turismo, Tempo Livre, Tempo de Lazer e Revolução Industrial. Posteriormente fez-se a análise comparativa dos temas visando correlacionar as diferentes definições e conceituações sobre Ecoturismo e assim construir o entendimento sobre o tema ora apresentado

2 – Condicionantes para o Surgimento do Turismo Moderno

2.1 – A Sociedade Pré-Industrial

A população urbana européia era restrita no final da Idade Média, nos núcleos habitacionais circulava em torno dos 100 mil habitantes, a maioria da população vivia nos campos. As cidades medievais européias tinham as igrejas como centro da vida

administrativa da cidade. Neste centro, concentravam-se os serviços urbanos e seus ocupantes eram basicamente artesãos e comerciantes. A partir do século XV houve um crescimento demográfico e uma mudança estrutural deixando a igreja de ser o poder central.

Esta sociedade, denominada “Pré-Industrial”, tinha seu planejamento de trabalho baseado nos ciclos das estações (verão) e pelos períodos de repouso (inverno), outro fator marcante eram suas atividades culturais como os jogos, cerimônias, religião, cantos, comidas, vestimentas, etc que em cada local era diferente, porém ainda não existia a prática de determinadas pessoas saírem de suas localidades para contemplar o que existia em outras.

No final do século XVIII e precisamente no século XIX surge a sociedade “Pós-Industrial” caracterizada pelo movimento que transformará todas as relações humanas existentes: a Revolução Industrial. Este fato tem origem na Inglaterra, mas rapidamente se espalhou por diversos pontos do planeta, num primeiro momento promoveu o crescimento econômico, vislumbrando a possibilidade de uma maior geração de riquezas, alardeando uma melhora na qualidade de vida da população, onde as pessoas passaram a ganhar e consumir na mesma proporção.

539

Em decorrência deste fato, são atraídos para as cidades grandes grupos de pessoas do campo. As cidades passam a ter mais de um milhão de habitantes sem o planejamento adequado, ocasionando mudanças danosas àquelas populações contribuindo para a péssima qualidade de vida dos cidadãos urbanos, tais como: concentração de pessoas na periferia das cidades, segregação social, insalubridade e violência urbana, mas por outro lado, se a recíproca é verdadeira também existiam locais com boa qualidade de vida a exemplo dos bairros das pessoas com bom poder aquisitivo.

Assim, percebeu-se que a população não estava preparada para esta drástica mudança que foi da produção artesanal estruturada em aprendiz, artesão e mestre para um processo intenso de produção mecanizada e extremamente injusto e competitivo, onde quem não sabia operar determinada máquina era excluído. Neste sentido a Revolução Industrial deu início ao crescimento das cidades de forma desordenada seja com a migração de camponeses para as cidades onde estavam

localizadas as fábricas, seja pela utilização de recursos naturais, seja pela utilização de energia em grandes quantidades. Segundo Dias,

A industrialização trouxe vários problemas ambientais, como a alta concentração populacional devido a urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral. por exemplo); contaminação do ar, do solo, das águas; e desflorestamento, entre outros. (DIAS, 2003, p.29)

Pode-se dizer que a Revolução Industrial do mesmo jeito que trouxe a modernidade e os avanços tecnológicos provocou uma desorganização no quadro natural e social da vida humana gerando uma problemática complexa e provocando grandes discussões.

A Revolução Industrial provocou mudanças na forma de trabalho das pessoas que estavam acostumadas com o trabalho nas propriedades rurais. A busca pelo lucro obrigava os trabalhadores a uma jornada de até 16 horas. A teoria Fordista/Taylorista defendia que o homem era motivado pela recompensa material ou econômica. Esta concepção produziu um ser escravo e doentio com desgaste mental e físico, fadiga e depressão entre outros males, começam aí as discussões e questionamentos sobre o modelo capitalista de desenvolvimento até então aceito sem questionamento e nesse contexto surge a idéia de tempo livre.

2.2 – Tempo Livre

A percepção de tempo é diferente na antiguidade, os gregos denominavam de ócio o tempo livre, dando-lhe mais valor que o tempo de trabalho, o ideal de sabedoria tinha, no ócio essencial, como ressalta Esteves (1996. p. 26) “era um meio, um instrumento, sendo o ócio um fim em si mesmo, algo a ser alcançado para ser desfrutado”. Na sociedade “Pré-Industrial” eram as estações do ano que regulavam o trabalho, assim não existia escolha do tempo livre se não estivessem na época do trabalho estavam no tempo livre e era utilizado para repouso e atividades próprias de cada local.

A sociedade “Pós-Industrial” redefine a idéia de tempo livre indo inicialmente de uma não valorização já que os trabalhadores das fábricas chegavam a trabalhar 16 horas por dia, até uma aceitação deste tempo livre graças a necessidade de evitar as doenças nos operários fruto das péssimas condições de trabalho e a carga

horária elevada mas, principalmente pela necessidade de ter no trabalhador assalariado um consumidor dos produtos produzidos pelas indústrias. Essa fase serviu de base para o que mais tarde ficou conhecida como “A era do consumo em massa”.

Nota-se que a sociedade “Pós-Industrial” requer tempo livre para consumo e repouso, construindo a base para a sociedade do consumo, deve-se observar que esses fatos tiveram como pontos positivos para o trabalhador a redução das horas trabalhadas de até 16 horas para níveis mais aceitáveis e as melhorias nos locais de trabalho. Convém ressaltar que estes novos valores do trabalho foram moldados pela ética protestante que destacavam a produtividade e assim passaram a ver o tempo como mercadoria e em consequência dinheiro.

A nova contextualização de trabalho, consumo e tempo livre vista pela sociedade “Pós-Industrial” com uma leitura capitalista enseja no desenvolvimento de outra categoria que é a propulsora das atividades turísticas o Tempo de Lazer.

2.3 – Tempo de Lazer

O tempo de lazer surge de uma exigência da atividade econômica que necessita de mais consumidores para seus produtos, somado a ascensão da sociedade urbana assalariada que, vêm na utilização de suas horas para obter descanso e prazer. Assim, o tempo de lazer é um produto da revolução industrial originado diretamente por dois fatores: Reduzir o tempo de trabalho dos operários evitando assim crítica e revoltas e a necessidade do consumo em massa dos produtos produzidos. Observa-se mais um faceta do capitalismo que utiliza o tempo livre dos trabalhadores com produto e assim obter lucro.

É neste período que a concepção contemporânea de turismo toma forma e deixa de ser exclusividade dos ricos para satisfazer a um leque maior de população assalariada que, por meio de pressões sociais e sindicais conseguiram dispor de um tempo livre que fora transformado em tempo de lazer. Ou seja, o tempo de lazer traz para as classes populares a possibilidade de desfrutar das horas de descanso de forma prazerosa, porém a atividade que surge com objetivo positivo passa a contribuir na degradação do meio ambiente mundial.

3 – A Apropriação da Natureza na Lógica da Atividade Turística

O tempo de lazer é fundamental na produção da atividade turística que usa a insatisfação do turista com suas atividades diária no trabalho e da cidade somado a busca humana pelo novo, o desconhecido, o não cotidiano. A vida urbana leva as pessoas ao excesso físico e mental materializando o desejo pela mobilidade não comum. Daí dizer-se que o trabalho da cidade faz com que as pessoas necessitem das férias para descansar e esse descanso para ajuda no retorno ao trabalho.

O processo econômico fordista de produção em massa empresta sua forma de funcionamento à atividade turística e após a Segunda Guerra “nasce” o turismo de massa que tem como objetivo conduzir grande número de pessoas a determinado lugar com preço reduzido, também conhecido como turismo de sol e mar. Essa forma de turismo traz a idéia de “democratização do turismo” uma vez que antes só a elite fazia suas viagens.

O lugar natural passa a ser o foco do desejo do turista consumidor. As relações são elaboradas visando à estadia, o consumo, o bem estar do turista, ou seja, o pensamento em agradar o visitante é a ordem estabelecida logo, deve-se transformar a infraestrutura, o acesso, as condições das comunidades receptoras em algo que seja “ideal para o lazer” do visitante. O lugar da atração turista é transformado em produto.

542

O produto da atividade turística de massa tem uma ordem, devem-se seguir regras o turista tem trajetos previamente estabelecidos, horários definidos, ações determinadas. O turista não tem liberdade para definir seus próprios desejos, tempo e percurso ou aceita o “pacote” preestabelecido ou estar fora. Essas práticas demonstram o furto ao olhar do turista, a sua percepção, assim surgem acusações de ser, o turismo de massa, um destruidor de lugares, da sua cultura, de seu cotidiano, da forma natural de ser cada comunidade local.

4 – A Problemática Ambiental

A degradação ambiental provocada pela Revolução Industrial num primeiro momento causou pouco impacto na forma de agir e pensar da maioria das pessoas graças aos problemas ambientais estarem afetando apenas a população pobre.

Segundo Camargo (2005, p. 44) “Apesar dos graves problemas ambientais do século XIX, um dos motivos pelos quais a preocupação ambiental não surgiu naquela época de forma explícita foi o fato de a degradação ambiental afetar principalmente os trabalhadores” como também no século XVIII e XIX prevalecia o pensamento antropocêntrico que colocava o homem como centro do mundo. Tudo estava a serviço do homem e principalmente a natureza, destacando-se o seu caráter prático e utilitário das coisas. Nessa direção, assinala Giansanti (1998) que:

São impressionantes as convicções da época, se comparadas aos dias de hoje: Persiste um instinto natural de obediência nessas criaturas que são para o uso humano, como o boi, o asno e o cavalo. Ou ainda: vacas e ovelhas passam melhor sob os cuidados do homem que a mercê de predadores ferozes; abate-las para alimentos pode parecer cruel, mas, quando se examina o assunto mais de perto, isso se mostra uma gentileza, em vez de crueldade; o seu fim é rápido e se lhes poupa o sofrimento. (GIANANTI, 1998, p. 19)

Acerca do exposto, observa-se que mesmo com tais visões surgem pessoas com um olhar voltado aos problemas provocados pelos impactos causados ao meio ambiente pelas ações humana e em meados do século XIX o engenheiro florestal norte americano Pinchot destacou-se por ser contra ao desenvolvimento a qualquer custo. Neste sentido, entende Giansanti (ap.cit.) que:

As idéias percussoras do desenvolvimento sustentável (ou sustentado) são creditadas a um engenheiro florestal norte-americano, Gifford Pinchot. Primeiro chefe do serviço de floresta do país, no século XIX, ele defendia...”o uso dos recursos naturais pela geração presente, a preservação do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para todos (GIANANTI, 1998, p.9)

543

Em 1962 começa a mudar a história da problemática ambiental, a qual tem início quando Rachel Carson publica o livro *Silent spring* (Primavera silenciosa) abordando os perigos do inseticida DDT, cujos efeitos foram observados pela autora por vários anos. O livro provocou grande oposição principalmente por parte dos agricultores. Como relata Dias (2003, p. 30) Os agricultores opuseram-se à autora do livro energicamente, afirmando que, sem inseticida, o rendimento das colheitas diminuiriam 90%. Como resposta, a autora, defendeu o emprego de controles biológicos”.

O livro primavera silenciosa provocou fortes discussões e a mobilização de organismos internacionais para abordar o tema de forma mais abrangente, pois

O livro Primavera silenciosa soou um alarme que provocou, nos anos seguintes, intensa inspeção de terras, rios, mares e ares por parte de muitos

países, preocupados com danos causados ao meio ambiente. Em consequência a poluição emergiu como um dos grandes problemas ambientais no mundo (DIAS, 2003, p. 30).

O trabalho de Rachel Carson deixa as discussões mais intensas e o ano de 1968 é marcado por três grandes debates que vão nortear o enfrentamento das problemáticas ambientais por parte da comunidade científica internacional, organizações governamentais e não governamentais que começam a promover conferências e debates internacionais.

4.1 – Principais conferências ambientais

No mês de setembro de 1968 a UNESCO promoveu em Paris a conferência intergovernamental sobre a conservação e o uso racional dos recursos e da conservação da biosfera, neste encontro foram lançados às bases para elaboração e criação do programa Homem e Biosfera (MAB) em 1971.

Em 1972 a ONU realizou a Conferência da Organização das Nações Unidas para o meio ambiente humano e desenvolvimento (CNUMAD) ou apenas Conferência de Estocolmo. A preocupação inicial dos conferencistas era conter as várias formas de poluição, mas o que marcou os debates foi a polarização de dois grupos: os que defendiam crescimento zero e os desenvolvimentistas. A Conferência de Estocolmo criou uma nova discussão atrelando desenvolvimento e sustentabilidade, a partir daí houve uma seqüência de eventos e iniciativas nacionais e internacionais para tratar do tema meio ambiente, inclusive na própria conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

544

Em 1974 na 7ª Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi realizada uma reunião do Programa de Meio Ambiente para as Nações Unidas (UNEP) onde elaborou-se a Declaração de Cocoyoc (México), com avanços no modelo sugerido de ecodesenvolvimento, colocando em pauta a explosão demográfica mundial, a pobreza, a degradação ambiental e a responsabilidade dos países desenvolvidos em relação a esses problemas, devido a seu alto nível de consumo, desperdício e poluição.

Em 1980 a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), apresentou o documento “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza”, visando a elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável, usando como

base a manutenção dos processos ecológicos e dos sistemas vitais para a humanidade, a preservação da biodiversidade e a garantia do uso sustentável das espécies e dos ecossistemas.

As discussões ocorridas nas conferências e encontros resultaram com a redefinição do conceito e modelos de desenvolvimentos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável que deveriam ser aplicados pelos países e iniciativa privada.

4.2 – Ecodesenvolvimento

Segundo Giansanti (1992, p. 10) “O conceito de ecodesenvolvimento foi apresentado por Maurice Strong, visando caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento nas áreas rurais dos países subdesenvolvidos”. Opina ainda que a inserção do conceito de ecodesenvolvimento na Conferência de Estocolmo (1972) contribuiu na necessidade de se atrelar o desenvolvimento e sustentabilidade.

Em 1973 o economista Ignacy Sachs reelaborou a definição apresentado por Maurice Strong de ecodesenvolvimento, e o apresentou como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também urbanos buscando a satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

545

Em 1974 na 7ª Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) através da Declaração de Cocoyoc (México), ocorre um avanço no modelo sugerido de ecodesenvolvimento, colocando em pauta a explosão demográfica mundial, a pobreza, a degradação ambiental e a responsabilidade dos países desenvolvidos em relação a esses problemas, devido a seu alto nível de consumo, desperdício e poluição.

Os argumentos da Declaração de Cocoyoc foram reforçados no Relatório apresentado pela fundação Dag-Hammaraskjold com a participação de 48 países e contribuições da UNEP e outras organizações da ONU, abordando a interferência que os países desenvolvidos exercem sobre os países em desenvolvimento, sobretudo em se tratando de preservação ambiental, sugerindo como possibilidade

de mudança a promoção da autoconfiança e a autonomia dos países pobres. O relatório sofreu grande crítica e rejeição.

4.3 – Desenvolvimento Sustentável

A atividade econômica expande-se sem controle e sem preocupação com os danos ambientais e sociais causados. Organismos internacionais, percebendo a prática danosa causada a população e ao meio ambiente com a evolução de tal processo promoveu discussões a fim de elaborar sugestões para auxiliar nas políticas para o setor econômico. Como destaque e marco importante cita-se o final da década de 1960 em especial o ano de 1968, marcado por grande agitação em termos de mudanças no cenário mundial, como bem expressa Dias (2003),

É importante lembrar que o ano de 1968 foi atípico, constituindo-se num momento histórico em que ocorreram grandes mobilizações de massa, principalmente estudantis, no mundo todo, que questionavam a racionalidade de todo o sistema capitalista e buscava formas alternativas de convivência. (DIAS, 2003, p. 31).

No mês de abril de 1968 na cidade de Roma, reuniram-se cientista, educadores, funcionários públicos e industriais com o objetivo de discutir a problemática atual e suas conseqüências para o futuro. Desse encontro surgiu o clube de Roma como sendo o primeiro no caminho para a consciência internacional dos graves problemas ambientais, considerado por Dias (2003) Como “um colégio invisível”. Assim, em 1972 apresentaram o relatório intitulado “Os Limites do Crescimento” como marco importante na discussão sobre a problemática ambiental no planeta, o qual faz um amplo estudo sobre o consumo, a capacidade de suporte que tinha o planeta com previsões de que se nada fosse feito atingiria o colapso total em aproximadamente 100 anos, conforme Meadows, (1973) se pronunciou dizendo:

Se se mantiver as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial (MEADOWS, 1973, p.40).

Já o Relatório Nosso Futuro Comum elaborado em 1987 e conhecido como *Relatório ou Informe Brundtland* valoriza e destaca o conceito de desenvolvimento sustentável, o texto traz 109 recomendações visando caracterizar propostas definidas em 1972. O conceito apresenta em seu bojo a harmonia entre

desenvolvimento econômico e as fontes de recursos naturais, bem como propõe estratégias que devem ser cumpridas em longo prazo por todos os países, como segue:

O desenvolvimento sustentável atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1) o conceito de necessidade, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber o máximo de prioridade; 2) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo e atendendo as necessidades presentes e futuras. (BRUNDTLAND, 1987).

Diante disso, verifica-se que o desenvolvimento sustentável transformou-se em premissa no planejamento do setor político e da iniciativa privada, principalmente por sugerir um novo rumo às relações humanas e ambientais, além de propor um novo modelo de integração e auto sustentabilidade fundamentado na participação coletiva visando o desenvolvimento, mas respeitando as características de cada comunidade.

Em decorrência dessa discussão a atividade turística também sofreu duras críticas por ser uma atividade econômica impactante na forma de desenvolvimento praticado por este seguimento. Essa nova exigência acelerou as mudanças na atividade turística e como resultado o turismo passou a ser concebido nos moldes do desenvolvimento sustentável, surgindo como referência aos princípios e práticas desse conceito, o Ecoturismo. ⁵⁴⁷

5 – Fundamentos Teórico-Conceituais do Ecoturismo

Com o fortalecimento da discussão sobre desenvolvimento sustentável na década de 1980, surgem às primeiras citações sobre **turismo ecológico** como uma nova forma redentora da prática utilizada pelo turismo até então desenvolvida. No meio científico verifica-se que o Ecoturismo, para alguns estudiosos, nada mais do que uma viagem de pessoas a fim de contemplar a natureza, face a ampla discussão que envolve o referido termo. Por outro lado, essa concepção reducionista não é consenso na literatura e divide opiniões entre os autores, quando entendem que o Ecoturismo vai muito além. Assim, para Dias,

O Ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio natural e cultural com a prática turística (DIAS 2005, p. 103)

O Ecoturismo nasce de um momento de reflexão da sociedade contemporânea que visa conciliar o desenvolvimento com sustentabilidade. Partindo-se deste princípio, apresentar-se-á algumas definições sobre a atividade turística para uma melhor compreensão do tema abordado.

O turismo, setor econômico, que mais se destaca no planeta, com crescimento entre 5% e 10% (O.M.T. 2002) é objeto da política de vários países para atrair recursos financeiros. Contudo, o turismo desenvolve práticas ambientais danosas, provocando desmatamento, e transformações das paisagens mundiais, graças a concentração desordenada de pessoas. Outro aspecto importante e preocupante são as mudanças produzidas nas comunidades receptoras, visto que, estas são partes inferiores sob o aspecto do poder econômico.

Como regra, é muito comum empresas multinacionais priorizarem áreas com pouca interferência do homem. Geralmente elas investem em tais espaços transformando-os, construindo complexos para turistas sem sequer discutirem com as comunidades locais. Percebe-se, portanto que, a atividade turística feita desta forma é maléfica, causando destruição ao meio natural e, quanto ao visitante este passa a não ser bem aceito, quando deveria ser promovido o seu próprio bem estar e o da comunidade visitada.

Com a discussão sobre os rumos do turismo verifica-se que não somente estudiosos e pesquisadores, mas também os governantes buscam dar novo formato a atividade turística. Nessa perspectiva surge o Ecoturismo procurando valorizar a comunidade visitada, utilizando recursos obtidos para a melhoria das pessoas que ali vivem, respeitando, sobretudo o meio ambiente, a cultura e as características da população. O Ecoturismo corretamente empregado reunir todos os atores sociais da comunidade: líderes, empresários, comerciantes, poder público e principalmente as pessoas que ali convivem, que juntos desenvolverão um modelo de trabalho necessário para a localidade devendo ser integrado e baseado na consciência

coletiva voltada à utilização e valorização das potencialidades locais, preservação da cultura e identidade.

A expressão Ecoturismo é nova, porém analisando a história observa-se práticas ecoturísticas nos relatos de viajantes naturalistas do século XIX, que faziam viagens a locais paradisíacos ou a atrativos naturais exóticos. A nomenclatura e os princípios atuais que abrangem esse termo não existiam naquela época, mas da sua essência há uma prática similar, pois os antecedentes do que hoje se conhece como Ecoturismo podem ser assim destacados: Caminhadas de longo curso, pela busca de novos conhecimentos e lugares; Expedições, como a procura pela fonte da eterna juventude, pelo fim da terra; e Peregrinação por trilhas sagradas e áreas intocadas cultuadas por povos antigos (COSTA, 2002).

Neste sentido, nota-se que a história do Ecoturismo está ligada a uma noção de turismo ao ar livre, de atividade específica de deslocamento para áreas naturais o que facilitou a apropriação do termo pela atividade econômica, provocando assim uma interpretação superficial do termo. O Ecoturismo no dizer de Costa (2003. p. 15) “é mais do que isso: é antes de mais nada, uma atividade que compreende em si um posicionamento ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto das áreas naturais quanto não naturais”.

549

Diferenciado das práticas tradicionais o Ecoturismo está voltado para uma abordagem social e ambiental que valoriza as características e a cultura local, de forma que o visitante tenha certeza que será bem aceito, mas dentro dos limites estabelecidos pela comunidade receptora sem aceitar as imposições do visitante como forma de tê-lo na sua comunidade. O Ecoturismo enquanto produto turístico é realmente diferente, pois agrega valor a sua matéria prima (atrativo natural ou cultural), no contexto ambiental e sociocultural. O visitante consciente da problemática de sustentabilidade do planeta valorizará e desfrutará em sua exata extensão (DIAS, 2003).

As primeiras definições do Ecoturismo surgem na década de 1980 com Ceballos-Lascuràin quando o autor concebeu turismo ecológico como “A realização de viagens para áreas naturais não perturbadas ou contaminada, com o objetivo de admirar, gozar e estudar a paisagem, sua flora e fauna, assim como as culturas passadas e presentes em tais áreas” (COSTA, 2002).

A terminologia turismo ecológico antecedeu ao conceito de Ecoturismo como visto, sendo apresentada inicialmente como o retorno do ser humano a natureza perdida no passado ou retorno às origens humanas (estado primitivo). Com a ascensão e importância do tema outras conceituações são colocadas em evidência, a exemplo do que convencionou a EMBRATUR em 1990 especificando o termo. Para a EMBRATUR (1991) o Ecoturismo é o Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

Além dessa conceituação verifica-se que, em pouco tempo surgiram outros conceitos acrescentando e agregando novas palavras, mas sempre preservando a mesma base originária que implica no aproveitamento econômico não destrutivo e conservacionista da natureza, realizado em certas áreas protegidas aonde existam atrativos naturais e culturais a serem preservados (CHAVEZ, 1973).

Em 1994 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” redefinindo o conceito, passando a considerar como segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio de interpretação do ambiente, provendo o bem-estar das populações envolvidas. ⁵⁵⁰

Utilizando-se dessa conceituação oficial apresentada pela EMBRATUR (1994) o Trade Ecoturístico (1995) definiu seu próprio conceito concebendo o Ecoturismo como a prática do turismo recreativo, esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentivando a sua conservação, promovendo a formação de consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas.

Mesmo com tais conceitos apresentados ainda existe um longo caminho a percorrer na busca de uma definição concreta do que realmente seja o Ecoturismo.

Encontram-se diversas expressões na literatura. Entretanto, é nítido que não cabe o tratamento igual entre Ecoturismo e turismo alternativo, turismo natural, turismo de natureza, dentre outros. Como esclarece Dias (2003, p. 106 e 107) “O

Ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e natureza, mas deve refletir também os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos centrados particularmente na equidade social”.

6 – Ecoturismo: análise a partir do processo histórico evolutivo.

Na análise do fenômeno turístico, os lugares atrativos são “descobertos” e incorporados pelo mercado, transformando-o em um produto econômico logo em seguida saturado pelo turismo de massa e substituídos por novos lugares. Assim, existe um excesso do turismo de massa, ou da democratização do turismo e a conseqüente popularização dos lugares turísticos, transformam de forma perversa as localidades receptoras. Quanto mais próximo, mais atraente ou acessível aos centros emissores mais rapidamente o esgotamento de um lugar, despertando no turismo de mercado a necessidade da descoberta de um novo lugar/produto.

Convém ressaltar que para a atividade econômica a morte dos lugares turísticos é naturalizada em seu ciclo de exploração. Esta “morte” fez com que a partir da década de 1950 a comunidade internacional se organizasse e buscasse 551 soluções que viessem mudar as práticas da atividade danosa ao meio ambiente. Vários autores nacionais e internacionais, grande parte das políticas e diretrizes voltadas para o setor, e a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) recorreram à idéia de um limite de crescimento da atividade. Mas, como definir o limite suportável de um meio quando estamos relacionando à uma prática social e à formas distintas de territorialidade? Como medir o limite do impacto cultural, econômico, político, ambiental e tecnológico sem considerar a diferenciação do meio e a relatividade social no tempo e no espaço? Como saber quando a pressão turística não só traz novas formas para a reorganização do lugar, mas deforma o meio e a sociedade local? A idéia de impacto pressupõe que um lugar possua uma resistência limite, mas do ponto de vista do meio e da população local, como é possível prever este limite utilizando variáveis quantitativas?

A noção de desenvolver sem comprometer os recursos para as gerações futuras é a pauta. É neste período que a concepção de desenvolvimento sustentável é incorporada às análises da atividade turística. Partindo da constatação de que o ambiente é o foco de atração do turismo, a proteção ambiental torna-se o

pressuposto de uma atividade turística durável. O “turismo sustentável”, termo utilizado principalmente para o Ecoturismo, apóia-se nos princípios de uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais. Os principais objetivos expressos revelam uma tradução, para o turismo, dos documentos oficiais e do ideário sobre o desenvolvimento sustentável como base para a atividade turística.

O conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da idéia de ecodesenvolvimento, tem sua principal referência no relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. A partir desse documento os fatores socioculturais e ecológicos foram incorporados às políticas econômicas, socializados no imaginário coletivo, e absorvidos ao próprio mercado que passou a vender produtos ecológicos e bens distintivos de identidade cultural.

A sustentabilidade passou a ser, então, a senha de um novo modelo de desenvolvimento, que supostamente se esboçava. A concepção de natureza como estoque infinito de recursos é substituída pela natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê a sua utilização a longo prazo, a substituição de antigas tecnologias, e a produção de bens de consumo cada vez mais inusitados. ⁵⁵²

A incorporação destes pressupostos à análise turística gerou a derivação turismo sustentável. Esta proposta preocupa-se com a conservação ambiental, e busca regularizar o mercado da indústria do turismo de massa e do turismo alternativo. Para os analistas do turismo sustentável a escala de análise remete-se ao lugar ou ao contexto regional, mas apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo ele é, antes de tudo, um instrumento político e, nesse sentido, funciona como uma remédio que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária.

A maioria destas análises toma a paisagem turística como ambiente natural, naturalizando o conceito de paisagem e dando-lhe autonomia em relação à construção social da qual ela se origina. Os autores que naturalizam as paisagens, concebendo-as como recursos turísticos, acabam por concluir que as paisagens são recursos não-renováveis e que, portanto, podem ser extintas – o que é incorreto.

Considerando que as paisagens são construídas socialmente, elas não se esgotam, o que se esgota ou degrada é um determinado recurso natural ou determinados usos das paisagens.

7 – Considerações Finais

O conflito teórico existente entre pesquisadores a respeito do termo Ecoturismo é latente, para alguns não existem diferença entre os termos turismo ecológico, turismo ambiental e Ecoturismo, entretanto para outros não fazer essa diferenciação é reduzir a importância do Ecoturismo, pois os dois primeiros termos são apenas um segmento da atividade turística com práticas sustentáveis enquanto o Ecoturismo é um modelo que exige um planejamento a ser seguido considerando princípios fundamentais na sua construção como envolvimento da comunidade, poder público, visitantes, ou seja, todos os envolvidos no processo. Assim, o Ecoturismo surge na década de 1980 como forma diferenciada do turismo convencional (massivo).

O turismo traz uma série de oportunidades e também ameaças que precisam ser avaliadas antes de se implementar projetos nas comunidades. O Ecoturismo prioriza a valorização dos recursos naturais e culturais incluindo nas tomadas de decisões os atores locais, pois são eles os maiores prejudicados quando a atividade turística é feita sem planejamento. As ameaças mais comuns às comunidades locais são degradação ambiental, alterações culturais, expropriação, desigualdade social e econômica.

553

Por fim, entendemos ser cristalina a importância do Ecoturismo como modelo de desenvolvimento sustentável e não apenas um segmento da atividade turística, pois se assim fosse sua essência conceitual seria a utópica.

9 – Referências

- COSTA, Patrícia. C. **ABC do turismo – Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIAS, g. f. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2000. IN: GOTTARDO, Leczy. Desenvolvimento e turismo. 2000

FERREL, O. C; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos.** trad. Cecília Arruda. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

JARA, Carlos. **Planejamento do desenvolvimento municipal com a participação de diferentes atores sociais.** IN: Ação Local e desenvolvimento sustentável. Debates. Fortaleza:

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003.

NOSSO FUTURO COMUM - **Relatório Brundtlandt.** Rio de Janeiro, 1991.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental.** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e o terceiro setor:** criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

Centro de estudos Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

WESTERN, D. **Definindo o Ecoturismo.** In: LINDEBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: SENAC, 1993.

CARACTERÍSTICAS E QUALIDADES DO TURISMO DE SOL E PRAIA, ACRÉSCIMO DA ECONOMIA E A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA¹⁷⁵

André dos Passos Conceição¹⁷⁶

Resumo

O turismo de sol e praia destaca-se como segmento de maior índice de crescimento na última década. A presença de mar, sol e calor constituem alguns dos principais fatores para a atratividade, relacionadas com altas temperaturas, propícias a prática desse segmento. A demanda mundial para o setor de sol e praia busca esse tipo de turismo em função de climas tropicais, geram concentração de visitantes tanto nacionais como internacionais, elevando o setor econômico e assim gerando empregos. O setor náutico é bem diversificado e chama atenção de diferentes classes, entre elas: famílias, esportistas e estudantes, servindo também, como base para atividades complementares realizadas por outros segmentos como o de eventos. A pessoa que tem como motivação este tipo de segmento tem em vista, desfrutar de belezas naturais, algumas pouco exploradas e outras bem populares. Verifica-se em sua maioria, a procura desses lugares para: descanso, prática esportivas, entre outros. Em contrapartida, o excessivo uso das áreas de sol e praia, gera profundas transformações, uma vez que, quem as utiliza devasta e sequer preocupa-se com elas. Sem lembrar que o setor depende do meio ambiente para que sua existência seja concreta, ficando inviável então a prática turística nessas áreas. Para então elaborar o presente artigo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, a qual mostrou aspectos negativos e positivos no setor.

555

Palavras-chave: Sol e praia. Economia. Meio ambiente.

Abstract

The touristic segment of sun and beach is distinguished as an activity with bigger index of growth in the last decade. The presence of sea, sun and heat constitutes some of the main factors for the attractiveness, related with high temperatures, propitious the practical one of this segment. The world demand for the sector of sun and beach search this type of tourism in function of tropical climates, generates concentration of national visitors as in such a way international, raising the economic sector and thus generating jobs. The nautical sector well is diversified and calls attention different classrooms, between them: families, athletes and students, also serving, as base complementary activities carried through by other segments as of events. The person who has as motivation this type of segment has in sight, to enjoy of natural beauties, some little explored and other well popular ones. She verifies you in its majority, the search of these places stops: rest, practical athletes, among others. In other way, the extreme use of the areas of sun and beach, generates deep transformations, a time that, use that them devastated and if it wants are worried about them. Without remembering that the sector depends on the environment so that its existence is concrete, being impracticable then practical the tourist one in

¹⁷⁵ Artigo elaborado sob a orientação da Prof^a. Msc. Cristiane Alcântara de Jesus Santos – NTU/Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

¹⁷⁶ Aluno do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: andre.tour@bol.com.br

these areas. For then elaborating the present article, a bibliographical research was used, which showed negative and positive aspects in the sector.

Keywords: Sun and beach. Economy. Environment.

Introdução

O turismo de sol e praia surgiu primeiramente na Europa por volta do século XVIII como forma de balneário. Posteriormente tinha como principais funções o relaxamento espiritual e terapêutico receitados por médicos da época a aquelas pessoas que sofriam de algum mal, com o intuito de cura e restabelecimento físico e mental das populações mais nobres.

Com o passar dos anos, esse segmento vem sendo bastante procurado por diversas pessoas de distintas faixas etárias e de ambos os sexos. A motivação inicial visa o descanso, relaxamento, diversão e a prática de atividades físicas. O segmento desenvolve várias atividades como mostra Lima (2009, p.300), “cruzeiros - de longo curso e de cabotagem -, esporte mergulho e caça submarina, passeios de embarcações, pesca fluvial, oceânica e de plataforma continental”.

556

O segmento já foi e continua sendo analisado e muitas são as suas denominações. De acordo com o Mtur (2008, p. 16), o turismo de sol e praia, “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor”. Já para Abreu; Vasconcelos (2007, p. 327-328), “clima, paisagem, sol e praia sintetizam o turismo litorâneo que é para muitos países uma oportunidade de dinamização da economia (...)”.

De fato, o segmento caracteriza-se pela junção de calor, sol e água, além dessas características do segmento, se incluem as regiões litorâneas que também fazem parte desse contexto. Essas regiões litorâneas apresentam praias bastante exuberantes como Fernando de Noronha, no estado de Pernambuco, e também praias rústicas, como é o caso de Mangue Seco – localizado entre os estados de Sergipe e Bahia.

O Brasil, além de possuir um litoral extenso, localiza-se na faixa equatorial dando ao país um clima tropical, com temperaturas elevadas. Desta forma, o país

passa a ser uma oferta desejada, o que o torna um dos destinos mais visitados do mundo. Entre os estados mais visitados nacionalmente está o Rio de Janeiro (MATIAS, 2001). Segundo o Mtur (2008, p.16 -17), “cerca de 60 a 65% da demanda turística mundial buscam sol e praia em função de climas tropicais ou mediterrâneos, o que gera uma concentração de visitantes nesses destinos, sejam eles nacionais, sejam internacionais”.

Além de toda a caracterização necessária, o turista é atraído a um determinado centro turístico quando esse centro apresenta uma organização em infra-estrutura, segurança, acesso, transporte e qualidade da oferta, atribuindo a ele certa comodidade. É necessário também planejamento antes e durante a hospedagem do turista para que não haja transtornos. A atração pode ser feita através da venda da imagem do lugar através de comerciais televisivos e na *internet*, como também, através de *folder* e planos de *marketing*. Abreu; Vasconcelos (2007, p. 332) afirmam que,

O turista, e também o empreendedor, ambos com interesses, buscam, no lugar, conhecer ou explorar aquela “mercadoria” que um amigo já conheceu ou recomendou, ou mesmo o que foi visto através de vídeos e fotos em telejornais, revistas, jornais ou ainda em agências de viagens, através de *folders*.

557

É valido lembrar que o segmento pode também ser praticado não somente em litorais. Os rios, lagoas e lagos fazem parte desse contexto, pois nesses locais existem a pesca, atividades físicas e recreação. Um exemplo bastante conhecido no nordeste brasileiro é o rio São Francisco, onde se podem encontrar passeios de barcos e atividades de pesca, além do banho no famoso “Velho Chico”¹⁷⁷.

Apesar de pouco explorado, o Brasil possui uma rede fluvial bastante rica, onde pode ser encontrados rios de diferentes tipos e características. Segundo o Mtur (2008), percebe-se perfeitamente a falta de interesse pelos rios existentes no Brasil, uma vez que apesar do país possuir um litoral de 7.367 quilômetros de extensão e uma das maiores redes fluviais do mundo composta por doze bacias hidrográficas, ainda não existe uma aproveitamento da sua grande vocação para o turismo náutico.

¹⁷⁷ Denominação dada ao Rio São Francisco pelos moradores ribeirinhos.

Em suma, o presente artigo visa apresentar uma discussão analisando dados bibliográficos sobre problemas ocorridos com a falta de cuidado com o meio natural, apresentando aspectos positivos e negativos, os acréscimos da economia com a demanda turística e as subdivisões do setor analisando assim quais os segmentos dependem do sol e praia.

Turismo de sol e praia e o desenvolvimento de atividades complementares

O litoral brasileiro é bastante amplo. Outros segmentos com o intuito de aproveitar o máximo potencial do sol e praia utilizam-no para a realização de algumas de suas atividades. Além da sua extensão, o setor é foco de atração, “pelo fascínio, como espaço de lazer” (CRUZ, 2003, p. 86). Já Oliveira (2009, p.176), afirma que o Brasil,

Com sua extensão continental, diversidade cultural e hospitalidade tradicional têm um inestimável potencial para o desenvolvimento de diversos destinos turísticos. Possui um vasto litoral, rios de todos os tamanhos e volumes, montanhas, chapadas, cachoeiras, dunas, grutas etc., que podem ser exploradas turisticamente em atividades de turismo.

558

Entre os segmentos que pode ser trabalhado como produto complementar ao de sol e praia está o turismo de eventos. Ele possui várias atividades que são realizadas em área litorâneas. O *reveillon* de Copacabana no Rio de Janeiro bem o caracteriza. Neste evento é realizada a queima de fogos de artifícios, shows artísticos e entregas de oferendas a Iemanjá¹⁷⁸, despertando o interesse de muitas pessoas.

De fato, shows artísticos fazem parte das atividades do setor de eventos. Eles acontecem muitas vezes em praias mais conhecidas. Podemos citar como exemplo, o projeto verão como o que ocorreu em 2010, na praia da Caueira no município de Itaporanga D’ajuda/SE, no estado de Sergipe.

Certas praças de eventos localizam-se em lugares estratégicos próximos de hotéis, bares e restaurantes, dando uma sensação de segurança a aquele que vai

¹⁷⁸ Santa da religião Candomblé.

desfrutar da festa. Em Aracaju, capital de Sergipe, existe uma praça com essas características que está localizada na orla da cidade.

Os segmentos ligados ao esporte no Brasil vêm crescendo consideravelmente em suas realizações esportivas ligadas principalmente as olimpíadas, que são jogos realizados a cada quatro anos em um determinado lugar e que dependente de áreas aquáticas, principalmente litorâneas, para a realização de alguns de seus jogos. “No segmento de esporte há os produtos esqui aquático, *jet ski*, canoagem, passeios ou excursões de jangada, barco e caiaque” (LIMA 2009, p.303).

É válido lembrar que o setor de esporte se relaciona com o setor de aventuras um interligado com o outro. De acordo com Trigo (et al) (2005, p.440), “é interessante notar que várias dessas atividades consideradas ‘de aventuras’ são elevadas à categoria de modalidades esportivas”. O setor de aventura realiza esportes em regiões que apresentem características do sol e praia. A exemplo a canoagem, que necessita de rios encachoeirados para por em prática suas atividades.

O turismo de sol e praia propicia também características ao setor de lazer, quando oferece particularidades que facilitam sua existência. Alguns estados apresentam potencial turístico para tal, dentre eles o estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (MATIAS, 2001).

O turismo exotérico, também considerado por alguns autores como turismo religioso, reconhece o espaço aquático e o utiliza como motivação para a dedicada e contínua atividades nesses espaços. As praias passam tranquilidade espiritual e estado de elevação de espírito aos praticantes do segmento. Para Preston-Whyte (2004, p.396), a praia:

Proporciona um fascínio a muitas seitas religiosas que encaram o interface entre a terra e o mar como ambiente auspicioso onde procurar contacto coma divindade. O simbolismo ligado com o nascer do sol e o acto de purificação da imersão que acontece durante as cerimoniais religiosas nas praias, são provavelmente antiquíssimos. Estas acções parecem induzir nos carentes um sentimento de paixão religiosa que instila na praia um significado especial. Torna-se num lugar sensorial em que os estatutos normais são suspensos: torna-se num lugar sagrado.

O nudismo, atividade símbolo de praias, está inteiramente ligado ao uso delas. O nudista ou naturista – pessoa que participa dessa atividade - prefere praias isoladas que não seja estabelecida a visitação de banhistas comuns, para se sentirem mais a vontade. Preston-Whyte (2004, p. 398), bem caracteriza as praias nudistas como, "locais de relaxamento, onde a atmosfera sensorial permite que os cansados amplamente educados 'livres pensadores' relaxem e libertem as tensões da vida".

Em suma, o turismo de sol e praia é para muitos outros segmentos, o alicerce para a realização de algumas de suas atividades. Eficazmente sabendo utilizar o segmento, essas atividades complementares continuarão acontecendo de forma espontânea.

Dessa forma, faz-se necessário planejar o setor de forma que vise a minimização dos impactos negativos, resultados do uso irresponsável dos recursos disponíveis e assim, o cenário aquático disponibilizará condições aos outros segmentos.

560

Importância do meio ambiente: homem x natureza

O meio natural é, sem dúvida, um componente impar no atrativo de um lugar, ou seja, é um fator que sem ele basicamente não existiria o turismo. Ele está ligado diretamente ao meio ambiente. Quase todos os seus segmentos dependem da oferta da natureza. A exemplo o sol e praia, que sem ele seria difícil a existência.

Como a demanda do turismo cresce muito e de forma bastante acelerada, ligado com a falta de conscientização daquele que procura o turismo como modo de vida, o meio ambiente sofre com sua utilização. Estão eles bastante degradados e pouco revitalizados, como afirma Cruz (2003, p.31), ao dizer que "os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares".

A região aquática brasileira é bastante visitada e muito explorada. Por contra partida o excesso de utilização desse espaço natural acarreta inúmeras degradações ambientais, provocando desmatamentos e poluições principalmente

das águas. Por essa razão, áreas de proteção ambiental estão sendo criadas para tentar frear os impactos ambientais. Segundo Seabra (2001, p. 42):

A ocupação desordenada das áreas litorâneas, sem o respeito às leis de proteção ambiental, ocasiona elevadas densidades demográficas e a apropriação de logradouros públicos, impedindo muitas vezes a circulação dos visitantes e o acesso ao principal atrativo, a praia.

A organização mundial do turismo (OMT, 1999), propõe ao turista, a fim de proteger áreas de riscos causados pelos visitantes e com isso tentar manter o ambiente intacto, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais na perspectiva de um crescimento econômico contínuo e sustentável capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras. O artigo 1º define, “as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, o planejamento, a classificação e a fiscalização”. No art. 3º, que refere-se as atribuições da Mtur para o desenvolvimento de forma coesa do turismo no Brasil, “caberá ao Mtur estabelecer, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística(...), em âmbito nacional”.

561

Dessa forma, é preciso criar uma consciência nas populações, tanto as visitadas, como também as que visitam, o interesse pelo natural, assim como, capacitar profissionais da área, para que este exulte naquele que comprou seu serviço, a idéia de preservar o que pode lhe trazer alegrias. Assim, surge um elo entre natureza e sociedade.

Elevação da economia com a demanda turística e a geração de empregos

O turismo é uma atividade que impulsiona o setor econômico. O turista que vai a um destino turístico, gasta seu dinheiro desde a compra de sua passagem até o último dia de hospedagem nesse destino. Com isso da mesma forma que cresce o turismo, também cresce a economia. Cresce e surge a necessidade de mão-de-obra, gerando empregos.

De acordo com Oliveira (2009, p.165),

O turismo é uma atividade que vem se destacando como uma importante e crescente fonte de emprego e renda no Brasil e no mundo. Essa faceta lhe impõe características peculiares, pois exige que tanto empresas públicas quanto privadas estejam dispostas e preparadas para desenvolvê-lo de forma profissional e não apenas como uma mera e insustentável tábua de salvação econômica

No destino tudo que o turista necessita faz parte da oferta do receptivo. O Mtur (1998), define as atividades turísticas pertinentes ao segmento turismo de sol e praia como características pela oferta de serviços, produtos e equipamentos relacionado a: a) Operação e agenciamento; b) Transporte; c) Hospedagem; d) Alimentação; e) Recepção e condução de turistas; f) Outras atividades complementares.

Outras ofertas também são necessárias ao apoio do turismo. Caso o visitante deseje conhecer a praia local, além do transporte, a praia deve dispor de uma infraestrutura básica da qual sirva de apoio ao turista: mesas, cadeiras, entre outros equipamentos, trazendo assim comodidade a aquele que paga pelo serviço.

Para que todos esses aparatos sejam oferecidos ao turista de forma correta e bem estruturada, faz-se necessário mão-de-obra qualificada. As empresas então, 562
contratam esses colaboradores para efetuar esses serviços, que muita das vezes são temporários, mas que faz, de qualquer forma, gerar empregos.

As agências também correm para especializar tantos seus colaboradores como também seu manejo. Qualificam os funcionários, a fim de que esses, realizem de forma coesa sua capacidade e deixem seus clientes bastante confortáveis e satisfeitos com sua qualidade de serviços. Essa qualificação, por outro lado, visa quase que unicamente o lucro que é imediato, como mostra Swarbrooke (2000, p. 29), “com frequência, e corretamente ou não, consideram-se que as empresas de turismo estejam interessadas somente em seus lucros e com perspectiva de curto prazo.”

Considerações finais

Apesar de todas as dificuldades existenciais no turismo de sol e praia, o setor apresenta por outro lado seus encantos e diversidades. Impulsiona a economia e

tenta através de uma educação quase inexistente tratar bem a natureza e suas variantes.

É fato que várias transformações são feitas ao longo da costa brasileira. Tudo que é tocado pelo homem sem planejamento tem efeito destrutivo. Mas a projeção para o setor por tudo que foi visto, apresenta-se de forma crescente, pois o país tem potencial suficiente para seu bom desempenho, basta apenas melhorar a qualidade da oferta como mostra Lima (2009, p. 309), “a melhoria da oferta vem acompanhada de transformações como o aumento de geração de renda e emprego, o que impacta na qualidade de vida da população local e do meio ambiente.”

O país apresenta uma particularidade para o segmento o qual, como foi visto, dispõe características, para que outros segmentos se enquadrem as suas particularidades. Como mostra o Mtur (2008), além das distintas características físicas e geográficas das praias, os destinos de sol e praia se diferem em seu processo de desenvolvimento ao longo do território, em função das diferentes atividades sociais e econômicas, ou seja, a dinâmica de uso e ocupação em termos de espaço e tempo.

563

Referências:

ABREU, Fabiana Lima; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O litoral em questão:** caracterização e descaracterização do território, In: CORIOLANO, Luzia M. T.; VASCONSELOSO, Fábio P. turismo e a relação sociedade, conflitos e resistências. Fortaleza: UECE, 2007.

BRASIL – Ministério do turismo. **Turismo de sol e praia:** orientações básicas. Brasília: MTUR, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo.** 2ª ed. São Paulo: roca, 2003.

LIMA, Rozuila Neves. Turismo Náutico Sustentável: Um diferencial completo, In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Editores). **Segmentação do mercado turístico:** estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos:** procedimentos e técnicas. 4ª ed. B, Barueri, SP: Manole, 2007.

OMT - organização mundial do turismo. **O código mundial de ética do turismo.** 1998.

OLIVEIRA, Sérgio Domingos de. Turismo de Aventura: Possibilidades, Responsabilidades e Riscos, In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília

Gomes dos Reis (Editores). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.

SEABRA, Giovanni de farias. **Ecos do turismo**: O turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001 (coleção de turismo).

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

SWARBROOKE, Jonh. **Turismo sustentável**: Meio ambiente e economia, vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (et al), (editores). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Joab Almeida Silva¹⁷⁹

Resumo: Este estudo sintetiza as primeiras investigações analíticas sobre a gestão pública do turismo no município de Aracaju a partir da criação do Ministério do Turismo, especificamente no período de 2003 a 2010, tratando de elementos como as políticas públicas, a estrutura administrativa dos órgãos gestores de turismo, a compatibilização das políticas nas escalas nacional, estadual e municipal, o desenvolvimento da governança, o desempenho do turismo como atividade produtiva e seus efeitos na organização espacial. A observação analítica, o levantamento documental e bibliográfico, orientou metodologicamente este trabalho. As principais conclusões permeiam os benefícios da localização geográfica de Aracaju, limitada naturalmente pelo oceano atlântico ao sul e o Rio Sergipe ao norte, a sua condição de centralidade do turismo sergipano, e a necessidade de reestruturação administrativa da Fundação Municipal de Cultura Turismo e Esporte (FUNCAJU) como uma estrutura que integra o turismo à cultura e esporte deixando o primeiro aquém do funcionalismo desejado, à medida que não apresenta um planejamento para o destino, capital do Estado, além de não preservar no seu organograma uma estrutura capaz de incorporar as diversas dimensões atingidas pelo turismo, atuando por demanda e com arranjo institucional pouco operante. Diante deste cenário o estudo é finalizado com a sugestão de criação do órgão oficial de turismo no município de Aracaju.

Palavras-Chave: Gestão Pública. Turismo. Organização Espacial.

565

Abstract: This work summarizes the first analytical investigations about the public administration of tourism in Aracaju from the creation of the Ministry of Tourism, specifically from 2003 to 2010, dealing with elements such as public policies, the administrative structure of the institutions that manage tourism, the compatibility of national, state and city policies, development of governance, the performance of tourism as a productive activity and its effects on space organization. The analytical observation, the documentation and bibliographical research guided methodologically this work. The active participation in meetings, events and working groups of the institutional arrangement of tourism were also take into consideration. The main findings permeate the benefits of the geographical location of Aracaju, naturally on the borders of the Atlantic Ocean, on the south, and Sergipe river, on the north, as well as its central importance in Sergipe's tourism, both in the distribution of the touristic flow into the state and the concentration of equipment and services of the tourism industry. Then, the results of the administrative organization of tourism, point out the *Fundação Municipal de Cultura Turismo e Esporte* (FUNCAJU) as a structure that integrates tourism with culture and sports, but leaving the first one behind the ideal functionality, as it does not present a planning to the destination, which is the

¹⁷⁹ A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade.

*Graduado em Turismo pela UNIT, Especialista em Gestão Pública pela UFS, e Mestrando do NPGeo – UFS (joab.turismo@hotmail.com)

state capital, besides not keeping in its chart a structure capable of incorporating the various dimensions affected by tourism, acting on demand and institutional arrangement with little overhead. Against this backdrop the study is concluded with the suggestion of creating the official tourism agency in the city of Aracaju.

Keywords: public administration. tourism. space organization.

1. Introdução

Compreender o turismo como atividade produtiva remete-nos a idealização de um produto que embora não se apresente de forma tangível é capaz de organizar-se mercadologicamente a ponto de ganhar as prateleiras do mundo, e para compor o seu produto turístico¹ ou roteiro, o destino deve ser capaz de oferecer além de um importante atrativo, natural ou não, uma série de equipamentos e serviços como meios de hospedagem, transportadoras, bares e restaurantes, e equipamentos de entretenimento e lazer, além da infra-estrutura necessária à acomodação desses serviços como acessibilidade, saneamento básico, coleta e tratamento do lixo, entre outros.

Toda essa organização do turismo como atividade produtiva e fator de desenvolvimento está condicionada à capacidade de gestão instalada. Por isso, o foco desta pesquisa é a análise da gestão pública no âmbito do município de Aracaju, tomando como base seu papel de fomentador do desempenho do setor no período de 2003 a 2010 marcado pela criação do Ministério do Turismo e estruturação das políticas nacionais de turismo que impulsionaram a criação de órgãos oficiais de turismo nas Unidades da Federação e suas capitais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a gestão pública do turismo no município de Aracaju adotando como questões de pesquisa a evolução do setor e sua cadeia produtiva, a capacidade administrativa instalada em nível municipal, os instrumentos e ferramentas de gestão para desenvolvimento do turismo, a contribuição do arranjo institucional, e as transformações espaciais provocadas pelo turismo.

A importância desse estudo para a gestão pública está na sua capacidade analítica sobre os elementos e ferramentas de gestão aplicados na atividade produtiva do turismo, além de possibilitar o entendimento do seu complexo

funcionamento capaz de provocar efeitos no desenvolvimento local e na organização espacial.

2. Desenvolvimento

2.1 O Município de Aracaju e o Turismo em Tempo de Globalização

O processo de globalização leva a um crescimento sem precedentes do setor de turismo. A economia de mercado, na qual se inserem quase todos os países do mundo, contribui para a ampliação do fluxo internacional de viagem. O aumento na velocidade das viagens e as tarifas aéreas mais baratas favorecem o florescimento do turismo na década de 1990. A integração global acarreta mudanças no mercado mundial de turismo, que é cada vez mais liberalizado.

Aracaju se firma como centro de recepção, permanência e distribuição do fluxo turístico para o interior do Estado. Todavia, os inúmeros instrumentos e facilidades criados pela globalização não superam o velho e tradicional planejamento, inventariação e dinamização da oferta de produtos e serviços turísticos, e execução das diversas ações que contemplem a estruturação do setor, na perspectiva de desenvolver um movimento novo, possibilitando a captação de um turista consumidor, mas com interesse especializado, buscando experiências. Assim, a análise da gestão pública permite o conhecimento do nível de organização do setor para o planejamento, desenvolvimento e estruturação de uma nova tendência de turismo segmentado ou especializado, capaz de integrar-se ao processo de globalização que atingiu o setor. 567

2.2. Fases do Turismo no Brasil, em Sergipe e Aracaju

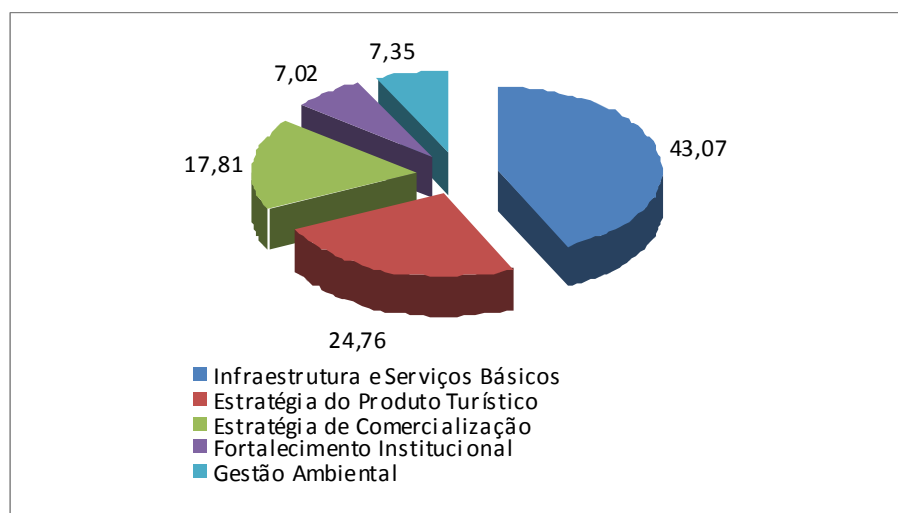
Em 2003 e 2004, o Ministério do Turismo elabora orientações e diretrizes políticas e operacionais para o turismo. Nesse mesmo período é criada no Estado de Sergipe a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) atuando até 2009 quando em reforma administrativa baseada na Lei n. 6.615, de 18 de junho de 2009, o Governo incorpora o turismo à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), que passa a ter a função de articulação e desenvolvimento da política estadual de turismo, tendo a Empresa Sergipana de

Em 2009 o Ministério do Turismo firma parceria com o Instituto de Administração e Desenvolvimento Humano – IADH para o fortalecimento das Instâncias de Governança Regional. No caso de Sergipe com o destino indutor Aracaju, a área turística beneficiária é o Pólo Costa dos Coqueirais, onde foram realizadas duas reuniões ordinárias para resgate do conselho regional de turismo, mas não houve sucesso na retomada da instância, desarticulada desde 2006.

Neste cenário de programas estruturantes do turismo, é indispensável falar do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, como um marco no desenvolvimento turístico de Sergipe, notadamente de Aracaju, porém incapaz de sozinho provocar a organização do setor.

Em sua terceira fase do PRODETUR é marcada pela ampliação da sua área de abrangência, deixando de beneficiar apenas o nordeste brasileiro para atender todo país com o PRODETUR Nacional em 2008. Assim, o Estado de Sergipe apresenta uma carta consulta com a intenção de financiar o montante de U\$ 100 milhões, dos quais cerca de U\$ 40 milhões são destinados a ações no município de Aracaju, contemplando recuperação de prédios do patrimônio histórico no centro da cidade, fortalecimento institucional com elaboração de planos, projetos e estruturação de órgãos oficiais de turismo, saneamento básico, sinalização turística da cidade, reforma do centro de convenções, urbanização das praias do litoral sul, entre outros.

Gráfico 1: Percentual de Investimento do Prodetur Nacional em Sergipe no período de 2010 A 2014 (U\$ 100 Milhões)



Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos – UCP do Prodetur Sergipe, 2010.

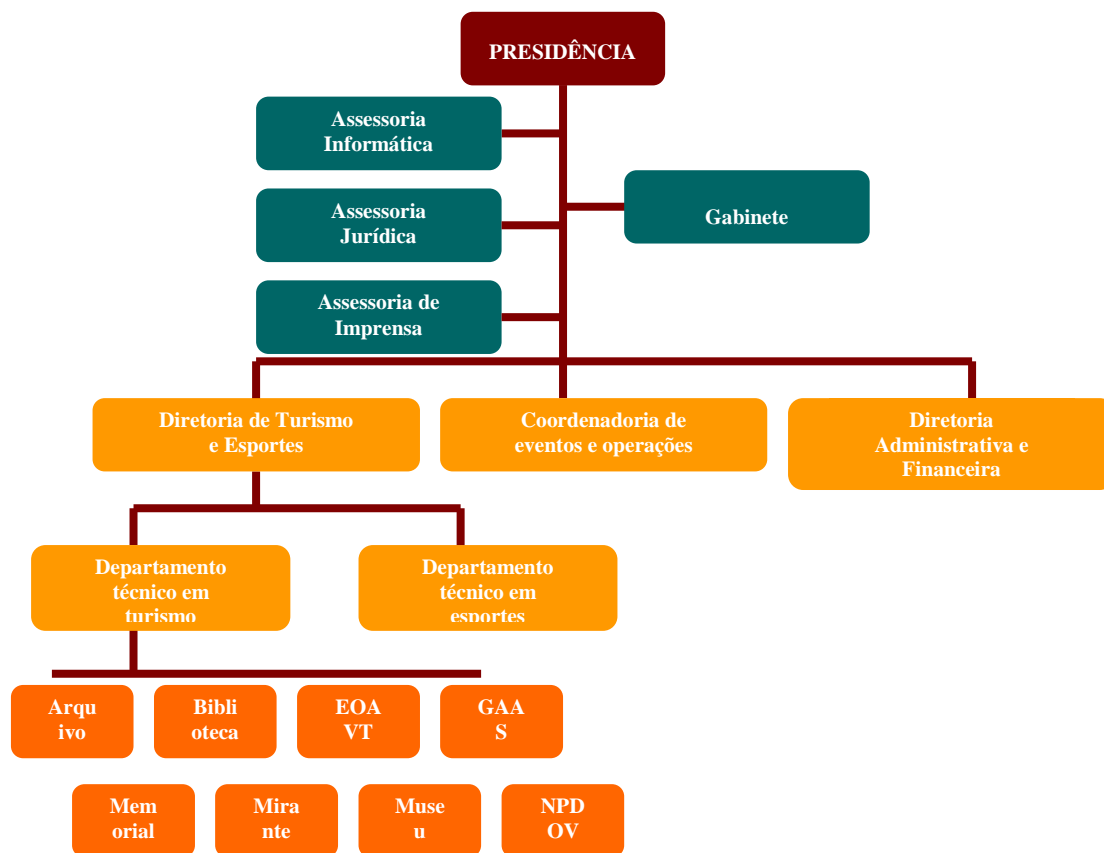
Para compreender a gestão pública na escala municipal é necessário fazer um resgate e observação da organização da sua estrutura administrativa com a Fundação municipal de cultura, turismo e esporte – FUNCAJU, incluindo os programas e projetos existentes.

Em 1992, o turismo estava vinculado à Secretaria de Educação, com o Secretário Luiz Antônio Barreto, depois à Secretaria de Cultura com a Secretária Lânia Duarte que deu continuidade à chamada Fundação Cultural Cidade de Aracaju. Em seguida, com a atual nomenclatura concebida no dia 01 de julho de 2002, a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes - FUNCAJU, foi dirigida por Karlene Sampaio, Lucimara Passos, Kátia Parente, Sérgio Lima Oliveira e atualmente tem como Presidente o Senhor Waldoilson Leite.

A Lei de criação da FUNCAJU não determina atribuições específicas para as pastas vinculadas. Então, o turismo, como um dos três setores de atuação, fica vulnerável à compreensão do gestor da pasta, permitindo interpretações diversas sobre sua condição de órgão oficial de turismo, gestor de programas e processos compatíveis com a política nacional e estadual de turismo. Tampouco se orienta a sua responsabilidade de fomentador do desenvolvimento turístico, sem clara política de captação de investimentos, realização de estudos e pesquisas, criando tendencialmente uma dependência com os dados gerados pelos órgãos estaduais de turismo e entidades do *trade* turístico. 570

O organograma da Fundação conta com uma presidência, quatro diretorias, incluindo as três pastas e mais um setor de administração e finanças, além da gestão das unidades vinculadas, adaptada a partir da observação in loco (Figura 3).

Figura 2 – Organograma da FUNCAJU



Do geral, a observação da estrutura administrativa adotada pelas capitais brasileiras para gestão do turismo agrega pelo menos três espaços: um ambiente de infraestrutura de apoio ao turismo, outro de marketing e promoção turística, e um terceiro de estudos e pesquisas. Desse modo, a estrutura administrativa encontrada na FUNCAJU é carente de revisão e incorporação de apoio qualificado e segmentado.

O que pode minimizar essa carência de gestão administrativa do turismo em Aracaju é a contribuição endógena, ou seja, aquilo que a própria comunidade representada possa dedicar ao desenvolvimento do setor, como compartilhamento do conhecimento, acompanhamento e mobilização do processo de participação popular, planejamento e gestão das intervenções.

A idéia de poder endógeno relaciona-se, diretamente, ao conceito de “empoderamento”, derivado do inglês “empowerment”, conceito este que começa a

ser difundido a partir dos anos 1970, nos EUA, e que embora tenha íntima relação com o ambiente empresarial, é assimilado por cientistas sociais que lhe atribuem uma abordagem humanitária. (CRUZ, 2008)

Desenvolvimento local e governança são discussões freqüentemente utilizadas no debate do desenvolvimento endógeno, porém, com pouca estrutura metodológica para aplicação generalizada. Na Itália, mais precisamente, a partir de 1995, com a Lei n. 341 95, o governo decidiu “ativar uma série de instrumentos específicos de *programmazione negoziata*” para desenhar programas locais que envolvessem uma multiplicidade de atores públicos e privados e uma gestão unitária dos recursos financeiros (TAPIA, 2005).

Para garantir o desenvolvimento local com descentralização e manifestação da opinião pública, o arranjo institucional do turismo em Aracaju foi organizado com a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, pela Lei nº 2553, de 25 de novembro de 1997, reformulado pela Lei complementar nº 57, de 28 de novembro de 2002, que foi revogada a partir da publicação da Lei complementar nº 95 de 24 de maio de 2010.

Para melhor visualização das instâncias de governança existentes no Estado de Sergipe e no município de Aracaju, foi criada a tabela síntese da governança do turismo (Tabela 1).

572

Tabela 1: Síntese da Governança do Turismo em Sergipe e Aracaju

Nome do Órgão	Competência	Marco legal	Situação
SEDETEC – Secretaria de Estado do Des. Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo	Planejamento, coordenação, fomento e estímulo ao desenvolvimento da atividade turística no Estado de Sergipe	Lei nº 6.130 de 02 de abril de 2007	Em funcionamento adaptado pela Lei nº 6.615 de 18 de junho de 2009
EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo	Promoção, marketing e apoio à comercialização, qualificação e capacitação do setor turístico.	Criada em 12.05.1972 até 2004 com a Lei nº 5.417 abre processo de extinção. Reativada em 2008	Em funcionamento.
UCP – Unidade de Coordenação de Projetos do Prodetur	Execução das ações resultantes da celebração, aplicação e execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais, promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR.	Lei nº 4.912 de 22 de agosto de 2003	Em funcionamento vinculada à SEDETEC, alterado pela Lei nº 6.248 de 06 de dezembro de 2007
Coordenadoria de Turismo - COTUR	Interlocução estadual do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) junto ao Ministério do Turismo, e pela secretaria executiva do FORTUR.	Lei nº 6.615 de 18 de junho de 2009	Em funcionamento na SEDETEC
FORTUR – Fórum Estadual de Turismo de Sergipe	Assessoramento ao Poder Executivo Estadual quanto à formulação, acompanhamento, avaliação e execução da Política Estadual de Turismo.	Decreto nº 26.432, de 02.09.2009	Em funcionamento
Conselho de Turismo – Pólo Costa dos Coqueirais	Potencializar o desenvolvimento das localidades abrangidas pelo Pólo Costa dos Coqueirais, sob a ótica do empresariado, buscando a integração das ações do Governo Federal, alinhando-as com as políticas públicas do Governo Estadual e dos Governos Municipais e com a sociedade em geral	Regimento Operacional de 07.08.2003	Desarticulado desde 2006

FUNCAJU – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esporte de Aracaju	Planejamento, promoção e qualificação do destino Aracaju, apoio à realização de eventos culturais e turísticos.	Lei nº 2.986 de 28.12.2001	Em funcionamento
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo	Órgão colegiado de articulação e mobilização dos agentes da cadeia produtiva do turismo, responsável pela discussão e validação de projetos de desenvolvimento turístico.	Lei nº 2.553, de 25.11.1997 reformulada pela Lei complementar nº 95 de 24.05.2010	Aguardando agendamento da 1ª reunião de retomada
GG do DI Aracaju	Executar ou acompanhar a implantação das ações propostas pelo relatório Brasil – Projetos Destinos Indutores do Turismo	Criado como método de implantação do projeto destino indutor	Em funcionamento
ANSEEDITUR - Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores	Mobilização e discussões coletivas entre os dirigentes municipais de turismo com foco no desenvolvimento do setor	Criado em 2009	Em funcionamento

574

2.3. Discutindo a evolução do Turismo no município de Aracaju

Na evolução das políticas públicas de turismo no Brasil deve-se considerar que a Capital Aracaju, passa a integrar em 2008 o Projeto Destinos Indutores do Turismo Regional, gerido pelo Ministério do Turismo em parceria com os governos estadual e municipal, com o objetivo de estruturar destinos turísticos com padrão de qualidade internacional, bem como definir parâmetros, avaliar o estágio de desenvolvimento e elaborar o plano de ação para que os destinos indutores de desenvolvimento alcancem tal padrão de qualidade.

No escopo e desenvolvimento do Projeto Destinos Indutores do Turismo, foi instituído em Aracaju, sob a coordenação geral da FUNCAJU, um Grupo Gestor - GG do projeto, composto com a seguinte representatividade:

**TABELA 2: CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DO RELATÓRIO BRASIL – DESTINOS
INDUTORES PARA ARACAJU**

Dimensões	Brasil *			Nordeste			Capitais			Aracaju		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total geral	52,1	54,0	52,0	49,0	50,4	48,9	59,5	61,9	59,3	52,4	56,4	53,8
Infra-estrutura geral	63,8	64,6	63,3	60,2	60,4	60,2	70,5	71,3	70,5	70,7	67,0	70,0
Acesso	55,6	58,1	58,7	49,5	51,8	53,5	66,9	69,9	69,9	63,6	67,9	69,9
Serviços e equipamentos turísticos	44,8	46,8	44,3	40,0	41,8	39,2	56,8	59,4	56,1	39,3	41,8	39,3
Atrativos Turísticos	58,2	59,5	57,6	57,8	57,8	57,7	56,6	58,5	55,8	56,9	58,4	56,9
Marketing	38,2	41,1	37,7	34,6	37,1	34,6	46,3	47,5	46,3	46,8	42,1	46,8
Política Públicas	50,8	53,7	50,3	48,0	51,3	47,9	55,7	58,7	55,0	59,4	61,9	59,4
Cooperação Regional	44,1	48,1	48,9	45,1	48,2	51,4	42,9	47,1	48,6	51,4	52,6	62,7
Monitoramento	35,4	34,5	34,8	29,0	28,8	28,4	42,1	41,8	41,6	22,5	29,5	22,5
Economia Local	56,6	57,1	56,7	51,5	51,3	50,8	64,7	67,6	64,7	39,0	49,8	39,0
Capacidade Empresarial	51,3	55,7	51,0	46,4	50,2	45,1	72,1	78,1	72,1	44,3	81,4	44,3
Aspectos Sociais	57,2	57,4	57,2	56,8	55,0	56,5	62,3	63,1	62,5	63,6	62,6	63,6
Aspectos Ambientais	58,9	61,8	58,2	56,9	59,9	56,5	63,8	67,7	62,6	45,8	50,4	45,8
Aspectos Culturais	54,6	54,6	54,7	53,0	52,9	52,3	61,4	63,0	60,2	62,0	55,2	62,0

575

Fonte: MTur e FGV – Estudo de Competitividade do Turismo, 2010.

Conhecendo os objetivos do projeto para acompanhar a estruturação da atividade turística no destino indutor e avaliando a amostragem comparativa 2008 a 2010 percebe-se que a média de Aracaju é superior a média Brasil, mas inferior a média das capitais, e com uma queda de quase 3 pontos entre 2009 e 2010, assim, para acelerar a escala crescente de pontuação na avaliação das dimensões deve-se considerar a relevância de ações como a organização do monitoramento do setor, elaboração de plano de desenvolvimento turístico, funcionamento do conselho municipal de turismo, execução da sinalização turística da cidade, além das melhorias nas dimensões de aspectos ambientais, cooperação regional, políticas públicas, economia local, serviços e equipamentos turísticos.

2.4 O Território: Composição da Oferta Turística e a Organização Espacial

As terras que compõem o território sergipano foram no período da colonização portuguesa pertencentes à capitania da Bahia de Todos os Santos. Em Aracaju a ocupação é iniciada na segunda metade do século XIX estruturada em um traçado em forma de tabuleiro de xadrez com trinta e duas quadras de 110m x 110m, elaborada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, a pedido do então governador da província de Sergipe, Inácio Barbosa.

A capital detém a maior parcela do PIB do estado, reflexo da concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços. Em 2005 esse território detinha as atividades industriais, com destaque para as extrativo-minerais. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2009), o município de Aracaju concentra 26,7% da população do estado com 544.039 habitantes, ocupando uma área de 181 Km², com densidade demográfica de 2,800 hab/ Km².

Como turismo parte da apropriação e comercialização dos elementos do espaço e tudo que este contém, no processo de adequação do espaço ao consumo turístico, muitas características originais se perdem. A adoção de uma percepção majoritariamente mercadológica da atividade por investidores e, mais preocupante, pelo próprio poder público, tem provido diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve (YÁZIGI, 2002), daí o cuidado no planejamento da preservação das identidades nos territórios de uso turístico.

Para Rodrigues (1999) “p. 40”, o estudo do turismo no âmbito da geografia acentua-se a partir da década de sessenta, respondendo ao acelerado desenvolvimento do fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo. Um extenso inventário sobre a produção da Geografia do Turismo foi realizado por Alberto Luiz Gómez (1988b), em que a Espanha figura com destaque, seguida pela Alemanha. Em face de sua complexidade em âmbito multidisciplinar, o turismo passa a ser estudado particularmente pelo conjunto das ciências sociais, integrando, além dos aspectos histórico-geográficos, os aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos e jurídicos, conforme assinala Groote (1983). Além desses, pode-se acrescentar ainda os aspectos políticos, culturais e ecológicos, dentre outros.

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003, p. 24), coloca que:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

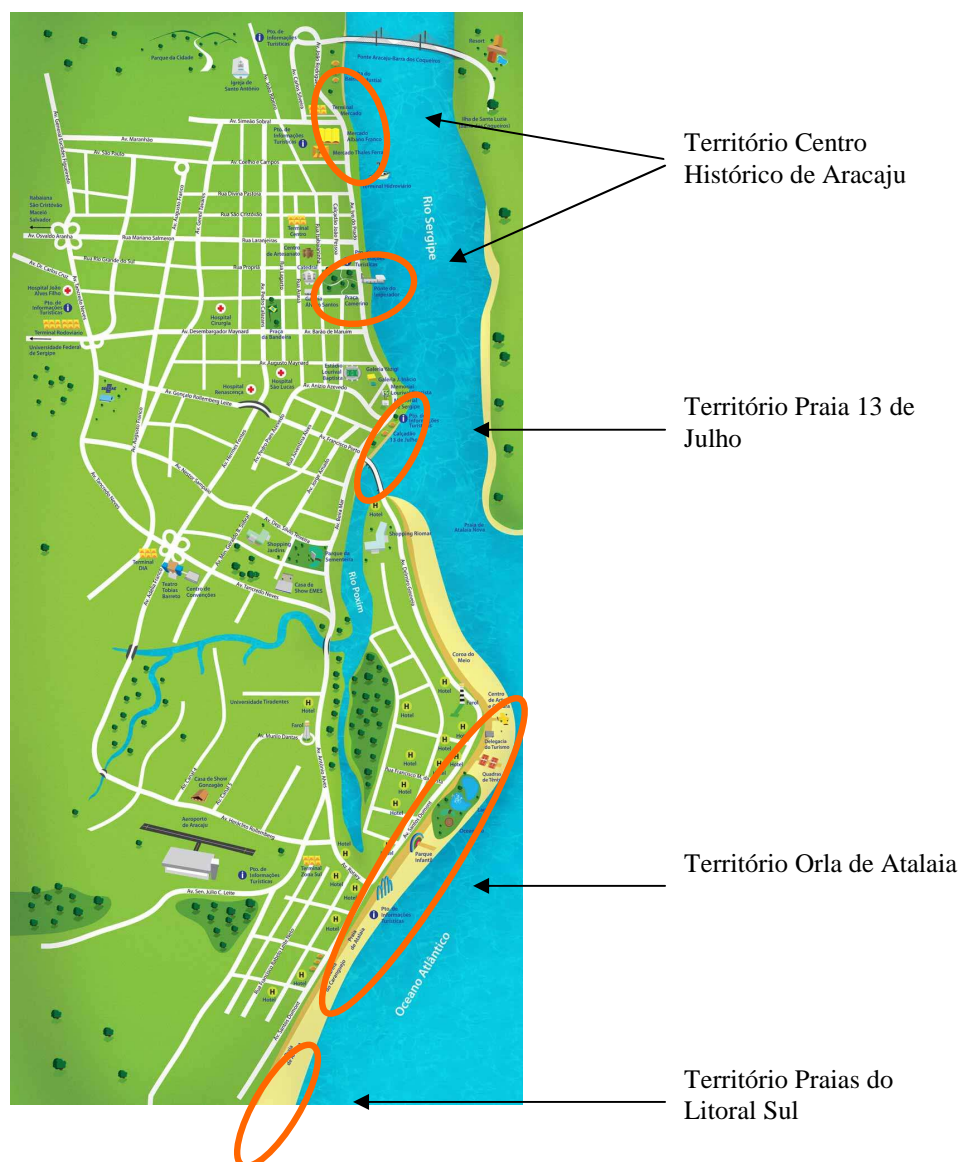
Nessas condições, os arranjos espaciais do turismo se dão para as verticalidades, a partir das operadoras turísticas que determinam e centralizam o modo de exploração e a forma de geração de fluxo turístico e, para as horizontalidades, quando a organização dos fixos, objetos da oferta turística se dá a partir da interação dos prestadores de serviços locais (agentes de turismo receptivos, guias de turismo, hoteleiros, etc.).

Na territorialização para o turismo encontra-se a turistificação do espaço que parte essencialmente da evolução das transformações causadas pelos modos de produção do turismo, que são determinados de um lado pelas preferências de consumo, pelos anseios das populações que formam os fluxos. De outro lado pela produção e oferta de equipamentos e serviços para atender a demanda dos fluxos existentes e atrair novos, numa relação mercadológica, onde o lugar transformado para o turismo ou turistificado, passa a ser a mercadoria de comercialização.

A observação dos territórios de ocupação e uso turístico em Aracaju deixa ⁵⁷⁷ clara a sua limitação pelos recursos naturais do Rio Sergipe a partir da sua foz até a outra foz do Rio vaza Barris, e o oceano Atlântico com seus 35 km de areias planas, firmes e extensas que compõem as praias de Atalaia, Aruana, Robalo, Refúgio, Náufragos e Mosqueiro.

Certamente menos influenciada por um modelo massificado de turismo mundializado com reprodução de lugares, Aracaju desponta entre os novos destinos brasileiros apresentando uma forma nova de produto turístico que otimiza os aspectos naturais e culturais existentes, devendo porém atenção ao devido planejamento e organização do setor para que a oferta existente possa chegar ao turista e possibilitar seu aumento de permanência na cidade com diferentes experiências.

FIGURA 3: TERRITÓRIOS DE TURISMO EM ARACAJU.



578

Conclusão

A análise empenhada nesta pesquisa permite-nos concluir que Aracaju desponta no início do século XXI como destino turístico em franca expansão, seja pelos indicadores da sua capacidade produtiva e crescimento do setor, ou pelos inúmeros elementos de atração turística, como os recursos naturais e uma sincronizada distribuição de equipamentos de apoio ao visitante agregados à infraestrutura básica.

Todavia, fica clara a fragilidade da gestão do turismo, necessitando de organização e estruturação com equipe qualificada, de um plano capaz de definir e orientar a política pública, da articulação do arranjo institucional capaz de

compatibilizar as orientações das políticas nacional, estadual e local, bem como os interesses públicos e privados pelos numerosos rendimentos do setor.

Numa desenfreada necessidade de manter os negócios do turismo, o foco da atuação pública isolada ou em eventuais parcerias com o privado está voltada para pontuais ações de promoção e realização de festejos, devendo atenção à elaboração de estudos e pesquisas, diversificação do produto turístico, organização da segmentação do setor para além do turismo de sol e praia e negócios e eventos, saindo da tendência do turismo social, ou turismo de massa, para outros segmentos como o cultural, ecoturismo, aventura, náutico, capazes de especializar a oferta e dirigir-se a determinados públicos, evitando a dependência de investidores externos e fortalecendo o empreendedorismo local.

A organização espacial com produção em cinco territórios identificados, sua interface com os diversos segmentos econômicos, e a capacidade de geração de divisas, novos postos de trabalho, emprego e renda, fazem com que o setor de turismo demande uma atenção especial, principalmente no tocante ao controle de uso dos recursos naturais, qualificação e aproveitamento de mão-de-obra, estruturação de destinos turísticos e empreendedorismo local. Tudo isso soma-se ao fortalecimento do setor em nível nacional, seja com a definição de políticas e a clareza das competências do MTur e EMBRATUR, a distribuição de recursos para investimentos públicos, e a captação de importantes eventos de impacto mundial como a Copa do mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016.

579

A principal conclusão desta pesquisa aponta o chegado momento de fortalecer a administração pública, com a criação do órgão municipal de turismo, capaz de fortalecer institucionalmente o turismo, promover e fomentar a política pública com o estratégico planejamento e estruturação do arranjo institucional com a representatividade posta.

A organização administrativa do turismo aracajuano permitirá a viabilização de caminhos para democrática distribuição de renda, redução da pobreza e mensuração dos reais impactos e dimensão de crescimento, para então, tratar de um segmento econômico capaz de promover a inclusão social, valorizar os saberes locais, gerar divisas e distribuir renda fazendo o que o sergipano sabe bem, receber com qualidade e originalidade.

Referências

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo. Florianópolis: SEAD/ UFSC, 2009.
- CRUZ, RCA. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual**. In: BARTOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, R, DG e I. Turismo de Base Comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras. São Paulo: Letra e imagem, 2008.
- EMBRATUR. **EMBRATUR 40 anos**. Brasília, DF: EMBRATUR, 2006.
- CARLOS, e CRUZ, AFA e RCA (organizadores). 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- FREIRE, LLR. **Modelo de avaliação do PRODETUR/NE – III**. Etene nº 03. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- MTur. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010**. Brasília, MTur, 2007.
- RODRIGUES, AB. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1997.
- SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SERGIPE, Governo de Sergipe. **Desenvolver-se – Plano de Desenvolvimento de Sergipe**. Sergipe, 2008.
- SERGIPE, Governo de Sergipe. **Plano Estratégico Estadual do Turismo de Sergipe**. Sergipe, 2009.
- SOUZA, FAS. **Um olhar sobre Aracaju em busca de um novo paradigma urbano**. In: FANÇA, VLA. FALCON, MLO. (org.). Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.
- TAPIA, J. **Desenvolvimento local, concertação social e governança, a experiência dos pactos territoriais na Itália**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.
- YÁZIGI, CARLOS e CRUZ, E, AFA e RCA (organizadores). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE TURISMO (APLTUR) NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO

Fabiana Britto de Azevedo Maia¹⁸⁰

Klázia Kate Santana Souza Salomão¹⁸¹

RESUMO: Este artigo refere-se a um projeto de pesquisa em desenvolvimento que tem como abordagem temática os Arranjos Produtivos Locais de Turismo (APLtur) e sua importância para o desenvolvimento de uma localidade, a partir da inserção da comunidade local nesse processo. O objetivo deste trabalho é verificar a potencialidade que o município de Canindé do São Francisco possui, para organizar sua atividade turística através de um APLtur entre as instituições que fazem parte da cadeia produtiva local. Neste estudo, está sendo adotado o roteiro metodológico proposto por Bordinni e Ruschmann (2008), que dispõe de cinco etapas metodológicas as quais possibilitam a formatação de um núcleo de APLtur de maneira adequada e sustentável. A coleta de dados está sendo composta por visitas *in loco*, utilizando-se de questionários, entrevistas e levantamento fotográfico da localidade e dos produtos que são ofertados. Com a realização da primeira etapa que diz respeito à identificação do APLtur, foram obtidos os primeiros resultados, e estes constituem-se da caracterização da comunidade, como a localização territorial e a distância da capital, a caracterização dos principais produtos que compõe a oferta turística, sua infra-estrutura para o receptivo, além de organizações como cooperativas e associações que possuem atividades que podem converte-se ao uso do turismo. Diante dos resultados desta primeira fase da pesquisa, aponta-se que o Município de Canindé do São Francisco possui potencial para o desenvolvimento de um APLtur, desde que a comunidade local se fortaleça para levar adiante esta proposta.

581

PALAVRAS-CHAVES: Arranjo Produtivo Local de Turismo, Desenvolvimento local, Comunidade

ABSTRACT: This article refers to a research project which is developing the thematic approach of the Tourism Local Production Arrangements (APLtur) and its importance for the local development, with the local community insertion in this process. The objective is to verify the capability that Canindé do São Francisco municipality has to organize its tourism through an APLtur between institutions that are part of local production chain. In this study, the methodology proposed by Bordinni and Ruschmann (2008) is being adopted, which has five methodological steps allowing to format an properly and sustainable APLtur. Data collection is composed of local visits, using questionnaires, interviews and photographic survey of the locality and the products that are offered. With the completion of the first step concerns the identification of an APLtur, the first results were obtained, and these constitute the characterization of the community as a territorial location and distance from the capital, the characterization of the main products that make up the tourist

¹⁸⁰ Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabamaia@yahoo.com.br

¹⁸¹ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: klaziakate@yahoo.com.br

offer, its infrastructure for the receptor, and organizations such as cooperatives and associations that have activities that can convert to the use of tourism. Before the results of this first phase of the research, points out that the City of Canindé do São Francisco has potential for developing an APLtur, provided that the local community is strengthened to carry out this proposal.

KEY WORDS: Tourism Local Production Arrangements, Local Development, Community.

Introdução

A prática do turismo tem sido para muitas cidades brasileiras uma das principais atividades responsáveis pelo desenvolvimento da economia local. A partir desta evidência, torna-se cada vez mais necessária a participação efetiva das comunidades receptoras, para que estes benefícios se voltem para as localidades. Mas, para que essa inserção ocorra de forma correta é preciso planejar e organizar a atividade turística.

O planejamento turístico é considerado um instrumento indispensável para organizar a atividade turística de maneira equilibrada e nas premissas da sustentabilidade. Um de seus propósitos é ordenar as ações realizadas nas chamadas regiões turísticas de modo a transformar em benéficas as mudanças que são inevitáveis nas localidades, evitando assim um crescimento desordenado (BENI, 2006; BRAGA, 2007; DIAS, 2003).

A participação da comunidade local no processo de desenvolvimento de um destino turístico faz-se necessária porque, uma vez apropriando-se do turismo como fenômeno social de grande importância, os residentes reconhecem sua participação como essencial, tornando-se responsáveis diretos pelo seu crescimento. Uma das maneiras de inserção da comunidade nesse processo é através da implantação de Arranjos Produtivos Locais (APL), pois eles possibilitam a participação ativa da população local não somente no desenrolar das atividades, como também nas tomadas de decisões.

Para Youell (2002, pg. 263) “é cada vez maior a consciência entre os planejadores de que o envolvimento precoce das comunidades locais nos avanços turísticos pode gerar dividendo tanto para a própria população quanto para os visitantes que têm a oportunidade de usufruir ainda mais das áreas turísticas nessas destinações”. Um dos principais objetivos deste trabalho de pesquisa é discutir a

importância da aproximação da comunidade receptora do processo de desenvolvimento da atividade turística, fazendo com que estas possam se beneficiar diretamente desta atividade. Nesse sentido, entende-se que as comunidades locais receptoras do turismo podem ser beneficiadas a partir do desenvolvimento de um APL de turismo.

Características gerais de um APL

Conceitualmente, um Arranjo Produtivo Local (APL) é entendido como “um tipo de organização privada de atividades econômicas, caracterizadas pela colaboração de distintos agentes privados” (SETUR *apud* BORDINNI; RUSCHMANN, 2008). Quando se trata de sua abrangência, os APLs podem variar de maneira considerável sua localização num destino turístico. Dando ênfase a esta afirmação, Albagli e Brito (*apud* BENI, 2006, pg. 90) colocam que um APL:

[...] constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município e seu entorno; conjunto de municípios; microrregião; conjunto de microrregiões entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

583

Portanto fica claro que uma das principais características que definem um APL é o seu surgimento, geralmente, de forma espontânea, sem a interferência de uma política pública. Assim, torna-se necessário para sua criação, a cooperação entre os diversos atores da cadeia produtiva de um setor específico, a qual deve passar por um processo de amadurecimento ao longo do tempo até se formar um APL. Como reforçam Bordinni e Ruschmann (2008, p. 2) “o Estado pode incentivar, proteger, ou até mesmo fomentar um Arranjo Produtivo, mas não pode criá-lo”.

Outra característica marcante dos APL's é a dimensão territorial, que compõe os espaços onde ocorrem os processos de produção e trabalho, podendo se limitar ao nível municipal, ou ser ampliado para o nível regional. O importante a ser considerado, também, é a diversidade de atividades e atores econômicos, sociais e institucionais, os quais devem ter um alto grau de interação, eficiência e aprendizado coletivo. Pois, somente com a participação ativa de todos os membros e um único

objetivo a ser alcançado é que se pode perceber os reais benefícios obtidos pelo APL. Sobre a dimensão territorial específica para os APLs de Turismo, tem-se que:

O arranjo produtivo territorial objetiva-se nos lugares por seu papel ativo, isto é, pela participação afetiva dos membros que compõem esses aglomerados, formados por pequenos negócios dos setores de hospedagem, alimentação, transporte, guias locais e entretenimento. O objetivo maior é criar melhores condições de vida para as comunidades. Além disso, chamam a atenção do poder público para a criação de propostas e políticas públicas que dêem sustentação ao desenvolvimento desses arranjos (CORIOLANO; MENDES, 2009).

Para Coriolano (2009, pg. 29) “alguns autores acreditam que os Arranjos Produtivos Locais – APLs não podem ser pré-fabricados ou criados, entretanto salientam que o setor público e as instituições coletivas desempenham papel chave na identificação e no incentivo ao fortalecimento”. Complementando as explicações abordadas anteriormente, Alves (2010, pg. 11) conclui que:

[...] O modelo de Arranjos Produtivos Locais tem sido estudado e discutido como um mecanismo que contribui para o aumento da competitividade das empresas trazendo benefícios para o desenvolvimento local em tempos de globalização. Os APLs são constituídos em seu bojo, por empresas pertencentes à mesma cadeia produtiva, que atuam em parceria visando o aumento do mercado. A expectativa e objetivo comum de um APL é que o esforço competitivo seja menor do que a empresa atuar de forma independente.

584

Seguindo ainda a lógica do modelo de APL defendido por ALVES (2010), pode-se destacar que “aglomerações como um APL, quando bem desenvolvido, são catalisadores do desenvolvimento de suas regiões e costumam ter instituições que lideram, cooperativamente com os governos locais, ações de planejamento participativo e cooperação” (BNDES *apud* ALVES, 2010). O que permitiria aos responsáveis pela tomada de decisões enxergarem que “a participação da população-alvo, de forma organizada, na identificação do problema, no planejamento, monitoramento e a avaliação é considerada um objetivo, mas também um processo que, na maioria das vezes, pode ser a diferença que garante o sucesso e uma intervenção (BENI, 2006, pg. 139).

Estimular o desenvolvimento do turismo em um município, tendo como base o modelo dos APLs é proporcionar para seus habitantes a oportunidade de participar ativamente desse processo de transformação, desde o planejamento inicial até o seu gerenciamento e principalmente seu monitoramento, tendo em vista que é preciso avaliar constantemente as ações implantadas para verificar se os objetivos que foram traçados estão produzindo os resultados esperados.

Metodologia

A proposta dessa pesquisa é identificar no estado de Sergipe, mas precisamente no município de Canindé do São Francisco, a possibilidade de implantação de um núcleo de Arranjo Produtivo Local de Turismo (APLTur), uma vez que ainda não existe tal organização no estado. Tal proposta partiu da necessidade de estruturar a atividade turística no município em questão, na intenção de ordenar a utilização dos seus atrativos turísticos a partir da organização dos seus produtos por meio de um roteiro integrado, que visa à melhoria da infra-estrutura existente, a adequação dos serviços oferecidos ao segmento a ser trabalhado, e claro transformar os moradores locais em atores atuantes nesse processo.

Para a realização deste trabalho está sendo adotado como roteiro metodológico as orientações elaboradas por Bordinni e Ruschmann (2008), em seu trabalho intitulado “Diagnóstico para Arranjos Produtivos Locais de Turismo (APLTur) um modelo referencial”. A metodologia proposta é composta por cinco etapas, que ao serem realizadas corretamente permitem a construção de um diagnóstico preciso da localidade em questão, para que ao fim do processo as ações que forem sugeridas possam proporcionar a maximização dos benefícios gerados pela atividade turística.

Com base na metodologia adotada, a pesquisa está dividida em três distintas etapas, cada etapa dispondo de seis meses para sua realização, totalizando a duração máxima dessa pesquisa de um ano e meio. A fase inicial da pesquisa (estado ao qual nos encontramos) consiste em identificar na área a ser estudada a existência de APLs de maneira formal e organizada. Além disso, é necessário verificar se estão concentrados em um único local, ou se estão espalhados por todo o município. Dando continuidade ao processo de identificação, é realizado um inventário da oferta turística local e dos produtos e equipamentos que se encontram disponíveis no mercado.

De acordo com Bordinni e Ruschmann (2008), “quanto à oferta turística original, deve-se analisar a tipologia (cultura, gastronomia, esportes, entre outros). Apresenta-se, também, uma caracterização de todos os atrativos turísticos situados na área, com a contextualização histórica, características físicas e de localização

geográfica e dos meios de acesso”. E para finalizar esta etapa é identificado o tipo de APL existente.

Em seguida passaremos para a segunda etapa da pesquisa, onde será realizada a análise das características e condições dos APLs existentes e das oportunidades e desafios encontrados. Ou seja, será realizado um levantamento das empresas que compõe a organização dos APLs ou daquelas que tem condições para tal, depois será verificada a realidade onde o município se encontra fazendo um comparativo tanto interna quanto externamente.

Após a obtenção de todas as informações pertinentes a cidade de Canindé do São Francisco, e com os resultados obtidos das análises realizadas, a pesquisa passará para sua etapa final, onde serão sugeridas estratégias para o desenvolvimento do APLtur e a elaboração do plano de ação, ou seja, “como última etapa metodológica, sugere-se a apresentação das ações necessárias para o incremento dos APLTur, de forma a esclarecer os objetivos, a descrição de como atingi-las, as tarefas necessárias, o prazo de execução, os responsáveis e parceiros prováveis” (BORDINI; RUSCHMANN, 2008).

A pesquisa será desenvolvida através de visitas in loco, utilizando-se de questionários, entrevistas e levantamento fotográfico da localidade e dos produtos que são ofertados. No entanto, para que esse processo possa acontecer de maneira favorável aos objetivos que foram traçados na idealização da pesquisa, tornou-se necessário a participação do setor público como principal parceiro, pois ele se torna uma peça fundamental no desenrolar das atividades programadas.

O principal resultado esperado após a realização de todas essas etapas e com a conclusão dessa pesquisa, é que a cidade de Canindé do São Francisco a partir da criação de um núcleo de APLtur possa inserir-se no mercado turístico com grande poder de competitividade frente a destinos turísticos já consolidados nesse ramo, a exemplo da cidade de Penedo que trabalha o APL Caminhos do São Francisco, a cidade de Ibiapaba que possui um APL de turismo, e a cidade de Bonito que desenvolve o APL de turismo a artesanato e é considerada referência no assunto.

Identificação de um APL de Turismo em Canindé do São Francisco

Construída e projetada pela Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, devido a construção da usina hidroelétrica de Xingó, a cidade de Canindé do São Francisco encontra-se distante cerca de 213 km da capital Aracaju. Atualmente está localizada no Alto Sertão Sergipano e compõe o Pólo Turístico Velho Chico, destacando-se hoje como um dos destinos turísticos mais visitados do Estado de Sergipe. A cidade hoje conta com alguns produtos que compõe a oferta turística local como:

O passeio nos Cânions do Rio São Francisco: o Cânion de Xingó possui em sua totalidade 65 km de extensão, 170 m de profundidade e uma largura que pode variar de 50 a 300 m, intitulado com o quinto maior cânion navegável do mundo, e que possibilita a realização de passeios de lancha, escuna ou catamarã.

A visita a Usina Hidroelétrica do Xingó: sendo considerada a segunda maior usina hidroelétrica do Brasil e a sexta maior do mundo, a usina mantém seu funcionamento de terça a domingo e recebe visitantes mediante o agendamento prévio.

A Trilha do Cangaço: com aproximadamente 680 m, a trilha do Cangaço destaca-se por ser o local exato da morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove companheiros, conhecido como Grota do Angico.

A Fazenda Mundo Novo: local de grande valor histórico, a fazenda mundo novo abriga quatro sítios arqueológicos, o que possibilita aos visitantes conhecer os registros deixados no local, além de manter contato direto com a paisagem da Caatinga.

O Museu de Arqueologia de Xingó: também conhecido com MAX, o museu disponibiliza para seus visitantes um grande acervo, conta também com exposições temporárias, e tem como objetivo disseminar o conhecimento sobre a pré-história do Baixo São Francisco.

O Vale dos Mestres: é uma trilha com aproximadamente 2000 m, que dispõe de paredões que preservam gravuras talhadas a mais de 3000 anos atrás.

No entanto, o município de Canindé apresenta um potencial turístico muito mais abrangente do que de fato é trabalhado, como por exemplo, a valorização de

sua gastronomia, sua cultura e seu artesanato. Este apresenta em sua culinária pratos típicos do sertão, o que lhe rendeu um Festival de Gastronomia promovido pelo SEBRAE. Canindé também conta com bons produtos culturais, como o grupo folclórico “Cavallhada de Canindé”, e a Escola de Sanfoneiros, onde o objetivo é proporcionar o resgate cultural da localidade.

Além de todos esses atributos, o município participa do Projeto do Artesanato Associado ao Turismo, onde produtos como o mel e o leite de cabra estão ganhando destaque na produção de cosméticos.

A cidade também possui uma infra-estrutura turística que conta inicialmente com oito meios de hospedagem, dentre eles, hotéis e pousadas, dez restaurantes e duas agências de viagem. A partir desses primeiros resultados já é possível visualizar a cidade articulada em um APL, pois ela apresenta a princípio, os requisitos primordiais da cadeia do turismo em pleno desenvolvimento (PREFEITURA DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO, 2010).

Nesta primeira fase de identificação de um APL de Turismo no município de Canindé do São Francisco, não foi percebida a existência de APLs já constituídos. Entretanto, diante do potencial turístico verificado e do fluxo turístico freqüente, principalmente motivado pela visita ao Cânion de Xingó, percebe-se que há uma potencialidade latente para a formação de um APL de turismo.

588

Com relação à concentração dos atrativos e empresas de turismo, observa-se que estes se espalham por todo o município. Entretanto, como o município não possui grandes dimensões territoriais, isto não seria um empecilho para o desenvolvimento de um APL local. Por outro lado, não se observou o grau de colaboração e confiança entre os empresários locais, o que se considera essencial para o surgimento de um APL.

Está sendo realizado o inventário da oferta turística local detalhado, mas já se tem informação sobre os produtos turísticos oferecidos e sobre os equipamentos que se encontram disponíveis no mercado. Para tanto, verifica-se que o segmento de turismo atualmente formatado pelo município é o turismo de natureza, tendo como atrativos principais o Cânion de Xingó e a Trilha do Cangaço; como também, destaca-se o turismo histórico-cultural, especificando-se os elementos arqueológicos, evidenciados pelo Museu de Arqueologia de Xingó, pela Fazenda

Mundo Novo e pelo Vale dos Mestres. Acrescenta-se a potencialidade turística para o segmento gastronômico característico da culinária do sertão.

Portanto, com o levantamento realizado nesta primeira fase da pesquisa, aponta-se que o Município de Canindé do São Francisco possui potencial para o desenvolvimento de um APL de turismo, desde que a comunidade local se fortaleça para levar adiante esta proposta. Considera-se essencial o envolvimento de todos os envolvidos com a cadeia produtiva local de turismo para que esses objetivos sejam alcançados.

Considerações finais

O turismo se apresenta como uma nova visão estratégica de desenvolvimento, com possibilidades reais de maximizar as potencialidades locais, bastando que essas sejam capazes de aproveitar esse fenômeno, e transformá-lo em uma alavanca de crescimento econômico para toda a comunidade (ALVES, 2010, pg. 24). A partir desta afirmativa, é possível perceber a dimensão que a atividade turística pode atingir quando passa a fazer parte de uma localidade.

589

É fato dizer que o turismo gera impactos nas comunidades receptoras, o que vai diferenciar se esses impactos serão negativos ou positivos é a forma como ele será implantado, daí a grande importância de se fazer um planejamento eficiente, que proporcione condições igualitárias de desenvolvimento, respeitando principalmente as características culturais e sociais dos seus residentes, pois ao envolver a comunidade num processo onde ela detém o poder de decisão, é proporcionar um crescimento coerente com os princípios da sustentabilidade.

Os Arranjos Produtivos Locais para o turismo servem como uma estratégia de disseminação dos benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade, que uma vez alcançados geram vantagens competitivas para os destinos turísticos. Entretanto, ressalta-se a necessidade de envolvimento e participação ativa de todos os membros da cadeia produtiva local de turismo para que os APLs se fortaleçam.

Referências

- ALVES, J.A.B. Arranjo produtivo local e desenvolvimento regional: uma reflexão do APL de Turismo Rota da Amizade (SC, Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 3, n.1, p.8-36, abril de 2010.
- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento o turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BORDINI, C.V; RUSCHMANN, D.V.M. Diagnóstico para arranjos produtivos locais de turismo (APLTur): um modelo referencial. **V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e, Turismo**. Belo Horizonte: 25 e 26 de agosto de 2008.
- BRAGA, Debora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CINFORM. M. **História dos municípios: um jeito fascinante de conhecer Sergipe**. Aracaju: Globo Cochrante, 2002.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: UECE, 2009.
- CORIOLOANO, Luzia Neide; MENDES, Eluziane. O lugar como núcleo polarizador da cadeia produtiva do turismo. **Turismo: gestão da cadeia produtiva**. Universidade Aberta do Nordeste, 2009.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- PREFEITURA DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO. Disponível em <[HTTP://www.caninde.gov.br](http://www.caninde.gov.br)>. Acesso em: 01 de outubro de 2010.
- RUSCHMANN, D.V.M.; SOLHA, K.T. (orgs). **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.
- YOUELL, Ray. **Turismo uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO: O CASO DO LAJEDO DO BRAVO - MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Ilana Barreto Kiyotani¹⁸²

Péricles Alves Batista¹⁸³

RESUMO: este trabalho realiza uma análise sobre a potencialidade turística do Sítio Bravo, um importante sítio arqueológico com rico acervo histórico e uma formação geológica específica que confere à localidade um atrativo para visitação. A fauna típica do lugar, associada à vegetação da caatinga, completa o cenário de beleza cênica do Lajedo do Bravo que, embora não disponha de uma infra-estrutura para o turismo, recebe visitantes com finalidades diversas, sejam eles pesquisadores, professores e estudantes universitários e visitantes estrangeiros. O objetivo proposto nesse trabalho é divulgar e direcionar as potencialidades turísticas do semi-árido paraibano, em especial, do Lajedo do Bravo. Como procedimentos metodológicos da pesquisa, utilizou-se levantamento de dados empíricos, confrontando-os com os dados documentais e/ou bibliográficos; bem como a observação *in loco* com registro fotográfico. Espera-se que a pesquisa ao apontar a potencialidade turística do local, possa contribuir futuramente para a elaboração de um projeto de planejamento sustentável do turismo no município de Boa Vista.

Palavras-chave: Lajedo do Bravo; turismo; planejamento sustentável.

ABSTRACT: This article presents an analysis on the tourist potential of the Site Bravo, an important archaeological site with a rich historical and geological formation which gives the specific location a draw for visitors. The typical fauna of the place associated with savanna's vegetation completes the scenario of beauty of Lajedo do Bravo that, although does not have an infrastructure for tourism, welcomes visitors with different purposes: researchers, teachers, students and foreign visitors. The objective of this work is to promote and direct the tourism potential of the semi-arid region, especially Lajedo do Bravo. As instruments of research, we used empirical data collection, comparing them with documentary evidence and bibliography, as well as on-site observation with photographic record. It is hoped that research pointing to the tourist potential of the site may contribute to the development of future project planning sustainable tourism in Boa Vista.

Keywords: Lajedo do Bravo; tourism; sustainable planning.

1. Introdução

No Nordeste brasileiro, o fenômeno da interiorização da atividade turística ou do chamado turismo sertanejo, destacou-se muito nos últimos anos. No caso específico da Paraíba, uma das Microrregiões mais promissora para esse tipo de

¹⁸² Autora. Bacharel em Turismo (UEPB) e mestranda em Geografia pela UFPB. Contato: ilana.kiyotani@gmail.com

¹⁸³ Co-autor. Graduado em Geografia (UEPB) e mestrando em Geografia pela UFPB. Contato: pericles_batista@yahoo.com.br

atividade, trata-se do Cariri¹⁸⁴. Entre os municípios do semi-árido paraibano que possuem certo potencial turístico escolhemos analisar neste trabalho a questão do município de Boa Vista, localizado no Agreste Paraibano, a 168 km da capital, João Pessoa.

Com relação à principal vocação turística do município de Boa Vista – PB pode-se enumerar duas categorias distintas: o ecoturismo e o turismo educacional. Para isso, usaremos como exemplo a localidade do Sítio Bravo, situado na porção Sul, a 15 km da sede do município. Nesta comunidade rural existe uma área conhecida por Lajedo do Bravo, onde se encontra uma série de atrativos turísticos.

O local é um importante sítio arqueológico e paleontológico, que além de possuir um rico acervo do ponto de vista histórico, detém uma formação geológica específica que confere à localidade um atrativo para visitação. A fauna típica do lugar, associada   vegetação da caatinga, completa o cenário de rara beleza do Lajedo do Bravo, que embora não dispondo de uma infra-estrutura de apoio, recebe um considerável número de visitantes com finalidades diversas, sejam eles pesquisadores (geólogos, arqueólogos, etc.), professores e estudantes universitários e secundaristas, e visitantes estrangeiros.

592

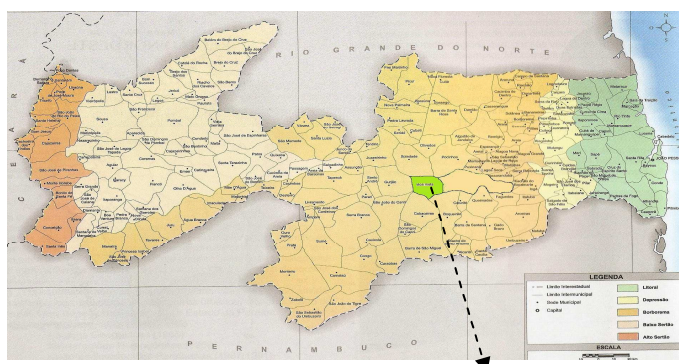
Por ainda não dispor de uma infra-estrutura para atender ao turismo, mesmo apresentando uma vocação natural para esse tipo de atividade, faz com que a população local do Sítio Bravo deixe de obter uma fonte alternativa de renda. Esse é um dos principais problemas existentes no Lajedo do Bravo: a falta de investimentos no turismo local.

Dessa maneira, este trabalho possui dois objetivos: divulgar as potencialidades turísticas do Lajedo do Bravo e tentar contribuir futuramente para a elaboração de um projeto de planejamento turístico sustentável no município. Além de buscar tecer considerações gerais sobre o Lajedo do Bravo, desde as características físicas e históricas, achamos conveniente descrever a tentativa pioneira de implantação da prática oficial do turismo na localidade do Sítio Bravo.

2. Quadro Natural de Boa Vista

184O Cariri Paraibano   uma das Microrregiões mais secas do Estado e totaliza-se em 29 municípios. Divide-se em Cariri Oriental e Ocidental.

O pequeno município de Boa Vista, criado em 1994 pela lei N° 5.884, encontra-se na Região Geográfica do Planalto da Borborema, mais precisamente na Microrregião Geográfica de Campina Grande. Ao Norte, Boa Vista limita-se com os municípios de Pocinhos e Soledade; ao Sul, com os municípios de Cabaceiras e Boqueirão; a Leste, com o município de Campina Grande e a Oeste, com os municípios de Gurjão e São João do Cariri. (ver mapa 01)



Mapa 01: Localização do município de Boa Vista – PB.

Fonte: Atlas Escolar da Paraíba, 2002 (com adaptações de Péricles Batista, 2009).

De acordo com o (IBGE, 2007) ¹⁸⁵ Boa Vista conta com uma população de 5.673 habitantes. Estas pessoas residentes no município convivem diretamente com as irregularidades das chuvas de verão concentradas entre os meses de dezembro e março que alcançam baixos índices de precipitação que variam entre 400 a 600 mm/a. Dessa maneira, as dificuldades em desenvolver atividades produtivas que dependem diretamente das condições naturais (atividades agropecuárias) são enormes, pois a intensidade das chuvas é pequena. Seu território está inserido na área de domínio do clima semi-árido.

A vegetação original do município, adaptada às condições do clima do lugar, é a caatinga hiperxerófila arbustiva, com ligeiras ocorrências de vegetação arbóreo-arbustiva xerófila pouco densa com predominância de catingueira (*Caesalpinia microphylla* Mart.), pereiro (*Aspidosperma pyrifolium* Mart.), marmeleiro (*Croton sonderanus* Muell. Arg.), xiquexique (*Pilocereus gounellei*), facheiro (*Cereus squamosus*), e palmatória brava (*Opuntia palmadora* Britton & Rose), apresentado no geral, espécies de variados tipos de cactáceas e de bromeliáceas. (foto 01).

185 IBGE. Dados demográficos, disponível em: www.ibge.gov.br > Acesso em 10 de Outubro de 2007.

FOTO 01: ASPECTO DA CAATINGA HIPERXERÓFILA COM DESTAQUE PARA O XIQUEXIQUE (*PILOCEREUS GOUNELLEI*).



FOTO 02: ASPECTO DO SOLO RASO E PEDREGOSO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA –PB



Outra característica de semi-aridez do lugar é a ocorrência de solos pobres em matéria orgânica, por exemplo. O município de Boa Vista, por se localizar em uma área de clima semi-árido, apresenta tal característica ao possuir em seu território a maior parte dos solos inviabilizados para a atividade agrícola regular. Os seus solos rasos e pedregosos apresentam limitada quantidade de matéria orgânica decomposta e são ao mesmo tempo ricos em componentes minerais (foto 02).

594

3. O Lajedo do Bravo

Do ponto de vista pré-histórico, o Lajedo do Bravo destaca-se pela importância de seu acervo iconográfico de manifestações de pinturas rupestres datadas de 10 a 12 mil anos¹⁸⁶, que foram deixadas pelos antigos habitantes do lugar, os índios cariris. De acordo com (MARTIN, 2000, p. 37), “esses homens viviam da caça e da coleta de frutos silvestres e se refugiavam em abrigos sob rocha, os quais pintaram com representações dos seus mitos e da sua vida cotidiana”. No local, encontram-se desenhos de pássaros, figuras humanas e desenhos geométricos que foram pintados ou esculpidos nas grutas formadas por grandes rochas (foto 03).

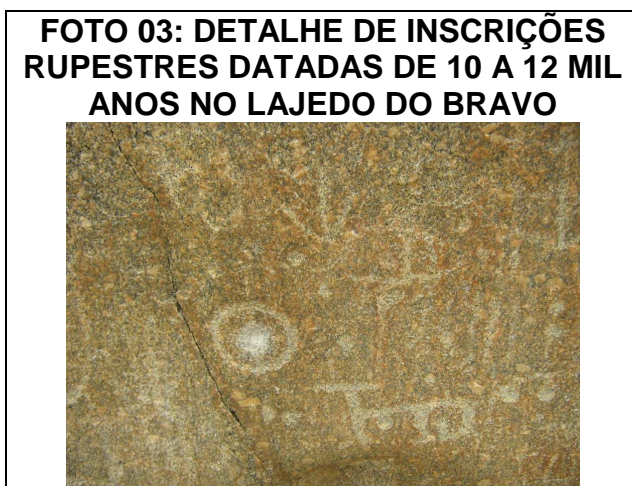
Além desse resquício de escrita rupestre, foram encontrados achados arqueológicos do homem pré-histórico a exemplo de instrumentos de caça primitivos como pontas de flechas, facas e também machados de pedra polida. Tanto as

186 Informação disponível em:

http://portal.paraiba.pb.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3622.

Acesso em 10 de Fevereiro de 2007.

pinturas rupestres, quanto os achados arqueológicos do Lajedo do Bravo, tratam-se ambos de um patrimônio histórico de valor incalculável, que é praticamente desconhecido do grande público.



A paisagem natural do Lajedo do Bravo mistura a vegetação xerófila da caatinga (foto 05), com rochas graníticas que datam do período pré-cambriano, formadas a mais de 500 milhões de anos (fotos 06, 07e 08). Estas rochas possuem forma arredondada e encontram-se distribuídas aleatoriamente na forma de grandes blocos sobre a superfície¹⁸⁷. A ocorrência dessas formações rochosas se explica através da sua origem ainda no interior da terra a 70 quilômetros de profundidade.

595

Com o passar do tempo, as rochas que na sua maioria tinham o formato retangular ou quadrado, foram empurradas para a superfície e, a partir de então, começaram a sofrer um processo lento de desgaste chamado esfoliação esferoidal que ainda ocorre nos dias de hoje. Com a oscilação da temperatura do semi-árido (dias mais quentes e noites mais frias), as rochas passam constantemente pelo processo de dilatação e contração até rachar abruptamente.

187 Essas formações rochosas ocorrem comumente também em outros municípios da Microrregião do Cariri Paraibano, a exemplo dos municípios de Cabaceiras, São João do Cariri e Serra Branca.

FOTO 05: ASPECTO DA CAATINGA HIPERXERÓFILA, COM DESTAQUE PARA O XIQUEXIQUE (*PILOCEREUS GOUNELLEI*).



FOTO 06: ROCHAS ARREDONDADAS DISTRIBUÍDAS DE FORMA ALEATÓRIA SOBRE OS LAJEDOS.



FOTO 07: VISTA PARCIAL DO LAJEDO DO BRAVO: DESTAQUE PARA GRUTA AO CENTRO.



FOTO 08: OCORRÊNCIA DE FENDAS FORMADAS ENTRE OS ENORMES BLOCOS DE ROCHA GRANÍTICA.



Outra característica da paisagem do Lajedo do Bravo é a ocorrência de pequenas lagoas naturais que em geral ficam secas na maior parte do ano (foto 09). Tal como firma Gabriela Martin (2000), essas lagoas escondem uma imensa riqueza do ponto de vista paleontológico, pois são ricas em restos ósseos de grandes mamíferos do período pleistoceno, de mais de 1 milhão de anos. Segundo esta autora:

De fato, nas épocas de seca, especialmente no Nordeste, é freqüente se achar abundantes restos de megafauna no fundo de lagoas e de pequenos reservatórios naturais d'água conhecidos pelo nome de *tanques*, nos quais se encontraram, também, instrumentos de pedra feitos pelo homem. Achados desse tipo já foram assinalados em Boqueirão e Boa Vista¹⁸⁸, na Paraíba. (2000, p.37).

188 Grifo nosso.

Em meio aos lajedos, estas lagoas serviam para saciar a sede dos grandes animais pré-históricos, como o tigre-dente-de-sabre (*Smilodon populator*), a preguiça gigante (*Eremotherium laurillardi*) e o tatu gigante (*Pampatherium humboldti*).

FOTO 09: OCORRÊNCIA DE LAGOAS NATURAIS, RICAS EM RESTOS ÓSSEOS DO PERÍODO PLEISTOCENO



Vale lembrar que o Lajedo do Bravo está inserido dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cariri Paraibano, categoria de Unidade de Conservação com o objetivo de proteger as riquezas naturais que estejam inseridas dentro de uma área 597 de ocupação humana. Além disso, a APA¹⁸⁹ também objetiva conservar sítios de beleza cênica, estimular a utilização racional dos recursos naturais, promover a manutenção da diversidade biológica e a preservação dos ecossistemas em seu estado original. Porém, apenas isso não é suficiente para desenvolver a prática do turismo sustentável no local. A seguir, tentaremos relatar algumas ações em prol do turismo local.

4. O Turismo e o Lajedo do Bravo

Segundo Cruz (2003), a simples presença do turista, ainda que solitário, já caracteriza o local como “lugar turístico”. Sendo assim, diante das características descritas anteriormente a respeito do Lajedo do Bravo, a partir de suas potencialidades, podemos classificá-lo dentro desse conceito. Ainda de acordo com a autora, este conceito pode se referir a um local potencialmente turístico sem necessariamente ter os meios de hospedagem e as infra-estruturas de lazer. Dentro desse contexto, o Lajedo do Bravo mesmo não dispendo de um aparato de apoio

189 Mais detalhes em: www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/apa.html

aos visitantes que ali chegam, apresenta naturalmente uma vocação para a atividade turística.

O turismo vem crescendo no Brasil principalmente a partir da década de 1990, mais que isso, vem descobrindo um novo destino, os interiores do nordeste brasileiro. Repleto de história, tradições, cultura popular, natureza exuberante e paisagens diversas, o interior nordestino é cenário perfeito para grandes descobertas, desde raízes culturais até resquícios de períodos históricos. Todo este conjunto faz deste um novo potencial turístico.

Mas muitos municípios com extremo potencial infelizmente não tem sido valorizados, como é o caso de Boa Vista. O turismo quando bem planejado e administrado pode ser fonte constante de renda, mais ainda para o interior do nordeste, onde a sazonalidade não interfere nesta atividade, sendo esta realizável tanto nos períodos de inverno quanto naqueles de seca. As paisagens da região são atrativas ao turismo em qualquer época do ano, pois cada período tem sua peculiaridade: a chuva faz brotar o verde numa paisagem tão árida, o que faz aflorar sentimentos de esperança no observador, já seca mostra a cara de um Brasil que muitos desconhecem e que, igualmente, é bastante atrativo.

598

“Creo que en el desarrollo reciente, cada vez más reciente del turismo, está jugando un papel más y más importante la historia de los hombres. El conocimiento de las realizaciones de la humanidad, realizaciones que han sido muy viejas, que han sido constantes y que de una forma o de otra, están presentes en la realidad del mundo en que vivimos y cada vez con más fuerza para tratar de explicarnos el mundo en que vivimos, en último término, el mundo que el turista intenta conocer”. (MOREL, 1999, p. 77-78)

Quando Morel (1999) fala em constantes realizações da humanidade e como isso atrai o turista, pode-se remeter ao município de estudo claramente, pois em Boa Vista as realizações da espécie humana estão retratadas tanto nos sítios arqueológicos quanto no dia-a-dia de um povo que reinventa a força da vida constantemente. É o ensinamento que este povo tem para dividir um dos atrativos mais fortes. Seguindo esse raciocínio complementamos com Lópes (2005, p.66) que diz,

encaro esta atividade (*o turismo*)¹⁹⁰ não apenas como lazer, mas como um meio privilegiado de colocar em contato diferentes pessoas com diferentes culturas, permitindo que sejam apresentadas as singularidades nacionais (*e locais*), não só pelo seu consumo, mas pela circulação de pessoas que realizam trocas e intercâmbio de experiências, permitindo que ocorra a “reciprocidade” entre diferentes nações.

¹⁹⁰ Grifos nosso.

Ou seja, estamos falando de uma região que além de rica em história, natureza e cultura, é também turisticamente viável para todos os períodos do ano. Com esta capacidade, se houver um bom planejamento e investimento, muito dos problemas que existem com as secas seria resolvido, pois a economia local estaria apoiada em uma atividade constante, diferente da tradicional agropecuária que infelizmente não resiste à seca¹⁹¹.

Como já descrito, Boa Vista não atrai apenas visitantes locais, mas também estrangeiros e um segmento de pesquisa, o que reforça a continuidade da atividade turística, seja de lazer ou de ensino. É nesse sentido que busca-se aqui tentar atrair olhares para o potencial deste município, onde pode-se desenvolver um turismo sustentável¹⁹², que expresse e preserve a cultura rica deste povo e proporcione ao turista enriquecimento histórico, cultural e pessoal.

Enfatizando uma importante atividade praticada em Boa Vista, vislumbra-se a pesquisa como um ponto forte do turismo local. Sendo um dos principais pilares para uma renovação da educação, o turismo educacional, também chamado de turismo pedagógico, muito pode proporcionar àqueles que o praticam. Além de promover um aprendizado mais profundo dos lugares e fatos estudados, o turismo educacional é também um meio de incentivo, pois instiga a curiosidade dos alunos, a vontade de *conhecer*, proporciona, sobretudo, as ricas trocas culturais entre estudantes e habitantes locais.

“O turismo pedagógico é uma maneira de oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região e vivenciar a história, as tradições, os hábitos e os costumes da população local, por meio de aulas práticas no próprio destino receptor (...) é uma forma de propor ao aluno uma participação ativa no processo de construção do conhecimento, pois proporciona meios para que ele possa tornar-se um cidadão criativo, dinâmico e interessado em atuar, de forma efetiva, na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente em todos os níveis” (MOLETTA, 2003, p. 11-12)

¹⁹¹ Segundo Swarbrooke (2000, p. 22), “o turismo pode ter um papel positivo na diversificação e no desenvolvimento da economia das áreas rurais em que as atividades tradicionais como a agricultura estão em declínio, os salários são baixos e a população está diminuindo”.

¹⁹² Lê-se por turismo sustentável aquele baseado no conceito intrínseco de sustentabilidade onde desfrutamos dos potenciais de hoje sem destruí-los para que as gerações futuras possam dele também desfrutar; bem como traz a idéia de um desenvolvimento que beneficia a população local, o turista, a economia e o meio ambiente.

Desde a década de 1920 as aulas-passeio foram pensadas pelo pedagogo Celéstin Freinet, para melhorar o aprendizado e, mais que isso, proporcionar ao aluno um maior conhecimento de vida (Raykil e Raykil, 2005). A prática das excursões e viagens escolares é por vezes negligenciada pelas instituições de ensino, mas é preciso perceber o quanto ela é necessária, o quanto engrandece o aprendizado.

“Viajar, conhecer pessoas e lugares possibilita ao aluno justamente o que é proposto pelos PCN’s¹⁹³, a *cidadania ativa* que só se dá mediante a vivência que se tem com objeto de estudo. Só se ama o que se conhece, é um jargão popular que se enquadra nesse contexto, conhecer as belezas naturais, a riqueza cultural ou os problemas do país somente através de contextualizações superficiais em sala de aula não caracteriza a cidadania ativa. Para intervir positivamente é preciso literalmente conhecer, *in loco*” (RAYKIL e RAYKIL, 2005, p. 7).

No contexto do nordeste brasileiro essas interações entre estudantes e a diversidade natural e cultural podem se tornar fundamental para o amadurecimento emocional dos estudantes, pois estar em contato com características tão diversas e, pode-se dizer até severas, da natureza e ver como o ser humano pode ser tão forte para superar tamanhas dificuldades faz qualquer pessoa repensar o sentido da palavra superação.

600

Tanto para o município em questão, como para os demais da região, é também importante frisar que a atividade de turismo pedagógico é de extrema importância para a economia local, pois como já discutido, o mesmo não se enquadra na característica sazonal do turismo mais comumente praticado no nordeste.

“O Turismo Pedagógico contribuiria também para a minimização da sazonalidade da demanda que é uma situação que aflige grande parte das cidades turísticas. Durante o ano letivo a maioria da população não está em férias, assim viagens de cunho pedagógico se tornariam mais tranquilas e confortáveis e contribuiriam com a geração de emprego e renda nos destinos turísticos” (RAYKIL e RAYKIL, 2005, p.12).

Como aqui exposto, as duas modalidades básicas do turismo praticado no Lajedo do Bravo, o lazer e a pesquisa, são importantes fontes de renda para o município de Boa Vista, por isso é preciso que exista planejamento para que os

¹⁹³ Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN.

mesmo tenham mais qualidade, não cessem e, mais que isso, não degrade o meio de que fazem uso.

4.1 Ações para promoção do Turismo no Lajedo do Bravo

Algumas medidas foram utilizadas para tentar consolidar a vocação turística do Lajedo do Bravo – Boa Vista. A priori, buscou-se criar a Associação dos Lajedos do Cariri, denominada de LAJEDOS ¹⁹⁴, uma entidade sem fins lucrativos que conta com a participação de vários representantes da sociedade civil do município e principalmente dos moradores da comunidade do Sítio Bravo. A associação foi criada no início de 2007, com o apoio do Sebrae da Paraíba e trata-se de uma iniciativa pioneira que busca incentivar o desenvolvimento do turismo local, além de buscar a preservação dos lajedos que integram o patrimônio histórico-cultural da APA do Cariri paraibano.

Um dos objetivos da Associação dos Lajedos do Cariri é conseguir parcerias com órgãos públicos e privados, na tentativa de implementar uma infra-estrutura mínima de apoio ao turista que visita o Lajedo do Bravo. A primeira meta traçada pela gestão da “LAJEDOS” é conseguir recursos para a construção do “Museu

601

histórico-paleontológico do Cariri Paraibano”, que será futuramente construído na comunidade do Bravo.

Nesse sentido, espera-se que com o surgimento da Associação dos Lajedos do Cariri, o Lajedo do Bravo obtenha não apenas o seu reconhecimento devido, mas principalmente certos investimentos por parte dos órgãos públicos e privados que atuam em Boa Vista - PB. É necessário que tais ações saiam mesmo do papel, e que o turismo sustentável se torne realmente uma nova fonte de renda alternativa para o município em questão, caso contrário, o Lajedo do Bravo continuará apenas como *potencialidade* turística.

5. Considerações finais

Uma conclusão concreta das primeiras observações superficiais acerca da potencialidade turística do Lajedo do Bravo no município de Boa Vista-PB seria

194Disponível: <http://www.sebraepb.com.br/noticias.jsp?pagina=noticia&idNoticia=1396&idCategoria=2>. Acesso em 22 de Abril de 2007.

prematura. Este breve trabalho nos deu as primeiras impressões que serão aprofundadas ao longo da pesquisa através da constatação dos dados empíricos pelo embasamento teórico.

Sabe-se, no entanto, que durante um bom tempo a importância do turismo no interior do Nordeste ficou negligenciada em relação ao turismo das capitais. Porém, recentemente o semi-árido nordestino passou a ter o seu devido reconhecimento graças ao fenômeno da interiorização da atividade turística. Além disso, a temática sobre o turismo sertanejo vem ganhando atenção de vários estudos acadêmicos realizados nos últimos anos. É nesse contexto, que esta pesquisa se apresenta no intuito de exaltar ainda mais a importância de uma atividade turística viável para o interior nordestino.

Dessa forma, espera-se que o trabalho divulgue as potencialidades turísticas do semi-árido paraibano, e em especial, o caso do Lajedo do Bravo no município de Boa Vista-PB. Em princípio, tivemos a intenção de definir a problemática, traçar os objetivos e tecer algumas observações a respeito da possibilidade de implantação do turismo sustentável no semi-árido paraibano. Fica aqui a perspectiva de que este desenvolvimento turístico no local se faça da melhor forma, primando pela melhoria da qualidade de vida local, pela preservação do meio e do patrimônio histórico e por ser fonte de crescimento cultural daqueles que ali visitem.

602

Referências Bibliográficas

CRUZ, R.C.A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora ROCA, 2003.

Governo da Paraíba. Disponível em: http://portal.paraiba.pb.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3622. Acesso em 10 de Fevereiro de 2007.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/apa.html>. Acesso em 18 de Agosto de 2010.

IBGE. Dados demográficos. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 de abril de 2007.

LOPÊS, T. Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In: BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M. (orgs.). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MARTIN, G. O homem pré-histórico na Paraíba. **Mapeamento cultural da Paraíba: onde o sol nasce primeiro**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2000.

MOLETTA, V. F. **Turismo Cultural**. 2ª ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MOREL, J. B. O patrimônio da Humanidade. In: YÁGIZI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Ariza. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAYKIL, E. B.; RAYKIL, C. **Turismo Pedagógico**: uma interface diferencial no processo ensino-aprendizagem. Revista Global Turism, nº 2, novembro/2005. Disponível em:

<http://www.periodicodeturismo.com.br/SITE/artigo/pdf/Turismo%20Pedagogico.pdf>.

Acesso em: 17/02/2010.

RODRIGUEZ, J. L. (Coord). **Atlas Escolar da Paraíba**: Espaço Geo-Histórico e Cultural. 3ª ed. João Pessoa: Grafset, 2002.

SEBRAE. Disponível em:

<http://www.sebraepb.com.br/noticias.jsp?pagina=noticia&idNoticia=1396&idCategoria=2>. Acesso em 22 de Abril de 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: setor público e cenários geográficos. vol. 3. São Paulo: Aleph, 2000.

TERRITORIALIDADE, POLITICA E TURISMO: ESTUDO DE CASO DO PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO-PB

Prof. Msc. Jaime José da Silveira Barros Neto¹⁹⁵

Prof. Msc. Lillian Maria de Mesquita Alexandre¹⁹⁶

RESUMO

As Políticas de Turismo voltadas ao desenvolvimento de territórios, como Pólos indutores do turismo, ganha espaço de discussão nos Estados brasileiros como alternativa de desenvolvimento sócio, econômico e ambiental. O Estado da Paraíba, dentro desta perspectiva, desenvolve o Projeto - Pólo Turístico Cabo Branco, assentado no litoral paraibano, sul do município de João Pessoa, prevendo a implantação de equipamentos de hospedagem, centro de convenções, setores residenciais, parques, dentre outros. Este estudo visa apresentar reflexões iniciais acerca da implantação do Projeto frente à valorização sócio-urbana-ambiental do território. A metodologia empregada a fim de se alcançar o objetivo proposto foi do tipo qualitativo através de pesquisas bibliográficas e estudo descritivo de caso, através de visitas de campo a fim de identificar as ações já realizadas da instalação do Pólo. Conclui-se que esse novo arranjo territorial turístico proposto para a Paraíba é viável na medida em que reorganiza o espaço sócio-urbano valorizando o território e incrementando o turismo no Estado.

Palavras-chave: Planejamento turístico; Organização territorial; Turismo Imobiliário. 604

RESUMEN

Las políticas de turismo dirigidas al desarrollo de los territorios, como inductores de los *Polos de turismo*, gana espacio en discusiones en los estados brasileños como una alternativa de desarrollo social, económico y ambiental. El estado de Paraíba hacia esta perspectiva, desarrolla el proyecto - *Polo Turístico Cabo Branco*, ubicado en la costa del Estado, al sur de la ciudad de João Pessoa, que prevé la implantación de equipamientos hoteleros, centro de convenciones, zonas residenciales, parques, entre otros. Este estudio tiene como objetivo presentar ideas iniciales acerca de la ejecución del proyecto e su relación con la recuperación social, urbana y ambiental del destino. La metodología utilizada para alcanzar el objetivo ha sido cualitativa con la investigación bibliográfica y estudio de caso descriptivo, a través de visitas de campo para identificar las acciones ya emprendidas en la instalación del *Polo*. Se concluye que este nuevo arreglo territorial propuesto para el turismo en Paraíba es factible como la reorganización y planificación socio-urbana además de valorar el creciente turismo en el estado.

Palabras-clave: Planificación Turística; Organización territorial; Turismo; Turismo Inmobiliario

¹⁹⁵ Professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Bel em Turismo (UFCG). Me em Recursos Naturais (UFCG). E-mail: jaimesbn@gmail.com

¹⁹⁶ Professora do Instituto Federal de Sergipe. Bel em Turismo (UNIT). Me em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS). E-mail: lillian_mesquita@hotmail.com

1. Introdução

Nos últimos anos o turismo ganhou destaque como uma das atividades que mais cresce no Brasil, associada à suas belezas cênicas, patrimônio cultural e a hospitalidade de seu povo. Seus Estados procuram investir na melhoria de sua infraestrutura por meio da elaboração de Políticas de Turismo, através da preparação de programas e estratégias capazes de desenvolver o setor turístico e reorganizar seus espaços,

Apoiados no discurso da criação de alternativas ao desenvolvimento sócio-urbano implantam, juntamente a esses novos cenários de atividades turísticas e de lazer, espaços de moradia, centro de convenções, parques, dentre outras, gerando novos arranjos territoriais geradores de impactos na sua estrutura sócio-espacial que devem ser analisados em suas vertentes - ambiental, social, econômico, político, cultural, imobiliários.

Nesta perspectiva, o Governo do Estado da Paraíba, sob responsabilidade da Empresa Paraibana de Turismo S.A., elabora o Projeto – Pólo Turístico Cabo Branco, localizado no litoral paraibano objetivando promover o desenvolvimento do segmento turístico no Estado. Outrora, o mesmo era conhecido como Projeto Complexo Turístico Costa do Sol, concebido em 1988, visando proporcionar alternativas ao desenvolvimento socioeconômico a Paraíba, aproveitando as potencialidades do litoral sul de João Pessoa, mais precisamente as regiões localizadas entre os rios Aratu e Cuiá.

Recentemente, o IBAMA, através do ofício nº00649/09 de 26 de agosto de 2009, à SUDEMA – Superintendência Estadual de Administração do Meio Ambiente decidiu suspender o embargo ao projeto iniciado em 1991, por não observar as recomendações de preservação ambiental para uma obra de tal porte. Assim, foi informando a Empresa Paraibana de Turismo S.A., que a mesma, cumpriu todas as ações referentes a Recuperação dos fluxos dos rios Jacarapé e Aratu e encaminhou o Relatório de Detalhamento das Atividades de Recuperação Ambiental (PRAD), exigências para a liberação.

Assim, este estudo visa apresentar reflexões iniciais acerca da implantação do Projeto frente à valorização sócio-urbana-ambiental do território.

2. Metodologia

A metodologia empregada a fim de se alcançar o objetivo está descrita em Dencker, 1998, sendo do tipo qualitativa, onde foram selecionadas concepções teóricas acerca do objeto de estudo.

A pesquisa conta de dois momentos:

- 1) Fundamentação teórica, base de conhecimento e compreensão do objeto de estudo. Para tal, utilizamos como procedimentos metodológicos pesquisa documental em várias, dentre quais:

- Pesquisa bibliográfica e de informações contidas em bancos de dados oficiais e de reconhecida confiabilidade, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Instituto Federal de Paraíba (IFPB); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB) e outros bancos de dados de entidades governamentais, nas esferas municipal, estadual e federal;

- Coleta de outros dados secundários, a partir de fontes bibliográficas e documentais, reconhecidamente confiáveis, como publicações especializadas, livros, revistas, boletins e outros tipos de informação dos órgãos relacionados ao turismo (Ministério do Turismo, EMBRATUR, Empresa Paraíba de Turismo (PBTUR), APETUR, etc.) ou às suas áreas complementares e que tenham relação com o turismo, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e SENAR; além da análise específicas dos documentos acadêmicos que tratam dos impactos advindos da instalação do Pólo Turístico Cabo Branco (MOURA, 2009; ROCHA, 2003; PEDROSA, 1999) identificando discussões sobre, impactos atuais e futuros para a área do projeto.

- Coleta de dados primários, em campo, junto aos atores envolvidos, principalmente nas comunidades locais, por meio de questionários e entrevistas não-estruturados.

- 2) Estudo descritivo de caso, através de visitas de campo a fim de identificar as ações já realizadas da instalação do Pólo.

3. Territorialidade e Política: A Importância do Estado no Papel do Desenvolvimento Turístico

Os Territórios e Pólos Turísticos são espaços e locais promotores e produtores de valores, culturas, conhecimentos, poderes, identidades, riquezas. Experiências humanas capazes de produzir energia que fortaleça o modelo de gestão cooperada, promovendo energia que fortaleça o modelo de gestão cooperada, promovendo a participação consciente, a intervenção inteligente no local, a organização social transformadora e autônoma manifestada nos espaços das decisões coletivas em locais e espaços da gestão do processo de desenvolvimento sustentável (SERGIPE, 2009)

Assim, o processo de territorialização gere um fenômeno interessante que favorece que cada região, outrora definida, tem um foco em alguns elementos, despertando as mais diversas possibilidades para os tipos de turismo possíveis.

607

No que diz respeito ao turismo, Cunha (2001) descreve que contrariamente à evolução verificada nos setores restantes, a intervenção do Estado limitou-se durante muitos anos à promoção internacional e à criação de estímulos ao seu desenvolvimento por se reconhecer que sendo um importante meio de obtenção de divisas, ajudava a vencer as dificuldades econômicas e a financiar o processo de desenvolvimento.

Entretanto, alguns setores formuladores de política econômica não reconheciam o turismo como atividade econômica e sua modesta dimensão não justificavam intervenções significativas, fazendo com que o grau de exigência em termos de gestão não merecesse cuidado especial.

Dentre os vários processos pelos quais a atividade turística passou em sua evolução, foi possível que as próprias orientações políticas dos governos sofressem alterações significativas, levando a importantes mudanças na eleição das suas áreas de intervenção e de papel do turismo: enquanto até o final dos anos 60 o mais importante objetivo atribuído ao turismo foi o de contribuir para aumentar os

ganhos em divisas e atenuar os déficits cambiais, a partir dos anos 70 e 80, passou a considerar-se que um de seus atributos mais importantes é o de ajudar a recuperar o atraso das regiões menos desenvolvidas ou em declínio, dando-se, ao mesmo tempo, uma grande ênfase à criação dos empregos que garante. (CUNHA, 2001)

Atualmente, afirma Cunha (2001), que além das dimensões econômicas, realçam-se também, as dimensões culturais, políticas, sociais e ambientais do turismo que devem merecer uma maior atenção por parte do Estado. Com efeito, lhe é reconhecido um importante papel na conservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental e, ao mesmo tempo, um instrumento de enriquecimento cultural e social das populações, não só dos viajantes, mas também dos residentes, através da criação de formas de lazer susceptíveis de responderem aos anseios individuais e coletivos. Em alguns casos, contudo, o turismo pode ser também um agente de perversão social e cultural (aculturação, turismo sexual) e de degradação do ambiente e do patrimônio cultural, o que também exige uma intervenção dos poderes públicos.

No domínio político, explica Cunha (2001), o turismo desempenha cada vez mais um fator estratégico de relacionamento internacional, podendo construir um instrumento dos Estados, em particular, na ajuda ao seu desenvolvimento econômico ou na atenuação dos desequilíbrios financeiros entre eles. Por sua vez, as dimensões econômicas tradicionalmente apontadas ao turismo limitavam-se a evidenciar os ganhos em divisas, os seus efeitos multiplicadores e a criação de empregos, mas atualmente, sua importância é reconhecida através da diversificação econômica, no desenvolvimento regional e no estímulo de investimentos não diretamente relacionados com o setor. Por último, o que determina a realização de uma viagem não é tanto o consumo de bens e serviços produzidos pela iniciativa privada como a hospedagem, a diversão ou alimentação, mas sim, na maior parte dos casos, o desfrute de experiências dependentes de fatores naturais, culturais e sociais que se inscrevem na esfera de atuação do Estado a quem cabe a responsabilidade de velar pela sua preservação e valorização.

Rubies (2001), menciona que ao se imaginar as metas principais implementadoras de uma estratégia de desenvolvimento de destino turístico, um dos principais objetivos é melhorar a qualidade de vida da população e o território onde a experiência ocorre.

No momento em que houver uma relação harmônica entre o meio ambiente e o turismo, surgirá a sustentabilidade como um mediador importante nesse processo, existindo dessa forma elementos que possibilitarão uma utilização futura desses recursos.

Neste ponto é que ao se reportar ao termo sustentabilidade, a reflexão a ser feita será a de que o desenvolvimento deva ser capaz de prosseguir de forma praticamente permanente, como um processo de aumento de produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental (GOMES, 1995). Becker (1999, p.21) descreve que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como:

[...] portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores públicos e privados, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas etc.

A necessidade de uma relação renovada com o meio ambiente e o recente interesse em desenvolvimento sustentável vem sendo construída desde os anos 70 do século passado. O relatório "Our Common Future" emitido pelo World *Comission* ⁶⁰⁹ *on Environment and Development - WCEE* (1987) definiu desenvolvimento sustentável como "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades de gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades".

Os componentes do desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório *Our Common Future* são:

- Estabelecimento de limites ecológicos e padrões mais equitativos;
- Redistribuição da atividade econômica e relocação de recursos;
- Controle de população;
- Conservação dos recursos básicos;
- Acesso mais equitativo aos recursos e esforços no aumento de tecnologia para usá-las mais efetivamente;
- Capacidade de carga e rendimento sustentável;

- Reter recursos;
- Diversificar as espécies;
- Minimizar impactos adversos;
- Controlar a comunidade;
- Ampla estrutura de política nacional/internacional;
- Viabilidade econômica;
- Qualidade ambiental e Auditoria ambiental.

Já para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, o desenvolvimento sustentável é entendido como:

Um esforço de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e as aspirações humanas. (apud RUSCHMANN, 1997, p. 164).

A União Mundial para a Conservação – IUCN, o desenvolvimento sustentável tem a seguinte definição:

610

É o desenvolvimento sustentável um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível. Para tal, gerenciam-se os recursos de modo a que estes possam se regenerar ao mesmo ritmo em que são utilizados, ou passando a utilizar, em vez de um recurso que se regenera lentamente, um recurso que se regenere mais rapidamente. Dessa forma, os recursos podem servir as gerações presentes e futuras (OMT, 1994)

Becker (1999) afirma que o caminho a ser seguido, que parece ser o ideal, é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo de uma verdadeira sustentabilidade.

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere ao atrativo turístico.

Ruschmann (1997) aponta que os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente. Isso porque o desenvolvimento do turismo em particular, depende da preservação e da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada.

O desenvolvimento sustentável do turismo deve, então, considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, além da integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais, sejam mantidos através dos tempos. Dessa forma é possível ter características específicas para o desenvolvimento sustentado do turismo, como o:

- Respeito ao meio ambiente natural: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve;
- Harmonia entre a cultura e os aspectos sociais da comunidade receptora: sem agredi-la ou transformá-la;
- Distribuição eqüitativa dos benefícios do turismo entre a comunidade receptora, os turistas e os empresários do setor.

Um turista mais responsável e atencioso, receptivo às questões da conservação ambiental, sensível às interações com as comunidades receptoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Ruschmann (1997), pondera, colocando que o desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa, não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre idéias e princípios de bem-estar e da felicidade das pessoas. Os problemas sociais dos países não poderão ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento e o turismo pode contribuir para criá-la.

Essa visão mais responsável e consciente com a própria natureza da atividade turística incorpora na relação homem/natureza, turismo/turista, uma sintonia necessária para o aproveitamento dessa atividade, tomando o visitante atual como um parceiro para o desenvolvimento turístico da localidade. Por isso é que as diversas comunidades buscam explorar o turismo como forma de melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, o que transcende ao mero desfrute de bons serviços pelo visitante ou mesmo à simples economicidade dos efeitos da maior presença de consumidores no destino.

Azzoni (1993) entende o desenvolvimento do turismo de um determinado local como sendo apenas o “crescimento do setor quando comparado a um período anterior”. O desenvolvimento do turismo, por si só, não se constitui em fator de desenvolvimento regional.

Para ele, o turismo passa a constituir fator de desenvolvimento regional quando passa a existir o desenvolvimento turístico, ou seja, a geração de efeitos de encadeamento, gerados pela atividade turística, que levam à superação das condições de atraso econômico regional.

Sendo assim, há indicações de que a atividade turística possui um claro potencial para a promoção do desenvolvimento regional, principalmente ao se considerar que os efeitos positivos sobre a estrutura produtiva regional ocorrem em prazo mais longo, através da criação de um ambiente propício à implantação de outros tipos de atividades (ABLAS, 1992, p. 52).

612

4. Resultados e Discussões

4.1. O Pólo Turístico Cabo Branco

O Pólo Turístico Cabo Branco possui área projetada de 507 hectares, acrescida uma área de expansão de cerca de 147 hectares, que totalizam 654 hectares. Será implantado na zona litorânea sul do Município de João Pessoa, sobre o promontório de Cabo Branco, nas proximidades da Ponta de Seixas. Situa-se ao sul de João Pessoa, em uma faixa adjacente à capital paraibana. O local notabiliza-se por constituir uma faixa privilegiada da orla marítima, que apresenta falésias, manguezais, estuários e parcelas de vegetação de grande beleza e em bom estado

de preservação. A beleza cênica e a proximidade de João Pessoa são tidas como fortes apelos a favor da implantação do Pólo (JOÃO PESSOA, 2008).

O empreendimento prevê 19 áreas de hospedagem, 9 áreas comerciais, 1 centro de convenções, 2 parques de turismo ecológico e de lazer, 6 áreas de animação turística, 1 campo de golfe e 3 setores residenciais. Existem na área as praias do Arraial, Sol e Jacarapé, além dos Parques Ecológicos dos Rios Aratu e Jacarapé. É previsto, ainda, um Parque Temático com 100 hectares a ser implantado na área de expansão do mesmo.

4.2. Reflexões iniciais e impactos pela implantação do Projeto

Devido à área possuir uma rica beleza cênica, traduzida em áreas verdes e rios, um dos primeiros grandes impactos será na harmonia paisagística – devido à descaracterização de parte desta após ocupação da área.

A área onde será implantado o Pólo Turístico Cabo Branco está localizada numa região de Tabuleiro, onde a vegetação predominante é Floresta Estacional Semidecidual, também conhecida como Cerradão (JOÃO PESSOA, 2008). Essa 613
área vem sendo apropriada em seus espaços vazios e áreas verdes com pouca preocupação ambiental.

Os resultados do estudo mostram que a área de Cabo Branco ainda apresenta representativas comunidades da fauna silvestre regional, principalmente em relação aos animais de pequeno porte, tais como os pequenos mamíferos, aves, anfíbios e pequenos répteis. A avifauna da área mostrou-se razoavelmente representada. Detectou-se a necessidade imprescindível, visando à preservação da fauna local, de se estabelecer corredores ecológicos entre as manchas de vegetação adjacentes aos rios Aratú, Jacarapé e Cuiá, a permanecerem preservadas.

O nível de vida dos moradores da Área de Intervenção varia bastante, em função do local e tipo de ocupação. Foram identificados quatro focos de invasão na área do Empreendimento e vários são os atores sociais envolvidos com a questão. Existem desde moradores antigos até novas invasões.

As vias que dão acesso ao Pólo Turístico são em pista dupla e estão asfaltadas. Há as que direcionam para as Praias ao Norte e há aquelas que rumam para o sul, em direção ao Aeroporto, como a via expressa Leste – Oeste (com 4,2 Km), que liga o Pólo à BR 230.

O principal acesso do sistema viário do Pólo possui 6,6 km. As vias secundárias possuem 14,4 km e interligam as diversas Zonas projetadas para o Pólo Turístico.

Todas se encontram com pavimentação asfáltica. No que se refere à infraestrutura, já se encontram instalados os postes com luminárias que suprirão iluminação pública para a via principal. Há, nas proximidades do empreendimento, uma subestação abaixadora de energia elétrica de 69 Kvolts.

Visando ao abastecimento de água, há uma sub-adutora de água potável, com cerca de 4,3 Km de extensão, além de Reserva Subterrânea para 3.000 m

Nessa fase é importante salientar que ocorrem os impactos positivos que justificaram a decisão política de instalação do Empreendimento, tais como a geração de cerca de 1.000 empregos diretos. Entretanto, recomenda-se que a absorção da mão-de-obra local pela atividade turística seja precedida de qualificação.

A implementação do Pólo será precedida de nove programas de controle ambiental para a mitigação e controle dos impactos negativos decorrentes das fases de instalação e operação

A observação dessas medidas e programas implica principalmente na compatibilização do projeto urbanístico com uma Zona contígua de Preservação a ser integrada pelos Parques Estaduais do rio Aratu e do rio Jacarapé, Áreas de Preservação Permanente e o corredor ecológico que fará a interligação dessas áreas.

Já em fase de implantação, o Centro de Convenções de João Pessoa, gerará importantes impactos sociais e econômicos no município sediando eventos técnico-científicos de grande porte, gerando emprego e renda. Observa-se também que houve a valorização dos terrenos próximos ao local.

A Estação Cabo Branco- espaço destinado à ciência e eventos técnico-científicos de pequeno porte, inaugurada em 2008 e arquitetada por Oscar Niemeyer sendo uma inovadora obra pelo renome do seu idealizador, vêm contribuindo para a valorização urbana e consequente ocupação da região.

A ocupação da área com edificações e outros equipamentos deve visar à mínima alteração do meio natural e à mínima impermeabilização do solo, para que o valor cênico presente se sobreponha à futura paisagem antropofizada, e para que a capacidade de suporte de cada local não seja extrapolada.

Outro impacto observado será através da construção dos equipamentos hoteleiros que devem respeitar as condições impostas pela natureza gerando o mínimo impacto negativo em suas instalações. Estes representará uma nova forma de incrementar o mercado imobiliário, através do chamado “Turismo imobiliário” modalidade de produção imobiliária relacionada com a segmentação dos espaços (em práticas sociais de lazer, ócio, descanso, alimentação, etc.) e a possibilidade de novos capitais, advindos de investidores externos, sejam estes grupos ou indivíduos.

4.3. Valorização Imobiliária em função do Projeto – Bairro Altiplano Cabo Branco

A área do projeto vem valorizando-se por meio das ações já realizadas e previstas pela implantação do mesmo. Um dos bairros pertencente à área o Altiplano do Cabo Branco vem sendo atingido pela especulação imobiliária, visando lucros altos e rápidos. Deste modo, expandem-se os condomínios verticais (setor norte) e principalmente os condomínios residenciais horizontais.

O Governo Municipal vem vendendo, nos últimos anos, a imagem do Altiplano como um território de projeção ao desenvolvimento sócio-urbano voltado a preservação do meio-ambiente, qualidade de vida e turismo. Assim, o crescimento do bairro, acompanha construções de moradias de luxo atraídas pela divulgação da mídia que usa como atrativo, a presença do “verde”, da bela paisagem litorânea, assegurando uma excelente qualidade de vida e da implantação do projeto

Com isso, a especulação imobiliária do local é visível em campanhas de publicidade e marketing sobre a presença do verde e da qualidade de vida.

O bairro do Altiplano Cabo Branco perdeu grande porção da sua cobertura vegetal natural, para a construção de condomínios residenciais horizontais também previstos no decreto municipal 5.343/2005. Após a construção da Estação Cabo Branco, assim como a mudança legal da classificação daquela área urbana, que passou de Zona de Restrições Adicionais, para Zona de Adensamento Prioritário, o bairro se tornou a grande vedete das construtoras locais e atraiu também algumas construtoras sediadas em outros estados (ALEXANDRE, 2010).

5. Referências

ALEXANDRE, WANEISSA; DINIZ, RAFFAEL; BARBOZA DA COSTA, LEONARDO; SILVA, LÍGIA M. TAVARES DA. **Altiplano Cabo Branco em João Pessoa, Paraíba, Brasil: Gestão Urbana e Valorização Imobiliária do Meio-Ambiente**. Disponível em: www.ligiatavares.com/gerencia.pdf. Acesso: 06/07/2010

BARBOSA, Adauto Gomes. **Produção do Espaço e Transformações Urbanas no Litoral Sul de João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado. UFRN, 2005

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BENEVIDES, Ireleno Porto. O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

CAIDEN, Gerald. E; CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsiderações do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CARA, Roberto Bustos. El turismo y los procesos de transformación territorial In RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local In. RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

ENDRES, A. V. **O planejamento como instrumento de condução política do Estado: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento turístico na Paraíba**. In: I Simpósio Nordestino de Turismo Sertanejo: O Turismo social e alternativas para o desenvolvimento do semi-árido, 2001, João Pessoa. I Simpósio de Turismo Sertanejo, 2001. v. I. p. 21-21

FARIAS, V. **Cássio busca investidores para Pólo do Cabo Branco**. O Norte, Política, 02 ago. 2003.

HALL, Michael C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

JOÃO PESSOA. **Reorganização de Pólos da Prefeitura Municipal de João Pessoa – Secretaria de Educação e Cultura**, 2008

MOURA, A. K. C.; GARCIA, L. G.. **Políticas Públicas de Turismo e Sustentabilidade: O Pólo Turístico Cabo Branco Em Análise**. CULTUR, ano 03 – n. 03 – Junho/2009

PEDROSA, I. L. **A gestão ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco: Uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente**. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

PEREIRA, Cássio A. S. **A trajetória da política de turismo em Minas Gerais e o papel do Poder Legislativo em sua transformação**. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: 1999. Disponível em <<http://www.cptur.com.br>>. Acesso em 14 maio 2001.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: **crescer sem destruir**. São Paulo: **Vértice**, 1986.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisado**. (Tese de doutorado). Rio Claro: UNESP, 1999.

VIEIRA, Lício Valério Lima Vieira. **Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2000.

617

MARKETING X SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A LEI DO ESCALONAMENTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Daniel Wagner Araújo Lucena¹⁹⁷;
Giuseppe Correia Paulino¹⁹⁸;
Joelma Abrantes Guedes¹⁹⁹;
Lyvia Camila Fernandes Madruga²⁰⁰.

RESUMO

O turismo é uma atividade que faz interface com diversos setores da sociedade, desencadeando efeitos que se refletem na infra-estrutura básica de uma localidade receptora. O processo de urbanização exagerado aliado ao grande fluxo turístico pode acarretar em problemas que afetam a qualidade ambiental das cidades. Nesta perspectiva, este trabalho cujo tema é: Marketing X Sustentabilidade: Um estudo de caso sobre a Lei do Escalonamento no município de João Pessoa. Teve como objetivo principal avaliar a percepção do turista perante a Lei do Escalonamento, observando assim se essa prática exerce um valor quando se escolhe João Pessoa como destino turístico. O turismo tem assumido, ao longo dos últimos anos, um peso crescente e decisivo nas atividades econômicas em nível mundial, não apenas no impacto que tem sobre o PIB de numerosos países, mas nas oportunidades de emprego que gera e nos importantes efeitos multiplicadores que lhe são reconhecidos. Em linhas gerais, essa lei determina que na primeira avenida, de frente para o mar, não é permitida a construção de prédios com altura superior a 35 metros, com a finalidade de proporcionar a cidade uma melhor circulação do vento que vem do mar para o continente. A maioria dos turistas não tinha conhecimento dessa lei e alegaram que essa prática exerce um valor positivo na escolha de João Pessoa como destino turístico. Com a realização do trabalho conclui-se que essa lei não é utilizada como um diferencial para o *marketing* turístico local, deixando assim uma lacuna a respeito desse fator que pode ser um grande aliado a decisão do turista.

Palavras - chave: *Marketing*, Sustentabilidade, Turismo.

ABSTRACT

Tourism is an activity that interfaces with various sectors of society, causing effects that are reflected in the basic infrastructure of a receiving location. The process of urbanization coupled with exaggerated large tourist flow can lead to problems that

¹⁹⁷ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – danielwagner2@hotmail.com

¹⁹⁸ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – giuseppecorreia@hotmail.com

¹⁹⁹ Mestre – Universidade Federal da Paraíba – Professora Orientadora – Joelma.abrantes@gmail.com

²⁰⁰ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – lyviacamila@hotmail.com

affect the environmental quality of cities. In this perspective, this work whose theme is: Marketing X Sustainability: A Case Study on the Law of Escalation in the city of Joao Pessoa. Aimed at assessing the perception of tourists in the Law of Scheduling, watching so if this practice has a value when choosing John Person as a tourist destination. Tourism has taken over the past few years, a growing weight and decisive role in economic activities worldwide, not only in their impact on GDP of many countries, but employment opportunities and generating significant multiplier effects which are recognized. In general, this law states that on First Avenue, facing the sea, is not allowing the construction of buildings taller than 35 meters, with the aim of providing the city a better flow of wind from the sea to continent. Most tourists had no knowledge of this law and argued that this practice has a positive value in the choice of John Person as a tourist destination. With the completion of the work is concluded that this law is not used as a differential for the local tourism marketing, thus leaving a gap about this factor may be a great ally in the decision of the tourist.

Key – Words: Marketing, Sustainability, Tourism.

1. Introdução

O turismo tem assumido, ao longo dos últimos anos, um peso crescente e decisivo nas atividades econômicas em nível mundial, não apenas no impacto que tem sobre o PIB de numerosos países, mas nas oportunidades de emprego que gera e nos importantes efeitos multiplicadores que lhe são reconhecidos.

619

Esse setor encontra-se numa fase forte de crescimento em termos mundiais, e várias projeções da Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam elevadas taxas de crescimento para os próximos anos.

De acordo com a avaliação de Rodrigues (2004) a expansão das atividades relacionadas ao turismo tem sido grande no Brasil e no mundo. Novos destinos são continuamente descobertos e aproveitados como locais de potencial turísticos, gerando novas atividades, oportunidades de trabalho e o desenvolvimento local e regional. Da mesma forma, pólos receptores já consagrados continuam se desenvolvendo e incrementando-se para melhor atender às necessidades e expectativas dos visitantes.

Novas tendências, originadas da segmentação das modalidades do turismo, também têm contribuindo significativamente para o crescimento do setor, abrindo um leque de atividades interdependentes. Desse modo, as dimensões do turismo tornam-se cada vez mais amplas, abrangendo diversas destinações e envolvendo

mais comunidades e locais, até aparentemente inexpressivos, adquirem, às vezes, grande importância turística pelas suas peculiaridades e atrativos.

No município de João Pessoa, em sua Lei Orgânica (1990), o plano diretor da Cidade determina em seu artigo-175 que na primeira quadra da faixa litorânea os prédios podem atingir no máximo 35 metros de altura, equivalendo a três andares.

O objetivo principal do trabalho foi de avaliar a percepção do turista perante essa lei conhecida como Lei do Escalonamento, observando assim se essa prática exerce um valor quando se escolhe João Pessoa como destino turístico e qual a finalidade dessa lei.

O turismo, quando examinado em sua essência, é uma atividade sócio-econômica incluída no setor de serviços, relacionada com o deslocamento de pessoas para fora do seu local de residência e envolvendo todos os serviços e produtos por elas consumidos durante sua permanência no destino visitado.

Congrega diversas subatividades que se interrelacionam de forma sincronizada, harmônica e complementar, apesar de executada por diferentes pessoas (hospedagem, transportes, restaurantes e entretenimentos, comércio turístico, etc.). É, portanto, multi-setorial, havendo autores que ainda o denominam de “transdisciplinar” (RUSCHMAN, 1997).

620

2. Referencial Teórico

2.1. Lei do Escalonamento

Obedecendo a Constituição do Estado da Paraíba (Art. 229) e a Lei Orgânica para o Município de João Pessoa (Art. 175), o Plano Diretor de João Pessoa, em seu Art. 25, prevê restrições relacionadas ao controle do gabarito em altura dos edifícios na porção da cidade, denominada “Orla Marítima”, correspondendo a uma faixa linear de 500m medidos a partir da preamar de sizígia em direção ao interior do continente. Nesta faixa, o gabarito é escalonado, iniciando-se a 12,90m de altura na primeira linha de lotes à beira-mar, e estendendo-se até aproximadamente 35m na última linha.

§ 1º - O Plano Diretor do Município de João Pessoa disciplinará as construções na zona costeira, obedecendo, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) nas áreas a serem loteadas e urbanizadas, a primeira quadra da praia distará cento e cinquenta metros da maré de Sizígia, para o interior do continente, observando o disposto neste artigo;
- b) nas áreas já urbanizadas ou loteadas, a construção de edificações, obedecerá um escalonamento vertical que terá como altura máxima inicial o gabarito de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir no máximo trinta e cinco metros de altura na faixa de quinhentos metros mencionada no caput deste artigo;
- c) nos equipamentos hoteleiros, será facultativo o pavimento em pilotis, sendo que o pavimento térreo só poderá ser utilizado como áreas de componentes de serviços, ficando vedado, sob qualquer hipótese, a ocupação do mesmo por unidades habitacionais.

A necessidade de preservação da paisagem local, sobretudo da primeira avenida da praia, aumentou a polêmica, fazendo surgir tanto opiniões pró como contra a verticalização. As discussões envolvem especuladores imobiliários e representantes da sociedade civil organizada. As questões referentes ao uso turístico em equipamentos verticalizados também se acirraram (HONORATO, 1999).

Os aspectos negativos da verticalização como congestionamentos, poluição sonora e visual, saturação das redes de água e esgoto, de energia elétrica e telefonia são questionados pelos representantes da sociedade civil. A estrutura urbana em diversos trechos da orla, notadamente das estreitas ruas de Tambaú, ⁶²¹ desaconselhava o avanço da verticalização. A malha urbana ocupou uma estreita faixa da planície litorânea entre o mar (a leste) e as falésias (a oeste). Além disso, o crescente fluxo turístico e o crescimento do número de veículos tornaram a área um ponto problemático para o adensamento. (DIEB, 1999).

Setores da construção civil e do ramo hoteleiro contestaram a legislação, argumentando que os investimentos em edificações geram empregos e atraem novos investimentos para a cidade. Representantes da sociedade civil organizada pressionaram o poder público, denunciando os danos causados pelos “espigões” aos ecossistemas litorâneos e às populações que aí vivem. As confabulações para burlar a legislação foram denunciadas, obtendo-se importantes resultados para a manutenção da lei (HONORATO, 1999).

Por outro lado, a preservação da fachada litorânea constitui um ótimo negócio para alguns empreendedores privados e lideranças políticas. O aspecto diferencial da paisagem pode beneficiar determinados investimentos na orla, representando uma vantagem competitiva em relação a orlas concorrentes como Recife e Natal, que se encontram saturadas pelas edificações verticais. O investimento em

paisagens urbanas diferenciadas passa a constituir capital simbólico, segundo Harvey (1994).

2.2. Desenvolvimento Sustentável: conceitos e evoluções

A Conferência das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo (1972) reconhece a importância da gestão ambiental; representa um grande avanço para a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável ao declarar que o desenvolvimento econômico vigente deveria ser alterado.

Na mesma época, um grupo de especialistas e cidadãos se reúne em Roma (Grupo conhecido como Clube de Roma) para analisar a crise ambiental, produzindo um relatório enfatizando que a sociedade industrial caminhava na direção de exceder os limites ecológicos, mantido o crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970. Nos anos seguintes, vinculou-se definitivamente o tema ambiente ao tema desenvolvimento, e o termo “eco desenvolvimento” aparece na revisão do relatório da ONU de 1978 (MATOS, 1997; SACHS, 2002).

Apesar de ser uma consequência das preocupações expostas na Conferência de Estocolmo, o conceito surge formalmente com o Relatório Brundtland (MATOS, 1997) que propõe o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança onde a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento, deveriam estar vinculados às necessidades das gerações atuais e futuras (BECKER, 1994). Esta formulação, apesar de imprecisa e vaga, desencadeou muitas propostas de ação, desde aquelas ligadas ao ecologismo radical até as de visão liberal, provocando a adesão de um conjunto amplo de atores das mais variadas concepções ideológicas (MATOS, 1997).

A Conferência sobre Desenvolvimento e Ambiente (Rio-92) produziu documentos da maior relevância para lidar com crise ambiental: Agenda 21, Desertificação, etc. No entanto, talvez a maior herança da Conferência tenha sido a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável a todas as partes do mundo devido o envolvimento de um variado número de atores no seu processo de preparação que durou vários anos.

Desse modo, a questão ambiental, desenvolvimento menos predatório ou sustentável, passou a fazer parte da agenda da sociedade e dos governos; e, é

neste quadro de contradições que as idéias sobre desenvolvimento sustentável romperam fronteiras e tiveram ponto alto na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio – 1992) onde “[...] o desenvolvimento sustentável foi reconhecido como um novo paradigma universal, embora o conceito não seja claro” (BECKER, 1994, p.130).

2.3. Marketing Turístico

O marketing turístico desempenha papel fundamental como o mecanismo de articulação entre a oferta e a procura. O produto turístico constitui-se de diferentes bens e serviços oferecidos ao turista ao turista, é produzido pelos fornecedores no momento que é consumido clientes, nenhum produto é igual ao outro.

O marketing turístico consiste em identificar os segmentos de mercado promover e desenvolver o produto turístico e fornecer aos turistas informações sobre os produtos oferecidos.

A função do marketing turístico consiste precisamente em identificar esses segmentos de mercado, promover o desenvolvimento de produtos turísticos e 623
fornecer aos turistas potenciais informações sobre os produtos oferecidos.

Segundo Kotler (2000), *marketing* é a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de troca. Portanto, as necessidades humanas de comida, ar, água, roupa, abrigo, recreação, educação e outros serviços que reside o referencial para o estudo do *marketing*.

Enveredando pelo segmento mercadológico proposto por este trabalho, pode-se dizer que qualquer coisa que se use para realizar um serviço, ou, satisfazer uma necessidade pode ser chamado de produto, e isso inclui pessoas e organizações dos mais variados tipos de atividade. Os consumidores têm preferências notáveis por tipos específicos de serviços, considerados alternativos.

O turismo como atividade econômica, disputa um mercado cada vez mais competitivo e precisa de resultados satisfatórios. Assim a função do *marketing* estratégico no turismo é identificar os turistas potenciais, conhecer suas necessidades e desejos passando a agrupá-los distintivamente, onde são chamados de público-alvo.

Os benefícios da utilização do *marketing* em turismo residem nas facilidades em identificar os segmentos onde estão o público-alvo e posicionar o produto no mercado, utilizando eficazmente os recursos financeiros e humanos requeridos para tal tarefa.

Nesse caso, a motivação que leva uma pessoa a viajar merece uma abordagem precisa, segundo Vaz (1999). A fonte motivadora é o elemento que está na origem do impulso de viajar, e pode estar ligada a fatores pessoais, familiares e sociais.

A partir dos fatores elencados, o motivo da viagem abre-se em um leque de escolhas exponencial, que vai desde uma escolha livre de viajar, até a uma escolha repleta de condicionantes externos, passando por diversas etapas intermediárias.

Segundo Vaz (1999), estes fatores condicionantes estão ligados à necessidades agrupadas em diversos tipos de interesse, como necessidade de autopreservação, de relacionamentos interpessoais, e de gratificação pessoal. Estas necessidades pressionam em diferentes graus de intensidade as pessoas, que respondem buscando benefícios que atendam às privações vividas, por meio do turismo.

624

No entanto, é muito difícil estabelecer correlações entre uma necessidade surgida e um benefício almejado, justamente pela variedade de escolhas disponível. É neste momento que o marketing deve agir, assimilando e elaborando o melhor caminho para a oferta e exploração de um grupo de consumidores.

2.4. Caracterização do espaço estudado: O município de João Pessoa-PB

Em João Pessoa, o uso e a ocupação da paisagem litorânea intensificaram-se a partir da década de 70, quando a cidade se expandiu do centro para ocupar a faixa litorânea com residências permanentes, já que a orla era ocupada apenas para fins de veraneio.

Foi no Governo Estadual de João Agripino (1966-70), que houve o reconhecimento da paisagem litorânea como um patrimônio ambiental do povo paraibano e que fez o então Governador inserir na Constituição Paraibana uma primeira emenda que vetava a licença para a construção de prédios com mais de

dois pavimentos no setor da orla, desdobrando-a em seguida em um escalonamento a partir de três pavimentos.

Assim, a Constituição Paraibana em seu artigo 229, define a Zona Costeira em todo território paraibano como patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de 500 metros de largura a partir da preamar (ponto alto da maré) para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente a sua defesa e preservação, na forma da lei.

De acordo com personalidades e especialistas ambientais essa legislação tem garantido a preservação e a regulamentação da ocupação litorânea, e é tida por como uma das mais avançadas entre os estados litorâneos e é também reconhecida pelo Projeto Orla do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como uma das experiências mais exitosas em gestão litorânea no país.

Nos últimos anos, entretanto, foram realizados alguns encaminhamentos de projetos de emenda constitucional à Assembléia Legislativa para a mudança do Artigo 229 da Constituição. Estas ações têm partido de representantes do segmento da construção civil, que procederam sem sucesso e, recentemente, pelo próprio governo do Estado, que conseguiu abrir uma exceção na Constituição, para a área portuária de Cabedelo, com a construção de um Moinho no ano de 2003.

A última mobilização popular coletou, em 2003, mais de mil assinaturas contrárias à proposta de modificação da lei, que resultou na retirada da proposta para a votação na Assembléia. Os principais argumentos contrários à verticalização indiscriminada da orla paraibana, levantados pelo movimento ambientalista e divulgados na luta contra “os espigões” são os seguintes (Fórum em Defesa da Orla Marítima do Estado da Paraíba – APAN, 2003):

A saturação da Infra-estrutura urbana a partir do adensamento populacional indiscriminado; A alteração do conforto ambiental, com bloqueio de ventilação e formação de Ilhas de calor; A poluição ambiental das praias, mangues e ecossistemas costeiros afins, além da diminuição e da poluição dos aquíferos subterrâneos; O encarecimento dos serviços, dos impostos urbanos e a deterioração dos serviços públicos; A exclusão social promovida pela especulação imobiliária; A descaracterização da identidade paisagística da Paraíba e a destruição do principal atrativo turístico da cidade de João Pessoa, onde a inexistência de arranha-céus na orla encanta os turistas pelo aspecto diferencial com relação às capitais litorâneas; A desconsideração ao Plano diretor da cidade de João Pessoa e, por fim; A desconsideração ao Projeto de Macro - zoneamento do litoral paraibano que prevê a gestão e a preservação do litoral através do princípio do desenvolvimento sustentável.

Apesar da legislação estadual impeditiva, muitas construções na orla estão fora dos critérios estabelecidos por lei, tendo sido as suas construções aprovadas pelo Governo Municipal, em desacordo com as legislações municipais e estaduais. Por outro lado, todas as três vezes que ameaçaram tirar ou modificar o artigo 229 da Constituição, ocorreram mobilizações populares em defesa desta lei que é, atualmente, motivo de orgulho para grande parte da população que quer preservar a paisagem litorânea para as futuras gerações. Além do mais, a ausência de “espigões” tornou-se um símbolo da identidade da cidade e um selo de reconhecimento da qualidade de vida urbana na cidade de João Pessoa.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, foi elaborado um questionário estruturado referente à percepção dos turistas em relação à orla marítima da cidade de João Pessoa, principalmente a respeito da Lei do Escalonamento, presente no Plano Diretor e na Lei Orgânica do município que visa a não verticalização exagerada dos prédios localizados nesta área.

A pesquisa foi realizada no período de feriado da Semana Santa, entre os dias 01 e 04 de abril de 2010, sendo analisada uma amostra de 100 turistas, escolhidos de forma aleatória, em diversos pontos da orla marítima de João Pessoa, a exemplo do calçadão e da ferinha de Tambaú e na frente do Centro Turístico Tambaú Shopping.

Foram utilizados também como metodologia pesquisas bibliográficas em documentos oficiais, artigos e sites relacionados com o assunto ao longo de toda pesquisa. Caracterizando assim uma pesquisa de caráter descritivo quantitativo.

Para a caracterização dos turistas que visitam o município de João Pessoa, foi utilizado um estudo realizado pelo IFEP - Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba- SEBRAE-PB.

Este trabalho resultou na Pesquisa Anual do Desempenho do Turismo na Região Metropolitana de João Pessoa – RMJP, traçando um perfil do turista que visitou a capital paraibana e municípios circunvizinhos no final de 2009 e início do ano de 2010.

O questionário consiste basicamente em um instrumento estruturado de coleta de dados, formado por uma série de perguntas dirigidas a um entrevistado (MALHOTRA, 2001). Ainda segundo este autor entende-se como amostra um subgrupo dos elementos de uma população selecionado para participação de um estudo.

4. Análise e resultados da pesquisa

O turismo é uma das atividades econômicas que mais tem se destacado na geração de emprego e renda no mundo. Como atividade voltada para o desenvolvimento, embasa seus princípios na preservação do meio ambiente e na integração social para garantir sua própria sobrevivência.

Na atividade turística até o momento, não existe uma definição absoluta, pois se trata de uma atividade socioeconômica relativamente nova, e com um complexo caráter multidisciplinar (OMT – Organização Mundial do Turismo, 2001).

O turismo é uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia e requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental, e é definido como multifacetado (LICKORISH; JENKINS, 2000).

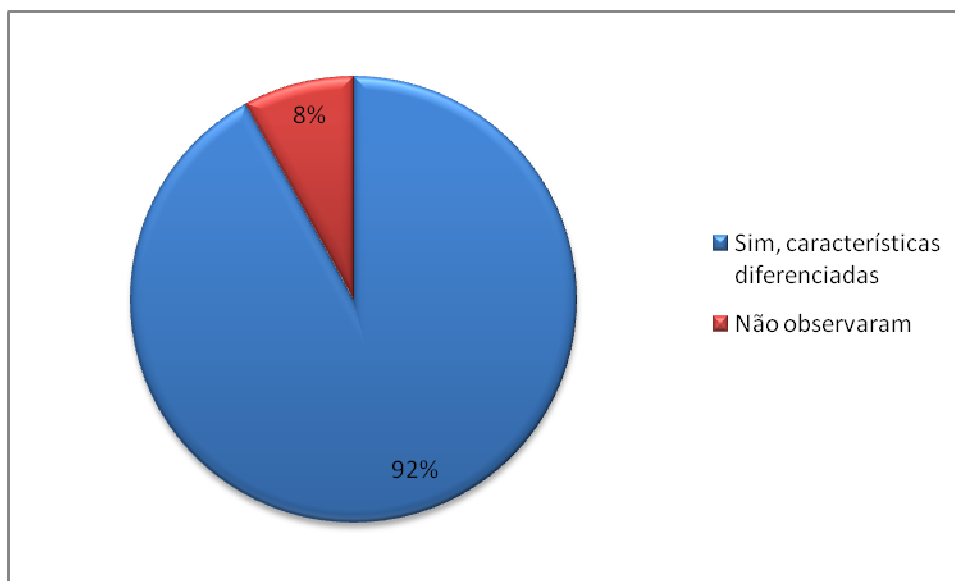
627

Turista é um visitante que se desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem este ter por motivação, a obtenção de lucro (CASTELLI, 2001).

A maioria dos entrevistados afirmaram que já havia visitado a Cidade outras vezes, e que voltou devido a primeira visita ter sido bastante agradável e convidativa a uma outra visita.

Por produto turístico entendem-se tudo o que é oferecido aos turistas, incluindo as atrações naturais, diversões, museus, paisagens, festivais e necessidades, tais como refeições, alojamentos, transportes, serviços de guias etc. Dependendo da qualidade desses produtos, serão atraídos turistas nacionais e/ou internacionais (FELLINI, 1983).

1. CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS DA ORLA



A maioria dos entrevistados afirmou que a orla tem características diferenciadas, com prédios baixos em sintonia arquitetonicamente favorecendo a uma melhor paisagem e ventilação na Cidade.

628

Assim, é necessário que os recursos turísticos estejam associados a toda uma infra-estrutura urbana e de acesso, bem como a equipamentos e serviços de apoio, para se ter um processo de produção capaz de transformar a matéria-prima em produto acabado para o consumo (EMBRATUR, 1998).

O produto turístico é resultado da soma de recursos naturais, culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria prima em produto acabado, enquanto outras oferecem bens e serviços (BENI, 1998).

Os entrevistados em sua maioria, afirmaram que essa lei do escalonamento, é uma ação que exerce um valor positivo perante o desenvolvimento turístico local, no entanto acrescentaram que João Pessoa, não explora essa ação como um diferencial turístico, podendo este está favorecendo ao marketing turístico local.

Atualmente, muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêm no turismo um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. De fato, classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o

turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. Assim, governos nacionais e locais, juntamente com uma considerável parcela de empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento do turismo como grande alternativa de política econômica. (RODRIGUES, 1999).

Com isso, o município em seu Plano Diretor, decreta que não é permitida a construção de prédios com altura acima de 35 metros, favorecendo assim a uma melhor circulação da ventilação urbana, a paisagem e a harmonia entre as estruturas físicas. Logo, os entrevistados acrescentaram que essa Lei poderia se expandir para outros destinos turísticos litorâneos.

A multiplicidade de motivações que está na origem das deslocações e as características peculiares das necessidades dos viajantes não permitem delimitar claramente os contornos da oferta turística.

Daqui resulta que são múltiplas e variadas as componentes da oferta turística e, em muitos casos, algumas delas não são incluídas no turismo por se destinarem a produzir bens e serviços que não têm como objetivo a satisfação de necessidades turísticas.

Os entrevistados em sua maioria afirmaram que a Lei de escalonamento, favorece para João Pessoa ser um destino turístico inovador, uma lei que difere de outras capitais litorâneas que são classificadas pelos seus altos e grandiosos prédios, que acabam formando uma faixa de concreto em determinados pontos das cidades.

Outras características que foram destacadas pelos entrevistados, foi a receptividade dos locais e da população de um modo geral, a tranquilidade da cidade assim também dos locais visitados, a distribuição física da orla da Cidade e a limpeza de um modo geral.

Uma das características mais marcantes do turismo é se tratar de um serviço onde o processo é essencialmente comercial e, como tal, simbólico e intangível, cujo resíduo é uma experiência vivencial (RUSCHMANN, 1990).

Todavia, o turismo não é apenas intangível. Assim, existem elementos que o compõe que são tangíveis, os quais, provavelmente, são conhecidos pelo consumidor do turismo, experimentados em outras situações de sua vida (BIGNAMI, 2002).

Outra de suas características é a heterogeneidade da demanda do turismo fazendo com que as imagens dos destinos turísticos sejam altamente diversificadas, tornando sua apreciação e percepção de vivência sujeitas às mais diversas interpretações (RUSCHMANN, 1990).

O turismo é uma das forças econômicas mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais oferta e a procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios.

Conclusão

De acordo com uma pesquisa realizada recentemente pela Fundação Getúlio Vargas a atividade turística em João Pessoa tende a ser o grande propulsor da economia da cidade nas próximas décadas, segundo a qual a capital paraibana ficou acima da média nacional e nordestina. (PORTAL CORREIO, 2008).

Diante dos argumentos apresentados, conclui-se que o município de João Pessoa, mais especificamente os órgãos ligados ao turismo, ainda não atentaram para a possibilidade de utilizar a Lei do escalonamento como um diferencial turístico para assim agregar valor ao marketing turístico local.

630

Essa lei utilizada no município é uma ação não muito comum comparado a outras capitais nordestinas, sendo algo importante para a população de um modo geral. Na sua constituição, o objetivo dessa prática é de que toda a região do município possa desfrutar da brisa que vem do mar para o continente, sendo espalhado pela região.

A atividade turística no município é algo bastante embrionário comparado com outras capitais bem próximas, que não possuem tantos atrativos turísticos e meios que possam atrair turistas para a localidade. Para a realização de uma atividade turística é necessário a utilização do marketing para a propagação do destino e de seus atrativos.

A lei do escalonamento é uma determinação que favorece a comunidade local e se torna um atrativo para o turista, é uma ação que necessita de uma maioria ampliação de várias vertentes, podendo ser: marketing, social, turístico e ambiental.

Referências

AGENDA 21. Programme of action for sustainable development. New York: United Nations, 1992.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac, 1998 P.29.

BECKER, Bertha K. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIGNAMI, R. **A Imagem do Brasil no Turismo.** São Paulo, SP: Editora Aleph 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de Conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1996.

DIEB, Marília de A. **Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa:** diagnóstico e perspectiva. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

EMBRATUR. **Inventário de Oferta Turística.** Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1998. P.33

FELLINI, Lourdes. **Turismo:** Uma atividade municipal. Porto Alegre: Editora EST,1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 92.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Constituição do Estado da Paraíba** - Promulgada Em 5 de Outubro De 1989. Disponível em:<<
http://www.pm.pb.gov.br/download/Constituicao_Estadual.pdf>> Acesso em março de 2010. 631

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

HONORATO, Rossana.. **A entrevista.** João Pessoa: Ed. UFPB, 1999.

IFEP - Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba - **PESQUISA ANUAL DO DESEMPENHO DO TURISMO NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA - 2010.** Disponível em <www.fecomercio-pb.com.br/turismopb.pdf> Acessado em: 29 de março de 2010.

KOTLER, P. **Administração de Marketing.** 10. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2000.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *Introdução ao turismo.* 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MATOS, Carlos. **Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização:** alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K., MIRANDA, Mariana (orgs). A geografiapolítica do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997. p.103-126.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - **Secretaria de Qualidade Ambiental.**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria do Patrimônio Da União. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla. Disponível em:

<www.spu.planejamento.gov.br/arquivos_down/publicacao/proj_orla_manual.pdf>
Acesso em fevereiro de 2010.

OMT - Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

Portal Correio. Disponível em:<< www.portalcorreio.com.br>> (07 de agosto de 2008).

RODRIGUES, Jorge Luiz K. (org.) **Turismo o negócio do novo milênio**. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

RODRIGUES, Marcus V.C. **Qualidade de Vida no trabalho**: evolução análise no nível gerencial. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIRAMBU - SERGIPE: UM BREVE DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Renata Aline²⁰¹

Cristiane Alcântara de Jesus Santos²⁰²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar alternativas para o desenvolvimento turístico de Pirambu, município localizado no estado de Sergipe, evidenciando a importância do planejamento, como alternativa efetiva para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental da comunidade. Além disso, busca mostrar também as potencialidades turísticas da cidade valorizando os recursos existentes e tornando-a atrativa para a recepção de novos fluxos de pessoas e capitais. A fim de atingir os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documental e estudo de campo, através de aplicação de questionário estruturado e padronizado com perguntas abertas e fechadas. Com isso, é importante lembrar que para um desenvolvimento adequado, é necessário que as iniciativas privadas e públicas, juntamente com a comunidade trabalhem juntas neste processo.

PALAVRAS - CHAVES: Planejamento. Desenvolvimento. Comunidade.

ABSTRACT

This article aims to present alternatives to the development of tourism in Pirambu, a municipality located in the state of Sergipe, indicating the importance of planning as effective alternative to socioeconomic development, cultural and environmental community. In addition, efforts also show the tourism potential of the city highlighting existing resources and making it attractive to receive new flows of people and capital. To achieve the proposed objectives, literature searches were performed, documentary and field study through a structured questionnaire and standardized with open and closed questions. Thus, it is important to remember that for proper development, it is necessary that the private and public initiatives, together with the community to work together in this process.

Key-Words: Planning. Development. Community.

Introdução

Nos últimos anos, o turismo tem assumido um novo papel no desenvolvimento das localidades devido às modificações nas expectativas da

²⁰¹ Aluna do curso de Geografia da Universidade de Sergipe. E-mail: rt_aline2@hotmail.com.

²⁰² Professora assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

sociedade, sobretudo, no que diz respeito a redução da jornada de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre.

A partir da década de 1930 e, especialmente depois da Segunda guerra Mundial, essa atividade começa a ter atenção à altura da importância que ela exerce. O ser humano do século XIX e XX dedicou sua maior parte do tempo de vida ao trabalho. Porém, ao longo dos anos, isso vem mudando com o resultado das conquistas trabalhistas, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho de oito horas, semana de cinco dias, férias remuneradas de trinta dias, assim como, após a implantação das novas tecnologias de comunicação e informação.

De acordo com Dias (2003), já no final do século XX com o impulso da Terceira Revolução, conhecida como a revolução do conhecimento²⁰³, o turismo obteve um aumento na produtividade devido a melhor comunicação e informação entre o mundo, provocando como efeito imediato à diminuição da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre.

Esse tempo maior disponível para o lazer, como fins de semana, férias e feriados prolongados fez com que o homem sentisse a necessidade de preenchê-lo com atividades que alimentam o seu conhecimento, o seu desenvolvimento de espírito, e principalmente, a prática do turismo. Segundo o sociólogo francês Dumazedier (1980, p. 20), o lazer deve ser entendido como

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais

Com maior tempo livre e avanços nos meios de transportes, o resultado foi um aumento na demanda de viagens. Assim, a atividade turística tomou grandes proporções, sendo considerada uma alternativa de desenvolvimento econômico como fonte geradora de emprego e renda para muitos países. Porém, o que não se pode esquecer é que o turismo é uma atividade e, como qualquer outra atividade produtiva, segrega e produz impactos, sejam eles positivos ou negativos.

²⁰³A Terceira Revolução são as mudanças provocadas na sociedade pelas novas descobertas no campo da microeletrônica, biotecnologia e novos materiais.

De acordo com Dias (2003), o turismo é um consumidor intensivo do território, e, portanto deve-se planejar seu desenvolvimento sob a ótica que aponte claramente quais objetivos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida ou fortalecida.

Segundo as idéias de Youell (2002) e Dias (2003), o turismo quando não planejado e monitorado permanentemente pode gerar muitos efeitos negativos a comunidade receptora. Os impactos negativos gerados no campo econômico são: a) perda de mão-de-obra por parte das indústrias primárias tradicionais para os empregos aparentemente mais glamourosos do turismo, onde os trabalhadores abandonam o emprego na agricultura e na pesca para trabalhar em hotéis e restaurante; b) o aumento de preços nas destinações; e, c) a sazonalidade, ou seja, a descontinuidade do fluxo turístico que está vinculada ao clima, ao período de férias, feriados, etc.

No campo social, pode acontecer o ressentimento local resultante do choque de culturas, devido ao encontro de culturas diferentes, a transformação da estrutura social do trabalho, problemas gerados pela saturação da infra-estrutura, em função do ritmo rápido de desenvolvimento ou da sazonalidade que o mercado provoca.

635

No campo cultural, os autores ressaltam indução nas formas de comercialização de arte e do artesanato, que podem perder seu significado cultural original, transformando-se em meros produtos a serem comercializados. O mesmo ocorre com as danças ou manifestações religiosas, passando a serem realizadas em função do turismo. Ainda no campo cultural podemos destacar a aculturação, onde a comunidade local passa por um processo de assimilação dos comportamentos dos visitantes.

Por fim, no campo ambiental, ressaltamos a degradação do meio ambiente, devido à poluição da água, do lixo jogado nos rios, lagos e praias; da terra, pelo aumento da demanda de espaço para construção de infra-estrutura e equipamentos para os turistas; das florestas e matas derrubadas para a implantação de hotéis e *resorts*.

Todos esses problemas poderão ser evitados se o turismo for planejado com seriedade, profissionalismo e adequado à localidade. Desta forma, a população da área de destino dos turistas, juntamente com os órgãos competentes, poderá

trabalhar em função do que realmente pode ser utilizado pela área receptora, como é o caso de Pirambu, que é uma cidade rica em atrativos naturais e culturais.

Além disso, é importante destacar que atualmente existe uma preocupação entre os estudiosos do turismo quanto aos efeitos da implantação e do desenvolvimento da atividade turística, pois muitos governantes e a iniciativa privada negligenciam estudos prévios dos espaços e das estratégias de gestão. Desta forma, o planejamento turístico, torna-se uma ferramenta de suma importância, uma vez que é um processo que fixa objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, além de determinar os recursos necessários para a realização destes (DIAS, 2003).

Desta forma, este artigo tem como objetivo apresentar alternativas para o desenvolvimento turístico de Pirambu, município situado no litoral norte do estado de Sergipe, evidenciando a importância do planejamento, como alternativa efetiva para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental da comunidade. Além disso, este estudo busca mostrar as potencialidades turísticas da cidade valorizando os recursos existentes e tornando-a atrativa para a recepção de novos fluxos de pessoas e capitais. A fim de atingir os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documental e estudo de campo, através de aplicação de questionário estruturado e padronizado com perguntas abertas e fechadas.

636

Com isso, é importante lembrar que para um desenvolvimento adequado, é necessário que as iniciativas privadas e públicas, juntamente com a comunidade trabalhem juntas neste processo.

Planejamento: Grande Aliado para o Desenvolvimento Turístico

Segundo Almeida (2004), o turismo é hoje classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, tornando-se o objeto de desejo para muitas regiões. Divulga-se muito o efeito difuso da prática do turismo capaz de impactar diretamente 52 setores da economia nacional, porém não é certo dizer que o turismo é a solução para o desenvolvimento de uma localidade.

Dias (2003) afirma que é válido ressaltar que desenvolvimento econômico não é sinônimo de crescimento econômico, pois o desenvolvimento econômico vem

sempre acompanhado de um crescimento da economia, embora o crescimento não implique, necessariamente, desenvolvimento, e sim, uma expansão global da produção de bens e serviços, sem reflexos sensíveis na distribuição de renda e não provocando mudanças estruturais qualitativas na economia esta atividade nem sempre vai gerar desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento da atividade turística envolve a participação de diversos atores no processo, seja direta ou indiretamente, como por exemplo, investidores, organizações não governamentais, proprietários de casas de temporada, poder público e a comunidade local.

O planejamento deve envolver toda a comunidade do núcleo turístico. A participação das pessoas do local é imprescindível para o desenvolvimento do turismo, pois significa a conscientização da população para a importância dessa atividade. De fato, sem a participação e o firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento do turismo.

Segundo Dias (2003, p.118), “no âmbito do turismo, a participação organizada tem obtido avanços significativos em processos de organização da atividade turística, revelando-se deste modo uma tendência de maior integração da cidadania organizada com o Estado em seus diversos níveis”.

637

Assim, as ações do planejamento propõem modificações, orienta investidores, acompanha as ações, cuida das decisões tomadas, evita que haja desvios dos objetivos. Além disso, deve controlar o crescimento da oferta em relação à demanda, acompanhar as necessidades dos visitantes e verificar se não está crescendo em demasia a oferta hoteleira, por exemplo, sem que haja crescimento de outras atrações. O conhecimento desses fatores pode levar o planejador local a melhor orientar o seu trabalho. A atividade turística não pode atuar isoladamente.

O turismo compensa as dificuldades decorrentes de outros setores da atividade econômica e atua como instrumento de equilíbrio, pois promove e desenvolve a economia com o aumento da oferta de empregos.

De acordo com Silva (2003) apud (Almeida, 2004, p. 4), desenvolvimento,

deve ser visto no seu sentido mais amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com

profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade.

Já Rodrigues (1997, p.18) afirma que o desenvolvimento,

não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economistas, continuem a reduzir aquele a este. O chamado “desenvolvimento econômico” é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (...), desenvolvimento deve-se ser entendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva [...].

Atualmente, percebe-se a preocupação com o meio ambiente, pois segundo Petrocchi (2002) até os anos 60 os administradores do turismo objetivavam ampliar a demanda, tendo suas atenções concentradas no número de visitantes, não pensavam eles que a natureza e seus recursos eram inesgotáveis. A partir dessa época começou a tomar força, no mundo todo, a consciência de preservação do meio ambiente. Essas preocupações invadiram na gestão do turismo, que muito depende da preservação da natureza.

Como o ambiente é a base dos recursos naturais e culturais para atrair 638 turistas, a alternativa para esta atividade é o desenvolvimento sustentável, que em cujo planejamento procura garantir as necessidades do presente sem comprometer as exigências do futuro.

Sabe-se que o discurso do desenvolvimento sustentável tem provocado diferentes opiniões, sobretudo, pelas suas contradições: ao mesmo tempo em que se fala em crescimento econômico, pregam a conservação do meio ambiente. De acordo com Almeida (2004, p. 7), “o seu conceito é vago e ambíguo e de duvidosa operacionalidade prática, mas, sem dúvida, politicamente apelativa. Frequentemente é utilizado para as mais variadas e contraditórias decisões sobre o turismo”

Porém, é certo afirmar que o turismo sustentável melhora a qualidade de vida do destino, oferece aos visitantes experiências e mantém a vitalidade do ambiente, de que tanto a comunidade local e o visitante dependem.

Como o ambiente é a base dos recursos naturais e culturais para atrair turistas, a sua proteção é essencial para o sucesso do turismo em longo prazo. Isso

deve ser observado em Pirambu, nosso objeto de estudo, onde encontramos muitos recursos naturais.

Pirambu: Uma Breve Contextualização

O município de Pirambu está localizado no litoral norte sergipano, em sua porção centro-oeste, e insere-se na micro-região geográfica do Japaratuba, juntamente com os municípios de São Francisco, Japoatã, Pacatuba e Japaratuba (Figura1). Possuindo uma área territorial de 218 Km², sendo 71 Km² de área urbana e 147 Km² de área rural, a sede do município está localizada a 28 km de distância da capital Aracaju, via Rodovia SE-100 e 76 km pela BR-101.

O nome Pirambu vem de um peixe bastante comum na região e originou-se de uma pequena colônia de pescadores que viviam basicamente da cultura da mandioca, do milho, do feijão e da batata-doce, bem como da pesca nos rios, lagoas e da beira da praia.

Como os demais municípios localizados entre os rios Sergipe e o São Francisco, Pirambu teve seu território constituído a partir da distribuição da Sesmaria por Cristóvão de Barros ao seu filho, Antônio Cardoso de Barros, em 1590, logo após a conquista de Sergipe, cujo marco se deu em 1575, quando foram derrotados os índios que habitavam a região Sul da Capitania de Sergipe Del Rei.

639

Pirambu é um dos maiores centros pesqueiros do estado, junto com Aracaju e o povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhi²⁰⁴. O camarão retirado no município é vendido nas feiras livres espalhadas por todo o estado e exportado para Recife, Salvador, Maceió, Fortaleza e Natal²⁰⁵.

A exploração de petróleo em Pirambu data-se dos anos 70, porém só a partir de 2002 o município passou a receber em seus cofres públicos os recursos financeiros provenientes desta atividade. Em Pirambu o único recurso natural extraído do subsolo em caráter regular é o petróleo, na região da “Fresca”, no povoado Bebedouro, em Lagoa Redonda e, principalmente no campo petrolífero do “Robalo”, além das plataformas marítimas, nas costas de Lagoa Redonda e Robalo. Recentemente foi desativada a extração do petróleo no “Simão”, próximo à cidade

²⁰⁴ Disponível em: www.pirambu.se.gov.br/nossa_historia.php. Acessado em: 23/08/10.

²⁰⁵ Informação extraída da Revista Cinform Municípios, 2005.

de Pirambu. Na “Fervura”, próximo do povoado Aguilhadas, extraem-se a argila bastante utilizada na construção civil em geral.

O rio Japaratuba, mais importante patrimônio natural do município, já não tem dado o sustento que fora fundamental no passado, quando era a principal fonte de renda e subsistência da comunidade. O desmatamento de sua mata ciliar, despejos provenientes das usinas, destilarias e da atividade petrolífera na região, assim como, o derramamento de esgotos urbanos através de vários ramais na sede do município associada a pesca predatória, assoreamento, aterros, atividades como a carcinicultura tem contribuído sobremaneira para fazer o ecossistema agonizar, diminuindo sua balneabilidade, comprometendo a atividade pesqueira²⁰⁶.

Um cenário compostos por praias, dunas, lagoas, cachoeiras, áreas de reserva e preservação ambiental pode ser encontrada na região. São 40 quilômetros de dunas espalhados pelo município que despertam nos moradores e turistas o desejo de visitá-las semanalmente. A cidade conta ainda com uma culinária rica em frutos do mar, como camarão, caranguejos, ostras e variedades de peixes.

É na reserva biológica de Santa Isabel onde funciona a sede do projeto Tamar, criado nos anos 80 pelo IBAMA para proteger as tartarugas marinhas. São 131 quilômetros de praias monitoradas pelo projeto. É possível conhecer algumas espécies de tartarugas e visitar as incubadoras. O projeto serve de berçário para três espécies de tartarugas marinhas, popularmente conhecidas como tartaruga-cabeçuda, tartaruga-olivácea e tartaruga-de-pente.

Percebe-se com essa análise da oferta turística, que o município de Pirambu tem um grande potencial para se inserir no roteiro turístico do Estado de Sergipe. Porém, de acordo com as visitas técnicas²⁰⁷ e entrevistas realizadas com turistas que estavam na cidade possibilitou a análise *in locu*, o município apresenta algumas dificuldades como:

- baixa qualificação empresarial e profissional;
- alta informalidade da mão-de-obra;
- insuficiência e inadequação de hotéis, pousadas e restaurantes;

²⁰⁶ Disponível em: www.pirambu.se.gov.br/nossa_historia.php Acessado em: 23/08/10.

²⁰⁷ Visitas técnicas realizadas nos meses de Fevereiro e Março do ano de 2008.

- ausência de sinalização turística;
- falta de iluminação na estrada de acesso ao município, acostamento;
- Não há um calendário de eventos que possa atender tanto a comunidade local quanto aos visitantes; e,
- falta de interesse por parte dos gestores no cumprimento de leis ambientais.

A importância do planejamento para o desenvolvimento turístico de Pirambu

Sabe-se da importância sócio-cultural e econômica da atividade turística, comprovando que esta, se bem desenvolvida, é capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, ou seja, podendo ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial, como o caso de Pirambu.

De fato, o turismo vem despertando na atualidade, o fascínio entre o poder público e privado, por esta atividade impactar diversos setores da economia de uma cidade, pois o dinheiro do turista incrementa o orçamento local, proporcionando maior giro de capital, assim trazendo benefícios para a comunidade. Porém, é necessário inserir a comunidade local, não deixando que ela sirva somente de ⁶⁴¹ espectadora desse processo.

Segundo Beltrão (2001, p. 17) turismo,

é o conjunto de todas atividades sociais, culturais, políticas, econômicas e naturais que envolvem pessoas se deslocando pelos mais diversos lugares em busca de outros destinos desconhecidos ou não, com uma permanência temporária.

Desta forma, podemos afirmar que o turismo é um conjunto de atividades que são de grande importância para o desenvolvimento sócio-econômico, pois por se tratar de um conjunto de atividades, pode atuar como força motora para impulsionar o desenvolvimento regional. Em muitos casos, o turismo é utilizado como trampolim para incrementar avanços econômicos e sociais em áreas urbanas e rurais, favorecendo assim, a redistribuição de renda para a comunidade, melhorando a infra-estrutura local, promovendo a paz e o entendimento humano, assim como, como um meio de possibilitar o encontro entre pessoas de diferentes culturas, religiões e raças.

Quando a atividade turística não é planejada e monitorada permanentemente, pode gerar muitos efeitos negativos na comunidade receptora. Segundo Dias (2003), esse planejamento é necessário, porque o território é um elemento básico do desenvolvimento turístico, pois abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos.

De acordo com a pesquisa realizada, percebemos como se torna de suma importância que o município de Pirambu planeje a atividade turística, a partir da elaboração de um plano municipal de turismo. Segundo Ruschmann (1997, p. 159), este plano deve ser entendido “como conjunto de medidas, tarefas e atividades por meio das quais se pretende atingir as metas, o detalhamento e os requisitos necessários para o aproveitamento de áreas com potencialidade turística”.

Desta forma, o município poderá adotar algumas medidas visando a sua inserção no cenário turístico do estado de Sergipe. Dentre essas medidas podemos citar:

- A melhoria da infra-estrutura de acesso (estradas, sinalização, terminais de ônibus, etc.);
- A melhoria da infra-estrutura urbana (esgoto, água, energia, limpeza pública, etc.);
- A implantação de equipamentos de apoio (posto de gasolina, banco, posto de saúde, etc);
- Desenvolver uma estratégia de marketing, para a divulgação da cidade;
- Criar projetos de eventos para serem realizados ao longo do ano, para que não ocorra o problema da sazonalidade;
- Capacitar profissionais;
- Criar espaços de lazer e entretenimento;
- Reforçar a identidade cultural, visando a elevação da auto-estima da população local;
- Promover a educação ambiental para a comunidade e turistas.

642

Assim, é de suma importância que o município de Pirambu estabeleça novas formas de gestão pública, não apenas em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes responsáveis pela a toma de decisões, mas na democratização de dados e da informação. Partindo desse pressuposto é possível construir uma nova forma de agir, ou seja, um planejamento participativo, integrado, em que será respeitado o anseio da população.

Além da inserção da comunidade local, a infra-estrutura básica de uma destinação turística é elemento fundamental para a viabilização da atividade. Assim, para que o turismo de Pirambu se desenvolva é necessária uma boa infra-estrutura, como vias de acesso (estradas, terminais de ônibus, portos, sinalização, etc.), saneamento básico e equipamentos de apoio, como os restaurantes, postos de saúde, bancos, postos de gasolina, etc.

Assim, vemos a necessidade de se planejar o turismo de Pirambu, como forma de desenvolvimento local, inserindo a comunidade neste trabalho, melhorando a infra-estrutura local, utilizando o marketing turístico como instrumento fundamental, pois envolve a apresentação dos produtos oferecidos pelo município aos visitantes.

Considerações Finais

O setor turístico vem sendo apontado como uma das principais possibilidades para o desenvolvimento local, tornando-se foco de investimentos governamentais em muitas regiões. Com isso, percebe-se a importância que o turismo tem para a economia de uma determinada localidade.

Com a crescente preocupação com a questão ambiental, percebe-se a ⁶⁴³ importância do planejamento para o desenvolvimento sustentável da localidade, para assim minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, assegurando a sustentabilidade local, ou seja, o turismo surge com uma nova opção para a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Cabe ressaltar que o turismo gera impactos positivos na economia local, uma vez que gera divisas, cria postos de empregos e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental.

Pode-se dizer com o diagnóstico que Pirambu apresenta potencial para o desenvolvimento da prática turística, por ter em sua composição, atrativos como praias, dunas, cachoeira, áreas de reserva natural, manifestações folclóricas, artesanato, carnaval, entre outros.

Com isso, tornou-se evidente a importância do planejamento para o desenvolvimento local no município de Pirambu, mostrando que a região é viável para a prática do turismo, porém é preciso ressaltar que o turismo sozinho nunca levará lugar algum ao desenvolvimento, devido sua sazonalidade (alta e baixa

temporada). Daí surge à necessidade de um trabalho de planejamento consistente, trabalhando junto com os órgãos públicos e privados e comunidade local.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local?** Algumas reflexões. In: Anais do ENTBL-Planejamento para o desenvolvimento local. Curitiba: UFPR, 2004.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo:** A indústria do século 21. Osasco: Novo Século, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo. SESC, 1980.

PETROCCHI, Mario. **Planejamento e gestão do turismo.** São Paulo: Futura, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo; Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável:** A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

YOUELL, Ray. **Turismo:** uma introdução. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOBRE A BAIXADA CUIABANA

Ana Paula Bistaffa de Monlevade²⁰⁸

Angelo Henrique Ramos de Monlevade²⁰⁹

Daniel Fernando Queiroz Martins²¹⁰

RESUMO

O forte desenvolvimento econômico de Mato Grosso nos últimos anos não garantiu e não garante equidade social entre seus cidadãos. A concentração de renda e de terras impediu o acesso de uma parcela significativa da população aos dividendos da riqueza produzida. Nesse contexto, em 2002, o Governo Estadual de Mato Grosso elaborou através da Secretaria de Planejamento - SEPLAN, o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE), com o objetivo de criar um instrumento de organização territorial que apontasse às potencialidades e as restrições de cada região. Foram definidas 12 regiões de planejamento, e entre elas a Região de Planejamento VI – Sul – Cuiabá / Várzea Grande, que contempla a histórica Baixada Cuiabana, com uma população de 906.359 habitantes (33% da população do Estado), mas que cresce com índices inferiores a média do Estado. (SEPLAN, 2005). Essa região exige das ações públicas certas particularizações, pois é um espaço sócio-cultural de características quase homogêneas, fruto de acontecimentos históricos que teceram relações, que enraizaram os homens ao território e que o distingue das demais. Este artigo analisa a realidade sócio-econômica dessa Região de Planejamento e seus entraves, e aponta suas potencialidades econômicas com ênfase à exploração da atividade turística. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se desenvolveu nas análises que se propuseram compreender algumas práticas e políticas públicas do setor em andamento na região. A análise quantitativa se realizou com base nos levantamentos que procurou caracterizar a conjuntura sócio-econômica dos municípios aqui estudados, e as observações pertinentes que forneceram condições de se apontar a atividade turística como alternativa econômica para a promoção do desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Turismo. Baixada Cuiabana. Desenvolvimento.

RESUMEN

El fuerte desarrollo económico en Mato Grosso, en los últimos años no ha garantizado la igualdad social entre sus ciudadanos. La concentración de renta y de la tierra niega el acceso a una porción significativa de la población a los dividendos de la riqueza. En este contexto, en 2002, el Gobierno del Estado de Mato Grosso se

²⁰⁸ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e Docente do Curso de Turismo do Centro Universitário Cândido Rondon – UNIRONDON anapaula@cuiabatur.com.br

²⁰⁹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Docente do Curso de Turismo do da Faculdade Afirmativo – FAFI angelo@znzviagens.com.br

²¹⁰ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Docente do Curso de Turismo do Centro Universitário Cândido Rondon – UNIRONDON danielqzs@gmail.com

ha desarrollado a través del Departamento de Planificación - SEPLAN, la Zonificación Social Económica y Ecológica (ZSEE), con el objetivo de crear un instrumento de organización territorial que apuntaba al potencial y las limitaciones de cada región. Fueran definidas 12 regiones de planificación, una de ellas es la VI Región - Sur - Cuiabá / Várzea Grande, que incluye la histórica “*Baixada Cuiabana*”, con una población de 906.359 habitantes (33% de la población de Mato Grosso), esta región crece con índices por debajo del promedio estatal. (SEPLAN, 2005). Esta región requiere ciertas acciones públicas particularizadas porque el espacio tiene una característica socio-cultural casi homogénea, el resultado de los acontecimientos históricos es que han tejido las relaciones que la gente arraigada en la zona y que lo distingue de los demás. Este artículo examina la realidad socio-económica de esta región y sus obstáculos, planificación y apunta a su potencial económico, con énfasis en la explotación del turismo. Se trata de una investigación cualitativa que se desarrolló el análisis que las políticas propuestas y prácticas para entender algunos acontecimientos del sector público en la región. El análisis cuantitativo se realizó sobre la base de encuestas que buscó caracterizar la situación socioeconómica de las ciudades estudiadas, y los comentarios pertinentes que proporcionan una posición de punto con el turismo como alternativa económica para la promoción del desarrollo local.

Palabras-clave: Turismo. Baixada Cuiabana. Desarrollo.

Introdução

A Baixada Cuiabana vive uma situação contraditória: ela é composta pelas duas principais e mais ricas cidades do Estado (Cuiabá e Várzea Grande), e por outros municípios de economia frágil e dependente do setor público. Estes municípios carecem de novos impulsos que promovam seu desenvolvimento socioeconômico, sendo assim, este trabalho analisa de forma especial a contribuição que o turismo poderá dar à região em busca de soluções aos problemas atuais.

O turismo é uma atividade econômica que consome (comercializa) espaço e o seu rápido crescimento no mundo vem exigindo reflexões de governos, mercados, pesquisadores e comunidades locais, entre outros interessados, sobre seus resultados. Observa-se no Brasil, uma grande dificuldade dos gestores públicos entenderem que o Estado possui, em suas três esferas administrativas, o papel fundamental de facilitar o desenvolvimento do turismo, tanto para as empresas, quanto para as comunidades receptoras. Frente a estes desafios apresentados, a Geografia pode oferecer subsídios para colaborar com o processo de desenvolvimento de regiões, a partir de uma de suas principais característica - a capacidade de realizar uma síntese entre o ambiente físico e as ações humanas. (ROMAGEN, 1997)

A Baixada Cuiabana é analisada, neste trabalho, no contexto das desigualdades entre as demais regiões de Mato Grosso, por ter apresentado nos últimos levantamentos estatísticos, índices de crescimento econômico e de qualidade de vida abaixo das médias registradas em outras regiões do Estado.

Sendo assim, de forma específica, este estudo tem por objetivo analisar a possibilidade de ser a atividade turística um dos vetores do desenvolvimento (regional ou local), para a baixada Cuiabana.

Através de levantamentos de dados junto ao Portal dos Municípios da Associação Mato-grossense de Municípios – AMM, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao Governo Estadual através das Secretarias de Planejamento – SEPLAN e Desenvolvimento do Turismo – SEDTUR, além de bibliografias sobre a história, geografia e economia da região, foi possível averiguar a situação atual e quais as expectativas sobre a utilização do turismo como um vetor para o desenvolvimento do Estado. Tais fontes caracterizam a pesquisa como documental e também como pesquisa bibliográfica. Após o embasamento teórico, partiu-se para uma próxima etapa de caráter mais explicativa e complexa, que Andrade (2003, p.125) classifica como “pesquisa explicativa”. Essa fase da pesquisa segundo ele: “além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas”. Algumas visitas possibilitaram observar *in loco* as condições socioeconômicas de alguns municípios.

1. A Baixada Cuiabana

Para realização deste trabalho, foram selecionados inicialmente os municípios das microrregiões 16,17 e 18 do Estado de Mato Grosso (IBGE, 1990), excluindo-se o município de Cáceres (Microrregião 18), que já polariza boa parte do oeste mato-grossense e tem razoável independência econômica em relação à Cuiabá e o de Rosário Oeste (Microrregião 16), em vista de estar em uma posição intermediária, de transição com a área de influência do norte mato-grossense (BR-163). Os municípios selecionados também fazem parte da Região de Planejamento VI da SEPLAN-MT, sendo quase todos da Unidade Sócio Econômica Ecológica 50, denominada de Baixada Cuiabana.

Tomando como base o processo histórico-cultural da formação territorial desta região, e as exclusões mencionadas acima, este estudo denomina de Baixada Cuiabana o conjunto formado pelos municípios de: Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande, totalizando nove municípios, 59.198,7 km² (6,55% do Estado) e uma população estimada em 2005 pelo IBGE, em 881.106 habitantes, cerca de 31,43% do total do Estado.



Fonte: IBGE (2010) adaptado pelos autores

648

No intuito de sistematizar as análises da área de estudo foram adotadas duas categorias que identificam sub-divisões da região, a saber:

Aglomerado Urbano: denominação concedida aos municípios de Cuiabá (capital do Estado) e Várzea Grande que são os mais fortes economicamente, os mais populosos e de melhor qualidade de vida da região.

Não-conurbados: denominação dada ao conjunto dos 7 (sete) municípios de economias mais frágeis: Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio de Leverger.

**TABELA 01 – DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA
BAIXADA CUIABANA**

<i>Município</i>	<i>Urbanização (2000)²¹¹</i>	<i>Taxa de mortalidade- de infantil (1999)²¹²</i>	<i>Taxa de analfabetismo (2000)²¹³</i>	<i>Renda média de um Chefe de Família (2000)²¹⁴</i>
Acorizal	47,76%	24,52	25,96%	2,44
Barão de Melgaço	47,37%	25,60	22,54%	1,94
C. dos Guimarães	60,00%	20,28	19,98%	4,19
Cuiabá	98,58%	21,61	06,06%	7,33
Jangada	38,64%	24,52	27,08%	2,61
N. Sr ^a do Livramento	32,10%	20,28	34,10%	2,16
Poconé	74,01%	25,60	21,99%	2,95
Sto Antônio de Leverger	35,69%	20,28	19,80%	3,17
Várzea Grande	98,14%	20,28	08,98%	4,13
Aglomerado Urbano	98,36%	20,94	07,52%	5,73
Não Conurbados	47,93%	23,01	24,49%	2,78
Baixada Cuiabana	59,14%	22,55	20,72%	3,43
Mato Grosso	79,38%	22,90	15,84%	5,13
Centro-Oeste	96,10%	21,90	13,13%	5,68
Brasil	81,20%	28,30	16,73%	5,09

Fonte: SEPLAN (2005)

<i>Município</i>	<i>Abastecimento de água (2000)²¹⁵</i>	<i>IDH (2000)²¹⁶</i>	<i>Taxa de desemprego (2000)²¹⁷</i>
Acorizal	57,64%	0,695	15,65%
Barão de Melgaço	44,70%	0,672	05,51%
C. dos Guimarães	54,59%	0,711	13,88%
Cuiabá	91,43%	0,821	16,24%
Jangada	52,78%	0,680	08,84%
N. Sr ^a do Livramento	24,96%	0,655	12,92%
Poconé	61,77%	0,679	18,61%
Sto Antônio de Leverger	36,47%	0,717	19,28%
Várzea Grande	78,51%	0,790	15,73%
Aglomerado Urbano	84,97%	0,805	15,98%
Não Conurbados	47,55%	0,687	13,52%
Baixada Cuiabana	55,87%	0,713	14,07%
Mato Grosso	63,67%	0,767	12,51%
Centro-Oeste	73,19%	0,788	09,74%
Brasil	77,82%	0,766²¹⁸	15,04%

Fonte: SEPLAN (2005)

²¹¹ Taxa de Urbanização é a percentagem da população da área urbana em relação a população total. (IBGE, 2006)

²¹² Taxa de Mortalidade Infantil é a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas. (IBGE, 2006)

²¹³ A Taxa de Analfabetismo corresponde a percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. (IBGE, 2006)

²¹⁴ A Renda Média Mensal de um Chefe de Família é a soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes. Taxa em Salário Mínimos (IBGE, 2006). Salário Mínimo em 2000: R\$ 151,00. Fonte: IBGE – *Download Estatísticas* em www.ibge.gov.br

²¹⁵ Taxa de Abastecimento de Água em domicílios: [domicílio particular](#) permanente servido por água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos. (IBGE, 2006)

²¹⁶ Índice de Desenvolvimento Humano.

²¹⁷ A Taxa de Desemprego é estipulada a partir da percentagem das pessoas desocupadas, em relação às [pessoas economicamente ativas](#).

²¹⁸ Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado pelo PNUD, o IDH do Brasil em 2004 era de 0,792.

Como resultado do desempenho econômico, tem-se na Baixada Cuiabana um grande número de famílias de baixa renda, que necessitam de subsídios governamentais para sobreviver dignamente.

2. Turismo: Um Fenômeno de Natureza Capitalista

A globalização aguçou a competitividade entre pessoas, empresas e territórios (Buarque, 2006), levando-as em busca de “espaços” na economia global. As regiões ou municípios, de acordo com suas condições, buscam espaços de competitividade, em especial no seu entorno imediato e nos setores de maior capacidade e vantagens locais. Os esforços devem ser concentrados nesses setores fazendo-os mais competitivos no contexto regional, nacional e global.

Tendo como pressupostos as características históricas da região, as suas belezas naturais e a demanda interna gerada pelo Aglomerado Urbano em busca de turismo e lazer, discute-se o turismo como uma alternativa econômica competitiva para esta região, na tentativa de assegurar a permanência da população em seus municípios, suprir a demanda por emprego e evitar assim a migração para outras regiões mais dinâmicas e com melhores oportunidades. O turismo, evidentemente, não deve cessar as oportunidades de uma economia local diversificada. Ele deve ser empreendido dentro dos limites aceitáveis de mudança e ter preferência somente sobre alternativas de desenvolvimento potencialmente negativas.

O fato é que o crescimento do turismo vem sendo considerado opção ao desenvolvimento, por empresas e governos em todo o mundo, no Brasil e em Mato Grosso. Mas não basta somente crescer, é preciso acompanhar e planejar tal crescimento. (PEARCE; BUTLER, 2002). As atividades que deram origem ao turismo, por sua heterogeneidade, impediram de certa forma a constituição de uma ciência autônoma, com técnicas específicas independentes.

Para Pearce (2003), o turismo é o resultado das relações entre os locais e as pessoas que caminham por ele. Na origem, ou seja, no seu local de moradia, o turista entra em contato com os “agentes” (empresas de turismo) que viabilizarão sua viagem. Durante o caminho, este turista se relacionará com outros turistas – o que pode gerar novos serviços. Por fim, no destino, demandará os principais serviços de sua viagem, envolvendo em sua estadia uma série de agências: hotel,

restaurante, transportadoras, etc. O autor considera o turismo um fenômeno de natureza capitalista, já que um grande conjunto de atividades econômicas se envolve com os deslocamentos humanos. Estes deslocamentos só se fizeram possíveis devido ao aumento do tempo ocioso de patrões e trabalhadores, que fez ambos descobrirem o prazer de viajar, e com o aumento de sua renda, incluir o turismo na hierarquia de necessidades. E uma vez capitalista, deve ser competitivo para alcançar maiores resultados econômicos. A atividade turística interessa ao capital por oferecer a possibilidade de gerar dividendos a partir de atrativos que, quando naturais, na maioria das vezes já estão prontos, necessitando somente de uma infra-estrutura de recepção para ser explorados. Há também os atrativos criados pela sociedade, artificiais. Além dos componentes econômicos, o turismo oferece a possibilidade de contato entre os povos, raças e culturas, transformando-se num poderoso instrumento de integração de sociedades.

3. Turismo e Desenvolvimento

O turismo, que emprega hoje cerca de 10% da população economicamente ativa do planeta e cerca de 9% no Brasil, é sempre lembrado como uma solução para o desenvolvimento de locais que possuam vocação e são economicamente frágeis, com poucas alternativas e quase nenhuma disponibilidade de recursos humanos e físicos para a indústria ou a agricultura. Sua aplicação pode contribuir para o equilíbrio de suas contas e oferecer benefícios aos seus habitantes. Sobre a eficiência do turismo em locais com a economia estagnada, Coriolano (2006, p. 137) diz que ele é:

[...] um vetor significativo da refuncionalização de vários lugares, economicamente reprimidos ou estagnados pela perda de dinamismo de suas tradicionais atividades produtivas. Como essas atividades em geral produzem pequenos efeitos transformadores, o turismo nesses lugares passa a ser representado como possibilidade de conjugar conservação ambiental com nova valorização econômica [...]

O turismo pode trazer bons resultados, diferenciados segundo os lugares e as pessoas envolvidas. Certamente haverá também impactos negativos (ambientais, culturais e econômicos) sobre a localidade e estes devem ser previstos e combatidos de forma responsável. A não inclusão da comunidade em projetos turísticos pode gerar tensões e conflitos sociais, como no caso da instalação de

resorts, que acabam, na maioria das vezes, por “expulsar” os habitantes locais para outros lugares, não contribuindo de forma satisfatória para a economia local.

Isso quer dizer que o turismo pode gerar desenvolvimento, nas mesmas condições, mas com menos dependência de requisitos reclamados pelas indústrias tradicionais. Essa característica dá ao turismo maiores possibilidades de crescimento em áreas com baixa qualidade de mão-de-obra. No entanto, isso não exige a necessidade de treinamento e de educação de qualidade para a população receptora. De qualquer forma, os visitantes irão demandar serviços e infra-estrutura para recepcioná-los: hospedagem, transporte, alimentação, entre outros. O sucesso da atividade turística dentro do município vai depender da qualidade desses serviços e da infra-estrutura instalada, que também servirá para usufruto da população local.

Os planejadores devem saber o que se pretende com o turismo e incentivar as ações para desenvolver uma cidade turística que também possa ser usufruída pelos seus próprios moradores. Xiao, *apud* Dann (2002, p. 38), recomenda que não haja uma separação entre o que é para o turista e o que é para o habitante local. Segundo ele:

[...] em vez de assumirmos que o desenvolvimento do turismo seja orientado para os lucros (para os visitantes) e que o desenvolvimento do lazer seja orientado para o bem-estar (para os residentes), que se considere uma experiência de lazer uma experiência turística.

652

O turismo não deve ser encarado como uma alternativa única ou a redentora de todos os problemas econômicos de uma localidade. Ainda que ele possa proporcionar aos moradores, empregos, renda e contato sociais, deve sempre se desenvolver integrado com outras atividades econômicas, de forma a evitar uma economia baseada em apenas um pilar, como se viu nos séculos passados em Mato Grosso com a mineração e se vê agora com as monoculturas agrícolas no norte do Estado. Sobre essa integração do turismo com o desenvolvimento, Pearce; Butler (2002, p. 17) argumentam:

Podemos ver planejamento e desenvolvimento integrados como o processo de introdução do turismo numa área e de uma forma pela qual ele se misture com os elementos existentes. Compreendendo-se isso, torna-se implícito o fato de que esta introdução e essa mistura são feitas adequada e harmoniosamente, de maneira que o resultado final seja o sucesso de uma comunidade funcional e aceitável, tanto em termos humanos quanto ecológicos.

Há municípios sem possibilidade de exploração turística, por uma série de motivos (infra-estrutura, distância, falta de atrativos), mas que podem se beneficiar do turismo de forma indireta, como um fornecedor para os locais turísticos. Na Baixada Cuiabana, é possível destacar os municípios de Acorizal, Jangada e Nossa Senhora do Livramento, que ainda não possuem significativo fluxo de visitantes, como aqueles que poderiam se envolver com o turismo. Poderiam fornecer produtos hortifrutigranjeiros e outros ligados diretamente à agropecuária, e distribuir sua produção artesanal. O artesanato é uma opção de atividade com o potencial de envolver toda uma região com o turismo.

4. Turismo na Baixada Cuiabana

A Baixada Cuiabana possui potencialidades naturais e culturais passíveis de aproveitamento turístico - belezas cênicas já divulgadas pelo mundo e heranças históricas deixadas ao longo de quase três séculos de ocupação.

A seguir, elencam-se possíveis atrativos de cada município, que já são visitados ou que podem ganhar expressão das mais diversas formas.

Em **Acorizal**, município de pequena extensão territorial, tem-se, por exemplo, 653
na divisa com o município de Chapada dos Guimarães a Serra do Carumbé com nascentes de alguns afluentes da margem esquerda do rio Cuiabá e clima diferenciado da Depressão Cuiabana logo abaixo dela. A sede do município, com um conjunto de casas centenárias ao redor da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Brotas, está às margens do Rio Cuiabá, 50 quilômetros acima da capital. O rio apresenta água de boa qualidade, excelente para banho e pescaria. Emancipado há apenas 53 anos, o município tem uma história secular, tanto que teve parte do centro antigo tombado recentemente.

Barão de Melgaço é o mais pantaneiro de todos os municípios de Mato Grosso. Seus principais atrativos são o Rio Cuiabá e as Baías de Siá Mariana e Chacororé. O turismo praticado é voltado principalmente para a pescaria (e o turismo contemplativo. A atividade, no entanto, não envolve muito a cidade, já que as pousadas e os pontos de pesca estão afastados e espalhados ao longo da extensa planície pantaneira. Emancipado há pouco tempo (1953), foi cenário de diversos fatos históricos. Servia de pouso para as Monções que subiam o Rio Cuiabá, foi importante ponto de apoio durante o auge das Usinas de Açúcar às suas margens, e

também abrigou o exército brasileiro que ali esperava uma possível subida do exército paraguaio durante a Guerra do Paraguai no século XIX, na colina de Melgaço.

O município de **Chapada dos Guimarães** já é reconhecido nacional e internacionalmente por possuir o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães em seu território. O relevo é sua grande atração: morros, chapadões, cachoeiras, corredeiras, e o não tanto natural Lago do Manso. Seus recursos naturais são abundantes, mas o turismo ainda é mal aproveitado pelos chapadenses. Este município foi palco dos primeiros engenhos de açúcar e também da missão jesuítica, que deixou como herança a Igreja de Nossa Senhora de Santana, hoje ponto turístico na cidade. A sede, que alguns turistas desconhecem (a maioria dos turistas entendem que “Chapada dos Guimarães” se resume ao Parque Nacional), abriga poucos habitantes, mas muitas casas de veraneio. O ápice dessa ocupação são os períodos do Carnaval e a semana de julho em que se realiza o Festival de Inverno.

No município de **Cuiabá**, o grande centro urbano ocupa boa parte do território. Há, no entanto, a região de divisa com Chapada dos Guimarães onde se encontram o Balneário da Salgadeira, o Parque Nacional e vários rios de águas cristalinas, como os rios Claro, dos Peixes, Mutuca, Coxipó e Paciência. O Rio Cuiabá, que passa pela zona urbana, separa a capital do município de Várzea Grande e, mais ao norte, de Jangada. Cuiabá é a principal cidade do Estado e reúne em seu centro antigo a história do começo da ocupação dessa região. Mas se moderniza e cresce buscando se firmar como um destino de negócios e eventos, e como apoio aos turistas em visita ao Pantanal, Chapada dos Guimarães e outros locais de interesse turístico do Estado.

Em **Jangada**, por cuja área municipal correm o Rio Cuiabá, na divisa com Acorizal, e seu afluente, o Rio Jangada, são boas as opções para banho. A oeste da sede está a Serra das Araras, no local conhecido como Altos da Jangada, com cachoeiras e belas paisagens. Recentes descobertas de Sítios Arqueológicos pré-colombianos demonstram que os bandeirantes paulistas não foram certamente os primeiros a habitarem a região. A cidade é conhecida principalmente pelo grande número de pastelarias instaladas na BR-364. O pastel é tão conhecido que é a principal atração do “Fest Jangada” criado em 2006.

O Rio Cuiabá também é uma das principais atrações de **Nossa Senhora do Livramento**, cuja sede, entretanto, se situa no meio do cerrado, erguida na trilha que ligava desde 1748 Cuiabá a Vila Bela da Santíssima Trindade (primeira Capital de Mato Grosso). O rio passa a leste da cidade, numa parte do município que compõe o Pantanal, onde se encontra a Baía do Coqueiro. No noroeste do município está a bela Serra das Araras. A Dança do Congo é uma importante manifestação cultural do município.

Poconé é outro município mato-grossense bastante conhecido no setor turístico por centralizar a maioria dos pacotes turísticos para o Pantanal (Norte). Situa-se em seu território boa parte da Estrada Parque Transpantaneira, símbolo turístico do Pantanal, onde se encontra a maioria das pousadas e hotéis do município. A cidade, além de antiga, emancipada em 1831, também no período aurífero, é o mais populosa entre os não-conurbados da região analisada. Caracteriza-se pela sociedade tradicionalista, religiosa e festiva, com ricas manifestações culturais como a Cavahada, a Dança dos Mascarados e as Festas Religiosas – a maior delas, de São Benedito.

Em **Santo Antônio de Leverger**, o Rio Cuiabá banha a cidade e percorre a 655
porção oeste do município, parte do Pantanal. Fica também dentro de seu território, a nordeste da sede, o Parque Estadual de Águas Quentes, na Serra de São Vicente. Destacado visualmente na planície pantaneira, próximo à cidade, fica o Morro de Santo Antônio. O município também é ligado ao período de expansão das Usinas de Açúcar ao longo do Rio Cuiabá e durante muito tempo ficou conhecido como “rio abaixo”. Nasceu em seu território Marechal Cândido Rondon, mais precisamente no Distrito de Mimoso. Santo Antônio também recebe uma etapa do Campeonato Estadual de Pesca. Seu Carnaval, pelo número de foliões, pela originalidade e irreverência dos seus blocos, é um dos mais animados e tradicionais do Estado.

Em **Várzea Grande**, o Rio Cuiabá - que o separa do município da capital - é o seu maior atrativo natural, abrigando às suas margens importantes comunidades ribeirinhas. A “cidade industrial” vizinha de Cuiabá possui tradicionais comunidades ribeirinhas, como a Passagem da Conceição, Pai André e Bonsucesso, que fazem parte, inclusive, da Rota do Peixe, criada pelo SEBRAE, que agrega dezenas de peixarias ao longo do Rio Cuiabá.

Este conjunto de potencialidades dos municípios da Baixada Cuiabana oferecem possibilidades para a exploração de uma série de tipos de turismo, tais como: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Eventos, Pesca, entre outros.

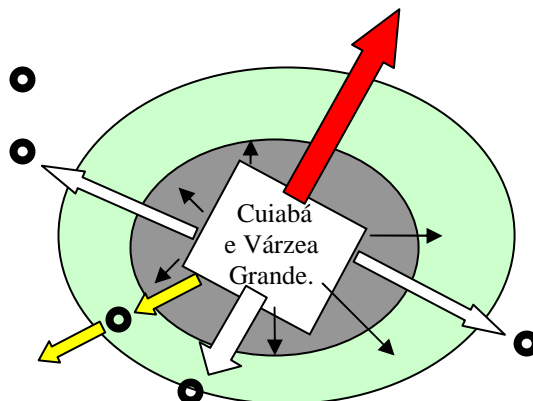
A princípio, os papéis de fomento e controle do desenvolvimento do turismo na baixada cuiabana devem ser de responsabilidade do conjunto de agentes públicos e privados que atuam com o turismo. Porém, cabe ao setor público a prerrogativa de ditar políticas orientadoras para o planejamento e gestão do turismo em todos os níveis de governo, assim como para o setor privado. O turismo praticado hoje na Baixada Cuiabana é proveniente da movimentação regional. A maioria dos visitantes em Cuiabá são provenientes do próprio Estado, e chegam em sua maioria de ônibus. Quando se trata de visitantes de fora do Estado são eles em sua maioria de São Paulo, principalmente no Pantanal por causa das pescarias. Esse tipo de turismo tem-se intensificado em nosso Estado, tanto no Pantanal como em regiões do norte, em rios da bacia amazônica.

Mesmo com atrativos, características físicas diferentes, as condições socioeconômicas reúnem esse conjunto de municípios, e a partir disso presumi-se que novos projetos devem ser organizados a partir desta constatação, primando preferencialmente pelo turismo regional. Uma das principais características da região estudada é a presença de duas grandes cidades importantes que funcionam como pólo inclusive do Estado. Essa aglomeração de mais de 800 mil habitantes (IBGE, 2006) viabiliza a atração e exploração turística por parte dos municípios pequenos, que podem absorver demandas de lazer por meio de viagens “domésticas”, curtas e de baixo custo, a exemplo do que se pratica entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães e entre Cuiabá e Santo Antonio Leverger.

Estudioso sobre os fluxos de turistas e viagens domésticas, Douglas Pearce demonstra que essas se multiplicam em círculos concêntricos a partir da cidade. Baseando-se no tempo disponível, ele classifica as faixas concêntricas como zonas: *zonas para excursões de um dia, finais de semana ou feriados / férias*. Os fluxos de viagens domésticas podem ser classificados pela duração e pela distância percorrida, de modo que é possível identificar uma série de zonas concêntricas em torno da cidade. A figura 2 contém uma representação dessas zonas concêntricas, onde a cidade (polígono no centro) gera fluxos para o exterior (seta vermelha), para

a região (setas brancas) e viagens de um dia (seta preta). As amarelas representam os fluxos excursionistas, que passam em vários locais durante a viagem.

FIGURA 2 – ZONAS CONCÊNTRICAS A PARTIR DA ORIGEM.



Fonte: Pearce (2003) adaptado

Os pontos pretos representam os hotéis fazenda, pousadas, parques e/ou *resorts*. Representando as zonas concêntricas, o círculo menor (cinza) representa a “zona de viagem de um dia”, o círculo maior (verde) a “zona de turismo de final de semana e de segundas residências”, e a superfície exterior a este círculo seria a “zona de férias”. A figura 2 aplicada na região do estudo sugere que os municípios limítrofes ao Aglomerado Urbano de Cuiabá e Várzea Grande, componentes da Baixada Cuiabana, seriam então as opções de viagens e lazer para os turistas deste grande centro urbano, tornando-se a zona de viagem de um dia ou zona de fim de semana e segunda residência. Os municípios não-conurbados podem se beneficiar também da proximidade de uma grande cidade, como Cuiabá, que pode se constituir em um portão de entrada dos turistas. Também pode desempenhar um papel de posto de parada regional, remetendo os visitantes para outros centros ou locais turísticos, como já o faz de certa forma para o Pantanal e Chapada dos Guimarães.

657

Conclusões e Recomendações

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 surgiram uma série de programas como o Roteiros do Brasil e o Turismo Rural na Agricultura Familiar, por exemplo, que impulsionaram os Estados e Municípios a investirem em suas potencialidades turísticas. Os programas trouxeram um suporte importante para se

trabalhar com a atividade, desde qualificação de pessoal até financiamentos para empresas, maiores ou menores.

A identidade cultural dessa população pode ser um forte elemento de coesão social do território. A forte ligação histórica entre os habitantes pode trazer grandes possibilidades de desenvolvimento de ações conjuntas, uma vez que a população local se reconhece como parte de uma região específica. A riqueza natural e cultural vem ganhando nova interpretação através do turismo, os municípios vêm criando uma agenda de eventos em seus municípios para atraírem visitantes, com a esperança de divulgar suas atratividades e assim passar a colher dividendos pela movimentação de pessoas. Para isso, os municípios estão participando ativamente de fóruns estaduais, na organização dos fóruns dos pólos turísticos e também se organizando localmente através de conselhos e organizações voltadas ao turismo. Atualmente, vive-se certamente uma fase de euforia com as possibilidades vislumbradas através do turismo. Mas ela precisa evoluir para uma etapa mais madura, mais profissional, de forma a que se dote os municípios de um ordenamento mais racional, por meio de planejamento estratégico.

Produtos já formatados, como os da Chapada e do Pantanal, possuem 658
espaço dentro dos pacotes ecoturísticos vendidos até para o exterior. Entretanto, não há como se criar vários produtos “pantanal”, um para cada município. Sugere-se então a intensificação de ações que visam promover uma circulação interna dos habitantes da Baixada, principalmente, considerando Cuiabá e Várzea Grande como os emissores de turistas. Criar uma nova movimentação que vá além do Carnaval de Santo Antônio, Livramento e Chapada, ou do Festival de Inverno deste último.

As potencialidades são várias, as distâncias pequenas, o acesso fácil, o número de pessoas cada vez maior. Além disso, o crescimento de Cuiabá cria nos seus habitantes um ambiente ligado ao trabalho e *stress* que o induz e o motiva a ir atrás de lazer, de descanso. Para esta “fuga” ou “reposição de energia” bastam apenas um ou dois dias, e menos de uma hora de viagem.

Assim, entende-se que se deve evitar que as pressões de uma economia com dificuldades de crescimento, como a que foi apresentada, redundem em um turismo desordenado que se proponha simplesmente combater os malefícios da queda da produção, da renda e do emprego no local. O desenvolvimento que se propõe para a

região, não se resume a melhores índices de crescimento econômico, espera-se que ele corrija também os desequilíbrios de acesso a novas tecnologias e ao conhecimento, e que valorize o componente humanístico, oferecendo iguais oportunidades à população e respeitando sua diversidade sociocultural.

Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Coleção Terra Mater.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. 1. Ed. São Paulo: Anablumme, 2006.

DANN, G. M. S. Temas teóricos para futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. *In*: PEARCE, D. G. & BUTLER, R. W. (orgs.) [trad.: Edite Sciulli] **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-23. Coleção Turismo Contexto.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesoregiões e Microregiões Geográficas**. Departamento de Geografia. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Dados sócio-econômicos dos municípios da Baixada Cuiabana**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 11 ago. 2006.

_____. **Estimativa populacional 2005**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 11 ago. 2006.

_____. **Localização dos Municípios estudados**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 oct 10.

PEARCE, D. G. **Geografia do Turismo**: Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens. [trad.: Saulo Krieger] São Paulo: Aleph, 2003 – Série Turismo.

PEARCE, D. & BUTLER, R. (orgs.) [trad.: Edite Sciulli] **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002. Coleção Turismo Contexto.

ROMAGEN, S. B. Reflexões sobre o Conceito de Desenvolvimento. Páginas 40 – 50. *In*: Revista Humanidades, número 41 – **As tensões do Espaço**: a Geografia como ciência do Século XXI. Brasília: Editora UnB, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN-MT. **Informativo socioeconômico de Mato Grosso 2005 - SEPLAN** [organizadora Marilde Brito Lima; Equipe técnica: Antônio Abutakka; colaboradores Giovanni Leão Ormond, Luiz Gonzaga Toledo]. -- Cuiabá, MT: Central de Texto, 2005.

NEM TUDO QUE REFLETE NO TURISMO BRILHA COMO OURO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PRODETUR EM SERGIPE

Genisson Melo dos Santos²¹⁹

Marcio dos Santos Braz²²⁰

Antonio Carlos Campos²²¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar os processos de transformação e reestruturação espacial decorrente dos investimentos em infraestrutura do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur/NE II), dando ênfase a alguns impactos no âmbito sócio-ambiental, intensificado ou mesmo gerados pelas ações deste programa. Abordaremos ainda o processo de turistificação do litoral de Sergipe, que visa inserir a região no circuito do turismo internacional apontando algumas das importantes obras elaboradas. Por fim será traçada uma crítica ao modelo de desenvolvimento de um turismo que, ao mesmo tempo em que se coloca como sustentável, não se vale de processos mais amplos e duradouros na tomada de decisão, gerando alguns impactos nocivos às populações nativas e suas respectivas culturas.

Palavras Chaves: Prodetur/NE. Turismo. Gestão Sócio-ambiental.

660

Abstract

This article analyze the processes of spatial transformation and restructuring arising from investments in infrastructure of the Program of Action for Tourism Development (Northeast Prodetur/ NE II), emphasizing some impacts on the socio-environmental, intensified or actions generated by this program. We will also process touristification the coast of Sergipe, which aims to integrate the region in the international tourism circuit pointing out some of the important works produced. Finally a critical point is drawn to the development model of tourism that, while it stands as a sustainable, does not bother with wider and longer term processes in decision making, causing some adverse impacts on natives peoples and their cultures

Keywords: Prodetur / NE. Tourism. Socio-environmental Management.

²¹⁹ Graduando em Geografia Licenciatura UFS - genisson_hc@hotmail.com

²²⁰ Graduando em Geografia Licenciatura, bolsista Voluntário PIBIX/ UFS - marcio.sbras@hotmail.com

²²¹ Professor Adjunto do DGE/UFS – antonio68@gmail.com

1. Introdução

A reestruturação espacial que ocorre simultaneamente nas escalas local e global, mantendo as heterogeneidades temporais e espaciais reflete o momento batizado por Milton Santos como “técnico – científico - informacional”, que se estabelece fortalecendo os setores de serviços, onde as mídias propõem mudanças tão velozes e tão sublimes, que passam a ser incorporadas como novas necessidades da vida do homem.

São essas necessidades, representadas pelas demandas cada vez maiores no cenário mundial, que atribuem ao turismo segundo Campos “um lugar de destaque nos planejamentos contemporâneos, uma vez que a capitalização dos fluxos de pessoas conduz a um novo desenho do mapa do mundo, segundo as tendências delineadas por essa nova forma de consumo do espaço” (1999. p. 212).

Dessa forma, o turismo “adentra artificialmente no rol das necessidades básicas do homem” (RODRIGUES, 1997, p. 26); massificando o consumo consumptivo de determinados lugares e despertando interesses de grupos capitalistas sobre as conquistas financeiras advindas de sua exploração.

Assim, a intensificação de um processo chamado de “turistificação de lugares,” passa a desempenhar papel fundamental na inserção e/ou reaquecimento de economias em declínio, às custas de grandes e graves impactos sociais, onde a capacidade de carga desses lugares sequer é observado, ou seja, o processo muitas vezes ocorre de forma tão violenta que o lugar não suporta as incursões demandadas, passando a revelar aspectos de degradação ambiental e social, além de desterritorializar as comunidades envolvidas.

A criação de ambientes turísticos, na maioria das vezes, ocorre de maneira contrária, apresentando-se em suas fases, políticas desenvolvimentistas baseadas nas idéias de crescimento e integração econômica, que de certa forma, dirige os planejamentos das áreas potencialmente turísticas no sentido de dotá-las de infraestrutura receptiva para atender as demandas, tanto das elites, quanto das massas.

Essas idéias norteiam os programas e leis oficiais do Brasil, que são vistos como capazes de reintegrar velhos espaços à lógica da acumulação.

Uma referência básica dessa política é o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que destina recursos vultosos para

sanar as deficiências infra-estruturais e de serviços, priorizando as áreas litorâneas com mega-projetos de urbanização, circulação, rede hoteleira, entre os outros “bens”, vistos pelas populações locais como pano de fundo de um progresso material anunciado em nome da “nova fonte de riqueza” excludente.

De acordo com os objetivos de analisar os impactos do PRODETUR-SE a partir da leitura e interpretação das imagens aéreas elaboradas pela SEPLAN e, principalmente através da utilização comparativa das imagens públicas oferecidas pelo Google Earth. Metodologicamente o estudo se baseia na comparação do uso do solo das localidades impactadas para estabelecer a magnitude do processo de reestruturação espacial provocado pelo programa.

2. Reestruturação turística do estado de Sergipe

Em Sergipe, a reestruturação dos municípios do litoral incorpora de imediato um conjunto de políticas, no sentido de viabilizar, ao mesmo tempo, o incremento da espacialidade turística potencial do Estado e integrá-lo no circuito turístico Nacional. Haja vista o quadro de prioridades, objetivos e metas definidas de acordo com as contrapartidas municipais e estaduais previstas nos planos de desenvolvimento de ações na área do turismo. 662

Na verdade, mesmo com a participação do montante de capital patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que entra com 50,0% dos investimentos, o poder público aparece como grande empreendedor do plano de desenvolvimento turístico, uma vez que este se reveste de executor das metas de infra-estrutura básica constantes da pauta de ação do PRODETUR, de acordo com os níveis de prioridade estabelecidos para cada área do Estado. (tabela 1)

SERGIPE - Quadro de prioridades do PRODETUR I, 1992

Áreas de prioridades de atuação do PRODETUR em Sergipe		
Prioridade I	Prioridade II	Prioridade III
Aracaju, Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba	Salgado, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Laranjeiras e Itabaiana	Santo Amaro das Brotas, Ilha das Flores, Brejo Grande, Campo do Brito, Poço Redondo, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, nossa Senhora da Glória e Macambira.

Fonte: EMBRATUR, SUDENE, BNB, CTI/NE, 1992.

A classificação dos municípios dentro de cada área de prioridade configura claramente os objetivos do Programa em minimizar deficiências urbanas das áreas inseridas, o que o caracteriza como programa de promoção de políticas urbanas auxiliares do desenvolvimento da atividade turística. Estas ações visam sanar ou minimizar as deficiências existentes, e não diretamente a implantação de infra-estrutura turística. (tabela 2)

663

SERGIPE - Recursos previstos para a 1ª fase do Prodetur/ NE em US\$ (mil)

Rodovias	Abastecimento de água	Rede de esgoto	Desenvolvimento Institucional	Aeroporto	Total
11.792	14.630	24.409	3.340	6.710	60.981

Fonte: EMBRATUR, SUDENE, BNB, CTI/NE, 1992.

Por outro lado, a destinação dos recursos aplicados no Estado de Sergipe, evidencia três níveis de atuação do Programa: primeiro, a reestruturação e integração litorânea; segundo, investimento nas áreas que apresentam acervo histórico; e terceiro, incentivos em áreas que apresentam especificidades locais. Este modelo objetiva ordenar o adensamento do uso turístico e de lazer, diminuindo os custos de implantação da infra-estrutura básica, o que beneficia diretamente o poder público e orienta os interesses de investimento do capital privado no setor.

Dessa forma, o processo de turistificação de lugares, segundo Campos

[...] envolve aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da população, promovendo uma reorganização espacial artificial, em nome do desenvolvimento local, esboçando uma nova divisão espacial do trabalho através da produção e incorporação desses espaços às novas tendências de consumo e lógicas exteriores baseadas numa reestruturação espacial global (CAMPOS, 1999, p.218).

Nesse sentido, os lugares turísticos passam a desempenhar importância fundamental, sendo polarizadores de um circuito de lugares centrados nas especificidades e resistências regionais; elementos favoráveis a um processo de desenvolvimento que apresenta vantagens e desvantagens na manutenção das autonomias e identidades locais atreladas as novas funções.

Como exemplo dessa nova lógica, a reestruturação da Praia de Atalaia através do Projeto Orla, em Aracaju, e a construção de infra-estruturas, como: o novo aeroporto, novo mercado e vias de circulação entre as praias, tem promovido (des) articulações territoriais, onde os valores assumidos pela sociedade não mais respondem às características da população local, mas sintetizam atributos e usos ao território de acordo com os padrões impostos pela atividade propulsora das transformações espaciais (fotos 1 e 2)

664



Fotos 1 e 2: Infra-estrutura turística na orla de Aracaju 2003 e 2010.

Fonte: Google Earth/ Adaptação dos autores, 2010

Já o PRODETUR-NE II que teve como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população residente dos pólos turísticos criados nas esferas estaduais,

foram privilegiados alguns componentes prioritários para os investimentos, tais como: fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do setor privado.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste em Sergipe (PRODETUR-SE) tem investido nas áreas de infra-estrutura e serviços, conservação e valorização dos atrativos naturais, valorização do patrimônio e manifestações culturais, além da capacitação dos recursos humanos e promoção da participação comunitária. Segundo Vieira, “as estratégias para o desenvolvimento do turismo no Estado de Sergipe estão voltada para a visão interdependente e integrada das ações nos diversos setores da economia (VIEIRA, 2010, p.45). Assim, as ações e investimentos realizados pelo Banco do Nordeste por meio do PRODETUR/NE II têm por objetivo estender o turismo para outras regiões do estado, além da capital, criando uma interligação entre estas visando o desenvolvimento de toda uma infra-estrutura que atenda ao possível aumento do fluxo de turistas.

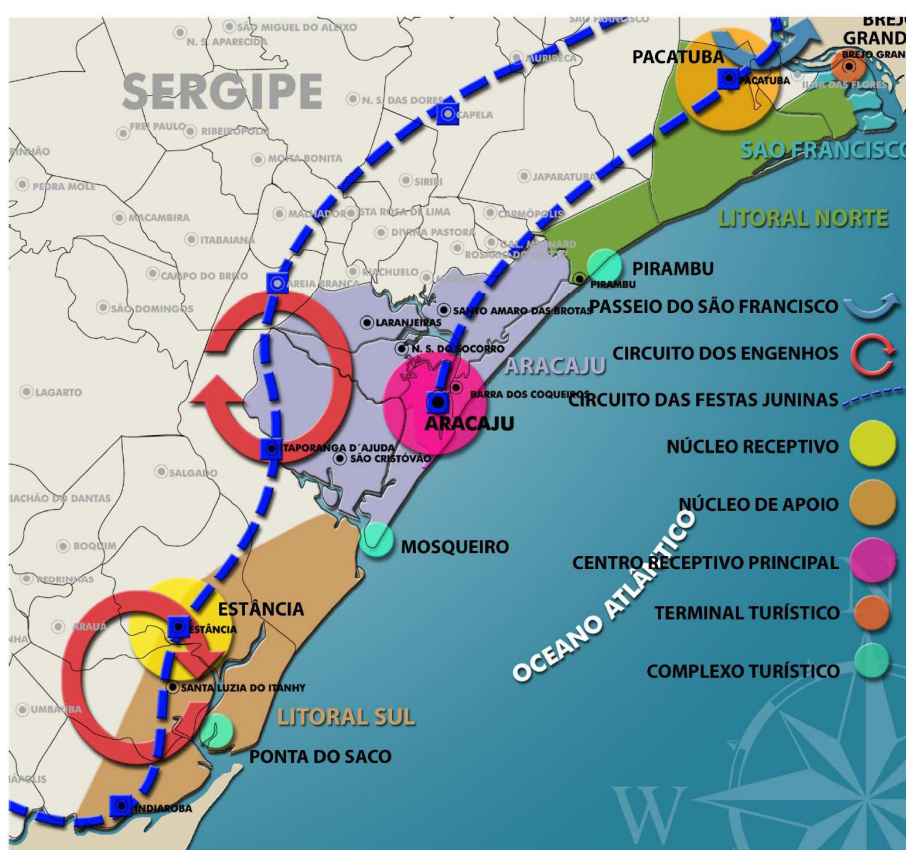
O Estado de Sergipe, através do PRODETUR/ NE II, formulou uma estratégia de investimentos e desenvolvimento do turismo, em três etapas, objetivando a consolidação dos fluxos turísticos urbanos e de lazer; cultural; e de convenções e eventos, em que os recursos foram investidos em obras de infra-estrutura, como rodovias e aeroportos, instalações turísticas, incluindo resorts, hotéis e áreas de lazer, etc.

Considerando sua posição estratégica e o potencial que a atividade turística representa para a economia sergipana, bem como a crescente procura de novos destinos no litoral sergipano, o Governo do Estado criou a área da Costa dos Coqueirais com diversificadas infra-estrutura com vistas ao desenvolvimento ordenado do turismo. Tal perspectiva visa “incentivar as atividades turísticas e, ao mesmo tempo, salvaguardar importantes ecossistemas representativos de vários biomas” (PDTIS, 2001). Através da implementação do Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo houve uma complementação dos investimentos realizados pelo PRODETUR/ NE- I.

A estratégia turística adotada para Sergipe tem como base a estruturação de Aracaju como centro receptivo principal inserindo na estratégia planejada os

municípios da costa litorânea numa perspectiva de desenvolvimento territorial, compreendida pelos municípios litorâneos: Indiaroba, Santa Luzia do Itanhi, Estância, Itaporanga D'Ájuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Pirambu e Brejo Grande, conforme apresentado no mapa abaixo (Figura 1):

Figura 01 - Localização do Pólo Costa dos Coqueirais.



Fonte: PDITS, 2001, p.20

No entanto a sustentabilidade de tais empreendimentos, sobre o ponto de vista sócio-ambiental seja um tanto questionável, devido à fragilidade de alguns ecossistemas envolvidos no plano de ação.

3. Entraves à sustentabilidade do turismo em Sergipe

O discurso do desenvolvimento sustentável preso à lógica do mercado representa na realidade mais uma estratégia de adequar as potencialidades locais ao consumo global. Apesar da fachada de neutralidade e de uma suposta

preocupação com os problemas ambientais, tal discurso não consegue esconder como um todo o crescente processo de transformação da natureza em mercadoria, principalmente quando se diz respeito às atividades turísticas.

Neste sentido, através do turismo procura-se revalorizar uma natureza que já foi dessacralizada, objetivada e manipulada de forma exaustiva sem levar em consideração as comunidades originais que mantêm com o lugar sua identidade histórica (ALMEIDA, 1999). Isso se torna evidente, quando “os mega empreendimentos cumprem a função de excluir a população residente e acentuar os problemas ecológicos, ao degradar áreas de intensa fragilidade ambiental, como falésias, praias, dunas e mangues (SEABRA, 2001, p. 21).

Na atualidade do turismo são oferecidas representações da natureza como cenário para o lazer humano, onde o produto a ser vendido são as artificialidades, culturas, as paisagens transfiguradas em relação ao seu contexto original, que hoje mais do que nunca possui uma excelente procura por parte de um público que busca um encontro com o exótico, a fantasia, o nostálgico, propagandeado na mídia. É importante citar que o objeto turístico não existe por si só. Existe enquanto uma invenção por e para o negócio do turismo, em que a cultura é instrumentalizada de forma a dar sentido e qualificar o produto, ou seja, o objeto turístico.

Dentre as artificialidades que estão sendo desenvolvidas, podemos citar construção de pontes interligando o litoral, duplicação de rodovias e a implantação de uma série de ações no sentido de atrair investimentos para a atividade turística sob o pano de fundo do tão propalado desenvolvimento.

No estado de Sergipe, uma mostra desse “desenvolvimento” pode ser observada ao longo de toda a faixa litorânea através da rodovia estadual SE-100, que tem como objetivo interligar todo o litoral sergipano com os vizinhos Estados da Bahia ao Sul e Alagoas ao Norte. Esta rodovia encontra-se pavimentada no trecho norte até o município de Pirambu, mas já existem estudos prévios para futura ampliação, além do protocolo de intenções assinado pelos governadores dos dois estados para a construção de uma nova ponte sobre o rio São Francisco, interligando Sergipe com a rodovia litorânea de Alagoas. Ainda para interligar a rodovia SE-100, pode-se observar a construção de infra-estruturas de apoio e obras complementares que aumentarão a fluidez territorial. Além das pontes já

construídas, como a que interliga os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, e da que liga Aracaju ao litoral sul sobre o rio Vasa Barris, há ainda prevista a construção de outra, edificada sobre as águas do rio Piauí, no sul do estado, interligando os povoados de Terra Caída em Indiaroba ao povoado Porto Cavalo, no município de Estância, proporcionando com a conclusão dessas obras, a diminuição do percurso rodoviário litorâneo por via asfáltica entre a zona costeira sergipana e a “Estrada do Coco” no litoral norte da Bahia (Fotos 3 e 4).

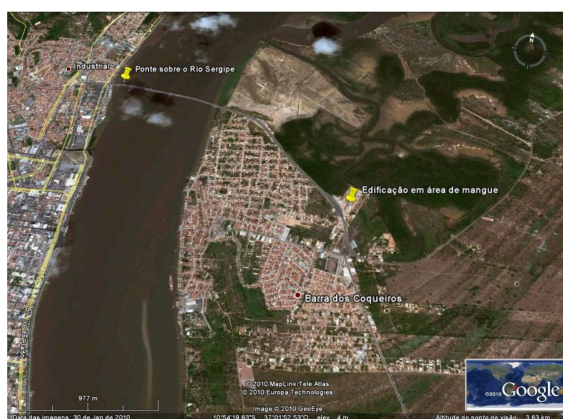
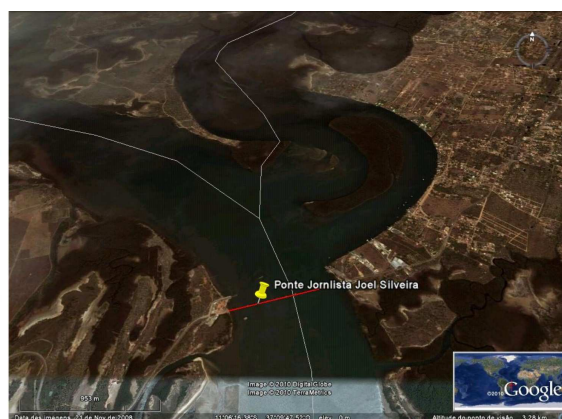


Foto 3- Pontes sobre o Rio Sergipe, ligando Aracaju à Barra dos Coqueiros



Fotos 4 Ponte Joel Silveira interligando Aracaju ao Litoral Sul.

Fonte: Google Earth/ Adaptação dos autores, 2010

No entanto, a construção de rodovias tem atraído uma série de investimentos imobiliários em toda a costa, como demonstra as fotografias obtidas pelo *Google Earth*, provocando uma elevação no valor do solo, desterritorialização de comunidades tradicionais e agressão ao meio ambiente com a construção e/ ou privatização de áreas de praia.



Fotos 5 e 6 - Zona de Expansão de Aracaju -.Loteamentos 2003 e 1010.

Fonte: Google Earth/ Adaptação dos autores, 2010

Além da interligação do litoral por meio de pontes e rodovias, não são poucos os investimentos privados na criação e melhoria na infra-estrutura hoteleira no estado. A atração de investimentos privados também faz parte do projeto, como a construção de resorts (Foto 7), hotéis e restaurantes em áreas pouco servidas por esses serviços para atender a demanda dos turistas.



Foto 7 – Starfish Resort Ilha de Santa Luzia.

Fonte: www.starfishilhadesantaluzia.resorthotelturismo.com.br, 2010

A partir dos investimentos criados pelo Prodetur ou aqueles que surgiram em consequência dos sucessivos programas governamentais, entendemos que o fenômeno do turismo em sua enorme complexidade materializa-se territorialmente através das relações sociais inerentes ao seu processo, modificando as feições urbanísticas e gerando novas demandas à conceituada segunda natureza. Estas incursões devem ser empreendidas e capitalizadas pelo trabalho social atrelada ao envolvimento das populações locais no sentido de promover uma inserção não apenas simbólica e caricaturada, mas com o intuito de se pensar a sustentabilidade das atividades como forma de garantir a fixação, o emprego e a geração de renda nos espaços turísticos (SANTOS; CAMPOS, 2003).

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável pode ser abordado em múltiplas escalas ou a partir da interação dos diversos níveis, desde que hajam problemas a serem resolvidos para viabilizar a regulação capitalista de forma justa.

Embora os setores ligados ao turismo sejam grandes fontes de emprego e renda, estas se configuram na maior parte das vezes em atividade sazonais que não garantem a todo o tempo a manutenção de renda aos trabalhadores, artesãos, 670 artistas, barqueiros, etc. envolvidos na atividade turística. Ficando a maior parte dos lucros líquidos nas mãos dos grandes empresários do setor.

Dentre os impactos negativos sobre o meio ambiente, decorrentes do aumento das atividades ligadas à turistificação das áreas litorâneas não só em Sergipe, mas em diversas localidades, podemos elencar os seguintes:

- Danos à fauna: ainda que não seja tão perceptível e seja pouco estudado, as atividades ligadas ao turismo têm causado a extinção de algumas espécies animais, sendo que as mais resistentes às ações humanas sobrevivem, enquanto que as mais sensíveis tendem a desaparecer progressivamente, diminuindo assim a diversidade da fauna das regiões impactadas.
- Danos à flora: os impactos sobre a vegetação geralmente estão ligadas à retirada da mesma e indiretamente pela progressiva compactação dos solos. Por sua vez, a compactação dos solos provoca a exposição das raízes, comprometendo a capacidade de sustentação das plantas e ainda expondo-as à contaminação destas por pragas, etc.

- Danos ao solo: com as obras de terraplanagem, os solos passam por um processo de compactação, perdendo a sua capacidade natural de absorção das águas da chuva, o que pode provocar erosão e outros danos posteriores.

A especulação imobiliária que se segue após o início das ações voltadas ao turismo tem se configurado num agravante dos sérios problemas ambientais na costa sergipana. As ocupações irregulares no litoral têm se manifestado através dos aterramentos de lagoas, destruição da vegetação de restinga, retirada de areia para construção de residências, degradação de dunas, marginalização da população nativa, bem como a progressiva sujeição da cultura local aos interesses dos empreendimentos imobiliários e turísticos.

Outros impactos importantes são as transformações urbanas intensificadas pela construção de condomínios residenciais em áreas antes ocupadas por manguezais, principalmente nas áreas próximas a cabeceira da Ponte Construtor João Alves Filho, sobre o Rio Sergipe, que interliga a capital ao litoral norte, no município da Barra dos Coqueiros.

Já nas proximidades da ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza Barris, têm se intensificado a especulação por parte de setores ligados ao turismo e ramos imobiliários na região que engloba a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul. Esta região há muito tempo vem sofrendo com intenso processo de pressão urbana. Dentre as feições naturais que se encontram nesta região, podemos citar áreas de mangue, lagoas permanentes e temporárias e dunas, elementos da paisagem que pela beleza que possuem estão envolvidos em um crescente conflito de interesses entre os atores sociais que disputam a hegemonia de seus empreendimentos, pondo em risco a sua conservação.

Fica claro com a construção desta nova ponte, que o objetivo é beneficiar os empreendimentos turísticos e residenciais que já existem e ainda abrir caminho para novos investimentos de tais segmentos, com vista não na preservação ambiental, mas sim nos lucros advindos da dinamização das atividades de veraneio nesta região.

No que tange as atividades imobiliárias, nota-se gradativamente a expansão e especulação imobiliária no litoral sergipano, acompanhando o povoamento nos últimos anos, principalmente em Aracaju, e em alguns municípios do litoral norte

circunvizinhos da capital do Estado e na porção sul do litoral com valorização de terras para segunda residência, como pode ser observado na (Foto 8).



Foto 8 - Condomínios na zona de expansão de Aracaju

Fonte: Google Earth/ Adaptação dos autores, 2010

672

Considerações Finais

Na elaboração deste trabalho observamos que um elemento extremamente importante parece ter sido pouco avaliado ou mesmo consultado, a opinião dos habitantes das áreas impactadas pelas ações do Prodetur/NE II. Não que isso seja um fator exclusivo do plano de ação deste projeto, muito pelo contrário, demonstra quão insustentável é alicerçar as relações homem e natureza pelo viés de um sistema produtivista que induz ao consumo de maravilhas artificiais em detrimento da compreensão da relação necessidade, qualidade e uso, em prol da lucratividade de setores restritos. Não foi possível observar na apresentação do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste, uma preocupação mais ampla com alguns fenômenos bastante comuns onde há empreendimentos turísticos, que são os impactos negativos relacionados ao não respeito aos elementos culturais locais, fenômenos geradores da perda de valores culturais, da marginalização social

e quadros de empobrecimento advindos da mudança das atividades tradicionais das comunidades nativas, para atividades sazonais ligadas ao turismo.

Um breve olhar sobre a organização territorial dos lugares turísticos em Sergipe denota a necessidade de adoção de políticas descentralizadas de gestão, capazes de minimizar os impactos sociais e ambientais, promovendo através das prefeituras municipais, planejamentos adequados às realidades específicas, e fundamentadas, sobretudo, nos critérios de promoção de desenvolvimento socioespacial das próprias comunidades, uma vez que o turismo coloca-se como um vetor de transformação contraditório e emblemático.

Referências

ALMEIDA, M. G. Algumas inquietações sobre ambiente e turismo In: [Org.] MENEZES, Ana Virgínia Costa de & PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. **Geografia 2001**, Aracaju, NPGeo/UFS, 2000.

BNB. **Marco lógico do Prodetur/NE II**. Fortaleza: BNB, 2003.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu e MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (Org.). **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Disponível em: www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html Acesso em: jul. 2009.

673

CAMPOS, Antonio Carlos. Lugares de tursitificação ou turistificação de lugares em Sergipe. In SANTOS, Ardelci f. e FONTES, Aracy L. **Geografia, Agricultura e meio ambiente**. São Cristóvão: NPGeo/ UFS, 1999, pp. 211-221.

CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA, Luiz Cruz. (Org.). **Turismo comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 161-172

CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. In: **Eisforia**, Florianópolis, v.2, n.2, p.79-90, jul/dez. 2004. UFSC/Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas.

MENDOÇA, F. A. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco e / KOZEL, Salete (Org.) **Elementos da epistemologia da geografia contemporânea**, Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais. Sergipe, 2002. Disponível em http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_sergipe.asp.> Acesso em 20 mar. 2010.

RAMOS, Cristiane da Silva. **Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia: Conceitos e Tecnologias**. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____, (org.) **Turismo e Desenvolvimento local**. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____, (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, Tempo, Espaço: Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SERGIPE - **SEPLAN**. Fotografias aéreas do Estado de Sergipe - Escala 1: 25.000. Fx 1, n. 301-305 / 321-327 / 343. Sergipe, 2003.

VIEIRA, L. V. L. **Conflitos ambientais e territorialidades no litoral Norte de Sergipe**. (Doutorado em Geografia), São Cristóvão, NPGeo-UFS, 2010.

Lazer e hospitalidade

O PAPEL DOS RECURSOS HUMANOS NO AMBIENTE HOTELEIRO

Caio Bruno da Silva Aguiar²²²

Renata Mayra Silva Simoes²²³

Stéfanie Carla Oliveira Santos²²⁴

Resumo

Nos dias atuais, possuir excelência no atendimento é uma das características indispensáveis dos empreendimentos hoteleiros, pois se trata de um segmento em que seus clientes possuem um elevado nível de exigência. Como a concorrência no mercado hoteleiro é muito acirrada, para se sobressair em relação aos concorrentes o empreendimento deve possuir um setor de recursos humanos apto a oferecer serviços com qualidade. A partir desta necessidade, decidiu-se fazer uma análise do papel dos recursos humanos na hotelaria, enfatizando os principais critérios para se obter qualidade nos serviços prestados, como: treinamento, gestão de serviço, cargos e salários e capacitação. Através do presente artigo é possível fazer uma análise geral sobre o setor de recursos humanos e a influência que este exerce no processo produtivo da empresa.

Palavras - chave: Hotelaria. Recursos humanos. Treinamento.

Abstract

676

Today, for a hotel development have excellence in care is an essential feature, because it is a segment where your clients have a high level of demand. As competition in the hotel market is very tough to stand out from competitors the enterprise must have a human resources department able to offer service with quality. From this issue was decided to do an analysis of human resources in hospitality, emphasizing the main criteria to have quality services. Such as training, service management, job and salary and training. Through this article it's possible to make a general analysis of the human resources sector and the influence its has on the company's productive process.

KeyWords: Hospitality. Human resources. Training.

Introdução

Para muitos países, a hotelaria desempenha um papel muito importante economicamente, pois além de gerar empregos, oferta comodidades para os visitantes, atrações para os turistas e instalações para transações de negócios,

²²² Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: caio.aguiarx@yahoo.com.br

²²³ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: renatamss@yahoo.com.br

²²⁴ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sthefaniecarla@bol.com.br

reuniões, conferências, recreação e entretenimento, distribui produtos de outras indústrias, além de ser fonte de moeda estrangeira (MEDLIK, INGRAN, 2002). Por isso que o mercado hoteleiro está em permanente expansão.

Para Castelli (2006, p. 56), “uma empresa hoteleira pode ser entendida como sendo uma organização que, mediante o pagamento de diárias, oferece alojamento à clientela indiscriminada”.

Já Beni contribui afirmando que (2003, p.195):

O hotel é uma empresa de prestação de serviços e diferencia-se de outros estabelecimentos industriais ou comerciais. Enquanto na indústria pode-se planejar o número certo de equipamentos, instalações e pessoal para um determinado tipo de produção, o mesmo não acontece com a hotelaria, que fica no aguardo dos clientes para pôr em funcionamento seu esquema de produção.

Pode-se afirmar então que o hotel é uma instituição de hospitalidade comercial que oferece seus serviços e instalações para venda. O hotel é um estabelecimento que exerce o comércio de recepcionar e hospedar pessoas, oferecendo serviços de acordo com a oferta e demanda local (ANDRADE, 2002). O foco principal da hotelaria é o cliente, portanto, estes estabelecimentos buscam adaptar-se as novas exigências do mercado para atender melhor seus clientes. 677

Ainda sobre as definições de hotel e hotelaria segundo a EMBRATUR (2002), empreendimentos de meios de hospedagem devem ser compreendidos como,

[...] a pessoa jurídica, constituída na forma de sociedade anônima ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explore ou administre meio de hospedagem e que tenha em seus objetivos sociais o exercício de atividade hoteleira, observado o Art. 4º do Decreto nº 84.910, de 15 de julho de 1980.

De uma forma geral, a função básica de um hotel é hospedar seus clientes que estão fora de suas residências e oferecer serviços com qualidade e conforto, a fim de atender as exigências e as necessidades do hóspede.

Os estabelecimentos hoteleiros que atendem ao público voltado ao segmento de negócios buscam atender as necessidades deste hóspede que, em geral, procura um lugar confortável e que ofereça as ferramentas que facilitem seu trabalho naquele local, como *internet*; sala de reuniões e espaços no *lobby* do hotel, para que estes hóspedes possam receber algumas pessoas, entre outros serviços. Trigo

(2000, p.147) ao falar sobre os diferentes tipos de hospedagem que atende o mercado corporativo afirma que,

O hotel de negócios tem na unidade habitacional dotada de cama, banheiro, sala de apoio à realização de reuniões de trabalho, com pontos para recepção e transmissão de dados e informações, além da garagem e de serviços de suporte a oferta central; o hotel de congressos, além das instalações do estabelecimento de negócios, oferece espaços, equipamentos e serviços de apoio para realização de eventos coletivos de pequeno, médio e grande porte; o hotel residencial oferece estrutura básica e serviços similares ao de negócios, caracterizando-se pela operação semanal, quinzenal, ou mensal, no processo de contratação junto aos hóspedes; o hotel de aeroporto e terminais rodoviários prima pela cama, chuveiro e pequenos espaços para refeições rápidas.

Esses hotéis voltados ao turismo de negócios, além de oferecer estruturas e serviços que facilite a vida de seus hóspedes devem possuir uma localização estratégica para facilitar o deslocamento dos seus clientes na cidade. Oferecem assim agilidade nos serviços e menor tempo nos deslocamentos.

Entretanto é suficiente descrever o hotel como um estabelecimento turístico que oferece dormitórios, alimentação e bebidas, além de outros serviços específicos de cada hotel, para viajantes ou passantes, atendendo as necessidades de cada um ou de um grupo em geral.

678

A hotelaria representa um segmento do setor de serviço, no qual seu principal foco é oferecer hospitalidade para seus hóspedes. De acordo com Cruz (2002, p.39) a hospitalidade “envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes que, intrinsecamente relacionados, proporcionam bem-estar aos hóspedes”. Castelli (2006) contribui afirmando que a hospitalidade é um ato de receber um recém-chegado provisório ou definitivo num local e inserir este no novo ambiente da forma mais acolhedora possível.

Os empreendimentos hoteleiros devem oferecer além de conforto, estrutura e serviços de qualidade, uma boa hospitalidade para seus hóspedes. Esses serviços de hospitalidade podem ser encontrados no hotel principalmente no setor da recepção através do *check-in*, onde o recepcionista deve receber o hóspede de forma acolhedora e com simpatia. Outros meios de demonstrar hospitalidade podem ser encontrados em um simples cartão de boas vindas deixado nos apartamentos

ou, até mesmo, alguns amenites²²⁵. São simples gestos que torna o serviço diferenciado no empreendimento.

Segundo Castelli (2006, p.3),

é importante identificar e compreender o significado desses gestos e sinais da hospitalidade que integram o dia-dia do hotel. Eles podem, inclusive, compor a pauta dos treinamentos aos colaboradores, para aprimorá-los cada vez mais na arte de bem acolher.

O crescimento da hotelaria e do turismo no Brasil motivou o mercado hoteleiro a desenvolver o processo da gestão de serviços e pessoas nos seus estabelecimentos, fazendo com que os interessados, buscassem a profissionalização, fator determinante no mercado competitivo que se tem nos dias atuais.

Recursos Humanos na Hotelaria: Conceitos e Operações

A hotelaria, enquanto empresa prestadora de serviços deve oferecer a seus clientes, um trabalho de qualidade. Para isso, necessita contratar e ter funcionários aptos a atender sua clientela, com todas as habilidades necessárias para cada setor e assim satisfazer seus clientes. O principal responsável pela seleção de colaboradores que se adéquem ao perfil da empresa é o setor de Recursos Humanos (RH) ou Gestão de Pessoas. Segundo Maximiano (2007, p.7),

A função de recursos humanos, ou de gestão de pessoas, tem como objetivos encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita. Isso envolve atividades que começam antes de uma pessoa ser funcionário da organização e vão até depois que a pessoa se desliga.

Dessa forma, pode-se dizer que a função dos gestores de recursos humanos é auxiliar no recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de colaboradores para a organização. Para realçar essa definição na área de RH das empresas prestadoras de serviços, como é o caso da hotelaria, Oliveira; Gueiros (2004) afirmam que sem a presença dos sistemas de recrutamento, seleção, treinamento, desempenho e programas de capacitação se tornam impossíveis ter serviços com qualidade num estabelecimento.

²²⁵ Amenites - são kits selecionados de fácil manejo, que facilita a vida dos clientes.

O gestor de RH numa empresa hoteleira tem como responsabilidade, recrutar candidatos qualificados, orientar e treinar, para que estes possam ajudar na otimização do processo produtivo da empresa. Petrocchi (2007, p.106) contribui afirmando que,

Os funcionários são um recurso que representa custo para a hotelaria. A força de trabalho, compreendida pelos recursos humanos, produz e agrega valor para o hotel. Quanto melhor for essa produção, maior será a produtividade da empresa hoteleira. Assim, o administrador deve criar condições de trabalho para que seus funcionários produzam o máximo dentro das possibilidades de cada um.

É importante também garantir que os funcionários sejam tratados com respeito dentro do estabelecimento. Desta forma, torna-se de fundamental importância que o empreendimento adote algumas ações, como:

- Implantar e controlar cargos e salários;
- Motivar os colaboradores;
- Supervisionar os serviços oferecidos pelo hotel;
- Orientar e coordenar o desempenho do colaborador;
- Desenvolver estratégias que garanta a satisfação do empregado;
- Ter um arquivo completo com horários, dados, salários e características de cada funcionário;
- Pensar nas questões sindicais do hotel.

680

Desta forma, o hotel pode contar com colaboradores que tenham prazer e sejam capazes de trabalhar com o público. Considerando a importância que o plano de cargos e salários, a capacitação, o treinamento e a qualidade de serviços têm nos dias atuais no âmbito organizacional hoteleiro, nos próximos itens serão relatados assuntos inerentes a esses temas.

Plano de Cargos e Salários

Definindo primeiramente o que seja cargo, segundo Lacombe apud Araujo et al (2009, p. 49) “é um conjunto de atribuições de natureza e requisitos semelhantes e que têm responsabilidades específicas a serem praticadas pelo seu ocupante (do

cargo)”. Em uma empresa cada setor é dividido por cargos onde cada colaborador executa sua função de acordo com as responsabilidades que cabem a ele. Trazendo isso para o turismo, os profissionais da área ao trabalharem em empresas, como hotéis, serão direcionados para exercer funções em áreas como recepção, reservas, eventos, A&B, sendo que em cada departamento terá os cargos com suas responsabilidades específicas.

“A atividade de cargos cuida da análise e da avaliação de cargos, considerando os critérios já estabelecidos a cada cargo e em relação aos demais, observando as responsabilidades e limitações para o seu desempenho” (ARAUJO et al, 2009, p. 49). Logo, percebe-se a importância de uma elaboração de um documento (plano de cargos) com as informações principais sobre os cargos, com especificações das tarefas, as responsabilidades, requisitos, e outros detalhes para a identificação do cargo que o setor de recursos humanos da empresa tem que definir.

É necessário elaborar todos esses requisitos para que cada colaborador saiba exatamente as responsabilidades e necessidades do cargo. Um exemplo que mostra a importância de um plano de cargos e salários seria de um funcionário de hotel que trabalha no setor de A&B, ele sabe quais suas funções no restaurante ou cozinha, mas se for deslocado, em algumas ocasiões, para o setor de eventos, onde poderá desempenhar funções como arrumação de sala, o colaborador não irá desempenhar a tarefa igual, com tempo hábil quanto à pessoa que já está apta, capacitada a fazer tal função.

Segundo Castelli (2006) a área hoteleira apresenta uma diversidade muito ampla de tarefas que exigem certa habilidade para executar. Os profissionais de turismo capacitados estão preparados a desempenhar funções nessa área, apresentando suas aptidões que os levam a exercer cargos que sejam compatíveis com suas habilidades.

Então, sabendo o que vem a ser cargos e atividade de cargos, o salário, segundo Araujo et al (2009, p. 49) “é a contraprestação em dinheiro, recebida periodicamente pelo corpo funcional, em face de um trabalho desenvolvido num espaço de tempo previamente definido”. Dessa forma, separando os dois, cargos e salários e definindo-os de forma isolada podemos constatar que cargo está

direcionado para a função desempenhada e salários seria o “valor” merecido pela função que foi praticada.

Sendo assim, um plano de cargos e salários, segundo Chiavenato (2004), deve ser desenhado para atingir vários objetivos da empresa:

- Ser capaz de reter seus profissionais e de atrair outros para atividades específicas dentro da empresa;
- Motivar seus colaboradores para um determinado cargo;
- Promover um aumento da produtividade e qualidade no trabalho;
- Estabelecimento de um salário justo com base nos fatores internos correlacionados a valores de mercado e elaboração de normas que assegurem um tratamento equitativo às pessoas;
- Cumprir a legislação trabalhista.

Além desses, um plano de cargos e salários deve ter também como demais objetivos, uma definição mais clara das responsabilidades básicas de cada cargo, servir como base para evolução qualitativa dos profissionais, harmonização dos interesses econômico-financeiros das empresas, com foco no crescimento e qualidade profissional de toda organização.

O salário para qualquer cargo deve atender, unir duas partes, segundo Paschoal (2007, p. 17):

Para a organização, ele deve ser suficiente para atrair e manter as pessoas que necessita, dentro de suas possibilidades econômicas. Para as pessoas, ele deve ser compatível com suas responsabilidades e com sua performance, e suficiente para que elas não se sintam compelidas a trocar a organização por outra.

Com um plano de cargos e salários a empresa saberá quais funções devem ser desempenhadas, qual o melhor profissional para exercer tal cargo, os requisitos necessários para ocupar o mesmo, quantas pessoas são necessárias para ocupar os cargos, e auxilia a organização a remunerar de forma adequada. Vendo essas atribuições numa empresa hoteleira, mais precisamente na área de eventos, mas não excluindo as outras áreas, é possível perceber a importância do plano para atender aos padrões e objetivos que regem a organização.

Nada vingará se a administração de cargos e salários, feita pelo

departamento de recursos humanos, não estiver bem resolvida, um “tipo de trabalho desenvolvido pelo corpo funcional e o nível hierárquico do cargo ocupado é que determinam o nível salarial, pois diferentes trabalhos exigem diferentes tipos e níveis de habilidades, que por sua vez têm valor diverso para a organização” (TACHIZAWA et. al. apud ARAUJO et. al., 2009, p. 53). Por isso a necessidade de estabelecer um plano de cargos e salários, contendo uma hierarquização e descrição dos cargos, levantamento de salários, benefícios e políticas de remuneração.

Após explicações sobre a importância dos recursos humanos e conseqüentemente a necessidade de um plano de cargos e salários dentro de uma empresa, será descrito a seguir sobre treinamentos aplicados para os recursos humanos, um programa, que aplicado de maneira correta, pode trazer muitos benefícios para a organização.

Conceitos e Aplicações do Processo de Treinamento no Âmbito Hoteleiro

As aplicações de treinamento em uma organização são essenciais para seu processo produtivo, pois através desses programas os funcionários estarão aptos a exercer tarefas com qualidade.

683

De acordo com Chiavenato (2004, p.339) treinamento “é o processo de desenvolver qualidades nos recursos humanos para habilitá-los a serem mais produtivos e contribuir melhor para o alcance dos objetivos organizacionais”.

Já Petrochhi (2007, p.107) contribui com sua definição de treinamento “programa de desenvolvimento e capacitação dos funcionários do hotel”. Dessa forma, pode-se entender como treinamento um programa de capacitação, que possa ajudar na melhoria dos serviços prestados pelos funcionários.

Porém, as organizações não devem se preocupar apenas em treinar e sim em garantir que o treinamento passado tem surgido efeito em seus colaboradores. Ainda sobre o conceito de treinamento Chiavenato dá uma explicação mais detalhada sobre o assunto (2004, p. 339),

Experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar um cargo. O treinamento pode envolver uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes ou comportamento. Isso significa mudar aquilo que os empregados conhecem, como eles trabalham, suas atitudes perante o seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor.

Portanto, o treinamento é uma forma de agregar valor as pessoas, a empresa e aos clientes. Numa organização hoteleira, esse processo é de fundamental importância, pois como empresa prestadora de serviços, seus funcionários devem oferecer um bom atendimento a seus hóspedes.

Stoner; Freeman (1999, p.286) afirmam que,

A necessidade de treinar empregados novos ou recém-promovidos é evidente em si. Estes empregados precisam aprender novas habilidades, e como provavelmente sua motivação é alta, eles podem tomar conhecimento, com relativa facilidade, das habilidades e do comportamento esperados em seu novo cargo.

Assim que um funcionário é admitido ou promovido, este deve passar por alguns treinamentos, a fim de conhecer suas novas tarefas de trabalho e adquirir informações sobre o hotel. Para aplicar treinamentos a funcionários que já está em um setor há algum tempo é mais complexo, pois nem sempre a gestora de RH consegue identificar as verdadeiras necessidades desses colaboradores. Stoner; Freeman (1999, p.286) colabora com essa afirmação relatando que “nem sempre as necessidades de treinamento de tais empregados, são fáceis de serem determinadas, as pessoas envolvidas podem se ressentir por estarem sendo solicitadas a mudar o modo habitual de fazerem seu trabalho”. Assim, o gestor de RH deve sempre estar atento as necessidades de cada funcionário e saber orientar cada um devidamente para poder assim aplicar um treinamento adequado. 684

Os treinamentos na hotelaria servem como um meio de padronizar e qualificar seus colaboradores e, posteriormente, seus serviços prestados para assim manter o nível de satisfação de seus clientes e fidelizar os mesmos. Além disso, vale ressaltar que é de fundamental importância capacitar os funcionários, a fim de que eles possam atender de forma eficaz e hospitaleira para garantir a satisfação de seus hóspedes.

Esses programas de treinamentos podem ser aplicados tanto dentro da própria empresa ou em um ambiente externo, que traz um resultado melhor, pois faz com que o indivíduo se concentre e dê mais valor a estes, sem se preocupar com o que está acontecendo no trabalho naquele momento e sem ter interrupções, que é o caso quando acontece na própria empresa. Segundo Stoner; Freeman (1999, p. 287),

As técnicas de desenvolvimento fora do trabalho retiram os indivíduos das tensões e das exigências permanentes do local de trabalho, permitindo que se concentrem por inteiro na experiência de aprendizagem. Assim, os empregados são expostos a idéias e experiências novas e úteis, ao mesmo tempo em que fazem contatos potencialmente úteis.

Os resultados obtidos através de um treinamento só podem ser reconhecidos através da análise das tarefas exercidas pós - treinamento. Assim, pode-se verificar se o investimento no treinamento foi eficaz ou não, pois não adianta investir em processos de treinamento se não houver um retorno positivo.

É importante ressaltar que o processo de treinamentos deve ser aplicado a todos os cargos do hotel, ou seja, desde as funções básicas a cargos gerenciais, para que todos sejam incentivados a buscar conhecimento. É importante frisar que estes treinamentos podem ser elaborados a partir de programas internos, externos ou, até mesmo, um aprendizado de uma nova língua. O gestor de RH deve formar sempre uma equipe unida e padronizada para alcançar todos os objetivos da empresa. É necessário que as chefias de cada setor estejam sempre avaliando a produção de seus funcionários e não deixar que esta avaliação seja realizada apenas pelo gestor de RH. De fato, trabalhar em equipe é essencial, principalmente em uma empresa prestadora de serviços como os hotéis, em que todos os setores estão ligados uns aos outros.

685

Gestão de Serviços

Segundo Castelli (2006), a hotelaria ou o produto hoteleiro é uma junção de bens e serviços. Desta forma, é preciso que o hotel ofereça equipamentos, instalações e prestação de serviços com excelência aos seus hóspedes/clientes. O empreendimento hoteleiro enquanto prestador de serviço deve então padronizar seus serviços para atender as expectativas dos seus clientes. De acordo com Duarte (2005, p.108),

O cliente quer ter segurança de que na segunda vez em que se hospedar no hotel terá no mínimo a mesma qualidade e atenção que a da sua primeira visita. Essa consciência é que possibilita uma avaliação positiva do serviço do hotel e a satisfação do cliente, trazendo novos retornos. E isso só é possível tendo o serviço padronizado.

No atual mercado competitivo, oferecer serviços com presteza é um grande diferencial em relação aos concorrentes. A cada estadia de um hóspede, o hotel deve agradar e satisfazer as suas necessidades, para assim garantir a volta desse cliente ao estabelecimento. De acordo com Swarbrooke; Horner (2002, p.308) é importante satisfazer os clientes por 3 motivos:

- 1- A satisfação leva as recomendações positivas no boca a boca para parentes e amigos, o que por sua vez traz novos clientes.
- 2- Criar um cliente reincidente satisfazendo-o na primeira ocasião de uso do produto origina uma fonte estável de rendimentos sem nenhuma necessidade de gastos adicionais com marketing.
- 3- Lidar com queixas é caro, consome tempo e é ruim para a reputação da empresa. Além disso, pode trazer custos diretos mediante pagamentos compensatórios.

Um dos pontos principais na prestação de serviços é a qualidade que estes são oferecidos aos seus clientes. Segundo Gummesson apud Swarbrooke; Horner (2002, p.305) define como qualidade na prestação de serviços as “adequações e definições de mercado, impulsionadas pelo mercado e orientadas para o cliente, focalizando a utilidade e a satisfação do cliente”. Prestar serviços com qualidade no ambiente hoteleiro não é apenas de responsabilidade de um setor e sim da organização como um todo, por isso todos os colaboradores devem estar engajados e capacitados para exercer suas tarefas com qualidade.

686

De acordo com Beni (2001) a avaliação da qualidade nos estabelecimentos deve ser de referentes ao conforto, a limpeza e a manutenção dos apartamentos, o atendimento, a localização e a segurança dos hotéis. O atendimento com qualidade depende unicamente dos colaboradores que prestam serviços aos hóspedes.

Para satisfazer as necessidades dos seus hóspedes, o estabelecimento deve conhecer as especificidades de seus clientes para assim agradá-los. Para Castelli (2006, p.112) “o cliente é a razão de ser de uma empresa. Por isso, é necessário criar uma cultura voltada para ele com o objetivo de conhecê-lo profundamente”. Portanto, os gestores de Rh juntamente com os chefes de cada setor devem destacar essa importância de conhecer seus hóspedes para todos os colaboradores da empresa.

Os estabelecimentos hoteleiros devem focalizar na qualidade do elemento humano, pois a excelência nos serviços prestados está diretamente ligada a como seus colaboradores estão interagindo com os hóspedes, pois não adianta oferecer

uma estrutura luxuosa com apartamentos confortáveis se na hora do atendimento o hóspede não for bem atendido. A qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores é obtida através de treinamentos e programa de capacitação relacionados a hospitalidade e informações que agreguem valor a cada setor, oferecida pelo hotel.

O atendimento presencial num estabelecimento entre hóspedes e funcionários pode ser chamado como momentos da verdade. Segundo Castelli (2006, p.117) “no momento da verdade, os colaboradores são peças-chaves, pois são eles que estão, ao interagirem com os clientes, gerando o principal produto da empresa. o lucro da empresa depende do resultado positivo desse momento”. Esses momentos da verdade geralmente acontecem no setor da recepção do hotel no momento do *check-in* ou *check-out*, onde os recepcionistas devem atender e tratar os seus clientes de forma hospitaleira para garantir a volta deste para o empreendimento.

Vale ressaltar que o ambiente hoteleiro é composto de serviços tangíveis e intangíveis. Segundo Petrochhi (2007, p. 6) “os fatores intangíveis na hotelaria são: a decoração, o clima de hospitalidade, do ‘sentir-se em casa’ embora fora de casa, a assistência recebida, a cortesia revelada em cada gesto, o sorriso de um empregado da equipe, etc”. Os fatores tangíveis são de grande importância, porém o intangível é o que faz o diferencial da empresa. Por isso, a prestação de serviços dos funcionários é o principal fator no ambiente competitivo no mercado hoteleiro. 687

Características do Processo de Capacitação

Atualmente, os empreendimentos hoteleiros estão cada vez mais inovando e adaptando-se à nova realidade, não somente nas suas estruturas, mas também investindo na capacitação de seus colaboradores, a fim de que este processo possa se tornar um diferencial no mercado competitivo. Assim, os gestores passam a investir na capacitação de seus funcionários, para ter um retorno garantido e imediato.

Dutra (2002, p. 81) afirma que a capacitação de pessoas deve ser compreendida “como toda e qualquer atividade da empresa para encontrar e

estabelecer uma relação de trabalho com pessoas capazes de atender a suas necessidades presentes e futuras”.

Castelli (2006) afirma que em um empreendimento hoteleiro não se tem como atingir padrões de qualidade em serviços se não houver pessoas devidamente capacitadas. Portanto, pressupõe que a capacitação no ambiente hoteleiro, é um processo pelo qual tende a orientar e capacitar seus funcionários, a fim de atender a todos os objetivos traçados pela empresa, principalmente na execução das tarefas com padronização. Colaborando com essa idéia, Castelli (2006, p.114) afirma que “por meio da educação e da capacitação, é possível fazer que cada colaborador tenha condições para se tornar um verdadeiro estrategista da qualidade”.

É através de programas de capacitação que muitos funcionários acabam por ganhar uma promoção. Petrocchi (2007, p.107) afirmando que “é estratégico capacitar os funcionários para desempenhar múltiplas funções. As pessoas do hotel devem estar preparadas para serem deslocadas entre os diversos setores da empresa.”

A partir do momento que os recursos humanos do estabelecimento participam desses programas e obtêm bom rendimento tornando pessoas com conhecimento e aptas a exercerem novos cargos, provavelmente assim que surgir uma oportunidade a empresa dará chance a este colaborador que já está devidamente capacitado e conhece todos os padrões locais. Uma forma até mais econômica para empresa, pois ao contratar um novo funcionário deverá capacitá-lo e treiná-lo para as devidas funções, obtendo assim custos para o empreendimento.

A profissionalização e a capacitação são indispensáveis na hotelaria, pois é através desses que depende o processo de hospitalidade e acolhida ao hóspede que interfere no processo produtivo do hotel. A imagem da cidade e o hotel dependem do tratamento oferecido aos hóspedes no hotel, pois um mau atendimento pode causar frustrações ao hóspede e este começará a julgar o local visitado por esse primeiro contato. Já um atendimento cordial, com simpatia, passa uma imagem positiva tanto do estabelecimento quanto da cidade, suprimindo assim as expectativas dos clientes.

É de suma importância capacitar as pessoas que integram um ambiente hoteleiro para atuarem corretamente em todas as situações, pois o sucesso do

empreendimento depende da qualidade de serviços prestadas nessas situações. Por isso é necessário elevar ao máximo o nível de desempenho dos colaboradores, pois repercutirá positivamente nos lucros da empresa, na fidelização dos hóspedes e conseqüentemente na auto-estima de seus funcionários que é fundamental para exercer suas funções corretamente.

Conclusão

Percebe-se que para um cliente alcançar um nível satisfatório em relação ao atendimento que recebe, é necessário, muito esforço do departamento de recursos humanos da empresa, pois estes necessitam saber escolher as pessoas certas, e que estas saibam como encantar um hóspede. Algo que se faz necessário, muito treinamento, mudança de atitude, vontade de querer atender um cliente.

Para que os colaboradores do setor hoteleiro possam desempenhar seu papel dentro da organização é necessário, em alguns momentos, que o departamento responsável pelos recursos humanos aplique treinamentos para que sejam adquiridos conhecimentos e atitudes, com a finalidade de tornar o funcionário mais apto, capacitado gerando um resultado positivo, para a organização e para o próprio colaborador.

689

O presente artigo mostrou que os recursos humanos da empresa, os colaboradores, são peças fundamentais para a excelência de qualidade e prestação de serviços. Os recursos humanos na hotelaria são responsáveis por fazer o empreendimento ser reconhecido pelos seus serviços, desenvolvendo habilidades e aptidões que resultam na satisfação dos hóspedes e clientes. Os hotéis por se tratarem de uma empresa não só prestadora de serviços, mas devido às exigências dos clientes, uma empresa que trabalha para superar as necessidades, precisa de pessoas que prestam serviços com eficiência, dedicação, que apresentam habilidades para exercerem funções importantes.

Referências

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8ªed. São Paulo: Ática, 2002

ARAUJO, Luis; GARCIA, Adriana. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003

CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade**: na perspectiva da gastronomia e da hotelaria. São Paulo: Saraiva, 2006

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia A. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, Célia Moraes. **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002, p. 39

DUARTE, Vladoir Vieira. **Administração de Sistemas Hoteleiros** - Conceitos Básicos. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2005.

DUTRA, J.S. **Gestão de pessoas**: modelo, procesos, tendência e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antonio C.A. **Fundamentos de Administração**: manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2007.

MEDLIK, S. & INGRAN, H. **Introdução à Hotelaria**: Gerenciamento e Serviços. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

OLIVEIRA, L. M. B.; GUEIROS, M. G. **Clientes internos satisfeitos com as práticas de RH conduzem à satisfação dos clientes externos?** um estudo no setor hoteleiro. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2004. Anais... Curitiba: Enanpad, 2004

690

PASCHOAL, Luiz. **Administração de cargos e salários**: manual prático e novas metodologias. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

PETROCCHI, Mário. **Hotelaria**: planejamento e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

STONER, J. A.F., FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC , 1999

SWARBROOKE, John & HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002

TRIGO, Luiz Gonzaga. **Turismo**: Como aprender, como ensinar. Editora Senac. São Paulo. 2000.

A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA HOSPITALIDADE NO PRODUTO TURÍSTICO: UMA BREVE ANÁLISE DOS POSTOS DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS ADMINISTRADOS PELA EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO (EMSETUR)

Eliane Avelina de Azevedo²²⁶

Cristiane Alcântara de Jesus Santos²²⁷

Resumo:

Os postos de informações turísticas (PIT's) são unidades de informações destinadas ao atendimento ao turista e são fundamentais para o sistema turístico. Este artigo apresenta um estudo exploratório que teve como análise os PIT's de Aracaju administrados pela EMSETUR com o objetivo de melhorar a hospitalidade no destino turístico através desse componente tão importante no sistema turístico. A fim de atingir o objetivo proposto adotamos como base metodológica o levantamento bibliográfico enfocando os principais autores que trabalham temas relevantes para esta pesquisa, como por exemplo, hospitalidade e a importância da informação para o desenvolvimento da hospitalidade no produto turístico. Posteriormente, analisamos os PIT's a partir de entrevistas realizadas com os atendentes dos postos e também com o estudo do projeto dos postos de informações turísticas da Empresa Sergipana de Turismo. Após a análise, foram elaboradas algumas sugestões com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do produto turístico a partir da melhoria da infraestrutura dos postos assim como na qualidade do serviço prestado aos visitantes.

691

Palavras-chave: Postos de informação. Hospitalidade. Sistema turístico.

Abstract

The tourist information posts (TIP's) are units of information to the tourists and are fundamental to the tourism system. This article presents an exploratory study that had analyzed the TIP's in Aracaju that is controlled by EMSETUR and its purpose improve hospitality in the tourist destination through this important component in the tourism system. In order to achieve our objective we adopted as the methodological basis literature focusing on the main authors who study topics relevant to this research, such as hospitality and the importance of information for the development of hospitality in the tourism product. Subsequently, we analyzed the TIP's from interviews with the attendants of the stations and also with study design of the tourist information posts. After the analysis, some suggestions were elaborated with the aim of contributing to the development of the tourist product by improving the infrastructure of the stations as well as the quality of service provided to visitors

Keywords: Information Posts. Hospitality. Tourism system.

²²⁶ Graduanda em turismo/Universidade Federal de Sergipe. E-mail: elianeavelina@yahoo.com.br

²²⁷ Doutoranda em Geografia – Universidad de Barcelona – España. Professora assistente do curso de turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

Introdução

Fazer turismo é uma aspiração de grande parte da população mundial, a fim de deslocar-se e fugir da rotina habitual, sobretudo, a partir do período pós-guerra que foi marcado por uma transformação no padrão de consumo, devido à regulação do trabalho e as conquistas do homem no que diz respeito a redução na jornada de trabalho, o tempo de folga, as férias remuneradas, a aposentadoria e a legislação social. Assim, o trabalho e lazer passaram a ser direito de todos (SANTOS, 2010). Partindo desses pressupostos, percebe-se que com a diminuição da jornada de trabalho, o homem passou a ter mais tempo livre, conseqüentemente mais tempo para dedicar-se ao lazer.

Além desses aspectos, a OMT (2001) afirma que diversos fatores favoreceram o aumento continuado das viagens efetuadas e da atividade turística em geral, dentre eles podemos destacar: a) a facilidade de acesso a informação, a partir dos novos meios de comunicação e informação estimulando o desejo de viajar; b) maior renda disponível; c) maiores níveis de educação, entre outros. Estes fatores fizeram com que o turismo ganhasse mais destaque como uma atividade de lazer e, a cada dia, se desenvolve em todas as regiões do mundo.

692

A informação é um elemento presente no contexto das viagens e por isso é parte integrante do processo de decisão por um destino a ser visitado. As informações referentes aos aspectos presentes na cidade de destino que está sendo avaliada são importantes e necessárias por estarem associadas aos riscos financeiros e emocionais para o consumidor.

De início, o turista busca informações prévias referentes ao produto turístico que escolheu ou irá escolher através de pesquisas, principalmente, pela *internet*. Durante a viagem surge a necessidade de informações referentes às atividades que serão desenvolvidas durante a estadia no destino selecionado. Desta forma, torna-se necessário um canal entre o turista e os serviços oferecidos na localidade escolhida, onde podemos citar os postos de informações turísticas (PIT's).

Os PIT's são unidades destinadas ao atendimento ao turista, através da prestação de informações bem como de outros serviços, a depender do porte do posto de informações turísticas. Além disso, é importante ressaltar que os PIT's se

configuram como estratégia de marketing para o desenvolvimento da hospitalidade no produto turístico.

Dentro desse contexto, é importante destacar que neste artigo entendemos a hospitalidade como,

O conjunto de ações, serviços, infra-estrutura e outros recursos destinados a receber bem os visitantes, acolhe-los com satisfação e servi-los com excelência sem perder as características fundamentais da relação entre pessoas, estando presente na intermediação entre os clientes e os profissionais (MTUR, 2007, p. 15)

Considerando o exposto, este artigo tem como foco a análise da estrutura dos postos de informações turísticas administrados pela EMSETUR, levando-se em consideração a importância da informação para os turistas nas viagens e o seu papel como estratégia de desenvolvimento da hospitalidade no produto turístico. De fato, a hospitalidade tem um papel importantíssimo no desenvolvimento de um produto turístico, uma vez que é o princípio fundamental no acolhimento turístico pautado na vontade/necessidade de receber bem o visitante.

A fim de atingir os objetivos propostos foram realizados alguns procedimentos metodológicos baseados em levantamento bibliográfico enfocando os principais autores que abordam temas relevantes para esta pesquisa, como por exemplo, hospitalidade e a importância da informação para o desenvolvimento da hospitalidade no produto turístico. Os PIT's foram analisados a partir de entrevistas realizadas com os atendentes dos postos e também com o estudo do projeto dos postos de informações turísticas da Empresa Sergipana de Turismo.

693

A Importância da Hospitalidade para a Consolidação do Produto Turístico

A importância da informação para o desenvolvimento da hospitalidade é analisada a partir da compreensão da tríade turismo – hospitalidade - produto turístico. Esta relação se configura como interdependente de resultados, ou seja, ao se pensar a atividade turística como uma estratégia de desenvolvimento de uma localidade torna-se de suma importância adotar estratégias que visem a obtenção de resultados positivos através do exercício da hospitalidade, seja pela população da cidade receptora, seja pelas políticas públicas de governo voltadas para a melhoria

da infra-estrutura turística, possibilitando torná-la uma cidade acolhedora para o turista e motivadora para a sua população.

Essa melhoria pode ser caracterizada como desenvolvimento do produto turístico, ou seja, pode-se através da hospitalidade agregar valor ao produto turístico e, conseqüentemente, trazer benefícios para o turista e para o destino turístico selecionado por ele.

Desta forma, a oferta turística de um lugar deve ser constituída de vários elementos agrupados para que juntos possam dar um valor maior aos atrativos podendo ser elevado a categoria de produto turístico.

Segundo Josep Francesc Valls apud (IGNARRA, p. 50), produto turístico é entendido como

un conglomerado, una amalgama, una constelación de elementos tangibles e intangibles en partícula. Entre los elementos tangibles se hallan los bienes, los recursos, las infraestructuras y los equipamientos; entre los intangibles, se cuentan los servicios, la gestión, la imagen de marca y el precio

Com isso, o produto turístico necessita de vários componentes adicionais, proveniente dos diferentes agentes, sejam eles públicos, privados ou voluntários. 694

Os PIT's constituem-se em um dos elementos responsáveis para a formação do produto turístico, já que é um componente indispensável a recepção do turista na localidade facilitando o seu deslocamento e o uso dos atrativos da cidade. Portanto, são também responsáveis pela permanência e pelo retorno do turista.

Os postos de informações exercem a função de acolher o turista e de instruí-lo para o aproveitamento dos recursos existentes na cidade. Desta forma, a hospitalidade como sendo o ato de acolher e prestar serviço a alguém que por motivo esteja fora de seu local de domicílio está intimamente relacionado com os pressupostos dos PIT's. Diante disso, Cruz (2002, p. 44) afirma que,

O ato de "sentir-se em casa" em termos de hospitalidade turística significa ter no lugar em que se é estrangeiro a mesma sensação de acolhimento que se tem na própria casa, o que significa, em primeiro plano, segurança, mas também conforto e bem estar de modo geral.

O posto de informações são unidades destinadas ao receber do turista e por isso deve utilizar as premissas da hospitalidade no destino turístico. Desta forma, três aspectos são extremamente importantes para alcançar esses objetivos:

- a infra-estrutura dos postos;
- o material disponibilizado ao turista que deve ser interessante e objetivo; e,
- recursos humanos qualificados.

De fato, este último aspecto é um dos mais importantes, uma vez que os profissionais responsáveis pelos PIT's devem ser capacitados para fornecer informações precisas e exercer a função primordial do posto que é acolher e receber bem o turista.

Nesse contexto, verificar a infra-estrutura dos PIT's, e sobretudo, observar se estão preparados para receber os turistas a partir de uma visão de acolhimento do turista no local visitado, torna-se uma questão relevante, por ser possível através dessa análise verificar a sua contribuição para a consolidação da hospitalidade no produto turístico.

695

Nesse sentido, Cruz (2002) analisa a hospitalidade no turismo como componentes de espontaneidade e de artificialidade que frequentemente se combinam. Por meio de estratégias privadas e políticas públicas, os lugares podem preparar-se para serem hospitaleiros, forjando, por exemplo, uma hospitalidade profissional²²⁸, centrada na oferta de estruturas e na prestação de serviços voltadas exclusivamente para o atendimento ao turista.

Vale ressaltar que as cidades que pretendam desenvolver sua vocação turística devem atrair e facilitar o deslocamento dos turistas em seu espaço, a partir de estratégias e ações que visem o desenvolvimento da prática turística pautada nos princípios da hospitalidade. Dentre essas ações podemos citar a implantação de Postos de Informações turísticas, uma vez que a informação é de suma importância no processo de qualificação do produto turístico.

²²⁸ Por hospitalidade profissional entendem-se os serviços criados exclusivamente para atender aos hóspedes, visitantes, ou clientes de uma determinada localidade.

Postos de informações turísticas como componente essencial no sistema turístico

O crescente número de pessoas se deslocando e o aumento considerável do conhecimento do turista através de experiências adquiridas em diversas viagens aumentam a necessidade de estruturar melhor um dos componentes indispensáveis no sistema turístico: os postos de informações turísticas (PIT'S).

De acordo com Beni (2007, p 23), entende-se por sistema

O conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

Desta forma, os PIT'S têm como principal finalidade atender de modo hospitaleiro, eficaz e eficiente o visitante durante o período de permanência e ajudar a estabelecer e consolidar a primeira impressão de uma localidade.

Segundo De Lucca Filho (2005), as principais funções dos PIT's são:

- fornecer informações turísticas;
- prestar serviços a agências de viagens (reservas de serviços em estabelecimentos turísticos - meios de hospedagem, traslados, serviços de guias de turismo, reservas em *shows* e outros eventos, dicas de atrativos turísticos);
- disponibilizar banheiros; e,
- disponibilizar serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência).

696

Os PIT's são de responsabilidade do setor público e se insere no sistema turístico como parte da infra-estrutura de que uma localidade necessita para atender ao turista (BENI, 2003).

Um sistema turístico é a forma como os elementos se organizam na produção de um resultado. Tudo ou quase tudo no mundo forma um sistema: a Natureza, a sociedade, o nosso corpo, as máquinas. É isso que acontece com o turismo. Ele depende do funcionamento conjunto de quatro grupos principais: o poder público, o empresariado, os profissionais e prestadores de serviços em turismo e a

comunidade. Cada parte tem um papel determinado a ser cumprido, para que o sistema turístico atenda as expectativas dos visitantes e seja bom para a região na qual está inserido.

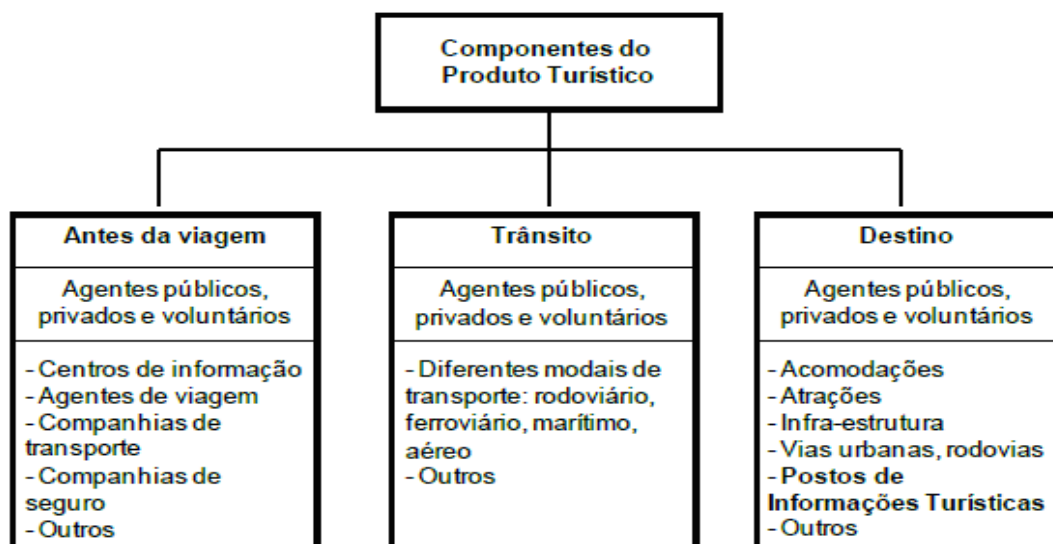
O bom atendimento ao turista na ótica da hospitalidade é proporcionar ao viajante um ambiente favorável a sua estadia, em que o acolhimento não seja algo desenvolvido apenas pela população de uma cidade. A hospitalidade deve estar presente nas particularidades que se inserem em todo o sistema turístico, ou seja, vias bem sinalizadas, rede de transportes, rede de esgoto, restaurantes, hotéis, agências de viagens e postos de atendimento ao turista que tem como proposta mediar o serviço entre o turista e todos esses serviços disponíveis na cidade.

Nesse sentido, Bignami apud (DE LUCCA FILHO, 2005, p.35) afirma que “o principal fator para o desenvolvimento do turismo está vinculado à idéia de integração, sistema, interação, engrenagem ou cadeia de elementos. Nesse contexto a comunicação se torna um dos fatores fundamentais”. Desta forma, todo o sistema deve estar integrado para favorecer a estada do turista na localidade receptora.

O posto de informação turística é um elemento chave no desenvolvimento da hospitalidade, por ser uma via de comunicação efetiva, onde é disponibilizado para o turista o contato inicial com os recursos existentes na cidade. O turista quando utiliza os serviços de informação nos postos tem a possibilidade de conhecer através de folhetos, guias turísticos e mapas os atrativos existentes. É possível conhecer também toda a infra-estrutura voltada para o desenvolvimento da atividade.

O produto turístico necessita de vários componentes adicionais, proveniente dos diferentes agentes, sejam eles públicos, privados ou voluntários, como pode ser observado na figura abaixo (FIGURA 1).

FIGURA 1
COMPONENTES DO PRODUTO TURÍSTICO



Fonte: Gohr, 2008.

Como pode ser observado, os PIT's fazem parte dos componentes do produto turístico do destino e constituem-se em um dos elementos responsáveis para a formação do produto turístico. Por se tratar de um componente indispensável a recepção do turista na localidade, uma vez que facilita o seu deslocamento e o uso dos atrativos da cidade, são também responsáveis pela permanência e pelo retorno do turista.

Nesse contexto, torna-se de fundamental importância verificar se os PIT's da cidade de Aracaju estão preparados para receber os turistas a partir de uma visão de acolhimento do turista no local visitado, uma vez que através dos PIT's pode-se consolidar a hospitalidade no produto turístico.

A EMSETUR e os postos de informações turísticas: Análises e perspectivas

A Empresa Sergipana de turismo EMSETUR/SA é uma autarquia, com quase 40 anos no segmento do turismo, constituída sob forma de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. É uma empresa que tem como objetivo desenvolver políticas públicas direcionadas para o *marketing* do

turismo em Sergipe. Dentre suas ações, podemos citar a inclusão através do turismo, desenvolvimento da cadeia produtiva e promoção do turismo sergipano.

A empresa constrói e consolida uma boa imagem no setor. Porém, vale ressaltar que a EMSETUR enfrenta algumas dificuldades devido a mudança dos líderes governamentais, pela descontinuidade das ações de promoção e pela constante mudança dos colaboradores.

Os Postos de informações da Rodoviária, da orla de Atalaia, do centro de artesanato e do aeroporto estão diretamente subordinados a EMSETUR e fazem parte do projeto de promoção do turismo sergipano através de ações voltadas para a hospitalidade no destino turístico. O PIT's também fazem parte das estratégias de *Marketing* da empresa de apresentar um produto bem estruturado para o desenvolvimento da atividade turística de uma maneira geral.

Partindo desse contexto, os quatro postos coordenados pela EMSETUR foram analisados baseados nos critérios considerados importantes para a qualidade no produto turístico: a) aspectos físicos e de acesso; b) material impresso; c) atendentes e; d) informação verbal, conforme pode ser observado abaixo.

699

- Aspectos físicos e de acesso

Foi possível constatar que os postos possuem localização estratégica, uma vez que estão situados em locais com grande fluxo de turista: Rodoviária, aeroporto, centro de turismo e Orla de Atalaia, principal atrativo turístico da cidade de Aracaju.

Ficou claro através da análise in locu que os postos não atendem aos itens referentes a estrutura física recomendados pela literatura, mas que atendem a finalidade a que se propõem, ou seja, levar ao turista informações referentes aos atrativos do estado.

A estrutura dos postos, analisando-os de forma superficial, foi considerada boa apenas no posto do aeroporto no tocante a estrutura física e nos outros ficou evidente a necessidade de um trabalho de estruturação e readequação.

Um dos principais pontos detectados na pesquisa foi a defasagem tecnológica. O telefone foi encontrado em apenas um posto, o localizado no centro

de turismo e o totem²²⁹, no posto do aeroporto. Os demais postos não apresentam nenhum recurso tecnológico.

A falta de acesso a equipamentos tecnológico dificulta o desenvolvimento das atividades informacionais, influenciando, por exemplo, na agilidade, na confiabilidade e na flexibilidade do atendimento. Um simples acesso a internet já seria um instrumento de melhoria dos postos de informação, uma vez que as informações poderiam ser consultadas on-line.

A localização de todos os postos facilita a acessibilidade, uma vez que ficam localizados em áreas centrais. No entanto, falta uma infra-estrutura que possibilite o deslocamento de portadores de necessidades especiais.

- Material impresso

De acordo com as visitas realizadas aos postos de informações constatamos que o material impresso disponível é fornecido pela iniciativa privada e pública, sendo que a maior parte corresponde a divulgação de empresas privadas e, em um quantitativo menor, aparecem o material publicitário da EMSETUR.

700

Os temas mais procurados em todos os postos de informações são: meios de hospedagem, atrativos naturais e serviços de alimentação. Sobre os serviços de meios de hospedagem e de alimentação existem informativos suficientes apenas nos postos do aeroporto, centro de artesanato e orla de atalaia. Esses *folders* são disponibilizados pelos hotéis e restaurantes com o intuito de divulgar os seus serviços.

Foi constatada uma escassez de material da EMSETUR/Governo do Estado sobre os atrativos naturais de todo o estado.

- Atendentes

A apresentação física dos atendentes foi considerada adequada, uma vez que todos possuem uniformes e crachás padronizados pela empresa, embora só usem o uniforme.

²²⁹ Totem é um equipamento tecnológico com um display de imagens e sons que funcionam como um software de interação onde se pode visualizar as informações através dos botões presentes na tela.

No que se refere a formação, constatou-se que todos os estagiários são estudantes dos cursos técnicos e superior em Turismo, o que demonstra a preocupação do Estado em formar um quadro de atendentes com qualificação profissional. No entanto, foi detectada a carência de funcionários bilíngües, uma vez que apenas um funcionário que se encontra lotado no Posto de Informação da Orla de Atalaia fala inglês fluentemente, o que acarreta um grave problema para a comunicação turista/atendente nos outros postos.

Os atendentes, de modo geral, são ágeis no atendimento referente as informações sobre alguns atrativos, mas são desprovidos de informações específicas acerca de atrativos turísticos localizados no interior do estado.

- Informação verbal

O fato de alguns estagiários não conhecerem os atrativos turísticos que costumam indicar aos turistas dificulta a prestação de informações, uma vez que apresentam insegurança no repasse das informações. Este fator influencia na qualidade do serviço prestado ao turista, pois conforme afirmam Ganesi; Corrêa (1994), a habilidade e conhecimento profissional são fundamentais para a garantia da execução eficaz do serviço. 701

A inexistência de meios tecnológicos e informacionais também dificultam o processo de informação verbal, pois os atendentes²³⁰ afirmaram que muitas vezes os turistas solicitam algumas informações e não há como pesquisar o que foi solicitado. Desta forma, o processo de repasse de informação fica prejudicado.

Postos de Informação – Propostas e Soluções

Depois da análise dos postos de informações turísticas foi possível perceber a distância existente entre o ideal de PIT's e a realidade dos postos de informação existentes em Aracaju/SE administrados pela EMSETUR.

²³⁰ Entrevista realizada nos dias 10,11, e 13 de agosto de 2010, com atendentes do posto da rodoviária e aeroporto.

Partindo desse pressuposto, tentaremos esboçar algumas propostas que vislumbrem a melhoria dos postos de informações estudados de acordo com os critérios analisados.

Em relação aos aspectos físicos percebe-se que todos os postos precisam ser melhorados. Como exemplo, podemos citar o posto da rodoviária que não possui estrutura própria e desenvolve suas atividades juntamente com a empresa que administra a rodoviária, a SOCICAM. De fato, o ideal seria a construção de uma sede própria, a fim de que as atividades relacionadas a informação do visitante passasse a ser um ponto crucial no início da experiência do turista no destino, a partir da atenção personalizada ao cliente.

No que tange a acessibilidade torna-se de suma importância que todos os postos se adéquem as normas da ABNT (NBR 9050:2004) para garantir a condição de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos existentes nos postos por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (MTUR, 2006).

Outro fator importante é a inserção dos equipamentos necessários como: computador, telefone, fax e etc. Além disso, a compra de mobiliário para armazenamento do material.

702

No que diz respeito ao material impresso, vale destacar a necessidade de elaboração de material acerca dos atrativos turísticos do interior do estado, a fim de diversificar a oferta turística.

No tocante aos recursos humanos dos postos de informação torna-se relevante destacar alguns pontos: a) capacitar as atendentes, através de visitas técnicas aos atrativos do estado, a fim de que as informações possam ser repassadas com mais segurança e responsabilidade; b) curso de língua estrangeira, levando-se em consideração o perfil da demanda turística.

Por fim, ao se tratar da informação verbal vale ressaltar a importância da capacitação continuada visando uniformizar a qualidade do atendimento prestado e maximizar a credibilidade e a segurança das informações que são repassadas aos turistas.

Desta forma, acreditamos que os PIT's de Aracaju poderão prestar um serviço de qualidade e, assim, contribuir para a consolidação de um produto turístico de qualidade.

Considerações finais

Nos últimos anos, o turismo tem se destacado como um conjunto de atividades econômicas e sociais de grande destaque no cenário da cidade de Aracaju. Com isso, surge a necessidade de analisar a infra-estrutura voltada para a atividade turística, assim como, a qualidade da prestação dos serviços turísticos.

Neste contexto, a informação é uma questão importante e influencia diretamente na decisão dos usuários de turismo.

Este trabalho procurou contribuir para os estudos referentes a importância da informação no destino turístico, mediante ao arcabouço teórico da hospitalidade, analisando de forma sucinta os postos de informações turísticas no sentido estrutural e sua importância para o sistema turístico.

Para a análise dos postos foram utilizados alguns aspectos de avaliação da qualidade nos PIT's referentes a prestação dos serviços de informação, o que forneceu subsídios para sugerir melhorias e propor algumas soluções.

703

A partir da análise dos postos foi possível perceber que eles encontram-se inadequados ao bom exercício da hospitalidade e da organização no produto turístico. Desta forma, os postos de informações ainda têm um longo caminho a percorrer para se tornarem unidades de informação de excelência.

A pesquisa se limitou aos resultados gerados através das análises dos pesquisadores e da experiência dos atendentes dos postos, o ideal seria a continuidade das pesquisas voltadas principalmente para o turista, referindo-se ao nível de satisfação deles mostrando, principalmente, as suas reais necessidades de informação.

A qualidade no destino turístico é influenciada pelos diversos atores envolvidos na organização do sistema turístico. De fato, o crescimento da atividade turística depende de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento do setor,

sendo que a melhoria dos postos de informações turísticas representa uma parte essencial desse processo.

Referências Bibliográficas

- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2003.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e acessibilidade**. Manual de Orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- CAMARGO, Luís Octavio de Lima. Os domínios da hospitalidade. In DENCKER, Ada de freitas maneti; BUENO, Marielys Siqueira. (org). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Thompson Learning, 2003.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Uma abordagem geográfica do fenômeno da hospitalidade turística. In: DIAS, C. (org). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.
- DE LUCCA FILHO, V. **Estudo do fluxo de informações em centros de informações turísticas de Santa Catarina**: programa portais do lazer. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005
- DIAS, C (org.) et al. **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002.
- GIANESI, I.G.N.; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GRINOVER, Lucio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, C. (org). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.
- SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. São Cristóvão: UAB/CESAD, 2010.
- TEIXEIRA, Elder Lins. **Gestão da qualidade em destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

EVENTOS COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE ARACAJU²³¹

Níckolas Pereira Santana Souza²³²

Deiziane Souto Dinízio²³³

RESUMO

O turismo de eventos é aquele executado pelos turistas por meio de deslocamentos de sua residência local para outra, havendo uma mescla entre trabalho e lazer, sendo caracterizado por congressos, festivais, seminários, entre outras tipologias de eventos. Além disso, tem uma ampla importância não só regional, como também é fundamental para o desenvolvimento de um país, visto que há uma grande movimentação de pessoas, incentivando a geração de empregos, melhorias na infraestrutura, ou seja, dinamizando a economia do local onde são realizadas essas atividades. A ampliação desse setor na cidade de Aracaju é nítida, tendo como exemplo o Pré-Caju, um mega-evento realizado antes do carnaval que reúne uma grande quantidade de turistas vindos de várias partes do Brasil. A exploração desse tipo de segmento tem se constituído como uma atividade de múltiplos aspectos positivos, como a produção e venda de produtos turísticos, valorização artística e cultural da sociedade, dentre outros. Entretanto, existem as poluições do meio-ambiente, através da eliminação do lixo em locais inapropriados e também a poluição sonora, causada pelos ruídos que se caracterizam como pontos negativos. Porém, o turismo de eventos torna-se potencializador de diversos outros segmentos turísticos como pode ser analisado na cidade de Aracaju e assim desempenha com grande importância suas influências em diversas áreas da economia.

705

Palavras-chave: Desenvolvimento. Turismo. Economia.

ABSTRACT

The tourism events that is executed by tourists through shifts his residence location to another, there is a merge between work and leisure, being characterized by congress, festivals, seminars, among other types of events. Moreover, has a huge importance not only regional, but is also fundamental for the development of a country, since there is a large movement of people, encouraging job creation, improvements in infrastructure, ie, stimulating the local economy where these activities are performed. The expansion of this sector in the city of Aracaju is clear, taking as example the Pre-Caju, a mega-event conducted before the carnival bringing together a large number of tourists from various parts of Brazil. The operation of this type of segment has established itself as an activity of multiple positive aspects, as the production and sale of tourist products, artistic appreciation and cultural society, among others, however there are pollution of the environment, through the disposal of garbage in inappropriate places and also noise pollution, caused by noise, these are characterized as negative points. But the events tourism

²³¹ Artigo elaborado sob a orientação da prof^a. Msc. Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

²³² Acadêmico do 2º período do curso de turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: niick.ng@hotmail.com

²³³ Acadêmica do 2º período do curso de turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: dayse_rbd.mx@hotmail.com

becomes a potentiator of several other segments such as tourism can be analyzed in the city of Aracaju and thus plays a great importance of their influence in several areas of the economy.

Keywords: Development. Tourism. Economy.

Introdução

Nas últimas décadas, o turismo de eventos vem sendo analisado de forma mais contínua por ser palco de diversas transformações na sociedade, na economia e em diversos segmentos turísticos.

A partir da grande relação entre acontecimentos não rotineiros e a necessidade que o ser humano tem em deslocar-se de um lugar a outro surgiu o Turismo de Eventos. Segundo Matias (2007, p. 3), “os primeiros registros que identificam esses deslocamentos, que podemos considerar como origens do Turismo, mais especificamente do Turismo de Eventos, foram os primeiros Jogos Olímpicos da Era Antiga, datados de 776. a.C”.

Foi a partir do grande poder de influência que esses eventos possuíam que começou a ser pensado em suas necessidades, a fim de supri-las e assim serem realizados com sucesso. Os eventos possuem algumas particularidades básicas como, por exemplo, a infra-estrutura dos locais de sua realização, a hospitalidade local e o tempo. Segundo Tenan (2002, p. 14) “eventos têm nome, local determinado e espaço de tempo predefinido”.

É necessário saber que os eventos são capazes de transformar e até criar condições favoráveis ou negativas tanto para a sociedade quanto para a economia local. Através disto, existe a possibilidade de planejamento e organização cabendo ao organizador a obtenção de conhecimento em planejamento estratégico.

Os eventos possuem algumas particularidades como a não obrigatoriedade de serem realizados em locais específicos e a de promover o lugar onde se realizam, desenvolvendo dessa forma o turismo local. De acordo com Aristides de La Plata apud Tenan (2002, p. 49), “para o participante do evento bem-sucedido, a imagem que fica é o amálgama da experiência positiva, gerando o sentido de satisfação e a vontade de repetir a experiência”.

É a partir dessa particularidade que analisaremos as diversas áreas do turismo que são influenciadas pela ocorrência esporádica desse fenômeno. Além da

venda do atrativo turístico onde são sediados, os eventos também contribuem na economia e na sociedade de forma bastante representativa por não serem influenciados pela sazonalidade e nem pelos momentos de crise propícios para os países.

Sendo assim, diferente de vários outros segmentos turísticos, esse gera renda durante a baixa estação servindo assim como um prolongamento da época turística e conseqüentemente como balança, onde irá manter o equilíbrio entre a renda arrecadada durante a alta demanda de turistas e o período da baixa demanda. Segundo Tenan (2002, p. 49), “pode-se dizer que o turismo de eventos alavanca o turismo de lazer e que o mercado de eventos está profundamente ligado à atividade turística”.

Os eventos possuem diversas definições de acordo com cada autor, mas essas se encontram interligadas. Segundo Tenan (2002, p. 13) “[...] evento é sinônimo de acontecimento não rotineiro; fato que desperta a atenção. Um eclipse, um nascimento, ou uma descoberta são eventos”.

Já para Cristina Giácomo apud Tenan (2002, p.13-14) evento é “[...] acontecimento especial, antecipadamente planejado e organizado, que reúne pessoas ligadas a interesses comuns. Eventos têm nome, local determinado e espaço de tempo predefinido”.

707

Segundo Campos; Wyse; Araújo, 2002 (apud Fernanda Fernandes²³⁴) “a origem da palavra eventos vem do termo eventual, o mesmo que casual, um acontecimento que foge à rotina e sempre é programado para reunir um grupo de pessoas”.

Visto isso, esse artigo tem como intenção analisar como os eventos podem desenvolver o turismo da cidade de Aracaju a partir dos seus benefícios. Através da utilização do método dedutivo²³⁵ e da técnica de pesquisa bibliográfica que se caracteriza por ser o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema abordado.

²³⁴ FERNANDES, Fernanda. Disponível em [HTTP://www.revistaturismo.com.br/artigos/prof-eventos.html](http://www.revistaturismo.com.br/artigos/prof-eventos.html). Acesso em 01/06/2010.

²³⁵ Parte do geral para chegar ao particular; Reformula de modo explícito a informação.

Turismo de eventos: perspectivas e fragilidades

Os eventos mantêm uma relação ampla com o turismo, podendo ser visto o fato da viagem de participantes, saindo do seu local de residência para outras regiões com o intuito de participar dos eventos que são realizados em diversos locais.

De acordo com Andrade (1992) apud Matias (2007, p. 42), turismo de eventos pode ser entendido como

conjunto de atividades exercidas por pessoas que viajam a fim de participar dos diversos tipos de eventos que visam ao estudo de alternativas, de dimensionamento ou de interesses de determinada categoria profissional, associação, clube, crença religiosa, corrente científica ou outra organização com objetivos nos campos científicos, técnicas e religiosos para atingir metas profissionais e culturais, técnicas e operacionais, de aperfeiçoamento setorial ou de atualização.

Em virtude da sua realização precisa ser planejada e organizada, os eventos influenciam direta e indiretamente tanto na vida das pessoas envolvidas em sua produção quanto na vida da sociedade através da modificação dos hábitos diários da população. Vejamos o pré-caju, um mega-evento²³⁶, que para ser realizado conforme o desejo dos organizadores é preciso interditar vias de acesso, modificar os locais onde os meios de transporte irão transitar e fechar ou abrir estabelecimentos comerciais.

708

O ruído que se caracteriza por ser um som indesejável fruto das atividades diversas realizadas pela sociedade que será gerado durante a sua realização juntamente com a possibilidade do mesmo atingir o meio ambiente de forma negativa através da poluição que na maioria das vezes caracteriza-se pela jogada de dejetos utilizados como: garrafas, papeis, plásticos dentre outros.

Os eventos também têm como características a atração de diversas pessoas, até mesmo aquelas que vão apenas com o intuito de lucrar de algum modo, seja ele através do roubo de turistas ou por meio do comércio ilegal de produtos, por saber que esses turistas são uns dos que mais gastam e deixam renda no local onde é sediado o evento.

²³⁶ Caracteriza-se por ser um evento em maiores proporções envolvendo maior estrutura e quantidade superior de pessoas tanto em sua produção quanto em sua realização.

Por ser uma área com grande destaque tanto em nível nacional quanto internacional a “[...] captação e a promoção de eventos vem sendo considerada a atividade que mais retorno econômico e social oferece ao país e à cidade que os sedia” (EMBRATUR apud TENAN, 2002, p. 49).

Desta forma, nesse contexto, devemos destacar alguns aspectos positivos dos eventos, entre eles temos:

- Promoção e venda dos atrativos turísticos pertencentes ao local sede, gerando assim retorno econômico mesmo após sua realização.
- Estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a demanda devido à possibilidade dos eventos serem realizados nos períodos de baixa estação.
- O fato dos eventos poderem ser planejados e antecipadamente divulgados permite que os fornecedores de serviços preparem-se de forma contínua para assim poder recebê-los.
- Os eventos necessitam de local para serem realizados, o que levará ao governo propiciar áreas para sua realização, obras de infra-estrutura que poderão ser vistas como elementos de vantagem competitiva no desenvolvimento turístico na área de eventos precisam ser desenvolvidas, são elas: sistemas de transporte, de comunicação, segurança, saneamento, assistência médico-hospitalar dentre outros, o que irá contribuir para o efeito multiplicador²³⁷ do local sede.
- Valorização artística e cultural da sociedade anfitriã dos eventos por meio da revisão histórica de um certo país, estado ou cidade como é perceptível em alguns mega-eventos como a copa do mundo por exemplo, onde os países participantes buscam conhecer e transmitir para todos de sua nacionalidade o passado, o presente e talvez o futuro do país sede.
- Troca de conhecimentos com pessoas de mesma área profissional, criando oportunidades de ampliar relacionamento e conseqüentemente a possibilidade de obtenção de status social.

709

²³⁷ É a forma como o dinheiro muitas vezes gasto por um turista circula através da economia de um país, estado ou cidade.

- Analisando também a importância que hoje é dada para um currículo que possui eventos pode ser contemplado como completo e assim alavancar no mercado de trabalho as pessoas que buscaram a participação nos eventos.

Portanto, os eventos possuem sim muitos pontos positivos e esses se ressaltam sobre os negativos, presentes tanto em sua promoção quanto em sua realização, fatos pertencentes a toda e qualquer atividade seja ela com cunho lucrativo ou não independente do ramo a que está envolta.

Eventos como potencializador de segmentos turísticos em Aracaju

Por possuir grande poder de atração e venda de um atrativo turístico em variados locais, os eventos não poderiam atuar de forma diferente na capital sergipana, como pode ser analisado no bairro Atalaia, área nobre da cidade, possuidora de diversificados atrativos para a prática do turismo de lazer, com quadras que possibilitam o desenvolvimento de diversas atividades esportivas como: futsal, tênis, vôlei, dentre outros, e por contar também com diversificações, entre elas existem: pista de kart, passeio de bicicleta por toda extensão da orla e um oceanário, onde são desenvolvidas diversas atividades tanto de cunho educativo com palestras de conscientização a preservação do meio ambiente quanto de geração de conhecimento sobre as espécies marítimas pertencentes a costa brasileira, mais especificamente ao litoral sergipano. ⁷¹⁰

Porém, é por apresentar esse litoral que ainda podem ser desenvolvidas outras práticas turísticas que em conjunto com água, sol e calor caracterizam o turismo de sol e praia, que é requerido pelos turistas muitas vezes com o intuito de recreação e descanso.

Esses se tornam capazes de dinamizar a economia local através da manutenção diária das regiões onde são realizados. Por isso, é perceptível que os eventos podem sim influenciar tanto de forma benéfica quanto maléfica o turismo em diversas partes do mundo. Portanto, um evento bem sucedido gera para o participante a satisfação que o induzirá a retornar para o local com várias outras intenções.

Na cidade de Aracaju existem diversos hotéis que atuam direcionados para o turismo de negócios como é o caso do Radisson Hotel, Qualit, Real Classic, Celi e Aquarios Hotel. Este último, busca obter o diferencial entre todos na constante busca em atrair o turista. Por isso, o turismo só tem a ganhar na área da Atalaia, portadora de uma infra-estrutura planejada para o ramo turístico, assim abraçando a realidade do turista que encontrará um local cômodo para atender seus anseios.

Importância do turismo de eventos para o município de Aracaju

Ao serem analisados os aspectos positivos e negativos que os eventos geram para a comunidade receptiva juntamente com o desenvolvimento de outras atividades turísticas, podemos buscar entender a real importância dos eventos para a cidade de Aracaju, analisando nesse contexto algumas fragilidades e oportunidades do mercado turístico no setor de eventos que poderão desempenhar grande importância para o crescimento econômico, por ser um setor com intensiva mão-de-obra, renda e com isto a dinamização da economia local.

Para que o turismo de eventos possa desempenhar todas suas características básicas e primordiais precisa ser abraçado e divulgado pelos órgãos governamentais que têm como possibilidade criar e desenvolver de forma estruturada o segmento turístico. Assim, estabelece uma ampla forma de análise sobre o turismo de eventos em Aracaju com suas debilidades, fortalezas, ameaças e oportunidades, conforme pode ser observado no quadro abaixo (QUADRO 1).

711

Quadro 1ANÁLISE DAFO DO TURISMO DE EVENTOS EM ARACAJU (2003)	
Debilidades <ul style="list-style-type: none"> - Deficiência nos meios de acesso; - Ineficiência do transporte e receptivo interno; - Inexistência de pacotes de viagem; - Deficiência de operação das agências de eventos; - Falta de qualificação da mão-de-obra; - Escassa promoção de atividades culturais complementares; - Ingerência governamental para captação de eventos; - Alto tarifário da rede hoteleira; - Definição dos produtos identitários locais; - Roteiros turísticos internos definidos; - Falta de capacidade de negociação entre agentes públicos e privados; - Marco normativo favorecedor e incentivador; - Escasso marketing turístico. 	Fortalezas <ul style="list-style-type: none"> - Espaços para realização de eventos (auditórios, centro de convenções, teatros, etc.); - Existência de rede hoteleira; - Presença de recursos turísticos naturais aptos para o desenvolvimento produtivo e comercial; - Participação social da comunidade; - Exigüidade do tempo gasto (distância x tempo) entre os locais de realização do evento e de hospedagem.
Ameaças <ul style="list-style-type: none"> - Localização da cidade de Aracaju em relação aos grandes centros; - Concorrências dos grandes centros receptores; - Riscos para os valores culturais e sociais tradicionais da comunidade; - Possibilidade de impactos ambientais sobre os recursos naturais; - Risco de perda de controle sobre os processos produtivos, a favor de empresas exteriores; - Turismo como fator desequilibrador e gerador de diferenças sócio-econômicas. 	Oportunidade <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de atração de eventos; - Atrações turísticas potenciais; - Existência de financiamentos para pequenos e médios empresários do setor; - Contexto e conjuntura de mercado favorável; - Possibilidade de diversificação produtiva da economia local; - Oportunidade de valorizar as tradições culturais locais; - Geração de emprego e renda para a população local; - Possibilidade de financiar políticas sociais, culturais e ambientais.

Fonte: Andrade; Santos (2004, p.5)

Ainda segundo estes autores,

a partir dessa análise percebe-se que a ingerência governamental para a captação de eventos, a falta de negociação entre os agentes públicos e privados e a desqualificação da mão-de-obra são as principais debilidades para o incremento do turismo de eventos na cidade de Aracaju, fazendo com que esse segmento turístico não consiga desempenhar o seu papel de vetor de desenvolvimento da atividade. (2004, p.5).

Existe ainda na cidade de Aracaju o ramo da hotelaria que necessita profundamente do mercado do turismo de eventos, pois é a principal atividade

desempenhada pelos turistas que buscam a cidade, estabelecendo nesse caso a relação entre oferta e demanda.

Este segmento torna-se importante para os hotéis por gerar a movimentação durante todo o ano com a quebra da sazonalidade existente na área. A partir de todos os dados aqui fornecidos percebe-se que o turismo de eventos tem um papel fundamental na economia do local receptivo. No caso de Aracaju, muito do mercado tem se direcionado para esse segmento, como por exemplo, os hotéis da cidade têm buscado estratégias voltadas para o público de eventos, a fim de ampliar a demanda turística criando novas formas de oferta.

Considerações finais

Levando em consideração a utilização da atividade turística como fator de desenvolvimento turístico na cidade de Aracaju que têm se mostrado possuidor de grande potencial para alavancar diversas áreas do local, podemos perceber qual a influência que o turismo de eventos realmente possui em relação aos outros seguimentos.

713

Este se torna capaz de minimizar a sazonalidade pertencente à atividade em questão, por isso também é perceptível que seus pontos negativos e positivos estão em conjunção com toda a comunidade acolhedora do evento o que o transforma em uma atividade que necessita fundamentalmente da elaboração de planejamentos moldados para a realidade local com intenção de manter a relação demanda-oferta para que o turismo de eventos continue sendo considerada uma atividade com grande poder de desenvolvimento econômico. Dessa forma, o turismo de eventos mostra-se como grande potencializador de diversos outros segmentos turísticos.

Referências

- ANDRADE, José Roberto de Lima; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 543, 30 de octubre de 2004.
- ANDRADE, Renato Brenol. **Manual de Eventos**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- BAHL, Miguel (org). **Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio**. São Paulo, SP: Roca, 2003.

- BAHL, Miguel. **Turismo de Eventos**. Curitiba: Prottexto, 2004.
- GIACAGLIA, Maria Cecilia. **Eventos**: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo, SP: THOMPSON, 2007.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo, SP: THOMPSON, 2003.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MATIAS, Marlene. **Organização de Eventos, Procedimentos e Técnicas**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
- TENAN, Ilka Paulete Svissero. **Eventos**. 2. ed. São Paulo, SP: Aleph, 2002.

HOTELARIA HOSPITALAR: UMA NOVA REALIDADE NOS HOSPITAIS

Autora: Nadja Maria Aragão Arruda²³⁸
Co-autor: Adalberto dos Santos Junior²³⁹

RESUMO

A hotelaria hospitalar é uma nova realidade nos hospitais, visando o paciente como cliente e não com o foco apenas na cura. Trata-se de um novo conceito de negócio, onde se podem observar modificações na arquitetura, ambiente mais humanizado, aplicação de técnicas da hotelaria inserida no hospital, investimentos em capacitação profissional, e novos profissionais inseridos neste contexto como o turismólogo, por exemplo. Este trabalho visa realizar uma reflexão sobre o processo de transformação no ambiente hospitalar, decorrente da aplicação dos conceitos da hotelaria hospitalar, ou seja, donde se verifica uma nova segmentação do turismo ao mesclar a hotelaria nas redes hospitalares. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória através de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico baseada em fontes secundárias nacionais e internacionais. Diante desta perspectiva, se pode concluir que a hotelaria hospitalar proporciona assim, uma maior comodidade tanto para os pacientes quanto para os visitantes, acompanhantes e colaboradores favorecendo uma vantagem competitiva para as empresas do setor.

PALAVRAS-CHAVE: Hotelaria; Hospitalidade; Hospital; Turismo.

RESUMEN

La hostelería hospitalaria es una nueva realidad en los hospitales, con miras al paciente como un cliente y no sólo se centran en la curación. Este es un nuevo concepto de negocio, donde se puede observar los cambios en la arquitectura, el ambiente organizacional más humano, la aplicación de técnicas de hostelería en el hospital, las inversiones en capacitación laboral, y profesionales de la salud involucrados en este nuevo contexto como el especialista en turismo, por ejemplo. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el proceso de cambio en el ambiente hospitalario, resultante de la aplicación de los conceptos de hostelería hospitalaria, es decir, donde se puede observar una nueva segmentación del turismo al combinar la hostelería en las redes de hospitales. La metodología fue la investigación exploratoria a través de una revisión de la literatura de ámbito teórico basado en fuentes secundarias a nivel nacional e internacional. Teniendo en cuenta esta perspectiva, se puede concluir que la hostelería hospitalaria por lo tanto proporciona una mayor comodidad para los pacientes y para los visitantes, familiares de los enfermos y empleados a favor de una ventaja competitiva a las empresas del sector.

DESCRIPTORES: Hostelería; Hospitalidad; Hospital; Turismo.

²³⁸ Graduanda em Turismo pela Faculdade de Sergipe / Estácio de Sá no ano de 2010.2. Contato: nadja.aragao@hotmail.com

²³⁹ Graduado em Administração pela Universidade Tiradentes, especialista em Marketing pela Universidade Federal de Sergipe, mestrado em Turismo Internacional pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, doutorando do programa de Turismo da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Professor e coordenador do curso de Turismo da Faculdade de Sergipe / Estácio de Sá. Contato: adalberto_jr@hotmail.com

1. Introdução

Num mercado cada vez mais globalizado e competitivo, as instituições hospitalares também vêm mudando seu conceito e forma de gestão, visando atender as necessidades e desejos dos seus pacientes ou clientes, através da agregação de valor ao serviço de saúde.

Desse modo, por volta de alguns anos, os serviços da hotelaria começam a ser inseridos nos hospitais, surgindo assim a hotelaria hospitalar. A partir desse novo conceito, os “clientes” passam a ter um tratamento diferenciado, como se realmente estivesse hospedados num hotel. Dentre algumas instituições renomadas no país que já adotaram esse tipo de serviço, pode-se destacar o Hospital Sírio Libanês, donde nos apartamentos dos pacientes que têm a dieta liberada pelo médico existe um microondas para que a sua comida seja esquentada a qualquer momento, podendo este pedir a sua comida em restaurantes. Não só os pacientes se beneficiaram com esta implantação da hotelaria hospitalar, mas também os colaboradores e médicos fazendo com que o meio de trabalho tornasse menos estressante.

As instituições hospitalares que desejam parecer um empreendimento hoteleiro, investem em vários fatores, um deles é na mudança da estrutura física, principalmente na recepção, nas salas de espera, nas unidades de internação e na área de lazer infantil. Atraindo assim os clientes de forma diferenciada, satisfazendo também os acompanhantes e os visitantes.

Com um conjunto de mudanças físicas e de serviços, a hotelaria hospitalar é vem sendo explorada no Brasil desde meados da década de 90, e este novo conceito ainda é pouco explorado na maioria dos hospitais, especificamente na cidade de Aracaju, capital de Sergipe.

Por mais que existam poucas referências bibliográficas sobre o tema, este trabalho poderá contribuir para ampliar e preencher uma lacuna referente ao Turismo e a Saúde. A hotelaria hospitalar vem sendo um diferencial na hora da escolha de um hospital, pois este método foca além da mudança na arquitetura, decoração, recepção, estando voltado mais para a humanização dos serviços, não se tratando somente em realizar tarefas, mas de fazê-las para que todos se sintam bem.

Segundo a Ministério do Turismo do Brasil (MTur), o turismo de saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos. O Brasil atrai turistas deste segmento pelo fato de ter boas equipes médicas, ter um baixo custo em relação aos outros países além de ter uma boa recepção com estes que vem de diferentes destinos.

Como objetivo geral, este artigo busca realizar uma reflexão sobre o processo de transformação no ambiente hospitalar decorrente da aplicação dos conceitos da Hotelaria Hospitalar, mais especificamente em identificar a prestação de serviço e organização da gestão, verificar a relação do turismo e da hotelaria hospitalar e analisar a arquitetura e formas de ambientalização.

O referencial teórico do referente artigo segue organizado da seguinte maneira: primeiramente, com o turismo de saúde; depois com a hotelaria hospitalar - conceituação e seu surgimento; seguindo o turismo e a sua relação com a hotelaria hospitalar; qualidade nos serviços; a prestação de serviço na hotelaria hospitalar e finalizando com as transformações arquitetônicas no ambiente hospitalar na perspectiva da hotelaria hospitalar.

2. Turismo de Saúde

O turismo pode ser considerado uma atividade multidisciplinar por envolver várias áreas do conhecimento, assim como uma atividade social e econômica por que está relacionado ao intercâmbio cultural entre pessoas e à geração de renda e trabalho.

Num mundo cada vez mais globalizado, donde se faz necessário segmentar o mercado de modo a atender com excelência as necessidades e desejos dos clientes, o turismo também segue essa tendência e se classifica em diversos tipos, a saber: turismo de negócios, turismo de eventos, turismo de aventura, turismo de natureza, turismo de saúde e bem-estar, turismo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), turismo cultural, turismo gastronômico, turismo religioso, turismo da melhor idade, turismo de base comunitária, turismo desportivo etc. São muitas opções de se fazer uma viagem, onde a ordem da vez é buscar uma experiência de qualidade e felicidade tanto para os turistas quanto para a comunidade visitada.

Considerando-se o turismo de saúde, como assevera Andrade (2002: 76), é aquele que envolve “atividades turísticas que as pessoas exercem na procura de meios de manutenção ou de aquisição de bom funcionamento e sanidade de seu físico e de seu psiquismo”. É observável no mundo pós-moderno uma grande preocupação da sociedade pela saúde e culto ao corpo, onde são criados empreendimentos com o objetivo de prevenir e curar doenças, assim como estabelecer uma boa forma física e mental de seus clientes.

Esse tipo de segmento se refere especificamente aos turistas que viajam para se submeterem a terapias curativas e preventivas. Dentre as diversas modalidades do turismo de saúde, pode-se verificar o turismo da melhor idade, o turismo estético (cirurgias plásticas e odontológicas), o turismo de incapacitados, o turismo médico (cirurgias e tratamentos), o turismo terapêutico (talassoterapia, SPA´s e fontes de águas termais) etc.

Conforme aponta Collocci (2010), o Brasil é considerado como um dos destinos que despertam para o desenvolvimento do turismo de saúde, concorrendo com os países líderes mundiais: Índia, Tailândia e Cingapura. Anualmente o setor mundial de turismo da saúde movimenta algo em torno de US\$ 60 bilhões de dólares. Dentre os principais destinos no Brasil, destacam-se as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, regiões que são certificadas pela instituição internacional JCI (*Join Comission International*), por possuírem instituições médicas de alto padrão de qualidade. ⁷¹⁸

Outros destinos que também se destacam nesse segmento são os Estados Unidos, Alemanha, Ilhas Canárias na Espanha, Argentina, Costa Rica, Guatemala, Turquia, Malásia, México, Chile, Colômbia, Tunísia, Cuba, El Salvador, Coreia do Sul, Hungria, Jordânia, Filipinas, África do Sul e Israel. Esses lugares associam a boa qualidade na prestação de serviços de saúde e preços competitivos, com a diversidade de atrativos naturais, climáticos e culturais.

Com base no exposto anteriormente, verifica-se uma grande oportunidade de mercado para empresas do seguimento de saúde, tais como clínicas e hospitais curativos, preventivos, de estética e relaxamento. Oferecendo serviços diferenciados agregados aos atrativos turísticos do destino, esses empreendimentos buscam satisfazer as necessidades e desejos dos turistas ou clientes.

3. Hotelaria Hospitalar: Conceituação e Seu Surgimento

A humanização nos hospitais é uma técnica não muito recente, desde meados do século XIX a enfermeira Florence Nightingale, ajudou a mudar este olhar clínico de apenas curar, pois os clientes têm outras necessidades, além das físicas. Estes cuidados vão do emocional até aspectos religiosos, étnicos e espirituais como assevera Boeger (2009). Como por exemplo, uma criança que se encontra com o emocional abalado tende a se instalar em um quarto tematizado como se estivesse em um parque de diversões, buscando dessa forma um maior estímulo à sua melhora.

A humanização segundo Lottemberg *apud* Boeger (2009, p. 23) tem como finalidade fazer com que o cliente se sinta acolhido, recebido, aceito, considerado, abrigado, amparado, protegido e respeito no hospital, evitando que sua hospitalização signifique um estado da exclusão da sua vida diária.

O surgimento da hotelaria hospitalar vem pra satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores de serviços hospitalares, que não se resumem apenas no doente, que agora ele é chamado de cliente da saúde, mas em seus familiares que também possuem anseios e expectativas com relação ao atendimento do hospital. 719

Godoi (2004, p. 40) afirma que “hotelaria hospitalar é a introdução de técnicas, procedimentos e serviços de hotelaria em hospitais com o conseqüente benefício social, psicológico e emocional para os pacientes, familiares e funcionários”. Já Taraboulsi (2004, p. 179) assevera que a “hotelaria hospitalar é a arte de oferecer serviços eficientes e repletos de presteza, alegria, dedicação e respeito, fatores que geram a satisfação, o encantamento do cliente e, principalmente, a humanização do atendimento e do ambiente hospitalar”.

O conceito de hotelaria esta baseado na idéia de receber bem, de acolher, fatores esses que geram a satisfação e o encantamento do cliente.

Nos hotéis, o perfil do cliente é de alegria, descontração e animação, ao contrário do perfil do paciente, que muitas vezes esta com o seu estado emocional abalado, sentindo-se inseguro, com medo e geralmente estressado. (BOEGER, 2003, p. 123)

Esses clientes procuram agora hospitais pelos seus serviços ofertados e comodidade. Com estas mudanças, os gestores dos hospitais têm uma maior atenção referente à hospitalidade, mostrando um diferencial no seu atendimento.

Dentre alguns hospitais no Brasil que adotam esse modelo de gestão hoteleira, destacam-se: o Copa D'or Hospital em Copacabana/RJ, onde as suítes são atendidas por serviços de hotelaria hospitalar e de governança proporcionando conforto, restaurante, *room service* para os visitantes que desejam fazer solicitações no quarto e, para lanches e pequenas refeições disponibiliza o *coffee shop*, além do estacionamento e o heliporto para receber pacientes graves que necessitem de transporte aéreo; O Hospital Espanhol em Salvador/BA, possui auditório para eventos, o cine hospital, restaurante, biblioteca além das dependências do hospitalares; O Hospital do Coração Associação do Sanatório Sírio em São Paulo/SP, possui lanchonete, *bistrô*, *mini-shopping*, central de fax, biblioteca dentre outros serviços; Hospital Albert Einstein; Hospital Moinhos de Vento.

4. Turismo e a sua Relação com a Hotelaria Hospitalar

O turismo é uma cadeia com várias ramificações, um deles é a hotelaria, que comporta diversos setores e apartamentos, sendo que este último com finalidade de descanso. O primeiro setor que o cliente tem contato é a recepção, onde ele faz o seu *check in*, resolve boa parte dos problemas, pede informações, *check out* entre outros serviços oferecidos.

720

No hospital, uma de suas funções é fazer com que o paciente sinta-se bem e saia de lá em um bom estado, curado da sua enfermidade. Porém existem alguns aspectos desfavoráveis, o cheiro do produto éter é um deles, que faz com que o ambiente físico fique com um odor desagradável. Boeger (2008, p. 39) aborda que:

É nítida a diferença entre as expectativas de serviços de um cliente em um hotel e em um hospital. Apesar da similaridade de sua estrutura física, os serviços têm em seu foco principal uma grande diferença; o hotel foca principalmente o conforto, normalmente agregado o luxo, enquanto o hospital convencional invariavelmente está focado 100% na saúde, e suas equipes, muitas vezes, não buscam outros pontos de relativa importância, até mesmo por desconhecer sua existência.

A implantação da gestão da hotelaria hospitalar faz com o ambiente do hospital mude, ajudando dessa maneira na recuperação do paciente. Existem setores semelhantes entre o hospital e um hotel, são eles almoxarifado, lavanderia, cozinha, *concierge*, restaurante/*coffee-shop* (cafeteria), recepção, manutenção, telefonia e central de reservas. E os novos setores são as lojas de conveniência, *bistrô/bar*, ouvidoria/SAC, auditório para eventos externos e *business center*.

Agora, os hospitais atribuem novas características para um novo perfil, tais como: tem como produto a saúde e não mais o tratamento de doenças; alta qualidade dos serviços prestados (medicina); excelência no atendimento humano; luxo e conforto nas instalações; serviços de hotelaria; priorização do *check in* e *check out*; recreação.

Outro aspecto de grande relevância nos serviços do hospital hotel é sobre o entretenimento, como aponta Boeger (2008, p.39):

Alguns hospitais têm projetos de recreação, utilizando-se de profissionais que se vestem como médicos, porém se fantasiam com nariz, adornos e sapatos de palhaço visando ao entretenimento principalmente dos pacientes de andares pediátricos.

Um dos serviços que amenizam a situação de desconforto das crianças é a brinquedoteca. Esta faz com que as crianças interajam, proporcionando que sua autoestima melhore, além disso, resgata e ensina diversas brincadeiras.

Em hospitais, algumas crianças são internadas e, muitas vezes, não se desenvolvem academicamente nesse período por terem eliminado toda a chance de socialização com outras crianças, por adquirirem medo do pessoal de enfermagem (associado a sua imagem a dor, injeção etc.) e por tirarem dela o conforto de sua casa, seus brinquedos e sua rotina. A brinquedoteca seria então um espaço onde a criança resgataria o direito à infância, à criatividade, a sociabilidade, à experiência, a descoberta e a espontaneidade. (BOEGER, 2008, p. 41)

721

Na brinquedoteca além do profissional responsável pelas crianças, os familiares também podem interagir com as crianças de forma que facilite o seu relacionamento com os outros que ali estão.

Como se pode observar a diversificação e qualidade dos serviços se faz necessário para um bom desenvolvimento do hotel hospital.

5. A Prestação de Serviços na Hotelaria Hospitalar

O mercado cada vez mais competitivo deve-se levar em consideração a velocidade das informações e das mudanças que estão presentes no cotidiano de qualquer empresa. A organização hospitalar inserida nesse contexto não difere das outras organizações, visando atender além dos aspectos físicos deverá principalmente estar atenta ao aspecto humano, como hospitalidade e humanização no atendimento, para ter maior êxito no mercado globalizado.

Os colaboradores sempre devem estar motivados, não apenas pela remuneração mais também pela felicidade de gostar do que faz. A felicidade é um dos itens que deve conter nesta motivação, pois o profissional hospitalar todos os dias se depara com alegrias, os nascimentos e as melhoras além das partidas, que muitas das vezes é criado um laço de afeto com os clientes. Segundo Boeger (2009:10) “é dever da instituição promover a felicidade de todos os trabalhadores ou não gerar infelicidades. Eis alguns caminhos que contribuem para isso, ouvir as alegrias e felicidades e ser ouvido; confiar no valor pessoal e profissional; e trabalhar sempre em equipe”.

Deste modo, a área hospitalar ao implantar este modelo de hotelaria deve-se ter colaboradores capacitados em turismo e na própria rede hospitalar, sabendo-se que existe uma grande exigência do cliente da saúde com o próprio colaborador. Por ele esta fora da sua rotina a monotonia do hospital pode interferir em sua enfermidade, sendo que o colaborador auxilia-o para que isso não aconteça.

Todos os pacientes se sentem como que arrancados de suas rotinas diárias quando entra no hospital, e essa confusão de sentimentos é agravada por doença, dor e mal-estar. O planejamento administrativo deve procurar manter, dentro do possível, certa continuidade do tipo de vida a que o paciente está acostumado. (TAPPAN, 1976, p. 5)

722

O colaborador deve estar apto a se dispor de qualquer situação, independente da sua área de atuação no hospital. Pois, algumas vezes o responsável pelo serviço de *check out* pode estar ocupado e outro funcionário, por exemplo, o porteiro, pode auxiliá-lo para que a recepção não fique congestionada de pessoas.

Baseando-se na obra de Moraes; Cândido; Vieira (2004), podem-se destacar os principais cargos e funções do hospital hotel:

- Linha de frente: composta pelo gerente geral, gerente de operações, chefe de recepção, recepcionista de internações e altas, porteiro social ou *concierge*, auxiliar de recepção, capitão porteiro, mensageiro e telefonista;
- Central de reservas: formada pelo chefe do setor de reserva, profissional responsável pelas solicitações de internação e é o seu dever acompanhar todas as programações que vão de cirurgias até a transferência do paciente; e pelo auxiliar de reserva.

- Governança hospitalar: composta pela governanta-geral ou executiva, que presta serviço diretamente ao paciente e aos acompanhantes, responsabilizando-se pelas camareiras, assistente de lavanderia e de higiene, e limpeza; pela governanta-assistente de andares; pela governanta-assistente de lavanderia; e pela governanta-assistente de higiene e limpeza.
- Gerência de alimentos e bebidas (A&B): formada pelo gerente de alimentos e bebidas que é uma inovação na hotelaria hospitalar, ele comandará uma estrutura física e operacional adaptada às necessidades hospitalares; pelo *Maître d'hôtel*, *maître* executivo ou primeiro *maître*, profissional encarregado pela coordenação dos chefes de fila, garçons, dos *commis* e das pessoas envolvidas com o atendimento em restaurantes, *coffee-shop*, *room service*, e serviço de A&B em geral; garçom, profissional que está presente em diversas áreas do hospital como *room service*, restaurante, eventos e festas em geral; e o *commis* de salão que auxilia em todas as atividades que o garçom exerce, é o aprendiz de garçom tratando-se de um a pessoa que esta no início da sua carreira e que trabalha formando dupla com o garçom.
- Cozinha: composta pelo chefe de cozinha, responsável por comandar a cozinha e deve ter grande conhecimento sobre inúmeras técnicas para poder administrar um setor complexo; pelo subchefe de cozinha, responsável por comandar a operacionalidade da cozinha além de substituir o chefe na sua ausência, por isso que o subchefe deve ter uma formação completa e conhecer integralmente todo o trabalho da cozinha; cozinheiros, que atuam na cozinha desde o pré-preparo do alimento; auxiliares de cozinha; e pelos *commis* de cozinha, aprendizes dos auxiliares de cozinha e/ou cozinheiros.
- Departamento de eventos: constituído pelo encarregado de eventos responsável pela coordenação de todo o departamento e atua operacionalmente quando necessário na realização do evento com participação direta e pessoal; e pelo, auxiliar de eventos.

723

6. Qualidade nos Serviços Hospitalares

A qualidade é uma melhoria constante, e a qualidade em serviços é a capacidade de satisfazer uma necessidade, de resolver um problema ou de fornecer benefício a alguém. No caso do hospital não adianta ter bons preços e boa aparência se o paciente ao chegar não é bem atendido e fica esperando vários

minutos. O cliente por vezes acaba preferindo pagar mais caro pelo mesmo serviço com diferenciais, que pagar barato e não ser bem atendido.

Juan apud Paladini (1997, p. 16) fala que a qualidade é a “adequação ao uso” e afirma “que um produto não deve apenas ter leveza, beleza ou mesmo uma embalagem bonita, e de fato a adequação envolve diversos fatos e não apenas à alguns”. Por isso que novas técnicas são implantadas nas redes hospitalares agregando qualidade ao serviço.

O momento da verdade é o contato que existe entre o cliente e a empresa, neste encontro o cliente pode sentir-se satisfeito ou não com o serviço prestado. Este contato acontece desde o primeiro contato do cliente com a empresa prestadora de serviço, a partir do primeiro telefonema, pois este momento não acontece apenas quando o cliente entra em contato diretamente com a empresa, mas também indiretamente.

São os momentos em que o cliente entra em contato com algum aspecto da organização e obtém uma impressão de qualidade de seus serviços. Qualquer contato de um indivíduo com a organização e que forma alguma impressão é considerado um momento da verdade. (LAS CASAS, 2008, p.15)

724

No hospital o momento da verdade vai desde o telefonema até a sua saída, este momento pode ser favorável ou não. A recepcionista ao falar com o cliente deve ser cordial e dizer tudo que desrespeito as informações que o cliente quer adquirir, no momento em que chega ao hospital e não é bem atendido este contato não é positivo tendo um momento de fracasso.

Nas instituições de saúde, o gestor deve ter uma grande habilidade em novas práticas, para isso ele deve exercer ações como o planejamento, a criatividade, inovação, modernização e a qualidade.

7. Transformações Arquitetônicas e Ambientalização sob a Perspectiva da Hotelaria Hospitalar

A arquitetura e a ambientalização de um hospital hotel também requer algumas modificações ou adaptações de modo a gerar valor para os pacientes, ou seja, que proporcione uma evidência física que estimule a recuperação dos mesmo. Com o uso de técnicas como a cromoterapia, a utilização de luz natural, formas amenas e um estilo construtivo mais hoteleiro que hospitalar, tem-se um local mais

agradável para o trabalho, tanto para funcionários como para acompanhantes e pacientes. O ambiente torna-se menos agressivo que a imagem convencional.

[...] a correta escolha das cores pode agir positivamente sobre estados depressivos, situações de tensão e estado geral de saúde dos pacientes. A cromoterapia pode orientar a escolha das cores de paredes, pisos, tetos, mobiliário, portas e componentes da edificação. Essa preocupação é extensiva aos uniformes e enxovais utilizados nas unidades de saúde. (BOEGER, 2008, p. 36)

Outra técnica adotada é a risoterapia, técnica esta que existe desde a década de 60, donde experiências indicam que o riso exerce bons impactos sobre o coração, pulmões, músculos abdominais, vasos sanguíneos e o sistema imunológico. Existe uma equipe responsável para fazer com que as pessoas principalmente as crianças riem, seriam Os Doutores da Alegria, estes são pessoas vestidas aparentemente como médico, mais com sapato, nariz, chapéu e aparência de palhaço transmitindo alegria pelos corredores, enfermaria e pelos quartos.

O *marketing* olfativo é outra ferramenta do *marketing* que agrega benefícios aos clientes, que funciona como um meio propulsor que faz com que o cliente ligue o cheiro ao produto ou até que recorde de um momento de tranquilidade. Nos hospitais este método é utilizado principalmente pelos odontólogos, pois as pessoas realizam o tratamento com mais calma principalmente quando o público é infantil, o aroma mais indicado seria o de camomila que acalma as idéias e os pensamentos e o de lavanda por que combate a insônia e o estresse.

725

Diversos autores abordam este tema de forma que alguns afirmam que este influi na melhora do paciente, já outros afirmam que a humanização é o foco da melhora dos pacientes. Sendo que a hotelaria no hospital já é uma tendência irreversível, pois já existem empresas especializadas apenas para estes projetos hospitalares.

Tappan (1976) afirma que as necessidades do paciente serão mais facilmente satisfeitas caso, o desenho arquitetônico do estabelecimento seja adequado às suas funções, contribuindo com a eficiência terapêutica. Já Boeger (2005) afirma que os serviços devem considerar a humanização, uma vez que o resultado será eficaz do que pensar na Hotelaria Hospitalar.

Mostrando-se que a arquitetura é um dos motivos que influenciam nas escolhas dos pacientes com os hospitais, sendo que desta forma o cliente por estar

debilitado procura um hospital que se sinta mais acomodado como se estivesse em sua própria casa. Algumas mudanças também podem facilitar a escolha, como nos quartos com um fácil acesso na hora de desligar e ligar a TV, fazer o *check out* através do telefone do próprio quarto e também solicitar algum serviço sem ter que todas as horas chamar a enfermeira.

8. Procedimentos Metodológicos

Segundo Galliano(1986), todas as acepções da palavra “métodos” registradas nos dicionários estão ligadas à origem grega *methodos* – que significa o caminho pra chegar a um fim. No artigo foi utilizada a pesquisa exploratória, que segundo Gonçalves (2005) é um tipo de pesquisa utilizado quando o pesquisador entra em contato com os dados, adquirindo uma maior intimidade com estes. Através da pesquisa bibliográfica como método, houve um estudo para o desenvolvimento, Rodrigues (2009:46) afirma que “este tipo de pesquisa é desenvolvida através de material já elaborado: livros e artigos científicos”.

Concordando com Rodrigues, Severino apud Rodrigues (2007:122) diz que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” E também através da *internet* para buscar novos relatos sobre a hotelaria hospitalar, Rodrigues (2007:136) dia que “a *internet* tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento.” Utilizando o referencial de diversos autores o artigo preencheu uma lacuna que existia referente ao tema.

726

Uma das limitações do trabalho foi a carência de dados e informações sobre o tema abordado, e a dificuldade na obtenção de informação junto as empresas do setor. Os investigadores tentaram realizar duas entrevistas com dois hospitais, um em Aracaju/SE – Hospital Primavera, e outro em Salvador/BA – Hospital Espanhol, todavia houve resistência dos administradores no repasse das informações.

Este artigo servirá como base de conhecimento para pesquisas futuras, tais como estudos de caso, de modo a agregar mais informações sobre o tema estudado. Segundo Cervo apud Rodrigues, (2009:92) “o conhecimento é uma relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido.” Como base de sustentação para a construção deste artigo foram investigadas as principais

fontes bibliográficas: Gestão em Hotelaria Hospitalar de Boeger, 2008; Administração de Hotelaria Hospitalar: serviços aos clientes, humanização no atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade de Taraboulsi, 2004; Hotelaria Hospitalar e Humanização no Atendimento em Hospitais: pensando e fazendo de Godoi, 2004; e Administração Hospitalar de Tappan, 1976.

9. Considerações Finais

Com o passar do tempo os hospitais foram percebendo que o paciente não tinha apenas uma necessidade de cura, mas que este agora tinha a necessidade de conforto, de novas tecnologias para os tratamentos, segurança e um ambiente que proporcionasse a sensação de bem estar. A hotelaria hospitalar é um método que com o passar dos anos será aceita em diversos hospitais independente do seu porte ou do seu público, privado ou não.

Estas mudanças acontecem apenas para a melhora do cliente da saúde, pois a humanização ajuda no acolher dos pacientes com um tratamento cordialmente melhor a partir da capacitação dos colaboradores para que saibam agir com o cliente. Este modelo não pode ser visto como moda, já que este surge para suprir as necessidades e desejos dos clientes e fazer com que ele sintam-se a vontade como se estivesse num ambiente familiar.

727

A qualidade é um fator importante dentro da hotelaria hospitalar, onde não vai ser uma mudança na arquitetura que vai proporcionar a qualidade no serviço, mas sim todo um conjunto como a humanização, os colaboradores, a arquitetura, a principalmente dos serviços oferecidos pelos colaboradores e também da gestão. Novas tendências vão surgindo a partir da hotelaria hospitalar, dentre eles estão a risoterapia que esta técnica é coordenada pelos doutores da alegria e o *marketing* olfativo que tende associar o cheiro ao produto ou até mesmo acalmar o cliente em determinados tratamento.

A hotelaria hospitalar provocará cada vez mais mudanças benéficas que visem o paciente como cliente, para mostrar que eles necessitam não só dos procedimentos médicos, mas também de melhoras contínuas em tudo que se agregue ao hospital.

Referências

- ANDRADE, J.V. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 2002.
- BOEGER, M.A. **Gestão em Hotelaria Hospitalar**. São Paulo: Atlas, 2003.
- _____. **Gestão em Hotelaria Hospitalar**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. **Gestão em Hotelaria Hospitalar**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Hotelaria Hospitalar: Gestão em hospitalidade e humanização**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de saúde**. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_segmentos/saude.html> Acesso em: 03 abr. 2010.
- COOLLUCI, Cláudia. **Turismo de saúde no Brasil anuncia novo regulamento**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/789986-turismo-de-saude-no-brasil-anuncia-novo-regulamento.shtml>> Acesso em: 25 out. 2010.
- GALLIANO, A. G. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GODOI, A.F. **Hotelaria Hospitalar e Humanização no Atendimento em Hospitais: pensando e fazendo**. São Paulo: Ícone, 2004.
- GONÇALVES, H. de A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORAES, O.D. CÂNDIDO, Í. VIEIRA, E.V. **Hotelaria Hospitalar: um novo conceito no atendimento ao cliente da saúde**. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- PALADINI, E.P. **Qualidade total na prática: implantação e avaliação de sistemas de qualidade total**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica**. 2.ed. Aracaju: UNIT, 2009.
- TAPPAN, M.F. **Administração Hospitalar**. São Paulo: EDART, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.
- TARABOULSI, F.A. **Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

GESTÃO DE PESSOAS: EVOLUÇÃO, ESTRATÉGIAS E NOVAS POSTURAS – O CASO DA PERFIL PRODUÇÕES CERIMONIAIS & EVENTOS

Patrícia Euzébio Ribeiro Silva²⁴⁰

James Stewart de Araujo²⁴¹

RESUMO

O propósito desse artigo é fazer uma análise evolutiva da Gestão de Pessoas, demonstrando como ela vem se aprimorando, através dos tempos, adquirindo uma concepção moderna de gestão, por meio de estratégias organizacionais que possibilitam às empresas o alcance de seus objetivos. Além disso, analisam-se os principais aspectos históricos da Gestão de Pessoas, evolução histórica, conceitos, objetivos e funções, a fim de descrever os processos de Gestão de Pessoas construídos historicamente. O procedimento metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica. Como resultado, o estudo revelou que a tendência atual de Gestão de Pessoas não comporta mais enfoques tradicionais, ou seja, hoje não são bem vindas as estratégias obsoletas (tradicionais), mas sim as modernas (gestão de pessoas), já que as estratégias tradicionais não respondem mais as exigências da atual sociedade globalizada, nem tampouco as demandas do mercado, uma vez que a complexa e dinâmica realidade econômica, política, tecnológica e social na qual as empresas estão inseridas hoje, têm profundo impacto na forma de planejar, administrar pessoas e desenvolver estratégias nas organizações.

Palavras-Chave: Gestão de Pessoas. Tendências. Organizações.

729

ABSTRACT

The purpose of this article is to do an evolutionary analysis of Human Resource Management, demonstrating how it has been improving, through the time, acquiring modern conception of management, through organizational strategies that enable businesses to achieve their goals. Furthermore, we analyze the main historical aspects of Human Resource Management, historical evolution, concepts, goals and functions, with the objective to describe the processes of Human Resource Management historically constructed. The methodological procedure used was the bibliographic review. As result, the research revealed that the current trend of Human Resource Management does not include more traditional approaches, in other words, today are not welcome obsolete strategies(traditional), but the modern (Human Resource Management), because the traditional strategies do not meet the requirements of the actual globalized society, nor the demands of the market, since the complex and dynamic reality economic , political, technological and social in which the companies are included today, have profound impacts on the way of plan, manage people and develop strategies in organizations.

Keywords: Human Resource Management, Trends, Companies

²⁴⁰ Patricia Euzébio Ribeiro Silva, Bacharel em Turismo e Pós-Graduada em Gestão Estratégica em RH.

² James Stewart de Araujo, Bacharel em Geografia, Graduado em Geografia e Pós-Graduado em Gestão Estratégica em RH.

1. Introdução

Diversos estudos e pesquisas desenvolvidos (ARAÚJO, 2006; CHIAVENATO, 2004, 2005, 2006, 2007; DESSLER, 2004; GIL, 2005; VERGARA, 2005, OLIVEIRA, 2006; CURY, 2000 e outros), nas últimas décadas, vêm mostrando que desde a Revolução Industrial o mundo vem sofrendo intensas transformações sejam elas no âmbito social, político ou econômico. As maiores transformações ocorridas dizem respeito ao grau de importância dada ao conhecimento e à informação no panorama econômico mundial, evidenciado pela busca incessantemente em manter-se atualizado, informado e competitivo no mercado, através do aperfeiçoamento das técnicas de treinamento, desenvolvimento e capacitação de pessoas. Dessa forma, um número considerável de organizações procura minimizar as incertezas mercadológicas tornando mais ágeis e eficazes seus colaboradores.

O cenário organizacional atual é diferente; os empregados são chamados de colaboradores e os chefes de gestores. A área de Recursos Humanos deixou de ser um mero departamento de pessoal para se tornar o personagem principal de transformação dentro da organização. Por conta disso, gerir pessoas não é mais um fator de uma visão mecanicista, sistemática, metódica, ou mesmo sinônimo de controle, tarefa e obediência. E sim, discutir e entender o disparate entre as técnicas tidas como obsoletas (tradicionais) com as modernas (gestão de pessoas) (CAPPI, 2005).

O movimento de valorização das relações humanas no trabalho surgiu da constatação da necessidade de se considerar relevante os fatores psicológicos e sociais na produtividade, trazendo novo sentido à Gestão de Pessoas. A partir de então, passou-se a considerar, no ambiente de trabalho, temas como comunicação, motivação, liderança, o que antes não era significativo ao olhar dos proprietários de empresa e conseqüentemente de seus gestores (CHIAVENATO, 2007).

Nesse sentido, a descoberta do fator humano na empresa veio fazer com que os trabalhadores fossem vistos, não mais como meros recursos, mas como colaboradores; que encontrassem satisfação de suas necessidades sociais e psicológicas e, ao mesmo tempo, colaborassem, em termos de produtividade, com a empresa. Daí, a expressão Recursos Humanos passou a não ser mais utilizada; e sim, Gestão de Pessoas, uma vez que, não se tratar mais como recursos, mas como pessoas.

Baseando-se nos aspectos descritos, esse estudo tem como situação problema: como se verificar o processo evolutivo de gestão de pessoas dentro de uma concepção moderna de gestão por meio de estratégias organizacionais?

O problema descrito não é novo, já foi discutido por diversos estudos e pesquisas. Todavia, alguns pontos precisam ser revistos e analisados, com vistas a aumentar o número de trabalhos escritos sobre esta temática.

Com base no problema descrito, foi levantada a seguinte hipótese: a moderna Gestão de Pessoas foi aprimorando seus processos, por meio de novas estratégias e de uma nova filosofia de administração que integra normas de controle, monitoramento e exigências da atual competitividade, a fim de auxiliar os administradores a atingir o melhor desempenho organizacional possível.

Desta forma, justifica-se à escolha do tema, pois este contribui para a compreensão da importância da Gestão de Pessoas no cenário atual, embasando-se nas informações fornecidas pela Administração de Empresas.

O procedimento metodológico utilizado foi dividido em dois momentos: primeiro a revisão bibliográfica, visando aprofundar a temática discutida nesse estudo, dialogando num esforço contínuo com autores, Chiavenato (2004, 2005, 2006, 2007), Dessler (2004), Ferreira (2005), Gil (2005), Oliveira (2006), Vergara (2005) e outros; bem como bancos de dados, dentre eles: SCielo, Anped, domínio público, entre outros. O segundo, uma análise da Gestão de Pessoas da Empresa Perfil Produções Cerimoniais & Eventos, sediada em Aracaju – Sergipe.

Assim, partindo-se desse percurso evolutivo e/ou dessa mudança de paradigma da concepção de Gestão de Pessoas, anteriormente Administração de Recursos Humanos, esse estudo buscou, inicialmente, definir o conceito de Gestão de Pessoas, assim como fazer um breve e esclarecedor desse conceito e das atribuições do profissional que se dedica a essa área, para que, assim, se faça (re) conhecer a importância dessa função em toda e qualquer empresa.

2. Evolução da gestão de pessoas: novas tendências

Sendo a Gestão de Pessoas o tema central deste estudo, tornar-se imprescindível apresentar o seu conceito antes de nos aprofundar sua evolução histórica, seu desenvolvimento e tendências modernas.

Segundo Lacombe (2004 apud ARAÚJO 2006, p.05), gestão pode ser entendida como o "conjunto de esforços que tem por objetivo: planejar; organizar; dirigir ou liberar; coordenar e controlar as atividades de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum".

Nesse sentido, Gil (2005, p.17) atesta que

Gestão de Pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais, quanto individuais. Constitui, dessa forma, uma evolução das áreas anteriormente denominadas como Administração de Pessoal, Relações Industriais e Administração de Recursos Humanos.

A gestão de pessoas é uma área sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois dependem de vários aspectos como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes (CHIAVENATO, 2005).

732

A moderna Gestão de Pessoas é um componente de suma importância no contexto organizacional, uma vez que é no interior das empresas que as pessoas passam a maior parte de suas vidas. E, além disso, Chiavenato (2005) chama atenção para o fato de que, as empresas podem ser tudo, mas nada serão se não houver pessoas a definir-lhes a visão e o propósito, a escolher estruturas e estratégias, a realizar esforços a administrar recursos financeiros, a estabelecer metas de produção, a definir preços e tantas outras decisões e ações.

No entanto, nem sempre foi assim. Antes da valorização do empregado, hoje parceiro/colaborador do negócio, ele era tratado como apenas mais um recurso, ao lado dos recursos materiais e financeiros, e, como tal, precisava ser administrado para obter-se dele o máximo de rendimento possível, função esta exercida pelo chamado na época gestor de recursos humanos.

Ao longo da história, a administração de uma empresa era considerada como uma atividade autoritária distante do assessoramento da Gestão de Pessoas. Com o desenvolvimento das teorias administrativas, abriram-se novos estudos a seu respeito, tornando as relações humanas melhores e viabilizando o uso do poder que era conferido ao administrador.

O movimento da área de recursos humanos é conhecido, tendo ocorrido em épocas diversas para países e setores da economia diferentes. Alguns autores como Chiavenato (2006), visualizam, ao longo do século XX, três eras organizacionais distintas: a Era Industrial, a Era Industrial Neoclássica e a Era da Informação. A visão das características de cada uma delas permite compreender melhor as filosofias e as práticas da Gestão de Pessoas em sua evolução histórica.

A era da industrialização clássica é marcada pelas características: muitos níveis hierárquicos e coordenação centralizada, departamentalização funcional para assegurar especialização; padrões rígidos de comunicação e cargos definitivos e limitados, pequena capacidade de processamento da informação, cargos individuais especializados com tarefas simples e repetitivas, ênfase na eficiência da produção, no método e na rotina, adequado para ambiente estável e imutável e tecnologia fixa e permanente, nenhuma capacidade para mudança e inovação (CHIAVENATO, 2006).

733

Cappi (2005) esclarece que, nesta época, o Departamento de Recursos Humanos, hoje Gestão de Pessoas, atuava de forma mecanicista, onde a visão do empregado prevalecia à obediência e a execução da tarefa, e ao chefe, o controle centralizado.

Sendo assim, as empresas adotavam uma estrutura organizacional burocrática, a partir de um formato era piramidal e centralizador, cuja ênfase era na departamentação, na hierarquia e no estabelecimento de regras e regulamentos internos para disciplinar e padronizar o comportamento das pessoas.

Para Viscaíno; Estork (2004, p.02),

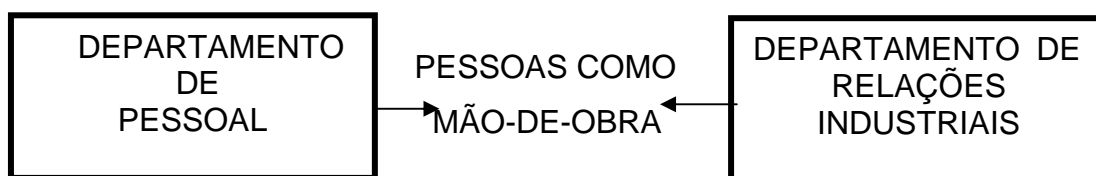
O Departamento de Recursos Humanos surgiu no século XIX, com a necessidade de “contabilizar” os registros dos trabalhadores, as faltas e os atrasos. Os “Chefes de pessoal”, naquela época, tinham como características a inflexibilidade, o estrito seguimento das leis e eram conhecidos por serem donos de uma frieza incalculável, principalmente na hora de demitir funcionários. Ao ser comunicado que deveria ir ao

Departamento de Pessoal, o trabalhador já imaginava que seria demitido. Por muito tempo, e talvez, em algumas empresas isso ainda persista.

Neste contexto, o ambiente não oferecia desafios uma vez que existia um relativo grau de certeza quanto às mudanças externas, por conta disso, as organizações se preocupassem com os seus internos de produção. Além disso, a ênfase na preocupação para alcançar eficiência na padronização e simplificação, visando mão-de-obra especializada com escalas de produção maiores e a custos menores (CHIAVENATO, 2006).

Portanto, o modelo organizacional baseava-se em um desenho macanístico típico da lógica do sistema fechado (FIGURA 1).

FIGURA 1
MODELO ORGANIZACIONAL INDUSTRIAL



734

Fonte: (SILVA, 2010 adaptado de CHIAVENATO, 2006)

A segunda Era, a da industrialização neoclássica (de 1950 a 1990), teve seu início logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo começou a mudar mais rápida e intensamente. Este período teve como características: expansão da industrialização e do mercado de candidatos, aumento do tamanho das fábricas e do comércio mundial, início do dinamismo do ambiente: instabilidade e mudança, adoção de estruturas híbridas e de novas soluções organizacionais, modelo menos mecanístico, estruturas baixas e amplitude de controle mais estreita, necessidade de adaptação.

A velocidade da mudança aumentou progressivamente. As transações comerciais passaram da amplitude local para regional, e de regional para internacional, tornando-se cada vez mais intensas e menos previsíveis acentuando a competição entre as empresas (CHIAVENATO, 2006).

Para Viscaino; Estork (2004), neste período, o movimento de relações humanas trouxe um novo desafio ao Departamento de pessoal, pois o novo modelo

de administrar teve como base de mudança a relação entre os empregados e os empregadores. Antes, a administração operava à base da força e do autocratismo e, no novo modelo, o que passava a prevalecer era aumentar a produtividade pela eliminação de conflitos e seus respectivos custos. Sendo assim, a ordem, a partir desta nova forma de administrar.

Portanto, o modelo clássico foi substituído pelo neoclássico, redimensionado pelo Estruturalismo. Conforme Chiavenato (2005) a Teoria das Relações Humanas foi substituídas pela teoria Comportamental. Ao longo do período, surge a Teoria de Sistemas e no seu final, a Teoria da Contingência. A visão sistêmica e multidisciplinar e o relativismo tomam conta a teoria administrativa. O velho modelo burocrático e funcional, centralizador e piramidal utilizando passou a formatar as estruturas organizacionais tornou-se rígido e vagaroso demais para acompanhar as mudanças e transformações do ambiente:

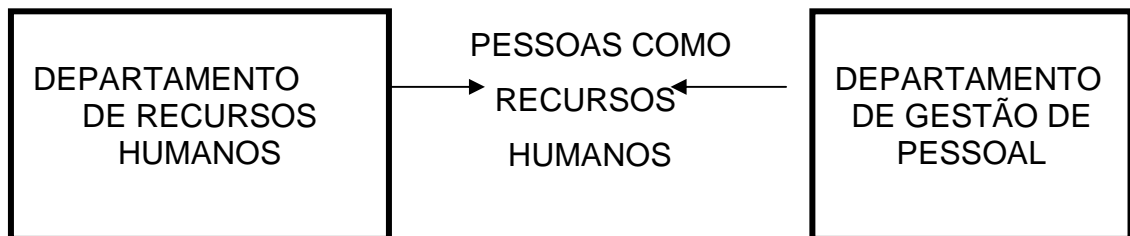
As organizações tentaram novos modelos estruturais para incentivar a inovação e o ajustamento às mutáveis condições externas. A estrutura matriarcal, uma espécie de quebra-galhos para reconfigurar e reavivar a velha e tradicional organização funcional, foi a resposta das organizações. A abordagem matriarcal visava a conjugar a departamentalização funcional com um esquema lateral de estrutura por produtos/ serviços, a inovação e dinamismo e alcançar maior competitividade. Era como se tentasse colocar um turbo em motor velho e desgastado (CHIAVENATO, 2005, p. 45).

735

Corroborando com a afirmação de Chiavenato (2006), Viscaíno; Estork (2004) esclarecem que apesar de todo o tumulto gerado, pois nesta época não havia ninguém preparado para tais mudanças, o movimento continuou a evoluir, passando para outro estágio: o Behaviorismo, cuja base também era fundamentada no comportamento humano, porém existia a singeleza e o empirismo, pois entendia que a simples satisfação no trabalho geraria a eficiência.

Percebe-se que a organização matriarcal promoveu uma melhoria na arquitetura organizacional das grandes organizações, mas não o suficiente, pois não conseguia remover a rigidez da velha estrutura funcional e burocrática sobre a qual se assentava. Entretanto, as suas vantagens foram aproveitadas através da posterior fragmentação e decomposição das grandes organizações em unidades estratégicas de negócios para torná-las mais bem administradas, mais ágeis e mais próximas do mercado e do cliente (CHIAVENATO, 2006).

FIGURA 2:
MODELO ORGANIZACIONAL NEOCLÁSSICO



Fonte: (SILVA, 2010 adaptado de CHIAVENATO, 2006)

Mais tarde, na década de 1990, novas posturas foram surgindo. Springer; Springer (1990 apud LACOMBE; TONELLI, 2001) avaliam que a prática de recursos humanos nos anos 90 foi focada no elenco seguinte.

Recrutamento: ênfase no recrutamento interno como melhor forma de adequação aos objetivos estratégicos.

Análise de funções: cada vez mais deveria ser utilizada, sob a forma de descrição, especificação e avaliação de funções, com a finalidade de fornecer informações para todo o espectro das atividades de RH, e não mais como controle ou imposição de tarefas predeterminadas. 736

Treinamento e desenvolvimento: os autores previam grande crescimento da função treinamento. In-house training para o pessoal operacional, uma vez que a proximidade do local de trabalho permitiria a resolução de problemas específicos. Já para o nível gerencial, previam o foco no desenvolvimento de competências, que compreendem conhecimento, habilidades e atitudes, por meio de treinamentos tanto técnicos como comportamentais.

Em menos de duas décadas, um novo mundo competitivo emergiu fazendo surgir nas organizações uma nova demanda por conhecimento, qualidade nos produtos e serviços, estratégias diferenciadas, entre outros. Neste ambiente, mais do nunca, é requerido aos gestores o uso da informação no direcionamento de estratégias e no desempenho dos negócios.

A era da informação começou no início da década de 1990. A principal característica dessa nova são as mudanças, que se tornaram rápidas, imprevistas, turbulentas e inesperadas. A tecnologia da informação integrou os meios de comunicação: a televisão, o telefone e o computador o mundo em uma verdadeira

aldeia global. Além dessa característica, sobressaem: mercado de serviços ultrapassa o mercado industrial, adoção de unidades de negócios para substituir grandes organizações; extremo dinamismo, turbulência e mudança, adoção de estruturas orgânicas e autocráticas, modelos orgânicos, ágeis, flexíveis, mutáveis, necessidades de mudanças (CHIAVENATO, 2006).

Portanto, a grande mudança do final do século XX e início do século XXI foi à valorização do conhecimento e da informação. A este propósito Mañas (2005, p.47) diz que a “informação transformou-se em recurso fundamental em qualquer sociedade”. Esse contexto também foi modificado pelos grandes avanços tecnológicos. Para Souza (2003), as inovações tecnológicas transformaram o modo de executar determinadas funções. No entanto, o que houve de novo é que a tecnologia foi se expandindo com maior rapidez do que a capacidade de explorar às novas oportunidades.

Por conta disso, a atualidade vem se caracterizando pela acelerada evolução das tecnologias e pela variedade de inovações tecnológicas disponibilizadas, especialmente na área das tecnologias da informação.

737

Do ponto de vista de Chiavenato (2006, p.37),

Neste período há um impacto comparável ao da Revolução Industrial em sua época. A informação passou a cruzar o planeta em milênios de segundos. A tecnologia da informação forneceu as condições básicas para o surgimento da globalização da economia mundial e global. A competitividade tornou-se intensa e complexa entre as organizações. O volátil mercado de capitais passou a migrar de um continente para outro em segundos à procura de novas oportunidades de investimentos, ainda que transitória, em uma época em que todos dispõem da informação em termo real são mais bem-sucedidas as organizações capazes de tomar a informação e transformá-la rapidamente em uma oportunidade de novo produto ou serviço, antes que outras o façam.

Neste contexto também o capital financeiro deixou de ser o recurso mais importante, cedendo lugar para o conhecimento. O conhecimento sempre foi importante ao homem, uma vez que através dele o homem amplia sua forma de pensar. Segundo Malone (2005, p.21),

Ao longo da história, a vitória ficou na mão de pessoas que estavam na vanguarda do conhecimento; os guerreiros primitivos que aprenderam a fazer armas de ferro, que derrotaram seus inimigos armados com bronze; as empresas norte-americanas, durante centenas beneficiárias do sistema de escolas públicas mais abrangentes do mundo, que lhes proporcionou uma força de trabalho bem instruída. Atualmente, o conhecimento é mais importante do que nunca, uma vez que se vive na Era da Informação.

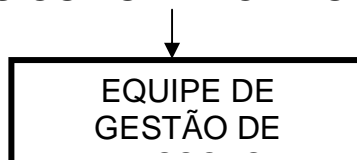
Sendo assim, a informação tornou-se a fonte de aproximadamente três quartos do valor agregado nas indústrias. No auge do antigo modelo industrial, fazia sentido as empresas reunirem sob o mesmo teto o máximo possível do que precisavam para executar seu trabalho. A nova era já chegou, mas suas transformações sociais e econômicas ainda não chegaram ao auge, pois é visível o tumulto, em virtude das constantes mudanças mercadológicas, inevitável que envolve as empresas, a gestão de pessoas e as formas de liderar (CHIAVENATO, 2005).

FIGURA 3

MODELO ORGANIZACIONAL DA INFORMAÇÃO

738

PESSOAS COMO PARCEIROS



Fonte: (SILVA, 2010 adaptado de CHIAVENATO, 2006)

A partir do processo de globalização, da constante criação de leis reguladoras, os Departamentos de Recursos Humanos - RH se tornaram cada vez mais valorizados e informatizados dentro das empresas. O que representa novos desafios de gerenciar as pessoas dentro das organizações. Portanto, a informação tornou-se uma das matérias-primas mais importantes do cenário organizacional.

No contexto atual, a questão vital para as empresas passa a ser o talento, ao lado do capital, das estratégias, dos produtos inovadores, da tecnologia de ponta, habilidade e talento. Sem a habilidade e o talento, o restante é inútil. As economias

mais complexas estão gerando demanda por gente mais sofisticada, portanto, a disputa é pelas cabeças mais brilhantes (CHIAVENATO, 2006).

Hoje a tendência é fazer com que todas as pessoas, em qualquer nível dentro da organização, sejam administradoras e não simplesmente executores de suas tarefas.

Nesse contexto, a Gestão de Pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais. Ela constitui uma evolução das áreas designadas no passado como Administração de Pessoal, Relações Industriais e Administração de Recursos Humanos (CHIAVENATO, 2006).

Na concepção de Chiavenato (2004) existe uma grande diferença entre gerenciar pessoas e gerenciar com pessoas. No primeiro caso, as pessoas são o objeto da gerência, são guiadas e controladas para alcançar determinados objetivos. No caso, as mesmas são o sujeito ativo da gerência, são elas que guiam e controlam para atingir os objetivos da organização e os objetivos pessoais.

Portanto, segundo Pestana *et al* (2003), gerenciar pessoas é a preocupação de muitas organizações para que seus objetivos sejam atingidos, de preferência com a participação de um grupo eficaz e motivado liderado por um gestor que possa ter os seguintes desafios estratégicos: atrair, capacitar e reter talentos; gerir competências; gerir conhecimento; formar novo perfil do profissional demandado pelo setor; gerir novas relações trabalhistas; manter motivação/clima organizacional; desenvolver uma cultura gerencial voltada para a excelência; RH reconhecido como contributivo para o negócio; RH reconhecido como estratégico; conciliar redução de custo e desempenho humano de qualidade; equilíbrio com qualidade de vida no trabalho e descentralizar gestão de RH.

Chiavenato (2006) descreve o principal mandamento para a atual Gestão de Pessoas:

Dignificar o ser humano: Não mais administrar as pessoas - como se elas fossem simples recursos empresariais, ou seja, sujeitos passivos e inertes da administração - mas acima de tudo, administrar conjuntamente com as pessoas - como se elas fossem os sujeitos ativos, ou seja, companheiros da atividade empresarial, colaboradores do negócio, fornecedores de inteligência e de conhecimento que tomam decisões a respeito dos demais recursos físicos e materiais, e mais do que isso, dotados de espírito empreendedor e inovador. Pessoas como pessoas e não mais como meros recursos da empresa.

Portanto, a abrangência do papel da Gestão de Pessoas, na atualidade, não se restringe apenas em oferecer condição para que o colaborador melhor se capacite ou se desenvolva, mas, também, representa uma força capaz de intervir na organização e no processo produtivo.

Vergara (2005) elenca algumas capacidades requeridas para o gestor na moderna Gestão de Pessoas: compartilhar visão, missão, objetivos, metas, estruturas, tecnologias e estratégias; perscrutar, monitorar o ambiente externo; contribuir para a formação de valores e crenças dignificantes; ter habilidade na busca de clarificação de problemas; ser criativo; fazer da informação sua ferramenta de trabalho; ter iniciativa, comprometimento, atitude sinérgica, ousadia; visualizar o sucesso; construir formas de auto-aprendizado; conhecer seus pontos fortes e os fracos; ouvir e ser ouvido; reconhecer que todo o mundo tem alguma coisa com que pode contribuir; viabilizar a comunicação; pensar globalmente e agir localmente; reconhecer o trabalho das pessoas; ter energia radiante e ser ético.

Pelo exposto, observa-se que a tendência é conciliar as idéias das abordagens utilizadas durante toda a trajetória histórica da administração, se tornando útil no sentido de facilitar sua visualização em qualquer tipo de organização, o que permite oferecer condições de desempenho excepcional nas organizações (ARAÚJO, 2006). 740

Oliveira (2006) defende a tese de que para se avaliar de forma adequada uma organização é necessário estabelecer primeiramente um conjunto de políticas, que servirão como base de sustentação para todo processo decisório, nos quais essa política é inerente à estrutura organizacional, podendo ser julgadas válidas e adotadas.

Portanto, todo processo de análise administrativa dever ser cuidadosa e iniciar com um planejamento, com a previsão do envolvimento dos colaboradores internos, possibilitando a conscientização no sentido de aprender a ver os problemas, objetivando a participação no diagnóstico e co-responsáveis pela manipulação dos resultados (CURY, 2000).

Frente ao exposto, as empresas precisam empreender mudanças em sua estrutura organizacional. Segundo Ferreira (2005), a mudança organizacional

abrange a introdução de novos processos, procedimentos e tecnologias, que constituem uma abordagem diferente daquilo que as pessoas envolvidas geralmente consideram como a forma tradicional, prática e familiar de realizar seu trabalho, como também a adoção de uma política de comunicação interna.

3. Análise da empresa Perfil Produções Cerimoniais & Eventos

Os eventos são de extrema importância para que o turismo se desenvolva em uma localidade. Segundo dados da Embratur, o mercado de turismo de eventos está em larga expansão, é a segunda maior indústria em crescimento no mundo. Em torno de um evento gira um grande volume de capital, gerando empregos e arrecadando impostos para a cidade que recebe os turistas de eventos e negócios. Onde há crescimento de renda, há, em consequência, um crescimento sócio-econômico, refletindo diretamente na qualidade de vida de cada cidadão.

Grandes números de empresas realizam eventos, desde pequenas a multinacionais, tornando essencial a existência de bons espaços e bons organizadores para sediá-los e promovê-los. Sendo assim, cabe aos responsáveis pelos governos estarem atentos no sentido de captar essas empresas para, desta forma, fomentar o turismo na região. 741

Em torno de um evento, crescem diversas empresas de pequeno e médio porte para oferecer o necessário apoio. Uma gama de profissionais se envolve em sua estruturação, como por exemplo: equipe de montagem de "stands", recepção, portaria, limpeza, decoração, floriculturas, uniformes, empresas de áudio, vídeo, som, informática, telefonia e muitas outras.

O setor do turismo é considerado a estratégia mais rápida e eficaz de gerar emprego e renda, entretanto este mercado possui oscilações, sendo que as localidades em certas épocas do ano ficam muito ociosas devido à sazonalidade, necessitando de uma programação anual para suprir a falta de demanda nas baixas estações, enquanto que na alta estação a oferta é insuficiente para atender toda a demanda.

A Empresa analisada, a Perfil Produções Cerimoniais & Eventos, sediada em Aracaju – Sergipe está no mercado há dois anos como uma garantia de sucesso. Ao longo da sua existência, a empresa acumula experiências positivas e congrega uma

invejável equipe de profissionais qualificados. Esta empresa tem como principal *objetivo* a satisfação plena de seus clientes, a partir da prestação de um serviço com qualidade e criatividade.

A PERFIL PRODUÇÕES CERIMONIAIS & EVENTOS organiza diversos tipos de eventos:

- Seminários, palestras, treinamentos, jornadas, debates;
- Reuniões, conferências, convenções, workshop, almoços networks, exposições;
- Inaugurações, posses, lançamentos de produtos e/ou serviços;
- Encontros empresariais, coquetéis, banquetes;
- Festas comemorativas, café da manhã;
- Confraternizações, buffet temáticos;
- Casamentos, chá-bar;
- Formaturas, aniversários, eventos temáticos etc.

O atendimento de seus clientes se faz por meio de um relacionamento diferenciado e personalizado, utilizando soluções adequadas, projetos exclusivos e idéias inovadoras para que cada evento tenha sua própria identidade.

742

A empresa terceiriza a grande maioria dos seus funcionários e tem como funcionários fixos a sócia proprietária e o contador que é quem cuida da parte burocrática da empresa.

Os eventos têm como uma das finalidades equilibrar o mercado turístico em uma localidade, e os responsáveis pelo setor de realizarem um trabalho que consiste em conquistar ou atrair eventos para a cidade ou região sob sua administração.

Considerações finais

Este trabalho, baseando-se em concepções de alguns teóricos dedicados à área de administração de Recursos Humanos, hoje, conhecida como Gestão de Pessoas, buscou evidenciar que toda evolução ocorrida no processo organizacional, fez com que a Gestão de Pessoas adquirisse novos enfoques e tendências, tornando-a uma área em constante evolução e necessária para o aperfeiçoamento dos processos organizacionais.

Fica evidente que a área de Gestão de Pessoas não é mais concebida apenas como aquela que recrutava e selecionava pessoas, mas sim, como a que valoriza também o comportamento humano dentro da empresa e vêem seus empregados como grandes colaboradores para a consecução dos objetivos organizacionais e obtenção dos resultados esperados, garantindo o sucesso empresarial.

Hoje, as tendências tradicionais (a Era da Industrialização Clássica, a neoclássica) e outras de enfoques conservadores já não respondem mais as exigências da atual sociedade globalizada, nem tampouco as demandas do mercado, uma vez que a complexa e dinâmica realidade econômica, política, tecnológica e social na qual se vive hoje têm profundo impacto na forma de planejar, administrar pessoas e operar as organizações. As exigências e transformações da sociedade obrigam aos administradores e gestores a empreender mudanças e adaptações.

As organizações estão inseridas dentro de um ambiente permeado por mudanças e interagem com este recebendo influências e influenciando-o. Assim, o trabalho dos gestores administrativos é marcado pela tomada de decisões, que podem gerar consequências diversas conforme o contexto de cada organização. Tais decisões deveriam partir de uma visão ampla do ambiente, considerando as características sociais, culturais e políticas deste. Em meio a um ambiente em que a concorrência aumenta e se qualifica a cada dia, torna-se imprescindível a necessidade de estratégias organizacionais adaptadas às novas necessidades do mercado. 743

Nesse sentido, os Gestores de Pessoas precisam participar ativamente de todos os processos organizacionais, desenvolvendo novas estratégias, a fim de melhorar a produtividade e alcançar o sucesso organizacional.

Referências

ARAÚJO, Luis César G. de. **Gestão de pessoas:** estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

CAPPI, Elyane Kadur Deniz. **Gestão de pessoas.** 2005. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/elyanekadurdenizcappieluzcarlosvillagimenis.pdf>> Acesso em 12 de ago. de 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Campus, 2006.

- _____. **Teoria da administração**. São Paulo: Campus. 2007.
- _____. **Recursos humanos**: Recrutamento e seleção de pessoas. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. **Gerenciando pessoas**. São Paulo : Makron Books, 2004.
- CURY, L.T. **Cultura organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- DRESSLER, Ricardo Teles. Gestão de recursos humanos. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 8, jan. mar, 2004.
- FERREIRA, Maria Tereza. **Aprendizagem e inovação organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LACOMBE, Beatriz Maria Braga; TONELLI, Maria José. **Revista de Administração Contemporânea**. Vol. 5 no.2 Curitiba Mai/Ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>> Acesso em 12 de ago. de 2010.
- MALONE, Stephen R. **Liderança baseada em princípios**. São Paulo: Nacional, 2005.
- MANÃS, Antônio Vico. **Gestão do conhecimento**. São Paulo: Ética, 2005.
- OLIVEIRA, Sílvio L. **Sociologia das organizações**: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira, 2006.
- PESTANA, Maria Cláudia, et al. **Ciência da Informação**. vol.32 n.2 Brasília Mai/Ago. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100->> Acesso em 12 de ago. de 2010.
- SOUZA, J. E. **Globalização e mercado**: As novas formas interativas de aprendizagem. São Paulo: Contexto, 2003.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VISCAINO, Cassiana Cristina; ESTORK, Leandro Augusto. **Revista Científica Eletrônica De Ciências Contábeis** Ano II. N. 03. Maio de 2004. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/contabeis03/pages/artigos/.pdf>>. Acesso em 12 de ago. de 2010.

VÔO LIVRE EM SERGIPE: UMA PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO DIFERENCIADO

Genston Araujo Silva²⁴²

Sueli da Silva Fontes²⁴³

Yamille Nery Nascimento²⁴⁴

Resumo

Os roteiros turísticos possibilitam a organização da visitação turística em determinados locais sendo essenciais para o melhor aproveitamento do tempo da viagem em um destino. O presente trabalho apresenta o potencial do segmento de turismo de aventura, na modalidade vôo livre, com a finalidade de incentivar a criação de um roteiro turístico diferenciado no estado de Sergipe. Foi utilizado como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a aplicação de entrevista semi-estruturada com o presidente da Associação Sergipana de Vôo Livre. Dessa forma, os resultados da análise apontam o potencial do vôo livre para elaboração deste roteiro turístico. Assim, conclui-se que o potencial sergipano para esse segmento é bastante considerável dependendo primordialmente de ações planejadas entre os setores públicos e privados.

Palavras - chave: vôo livre, roteiros turísticos, Sergipe.

Abstract

745

The touristic routes make possible the organization of the touristic visitation to certain places, being of essential significance to a better use of the time to visit a location. This document presents the potential of the adventure tourism segment, the free-flying genre, with the purpose of encouraging the set up of a new touristic route in the state of Sergipe. As a methodological procedure it was based on the bibliographic research and the use of a semi-estrucutred interview with the president of the Sergipe Free-Flying Association. This way, the analisis results point to the potential of the free-flying to set up this touristic route. So, we conclude that Sergipe's capability to the development of this genre is considerable depending primarily on joint ventures of the public and private initiatives.

Keywords: free fly, touristic routes, Sergipe State.

²⁴² Aluno do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-Mail: genstonaraujo@hotmail.com

²⁴³ Aluna do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-Mail: sueli-silvafontes@hotmail.com

²⁴⁴ Aluna do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-Mail: yamillenerly@hotmail.com

Trabalho orientado pela professora Fabiana Britto de Azevedo Maia do Núcleo de Turismo da UFS.

Introdução

Diante da busca crescente por destinos turísticos percebe-se a massificação de determinados segmentos turísticos, a exemplo do sol e praia, difundido principalmente nas cidades litorâneas do Nordeste. Por outro lado, verifica-se uma procura cada vez maior por roteiros turísticos diferenciados, os quais apresentam alto grau de especialização em determinado atrativo ou local com características únicas.

A diversificação do turismo é cada vez mais comum devido às mudanças na sociedade, reforçada pelas discussões crescentes nesta área do conhecimento e as soluções encontradas para suas notórias satisfações. O turista passa a ser mais exigente devido aos grandes avanços tecnológicos, que lhe proporcionam uma visão mais ampla do que fazer e como fazer para um melhor aproveitamento do seu tempo de turismo. Por outro lado, as empresas e destinos tentam ressaltar as características locais para atrair públicos diferentes, ou até mesmo, incrementar os fluxos turísticos.

De acordo com Tavares (2002, p. 15) “os roteiros turísticos são de grande importância para o turismo e seu desenvolvimento. Tornaram-se peças fundamentais na organização e na comercialização do turismo como produto”. Assim, os aspectos histórico-culturais e ambientais passam a ser identificados como produtos turísticos e são integrados em roteiros que chamam a atenção para as especificidades locais.

746

O segmento turismo de aventura vem com o passar do tempo conquistando muitos adeptos, sendo bastante destacável a escolha destes destinos pelos turistas, pois a procura por emoções em meios naturais e a maior proximidade com este ambiente é a principal motivação daqueles que procuram esse tipo de lazer (EFDE PORTES, 2010).

Há uma grande discussão quanto as conceituações e definições sobre “Turismo de aventura”, principalmente em amplitudes acadêmicas. Porém não é objeto desse artigo fazer uma discussão aprofundada sobre o tema. Segundo o Ministério do Turismo (2005, p.10) o turismo de aventura é definido como:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvem emoções e riscos controlados, exigindo o uso de

técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao Patrimônio Ambiental e Sócio-Cultural.

A palavra “aventura” que vem do Latim (o que está por vir) está ligada às questões das incertezas quando realizada a prática, onde a emoção extrema, a adrenalina intensa e o sentimento de risco são maneiras das pessoas sentirem algo significativo com a experiência da prática escolhida. No turismo a busca pela aventura está vinculada ao conhecimento de localidades interessadas ao turista em suas viagens. Os esportes radicais normatizados servem de referencial para o desenvolvimento da atividade turística em áreas que detenham tal potencial.

O turismo de aventura pode ser realizado no ar (asa delta, o parapente e o balonismo), em terra (caminhada, *trekking* e *hikking*, cavalgada, ciclismo de montanha ou ciclismo fora de estrada, escalada, espeleoturismo, montanhismo, rapel e *windcar*) e na água (o alpinismo de cachoeiras, barco a vela, canoagem, mergulho, pesca amadora, *raffing*, *surfe* e *Windsurf* são as práticas dessa modalidade). (GODANICH; MOLETTA, 2001).

O pioneirismo nos esportes radicais, possivelmente tem como referência o 747 Montanhismo, sendo este praticado desde o séc. XVIII, onde posteriormente vem a ser chamado de Alpinismo devido esta prática ser efetuada nos Alpes da França. Deste, então, surgiu o contato com os primeiros parapentes, utilizados por estes alpinistas para a descida do cume das montanhas. Seria um pára-quedas inflado, na parte montanhosa mais alta, pelos fortes ventos levando o praticante a base da mesma, conjecturando as iniciais experiências de vôo livre no mundo. (HAUCK, 2010).

O vôo livre é um esporte considerado de aero desporto que compõe duas modalidades: a Asa Delta e o Parapente.

Ao contrário do pára-quedismo, queda livre, *sky dive*, *sky surf* e outros esportes em que o praticante “salta” e encontra a adrenalina na queda, no vôo livre o objetivo é subir. Você “decola” de uma montanha com uma Asa Delta ou Parapente (*Paraglider*) e plana suavemente em seu vôo procurando as correntes ascendentes de ar quente (o que nós chamamos de Térmicas). Uma vez que encontre uma Térmica, você faz uso das técnicas aprendidas e praticadas para permanecer dentro dela e subir a máxima altitude possível (CBVL, 2010)²⁴⁵.

²⁴⁵ Clube Baiano de Vôo Livre.

Diante do potencial de desenvolvimento do turismo de aventura no Estado de Sergipe, especificamente nas modalidades de vôo livre, observou-se que este pode ser um fator de atração turística através da elaboração de roteiros diferenciados no Estado.

É necessário destacar que há ações desenvolvidas pelo poder público em âmbito nacional para um aprimoramento ou inclusão de roteiros turísticos. Onde o turismo de aventura é consideravelmente notado pelo grande potencial geográfico brasileiro necessário a este segmento. O programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010) é o exemplo máximo, que incentiva a participação e a criatividade de cada região turística com a integração entre os municípios desta região, para que esses participem dos melhoramentos trazidos pelo turismo. A integração entre os municípios deve ser possibilitada, segundo o Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil (2006) com o planejamento de uma roteirização turística.

Roteirizar é uma forma de organizar e integrar a oferta de turismo de uma região, criando produtos lucrativos e comercialmente duradouros. A roteirização constrói parcerias e promove a integração, o compromisso, o aumento no volume dos negócios e o resgate e preservação dos valores socioculturais e ambientais. (PROGRAMAS DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO ROTEIROS DO BRASIL EM SERGIPE, 2009).

748

Sergipe faz parte do Programa de Regionalização do Turismo com dois pólos: o Velho Chico e o Costa dos Coqueirais no qual Aracaju está inserida. Nesse sentido, este artigo teve como objetivo geral verificar o uso do vôo livre com finalidades comerciais e opção de roteiro turístico diferenciado no estado de Sergipe. Os parâmetros específicos tendem a identificar projetos já existentes neste ramo, verificar o possível público alvo adepto à experiência do vôo livre focando o desenvolvimento turístico do estado e analisar as possíveis medidas a serem tomadas para um melhoramento ou realização deste roteiro visando sua possível inclusão em esfera nacional.

Breve Histórico do Vôo Livre e seus Componentes

Conforme descrito anteriormente, o vôo livre é uma modalidade de turismo de aventura que compõe a asa delta e o parapente. Aqui se descreve um breve

histórico destas duas modalidades, bem como os equipamentos necessários para sua prática.

Asa delta (*Hang Gliding*)

Francis Rogallo, investigador da Nasa, que trabalhou sobre um projeto de retorno a terra da nave Apollo, inventa em 1948 uma asa triangular de vela flexível, direcional, fácil de montar e desmontar. O achado foi fabuloso, mas os técnicos não encontraram saída operacional para tal engenho e o projeto foi abandonado.

Contudo, a novidade alastrou-se pela Califórnia e *Hawai* e, nos anos 60, por intermédio de Bill Moyes, colega de Rogallo, chegou à Austrália, onde o entusiasmo pela "Asa" se reacende impelido por uma nova motivação: o prazer pessoal e o divertimento de pequenos grupos de amadores do vôo livre. Eles fabricam, de bambu e polietileno ou constroem com nylon e alumínio, as estruturas frágeis com as quais deslocam das dunas e, de queda em queda, ao acaso das manobras, descobrem o Trapézio que permite a condução do aparelho no espaço, pelo deslocamento do centro de gravidade.

749

Eis que vão sendo descobertas as leis da aerodinâmica escalando montanhas e deixando-se levar pelo vento, do alto das falésias. A tenacidade destes pioneiros anônimos determina o aperfeiçoamento da técnica e faz aumentar a segurança do material. O número de adeptos cresce dia a dia e, em 1972, o "*Hang Gliding*", nome do desporto, passa dos EUA para a Europa onde é divulgado por Mike Harker. Uma série de iniciantes lança-se afoitamente no espaço, criando um clima de confiança. Em 1975 tem lugar no Tirol o primeiro Campeonato Mundial no qual participam 300 pilotos de Asa Delta, e os industriais interessam-se imediatamente pela construção dos aparelhos. Hoje, um número enorme de asas, capazes de performances diversas e os mais variados artefatos invadem o mercado (AR LIVRE, 2010).

Dentre os equipamentos utilizados definem-se aqueles que compõem o material básico, tais como: asa delta; cinto de vôo; pára-quedas de emergência; capacete; e mosquetão. Como também, são definidos o material aconselhado que os instrutores e praticantes desta modalidade devem possuir, como: luvas; altímetro; rádio de transmissão; botas de vôo; e óculos de sol ou de proteção. A roupa usada

nesta prática é adequada à altitude a que se pretende voar. Quanto mais alto for vôo deve-se manter o corpo agasalhado devido as baixas temperaturas.

Parapente (*Paraglider*)

Existem diversas versões que levam a invenção do parapente, como equipamento e como esporte. Porém, Provavelmente tudo começou nos anos 60 quando a NASA iniciou, por conta do projeto Apollo, pesquisas que envolviam o desenvolvimento de um *Paraglider*, que vem de Para (pára-quedas) e *Glider* (planar), ou seja, literalmente, um pára-quedas planador. Foi solicitado, então, a David Barish (pára-quedista e engenheiro em aerodinâmica) que desenvolvesse tal aparato. Após alguns protótipos David desenvolveu, em 1965, uma espécie de para quedas muito peculiar, que apesar de muito parecido com os parapentes modernos, tinha apenas uma única superfície.

David precisava fazer alguns ajustes no equipamento e para isso decolou com ele do Monte Hunter nos Estados Unidos, realizando assim o primeiro vôo de *paraglider* da história. David colocou o nome de *Sloop Soaring* (vôo de talude) na atividade e em 1966 chegou a realizar alguns vôos de demonstração, mas certamente a cabeça de David estava muito à frente de seu tempo e o novo esporte não tomou grandes proporções. 750

Paralelamente o aviador canadense Domina Jalbert criou o primeiro pára-quedas retangular com células para gerar o efeito asa. Este sim muito similar aos atuais pára-quedas continha: extradorso, intradorso e células separadas, e vem a ser o ancestral de todos os pára-quedas e parapentes atuais.

Somente doze anos depois, no final dos anos setenta, que o esporte começou a tomar forma. Três pára-quedistas franceses se uniram para escalar e saltar de pára-quedas do alto das montanhas e com isso provar que era possível fazê-lo sem o uso de avião. Jean Claude Betemps, André Bohn e Gerard Bosson, saltaram, ou melhor, decolaram da colina de Pertuiset, perto de Mieussy, localizada no maciço de Chablais nos Alpes franceses em 1978.

Em 1979 Gerard Bosson introduziu o parapente no campeonato mundial de asa delta e pouco tempo depois, já no início dos anos oitenta, fundou a primeira escola de parapente do mundo, o "*Club Le Choucas*". A escola reunia escaladores

franceses que viam no parapente uma forma mais rápida e prazerosa de retornar ao solo após uma escalada. Foram esses valorosos montanhistas que deram verdadeiro impulso ao esporte.

O maior feito da época foi protagonizado pelo montanhista Marc Boivin que em 1988, com coragem, astúcia e audácia, decolou do cume do Everest. Do alto da montanha mais alta do planeta Boivin realizou um vôo de onze minutos. Feito absolutamente memorável até para os dias de hoje, tão memorável que nunca foi repetido. Em 1984 Laurent de Kalbermatten funda a primeira fábrica de parapentes da história, a Ailes de K. A partir daí foram inúmeros os avanços na área tecnológica dos parapentes. Avanços que possibilitaram maior segurança, conforto e leveza no planeio. Dentre outros itens que continuam evoluindo e desenvolvendo, ano após ano, esse nobre esporte que é o vôo livre de parapente (360 GRAUS, 2010).

Dentre os equipamentos básicos utilizados estão: velame de parapente; Salete; pára-quedas de emergência; capacete; e mosquetão. O material aconselhado para a prática dessa modalidade compõe: óculos de sol ou de proteção; altivariômetro; GPS; rádio de transmissão; e botas de vôo. A roupa usada nessa prática também é adequada à altitude que se pretende voar.

751

Vôo Livre no Brasil

As modalidades de vôo livre têm como precursores destas práticas no Brasil, o francês Stephaan Segonzac que em meados dos anos 70 traz a Asa Delta para o país, e o suíço François Kmebel trouxe em 1988 o primeiro parapente inserindo mais uma modalidade no vôo livre brasileiro, apesar de pára-quedistas terem tentado o feito em meados dos anos 80 com pára-quedas adaptados. O Rio de Janeiro, cenário desses fatos, é a provável porta de entrada do esporte no país, porém vale ressaltar a falta de estudos históricos mais aprofundados sobre o assunto (VOOLIVREORBITAL, 2010)

Segundo a EMBRATUR, hoje há mais de 180 pontos para a prática de vôo livre de Asa Delta (Figura 1) e Parapente (Figura 2) no Brasil. Na região Sudeste destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Na região Sul, destaca-se Florianópolis, em Santa Catarina. No Norte, Rondônia e Tocantins.

No Centro-oeste, Mato Grosso, Goiás e Brasília. e na região Nordeste os estados que se sobressaem são Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

FIGURA 1: FOTO DO SALTO DE ASA DELTA NO RIO DE JANEIRO



Fonte: www.efdeportes.com/efd105/o-voo-livre-no-rio-de-janeiro-uma-visao-panoramica.htm

FIGURA 2: FOTO DO SALTO DE PARAPENTE EM CASTELO, ESPIRÍTO SANTO



Fonte: www.parapentebrasil.com.br/fotogalerias.asp

Vôo Livre e o Potencial Sergipano

Em terras sergipanas não há relatos mais antigos desta atividade no estado. Salvo os abordados nesta pesquisa, onde a Associação Sergipana de Vôo Livre - ASVL foi tomada como base para as constatações do objetivo pesquisado, sendo esta representada por seu presidente.

A Associação foi criada em meados de 2009 e surge como uma forma de organizar praticantes de vôo livre, que aprenderam o esporte em outros lugares e estavam realizando os vôos solitariamente em lugares não muito adequados. Assim, a mesma já conta com 18 membros associados onde a composição da diretoria organiza-se da seguinte forma: 1) Presidente: instrutor e praticante de parapente e

paramotor; 2) Vice – presidente: praticante de Asa Delta. Estes cargos são determinados perante eleições entre os membros, e as demais acessórias ficam à disposição do voluntariado destes membros.

A fase ainda embrionária da ASVL mostra que o processo evolutivo e a organização da mesma estão acontecendo de forma lenta. Porém a Instituição está seguindo os parâmetros legais, onde já é registrada na Associação Brasileira de Vôo Livre – ABVL, que está vinculada ao Aeroclube do Brasil sendo submetida as regulamentações do Departamento Aéreo Civil - DAC. Todo praticante da atividade tem uma habilitação emitida pelo DAC para maior controle e segurança, seguindo as normalizações direcionadas à atividade.

As modalidades praticadas em Sergipe são o Parapente e a Asa-Delta. Um destaque ao “paramotor” que apesar de não ser considerado vôo livre é um importante meio para o desenvolvimento desta atividade servindo como um bom suporte para o turismo de aventura. “Esta derivação do parapente poderá futuramente ser enquadrada como vôo livre, mas isso ainda está em análise pelos órgãos competentes, diz o presidente da ASVL”. (CALDAS, 2010)

Segundo o presidente da ASVL há aproximadamente 40 pessoas, não incluindo turistas que por ventura souberam da existência da prática e procuraram pela mesma. Ele ressalta:

Inicialmente o público-alvo é seletivo principalmente quando a questão é economia, pois o valor do passeio custa R\$ 120,00 por aproximadamente 20 minutos de vôo no parapente duplo. Isso deve-se ao custo alto dos equipamentos de uso e segurança. Futuramente com o aumento da procura podem ser cobradas taxas mais em conta. Deve-se destacar que os adeptos são em quase sua maioria praticantes de esportes radicais. E expondo-o a um certo risco, este é levado a um considerável impacto emocional onde pode ser proporcionado ao aventureiro, prazer e satisfação além da visualização diferenciada da geografia do ambiente.

A escolha das localidades para a prática dos vôos depende de fatores técnicos e locais visualmente atraentes por suas belezas. Os espaços escolhidos são: Serra do Machado, em Moita Bonita; Serra Comprida no município de Itabaiana (fotos 3 e 4) e Morro do Urubu (foto5), situado na capital sergipana. Este último espaço possui um grande potencial por está localizado dentro da cidade de Aracaju, compondo um grupo seletivo de cidades com essa característica, onde apenas 3

fazem parte. Sendo a cidade de Castelo no Espírito Santo e a cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro as outras componentes deste grupo.

A rampa do morro do Urubu possui uma altitude de 88 metros no quadrante de SE/E/NE, dentro do Parque da Cidade, que apresenta um visual de mata atlântica preservada e estruturada com bares, lago para a prática de pedalinhos, zoológico e teleférico. Estando à cinco minutos do centro de Aracaju (GUIA 4 VENTOS, 2010).

FIGURA 3: FOTO DO SALTO DE PARAPENTE NA SERRA DO MACHADO, SE



Fonte: sevoolive.blogspot.com/

754

FIGURA 4: FOTO DO SALTO DE ASA DELTA NA SERRA COMPRIDA, ITABAIANA, SE



Fonte: sevoolive.blogspot.com

FIGURA 5: FOTO DO SALTO DE PARAPENTE NO MORRO DO URUBU, ARACAJU, SE



Fonte: sevoolive.blogspot.com

Não há procura por outras localidades, pois assim comenta o presidente da associação (CALDAS, 2010): “Não adianta procurar por outras localidades ou potencialidades em locais turísticos consagrados no estado, se primeiro não estruturarmos os já existentes para a prática dos vôos e assim que estes estiverem organizados pode-se objetivar outros horizontes”. Existem parcerias da ASVL com órgãos públicos do estado como Empresa Sergipana de Turismo - EMSETUR, Secretaria Estadual de Esporte e Secretarias Municipais das Localidades Escolhidas para o Desenvolvimento do Vôo Livre, onde os projetos estão sendo alavancados com o intuito do desenvolvimento do esporte e do turismo em Sergipe. Mas o presidente da ASVL ressalta que vai demorar um pouco, pois apesar de existirem esportistas do vôo livre no estado, apenas ele é apto para realizar vôos duplos.

755

Ressalta-se que esta modalidade é a base para projetos que tenham interesse no turismo de aventura como forma de roteiro turístico diferenciado. Apenas quando praticantes deste esporte estiverem capacitados e habilitados a realizarem vôos duplos isso poderá de fato acontecer. Tem-se a estimativa aproximada de 1 ano para que isso possa ser realizado ainda de maneira inicial. Porém se houver uma divulgação do potencial sergipano quanto ao assunto é provável que empresas do ramo se interessem em investir nas suas atividades empresariais em Sergipe. Tomando como exemplo o estado do Rio de Janeiro onde existe um número considerável na oferta empresarial desta atividade, devido a grande procura por este serviço, estando de forma direta ligada ao turismo do estado e conseqüentemente a satisfatória divulgação deste destino. Então é notório que um

planejamento apurado e bem articulado entre o setor público e o privado torna-se indispensável ao sucesso e realização deste roteiro.

Procedimentos metodológicos

Segundo CERVO e BERVIAN (1996) para viabilizar a coleta de dados são utilizados como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário.

Neste trabalho utilizou-se como coleta de dados uma entrevista feita com o presidente da Associação sergipana de Vôo Livre, responsável pela organização do esporte no estado. Fez-se também pesquisas bibliográficas em sites especializados, tendo como resultado a análise descritiva aplicada na realização do mesmo.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Desenvolve-se principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos (CERVO; BERVIAN, 1996).

Verificou-se de forma bastante coesa a situação das perspectivas especializadas de desenvolvimento do vôo livre como objeto esportivo estando também direcionado ao apoio e fortalecimento do turismo sergipano.

756

Análise do Potencial do Vôo Livre como Roteiro Diferenciado em Sergipe

Ao efetuar a análise do tema proposto levou-se em consideração os dados colhidos na entrevista feita ao presidente da ASVL, principalmente a relevância de pontos importantes e muitas vezes determinantes para a escolha das localidades onde se irá praticar o vôo livre.

Segundo o presidente da ASVL, existem estados brasileiros, como por exemplo, Ceará e Santa Catarina, que para a execução do vôo livre é necessário percorrer uma média de 180 quilômetros até a rampa que faz a propulsão do equipamento destinado. Dessa forma desfavorece o desenvolvimento da prática, pois além do deslocamento desgastante há a possibilidade da não realização do vôo devido as questões climáticas tornarem-se impróprias para voar. Em Sergipe esta abordagem mostra a situação positiva do estado, pois os pontos de decolagem

deste estão no máximo a 70 quilômetros de distância do grande centro, a capital Aracaju que por sua vez encontra-se numa posição ainda mais vantajosa quando em comparação as demais localidades sendo esta uma das três cidades do Brasil privilegiada com uma geografia e condições climatológicas favoráveis a prática do vôo livre dentro da cidade.

Destaca-se, ainda, o uso do “Paramotor”, que mesmo não sendo considerado uma atividade de vôo livre pelos órgãos competentes, quanto ao foco do assunto pesquisado também deve ser levado em consideração como uma ótima oportunidade de prática esportiva e desenvolvimento turístico em Aracaju e outros municípios do estado. Atualmente a orla de Atalaia é o local utilizado e mais indicado ao uso deste equipamento, pois esta possui uma larga faixa de terra que compõe sua praia, fator primordial à segurança e realização desta prática de vôo, podendo vir a ser explorada outras partes do estado que detenha esta característica. Sendo importante observar que o “Paramotor” não precisa de rampa propulsora, pois o próprio solo é a base para realização do vôo. Ressalta-se, entretanto, que deve haver um investimento mínimo em infra-estrutura para concretização de uma estrutura organizada e devidamente legalizada para a realização desta modalidade.

757

Para o presidente da ASVL a visão turística do assunto é bastante interessante, principalmente quanto à necessidade de percorrer pequenas distâncias para vivenciar esta intensa experiência, considerando que não só a malha hoteleira de Sergipe será beneficiada, mas o turismo sergipano tende a ganhar muito com desenvolvimento do vôo livre. Porém lamenta, em forma geral, a falta de investimentos e divulgações mais significantes nesta área no estado.

Apesar de identificar o grande potencial de Sergipe para a prática de vôo livre com a realização de iniciantes projetos, foi verificada a estrutura ainda em processo de avanço necessitando, assim, de medidas mais maciças e intensas das organizações interessadas na atividade, objetivando a utilização do vôo livre como roteiro turístico.

Verificamos também que o roteiro visando à prática do turismo de aventura no estado é algo já pensado e analisado por parte do presidente da ASVL. Este se mostrou muito ansioso pela concretização do mesmo, como forma de destacar Sergipe no cenário nacional.

Conclusões

Com a realização da pesquisa é constatado que algumas barreiras ainda devem ser transpostas, principalmente no que diz respeito à estruturação de uma forma geral da atividade de vôo livre em Sergipe. Por ser um estado de pequenas dimensões, a utilização desta modalidade de turismo de aventura pode ser bastante aproveitada em um roteiro turístico de esfera estadual, podendo vir à tornar-se um roteiro nacional, pois esta atividade se encaixa perfeitamente à realidade do estado.

Com esse trabalho, percebeu-se que Sergipe, especificamente Aracaju, possui elementos turísticos que vão muito além dos que normalmente são comercializados. Em relação ao vôo livre, faz-se necessário uma estruturação real diante das inúmeras possibilidades que se apresentam a prática desta modalidade. Esta estrutura só acontecerá quando o turismo for analisado em todo o seu viés e não somente o econômico, o que possibilitaria a realização de vários projetos com uma crescente dinamização de parcerias entre os setores públicos e privados.

Referências

- ARLIVRE. **Asa Delta**. Disponível em: <<http://www.arlivre.com/actividades/asadelta.htm>>. Acesso em: 04/09/2010.
- ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE VÔO LIVRE (ASVL). Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida.>. Acesso em: 04/09/2010.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- _____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- 360 GRAUS. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/parapente/default.asp?did=30201&action=reportagem>> Acesso em: 04/09/2010.
- CERVO, A.L; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CLUBE BAIANO DE VÔO LIVRE (CBVL). **O que é vôo livre**. Disponível em: <http://www.cbvl.com.br/o_que_e_voo_livre.htm> Acesso em : 11/09/2010.
- EFDEPORTES. Disponível em: <<http://www.efdeesportes.com/efd105/o-voo-livre-no-rio-de-janeiro-uma-visao-panoramica.htm>>. Acesso em: 10/09/2010.

EXTREMA ONLINE. **Como surgiu o Vôo livre.** Disponível em: <<http://www.extremaonline.com/menuvoo.livre>>. Acesso em: 11/09/2010.

GOIDANICH Karin Leyser. **Turismo Esportivo.** Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2001.

GUIA 4 VENTOS. **Rampas do Brasil.** Disponível em: <<http://guia4ventos.com.br/det=rampaphp?id=400>>. Acesso em: 17/09/2010.

HAUCK, P. **História do montanhismo.** Disponível em: <<http://altamontanha.com/colunas.asp?NewsID=1510>>. Acesso em: 25/09/2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Regionalização do turismo.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>. Acesso em: 03/09/2010.

PARAPENTE BRASIL. Galeria de fotos. Disponível em: <<http://www.parapentebrazil.com.br/fotogalerias.asp>>. Acesso em: 01/10/2010.

SEDETEC; EMSETUR. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil no Estado de Sergipe.** Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.

SILVERIO, S. H. Turismo de aventura ou ecoturismo. Etur. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompletoasp?idconteudo8734>> Acesso em: 17/09/2010.

TAVARES, Adriana de Menezes. **City Tour.** São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

TURISMO SERGIPE. Emsertur. Notícias. Fortalecimento do turismo de aventura é tema de reunião. Disponível em: <<http://www.turismosergipe.net/noticias>>. Acesso em: 01/10/2010. 759

VOOLIVREORBITAL. **História do vôo livre.** Disponível em: <http://www.voolivreorbital.com/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=40>. Acesso em: 25/09/2010.

DIREITO DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE EVENTOS NA HOTELARIA: O CASO DO HOTEL RADISSON ARACAJU - SERGIPE²⁴⁶

Laíse Santos Izaias²⁴⁷

Resumo

As atividades de serviços vêm crescendo em nossa sociedade gradativamente. No campo do turismo seu crescimento tem contribuído significativamente com o aumento da economia, seja influenciado pelo desejo de uma melhor qualidade de vida, pelo aumento do tempo livre ou aumento da sofisticação dos consumidores. Dentro do mundo da prestação de serviços, encontrar-se-á o consumidor e para este se dará um olhar mais atencioso quanto a sua exigibilidade aliado a prestação de serviço. Assim, torna-se de fundamental importância o compromisso com a promessa firmada entre o contratante e a contratada, e no campo do setor de eventos dentro da hotelaria, este compromisso é garantido por meio de contrato escrito. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar o contrato padrão de eventos do Radisson Hotel Aracaju, a fim para sugerir alternativas que viabilizem a satisfação e segurança do cliente com base no código de defesa do consumidor. Com a finalidade de atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foram consultados livros e artigos científicos que versam acerca do direito consumidor turístico e eventos na hotelaria. Também utilizamos a técnica de observação *in locu*, o que possibilitou a análise da qualidade dos serviços prestados na área de eventos do hotel Radisson Aracaju, onde podemos comprovar a importância desse tema na hotelaria, no mundo do turismo como também em outras atividades complementares ao turismo.

760

Palavras-chaves: Turismo. Consumidor. Contrato. Hospitalidade.

Abstract

The activities services are growing in our society gradually. In the field of tourism growth has contributed significantly to the increase in the economy is influenced by the desire for a better quality of life, increased leisure time and increased sophistication of consumers. Inside the world of services, will find the consumer and this will be a more thoughtful about their enforceability allied service delivery. Thus, it becomes very important commitment to the pledge signed between the contractor and the contractor, and in the field of industry events within the hotel industry, this commitment is guaranteed by a written contract. Therefore, this article aims to examine the contract pattern of events at the Radisson Hotel Aracaju, in order to suggest alternatives that allow the customer satisfaction and security based on the code of consumer protection. In order to achieve the proposed research was conducted of literature, where books were consulted and scientific articles that talk about the right consumer events and tourist hotels. We also use the observation technique in locus, which allowed the analysis of quality of service in the event area of the Radisson Hotel Aracaju, where we can prove the importance of this issue in hotels in the world of tourism as well as other complementary activities to tourism .

²⁴⁶ Artigo elaborado sob a orientação da prof^a. Msc. Cristiane Alcântara de Jesus Santos – Curso de Turismo/Universidade Federal de Sergipe.

²⁴⁷ Graduanda em Turismo – Universidade Federal de Sergipe. E-mail: l.atu@hotmaail.com

Keywords: Tourism. Consumer. Contract. Hospitality.

Introdução

O setor de eventos de um hotel trabalha diretamente com a prestação de serviço e é fonte de gerenciamento da receita da empresa. Este se setor pode ser caracterizado como um departamento que se relaciona em quase sua totalidade com todos os outros, assim como, uma área extremamente delicada por trabalhar com contrato e conseqüentemente com a promoção do hotel.

Diante do exposto, este artigo se apresenta como de grande importância por tratar do contrato em eventos na hotelaria, em que foi realizado um estudo de caso no Radisson Hotel Aracaju, localizado na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, levando-se em consideração a análise do comportamento do consumidor e as formas de hospitalidade no âmbito da hotelaria.

A fim de atingir este objetivo foram desenvolvidas etapas de trabalho, iniciando-se com um levantamento bibliográfico para compor a fundamentação teórica tendo como apoio livros no campo do turismo, do direito do consumidor, dos serviços e comportamento do consumidor e artigos; finalizando com o levantamento das informações por meio de dados diretos corroborados pela experiência da estagiária no campo que dará base ao estudo.

Turismo e um pouco de história

O turismo é um fenômeno que está relacionado com o deslocamento de pessoas de um local diferente do de sua residência, assim como, com as viagens, mas não são todas as viagens que podem ser consideradas de turismo.

A EMBRATUR (1992) define Turismo como uma atividade econômica

representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita. Como ainda o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde

que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa²⁴⁸.

Historicamente, o turismo se inicia quando o homem de hábito sedentário começa a se deslocar por alguns motivos: a) a procura de alimentos; b) necessidade de buscar um lugar melhor para morar, conhecendo então novos ambientes e explorando-o; ou, c) motivado pelo comércio. É importante ressaltar que a religião foi outra fonte causadora destas viagens. Elas instigavam os peregrinos a conhecerem novas terras, moldando-se nos tempos atuais como uma forma de segmentação do turismo.

Com o passar dos anos, as viagens foram se tornando mais seguras e mais rápidas devido ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação que proporcionaram tal aprimoramento. De fato, o turismo no Brasil teve a sua evolução e conceituação durante toda a sua história recente, como a caracterização de uma atividade elitista. Esse fato legou ao país um aspecto dificultador para o seu desenvolvimento²⁴⁹.

Como exemplo na história, tivemos os filhos dos nobres que eram enviados para os grandes centros culturais da Europa, para poderem complementar seus estudos, surgindo então o intercâmbio cultural, como também os viajantes de níveis sociais mais alto quando em suas viagens, eram hospedados em castelos ou casas particulares.

A modernização das estradas muito utilizada no comércio de mercadorias, que acompanhou a história do Brasil durante anos, bem como nas viagens burguesas e o aprimoramento dos meios de transporte, facilitavam as viagens para outros fins e difundiu o turismo mais organizado como hoje conhecemos.

Segundo Ignarra (2002, p.19) em 1841,

Thomas Cook organizou uma viagem de trem para 570 passageiros entre as cidades de Leicester e Loughboroug, na Inglaterra. A viagem foi um sucesso e a empresa de Tomas Cook passou a organizar excursões para a parte continental da Europa e, posteriormente, até excursões para os Estados Unidos. A empresa prosperou e passou a ser reconhecida a primeira agência de viagens do mundo.

²⁴⁸ Informação

disponível

em:

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/index.html.

Acessado em 10/10/2010.

²⁴⁹ Informação extraída do Curso de Capacitação em Turismo “Como comunicar e se relacionar com o turista. Fundação Universa/MTUR, 2010.

No mundo contemporâneo, as agências de turismo tornaram-se grandes facilitadoras entre as empresas turísticas e os consumidores finais. Elas auxiliam as pessoas que querem viajar a tomar as melhores decisões, proporcionando as melhores condições no campo financeiro bem como influencia na escolha dos destinos.

Em meados do século XIX, com o fato histórico da transferência da corte portuguesa para o Brasil, há o surgimento do desenvolvimento urbano, em especial na cidade do Rio de Janeiro, a primeira capital do país (IGNARRA, 2002). A demanda por hospedagem aumenta, iniciando-se assim, a hotelaria no Brasil. A hotelaria é um dos serviços que conformam o produto turístico, juntamente com os transportes, alimentação e informações turísticas.

De fato, o turista necessita de uma infinidade de elementos para se satisfazer. Esses elementos que são transporte, hospedagem, alimentação, informações, entre outros devem estar alinhados, a fim de oferecer qualidade e segurança para seus consumidores. As pessoas deixam seus lugares de moradia, em um pequeno período, quando estão de férias ou em um pequeno passeio (no final de semana), passando a ser então mais criteriosas e exigentes aos serviços que estão pagando, para que sua estada valha a pena e proporcione o seu retorno.

Ao se deslocar, o turista está pagando pelo uso dos equipamentos turísticos, bem com os serviços e, principalmente, a experiência que irá obter. Desta forma, a oferta turística que pode ser entendida como um conjunto de elementos que constitui o produto turístico (IGNARRA, 2002) tem uma grande importância na prática turística, uma vez que deve apresentar as melhores condições e estarem alinhados para satisfazer os desejos deste turista.

Segundo Urry (2001, p. 18) “os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos”. Assim, a escolha de um lugar para viagem pode ser influenciada por diversos fatores, como físico, emocional, cultural, status, desenvolvimento pessoal, emocionais e pessoais; estes fatores são de caráter individual.

Segundo Santos (2007)²⁵⁰, entender o comportamento do consumidor

é uma tarefa extremamente complexa e requer a contribuição de diversos campos da ciência. Seu estudo vem evoluindo desde o início do século passado e, de acordo com Cooper et al. (2001) é possível classificar essa evolução em três grandes fases. A primeira fase inicia-se em 1930 e se conclui em 1940 e é baseada em trabalhos empíricos. A segunda fase finaliza na década de 60 e foi marcado por trabalhos ligados à psicologia, principalmente no estudo das motivações humanas (...) em que o autor analisou o comportamento a partir da hierarquização das necessidades humanas. Esta hierarquização pode ser dividida em cinco grandes grupos: a) Necessidades Fisiológicas, como a fome, sede, descanso, etc. b) Segurança; c) Amor; d) Estima e, e) Auto-realização. A última fase do desenvolvimento da teoria do consumidor inicia-se nos anos 60 e é denominada de “fase formativa”, uma vez que esta fase foi marcada pela elaboração dos primeiros modelos de comportamento do consumidor.

Diversos fatores ao longo da história puderam explicar os motivos pelos quais levaram as pessoas a escolherem seus lugares para viajar. Vários desses fatores merecem muitas vezes mais atenção do que outros independentemente do grupo de pessoas que irá viajar, itens como segurança e necessidades fisiológicas são pensados em primeiro plano. Porém, é importante ressaltar que as necessidades humanas são modificadas de acordo com o período que elas vivem. Esta afirmação é corroborada por Swarbrooke (2002, p. 87) ao dizer que “é preciso reconhecer que as motivações que levam as pessoas a desejar tirar férias não estão presentes de um modo universal” (...).

Quando da escolha de um destino, o turista levará em consideração o lugar que melhor reunir os elementos que possam proporcionar-lhe as melhores condições para sua permanência temporária. Esta análise torna-se ainda mais criteriosa quando o olhar do turista passa de individual para um olhar coletivo, ou seja, visando o bem estar de todo o grupo.

Por mais que a motivação seja individual, o que nem sempre o é, o fator coletivo toma a frente. Ainda segundo Swarbrooke (2002, p.89), “raramente tiramos férias sozinhos, e aqueles a quem levamos conosco exercem influência sobre os fatores que influenciam nossas decisões”.

Como exemplo, citamos uma viagem realizada em família, na qual a escolha dos pais será fundamental na diversão e segurança de seus filhos. O turista tem o desejo de conhecer um atrativo, mas para tal fim o mesmo irá precisar de transporte,

²⁵⁰ SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **A produção e o consumo de espaços turísticos**. 2007

hospedagem, de alimentação, de serviços públicos, entre outros elementos que fazem parte do produto turístico.

O produto turístico é constituído pelos atrativos, por infra-estrutura básica, por serviços públicos, bem como por serviços turísticos. Estes são assim chamados por servir preferencialmente ao turista. Há uma lista inesgotável de serviços que são utilizados pelos turistas, para cada um há de se levar em consideração uma série de avaliação. Segundo Ignarra (2002, p. 54), “não basta que o serviço esteja disponível ao turista. É preciso que o mesmo apresente um padrão de qualidade que é medido por vários aspectos”.

Um dos serviços que atende ao turismo são os meios de hospedagem. Durante o deslocamento das pessoas para um lugar diferente do de sua moradia ou trabalho, a mesma vai à busca de um serviço de hospedagem para poder se acomodar.

Da evolução turística aos tempos de hoje, existiram vários tipos de hospedagem, de albergaria a hospedarias, pousadas e hotéis. O hotel, meio de hospedagem que dará base ao trabalho, como mencionado anteriormente, é um dos equipamentos mais utilizados pelo turista principalmente por atender as suas necessidades físicas.

765

Segundo Castelli apud Instituto Brasileiro de Turismo (2003), meio de hospedagem e de turismo é o estabelecimento que satisfaz, cumulativamente, as seguintes condições: é licenciado pelas autoridades competentes para prestar serviço de hospedagem. Estes estabelecimentos são administrados ou explorados comercialmente por empresa hoteleira que adota, no relacionamento com os hóspedes, contrato de hospedagem, com as características definidas pelo regulamento mencionado e pelas demais legislações aplicáveis; atende os padrões classificatórios previstos pela legislação em vigor.

No Brasil, a história da hotelaria inicia-se do ano de 1908, quando da inauguração do “Hotel Avenida” no Rio de Janeiro, por se tratar da primeira capital do Brasil e do seu desenvolvimento, como forma de poder atender ao aumento do fluxo turístico. Este hotel contava com 220 (duzentos e vinte) quartos e, na época, era considerado o maior estabelecimento hoteleiro do Brasil.

Hospitalidade no Turismo

Até os tempos de hoje, um dos equipamentos turísticos mais utilizados são os meios de hospedagem. Estes são os que mais bem atendem as necessidades dos turistas quando de sua chegada ao destino escolhido.

A hotelaria, que é um dos tipos destes equipamentos, consegue reunir alojamento, alimentação, lazer, segurança bem como informação aos seus clientes/hóspedes. No seu conjunto, consegue manter a hospitalidade, que constitui o bem acolher do anfitrião ao seu hóspede. Para Castelli (2006), a hospitalidade é considerada um importante insumo do produto turístico de uma nação ou de uma região. Daí a importância de tornar empolgantes todas as ações que envolvem o processo da hospitalidade.

A hospitalidade produz ao turista uma boa imagem do local, trabalhando com o seu emocional e reproduzindo assim o seu retorno. A hospitalidade pode estar associada às práticas de boas maneiras, a cordialidade, bem como a prestação de serviço. Ser hospitaleiro é mais do que prestar um serviço gratuito ou não dentro de um contrato firmado, é trabalhar o olhar do turista, o seu emocional possibilitando assim o seu retorno.

766

Castelli, em seu livro intitulado “Hospitalidade na perspectiva da Gastronomia e da Hotelaria” (2006), cita os 12 mandamentos que devem compor a *carta de hospitalidade*, que são: 1º manter a limpeza e a higiene em todos os ambientes do hotel, 2º manter uma boa postura e aparência pessoal (higiene e uniforme), 3º fazer os viajantes sentir-se bem-vindo, 4º chamar o cliente por senhor, senhora ou pelo nome (se for um cliente habitual), 5º tratar o cliente com espírito de serviço, 6º antecipar as necessidades, 7º cumprir com a promessa de serviço, 8º cultivar o espírito de equipe, 9º saber ouvir a voz dos clientes, 10º saber recuperar dos erros inevitáveis, 11º estar bem informado para bem informar e 12º finalizar todo o atendimento do cliente com chave de ouro.

Destaca-se nesses mandamentos que será base de estudo do trabalho, o sétimo mandamento, *cumprir com a promessa de serviço no que diz respeito à oferta de bens e serviços, preços e prazos*. No que se refere ao cumprimento da promessa, estamos tratando das relações de consumo no setor de eventos dentro

da hotelaria, onde se constata a existência do descumprimento dos acordos firmados nos contratos e algumas dificuldades na prestação do serviço.

No caso dos eventos, o cliente entrará em acordo (por meio de contrato) com o responsável do setor. Este contrato garantirá ao cliente a realização do seu pedido no tempo, preço e serviço acordado; garantirá ainda responsabilidade do setor como dos departamentos que conformam a realização do evento.

O cliente tendo certeza de seu contrato ser 100% cumprido passa então a depositar toda a confiança no setor e/ou na empresa que prestará os serviços firmados. Este contrato é caracterizado pela sua formalidade, dispondo claramente as solicitações dos clientes, o dever do setor e o direito do cliente, como também o que é permitido e o que não é permitido para o cliente. Além disso, no contrato é informado o tempo de duração do evento, o tipo de serviço solicitado (devendo está bem identificado), a forma de pagamento optada pelo cliente. O contrato passará a ter validade quando da assinatura do cliente em todas as folhas dando ciência ao disposto, remetendo-se duas vias a empresa por meio de fax ou e-mail e uma cópia pelos correios.

Segundo Feuz (2003, p. 70), o contrato de turismo,

767

pode se apresentar individualmente para um único consumidor ou em forma de grupos, oferecendo a mesma prestação de serviços a um número maior de consumidores. A diferença básica que existe entre o dois é o preço; o contrato individual normalmente é mais caro.

Os contratos de turismo apresentarão suas singularidades dependendo do grupo ao qual se destina. Claramente visto nos Contratos de eventos, fatores como número de pessoas, período, serviços a serem agregados ao evento e horário, influenciarão nos custos dos eventos e na forma que os serviços serão prestados. A responsabilidade da contratada está em manter a qualidade e a seguridade do que foi firmado no contrato ao seu contratante.

A formação profissional das pessoas que fazem parte do corpo de funcionários de uma empresa é fundamental para o bom andamento da mesma. De fato, colaboradores capacitados e comprometidos são os que melhor fazem o *marketing* da empresa, divulgando-se assim melhor os seus serviços aos seus clientes externos.

De acordo com Corrêa; Giansesi (2008, p.17), a importância das atividades de serviços em nossa sociedade pode ser demonstrada,

por um lado, pela posição que ocupam na economia, seja através da participação no Produto Interno Bruto seja na geração de empregos, e pela análise das tendências e transformações que a economia mundial está experimentando. Alguns fatores que propiciam o aumento da demanda por serviços são: desejo de melhor qualidade de vida; mais tempo de lazer (...)

No caso dos hotéis que são denominados como uma empresa prestadora de serviços é o caso da experiência vivenciada pelo cliente, ou nos bens físicos ofertados como uma área de lazer ou restaurantes diferenciados. O aumento de sua receita é acarretado na vinda contínua de hóspedes motivados pelo que o hotel tem a oferecer e proporcionado por um desejo de melhor qualidade de vida ou aumento de seu tempo livre.

Qualidade na prestação do serviço

Ao longo dos anos, o setor de serviços teve seu crescimento notável, tudo indica que a procura por uma melhor qualidade de vida, bem como a aumento do tempo livre, sejam um dos principais fatores que ocasionaram este aumento significativo. Como ainda a sofisticação dos consumidores levando-se ao mais alto grau de exigibilidades.

Quanto mais alto o grau cultural de uma pessoa ou de escolaridade, mais alto será seu nível de exigência quando do recebimento de um serviço prestado no seu ato de compra. O consumidor quando adquire um produto, foi motivado por valores que conformam o *marketing* deste produto. A partir daí, pelo fato do cliente tomar conhecimento de toda conjuntura desta mercadoria, o mesmo passa a “sonhar”, a idealizar o produto, tornando-se então um cliente exigente e certo que suas necessidades serão satisfeitas.

O não atendimento das expectativas do cliente repercute de forma negativa na imagem da empresa. O cliente que divulga positivamente uma empresa quando satisfeito, poderá em contrapartida produzir um *marketing* negativo, arruinando em consequência o andamento do negócio.

De acordo com Feuz (2003, p. 22-23), “a Constituição de 1988 teve como grande inovação a previsão dos direitos difusos e coletivos, em especial, o direito do

consumidor, incluindo sua proteção, no art. 5º, XXXII, que assim diz: ‘o Estado promoverá, na forma da Lei, a Defesa do Consumidor’”.

A defesa do consumidor é garantida por lei e repara o dano material, moral ou à imagem da contratada ao contratante do evento. Caso a empresa responsável descumpra ou não atenda uma das cláusulas firmadas em contrato, como exemplo podemos citar, a prestação dos serviços de alimentos e bebidas (solicitados para o evento) que muitas vezes não atendem ao solicitado, seja no tempo servido, em que muitas vezes é bem superior ao tolerável; no cardápio que não corresponde ao escolhido pelo cliente ou no despreparo dos garçons durante todo evento, demonstrando, em muitos casos, desconhecimento desta atividade e desqualificação.

Para Castelli (1996, p. 39), “é preciso ter-se sempre a presente idéia do hotel como sistema e que a satisfação do cliente é consequência de uma resposta positiva de todas as partes que compõem esse sistema, e não apenas de algumas delas”.

A primazia pela qualidade deve fazer parte a todos os serviços da hotelaria, não excluindo os eventos, em que este irá trabalhar diversos setores da empresa hoteleira. Garantir a qualidade no setor de eventos é encarado além do compromisso em atender ao contrato firmado com seus clientes, é estar a frente dos desejos, garantindo assim, o seu retorno bem como a divulgação a novos clientes e conseqüentemente proporcionando um aumento na receita do hotel.

Ainda segundo Castelli (1996, p. 18), “a competitividade depende da produtividade e esta, por sua vez, da qualidade. Portanto, ao enfatizar-se a produtividade, não se pode passar à margem de outro elemento, que é a qualidade”.

Para que todos os requisitos dos clientes sejam atendidos e garantir a qualidade, o setor de eventos deverá manter o compromisso com suas atividades. Para isso, deverá realizar duas tarefas básicas: possuir total autonomia no seu departamento; estabelecer os que os demais funcionários (de setores paralelos) devem cumprir, dando ciência prioritária ao superem visor. A permanência da qualidade reflete de forma indireta na competitividade entre empresas turísticas que atuam com o mesmo objetivo.

O setor de eventos do Radisson Hotel Aracaju tem na base de seu trabalho a prestação de serviços. É um setor que possui uma relação quase em sua totalidade

com os demais departamentos do hotel, mas o que se mantém maior fluxo de informação é com o departamento de alimentos e bebidas.

Já dito anteriormente que muitos dos contratos de eventos possui a inserção de um produto de alimentos e bebidas, que pode ser um simples serviço de sala, como um *coffee break* ou coquetel, bem como a opção mais sofisticada de nossos jantares. Sem desmerecer a nenhum destes produtos, o que tem que se valer é a qualidade na prestação do serviço.

A partir da observação *in locu*, os serviços de A&B ainda estão a quem do padrão Radisson, repercutindo de forma negativa no hotel. Vários fatores contribui para este problema, o tempo gasto para a entrega do serviço contratado que é superior ao acordado, o não cumprimento do cardápio escolhido pelo cliente (diz-se em sua totalidade) e o despreparo de funcionários na prestação do serviço. Estes itens que são os mais importantes torna o serviço inferior ao imaginário trabalhado e conhecimento do cliente na rede.

Desta forma, quando o departamento de alimentos e bebidas não atende ao acordado com o setor de eventos, é o mesmo que dizer que o setor de eventos não cumpriu com o contrato firmado com o contratante, pior ainda é afirmar que estes dois setores possuem falha em sua comunicação.

770

Qualquer descumprimento no que foi acordado caracteriza uma quebra no contrato, seja um atraso no serviço oferecido ou a apresentação de um alimento que não condiz com o escolhido do cliente. Nestas condições, cabe ao fornecedor dá total assistência ao cliente. Neste caso, o fornecedor é o setor de eventos do Radisson Hotel Aracaju. O consumidor está assegurado na Constituição de 1988, no qual o art. 5º XXXII diz que "o Estado promoverá, na forma da Lei, a Defesa do Consumidor". A Lei Geral do Turismo, o Código de Defesa do Consumidor e o Procon, pronunciar-se-á em defesa do turista, cliente em consumo, quando sentir-se "agredido" pelo fornecedor, visto que o cliente é a parte fraca dessa relação.

Considerações Finais

Temas como prestação de serviço, o comportamento do consumidor e os contratos de eventos, possuem como palavra-chave a hospitalidade. Enfim, podemos observar a importância do assunto na hotelaria, no mundo do turismo

como também em outras atividades, principalmente se essas atividades estiverem relacionadas a prestação de serviço.

A prestação de serviço está além da cordialidade com o cliente ou hóspede, no caso de um hotel, é mais do que um sorriso ou palavra agradável. É o cumprimento do prometido seja verbalmente ou por meio de contrato; seja pela melhor estadia que prometemos aos nossos hóspedes, fundamento da existência de um hotel, ou por um contrato entre este hóspede e setor de eventos deste hotel, por exemplo, ou com o cliente externo. O importante é o comprometimento e a responsabilidade no exercício de sua atividade, pois só assim e involuntariamente a qualidade no serviço se apresentará.

Com base nas falhas apresentadas pelo setor de eventos ao seu cliente, proveniente ao não cumprimento de um serviço de qualidade por A&B, medidas devem ser tomadas para proporcionar uma melhoria no desenvolvimento das atividades deste setor e conseqüentemente atender as exigências de seu cliente. Medidas como reaplicação dos treinamentos aos funcionários quando necessário; modificação no contrato padrão de eventos, apresentando mais clareza nas suas informações de durabilidade do serviço e explanação do direito do consumidor quando da quebra do contrato por parte do fornecedor; como punir o setor que não cumpre com a ordem de serviço encaminhada aos departamentos. Aplicando-se estas estratégias, garantirá em curto prazo o melhoramento das atividades e satisfação dos clientes.

Referências

- CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade**: Na perspectiva da Gastronomia e da Hotelaria. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASTELLI, Geraldo. **Administração Hoteleira**. 9. ed. Caxias do Sul: Educes, 2003.
- CASTELLI, Geraldo. **Excelência em Hotelaria**. 5. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESI, Irineu G. N. **Administração Estratégica de Serviços**: Operações para a Satisfação do Cliente. São Paulo: Atlas, 2008.
- FEUZ, Paulo Sérgio. **Direito do Consumidor nos Contratos de Turismo**. São Paulo: Edipro, 2003.
- HORNER, Susan; SWARBROOKE, John. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **A produção e o consumo de espaços turísticos**. In: IX Coloquio Internacional de Geocritica, 2007, Porto Alegre. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales, 2007.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

CURSO DE CAPACITAÇÃO DO TURISMO, 2010. RETIRADO DO CURSO **COMO COMUNICAR SE RELACIONAR COM O TURISTA**. SERGIPE. 2010

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/index.html. Acessado em 10/10/2010.

*Educação ambiental e as múltiplas
abordagens.* ⁷⁷³_____

TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DA BARRA DE MAMANGUAPE, MUNICÍPIO DE RIO TINTO – PB

Giuseppe Correia Paulino²⁵¹

Joelma Abrantes Guedes²⁵²

Daniel Wagner Araújo Lucena²⁵³

Lyvia Camila Fernandes Madruga²⁵⁴

RESUMO

O projeto intitulado “TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DA BARRA DE MAMANGUAPE, MUNICÍPIO DE RIO TINTO – PB” objetiva avaliar as condições da população residente desta comunidade, através da observação do comportamento da comunidade frente às iniciativas do Projeto Peixe-Boi Marinho e as ações do turismo com a comunidade. Pesquisa de caráter descritivo e exploratório com realização de pesquisa em campo, obtendo dados por meio da aplicação de questionário com a população daquela região, o questionário utilizado é composto de nove perguntas abordando os aspectos de: nível de escolaridade, profissão, se há relação entre a atividade exercida com o turismo local, obteve-se a amostra de 54 questionados. Com os resultados obtidos, constatou-se o alto índice de escolaridade abaixo do ensino fundamental, cerca de 20% da comunidade não possui ensino, esses fatores estão ligados a falta de infra-estrutura local e, segundo os moradores, pela falta de acessos adequados. Como a comunidade está situada em uma área de preservação ambiental é proibido por lei o desmatamento e a construção de acessos pavimentados pelo grande impacto que causa no meio ambiente natural. A partir da observação e análise dos dados é perceptível que a comunidade passa por vários problemas, e a ação do IBAMA chega a causar mais um conflito. Com isso é de extrema necessidade que haja um maior envolvimento dessa comunidade no projeto através de capacitações sucessivas como também de uma sensibilização ambiental com esta população para que a mesma possa promover a preservação local e trabalhar juntamente com o IBAMA para que a região não seja degradada com a atividade turística, sendo feito um planejamento adequado para a implantação do turismo na região, minimizando os impactos causados pela atividade.

Palavras-Chave: Turismo, Comunidade, aspectos socioeconômicos.

ABSTRACT

The project entitled "TOURISM AND SUSTAINABILITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES: A CASE STUDY IN COMMUNITY BAR MAMANGUAPE, CITY OF RIO TINTO - PB" objectively evaluate the conditions of the resident population of this community, through observing the behavior of the community in response to initiatives of Project Manatee and shares of tourism to the community. Research is

²⁵¹ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – giuseppecorreia@hotmail.com

²⁵² Mestre em Turismo – Universidade Federal da Paraíba – Joelma.abrantes@gmail.com

²⁵³ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – danielwagner2@hotmail.com

²⁵⁴ Graduando em Hotelaria – Universidade Federal da Paraíba – lyviacamila@hotmail.com

descriptive and exploratory implementation of field research, obtaining data through a questionnaire with the local population, the questionnaire consists of nine questions addressing the following aspects: level of education, profession, whether a relation between the activity pursued with local tourism, we obtained a sample of 54 questioned. With these results, we found the high level of education below elementary school, about 20% of the community has no education, these factors are linked to lack of local infrastructure and, according to residents, lack of adequate access. Because the community is located in an environmentally protected area is prohibited by law deforestation and construction of paved access for the great impact on its natural environment. From the observation and analysis of data it is apparent that the community is going through various problems, and the action comes from IBAMA to cause more conflict. With it's dire need of that greater involvement of the community in the project through subsequent training as well as an environmental awareness with this population so that it can promote the preservation site, and working closely with IBAMA to the region is not degraded with tourism being done adequate planning for the deployment of tourism in the region, minimizing the impacts caused by the activity.

Keywords: Tourism, Community, socioeconomic aspects.

1. Introdução

A comunidade da Barra de Mamanguape é uma das regiões mais importantes com áreas naturais do Nordeste brasileiro, onde ocorrem extensos manguezais, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas, dunas, falésias e arrecifes, que compõem um grande mosaico de ecossistemas e abriga uma grande diversidade florística e faunística,

775

É nesta área onde se localiza a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no município de Rio Tinto – PB é formada por aproximadamente 83 famílias que vivem essencialmente da atividade pesqueira e da catação do marisco.

A área da Barra de Mamanguape está envolvida por uma região intensamente ocupada por cultivo de cana de açúcar. Protege também um significativo número de comunidades tradicionais de pescadores e aldeias indígenas para quem o adequado uso dos recursos naturais é básico para sua sobrevivência física e cultural.

O mapeamento desse conflito social econômico e ambiental é importante para que se busquem soluções plausíveis que permitam a população usufruir os recursos naturais disponíveis sem deteriorá-los. Não se pode negar que a população nativa, em decorrência do contato intenso com a sociedade envolvente, são levados a adquirir e utilizar técnicas e práticas produtivas que causam maior impacto ao

ambiente que as suas atividades tradicionais. Todavia, não se pode responsabilizá-los isoladamente por estarem degradando o que outrora protegiam - o meio ambiente (SANTILLI, 2004).

Os moradores dessa localidade além de serem pescadores e catadores de marisco, também trabalhavam nas fazendas de camarão na época da despesca, outra atividade exercida no local que gerava maior renda para a população, e foi proibida com a chegada do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) e, devido à falta de planejamento para sua execução, com isso contribui para a implantação da atividade turística no local.

Os manguezais constituem uma fonte de recursos que servem habitualmente as comunidades pescadoras e costeiras. Na comunidade Barra de Mamanguape a pressão sobre o mangue aumentou muito e surgiu a necessidade de se intervir no processo extrativo dos recursos naturais como caranguejos, mariscos, ostras e peixes que o mangue oferece. A decretação da unidade de conservação ambiental em Barra de Mamanguape só ocorreu em 1993, quando a região foi transformada em Área de Proteção Ambiental (Decreto nº 924 de 10/Set/1993).

Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Conservação de uso planejado, que almejam alcançar o desenvolvimento social e econômico das populações humanas integrado à conservação dos recursos naturais. Enquanto Área de Proteção Ambiental Barra de Mamanguape presta-se a experimentos que visem à utilização sustentável dos recursos naturais pelas populações extrativistas.

Na Barra de Mamanguape o turismo vem sendo uma fonte de renda para a população local. Essa atividade gera inúmeros impactos ao ambiente em que está inserida, um dos grandes desafios é a implantação do turismo sustentável.

O desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável é um grande paradigma, encarado como um desafio por especialistas na área, pois o crescimento descontrolado, muitas vezes visto como desenvolvimento de um destino turístico pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, bem como a descaracterização cultural e desequilíbrio social.

O enfoque positivo do desenvolvimento sustentável no segmento do turismo se dá na proposta de minimizar as tensões e os atritos criados pelas complexas

interações entre os visitantes, o ambiente natural e as comunidades locais que recebem os turistas.

Dessa forma a atividade turística pode ser desenvolvida de forma a minimizar os impactos ao ambiente natural onde será implantada como também minimizar os impactos culturais entre os turistas e a comunidade receptora.

A pesquisa tem como intuito avaliar as condições da comunidade Barra de Mamanguape inserida na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, situada no município de Rio Tinto – PB, analisando os aspectos socioeconômicos e o desenvolvimento do turismo na localidade.

2. Referencial teórico

2.1. Sustentabilidade

A importância de valorizar os aspectos naturais, reconhecer e divulgar as características peculiares do município é um dos meios de consolidar uma marca que congregue a beleza do lugar e natureza. Associar a natureza como uma riqueza a ser compartilhada e usufruída pela população e pelo turismo direciona o desenvolvimento para a sustentabilidade.

777

Na década de 90 tem surgido como mais evidência, a preocupação com as consequências de um turismo de massa, especialmente sobre as comunidades mais frágeis, menos desenvolvidas. Antes disso, o enfoque ficava concentrado nas vantagens dos ganhos financeiros e do incremento na oferta de empregos para a população local. Por outro lado, tal atividade também ameaça com o estrago do meio-ambiente, a segregação dos nativos, a exclusão dos mesmos de todos os processos de planejamento e, em longo prazo, um amplo confisco sobre a população local.

De acordo com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva: “A agenda 21 reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade” (MMA, 2005).

A relevância da Agenda 21 e a cobertura de todos os aspectos do desenvolvimento sustentável são importantes para os indicadores com o intuito de

monitorar o que estes realmente se desejam monitorar, em outras palavras, alcançar o progresso em um nível nacional de desenvolvimento sustentável. (MORTENSEN, 1997).

2.1.1. Turismo Sustentável

Turismo sustentável é aquele que atende, simultaneamente, às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A relação entre o meio ambiente natural e o turismo é conflituosa, visto que sempre existe degradação ambiental, por menor que seja o impacto sofrido no ambiente, afirmação essa defendida por ecologistas. A atividade turística quando bem planejada, auxilia na minimização dos problemas ambientais, como também os culturais decorrente da atividade. Dentro da atividade turística, o turismo sustentável vem sido defendido como um segmento que busca exatamente o equilíbrio dos ecossistemas naturais atrelado a sustentabilidade local onde o visitante, aberto para novas descobertas, capta a identidade do lugar, respeitando os costumes do lugar visitado.

778

O turismo é tradicionalmente considerado enquanto fenômeno individual; no entanto, em razão do número de indivíduos que estão direta e indiretamente relacionados com este fenômeno, o turismo passa a ter dimensões socioeconômicas evidentes. Dessa forma a atividade turística engloba uma grande proporção de pessoas para desempenhar as mais diversas funções que essa atividade pode beneficiar.

Entre os principais incrementos básicos da atividade turística estão o surgimento de emprego para a comunidade receptora, uma dessas fontes empregatícias é o papel do guia de turismo, outro benefício da atividade turística é a criação logística apropriada para recepcionar os visitantes, como serviços de transportes, alojamento, alimentação e de recreação. Onde na região onde em que a

atividade está inserida, o papel do guia turística é de extrema importância para o desenvolvimento da atividade e a inserção da população no turismo.

Assim a atividade turística pode ser desenvolvida de forma sustentável, porém é necessário que seja um estudo minucioso dos principais aspectos que a atividade poderá degradar, entre elas está o meio ambiente local, onde a mesma, boa parte das vezes, é prejudicado pela ação da atividade realizada de forma incorreta, não seguindo os princípios do turismo sustentável.

Dentro deste contexto está inserido o conceito de ecoturismo o qual está baseado no cuidado do meio ambiente bem como o desenvolvimento da atividade juntamente com a população local. O ecoturismo não será uma nova “indústria” praticada na natureza, mas sim uma forma de dar vivência ao indivíduo ou grupo, afetando suas atitudes, valores e ações nesse ambiente. Com isso, pretende-se conduzir as pessoas a manterem os ambientes naturais e fortalecer as comunidades receptoras, objetivando a sustentabilidade e conservação de ambos.

2.2. Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape

779

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape é uma Reserva de Unidade de Conservação Federal Brasileira, criada em 10 de setembro de 1993 pelo Decreto Federal nº 924, abrangendo 14.640 hectares e possuindo cerca de cinco mil famílias, ou 18 povoados, dentro de seus limites, nas quais estão incluídas seis aldeias indígenas, pertencentes a reserva indígena gerida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A APA da Barra do Rio Mamanguape apresenta um imenso manguezal, com remanescentes de Mata Atlântica, além de outros biomas julgados de fundamental importância para a preservação. Apresenta a maior reserva do estado da Paraíba com cerca de 6.000 hectares de mangue, tornando-se uma área de estímulo para a preservação das espécies que ali vivem.

No caso da APA da Barra do Rio Mamanguape, o objetivo principal de sua criação foi garantir a conservação do habitat e a proteção do Peixe-Boi Marinho. A este objetivo se somaram tais como a conservação da flora e dos recursos hídricos, a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área, o fomento ao turismo ecológico e a educação ambiental.

Como as APAs, via de regra, são criadas em áreas já ocupadas, e a sua criação implica em regularização do uso e manuseio dos recursos naturais existentes, é comum o surgimento de conflitos de interesses entre os diversos grupos econômicos presentes como os proprietários, moradores, movimentos ecologistas e órgãos governamentais.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) apresentam características que permitem atividades rurais, desde que sigam as condições e regras apresentadas em sua definição. Contudo, devem ser incorporados instrumentos que auxiliem a sociedade e os órgãos gestores a definirem estratégias voltadas à gestão das potencialidades do ambiente, das realidades econômicas e dos anseios sociais (BARNTHOUSE *et al*, 1995; SACHS, 1993).

Dentre as atividades econômicas realizadas na Área de Proteção Ambiental – APA destacam-se duas Usinas de cana-de-açúcar e álcool, atividade de Carcinicultura, atividade de turismo no Centro Nacional de Mamíferos Aquáticos relacionado ao Projeto Peixe-Boi e atividades pesqueiras e catação de marisco das famílias que residem, na região.

780

2.2.1. Atividade Pesqueira na APA da Barra do Rio Mamanguape

A atividade pesqueira desenvolvida na região é uma das fontes de renda e forma de alimentação que a comunidade possui para se manter. A aplicação da atividade pesqueira na APA deve seguir o uso de sustentável dos recursos naturais presentes na região, associada ao objetivo de organizar os produtores de diferentes atividades e escalas de produção para a gestão ambiental dos estabelecimentos nessas condições específicas, configura-se como uma contribuição inovadora. Dessa forma a comunidade pode desenvolver a atividade pesqueira sem prejudicar o meio ambiente natural.

Conservar o meio ambiente passa a ser uma das formas de valorizar o homem, ou seja, busca, com a proteção ambiental, desenvolver condições para aumentar o conforto, a saúde e a alimentação, dentre outros, que são vitais para a qualidade de vida (MUELLER, 1995).

Grande parte da população de comunidades ribeirinhas são pescadores artesanais, que, durante praticamente toda a sua vida, adotaram a pesca como atividade principal de subsistência. Eles possuem conhecimentos práticos, que devem ser respeitados e considerados no estabelecimento de reorientações quanto à sua conduta em relação ao ambiente e à obtenção de recursos.

2.2.3. Catação de Marisco

O trabalho de catar o marisco na região torna-se uma das atividades mais lucrativas para as famílias que residem na comunidade. Essa atividade é apontada pelos moradores como forma de conseguir renda e também como fonte de alimento. Além da atividade ser lucrativa a opção por essa forma de trabalho não impede que as famílias passem longos períodos sem trabalho, pelo fato dessa atividade não ter período de sazonalidade.

2.2.4. Carcinicultura

Nas áreas sob influência estuarina do Rio Mamanguape, a carcinicultura tem sido vista como atividade de minimizar a crise socioeconômica de suas comunidades. Infelizmente a implantação desse tipo de atividade não vem ocorrendo de forma ecologicamente sustentável, o que tem gerado graves problemas ambientais, comprometendo ainda mais os estoques dos recursos explorados tradicionalmente.

A carcinicultura é uma atividade econômica bastante lucrativa para os proprietários das fazendas de camarões, que é desenvolvida não apenas no Brasil, sétimo colocado no ranking dos produtores mundiais de camarão entre os anos 2001 e 2002 (CARVALHO, 2006), mas também em outros países, onde já se tem comprovação dos impactos ambientais que podem causar ao meio ambiente, todavia, ela continua sendo praticada por esses países cada vez mais.

Dentre os interesses convergentes entre os produtores de camarão supracitados pode-se citar o interesse em se obter lucro, que lhes possibilite o sustento da família e uma reserva para investimentos pessoais. Todavia, os principais interesses divergentes encontram-se entre aqueles que buscam

preservar o meio ambiente e os que buscam explorá-lo sem, até o momento, fazer uso do desenvolvimento sustentável.

A atividade da carcinicultura exercida na APA da Barra do Rio Mamanguape não é bem desenvolvida por seu grande índice de degradação ambiental e muitos dos empreendimentos não elaboram os estudos necessários para que a atividade possa ser desenvolvida.

2.3. Caracterização da área de estudo: a comunidade Barra de Mamanguape

A comunidade Barra de Mamanguape é formada por cerca de 83 famílias, a maioria delas residem na localidade a mais de 20 anos. De acordo com Cabral (2001), o tempo de permanência no local é um fator importante de inclusão das populações dentro do conceito de comunidades tradicionais.

A comunidade local trabalha basicamente na pesca, na catação de marisco, no projeto peixe-boi marinho e na atividade turística desenvolvida nessa localidade, onde são fornecidas algumas funções como vigilante, costureiras, guias turísticos e canoeiros, todas essas atividades servem de base para a economia local.

Como a comunidade local vive essencialmente da atividade pesqueira, houve a necessidade da implantação de uma colônia de pescadores, na qual é denominada Colônia Z13, o líder comunitário Sr. Carlos Lourenço da Silva afirmou que a atividade pesqueira local ainda é arcaica e a população sofre com os períodos de baixa na pesca.

De acordo com o IBAMA as ações de pesca desenvolvidas dentro de uma área de proteção ambiental não é proibida, porém a mesma deve seguir os critérios de cuidado com o meio ambiente, para que assim possa ser preservado os recursos naturais, dessa forma impedindo a extinção de determinadas espécies.

3. Metodologia

O presente estudo foi realizada na comunidade Barra de Mamanguape situada na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, município de Rio Tinto – PB. Desenvolvida pela equipe de pesquisa composta por quatro membros, onde realizou-se visita ao local da pesquisa de campo. Seguindo as fases de:

1. Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de materiais já publicados, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet;

2. Elaboração do Instrumento de Pesquisa: a pesquisa contou com a elaboração de um questionário aplicado aos moradores da comunidade. Esse questionário foi uma série de perguntas estruturadas de forma ordenada que foram respondidos pela população estudada. O presente instrumento possui nove perguntas e contou com a participação de 54 questionados.

3. Pesquisa *in loco*: a pesquisa de campo foi realizada no mês de Julho de 2009, onde a equipe de pesquisa pode aplicar o instrumento de pesquisa e observar a realidade da população frente as dificuldades enfrentadas.

4. Tabulação e Apresentação dos dados coletados: nesta etapa a equipe de pesquisa realizou o levantamento dos dados e organizou-os em gráficos para fazer o levantamento das informações coletadas.

5. Discussão dos Resultados: pode ser feita a análise e a interpretação dos dados coletados, onde foi revelado o alcance do objetivo da pesquisa.

6. Finalização do Artigo: logo todos os dados obtidos foram avaliados e apresentados, onde foi possível sintetizar e explicar os objetivos alcançados nesse trabalho, revelando a importância dessa pesquisa para a sociedade.

783

4. Apresentação e análise dos resultados

A equipe encontrou diversas dificuldades na aplicação dos questionários, com a maioria dos entrevistados, observou-se que há uma grande insegurança ou desconfiança quando indagadas a respeito de algumas práticas adotadas, como o nível de escolaridade da população questionada, muitos deles apresentaram receio em responder esse questionamento.

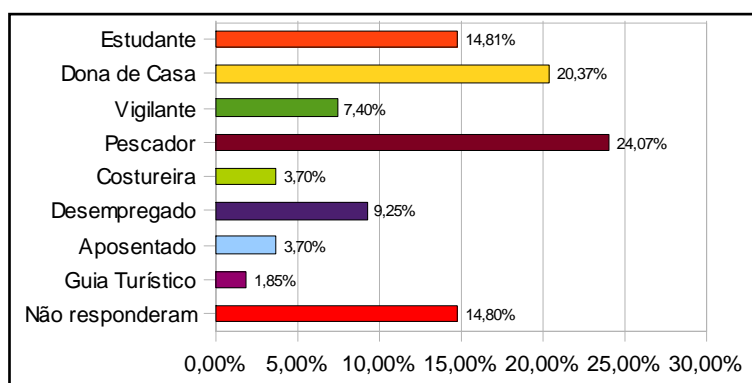
O conhecimento educacional das famílias que participaram dessa pesquisa é bastante precário onde 48,14% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e cerca de 20,37% da população não estudou.

Em relação ao gênero dos entrevistados 59,25% são mulheres, onde a maioria delas cerca de 33,33% estão com idade acima dos 46 anos, revelando que

as famílias dessa região são criadas no local onde nasceram e não há tem vontade de sair dessa localidade.

Outro fator relevante observado pela equipe de pesquisa foi o trabalho desenvolvido por esses habitantes, 24,07% da população trabalha como pescador ou como catador de marisco e 3,70% trabalham na confecção dos peixe-boi marinho de pelúcia na eco-oficina. Outras funções desempenhadas pelos moradores seguem no gráfico abaixo:

Gráfico 1: PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Pesquisa de Campo – 2009

784

Em relação a profissão desempenhada pelos participantes da pesquisa buscou-se revelar a porcentagem de moradores que trabalham com a atividade turística desenvolvida na região, apenas 22,22% dos que participaram da pesquisa trabalham em atividades ligadas ao turismo que é desenvolvido nessa região. Nesse ponto a população revelou que as funções dentro do projeto peixe-boi são desenvolvidas apenas por funcionários do IBAMA, a profissão que é oferecida a população são os de canoeiros ou de guia turístico, revelando que 72,22% não possuem familiares trabalhando com a atividade turística da região.

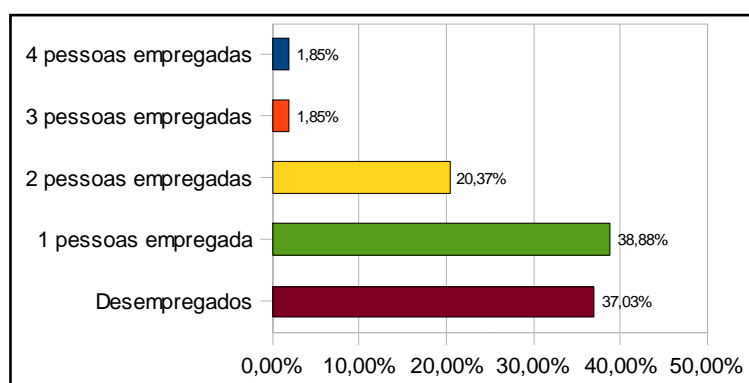
Quando o turismo é convidado a participar da discussão, espera-se dele a função de verdadeiro “milagreiro”, a restaurar a paz entre as partes, ou seja, que dele venha a solução para conservação, uso e auto-sustentação econômica do *bem*, em geral parte significativa da memória e identidade local. (GASTAL, 2002). Assim muitos dos moradores atribuem a ação do turismo como uma forma de melhorar a vida da comunidade receptora, nesse caso da Comunidade Barra de Mamaguape essa melhoria não aconteceu por diversos motivos, entre eles está a ação do IBAMA em proteger a área que de proteção ambiental. Muitas das famílias relatam que o

turismo no local é pouco rentável pois o IBAMA proíbi a construção de pousadas, restaurantes, entre outros empreendimentos que servem de apoio para o desenvolvimento da atividade turística, pois essas construções podem causar alguns impactos ao ambiente natural.

A pesquisa revelou que do total de entrevistados cerca de cinco ou mais pessoas residem em uma mesma casa, totalizando 154 adultos e 72 crianças entre os moradores questionados.

De acordo com os dados obtidos, observou a quantidade de pessoas que trabalham e residem na mesma casa, 37,03% dos questionados revelaram que não há nenhum empregado dentro de casa e apenas 1,85% possuem quatro pessoas trabalhando. Algumas pessoas que responderam a pesquisa relataram que vivem do recebimento do auxílio oferecido pelo Governo, entre eles o Bolsa Família e não buscam outras fontes de renda, para a outra parte o melhor é buscar uma fonte de renda que seja mais confiável.

Gráfico 2: NÚMERO DE TRABALHADORES EM CADA RESIDÊNCIA



Fonte: Pesquisa de Campo – 2009

Outra dificuldade apontada na pesquisa foi para realização das compras de produtos alimentícios, para que a população local possa realizar essas compras, semanalmente um carro, que vem do município de Rio Tinto, abastece algumas mercearias locais com os produtos essenciais como feijão, arroz, macarrão, carne, entre outros, para a compra de outros elementos da feira como as frutas e verduras a população tem que esperar, um carro que vem sem compromisso para que assim a população possa comprar os produtos que estão falta.

No que diz respeito ao tempo de moradia na comunidade, o maior percentual foi dos moradores que nasceram e foram criados na comunidade com cerca de 61,11%, onde os moradores residem na região há mais de vinte anos. Para Marcelino (2000), em áreas estuarina tradicionais, é comum a permanência média de moradores em comunidades pesqueiras por mais de 30 anos.

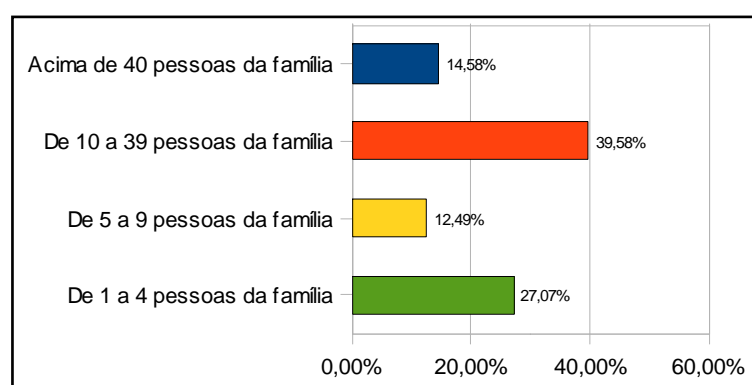
A permanência do morador por mais tempo no local de trabalho pode ser interpretada como resultado da disponibilidade de alimento oferecido gratuitamente pelo ambiente à população que habita áreas próximas aos manguezais (Cabral 2001).

Outro fator que foi observado na pesquisa foi a quantidade de familiares que residem na comunidade Barra de Mamanguape. Com os resultados obtidos a equipe revelou que 88,88% dos moradores possuem familiares na comunidade.

Na pesquisa a equipe de trabalho dividiu os resultados pela quantidade de pessoas da mesma família na comunidade, obtendo os seguintes resultados apresentados abaixo:

786

Gráfico 3: FAMILIARES QUE VIVEM NA COMUNIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo – 2009

Considerações Finais

Apartir do presente estudo pode-se avaliar a dificuldade enfrentada pela população da comunidade Barra de Mamanguape pela falta de infra-estrutura da localidade. Como também a dificuldade da ação do IBAMA em preservar a área de proteção ambiental da Barra do Rio Mamanguape, junto com a população, pelo fato

de que os ideais esperados pelos dois ainda está caminhando de forma divergente, de uma lado a população espera que o IBAMA invista em saneamento, construções, moradias e outras formas para expandir o turismo no local, do outro lado deve ser feita a preservação dessa área considerada a maior extensão de mangue do estado e também a proteção da espécie do Peixe-Boi Marinho que ocorre nessa região.

Como a comunidade está inserida na Área de Proteção Ambiental há uma necessidade extrema de preservação, muitos moradores vivem nessa região muito antes da implantação da APA, mas aos poucos todos deveriam conhecer a importância e assim preservar a área, para que isso ocorra deve ser feito um treinamento com a população da localidade e mostrar qual a importância dessa região para a preservação do meio ambiente.

Assim a melhor maneira de equilibrar as duas necessidades foi com a implantação do turismo sustentável, que é desenvolvido no local sem que o mesmo seja prejudicado ao ponto de proibir a ação dos visitantes, feito de forma consciente e responsável. Essa opção de turismo já está sendo aceita pela população que aos poucos está tentando interagir com as novas formas de atividade.

Ainda observou-se que a economia local gira em torno dos produtos da pesca e do artesanato desenvolvido na comunidade, porém no que diz respeito ao artesanato local a comunidade ainda precisa de um treinamento para que possam reaproveitar os recursos naturais que estão à sua disposição.

Com isso ações de preservação e conscientização da população local deve servir de base para maiores cuidados do meio ambiente, logo a região servirá como forma de cuidar não só do meio ambiente como também de preservar a cultura e a originalidade dessa população.

Referências

BARNTHOUSE, L. W.; BIDDINGER, G. R.; COOPER, W. E.; FAVA, J. A.; GILLET, J. H.; HOLLAND, M. M.; YOSIE, T. F. **Sustainable Environmental Management**. Sponsored by US Environmental Protection Agency, Chemical Manufacturers Association. Rohn & Haas, Pellston, Michigan, 1995, 134p.

BRASIL. DECRETO LEI Nº 924, DE 10 DE SETEMBRO DE 1993.

CABRAL, AL. **Aspectos sócio-culturais e implicações ambientais das formas de uso e ocupação do espaço estuarino do rio Timbó, Estado de Pernambuco, Brasil**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 110Pp, 2001.

CAMPOS, N. T. **Aspectos do Turismo: Histórico, Conceitos e Formação.** UNICENTRO - Revista Eletrônica *Lato Sensu*, Minas Gerais, Ed.5 , 2008

CARVALHO, Sulamita Bezerra Pacheco de. **Carcinicultura e Meio Ambiente.** In.: FREITAS, Vladimir Passos de (coord). *Direito Ambiental em Evolução*, v.4. Curitiba: Juruá, 2006.

GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção Comunicação, 4) Site: <http://www.ibama.gov.br/patrimonio/>. Acesso dia 25 de Agosto de 2010

MARCELINO RL (2000) **Diagnóstico sócio-ambiental do estuário do Rio Paraíba do Norte-PB, com ênfase nos conflitos de uso e interferências humanas em sua área de influência direta.** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB. 99 pp.

MITRAUD, S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF Brasil, 2003.

MMA. Site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>

MOREIRA, J. F.; ANDRADE, M. O. **O Conflito Sócio-Ecônomico-Ambiental Decorrente da Carcinicultura na APA da Barra do Rio Mamanguape.** Pós-Graduação, Patos PB, 2004.

MORTENSEN, Lars Fogh – *The driving Force – State – Response Framework Used by CSD. Scientif Committe on Problems of the Environment. Sustainability Indicators. Scope 58 – 1997. Paris.*

MUELLER, C. C. **Economia e meio ambiente pelo prisma do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica.** Brasília: Departamento de Economia da UnB, texto para Discussão, no 208, 1995 788

PIRES, E. V. **Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, 2004, vol. 4.

SANTILLI, Márcio. **A cilada corporativa.** In.: **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições.**(Org.) FANY, Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SILVA, AJ. **Estudo socioambiental na margem urbana do canal da Santa Cruz – Itapissuma – Pernambuco – Brasil.** Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 170 pp, 2001

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** – 3. ed. Rev. Atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TEIXEIRA, A. L. G. F. **Mudanças no Perfil Socioeconômico e Ambiental Provocadas pela Atividade Turística no Município de Guaramiranga – CE.** Fortaleza, 2005.

AS TRILHAS INTERPRETATIVAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Daniele Santana de Melo²⁵⁵

Débora Reis Evangelista Oliveira²⁵⁶

Cherley José da Silva²⁵⁷

Camilla Gentil Santana²⁵⁸

RESUMO

Este artigo discute a importância das trilhas interpretativas para a Educação Ambiental, enquanto notáveis recursos didáticos capazes de incentivar a capacidade de observação e reflexão, viabilizando assim a informação, a sensibilização e a conscientização ambiental. Deste modo, o presente trabalho objetiva avaliar a importância das trilhas interpretativas no processo de educação ambiental. Para tanto, pretende identificar as ações desenvolvidas no que se refere à inserção de trilhas interpretativas e avaliar as condições de uso das áreas destinadas à visitação pública, na APA Morro do Urubu. A metodologia utilizada possui abordagem qualitativa e fundamenta-se no levantamento e análise de dados referentes ao processo de criação e implementação de trilhas interpretativas na APA Morro do Urubu. Através dos dados obtidos foi possível concluir que a educação ambiental apresenta uma nova extensão a ser trilhada no processo educacional dentro desta nova perspectiva.

Palavras-chave: Educação, Interpretação Ambiental, Trilhas Interpretativas.

789

ABSTRACT

This article discusses the importance of trails for Environmental Education, while remarkable teaching resources that can encourage the capacity for observation and reflection, thus enabling the information, awareness and environmental awareness. Thus, this study aims to evaluate the importance of trails in the process of environmental education. To that end, seeks to identify the actions taken with regard to the insertion of trails and evaluate the conditions of use of areas intended for public viewing in EPA Buzzard Hill. The methodology has a qualitative approach and is based on gathering and analyzing data regarding the process of creating and implementing trails in APA Buzzard Hill. Through the data obtained it was concluded that environmental education has a new extension to be trodden into the educational process within this new perspective.

Keywords: Education, Environmental Interpretation, Interpretive Trails

²⁵⁵ Pedagoga com especialização em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e colaboradora do Projeto Sala Verde na UFS.

²⁵⁶ Débora Evangelista Reis Oliveira, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE).

²⁵⁷ Graduando em Engenharia Agrônoma, integrante do Grupo de Estudos em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e Projeto Sala Verde, bolsista PIBIC.

²⁵⁸ Licenciada em Ciências Biológicas pela UFS, pós-graduanda em Gestão Ambiental na Faculdade Pio X e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e colaboradora do Projeto Sala Verde na UFS.

Introdução

O presente trabalho propõe desenvolver um estudo referente a importância das trilhas interpretativas no processo de educação ambiental. Contudo, não pretendemos aqui esgotar as questões levantadas, mas apenas contribuir para a discussão acadêmica acerca do assunto, já que notamos que este é um tema ainda pouco recorrido nas discussões sobre turismo em Unidades de Conservação e APAs.

Segundo Vasconcelos (2003), as trilhas interpretativas constituem-se num dos instrumentos educativos mais facilmente utilizados em programas de ecoturismo. O autor segue explicando que uma trilha interpretativa é um meio e não um fim. Deve ser planejada de acordo com os objetivos do programa interpretativo e as características e valores intrínsecos que o local oferece.

Para Andrade (2003), as trilhas oferecem aos visitantes a oportunidade de desfrutar de uma área de maneira tranquila e alcançar maior familiaridade com o meio natural. Trilhas bem construídas e devidamente mantidas protegem o ambiente do impacto do uso, e ainda asseguram aos visitantes maior conforto, segurança e satisfação. As trilhas terão papel significativo na impressão que o visitante levará sobre a área e a instituição que a gerencia.

790

O principal objetivo das trilhas interpretativas é auxiliar no processo de educação ambiental das UC, APA. Educação Ambiental, conforme definição da UNESCO (1987) é:

Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros(UNESCO,1987).

Segundo Silva (1996), a educação ambiental envolve desde a cooperação de escolas, universidades, até outras organizações para promover a conscientização sobre o meio ambiente dentro e fora dos parques e reservas. A administração das UC's e APAs exerce papel fundamental neste processo.

Atividades de educação ambiental, como parte dos programas de ecoturismo, devem levar os visitantes a uma compreensão e apreciação mais profunda dos

recursos naturais e culturais das áreas visitadas, possibilitando um comportamento mais consciente.

Porém, em geral, os ecoturistas buscam recreação saudável, relaxamento, e não leitura e ensinamentos. Para conciliar a recreação e a educação, vem sendo desenvolvida desde o final do século passado a arte e a técnica da interpretação ambiental.

Segundo Vasconcelos (2003), a Interpretação Ambiental ou da natureza é uma forma estimulante de fazer com que as pessoas entendam o seu entorno ecológico. É bastante antiga e está intimamente ligada à história dos Parques Nacionais norte-americanos.

O mesmo autor explica ainda, que as bases e a filosofia da interpretação só foram estabelecidas em 1957 por um dramaturgo e filósofo norte-americano, Freeman Tilden (Ibid.).

Segundo Silva (1996), Tilden enumera os seis princípios básicos da interpretação, com a finalidade de auxiliar a cada um para o estabelecimento de ideias próprias, a respeito do assunto. Resumidamente são:

791

- Qualquer interpretação que não se relacione com a personalidade ou a experiência do visitante será totalmente inútil;
- A interpretação não é simplesmente informação, ela é uma revelação baseada em informação, mas ambas são coisas totalmente diferentes. Contudo, toda interpretação inclui informação;
- A interpretação é uma arte que combina outras artes, sejam científicas, históricas ou arquitetônicas;
- O objetivo fundamental da interpretação não é apenas ensinar, mas sim provocar, motivar, despertar a curiosidade dos visitantes a respeito de aspectos aparentemente insignificantes;
- A interpretação deve tratar de apresentar todo um conjunto e não uma das partes. Os temas devem estar inter-relacionados;
- Ela deve ser dirigida a audiências específicas. Idealmente deveria existir um programa diferente para cada tipo de audiência.

Vários são os métodos e técnicas de interpretação, mas Silva (1996) enumera os doze principais, que são: interpretação ambulante; trilhas; palestras; centro para visitantes; mirantes; interpretação para crianças; para inválidos; programas especiais; programas fora do parque; exposições especiais; publicações; e interpretação viva da história. Neste sentido, notamos que o visitante, quando bem informado, passa a ser um grande aliado dos gestores das áreas naturais protegidas, auxiliando na conservação do meio ambiente visitado.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva avaliar a importância das trilhas interpretativas no processo de educação ambiental. Para tanto, pretende identificar as ações desenvolvidas no que se refere à inserção de trilhas interpretativas e avaliar as condições de uso das áreas destinadas à visitação pública, na APA Morro do Urubu.

Fundamentação Teórica

A educação ao ar livre é uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambiente natural, e objetiva o desenvolvimento educacional do ser humano (BARROS, 2000).

792

Para tanto, dimensões educativas têm sido incorporadas a atividades em ambientes naturais como passeios ecológicos, montanhismo, escotismo, entre outras tantas modalidades de lazer junto à natureza, principalmente por intermédio de trilhas de interpretação da natureza em parques naturais:

Sendo a interdisciplinaridade um dos pressupostos da Educação Ambiental, o recurso às viagens para estudos do meio como meio de ruptura da compartimentação do saber e para o estímulo à construção singular do conhecimento, facilitada pela experiência direta, coloca-se de modo privilegiado por tudo o que pode oferecer, analogamente aos momentos de lazer, de favorável à sensibilização e à percepção (SERRANO, 2000).

A Interpretação ambiental potencialmente pode se traduzir em atividade educativa, com destaque para o contato direto com o recurso que se está interpretando; este contato viabiliza novas experiências, além de revelar significados através do uso de objetos originais. Assim, as Trilhas são instrumentos a serem utilizados de maneira multidisciplinar, articulando diversas áreas do saber – Biologia,

Educação, Geografia, Psicologia, etc. – propiciando abordagens Transversais da temática ambiental, bem como a conscientização dos sujeitos envolvidos. Um dos objetivos da Interpretação deve ser sensibilizar os visitantes para a importância de se preservar os recursos a serem interpretados (PDM, 2002). Assim, Neiman & Rabinovici (2002) afirmam que o prazer da descoberta estética dos biomas despertam nos indivíduos sentimentos preservacionistas. Para tanto, sua prática deve ser constantemente reavaliada, em função do tipo de público a que se destina.

A trilha interpretativa é um ambiente propício ao lazer educativo, em que o aprendizado se torna uma experiência viva. Em cada pedra, em cada pássaro, em cada galho, o sujeito amplia conhecimentos, busca o crescimento pessoal e compreende melhor o mundo em que vive. Tilden (apud PDM, 2002) define a Interpretação como “uma atividade educativa, que se propõe revelar significados e inter-relações por meio do uso de objetos originais, do contato direto com o recurso e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação literal”. Durante o percurso trilhado, o ser humano interage em diferentes escalas com o meio natural.

Nesta interação ativa, os visitantes levam algo consigo, seja uma nova 793
mentalidade, novas sensações, experiências, lembranças ou aprendizados. Viagens ao meio, paisagens cênicas, belezas naturais, abstrações, sensações. É o mundo dos sentidos a ser explorado como facilitador do desenvolvimento de uma consciência crítica. Ver, ouvir, sentir, cheirar, tocar, apreciar. Enfim, usufruir ao máximo das possibilidades multissensoriais que o meio oferece. Atitudes que tendam à prudência ecológica devem ser estimuladas, tendo sempre o cuidado de causar o mínimo impacto possível ao longo do percurso, evitando assim que se altere o *status quo* do ambiente vislumbrado.

As trilhas, enquanto instrumentos pedagógicos para a Educação ambiental e biológica devem “explorar o raciocínio lógico, incentivar a capacidade de observação e reflexão, além de apresentar conceitos ecológicos e estimular a prática investigatória” (LEMES et al, 2004). Isso nos remete à *Educação Experiencial*, teoria pedagógica que concebe a experiência como a base do aprendizado, muito em voga na atualidade (BARROS, 2000). Nesta perspectiva, Capra (2003) recomenda a elaboração de um currículo que ensine os princípios básicos da ecologia e os fatos fundamentais da vida, difundindo assim o saber ecológico através de experiências

de aprendizagem: “uma pedagogia centrada na compreensão da vida, uma experiência de aprendizagem no mundo real que supere a nossa alienação da natureza e reacenda o senso de participação”. Este autor sinaliza ainda que *a experiência da ecologia na natureza nos proporciona um senso de lugar*, uma vez que favorece a compreensão de que integramos um ecossistema, em um sistema social e uma cultura própria.

Outro desafio é conseguir sensibilizar o visitante, despertando seus sentimentos mais íntimos para com a conservação da natureza. Para isso, sugere-se que a concepção das atividades de interpretação ambiental sejam baseadas no estímulo aos 5 sentidos natos do homem. Assim, experiências e desafios intelectuais são realmente vivenciados e não apenas verbalizados (CAPRA, 2003). A viagem ao meio natural, de certo, propicia o contato com o lúdico, o sensível, o inesperado. O homem, enquanto intérprete da paisagem sente a vida a partir de sua própria experiência, busca novas sensações através de uma prática sinestésica própria, interiorizando-a por meio de imagens, memórias e significações. Esta internalização contribui para consolidar uma nova postura ética em relação ao meio ambiente, concomitante à tomada da consciência de seus limites. Por conseguinte, possibilita desenvolver *uma espiritualidade ecológica* que promova o respeito aos demais seres da natureza, baseado no respeito à vida, tendo em vista que *tudo que existe merece existir; tudo que vive merece viver* (BOFF, 2003). Enfim, a interpretação ambiental pode alicerçar iniciativas que concentrem esforços para a construção de uma nova postura ética em relação à questão ambiental.

Metodologia

Visando a atingir um ensaio teórico consistente, as reflexões que aludem o artigo lançam mão do método dedutivo, partindo-se de situações generalizadas e particularizando conclusões. A referente pesquisa fundamenta-se no levantamento e análise de dados referentes ao processo de criação e implementação de trilhas interpretativas na APA Morro do Urubu. Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa destacaram-se os seguintes procedimentos: levantamento da bibliografia existente sobre o tema; observações assistemáticas da experiência de visitantes em trilhas interpretativas; elaboração do texto final com os resultados do trabalho.

Caracterização da área de estudo

De acordo com o decreto de criação, a APA do Morro do Urubu é uma Unidade de Conservação Estadual, que está localizada na zona Norte da cidade no município de Aracaju, e possui uma área de 213, 8724 ha com um perímetro de 8.135,28m.

Localizada na área urbana de Aracaju, limita-se ao Norte com o rio do Sal, ao Leste com o rio Sergipe, e ao Sul e Oeste com as áreas urbanas da zona Norte do município. Trata-se de região onde originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de enclaves de Cerrado. Criada e regulamentada pelos Decretos 13.713, de 14.07.93, e 15.505, de 13.07.95, a área vem sofrendo pressão urbana e se descaracterizando cada vez mais.

Resultados

A trilha foi realizada com um guia. Sendo este, aluno do 5º período do Curso Superior de Gestão de Turismo/Ecoturismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS). As trilhas no Parque da Cidade surgiram com o objetivo de vislumbrar a prática de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos (CEFET, 2010).

A trilha ocorreu em março de 2010 e foi teve a participação de sete pessoas. Embora curta, a trilha sofre com a ação antrópica. A presença de lixo ficou nítida durante a trilha, sendo encontradas várias garrafas pet e de vidro, plásticos, entre outros.



Fonte: Vanderléa Cardoso



Fonte: Vanderléa Cardoso

Salvo as intervenções de ordem estrutural e de segurança, os sítios de visitação não devem ser adaptados aos visitantes, estes é que deverão ser preparados para a visitação. Para elaborar medidas preventivas de impactos negativos em trilhas, minimizando os custos de implantação e manutenção, deve-se estabelecer primeiramente um zoneamento das áreas de uso e não-uso e o manejo das áreas de uso, seguido do estabelecimento de técnicas que identifique o impacto potencial e os parâmetros para monitoramento da vida silvestre. Por fim, a educação ambiental é o instrumento de fundamental importância para minimizar os impactos da visitação (SALVATI, 2003).

796

Por localizar-se em uma unidade de conservação de Mata Atlântica, apresenta grande potencial para a implementação da educação ambiental. Segundo Zampaulo (2003), podem ser destacada a importância desse ecossistema considerada uma das mais variadas biodiversidade do planeta e que se encontra quase que totalmente devastado pela ação antrópica. Contudo, durante a trilha foi possível perceber que a vegetação do Parque, em sua grande maioria é exótica. É possível visualizar muitas mangueiras, mamoeiros, bananeiras e coqueiros, todas as plantas introduzidas com o desmatamento da flora original.



Fonte: Vanderléa Cardoso

Durante este percurso são sugeridas a utilização de técnicas de percepção ambiental, principalmente nos instantes das paradas, onde pode ser empregadas a realização de atividades rápidas, como medições, uso dos sentidos, jogos, adivinhações, formulações de perguntas para desenvolver o raciocínio lógico do visitante, fazendo com que este tome suas próprias conclusões, estimulando comparações, deduções, resoluções de problemas, demonstrações e avaliações. O trabalho de interpretação da trilha obterá melhores resultados com a utilização de recursos audiovisuais acompanhados de palestras, que podem ser realizadas na recepção existente no núcleo, para a preparação prévia dos visitantes quanto às características da trilha além de orientações gerais sobre a caminhada (ZAMPAULO, 2003).

797

Considerações Finais

Este artigo aborda a relevância em utilizar as trilhas interpretativas como ferramenta pedagógica e como a educação ambiental apresenta uma nova extensão a ser trilhada no processo educacional dentro desta nova perspectiva.

Além disso, permitindo um leque de oportunidades para ensino-aprendizagem, também proporcionando o contato com o lúdico, o sensível e o inesperado, baseada aos cinco sentidos natos do homem, auxiliando o

procedimento de sensibilização. Ressaltando, assim, que a trilha do Parque da Cidade possui potencial para a implementação de uma educação ambiental em trilhas interpretativas, sendo um lugar propício ao lazer educativo, onde o aprendizado se torna uma experiência viva.

Referências

BARROS, Maria Isabel Amando de. Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. In: SERRANO, Célia (org.). **A Educação pelas Pedras**. São Paulo: Chronos, 2000. p. 85-110.

BOFF, L. Ecologia e espiritualidade. In: TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL.. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CEFET. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sergipe. Disponível em <http://www.cefetse.edu.br>. Acessado em 20 de setembro de 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume: 798

Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

IEF. Anteprojeto do Plano de Implantação e Manejo do Parque Estadual do Itacolomi. Instituto

Estadual de Florestas – IEF/MG. Belo Horizonte, 1993.

PDM. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Projeto Doces Matas/ Grupo Temático de Interpretação Ambiental. Belo Horizonte, 2002.

LEMES, E. O. A. *et al.* **Criação de 3 trilhas interpretativas como estratégia em um programa de interpretação ambiental do Parque Estadual do Itacolomi**. Relatório do Projeto: UFOP: Ouro Preto, 2004.

LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em Parques Nacionais: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais**. Brasília: W.D. Ambiental, 2002.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NEIMAN, Z. & RABINOVICI, A. O Cerrado como instrumento para Educação Ambiental em Atividades de Ecoturismo. In: NEIMAN, Z. (org.). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri, SP: Manole, 2002.

SALVATI, S. **Trilhas Conceitos, Técnicas de Implantação e Impactos**. Disponível em <http://ecosfera.sites.uol.com.br/trilhas>. Acessado em 20 de setembro de 2010.

SERRANO, Célia (org.). **A Educação pelas Pedras**. São Paulo: Chronos, 2000.

ZAMPAULO, R. Avaliação de Potencialidades Ecoturísticas e Identificação Impactos em Trilhas Interpretativas: Estudo de Caso na Trilha do Rolado (Núcleo Caverna do Diabo, Parque Estadual Jacupiranga –SP. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Espeleologia**. Januária, MG – Julho de 2003.

TRILHAS INTERPRETATIVAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO TRILHAS ECOLÓGICAS EM PIRAMBU-SE

Camilla Gentil Santana²⁵⁹

RESUMO

O termo ecoturismo surgiu como uma proposta ao turismo tradicional a partir do princípio de minimizar impactos ambientais. É uma atividade socioeconômica associada ao futuro que utiliza educação ambiental como ferramenta e, estimula a participação e inclusão das comunidades no planejamento e benefícios da atividade turística. Como uma de suas alternativas desponta a utilização de trilhas interpretativas pela educação ambiental formal, tendo por finalidade explicar fenômenos naturais que podem ser observados nos roteiros, aproximando os alunos do patrimônio natural e ecológico, possibilitando assim, uma compreensão maior da importância de sua conservação. Nesta pesquisa utilizou-se abordagem qualitativa para análise do Projeto Trilha Ecológica realizado pelo Colégio José Amaral Lemos, situado no município de Pirambu-SE. Através dos dados obtidos, foi possível perceber que a utilização das trilhas interpretativas como aliado da Educação Ambiental é uma ferramenta útil para promover a inserção do aluno no meio, visto que gerou um senso de responsabilidade sobre a consequência de seus atos.

Palavras-Chave: Trilhas Interpretativas, Educação Ambiental, Pirambu-SE

ABSTRACT

800

The term ecotourism has emerged as a proposal to tourism from the traditional principle of minimizing environmental impacts. It's a socioeconomic activity associated with the future that uses environmental education as a tool, and encourages participation and inclusion of communities in planning and benefits of tourism. As an alternative topping for your use of trails for formal environmental education, as aims to explain natural phenomena that can be observed in the roadmap, bringing together students of ecological and natural heritage, thus enabling a greater understanding of the importance of conservation. This research used a qualitative approach to analysis conducted by the Project Ecological Trail by José Amaral Lemos school, located in Pirambu-SE. Through the data obtained, it is noted that the use of trails as an ally of Environmental Education is a useful tool to promote the inclusion of students in the middle because it produced a sense of responsibility about the consequences of their actions.

Keywords: Trails, Environmental Education, Pirambu-SE

²⁵⁹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduanda em Gestão Ambiental pela Faculdade Pio-X. Colaboradora do Projeto Sala Verde-UFS e integrante do GEPEASE. Email: camillags1@hotmail.com.

Introdução

Considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (art.2º, Lei n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008). No Brasil o turismo ganhou atenção especial em meados da década de 60, anteriormente estava relacionado a história do país, como por exemplo, a crescente demanda por hospedagem com a mudança da Família Real para o Brasil (XAVIER, 2010).

Segundo o mesmo autor, uma das maiores críticas ao uso do turismo para o desenvolvimento se deve ao fato de que suas modalidades têm trazido imensos impactos negativos para o núcleo receptor. Deste modo, o ecoturismo surge como uma proposta alternativa ao turismo tradicional. Em meados de 80, vários países identificaram-no como forma de possibilitar e desenvolver um incentivo à preservação (MOURÃO, 2004).

O termo Ecoturismo foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente. A EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo iniciou em 1985 o “Projeto Turismo Ecológico”, criando dois anos depois a Comissão Técnica Nacional constituída conjuntamente com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, primeira iniciativa direcionada a ordenar o segmento. Ainda na mesma década foram autorizados os primeiros cursos de guia especializados, mas foi com a Rio 92 que esse tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou um mercado com tendência de franco crescimento (BRASIL, 2008).

Em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente, o “turismo ecológico” passou a se denominar e foi conceituado como:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008).

Contudo, de acordo com o Instituto EcoBrasil, o 'ecoturismo' não é um segmento, mas um conjunto de princípios pois trata-se de um turismo sustentável

em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas; promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais.

Como características do ecoturismo temos que: é uma atividade socioeconômica associada ao futuro; é uma gestão responsável pela busca de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural; utiliza educação ambiental como ferramenta; e, estimula a participação e inclusão das comunidades no planejamento e benefícios da atividade turística. Seus princípios dão ênfase à natureza e aos valores culturais autênticos; propõem-se a minimizar os impactos ambientais, e geram benefícios para a comunidade local. Deste modo, o ecoturismo tem sido comumente realizado em áreas de preservação por ser uma atividade capaz de conciliar o desenvolvimento local com a conservação do meio ambiente (ANDRADE, 2009).

Mas muitas atividades, sob o nome de Ecoturismo, tem sido praticadas sem compromisso com o planejamento e preservação do meio ambiente. Isso é comum ocorrer no Brasil, pois nossas riquezas naturais são inúmeras, e é por este motivo que a potencialidade do ecoturismo em nosso país é assegurada por nossa ⁸⁰² exuberante natureza, espelhadas nas paisagens, e pela grande diversidade cultural (XAVIER, 2010).

Para Bueno (2010), educação ambiental torna-se uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável do ecoturismo sem que, contudo, esse segmento da atividade turística deixe de ser valorizado economicamente. Isto porque a Educação Ambiental é “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade” (art.1º, Lei Federal nº 9.795, de 27/4/99).

Seu objetivo é assegurar a maneira de viver mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática. Conduz a repensar velhas fórmulas e a propor ações concretas para transformar a casa, a rua, o bairro, as comunidades. Parte de um princípio de respeito à diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e de gênero. A educação deve ser o portal para o

desenvolvimento sustentável e essa sustentabilidade é o novo paradigma do desenvolvimento econômico e social (CAMARGO, 2002).

A importância do Ecoturismo é estratégica, portanto, ao privilegiar a educação ambiental na promoção do contato com o ambiente natural, contribuindo para romper com condicionamentos sociais inscritos nos hábitos de indivíduos acostumados com a cultura dos centros urbanos, bem como para a busca de alternativas às relações da sociedade com a natureza e seus indivíduos por meio da descoberta de novos estilos de vida, gastronomia, crenças e valores, arquitetura etc (BRASIL, 2008).

De acordo com Bueno (2010), pressupõe-se que o ecoturismo, enquanto uma atividade turística, que trabalha com a percepção dos envolvidos para com seu ambiente natural, facilitada por atividades proporcionadas pelas modalidades de educação ambiental, promove atitudes ambientais valorizadas pelo aprendizado que podem ocasionar o elo efetivo com a natureza e, conseqüentemente a sua conservação.

O ecoturismo pode interligar as comunidades em um sistema de rede, fortalecendo a economia solidária e se traduzindo no melhor meio para comercialização de artesanato e produtos agrícolas, bem como para difusão do patrimônio histórico-cultural. O ecoturismo e o turismo rural são segmentos com excelente potencial para impulsionar esse desenvolvimento, mas para isto é fundamental que as comunidades se organizem para produzir em sintonia com o mercado e em harmonia com o patrimônio natural, sem degradá-lo (CODEVASF, 2006).

Segundo Neiman (2010), todas as possibilidades de re-contextualização, bem como a possibilidade do repensar os hábitos, podem servir como agentes de re-Educação Ambiental. Pelas suas características, o ecoturismo têm se mostrado um poderoso instrumento de resgate, e, além disso, oferece possibilidades de uma discussão sobre a necessidade de transformação sob uma ótica de sustentabilidade. O desenvolvimento de atividades especiais, que intensifiquem o contato ser humano x natureza, pode contribuir para o afloramento de uma mudança dos hábitos culturais que, canalizados corretamente, podem tornar-se úteis para os educadores ambientais que trabalham em instâncias formais ou informais.

Deste modo, a utilização de trilhas interpretativas desponta como alternativas para trabalhos educativos em atividades de campo a partir da análise de seus recursos e da interpretação de suas belezas. Considerando que a paisagem – enquanto notável recurso didático – viabiliza a interação entre homem e meio ambiente, deduz-se que seu apelo estético nos conduza potencialmente à contemplação, estimulando a sensibilidade e a reflexão. (BEDIM, 2010).

As trilhas interpretativas são ferramentas interessantes e úteis no processo de construção da cidadania ecológica, enquanto que a Interpretação Ambiental, por sua vez, busca informar e sensibilizar as pessoas para a compreensão da complexa temática ambiental e para o envolvimento em ações que promovam hábitos sustentáveis de uso dos recursos naturais (BEDIM, 2010).

Para Guimarães (2006, p.9) a interpretação das trilhas tem por finalidade explicar fenômenos naturais que podem ser observados nos roteiros, aproximando as pessoas do patrimônio natural e ecológico, possibilitando assim, uma compreensão maior da importância de sua conservação. É uma forma estimulante de fazer as pessoas entenderem o seu ambiente; cria uma mentalidade mais responsável e provoca mudanças de valores e de atitudes.

804

A utilização da técnica de trilhas interpretativas, adaptada de acordo com as necessidades e com o conhecimento dos alunos, pode tornar-se num excelente instrumento de ensino. Ela é ideal para que os alunos conheçam e aprendam sobre ambientes específicos. É também, uma forma de dividir experiências que levam os alunos a apreciar, entender e cooperar com a preservação da natureza (*ibidem*, p. 10).

Metodologia

A metodologia utilizada possuiu abordagem qualitativa, pois estimula a espontaneidade sobre o assunto investigado, abrindo espaços para a interpretação das respostas, o que não pode ser obtido com análises quantitativas. Segundo Neves (1996):

“Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além

disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados.”

A coleta de dados se deu pela análise do Projeto Trilha Ecológica realizado pelo Colégio José Amaral Lemos, situado no município de Pirambu-SE. Este projeto ocorre na escola desde ano de 2006 e envolve todos os alunos do Ensino Médio, sendo que no ano de 2009 (período de observação e coleta de dados da pesquisa) o número de alunos participantes foi de 393.

Caracterização da área de estudo

Situada no litoral norte do Estado de Sergipe, distante 76 quilômetros da capital Aracaju e com aproximadamente nove mil habitantes distribuídos nas zonas rural e urbana, Pirambu ocupa uma área de 218 quilômetros quadrados, numa região caracterizada como planície litorânea. Sua topografia apresenta poucas elevações, formadas pelas dunas de areia branca. Possui vegetação litorânea muito variada, com praias onde predominam coqueiros e uma vegetação rasteira, com campos de dunas, matas de restinga e manguezais (BRASIL, 2002).

805

A economia de Pirambu é baseada na pesca do camarão e do peixe, sendo um dos maiores centros pesqueiros do Nordeste, exportando para Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Dos seus nove mil habitantes, 60% vivem da pesca e do turismo, que vêm se consolidando na região (BRASIL, 2002).

Pirambu foi a primeira base do projeto TAMAR instalada no Brasil, em 1982. A sede da Coordenação Regional de Sergipe, monitora 53 km de praias de reprodução e alimentação das tartarugas marinhas. Quase 2.400 desovas são registradas nas praias de Pirambu a cada temporada e cerca de 80% delas é da tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), a menor entre as tartarugas marinhas que existem no Brasil. E além de ser considerada a área brasileira com maior concentração de desovas da tartaruga-oliva, a Reserva Biológica Santa Isabel (Rebio) é procurada pelas aves-marinhas migratórias e por outras espécies animais em busca de alimentação e repouso (TAMAR, 2009).

Segundo Passos (2009), em 1988, o IBAMA criou a Reserva Biológica de Santa Isabel, com 45 quilômetros de extensão de praias e 2.776 hectares. Em 1992,

- cercado de incubação de ovos;
- quatro tanques com exemplares vivos de tartarugas marinhas em diversas fases de desenvolvimento;
- sala de palestras e projeção de filmes;
- ante-sala com um aquário marinho e seis aquários com peixes de água doce, representantes das espécies do entorno da Reserva;
- demais materiais educativos;
- estacionamento e stand de divulgação das atividades culturais desenvolvidas com as comunidades do entorno.

CONVENÇÕES

- Sede do Município
- Rodovias Pavimentadas

Mapa Reduzido do Estado de Sergipe, modificado (Sergipe, DER, 2011)

Resultados e Discussão

Segundo a coordenadora do colégio, o projeto Trilha Ecológica surgiu em 2006, como uma proposta interdisciplinar para a reposição de aulas perdidas. O projeto foi planejado pelos professores do Ensino Médio e teve a participação de todas as turmas do Ensino Médio da escola. No primeiro ano (2006), o colégio levou os alunos para o manguezal, localizado às margens do rio Japaratuba, entre os municípios de Pirambu e Barra dos Coqueiros. No ano de 2007 não houve a caminhada ecológica. Em 2008, a caminhada ecológica aconteceu na Reserva Biológica de Santa Isabel (REBIO), localizada entre os municípios de Pirambu e Pacatuba. Em 2009, o projeto trilhas deu continuidade ao projeto anterior.

Segundo Peres (2009), as trilhas constituem um instrumento pedagógico importante, por permitirem que em áreas naturais sejam criadas verdadeiras salas de aula ao ar livre e verdadeiros laboratórios vivos, suscitando o interesse, a curiosidade e a descoberta e possibilitando formas diferenciadas do aprendizado tradicional.

As trilhas possibilitam uma grande diversidade de eixos temáticos e abordagens ecológicas tanto com finalidades acadêmicas (no Ensino Fundamental, Médio e Superior bem como em atividades de pesquisa e investigação científica); com finalidade de fornecer conhecimento e esclarecimento lúdico à comunidade em geral (PERES, 2009).

As vantagens das trilhas se residem no ônus relativamente baixo para sua estruturação, o que é providencial em um país como o Brasil, onde há uma alta diversidade biológica e uma grande escassez de recursos; constituem um instrumento pedagógico prático e dinâmico, proporcionando uma aproximação à realidade dos temas abordados; suscitam uma dinâmica de observação, de reflexão e de sensibilização; proporcionam uma diversificação de atividades e também um comportamento a ser adotado (PERES, 2009).

Guimarães (2006, p.10) afirma que:

“Tratando-se da educação formal, a trilha é uma maneira eficaz para se trabalhar com os alunos fora da sala de aula, podendo ser utilizada por diversas ciências. Contudo, ela deve ser planejada e considerada como parte de um processo mais amplo e, não apenas como um evento educativo pontual. Ela deve propiciar a discussão de conceitos e valores sobre o meio ambiente natural e sócio cultural, deve sensibilizar os alunos a respeito das

questões ambientais local e invocar neles, a possibilidade de construir o próprio conhecimento e buscar respostas para as suas indagações.”

De acordo com os professores e coordenadoras da escola, durante a primeira caminhada ecológica, discutiu-se a importância do manguezal e sua preservação. Discutiu-se sobre as espécies que vivem e se reproduzem nesse ambiente, possuindo um enfoque preservacionista.

Segundo o professor de Geografia, no segundo ano, o projeto contemplou a REBIO. Onde foi possível visualizar espécies de peixes e tartarugas-marinhas do entorno nos tanques e aquários existentes na reserva. Também foi possível observar espécies de tartarugas mortas pela pesca predatória. Assim, foi possível fazer um trabalho de sensibilização dos alunos para a preservação das espécies daquela região. Possuindo, ainda, uma visão naturalista do meio ambiente.

Na trilha ecológica de 2009, houve um resgate do trabalho passado. Tendo as seguintes etapas:

Na primeira, foi pedido aos alunos que fizessem uma pesquisa bibliográfica a cerca da REBIO, levando em consideração o que viram na caminhada do ano anterior. Depois, foi realizada a trilha, que contemplou as lagoas azul e redonda, o morro da Lucrécia, entre outros locais turísticos da região.

Durante a caminhada, os alunos ficaram responsáveis por fotografar o que encontravam. Para isso, foram separados em cinco grupos, onde cada um era responsável por um eixo temático. Os eixos foram os seguintes: fauna, flora, relevo, recursos hídricos e impactos ambientais. Na terceira etapa do projeto, foi solicitado aos alunos que entregassem um relatório sobre o que foi encontrado durante a trilha, sendo que cada grupo fez um relatório do seu eixo temático.



Fonte: CEJAL

Analisando o projeto Trilha ecológica nos primeiros dois anos de realização, verificamos que foram eventos pontuais. Todavia, analisando o projeto no terceiro ano de realização, percebemos que há uma mudança em sua proposta. Tal mudança pode ser evidenciada quando analisamos seus objetivos iniciais. O projeto surgiu por uma necessidade de reposição de aulas. Porém, os objetivos do projeto em 2009 eram, entre outros, “coletar dados para fins de estudo e produção de atividades pedagógicas e compreender os princípios gerais da educação ambiental”.

Na terceira caminhada ecológica, priorizou-se dar continuidade ao projeto do ano anterior, demonstrando interesse em diminuir os eventos esporádicos para uma discussão da temática ambiental de modo mais efetivo. Além disso, o envolvimento dos alunos com o projeto deu “um salto” em relação aos anos anteriores, da pesquisa até a correção dos relatórios foram 3 (três) meses. Além disso, surgiu a proposta de reunir os relatórios em uma coletânea para ser disponibilizada na biblioteca da escola e um vídeo com as fotos tiradas pelos discentes durante a trilha.

As trilhas são ferramentas de educação ambiental muito eficaz, porém, se mal administradas podem se tornar um agravante na degradação ambiental de uma área preservada. A melhoria das trilhas é uma necessidade, já que envolve a segurança e o bem-estar de seus visitantes, além de constituir uma importante ferramenta para a educação ambiental. Para que sua implementação tenha um efeito mais positivo, é recomendável que sejam desenvolvidos projetos de capacitação de monitores para tornar-ser um importante local de recreação e educação ambiental, proporcionando interação entre a população e o meio ambiente (ROCHA, 2010).

Conclusão

Os atrativos naturais de Pirambu-SE favorecem a implementação do ecoturismo na região, podendo ser explorados os diversos ambientes como praias, campos de dunas, matas de restinga e manguezais. Diante disso, o desenvolvimento sustentável no município torna-se uma necessidade para a manutenção do ecossistema da região, sendo que a inserção de atividades pedagógicas na educação ambiental pode proporcionar uma prática mais efetiva, contribuindo, assim, para o equilíbrio social, ambiental e econômico da população.

810

Conclui-se que a utilização do ecoturismo como instrumento da Educação Ambiental é uma ferramenta útil para promover a inserção do aluno no meio, visto que gerou um sentimento de valorização por serem sujeitos atuantes na sociedade, criando, assim, o senso de responsabilidade sobre a consequência de seus atos.

Referências

ANDRADE, J. **Potencial Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju/SE)**. Disponível em [http:// www.physis.org.br](http://www.physis.org.br). Acessado em 10 de dezembro de 2009.

BEDIM, B. **Trilhas Interpretativas como instrumento pedagógico para a educação biológica e ambiental: reflexões**. Disponível em <http://www.lides.unige.ch/bioEd/2004/pdf/bedim.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto Cadastro da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste – Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Pirambu**. Aracaju, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BUENO, F. Educação ambiental aplicada ao ecoturismo nas unidades de conservação do pólo de ecoturismo da ilha de Santa Catarina. Disponível em HTTP:// www.physis.org.br. Acessado em 9 de setembro de 2010.

CAMARGO, Ana L. de B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

CODEVASF. **Sensibilização para o turismo sustentável.** Disponível em HTTP:// www.codevasf.gov.br. Acessado em 10 de setembro de 2010.

GUIMARÃES, V. **Uso de Trilha Interpretativa na Educação Ambiental: Uma Proposta para o Município de Rosário da Limeira (MG).** II Fórum Ambiental da Alta Paulista (ANAP-2006). Disponível em <http://www.amigosdanatureza.org.br/noticias/306/trabalhos/103.EA-50.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2010.

INSTITUTO ECOBRASIL. Disponível em HTTP:// www.ecobrasil.org.br. Acessado em 10 de setembro de 2010.

MOURÃO, R. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo.** Instituto ECOBRASIL, Programa MPE. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2004, 39p.

NEIMAN, Z. **Ecoturismo em unidades de conservação como estratégia para a educação ambiental.** Disponível em HTTP:// www.anppas.org.br/encontro_anual/.../GT/.../zysman_neiman.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2010.

NEVES, J. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v 1, n°3, 2° sem., 1996.

PASSOS, R. **Pirambu-Sergipe.** Disponível em <http://www.reinaldopassos.com>. Acessado em 20 de outubro de 2009.

PERES, A. **Trilhas ecológicas interpretativas.** Disponível em <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/artigostext/trilhas.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2009.

ROCHA, F.; BARBOSA, F.P.; ABESSA, D.M.S. **Trilha ecológica como instrumento de Educação Ambiental: estudo de caso e proposta de adequação no Parque Estadual Xixová-Japuí (SP).** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.3, n.3, 2010, pp.478-497.

TAMAR. Disponível em <http://www.tamar.org.br>. Acessado em 20 de outubro.

XAVIER, C. **Educação Ambiental: uma alternativa para amenizar os impactos ambientais do Ecoturismo.** Disponível em HTTP:// www.periodicodeturismo.com.br. Acessado em 9 de setembro de 2010.

MÉTODO IAPI: UMA POSSIBILIDADE PARA A PROMOÇÃO DAS INTERRELAÇÕES ENTRE O TURISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mônica Andrade Modesto²⁶⁰

Daniele Santana de Melo²⁶¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo despertar o sentimento de valorização e preservação do meio ambiente através da realização de uma trilha; enfatizar o potencial ecológico do local sugerindo práticas pedagógicas a serem trabalhadas neste espaço abordando diversos temas como história, geografia, biologia e áreas afins e avaliar o impacto ambiental existente no ambiente. Para isto apresentou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e embasou-se no método IAPI (Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos), cujo qual se utilizou apenas a primeira fase. Este trabalho se desenvolveu na trilha ecológica localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) desenvolve um Projeto intitulado "Quinta no Parque" com atividades relacionadas à questão ambiental. Em outubro, o projeto desenvolveu um evento que antecedeu as comemorações do Dia das Crianças. Em meio à programação do dia, estava à realização de trilhas ecológicas. A importância deste trabalho concentra-se nas possibilidades do turismo trilhar a questão ambiental não só na visão naturalista, mas de forma crítica do homem se vê como pertencente do meio, abandonando a postura antropocêntrica.

Palavras-chave: Turismo, Educação Ambiental e Trilhas

812

ABSTRACT

This article aims to evoke the feeling of appreciation and preservation of the environment through the implementation of a track, highlight the potential ecological site suggest pedagogical practices to be worked in this area covering issues such as history, geography, biology and related areas and assess environmental impact in the environment. For this methodology was presented as a literature search and I base on the method IAPI (Attractiveness Indicators Point Interpretive), which which used only the first phase. This work was developed in ecological trail located at the Environmental Protection Area (APA) Buzzard Hill. The Department of Environment and Water Resources (SEMARH) develops a project entitled "Saturday in the Park with activities related to environmental issues. In October, the project has developed an event that preceded the celebration of Children's Day. Amid the day's schedule, was the realization of trails. The importance of this work focuses on the possibilities of tourism tread the environmental issue not only in the naturalistic view, but a critical view of man as belonging to the middle, leaving the anthropocentric stance.

Keywords: Tourism, Environmental Education and Trails

²⁶⁰ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe-UFS; Bolsista voluntária do Projeto de Iniciação à Extensão- PIBIX/UFS; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE).ma-modesto@bol.com.br

²⁶¹ Pedagoga e aluna da especialização em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e colaboradora do Projeto Sala Verde na UFS e do Projeto de Iniciação à Extensão- PIBIX/UFS. danieleeli@hotmail.com

Introdução

O turismo se revela na presente conjuntura da sociedade como uma atividade que prioriza o lucro e a exploração do local que, diversas vezes acontece sem que haja uma preocupação com a sua preservação. Atualmente, uma vertente que vem conquistando um espaço cada vez maior na sociedade é o ecoturismo ou turismo sustentável, ainda que este esteja num processo de construção. Essa nova vertente do turismo surge com o intuito de minimizar os impactos negativos e maximizar conhecimento e valorização do patrimônio natural. Sendo assim, uma das atividades que se entrelaça neste processo de descoberta e apreciação são as trilhas que oferecem múltiplas possibilidades interpretativas a cada ponto explorado.

Desta forma faz-se mister a importância deste trabalho que tem por objetivo despertar o sentimento de valorização e preservação do meio ambiente bem como avaliar o impacto ambiental existente na natureza. Utilizou-se para o alcance desta finalidade a realização de uma trilha ecológica com o intuito de enfatizar o potencial ecológico do local e sugerir práticas pedagógicas que podem ser trabalhadas neste espaço ampliando a possibilidade de promover a interdisciplinaridade de abordagem de múltiplos temas de outras ciências tais como história, geografia, biologia e áreas afins. Para isto, apresentou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e empregou-se o método IAPI (Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos), cujo qual se utilizou apenas a primeira fase. Este trabalho se desenvolveu na trilha ecológica localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu.

813

A APA Morro do Urubu está localizada na zona Norte de Aracaju, caracteriza-se por uma unidade de conservação de uso sustentável e é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da capital sergipana, um dos motivos que a enquadrou na categoria de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável através do Decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) desenvolve um Projeto intitulado “Quinta no Parque” com atividades relacionadas à questão ambiental.

Em outubro, o projeto desenvolveu um evento que antecedeu as comemorações do Dia das Crianças. Em meio à programação do dia, estava à realização de trilhas ecológicas que “visa proporcionar a estudantes e comunidade local momentos de práticas educativas de vivências e caminhadas interpretativas”,

segundo informações da assessoria de comunicação da própria secretaria divulgadas num site local. Partindo da realização de uma destas trilhas surgiu a oportunidade de aplicar a metodologia IAPI com os visitantes.

A importância deste trabalho concentra-se nas possibilidades do turismo trilhar a questão ambiental não só na visão naturalista, mas de forma crítica do homem se ver como pertencente do meio, abandonando a postura antropocêntrica.

TURISMO

Desde a antiguidade percebe-se que a humanidade desenvolve atividades turísticas que permeiam a exploração dos espaços físicos, de recursos naturais e culturais. O exemplo disso pode-se observar fatos como As Grandes Navegações onde ocorria a prática do escambo e as festividades olímpicas que aconteciam na Grécia que conquistavam inúmeras pessoas que iam à busca da apreciação das atividades culturais e artísticas. Tal afirmativa se consolida quando Seabra aponta que

Nos séculos XVI e XVII, na Europa, ampliaram-se, significativamente, com o Renascimento as viagens turísticas. Artistas, artesãos, cientistas e principalmente jovens, acompanhados de seus professores, realizaram as viagens denominadas de *grand-tours*, objetivando conhecer outros mundos e culturas, aprimorando o jovem viajante para futuros cargos privilegiados dos poderes militar e civil. (SEABRA, 2008, p. 155).

814

Evidencia-se a causa do crescimento turismo na atualidade que permeia em torno da intensificação da geração de riquezas aliada ao mercado, às indústrias e aos avanços tecnológicos proporcionando a expansão da prática turística. Deste modo percebe-se que essa expansão ocorre, por vezes desordenadamente, ou seja, sem que haja uma preocupação ou um estudo do impacto ambiental acerca do ambiente que vai ser explorado. Os estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental (EIAs-RIMAs) ainda são a única ferramenta utilizada para a avaliação que um local tem de receber uma carga turística, muito embora estes estudos sofram modificações constantes.

O EIA-RIMA é um instrumento da política Nacional do Meio Ambiente que foi instituído pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986 com o objetivo regular as atividades que fazem uso de recursos naturais e ambientais de significativo potencial de degradação ou poluição ao ambiente. Tais atividades

dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental.

Para criar uma trilha não é necessário que se desenvolva uma EIA-RIMA porque esta é uma atividade ecoturística que causa um impacto ambiental irrisório como um pequeno desmatamento. Neste contexto, percebe-se a importância do desenvolvimento de atividades envolvendo trilhas interpretativas.

Uma trilha interpretativa consiste no desenvolvimento de uma atividade onde se caminha pela trilha e a cada ponto de parada se interpreta o que há naquele ambiente (fauna, flora, recursos naturais, etc.) a fim de que se discuta a problemática socioambiental presente no ambiente visitado. As trilhas são capazes de fazer com que o participante observe as paisagens e obtenha múltiplas informações a respeito do local podendo estabelecer também uma contextualização com a situação global. Numa perspectiva turística a trilha serve como um meio de exploração do local sem provocar-lhes danos.

Educação Ambiental

815

De acordo com Boff (1994), a crise ambiental provocada pelas sociedades industriais levou, direta e indiretamente, a uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade. Desta maneira tem-se observado a preocupação das sociedades sobre a importância da Educação Ambiental (EA) para um melhor aproveitamento nos ambientes naturais.

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está relacionada com uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatória de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade. (TRISTÃO, 2008, p. 21)

Todavia, a inserção das trilhas nas atividades turísticas é de grande relevância, pois permite desenvolver um trabalho de estratégias e sensibilização com a temática ambiental, abordando o contexto local e permitindo um leque de assuntos a serem ministrados por diversos profissionais. É assim que a EA deve-se ser propagada de maneira formal ou não-formal e é sem dúvida ponderada como um processo permanente no qual o indivíduo, a comunidade e os visitantes em geral despertam experiência e habilidades que promovem a valorização ambiental.

O tratamento da educação ambiental ainda é como atividade extracurricular, pela sua condição não-linear de conhecimento. O pressuposto é: se não sei onde inseri-la, então, está fora das disciplinas, basta a competência técnica de quem a desenvolve. (TRISTÃO, 2008, p. 126)

Diante das atividades extracurriculares há diversas possibilidades de ações de EA, sendo válido destacar a interdisciplinaridade que pode acontecer dentro e fora do espaço formal de ensino. Fora do espaço formal, pode-se trabalhar a EA através dos atrativos turísticos e como também as atividades turísticas, uma importante ferramenta de parceria com o meio ambiente. Sendo assim, tais atividades proporcionam a multiplicação de informações onde podem ser repassadas orientações em função de conhecimento que vem a ser uma relação de respeito contemplando a redução de efeitos negativos e maximizando os positivos. Verifica-se este fato na afirmação de Gonçalves quando diz que a questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruza o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas (GONÇALVES, 2008, p. 139).

Atualmente o termo Educação Ambiental não remete apenas a questões relacionadas ao meio ambiente, mas também a questões relacionadas à qualidade de vida. A qualidade de vida está ligada a diversas ações que proporcionam bem-estar ao ser humano, dentre essas ações estão às ações de lazer ambiental ou turísticas.

816

Segundo Kindel (2004) quando um indivíduo opta por uma atividade turística, ele leva em consideração algumas escolhas que devem ser feitas como escolha pessoal, gratuidade, prazer e liberação de obrigações. A escolha pessoal está associada a ações cotidianas do indivíduo que determinam as influências culturais, sociais, políticas e econômicas do ser. Gratuidade está ligada ao valor econômico que irá ser gasto na atividade de lazer. O prazer e a liberação de obrigações são fundamentais para a escolha da atividade turística, uma vez que o indivíduo busca o lazer pensando no prazer que vai sentir ao se libertar temporariamente das obrigações que a vida social impõe.

O Parque da Cidade é escolhido por muitos frequentadores como área de lazer e turismo, porque embora seja uma área natural, localiza-se na zona urbana o que facilita o acesso ao local, além de ser gratuito. Sendo que o Parque proporciona

um contato próximo com a natureza, permitindo a qualidade de vida através de caminhadas de maneira simples e prazerosa que pode promover a construção de valores e, conseqüentemente, a sensibilização ambiental. O ponto turístico dispõe ainda de espaços para a prática de esportes e socialização cultural, visita ao zoológico, passeio de teleférico e área infantil.

Uma distinção importante na teoria do valor é entre valor intrínseco e valor instrumental. O valor intrínseco se refere ao sentimento, ao prazer, à contemplação, ao altruísmo em preservar o meio ambiente e deixá-lo como legado para futuras gerações. O valor instrumental é uma espécie de valor de uso, de cunho estritamente material (MOTA, 2006, p.54).

Esse contato é muito importante porque desperta no ser humano o sentimento de valorização e apreciação do meio. De acordo com Diegues (1994) a desvalorização do meio ambiente surge com a revolução industrial e a intensificação da vida urbana. Com o passar do tempo, o ar na cidade tornou-se irrespirável devido ao aumento excessivo das fábricas e, aos poucos, o ambiente selvagem, intocado pelo ser humano volta a ser contemplado.

Ainda de acordo com Kindel (2004) durante o lazer ambiental praticam-se atividades físicas, manuais, intelectuais, associativas e turísticas. Neste trabalho dar-se-á ênfase às atividades associativas e turísticas que foram realizadas na trilha ecológica. As atividades associativas se referem à expressão sociocultural do indivíduo, ou seja, ele busca oportunidades de lazer que estão fora das grandes cidades facilitando a sensibilização ambiental no resgate à valorização do patrimônio natural. Essas atividades foram aplicadas a partir do método IAPI.

817

Metodologia

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu está localizada na zona Norte de Aracaju, caracteriza-se por uma unidade de conservação de uso sustentável e é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da capital sergipana, um dos motivos que a enquadraram na categoria de Unidade de Conservação de uso sustentável através do Decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993.

Fica instituída a Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu (APA – Morro do Urubu), localizada na Zona Norte da Cidade de Aracaju, Capital do estado de Sergipe, com uma área de 213, 8724 ha (duzentos e treze hectares, oitenta e sete área e vinte e quatro centiares), com um perímetro de 8.135,28m (oito mil, cento e trinta e cinco metros e vinte e oito

centímetros), cujas limitações e confrontações estão determinadas e indicadas no Memorial Descritivo (Decreto 13.713/93, p. 01).

Durante a década de 70 havia muitas indústrias ao redor da APA, o que acabou por gerar uma poluição desordenada no rio Sergipe que também fica ao redor do local. As indústrias dali começaram a depositar seus resíduos no parque e no rio. A fauna e a flora que ali habitavam foram exploradas e hoje se encontram num estado preocupante. Após a sua inauguração em 1985 o parque sofreu algumas reformas, mas continuou sem uma preocupação relacionada ao desenvolvimento práticas ambientais.

Somente em 2004 foi criado um plano de gestão e em 2007 começou a ser aplicado. O parque passou a contar com o apoio da SEMARH que criou um conselho em parceria com ONGs e com a sociedade civil (Prefeitura, Secretaria da Educação, EMSURB) visando uma melhor preservação do ambiente e a promoção de atividades extensivas.

O Memorial Descritivo citado acima se refere à descrição perimetral de todo o espaço que compreende a APA. Como se pensa por muitos, a APA não compreende apenas o espaço do morro, mas também o seu entorno - os bairros Industrial, Porto D'Antas e a invasão Coqueiral. Dentro da APA existe também um parque, o Parque José Rollemberg Leite mais conhecido como parque da cidade. De acordo com Plácido (2005)

818

O projeto do parque foi desenvolvido pelo escritório de Jaime Lerner e contava com ruas asfaltadas, lagos artificiais, quadras, edificações de apoio etc. O local foi construído durante a gestão do prefeito João Alves Filho (1975-1979). No entanto, fortes chuvas que caíram sobre Aracaju naquela época (1979) danificaram o espaço e sua inauguração precisou ser adiada. Passados alguns anos, a área ficou completamente abandonada pelas autoridades municipais. [...] A reestruturação do local tornou-se uma das promessas políticas de João Alves Filho durante sua campanha para governador (1982). Quando foi eleito, as obras foram retomadas e o parque José Rollemberg Leite foi reestruturado e entregue à população em 25 de maio de 1985. [...] O local oferecia serviço de charrete, trenzinho e possuía 3 campos de futebol em areia, 5 campos de futebol gramado, 4 quadras polivalentes, 2 quadras de tênis, pista de bici-cross, moto-cross, patinação e aparelhos de ginástica. Todos esses locais eram equipados com banheiros e vestiários. (PLÁCIDO, 2005, p. 194).

Este trabalho se desenvolveu utilizando o método IAPI (Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos), embasado em Magro (1998)²⁶² que será aqui descrito em cinco fases. Tal método objetiva agregar ao potencial interpretativo

²⁶² www.infotrilhas.com

de cada espaço selecionado da trilha, um valor qualitativo para aumentar a atratividade do local no intuito de elucidar nos visitantes suas concepções e seus interesses acerca do meio ambiente, bem como sensibilizá-los a respeito do local.

Fase 1: Levantamento dos pontos potenciais para a interpretação

O processo de interpretar uma trilha começa com um exercício de observação e estudo socioambiental. Uma vez realizado o registro do que há no local por meio de fotografias, anotações, entre outros.

Fase 2: Levantamento e seleção de indicadores

Inicia-se, então, um levantamento dos recursos naturais visíveis a partir dos pontos pré-selecionados na trilha para a escolha de alguns “indicadores de atratividade”. Observa-se se predominam vistas panorâmicas e espaços abertos; se é possível detalhar os recursos ambientais observados; se cursos d’água são visualizados no trajeto, apenas o som da água é perceptível; como predomina a fauna e a flora, etc.

Fase 3: Elaboração da Ficha de Campo

819

Escolhidos todos os indicadores a serem avaliados, elabora-se uma ficha de campo, com a qual deve-se buscar relacionar a ausência ou presença destes elementos em cada um dos pontos.

Fase 4: Uso da Ficha de Campo e Seleção final

Escolhe-se o tema a ser interpretado e inicia-se então, o processo de seleção dos pontos que estarão em seu programa de visitação. Ao final, recolhem-se as fichas para a análise dos pontos que foram observados e caracterizados como importantes, atrativos, abundantes, etc, para se chegar aos resultados.

Resultados e Discussões

As fichas de campo respondidas pelos visitantes após a participação da trilha buscaram diagnosticar se a metodologia aplicada atingiu os objetivos previstos, como agregar ao potencial interpretativo de cada espaço selecionado da trilha, um valor qualitativo para aumentar a atratividade do local.

Quando questionados acerca do que havia no local 100% afirmaram que há presença de vegetação, 50% destacaram a presença do relevo, 50% relataram a presença de sons de animais e 10% enfatizaram a presença de animais (ver figura 1).



Figura 1. Presença da vegetação. Fonte: Trabalho de campo.

Na questão que perguntava o que há de maior abundância no trajeto da trilha 60% responderam que observaram o predomínio de plantas, 20% observaram o predomínio de árvores, 30% observaram o predomínio da vegetação, 10% observaram presença de diversidade e relevo. Um participante respondeu que viu em maior abundância *a beleza do local* e outro respondeu que o que há em maior abundância é a *cerca de segurança* (ver figura 2).



Figura 2. Cerca de Segurança. Fonte: Trabalho de campo.

Na questão que pergunta sobre o que estaria em escassez no local, 70% respondeu que seriam os animais, 20% não compreenderam a pergunta, 10% responderam que seria a vegetação e outros 10% respondeu que não há nada que se encontre em escassez.

Outra questão perguntava sobre a atratividade do local. Nesta questão 60% responderam que o que mais atrai no local é a trilha, 20% respondeu que é a vista da cidade (Aracaju) (ver figura 3), 20% respondeu que são as árvores, 10% respondeu que é a vegetação e outros 10% respondeu que é a beleza do local e mais outros 10% respondeu que é *de tudo um pouco*.



Figura 3. Vista da Cidade de Aracaju. Fonte: Trabalho de campo.

A última questão perguntava o que o participante caracterizava como mais importante no local. 50% responderam que o que é mais importante é a preservação da Mata Atlântica; 20% consideram importante tudo o que há no local, 20% respondeu que é a vegetação, 10% responderam que é a biodiversidade.

Considerações Finais

A atratividade do espaço relaciona-se de maneira geral, com fatores naturais como variedade de flora e fauna, relevo e a história do local. Os resultados encontrados a partir da aplicação do método IAPI indicam que o aspecto mais relevante é a presença da vegetação e do relevo e de alguns sons de animais. Compreende-se então que os participantes ainda têm uma visão de contemplação da natureza onde a vêem como bela, intocada, pois não relataram em suas

respostas as problemáticas existentes no percurso da trilha como, erosão, lixo, implantação de espécies de flora exóticas.

Em uma das respostas observa-se que o participante identificou em estado de maior abundância a cerca de segurança existente no trajeto da trilha. Foi informado pelo guia que esta cerca existe para proteger o espaço do zoológico localizado na APA, uma vez que a trilha facilitava a entrada de pessoas que iam até lá com o intuito de envenenar e/ou roubar alguns animais nos horários em que o parque estava fechado. Verificou-se ainda que a trilha está localizada no Parque da Cidade e de um de seus pontos é possível visualizar a Zona Norte e a Zona Sul da capital sergipana.

O desenvolvimento desta atividade possibilitou a percepção do que é caracterizado como mais atrativo no local. As respostas mostram que a atração em destaque é a trilha. Percebe-se assim que o ecoturismo abre oportunidades para se trabalhar a EA de forma interativa e interdisciplinar a partir da vivência no local. Em cada espaço selecionado e interpretado há uma troca de conhecimentos, informações que proporciona ao participante uma visão holística do ambiente.

Destarte, percebe-se o quanto a realização de uma trilha é importante nas atividades de EA, pois oferece oportunidades ímpares ao participante de se descobrir como pertencente do meio e a partir daí começar a sensibilizar os outros para a preservação do ambiente e também se corresponsabilizar por esta preservação. Momentos de vivência como este permitem que o participante faça uma análise mais aprofundada de como a sociedade se organiza antropocentricamente colocando sempre o meio ambiente à disposição do ser humano, quando na verdade este faz parte do meio tanto quanto a fauna e a flora, uma vez que o planeta Terra é um grande ecossistema onde cada ser depende do outro para gerar o equilíbrio necessário para o ciclo da vida.

822

Referências

BOFF, L. (1994). **A Nova Era**: civilização planetária. Editora Ática, Rio de Janeiro, p. 87.

BRASIL. Decreto-lei nº 13.713/93. Disponível em www.adema.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=30 acesso em 05/10/2010 às 17:40.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAGRO, Teresa Cristina & FREIXÊDAS, Valéria Maradei. **Trilhas**: como Facilitar a Seleção de Pontos Interpretativos. IN: CIRCULAR TÉCNICA IPEF n. 186, Setembro de 1998. Disponível <http://www.infotrilhas.com/Downloads/trilha.pdf> acesso em 05/10/2010 às 14:50.

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza: economia e política nos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

PLÁCIDO, Débora da Rocha. IN: FRANÇA, Vera Lucia Alves; Falcon, Maria Lucia de Oliveira. **Aracaju**: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

SEABRA, Lília. **Turismo Sustentável**: Planejamento e gestão in *A questão ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**: redes de saberes. 2. ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.

www.infonet.com.br disponível em <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=104600&titulo=cidade> acesso em 05/10/2010 às 11:30.

www.fepam.rs.gov.br disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabil2002.pdf> acesso em 06/10/2010 às 14:30.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Aléa Dayane Dantas de Santana²⁶³

Daniele Santana de Melo²⁶⁴

Juliana Barreto Silva Araújo²⁶⁵

Renata Maria de Almeida Sampaio²⁶⁶

RESUMO

A socialização do conhecimento científico com ênfase na teoria crítica é imprescindível para proporcionar um reflexo transformador na prática. Objetiva-se com este trabalho é apresentar uma proposta de educação ambiental que vise à preparação do professor voltada à teoria crítica e a práxis mediante também a dialética marxista, contribuindo aos mesmos como uma potente ferramenta de trabalho pedagógico conjunturada na sociedade, discutindo textos sobre a temática e realizando uma atividade titulada Oficina do Futuro. Assim envolver os docentes a fazer a leitura e re-leitura de sua realidade e reinterpretar os conceitos e princípios da educação ambiental e aplicá-los ao projeto de sua localidade. Destarte, a contribuição da Teoria Crítica na construção de sociedades de fato sustentáveis se dá na sua aplicabilidade comprometida com o Método Dialético e todas as proposições que ele possa imprimir em sua Prática Social, a fim de aproximar o direcionamento dos conteúdos e discussões à prática do Educador Ambiental. Os resultados foram alcançados mediante o desempenho dos educadores nas diversas atividades de sensibilização.

Palavras-chave: educação ambiental; teoria crítica; prática social.

824

ABSTRACT

The socialization of scientific knowledge with an emphasis on critical theory is essential to provide a transformer reflected in practice. Objective with this paper is to present a proposal for environmental education that aims to prepare a teacher focused on critical theory and practice also by the Marxist dialectic, contributing to them as a powerful tool for pedagogical work situation in society, discussing texts on the subject and performing an activity titled Future Workshop. So do the teachers involved reading and rereading your reality and reinterpret the concepts and principles of environmental education and apply them to design their locality. Thus, the contribution of Critical Theory in building sustainable societies actually happens in their applicability committed to the dialectical method and all the propositions that it can print on your The results have been achieved through the

²⁶³ Graduanda do curso de Engenharia Agrônômica pela UFS, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e bolsista Projeto Sala Verde na UFS e do Projeto de Iniciação à Extensão- PIBIX/UFS. aleadayane@gmail.com

²⁶⁴ Pedagoga e aluna da especialização em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e colaboradora do Projeto Sala Verde na UFS e do Projeto de Iniciação à Extensão- PIBIX/UFS. danieleeli@hotmail.com

²⁶⁵ Formada em Ciências Biológicas licenciatura pela UNIT, graduanda do curso de Engenharia Agrônômica pela UFS, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) e bolsista Projeto Sala Verde na UFS e do Projeto de Iniciação à Extensão- PIBIX/UFS. jujuba87se@hotmail.com

²⁶⁶ Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, Pós-graduanda em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico, Pós-graduanda em Docência e Tutoria pela Universidade Tiradentes - UNIT, e-mail: renatasampaioufs@yahoo.com.br.

performance of educators in the various activities to raise awareness. The results have been achieved through the performance of educators in the various activities to raise awareness.
Keywords: environmental education; critical theory; social practice.

Introdução

As reflexões e discussões sobre o meio ambiente têm sido motivo de preocupação, pois diante da crise gerada pelos desgastes dos recursos faz-se necessária a sensibilização ambiental não só para preparar o profissional, como também um cidadão que aborde assuntos ambientais, sendo relevante desde a academia e na formação continuada, para que assim conduza tais assuntos e tenha a capacidade de inseri-los nas futuras práticas pedagógicas.

Nesse contexto a educação em si é uma fonte promissora para a formação em geral, pois o compartilhar conhecimentos científicos e a socialização dos mesmos com ênfase na teoria crítica é imprescindível para proporcionar um reflexo transformador na prática.

De acordo com Guimarães (2000) “à necessidade de propor-se uma Educação Ambiental (EA) crítica que aponte para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental”, no qual a EA deve ser expandida com a finalidade de auxiliar os indivíduos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio, para poderem assumir atitudes coerentes com os valores referentes à vida.

Desta maneira, o estudo que segue requer analisar quais são as abordagens proeminentes diante da Teoria Crítica, do Método dialético e da Prática Social articulando com a temática ambiental. O texto está fundamentado nos escritos de autores que têm um embasamento teórico-metodológico de acordo com o materialismo histórico e dialético. Entre alguns autores que nos dão base teórica estão: MARX (1984), LOUREIRO (2006), GUIMARÃES (2000, 2008), GASPARIN (2003), REIGOTA (1994), DUARTE (1995) e BERBÉCHKINA (1987).

Assim, o que se objetiva com este trabalho é apresentar uma proposta de educação ambiental que vise à preparação do professor voltada à teoria crítica e a práxis mediante também a dialética marxista, contribuindo aos mesmos como uma potente ferramenta de trabalho pedagógico conjunturada na sociedade, discutindo

textos sobre a temática e realizando uma atividade intitulada Oficina do Futuro. Sendo assim, envolver os docentes a fazer a leitura e re-leitura de sua realidade e reinterpretar os conceitos e princípios da educação ambiental e aplicá-los ao projeto de sua localidade.

Segundo Marx (1984), “o homem transforma a natureza e se relaciona com os outros homens para a produção de sua própria existência”. Nesse universo, tudo pode ser subjugado ao poder do capital, pois a uma tendência do sistema é mercantilizar todas as esferas de ação social. Entretanto, ratifica no educador a importância de assumir o trabalho com a finalidade de despertar o educando à consciência crítica sobre o que ocorre ao seu redor, bem como, em estudar, elaborar os conteúdos e executar seu projeto de ensino, possibilitando aos mesmos a busca contínua de novos conhecimentos e novas práticas, sendo enfatizada a auto-organização do Professor/Aluno.

Esta pesquisa apresenta relevância quando, a partir da obtenção do seu objetivo, servir perante aqueles que avaliam a formação do docente e vêem o valor de uma formação inicial e continuada. Na presença do agravamento da degradação ambiental, deve-se inserir no contexto educacional um trabalho educativo interdisciplinar para que sejam incorporadas as críticas, a fim de fomentar a sociedade a ver e rever sua postura e levar à valorização do quanto é necessário ser um cidadão ativo, disposto a compartilhar, ou melhor, incorporar valores com relação ao meio ambiente.

826

Inserido nessa conjuntura, o Projeto Sala Verde na UFS surge como instrumento necessário para implementação da Educação Ambiental não-formal, tendo como principal finalidade capacitar professores de municípios do Estado de Sergipe, através de um curso de formação ambiental, o qual irá tornar disponível uma estrutura de recursos didáticos e de deslocamento para o desenvolvimento das ações de intervenção junto à comunidade e escolas das cidades do interior do estado, no sentido de por meio de informações e ações é possível construir projetos coletivos de educação que vise à conservação/preservação ambiental, resgate da dignidade, bem como também inserir a Educação Ambiental nos currículos. Esse projeto foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente em 2003 e atualmente, segundo o órgão, existem 390 Salas Verdes em todo o país.

A Teoria Crítica na formação de Professores

Sabe-se que o surgimento deste conceito foi evidenciado por pensadores e cientistas sociais que eram comumente associados à Escola de Frankfurt, pois como diz Loureiro (2008) “A Escola de Frankfurt foi criada por um grupo de intelectuais com o objetivo de contribuir com pesquisas que permitissem a compreensão crítica da sociedade contemporânea.”

Neste sentido, a Teoria Crítica visa proporcionar um comportamento autocrítico das ações e dominação social e o fato de não constituírem no sentido tradicional, mas em uma perspectiva de análise crítica diante dos problemas. Pode-se, no entanto, introduzir esta definição nas questões ambientais a fim de vincular a teoria e prática, pois, os recursos didáticos influenciam em acentuar ou diminuir este distanciamento do homem para com o meio natural.

Deste modo, os pressupostos teóricos da escola mencionada, fundada em 1924, provam uma preocupação na conjuntura da época. Assim, o século XXI apresenta também uma inquietação pautada nas diversas áreas sociais em destaque: A relação do homem com a “natureza” para Marx é sempre dialética: o homem enforma a natureza ao mesmo tempo em que ela o enforma, não se pode entender um sem a outra. Para Marx, nada que entra em relação com o homem permanece simplesmente não-humano. (KAMENKA *apud* DUARTE, 1995, p.64)

827

Na sociedade atual, apresenta-se a ausência de uma analogia da atividade humana com a natureza, por esta razão precisa-se estar vinculada na lógica fundamentada em uma abordagem teórica para de tal modo sobrepor à prática. Para Berbéchkina (1987), “O homem deve cuidar da natureza, conhecer o melhor possível as suas leis e atuar de acordo com elas. Os marxistas consideram que é neste espírito que se devem educar as pessoas e, sobretudo, a jovem geração.

Compreende-se que uma educação ambiental crítica implica necessariamente numa dimensão ética da mesma, exigindo-se posicionamento epistemológico, pois o pensamento científico moderno tem-se apresentado como impossibilitado de uma educação verdadeiramente ambiental. Referimo-nos a uma tarefa complexa que não pode ser abordada sem contextualizá-la nos problemas gerais do sistema educativo, nas políticas de desenho de currículos e nas específicas características da Educação Ambiental.

Para Reigota (1994), uma educação ambiental crítica apresenta-se impregnada da utopia de mudar de forma radical as relações que hoje conhecemos, tanto entre a humanidade, como entre esta e a natureza. Trata-se, portanto, de uma educação de natureza política, onde se enfatiza antes a questão “porque fazer”, “do que fazer” e “como fazer”. E assim, necessita de método na busca de atingir os objetivos propostos.

O Método Dialético

Corroborando um conjunto de métodos, o método dialético é utilizado para a elaboração de pesquisas que possuem como pretensão discutir conceitos. Neste estudo, que está focado em assuntos ambientais, sua utilização irá facilitar o processo de elaboração do trabalho pedagógico. De acordo com Layrargues “(...) Educação Ambiental só poderá frutificar à medida que integrar o método dialético em sua lógica de ação e reflexão.” (LAYRARGUES apud LOUREIRO, 2006) Sendo assim, torna-se um meio para atrelar questionamentos, de procedimentos argumentativos, uma ferramenta para interagir no processo ensino-aprendizagem do educador.

828

Quando se pensa na formação de professores em educação ambiental, outras questões se evidenciam. Uma delas é a que a formação de professores comporta uma dimensão que transcende os objetivos programáticos dos cursos e metodologias de capacitação. Trata-se da formação de uma identidade pessoal e profissional. Desta forma, quaisquer que sejam estes programas e metodologias, eles devem dialogar com o mundo da vida dos (as) professores (as), suas experiências, seus projetos de vida, suas condições de existências, suas expectativas sociais, sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem-fim de compromissos. (CARVALHO, 2005, p.60).

O método dialético favorece as relações do tipo horizontal, participação, cooperação, tanto para professores como para alunos, e também a integração de um contínuo trabalho em equipe, de modo que, proporcione na organização e planejamento uma visão particular do que se faz refletir ao trabalho pedagógico.

Desta forma, a educação abarca uma cogitação de reintegrar o homem à natureza, adaptando-a a própria sociedade. Na inserção do método dialético haverá a facilidade da leitura sobre o meio ambiente, observando as relações sociais,

coletando junto às pessoas informações sobre o mesmo e as experiências de participação individual e coletiva, cuja aplicação é necessária ao processo educativo.

[...] o método dialético marxista se aproxima na construção do projeto de transformação da sociedade contemporânea, redefinindo paradigmas, modos de pensar e atuar, individual e coletivamente. Posto que nada se define em si de modo atemporal, mas em relações históricas e ecossistêmicas, e não somos seres inespecíficos, mas sujeitos concretos, a tradição histórico-crítico é, dentre as que se aproximam do pensamento complexo, a vertente que se propõe a teorizar e realizar em bases contextualizadas, dando concretude às alternativas de superação ao modo como vivemos em sociedade. (LOUREIRO, 2006, p.121-122).

Assim, é um componente questionador como o propósito na construção da educação para além dos limites da sociedade contemporânea. Segundo LOUREIRO (2008) “Para a dialética marxiana, não há apenas desconstrução, mas construção e posicionamento que podem e devem ser superados pela práxis”. Destarte, tal situação deve estar alicerçada na concepção de meio ambiente e de educação ambiental na qual nos apoiamos para desenvolver esta temática.

829

Prática Social e o Meio Ambiente

Diante dos fatos anteriormente apresentados, compreende-se a constante necessidade de capacitação adicional em EA, tema em que os professores deveriam ter sido orientados durante as suas graduações. Além de conhecer as dimensões de conteúdos na escolha do método outro passo importante está em mobilizar seus alunos na construção de conhecimentos. Neste contexto, os fundamentos teóricos são base para as práticas da Educação Ambiental. Contudo o assunto principal não é estabelecer contrapontos reflexivos em busca de um padrão a ser seguido por todos os educadores, mas que:

Objetivamos, sim, definir as premissas que fundamentam uma tendência crítica que enfatiza a Educação Ambiental como uma visão paradigmática diferenciada *da* e *na* educação e que, pela explicitação do contraditório, torna compreensível os diferentes modelos encontrados em projetos e programas formais, informais e não formais. (LOUREIRO, 2006, p.21).

Situar-se sobre a prática social, que deve estar próxima ao conteúdo curricular proposto, contextualiza os conteúdos programáticos e relaciona as opiniões dos alunos que também se dá na relevância destes assuntos na explicação que ele oferece para a compreensão de muitos aspectos que ocorrem no universo escolar. Para não existir uma neutralidade no ambiente escolar com os conhecimentos para que possam ser problematizá-los.

[...] o trabalho inicial do educador é tornar o objeto em questão, objeto de conhecimento para aquele sujeito”, isto é, para o aluno. Para que isso ocorra, o educando deve ser desafiado, mobilizado, sensibilizado; deve perceber alguma relação entre o conteúdo e sua vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses. Torna-se necessário criar um clima de predisposição favorável à aprendizagem. (VASCONCELLOS *apud* GASPARIN, 1995, p.64).

Entende-se que toda a educação veicula, mais ou menos explicitamente, um conjunto de valores e preceitos, portanto uma ética que esta deve ser considerada como pedra fundamental para a consecução de uma educação ambiental enquanto dimensão norteadora da formação docente. Está no professor a responsabilidade de inserir a Educação Ambiental na sua prática de ensino.

830

Metodologia

Tendo seu público alvo composto por educadores de várias escolas dos municípios parceiros do Estado de Sergipe (Araújo, Boquim, Indiaroba, Ribeirópolis e Nossa Senhora do Socorro) e com seu perfil extensionista, o Projeto Sala Verde na UFS iniciou-se após a concretização dos convênios com os municípios e a aquisição de um espaço físico (Sala Verde, localizada na UFS).

A fim de contemplar os objetivos propostos, o texto está fundamentado nos escritos de autores que tem um embasamento teórico-metodológico de acordo com materialismo histórico e dialético. Entre alguns autores que nos dão base teórica estão: MARX (1984), LOUREIRO (2006), GUIMARÃES (2000, 2008), GASPARIN (2003), REIGOTA (1994), DUARTE (1995) e BERBÉCHKINA (1987).

O projeto foi desenvolvido, tendo em vista 05 etapas: contato com as prefeituras, a fim de firmar convênios; formação do grupo; sensibilização do grupo;

elaboração de projetos; e execução do(s) projeto(s). As primeiras visitas aos municípios, no ano de 2009 sucederam durante o mês de maio e desencadearam as atividades do Projeto, sendo essencial, principalmente, para mobilizar os docentes nas escolas estaduais e municipais e convidá-los para a primeira reunião pedagógica, na qual foi apresentado o Projeto.

Durante as reuniões pedagógicas se puderam desenvolver as atividades planejadas. Em 2009 foram realizados um total de 17 encontros, sendo 03 em Ribeirópolis, 04 em Indiaroba, 05 em Arauá, 02 em Boquim e 03 em Nossa Senhora do Socorro, nos quais foram implementados: discussão de textos sobre a temática ambiental que destacam a teoria crítica relacionada com a prática, aplicação de questionários, dinâmicas de grupo, exibição do curta-metragem Ilha das Flores, oficina do Futuro, oficina do Planejamento e assessoramento dos projetos elaborados pelos professores. Os resultados foram alcançados mediante o desempenho dos educadores nas diversas atividades de sensibilização.

Resultados e Discussão

Foi através do questionário aplicado aos professores de forma qualitativa, ou seja, interpretando as respostas de forma crítica e compreensiva, que se pôde obter a percepção ambiental desse público alvo.

As dinâmicas de grupo constituíram-se importante estratégia de sensibilização dos professores para as questões ambientais. Entre elas convém destacar a dinâmica dos sonhos, a qual objetivou inserir valores nos participantes. Essa dinâmica ocorreu em três etapas: anotação dos sonhos em um pedaço de papel; introdução destes em um balão inflável, sendo que cada participante estava segurando um palito de dente; ordem do facilitador para que defendessem seus sonhos.

Observou-se que a reação dos participantes foi de tentar estourar o balão “com os sonhos” dos demais. Após tal ação, o facilitador questionou o porquê dos professores terem destruído “os sonhos dos outros”, e nesse momento fez-se uma reflexão, sendo explicado que para defender seu sonho não há necessidade de destruir o do outro.



Foto 1. Dinâmica dos sonhos no município de Ribeirópolis, 2009.

As oficinas viabilizaram a realização dos objetivos. A oficina do futuro, realizada em 2009 em alguns municípios parceiros do Projeto Sala Verde na UFS, estimulou o trabalho em equipe, desenvolvendo um caráter gestor nos docentes. Nessa mesma oficina, foram apresentadas propostas para a solução de problemas dos municípios expostos e discutidos pelos docentes.

A oficina do futuro desenvolveu-se em três fases: a árvore dos sonhos, na qual os participantes anotaram seus sonhos ou objetivos; o muro das lamentações, no qual foram inseridos os obstáculos para que esses sonhos se realizassem; e por último, foi criado um plano de ação com possíveis soluções para esses obstáculos.



Foto 2. Oficina do Futuro no município de Boquim, 2009

Outra oficina aplicada foi a do Planejamento, a qual proporcionou a interação entre os docentes, bem como a reflexão e a discussão a respeito das questões ambientais. Através dela foram definidos os projetos que seriam elaborados pelos grupos estabelecidos, direcionados para projetos reais de intervenção nos próprios municípios, ou seja, que abordassem a problemática de cada um. Os projetos receberam a orientação dos facilitadores. Ainda nessa oficina foram definidos os objetivos e as possíveis soluções e como deveriam ser executados. 833

Realizaram-se estudos teóricos para discutir e fundamentar os projetos desenvolvidos pelos docentes.

A exibição do curta-metragem *Ilha das Flores*, do cineasta Jorge Furtado, sensibilizou os professores e levou-os a um debate sobre a realidade do Brasil e especificamente do seu município e o que se pode fazer para minimizar os problemas socioambientais.

O Projeto Sala Verde, além das atividades de extensão também promoveu diversos eventos, como o I Seminário Educação e Sustentabilidade, que também foi organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE), que ocorreu no mês de maio de 2009. Esse evento propôs uma

reflexão e discussão sobre o papel da Educação para a Sustentabilidade Ambiental, na perspectiva da Educação Ambiental. Durante o período de 13 a 16 de outubro de 2009, promoveu também o 2º Encontro Sergipano de Educação Ambiental e IV Seminário Interno da Sala Verde, em parceria com a Pró - Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE). Além da participação dos colaboradores do Projeto Sala Verde alguns professores puderam apresentar seus projetos. Com exceção do município de Nossa Senhora do Socorro, todos os municípios envolvidos no Projeto foram representados.

Considerações Finais

Este trabalho ressaltou a contribuição do aprofundamento teórico a respeito do tema que está em evidência através da Teoria Crítica na formação continuada dos professores: a educação ambiental refletida na Prática Social.

Assim, o método dialético sustenta o olhar necessário que se deve voltar às questões naturais, pois a melhor forma de se conhecer a aplicação prática da Teoria Crítica é procurar as iniciativas que atuam sob a ótica da transformação social e da emancipação pela crítica da realidade e pela ação política dos atores sociais envolvidos com o processo educativo, em busca de novas formas de ser e de constituir relações na natureza. Além disso, a Oficina do Futuro mostrou-se um instrumento eficaz para a sensibilização ambiental dos professores, como também uma ferramenta para ser introduzida em atividades escolares.

834

Sendo assim, acredita-se que os professores que participam da formação ambiental conseguem em suas aulas discutir e implementar o conhecimento científico, contextualizando-o no campo da temática ambiental, através das reflexões que deverão ser fomentadas no dia-a-dia da sala de aula. Portanto, professores e alunos promovem mudanças de postura e de valores necessários para se experienciar o Meio Ambiente de forma sustentável.

Referências

BERBÉCHKINA, Z. , ZÉRKINE, D. , JÁKOVLENA, L. **Que é o materialismo histórico?** Moscou Progresso, abc (dos conhecimentos sociais e políticos), 1987.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em o capital**. 2 ed. São Paulo, Coleção Filosofia, 1995.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2 ed. São Paulo, Autores Associados, 2003.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Campinas, SP, Papirus, 2000.

_____. **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Mauro Guimarães (Org.), Campinas, SP, Papirus, 2008.

INSTITUTO ECOAR. **Oficina do futuro**. Disponível em http://www.ecoar.org.br/website/edu_oficina.asp. Acessado em 26 de Outubro de 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cotez, 2006.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAIS NO ÂMBITO DA APA DO MORRO DO URUBU: A IMPORTÂNCIA DA REQUALIFICAÇÃO ESPACIAL PARA A PERFORMANCE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL²⁶⁷.

Cleber dos Santos Costa²⁶⁸

Emanuela Maiara Pereira dos Anjos²⁶⁹

Isabelle Sayane Santana da Silva²⁷⁰

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro²⁷¹

Resumo

No processo de desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, as Áreas Naturais Protegidas (ANP's) vem ganhando notoriedade, representando um espaço privilegiado para a difusão de comportamentos ambientalmente responsáveis. Consideradas como escolas ao ar livre, estes territórios, quando devidamente estruturados, possibilitam a compreensão para a importância do meio ambiente natural, bem como uma sensibilização face aos impactos negativos decorrentes das performances antropocêntricas sobre a natureza. Assim, torna-se de grande importância, para pesquisadores e/ou educadores o uso destes espaços para alcançar os objetivos da Educação Ambiental. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo abordar o tema da Educação Ambiental na Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Urubu, localizada na cidade de Aracaju. De modo específico, realiza-se uma análise sobre a importância do desenvolvimento das ferramentas de Interpretação Ambiental, através de técnicas ecológicas e instrumentos que se adéquem ao meio e aos seus visitantes, proporcionando aos indivíduos a aproximação e compreensão da área. A metodologia foi estruturada através de pesquisas bibliográficas e observações assistemáticas de campo. Conclui-se que existe uma necessidade de requalificação das infraestruturas existentes no Parque de modo que a educação e interpretação ambientais protagonizem o papel fundamental de mudança comportamental nos seus frequentadores frente ao meio ambiente e ampliem a satisfação da experiência da visita.

836

Palavras-chave: Área Natural Protegida; ecoturismo; educação ambiental, experiência da visita

Abstract

In the process of developing environmental education activities, the Natural Protected Areas (NPA's) is being recognized as an important place for diffusion the environmentally responsible behavior. Deemed as outdoor schools, these territories, when properly structured, allow the understanding about the importance of natural

²⁶⁷ Artigo elaborado sob a orientação do prof. Msc. Luis Henrique de Souza. NTU/ UFS.

²⁶⁸ Acadêmico do curso de Geografia da UFS. E-mail: clebinho.costa@gmail.com

²⁶⁹ Acadêmica do curso de Turismo da UFS. E-mail: manuanjo15@hotmail.com

²⁷⁰ Acadêmica do curso de Turismo da UFS. E-mail: isabelle.turismo@hotmail.com

²⁷¹ Acadêmica do curso de Turismo da UFS. E-mail: pinhorafaelly@gmail.com

environment as well as an awareness against the negative impacts of the anthropocentric performances over the environment. Thus, it is of great importance for researchers and / or educators to use these spaces to achieve the goals of environmental education. Therefore, this paper aims to address the issue of Environmental Education in "Área de Proteção Ambiental" of "Morro do Urubu", located in the city of Aracaju. Specifically, we make an analysis on the importance of developing tools for Environmental Interpretation, using ecological techniques and means which are appropriate both the environment and the visitors, offering for then the approach and the right understanding of the area. The methodology was structured through documentary research and non-systematic observations of the field. We conclude that there is a need for upgrading the existing facilities in this Park so that the environmental education and interpretation can perform the role of change behaviors in its public and enhance the satisfaction on the visit experience.

Keywords: Natural Protected Área; ecotourism, environmental education; visit experience

Introdução

O surgimento do Turismo trouxe a perspectiva de uma atividade considerada uma "indústria sem chaminé". Ao longo da evolução do turismo, foi percebido que o turismo, como qualquer atividade econômica, causa impactos negativos ao meio ambiente. Assim, após estas evidências, surgiu uma nova forma de utilização dos espaços naturais que se popularizou através do termo Ecoturismo. Tal forma de turismo diferencia-se dos outros tipos de Turismo de Natureza, dentre outros aspectos, pelo fato de utilizar de ferramentas como Educação Ambiental e Interpretações do Meio Ambiente que facilitam a aproximação dos visitantes com o lugar visitado. Nesse caso, uma Área Natural Protegida (ANP) ou Unidade de Conservação (UC) são normalmente dotados de uma infraestrutura que facilita a interação do homem com o meio ambiente, sendo que muitas vezes toda essa potencialidade não seja tão bem utilizada.

O presente trabalho tem como objetivo a apresentação da Unidade de Conservação do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Urubu como um equipamento de lazer e um atrativo turístico da cidade de Aracaju. A área possui um grande potencial para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, utilizando-se de seus recursos naturais através de técnicas de interpretação ambiental para atender o fluxo de visitantes.

Durante a pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica referentes às conceituações e premissas

sobre os temas de Educação Ambiental, Ecoturismo, Turismo e Meio Ambiente, Interpretação Ambiental e as informações referentes a APA e; a pesquisa de campo essencial para as considerações expostas, pois, através das visitas ao local, pode-se perceber a contextualização teórico-prática sobre o tema abordado.

Diante destas pesquisas realizadas notou-se a importância da APA do Morro do Urubu como um meio de lazer para a população em geral, bem como a necessidade da implantação de um planejamento e de projetos que visem uma organização da visitação e melhoria da experiência que o contato com o meio ambiente do local pode proporcionar.

Turismo e Meio Ambiente

O turismo é um fenômeno mundial que se expandiu de forma expressiva após a Segunda Grande Guerra, onde houve um desenvolvimento dos meios tecnológicos, facilitando cada vez mais a atividade.

Dentre estes avanços, cumpre destacar o progresso nos meios de transportes, principalmente na aviação civil, onde a tecnologia, outrora empregue de 838
forma bélica passou a ser usada em fins comerciais. As telecomunicações receberam vários aperfeiçoamentos, possibilitando ampla difusão de conhecimento e informações. A economia mundial cresceu e se diversificou e os indivíduos passaram a lutar pelos seus direitos trabalhistas, incluindo o direito as férias remuneradas. Todos esses fatores contribuíram para a expansão do turismo.

Dessa forma, o turismo passou a viver um momento de massificação e tornaram-se evidentes uma série de problemas com os impactos negativos ocasionados pelo número exorbitantes de visitantes nas mesmas épocas do ano aos destinos turísticos.

Esse crescimento desordenado começou a chamar atenção dos estudiosos da área e de grupos interdisciplinares, desencadeando manifestações e descontentamento com a situação do benefício do turismo para a economia, meio ambientes e sociedade. Devido a esses impactos negativos, começaram a surgir eventos pelo mundo todo para tentar minimizar toda essa situação.

Assim, em 1976 ocorreu em Washington, EUA, um seminário sobre impactos sociais e culturais do turismo. Já em 1980, houve uma conferência da OMT (Organização mundial do Turismo) em Manila, Filipinas, para mudança da direção do turismo. Em 1981 é estabelecida em Bangcoc, Tailândia, modelos de turismo alternativo do Terceiro Mundo. Em 1984, realiza-se um seminário sobre Turismo Alternativo na Ásia. Outro Encontro foi promovido pela Academia Internacional para Estudos do Turismo na Polônia em 1989. Ainda em 1989 realiza-se em Tamanrasset, Argélia, o seminário sobre Turismo Sustentável.

Todas essas discussões fizeram surgir um novo tipo de turismo que se opunha ao turismo de massa. A exigência dos visitantes passou a ser maior, principalmente quando passou a não querer apenas “espreguiçar-se em torno de uma piscina de hotel ou em participar de frenéticas visitas a pontos turísticos” (COLLINS, 1993, p.7) desta forma, o que o turista quer é um maior contato com a comunidade, participar ativamente e vivenciar realmente os locais visitados, surgindo assim um novo turista, o turista pós-moderno.

Seguindo essa nova forma de olhar do turista, as paisagens naturais com poucos sinais da ação humana passam a ser mais valorizadas pelo turismo pós-moderno. Dentre estas paisagens as Unidades de Conservação, que objetivam manter as áreas ambientais, utilizando-as para fins de um lazer consciente, ganham espaço em relação aos outros atrativos e destinos turísticos.

839

Unidade de Conservação

A origem das áreas naturais protegidas se deu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos no ano de 1879. A criação deste parque teve como objetivo o uso recreativo e a preservação das belezas cênicas. No Brasil, a primeira unidade de conservação criada foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1927. Legalmente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2010, é responsável pelas normas para a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação no Brasil. O SNUC determina a divisão das unidades de conservação em dois grandes grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral são representadas por estação ecológica, reserva biológica, parques nacionais, estaduais e municipais, monumento natural e refúgio da vida silvestre. As UC's pertencentes a esse grupo são destinadas a preservação da natureza e o uso parcial de seus recursos são de natureza indireta, tais como a aplicação de atividades e programas para estudos, pesquisas e Educação Ambiental.

O grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável é caracterizado pelo uso direto de seus recursos naturais, assim é possível a existência de atividades humanas, mas estes devem seguir as premissas da sustentabilidade. O grupo é representado por: Área de Preservação Ambiental (APA), Floresta Nacional (FLONA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O turismo nas UC's se apropria desse espaço através dos segmentos de turismo de natureza, turismo de aventura, turismo cultural e ecoturismo. Este último busca o desenvolvimento local nas três dimensões (social, econômica e ambiental) da sustentabilidade. Dentre os objetivos do Ecoturismo, está a Educação Ambiental, ⁸⁴⁰ que através do contato das pessoas com essas áreas e de sua interpretação visa a conscientização dos indivíduos em relação ao meio ambiente.

Educação Ambiental

Na sociedade contemporânea, o ser humano dificilmente se considera um elemento da natureza, esse sentimento de distanciamento fundamentam as ações dos seres humanos, tidas como racionais e antropocêntricas (REIGOTA, 2006).

Nessa perspectiva antropocêntrica, iniciado pelas civilizações grego-romana e fortalecido pela Revolução Científica do sec. XVII, para o homem a natureza representa um estado de recursos ilimitados e disponíveis à sua satisfação e necessidades, tornando-se um alienado com relação à natureza (SOUZA, 2006).

O problema Ambiental não se trata apenas de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, mas devem-se considerar, prioritariamente, as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens (REIGOTA, 2006).

Dentro dessa vertente, a educação ambiental surge e se consolida no momento histórico no movimento ambiental e busca utopicamente desnaturalizar esse sentimento de distanciamento já enraizado na sociedade. A Educação ambiental pode ser entendida como:

[...] um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania que garantem uma sociedade sustentável (JUNIOR; PELICIONI, 2002, p. 3)

A Educação Ambiental, como um processo de educação política a ser desenvolvida, necessita que suas atividades sejam contínuas e descentralizadas, caracterizando-a não apenas pelos seus aspectos ligados à ecologia. Deste modo, as atividades devem ser permanentes e enfatizarem os aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos e éticos, gerando novos valores nas relações homem-natureza e homem-homem.

Assim, a Educação Ambiental “reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 2006, p. 10).

841

A abordagem da educação ambiental vem ganhando um enfoque múltiplo, surgindo uma nova e crescente presença de áreas e linhas de pesquisa nesse campo. Dentre as múltiplas áreas, o Turismo tem se mostrado como uma atividade e um fenômeno de fluxo de capital, pessoas e idéias que pode e deve ser tratado como um meio de valorização do meio socioambiental, e para tanto, pode incluir dentro de seu plano de desenvolvimento a educação ambiental.

As diversas abordagens da Educação Ambiental remetem a presença do relacionamento complexo entre as dimensões como economia e cultura, natureza e sociedade, bem-estar e utopia, meio ambiente e mudança cultural (RUSCHEINSKY, 2002). O turismo por ser um fenômeno social que se utiliza o meio natural, cultural e econômico para proporcionar o bem-estar dos atores envolvidos, bem como novas experiências através do contato com o diferente, se relaciona com a educação ambiental em suas complexas dimensões.

Ecoturismo e Educação Ambiental

O Ecoturismo, como uma alternativa do turismo de natureza de baixo impacto ambiental, busca conciliar a exploração turística com o meio ambiente de modo conservacionista, contribuindo para a sustentabilidade da região e o fortalecimento a consciência ecológica capaz de envolver a comunidade local e os turistas.

De acordo com as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, publicada em 1994, o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (EMBRATUR, 1994).

Assim, o Ecoturismo mesmo sendo uma atividade que cause impactos, utiliza estratégias para minimizá-los, sendo essas identificadas pelas políticas implícitas governamentais que passou a orientar suas práticas para a abrangência da Interpretação Ambiental e da Educação Ambiental que têm por objetivo desvelar atitudes e comportamentos inocentes e conservadores da natureza. Desse modo, para assegurar ao meio ambiente a valorização dos recursos naturais, o ecoturismo foi identificado como uma atividade facilitadora para a educação ambiental.

842

Educação Ambiental é um processo pelo qual os envolvidos participam ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e buscam soluções através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, adquirindo uma conduta ética condizente a cidadania. A mesma tem por objetivo mudar posturas sociais, comportamentos e hábitos, introduzindo-se na concepção de sociedade sustentável adotando os pressupostos das Conferências de Tbilisi e Moscou.

A Educação Ambiental é vista como um caráter educativo do ecoturismo que promove as ações educativas voltadas às atividades de proteção e melhoria socioambiental, potencializando a educação para mudanças culturais e sociais voltadas para a conservação do meio ambiente. Esse processo é desenvolvido por meio dos indivíduos e da coletividade que constrói valores, habilidades e competências essenciais à qualidade de vida e principalmente a sustentabilidade.

Os valores da Educação Ambiental promovem assim a conscientização e informação ao turista tendo como objetivo orientar a conduta nas áreas visitadas apoiando de maneira disciplinar os programas de manejo, conservação e

sustentabilidade, difundindo uma consciência ecologicamente correta, considerando que a natureza é esgotável, por isso, deve ser utilizada de maneira racional.

Segundo Leonardi (1999), a educação ambiental pode ser classificada em: formal, informal e não formal. A Educação Formal é um sistema educativo que se realiza através das instituições de ensino por meio dos cursos, tendo como função construir a cidadania ecológica, agindo sobre a comunidade de forma teórica. Já a Educação Informal é um processo que se desenvolve a partir de acontecimentos, encontros e leituras realizadas nos tempos livres.

Por fim, a Educação Ambiental não formal também denominada de educação ao ar livre, é um conjunto de ações e práticas que visa à sensibilização, organização, mobilização e participação da coletividade na defesa da qualidade do meio ambiente incentivada pelo poder público através do ecoturismo.

As práticas de Educação Ambiental não formal são compostas pelas modalidades: aprendizado seqüencial, tendo como objetivo proporcionar mudanças de comportamento e valores aprofundando a interação humana com a natureza; interpretação ambiental que fornece informações realçando a história e as características culturais e ambientais do lugar acrescentando valor a experiência do visitante; e a educação experiencial, sendo um dos primeiros programas de educação ao ar livre, utiliza o ambiente natural, enquanto pedagógico, servindo para a interação do homem com a natureza fazendo com que o mesmo se desenvolva através de suas experiências e reflexões transformadoras.

843

A Educação Ambiental objetiva minimizar os impactos negativos provocados pelo ecoturismo, ensinando a sociedade como agir perante a natureza. Assim, a união entre ecoturismo e educação ambiental promove a conservação do meio ambiente através das modalidades de educação ambiental não formal, compreendendo nos benefícios estimulados pelas experiências do indivíduo.

A Educação Ambiental é possível em diversos contextos, sendo que ela deve estar presente em todos os espaços que se educam os cidadãos. Assim, ela pode ser desenvolvida nas escolas, nos parques, nas reservas ecológicas, nas associações de bairro, sindicatos, universidades, meios de comunicação de massa e etc.

As metodologias de educação ambiental terão as suas especificidades e características, dependendo do educador, do educando e do contexto social, ambiental e cultural. Os programas de educação ambiental em Unidades de Conservação como também em Áreas Naturais Protegidas, vêm sendo amplamente utilizadas através do Ecoturismo.

A Interpretação como uma Ferramenta da Educação Ambiental em APA's

A prática sistemática da Interpretação Ambiental tem início nos finais dos anos cinquenta nos EUA pelo Serviço Nacional de Parques. O norte-americano Freeman Tilden foi um dos pioneiros a falar e escrever um livro sobre a temática, e seus trabalhos objetivavam sensibilizar o crescente número de visitantes de dois parques norte-americanos sobre a importância de sua preservação (MURTA; GOODEY, 2005).

A interpretação busca a valorização do meio socioambiental e da experiência do visitante e usuários das áreas ambientais, pois esta possibilita uma melhor compreensão do lugar acrescentando valor à vivência. Segundo Tilden:

844

Interpretação ambiental é uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetivos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais. (TILDEN, 1957, apud MURTA e GOODEY, 2005, p. 14).

Assim, a interpretação auxilia a percepção e entendimento do indivíduo do ambiente a sua volta, de uma forma que este, através dessa prática, possa não apenas observar, mas perceber o ambiente e sentir-se estimulado a colocar em uso tudo que foi passado durante sua experiência, sendo multiplicador do conhecimento adquirido.

A abordagem interpretativa deve se caracterizar por quatro aspectos essenciais: ser amena, de modo a entreter e manter a atenção do turista; ser pertinente, ou seja, ter significado e despertar o interesse pessoal; ser organizada, com ordenamento lógico das idéias expostas e; ser temática, quer dizer, ter um tema explicitado que se pretende comunicar (VASCONCELOS, 2003).

Sendo assim, a interpretação deve ser organizada, de forma a não cansar o visitante e mantê-lo focado nas explicações sem fazer nenhum tipo de pressão

durante a visita, tornando a experiência prazerosa e informativa ao mesmo tempo. Fixando toda aprendizagem adquirida durante o percurso, fazendo com que o visitante possa utilizar essas informações tanto durante como após a visita.

Existem várias técnicas para se utilizar a interpretação ambiental para o desenvolvimento da educação ambiental, tais como: centro de visitantes, publicações, excursões guiadas e trilhas autoguiadas. Essas técnicas têm como objetivo facilitar o entendimento do visitante em relação ao local, estimulando-o a estabelecer uma relação mais próxima com ambiente visitado.

O Centro de Visitantes é um espaço que tem por objetivo expor e exibir informações educativas através de vídeos, mapas, folhetos explicativos, diagramas entre outros métodos de forma a deixar o visitante ciente sobre tudo no lugar visitado.

As Publicações, em mídia impressa e digital, apresentam-se como alternativas bastante viáveis por serem meios relativamente mais baratos e com poder de atingir um público de maior proporção, porém o objetivo desta é a informação e não a interpretação direta.

A Excursão Guiada é uma técnica interpretativa muito eficaz e de fundamental importância. Por conseguir manter um contato direto com o visitante, ela evita que o mesmo tenha práticas inadequadas no local e o estimula a participar das atividades de forma interativa. Para esse tipo de prática é necessário um guia para acompanhar toda a visita. Um dos pontos fortes dessa técnica é que o guia pode se adequar aos tipos de visitantes, porém existem algumas limitações, o visitante pode sentir-se incomodado com a presença do guia e achar que existe uma interferência em relação ao seu senso de liberdade, podendo restringir a sua interpretação do ambiente, além de ser menos viável economicamente.

As trilhas, como meio de interpretação ambiental, tem como objetivo, além da transmissão de conhecimento, propiciar que o indivíduo revele os significados e as características do ambiente utilizando-se de elementos originais, experiências diretas e meios ilustrativos, apresentando-se como uma ferramenta básica para os programas de educação ambiental.

Assim, as trilhas constituem um instrumento pedagógico importante, pois permite que as áreas naturais se tornem equipamentos que viabilizam uma

educação ambiental de não informal. Essa liberdade proporcionada pelas trilhas disponibiliza um “laboratório vivo”, que estimulam a curiosidade e, conseqüentemente, o interesse dos indivíduos a conhecerem os recursos naturais, diferenciando-se da forma tradicional de educação.

Resultados: o potencial da APA do Morro do Urubu para a implantação de técnicas de interpretação ambiental

Localizada na zona norte da cidade de Aracaju, a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu é uma unidade de conservação de uso sustentável pelos seus atributos bióticos, abióticos, estéticos e importância que esta representa para a qualidade de vida e bem-estar dos residentes e visitantes da cidade de Aracaju.

Dentro das categorias de UC, a Área de Proteção Ambiental (APA) é um ambiente que pode dispor de recursos que auxiliem a educação ambiental por meio da interpretação ambiental.²⁷²

De acordo com os objetivos de uma APA, que são estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a APA do Morro do Urubu foi criada com o objetivo de proteção a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais que essa área dispõe. 846

Assim, como o único remanescente de Mata Atlântica de Aracaju, numa área de 213,8724 hectares, a APA do Morro do Urubu se tornou uma unidade de conservação através do decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993, sua área de influencia direta compreende o morro e os bairros Porto Dantas, Industrial e Coqueiral. Apresenta-se como uma área muito importante em diversos âmbitos, tanto para a elaboração de pesquisas tanto para o lazer.

A área que compreende o Parque Estadual José Rolemborgue Leite (Parque da Cidade), ocupa 93 hectares da APA. A gestão da Área de Proteção do Morro do Urubu é feita pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), já o Parque

²⁷² Segundo a Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988: As Áreas de Proteção Ambiental- APA's são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade e os sistemas naturais existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas naturais (Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988).

da Cidade é administrado pelo Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.

Por dispor de um parque, zoológico, estrutura de apoio (restaurante, lojas, biblioteca, recepção), centro hípico, teleférico, mirante e atrativos naturais, a APA do Morro do Urubu apresenta-se como um espaço que dispõe de equipamento de lazer para residentes e visitantes de Aracaju, além de se apresentar como um local onde é possível desenvolver estudos e atividades voltadas às diversas áreas das ciências humanas, sociais, exatas e biológicas.

O Parque da Cidade, criado em 1979, antes da criação da APA, é uma área que apresenta um desgaste ambiental mais visível, em termos de presença de infraestrutura e desmatamento. Tal característica possibilita a realização de piqueniques, caminhadas, prática de esportes), ou seja, é uma área que pode ser utilizada para atividades voltadas aos usuários que não tenham muita disposição a um maior nível de contato com a natureza.

A interpretação ambiental na APA pode ser desenvolvida de várias formas, a partir da requalificação da infraestrutura já existente. No zoológico, onde é possível observar animais em extinção, as placas informativas nas jaulas podem servir como um meio de interpretação e conscientização ambiental, quando estas são de caráter ilustrativo e tentam passar informações sobre a importância desses animais na natureza, bem como as ameaças que os mesmos sofrem pelas ações que os humanos cometem, direta ou indiretamente. Além das placas nas jaulas, é possível a implantação de coletores seletivos de lixo nas passarelas do zoológico.

847

O prédio na entrada do zoológico, onde se localiza a administração do parque, conta com uma biblioteca, uma loja e uma sala de vídeo, estes espaços são de extrema importância para a interpretação e atividades de educação ambiental. Mas desde a sua inauguração, no ano de 2006, esta estrutura continua sem uso, estrutura que deveria servir para a população local, tanto da educação ambiental como em projetos socioambientais que visem o envolvimento da comunidade do entorno com a APA, objetivando o desenvolvimento local.

Além do zoológico, outras instalações poderiam ser meio de interpretação ambiental, como o espaço de espera do teleférico, o mirante e trilhas que podem ser desenvolvidas no local. Os recursos naturais da APA, caracterizados por uma

biodiversidade da Mata Atlântica e vegetação típica dos ecossistemas manguezal e cerrado, tornam a área um local propício para o desenvolvimento de trilhas ecológicas interpretativas, mas, apesar de possuir esse potencial, ainda não são desenvolvidas “oficialmente” trilhas na área.

Sobre os Usos na APA do Morro do Urubu

Através das pesquisas realizadas em campo, pode-se perceber que o fluxo de visitantes na APA é bem elevado durante os feriados e finais de semana, é evidente também a forte presença do comércio informal, representado, em sua maioria, pelos vendedores de alimentos e bebidas que começaram a surgir para atender a elevada demanda por esses serviços.

Os principais frequentadores são moradores dos bairros circunvizinhos a APA localizados na zona norte de Aracaju. Dentre os equipamentos existentes, o mais utilizado é o zoológico, que possui um espaço físico abrangente, propiciando lazer aos visitantes. Já o teleférico, apesar de possuir uma boa estrutura, tem seu acesso limitado, por possuir uma taxa de uso, o que acaba gerando uma segregação social dentro do parque. As pessoas que visitam o teleférico são em sua maioria turistas e indivíduos de poder aquisitivo maior, enquanto que no zoológico, em que o acesso é gratuito, existe um número maior de moradores locais.

848

Essa ocupação se dá de forma desordenada, resultado da falta de uma política interna da APA e do Parque (códigos de conduta para visitantes) que discipline e fiscalize os usos desse equipamento. Observou-se na pesquisa de campo a falta ou até mesmo a ineficácia da fiscalização na APA, a exemplo do zoológico, onde as pessoas ultrapassavam as barras de proteção das jaulas dos animais, alimentava os bichos, armavam redes nas árvores, jogavam lixo nos recintos e utilizavam sons de carro provocando uma poluição sonora, causando impactos negativos para os animais.

Durante as visitas foi notado que o fluxo nos feriados e finais de semana no Parque é muito alto em relação a sua capacidade, assim a circulação e utilização do local tornam-se difíceis, tais fatores aliados à inexistência de um sistema de sinalização e objetos de interpretação ambiental que se adequem ao local comprometem o valor da experiência que a área pode proporcionar.

Atualmente, as pessoas que desejam conhecer um pouco mais sobre a APA e sobre seus recursos naturais, remanescente da Mata Atlântica, são obrigadas a percorrer as vias de acesso já existentes, tais vias são representadas por uma pista que também é utilizada pelos veículos automobilísticos, tais como carros, ônibus e motocicletas.

Um problema evidente nessa via de acesso é a falta de espaço destinado para pedestres, assim, o visitante que resolver conhecer o local tem que se aventurar em meio aos condutores dos veículos que, em sua maioria, desrespeitam o limite de velocidade imposto pela sinalização existente (30Km/h). Além desse desrespeito por parte dos condutores, outro fator é a inexistência de fiscalização e o pouco policiamento da APA.

Considerações Finais

Diante das pesquisas realizadas para elaboração do presente trabalho, foram percebidos aspectos positivos e negativos em relação a atual utilização da APA do Morro do Urubu como objeto de lazer. Dentre os aspectos positivos encontram-se o espaço do Parque, que possui uma grande potencialidade para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao meio ambiente, notadamente o remanescente de Mata Atlântica pertencente a APA.

849

Já os aspectos negativos estariam relacionados à forma de utilização do Parque, onde há a falta de um código de conduta para visitação. A administração e fiscalização não estão presentes e não funcionam durante os feriados e finais de semana, ocasionando diversos problemas devido ao aumento do fluxo durante esses períodos. Outro problema encontrado na área foi a inutilização de prédios (centro, restaurante, biblioteca e loja) que deveriam ser utilizados para a melhoria da infraestrutura de apoio do Parque. Percebe-se, dessa forma, a veemente necessidade de requalificação dos espaços destinados aos visitantes da APA no sentido de oportunizar ao público a mensagem do comportamento ambientalmente responsável e uma melhor compreensão sobre o espaço visitado.

Assim, depreende-se quanto a necessidade de projetos e planejamentos que objetivem uma melhor organização da APA, proporcionando assim, uma melhoria na qualidade do espaço, disponibilizando uma melhor experiência aos seus visitantes e

usuários. Dentro desses projetos e planejamentos, tendo em vista a grande demanda que a área recebe, deve-se utilizar da interpretação ambiental como ferramenta para sensibilizar e conscientizar, de forma a mudar as atitudes dos seus frequentadores.

Referências

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações Básicas. Brasília, 2008.

BUENO, F.P.; PIRES, P.S.. **Ecoturismo e educação ambiental**: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. Disponível em:<http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

JESUS, J.S; SELVA, V.F. Estudo Comparativo do Uso de Trilhas Interpretativas nos Parques Nacionais de Ubajara, Ceará e Sete Cidades, Piauí. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/11567206/ESTUDO-COMPARATIVO-DO-USO-DE-TRILHAS-INTERPRETATIVAS-NOS-PARQUES-NACIONAIS-DE-UBAJARA-CEARA-E-SETE-CIDADES>>. Acesso em: 15 set. 2010.

JUNIOR A. P, PELICIONI M. C. **Educação Ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

LEONARDI, M. L. A. **A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999, p. 391-408.

Ministério do meio ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resoluções do CONAMA 1984 2008. Brasília: Conama, 2008.

NEIL, J; WEARING, S. **Ecoturismo**: Impactos, Possibilidades e Potencialidades. São Paulo: Manole, 2001.

PEDRINI, A.G.. **Ecoturismo, interpretação e educação ambientais**: consensuando conceitos. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo66.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

REIGOTA, M. **Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

850

ANÁLISE DO POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE ESTADUAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

Camilla Gentil Santana²⁷³

Cherley José da Silva²⁷⁴

Maria Inêz Oliveira Araújo²⁷⁵

Resumo

O termo ecoturismo surgiu de ecological tourism a partir do princípio mais característico e destacado do novo segmento turístico, o qual era minimizar impactos ambientais. Em meados de 80, vários países identificaram-no como forma de possibilitar e desenvolver um incentivo à preservação. Atualmente uma das principais atividades em ecoturismo é a caminhada em trilhas e suas variantes. Um dos objetivos de trilhas de uso público em áreas naturais é manter o ambiente estável e proporcionar ao visitante a oportunidade educativa e recreativa, com segurança e conforto. Para tanto, torna-se necessária a implementação da educação ambiental com turistas e guias. O presente trabalho possuiu abordagem qualitativa e constituiu-se da análise dos aspectos motivadores para frequentar o Parque da Estadual José Rollemberg Leite (mais conhecido como Parque da Cidade), assim como o levantamento da infra-estrutura do Parque, através da literatura existente e de observação *in loco*, com realização de uma trilha. Através dos dados obtidos foi possível concluir que embora seja um atrativo ecoturístico potencial, o Parque da Cidade, inserido na APA Morro do Urubu encontra-se em péssimo estado de conservação, com áreas degradadas e sofrendo pressão antrópica constante, aumentando cada vez mais os prejuízos ao meio ambiente. 851

Palavras-chave: Ecoturismo, Educação Ambiental, Parque da Cidade

Abstract

The term ecotourism has emerged from ecological tourism to assume more prominent characteristic of the new tourist segment, which was to minimize environmental impacts. In mid-'80s, several countries have identified it as a way to enable and develop an incentive for preservation. Currently one of the main activities in ecotourism is to walk on trails and their variants. One of the goals of public use trails in natural areas is to maintain a stable environment and provide visitors the opportunity educational and recreational, with safety and comfort. To this end, it becomes necessary to implement the environmental education of tourists and guides. The present study possessed a qualitative approach and consisted of analysis of the motivations for attending the State Park Rollemberg José Leite (better known as City

²⁷³ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduanda em Gestão Ambiental pela Faculdade Pio-X. Colaboradora do Projeto Sala Verde/UFS. Integrante do GEPEASE.

²⁷⁴ Graduando em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Sergipe. Estagiário do Projeto Sala Verde/UFS. Integrante do GEPEASE.

²⁷⁵ Orientadora: Prof. Dra. Maria Inêz Oliveira Araújo. Docente efetiva do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Park), as well as lifting the infrastructure of the park through the existing literature and on-site observation, with performance of a track. Through the data obtained it was concluded that although a potential ecotourism attractions, the City Park, located on the APA Buzzard Hill is in disrepair, with degraded and suffering constant human pressure, increasing more and more losses the environment.

Keywords: Ecotourism, Environmental Education, Park City

1. Introdução

O conceito de ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong em junho de 1973, consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza. Parte da premissa de se basear em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LAYRARGUES, 1997).

Ao se pensar em ecodesenvolvimento, temos o ecoturismo surgindo como uma proposta alternativa ao turismo tradicional que é danoso, pois transforma o ambiente em um lugar para consumo, gerando um passivo ambiental. O termo ecoturismo surgiu de ecological tourism a partir do princípio mais característico e destacado do novo segmento turístico, o qual era minimizar impactos ambientais. Em meados de 80, vários países identificaram-no como forma de possibilitar e desenvolver um incentivo à preservação (MOURÃO, 2004).

Em 1994, criou-se o Programa Nacional de Ecoturismo, onde se definiu as diretrizes políticas. A partir de 1999, esta definição deixou de ser voltada ao mercado, com o fortalecimento político das comunidades, minimalização dos impactos ambientais, respeito pelos direitos humanos, desenvolvimento econômico e educação do viajante (ALMEIDA, 2006).

Como características do ecoturismo temos que: é uma atividade socioeconômica associada ao futuro; é uma gestão responsável pela busca de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural; utiliza educação ambiental como ferramenta; e, estimula a participação e inclusão das comunidades no planejamento e benefícios da atividade turística. Seus princípios dão ênfase à natureza e aos valores culturais autênticos; propõem-se a minimizar os impactos ambientais, e geram benefícios para a comunidade local. Deste modo, o ecoturismo

tem sido comumente realizado em áreas de preservação ambiental (APA), isto porque é uma atividade capaz de conciliar o desenvolvimento local com a conservação do meio ambiente (ANDRADE, 2009).

De acordo com Layrargues (2004), a interface socioeconômica do ecoturismo permanece ainda pouco explorada no âmbito científico. Frente às estimativas que consideram esse segmento do turismo como o que mais cresce no mundo, a uma taxa de mais de 20% ao ano, não há dúvidas que esse novo mercado altamente promissor seja capaz de gerar riquezas como poucas indústrias conseguem fazer. O mercado do ecoturismo brasileiro movimenta algo em torno de meio milhão de turistas e cerca de quinhentos milhões de reais ao ano, criando por volta de trinta mil empregos diretos.

Entretanto, diante das condições sociais brasileiras, que apresentam um preocupante quadro histórico de concentração de renda, e dado o potencial econômico desse novo mercado, o ecoturismo sobressai com uma importante função social a cumprir: ele pode ser considerado um relevante instrumento de distribuição de renda, mais engajado do que as tímidas menções que se referem à geração de emprego e renda ou melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, como benefícios econômicos indiretos do ecoturismo (LAYRARGUES, 2004).

Atualmente uma das principais atividades em ecoturismo é a caminhada em trilhas e suas variantes. As trilhas oferecem aos visitantes a oportunidade de desfrutar de uma área de maneira tranquila e alcançar maior familiaridade com o meio natural. Trilhas bem construídas e devidamente mantidas protegem o ambiente do impacto do uso, e ainda asseguram aos visitantes maior conforto, segurança e satisfação (WWF BRASIL, 2003).

Após mais de 50 anos de criação do primeiro Parque Nacional, o Brasil não tem ainda um sistema nacional ou estadual de trilhas em unidades de conservação devidamente implantado. As trilhas existentes, principalmente de longa distância, não recebem manutenção adequada, quase todas sofrem o problema de erosão e há pontos críticos com relação à segurança. Surgem não se sabe de onde e frequentemente desaparecem, tomadas pelo mato, devido ao desuso. Algumas ainda apresentam bifurcações que não levam a lugar algum. Some-se a isso a

constante ausência de mapas, sinalização e meios interpretativos (WWF BRASIL, 2003).

Um dos objetivos de trilhas de uso público em áreas naturais é manter o ambiente estável e proporcionar ao visitante a oportunidade educativa e recreativa, com segurança e conforto (WWF BRASIL, 2003). Para tanto, torna-se necessária a implementação da educação ambiental com turistas e guias. A Educação Ambiental (EA) é um dos princípios do ecoturismo, contudo são várias as concepções existentes de EA. A primeira definição de educação ambiental foi dada em Tbilisi, na I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (ADAMS, 2005).

Contudo, para muitos EA restringe-se a trabalhar assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, tendo um enfoque naturalista. Para Araújo (2004), as principais tendências da EA acabam convergindo para três princípios básicos: conservacionista, preservacionista e crítica/política.

A primeira corrente está centrada na conservação dos recursos, tanto no que se refere à quantidade ou à qualidade, o ambiente é visto sob a visão antropocêntrica, apresenta leves indícios de transformação social, possui seus programas centrados nos três “r”, os da redução, da reutilização e da reciclagem. A segunda reconhece o valor da natureza, acima e além dos recursos que ela proporciona. Para esta corrente é preciso conhecer a natureza, como ela funciona, para assim poder resolver seus problemas. Já a terceira corrente, caminha diante de algumas perguntas a propósito da realidade, em que a Educação Ambiental pode contribuir para desconstruir a herança nefasta do colonialismo em certos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Para uma maior efetivação da proposta do turismo sustentável faz-se necessária a utilização de uma abordagem crítica/política. Para Lima (2002), a tendência transformadora, emancipatória se estabelece no compromisso de transformar a ordem social e de renovar a sociedade e sua relação com o meio ambiente. Para os inseridos numa perspectiva emancipatória a Educação Ambiental

é meio para a problematização da realidade e transformação integral de sujeitos e sociedade (LOUREIRO, 2004).

2. Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, pois busca conhecer os significados, as concepções, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes. De acordo com Neves (1996):

“(...) estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados.”

Teve como finalidade analisar os aspectos motivadores para frequentar o Parque da Cidade, sendo de suma importância para a inserção de uma EA que atenda a necessidade da população que frequenta o parque, contribuindo para o desenvolvimento ecoturístico local. 855

A coleta de dados se deu pelo levantamento da infra-estrutura do Parque Estadual José Rollemberg Leite (mais conhecido como Parque da Cidade), que se encontra inserido na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, através da literatura existente e de observação *in loco*, com realização de uma trilha.

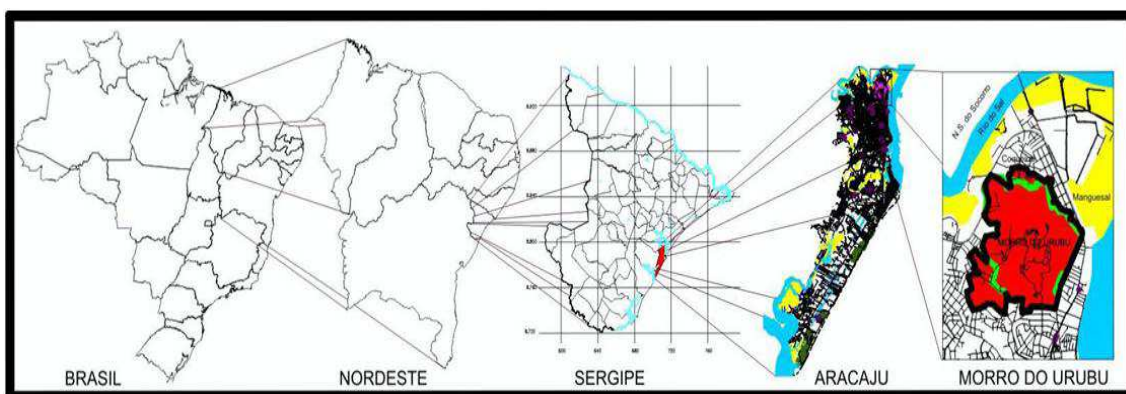
Caracterização da área de estudo

O Parque José Rollemberg Leite, mais conhecido como Parque da Cidade, caracteriza-se por ser uma área de lazer tanto para a comunidade de Aracaju quanto para turistas. Em 19 anos de existência, o Parque passou por duas reformas. As áreas naturais de lazer existentes no parque são muito agradáveis para realização de piqueniques e caminhadas. Aprovado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em outubro de 2000, com 68 ha de Mata Atlântica, o Parque está inserido na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu.

De acordo com o decreto de criação, a APA do Morro do Urubu é uma Unidade de Conservação Estadual, que está localizada na zona Norte da cidade no município de Aracaju, e possui uma área de 213, 8724 ha com um perímetro de 8.135,28m.

Localizada na área urbana de Aracaju, limita-se ao Norte com o rio do Sal, ao Leste com o rio Sergipe, e ao Sul e Oeste com as áreas urbanas da zona Norte do município (Figura 1). Trata-se de região onde originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de enclaves de Cerrado. Criada e regulamentada pelos Decretos 13.713, de 14.07.93, e 15.505, de 13.07.95, a área vem sofrendo pressão urbana e se descaracterizando cada vez mais.

Figura 1 – Localização da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, Aracaju (SE).



Fonte: Base Cartográfica PMA/SEPLAN (2005). Adaptado por MATOS, A. A., 2009.

A Área de Preservação Ambiental (APA) Morro do Urubu, localizada na zona Norte de Aracaju, de aproximadamente 214 hectares, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da capital, foi transformada em APA em 1993. Além da conservação *in situ* da biodiversidade, ou seja, de ambientes naturais em seu próprio local de origem, a APA também apresenta a conservação *ex situ*, na qual exemplares da fauna são mantidos fora de seu habitat natural, no zoológico de Aracaju. O complexo de vegetação encontra-se hoje bastante comprometido, sobretudo pela invasão, construção e urbanização das favelas na área. Possui o único Posto Avançado do Estado – O Parque José Rollemberg Leite, aprovado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em outubro de 2000. Com 68 ha de Mata Atlântica, ainda não dispõe de Plano de Manejo.

3. Resultados E Discussão

Segundo Silva (2004), a condição física do Morro do Urubu remete a um sítio natural elevado, no qual se localiza o Parque da Cidade “Governador José Rollemberg Leite”, o qual é abrangido pela APA, onde há ocorrência de terraços marinhos planos e baixos onde se desenvolve o tradicional arruamento do bairro, pertencentes à margem direita do Rio Sergipe; a Invasão do Coqueiral em terrenos das encostas do Morro e da planície flúvio-marinha, com ou sem mangue, apresentando no prolongamento desta Invasão a ponte sobre o Rio do Sal (MATOS, 2010). Ao ter sido realizado o levantamento da estrutura do Parque Estadual José Rollemberg Leite, através da literatura existente e de observação *in loco*, foi possível perceber que o Parque da Cidade possui potencial ecoturístico, embora não esteja incluído no roteiro turístico local.

Quanto aos equipamentos, infra-estrutura e serviços turísticos em funcionamento no parque foram identificados o teleférico, o mirante, o zoológico e o Centro de Equoterapia de Sergipe. O teleférico possui 70 cadeiras, distribuídas em 35 pares e conta com um percurso de 600 metros realizado em 25 minutos. Desse modo, o teleférico constitui uma opção de lazer para os visitantes, pois proporciona uma visão das instalações do zoológico de cima, além de partes da cidade de Aracaju e do rio Sergipe. O mirante localiza-se próximo ao centro hípico e proporciona a visão de boa parte da cidade de Aracaju, além do município de Barra dos Coqueiros, podendo vislumbrar o rio Sergipe e o oceano mais adiante.



Foto 1: Teleférico

Fonte: Vanderléa Cardoso

O zoológico está aberto para visitação pública de quarta a domingo das 10 às 17 horas, nele é possível conhecer espécies nativas e exóticas, como onça pintada, onça suçuarana, urso pardo, leão, cobras, jacarés, macaco-prego, entre outros. Existem também as visitas de escolas orientadas pelos técnicos do local.

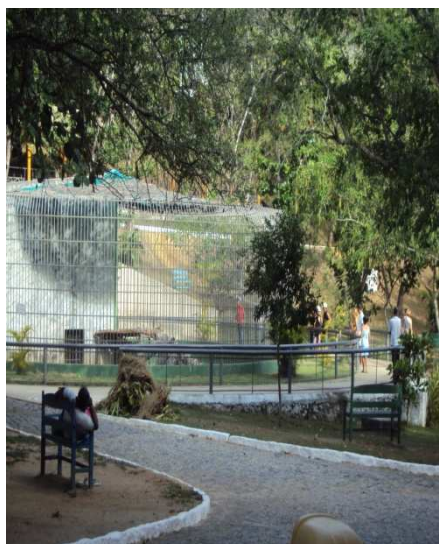


Foto 2: Zoológico

Fonte: Vanderléa Cardoso

A associação nacional de equoterapia define a atividade como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. No parque da Cidade também está localizado um centro de equoterapia destinado ao público alvo citado e também se caracteriza como um atrativo da localidade, podendo ser adaptado para uso turístico (ANDRADE, 2009).

A última reforma proporcionou a construção de um prédio, onde se situa a administração do parque que conta com uma biblioteca, uma loja e uma sala de vídeo, importantes para a implementação de ações de educação ambiental. Todavia, as mesmas ainda não estão sendo utilizadas para os devidos fins. Além deste prédio, foram construídos também um restaurante e uma área que conta com sanitários e um amplo espaço, onde poderia estar sendo desenvolvida como estrutura de apoio como lanchonete, barraca de artesanato, dentre outros (ANDRADE, 2009).

Quanto às áreas naturais, é o único remanescente de mata atlântica da capital sergipana, onde também é possível distinguir os ecossistemas manguezal e cerrado. Segundo Andrade (2009), é uma área muito agradável para realização de piqueniques e caminhadas.

Segundo Barreto (2009), o parque apresenta potencial para o desenvolvimento de algumas atividades compatíveis com o meio natural que são: cicloturismo, estudo do meio, Hiking (caminhada de curta duração), observação da fauna e flora e safári fotográfico. A partir dos resultados obtidos foi possível considerar o ecoturismo viável para o parque sob o aspecto da sustentabilidade em âmbito econômico, ecológico e ambiental.

Graças a seu valor ecológico, as áreas de proteção ambiental, especialmente aquelas situadas nas regiões tropicais e em países em desenvolvimento, guardam muitos atrativos do ecoturismo mundial. Esses atrativos podem se constituir de apenas uma, ou de uma combinação de espécies raras da flora ou da fauna, de uma vida silvestre abundante, de altos índices de diversidade de espécies, de formações geomorfológicas incomuns, ou de manifestações culturais históricas ou atuais singulares e vistas em seu contexto natural (ROCHA, 2007).

859

Durante a trilha, realizada com um guia do curso de ecoturismo do IFS (antigo CEFET), foi possível perceber que a vegetação do Parque, que em sua grande maioria é exótica. Alguns animais como, insetos e aves também foram visualizados. A presença de lixo ficou nítida durante a trilha, sendo encontradas várias garrafas pet e de vidro, plásticos, entre outros. Com isso, evidenciou-se a necessidade de uma educação ambiental com os frequentadores do Parque da Cidade para diminuir os impactos causados pela visita.

Para Guillaumon (1997) e Vasconcelos (1998), citados em Bóçon (2004):

As trilhas interpretativas se bem planejadas, constituem-se de importante instrumento pedagógico, o qual, propicia o contato mais próximo entre o homem e a natureza. Cada vez mais são utilizadas em programas de Educação Ambiental, uma vez que, através do processo de sensibilização, fomenta a aquisição de conhecimentos cognitivos relativos ao meio ambiente, fundamentais para a formação de valores e mudanças de comportamento.

Embora a atividade ecoturística ainda esteja incipiente em Sergipe, observa-se certo potencial para o desenvolvimento do segmento no Estado, tanto devido aos

recursos naturais existentes quanto à necessidade de alternativas sustentáveis para a geração de emprego e renda para a população e conservação destes recursos, sendo um fator bastante pertinente para o desenvolvimento do Ecoturismo no que se diz respeito à Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, a sua localização. A mesma encontra-se em área urbana próxima ao centro da cidade de Aracaju e da Orlinha do Bairro Industrial, a poucos minutos da Orla de Atalaia, onde está situada a maior parte dos meios de hospedagem. Além disso, está próxima de pontos de saída da cidade, como rodoviárias e aeroporto (ANDRADE, 2008).



Foto 3: Trilha

Fonte: Vanderléa Cardoso

4. Conclusão

A APA Morro do Urubu possui diversos atrativos, não apenas naturais, que podem estar sendo utilizados para uma efetiva educação ambiental. Sua infraestrutura favorece a implementação do ecoturismo na região, embora não esteja no roteiro turístico local.

Embora seja um atrativo potencial, o Parque inserido nessa APA encontra-se em péssimo estado de conservação, com áreas degradadas e sofrendo pressão antrópica constante, aumentando cada vez mais os prejuízos ao meio ambiente. Dessa forma, ações em educação ambiental são de suma importância para o desenvolvimento de um ecoturismo na APA Morro do Urubu.

Referências

- ADAMS, B. **O que é Educação Ambiental?** Disponível em <http://www.apoema.com.br/definicoes.htm>. Acessado em 16 de setembro de 2010.
- ALMEIDA, M. **Ecoturismo**. Disponível em <http://www2.fpa.org.br>. Acessado em 22 de dezembro de 2009.
- ANDRADE, J. **Potencial Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju/SE)**. Disponível em <http://www.physis.org.br>. Acessado em 10 de dezembro de 2009.
- ANDRADE, J. **Possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo na APA Moro do Urubu, Aracaju, SE**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.1, n.1, 2008
- ARAÚJO, M. **A dimensão ambiental nos currículos de formação de professores de biologia**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Cortez, 2004.
- BARRETO, M. **Potencial Ecoturístico do Parque Governador José Rollemberg Leite em Aracaju, Sergipe**. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aracaju, v.2, n.1, p.41, 2009.
- BÓÇON, R. **Planejamento do Traçado de uma Trilha Interpretativa Através da Caracterização Florística**. REVISTA FLORESTA 34 (1), Jan/Abr 2004, 23-32, Curitiba-Pr.
- LAYRARGUES, P. A Função Social do Ecoturismo. In: **Boletim Técnico do Senac**. 861
Volume 30, nº1. jan./abr. p. 39-45. 2004.
- LAYRARGUES, P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** In: Proposta, 25(71):5-10.1997. Disponível em http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf. Acessado em 14 de setembro de 2010.
- LIMA, G. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória**. In: LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOUREIRO, C. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: 2004.
- MATOS, A. **Gestão e percepção ambiental: a área de proteção ambiental morro do urubu – aracaju (se)**. São Cristóvão, 2010.
- MOURÃO, R. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo**. Instituto ECOBRASIL, Programa MPE. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2004, 39p.
- ROCHA, F. **Avaliação do Ecoturismo em um Povoado da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, Ilhéus, BA**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 5(1): 15-26, 2007.
- WWF BRASIL, **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. / [Organização: Sylvia Mitraud] - [Brasília]: 2003.

ECOTURISMO: POSSIBILIDADES NA BARRAGEM DIONÍZIO DE ARAÚJO MACHADO-LAGARTO/SE

Daniele Santana de Melo²⁷⁶

Denio Santos Azevedo²⁷⁷

Renata Maria de Almeida Sampaio²⁷⁸

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido na Barragem Dionízio de Araújo Machado, em Lagarto/SE e buscou estimular uma sensibilização local, com caráter educativo, proporcionar um fluxo turístico com a preservação ambiental e aprofundar o entendimento das potencialidades que o espaço tem a oferecer no seu desenvolvimento sócio - econômico e ambiental. Sobretudo, na revisão bibliográfica foram discutidos temas relacionados à sustentabilidade, preservação de áreas degradadas, recursos hídricos, ecoturismo sustentável, desenvolvimento local e educação ambiental; posterior realização de entrevistas, seguindo os objetivos propostos. A soma das consequências na Barragem Dionízio Machado devido às queimadas realizadas na mata ciliar provocou a escassez da vegetação, prejuízos à fauna, empobrecimento do solo, poluição do ar, contaminação da água e despejo de lixo no local.

Palavras-chave: ecoturismo, educação ambiental, desenvolvimento local.

862

ABSTRACT

This study was conducted at the dam Dionízio Araujo Machado, Lagarto / SE, and sought to stimulate an awareness site, with educational, providing a flow of tourism with environmental protection and deepen the understanding of the potential that space has to offer in its development socio - economic and environmental. Greatly in the literature review were discussed issues related to sustainability, conservation of degraded lands, water resources, sustainable eco-tourism, local development and environmental education; subsequent interviews, the following objectives. The sum of the consequences at the dam due to fires Dionysius Machado held in riparian vegetation caused the shortage and damage to wildlife, soil depletion, air pollution, water contamination and disposal of waste on site.

Keywords: ecotourism, environmental education, local development.

²⁷⁶ Graduada em Pedagogia pela F. Pio X, Pós-graduanda em Ed. Ambiental- F. Atlântico. Grupo de pesquisa: GEPEASE /UFS/CNPq, e-mail: danieleeli@hotmail.com

²⁷⁷ Doutorando e Mestre em Sociologia - UFS, professor da UNIT/FaSe e F. Atlântico, pesquisador do Grupo de Pesquisas História Popular do Nordeste – UFS/CNPq, (Orientador) e-mail: denio_azevedo@yahoo.com.br.

²⁷⁸ Licenciada e Bacharel em Geografia -UFS, Pós-graduanda em Ed. Ambiental – F. Atlântico, Pós-graduanda em Docência e Tutoria –UNIT, e-mail: renatasampaioufs@yahoo.com.br.

1. Introdução

Entre os atrativos turísticos da atualidade é válido destacar os recursos naturais, a exemplo dos rios, em que se revela a possibilidade de desenvolver atividades turísticas, através de passeios fluviais ou mesmo práticas de trilhas a margem dos rios. Mas essa relação com o meio pode provocar efeitos negativos, daí surge à necessidade de proporcionar ações de Educação Ambiental. Dessa forma, faz-se mister estimular uma sensibilização local, com caráter educativo, proporcionar um fluxo turístico com a preservação ambiental e aprofundar o entendimento das potencialidades que o espaço tem a oferecer no seu desenvolvimento sócio - econômico e ambiental, assim, explorando as riquezas naturais e com relevância à interação do homem com o espaço em que está inserido.

A intensificação das preocupações com o ambiente urbano – particularmente com a degradação do mesmo – deriva, dentre outros, do incremento das cidades no que diz respeito ao seu crescimento e complexidade, fato aliado ao agravamento da queda da qualidade de vida urbana – de maneira mais evidente nas cidades grandes e áreas metropolitanas. (MENDONÇA, 2003, p.177.)

Os recursos hídricos são uma das grandes preocupações ambientais atuais, ⁸⁶³ pois é uma fonte esgotável, que exige outro comportamento das novas gerações a fim de que sejam educadas e sejam conscientes sobre a importância da proteção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Localizada no município de Lagarto, situado na Mesorregião Agreste Sergipano, a barragem Dionízio de Araújo Machado foi inaugurada em 1983, com a finalidade de servir basicamente à agricultura no sistema de irrigação, com distribuição de água a mais de 10.000 habitantes. Com um volume de 15.000,000m³, transformou-se também em atrativo turístico, principalmente no verão, e recebe em média mais de 5.000 mil visitantes da região centro-sul e de outras partes de Sergipe, que utilizam os bares, restaurantes e a área de lazer.

Portanto, neste recorte espacial pretende-se analisar as potencialidades da Barragem Dionízio, visando à preservação ambiental de uma forma sustentável. Neste íterim, é necessário investigar as dificuldades e potencialidades socioeconômicas e naturais da Barragem em estudo; sensibilizar a comunidade com relação às problemáticas existentes no local; mobilizar a sociedade para a

preservação de um espaço organizado e sustentável; e desenvolver estratégias turísticas com a comunidade visando à preservação ambiental com sustentabilidade.

Dessa forma, o acompanhamento de tais dinâmicas ganha relevância diante da complexidade das questões espaciais relacionadas aos recursos hídricos e aos seus elementos caracterizantes. Para tanto, a interdisciplinaridade traz discussões acerca da percepção do indivíduo da cidade com relação ao meio ambiente, aliada a cultura de cada localidade.

Torna-se assim, necessária e relevante essa identificação e avaliação dos efeitos nas diversas atividades humanas. Para tal, salienta-se que a inter-relação entre o ambiente físico e comportamento humano é muito complexa e as origens de seus impactos são realmente difíceis de identificar.

2. Ecoturismo e educação ambiental

A literatura que aborda temas relacionados à sustentabilidade, à questão ambiental e à visão turística, versa por uma sociedade crítica e construtivista sobre os valores naturais e culturais. Dessa forma, ela permite a reflexão sobre uma sociedade participativa no âmbito econômico, na preservação dos recursos naturais e dos costumes locais. 864

A Constituição Brasileira de 1988 contemplou a Educação Ambiental em seu artigo 225, Capítulo V, ao tratar do meio ambiente e, ao estabelecer ao Poder Público e à coletivamente o dever de proteção e preservação do meio ambiente, para o presente e futuras gerações. Diante disso, reforçou a responsabilidade dos atores sociais no que diz respeito a questões ambientais.

Ao tratar das reservas naturais e dos seres humanos é necessário propor os limites à capacidade de suporte do meio, dentro desse contexto, motivar projetos que favoreçam a conservação ambiental, que promovam igualdade e transformem também modos de vida das comunidades locais.

Um projeto deve ser capaz de gerar novas fontes de renda, ou melhorar a habitação, saneamento, saúde, educação do público alvo; aumentar os cuidados com o meio ambiente, as relações com as comunidades, a segurança, a liberdade de expressão, a auto-estima dos cidadãos. (JACOBI *apud* KLERING, 2006 p. 93).

O turismo é uma chave para o sucesso na questão econômica e desenvolvimento local, e uma valorização do bem estar comum que assegura a qualidade de vida e trabalha com a comunidade a otimização do uso dos recursos existentes no local pesquisado. De acordo com tais proposições: (...) o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que pode ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. (RODRIGUES, 1996, p.17). O desenvolvimento comunitário também é uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais.

O desenvolvimento local resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente. (BUARQUE, 2006, p.27)

Segundo a proposta de análise para o presente estudo, a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

865

A percepção[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados. [...] os seres humanos compartilham percepções comuns, em mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. (TUAN, 1980, p. 4-6)

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

No que diz respeito à prática do turismo e as questões relacionadas à ecologia e ao desenvolvimento sustentável, o ecoturismo observa a prática das pessoas, que precisa ser esclarecida, facilita adquirir conhecimentos e vivências, promove também a apreciação, o lazer e permite contribuir para a preservação do meio ambiente, das populações locais, melhorando a qualidade de vida das mesmas. Desta forma, o estudo da percepção ambiental é de fundamental

importância para que possamos compreender melhor a inter-relação entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

3. Procedimentos metodológicos

Para a consecução dos objetivos propostos para este estudo, foi utilizado levantamento bibliográfico, o qual proporcionou a obtenção de um embasamento teórico consistente. Na revisão teórica, são apresentadas obras de autores que tratam sobre os temas: sustentabilidade, preservação de áreas degradadas, questões sócio-espaciais, turismo sustentável, desenvolvimento local e percepção ambiental. Nessa etapa, foram relacionadas obras que fizeram referência à valorização do meio ambiente, auxiliando na avaliação dos agentes que o produzem.

A fim de firmar o conhecimento obtido através das leituras orientadas, os estudos se fundamentaram em coletas de dados tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e SEPLANTEC (Secretaria de Planejamento da Ciência e Tecnologia), bem como outras fontes documentais.

866

É compreendida a importância do trabalho de campo, cujos procedimentos técnicos e estratégicos de abordagem são essenciais para a viabilidade dos objetivos propostos, através da realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, por amostra. Esse procedimento possibilitou a verificação de informações acerca da utilização da área, procedência, residência e relações sociais processadas com os turistas, em especial, e a barragem em destaque. As entrevistas foram realizadas com moradores locais, em especial alguns proprietários de estabelecimentos comerciais.

Os dados levantados têm predominância qualitativa, sendo analisados e interpretados de acordo com a literatura pesquisada, utilizando-se concomitantemente a observação direta do público-alvo. As informações foram apresentadas partindo de respostas categorizadas por questão norteadora.

4. Resultados e Discussão

De acordo com a SEPLANTEC/SRH, a Barragem em estudo foi construída em 1985, inundando uma área de 367 ha. A área da Bacia hidrográfica é de 1350 quilômetros quadrados e cerca de 20m de altura. O rio barrado chama-se Piauí, em que o volume acumulado representa 15000 metros cúbicos de água.

Se considerarmos a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção devido ao seu papel integrador, físico, econômico e natural, principalmente no que concerne ao fluxo das águas superficiais, não se pode avaliar os seus recursos ambientais de forma isolada, já que o uso de um recurso pode diminuir a oferta de outro e/ou aumentar a demanda sobre o mesmo. De acordo com tais proposições, podemos utilizá-la como um exemplo típico desse caso a bacia do rio Piauí, que pode ser ilustrada na cultura da irrigação, em que a área cultivada reflete diretamente na disponibilidade dos recursos hídricos.



Fotos 1 e 2: Barragem Dionísio de Araújo – Lagarto/SE.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

No primeiro momento em que se realizou o reconhecimento de campo foi possível perceber um ambiente agradável, ainda que ação humana seja causadora de significativas mudanças. A paisagem não é a mesma, muitas vidas não existem mais e outras estão perto de extinção e assim elementos sem vida fazendo parte do

mesmo ambiente, como exemplo o lixo, trilhas modificadas, a ausência de mata ciliar, o rio com outro aspecto, entre outros. A Barragem Dionísio Machado foi construída com muitos propósitos, dentre eles a questão da irrigação como fator econômico, distribuição da água para a população. Camargo (2005) traz uma linha histórica que vale a pena ser abordada, pois contribui para o entendimento de um ambiente sustentável.

Assim como nosso modelo econômico de desenvolvimento modificou e aperfeiçoou em muitos aspectos a relação do ser humano com seu meio ambiente, também provocou transformações dramáticas no ambiente natural. Convivemos atualmente com problemas ambientais de diferentes características e magnitudes, tais como: poluição das águas, poluição da atmosfera, degradação de florestas, danos à camada de ozônio, aquecimento global, erosão dos solos, desertificação, deterioração dos habitats das espécies, perda da biodiversidade, acúmulo de lixo tóxico, entre outros problemas. (CAMARGO, 2005, p. 30)

Portanto, foi possível observar diversos aspectos, dentre eles alguns de descaso com o meio, pois, a ausência da sensibilidade com a natureza é evidente devido às atividades ocorridas no local. Mesmo sabendo que a construção da Barragem teve e tem um privilégio para a comunidade, há também consequências como, o afloramento rochoso, e a vegetação ciliar que já não está presente nas margens do mesmo.

868



Foto 3 e 4: Lixo deixado nas margens do rio - Barragem Dionísio de Araújo – Lagarto/SE

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Prontamente, na segunda visita foram perceptíveis as chamas de fogo e fumaças fazendo parte do ambiente. A soma das consequências devido às queimadas provocou a escassez da vegetação, empobrecimento do solo, à poluição do ar, contaminação da água, mais lixos presentes e animais ausentes.



Fotos 5 e 6: Queimada da vegetação. Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Na leitura empírica do objeto o relato de uma moradora, que reside próximo a Barragem, informou a presença de um Guaxinim que apareceu em seu quintal machucado devido às queimadas que ocorreram em seu habitat, isto é, o animal fugiu em busca de refúgio, além de outros cujo destino se desconhece.

Em seu sentido mais amplo, a concepção de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. O objetivo seria caminhar na direção de um desenvolvimento que integre os interesses sociais, econômicos e as possibilidades e os limites que a natureza define uma vez que o desenvolvimento não pode se manter se a base de recursos naturais se deteriora, nem a natureza protegida se o crescimento não levar em conta as consequências de destruição ambiental. (CAMARGO, 2005, p. 75)

Diante dos desafios presenciados e vivenciados é possível observar a importância de conhecer os conhecimentos globais e locais, sendo que o diagnóstico é o primeiro passo para o processo de pesquisa e é imprescindível o acompanhamento no local, bem como realizar campanhas formais e informais, o

contato com as comunidades e com o meio deve ter e ser integro e sempre avaliarmos o andamento.

O conhecimento é sempre tradução e reconstrução do exterior e permite um ponto de vista crítico sobre o próprio conhecimento. Por esta razão eu disse que o conhecimento, sem o conhecimento do conhecimento, sem a integração daquele que conhece, daquele que produz o conhecimento, e o seu conhecimento é um conhecimento mutilado. Sempre deve haver a integração de si mesmo, o auto-exame, e a possibilidade de fazer sua auto-crítica. Para mim, integrar qualquer conhecimento é uma necessidade epistemológica fundamental. (MORIN, 2008, p. 53)

Essa pesquisa contou com a aplicação de entrevistas que contemplaram um universo de 8 moradores locais, dentre eles, alguns proprietários de estabelecimentos comerciais. A respeito das transformações que ocorreram na paisagem da região nos últimos anos, principalmente quanto aos recursos naturais, 87,5% dos entrevistados afirmaram ter percebido diversas modificações a exemplo do crescimento desordenado de habitações e o aumento do desmatamento da mata ciliar do rio que serve à Barragem. Apenas 12,5% não perceberam nenhuma transformação na paisagem. Sobre a procedência da água utilizada pelos moradores locais, todos os inquiridos afirmaram retirar manualmente a água da Barragem para serviços gerais da casa, exceto para beber e cozinhar. As matérias-primas utilizadas na alimentação não são retiradas da Barragem, mas sim de outras áreas, embora ainda haja a retirada da pirambeba, o *Serrasalmus brandti*, peixe de escamas, pertencente à família dos Caracídeos.

No que condiz à coleta de lixo na área em estudo, os entrevistados afirmaram existir coleta de 15 em 15 dias, sendo direcionada ao aterro do município. A importância da sensibilização ambiental da comunidade também foi contemplada nas entrevistas, sendo que todos os inquiridos informaram considerá-la significativa à região, a fim de valorizar o ambiente local e acabar com as queimadas criminosas por se tratar de uma das áreas atrativas da cidade, dessa maneira, um dos entrevistados destacou a falta de fiscalização efetiva e a necessidade de uma gestão cuidadosa para a área da Barragem.

A partir dessa análise e pesquisa de campo pode-se observar a necessidade de um modelo de gerenciamento de bacia hidrográfica eficiente no atendimento das demandas do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, será preciso adotar uma visão sistêmica das intervenções que permita o seu planejamento estratégico,

evidenciando que a busca de soluções para os problemas ambientais da bacia hidrográfica passe por uma abordagem sistêmica.

Para isso, é importante analisar as políticas voltadas para a área ambiental, particularmente as políticas hídricas, sobretudo no Brasil, um país geograficamente privilegiado no que diz respeito aos recursos hídricos, mas que, devido a fatores como a crescente urbanização, a industrialização e a fraca vigilância, acabam por ter seus recursos hídricos prejudicados por poluição, assoreamento dos rios e lagoas, etc.

Considerações finais

A Barragem em estudo necessita seriamente do reflorestamento das margens do rio que a serve, pois assim, a vegetação e a represa estariam em equilíbrio. A pesca que poderia ser abundante no trecho do rio aqui abordado, em função das características especiais de águas mais calmas, também se encontra comprometida. A poluição proveniente de setores anteriores ao da barragem, consiste em uma das principais causas da degradação da qualidade das águas desse subsistema, agravada pelas demais atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental como as atividades industriais, a queimada da mata ciliar na superfície de alagamento e a deposição de resíduos urbanos. Acrescente-se a carga que chega ao baixo curso do Piauí através das zonas críticas que se encontram prejudicadas pela sua má utilização. Uma maior atenção deveria ser dispensada a essa área, que por suas características trata-se de um ecossistema muito sensível às alterações da qualidade das águas.

Estabeleceu-se, assim, um projeto voltado para a sensibilização a respeito dos recursos hídricos provindos da Barragem Dionízio de Araújo Machado, permitindo à população de suas circunvizinhanças perceberem as interferências antrópicas, seus pontos positivos e negativos, as formas de prevenção de degradações e possíveis soluções para as mesmas.

O meio ambiente não é constituído apenas pelo mundo natural, onde vivem as plantas e os animais, mas também pelo mundo construído pelo ser humano, suas cidades, as zonas rurais e urbanas. Esses dois mundos relacionam-se e influenciam-

se reciprocamente. O homem é resultado dessas duas evoluções, a natural e a cultural.

Portanto, apesar do empenho despendido, é necessário ressaltar que não foi possível esgotar toda a problemática que existe em torno do objeto. Entretanto, pretendeu-se aqui contribuir com o aprofundamento teórico a respeito deste projeto que está em evidência, principalmente pelo fato de gerar um aproveitamento sustentável das potencialidades e um respeito ambiental, bem como aproveitar o espaço para desenvolver uma atividade eco-turística. Sendo assim, é imprescindível ter a perspectiva de associar desenvolvimento local com preservação do meio ambiente, a fim de buscar operacionalizar mecanismos e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento eco-turístico concomitantemente ao manejo correto dos recursos naturais disponíveis.

Referências

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável dimensões e desafios**, Campinas, SP, Editora Papirus, 2ª edição, 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

JACOBI, Pedro. PINHO, José Antônio (orgs). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MENDONÇA F. MONTEIRO, Carlos Augusto de F. (orgs). Clima urbano. In: MENDONÇA F. **O estudo do clima urbano no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORIN, Edgar; participação de Marcos Terena. **Saberes globais e saberes locais o olhar transdisciplinar**, Rio de Janeiro; Garamond, 2008.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

TUAN, Yi – Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEAL, 1980.